

Handwritten signature



Distrito Encruzilhada
BRASIA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Handwritten signature



EMPRESA
MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL
NOME: VIEIRA
CNPJ: 08.111.111/0001-11
RUA: G.M.A.N.
Cidade: MATO GROSSO DO SUL
Estado: MS

REGISTRO DE
CARTÃO DE GASTOS

FLS

44

os da Setima Zona Judiciaria, em virtude de

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos Políticos

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Antígona julgava que não haveria suplício maior do que aquele: ver os dois irmãos matarem um ao outro. Mas enganava-se. Um garrote de dor estrangulou seu peito já ferido ao ouvir do novo soberano, Creonte, que apenas um deles, Etéocles, seria enterrado com honras, enquanto Polinice deveria ficar onde caiu, para servir de banquete aos abutres. Desafiando a ordem real, quebrou as unhas e rasgou a pele dos dedos cavando a terra com as próprias mãos. Depois de sepultar o corpo, suspirou. A alma daquele que amara não seria mais obrigada a vagar impenitente durante um século às margens do Rio dos Mortos.

Antígona, personagem de Sófocles, mestre da tragédia grega

Apresentação

Este livro-relatório tem como objetivo contribuir para que o Brasil avance na consolidação do respeito aos Direitos Humanos, sem medo de conhecer a sua história recente. A violência, que ainda hoje assusta o País como ameaça ao impulso de crescimento e de inclusão social em curso deita raízes em nosso passado escravista e paga tributo às duas ditaduras do século 20.

Jogar luz no período de sombras e abrir todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas no último ciclo ditatorial são imperativos urgentes de uma nação que reivindica, com legitimidade, novo status no cenário internacional e nos mecanismos dirigentes da ONU.

Ao registrar para os anais da história e divulgar o trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ao longo de 11 anos, esta publicação representa novo passo numa caminhada de quatro décadas. Nessa jornada, uniram-se para um esforço conjunto brasileiros que se opunham na arena política imediata.

Sob a gestão de Nelson Jobim no Ministério da Justiça, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade frente à questão dos opositores que foram mortos pelo aparelho repressivo do regime militar. Papel decisivo nessa conquista tiveram os familiares dos mortos e desaparecidos, com sua perseverança e tenacidade, e o futuro ministro José Gregori, então chefe de Gabinete do Ministério da Justiça.

O Executivo Federal preparou um projeto que o parlamento brasileiro transformou em lei em dezembro de 1995, criando uma Comissão Especial com três tarefas: reconhecer formalmente caso por caso, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais que nunca foram entregues para sepultamento. A Comissão Especial manteve uma coerente linha de continuidade atravessando, até o momento, quatro mandatos presidenciais. Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei foi ampliada em sua abrangência e praticamente se concluiu o exame de todos os casos apresentados.

Uma dupla face deste Brasil que rompe o século 21 – com sonhos e desafios novos – saltará à vista dos leitores deste livro, sejam eles vítimas do período ditatorial, sejam eles apoiadores daquele regime, sejam juízes, procuradores, parlamentares, autoridades do Executivo, jornalistas, estudantes, trabalhadores, cidadãos e cidadãs de todas as áreas.

Uma face é a do país que vem fortalecendo suas instituições democráticas há mais de 20 anos. É a face boa, estimulante e promissora de uma nação que parece ter optado definitivamente pela democracia, entendendo que ela representa um poderoso escudo contra os impulsos do ódio e da guerra, que sempre se alimentam da opressão.

A leitura também mostrará uma outra face. É aquela percebida nos obstáculos que foram encontrados por quem exige conhecer a verdade, com destaque para quem reclama o direito milenar e sagrado de sepultar seus entes queridos. Na história da humanidade, os povos mais sanguinários interrompem suas batalhas em curtas tréguas para troca de cadáveres, possibilitando a cada exército, tribo ou nação prantear seus mortos, fazendo do funeral o encerramento simbólico do ciclo da vida.

Nenhum espírito de revanchismo ou nostalgia do passado será capaz de seduzir o espírito nacional, assim como o silêncio e a omissão funcionarão, na prática, como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta.

O lançamento deste livro na data que marca 28 anos da publicação da Lei de Anistia, em 1979, sinaliza a busca de concórdia, o sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os 11 anos de trabalho da Comissão Especial.

Paulo Vannuchi

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Marco Antônio Rodrigues Barbosa

Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Partida 31-00

EP/DM/MI
06/196.27
05
8
55

17 JUL 1927 000000

300
1-00
da 51

140 de 04/12/1.995)
JUSTICA, ANEXO II

DELEG. G. 17426/50-25

6º ANDAR 5A

CISEI/MJ
FIL. 04
P. 00

1009
M

MEMBR

RIO DO
DA ENCROZILHADA
DE BELEM, 108
indicar no nome
O LONGMAN
ESPAV
O LONGMAN
LA SUBSTITUI
ATIMA VIEIRA
LO SUBSTITUI



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
Distrito Encruzilhada

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Estado Pernambuco

DECLARACAO DE NASCIMENTO

Zona Julicaria, em virtude da L.

Integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)

1995/2000

Miguel Reale Júnior – Presidente

Nilmário Miranda – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Eunice Paiva – Representante da sociedade civil até 03/04/1996, quando foi substituída por Luís Francisco Carvalho Filho

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares

general Oswaldo Pereira Gomes – Representante das Forças Armadas

Paulo Gustavo Gonet Branco – Representante do Ministério Público Federal

João Grandino Rodas – Ministério das Relações Exteriores

2001

Miguel Reale Júnior – Presidente até 27/12/2001

Luís Francisco Carvalho Filho – Presidente a partir de 27/12/2001

Nilmário Miranda – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil a partir de 27/12/2001

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares

general Oswaldo Pereira Gomes – Representante das Forças Armadas

Paulo Gustavo Gonet Branco – Representante do Ministério Público Federal

João Grandino Rodas – Ministério das Relações Exteriores

2002

Luís Francisco Carvalho Filho – Presidente

Nilmário Miranda – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares

general Oswaldo Pereira Gomes – Representante das Forças Armadas

Paulo Gustavo Gonet Branco – Representante do Ministério Público Federal

João Grandino Rodas – Ministério das Relações Exteriores

2003

Luís Francisco Carvalho Filho – Presidente

Maria do Rosário Nunes – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a partir de 14/08/2003

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares

Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas, a partir de 14/08/2003

Maria Eliane Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal, a partir de 14/08/2003

André Sabóia Martins – Ministério das Relações Exteriores, a partir de 14/08/2003

2004

Luís Francisco Carvalho Filho – Presidente

João Luiz Duboc Pinaud – Presidente a partir de 29/06/2004

Augustino Veit – Presidente a partir de 17/11/2004

Maria do Rosário Nunes – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares

Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas

Maria Eliane Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal

André Sabóia Martins – Ministério das Relações Exteriores

FRIG/MJ
01
8

17 JUL 1920 000000

140 de 04/12/1.995)
JUSTIÇA, ANEXO II

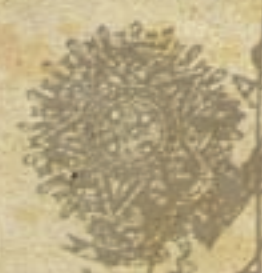
LE/600-740
CCOL-017410/96-24

6º ANDAR SAJ

CISEI/MJ
FIS. 04
PIC

MEMBR

RIO DO
DA ENCRUZILHADA
DE BELEM, 108
LONGMAN
LONGMAN
VIEIRA



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
Distrito Encruzilhada

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

DECLARACAO DE NASCIMENTO

em virtude da...

2005

Augustino Veit – Presidente

Maria do Rosário Nunes – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Suzana Keniger Lisbôa – Representante dos familiares até 02/08/2005

Diva Soares Santana – Representante dos familiares a partir de 06/12/2005

Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas

Maria Eliane Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal

André Sabóia Martins – Ministério das Relações Exteriores, até 18/10/2005, quando é substituído por

Márcia Adorno – Ministério das Relações Exteriores

2006

Augustino Veit – Presidente até 25/04/2006

Marco Antônio Rodrigues Barbosa – Presidente a partir de 25/04/2006

Maria do Rosário Nunes – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados até 03/08/2006

Luís Eduardo Greenhalgh – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a partir de 03/08/2006

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Diva Soares Santana – Representante dos familiares

Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas

Maria Eliane Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal

Márcia Adorno – Ministério das Relações Exteriores, substituída por Augustino Veit em 25/04/2006

2007

Marco Antônio Rodrigues Barbosa – Presidente

Pedro Wilson – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a partir de 06/03/2007

Belisário dos Santos Junior – Representante da sociedade civil

Diva Soares Santana – Representante dos familiares

Maria Eliane Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal

Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas

Augustino Veit

Titulares dos Direitos Humanos entre 1995 e 2007

José Gregori

Secretário Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça – 07/04/1994 a 14/04/2000

Gilberto Sabóia

Secretário Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça – 20/06/2000 a 14/11/2001

Paulo Sérgio Pinheiro

Secretário de Estado dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça) – 16/11/2001 a 31/12/2002

Nilmário Miranda

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – 02/01/2003 a 21/07/2005

Mário Mamede Filho

Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República – 29/07/2005 a 05/12/2005 e Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – 06/12/2005 a 20/12/2005

Paulo Vannuchi

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República desde 21/12/2005

sumário

17	Capítulo 1 – Direito à memória e à verdade	428	1978
19	Capítulo 2 – Contexto histórico	430	1979
30	Capítulo 3 – A história da Comissão Especial	434	1980
48	Capítulo 4 – Casos da Comissão	435	1982
51	Casos anteriores a abril de 1964	436	1985
89	Casos após o AI5	438	Argentinos desaparecidos no Brasil
89	1969	443	Outros indeferidos
112	1970	461	Casos enviados para a Comissão de Anistia
141	1971	463	As Organizações da Esquerda
195	Guerrilha do Araguaia	486	Glossário
271	1972	488	Índice remissivo
325	1973		
369	1974		
395	1975		
410	1976		
427	1977		

Capítulo 1

Direito à memória e à verdade

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – instituída pela Lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995 – vem cumprindo importante papel na busca de solução para os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período 1961-1988.

Desempenha esse trabalho com rigor e equilíbrio há mais de 11 anos, contribuindo para a consolidação da vida democrática brasileira. Enfrentou as dificuldades que são inerentes a tão delicada tarefa, mas conseguiu concluir o exame de quase todos os casos apresentados, garantindo reparação indenizatória aos familiares das vítimas e, sobretudo, oficializando o resgate de um período fundamental que já pertence à história do Brasil.

A Comissão encerrou, no final de 2006, uma longa primeira etapa de suas atividades. Concluída a fase de análise, investigação e julgamento dos processos relativos aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para sua soberana decisão, que se somam a outros 136 nomes já reconhecidos no próprio Anexo da Lei nº 9.140/95, vem se concentrando, agora, em dois outros procedimentos.

O primeiro deles, iniciado em setembro de 2006, é a coleta de amostras de sangue dos parentes consanguíneos dos desaparecidos ou dos mortos cujos corpos não foram entregues aos familiares, para constituir um banco de dados de perfis genéticos – Banco de DNA – visando

à comparação e identificação com certeza científica dos restos mortais que ainda venham a ser localizados, bem como de ossadas já separadas para exame.

O segundo é sistematizar informações sobre a possível localização de covas clandestinas nas grandes cidades e em áreas prováveis de sepultamento de militantes na área rural, em especial na região do rio Araguaia, no sul do Pará. Ao fazê-lo, a CEMDP estará cumprindo o disposto no Inciso II do Artigo 4º da Lei nº 9.140/95, que a criou: "envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados".

A Lei nº 9.140/95 marcou o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de sua responsabilidade no assassinato de opositores políticos no período abrangido. Reconheceu automaticamente 136 casos de desaparecidos constantes num "Dossiê" organizado por familiares e militantes dos Direitos Humanos ao longo de 25 anos de buscas. Mais tarde, foi excluída dessa lista uma pessoa que se comprovou ter morrido de causas naturais. Pelos termos da Lei, não cabia à CEMDP diligenciar sobre os 135 casos já definidos, e sim apreciar as denúncias de outros registros de mortes, legalizando procedimentos para indenização das famílias.

As informações foram levantadas por familiares e advogados, tomando por base depoimentos de ex-presos políticos, de agentes do Estado e pessoas envolvidas no

processo de repressão, bem como analisando reportagens da imprensa e documentos encontrados em arquivos públicos abertos para consulta. Este último fator reforça a necessidade de se permitir amplo acesso a esses e outros arquivos públicos, ou mesmo privados, para consulta e esclarecimento da realidade das mortes.

A elucidação das informações referentes às circunstâncias de prisão, tortura e morte de opositores permitiram que o Estado brasileiro assumisse sua responsabilidade histórica e administrativa sobre a integridade dos presos e o destino dado a eles. A indenização pecuniária foi conseqüência natural e legal para sua efetivação.

Redemocratizado, o Estado brasileiro cumpriu também um certo papel de juiz histórico ao fazer o resgate da memória e da verdade. Não poderiam seguir coexistindo versões colidentes como a de inúmeros comunica-

dos farsantes sobre fugas, atropelamentos e suicídios, emitidos naqueles tempos sombrios pelos órgãos de segurança, e a dos autores das denúncias sobre violação de Direitos Humanos, que infelizmente terminaram se comprovando verdadeiras.

O referido "Dossiê", preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, valeu como base e ponto de partida consistente para o rigoroso exame da Comissão Especial. Foram exigidos depoimentos que corroborassem as denúncias, apresentados documentos e realizadas perícias científicas para chegar à versão definitiva dos fatos.

Este livro-relatório registra para a história o resgate dessa memória. Só conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o País saberá construir instrumentos eficazes para garantir que semelhantes violações dos Direitos Humanos não se repitam nunca mais.

Capítulo 2

Contexto histórico

A ditadura militar brasileira não foi um fato isolado na história da América Latina. Na mesma época, regimes semelhantes nasceram de rupturas na ordem constitucional de outros países no subcontinente, tendo as Forças Armadas assumido o poder em consonância com a lógica da Guerra Fria. O mundo estava dividido em dois grandes blocos. Um pólo era comandado pelos Estados Unidos e o outro pela União Soviética. Essa divisão de poder mundial teve como cenário de fundo o resultado da Segunda Guerra, com as potências vencedoras dividindo o planeta em duas grandes áreas de influência.

Num tabuleiro de apenas duas cores, o Brasil permaneceu na órbita da diplomacia norte-americana, assim como o restante dos países latino-americanos. A partir de 1959, a Revolução Cubana marcou profundamente a política exterior dos Estados Unidos, que anunciaram não mais tolerar insurgências desafiando sua hegemonia na região, logo após ter ficado clara a aproximação entre Cuba e União Soviética. Para garantir que os governos da região permanecessem como aliados, os Estados Unidos apoiaram ou patrocinaram golpes militares de exacerbado conteúdo anticomunista.

Os países da região que haviam participado com tropas na Segunda Guerra Mundial, como o Brasil, lutaram como aliados dos Estados Unidos e sob seu comando militar, iniciando aí uma cooperação operacional que avançaria nas décadas seguintes, gerando unidade de doutrinas, treinamento conjunto na formação de quadros e estreita identidade ideológica.

No pós-guerra, essa divisão entre influência norte-americana ou soviética se estendeu pelos cinco continentes. Ocorreram algumas iniciativas de independência

em política e diplomacia, como, por exemplo, a criação do bloco dos países não-alinhados, a partir de 1955, o cisma sino-soviético dos anos 1960 e a resistência de Charles De Gaulle a uma liderança absoluta dos Estados Unidos ao longo do período. Na América Latina, entretanto, essas iniciativas de autodeterminação avançaram pouco. Prevaleceu até o final do século 20 a atitude de alinhamento automático com as posições norte-americanas, com raras exceções.

Assim é que, no subcontinente, os anos 1960 e 1970 vão contabilizar um nítido fortalecimento, no âmbito do poder político, das forças que haviam resistido aos governos de orientação nacionalista dos anos 1950, como o de Vargas, no Brasil, Perón, na Argentina, Paz Estensoro, na Bolívia, Jacobo Arbenz, na Guatemala, e vários outros. Como regra geral, os governantes buscam estreitar, no plano econômico, a associação com seus antigos aliados do capital externo, sob tutela militar nacional, e incorporam plenamente a estratégia norte-americana de contenção do comunismo, resumida pela Doutrina de Segurança Nacional.

Com base nessa doutrina, foram decretadas no Brasil sucessivas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis (DL), uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DL 510 e DL 898), de conteúdo draconiano, que funcionaram como pretenso marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva.

O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade da Nação e do Estado com a vontade do regime. Se o alvo inicial eram apenas os opositores no plano partidário e na luta política clandestina, de fato a lei terminaria fulminando

também a liberdade de imprensa. Ao estabelecer que os jornais e emissoras de rádio e televisão deviam contribuir para o fortalecimento dos objetivos nacionais permanentes, abria caminho para proibi-los de divulgar críticas contra autoridades governamentais porque não poderiam indispor a opinião pública contra elas, gerando animosidade ou a chamada guerra psicológica adversa.

Ditaduras no Cone Sul

Esse contexto histórico regional trouxe, então, a generalização de regimes políticos repressivos em todos os países do Cone Sul: Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973), Chile (1973), ao passo que a ditadura de Stroessner, no Paraguai, já remontava à década anterior, 1954. O controle da classe trabalhadora pautou-se por forte coerção sobre os sindicatos, quando não por intervenções diretas e prisão ou assassinato das lideranças. Em quase todos os casos, os partidos políticos preexistentes foram extintos e o parlamento submetido a severas limitações, quando não simplesmente fechado.

A Argentina passou por um primeiro governo ditatorial entre 1966 e 1973, mas foi no segundo período de regime militar, iniciado em 24 de março de 1976, que as cifras da violência repressiva atingiram patamares sem precedentes. A recuperação da democracia, a partir de 1983, após o desastre nacional causado pela aventura dos ditadores nas Malvinas, teve de considerar um espantoso saldo de seqüestros, torturas e assassinatos por parte de agentes estatais, quando os Direitos Humanos foram violados em larga escala. Estima-se em cerca de 30 mil o total de mortos e desaparecidos entre os que resistiram ao regime.

No Uruguai, que antes se orgulhava de ser um país de longa convivência política democrática, os militares foram assumindo crescente controle sobre as autoridades civis já no final dos anos 1960. Mantiveram Juan Maria Bordaberry desde 1971 como presidente fantoche e passaram a exercer plenamente o poder ditatorial a partir de junho de 1973. A democracia começou a ser restaurada apenas em 1985, mesmo ano em que o Brasil voltava a ter um presidente civil. Estima-se em cerca de 400 o número de mortos e desaparecidos daquele país vizinho por lutarem contra a ditadura, muitos deles sendo assassinados durante exílio na Argentina.

No Chile, a ditadura comandada por Augusto Pinochet instituiu a violência de Estado como norma de conduta desde o primeiro momento do golpe contra o governo constitucional, começando pela execução do presidente Salvador Allende no próprio palácio presidencial de La Moneda, em 11 de setembro de 1973. O período em que a Unidade Popular governou o Chile, entre fins de 1970 e setembro de 1973 tinha sido marcado por crescente



Brasília, 1º de abril de 1964

fortalecimento dos partidos de esquerda, mobilizações de conteúdo socialista, aproximação diplomática com Cuba e União Soviética, bem como pelo crescimento do setor nacional-estatal da economia, com destaque para as minas de cobre, maior fonte de divisas do país.

O Chile viveu sob a ditadura do general Pinochet até que a oposição vencesse um plebiscito nacional em 1988 e as eleições presidenciais do ano seguinte. Iniciou-se, então, uma delicada engenharia de transição política que seria completada ao longo dos anos seguintes. Há muita controvérsia e até livros publicados em torno da estimativa de quantos foram os mortos e desaparecidos durante o regime Pinochet, predominando cifras que oscilam entre 3.000 e 10.000 opositores assassinados.

Quanto ao Paraguai, importa registrar que o regime do general Stroessner, iniciado em 1954 e igualmente pautado pela rotineira ocorrência de prisões, torturas e execuções de adversários políticos, teve características de um complexo sistema ditatorial militar-civil, que conferiu ao ditador oito mandatos sucessivos, até 1989. O Partido Colorado, ao qual pertencia Stroessner, governa ainda hoje aquele país, após passar por reciclagem superficial, sendo que, no presente momento, as instituições políticas paraguaias ainda ostentam uma instabilidade política que destoia do observado no restante do Cone Sul.

Em meados da década de 1970, os regimes militares desses cinco países articularam uma integração operacional de seus órgãos de repressão política para intercâmbio de inteligência e para efetuar prisões, seqüestros, atentados com explosivos ou mesmo executar militantes das organizações políticas que atuavam na resistência à ditadura em seus respectivos países.

Idealizada pelo coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, a polícia política de Pinochet, a chamada Operação Condor terminaria abrangendo também a Bolívia após a derrubada do governo nacionalista de Juan José Torres, e até o Equador. Como parte dessa operação, foram assassinados no exílio importantes líderes políticos como o senador uruguaio Zelmar Michelini; os ministros de Allende, general Carlos Prats e Orlando Letelier; e vários outros.

No início do século 21, superados os governos repressivos dos cinco países do Cone Sul, estão em andamento processos judiciais no Chile, na Argentina, no Uruguai e mesmo no Paraguai, que buscam responsabilizar altas autoridades e torturadores do período ditatorial naqueles países.

Pinochet morreu em dezembro de 2006, quando se encontrava em prisão domiciliar e respondia a inúmeras ações criminais desde que detido na Espanha. Alfredo Stroessner morreu exilado no Brasil, em agosto do mesmo ano, submetido a processos no Paraguai. Integrantes da Junta Militar Argentina na prisão e, recentemente, a imprensa noticiou o suicídio de um alto oficial uruguaio, horas antes de comparecer em juízo para responder por seus crimes. Também o ex-presidente Bordaberry (1973-1976) está impedido de deixar o Uruguai, acusado de descumprir a Constituição e de graves violações de Direitos Humanos, tendo sua prisão decretada por homicídios cometidos em Buenos Aires.

O Brasil é o único país do Cone Sul que não trilhou procedimentos semelhantes para examinar as violações de Direitos Humanos ocorridas em seu período ditatorial, mesmo tendo oficializado, com a Lei nº 9.140/95, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes e pelos desaparecimentos denunciados.

Fases do Regime Militar no Brasil

O regime militar brasileiro de 1964 - 1985 atravessou pelo menos três fases distintas. A primeira foi a do Golpe de Estado, em abril de 1964, e consolidação do novo regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 - ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se torna rotina -, iniciando-se então uma lenta abertura política que iria até o fim do período de exceção.

Na fase inicial, o setor das Forças Armadas que prevaleceu na disputa interna para comandar o aparato estatal foi o proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), que havia

construído um verdadeiro projeto nacional de poder, entre 1954 e 1964, tendo como principal líder o marechal Castello Branco, primeiro presidente do ciclo militar.

O primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, desencadeou a primeira avalanche repressiva, materializada na cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos, demissão do serviço público, expurgo de militares, aposentadoria compulsória, intervenção em sindicatos e prisão de milhares de brasileiros.

Inspirada no similar *National War College* norte-americano, a ESG nasceu em 1949 sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas. Sua orientação era marcada por forte ideologia anticomunista, que se traduziu na mencionada Doutrina de Segurança Nacional, com base na qual se construiu o aparato capaz de controlar toda a vida política no país e formar quadros para ocupar cargos de direção no novo governo.

O grupo de oficiais da ESG também montou o Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos pilares da ditadura, concebido pelo principal teórico do regime, o general Golbery do Couto e Silva. A ESG e o SNI desenvolveram um papel político fundamental na implantação e defesa do governo de exceção.



Propaganda utilizada pela ditadura militar

A Doutrina de Segurança Nacional, idealizada em grande parte por Golbery, foi uma tentativa de fundamentar conceitualmente a suspensão das garantias constitucionais, a limitação das liberdades individuais, a introdução da censura aos meios de comunicação e a repressão total aos que se opunham por meio de atividades clandestinas. A defesa do cristianismo ocidental foi usada como pretensa inspiração dessa doutrina, o que sempre foi contestado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por expoentes como Dom Cândido Padim e padre Joseph Comblin, ambos igualmente vítimas de investigações e processos por parte do regime.

A Doutrina de Segurança Nacional se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno. Não se tratava mais de preparar o Brasil para uma guerra tradicional, de um Estado contra outro. O inimigo poderia estar em qualquer parte, dentro do próprio país, ser um nacional. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva – foram utilizadas para a submissão dos presos políticos a julgamentos pela Justiça Militar.

Assim, já no final de 1969, estava caracterizada a instalação de um aparelho de repressão que assumiu características de verdadeiro poder paralelo ao Estado no país. Seus agentes podiam utilizar os métodos mais sórdidos, mas contavam com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta dos mandatários militares, incluindo-se aí a suspensão do direito de *habeas-corpus*, a formalização de decretos secretos e a edição de uma terceira Lei de Segurança Nacional (DL 898), introduzindo prisão perpétua e até mesmo a pena de morte para opositores envolvidos em ações armadas que tivessem causado morte.

Remanescentes do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, responsável pela articulação do setor empresarial nos preparativos do Golpe de Estado de 1964, colaboraram financeiramente para a reestruturação do aparato repressivo, inicialmente de forma semiclandestina. As Forças Armadas passaram a se adaptar para enfrentamento da guerra de guerrilhas. A estrutura de informação montada fortaleceu sua capacidade para

travar a guerra surda que se deu por meio dos interrogatórios com torturas, das investigações sigilosas, da escuta telefônica, do armazenamento e processamento de informações sobre atividades consideradas subversivas. Eram enquadradas nesse campo, desde simples reivindicações salariais e pregações religiosas, até as formas de oposição por métodos militares.

Pelo menos entre 1969 e 1976, a estrutura do sistema repressivo adquiriu o formato de uma ampla pirâmide, tendo como base as câmaras de interrogatório e, no vértice, o Conselho de Segurança Nacional. O SNI tinha sido criado em 13 de junho de 1964 para recolher e processar todas as informações de interesse da segurança nacional. Seu comandante, com status de ministro, mantinha encontros diários com o presidente da República e tinha uma grande influência sobre as decisões políticas do governo. Tanto que, desse órgão, saíram dois presidentes do ciclo militar, o general Emílio Garrastazu Médici e o general João Baptista Figueiredo.

Apesar do grande aparato montado, o serviço de inteligência não conseguiu responder com eficiência às expectativas do governo num primeiro momento. Para melhorar a eficácia repressiva, surgiu a necessidade de uma integração completa entre os organismos da repressão, ligados aos ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, à Polícia Federal e às polícias estaduais. Em São Paulo, foi montada, em 1969, uma operação piloto que visava a coordenar esses serviços, chamada Operação Bandeirante (OBAN). Não era formalmente vinculada ao II Exército, mas estava, de fato, sob a chefia de seu comandante, o general Canavarro Pereira. A OBAN foi composta de efetivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Política Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública, da Guarda Civil e até de civis paramilitares.

A experiência da OBAN como centralizadora das ações repressivas em São Paulo foi aprovada pelo regime militar, que resolveu estender seu formato a todo o País. Nasceu então o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, lembrado ainda hoje pela temível sigla DOI-CODI, que formalizou no âmbito do Exército um comando englobando as três Armas.

Com dotações orçamentárias próprias e chefiado por um alto oficial do Exército, o DOI-CODI assumiu o primeiro posto na repressão política no país. No entanto, os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as delegacias regionais da Polícia Federal, bem como o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CE-NIMAR) mantiveram ações repressivas independentes, prendendo, torturando e eliminando opositores.

Esse gigantesco aparelho repressivo chegou a atuar também fora do país. Em 1972, deixou sua marca na Bolívia, após o golpe que derrubou Juan José Torres; em 1973, no Chile e no Uruguai; e em 1976, na Argentina. Essa expansão tentacular foi relatada por vários exilados submetidos a interrogatórios por agentes brasileiros quando presos naqueles países. Os agentes brasileiros explicavam sua presença no exterior como parte de uma missão para treinar em técnicas de interrogatório e tortura seus colegas bolivianos, chilenos, argentinos e uruguaios.

A resistência

Ao longo dos 21 anos de regime de exceção, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição, pelos mais diversos canais e com diferentes níveis de força. Já nas eleições de 1965, adversários do regime venceram a disputa para os governos estaduais de Minas Gerais e da Guanabara, levando os militares a decretar em outubro o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que eliminou o sistema partidário existente e forçou a introdução do bipartidarismo.

Entre 1966 e 1979, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) atuou como frente legal de oposições, amplamente heterogênea. Nesses 13 anos, sua conduta alterou fases pragmáticas de conformismo e momentos de enfrentamento corajoso. Foi vítima de ciclos vingativos de cassação de mandatos e sofreu a edição de pacotes com regras casuísticas que buscavam perpetuar a supremacia do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), comprovando que o regime só aceitava o resultado das urnas quando elas lhe eram favoráveis.

Atingida com dureza já nos primeiros dias do novo governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na Praia do Flamengo, Rio de Ja-



neiro, o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia a partir de 1965, em todo o País. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda.

Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977. Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades, o Decreto nº 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas.

Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando no ABC paulista,

voltam as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil.

A área intelectual e artística representou outro pólo de resistência. A música, o cinema, o teatro, a literatura, distintos segmentos da vida cultural brasileira tornaram-se arena de contestação ao regime autoritário, agindo muitas vezes como ousada trincheira que exigia o resgate da liberdade de criação. O setor enfrentou, como represália, períodos de vigorosa censura e mesmo a prisão de grandes expoentes artísticos, em especial nas semanas que se seguiram à decretação do AI-5.

No contexto de endurecimento do regime, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento do poder dos militares. Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações político-militares adotaram táticas de assalto a bancos, seqüestro de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, o que, por sua vez, também produziu inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado.

Consolidou-se, com o AI-5, uma dinâmica de radicalização que já tinha nascido no bojo da disputa que envolveu a escolha do sucessor de Castello Branco no comando do regime. O general Costa e Silva assumiu a presidência, em 1967, como representante da chamada Linha Dura, vale dizer, setores das três Armas que rejeitavam qualquer moderação ou tolerância quanto às oposições. Na chefia do SNI, Costa e Silva colocou Garrastazu Médici, que seria o presidente seguinte, representando o período de maior truculência repressiva.

Nessa dinâmica, o governo tinha aliado até mesmo lideranças políticas que foram grandes expoentes da mobilização pela deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda e vários outros. O endurecimento levou ao surgimento, em 1966, de uma Frente Ampla que reunificava figuras diametralmente opostas no leque partidário brasileiro, como o próprio Lacerda, Juscelino Kubitschek,

João Goulart e outros. Em 5 de abril de 1968, a Frente Ampla seria terminantemente proibida pelo regime.

A escalada repressiva sobre os estudantes deu novo salto a partir de 28 de março de 1968, quando policiais dispararam contra manifestação que protestava pelo fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, matando o secundarista Edson Luís Lima Souto. Ao funeral compareceram 50 mil pessoas, ocorrendo dezenas ou centenas de prisões. Dias depois, a cavalaria da Polícia Militar invadiu a igreja da Candelária, onde se realizava a missa de sétimo dia, com a presença de milhares de estudantes.

Em 21 de junho, a violência cresceu ainda mais no Rio de Janeiro. Forças policiais reprimiram passeata estudantil que reivindicava mais verbas para o ensino, restando um saldo de quatro mortos, num episódio que foi registrado na imprensa como "sexta-feira sangrenta". A opinião pública reagiu expressando um nível de indignação contra a brutalidade repressiva, que ainda não tinha precedentes desde 1964. No dia 26 de junho, artistas, intelectuais, re-

ligiosos, trabalhadores, estudantes, centenas de mães e a população de um modo geral se uniram na "Passeata dos Cem Mil". O que, por sua vez, acabou acirrando ainda mais a tensão no seio dos segmentos extremistas do regime.

Passeatas estudantis se repetiram em quase todos os estados do Brasil naquele período. Em São Paulo, em 3 de outubro, estudantes da USP, na rua Maria Antonia, enfrentaram a polícia e alunos da Universidade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), resultando na morte de outro secundarista, José Guimarães. Dias depois, ocorreu ocupação policial que deixou o antigo prédio universitário praticamente destruído. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna, no interior do estado, onde se realizava, de forma clandestina, o 30º Congresso da UNE, prendendo os participantes (entre 700 e 1.000 pessoas), incluindo-se aí a quase totalidade de suas lideranças nacionais.

Essa primeira fase do ciclo autoritário terminaria no final daquele ano. O governo pediu licença ao Legisla-



Em seu governo, o marechal Arthur da Costa Silva (1967 – 1969) editou o AI-5, que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão

tivo para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, que havia discursado da tribuna da Câmara denunciando a violência policial e militar exercida contra as passeatas estudantis. Com Mário Covas na liderança da oposição, o parlamento brasileiro não se curvou à exigência e essa negativa foi utilizada pelo regime como pretexto final para a decretação do AI-5, em 13 de dezembro.

O AI-5 foi considerado um verdadeiro "golpe dentro do golpe". O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de *habeas-corpus*. O Conselho de Segurança Nacional teve seus poderes ampliados e a chamada Linha Dura assumiu o controle completo no interior do regime. Ações de guerrilha urbana, já iniciadas antes do AI-5, se avolumaram nitidamente até setembro de 1969, quando o espetacular seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick significou uma desmoralização do poderio repressivo do regime e, ao mesmo tempo uma convocação para que ele fosse redobrado.

Com o afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969, por motivos médicos, uma Junta Militar ocupou de forma provisória o poder, impedindo a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo. De imediato, a junta editou, em setembro de 1969, uma nova Lei de Segurança Nacional, com elevação drástica do conteúdo repressivo e introduzindo a pena de morte. Na disputa sucessória então deflagrada, o general Médici foi o vencedor em uma votação direta entre generais do Alto-Comando. Médici pertencia ao grupo palaciano que havia apostado no fechamento político do Estado e sua posse abriu a fase de repressão mais extremada em todo o ciclo de 21 anos do regime militar.

A Constituição de 1967, que Castello Branco havia introduzido em substituição à Carta de 1946, e que tentava legalizar um sistema carente de legitimidade constitucional, é trocada, por decreto, pela Constituição de 1969. Este último arremedo de Constituição, completamente inconstitucional à luz de qualquer abordagem apoiada nos princípios universais do Direito, nada mais fazia do que desdobrar as imposições contidas no draconiano AI-5. E este tinha abolido os direitos individuais, que representam



Reunião da Campanha pela Anistia, em 1978, na Câmara de Vereadores de São Paulo

o eixo central de todos os preceitos do constitucionalismo, bem como da própria democracia.

A partir de então, num clima de verdadeiro "terror de Estado", o regime lançou ofensiva fulminante sobre os grupos armados de oposição, que tinham imposto uma derrota desmoralizante aos militares que cederam no seqüestro do embaixador norte-americano, trocando-o pela libertação de 15 prisioneiros políticos. Daí em diante concentrou seu fogo, em primeiro lugar, contra as organizações que agiam nas grandes capitais: ALN, MR-8, PCBR, Ala Vermelha, VPR, VAR-Palmares e muitas outras. Entre 1972 e 1974, combateu e exterminou uma base guerrilheira que o PCdoB mantinha em treinamento na região do Araguaia desde 1966. Entre 1975 e 1976 aniquilou 11 integrantes do Comitê Central do PCB e, em 16/12/1976, cercou uma casa onde se reunia a direção do PCdoB, matando três dirigentes e prendendo quase toda a direção daquele partido.

Num computo final, a violência repressiva não poupou as organizações clandestinas que não tinham aderido à luta armada, e nem mesmo religiosos que se opuseram ao regime sem filiação a qualquer organização. Os presídios ficaram superlotados e as listas denunciando mortes sob torturas pularam de algumas dezenas de opositores, em 1962, para várias centenas, em 1979, ano da Anistia.

A temática dos Direitos Humanos, que antes da ditadura era um elemento quase ausente na agenda política nacional, passa a representar um ponto de vulnerabilidade do regime. Acumulam-se e se tornam cada vez mais confiáveis as denúncias sobre torturas relatadas pelos presos que sobreviveram. Cresce o desgaste da imagem do Brasil no exterior e, principalmente, a pressão que a hierarquia da Igreja Católica exerce em torno do assunto.

No final de 1973, último ano de Médici, já estava evidente o esgotamento do chamado "Milagre Brasileiro", ciclo de cinco anos com forte crescimento do PIB, e os grupos militares de origem castelista conseguiram recuperar força, impondo Ernesto Geisel como próximo presidente. No momento de sua posse, em março de 1974, os órgãos de repressão já tinham logrado êxito no combate aos grupos de guerrilha urbana e desen-

volviam a última campanha militar de aniquilamento contra os militantes do PCdoB no Araguaia.

Quando, o PCB se tornou o alvo principal do aparelho repressivo, em 1974 e 1975, os órgãos de segurança eliminaram fisicamente a quase totalidade de seu Comitê Central, sem fazer qualquer anúncio público. O regime manteve completo silêncio sobre as notas de "desaparecimento" que a imprensa, voltando a experimentar pequenas brechas na censura, começou a publicar com cautela.

A distensão

Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em março de 1974, anunciando um projeto de distensão lenta, gradual e segura. Cinco anos depois, ao transmitir o posto ao general João Baptista Figueiredo, entregaria ao sucessor um regime ainda não democrático, mas onde a repressão política era menos acentuada. Estaria abolido o AI-5, a liberdade de imprensa vinha sendo devolvida aos poucos, as propostas de anistia eram debatidas abertamente e Golbery do Couto e Silva, que voltou então à primeira cena na vida política nacional, preparava uma proposta de reforma partidária extinguindo o bipartidarismo forçado.

No entanto, é certo que nos três primeiros anos de Geisel, os interrogatórios mediante tortura e a eliminação física dos opositores políticos continuaram sendo rotina. O desaparecimento de presos políticos, que antes era apenas uma parcela das mortes ocorridas, torna-se regra predominante para que não ficasse estampada a contradição entre discurso de abertura e a repetição sistemática das velhas notas oficiais simulando atropelamentos, tentativas de fuga e falsos suicídios.

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado sob torturas no DOI-CODI de São Paulo, valendo o episódio como gota d'água para que aflorasse um forte repúdio da opinião pública, na imprensa e na sociedade civil como um todo, contra a repetição de encenações aviltantes (suicídio) para tentar encobrir a verdadeira rotina dos porões do regime.

Três meses depois, no mesmo DOI-CODI de São Paulo, é assassinado sob torturas o operário metalúrgico Manuel

Fiel Filho, sendo expedida, mais uma vez, nota oficial com a inacreditável versão de suicídio. Mas, pela primeira vez na história do regime militar, o presidente decide agir contra os porões e demite do Comando do II Exército o general Ednardo D'Ávila Mello. Abre-se, então, um confronto claro entre Geisel e militares mais à direita, que só terminaria com a queda de Sylvio Frota do comando do Exército, em outubro do ano seguinte.

Antes disso, em abril de 1977, o regime militar volta a decretar o fechamento do Congresso Nacional para editar o Pacote de Abril, conjunto de medidas casuísticas que se destinavam, prioritariamente, a conter o fortalecimento do MDB, que tinha colhido um surpreendente crescimento nas urnas em 1974. Repete-se, assim, o expediente antidemocrático utilizado no ano anterior, quando foi editada a Lei Falcão, destinada a prejudicar os candidatos da oposição nas eleições municipais daquele ano. O Pacote de Abril introduziu a esdrúxula figura do senador biônico, como recurso autoritário para impedir o crescimento do MDB nas eleições do ano seguinte.

Apesar de todos os expedientes arbitrários, o governo militar sofreu outro revés nas urnas de 1978, com novo salto no fortalecimento do MDB, partido que nessa altura de sua trajetória contava com uma importante ala de "autênticos", designação assumida por deputados e senadores que denunciavam as violações de Direitos Humanos e eram intransigentes no embate parlamentar contra a Arena, sendo muitos deles ligados às lutas sindicais e populares que vinham crescendo no cenário de abertura.

Em julho de 1977, a cassação de mandato voltou a atingir a figura do líder do MDB na Câmara dos Deputados. A violência do regime militar contra o deputado paranaense Alencar Furtado era resposta ao pronunciamento feito por ele no programa partidário do MDB, em cadeia nacional, quando abordou o tema dos desaparecidos de maneira contundente: "Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe? Mortos talvez. Os órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez, ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez".

Anistia e fim do regime militar

No âmbito político, 1979 é o ano da Anistia, que foi aprovada em 28 de agosto, envolvendo questões polêmicas a ser abordadas logo adiante neste livro-relatório. Mesmo incorporando o conceito de crimes conexos para beneficiar, em tese, os agentes do Estado envolvidos na prática de torturas e assassinatos, a Lei de Anistia possibilitou o retorno de lideranças políticas que estavam exiladas, o que trouxe novo impulso ao processo de redemocratização. Nesse mesmo ano, foi aprovada a reformulação política que deu origem ao sistema partidário em vigência até os dias de hoje.

Desde 1978, no entanto, vinham se repetindo atentados a bomba, invasões ou depredações de entidades de caráter oposicionista, jornais e mesmo bancas de revista, cuja autoria sempre foi interpretada como só podendo caber aos integrantes do aparelho de repressão. Naquele ano, registraram-se 24 atentados desse tipo somente em Minas Gerais. Praticamente coincidindo com o primeiro aniversário da Lei de Anistia, em 27 de agosto de 1980 uma bomba explodiu na sede da OAB do Rio de Janeiro, causando a morte da secretária Lyda Monteiro da Silva.

Na medida em que, até hoje, nunca o Brasil foi informado oficialmente sobre a verdadeira radiografia do aparato de repressão, incluindo dados sobre sua história, estruturação interna, orçamento e, sobretudo, sobre as datas e cronograma de seu desmantelamento ou reestruturação, ainda prevalecem incertezas e interpretações discordantes a respeito de quem foram os responsáveis por mais esse assassinato.

Em 30 de abril de 1981, parece ter se confirmado de forma inequívoca a existência de algum tipo de braço clandestino da repressão ainda operando plenamente. Ao que tudo indica, dois membros do DOI-CODI do Rio de Janeiro sofreram um acidente, quando preparavam atentado terrorista no Riocentro, durante um show de música popular em comemoração ao 1º de Maio. A bomba explodiu no carro em que estava um capitão e um sargento, ambos do Exército, morrendo este e ficando gravemente ferido o oficial. O inquérito instaurado pelo regime foi encerrado com conclusões absolutamente inverossímeis. João Baptista Figueiredo não tinha força ou não

quis repetir, no caso, a atitude firme adotada por Geisel, cinco anos antes, no episódio Manuel Fiel Filho.

Nas eleições de 1982, que marcaram a estréia das novas siglas partidárias – PMDB, PDS, PTB, PDT e PT –, as oposições conquistam o governo estadual em várias unidades da Federação, destacando-se São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A sociedade brasileira queria mais. Entre novembro de 1983 e o abril de 1984, uma grande pressão popular exigiu eleições diretas, mobilizando milhões de pessoas em passeatas e comícios. Essa campanha, conhecida como "Diretas Já", não logrou vitória na votação da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, mas apressou o fim do regime militar.

No Colégio Eleitoral reunido em janeiro de 1985, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, foi eleito presidente, mas uma grave enfermidade impediu sua posse em 15 de março, vindo a falecer em 21 de abril. Foi empossado o vice, José Sarney, senador do Maranhão que havia pertencido à Arena, mas já em maio os partidos comunistas foram legalizados, os analfabetos foram admitidos na cidadania plena com o direito ao voto, algumas restrições da Anistia de 1979 foram revisadas e abriu-se amplo debate sobre o caminho mais

adequado para que o Brasil pudesse finalmente escrever uma verdadeira Constituição democrática.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Carta que Ulisses Guimarães batizou como Constituição Cidadã definiu o país como uma democracia representativa e participativa, fixando, no artigo 1º, que o Estado Democrático de Direito tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. O Brasil voltou às urnas em 1989 para eleger livremente o presidente da República, pela primeira vez em quase 30 anos.

Durante toda a década de 90, as instituições políticas já funcionaram em absoluta normalidade, verificando-se convivência regular entre os três poderes da República. O País mostrou-se capaz de superar gravíssimas crises políticas, como a que levou ao impeachment do presidente Collor, em 1992. Segue em perfeita rotina a disputa e alternância de partidos políticos nos municípios, nos estados e no nível federal.

Ao ingressar no século 21, o Brasil se revela portador de todos os ingredientes de uma verdadeira democracia política. Reúne, portanto, condições plenas para superar os desafios ainda restantes à efetivação de um robusto sistema de proteção aos Direitos Humanos. Não pode temer o conhecimento mais profundo a respeito do próprio passado.

Capítulo 3

A história da Comissão Especial

A busca da verdade pelos familiares das pessoas que morreram na luta contra o regime militar é uma história longa e repleta de obstáculos. De início, as famílias e seus advogados tinham em mãos apenas uma versão falsa ou simplesmente um vazio de informações. Há mais de 35 anos, seguem batendo em todas as portas, insistindo na localização e identificação dos corpos. Tiveram sucesso em poucos casos. Mas alcançaram êxito num primeiro objetivo importante: o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade pelas mortes denunciadas.

A legítima pressão exercida por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados e familiares de mortos e desaparecidos a favor da Anistia e do direito à verdade adquiriu vigor em meados da década de 1970, até resultar na conquista da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia. Tiveram papel marcante nessa jornada o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia, com várias unidades estaduais, impulsionados por lideranças como Therezinha Zerbini, Mila Cauduro, Luiz Eduardo Greenhalgh, Eny Raymundo Moreira, Madre Cristina Sodré Dória, Iramaya Benjamin, Helena Greco, Lícia Peres, Teotônio Vilela, Paulo Fonteles e muitos outros.

O saldo da repressão política exercida pelo regime atingia cifras muito elevadas. Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura, ao passo que em torno de 10 mil cidadãos teriam vivido no exílio em algum momento do longo ciclo. Ao pesquisar os dados constantes de 707 processos políticos formados pela Justiça Militar entre 1964 e 1979, o projeto *Brasil Nunca Mais* contou 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos na fase de inquérito. Houve quatro condenações à pena de morte,

não consumadas; 130 pessoas foram banidas do País; 4.862 tiveram cassados os seus mandatos e direitos políticos; 6.592 militares foram punidos e pelo menos 245 estudantes foram expulsos da universidade.

Apesar de limitada e de excluir arbitrariamente de seus benefícios uma grande parcela dos presos políticos existentes na época, a Lei de Anistia teve papel positivo na criação do clima de abertura que se consolidaria no País no transcurso da década de 1980. As eleições de 1982 levaram ao governo dos principais estados brasileiros lideranças da oposição como Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola. Nos anos seguintes, o movimento "Diretas Já", a posse de um presidente civil e a promulgação da Constituição de 1988 completaram a reconstrução do Estado Democrático de Direito.

Nesse novo ambiente, o fortalecimento da luta dos familiares das vítimas do regime militar abriria caminho para a conquista – mais tarde – da Lei nº 9.140. Ela firmou a responsabilidade do Estado pelas mortes, garantiu reparação indenizatória e, principalmente, oficializou o reconhecimento histórico de que esses brasileiros não podiam ser considerados terroristas ou agentes de potências estrangeiras, como sempre martelaram os órgãos de segurança. Na verdade, morreram lutando como opositores políticos de um regime que havia nascido violando a constitucionalidade democrática erguida em 1946.

Promulgada no governo do general Figueiredo, a Lei da Anistia é considerada polêmica, ainda hoje, por muitos juristas, sobretudo quanto à interpretação de que ela absolve automaticamente todas as violações de Direitos Humanos que tenham sido perpetradas por agentes da repressão política, caracterizando-se assim o que seria uma verdadeira auto-anistia concedida pelo regime a si mesmo.

De qualquer forma, cabe destacar que, ao fixar a data inicial de abrangência da Anistia em 2 de setembro de 1961, os legisladores entenderam que, já na crise política da renúncia do presidente Jânio Quadros, a normalidade democrática havia sido rompida por uma intervenção militar inconstitucional.

Nos meses que antecederam a aprovação da lei, o Comitê Brasileiro pela Anistia encaminhou ao senador alagoano Teotônio Vilela, presidente da Comissão Mista formada para examinar a matéria no Congresso Nacional, um amplo dossiê com a história dos mortos e desaparecidos. Mais tarde, esse documento foi sistematizado e ampliado pela Comissão de Familiares e pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, servindo de base para inúmeros trabalhos posteriores.

A orientação imposta por Figueiredo à tramitação do projeto de anistia era contrária à defendida pelos parentes dos perseguidos políticos e pelos Comitês de Anistia. Uma das poucas sobreviventes da chamada Guerrilha do Araguaia, Criméia Alice Schmidt de Almeida, aponta as inconsistências daquele projeto: "a isonomia prevista na Constituição era desrespeitada de modo flagrante quando pessoas já condenadas por crimes de opinião eram contempladas, ao passo que se excluía aquelas com processo ainda em andamento. Além de não anistiar os participantes nas organizações e operações de resistência armada, a proposta deixava brechas para auto-absolvição dos agentes do Estado envolvidos em crimes de tortura, seqüestro, assassinato e ocultação de cadáveres".

O artigo 1º da lei, explica Criméia, fala em crimes políticos ou conexos com estes, frase que deu margem à interpretação de que abrange todas aquelas modalidades de ação repressiva. "No entanto, o nome de cada anistiado era publicado formalmente no Diário Oficial da União, ao passo que nenhum agente da repressão política teve seu nome incluído nesses anúncios. Dezenas de presos políticos permaneceram encarcerados após a Anistia, sendo soltos apenas por força de mudanças introduzidas, meses antes, na Lei de Segurança Nacional".

Segundo Belisário dos Santos Junior, advogado e membro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

Políticos desde 2001, "para tentar esvaziar a campanha pela Anistia, o Governo Geisel obteve, como um de seus últimos atos, a aprovação de uma nova Lei de Segurança Nacional, a de número 6.620, em dezembro de 1978, mantendo como base a Doutrina de Segurança Nacional, mas introduzindo a diminuição de todas as penas, em função de que inúmeros presos políticos foram soltos, pela adequação de suas condenações à nova lei".

Mais de dez anos depois, persistindo na batalha permanente para obter informações e denunciar os crimes cometidos pelo Estado sob o regime militar, os brasileiros que buscavam o paradeiro de seus filhos, pais, irmãos e amigos desde os anos 70 reavivaram a esperança em 4 de setembro de 1990, com a descoberta de uma vala comum no cemitério Dom Bosco, em Perus, periferia da cidade de São Paulo. Escavações revelaram 1.049 ossadas onde, provavelmente, se misturavam restos mortais de opositores políticos, indigentes e vítimas dos esquadrões da morte. Não por acaso, no mesmo cemitério haviam sido encontrados, em 1979, os restos mortais de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, o primeiro desaparecido político a ser localizado, depois de a viúva, Suzana Keniger Lisbôa, perseguir pistas durante sete anos.

Suzana e outros familiares retomaram, em 1990, a investigação das suspeitas envolvendo aquele cemitério como local onde os agentes da repressão política ocultavam cadáveres. O jornalista Caco Barcellos produziu matéria para o programa Globo Repórter, mas a emissora preferiu não exibir a reportagem naquele momento. O caso só foi adiante, de fato, pela determinação da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), que após a abertura da vala de Perus assumiu as investigações e apoiou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo, para examinar a questão, contribuindo para ampliar a discussão na sociedade.

Em 1992, pressões exercidas sobre o presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990-1992), levaram-no a determinar a devolução dos arquivos do DEOPS de São Paulo, que tinham sido transferidos para a Polícia Federal como precaução do governo militar quando o PMDB venceu as eleições estaduais. Em seguida, eles foram abertos para consultas dos familiares, advogados e jornalistas, repetindo-se a transparência já demonstrada

antes pelo governo estadual, que havia franqueado documentos e fotos do Instituto Médico Legal, em 1990.

Com as novas fontes de pesquisa, o dossiê organizado pelos familiares foi ampliado com muitos dados relevantes. Papéis localizados no arquivo paulista permitiram, por exemplo, descobrir o local de sepultamento do desaparecido Ruy Carlos Vieira Berbert, enterrado com nome falso em Natividade de Goiás. Nesse período, também foram abertos os arquivos do DOPS de Pernambuco, em seguida os do Paraná e depois os do Rio de Janeiro, tendo os governos de Pernambuco e São Paulo imprimido para publicação o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964*. Os papéis do DOPS de Minas Gerais, declarados incinerados pela Secretaria de Segurança Pública do estado, seriam também abertos ao público em dezembro de 2004.

Pesquisas realizadas em todos esses arquivos constataram evidências de que teriam sido "trabalhados" antes da abertura, uma vez que páginas foram eliminadas e seqüências inteiras foram puladas, muitas vezes coincidindo exatamente com datas de ocorrências relatadas no dossiê original dos familiares. Mesmo assim, foram de grande utilidade para complementação das informações preexistentes e obtenção de novas. Os arquivos das Forças Armadas permaneceram cobertos por sigilo, embora o ministro da Justiça Maurício Correa tenha obtido, em 1993, algumas informações importantes em relatórios que solicitou ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica durante o governo Itamar Franco.

Depois de quase sufocado, com a controvertida Anistia de 1979, o tema do direito à memória e à verdade voltou a adquirir visibilidade crescente nos anos 90. No Congresso Nacional, em 1991, o deputado Nilmário Miranda, ex-presos político, teve êxito na proposta de criar uma Comissão de Representação Externa da Câmara, para acompanhar as buscas do cemitério de Perus e apoiar as famílias dos mortos e desaparecidos. Apesar de não ter o poder de uma CPI, a Comissão Externa funcionou durante três anos, valendo como espaço de debate em torno da questão e contribuindo para que o assunto ganhasse ainda mais divulgação.

Os parlamentares engajados na luta pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos do regime militar

admitem que, sem o trabalho, sem a persistência e sem a lealdade das famílias nada disso teria acontecido. Havia entre os parlamentares muitos ex-presos políticos, adversários da ditadura, militantes de oposição ao regime militar nas mais distintas trincheiras, que apoiavam essas ações. Em 1995, foi também de Nilmário Miranda o projeto instituindo a Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Federal, que assumiria como primeira bandeira o reconhecimento pelo Estado Brasileiro de sua responsabilidade quanto às torturas e assassinatos de opositores ao regime de 1964.

Nas eleições presidenciais de 1994, os dois principais candidatos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, firmaram compromisso com as famílias. Se eleitos, reconheceriam os desaparecidos políticos e se esforçariam para encontrar os restos mortais das vítimas. Afinal, era preciso assegurar a todos o sagrado direito ao funeral, bem como o amplo conhecimento público das verdadeiras circunstâncias em que as mortes ocorreram.

A posse do ex-exilado Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como presidente da República animou os familiares. O novo presidente determinou ao Ministério da Justiça que a questão dos Direitos Humanos fosse tratada como política específica a partir de então. Contribuiu para esses avanços a divulgação pela imprensa de matérias como o artigo de Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido político, que publicou na revista *Veja* o texto *Nós não esquecemos*, bem como a intervenção do secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sane, na imprensa gaúcha, declarando: "O presidente talvez não entenda que o crime de desaparecimento é imprescritível, é um crime contra a humanidade".

Em 1995, cumprindo orientação expressa do presidente da República, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, recebeu pela primeira vez os representantes da Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos e do grupo Tortura Nunca Mais. Na audiência, foram apresentadas as posições defendidas há cerca de 20 anos por esses militantes, assim resumidas nos 10 pontos da Carta-Compromisso divulgada durante a campanha eleitoral de 1994:



Militantes em passeata pela Anistia

1. Reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade plena na prisão, na tortura, na morte e no desaparecimento de opositores políticos entre 1964 e 1985.

2. Imediata formação de uma Comissão Especial de Investigação e Reparação, no âmbito do Poder Executivo Federal, integrada por Ministério Público, Poder Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil, representantes de familiares e dos grupos Tortura Nunca Mais, com poderes amplos para investigar, convocar testemunhas, requisitar arquivos e documentos, exumar cadáveres, com a finalidade de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos políticos ocorridos, determinando-se as devidas reparações.

3. Compromisso de não indicar para cargos de confiança pessoas implicadas nos crimes da ditadura militar e de afastá-las do serviço público.

4. Compromisso de abrir irrestritamente os arquivos da repressão política sob sua jurisdição.

5. Compromisso de anistiar plenamente cidadãos vítimas da ditadura e reparar os danos causados a eles e seus familiares.

6. Edição de lei incriminadora assegurando o cumprimento do artigo 5º, parágrafo III da Constituição Federal, que proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante.

7. Desmilitarização das Polícias Militares estaduais e sua desvinculação do Exército.

8. Aprovação do projeto de Hélio Bicudo, que retirava da Justiça Militar a competência para julgar crimes praticados contra civis.

9. Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política.

10. Revogação da chamada Doutrina de Segurança Nacional.

Como nasceu a Lei nº 9.140

No encontro com o ministro Nelson Jobim, começaram a ser fixadas as bases da lei que seria aprovada em dezembro daquele ano. Os membros da Comissão de Familiares também entregaram ao ministro o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, nessa altura um volumoso documento contendo abundantes informações sobre

as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos, incluindo-se agora vítimas brasileiras das ditaduras militares do Chile e da Argentina.

O chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, foi encarregado de preparar o projeto de lei, merecendo registro seu empenho e habilidade no cumprimento da difícil tarefa. Na busca de entendimento comum entre familiares e representantes do governo federal, também cabe ressaltar a contribuição do advogado Belisário dos Santos Junior, secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo entre 1995 e 2002, que intermediou esse diálogo. Ele lembra que ocorreram reuniões difíceis, refletindo a tensão sempre existente entre sociedade civil e Estado na rotina da vida democrática, mas ressalta que foi possível estabelecer bom nível de consenso.

Os familiares conseguiram garantir, no escopo da lei, a possibilidade de ser incluídos, posteriormente, outros mortos e desaparecidos que ainda não constavam do *Dossiê*. Foram atendidos também na reivindicação de que a proposta não assumisse a forma de Medida Provisória, para garantir amplo debate no Congresso Nacional antes de sua aprovação. Seu objetivo, explicaram, era dar à sociedade e aos parlamentares a oportunidade de conhecer melhor os fatos ocorridos no País durante o período ditatorial.

José Gregori, mais tarde secretário nacional dos Direitos Humanos (1997-2000) e também ministro da Justiça (2000-2001), assumiu o compromisso de realizar todos os esforços para estender a abrangência da lei, para criar a Comissão Especial incumbida de analisar novos casos e para adotar como lista oficial o rol de desaparecidos contido no *Dossiê* compilado pela Comissão de Familiares. Assegurou, também, que haveria um representante das famílias na composição da comissão.

No processo de construção da nova lei, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que acompanhava de perto toda a discussão, percorreu vários estados realizando audiências públicas para ouvir familiares, colher detalhes dos casos já registrados, indagar sobre outros nomes e reunir sugestões a ser incorporadas na formulação da proposta gover-

namental, ou para emendas em plenário. O conteúdo do projeto foi divulgado no dia 28 de agosto de 1995, quando se completavam já 16 anos da conquista da anistia e quase sete anos após a vigência da Constituição de 1988, que, ao ser promulgada, finalmente assegurou uma anistia ampla, geral e irrestrita, corrigindo as limitações de 1979.

José Gregori partiu da Lei de Anistia para estabelecer os parâmetros da proposta de reconhecimento da responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos. "O Estado é permanente, independente dos governos. Prender cidadãos e, em vez de submetê-los a julgamento, executá-los, é agir contra a lei. O Estado não protegeu quem estava sob sua custódia", lembra ele, ao fundamentar a necessidade de o governo federal assumir todo o ônus da necessária reparação.

Na elaboração do projeto de lei foram estabelecidos três pontos básicos: o Estado admitiria sua responsabilidade pelas mortes; reconheceria oficialmente os mortos e desaparecidos; pagaria as indenizações devidas, desde que a família assim o desejasse. Foi organizada uma lista individualizando as pessoas e as incorporando à lei sob a forma de anexo. Além do *Dossiê* apresentado pelos familiares das vítimas, valeram também como fonte de informações o reverendo Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, responsáveis pelo projeto *Brasil Nunca Mais*, e anotações pessoais do próprio José Gregori, feitas na época em que integrou a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Nunca foi apresentada qualquer contestação à lista de mortos e desaparecidos que compôs o anexo da Lei nº 9.140. Contudo, como o rol não era completo, houve necessidade de deixá-la em aberto, atribuindo à comissão especial instituída nessa lei a competência para examinar e reconhecer novos casos.

O conteúdo da Lei

O Projeto de Lei 869, que resultaria na Lei nº 9.140 e na criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foi considerado tímido por boa parte dos familiares. Em seu Anexo I, constava uma relação de 136 nomes de pessoas desaparecidas durante o re-

gime militar, que seriam reconhecidas como mortas por responsabilidade do Estado brasileiro.

O dossiê das famílias listava 152 nomes, mas nesse primeiro momento foram excluídos os que desapareceram no exterior (Argentina, Chile e Bolívia) e três referidos apenas por apelidos. A Comissão Especial prevista na lei não recebeu instrumentos ou plenos poderes para apuração das circunstâncias dos óbitos, embora adquirisse autoridade para realizar diligências em busca dos corpos, desde que fossem apresentados indícios pelos parentes.

A lei previa, ainda, indenização aos familiares, exigindo, porém, que cada parente beneficiado apresentasse requerimento e atestado de óbito, o que se revelou extremamente dificultoso. A maioria dos cartórios se negava a conceder o atestado e o Ministério da Justiça tinha de interferir diretamente para que fosse expedido um documento que narrava apenas, nos termos da lei, a morte presumida da pessoa em questão.

Para Nilmário Miranda, ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos entre 2003 e 2005, a lei proposta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso "era apenas uma legislação de caráter indenizatório, que precisava ser aprimorada. Declarava formalmente a responsabilidade objetiva do Estado, mas ninguém, individualmente, seria investigado".

Prevaleceu como interpretação oficial acerca da Lei de Anistia, naquele momento, a idéia de que eram inimpuníveis os crimes cometidos pelos agentes da repressão política. A Lei nº 9.140 foi considerada restritiva pelos familiares, argumenta ele, e poderia ter sido mais abrangente, possibilitando exame profundo das circunstâncias em que ocorreram as violações dos Direitos Humanos causadoras daquelas mortes, a identificação dos responsáveis e divulgação das informações para toda a sociedade.

Na visão dos autores da lei, no entanto, houve um ganho extraordinário para a democracia no País, mesmo com as divergências mencionadas. Integrantes do Governo Fernando Henrique Cardoso consideram que houve competência em encontrar uma saída aceitável, sem maiores obstáculos para a aprovação e a aplicação da

nova lei. Um desses obstáculos seria incluir na lei, já num primeiro momento, a abertura dos arquivos do regime militar. "Havia feridas profundas, de ambos os lados. Precisávamos encontrar uma saída favorável para todos", avalia José Gregori.

Com relação aos mortos, a lei previu a possibilidade de inclusão, após exame da Comissão Especial, de pessoas que morreram de causas não naturais em dependências policiais *ou assemelhadas*. Para Suzana Lisbôa – primeira representante dos familiares na Comissão –, esta foi a principal conquista do movimento. Outra conquista importante, segundo ela, foi que as indenizações deveriam seguir critérios de equidade. Como ponto negativo, ela argumenta que o ônus da prova de que a pessoa tinha sido vítima do Estado caberia aos familiares. Ficava para eles a tarefa de convencer a Comissão Especial de que as versões de suicídios e tiroteios encobriram assassinatos por tortura. Cada morte tinha uma versão oficial falsa, alegava-se sempre que a vítima tinha sido morta em fuga ou tiroteio, ou, ainda, cometido suicídio. Contudo, as investigações demonstraram que a maioria absoluta foi presa, torturada e executada. Aos familiares e advogados caberia provar isso, mesmo com alguns setores do Estado dificultando o acesso à informação.

Para Belisário dos Santos Junior, no entanto, essa impressão resultava de uma leitura muito literal da lei. A Comissão, explica ele, "*desde o início, trabalhou com o entendimento de ser seu dever a descoberta da verdade real. A verdade formal, aquela que resulta da prova dos autos era apenas o início das buscas, em muitos casos. Não obstante a escassa prova ou a falta de prova do requerimento inicial, a Comissão sempre diligenciou, até os limites de suas possibilidades, para obtenção de provas que autorizassem o reconhecimento da morte ou desaparecimento. Houve vários casos em que o resultado final deveu-se mais ao esforço, às pesquisas, às diligências empreendidas pela Comissão que ao material a ela apresentado pela família requerente*".

Cabe lembrar que não houve um esquema amplo de divulgação governamental para informar e mobilizar as famílias dos mortos e desaparecidos políticos. Para conseguir mobilizar o maior número de pessoas, os Grupos Tortura Nunca Mais, a Comissão de Direitos Humanos

da Câmara dos Deputados e a Comissão de Familiares passaram a fazer um trabalho de orientação e apoio às famílias para que entrassem com os requerimentos, procurassem ex-presos políticos e ex-companheiros que pudessem prestar depoimentos, localizar testemunhas e realizar pesquisas nos arquivos já abertos para consultas.

Deputado federal pelo Mato Grosso, o ex-presos político Gilney Amorim Viana, casado com Iara Xavier Pereira, viúva de Arnaldo Cardoso Rocha e irmã de Alex Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira, os três mortos pelos órgãos de repressão, transformou seu gabinete e seu apartamento funcional numa espécie de comissão paralela de apoio, hospedando familiares, fornecendo suporte logístico e monitorando informações sobre as buscas por restos mortais. Iara mergulhou no contato com os familiares e na organização dos processos, junto com Criméia, Suzana e outros colaboradores voluntários.

Os que não conseguissem provar a morte do parente teriam negada a indenização. O prazo para apresentar requerimento ficou estabelecido em 120 dias a partir da publicação da lei, podendo as provas ser anexadas posteriormente. Para José Gregori, *"era necessário ter um senso de responsabilidade com essa questão, porque poderia haver quem se aproveitasse do momento para conquistar uma indenização indevida"*, explica o ex-ministro da Justiça. Mas prevaleceu entre os familiares e membros da Comissão Especial a opinião de que seria mais justo e eficaz que o próprio Estado cuidasse de construir tais provas. *"Nas circunstâncias em que o agente do Estado é responsável, como poderíamos ser obrigados a reconstituir a história, sendo que nunca tivemos acesso às informações?"*, indaga Gilney Viana.

Quando a proposta de lei já estava pronta, surgiram comentários de que não haveria espaço para negociação dentro do Congresso Nacional. Mais uma vez, os familiares recorreram a José Gregori, pedindo sua ajuda para garantir determinadas mudanças. As famílias reivindicavam alterações para impedir que fossem divididas entre aquelas que tiveram seus casos reconhecidos e as que não tiveram.

Sobrevivente das torturas, com papel destacado na luta dos familiares, Maria Amélia de Almeida Teles

repisa como teria sido importante introduzir na lei, naquelas negociações, a exigência de se abrir novas fontes de informação. "Todos os indícios apresentados por nós estavam esgotados. Precisávamos de novas fontes de informações, queríamos saber em que lugar estavam os corpos, como foram parar lá", afirma. De acordo com ela, quando os familiares discutiam a proposta com o governo e o Legislativo, o último ponto tocado foi a indenização. "Sempre dissemos que queríamos saber a localização dos corpos, as circunstâncias das mortes, a responsabilidade. Indenização era a questão última".

Houve pouca discussão em torno do projeto no Legislativo. Os parlamentares que participaram das discussões na Comissão Especial que analisou o PL 869 se recordam das fortes resistências apresentadas pelos segmentos que entendiam a exigência de apuração e punição como revanchismo. Para estes, só seria possível apontar culpados se fosse revogada, antes, a parte da Lei de Anistia que oferecia cobertura aos que violaram Direitos Humanos no exercício da repressão política. Nunca houve consenso ou maioria no Congresso para introduzir mudanças desse teor.

Para José Gregori, a justificativa do projeto de lei foi muito bem elaborada, tendo como mecânica os desdobramentos da Lei de Anistia. O ex-ministro considera, também, que a primeira lista divulgada era abrangente o suficiente para chamar a atenção da sociedade. Caberia à Comissão Especial providenciar o resgate dos despojos para identificação, desde que solicitado por um familiar, a quem caberia indicar a localização da ossada. Matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, com o esboço da lista que integraria a lei, levantou discussão pública sobre o projeto. Com isso, José Gregori acredita que a batalha com os setores mais conservadores estava praticamente ganha.

Mas o assunto ainda era considerado tabu entre alguns círculos militares. Uma reunião do presidente Fernando Henrique e do ministro da Justiça Nelson Jobim com os representantes das Forças Armadas foi convocada para anunciar a decisão de criar a lei em que o Estado assumiria a responsabilidade pelos atos cometidos durante o regime militar. A argumentação



A busca pelos parentes

apoiou-se na tese de que não havia sentido revanchista na decisão.

Dois militares considerados importantes no processo, e que apoiaram a iniciativa, de acordo com Gregori, foram o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Mauro Gandra, e o general-de-divisão Tamoyo Pereira das Neves, que havia sido chefe de gabinete do ministro da Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Antes de tudo, o significado da decisão era jurídico. Tratava-se de uma obrigação do Estado Democrático de Direito. Não era um ataque ao governo A ou B. Transcendia a essa questão. "Na época, não existia a possibilidade de reabrir a responsabilização. Foi colocada uma pedra em cima do assunto", afirma José Gregori, que procurou ser cuidadoso na redação do projeto de lei. "Nenhum parágrafo ou inciso da lei poderia propiciar acusações particulares".

Enquanto os familiares discutiam o projeto, foi solicitada sua votação em caráter de urgência urgentíssima. Os familiares redigiram um documento onde declaravam que "É direito de toda a sociedade brasileira, e não exclusivamente das famílias, resgatar a verdade histórica. Essa não é uma questão humanitária entre os familiares e o governo – é uma exigência e um direito da sociedade".

Também pleitearam:

- a) Esclarecimento detalhado (como, onde, porque e por quem) das mortes e dos desaparecimentos ocorridos.
- b) Reconhecimento público e inequívoco pelo Estado de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos.
- c) Direito de as famílias enterrarem condignamente seus entes queridos, visto caber ao Estado, e não a elas, a responsabilidade pela localização e identificação dos corpos.
- d) Inversão do ônus da prova: é dever do Estado, e não dos familiares, diligenciar as investigações cabíveis, buscando provar não ser ele o responsável direto pelos assassinatos.
- e) Abertura incondicional de todos os arquivos da repressão sob jurisdição da União.
- f) Compromisso de não nomear e de demitir de cargos públicos todos os envolvidos nos crimes da ditadura.
- g) Inclusão de todos os militantes assassinados por agentes do Estado no período entre 1964 e 1985.
- h) Indenização como direito e, principalmente, efeito de todo o processo de luta.

A Comissão Especial

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela lei, era composta de sete integrantes: um deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, uma pessoa ligada às vítimas da ditadura, um representante das Forças Armadas, um membro do Ministério Público Federal e três pessoas livremente escolhidas pelo presidente da República. A composição inicial, bem como as sucessivas alterações ocorridas ao longo desses 11 anos de sua existência, já foram apresentadas no início deste livro-relatório.

Os trabalhos começaram no dia 8 de janeiro de 1996, na sala 621 do prédio anexo ao Ministério da Justiça, sob a presidência de Miguel Reale Junior. A partir desse

dia, começou a contagem regressiva para revisar duas décadas de história deliberadamente escondidas. Houve embates e discussões acirradas na CEMDP. Os familiares nunca aceitaram a indicação do general Oswaldo Pereira Gomes, pelo fato de seu nome estar citado como participante dos aparelhos de repressão no *Brasil Nunca Mais*, livro que se tornou uma espécie de bíblia sobre os crimes cometidos durante a ditadura militar.

O general, que deixou a Comissão em 2003, orgulhava-se de sua participação, embora defenda que as indenizações também deveriam ser destinadas às famílias de militares e civis mortos na defesa do regime. “Minha presença representava o contraditório, os embates eram travados com base jurídica, eu atuava como advogado indicado pelas Forças Armadas”, argumenta o militar da reserva. Para ele, um dos julgamentos mais simbólicos foi o de Zuzu Angel. De início, foi negado o reconhecimento da responsabilidade do Estado por sua morte e a conseqüente indenização. Em seguida, houve revisão do processo e a família obteve os direitos, contra o seu voto. O general também não concordou com o reconhecimento das mortes e com a indenização às famílias de Carlos Marighella e Carlos Lamarca.

Pressionados pelo prazo exíguo e pelo surgimento de muitos casos novos devido à divulgação pela mídia, o trabalho teve de ser acelerado. Os requerimentos foram distribuídos entre os integrantes, que tinham a missão de montar os processos, anexando documentos e um relatório com explicações sobre as circunstâncias da morte.

Sempre foi muito difícil o acesso a documentos probatórios. Aqueles obtidos para comprovar que o Estado era responsável pelas mortes foram procurados nos arquivos estaduais já abertos, livros dos cemitérios clandestinos, registros municipais e também aproveitando testemunhos de sobreviventes. Fragmentos foram recolhidos e juntados minuciosamente para reconstruir o histórico das mortes, mas o número de desaparecidos cujos corpos puderam ser localizados e identificados ainda é considerado ínfimo.

Os pesquisadores procuraram também a documentação do Superior Tribunal Militar (relativa aos processos formados na Justiça Militar) e ali localizaram dados importantes. Um exemplo foi o de Luiz José da Cunha, que segundo os autos ingressou na prisão apenas de



Familiares se mobilizam por informações sobre filhos, maridos, esposas e irmãos

cuecas e meias e, portanto, não poderia ter morrido em tiroteio. Com lupas, respirando o ar viciado e o mofo dos arquivos, os parentes dos mortos reviravam papéis amarelados, garimpando detalhes perdidos em caudalosos textos de linguagem técnica ou dissimulada, em especial nos arquivos do DOPS de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também as fotos dos corpos coletadas no Instituto Médico Legal (IML) foram fundamentais para que médicos legistas emitissem laudos comprovando as marcas de tortura.

Criméia relembra quando entrevistou parentes de vítimas e camponeses do Araguaia, encontrando ex-presos e torturados. Auxiliou, em uma visita à região da guerrilha, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, ONG especializada na busca dos desaparecidos daquele país e responsável pela exumação de centenas de ossadas em vários continentes. Os argentinos trabalharam sem cobrar honorários, solicitando apenas o pagamento de despesas.

Na opinião de Francisco Helder Macêdo Pereira, que atuou como assessor administrativo da Comissão, entre 1996 e 2004, o início não foi tão difícil, pois os primeiros casos a ser indenizados já constavam no Anexo I da Lei nº 9.140, embora houvesse resistência da Polícia Federal e das Forças Armadas em fornecer informações. Mesmo com as informações preliminares constando no anexo da lei, o excesso de trabalho, o tempo exíguo e a dificuldade de obtenção de documentos refletiam-se no clima das reuniões da Comissão. Os integrantes discutiam com frequência e os embates mais acirrados ocorriam com o representante das Forças Armadas.

Miguel Reale Junior, que presidiu a comissão durante cinco anos, confirma que houve momentos de confronto, quando teve de impor ordem nas discussões mais acaloradas, "sobretudo durante análise dos casos de Marighella, Lamarca e Zuzu Angel, os mais emblemáticos". O jurista, que seria ministro da Justiça entre abril e julho de 2002, compara os trabalhos do período em que esteve à frente da CEMDP com um contínuo filme de terror. Destaca como importante avanço a ampliação do conceito de localidade em que a vítima está sujeita ao poder do Estado. "Não apenas em quatro paredes se dava o reconhecimento da responsabilidade do Estado, mas mesmo na rua ou no campo, quando a submissão

à força policial era evidente e massiva, como nos casos de Marighella e Lamarca, entre outros".

O coronel João Batista Fagundes, que entrou na Comissão em 2003, concorda com seu antecessor, general Oswaldo Pereira Gomes, no sentido de que suas presenças tiveram significado especial por permitirem o exercício do contraditório. "Tal fato demonstra também que a Comissão não se destina a hipertrofiar erros e violências cometidos por autoridades policiais ou militares, mas à apuração da verdade que possa ensejar um ressarcimento moral e material às vítimas de tais violências", assinala, ressaltando que a CEMDP é uma instância de Estado, e não de governo.

Ele acredita que a força da Comissão reside na heterogeneidade da origem de seus integrantes, credenciando-a a julgar os casos com isenção. "Ela é um colegiado que tem opiniões muito próprias, que às vezes são divergentes. Alguém já disse que da discussão nasce a luz. E temos discussões acaloradas mesmo. Evidentemente, eu, como integrante das Forças Armadas, não penso da mesma forma que pensam outros integrantes. Mas eles têm todo o direito de pensar daquela maneira, até porque nós vivemos a plenitude de um Estado Democrático de Direito. Tenho procurado interpretar o pensamento da Forças Armadas. Temos algumas falhas no nosso passado, alguns períodos de turbulência, em que determinados movimentos de força eram justificados. E que hoje não são mais justificados. As Forças Armadas têm o maior interesse em restabelecer a verdade dos fatos e, se possível, quando for o caso, até promover o ressarcimento do dano. Agora, nós não podemos é atribuir ao Exército e às Forças Armadas determinados erros e exageros dos quais participaram no passado".

Para ele, o trabalho da CEMDP registra para a posteridade um período nebuloso da história do Brasil, "que, esperamos, não volte nunca mais, para que possamos viver pacificamente em um Brasil com respeito à cidadania e onde todos sejam iguais perante a lei, mediante o fiel cumprimento do preceito constitucional".

O coronel Fagundes lembra também o processo sobre o jornalista Alexandre Von Baumgarten, do qual foi relator. A

filha requereu o pagamento de indenização, com base nas versões de que ele teria sido assassinado a mando do general Newton Cruz. Houve um rumoroso processo à época, Newton Cruz foi submetido a julgamento na Justiça Criminal do Rio de Janeiro, sendo absolvido por unanimidade, inclusive em segunda instância. *"E eu disse, ao indeferir o processo, cujo relatório foi aprovado por unanimidade, que não poderia aplicar o princípio do 'in dubio, pro reo'. O jornalista era um homem de múltiplas inimizades. Ele estava escrevendo um livro, 'Yellow Cake', no qual alegava o interesse de Israel e do Iraque na compra de urânio brasileiro. E também era muito polêmica a idéia de que pretendia recuperar, com o patrocínio da Capemi, a revista 'O Cruzeiro' para fazer propaganda do regime. Por que razão o Exército o mataria? Matar um amigo? Ele inclusive teria recebido a Medalha do Pacificador"*, conta o oficial da reserva.

Os envolvidos na criação da CEMDP e seus integrantes são unânimes em afirmar que o momento de maior exasperação foi quando se decidiu acatar os pedidos das famílias de Carlos Lamarca e Carlos Marighella. Um senador chegou a telefonar dizendo que o governo estava passando dos limites. *"O deferimento de indenizações nesses dois casos submeteu nossa incipiente democracia a mais um teste e ela resistiu bem"*, opina Belisário dos Santos Junior. Elder Macêdo lembra que o voto de Paulo Gonet no processo de Carlos Lamarca tinha 38 laudas e muitos tópicos foram até mesmo usados como referência em outros processos.



Marighella morto em São Paulo

"No geral, tivemos uma postura equilibrada das Forças Armadas, com pouquíssima oposição de alguns oficiais da reserva, mas creio que houve um entendimento superior de que era necessário que o Estado assumisse a responsabilidade", analisa José Gregori, que lembra, ainda, a atuação sempre serena de Miguel Reale Junior como primeiro presidente da Comissão.

Belisário dos Santos Junior também avalia a Comissão como um órgão de Estado, e não de governo, o que facilita a melhor compreensão de seu papel para a sociedade. *"Assim, os membros da CEMDP sempre procederam com independência total. Jamais, em qualquer gestão, houve tentativa de decidir neste ou naquele sentido. Sei que houve embates verbais muito duros com o primeiro representante das Forças Armadas, o general Oswaldo Pereira Gomes. O coronel João Batista, da atual representação militar, é um homem com imenso respeito pelos Direitos Humanos, cujos votos têm honrado a tradição desta Comissão. Ele sabe que as Forças Armadas não se confundem com os torturadores que se esconderam em passado recente atrás de uma farda. E que a tortura, sob qualquer forma, deve ser punida, e suas vítimas devem ser reconhecidas e indenizadas pelo Estado"*, diz Belisário.

Cada processo concluído pela Comissão Especial era apresentado e votado, mas, como regra geral, o veredicto não era decidido por consenso, e sim por votação, após longos debates. Por determinação da lei, as indenizações não ocorriam automaticamente. Os familiares precisavam solicitá-las mediante requerimento.

Na fase inicial foram protocolados 373 processos, referentes a 366 pessoas – sendo 132 de desaparecidos mencionados no Anexo I da Lei. Dos 234 restantes, 166 eram mortos referidos no dossiê original e 68 eram casos novos. A diferença numérica ocorreu pela duplicidade de pedidos ou pela existência de processos repetidos, quando duas pessoas solicitavam indenização pela mesma vítima ou uma única pessoa solicitava duas ou mais indenizações porque em sua família havia mais de uma vítima. Dos processos apreciados, foram aprovados, de início, 148 nomes, 130 deles contidos no dossiê e 18 casos novos. Os indeferimentos somaram 86 processos, sendo 36 do dossiê.

Ao final dos trabalhos a CEMDP, além dos 132 nomes do Anexo da Lei, aprovou 221 casos e indeferiu 118. As indenizações não obedeceram a um cronograma preestabelecido. O critério único de cálculo foi o da expectativa de vida de cada um dos mortos ou desaparecidos. O critério único de cálculo foi o da expectativa de vida de cada um dos mortos e desaparecidos. O piso foi fixado em R\$ 100 mil e a maior indenização paga — R\$ 152.250,00 — foi para os familiares de Nilda Carvalho Cunha. O primeiro pagamento, feito em maio de 1996, beneficiou a gaúcha Ermelinda Mazaferro Bronca, mãe de José Huberto Bronca, desaparecido no Araguaia. Com quase 90 anos, ela era a mais velha entre os familiares. No ano seguinte, Ermelinda ofereceria parte do dinheiro da indenização para financiar a busca dos corpos na cidade de Xambioá, hoje estado de Tocantins.

Para o atual presidente da CEMDP, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, os mortos e desaparecidos políticos da ditadura sempre retornam, não descansam. "O que não é assimilado pela História reaparece como sintoma", diz. Para ele, em primeiro lugar, o trabalho da Comissão Especial é a possibilidade, com a resposta do Estado, da restauração da justiça e da paz, para que perseguições, mortes e desaparecimentos forçados nunca mais voltem a acontecer neste país. Depois, esses trabalhos possibilitam a cicatrização de feridas: a luta dos familiares constitui uma decisão com força de um destino trágico grego, "pois, como Antígona em sua luta para dar sepultura ao irmão, assim eles fazem com relação aos seus entes queridos mortos e desaparecidos, muitos deles assassinados pela ditadura e enterrados como indigentes".

"Nessa atribuição de reconhecer a morte ou desaparecimento dos perseguidos políticos e de indenizar seus familiares, a Comissão Especial desempenhou um papel histórico, pois desmontou a mentira oficial dos órgãos de repressão em vários casos". A opinião é de Augustino Veit, ex-presidente e ainda integrante da CEMDP. "Para cada morto, apresentavam uma justificativa, mas nunca assumiam a culpa ou explicavam os detalhes contraditórios". Ele avalia que os problemas enfrentados para fazer instrução processual dos casos estudados sempre ocorreram pela não-abertura de arquivos ainda guardados, ou até mesmo ditos incinerados.

Augustino Veit reforça a importância, daqui para a frente, de localizar os restos mortais dos desaparecidos, assinalando a necessidade da colaboração das Forças Armadas e da Polícia Federal, tanto na abertura dos arquivos quanto na orientação sobre localização de corpos e pistas que ajudem. "Nunca houve normativa de que documentos fossem destruídos. Acredito que tiveram destino irregular", afirma, assumindo que não se pode aceitar a alegação de que os arquivos já foram destruídos.

Busca dos corpos

A partir de 1996, conquistada a Lei nº 9.140 e instalada a CEMDP, os familiares passaram a se concentrar mais na busca dos corpos. Embora a primeira etapa dos trabalhos tivesse sido difícil, pela urgência de análise dos diversos casos, a busca dos despojos mostrou-se muito mais desgastante. Miguel Reale Junior conta que precisou insistir com o Ministério da Defesa, mostrando ser "impossível que se desconhecesse, pela envergadura da operação militar no Araguaia, onde tinham ocorrido confrontos e onde os revoltados haviam sido presos e mortos".

Desde 1990, a descoberta da vala de Perus, onde foram identificadas duas ossadas — Frederico Eduardo Mayr e Denis Casemiro — havia demonstrado que essa busca valia a pena. Depois disso, outras valas comuns foram localizadas e abertas, como a do Cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, e do Cemitério da Várzea, em Recife. No entanto, pelas dificuldades financeiras e falta de colaboração dos órgãos oficiais, foram diminutos os avanços.

Em abril de 1996, corroborando o argumento dos familiares de que ainda existem arquivos não revelados, escondidos em repartições oficiais ou em mãos privadas, o jornal *O Globo* publicou reportagem sobre a Guerrilha do Araguaia, na qual teriam desaparecido quase 70 pessoas. Pela primeira vez, um órgão da grande imprensa reforçava a hipótese de que muitos militantes teriam sido presos antes de ser eliminados.

O jornal publicou uma foto de Maria Lúcia Petit da Silva, integrante do PCdoB, morta naquela operação mili-

tar. Seu corpo havia sido exumado em 1991 pela equipe de legistas da Unicamp, no cemitério de Xambioá. Mas, na ocasião, o coordenador da equipe, Badan Palhares, havia descartado a hipótese de que se tratasse de Maria Lúcia. Com a publicação da foto, ficou evidente que o cadáver encontrado vestia as mesmas roupas (uma blusa de *banlon* e um cinturão) e também tinha a cabeça envolvida por um saco plástico e o corpo envolvido por tecido de pára-quadras. Finalmente, em maio, a Unicamp reconheceu a identidade da jovem, sendo seus restos mortais finalmente entregues à família para realização do funeral.

Entre as revelações feitas pelo jornal carioca, constavam, ainda, indícios de locais de sepultamento clandestinos utilizados pelos militares, fato que contrariava uma versão oficiosa de que os corpos haviam sido incinerados. Na tentativa de localizar mais desaparecidos, representantes da CEMDP rumaram para Xambioá com a finalidade de delimitar e preservar os locais para futuras escavações. Os familiares trataram de providenciar também uma equipe de antropólogos especializados no assunto. Foi assim que entraram em cena os já citados especialistas da Equipe Argentina de Antropologia Forense.

No Brasil, essa equipe havia realizado, em 1991, no Rio de Janeiro, uma capacitação para profissionais da área, na tentativa de organizar um grupo interdisciplinar que trabalharia no exame das 2.100 ossadas localizadas pelo Grupo Tortura Nunca Mais no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Sem dotação orçamentária, a proposta não seguiu adiante. Em 1996, o grupo argentino trabalhou no Araguaia, em três áreas delimitadas pelos familiares: pátio do DNER em Marabá (PA), parte frontal do cemitério de Xambioá (TO) e Fazenda Fortaleza (PA).

A equipe permaneceu no local entre 29 de junho e 27 de julho, enfrentando inúmeras dificuldades. A área total onde ocorreu a guerrilha estende-se por 7.000 km² – de Xambioá, na época ainda estado de Goiás, a Marabá, no Pará –, o que significou longas distâncias percorridas em estradas poeirentas e cheias de buracos, em região devastada pelo desmatamento. Com orçamento estreito, a locomoção tornou-se difícil e teria sido

impossível executar a tarefa se não fosse o auxílio dos profissionais da imprensa, responsável pela cobertura das buscas.

Outra barreira enfrentada pelos técnicos foram os receios da população local, que, duas décadas depois, ainda se mostrava traumatizada e refratária a confidências. "A sensação da busca dos corpos é exatamente a de procurar uma agulha no palheiro – toda aquela mata, toda aquela extensão e a necessidade de fixar exatamente onde escavar, dão uma sensação de total desamparo", quando se sabe que o Exército poderia colaborar e o governo poderia determinar a abertura de todos os arquivos, argumentou Suzana Lisbôa no *Relatório Azul*, publicado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Mesmo com todos esses entraves, foram exumados dois corpos no cemitério de Xambioá. Um deles já havia sido desenterrado e descartado, em 1991, pela equipe da Unicamp. Pela segunda vez, pairava a suspeita de que podiam corresponder aos restos mortais do guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, médico gaúcho, integrante do PCdoB, que ficou conhecido na região do Araguaia como Dr. Juca.

Ainda durante a caravana de 1996, foram feitas escavações na reserva indígena dos índios Suruí, no Pará, mediante autorização expressa do então ministro da Justiça Nelson Jobim. Uma moradora apontou com exatidão onde havia visto os militares enterrando corpos. Entretanto, após a área ser vasculhada, descobriu-se que os corpos já haviam sido retirados da sepultura, deixando para trás apenas poucos ossos, o que dificultava a identificação. Foi possível concluir unicamente que entre o material não exumado encontravam-se restos mortais de pelo menos duas pessoas.

O saldo da incursão, à primeira vista, foi baixo: apenas um esqueleto em condições de possibilitar identificação, embora tenham sido feitas escavações em oito sítios. Na avaliação dos familiares, a expedição serviu para revelar indícios de alguma "operação limpeza". Para o resgate da história, no entanto, o saldo foi bastante positivo, já que os depoimentos colhidos confirmaram a

ocorrência de execuções de guerrilheiros e moradores, a prisão e tortura de um grande número de pessoas, e seu confinamento em locais semelhantes a campos de concentração.

Importância dos arquivos

Luiz Francisco Carvalho Filho, membro da Comissão Especial durante 10 anos e seu presidente no período 2002-2004, reclama da falta de colaboração de inúmeras autoridades governamentais, o que sempre limitou o trabalho da equipe. Em sua visão, historicamente a CEMDP tem um status de independência. Ele registra que nunca sofreu qualquer tipo de pressão quando fazia parte do colegiado. Quando assumiu a presidência, passou a lidar com a busca de informações e percebeu resistência por parte de órgãos do governo em liberar documentos, por exemplo. Segundo ele, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, a expectativa era que os anseios da Comissão em relação à abertura de documentos seriam atendidos. Mas a resistência pareceu ainda mais forte, crescendo a decepção quando investigações sobre o Araguaia foram atribuídas a outra comissão, de caráter interministerial.

Criada logo após o governo ter decidido recorrer contra sentença expedida pela juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal, determinando abertura dos arquivos militares e pronta localização dos desaparecidos no Araguaia, essa comissão interministerial foi instituída pelo decreto 4.850, de 2 de outubro de 2003, sendo composta, na época, pelos ministros da Justiça, Marcio Thomas Bastos, da Defesa, José Viegas, e da Casa Civil, José Dirceu, além do advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, e do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. O trabalho foi assistido pelos comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica – almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, general-de-exército Francisco Roberto de Albuquerque, e tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno.

Durante quase um ano, a tensão entre os dois colegiados foi visível, pois boa parte dos integrantes da CEMDP considerou a formação da Comissão Interministerial uma tentativa de esvaziar o trabalho por ela realizado. Em



Sonia Hass procura o corpo de João Carlos morto no Araguaia

determinado momento, seus integrantes chegaram a cogitar a possibilidade de demissão coletiva, que terminou não ocorrendo. Para Belisario dos Santos Júnior, "a criação dessa comissão foi um desperdício de tempo sem nenhum resultado prático, a não ser as recomendações finais do relatório". Segundo ele, "criou-se uma comissão de governo para um assunto que era de estado gerando um contencioso justamente no momento em que a CEMDP passaria a se dedicar a uma de suas atribuições mais importantes, a busca de corpos".

A partir de 2006 essa tensão diminuiu. Em março de 2007, o relatório final dessa outra comissão recomendou ao presidente da República que determine aos chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica fornecer todas as informações requeridas pela Justiça Federal. Propõe também a abertura imediata dos arquivos relacionados com as operações militares no Araguaia, sugere mudanças na lei sobre arquivos, reafirma o compromisso do governo federal com a busca dos corpos e se compromete a coordenar novas diligências na região, a partir das informações que deverão ser fornecidas pelas três Armas. Como conclusão, recomenda a manutenção de um canal permanente de cooperação e troca de dados entre o Ministério da Defesa e a CEMDP, reiterando que a esta cabe a responsabilidade de coordenar os esforços para localizar os restos mortais e restituí-los às respectivas famílias.

Anteriormente, logo depois de empossado como ministro da Justiça, em abril de 2002, o ex-presidente da Comissão Especial, Miguel Reale Junior, tinha chegado a anunciar a abertura dos arquivos, mas deixou o cargo antes de concretizar a promessa. O novo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, por sua vez, emitiu um convite para solenidade de abertura dos arquivos, em outubro de 2002. Mas, tampouco esse compromisso se concretizou.

Em 21 de dezembro de 2005, a ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff – ela própria uma vítima dos órgãos de repressão – anunciou a transferência da documentação relativa ao período da ditadura militar que estava em poder da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para o Arquivo Nacional, subordinado a sua pasta. O material pertencia ao Serviço Nacional de Informações, ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Geral de Investigações, compreendendo o período de 1964 a 1990. Foram transportados 13 arquivos de aço com fotos, cartazes, filmes, livros, panfletos e revistas, além de 220 mil microfichas e 1.259 caixas-arquivo.

A ministra afirmou que "ao tirar os arquivos dos órgãos de inteligência e passar para os órgãos arquivísticos, se permite preservar a memória do País e que a sociedade reflita sobre os valores da democracia". Os arquivos foram abertos, permanecendo invioláveis tão-somente informações sobre a honra, a imagem, a intimidade e a vida privada dos cidadãos, por força de determinação constitucional e legal. Os arquivos datados até 1975 tiveram seu sigilo expirado e tornaram-se disponíveis para pessoas diretamente interessadas – que tenham os nomes neles citados – ou seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.

Esse assunto é regulamentado pela Lei nº 11.111, de 11 de maio de 2005, originária da Medida Provisória 228/2004. A lei atribui a uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas o poder de administrar os documentos ultra-secretos e trata do denominando sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Durante o ano de 2006, a ministra Dilma Rousseff coordenou outras iniciativas da chamada desclassificação de arquivos, que resultaram na transferência ao Arquivo Nacional dos documentos pertencentes à

Inteligência da Polícia Federal, bem como de algumas Divisões de Segurança Interna (DSI) dos ministérios.

Apesar disso, seja na universidade, seja nos grupos de familiares e defensores dos Direitos Humanos, seja na grande imprensa, seguem ocorrendo manifestações de segmentos da sociedade civil que pressionam pela liberação dos arquivos ainda desconhecidos, bem como por mudanças na Lei nº 11.111 no tocante às brechas que possibilitam renovação de sigilo indefinidamente, dispositivo considerado inconstitucional por juristas de expressão nacional.

Mudanças na Lei e os próximos passos

Em agosto de 2002 foi editada a Lei nº 10.536, introduzindo alterações na Lei nº 9.140/95 – que tinha como data de abrangência, para efeito de indenizações, 15 de agosto de 1979. A nova lei ampliou essa data para 5 de outubro de 1988 – data da promulgação da nova Constituição. Além disso, reabriu o prazo para apresentação de processos em 120 dias a partir de sua publicação no Diário Oficial.

Outra mudança ainda seria feita em 2004. Maria do Rosário, deputada federal pelo Rio Grande do Sul, integrou a CEMDP como representante da Câmara entre 2003 e 2006, período em que o principal trabalho foi articular mais uma ampliação da Lei nº 9.140. O resultado foi a Medida Provisória 176/2004, transformada na Lei nº 10.875/04, que passou a abranger os casos de mortes em consequência de "repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público", e os suicídios cometidos "na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público". Antes da promulgação da nova lei, qualquer processo que indicasse suicídio, ou morte em passeata, por exemplo, perdia o direito ao reconhecimento e à indenização.

A deputada vê a CEMDP como responsável pela recuperação dessa parte da história do País, feita pelo próprio Estado, que travou e ainda trava luta com setores do poder público pelo direito fundamental à verdade e à memória. "A mudança promovida pelo governo Lula mostrou que o Estado brasileiro não quer apagar a histó-



Equipe de antropólogos argentinos faz escavações em Xambioá, no Araguaia

ria; que reconhece sua responsabilidade em relação aos que morreram durante a ditadura militar e às famílias. Acredito que foi mais um passo na direção da transparência, pois ainda precisa reconhecer a inversão do ônus da prova. Nós, que nascemos durante o regime militar, temos a responsabilidade de resgatar a história, de exigir a verdade, em respeito às vidas que se perderam naquele período de resistência a um regime autoritário”.

Em sua comovente persistência, é importante registrar que, algumas vezes, os familiares também encontraram sensibilidade e apoio entre os policiais a quem recorriam buscando informações. Celso Nenevê, policial civil da Polícia Técnica do Distrito Federal, fez mais do que participar e ajudar. Dedicou-se a conferir fotos dos corpos

e laudos de legistas, fornecendo informações cruciais para mostrar contradições e derrubar registros fraudulentos, como no caso das vítimas Gastone Lúcia Beltrão e Eremias Delizoicov, entre outros. Foi prejudicado em sua carreira, perdeu gratificações e oportunidades, mas nunca aceitou qualquer pagamento por tudo que fez.

Na visão de Belisário dos Santos Junior, os trabalhos e as manifestações da Comissão Especial contribuíram para amenizar, em certa medida, a dor das famílias que tiveram membros mortos ou desaparecidos. Quando um órgão do Estado reconhece a morte ou o desaparecimento, desse fato surgem conseqüências jurídicas, como o acesso a um atestado de óbito, a possibilidade de regularização de determinadas situações familiares, a indenização. No entanto, há também conseqüências psicológicas importantes. A família vê justificado todo o período de busca, sente a resposta do Estado, que vale como se fosse um pedido formal de desculpas.

Segundo ele, “é claro que muitos setores, notadamente da Polícia Federal e das Forças Armadas, não colaboraram com as informações de que dispunham. Houve notícias de incêndios, desaparecimento de documentos, sem que qualquer responsável tivesse sido punido. Mas acredito que o saldo é positivo”. Ainda conforme avaliação de Belisário, infelizmente a questão das mortes e desaparecimentos políticos não chega a ser um tema, uma pauta de nossa democracia. A sociedade parece ter aceitado a tese de que a Anistia se estendeu aos torturadores – “o que juridicamente é equivocado, pois o conceito de crimes conexos trazido pela Lei de Anistia de 1979 não tem o condão de beneficiar os autores de tortura e outros crimes do mesmo tipo, como, os desaparecimentos forçados”.

Para Diva Santana – representante dos familiares na CEMDP desde o final de 2005 e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia – o maior trauma para os familiares é não poder enterrar os corpos de seus parentes. Ela é irmã de Dinaelza Santana Coqueiro e cunhada de Vandick Coqueiro, ambos desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia. As informações de que Dinaelza foi morta sob tortura, Diva levantou conversando com os moradores de Xambioá. Para ela, é muito importante que os trabalhos

de busca pelos corpos continuem. "Se não existem mais arquivos, como alegam os militares, muitas das pessoas que participaram daqueles episódios estão vivas. A tomada de seus depoimentos poderá trazer informações decisivas para chegar à localização dos desaparecidos no Brasil".

Maria Eliane Menezes de Farias representante do Ministério Público Federal na CEMDP, desde 2003, considera a nova fase de trabalhos da Comissão de extrema importância para passar a limpo esse período da história do país. "Passada a fase de julgamento dos processos e pagamento das indenizações, os membros da CEMDP têm agora mais condições de se dedicar e ir às últimas conseqüências na busca e identificação dos restos mortais dos mortos e desaparecidos", afirma.

Banco de DNA

A dificuldade enfrentada para identificar os restos mortais dos desaparecidos é marcada por histórias quase surrealistas. Uma delas é a ossada batizada como X-2 pelo grupo de legistas argentinos. Ela foi encontrada no cemitério de Xambioá no começo dos anos 90, mas os técnicos da Unicamp tornaram a enterrá-la depois de descartarem a possibilidade de pertencer ao gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, o Dr. Juca.

Em 1996, quando os argentinos voltaram ao local, os ossos foram recolhidos outra vez para novo exame. Procedimentos burocráticos e a falta de verbas atrasaram o procedimento. A ossada X-2 acabou depositada em uma caixa na Polícia Federal de Brasília, enquanto a irmã de João Carlos, a professora Sônia Haas, e os membros da Comissão Especial pleiteavam exame de DNA.

Por essa época, surgiram denúncias de que as ossadas estavam abandonadas e malconservadas, o que dificultaria a identificação. Nilmário Miranda, então ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, tomou a iniciativa de levar amostras da ossada a Buenos Aires para fazer o exame, uma vez que, pelas informações então existentes, o Brasil não disporia de tecnologia para isso. O resultado comparativo com a amostra de sangue dos familiares deu negativo.

Ao examinar o caso de uma brasileira morta no Chile, Jane Vanini, constatou-se que o exame de DNA era assinado por um laboratório brasileiro, o Genomic. Descobriu-se, então, que ainda na década de 1980 o mesmo laboratório tinha procurado a Unicamp e se oferecido para desenvolver uma tecnologia especial para identificação de ossadas. A sucessão de fatos levou a Comissão a pedir ao governo providências neste sentido.

Somente muitos anos depois, em 2006, o projeto de construir um banco de DNA foi finalmente colocado em prática. Solucionados os morosos procedimentos de licitação, foi firmado um contrato com o Genomic – Engenharia Molecular. A coleta de sangue dos familiares teve início em 25 de setembro, em São Paulo, num evento realizado conjuntamente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pela Comissão de Familiares de São Paulo e também pelo Grupo Tortura Nunca Mais, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O local escolhido foi a antiga Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antonia, por seu significado simbólico de sítio histórico onde ocorreram enfrentamentos entre estudantes e forças repressivas no ano de 1968.

Esse tipo de evento repetiu-se em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, estando em curso um plano de coleta individualizada em todo o Brasil. Em março de 2007 foi coletado, em San Lucido, pequena cidade da Calábria, na Itália, material genético de uma senhora italiana de 90 anos, Elena Gibertini Castiglia, mãe de Libero Giancarlo Castiglia, um dos desaparecidos no Araguaia.

A fundadora do Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, Amparo Araújo, foi uma das primeiras pessoas a recolher material para o banco de DNA. Espera localizar e fazer o reconhecimento do corpo de seu irmão, Luiz Almeida Araújo, morto em São Paulo em 1971. Acredita que Luiz deve ter sido enterrado na vala de Perus.

Os exames de DNA já conseguiram identificar, quase 15 anos depois da localização daquela vala, os restos mortais de Flávio Molina e Luiz José da Cunha. Os restos mortais de

ambos foram enviados pela CEMDP para o Instituto Genomic, que procedeu à identificação de Molina, em setembro de 2005, e de Luiz José da Cunha, em junho de 2006. Este último, dirigente da ALN conhecido como "Comandante Crioulo", companheiro de Amparo Araújo, teve seu traslado de São Paulo a Recife e sepultamento realizados em 1º e 2 de setembro de 2006. Foi morto sob tortura em julho de 1973. "Na nossa cultura, temos de viver o ritual da morte. Enquanto não vivemos, ficamos sempre esperando pela pessoa", afirma a viúva.

Amparo Araújo atua como observadora na Comissão Especial e, desde 1996, contribui nesse esforço de busca persistente. Acredita que haverá novos avanços nessa procura e que o trabalho da CEMDP só estará concluído quando for encontrado o último desaparecido. Daí a grande importância do banco de DNA, considerando que alguns dos familiares de desaparecidos já morreram e muitos já ultrapassam os 80 anos de idade.

Para Belisário dos Santos Junior, o banco de DNA é um dos mais importantes legados da Comissão, porque permite o armazenamento de material genético das famílias para futuras comparações, possibilitando, assim, identificação posterior de mortos ou desaparecidos. A procuradora da República em São Paulo, Maria Eugênia Fávero, que trabalhou em conjunto com a CEMDP no caso das ossadas da vala de Perus, de 1990, diz que, naquele momento, cinco ou seis pessoas poderiam ser identificadas se o banco de DNA já existisse. Ela ressalta a importância da Comissão Especial no trabalho do Ministério Público para reconhecer os corpos e aposta nesse novo instrumento de trabalho para retomar as atividades.

O material colhido de pessoas com parentesco próximo e consanguíneo permitirá gerar um perfil genético dos desaparecidos, que ficará disponível para comparações. Cada perfil genético é distinto, praticamente individu-

al, como se fosse uma impressão digital. Extraído-se DNA dos restos mortais encontrados sem identificação, é possível fazer a comparação com as informações do banco e excluir ou encontrar o vínculo genético. O perfil de cada morto ou desaparecido político será construído dentro de padrões internacionais, permitindo comparações com o DNA de ossadas encontradas até mesmo em outros países.

Com a incorporação desse avanço científico recente ao acervo documental da Comissão Especial, estão asseguradas as condições de identificação exata, custe o tempo que custar, dos restos mortais de cada brasileiro e de cada brasileira que ainda precisam ser localizados para que o Estado Democrático de Direito assegure aos familiares o sagrado direito ao funeral e uma reparação simbólica que ainda lhes é devida.

Em 2007, a CEMDP prossegue desempenhando sua responsabilidade de Estado. Consciente de ter cumprido com rigor o seu papel até o presente momento, conseguindo concluir o exame de quase todos os casos apresentados, buscará concentrar esforços, amparada nos termos da Lei nº 9.140, na localização dos restos mortais dos desaparecidos. Agora, a prioridade é sistematizar um acervo de depoimentos de familiares e companheiros dos desaparecidos, bem como de agentes dos órgãos de repressão, autores de livros, jornalistas e pesquisadores que tenham informações a fornecer, para auxiliar nessa busca e na organização das diligências que sejam necessárias.

Busca que deve prosseguir até o dia em que o Brasil consiga, com a contribuição de todos, oferecer condições para uma virada de página nessa trágica história recente da vida política nacional. E isso nunca será possível com falsos chamados ao esquecimento, e sim com a mais ampla elucidação de tudo o que se passou.

Capítulo 4

Casos da Comissão

Em 11 anos de trabalho, passaram pela CEMDP processos referentes a 475 casos. Desse total, 136 nomes já constavam no Anexo da Lei nº 9.140/95, ou seja, tiveram sua morte ou desaparecimento imediatamente reconhecidos como responsabilidade do Estado. Dessa lista, Manoel Alexandrino morreu de causas naturais, como ficou provado posteriormente, não sendo, portanto, beneficiário da lei. Os familiares de Edmur Pércles Camargo e de Francisco Manoel Chaves não foram localizados, o que impediu a abertura de processo e conseqüente pagamento de indenizações. No caso do deputado Rubens Paiva, a família preferiu não entrar com processo na Comissão Especial por já existir uma causa em tramitação no Judiciário; foi solicitada apenas a expedição de atestado de óbito. Os familiares de Hélio Luiz Navarro de Magalhães e de Pedro Alexandrino de Oliveira abriram mão da indenização a ser paga pelo Estado.

Os outros 339 casos foram objeto de análise, debates e diligências pelos membros da CEMDP, na busca da verdade. Desse total, 118 foram indeferidos. Alguns, mesmo tendo comprovada a militância política de oposição ao regime militar, esbarraram em outros quesitos exigidos pela lei. Foram deferidos 221 casos e os familiares receberam as devidas indenizações. Não foram analisados, nem julgados, os atos dos envolvidos na atividade de repressão política, mas as circunstâncias da morte. Ou seja, o foco se concentrou em examinar apenas as se pessoas foram ou não mortas pelos agentes do Estado e como isso aconteceu.

Desaparecimento: um crime sem vestígios nem provas

O desaparecimento de presos políticos foi moeda corrente na América Latina dos anos 70, principalmente no Cone Sul. Essa prática consistia em seqüestrar e fazer sumir opositores políticos dos regimes ditatoriais. No Brasil, o processo não foi diferente. Com o desaparecimento, não havia como acionar qualquer dispositivo legal para tentar salvar a vida das vítimas. Não havia vestígios, nem provas. Em muitos casos comprovados, a pessoa desaparecida permaneceu semanas ou meses em local incerto, sendo torturada por seus algozes.

Assim, os órgãos de repressão podiam dispor sobre a vida e a morte dos presos políticos. Não necessitavam de nenhuma justificativa para seus atos. Prendiam, torturavam, executavam e faziam desaparecer os corpos das vítimas, sem dar satisfação a tribunais, advogados, familiares, amigos e a nenhum setor da sociedade civil. As próprias leis inconstitucionais do regime eram violadas rotineiramente. A perpetuação do sofrimento dos familiares e a incerteza sobre o paradeiro de seus entes queridos levaram a uma situação de prolongada insegurança. Foi uma outra forma de tortura permanente, levada a cabo pelo Estado policial.

A CEMDP computou, como saldo de suas investigações, cerca de uma centena e meia de desaparecidos políticos. Muitos deles foram vistos em dependências policiais por outros presos, que testemunharam sobre sua prisão e tortura. De outros não se têm notícias, nem das

suas passagens por prisões. Eram, quase sempre, ativistas políticos notoriamente perseguidos pelos órgãos de segurança. Vários estavam submetidos a processos judiciais. Seus últimos contatos foram com companheiros de suas organizações. Depois, sumiram. Nunca mais foram vistos.

No entanto, tantos foram os esforços na busca de pistas e informações por parte de familiares e amigos, comprovaram a sua detenção e execução pelos órgãos de segurança do Estado. Exemplos como o de Mariano Joaquim da Silva se repetiram dezenas de vezes. Preso em Recife, no dia 1º de maio de 1971, pelo DOI-CODI e levado para um "aparelho" clandestino da repressão, a "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ), foi visto pela presa política Inês Etienne Romeu, que falou com ele naquele tenebroso local. Mariano era dirigente da VAR-Palmares e a data de sua chegada ao "aparelho" teria sido 2 de maio. No dia 31 do mesmo mês, Inês percebeu uma movimentação incomum e se deu conta de que Mariano havia sido retirado da "Casa da Morte". Desde então, ninguém mais viu nem teve notícias dele.

Inês Etienne revela ser testemunha, visual ou indireta, da prisão de outros militantes desaparecidos, como Carlos Alberto Soares de Freitas, Rubens Paiva, Aluísio Palhano, Ivan Mota Dias, Walter Ribeiro Novais, Heleni Guariba e Paulo de Tarso Celestino da Silva. Alguns destes teriam sido levados para a famigerada casa em Petrópolis. Lá foram interrogados, torturados e, ao que tudo indica, assassinados. Mas os órgãos de segurança nunca assumiram essas mortes, nem entregaram seus restos mortais aos familiares. "*São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas*", como cantou Gonzaguinha, em *Legião dos Esquecidos*, música composta em homenagem aos que lutaram contra o regime militar.

O livro *Brasil Nunca Mais* também faz referências a outros desaparecidos políticos como Edgar Aquino Duarte, Bergson Gurjão Farias, Armando Teixeira Fructuoso. Também foram vistos por outros presos em dependên-

cias policiais. O ano de 1974, particularmente, traz uma estatística macabra. Oficialmente não houve mortes nas prisões. Todos os presos políticos mortos "*desapareceram*". Em plena distensão lenta, gradual e segura, teoricamente não haveria mais necessidade de repressão, porque a subversão já teria sido esmagada. Por isso, o regime passou a não mais assumir o assassinato de opositores.

Entre os grupos políticos com maior número de militantes desaparecidos, destaca-se o da Guerrilha do Araguaia, vinculada ao PCdoB, com 64 ativistas identificados, conforme o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, editado em 1995. Esse número de guerrilheiros varia conforme a fonte. Na CEMDP deram entrada 62 processos de desaparecidos no Araguaia. No mencionado dossiê, o termo desaparecido é usado para definir a condição daquelas pessoas que, apesar de terem sido presas ou seqüestradas, torturadas e mortas pelos órgãos de segurança, não tiveram suas prisões e mortes assumidas pelas autoridades do Estado. Foram consideradas foragidas, fazendo que seus familiares busquem, até hoje, o merecido esclarecimento e a localização de seus corpos. De todos os desaparecidos brasileiros, até hoje, transcorridos quase 20 anos de vigência plena do Estado Democrático de Direito, que a Constituição de 1988 sacramentou, apenas três corpos foram encontrados e devidamente sepultados pelos seus familiares: Maria Lúcia Petit, Luiz Eurico Tejera Lisbôa e Denis Casemiro.

Nos trabalhos da CEMDP, quando se utiliza o termo "morto", em vez de "desaparecido", significa que a morte da pessoa presa foi reconhecida publicamente pelos órgãos do Estado. Nos jornais televisivos ou impressos da época, a versão que circulava era unicamente a dos órgãos de segurança: os presos tinham sido mortos em tiroteio, ou haviam cometido suicídio, ou sofrido atropelamento quando tentaram fugir dos policiais. Hoje, sabe-se que a maioria dessas mortes se deu nas prisões, sob intensas torturas. Muitos desses corpos, no entanto, continuam ocultos e os familiares insistem na necessidade de que sejam devidamente localizados, resgatados

e entregues para realização do funeral, rito milenar que atravessa todas as religiões e culturas.

Aspecto relevante a respeito da figura do desaparecido é que, pelo fato de os autores do crime manterem até hoje a ocultação dos cadáveres, nada informando sobre sua localização, juristas muito credenciados sustentam que pode ser argüida nos tribunais a tese de crime continuado. Em outras palavras, mesmo se prevalecer a interpretação de que a Anistia de 1979 estendeu um manto de absolvição sobre os crimes cometidos (conexos) pelos torturadores, é como se o delito da ocultação de cadáver voltasse a ser cometido no dia seguinte à Anistia. Na medida em que determinado agente do Estado sabe para onde foram levados muitos desses

corpos e nada revela, persiste, pelo silêncio, praticando o crime de ocultação até os dias de hoje, quando a vigência da normalidade democrática retira qualquer justificativa para tanto.

Nas páginas seguintes, será apresentado, um resumo do processamento de todos os casos que foram levados à CEMDP ao longo de 11 anos, incluindo sempre que possível, um pouco da história e biografia desses personagens e de como foi possível desvendar o que realmente aconteceu com cada um deles.

**Para que não se esqueça.
Para que nunca mais aconteça.**



Casos anteriores a abril de 1964

Alguns dos casos levados a exame da CEMDP correspondiam a mortes ocorridas antes do advento do regime militar de 1964-1985. Conforme já mencionado neste livro-relatório, quando aprovada a Lei nº 9.140, em dezembro de 1995, prevaleceu entre os legisladores a interpretação de que a ordem constitucional brasileira já havia sido quebrada em 2 de setembro de 1961 – data limite fixada pela lei – quando da intervenção militar que tentou impedir a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Cinco casos do Massacre de Ipatinga

Na manhã de 7 de outubro de 1963, rajadas de metralhadoras foram disparadas contra mais de cinco mil operários que protestavam contra as condições indignas a que estavam submetidos na siderúrgica Usiminas, inaugurada um ano antes, em Ipatinga, Minas Gerais. Por volta das 10 horas, uma pedra foi lançada em direção à coluna de policiais militares chamados para sufocar a greve, ferindo um dos soldados. A PM abriu fogo contra a multidão de trabalhadores, metalúrgicos da empresa e operários da construção civil. Na versão oficial, o saldo foi de 78 feridos e oito mortos, entre eles um bebê. Durante o tumulto, os tiros eram desferidos a esmo e atingiram a menina Eliane Martins, de apenas três meses, levada pela mãe para ser vacinada no ambulatório da empresa.

Antes de ter início a construção da Usiminas, no final dos anos 50, Ipatinga era um minúsculo distrito do município de Coronel Fabriciano, com 60 casas e 300 habitantes. Por isso, a construção da siderúrgica foi saudada como sendo a chegada de um verdadeiro Eldorado. A população pulou para 10 mil pessoas, mas o vilarejo não tinha infra-estrutura para suportar essa sobrecarga e a empresa não realizou os necessários investimentos sociais para suprir as carências dos operários. O quadro de penúria era agravado pelas condições salariais oferecidas.

Matéria publicada no jornal *Binômio*, tablóide independente criado em Belo Horizonte em 1952, conta que os funcionários de baixa hierarquia da Usiminas moravam em alojamentos apertados, revezando-se com os colegas para poder dormir, já que as camas eram compartilhadas. Transporte e alimentação não eram melhores. Viajavam em caminhões sempre lotados e, na comida, tocos de cigarros e baratas eram encontrados com frequência. Também eram comuns os abusos de autoridade, existindo registro de violências físicas contra os trabalhadores. O protesto ocorreu como manifestação espontânea em resposta às agressões praticadas por vigilantes e policiais contra alguns colegas na noite anterior. Sem o arrimo de uma organização partidária ou sindical, os operários agiram movidos pela indignação e foram metralhados.

Para apreciação na CEMDP, foram encaminhados cinco processos em 2004. Segundo os relatores, a Lei nº 10.875/04 introduziu duas novas possibilidades de indenização, propostas pela própria Comissão Especial, necessárias para complementar os efeitos de pacificação pretendidos pela lei. Uma delas se refere às passeatas e manifestações reprimidas pela polícia durante o período fixado em lei. Para os relatores, não seria possível distinguir vítima de repressão à manifestação que estivesse dela participado ou vítima casual. Os relatores entenderam que não importava saber quem determinou ou como se originou o comportamento da tropa policial militar convocada para manter a ordem e a segurança das pessoas: "*a ação ou reação policial de disparar contra uma multidão desarmada não poderia ter outra consequência senão as várias mortes e inúmeros feridos*".

Os cinco processos foram deferidos por unanimidade, conforme relatado a seguir, não sendo apresentados requerimentos relativos à criança de três meses, Eliane Martins, nem aos dois outros mortos relacionados pela direção da empresa: Aides Dias Carvalho, filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta, e Gilson Miranda, da empresa EBSE.



ALVINO FERREIRA FELIPE (1921-1963)

Número do processo: 130/04

Filiação: Maria do Patrocínio Silva e Antônio Felipe

Data e local de nascimento: 27/12/1921, Ferros (MG)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Jr.

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

Alvino morreu em decorrência de ferimentos causados por disparos de arma de fogo. Segundo relato da filha Maria da Conceição Gomes Felipe, Alvino fazia um tratamento de saúde devido a um acidente em que foi atingido pela roda do caminhão que transportava operários para o trabalho. Naquele dia de 1963, ele se dirigia à sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), em Acesita, para se submeter a uma perícia médica. Ao passar nas imediações do conflito, foi atingido por uma bala que perfurou seu crânio na região occipital. Morreu antes de ser socorrido. O corpo foi levado para o escritório central da Usiminas e depois encaminhado à família.

Funcionário da empreiteira A.D. Cavalcanti, Alvino foi tido pelas autoridades como indigente, por causa das roupas que usava, um paletó muito simples, diferente do uniforme dos colegas. Porém, um funcionário da usina reconheceu o corpo na sala da empresa e avisou a família. Maria da Conceição soube que o pai, a caminho do IAPI, chegou a ser avisado da greve na portaria da Usiminas. Segundo ela, ele não acreditou no que estava acontecendo e continuou a caminhar em direção ao escritório central, onde foi atingido pelo tiro. O legista Hercílio Costa Lage assinou o óbito, atestando "*hemorragia interna devido a ferimento penetrante no crânio, por projétil de armas de fogo*".



ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS (1925-1963)

Número do processo: 120/04

Filiação: Almerinda Antônio dos Reis e Manoel Celestino dos Reis

Data e local de nascimento: 15/12/1925, Mantena (MG)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

No laudo da necropsia de Antônio José dos Reis, assinado pelo legista Hercílio da Costa Lage, está escrito: "*fratura na base do crânio devido a projétil de arma de fogo*". Ele trabalhava na Convap, empresa de construção civil, há dois meses. Naquele dia, havia saído de casa no horário de costume, quatro da manhã, para pegar a condução. A esposa, Tereza Gomes, acordou com o chamado do sogro, que a avisou dos graves acontecimentos na portaria da Usiminas. No primeiro momento ninguém se preocupou, pois Antônio José certamente já estaria dentro da empresa. Ao final do dia, Tereza percebeu que ele demorava demais para chegar em casa. Ficou então sabendo da morte do marido por meio de um colega de serviço, Irineu, presente no local na hora dos tiros.

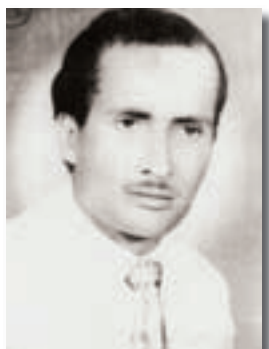


GERALDO DA ROCHA GUALBERTO (1935-1963)

Nº do processo: 121/04
 Filiação: Maria Tereza da Rocha e Romeu Gualberto
 Data e local de nascimento: 01/03/1935, Braúnas (MG)
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)
 Relator: Maria Eliane Menezes de Farias, com vistas de Belisário dos Santos Júnior
 Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 11/10/2004

O alfaiate Geraldo da Rocha Gualberto saiu de casa na manhã do dia 07/10/1963 para comprar material de trabalho em uma loja de Ipatinga (MG). No caminho, deparou-se com a manifestação de funcionários da Usiminas e parou para conversar com um primo, quando ambos tentaram se proteger das balas disparadas em todas as direções. A Polícia utilizava até mesmo uma metralhadora com tripé, instalada na carroceria de um caminhão. Uma das centenas ou milhares de balas atingiu o alfaiate mineiro, que morreu na hora.

Documentos anexados ao processo na CEMDP relatam que Geraldo foi enterrado em sua terra natal sem exame de necropsia, o que ensejou a necessidade de exumá-lo algumas semanas depois, para corrigir tal ilegalidade.



JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (1931-1963)

Nº do processo: 151/04
 Filiação: Maria Claudina de Jesus e Joaquim Isabel do Nascimento
 Data e local de nascimento: 08/07/1931, Timóteo (MG)
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 17/10/1963, Coronel Fabriciano (MG)
 Relator: Belisário dos Santos Júnior
 Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 29/10/2004

José Isabel do Nascimento, fotógrafo amador e funcionário da empresa Fichet, empreiteira da Usiminas, era casado com Geralda Aguiar do Nascimento, com quem teve cinco filhos. Segundo a família, José Isabel saiu de casa, no centro de Coronel Fabriciano, para mais um dia de trabalho na área de montagem e construção. Ficou junto aos operários grevistas no piquete organizado em frente à portaria principal de acesso à usina.

Como trazia a máquina fotográfica, José passou a registrar a movimentação em frente à fábrica. Fotografou um soldado com uma metralhadora de tripé, momentos antes do início do tiroteio. Na verdade, José teve tempo de bater um filme inteiro, tirá-lo da máquina e colocar outro. Quando ia bater a primeira foto do novo filme, foi atingido por disparo de fuzil e caiu. José Isabel foi submetido a duas cirurgias, mas morreu dez dias depois, no Hospital Santa Terezinha, em Coronel Fabriciano. O legista José Ávila diagnosticou "*abscesso subepático devido a projétil de arma de fogo*".



SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA (1943-1963)

Nº do processo: 161/04

Filiação: Geralda Cristina da Silva e José Tomé de Araújo

Data e local de nascimento: 20/08/1943, Guanhães (MG)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 07/10/1963, Ipatinga (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 26/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

Morto aos 20 anos, Sebastião mudou-se para Ipatinga em busca de melhores condições de vida, pois era arrimo de família. Assim que conseguiu um emprego na Usiminas como ajudante, buscou a mãe, viúva, e seus seis irmãos menores. Como fazia todos os dias, chegou para trabalhar e foi impedido de entrar nas dependências da empresa. Resolveu, então, ficar nas imediações da usina até que a chefia resolvesse, por meio de negociações, a volta ao trabalho. Enquanto esperava, foi atingido por uma bala no crânio, morrendo no local. O legista Hercílio Costa Lage definiu como *causa mortis* "lesões encefálicas, dando ferimento penetrante no crânio por projétil de arma de fogo".

INDEFERIDOS

Das mortes ocorridas antes de abril de 1964, trazidas para exame da CEMDP, quatro casos foram indeferidos:



JOÃO PEDRO TEIXEIRA (1918-1962)

Nº do processo: 313/96

Data e local de nascimento: 05/03/1918, Guarabira (PB)

Filiação: Maria Francisca da Conceição e João Pedro Teixeira

Organização política ou atividade: Ligas Camponesas

Data e local da morte: 02/04/1962, Sapé (PB)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 19/11/96

Data da publicação no DOU: 21/11/1996

Em 02/04/1962, João Pedro Teixeira, conhecido líder dos trabalhadores rurais nordestinos e um dos fundadores das Ligas Camponesas foi morto, na estrada Sapé-Café do Vento, na Paraíba. Três homens armados de fuzil montaram tocaia no caminho da sua casa, no Sítio Sono das Antas, onde residia com a esposa e 11 filhos. Morreu com cinco tiros.

Sua morte teve grande repercussão local e nacional. Nos anos 80, o cineasta Eduardo Coutinho finalizou o documentário: *Cabra Marcado para Morrer*, onde relata a história de João Pedro, tendo como protagonistas a viúva, Elisabeth Teixeira, e remanescentes daquele movimento. As primeiras filmagens estavam sendo realizadas antes de abril de 1964, nos quadros do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE). O clima de repressão imediatamente instalado interrompeu o trabalho. A família Teixeira se dispersou e Elisabeth teve de viver na clandestinidade.

Em 1981, já conquistada a Anistia, o documentarista saiu novamente em busca dos camponeses-atores do primeiro *Cabra* e mostrou-lhes as filmagens realizadas 17 anos antes. As gravações foram retomadas e Coutinho lançou o filme comercialmente em 1984, com impacto nacional.

Os nomes dos mandantes da emboscada que vitimou João Pedro Teixeira, segundo escritura declaratória feita por Francisco de Assis Lemos Souza, foram Aguinaldo Veloso Borges (usineiro), Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, o "Antônio Vitor", conforme decisão do Juiz Walter Rabelo, dada em 27/03/1963. Os executores foram os pistoleiros Cabo Antônio Alexandre da Silva, o "Gago", soldado Francisco Pedro da Silva, conhecido por "Chiquinho", "Nóbrega" ou "Chicão", ambos da Polícia Militar, e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra.

No local onde João Pedro morreu foi erguido um monumento em sua homenagem, com as inscrições: "Aqui tombou João Pedro Teixeira, mártir da Reforma Agrária". O depoimento do jornalista Jório de Lira Machado, anexado ao requerimento protocolado na CEMDP, relata que: "No dia 01/04/1964 o monumento foi destruído por policiais e por capangas dos latifundiários. Os grandes proprietários de terra da Paraíba realizaram, assim, o primeiro ato comemorativo do Golpe Militar de 64. Não há dúvida de que o assassinato de João Pedro Teixeira se deu pelos mesmos motivos que determinaram o golpe militar de 64".

No entanto, o caso foi indeferido pela CEMDP, por unanimidade, ainda que tivesse ficado clara e incontestável a atuação política de João Pedro Teixeira em defesa dos trabalhadores e de seus direitos. Na interpretação da Comissão Especial, essa decisão denegatória se impôs como consequência incontornável do fato de já existir decisão judicial condenando os assassinos e não atribuindo qualquer responsabilidade ao Estado no episódio.



ANGELINA GONÇALVES (1913-1950)

Nº do processo: 027/02

Filiação: Onorina Gonçalves e Angelino Danton

Data e local de nascimento: 1913, Rio Grande (RS)

Organização política ou atividade: PCB e sindicalista

Data e local da morte: 01/5/1950, Rio Grande (RS)

Relator: André Sabóia Martins

Indeferido em: 19/12/2003, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Angelina Gonçalves, líder operária e militante do PCB, foi morta durante as manifestações de 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande (RS). Sua história é contada nos movimentos de mulheres como exemplo da participação feminina nas lutas do povo brasileiro. Naquela data, os sindicatos haviam organizado um comício e diversos outros eventos. Ao término, saíram em passeata. Angelina carregava um cartaz com os dizeres "O Petróleo é Nosso", quando foi baleada pela polícia, juntamente com mais três trabalhadores.

A campanha pelo petróleo, na década de 50, galvanizava setores populares, de norte a sul do país. Naquele 1º de maio, as mulheres e os trabalhadores organizaram protestos contra a exploração do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras. A morte de Angelina Gonçalves marcou historicamente a participação da mulher brasileira nessa campanha.

Angelina nasceu na cidade de Rio Grande (RS), em 1913, e teve uma filha, Shirley Ferreira. Seu processo foi indeferido pelo fato incontestável de que a data de sua morte está fora da abrangência da Lei nº 9.140/95.

Casos de 1964 até o AI-5



JONAS JOSÉ DE ALBUQUERQUE BARROS (1946-1964)

Número dos processos: 361/96 e 019/02

Filiação: Antonieta Carolino de Albuquerque de Barros e Severino de Albuquerque Barros

Data e local de nascimento: 15/06/1946, Recife (PE)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 01/04/1964, Recife (PE)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e coronel João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (em 10/04/1997 fora indeferido);

Data da publicação no DOU: 11/10/2004



IVAN ROCHA AGUIAR (1941-1964)

Número dos processos: 288/96 e 077/02

Filiação: Luzinete Rocha Aguiar e Severino Aguiar Pereira

Data e local de nascimento: 14/12/1941, Triunfo (PE)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 01/04/1964, Recife (PE)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (em 07/08/97 fora indeferido)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

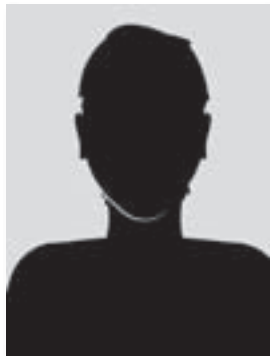
Esses dois estudantes pernambucanos foram mortos a tiros, no próprio dia 01/04/1964, em Recife, quando participavam de manifestação de rua contra a deposição e prisão do governador Miguel Arraes. De acordo com notícias veiculadas na imprensa, eles foram as primeiras vítimas fatais do regime militar naquele estado. O episódio é narrado no livro *O caso eu conto como o caso foi*, de Paulo Cavalcanti.

O *Jornal do Commercio*, na edição do dia seguinte, assim descreveu o ocorrido: "Na esquina Dantas Barreto – Marquês do Recife, os soldados pararam. Os estudantes continuavam a gritar. Os soldados tomaram posição. Um disparo para o ar foi feito. Os estudantes continuavam a gritar. Novos disparos, agora já em todas as direções. Os gritos aumentaram e dois caíram, mortos. No solo, ainda, alguns feridos". Depoimento de Oswaldo de Oliveira Coelho Filho à Secretaria de Justiça de Pernambuco, que consta dos autos do processo na CEMDP, dá detalhes sobre o dia da morte dos estudantes. "Eles carregaram a bandeira brasileira, entoaram o Hino Nacional e, em seguida, passaram a gritar contra os soldados e a jogar-lhes pedras e cocos vazios, que se amontoaram no meio-fio. Então, o piquete militar fez disparos diretamente contra eles com tiros de revólveres".

Inicialmente, ambos os processos foram indeferidos pela Comissão Especial, em reuniões de 1997 e 1998. Reapresentados depois da ampliação da Lei nº 9.140/95, foram aprovados por unanimidade quando entrou em vigor a nova redação introduzida em 2004. Conforme o relator dos dois processos, "a farta matéria jornalística juntada aos autos permite concluir que Jonas e Ivan foram vítimas de um conflito de rua na cidade do Recife, portanto em plena adequação à legislação vigente que contempla os 'que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público'".

De acordo com o laudo do legista Salgado Calheiros, a *causa mortis* do secundarista Jonas José de Albuquerque Barros, morto aos 17 anos, foi "hemorragia externa decorrente de ferimento penetrante da face com fratura cominutiva do maxilar inferior e coluna cervical por projétil de arma de fogo".

Ivan da Rocha Aguiar havia sido secretário do Grêmio Joaquim Nabuco e, posteriormente, vice-presidente da União dos Estudantes de Palmares. No segundo processo impetrado pela família, o relator afirmou que a documentação não deixava dúvidas de que Ivan morrera em virtude de ferimentos a bala – em seu atestado de óbito, o legista Nivaldo Ribeiro, do Hospital Pronto-Socorro de Recife, registrou como causa da morte "*hemorragia interna decorrente de ferimentos transfixiantes no hemitórax direito*" – e votou pelo deferimento do processo.



AUGUSTO SOARES DA CUNHA (1931-1964)

Número do processo: 345/96
 Data e local de nascimento: 03/06/1931, Governador Valadares (MG)
 Filiação: Guiomar Soares da Cunha e Otávio Soares Ferreira da Cunha
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 01/04/1964, Governador Valadares (MG)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 10/04/1997 por 4x3
 Data da publicação no DOU: 16/04/1997



OTÁVIO SOARES FERREIRA DA CUNHA (1898 - 1964)

Número do processo: 345/96
 Filiação: Anna Soares de Almeida e Roberto Soares Ferreira
 Data e local de nascimento: 1898, Minas Gerais
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 04/04/1964, Governador Valadares (MG)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 10/04/1997 por 4x3
 Data de publicação no DOU: 16/04/1997

Em Governador Valadares, norte de Minas Gerais, na véspera do movimento que depôs João Goulart, ruralistas radicalizados haviam cercado e metralhado a residência de Francisco Raimundo da Paixão, conhecido nacionalmente como Chicão, sapateiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, líder das mobilizações regionais em defesa da Reforma Agrária. Nesse cerco, houve troca de tiros e restou morto um dos atacantes, genro do coronel Altino Machado. No dia do Golpe de Estado, o clima entre fazendeiros da cidade era, portanto, de mobilização por vingança.

Nesse ambiente tenso, Augusto Soares da Cunha e seu pai Otávio Soares Ferreira da Cunha morreram também como vítimas do novo regime em seus primeiros momentos. O filho morreu no próprio dia 1º de abril de 1964 e o pai três dias depois, conseguindo sobreviver seu outro filho, Wilson, gravemente ferido no mesmo ataque.

Segundo o processo nº 35.679, do Superior Tribunal Militar, no dia 1º de abril de 1964, o tenente coronel delegado de Polícia na cidade de Governador Valadares declarou que "*devido à falta de elementos no destacamento policial convocou Maurílio Avelino de Oliveira, Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos, todos reservistas, para prestarem serviços localizando e interceptando elementos comunistas e conduzindo-os à Delegacia em virtude do 'Estado de Guerra' em que se encontrava o Estado de Minas Gerais, aliás expressamente declarado pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante, da 4ª Região Militar, a cujo mando foi incorporada a PMMG*".

A "*convocação*" dos três fazendeiros para prestar serviços de natureza policial pelo delegado coronel Paulo Reis teria ocorrido às 8h da manhã do dia 1º/04/1964, apenas uma hora antes da ocorrência criminosa, cabendo deixar em aberto, portanto, a possibilidade de essa convocação ter sido tão-somente um expediente formal forjado *a posteriori*.

Segundo o testemunho de Zalfa de Lima Soares, esposa de Wilson, e de Eunice Ferreira da Silva, empregada doméstica na residência da família, e levando em conta as declarações dos próprios assassinos, sabe-se que às 9 horas do mesmo dia, os três dirigiram-se à casa de Wilson Soares da Cunha, na rua Osvaldo Cruz, 203, naquela cidade mineira. Maurílio Avelino de Oliveira aproximou-se dos três ocupantes de um Jeep Land Rover – o pai Otávio e os filhos Augusto e Wilson – fazendo-se passar por amigo. Depois de retirarem a chave do jipe, os fazendeiros passaram a atirar. Augusto teve morte imediata. O pai, Otávio, então com 70 anos, já alvejado, ainda conseguiu sair do veículo, engatinhou tentando refugiar-se no interior da casa, mas foi perseguido por Lindolfo, que o atingiu no rosto. Faleceu três dias depois, no hospital. Wilson Soares da Cunha, gravemente ferido, sobreviveu. Os assassinos ainda foram ao hospital procurar o outro filho de Otávio, o médico Milton Soares, que foi protegido pelos colegas médicos e enfermeiros.

O alvo principal da incursão seria o filho Wilson, que sobreviveu aos disparos, e sabidamente apoiava as atividades de Chicão em defesa da Reforma Agrária, tendo também ligações políticas com o jornalista Carlos Olavo, conhecido nacionalmente por defender as Reformas de Base e o governo João Goulart por meio do jornal tablóide *O Combate*, de Governador Valadares. O jornalista Carlos Olavo conseguiu escapar da cidade com a família, obteve exílio no Uruguai e só retornou ao Brasil em 1979, com a decretação da anistia.

A viúva Guiomar Soares da Cunha conseguiu do delegado Paulo Reis a abertura de Inquérito Policial. Segundo o jornal *Última Hora*, em 72 horas o delegado Bastos Guimarães tinha o nome dos criminosos e os denunciou ao juiz Alves Peito, que decretou a prisão preventiva dos mesmos. Os assassinos passaram à condição de foragidos. A partir daí travou-se uma batalha política envolvendo os coronéis Pedro Ferreira e Altino Machado, o major do exército Henrique Ferreira da Silva, a Associação Ruralista de Governador Valadares e outros apoiadores do novo governo, resultando na decisão do coronel Dióscoro Gonçalves do Vale, comandante do ID-4, de requisitar, com base no primeiro Ato Institucional, que o processo das mortes fosse transferido para a Justiça Militar.

O Inquérito Policial Militar (IPM) foi chefiado pelo Major Célio Falheiros. Em 19/08/1966, o Conselho Extraordinário de Justiça do Exército, na sede da Auditoria da 4ª Região Militar, homologou a farsa jurídica inicial. O promotor Joaquim Simeão de Faria pediu ao Conselho que decidisse se, *"no dia do crime ainda se considerava em Estado Revolucionário, pois apesar dos tiros terem sido desfechados pelas costas, se estivessem em estado Revolucionário haveria de ser considerada a situação em que tais tiros foram desfechados" ou se os acusados simplesmente cometeram homicídio doloso. Os advogados dos criminosos alegaram que os três acusados "estavam no estrito cumprimento do dever legal", que a "situação era revolucionária e estavam em guerra", que "os acusados, ao receberem voz de prisão, tentaram a fuga, o que determinara a reação dos acusados, que somente poderiam tomar atitude enérgica e viril eis que de dentro da casa onde tentaram refugiar não se sabia o que de lá viria".*

Na decisão, o conselho mandou apurar as responsabilidades das pessoas apontadas como subversivas e, por maioria de votos, 4 contra 1, absolveu os acusados Wander Campos e Lindolfo Rodrigues Coelho e, por 3 a 2, absolveu o acusado Maurílio Avelino de Oliveira. O Ministério Público recorreu ao STM, que reformou a sentença.

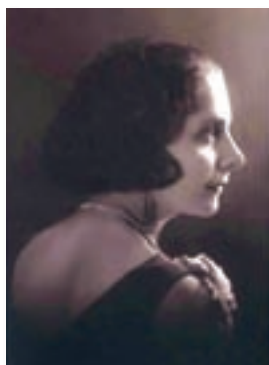
Em Governador Valadares, havia sido oferecida denúncia contra os assassinos em 17/05/1965. Os réus obtiveram no STF *habeas-corpus* recolhendo os mandados de prisão. Depois de uma série de tramitações judiciais, o STM, em 11/1/1967, condenou os três criminosos a 17 anos e meio de reclusão, por unanimidade. O jornal *Estado de Minas* de 03/11/1996, com o título *Memória de um crime* em matéria assinada por Tim Filho, informa que os criminosos foram indultados por intermediação do governador Rondon Pacheco.

O relator na CEMDP concluiu que, *"há decisões jurídicas comprovando que os três criminosos desempenhavam serviço de natureza policial convocados por autoridades militares. Tanto é que foram julgados, absolvidos e condenados no âmbito da Justiça Militar. Comprovada está também, fartamente, a motivação política dos crimes. Duas pessoas foram mortas, com tiros pelas costas e uma ferida, estando todas desarmadas, após receberem ordem de prisão. Preenchidos estão todos os requisitos exigidos pela Lei nº 9.140/95"*, e votou pelo deferimento do processo.

O general Oswaldo Pereira Gomes solicitou vistas ao processo e lavrou o seguinte voto vencido: *"Verificamos que o STF tomou uma decisão política por 4 a 3 votos, mandando julgar pela Justiça Militar um ato Revolucionário de civis que obviamente não poderiam ser punidos, por terem sido vitoriosos e, se fosse o caso de punir, o julgamento deveria ter-se realizado na Justiça Comum. Ao final de*

tudo e para reparar o absurdo, a pedido do austero governador Rondon Pacheco e sob a responsabilidade do inatacável homem público que foi o presidente Castelo Branco, os homicidas foram indultados. Essa Comissão não deve e não pode julgar com critérios políticos, sobretudo revanchistas; estaremos, se assim fizermos, cometendo atos ilegais e contrariando frontalmente a Lei nº 9.140/95, que nos obriga no art 2º a acatar o princípio da reconciliação e pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28/08/1979 – Lei de Anistia. Inaplica-se, pois, a Lei nº 9.140/95, no caso de pessoas baleadas em via pública, no dia 01/04/1964, às 9h no quadro de um movimento Revolucionário, vez que esses indivíduos não eram agentes públicos, nem poderiam sê-lo naquele momento quando o movimento não era ainda vitorioso; no caso os agentes eram simplesmente rebeldes".

Os processos de Augusto e Otávio Soares Ferreira da Cunha tramitaram juntos e ambos foram aprovados por 4 votos a três pela CEMDP, com votos contrários do general Osvaldo Gomes, de João Grandino Rodas e de Paulo Gonet.



LABIBE ELIAS ABDUCH (1899-1964)

Número do processo: 299/96 e 055/02

Filiação: Helena Elias Carneiro e João Carneiro

Data e local de nascimento: 1899, na Síria

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 01/4/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º); coronel João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 07/08/1997)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

A sexagenária Labibe Elias Abduch era casada com Jorge Nicolau Abduch, com quem teve três filhos. Foi morta por um disparo no dia 01/04/1964, quando caminhava pela Cinelândia, no Rio de Janeiro, interessada em obter informações sobre o movimento militar no Rio Grande do Sul, onde se encontrava um filho. Narrando a cena e os fatos desse dia, a revista *O Cruzeiro*, em edição extra de 10/4/1964, traz a seguinte matéria: "14 horas. É o sangue. A multidão tenta mais uma vez invadir e depredar o Clube Militar. Um carro da PM posta-se diante do Clube. O povo presente via os soldados. Mais tarde, choque do Exército... dispersam os agitadores, que voltam a recarga, pouco depois. Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes: entre eles Labib Carneiro Habibude e Ari de Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22h no Pronto-Socorro".

O corpo de Labibe deu entrada no IML no dia 02/04/1964, de onde foi retirado para sepultamento pela família. De acordo com o legista Nelson Caparelli, a *causa mortis* foi "ferimento transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo, hemorragia interna".

Foram apresentados dois processos à CEMDP sobre o caso. Na primeira apreciação, o relator considerou que não estava comprovada a militância política de Labibe e que sua morte não se deu em dependência policial ou assemelhada. Não considerou possível o enquadramento do caso na Lei nº 9.140/95 e votou pelo indeferimento do pedido. Dois conselheiros apresentaram voto pela aprovação do requerimento e Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas. Depois de analisá-lo, também votou pelo indeferimento, sendo acompanhado por todos os membros da Comissão Especial, "devido à falta dos quesitos participação, ou acusação de participação em atividades políticas", e de não ter falecido em dependência policial ou assemelhada. Tais exigências, constantes na Lei nº 9.140/95, foram superadas pela Lei nº 10.875/04, que passou a reconhecer os casos de mortes em manifestações e passeatas. O caso foi, então, reapresentado e o novo relator concluiu que "pouco importa se o tiro foi ou não desfechado contra a vítima. E nem mesmo discutir a autoria do disparo. O certo é que ela morreu em decorrência do tiro disparado em manifestação pública".

Quanto ao segundo morto mencionado nessa reportagem da revista *O Cruzeiro*, Ari de Oliveira Mendes Cunha – apesar de seu nome constar no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* e em outras listas de vítimas da ditadura – seus familiares não foram localizados e o caso não foi apresentado para exame na CEMDP.



ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO (1922-1964)

Número do processo: 056/96 e 284/96

Filiação: João Alcântara Monteiro e Natalina Schenini Monteiro

Data e local de nascimento: 31/03/1922, Itaqui (RS)

Organização política ou atividade: oficial da Aeronáutica

Data e local da morte: 04/04/1964, Porto Alegre (RS)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/08/1996

O tenente-coronel Alfeu de Alcântara Monteiro foi morto no quartel geral da 5ª Zona Aérea, em Canoas (RS), no dia 04/04/1964. Segundo o jornal *Folha da Tarde*, de 06/04/1964, a nota oficial sobre a morte do tenente-coronel aviador informava "a lamentável ocorrência acontecida no Quartel general deu-se devido à indisciplina do tenente-coronel, que não acatou a voz de prisão que lhe foi dada pelo seu novo Comandante". Teria ocorrido troca de tiros, sendo que "os ferimentos recebidos pelo excelentíssimo brigadeiro comandante são de natureza leve, encontrando-se hospitalizado, em pleno exercício de seu comando, o mesmo não acontecendo, entretanto, com o tenente-coronel Alfeu, cujo falecimento lamenta informar".

Alfeu de Alcântara Monteiro ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1941, e no ano seguinte passou para a Escola da Aeronáutica, onde se formou aspirante em 1942. Serviu em Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Canoas. Tenente-aviador desde 1946, fez o curso de Estado-Maior da Aeronáutica em 1958, incorporando-se a esse colegiado no ano seguinte.

Com folha de serviços repleta de elogios, o coronel Alfeu era nacionalista e defensor dos direitos e garantias constitucionais, engajando-se na linha de frente do movimento pela legalidade que o governador gaúcho Leonel Brizola e o comandante do III Exército, general Machado Lopes, encabeçaram em Porto Alegre contra a intervenção militar que tentou impedir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em setembro de 1961. Alfeu tornou-se, na prática, comandante da Base Aérea de Canoas, naqueles dias, após acordo que ensejou a saída, daquela unidade, dos oficiais favoráveis à quebra da normalidade constitucional, amplamente rejeitada pela baixa oficialidade, sargentos e praças. Ele foi um dos responsáveis por impedir que os caças daquela base decolassem para bombardear o Palácio Piratini, sede da resistência legalista, desobedecendo ordens expressas que foram emitidas por autoridades militares superiores.

Quanto ao episódio de sua morte, o coronel médico Medeiros (chamado dessa forma pelo jornal citado), da Aeronáutica, relatou, anos mais tarde, em depoimento ao jornal *Zero Hora*, de 03/04/1988, que no dia 04/04/1964 servia na Base Aérea de Canoas, onde Alfeu Monteiro era subcomandante e não aderira ao golpe militar, juntamente com seus subordinados, sargentos e soldados. Naquele dia, pela manhã, chegou o comandante recém-designado da 5ª. Zona Aérea, brigadeiro Néelson Freire Lavanere-Wanderley, que determinou a prisão de todos os rebelados. Faltava o coronel Alfeu. Quando chegou sua vez de receber a voz de prisão, ele reagiu: "Retira essa ordem!" – gritou Alfeu, "É ilegal. Eu estava defendendo a autoridade legítima, eleita pelo povo. Tu não podes me prender!"

Há versões colidentes sobre o contexto exato da morte. Prevalece a versão de que o brigadeiro Lavanere e o coronel Roberto Hipólito da Costa trouxeram Alfeu para uma sala fechada, de onde se ouviram tiros após uma discussão. Num dos registros, o tenente-coronel teria sido vítima de rajada de metralhadora nas costas, com 16 perfurações apontadas numa perícia médica. Mas existem versões indicando que Alfeu teria sacado sua arma e efetuado disparos contra o novo comandante, sendo então baleado pelo coronel Hipólito, que teria respondido a processo por homicídio, sendo absolvido. Alfeu foi levado ainda com vida ao Hospital do Pronto Socorro, em Porto Alegre, falecendo meia hora depois. O brigadeiro Lavanere-Wanderley foi o primeiro ministro da Aeronáutica de Castello Branco, assumindo a pasta 16 dias após o grave incidente de Canoas.

Marcio Gontijo, assessor jurídico da CEMDP, concluiu em seu parecer que, "a causa da morte de Alfeu, conforme auto de necropsia, deu-se em função de disparos de arma de fogo recebidos quando estava na Base Aérea de Canoas (RS), ocasião em que deveria ser preso em função

de seu posicionamento diante do golpe militar de 1964. Portanto, seu falecimento esteve ligado à participação em atividades políticas e a morte causada por tiros recebidos em dependência assemelhada a policial, cabendo o reconhecimento de Alfeu Alcântara Monteiro nas disposições da Lei nº 9.140/95".

O relator na CEMDP votou pelo deferimento. Em 15/12/1998 o general Oswaldo Pereira Gomes solicitou a revogação do ato que concedeu a indenização, baseando-se nos seguintes argumentos: "o deferimento da indenização por parte do Estado foi efetivado, basicamente pelo que afirma o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos". Segundo o general, "a afirmação do Dossiê está muito longe da verdade uma vez que este membro da Comissão tomou conhecimento do Inquérito Policial Militar e do Processo Penal correspondente que correu na Justiça Militar. Nesses processos fica provado que Alfeu de Alcântara Monteiro foi morto no ato de tentar contra a vida de seu superior hierárquico major-brigadeiro Néelson Freire Lavanere-Wanderley, no Gabinete de Comando deste; e neste ato criminoso acertou com tiro de arma de fogo, que empunhava, a cabeça e o omoplatea direito do referido major, sendo nesse momento abatido com 2 tiros pelo coronel-aviador Roberto Hipólito da Costa. Tudo isso é comprovado em documentação anexa".

O assessor jurídico Márcio Gontijo, analisando o requerimento da revogação do ato indenizatório, ponderou que: "(...) não cabe discutir se a morte ocorreu pelo exercício de legítima defesa ou por execução sumária, bastando que tenha ocorrido nas circunstâncias mencionadas na decisão da Comissão Especial. (...) De qualquer forma, o deferimento do pedido se deu por decreto presidencial, embora baseado no parecer da Comissão Especial, o que vale dizer que o órgão citado não tem competência para revogar o ato, que é do presidente da República, pelo que não há como a CEMDP atender ao pedido, já que não tem competência para tal". Em 15/09/2003 a conselheira Maria Eliane Menezes de Farias acolheu, na íntegra, as considerações constantes no parecer, votando pela manutenção da decisão da CEMDP.



ANTOGILDO PASCOAL VIANA (1922-1964)

Número do processo: 150/96 e 042/02

Filiação: Elvira Pascoal Viana e Ranulfo Viana

Data e local de nascimento: 21/4/1922, Itacoatiara (AM)

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local da morte: 08/04/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa (1º) e Belisário dos Santos Jr. (2º)

Deferido em: 08/12/2005 por unanimidade (fora indeferido em 15/05/97)

Data da publicação no DOU: 19/12/2005

Amazonense de Itacoatiara, dirigiu o Sindicato dos Estivadores de Manaus desde 1954 e, pouco antes do movimento que depôs João Goulart, mudou-se para o Rio de Janeiro por ter assumido o cargo de tesoureiro na Federação Nacional dos Estivadores, integrando também o recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores. Mereceu dois processos na CEMDP, sendo o primeiro indeferido unanimemente, por não se enquadrar na Lei nº 9.140/95. O sindicalista teria se jogado do 5º andar do prédio do Hospital do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC), no dia 08/04/1964, morrendo em decorrência da queda.

Foram anexadas aos autos cópias de livros que questionam a morte por suicídio, entre eles o de Márcio Moreira Alves, *Torturas e Torturados*; o de Elio Gaspari, *Ditadura Envergonhada e o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Márcio Moreira Alves denunciou o caso como morte sob tortura por agentes de segurança do Rio de Janeiro. Informe reservado do Serviço Secreto do DOPS/SP, referente à reunião para deliberação sobre eleições na Federação Nacional de Estivadores, traz o nome de Antogildo, que teria vínculos com o PCB, na lista dos 100 maiores inimigos do regime militar, cassados pelo primeiro Ato Institucional, de 10/04/1964. Alguns documentos anexados ao processo na CEMDP apresentam Astrogildo, como grafia incorreta de seu nome, havendo menção também a ter sido dirigente comunista.

Segundo o relator do segundo processo na CEMDP, Antogildo foi uma importante liderança sindical brasileira, tendo exercido o cargo de representante do Conselho da Confederação e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Para o relator, se a dúvida impediu o reconhecimento na primeira

apreciação do caso, com a edição da nova lei (Lei nº 10.875/2004), a solução deveria ser diferente, pois cabia deferimento mesmo na hipótese de ter ocorrido realmente suicídio, versão que nos anos seguintes passaria a receber credibilidade sempre decrescente. A atuação sindical, o envolvimento político, as circunstâncias do "suicídio", as práticas de prisão sem motivo justo e de violência dos órgãos de segurança não deixavam dúvidas de que o suposto suicídio teria ocorrido na iminência da prisão. O relator concluiu que o sindicalista poderia ter sido preso, torturado e morto, "ou simplesmente tenha se suicidado, na iminência de ser preso, como tudo leva a crer", e votou pelo deferimento.



EDU BARRETO LEITE (1940-1964)

Número do processo: 263/96 e 157/04

Filiação: Idê Barreto Leite e Assis Waldemar Leite

Data e local de nascimento: 20/08/1940, Dom Pedrito (RS)

Organização política ou atividade: sargento do Exército Brasileiro

Data e local da morte: 13/04/1964, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa (1º e 2º)

Deferido em: 31/05/2005 por unanimidade (fora indeferido em 05/05/1998, por 5 a 2)

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

A morte do gaúcho Edu Barreto Leite – 3º sargento do Exército que trabalhava no serviço de Rádio do Ministério da Guerra – apenas 13 dias depois da deposição de João Goulart, foi anunciada pelas autoridades do novo regime como suicídio. Ele teria se atirado pela janela, pouco antes de agentes de segurança invadirem seu apartamento, na rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Ao buscar maiores esclarecimentos sobre o ocorrido, porém, seu irmão Danton Barreto Leite ouviu do zelador do prédio uma história diferente. O zelador escutou muitos disparos e ruídos de luta corporal dentro do apartamento, testemunhando que Edu foi jogado pela janela. Uma moradora do prédio em frente estava acordada, com a luz apagada, junto à janela, e repetiu exatamente a mesma versão.

Danton Barreto Leite foi avisado da morte por um amigo de Edu, que leu a notícia na imprensa. Na mesma noite, ligou para o Exército atrás de informações. Como ninguém lhe prestasse qualquer esclarecimento, no dia seguinte seguiu de Porto Alegre para o Rio, chegando ao Ministério da Guerra somente depois do enterro. Os militares alegaram não ter avisado a família por desconhecer o endereço, o que é pouco plausível na disciplina tradicional do Exército. Danton foi levado a uma sala de reuniões onde os militares tentaram convencê-lo de que o irmão, "comunista e subversivo", havia se suicidado, saltando do sétimo andar do prédio onde morava. Sentiu que se não concordasse com aquela versão seria detido, mas não ficou convencido. No dia 15 de abril, esteve no apartamento de Edu, lacrado pelo Exército, e conversou com algumas pessoas sem se identificar. Nessa ocasião, ouviu do zelador que cinco indivíduos esperavam Edu quando ele chegou à noite.

Posteriormente, o Exército nomeou uma equipe para conduzir Danton ao apartamento. O local encontrava-se muito revirado e, segundo a noiva de Edu, também presente na ocasião, faltavam objetos pessoais e a máquina fotográfica. O que mais chamou a atenção do irmão foi a porta, com várias perfurações de bala, de fora para dentro, e nenhum vestígio de sangue. No Hospital Souza Aguiar, Danton foi informado de que Edu dera entrada vivo e com fraturas múltiplas no braço esquerdo e nas costelas. O laudo do legista Amadeu da Silva Sales não ajudou a esclarecer as circunstâncias da morte, determinando apenas que o óbito ocorreu em decorrência de "*hematoma retro-peritonal ao nível de sigmóide, hematoma da parede vesical*".

As autoridades militares abriram inquérito, mas o 5º Distrito Policial apenas registrou o ocorrido. Um documento de 29/07/1964, assinado pelo presidente em exercício do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Washington Vaz de Mello, relata que nos autos do IPM instaurado para apurar a responsabilidade de dois integrantes do Exército na morte de Edu havia evidências de que ele fora vítima de um acidente, não de um crime.

No relatório para a CEMDP, a relatora observou que o depoimento de Hilton Paulo Cunha Portella, então comandante do Pelotão de Investigações Criminais do 1º Batalhão de Polícia do Exército, deixava clara a natureza política da morte: Edu era acusado de subversão por pertencer ao chamado "Grupo dos Onze". Em outubro de 1996, a Comissão Especial decidiu que, na falta de perícia, fotos ou do laudo

necroscópico de Edu, deveria buscar informações e documentação no Exército. A relatora solicitou, então, a devolução do processo, ao qual também foi anexada a íntegra do IPM. O inquérito não contém documentos importantes para uma avaliação segura dos fatos, como as informações relativas às suspeitas com relação a Edu e o laudo de perícia do local. Também não foram ouvidas as pessoas com outra versão dos fatos. A relatora deu parecer favorável ao enquadramento legal do caso, mas o processo foi indeferido por 5 a 2, foi acompanhada no voto vencido por Nilmário Miranda.

Em 04/01/2005, depois de reaberto o prazo para apresentação de novos requerimentos, por força da nova Lei, a CEMDP recebeu de outro irmão de Edu, Jacob Barreto Leite, solicitação de reabertura do processo. Em nova apreciação, já à luz da Lei nº 10.875, que reconhecia a responsabilidade do Estado em casos de suicídio – mesmo quando em versões oficiais tão inconsistentes como a relativa a Edu Barreto Leite –, o processo foi então deferido por unanimidade, sendo que a relatora recomendou deixar registrada a necessidade de investigação pelo Estado brasileiro das reais circunstâncias dessa morte sob a responsabilidade do Exército.



JOSÉ DE SOUZA (1931-1964)

Número do processo: 078/96
 Filiação: Nair Barbosa de Souza e Alcides de Souza
 Data e local de nascimento: 1931, local não definido
 Organização política ou atividade: sindicalista
 Data e local da morte: 17/04/1964, Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: general Oswaldo Pereira Gomes
 Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 06/03/1996

José de Souza era membro do Sindicato dos Ferrovários do Rio de Janeiro. Foi preso e conduzido ao DOPS/RJ, na rua da Relação, no dia 08/04/1964, para averiguações. A versão oficial foi de que José cometeu suicídio nove dias depois, atirando-se pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro.

Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Seção do Estado do Rio de Janeiro da OAB, em 04/12/1995, anexada ao processo da CEMDP, José Ferreira, também preso nas dependências do DOPS na rua da Relação, conta que viu José de Souza chegar àquela unidade policial. Segundo Ferreira, ele estava bastante nervoso com a prisão, devido aos constantes gritos e tiros de metralhadora, mas, principalmente, por constatar que os presos voltavam desmaiados quando iam prestar depoimento. José Ferreira contou ainda que, na manhã de 17 de abril, às 5 horas, foram acordados pelos agentes policiais que alertaram para o fato de José de Souza encontrar-se morto no pátio do DOPS.

A necropsia, realizada por Vicente Fernandes Lopes e Elias Freitas, confirmou a versão de suicídio com esmagamento do crânio. O corpo foi retirado do IML e enterrado em 18/04/1964. O relator do processo na CEMDP aceitou a versão do suicídio, mas votou pelo deferimento, "pois José de Souza encontrava-se em poder do Estado e os agentes não tomaram as mais elementares cautelas que a situação exigia".



CARLOS SCHIRMER (1896-1964)

Número do processo: 234/96 e 115/04
 Filiação: Maria Benedita da Costa Schirmer e Leopoldo Carlos Schirmer
 Data e local de nascimento: 30/03/1896, Além Paraíba (MG)
 Organização política ou atividade: RAN
 Data e local da morte: 01/05/1964, em Divinópolis (MG)
 Relator: Nilmário Miranda (1º) e Maria Eliane Menezes de Farias (2º)
 Deferido em: 26/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 09/02/98, por 5 a 2)
 Data da publicação no DOU: 03/09/2004

Nascido em Além Paraíba (MG) no final do século 19, Carlos Schirmer era filho de um engenheiro austríaco que veio para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II trabalhar na construção de uma das primeiras estradas de ferro brasileiras, em Baturité, no Ceará. Parte da infância e da adolescência viveu no interior de São Paulo, onde o pai possuía uma fazenda de café. Esgotado o ciclo do café, a família perdeu todos os bens e mudou-se para o Rio de Janeiro. Na capital federal, Carlos trabalhou na Casa Mayrink Veiga, sendo eletricitista de dia e, à noite, ascensorista. Como técnico em eletricidade, especializou-se na montagem de usinas hidrelétricas, algumas das quais funcionam até hoje – Carmo do Cajuru, Itapecerica, Teófilo Otoni, todas em Minas. Militou no Partido Comunista desde os primeiros anos de existência do partido, batizando um de seus filhos como Luiz Carlos, em homenagem a Prestes.

Viveu em Divinópolis (MG) de 1921 até morrer em 01/05/1964, aos 68 anos de idade, sem ser medicado, de asfixia por um disparo de arma de fogo. A versão oficial foi suicídio. Os órgãos de segurança invadiram sua casa sob a alegação de que teria um arsenal – ele possuía uma espingarda Flaubert e um facão para trabalhar no quintal. Nessa versão, após resistir à prisão e ferir dois policiais, Schirmer foi transportado primeiro ao Hospital de Divinópolis e depois ao Hospital Felício Roxo, em Belo Horizonte, para ser operado. Segundo o relator na CEMDP, o militante, *"morreu por omissão de socorro ou socorro intencionalmente inadequado pelos agentes policiais que o conduziram aos hospitais"*.

Na CEMDP, o parecer do perito criminal Celso Nenevê registra que o laudo de necropsia descrevia duas lesões: "uma por tiro de arma de fogo, disparada a curta distância ou à distância, e não por arma encostada ao corpo". Fica evidente, assim, a contradição entre a descrição do laudo de necropsia e o relatório assinado pelo encarregado do inquérito, coronel Melquíades Horta, pois seria impossível para Schirmer disparar uma carabina 22 contra o próprio queixo sem manter a arma encostada no queixo ou à curtíssima distância, porque seu braço não alcançaria o gatilho. A segunda lesão, também por arma de fogo, ocasionou a morte por "hematoma retro-lingual e asfixia".

O atestado de óbito, firmado por Celso Tafuri, registra que Schirmer faleceu por asfixia, às 21h do dia 01/05/1964, no Hospital Felício Rocho. O laudo não descreve qualquer intervenção cirúrgica ou que tenham sido ministrados medicamentos. Ele chegou a ser levado ao Hospital Nossa Senhora Aparecida, em Divinópolis, segundo a esposa, onde foi atendido inicialmente, e em seguida conduzido a Belo Horizonte pelos policiais que o prenderam, onde faleceu antes de ser operado.

A conclusão do relator foi de que *"quando Schirmer encontrava-se sob a custódia de agentes policiais, e ferido com um hematoma retro lingual, indicando a necessidade de uma traqueotomia para não morrer sufocado, até uma intervenção cirúrgica mais cabal; foi, na verdade, inadequadamente atendido por policiais que o trataram com violência e desmazelo"*, levando o relator a concluir que o deixaram morrer como represália ao fato de ter reagido à prisão, e ao fato de um homem de 68 anos ter provocado a mobilização de dezenas de policiais, com ferimentos ainda que superficiais em dois agentes. Omissão de socorro ou socorro intencionalmente inadequado pelos agentes policiais que o conduziram aos hospitais.

No dia 9/2/1998, o caso foi colocado em pauta pela primeira vez na CEMDP, sendo indeferido por cinco votos a dois, vencidos os conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisboa. No segundo processo, a relatora afirmou que "a introdução da Lei nº 10.875/04 enquadra perfeitamente no caso analisado, posto que a versão oficial das circunstâncias da morte, embora questionada, aponta para a prática de suicídio". Afirmando não ser possível determinar se Schirmer teria sido baleado por agentes da repressão ou tentado suicídio, votou pelo deferimento.



PEDRO DOMIENSE DE OLIVEIRA (1921-1964)

Número do processo: 044/96

Filiação: Januária Domiense de Oliveira e João Fagundes de Oliveira

Data e local de nascimento: 14/05/1921, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 07 ou 09/05/1964, Salvador (BA)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes (1º) e Suzana Keniger Lisboa (2º)

Deferido em: 02/10/97 por 6x1, (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 14/10/97

Natural de Salvador, o funcionário público Pedro Domiense era casado com Maria de Lourdes Santana Domiense de Oliveira, com quem teve três filhos. Foi presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador (BA). Começou a militância política no Colégio Central da Bahia. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras, mas interrompeu os estudos em função de perseguições políticas. Havia trabalhado no jornal *O Momento*, ligado ao PCB, sendo espancado com outros colegas quando o Exército efetuou ocupação de sua sede. Em 1950, ingressou no Departamento de Correios e Telégrafos.

Foi preso no dia 04/05/1964, na sede dos Correios, em Salvador. Segundo a versão oficial, suicidou-se no Quartel da 6ª Região Militar, no dia 09/05, mas uma testemunha indica taxativamente o dia 7 como data da morte. Consta como *causa mortis*, "intoxicação aguda exógena", assinada pelo legista Edgard dos Passos Marques. Sua esposa passou um ano sendo vigiada pelo Exército.

O primeiro relator na CEMDP considerou que a única prova "*de que Pedro Domiense de Oliveira fora preso por motivos políticos*" era uma breve notícia de jornal e deu parecer pelo indeferimento. Foi apresentado um pedido de vistas do processo e, em 19/11/1996, a relatora apresentou o voto pelo deferimento, com novas provas documentais. Constatou que apesar de o nome de Pedro Domiense não constar do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, fazia parte de outras listas de mortos elaboradas anteriormente, inclusive dos *Anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional*.

Constou também no novo relatório um recorte do jornal *A Tarde*, da Bahia, onde se lê, sob o título *Expurgo no DCT*, que fora "determinada a prisão de Pedro Domiense de Oliveira, ex-presidente das Classes Fardadas do DCT, encaminhado para a 6ª Região Militar para o devido interrogatório, dentro do plano de expurgo iniciado dias atrás pelo atual diretor regional dos Correios". Foi anexado, ainda, depoimento de Maria Helena dos Santos, que presenciou a prisão de Pedro, declarando que ele foi conduzido por dois soldados do Exército que informaram estar sendo levado ao Quartel general da 6ª Região Militar, na Mouraria, para interrogatório. "*No mesmo dia 4 de maio de 1964, me dirigi à 6ª Região Militar para saber o paradeiro do sr. Pedro Domiense e o coronel Maurino informou-me que ele estava preso e incomunicável. Retornei à casa dos seus familiares, que estava tomada por soldados do Exército, e informei à sua esposa o que me foi dito pelo coronel Maurino*".

No dia 06/05/64, um vendedor ambulante contou à sra. Maria de Lourdes que, ao passar nas imediações da base aérea, no local conhecido como Santo Amaro, havia visto o sr. Pedro Domiense quase morto. Maria se dirigiu ao local e levou o marido à base aérea que imediatamente o encaminhou à 6ª Região Militar. Chegando lá, o mesmo coronel Maurino mandou levá-la em um carro, acompanhado por soldados, até o Pronto-Socorro Getúlio Vargas. No dia 7 de maio de 1964, o sr. Pedro Domiense de Oliveira faleceu às 15h10.

Ao encaminhar o deferimento, a relatora ressaltou que as reais circunstâncias da morte de Pedro não poderiam ser restabelecidas, mas que a versão de suicídio por ter ingerido veneno durante a prisão era insustentável. A CEMDP solicitou novas diligências para confirmar a data da prisão. Em reunião do dia 02/10/1997, a relatora apresentou um *Adendo ao Relatório*, em resposta às diligências solicitadas. Agregou que o Comando Militar do Nordeste, em ofício assinado pelo general Cândido Vargas de Freire, comandante da 6ª Região Militar, informava não dispor das ordens de prisão e soltura de Pedro Domiense de Oliveira, ou de qualquer outro documento sobre ele. Acrescentou a relatora que o IML encaminhara o laudo de exame cadavérico, reafirmando a morte por intoxicação, e que os peritos teriam enviado fragmentos do estômago e fígado para exame toxicológico, sendo detectada a presença de substâncias utilizadas em raticidas ou inseticidas. Foi ainda anexado depoimento de Washington José de Souza, companheiro de prisão de Pedro Domiense, afirmando que ele foi torturado. A relatora reiterou o pedido de deferimento, que foi então acatado por 6 x 1.



MANUEL ALVES DE OLIVEIRA (1934-1964)

Número do processo: 076/02

Filiação: Maria Alves de Oliveira e Manoel Cândido de Oliveira

Data e local de nascimento: 21/10/1934, Sergipe

Organização política ou atividade: sargento do Exército Brasileiro

Data e local da morte: 08/05/1964, Rio de Janeiro

Relator: Augustino Pedro Veit

Deferido em: 28/06/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/07/2006

No livro *Torturas e Torturados*, Márcio Moreira Alves denunciou a prisão de Manuel Alves de Oliveira, 2º sargento do Exército, retido no Regimento Andrade Neves, em abril de 1964, onde respondia a IPM. O livro informa ainda que ele foi removido para o Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, e morreu no dia 8/5, em circunstâncias não esclarecidas. O laudo necroscópico elaborado no IML/RJ confirma que o corpo deu entrada no dia 08/05/1964, procedente do HCE.

Na primeira vez em que foi protocolado, o processo não chegou a ser analisado pela CEMDP, por estar fora do prazo estabelecido pela Lei nº 9.140/95, mas um novo processo foi apresentado em 12/12/2002. Entre os documentos apresentados, consta uma permissão para visitas da esposa de Manuel, em 22/04/1964, que confirma a prisão: "... este comando leva ao conhecimento de V. Ex que autoriza o 2º sargento Manuel Alves de Oliveira, preso em unidade dessa UG, a receber a visita de sua esposa, D. Conceição Martorelli de Oliveira, em caráter excepcional. "Em outro documento do HCE, o médico chefe do SDP, Samuel dos Santos Freitas, presta a seguinte declaração, em 23/4/1964: "Declaro que o 2º sargento Manuel Alves de Oliveira encontra-se baixado na 13ª enfermaria e devido às suas condições atuais encontra-se impossibilitado de assinar qualquer documento".

Matéria do Correio da Manhã, de 16/9/1964, traz a seguinte notícia: "A viúva do sargento Manuel Alves de Oliveira, Norma Conceição Martorelli de Oliveira, disse ontem ao Correio da Manhã que o seu marido foi torturado no HCE, onde inclusive, aplicaram-lhe choques elétricos. 'Numa das poucas vezes em que consegui visitá-lo... verifiquei que o seu corpo estava coberto de marcas, que mais tarde soube serem de ferro quente. Estava transformado em um verdadeiro flagelado, com a barba e os cabelos crescidos'...". A notícia continua: "... revelou ainda a viúva do militar torturado que as autoridades procuraram convencê-la de que seu marido era débil mental. 'Chegaram a dizer... que ele ficou despido na enfermaria 13 e colocou a roupa pendurada nas grades do cárcere. Se isso ocorreu, é porque as torturas já o haviam enlouquecido'...".

E mais: "... nem sei mesmo como explicar porque o internaram no HCE, pois quando Manuel saiu de casa estava em perfeita saúde. Não tinha nenhuma doença e jamais demonstrou qualquer desequilíbrio mental, como, aliás, prova o fato de ter 10 anos de Exército..." "... Acrescentou a Sra. Norma que conseguiu avistar o marido apenas três vezes e depois teve suspensa essa ordem: 'Na primeira vez... apesar de seu estado, conseguiu dar-lhe comida na boca. Depois da proibição de visitá-lo, somente voltou a ter notícias suas quando já estava morto. 'Não consegui saber qual causa foi atribuída à sua morte e o atestado de óbito também não a esclarecia'...".

No livro de registros de enterros do cemitério do Realengo (RJ), onde o sargento foi sepultado no dia seguinte ao da sua morte, não há qualquer referência sobre a causa, revelando apenas que o sepultamento ocorreu às expensas do Grupo de Canhão Anti-Aéreo-90, onde servia. Segundo depoimento da esposa, Manuel foi preso em casa, na presença dos cinco filhos menores do casal, por um homem em trajes civis que chegou com outras pessoas sem farda, em uma Kombi. Somente dois dias depois, recebeu a confirmação de que ele estava preso e ficou surpresa ao descobrir que era mantido no HCE, pois não se encontrava doente ao sair de casa.

Antes disso, no I Exército, disseram à esposa que o sargento estava preso em um navio-presídio, o que não era verdade. Segundo conseguiu apurar, a única acusação feita a seu marido foi ter sido candidato à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército nas últimas eleições, sendo simpatizante do ex-presidente João Goulart. O arquivo público do Rio de Janeiro forneceu à CEMDP diversos documentos nos quais constam vários cidadãos com o nome de Manuel Alves de Oliveira, sem qualificação, mas todos fichados como militantes do

PCB por órgãos de informação, o que serviu como evidência de sua militância política. Quanto à morte, ainda que não haja prova material conclusiva nos autos atestando as torturas a que Manuel foi submetido, o relator da Comissão Especial votou pelo deferimento.



PÉRICLES GUSMÃO RÉGIS (1925-1964)

Número do processo: 215/96

Filiação: Laudicéia Gusmão de Freitas Silva e Adalberto Régis Keler da Silva

Data e local de nascimento: 05/12/1925, Vitória da Conquista (BA)

Organização política ou atividade: vereador do MTR

Data e local da morte: 12/05/1964, Vitória da Conquista (BA)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 30/01/97 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 18/02/1997

Casado e pai de quatro filhos, estando sua esposa no sétimo mês de uma nova gravidez, Péricles Gusmão Régis era vereador em Vitória da Conquista (BA), do partido Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Foi preso no Quartel da Polícia Militar (9º BPM/VC), em 06/05/1964, junto com o prefeito, Pedral Sampaio, e várias pessoas de seu grupo político. O vereador era líder do prefeito na Câmara Municipal. De acordo com a versão oficial, foi encontrado morto no dia 12/05/1964. O médico oftalmologista Hugo de Castro Lima, preso na mesma época, atestou como *causa mortis anemia aguda, devido à hemorragia externa, devido a secção de vasos sanguíneos (suicídio)*.

Péricles foi detido por ordem do comandante do 19º Batalhão de Caçadores do Exército, para responder a IPM presidido pelo capitão Antonio Bandoqui em razão de "crime contra a segurança nacional". No inquérito consta que: "Após prolongado interrogatório, realizado em dependências daquele quartel (...) Péricles (...) foi reconduzido à 'sua' cela, onde foi encontrado morto, em 12/05/1964". Na verdade, o vereador foi interrogado ininterruptamente das 7 horas do dia 11 de maio às 2 horas do dia seguinte.

O relator na CEMDP ressaltou em seu voto o depoimento do radialista Gilson Moura Silva, que ficou na cela até mais de meia-noite do dia 11/05/1964, quando chegaram dois soldados trazendo Péricles, que, segundo eles, "terminara seu longo e tenso interrogatório". Gilson recebeu ordens de sair da cela para que o vereador ficasse sozinho. "Péricles estava muito deprimido, semblante carregado, muito diferente daquele que eu encontrara dias atrás (...) Mais tarde vimos passar Dr. Hugo de Castro Lima. Horas depois é o próprio Hugo que nos dá a pavorosa notícia da morte de Péricles. Ele não suportara a tortura mental que sofrera na cela, isolado, após o interrogatório".

No depoimento de Raul Carlos Andrade Ferraz, consta que "a cela já estava um pouco vazia (...) e quando Péricles voltou (...) o fez apenas para apanhar seus pertences pessoais (...) Foi proibido de conversar (...) estava transtornado (...) saiu e foi para outra cela (...) Pouco depois ouvi vozes e vi Dr. Hugo de Castro Lima entrar pelo corredor e, segundo soube em seguida, este efetuou autópsia e concluiu que Péricles teria se suicidado, teria se cortado com gilete, nos pulsos, no pescoço e no braço".

O relator acrescenta em seu voto que, nos depoimentos das pessoas mencionadas, ficou clara a militância política de Péricles, o que causou a sua prisão no quartel da Polícia Militar, restando comprovado que, "tendo sido acusado de participação em atividades políticas, faleceu por causas não naturais, muito provavelmente por suicídio, em dependência policial militar". O reconhecimento da morte de Péricles Gusmão Régis como responsabilidade do Estado foi aprovado por unanimidade, com ressalva à versão de suicídio, apresentada pelos conselheiros Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.



BENEDITO PEREIRA SERRA (1913-1964)

Número do processo: 114/96 e 113/04

Data e local de nascimento: 08/12/1913, Bragança (PA)

Filiação: Tereza Joana Pereira de Moraes e Benvindo de Moraes Serra

Organização política ou atividade: sindicalista rural

Data e local da morte: 16/05/1964, Belém (PA)

Relator: Nilmário Miranda, com vistas de Suzana Keniger Lisboa (1º), Belisário dos Santos Junior (2º)

Deferido em: 26/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 19/11/1996)

Data de publicação no DOU: 03/09/2004

Paraense de Bragança, Benedito Pereira Serra adoeceu e morreu em consequência de torturas. Antes de ser preso, em 09/04/1964, em Castanhal, quando seguia para sua terra natal, gozava de plena saúde. Na prisão, torturado e submetido a condições degradantes, contraiu hepatite infecciosa viral e, mais tarde, hepatite aguda fulminante, falecendo no mês seguinte. Integrante da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), Benedito morreu no Hospital do Exército, em Belém (PA), em 16/5/1965, sendo atestada hepatite infecciosa, insuficiência hepato-renal e toxemia.

A prisão foi noticiada nos principais jornais da região, mas sua esposa, Miracy, só pode vê-lo quase um mês depois, em 3 de maio, quando o marido preso já estava doente, febril e debilitado por torturas e maus tratos. No dia 9, quando foi novamente visitá-lo, Miracy soube que ele fora transferido para o Hospital do Exército. No dia 19, o jornal *A Província do Pará* informou: "*Faleceu o comunista que estava preso*", vítima de forte hepatite aguda.

Em depoimentos para a CEMDP, tomados no 4º Ofício de Notas de Belém, amigos e companheiros de Benedito confirmaram a liderança que exercia entre os trabalhadores rurais, lembrando que era um homem forte e alegre. Foi com espanto que o encontraram pálido, magro, sem forças, e ouviram os relatos de tortura e as péssimas condições de prisão. O laudo da necropsia foi assinado pelo patologista José Monteiro Leite. O diagnóstico macroscópico foi confirmado pelo exame histopatológico dos órgãos. Edraldo Lima Silveira, médico patologista da Universidade Federal do Pará, confirmou em 23/02/1996 à CEMDP que Benedito Pereira Serra faleceu no Hospital Militar de Belém no dia 16/05/64, às 19h.

Em 14/05/1996, o relator na CEMDP votou pelo deferimento, alegando que a morte ocorrera por causa não natural. Devido a questionamentos levantados durante a discussão do parecer, um conselheiro pediu vistas e apresentou seu relatório no dia 19/11/1996. Em seu voto, acrescentou declaração de Edraldo Lima Silveira à CEMP: "*Como está fartamente documentado, sabemos que o Benedito foi preso e torturado durante o regime militar de 1964 com posterior morte no Hospital do Exército em Belém do Pará. Conforme depoimento da esposa, a vítima esteve em prisões diversas, onde eram péssimas as condições de higiene. Conforme laudo da necropsia, sua causa mortis foi hepatite infecciosa. Considerando que o Benedito gozava de perfeitas condições de saúde física e mental, antes de ser preso, fica fácil concluir que a doença que ocasionou sua morte foi contraída no ambiente prisional, portanto de inteira responsabilidade do regime da época*".

Numa primeira decisão, a maioria da CEMDP considerou não ter sido provado que a morte ocorrera por causa não natural, indeferindo o processo. Em 2004, com a ampliação dos critérios da Lei nº 9.140/95, o processo foi reapresentado, incluindo declaração de Almir Gabriel, eleito governador do Pará em 1994, que chegou visitar Benedito no Batalhão de Infantaria da PM, em Belém, 30 anos antes, tendo recomendado sua remoção urgente para o Hospital Geral, em razão de seu precário estado de saúde. O relator do segundo processo tornou a ressaltar a certeza do caráter político da prisão e também dos maus tratos sofridos. Ponderou: "*Ainda que a hepatite pudesse ter sido contraída antes da prisão, o fato é que a tortura e os maus tratos, nestes incluídos a falta de assistência médica inicial antes da situação tornar-se crítica, a falta dos cuidados extremamente especiais que a doença exige, a transferência feita na iminência da morte, provocada por reclamação de influente político local, agravaram em muito e devem ter sido determinantes do resultado óbito, além de denotar o desprezo da autoridade militar pela pessoa, pela dignidade e pela integridade e saúde do detido, seguramente por sua suposta condição de militante comunista e 'agitador subversivo'*". Votou pelo deferimento, sendo acompanhado na decisão por todos os integrantes da CEMDP.



DILERMANO MELLO DO NASCIMENTO (1920-1964)

Número do processo: 188/96
 Filiação: Olga Mello do Nascimento e Manoel Roberto do Nascimento
 Data e local de nascimento: 09/2/1920, Paraíba
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 15/08/1964, Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: Oswaldo Pereira Gomes
 Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Paraibano de nascimento, afrodescendente e 1º tenente da Reserva do Exército, integrou o 11º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira, embarcando para a Itália no dia 20/09/1944. Participou da célebre Batalha de Monte Castelo, retornando ao Brasil em 8/5/1945. Economista, integrou a equipe da Sudene e fez cursos na Cepal. Era chefe da Divisão de Administração do Ministério da Justiça, quando foi preso no Rio de Janeiro, no dia 12/08/1964, para responder a inquéritos presididos pelo comandante da Marinha de Guerra, José de Macedo Corrêa Pinto, e pelo coronel do Exército Waldemar Raul Turola. Morreu em 15 de agosto, no intervalo do interrogatório a que estava sendo submetido no 4º andar do edifício do Ministério da Justiça. Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*.

Os legistas Cyryaco Bernardino Pereira de Almeida Brandão e Mário Martins Rodrigues determinaram como *causa mortis* "esmagamento do crânio". De acordo com a versão oficial, Dilermano saltou da janela do 4º andar do prédio do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, deixando um bilhete que dizia: "*Basta de tortura mental e desmoralização*".

O corpo de Dilermano foi retirado do IML por seu irmão, Paulo Mello do Nascimento, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista. A viúva, Natália de Oliveira Nascimento, colocou em dúvida a versão policial (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/11/64). Segundo ela, até mesmo o bilhete seria falsificado. O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do 4º andar, após longo interrogatório, dirigido pelo capitão-de-mar-e-guerra, Correia Pinto. Laudo elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio. Nem mesmo foram encontradas marcas no parapeito da janela, de onde teria saltado a vítima.

Jorge Thadeu Melo do Nascimento, filho de Dilermano, prestou depoimento ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 3/01/1995, declarando que, no dia 14/8/1964, às 20 horas, quando tinha 15 anos de idade, dois militares à paisana foram a sua casa, convidando-o para visitar seu pai,, que se encontrava preso desde o dia 12. Ao chegar lá, o capitão Correia Pinto o obrigou a sentar e não o deixou ver o pai, ameaçando-o: "Se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui" e "Se ele não confessar, quem vai pagar por tudo é a família". Essas ameaças – ao que lhe pareceu – foram dirigidas a seu pai, que deveria estar ouvindo e sabendo da presença do filho. No dia seguinte, soube que Dilermano estava morto.

Para o relator na CEMDP – que votou pelo deferimento – "*Dilermano morreu por causa não natural em dependência policial ou assemelhada, acusado de atividades políticas*".



JOÃO ALFREDO DIAS (1932-1964)

Número do processo: 133/96 e 170/96
 Filiação: Amélia Gonçalo Dias e Alfredo Ulisses Gonçalo
 Data e local de nascimento: 23/06/1932, Sapé (PB)
 Organização política ou atividade: sindicalista rural/PCB
 Data e local do desaparecimento: setembro de 1964, João Pessoa (PB)
 Data da publicação no DOU: 04/12/95



PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO (1909-1964)

Número do processo: 135/96

Filiação: Ana Maria da Conceição e Pedro Antônio Félix

Data e local de nascimento: 08/06/1909, Itabaiana (PB)

Organização política ou atividade: sindicalista rural/PCB

Data e local do desaparecimento: setembro de 1964, João Pessoa (PB)

Data da publicação no DOU: 04/12/95

Conforme denúncia de Márcio Moreira Alves no livro *Torturas e Torturados* Pedro Inácio e João Alfredo desapareceram juntos, em setembro de 1964, no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB), onde foram torturados. Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo. A história da vida de João Alfredo, assim como de João Pedro Teixeira e outros camponeses, aparece no filme *Cabra marcado para morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho.

João Alfredo era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi o organizador das Ligas Camponesas de Sapé. Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido a seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963, foi eleito vereador em Sapé, com mais de três mil votos, tendo sido na ocasião um dos mais votados. Logo após o golpe que depôs o presidente Goulart, João Alfredo foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964, quando desapareceu.

Também filiado ao PCB, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, era trabalhador rural e militou em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, e membro da Federação das Ligas Camponesas. Morava em Miriri. No dia 08/05/1964, foi preso pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa, onde foi torturado. Respondia a inquérito presidido pelo coronel famoso Hélio Ibiapina Lima.

Os nomes de João Alfredo e Pedro Inácio estavam incluídos entre os 136 da lista anexa à Lei nº 9.140/95, sendo portanto automaticamente reconhecidos, sem necessidade de escolha de relator ou realização de diligências pela CEMDP.



ISRAEL TAVARES ROQUE (1929-1964/1967)

Número do processo: 348/96

Filiação: Lygia Violeta Tavares Roque e Lydio José Roque

Data e local de nascimento: 03/01/1929, Nazaré (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: Entre 1964 e 1967, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes, com pedido de vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 15/05/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

A primeira prisão de Israel aconteceu ainda na década de 50, mais precisamente no dia 31/07/1953, quando trabalhava no jornal *O Momento*, órgão do PCB na Bahia. Já no segundo semestre de 1964, Israel seria detido por um policial baiano, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e conduzido a uma delegacia que funcionava na estação. Seu irmão Peres o procurou lá, mas disseram que Israel não se encontrava naquela delegacia. Depois disso, nunca mais foi visto.

No primeiro exame feito na CEMDP, o relator registrou a certeza da militância política de Israel no PCB da Bahia, motivo que o levava a ser preso na década de 50. Mas pediu indeferimento do processo, alegando não haver provas da última prisão, embora o irmão

afirmasse que Israel fora detido em 15/11/1964, próximo à Central do Brasil, pelo mesmo policial que o prendera em Salvador, e por mais quatro agentes.

Houve pedido de vistas ao processo e foi realizada diligência para reunir provas a favor do pedido da família de Israel. No Arquivo Público do Rio de Janeiro, onde estão as fichas do extinto DOPS, foram encontrados documentos referentes a ele: um relatório de 18/5/1955, expedido pela polícia pernambucana, afirmando que Israel era um dos principais dirigentes comunistas do Comitê Municipal de Salvador; documento com data de 13/9/1957 fazendo referência ao relatório de 18/5/1955, da polícia pernambucana. E, por último, documento de 23/2/1958, que afirmava a existência de um relatório de janeiro de 1957, da polícia de Pernambuco, sobre o militante comunista e membro dirigente do Comitê Municipal de Salvador.

No parecer, o revisor indicou que os documentos mostram que Israel continuou trabalhando no jornal *O Momento* e militando no PCB, sendo vigiado pela polícia política. Levou também em consideração as declarações de algumas pessoas, entre elas a professora Sônia de Alencar Serra, da Universidade Federal da Bahia, que serviram para comprovar a militância de Israel no PCB depois de 1953. Colheu, ainda, o depoimento de um capitão-de-fragata, amigo de um colega do requerente, informando que, na época, a pedido de seu amigo, buscou informações sobre Israel e que ele não teria sido preso pela Marinha, Exército ou Aeronáutica, e sim pela polícia política da Bahia, que informou ao DOPS do Rio que faria uma diligência no estado para prender Israel. Esse depoente dá como data da prisão "2º semestre de 1967". A CEMDP seguiu o voto pelo deferimento do pedido.



DIVO FERNANDES DE OLIVEIRA (1895-1965)

Número do processo: 192/96

Filiação: Thamasia Bernarda de Jesus e João Tomaz de Oliveira

Data e local de nascimento: 3/01/1895, Tubarão (SC)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 1964/1965, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Catarinense de Tubarão, antigo militante do PCB e taifeiro da Marinha, participou, no Rio de Janeiro, do polêmico comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964, quando Jango anunciou o desencadeamento das chamadas Reformas de Base. Logo depois do Golpe de Estado, Divo foi preso, aos 69 anos de idade, e levado para o presídio Lemos Brito.

Sua esposa, Nayde Medeiros, professora em Criciúma (SC), chegou a visitá-lo uma vez. Ao retornar ao Rio para nova visita, descobriu que seu marido havia desaparecido. Recebeu informações desencontradas dos funcionários do presídio. Uns diziam que ele havia fugido outros, que fora transferido para o presídio Bangu I. Nayde visitou todas as prisões e cemitérios, escreveu às autoridades, mas nunca recebeu respostas, nem certidão de óbito, nem o corpo, nem explicação alguma. Em abril de 1965, foram localizados alguns pertences de Divo no Departamento do Sistema Penitenciário (DESIP) do Rio de Janeiro. A CEMDP não conseguiu estabelecer se o desaparecimento ocorreu no final de 1964 ou no início de 1965.

A filha de Divo, Alba Valéria, começou a procurar o pai depois de adulta. Em 1989, esteve no Rio de Janeiro visitando várias repartições públicas e presídios. Uma funcionária do DESIP localizou uma pasta, número 21.426, onde havia o nome de Divo Fernandes D'Oliveira. Na pasta, Alba encontrou alguns documentos pessoais e nada mais.

Conforme as declarações de Jorge Feliciano, ex-militante do PCB e ex-presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, e de Amadeu Luz, dirigente do PCB em Criciúma e em Santa Catarina, Divo deve ter sido morto na prisão Lemos Brito, no Rio de Janeiro. O corpo nunca foi entregue à família. Com base nos depoimentos e na carta enviada por Nayde ao marido na prisão (em resposta à carta dele), o relator da CEMDP votou pelo deferimento do pedido, sendo acompanhado por todos os integrantes do colegiado em seu voto.



ELVARISTO ALVES DA SILVA (1923 - 1965)

Número do processo: 340/96

Data e local de nascimento: 28/12/1923, Ibirama (RS)

Filiação: Julieta Alves da Silva e Francisco Alves Dias

Organização política ou atividade: PTB

Data e local da morte: 23/04/1965, Santa Rosa (RS)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 27/08/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU em: 29/8/1996

"Elvaristo Alves da Silva – anônimo integrante da comunidade em que vivia, agricultor pobre e sem instrução – era conhecido no distrito de Alto Uruguai, onde residia, pela dedicação ao trabalho necessário ao sustento de numerosa família, pela honestidade e pelo incomum espírito de solidariedade muitas vezes demonstrado. Ativista político, filiado ao Partido Trabalhista, era fervoroso defensor da política desenvolvida por Leonel Brizola, quando governador do Rio Grande do Sul (1958-1962). Suas atividades partidárias e o entusiasmo às vezes demonstrado na defesa de suas idéias jamais chegaram a trazer conseqüências indesejadas à sua vida ou ao seu relacionamento na sociedade, muito menos, à ordem pública". Foi com essas palavras que o ex-deputado gaúcho Fernando Guedes do Canto definiu Elvaristo em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1995, antes da aprovação da Lei nº 9.140/95.

Esse caso, até então, era desconhecido pelas comissões de familiares e não constava em nenhuma lista ou dossiê de denúncias dos crimes da ditadura. Perseguido pela militância contrária ao regime militar, membro do PTB e conhecido como brizolista ferrenho, Elvaristo chegou a ser preso várias vezes após abril de 1964. Foi morto no 1º Quartel de Cavalaria Motorizada de Santa Rosa (RS), em 23/04/1965, após ter ficado detido em Três Passos (RS). A versão oficial de sua morte indicou suicídio.

Em março de 1965, o coronel Jefferson Cardin Alencar Osório, na esperança de desencadear um movimento armado contra o regime vigente, iniciou uma ação de guerrilha a partir de Três Passos. A insurgência não recebeu apoio popular digno de registro, nem mesmo no município em que teve origem, nem trouxe qualquer alteração à vida nacional. Contudo, trouxe várias alterações à vida dos habitantes da cidade. Desencadearam-se severas medidas de repressão, várias pessoas foram presas para averiguação de possível envolvimento com os insurgentes. Comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e agricultores, entre os quais Elvaristo, foram presos em suas residências ou no exercício de suas atividades cotidianas. Sobre eles não pesava acusação alguma, a não ser a suspeita de cumplicidade com a "subversão". Após a prisão, foram levados para um quartel do Exército no município de Santa Rosa.

Entre os presos, conforme conta Fernando do Canto, Elvaristo mostrava-se mais inconformado, tendo, inclusive, ensaiado uma tentativa de fuga. Por tudo isso, foi retirado da companhia dos demais, que na noite do mesmo dia souberam de seu suicídio por enforcamento. Sua esposa, Eva, foi informada de que Elvaristo teria se enforcado no banheiro da prisão, mas estranhou a presença, em seu corpo, de dois cortes, acima e abaixo do peito.

No momento de sua prisão, em março de 1965, enquanto o pai se vestia para acompanhar os militares, um tenente que o prendia, dizendo imaginar serem caluniosas as acusações apresentadas, pediu-lhe que negasse ser brizolista, que assim logo seria solto. Elvaristo, segundo seu filho Norberto, pediu desculpas, dizendo-lhe ser o tenente uma autoridade e ele, um preso. A seguir afirmou, *"mas se o senhor não é homem, eu sou. Nasci neste partido e morro neste partido; se tocar de brigar junto com Brizola, derramamos sangue juntos"*. Dez dias depois, a família foi comunicada de sua morte.

A CEMDP não teve como analisar o fato do suicídio, já que não há documentos ou testemunhos capazes de questionar a versão oficial, sendo, entretanto, unânime a votação para inclusão do nome de Elvaristo Alves da Silva entre os beneficiários da Lei nº 9.140/95.



LEOPOLDO CHIAPETTI (1906 - 1965)

Número do processo: 104/02

Filiação: Serena Pianta Chiapetti e Giacomo Chiapetti

Data e local de nascimento: 17/06/1906, Garibaldi (RS)

Organização política ou atividade: Grupo dos Onze

Data e local da morte: 21/05/1965, Erechim (RS)

Relator: João Batista Fagundes

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

Leopoldo Chiapetti foi preso em casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30/04/1964, pela PM gaúcha, sob acusação de participar de atividades políticas contrárias ao regime, mais precisamente, de integrar o chamado "Grupo dos Onze de Mariano Moro", ligado a Leonel Brizola, cujas reuniões eram abertas e destinadas a discutir problemas políticos e sociais do Brasil.

Um relatório da Delegacia Regional de Polícia de Erechim, de 30/04/1964, afirmava que ele era presidente do "Grupo dos Onze" e fora enquadrado no Art. 24 da LSN. Durante o período em que ficou preso, na delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30/4 a 21/5/1964, sofreu torturas físicas em todo corpo, inclusive órgãos genitais, afogamento em água gelada e choques elétricos, e também torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção, para que "*entregasse informações sobre as ações do Grupo e as armas*".

No dia 03/05/1964 foi internado em decorrência das graves lesões resultantes e ficou sob custódia da polícia, no Hospital Santa Terezinha, de Erechim, como atestam os documentos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Posto em liberdade no dia 21/05/1964, Leopoldo continuou sendo obrigado a comparecer semanalmente à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos "*elementos vigiados*".

Em consequência dos maus tratos, a saúde ficou debilitada. Não obstante submeter-se a tratamento médico-hospitalar durante vários meses, morreu no dia 21/05/1965, aos 59 anos. Segundo Jofre Laurau, também preso e perseguido como integrante do Grupo dos Onze, o colega Leopoldo sofreu mais violências por ser líder e a morte não aconteceu pelo que consta na certidão de óbito (choque operatório). Para Jofre, ela foi consequência das graves lesões corporais das quais o companheiro jamais se recuperou, embora nenhum médico se arriscasse a declarar a verdade, sob pena de sofrer retaliações.

Outra testemunha do sofrimento de Leopoldo foi Artêmio Mocelin. Segundo ele, a família de Leopoldo consumiu quase toda a sua pequena propriedade rural na tentativa de salvá-lo. Uma de suas filhas, Leda, então com sete anos, precisou de tratamento médico e psicológico por ter presenciado a prisão do pai e por vê-lo desfigurado na volta.

Em declaração à CEMDP, o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Celso Testa, afirmou que Chiapetti era um grande líder político na região de Mariano Moro. Com a prisão e as torturas praticadas dentro e fora das grades, a mando do coronel Gonçalves Curio de Carvalho, ele ficou abalado psicologicamente. No relatório para a CEMDP, o relator afirmou que o processo de Leopoldo Chiapetti foi aprovado pela Comissão de Indenização aos Presos Políticos do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, votava pela sua aprovação também na CEMDP.



SEVERINO ELIAS DE MELLO (1913 - 1965)

Número do processo: 226/96
 Filiação: Geomira Araújo de Mello e Paulino de Mello
 Data e local de nascimento: 20/07/1913, Espírito Santo (PB)
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 30/07/1965, no Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: Luís Francisco Carvalho Filho
 Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 17/5/1996

Paraibano de nascimento, o comerciante Severino Elias se mudou para o Rio de Janeiro aos 17 anos, engajando-se na Aeronáutica. Foi preso em 1935, quando da tentativa de insurreição liderada por Luiz Carlos Prestes, do PCB e da Aliança Nacional Libertadora. Foi preso no dia 28/07/1965 por oficiais da Aeronáutica, que estavam à paisana e armados de metralhadoras, sendo conduzido à Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro (RJ). Lá permaneceu incomunicável por um dia, ao fim do qual teria cometido suicídio com um lençol, segundo a versão oficial. O registro de ocorrência nº 1122, da 37ª DP (30/7/1965) confirma comunicação da Base Aérea e informa que "...cerca de zero hora de hoje o indivíduo Severino Elias de Melo, de qualificação ignorada, preso para averiguações por ordem do encarregado de um IPM instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico, suicidou-se (enforcou-se) no xadrez da Base Aérea do Galeão".

O óbito nº 29.474 teve como declarante Dalton Pereira de Souza, e foi firmado por Cyríaco Bernardino de Almeida Brandão. A família retirou o corpo de Severino para enterrá-lo no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador (RJ). Consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* que a militância política de Severino é "desconhecida". Mas sua filha incluiu no processo depoimento onde comprova a atividade política do pai. Além disso, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro guarda um dossiê do departamento Federal de Segurança Pública, *Comunismo no Exército*, que inclui seu nome em uma lista de pessoas libertadas em 1935.

O relator da CEMDP avaliou ter sido preenchidos os requisitos legais para reconhecimento de Severino como vítima da repressão política. Registrou que, independente da apuração da *causa mortis*, era possível verificar pelos documentos da época que ele não morrera de forma natural e que se encontrava em dependência militar. O relator acrescentou que o fato de não ser conhecidos os detalhes da militância política de Severino não impediam seu reconhecimento. "*Essencial é o caráter político da ação, não sua extensão territorial. Não é só a carteirinha de um partido, a simpatia por uma organização ou a notoriedade da militância que contam. Não é necessário que haja um processo formal. Basta a prisão decorrente de atividade política, ainda que apenas verbal e circunscrita*".



DARCY JOSÉ DOS SANTOS MARIANTE (1928 - 1966)

Número dos processos: 356/96 e 150/04
 Filiação: Maria Cândida dos Santos Mariante e Theotonio Mariante Filho
 Data e local de nascimento: 29/11/1928, Caxias do Sul (RS)
 Organização política ou atividade: PTB e Grupo dos Onze
 Data e local da morte: 08/04/1966, Porto Alegre (RS)
 Relator: Oswaldo Pereira Gomes (1º) e Belisário dos Santos Júnior (2º)
 Deferido em: 08/12/2005 por unanimidade (fora indeferido em 27/08/96)
 Data da publicação no DOU: 09/10/2006

Darcy José dos Santos Mariante era capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, casado com Ires Melo Mariante, com quem teve dois filhos. Membro do PTB e do "Grupo dos Onze", foi preso e torturado de janeiro a fevereiro de 1965 no I Batalhão da Polícia Militar de Porto Alegre. Devido às humilhações sofridas, Mariante se matou com um tiro no peito, diante da família, no dia 08/04/1966. A versão oficial foi

de "suicídio dentro da residência, em prédio administrado pela Brigada Militar, com arma de fogo". O legista do caso foi Jacob Maestri Filho, que definiu como *causa mortis* "parada cardíaca pós-operatória, hemotórax agudo, ferimento por projétil de arma de fogo".

O relator do primeiro requerimento apresentado à CEMDP concluiu não haver provas de que o envolvimento político do capitão fosse a causa da sua morte, nem que o suicídio tenha ocorrido em dependências policiais ou assemelhadas. Votou pelo indeferimento do pedido, que foi então negado por unanimidade num primeiro exame.

No segundo processo, os autos registram que Darcy José dos Santos Mariante foi processado, punido disciplinarmente e afastado de suas funções em função com base no artigo 7, I, do Ato Institucional de 09/04/1964, pois teria permitido discussão interna de assuntos políticos. De acordo com o pedido inicial, "responder a inquérito e ser processado, por insubordinação, motim, revolta com arma, concentração para prática de crime, desobediência, indisciplina, e aliciamento de militares, entre outros crimes, representou para Darcy José uma grande coação psicológica e o desmoronar de um perfil e de uma família".

Na opinião do segundo relator, não restava qualquer dúvida em relação à atividade de caráter político da vítima e da perseguição decorrente. O processo, as punições, as humilhações por ele sofridas estão relatadas na palavra de seus ex-companheiros de Brigada Militar, como o coronel Itaboraí Pedro Barcellos, que afirmou ter conhecimento da afinidade política de Darcy com a ideologia trabalhista, tendo sido ligado a Leonel Brizola e João Goulart. Segundo a testemunha, o fato de ter sido destituído das funções contribuiu para seu suicídio. Maildes Alves de Mello, advogado e coronel reformado da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, relatou ter sido colega de academia de Darcy. Em 1954, segundo ele, ambos aderiram à candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Estado, com o que ficaram visados pelo movimento militar de 1964. "Diante da pressão política irresistível e envergonhado perante os colegas, suicidou-se", afirmou Maildes.

Depois de analisar os testemunhos, o segundo relator concluiu que, no caso, "o suicídio decorreu, como demonstrado pelas testemunhas, da prisão e da tortura psicológica – esta, nos depoimentos, afirmada como humilhações, constrangimentos etc. – a que foi submetido o capitão Darcy José dos Santos Mariante". Votou pelo reconhecimento da morte como tendo ocorrida em decorrência da prisão e das seqüelas psicológicas conseqüentes dessas detenções e do tratamento humilhante que recebeu no Comando da Brigada Militar.



MANOEL RAIMUNDO SOARES (1936 - 1966)

Número do processo: 218/96

Filiação: Etelvina Soares do Santos

Data e local de nascimento: 15/03/1936, Belém (PA)

Organização política ou atividade: MR-26

Data e local da morte: entre 13 e 20 de agosto de 1966, Porto Alegre (RS)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 02/04/1996, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

O corpo do ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares foi encontrado por um pescador no dia 24/08/1966, com as mãos e os pés atados às costas, boiando no Rio Jacuí nas proximidades de Porto Alegre. Conhecida como "Caso das mãos amarradas", a morte de Manoel Raimundo tornou-se foco de uma CPI na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que, junto com relatório do promotor de justiça Paulo Cláudio Tovo, comprovou as torturas a que foi submetido, responsabilizando o major Luiz Carlos Mena Barreto e o delegado José Morsch pelo ocorrido. De acordo com as provas que serviram de base para o relatório da CPI, ele foi morto quando era submetido ao "caldo" ou afogamento e seu corpo foi "desovado" posteriormente.

Nascido em Belém do Pará, Manoel mudou-se para o Rio de Janeiro aos 17 anos e ingressou no Exército em 1955, sendo transferido em 1963 para o Mato Grosso como represália por suas posições políticas. Após abril de 1964, teve a prisão decretada e passou a viver na clan-

destinidade, no Sul, vinculando-se em seguida ao Movimento Revolucionário 26 de Março, pequeno grupo remanescente do movimento guerrilheiro que o já mencionado coronel Jefferson Cardin Osório liderou em Três Pontas e Tenente Portela, às vésperas do primeiro aniversário do Golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart.

Manoel Raimundo foi preso no dia 11/03/1966, em frente ao auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre, por dois militares à paisana – o sargento Carlos Otto Bock e Nilton Aguinadas, da 6ª Companhia de Polícia do Exército (PE) –, por ordem do comandante da guarnição, capitão Darci Gomes Prange. Foi conduzido à PE, onde começaram as sessões de espancamento, coordenadas pelo tenente Glênio Lemos Carvalho Sousa, auxiliado por dois colaboradores, 1º tenente Nunes e 2º sargento Pedroso. Posteriormente, Manoel foi entregue ao DOPS com a recomendação de que só poderia ser solto por ordem do major Renato, da Polícia do Exército.

No DOPS, Itamar Fernandes de Souza e José Morsch, submeteram-no a novas torturas. Ele foi visto ali, em 13/08/1964 e nos dias subsequentes, pelo guarda civil Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho, conforme declaração ouvida na Delegacia de Segurança Pessoal, em 31/11/1966. Segundo depoimentos das testemunhas ouvidas no inquérito instaurado para esclarecimento da prisão, tortura e morte do sargento, a via-crúcis pelos órgãos de repressão foi a seguinte: até o dia 19 de março esteve detido no DOPS; em seguida, foi transferido para a ilha-presídio existente no Rio Guaíba; em 13 de agosto foi recambiado para o DOPS e, em 24 de agosto, cinco meses depois de sua prisão, seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí.

Na tentativa de acobertar os responsáveis pelo homicídio, as autoridades divulgaram a informação de que Manoel teria sido solto no dia 13/08, versão contraditada pelo promotor Tovo em seu relatório: *"Entre 13 (data da suposta Libertação) e 24 de agosto (data do encontro do cadáver da vítima), não há a menor notícia de um suspiro, aos menos, de Manoel, fora das dependências do DOPS. Nenhum rastro ou vestígio sequer de um passo de Manoel fora dos umbrais do DOPS. E não é crível que o DOPS o deixasse ir assim, em paz, principalmente em se tratando de um agente subversivo. (...) E se ninguém viu Manoel, depois do dia 13 de agosto, fora das dependências do DOPS, – não obstante o amplo noticiário do caso, com fotografias do morto – como bem acentua o relatório policial, é porque Manoel nunca foi posto em liberdade. Tanto isto é verdade que o estudante de agronomia Luís Renato Pires de Almeida, preso na mesma época, afirmou que Manoel Raimundo estava em uma das celas do DOPS gaúcho na noite de 13 de agosto e nos dias seguintes; informação confirmada pelo depoimento do ex-guarda civil Gabriel Albuquerque Filho".*

A necrópsia, feita no IML/RS, em 25/08/1966, pelos médicos Fleury C. Guedes e Antônio F. de Castro, confirma que houve lesões no corpo de Manoel Raimundo, provavelmente houve violência e indicou que Manoel faleceu entre os dias 13 e 20/8/1966. Em depoimento publicado no jornal *Zero Hora* de 17/09/1966, o ex-presos político Antônio Giudice relata que, de 10 a 15 de março de 1966, esteve preso no DOPS/RS e que conversou com Manoel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes decorrentes das torturas que vinha sofrendo. *"Era diariamente torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros".* Durante os 152 dias em que esteve preso, Manoel escreveu várias cartas da prisão, a última das quais enviada da cela nº 10 da Ilha-Presídio de Porto Alegre, datada de 25/6/1966. O caso teve grande repercussão nacional e causou comoção na opinião pública.

Um fato revelador do impacto provocado pelo "Caso das mãos amarradas" foi a declaração do ministro marechal Olímpio Mourão Filho, do STM, quando da apreciação de um *habeas-corpus* em favor de Manoel Raimundo: *"Trata-se de um crime terrível e de aspecto medieval, para cujos autores o Código Penal exige rigorosa punição".* Em consequência da apreciação desse *habeas-corpus*, foi determinada a remessa dos autos ao Procurador-Geral da Justiça Militar para abertura de um IPM, que no entanto foi arquivado sem sequer indiciar os acusados. Apesar dos inúmeros depoimentos que mostravam o crime cometido contra Manoel Raimundo Soares, os responsáveis pela sua morte permaneceram impunes.

Manoel foi enterrado no dia 02/09/1966, acompanhado por uma pequena multidão. Por onde passou seu enterro, lojas se fecharam e foi hasteada a bandeira nacional.

Em seu voto, acolhido por unanimidade, o relator do processo na CEMDP afirmou: "*É certo que Manoel Raimundo Soares teve participação em atividades políticas, tendo sido assassinado por agentes do Estado em cuja custódia se encontrava, devendo ter sua morte reconhecida nos termos da Lei nº 9.140/95*".



MILTON SOARES DE CASTRO (1940 - 1967)

Número do processo: 211/96

Filiação: Universina Soares de Castro e Marcirio Palmeira de Castro

Data e local de nascimento: 23/06/1940, Santa Maria (RS)

Organização política ou atividade: MNR

Data e local da morte: 28/04/1967, Juiz de Fora (MG)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Gaúcho de Santa Maria, Milton Soares de Castro trabalhava em Porto Alegre (RS) como operário metalúrgico, quando se vinculou ao MNR para participar da frente guerrilheira da Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Ele e mais 12 militantes haviam ocupado a serra para mapear o local onde seria feito treinamento de guerrilha. Todos foram presos pela Polícia do Exército, no dia 01/04/1967, sendo levados depois para a Penitenciária Estadual de Linhares, em Juiz de Fora (MG). Companheiros de Milton, presos na mesma época, afirmam que ele foi morto em consequência de uma discussão com o major Ralph Grunewald Filho, já falecido, o qual assumiu, logo após a morte de Milton, o comando do 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora. Após a discussão, Milton foi recolhido a uma cela isolada. No dia seguinte, 28/04/1967, estava morto.

Segundo a versão oficial, Milton teria se suicidado por enforcamento, fato desmentido por depoimentos dos próprios soldados do quartel, que disseram ter visto seu corpo sangrando abundantemente ao ser retirado da cela. Preso junto com Milton em Linhares, Gregório Mendonça, também do MNR e depois da VPR, nunca acreditou na versão de suicídio. Ele diz que o amigo teria passado por um longo interrogatório no Quartel general Regional, na noite que antecedeu sua morte. Gregório estava lá quando o corpo do companheiro foi retirado da cela. "*Ele foi levado dentro de um lençol, como um embrulho. O que ninguém sabe é se Milton morreu na cela ou se foi colocado dentro dela morto. Ele estava sendo pressionado pelo Exército para entregar outros companheiros*".

A necropsia realizada no Hospital Geral de Juiz de Fora, em 28/04/1967, pelos médicos Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antônio Nagem Assad, descreve algumas equimoses em suas pernas, principalmente nos joelhos, mas confirma a versão oficial de suicídio por enforcamento. A certidão de óbito atesta sua morte no mesmo dia 28, na Penitenciária de Juiz de Fora, sendo assinada pelo legista J. Guadalupe, que não participou do exame. Milton foi enterrado como indigente.

O relator do caso na CEMDP, concluiu que, "*Milton teve efetivamente participação em atividades políticas, tendo sido preso em consequência desta atividade, vindo a falecer por causa não-natural, em dependência policial*".

Em 28/04/2002, 35 anos depois do ocorrido, o jornal *Tribuna de Minas* publicou a matéria *Cova de militante desaparecido é encontrada em Juiz de Fora*, assinada pela jornalista Daniela Arbex, contestando a versão do Exército. Segundo a reportagem, "*O atestado de óbito, encontrado pela Tribuna, indica equivocadamente que o sepultamento de Milton ocorreu no Cemitério Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Ao contrário do que está escrito no documento, o guerrilheiro da Serra do Caparaó foi enterrado na sepultura número 312, quadra L, do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Um lugar que, de tão óbvio, nunca foi cogitado pelos familiares do militante e nem por pesquisadores, nestes 35 anos. Milton foi enterrado na cidade às 14h do dia 29 de abril de 67, conforme registro do livro de óbito do cemitério*". Ainda na matéria, "*segundo o irmão de Milton, Edelson Soares de Castro, hoje com 55 anos, sua mãe passou vários anos em busca do corpo do filho, porém jamais conseguiu do Exército a informação sobre onde teria sido sepultado*". "*Para nós, disseram apenas que era sigilo militar. Somente, agora, com esta matéria, pudemos saber que, enquanto o Exército negociava conosco a entrega do corpo de nosso irmão, ele já havia sido enterrado*".

A matéria traz ainda depoimento inédito do vice-diretor da Penitenciária, na época, Jairo Vasconcelos. Ele estava na unidade quando Milton e seus companheiros foram capturados na Serra de Caparaó. *"Me impressionou o aparato montado para trazê-los para cá. Os militantes estavam com aspecto físico deplorável. Além de algemados no caminhão que os trouxe, estavam presos uns aos outros. A ficha deles estava acompanhada com o termo: perigosos"*. Em 1980, Vasconcelos deixou a penitenciária. Quando retornou, cinco anos depois, todas as fichas sobre esses militantes haviam desaparecido.

Mesmo com as descobertas do *Tribuna de Minas* sobre o lugar onde o corpo de Milton foi enterrado, os familiares optaram por não fazer a exumação dos restos mortais. A irmã de Milton, Gessi Soares, 65 anos, disse que o assunto lhe trazia muitas lembranças dolorosas. *"O que fizeram com o Milton não se faz nem com um bicho. Ele tinha um ideal, queria mudar o país. Quando soubemos de sua morte, lutamos por muito tempo para que o Exército nos entregasse seu corpo. Não tivemos o direito de velar por nosso irmão"*.



LUCINDO COSTA (1919 - 1967)

Número dos processos: 372/98 e 039/02

Filiação: Maria Gracinda Costa e Pedro Costa

Data e local de nascimento: 29/05/1919, Laranjeira (SE)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 26/07/1967, Curitiba (PR)

Relator: Nilmário Miranda (1º) e Maria Eliane Menezes de Farias (2º)

Deferido em: 02/02/2006 por unanimidade (fora indeferido em 09/02/1998)

Data da publicação no DOU: 10/2/2006

Lucindo Costa faleceu no dia 26/07/1967, atropelado, em Curitiba, Paraná. Foi enterrado como indigente. Embora exista a certidão de óbito, entregue à esposa, Elizabeth Baader Costa, não houve reconhecimento do corpo e nem enterro pela família. No dia 24/07/1967, Lucindo viajou de Mafra (SC) para Curitiba e os familiares não tiveram mais notícias dele. Pouco depois, uma pessoa não identificada foi até sua casa e confiscou todos os seus documentos. Cinco dias após o desaparecimento, Lucindo foi demitido do emprego no Posto de Classificação de Rio Negro, do Ministério da Agricultura, por *"incontinência de conduta e indisciplina"*. Em sua ficha funcional, no entanto, não constava uma única advertência.

O primeiro processo encaminhado à CEMDP foi indeferido por ter sido protocolado fora do prazo. Ao ser ampliados os prazos da Lei, foi aberto novo processo. Consta nos autos documento da Comissão de Indenização aos Presos Políticos do Paraná, confirmando que Lucindo Costa foi preso político, fato comprovado por sua ficha no DOPS. Ele tinha sido preso em Centenário do Sul (PR) e transferido para a prisão provisória de Curitiba, logo após abril de 1964 e permaneceu recluso por cerca de um mês.

A relatora da CEMDP observou que as circunstâncias da morte de Lucindo eram estranhas: *"Como um funcionário público com endereço certo e sabido – consta na certidão de óbito que residia em Mafra (SC) – fora enterrado como indigente"*? Ela lembrou ser do conhecimento de todos que, na época, a repressão matava ativistas políticos, forjava documentos para demonstrar que eles haviam se suicidado ou sofrido acidentes, e eles desapareciam misteriosamente. Maria Eliane considerou incontestáveis as provas da militância política de Lucindo Costa em atividades políticas contrárias ao regime e, dessa forma, o reconheceu como vítima da ditadura militar.



LUIZ GONZAGA DOS SANTOS (1919 - 1967)

Número do processo: 295/96

Filiação: Maria Domingos dos Santos e Napoleão Clementino dos Santos

Data e local de nascimento: 18/06/1919, Natal (RN)

Organização política ou atividade: ex-vice-prefeito de Natal

Data e local da morte: 13/09/1967, Recife (PE)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 10/4/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 16/4/1997

Vice-prefeito de Natal em abril de 1964, quando era prefeito Djalma Maranhão, Luiz Gonzaga dos Santos já tinha sido preso no próprio gabinete, logo nos primeiros dias do novo regime, permanecendo sete meses detido e submetido, em seguida, a reiterados constrangimentos e perseguições. Casado com Maria de Lourdes Barbalho dos Santos, com quem teve dois filhos, era definido em jornais da época como político "*ligado às hostes esquerdistas e ao presidente João Goulart*". Ao ser libertado, mudou-se com a família para Niterói (RJ), trabalhando como comerciante.

Em meados de 1967, Luiz Gonzaga recebeu, em Niterói, nova ordem de prisão, decorrente de condenação pela Auditoria da 7ª Região Militar, de Recife. Sob custódia, recebia a visita diária da família. Em setembro, os familiares foram comunicados de que ele havia sido transferido para Recife. Dois dias depois, receberam a notícia de seu falecimento. Na certidão de óbito consta como data da morte 13/09/1967. O óbito ocorreu no Hospital Geral do Recife, causado por "*edema agudo do pulmão e insuficiência cardíaca*", conforme o legista Elói Faria Telles. Documentos obtidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro mostram que Luiz Gonzaga dos Santos fora condenado, à revelia, a pena de detenção, em 16/06/1967, por crime contra a segurança nacional.

Consta ainda, nos autos do processo na CEMDP, ofício de 11/09/1967, proveniente da Companhia de Guardas, apresentando a vítima ao Diretor do Hospital Geral de Recife. Nele se faz menção a um prévio entendimento verbal entre as autoridades, bem como ao precário estado de saúde do preso, apontando-se problema de insuficiência cardíaca. Pelas informações constantes no processo, a morte teria ocorrido dois dias depois, em 13/09/1967. Conforme o relator na CEMDP, "*não se pode duvidar, de acordo com avaliação do caso, que Luiz esteve preso, em Recife, quando morreu. O motivo específico da prisão não está comprovado, mas é certo que se tratava de pessoa com envolvimento político contrário ao regime então estabelecido e morto sob guarda do Estado*".



EDSON LUIZ LIMA SOUTO (1956 - 1968)

Número do processo: 310/96

Filiação: Maria de Belém Lima Souto

Data e local de nascimento: 22/08/1956, Belém (PA)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 28/03/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e Nilmário Miranda (2º)

Deferido em: 24/04/1997 por 4x3 (contra João Grandino Rodas, Paulo Gonet Branco e o general Osvaldo Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997

A morte do secundarista Edson Luiz Lima Souto ficou como grande marco histórico das mobilizações estudantis de 1968. Com 18 anos recém-completados, 1m59 de altura e armado apenas com o sonho de conquistar condições dignas na escola onde estudava, foi morto com um tiro certeiro no peito, disparado à queima-roupa por um tenente da PM, em 28/03/1968, contra estudantes que se manifestavam no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A bala varou seu coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata.

Indignados, seus colegas não permitiram que o corpo fosse levado ao IML, conduzindo-o para a Assembléia Legislativa em passeata. Lá, sob cerco de polícias civis e militares, foi realizada a autópsia e aconteceu o velório. O caixão chegou ao cemitério João Batista nos braços de milhares de estudantes.

Nascido em Belém do Pará, Edson era filho de uma família muito pobre que se empenhou para enviá-lo ao Rio de Janeiro, a fim de que concluísse os estudos secundários. Matriculou-se no Instituto Cooperativo de Ensino, nas proximidades da Secretaria de Economia do Estado. Conforme entrevistas concedidas à revista *Fatos e Fotos* por integrantes da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, o garoto não chegava a ser um líder estudantil. Falava pouco e ainda estava meio desconfiado, mas colaborava colando jornais murais e dando recados, contaram os colegas.

Estava programada mais uma passeata e Edson resolveu jantar mais cedo, naquele 28 de março, para ter tempo de preparar alguns cartazes. Segurava a bandeja na mão quando começou uma correria e foi atingido por um cassetete no ombro. Os policiais militares, que tinham invadido o local, começaram a atirar. Os estudantes armaram-se de paus e pedras para responder. Foi quando Edson caiu. Na mesma ocasião, tiros atingiram o comerciante Telmo Matos Henrique e o estudante Benedito Frazão Dutra.

Conforme a versão de algumas testemunhas, o tenente PM Alcindo Costa teria ficado enraivecido ao ser atingido por uma pedrada na cabeça. Outros jovens presentes no local afirmaram que Edson foi atingido por se encontrar à porta quando a tropa chefiada por Alcindo entrou em formação fechada de ataque.

O local da morte foi o principal motivo que levou o relator do processo na CEMDP a propor o indeferimento do caso. No seu entendimento, o Calabouço não configurava "*dependências policiais ou assemelhadas*", conforme exigido na Lei nº 9.140/95. Houve um pedido de vistas e, no novo relatório, prevaleceu por estreita margem a argumentação de que o restaurante estava invadido pelas forças policiais e, portanto, poderia perfeitamente ser considerado um local assemelhado às dependências exigidas legalmente para configurar a responsabilidade do Estado na morte. Com base nisso, o processo foi deferido.



DAVID DE SOUZA MEIRA (1943 - 1968)

Número do processo: 0360/96 e 041/02

Filiação: Alzira Novais Meira e Valdomiro de Souza Meira

Data e local de nascimento: 22/06/1943, Nanuque (MG)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 01/04/1968, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º) João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

David trabalhava na Companhia de Navegação Costeira do Rio de Janeiro e morreu baleado aos 24 anos, durante manifestação pública de protesto contra o assassinato de Edson Luiz, realizada no quarto aniversário do regime militar, na avenida Nilo Peçanha, centro do Rio. O corpo foi encaminhado ao IML/RJ, após exame necroscópico em 02/04/68, assinado pelos legistas Nelson Caparelli e Ivan Nogueira Bastos, que atestava a morte por "*ferimento penetrante do tórax por projétil de arma de fogo, determinando lesão no pulmão*". A certidão de óbito, cujo declarante é Nelson Gonçalves Chaves, informa que a mãe de David, Alzira Novaes Meira, retirou o corpo do IML para ser enterrado no Cemitério de Inhaúma. Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*.

Na CEMDP, ao apresentar o caso, o relator ressaltou que a requerente solicitou os benefícios da Lei nº 9.140/95 após o término do prazo legal estabelecido, e votou pelo não acolhimento, em razão de intempestividade, o que foi acatado por todos os membros daquele colegiado. Reapresentado o processo, o relator destacou duas irregularidades dos autos: a irmã de David não comprovou sua legitimidade postulatória

e o exame cadavérico apresentava rasura. Foram solicitadas diligências à Secretaria Executiva da CEMDP no sentido de obter informações a respeito da militância política de David e sua certidão de nascimento.

Finalmente, em reunião de 07/10/2004, o relator afirmou que foram juntadas aos autos as documentações requeridas anteriormente, e assinalou ter sido supridas as exigências formuladas. Por isso, julgou procedente o processo de David Souza Meira, morto a tiros durante repressão policial a manifestação de rua realizada no Rio de Janeiro.



JORGE APRÍGIO DE PAULA (1938 – 1968)

Número do processo: 316/96 e 048/02

Filiação: Geralda Maria de Jesus e Joaquim Paula

Data e local de nascimento: 10/02/1938, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: Operário

Data e local da morte: 02/04/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º), com pedido de vistas de Luiz Francisco; João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004, por unanimidade (fora indeferido em 07/08/1997)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Operário, Jorge Aprígio de Paula foi outra vítima do mesmo dia de manifestações no Rio de Janeiro, em protesto contra a morte de Edson Luiz. Naquele 1º de abril de 1968, um dos vários grupos de estudantes em passeata se aproximou do Palácio de Laguna, residência do ministro da Guerra, na rua general Canabarro. Soldados da Polícia do Exército, que protegiam o local, abriram fogo contra os manifestantes, atingindo várias pessoas e matando Jorge. O corpo do estudante entrou no IML no dia 02/04/1964, denotando que o óbito pode ter ocorrido na véspera ou no dia 02.

Segundo o relator do primeiro processo apresentado à CEMDP, *"a morte de Jorge não se deu em dependência policial, portanto, não considero possível o enquadramento do caso na tipificação da Lei nº 9.140/95"*. Em seu relatório afirma ainda que, *"as manchetes dos jornais, à época, comprovam a vontade política dos que então chegavam ao Poder – de reprimir policialmente e de tratar duramente os contestadores do regime"*. Apesar disso, declarou o relator, *"não se pode afirmar que as ruas do Rio de Janeiro tenham se transformado em dependência policial assemelhada. O teor das reportagens não aponta para uma multidão dominada pelas forças policiais e, sim, o contrário, em ataque e depredação por parte dos civis"*. Acompanhou o voto do relator o general Oswaldo Pereira Gomes.

Ocorreu pedido de vistas e, na reunião de 07/08/1997, o novo relatório concordou com o anterior, sustentando que *"Jorge Aprígio de Paula é uma vítima da violência política no Brasil, mas não existe prova de que foi atingido quando se encontrava sob domínio direto de agentes do poder público"*. O processo foi, então, indeferido por quatro votos a três, vencidos os conselheiros Suzana Keniger Lisbôa, Nilmário Miranda e o presidente Miguel Reale Júnior. A conselheira Suzana fez constar em ata declaração de voto do seguinte teor: *"Sendo participante de manifestação política contrária à ditadura militar, o referido cidadão era considerado inimigo no regime e, portanto, acusado de participação política. Foi sumariamente executado, ao invés de ser preso e julgado"*.

Com as mudanças introduzidas na Lei nº 9.140/95 a partir de 2004, novo processo foi encaminhado à CEMDP e, na reunião de 7/10/2004, o caso foi deferido com base no parecer do novo relator, o coronel João Batista Fagundes, onde consta que a morte de Jorge Aprígio *"se insere nos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.536/04 que ampliou os efeitos da lei anterior sobre tal matéria"*.



ORNALINO CÂNDIDO DA SILVA (1949 - 1968)

Número do processo: 004/96

Filiação: Dorcília Cândida da Silva e Sebastião Cândido da Silva

Data e local de nascimento: 1949, Pires do Rio (GO)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 01/04/1968, em Goiânia

Relator: João Grandino Rodas, com vistas de Nilmário Miranda e do general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 15/05/97, por 4x3 (contra João Grandino, Paulo Gustavo Gonet e general Oswaldo Pereira)

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

Ornalino Cândido da Silva foi morto aos 19 anos, numa outra manifestação estudantil em protesto contra o assassinato de Edson Luiz Lima Souto, no quarto aniversário do regime ditatorial, desta vez em Goiânia (GO), dia 01/04/1968, com um tiro na cabeça disparado por policiais que o confundiram com outro estudante. Filho de família pobre, começou a trabalhar desde cedo como lavador de carros. Era casado com Maria Divina da Silva Silvestre, com quem teve um filho.

Na noite anterior à passeata, Ornalino havia ajudado a confeccionar os cartazes de protesto no Diretório Central dos Estudantes, e convocou seus amigos para a manifestação. No dia seguinte à sua morte, o jornal *O Social* informou: "*Traindo a palavra empenhada ao arcebispo metropolitano e ao bispo auxiliar de Goiânia, o coronel Pitanga, secretário de Segurança Pública de Goiás e comandante da Polícia Militar, determinou que seus comandados armassem criminosa cilada contra os estudantes, que após o comício retiravam-se pacificamente, rumo à Faculdade de Direito.(...) Armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte, que, alheio ao Movimento Estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido por um sargento da Polícia Militar, que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante*".

Com efeito, depoimentos incorporados ao processo na CEMDP confirmam a grande semelhança física entre Ornalino e Euler Ivo Vieira, destacada liderança estudantil de Goiás naquela época, bem como registram ameaças explícitas que foram dirigidas a Euler nas vésperas, que chegou a receber pedidos para não participar da mobilização porque seria morto pelos policiais.

Autoridades do Estado sustentaram que houve tiroteio. Mas o tiro foi certo, na região temporal esquerda da cabeça, o que seria difícil se Ornalino estivesse correndo. O presidente do Grêmio Literário Felix de Bulhões, do Colégio Estadual de Goiânia, Allan Kardek Pimentel, disse que o estudante, mesmo precisando trabalhar para se sustentar, não deixava de participar das mobilizações, e tinha consciência do momento político. "*Ele tinha uma profunda percepção do papel da juventude naquele ano difícil. Ele era o mascote do grupo*", contou Allan. Seu enterro teve a participação de muitos estudantes.

Documentos particulares do morto não foram juntados, sob a alegação de terem desaparecido. Buscas empreendidas pela família em cartórios e na Secretaria de Segurança Pública, com o intuito de obter 2ª via, resultaram infrutíferas. O único documento anexado foi o atestado de óbito.

O relator do processo na CEMDP votou pelo indeferimento, por considerar que o caso não se enquadrava na Lei nº 9.140/95, em virtude de não ter havido qualquer comprovação de participação ou acusação de participação em atividades políticas. Foi feito um pedido de vistas ao processo, para ser anexados documentos confirmando a participação política de Ornalino. O relatório foi apresentado em 24/04/1997, e houve novo pedido de vistas. Mesmo com o voto contrário do novo relatório, em 15/05/1997 a CEMDP deferiu o processo em votação apertada, de 4 a 3.



FERNANDO DA SILVA LEMBO (1952 - 1968)

Número do processo: 043/02

Filiação: Aristotelina da Silva Lembo e Hércules Lembo

Data e local de nascimento: 05/07/1952, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 01/07/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Batista Fagundes

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Dias antes de completar 16 anos de idade, o comerciário Fernando da Silva Lembo morreu baleado pela PM do Rio de Janeiro. Ele foi uma das inúmeras vítimas da repressão política exercida contra manifestações de protesto que ocorreram naquela cidade no dia 21/06/1968. A virulência policial atingiu tal escala, nessa data, que ensejou a realização de uma gigantesca manifestação cinco dias depois, a histórica Passeata dos Cem Mil, quando a população do Rio tentou dar um basta à escalada repressiva das autoridades de segurança do regime militar.

Atingindo na cabeça, Lembo foi levado para o Hospital Souza Aguiar. Lá, permaneceu em estado de coma e faleceu no dia 1º de julho. O legista Alves de Menezes definiu como *causa mortis*: "ferida penetrante no crânio com destruição parcial do cérebro".

O benefício de indenização, segundo o relator, encontra "tutela jurídica no texto da Lei nº 10.875/04 que contempla todas as vítimas da violência política, ainda que não fossem participantes ativos das manifestações de rua". No requerimento encaminhado à CEMDP, a família de Lembo tomou como exemplo o processo de Edson Luiz, morto em condições muito semelhantes. O relator acolheu a petição "em homenagem à Lei mais favorável que entrou em vigor no ano de 2004, e que vem sendo invocada para fundamentar o direito em casos análogos".

O estudante morreu no Hospital Souza Aguiar. O boletim de informações fornecido pelo IML/RJ, documento indispensável para a remoção do cadáver, também informa que Lembo, ao ser internado naquele hospital, apresentava "ferida por projétil de arma de fogo com orifício de entrada na região temporal. Projétil localizado na região occipital". O relator afirma não haver dúvida de que Lembo morreu vítima da violência policial, o que também é comprovado por matéria jornalística anexada aos autos.



MANOEL RODRIGUES FERREIRA (1950 - 1968)

Número do processo: 319/96 e 046/02

Filiação: Maria Madalena Rodrigues Ferreira e Manoel Alves Ferreira

Data e local de nascimento: 06/03/1950, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 05/08/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º), com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho; João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 03/03/2005 por unanimidade (fora indeferido em 09/02/1998)

Data da publicação no DOU: 17/03/2005

O caso de Manoel Rodrigues Ferreira esteve duas vezes na CEMDP. Em reunião realizada em 10/04/1997, o relator do processo votou pelo indeferimento do pedido, por não ter elementos suficientes para comprovar a militância política e a morte do estudante e comerciário, de apenas 18 anos, em dependência policial ou assemelhada. Foi feito pedido de vistas do processo e, em reunião do dia 07/08/1997, o novo relatório acompanhou o voto anterior pelo indeferimento. A Comissão Especial decidiu por 5 a 2 pelo indeferimento do pedido, sendo vencidos Suzana Keniger Lisboa e Nilmário Miranda.

Manoel morreu no Rio de Janeiro, em 05/08/1968, depois de ser ferido na cabeça por duas balas, na avenida Rio Branco, esquina com Sete de Setembro, quando participava da mencionada manifestação de 21 de junho. Ele foi socorrido no Hospital Souza Aguiar e operado. Em seguida, foi transferido para a Casa de Saúde Santa Luzia e, posteriormente, para o Hospital Samaritano, onde não resistiu, conforme consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. O corpo do estudante entrou no IML/RJ pela Guia nº 85, da 10ª DP. O atestado de óbito (nº 92.932) foi assinado pelo legista Rubens Pedro Macuco Janini, tendo como declarante Francisco de Souza Almeida. O enterro, realizado pela família, aconteceu no Cemitério de Inhaúma (RJ).

O estudante trabalhava em uma loja chamada *5ª Avenida*, no centro da cidade. Ao chegar para trabalhar observou que a passeata avançava e estava cada vez mais perto de seu local de trabalho. Naquele dia as lojas fecharam mais cedo. Ao ver uma pessoa tombar na manifestação, o rapaz correu ao seu encontro e ficou de joelhos, tentando socorrer o ferido, quando recebeu os tiros que o mataram 45 dias depois.

O Judiciário reconheceu a responsabilidade civil do Estado, concedendo indenização e pensão requeridas pelos familiares, conforme documentos anexados ao processo. Estava provado que Manoel foi vítima da violência política, mas não existiam provas de que o ocorrido se dera sob o domínio direto dos agentes do poder público. O presidente da CEMDP, à época, solicitou nova diligência para melhor análise do caso.

O processo foi novamente protocolado em 12/12/2002. O novo relator destacou que "*Manoel foi assassinado durante o regime militar, tendo como prova o exame de corpo de delito anexado nos autos; que a família ganhou o caso contra o Estado na Justiça do Estado do Rio de Janeiro, comprovando a relação entre a morte de Manoel e a manifestação pública, sendo deferido com base na Lei nº 10.875 de 01/06/2004.*"



JOSÉ GUIMARÃES (1948 - 1968)

Número do processo: 327/96 e 047/02

Filiação: Magdalena Topolovsk e Alberto Carlos Barbeta Guimarães

Data e local de nascimento: 04/06/1948, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 03/10/1968, São Paulo (SP)

Relator: João Grandino Rodas (1º), com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho; João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 07/08/1997)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

O estudante secundarista José Guimarães foi morto em São Paulo, aos 20 anos, no dia 03/10/1968, por membros do chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do DOPS/SP, no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, perto do Colégio Marina Cintra, onde estudava. Nesse dia, membros do CCC e do DOPS deflagraram um conflito entre estudantes das duas universidades.

José Guimarães foi assassinado, conforme testemunho de outros estudantes, pelo integrante do CCC e informante policial Osni Ricardo. Os legistas Armando Canger Rodrigues e Irany Novah Moraes assinaram o laudo necroscópico e definiram como *causa mortis*, "*lesão crânio-encefálica traumática*". Entre os policiais instigadores do conflito foram reconhecidos Raul Nogueira de Lima, o Raul Careca, do DOPS e Octávio Gonçalves Moreira Junior, que seria morto em 1973 como agente do DOI-CODI de São Paulo.

No processo formado na CEMDP, consta declaração assinada por José Dirceu de Oliveira e Silva, presidente da União Estadual dos Estudantes paulistas naquela época, afirmando que participou ativamente da manifestação no dia 03/10/1968, quando José foi assassinado. O primeiro processo que tramitou na CEMDP foi rejeitado, depois de um pedido de vistas, por não ter ficado comprovado, à época, que José Guimarães morreu em dependências policiais ou assemelhadas.

O segundo requerimento foi analisado sob a Lei nº 10.875/04, que reconheceu as mortes em manifestações públicas e por suicídio. Os autos não deixaram margem a dúvidas. A vítima morreu em virtude de violência policial com motivação política. O relator considerou, no voto aprovado, que "sua morte foi consequência de um conflito de rua à época dos fatos apurados. E à luz da Lei nº 10.875 de 1º/6/2004, que hoje vigora sobre a matéria, é o quanto basta para julgar procedente o presente pedido".



LUIZ PAULO DA CRUZ NUNES (1947 - 1968)

Número do processo: 315/96

Filiação: Lucia da Cruz Nunes e Álvaro Goulart Nunes

Data e local de nascimento: 13/10/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 22/10/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 24/04/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/04/1997

O estudante Luiz Paulo da Cruz Nunes cursava o segundo ano da Faculdade de Medicina da UERJ (à época Universidade do Estado da Guanabara), sendo também estagiário em patologia, quando foi morto, aos 21 anos, no Rio de Janeiro, depois ter sido atingido por um tiro em manifestação estudantil em frente à sua faculdade, no dia 22/10/1968. Internado no próprio Hospital Pedro Ernesto, local da manifestação, com ferimento no crânio, foi operado mas faleceu na mesma data. A necrópsia foi realizada pelos legistas João Guilherme Figueiredo e Nelson Caparelli.

De acordo com o médico Lafayette Pereira, colega de turma de Luiz Paulo, os dois estiveram com cerca de outros 600 alunos protestando contra o regime militar no dia 22/10/1968, à tarde, em frente ao Hospital Pedro Ernesto, no bairro de Vila Isabel, quando um camburão da polícia estacionou em frente aos manifestantes e cinco pessoas armadas com pistolas calibre 45 saltaram e descarregaram suas armas contra eles. Acuados pela estreita porta de entrada para o hospital, não tiveram para onde correr. Cerca de 10 colegas foram baleados, mas o único com gravidade foi Luiz Paulo, atingido na cabeça. "Faleceu na mesa de cirurgia do hospital que ele, ainda jovem, já gostava de freqüentar como estudante brilhante que foi. Assisti à luta dos neurocirurgiões para salvar-lhe a vida. Teve duas paradas cardíacas que foram recuperadas e uma terceira, definitiva, às 21 horas", contou Lafayette. Cópia da certidão de óbito juntada aos autos estabelece como *causa mortis*: "Ferida penetrante do crânio com destruição parcial do tecido nervoso e hemorragia das meninges".

O jornal *Correio da Manhã* de 23/10/1968 estampou: *Polícia mata estudante a tiros e ataca Hospital das Clínicas*. A matéria descreve: "Pela manhã foram realizadas duas passeatas e várias assembléias internas. Depois das 12h os estudantes da UEG foram para a porta do Hospital das Clínicas e estavam inaugurando a estátua Liberdade-68 quando foram atacados por agentes do DOPS, a tiros. Três policiais foram feridos em lutas corporais. Depois do primeiro choque os estudantes foram para dentro do hospital, que funciona junto da Faculdade de Ciências Médicas, em Vila Isabel, e os policiais os cercaram totalmente. Mas numa das salas do hospital a luta continuava: um aluno do segundo ano de Medicina, Luiz Paulo Cruz Nunes, de 23 anos, baleado no crânio, não resistiu a duas horas de operação, respiração artificial e choques elétricos no coração. Às nove da noite, estava morto".

Para o relator do processo na CEMDP, "as publicações anexadas provaram ter havido o cerco total do Hospital Pedro Ernesto, na parte da tarde do dia 22 de outubro de 1968. Luís Paulo, consoante certidão de óbito, faleceu às 21h40. Tendo ele sobrevivido aos tiros e sofrido longa intervenção cirúrgica, é razoável crer ter sido o mesmo atingido ao entardecer do dia em tela, quando, comprovadamente, a dependência universitária, em que os estudantes se haviam refugiado, já estava cercada pela polícia. Não fere à lógica, portanto, considerar que tenha falecido em dependência policial assemelhada devido ao estado de sítio e cerco total no qual se encontravam". A CEMDP votou o deferimento do pedido por unanimidade.



CLOVES DIAS AMORIM (1946 - 1968)

Número do processo: 317/96 e 053/02

Filiação: Domergues Dias de Amorim e José Leite de Amorim

Data e local de nascimento: 22/07/1946, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 23/10/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas (1º), com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho; João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 07/08/1997)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004



LUIZ CARLOS AUGUSTO (1944 - 1968)

Número do processo: 334/96 e 054/02

Filiação: Conceição Agostinho Augusto e Luiz Augusto

Data e local de nascimento: 18/11/1944, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 23/10/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho (1º); João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 15/12/2004 por unanimidade (fora indeferido em 15/5/1997)

Data da publicação no DOU: 27/12/2004

Ambos foram mortos no Rio de Janeiro, em 23/10/1968, como consequência da violenta repressão policial dirigida a manifestações de protesto contra o assassinato de Luiz Paulo da Cruz Nunes, no dia anterior.

Ex-servente da Companhia Antarctica Paulista, o operário Cloves Dias Amorim morreu aos 22 anos, no Hospital Pedro Ernesto, após ser baleado por agentes policiais. O estudante e escriturário Luís Carlos Augusto morreu aos 23 anos, quando também participava nas manifestações de protesto, ou percorria suas proximidades. Cópia de sua certidão de óbito aponta como *causa mortis* "ferimento transfixante do abdômen e penetrante do tórax com lesão do fígado, estômago e perfuração do estômago; hemorragia intestinal".

Conforme notícia veiculada à época no jornal *O Globo*, "Luiz Carlos Augusto, escriturário, 23 anos, e Clóves Dias Amorim, operário, 22 anos, caíram ontem nas ruas do Rio, mortos em conflitos entre estudantes e policiais, quando estes dispararam contra uma passeata de cerca de 2.000 pessoas, que protestavam contra a morte do universitário Luiz Paulo da Cruz Nunes, também vitimado por arma de fogo durante ataque levado a efeito por agentes do DOPS e da Polícia Militar à Faculdade de Ciências Médicas da UFGuanabara e ao Hospital Pedro Ernesto".

Em seu voto no primeiro processo formado na CEMDP para examinar o caso de Cloves Dias Amorim, o relator optou pelo indeferimento, considerando que, "as notícias, manchetes e títulos jornalísticos anexados ao processo comprovam a vontade política dos então no Poder, de reprimir policialmente e de tratar duramente os contestadores do regime. Esses objetivos, mesmo que materializados, não podem, per si, comprovar que as ruas do Rio de Janeiro tenham-se transformado em dependência policial assemelhada. (...) Essa prova inexistente nos presentes autos, ficando, a meu ver, o julgador impossibilitado de basear o seu julgamento, em ilações genéricas. O teor das reportagens acostadas não aponta para uma multidão dominada pelas forças policiais. Fala, ao contrário, em conflito entre estudantes e policiais, e em quase três mil manifestantes. Não tendo havido a subjugação completa dos estudantes, não há que se falar em dependência policial assemelhada. Nem mesmo a descrição que o *Correio da Manhã* faz da morte de Clóves aponta no sentido de que tenha havido um cerco total. Diz apenas que os tiros fatais vieram dos ocupantes de uma camioneta verde, com agentes do DOPS, que estava próxima ao jipe do comando da PM".

Foi requerido um pedido de vistas ao processo, por Luís Francisco Carvalho Filho, que terminou acompanhando o relator com o seguinte arrazoado: "as manifestações públicas do final da década de 60 caracterizaram-se por um clima de extrema tensão. Muitas vezes se transformaram em batalha campal. Alguns morreram pelo que hoje se chama de *bala perdida*. Não havia, pelo menos aparentemente, um motivo

concreto para a eliminação das pessoas atingidas. Seus nomes, aliás, não estavam nas listas de suspeitos ou de inimigos do regime militar. Paradoxalmente, este que é um motivo a mais para a reparação política – a morte acidental – aparece como um empecilho no momento de se aplicar a lei. A responsabilidade objetiva do Estado pelas mortes destas pessoas parece inquestionável, tanto que foi reconhecida pela Justiça do Rio de Janeiro no caso de outra vítima que morreu em circunstâncias análogas, Manoel Rodrigues Ferreira. Mas o requisito legal da dependência não pode ser ignorado. A Lei nº 9.140/95 não contemplou genericamente os chamados mortos em passeata. Portanto, cada caso deve ser analisado isoladamente. É preciso verificar, sem sofismas, se configurou uma situação de cerco que situasse a vítima sob o domínio direto dos agentes do poder público”.

Ao votar pelo indeferimento, Luiz Francisco propôs que a CEMDP encaminhasse mensagem ao Ministro da Justiça sugerindo a elaboração de anteprojeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional para que familiares de outras vítimas fatais do regime autoritário fossem contemplados pelo mesmo espírito de reparação histórica que inspirou a edição da Lei nº 9.140/95.

Com a edição da nova lei, a 10.875, em 01/06/2004, o processo de Cloves foi novamente protocolado e terminou sendo deferido por unanimidade. O segundo relator destacou a ampliação do escopo da lei e o pedido foi acolhido por unanimidade.

De forma semelhante, na primeira análise do caso referente a Luiz Carlos Augusto na CEMDP, o processo não foi aprovado por se tratar de morte em manifestação, situação que não era abrangida pela Lei nº 9.140/95. Em 2004, a Lei nº 10.875/04, ao alterar dispositivos da Lei nº 9.140/95, permitiu segunda avaliação e o caso foi aprovado.



CATARINA HELENA ABI-EÇAB (1947 - 1968)

Número do processo: 090/02

Filiação: Helena Elias Xavier Ferreira e Trajano Xavier Ferreira

Data e local de nascimento: 29/01/1947, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 08/11/1968, Vassouras (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 2/8/2005 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/8/2005



JOÃO ANTONIO SANTOS ABI-EÇAB (1943 - 1968)

Número do processo: 026/02

Filiação: Beatriz Abi-Eçab e João Abi-Eçab

Data e local de nascimento: 04/6/1943, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 08/11/1968, Vassouras (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 02/08/2005 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/08/2005

Nascidos na capital paulista, Catarina e João Antônio se conheceram quando estudavam Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. João era um ativista estudantil. Fez parte da Comissão de Estruturação de Entidades, no 18º Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, realizado em Piracicaba, entre 4 e 9 de setembro de 1965, e do Diretório Acadêmico da Filosofia em 1966. Em 31/01/1967 esteve detido no DOPS, sendo indiciado por terrorismo. Foi solto por *habeas-corpus*. João e Catarina se casaram em maio de 1968.

Morreram juntos, no dia 8/11/1968, na BR-116, altura da cidade de Vassouras (RJ). Durante três décadas, não havia sido possível contestar a versão oficial indicando que o casal teria falecido em virtude de um acidente de carro. No veículo teriam sido encontrados uma mala com armamentos e grande quantidade de munição. Os legistas Pedro Saullo e Almir Fagundes de Souza estabeleceram como *causa mortis* "*fratura de crânio com afundamento (acidente)*".

Os processos de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antonio Santos Abi-Eçab foram analisados em conjunto, porque uma única solução deveria ser dada aos dois pedidos. A CEMDP recebeu e anexou aos autos cópia do processo nº 206/69, com informações dos órgãos de repressão sobre o caso, arquivado no Superior Tribunal Militar (STM), e cópia do processo E-06/070928/2004, instaurado pelo Estado do Rio de Janeiro, buscando coletar informações sobre as circunstâncias das mortes documentadas no Arquivo do Estado. O relator colheu depoimentos de Aluísio Elias Xavier Ferreira e de Márcio Edgard Paoliello incumbidos pelas famílias de buscar os corpos na cidade de Vassouras.

Apesar da referência sobre a realização de exame necroscópico nos corpos, nem o material vindo do estado do Rio de Janeiro ou o pesquisado no STM trouxe essa prova. Não há registro de perícia de local ou dos veículos, apenas da metralhadora encontrada. Os documentos oficiais afirmam a tese do acidente – o carro em que viajavam colidiu com a traseira de um caminhão, na BR-116, às 19h35. A polícia foi avisada às 20 horas, providenciando a remoção dos cadáveres e a recolha dos pertences das vítimas. Além da metralhadora e da munição, teriam sido encontrados dinheiro, livros e documentos pessoais.

No Boletim de Ocorrência que registrou o acidente consta que "*foi dada ciência à Polícia às 20 horas de 8/11/68. Três policiais se dirigiram ao local constatando que na altura do km 69 da BR-116, o VW 349884-SP dirigido por seu proprietário João Antonio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do caminhão de marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local*".

Em abril de 2001, entretanto, denúncias feitas pelo repórter Caco Barcellos, veiculadas no *Jornal Nacional (TV Globo)*, derrubaram a versão policial de acidente e mostraram que João e Catarina foram executados com tiros na cabeça. O jornalista entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, que relata algumas missões reservadas a ele atribuídas por órgão militar de segurança – entre elas a infiltração em grupos de teatro –, a prisão, tortura e a execução de um casal de estudantes pelo chefe da operação militar. A suspeita era de participação desses jovens na execução do capitão do exército norte-americano Charles Chandler. Valdemar reconheceu Catarina como presa, torturada e morta em um sítio em São João do Meriti e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, teriam forjado o acidente. Com base nesses relatos, Caco Barcellos entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em exumar os restos mortais. Os laudos da exumação concluíram que a morte foi consequência de "*traumatismo crânio-encefálico*" causado por "*ação vulnerante de projétil de arma de fogo*", indo contra a hipótese de acidente.

O relator, na tentativa de obter o laudo necroscópico realizado em 9/11/1968, fez diligência ao Conselho Regional de Medicina/RJ e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* como legista do exame necroscópico. Ele declarou que, "*(...) admite a possibilidade de o Dr. Pedro Saullo, diante das informações prestadas pela Polícia e dada sua pouca experiência, sequer ter necropsiado a calota craniana. (...) que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saullo (...)*".

A prova dos autos, segundo o relator, não autorizava a tese de acidente. Nenhum indício aponta para qualquer detonação de explosivos, hipótese que também foi aventada. A reportagem de Caco Barcellos e as providências que a ela se seguiram introduziram duas novas possíveis versões: 1) prisão, tortura e execução do casal, com preparo forjado de uma cena de acidente na sequência; 2) perseguição do VW por agentes do Estado, com disparos fatais. O relator sustentou que ambas as hipóteses eram verossímeis e tinham amparo na prova, conduzindo ao mesmo resultado de responsabilização do Estado. E concluiu: "... *presentes as condições legais e após detida análise de toda a prova defiro o pedido inaugural, reconhecida a condição de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antonio dos Santos Abi-Eçab como mortos por ação de agentes do Estado, no período previsto pela Lei*".

Casos após o AI-5

1969

A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, abre uma nova fase no cômputo geral das mortes e desaparecimentos de opositores políticos do regime militar. O número de casos levados a exame da CEMDP relativos a 1969 mais do que dobra, em comparação com 1968, volta a subir em 1970 e atinge seu ápice no triênio 1971/1973, quando se registra média de aproximadamente 50 casos por ano.



MARCOS ANTÔNIO BRÁZ DE CARVALHO (1940-1969)

Número do processo: 017/02

Filiação: Anna Braz de Carvalho e José de Carvalho Filho

Data e local de nascimento: 05/01/1940, Angra dos Reis (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 28/01/1969, São Paulo (SP)

Relator: André Sabóia Martins

Deferido em: 15/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 27/12/2004

O desenhista mecânico Marcos Antônio Braz de Carvalho, conhecido como Marquito, foi morto no dia 28/1/1969, na sua residência em São Paulo. Os policiais do DOPS, chefiados pelo delegado Raul Nogueira de Lima, o "*Raul Careca*" (já mencionado no caso José Guimarães), invadiram um apartamento na rua Fortunato, área central da capital paulista, sendo o militante da ALN morto com vários tiros. Os legistas foram Erasmo M. de Castro de Tolosa e Orlando Brandão, que apontaram como causa da morte "*hemorragia interna traumática*".

As condições de sua morte foram assim descritas pelo jornalista Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*: "*No dia 28 de janeiro, depois de ir a um 'ponto' onde deveria encontrar um colega, resolveu procurá-lo no aparelho. Virou a chave na fechadura, e a polícia caiu-lhe em cima. Foi morto a tiros*".

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o apontam como pessoa diretamente ligada a Carlos Marighella, com treinamento de guerrilha em Cuba, e que comandava o grupo de fogo do Agrupamento Comunista de São Paulo, depois rebatizado para ALN. Entre as inúmeras ações armadas a ele imputadas está a execução do capitão do exército norte-americano, Charles Rodney Chandler, em 12/10/1968, acusado, pelos executores, de ser agente da CIA.

Na CEMDP, o relator André Saboia Martins apresentou o caso em reunião de 11/12/2003. O perito do Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Técnica do Distrito Federal, Celso Nenevê, após analisar vários documentos do processo, constatou que "*o depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima não é coincidente com os achados necroscópicos no tocante às regiões atingidas (o depoimento apresenta que Marcos Antônio encontrava-se 'atirado na perna') e na quantidade de disparos efetuados (depreende-se da declaração que foram efetuados apenas dois disparos*

contra Marcos), enquanto que o depoimento constante do processo efetuado pelo irmão da vítima, João Pedro Braz de Carvalho é coincidente com esses achados no tocante aos orifícios de saída na região peitoral e na ausência de lesões nas pernas".

Para o relator, as contradições entre a versão oficial sobre as circunstâncias da morte, expressa no depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima, e os achados do laudo de exame de corpo de delito/exame necroscópico, destacadas em parecer criminalístico, favoreceram a consideração da hipótese de que Marcos Antônio teria sido executado por agentes policiais do DOPS/SP.

Concluiu André Saboia que "a despeito da ausência de parecer conclusivo sobre a dinâmica dos eventos que culminaram no homicídio perpetrado contra Marcos Antônio, em 28/1/1969, os elementos existentes não deixam dúvida de que o caso se enquadra na hipótese prevista na Lei nº 9.140/95".



HAMILTON FERNANDO CUNHA (1941-1969)

Número do processo: 160/96

Filiação: Filomena Maria Rosa e Fernando Manoel Cunha

Data e local de nascimento: 1941, Florianópolis (SC)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 11/02/1969, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 25/03/1998 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 27/3/1998

O catarinense Hamilton Fernando Cunha, conhecido como "Escoteiro", afro-descendente e operário da indústria gráfica, foi morto em 11/2/1969, por policiais do DOPS/SP, em seu local de trabalho, a Gráfica Urupês, no bairro paulistano da Mooca. Militante da VPR, Hamilton participava do cotidiano cultural e intelectual de São Paulo, atuando em grupos de teatro e, com voz de tenor, cantava em coral. A onda de prisões ocorrida logo após o AI-5 atingiu a rede de apoio da VPR, fazendo que, naquele início de fevereiro de 1969, Hamilton estivesse morando na mesma residência de outros dirigentes da organização, entre eles Carlos Lamarca, que abandonara o quartel do Exército em Quitaúna, Osasco, poucos dias antes. Preocupado com a possibilidade de ser identificado pelos órgãos de segurança, Hamilton resolveu se demitir da gráfica onde trabalhava e, ao comparecer para assinar a rescisão trabalhista, por volta de 16 horas daquela data, foi preso e morto.

Na CEMDP, o processo teve dois indeferimentos, tanto no início dos trabalhos desse colegiado, em 18/3/1996, quanto em setembro do ano seguinte, ao ser apresentado recurso relatando novos fatos. Nessa segunda ocasião, houve pedido de vistas e o processo voltou à pauta um ano depois, sendo então aprovado.

Para sustentar que a morte não ocorreu em tiroteio, conforme versão oficial, a Comissão Especial se baseou em documentos do próprio DOPS, que registravam os antecedentes da operação policial e informavam que Hamilton deixara a arma na entrada da gráfica. As demais provas foram extraídas do depoimento de um companheiro, do exame da documentação do IML e da foto de seu corpo.

O laudo necroscópico, assinado por Pérsio José Ribeiro Carneiro, descreve um único tiro e registra que o fato teria ocorrido às 16 horas, no Alto da Moóca, em São Paulo. Não descreve os grandes edemas na face e na frente, as equimoses e ferimentos corto-contusos visíveis na foto do cadáver. Além disso, o corpo de Hamilton deu entrada no IML somente às 23h30 – sem calças – trajando apenas camisa de náilon verde, meias de lã e sapatos pretos.

Em depoimento prestado a Nilmário Miranda, membro da Comissão Especial, o militante da VPR, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, conhecido como "Roberto Gordo", que comparecera à gráfica junto com Hamilton, conta que aguardou na recepção por um tempo que lhe

pareceu demasiado longo, já que Hamilton dissera ter acertado todos os detalhes anteriormente. De repente, ouviu o companheiro gritando que não era bandido, foi em sua direção e o viu sendo carregado por policiais. Foi José Ronaldo quem reagiu a tiros, buscando salvar o companheiro. Declarou ter disparado um único tiro, ferindo um dos policiais. Na versão oficial, ele foi responsabilizado pela morte de Hamilton, fato debatido exaustivamente durante o julgamento do caso na CEMDP. Ao aprovar o requerimento, a Comissão levou em conta a diversidade de informações e as contradições constantes nos documentos do DOPS, e desconsiderou a versão oficial, dando como provado que Hamilton estivera sob a guarda de agentes do Estado antes da morte.



HIGINO JOÃO PIO (1922-1969)

Número do processo: 164/96

Filiação: Tarcília Maria Simas e João Francisco Pio

Data e local de nascimento: 11/1/1922, Itapema (SC)

Organização política ou atividade: Prefeito eleito pelo PSD

Data e local da morte: 3/3/1969, Florianópolis (SC)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes, com vistas de Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 15/5/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 20/5/1997

Higino João Pio foi o primeiro prefeito de Balneário Camboriú (SC), eleito pelo PSD em 1965, assim que o novo município foi desmembrado de Camboriú. Em função de disputas políticas locais e, sendo amigo pessoal de João Goulart, foi acusado de irregularidades administrativas após o Golpe de 1964, sendo inocentado na Câmara Municipal. Em fevereiro de 1969, precisamente na quarta-feira de cinzas, Higino João Pio e outros funcionários da Prefeitura foram presos por agentes da Polícia Federal e conduzidos para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Florianópolis. Após prestarem depoimento, todos foram soltos, exceto Higino, que permaneceu incomunicável. No dia 3 de março, a família foi notificada de sua morte, por suicídio.

Em seu voto na CEMDP, o relator afirmou que, "*os adversários políticos apelaram para a legislação excepcional baixada pelo AI-5, submetendo-o à Comissão Geral de Investigações*". Concluiu pelo deferimento em função da morte na prisão por causas não naturais. Sendo um caso pouco conhecido até então, houve pedido de vistas ao processo, buscando-se confirmar a real motivação política da prisão e esclarecer as circunstâncias da morte. A CEMDP localizou no Superior Tribunal Militar o IPM instaurado por ocasião de sua morte. Parecendo evidente, pelo exame das fotos ali contidas, que a cena de suicídio fora forjada, buscaram-se novas informações acerca da prisão.

Exame documental revelou que os adversários políticos do prefeito encaminharam cópias da investigação realizada pela Câmara Municipal à Polícia Federal de Curitiba e à Procuradoria Geral. Cerca de um ano depois, o SNI requisitou à Câmara os originais do processo. Insatisfeitos com a morosidade das providências, os denunciantes pediram, por meio de ofício, aplicação do AI-5, com enquadramento no art. 4º, solicitando a cassação do mandato e envio dos autos à Comissão Geral de Investigações para averiguação de enriquecimento ilícito.

Foram colhidos depoimentos para comprovar a natureza política da prisão de Higino, todos ressaltando a liderança e o grande prestígio que tinha na cidade. A família fora ameaçada, à época, e optara pelo silêncio. A CGI tentou trancar o andamento do inventário, mas a tentativa foi infrutífera, pois Higino, segundo todos os depoimentos, era cidadão honesto, um político sem mácula, cujo patrimônio diminuira durante a gestão.

O laudo necroscópico, assinado por José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Meyer Coutinho, indicava morte por asfixia e enforcamento, registrando não haver equimoses ou escoriações em todo corpo. O laudo de perícia de local mostra que o corpo fora encontrado, trancado à chave, dentro do banheiro, em posição de suspensão incompleta, com o rosto encostado à parede, tendo ao pescoço uma toalha. O exame das fotos, no entanto, mostra que a referida posição de suspensão incompleta é invisível do ângulo tomado. Pelo contrário, o prefeito Higino, um homem de grande porte, tem os pés completamente apoiados ao chão.

Considerou a autora do pedido de vistas que estava clara a montagem de cena para sustentar a versão de suicídio, mais clara e mais evidente, já à primeira vista, do que a própria motivação política do assassinato, para a qual fora necessário buscar provas. Apesar do medo, o enterro do prefeito foi o mais concorrido do cemitério de Itajaí e seu nome, desde 1976, batizou uma importante praça daquele concorrido balneário catarinense.



JOÃO LUCAS ALVES (1935-1969)

Número do processo: 152/96

Filiação: Odília Pimenta Alves e José Lucas Alves

Data e local de nascimento: 03/11/1935, Canhotinho (PE)

Organização política ou atividade: COLINA

Data e local da morte: 06/03/1969, Belo Horizonte (MG)

Relator: Maria Eunice F. Paiva

Deferido em: 18/03/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/03/1996

Sargento da Aeronáutica e pernambucano de Canhotinho, João Lucas Alves estudou no Grupo Escolar Marcelo Pinheiro e fez o Colegial no Ginásio Visconde de Mauá, em Recife, seguindo então para a Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP). Serviu na Base Aérea de Ibura, na capital pernambucana, de 1957 a 1960. Em 1961, foi escolhido para fazer curso de especialização em vôo nos EUA, tendo alcançado melhor classificação no curso de inglês técnico do que os próprios americanos.

Destacou-se entre as lideranças da Rebelião dos Sargentos, em 1963, deflagrada após decisão do STF confirmando a inelegibilidade desse segmento militar para órgãos do Legislativo. Com o primeiro Ato Institucional, de abril de 1964, foi expulso da Aeronáutica e preso na Base Aérea de Santa Cruz. Dirigente do COLINA, sua segunda prisão ocorreu em 8 de novembro de 1968, pela Polícia Federal, Serviço de Ordem Política e Social, no Rio de Janeiro, sendo em seguida transferido para a Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o incluem, genericamente, como participante de várias ações armadas realizadas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro em 1968, com destaque para a execução, em 01/07/1968, no Rio, do major do exército alemão Edward Von Westernhagen, que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que teria sido confundido pelo COLINA com o capitão boliviano Gary Prado, responsável pela morte de Che Guevara no ano anterior.

Em 20 de novembro daquele ano, foi decretada sua prisão preventiva por 30 dias, prorrogada por mais 30 dias. Ao final dos 60 dias, foi requerido o relaxamento da medida, ato reiterado em 29 de janeiro, mas ambos os pedidos não foram apreciados pela Justiça. Em 28 de fevereiro, conforme nota oficial, foi transferido para Belo Horizonte e, em 6 de março, foi anunciada sua morte por suicídio na Delegacia de Furtos e Roubos daquela capital. Os legistas Djeddar Gonçalves e João Bosco Nacif da Silva diagnosticaram asfixia mecânica em consequência de suicídio por enforcamento.

Sua mãe, já alertada por João Lucas, que temia pela própria vida com a transferência, procurou-o insistentemente em Belo Horizonte. Ela andou de delegacia em delegacia até descobrir no DOPS que o filho estava morto, uma semana depois do acontecido, e que já havia sido sepultado. Somente cinco anos mais tarde a família pode exumar os restos mortais, que foram trasladados para o Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Vários presos políticos denunciaram as torturas sofridas por João Lucas em depoimentos realizados na Justiça Militar. Em 1996, o advogado Antonio Modesto da Silveira prestou depoimento à Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ contestando a versão oficial. Nas fotos de seu corpo, as evidências de torturas estão claras: unhas arrancadas, escoriações e equimoses ao longo do corpo, inclusive no rosto e nas nádegas, não demonstrando qualquer indício do suposto suicídio por enforcamento.

A necropsia realizada no Departamento de Medicina Legal de Belo Horizonte, assinada pelos legistas Djezzar Gonçalves Leite e João Bosco Nacif da Silva confirma a versão policial de suicídio por asfixia mecânica, mas descreve escoriações no braço esquerdo, no pé direito e na região glútea, assim como a falta de uma unha e cianose em outras. A relatora concluiu que João Lucas faleceu em dependências policiais por causas não naturais, ficando confirmado que tal causa não foi suicídio.



PAULO TORRES GONÇALVES (1949-1969)

Número do processo: 258/96 e 155/04

Filiação: Miracy Torres Gonçalves e Paulo Fernandes Gonçalves

Data e local de nascimento: 28/12/1949, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: estudante

Data e local da morte: Desaparecido em 26/03/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco (1º) e Belisário dos Santos Júnior (2º)

Deferido em: 10/10/2006 por unanimidade (fora indeferido em 17/10/1996)

Data da publicação no DOU: 26/10/2006

O caso de Paulo Torres Gonçalves, estudante secundarista carioca, funcionário do Ibope e aluno do curso científico do Colégio Profissional Ferreira Viana, Maracanã, Rio de Janeiro, teve dois processos na CEMDP, sendo o primeiro indeferido. Foram anexados documentos dos pais denunciando o desaparecimento do filho em 26 de março de 1969, aos 19 anos, e sua busca nos diversos órgãos públicos. Em seus relatos, informam que receberam de um sargento da Aeronáutica e de um capitão do Exército a notícia de que Paulo teria sido preso pelo DOPS e encaminhado à Marinha. Nada havendo contra ele, seria libertado em breve, o que não ocorreu.

Um detento da Ilha Grande enviou carta aos pais de Paulo contando que teria estado com ele, no Presídio Tiradentes, em São Paulo (SP), encontrando-se o jovem completamente desmemoriado. O relato foi confirmado na presença do casal e do chefe da segurança da Ilha Grande. Em 1971, a família recebeu a notícia de que o estudante apareceu morto, vítima de afogamento. O cadáver, contudo, não correspondia a ele. As informações da época, em atendimento aos pedidos de localização, indicavam que Paulo Torres não registrava antecedentes nos órgãos de segurança.

O segundo relator desse processo fez inúmeras diligências buscando novas informações. Em seu voto, reafirmou o extremo valor da peregrinação da família de Paulo, desde o dia do seu desaparecimento, e informou que a Comissão Especial estava tentando localizar as pessoas referidas por ela, sem sucesso, acrescentando que a "*União teve 37 anos para fazê-lo e nada realizou nesse sentido. E, se o fez, não informou a CEMDP*".

Concluiu que restava tão somente aplicar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao caso para responsabilizar o Estado: "*Em certas circunstâncias pode ser difícil a investigação de fatos que atentem contra os direitos das pessoas. A de investigar é, junto com a de prevenir, uma obrigação de meio ou de comportamento que não é descumprida somente com o fato de que a investigação produza um resultado satisfatório. Entretanto, deve empreender-se com seriedade e não como uma simples formalidade condenada de antemão a ser inútil. Deve ter sentido e ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples gestão de interesses particulares, que dependa da iniciativa processual da vítima ou de seus familiares ou da contribuição particular de elementos probatórios sem que a autoridade pública busque efetivamente a verdade. Esta avaliação é validada qualquer que seja o agente ao qual se possa efetivamente ser atribuída a violação, ainda os particulares, pois, se seus fatos não são investigados com seriedade, resultariam, de certo modo, auxiliados pelo poder público, comprometendo a responsabilidade internacional do Estado*". (Caso Velásquez Rodriguez).

Belisário dos Santos Júnior reconheceu que não havia uma indicação precisa da militância política de Paulo, porém lembrou que a acusação de participação política a quem não a tenha igualmente enseja o reconhecimento de desaparecimento. Segundo o relator, as circunstâncias do caso davam a entender – e as próprias autoridades assim o reconheceram em suas buscas – que a prisão pelas forças de repressão teria como causa principal, ou pretexto, a subversão. Dessa forma, entendeu que estavam presentes no caso as condições para deferimento do pedido.



NELSON JOSÉ DE ALMEIDA (1947-1969)

Número do processo: 074/96

Filiação: Ana Tereza de Almeida e Manoel Cezalvim de Almeida

Data e local de nascimento: outubro de 1947, Mendes Pimentel (MG)

Organização política ou atividade: Corrente

Data e local da morte: 11/04/1969, Teófilo Otoni (MG)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/1996

O estudante mineiro Nelson José de Almeida era filho de camponeses humildes da região do Vale do Rio Doce. Aos 10 anos, mudou-se com sua família de Mendes Pimentel para Governador Valadares. Desde muito cedo já trabalhava, vendendo produtos agrícolas. Depois de terminar o antigo primário, mudou-se novamente, com a família, desta vez para Brasília, onde o irmão mais velho já estava morando. Nelson teve que encarar serviços pesados, como ajudante de pedreiro, apesar de sua pouca idade. Estudou, à noite, em Sobradinho, e assim concluiu o curso ginásial.

Foi nessa época que passou a militar na Corrente, grupo dissidente do PCB em Minas Gerais, incorporado mais tarde à ALN. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o acusam de ter participado em algumas ações armadas em Belo Horizonte, sendo que no assalto a uma boate, em 01/12/1968, teria disparado contra um cozinheiro, que foi ferido mas sobreviveu.

Nelson foi morto aos 21 anos, em 11/04/1969, na cidade de Teófilo Otoni. Na prisão, foi reconhecido pelo soldado, Artur Orozimbo, seu colega de infância, que avisou a família de sua morte. Há diferentes versões para as circunstâncias concretas da morte nos documentos oficiais, não tendo sido possível constatar a verdade, apesar do grande empenho do relator. Alguns documentos informam que teria morrido durante assalto a uma agência da Caixa Econômica Federal em Teófilo Otoni, assalto esse que nunca ocorreu. Outros documentos registram que fora capturado em diligência policial e que, ao tentar fugir foi baleado, tendo morrido em um hospital da cidade. Outra versão é dada no atestado de óbito, onde consta que Nelson falecera na via pública, à rua Wenefredo Portella - endereço da cadeia e do Quartel da PM e Tiro de Guerra.

O assento de óbito foi feito em 12/04/1969, tendo sido declarante o cidadão João Gabriel da Costa, mais conhecido por "Siono", agente funerário da cidade durante meio século. O atestado foi firmado por Christobaldo Motta de Almeida, que declarou "*rigidez, hipóstase dorsal, hipotermia, midríase*". Como causa da morte, a indicação de "*ferida perfuro contusa do tórax com lesão de órgão e víscera interna, dando em consequência grave hemorragia interna – conforme certidão da necropsia*".

Para a CEMDP, a prova definitiva foi localizada nos arquivos do STM, quando encontrado um documento da PM de Minas Gerais com o seguinte teor:

"Belo Horizonte - 20 de maio de 1969

Do Major PM Rubens Jose Ferreira, Chefe Int. da G/2

Ao Senhor Tem. Cel. EB Manoel Alfredo Camarão de Albuquerque

DD Encarregado de IPM

OFICIO Nº 730-69

ASSUNTO: MATERIAL APREENDIDO DE NELSON JOSÉ DE ALMEIDA

REFERÊNCIA: 'OPERAÇÃO CORRENTE'

I - No dia 10 de Abril de 1969 esta Secção enviou a Teófilo Otoni, MG, o 1º Tenente PM MURILO AUGUSTO DE ASSIS TOLEDO, a fim de fazer o levantamento do 'Aparelho da Corrente', localizado naquela cidade e, se encontrado, prender os componentes da referida 'Organização' que poderiam ser ali encontrados.

II – O Oficial, com a ajuda do Contingente Policial daquela cidade, localizou o endereço – Travessa do Rubim, 23 –, constatando a existência, de fato, do 'Aparelho'.

III – Durante a diligência foi capturado, ao chegar no 'Aparelho', Nelson José de Almeida, que, posteriormente, ao forçar fuga, foi baleado e veio a falecer em Hospital de Teófilo Otoni”.

O relator do processo concluiu, com as provas apontadas, que sem dúvida Nelson fora preso e morto sob a custódia da PM.



SEVERINO VIANA COLOU (1930-1969)

Número do processo: 016/02

Filiação: Maria Belarmina da Conceição e Ulisses Viana Colou

Data e local de nascimento: em 1930, Caruaru (PE)

Organização política ou atividade: COLINA

Data e local da morte: 24/05/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Batista Fagundes

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

O sargento Severino Viana Colou, nascido em Pernambuco e ex-presidente da Associação de Cabos e Sargentos da PM do Estado da Guanabara, militante do COLINA, foi preso e morreu em uma cela da 1ª Companhia da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro. De acordo com o IPM nº 1.478, realizado no quartel general da 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar, ele estava preso e foi encontrado morto por volta das 11h35 do dia 24/05/1969, enforcado com a própria calça, amarrada em uma das barras da cela. Assinou a necropsia o legista Rubens Pedro Macuco Janine. A família somente requereu em 2002.

Da mesma forma que já mencionado a respeito de João Lucas Alves, documentos dos órgãos de segurança do regime militar acusam Severino, genericamente, de participação em algumas ações armadas ocorridas em 1968, ao lado do sargento Lucas, tanto em Belo Horizonte quanto no Rio de Janeiro, incluindo-o também como integrante do comando que matou o major do exército alemão Edward Von Westernhagen, já mencionado.

Em seu parecer, o relator do processo na CEMDP alertou para o fato de que, no processo, constavam contradições em relação à data da morte e o sobrenome do morto. A documentação não fazia referência a Severino Viana Colou, mas nas folhas 12 uma certidão de óbito expedida em nome de Severino Viana Callôr, falecido em 24/06/1969, registrava filiação de Ulisses Viana Colou e Belarmina da Conceição, o que coincide com a documentação fornecida pela requerente, a irmã Gertrudes Maria Colou.

Também o inquérito policial realizado na Vila Militar do Rio de Janeiro registra cópia autêntica do expediente assinado pelo major comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército, de 24/05/1969, comunicando a morte de Severiano Viana Callôr, com a mesma filiação. O auto de autópsia é datado de 24/05/1969, sendo que o cadáver deu entrada no IML às 17h20 do dia 02/06/1969, oriundo do Hospital Central do Exército. Sua morte sob torturas foi denunciada em depoimentos de presos políticos nas auditorias militares.

Ainda de acordo com o relator, pequenas imprecisões encontradas no processo não retirariam da requerente a legitimidade para buscar na CEMDP o esclarecimento sobre a morte de seu irmão.

O laudo pericial do local de morte foi assinado pelos sargentos Euler Moreira de Moraes e Erivaldo Lima dos Santos. Embora registre que *"Em ambas as pernas, na altura da canela, apresentava ferida contusa e escoriações generalizadas pelo tronco. Nas nádegas apresentava hematomas de formato irregular"*, o documento não menciona torturas e, pelo contrário, tece malabarismos de interpretação para justificar outro dos suicídios em que o corpo é encontrado com pés apoiados no solo: *"efetou rodopios da esquerda para a direita até que com essa*

ação as duas pernas da calça enrolaram-se, passando a constituir um tirante único. Com a continuação dos movimentos, a pressão produzida passou a agir diretamente sobre o pescoço, causando o desfalecimento. Conseqüentemente, suas pernas perderam a sustentação do tronco, aumentando, desse modo, a pressão sobre o pescoço, atuando com mais eficácia por baixo do queixo, pouco acima do 'pomo de adão', ocorrendo com a duração da ação aí localizada, a interrupção do fluxo normal de ar".



PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO (1940-1969)

Número do processo: 063/96

Filiação: Isaias Pereira da Silva e José Henrique Pereira da Silva Neto

Data e local de nascimento: 28/10/1940, Recife (PE)

Organização política ou atividade: sacerdote católico

Data e local da morte: 27/05/1969, Recife (PE)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Assassinado em Recife, em maio de 1969, padre Henrique era coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife, professor e especialista em problemas da juventude. Auxiliar direto do arcebispo Dom Hélder Câmara, foram ambos autores de reiteradas e contundentes denúncias sobre os métodos de repressão utilizados pelo governo militar. Em 1968, tinha celebrado missa em memória do estudante Edson Luiz Lima Souto. Recebia constantes ameaças de morte por parte do chamado Comando de Caça aos Comunistas – CCC.

Foi seqüestrado em 26/05/1969, sendo seu corpo encontrado no dia seguinte, em um matagal da Cidade Universitária de Recife, pendurado de cabeça para baixo numa árvore, com marcas evidentes de tortura: hematomas, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração e dois ferimentos produzidos por arma de fogo.

No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco para apurar as circunstâncias da morte foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte do Padre, Rogério Matos do Nascimento, o delegado Bartolomeu Gibson, o investigador de polícia Cícero Albuquerque, o tenente José Ferreira dos Anjos, da PM, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och. Segundo o desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, "*há provas da participação do CCC no assassinato do Padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA*". Mesmo assim, o inquérito foi arquivado e nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e das provas irrefutáveis.

Conforme o voto aprovado por unanimidade na CEMDP, "*mesmo sem ter ocorrido em dependência policial, dúvida não há de que sua morte ocorreu sob custódia de agentes do Estado*". "*A morte não-natural, com sinais de crueldade, ficou evidenciada pelo atestado de óbito firmado pelo legista Salgado Calheiro, que considerou como causa os 'ferimentos penetrantes e transfixantes do crânio e hemorragia cerebral'*".



REINALDO SILVEIRA PIMENTA (1945-1969)

Número do processo: 187/96

Filiação: Maria do Carmo Silveira Pimenta e José Bastos Pimenta

Data e local de nascimento: 04/03/1945, Niterói (RJ)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 27/06/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 10/04/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 16/04/97

No dia 27/06/1969, na rua Bolívar, em Copacabana, Rio de Janeiro, o apartamento onde estava o estudante fluminense Reinaldo Silveira Pimenta foi invadido por agentes da polícia política. Em circunstâncias não esclarecidas, Reinaldo caiu ou foi jogado pela janela do apartamento. Foi encaminhado ao Hospital Miguel Couto, morrendo poucas horas depois. Seu corpo deu entrada no IML/RJ com a guia nº 13, da 14ª D.P., como desconhecido, "*morto ao cair na área interna do prédio*".

A necropsia foi assinada no dia seguinte pelo médico Mário Martins Rodrigues, que determinou a *causa mortis* como "*fratura da coluna vertebral com ruptura do pulmão esquerdo e hemorragia interna*". O prontuário do DOPS/RJ, registra que Reinaldo, "*suicidou-se em 27/06/69, ao ser preso no aparelho da rua Bolivar, nº 124, apto 510, em Copacabana, alugado pelo Partido*".

Constam no processo notícias veiculadas nos jornais do dia 01/07/1969, informando o ocorrido, sendo fato que agentes do DOPS (ou do Cenimar, segundo alguns registros) ocupavam o prédio e suas imediações, aguardando a chegada de Reinaldo.

O relator da CEMDP considerou não restarem dúvidas acerca da militância política e da morte por causa não natural. Ao exame das circunstâncias, não tendo a morte ocorrido em dependência policial, e sim no hospital, concluiu: "*Existe nos presentes autos provas que corroboram que o apartamento de Reinaldo estava sitiado, tendo portanto, se transformado em dependência policial assemelhada. Comprovam esse fato as transcrições dos periódicos da época*".

Reinaldo cursava o 3º ano de Engenharia na Universidade do Estado da Guanabara (hoje UFRJ), depois de ter estudado no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, freqüentando também aulas de Inglês no Instituto Brasil-Estados Unidos, além de trabalhar como professor. Militante do Movimento Estudantil, morreu como dirigente do primeiro MR-8, grupo nascido da Dissidência do PCB em Niterói, que tentou iniciar a implantação de uma base guerrilheira no Oeste do Paraná. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar incluem seu nome como integrante do "*Comando de Expropriações*" da organização, imputando-lhe a participação em algumas ações armadas de reduzida expressão, em 1968 e 1969.

Foi sepultado no cemitério de Maruí, em Niterói, e durante o mandato do prefeito Saturnino Braga, do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal aprovou a designação de uma rua da Vila Kennedy com o seu nome.



CARLOS ROBERTO ZANIRATO (1949-1969)

Número do processo: 328/96

Filiação: Ernestina Furtado Zanirato e Herminio Zanirato

Data e local de nascimento: 09/11/1949, Ourinhos (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 29/06/1969, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/08/1996

Morto antes de completar 20 anos, o soldado Carlos Roberto Zanirato havia deixado o 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, Osasco (SP), em janeiro de 1969, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5, para seguir o seu superior hierárquico, capitão Carlos Lamarca, nas atividades da VPR. Cinco meses depois dessa fuga, foi preso por agentes do DOPS/SP, no dia 23/06/1969, quando saía de sua casa para ir ao cinema. Teria morrido por suicídio, na versão oficial, no dia 29.

O laudo necroscópico nº 30757 do IML, assinado por Orlando Brandão e José Manella Netto, desconhece os dados da requisição de exame, que contém a qualificação pessoal, e refere-se a ele como um desconhecido. Faz constar que apresentava um par de algemas com a corrente partida, ficando uma algaema em cada pulso. Estas foram serradas, retiradas e entregues sob recibo ao Sr. Moacir Gallo, guarda civil nº 22548.

A versão oficial é de que, no dia 29/06/1969, foi conduzido pelos policiais a um encontro no cruzamento da rua Bresser com Avenida Celso Garcia, em São Paulo (SP). Lá chegando, teria aproveitado um descuido dos policiais e se jogou sob um ônibus que trafegava pela avenida, sofrendo morte instantânea. Documentos do DOPS informam que ele teria sido preso por elementos do 4º Regimento de Infantaria, ou seja, a mesma unidade de onde desertara em janeiro.

Na CEMDP, o parecer da relatora descreve que "*O corpo parece não ter espaço onde não haja equimoses, escoriações ou fraturas. Todas as costelas fraturadas à direita, fratura do osso íliaco, das clavículas, do úmero, ruptura do pulmão, ferimentos, escoriação plana de 20 x 30 cm na região lombar etc. Esses são os ferimentos de Carlos Roberto Zaniratto após seis dias de intensas torturas*".

O pedido foi acolhido por unanimidade na Comissão Especial, tendo sido aprovada a tese da prisão e morte não-natural, sendo que o general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gonet discordaram da ressalva da relatora sobre a versão oficial.



GERALDO BERNARDO DA SILVA (1925-1969)

Número do processo: 124/2004

Data e local de nascimento: 20/08/1925, Minas Gerais

Filiação: Erotilde Malta da Silva e João Ricardo da Silva

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local da morte: 17/07/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias, com vistas de Diva Santana

Deferido em: 09/11/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 08/12/2006

Afro-descendente e ascensorista da Rede Ferroviária Federal, onde foi funcionário durante 19 anos, Geraldo Bernardo foi preso na madrugada de 08/07/1969 quando sua casa foi invadida por uma patrulha do Exército. Foi levado para a Vila Militar de Deodoro, onde ficou por alguns dias. Ao voltar para casa, Geraldo, que segundo sua esposa Iraci de Lima Silva "*sempre foi uma pessoa gentil*", passou a mostrar-se nervoso e irritado. No dia 17/07/1969, ele foi levado por Iraci e pelo irmão José Vicente da Silva ao serviço médico da Rede Ferroviária Federal, que funcionava no 19º andar do edifício sede no Rio de Janeiro. Geraldo disse, então, que precisava ir ao banheiro. Ao estranhar a longa demora, Iraci foi verificar o que estava acontecendo e constatou que ele havia se jogado da janela.

Na CEMDP, a relatora requereu várias diligências para serem juntadas aos autos e, na primeira reunião em que o processo foi avaliado, propôs indeferimento. Diva Santana pediu vistas e ponderou que a informação prestada pelo Comando Militar Leste, declarando que Geraldo Bernardo da Silva esteve detido na Vila Militar de Deodoro em 07/1969, cópias de documentos expedidas pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro, com impressões digitais quando de sua primeira prisão, em setembro de 1964, cópias de comprovação de sua militância em organização sindical no local de trabalho, oriunda dos órgãos repressivos, constituem forte evidência de que Geraldo, exercendo ou não atividade política à época de sua detenção, foi preso por autoridades do regime militar.

A documentação constante do processo na CEMDP deixa claro que Geraldo foi membro de comitê sindical dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e, já em 1963, participava ativamente nas mobilizações em defesa das chamadas Reformas de Base.

Com base no art. 4º da lei nº 10.875, que prevê o reconhecimento da responsabilidade do Estado nos casos de pessoas "*que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público*", Diva pediu que a relatora reconsiderasse o parecer pelo indeferimento. O processo foi então acolhido por unanimidade na Comissão Especial.



FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA (1945-1969) e

Número do processo: 079/02

Nome: FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA

Data e local de nascimento: 01/10/1945, São Paulo (SP)

Filiação: Célia Borges de Paula Ferreira e Tolstoi de Paula

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 30/07/1969, São Paulo (SP)

Processo extinto sem julgamento em 08/12/2005



JOÃO DOMINGUES DA SILVA (1949-1969)

Número do processo: 321/96

Filiação: Eliza Joaquina Maria da Silva e Antônio José da Silva

Data e local de nascimento: 02/04/1949, Sertãoópolis (PR)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 23/09/1969, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisboa; com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 09/02/1998 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes).

Data da publicação no DOU: 18/02/1998

Por volta da meia noite do dia 29/07/69 e início da madrugada do dia 30, os militantes da VAR-Palmares João Domingues da Silva e Fernando Borges de Paula Ferreira foram interceptados por policiais civis na Avenida Pacaembu, proximidades do Largo da Banana, em São Paulo. Na versão oficial, os policiais suspeitaram do veículo utilizado por ambos. Fernando teria morrido imediatamente e João Domingues, apesar de gravemente ferido, conseguiu escapar, refugiando-se na casa de sua irmã, em Osasco, onde foi preso no mesmo dia. Três policiais ficaram feridos, de acordo com documentos dos órgãos de segurança.

Fernando, conhecido por Fernando Ruivo, cursava Ciências Sociais na USP, tendo sido um dos principais dirigentes da DISP – Dissidência Estudantil do PCB/SP, agrupamento que no final de 1968 se dispersou, repartindo-se a maioria de seus membros entre a ALN e a VPR (em seguida VAR-Palmares). Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o incluem como participante do assalto a uma agência do Banco Aliança, em São Paulo, no dia 11/07/1969, quando para fugir de perseguição policial os participantes da ação mataram um motorista de táxi.

Processo em seu nome foi protocolado na CEMDP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, na expectativa de poder localizar seus parentes, o que de fato ocorreu. Entretanto, não quis a família requerer os benefícios da Lei, sendo o processo retirado de pauta, sem exame do mérito, em 08/12/2005. Assinaram o laudo de necropsia os médicos legistas Pêrsio Carneiro e Antônio Valentini, que atestaram hemorragia interna traumática. O corpo foi sepultado pela família no Cemitério da Paz.

O operário João Domingues da Silva tinha sido, ao lado de seu irmão Roque Aparecido da Silva, um dos líderes da greve realizada em Osasco (SP) pelos trabalhadores metalúrgicos, em julho de 1968, passando a ser constantemente ameaçado de prisão e morte. Desde os 10 anos, ajudava o pai no trabalho com o gado, onde viviam, em Jataizinho, no Paraná. Aos 12 anos, trabalhava no matadouro de Ibiporã (PR) e, aos 13, em Osasco, num açougue. Em vários documentos anexados ao processo da CEMDP, a grafia de seu nome aparece como Domingos, no lugar de Domingues. Militante da VPR e, depois, da VAR-Palmares, é mencionado em documentos dos órgãos de segurança do regime militar como participante, no Rio de Janeiro, do roubo de 2,8 milhões de dólares, guardados num cofre que pertencia ao ex-governador paulista Adhemar de Barros, subtraído da casa de sua amante.

Seu processo foi relatado na CEMDP em agosto de 1996 e recebeu dois pedidos de vistas antes de ser aprovado. Ao ser preso na casa da irmã, foi levado para o Hospital das Clínicas, onde os médicos submeteram-no a uma delicada cirurgia. Mesmo correndo risco de vida,

agentes do DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais – transportaram-no para o Hospital Geral do Exército – HGE, onde iniciaram um processo de interrogatório e torturas que culminou com sua morte, a 23 de setembro. A família o procurou insistentemente no HGE, onde diziam nada saber. Após 33 dias, a irmã foi chamada para autorizar uma cirurgia, quando seu estado de saúde já era terminal.

Um exame de corpo de delito, assinado pelos médicos José Francisco de Faria e Abeylard de Queiroz Orsini, descreve "*um único ferimento por arma de fogo, na face anterior do hemitórax esquerdo e vários ferimentos corto-contusos na região occipital*". O laudo de necropsia inclui, além do ferimento descrito acima, cicatrizes cirúrgicas, escaras de decúbito na região sacra e mais um ferimento perfuro contuso na região vertebral, terço inferior. Assinam o laudo os legistas Octávio D'Andrea e Orlando Brandão, apontando como *causa mortis 'colapso tóxico infeccioso'*.

A CEMDP realizou inúmeras diligências tentando esclarecer os fatos. Oficiou ao HGE, onde João Domingues esteve internado e morreu, obtendo como resposta que esse nome não constava em qualquer prontuário, livro de entrada ou ficha de internação. O Hospital das Clínicas informou que João Domingues fora internado em 30/07/1969, tendo obtido alta no mesmo dia, após ser submetido a uma cirurgia. A Secretaria de Segurança Pública/SP, dentre outras informações, encaminhou "*Relatório Especial de Informações nº 23*", do Quartel general do Exército em São Paulo, datado de 01/08/1969, poucos dias depois da prisão. Esse documento contém capítulo dedicado a João Domingues, contando como fora preso e que fora submetido a leve interrogatório devido ao seu estado de saúde. Ressaltando a importância da prisão, o relatório ressalta a expectativa de que viesse a ser convenientemente interrogado quando seu estado de saúde permitisse.

A CEMDP apurou, portanto, que João Domingues deu entrada no Hospital das Clínicas em 30 de julho e foi imediatamente submetido a exame de corpo de delito, sendo constatado o risco de vida. Após "*laparotomia exploratória*", cirurgia de grande extensão, com "*sutura de estômago, fígado, diafragma e pulmão*", em vez de ser levado para uma UTI, recebeu alta no mesmo dia para ser levado pelos órgãos de segurança. Foi localizado pela família um mês depois, com estado de saúde muito precário, no Hospital Geral do Exército (que não acusa sua internação), quando sua irmã foi informada de que os médicos necessitavam de uma autorização escrita para a realização de outra cirurgia. Não restou dúvida de que João Domingues faleceu sob a guarda de agentes do poder público, morrendo de causa não natural.



JOSÉ WILSON LESSA SABBAG (1943-1969)

Número do processo: 013/02

Filiação: Maria Lessa Sabbag e Wilson José Sabbag

Data e local de nascimento: 25/10/1943, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 03/09/1969, São Paulo (SP)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 22/04/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 26/04/2004

José Wilson Lessa Sabag, estudante do 5º ano de Direito na PUC de São Paulo, era membro de um pequeno grupo de militantes da oposição armada, ligado à ALN. Casado com Maria Tereza de Lucca Sabbag, com quem teve uma filha, foi morto em 03/09/1969, na capital paulista, aos 25 anos de idade. A família requereu os benefícios fora do prazo legal estipulado pela Lei nº 9.140/95, o que ocasionou um indeferimento inicial.

Em outubro de 1968, José Wilson havia sido preso no 3º Congresso da UNE em Ibiúna, permanecendo detido por cerca de dois meses e, quando libertado, não se sentiu seguro para retornar às aulas da PUC e ao emprego no Banco do Estado de São Paulo. Chegou a produzir algumas filmagens sobre o *Movimento Estudantil* de 1967 e 1968. Documentos dos órgãos de segurança registram-no como "*namorado*" de Maria Augusta Thomaz, que seria morta em maio de 1973, no interior de Goiás, como militante do Molipo.

A versão oficial dos fatos registra que, no dia 03/09/1969, após perseguição policial iniciada em um estabelecimento comercial na avenida Ipiranga, José Wilson e Antenor Meyer tentaram se refugiar no apartamento de um amigo naquela região, à rua Eptácio Pessoa. O soldado João Guilherme de Brito, ao tentar prender José Wilson, teria sido atingido por disparo de arma de fogo, vindo a falecer. Enquanto José Wilson trancou-se no banheiro do apartamento, Antenor Meyer, ao tentar fugir, caiu do 4º andar, sendo preso em seguida, com fraturas e ruptura da bexiga. Ainda de acordo com os registros policiais, como José Wilson se recusasse a sair do banheiro, foi acionada a tropa de choque da Força Pública e o DOPS. Agentes policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e José Wilson teria saído, "*travando-se tiroteio que culminou com sua morte*".

Para o relator do processo na CEMDP, essa versão bastaria para o deferimento do pedido. No entanto, o estudo do processo indicou elementos contraditórios dignos de registro. O Boletim de Ocorrência, aberto às 16h20min de 03/09/1969 pela Força Pública, indica que "*os elementos foram detidos*", ao mesmo tempo em que informava ter sido o policial ferido. Declaração de Antenor Meyer, anexada ao processo na Comissão Especial, reporta que os ferimentos de José Wilson produziram forte hemorragia e praticamente o prostraram, levando-o a demonstrar evidente fraqueza física, não podendo, portanto, ter efetivado saída violenta do banheiro, como afirma a versão oficial.

Segundo o relator, uma curiosidade que se transforma em indício diante dos demais elementos é que o corpo do soldado Brito foi submetido a exame necroscópico ainda no dia 03/09 e o de José Wilson foi para o IML apenas no dia seguinte. A explicação está no relatório oficial do 11º Batalhão Policial, onde consta que "*o caso foi entregue a OBAN quando se evidenciou que os indiciados eram elementos suspeitos de participarem de organização terrorista*". Há várias outras afirmações nos autos, explica ainda, mostrando que José Wilson estava cercado, ferido e sujeito a um forte aparato policial envolvendo Polícia Civil, Força Pública, Marinha e OBAN.

O desenho anexado ao laudo necroscópico, assinado pelos legistas Ruy Barbosa Marques e Orlando Brandão, ofereceu o argumento final à tese da execução, afirma o relator. Nele se mostra a trajetória dos projéteis que atingiram José Wilson. Todas as perfurações têm o mesmo sentido – de cima para baixo – com exceção de um projétil com entrada pelo lábio superior e saída na região temporal esquerda, com sentido de baixo para cima. A lesão provocada por esse projétil foi fundamental para a morte, conforme o laudo, que determina como *causa mortis*: "*lesões crânio encefálicas traumáticas e hemorragia interna aguda*".



SÉRGIO ROBERTO CORRÊA (1941-1969)



ISHIRO NAGAMI (1941-1969)

Número do processo: 100/03

Data e local de nascimento: 1941, São Paulo (SP)

Filiação: Kikue Nagami e Keizo Nagami

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 04/09/1969 em São Paulo (SP)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 26/08/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/09/2004

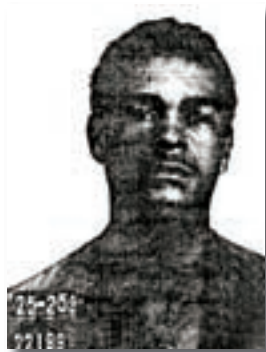
Em 04/09/1969, na madrugada seguinte à prisão de Antenor Meyer e morte de José Wilson Sabag, um veículo Volkswagen placa 44-52-75 explodiu na rua da Consolação, esquina com Maria Antonia, em São Paulo, causando a morte de dois militantes que, segundo informações dos órgãos de segurança, pertenceriam à ALN. Na época, especulou-se que os dois jovens de 28 anos se dirigiam rumo ao edifício sede da Nestlé, poucas quadras adiante, para praticar um atentado a bomba, quando o petardo teria explodido, causando a morte imediata dos ocupantes do automóvel.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar informam que Ishiro usava o codinome Charles e teria ligações com José Wilson Lessa Sabag e também com outro militante da ALN, Otávio Ângelo, que em 1970 foi banido do país em troca da libertação do cônsul japonês em São Paulo. Os jornais informaram que, imediatamente após a explosão, policiais localizaram o endereço do motorista, Ishiro Nagami, à rua Jaguaribe, 619, prendendo em seu apartamento os professores Francisco Roberto Savioni e Suziko Seki, do cursinho Equipe, apreendendo também mais de 50 cartuchos de dinamite que teriam sido roubados da pedreira Rochester, em Mogi das Cruzes.

O nome de Ishiro Nagami consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, mas seu processo foi indeferido por não ter se caracterizado a morte por responsabilidade de agentes do Estado vinculados à repressão política. Há informações de que ele também era professor no referido curso pré-vestibular. Seus restos mortais foram sepultados pela família no Cemitério de Guarulhos (SP).

Sérgio Corrêa teve o corpo completamente destruído e foi enterrado como indigente no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, não tendo sido apresentado, por seus familiares, requerimento à CEMDP em seu nome. Nascido em Mogi das Cruzes em 27/07/1941, filho de Benedito e de Dona Helena, tendo como irmãos Tom e José. Estudou naquela cidade até concluir o colegial no Instituto de Educação Dr. Washington Luís e ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antonia, por volta de 1966.

Documentos dos órgãos de segurança e da Justiça Militar Federal de São Paulo o incluem como militante da ALN, integrante de seu Grupo Tático Armado, onde adotava o codinome Gilberto e teria participado de várias ações armadas. Teria participado, ainda, de um curso sobre explosivos, ministrado pelo militante Hans Rudolf Manz.



ROBERTO CIETTO (1936-1969)

Número do processo: 262/96

Filiação: Dorvalina da Silva Cietto e Primo Cietto

Data e local de nascimento: 12/10/1936, Pederneiras (SP)

Organização política ou atividade: MAR

Data e local da morte: 04/09/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Segundo relatos levados à CEMDP, Roberto Cietto foi preso no dia 04/09/1969, quando passava casualmente em frente à casa do embaixador americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado no mesmo dia. Era conhecido e procurado pelos agentes de segurança, pois em maio daquele ano havia fugido da penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro. Levado diretamente para o Primeiro Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, resistiu a apenas algumas horas de torturas.

Roberto havia iniciado a militância política na penitenciária, onde cumpria pena como preso comum, após estabelecer contato com os presos políticos, aderindo assim à resistência política. Fugiu do presídio junto com um grupo de presos políticos, dentre eles alguns ex-marinheiros, como Avelino Capitani, José Duarte e Marco Antônio da Silva Lima (morto em janeiro de 1970), além do ex-sargento da Aeronáutica Antonio de Paula Prestes, que constituíram uma nova organização clandestina denominada MAR – Movimento de Ação Revolucionária. De início, o grupo de nove prisioneiros evadidos se instalou na região de Angra dos Reis, onde realizou deslocamentos e treinamentos de guerrilha. Em seguida, retornaram ao Rio de Janeiro, onde, segundo os órgãos de segurança, Cietto participou de algumas ações armadas.

Em *A Ditadura Escancarada*, o jornalista Elio Gaspari escreveu sobre Cietto: "*Interrogaram-no durante três horas, no máximo. Às 18h40 ele morreu de pancada. O cadáver tinha o olho direito roxo, com um corte na pálpebra e ferimentos na testa, no tórax, num braço e numa perna. Foi sepultado como suicida. De acordo com as versões oficiais, era o 17º do regime, o sétimo a se enforcar numa cela, o sexto a fazê-lo num quartel. Segundo o laudo da perícia, asfixiou-se sentado*".

O corpo deu entrada no IML no mesmo dia 4, sendo necropsiado por requisição do Quartel do I Exército, de onde foi removido. A necropsia, assinada pelos médicos Elias Freitas e João Guilherme Figueiredo, em 05/09, confirma a versão oficial de que Roberto teria cometido suicídio por enforcamento, em sua cela, no DOI-CODI/RJ, apesar de descrever algumas escoriações encontradas no corpo, como hematomas na pálpebra direita, no braço direito e na perna esquerda. As fotos da perícia de local, realizada pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli, mostram claramente marcas de torturas. Além disso, análise do material fotográfico mostra que não havia como Roberto ter se enforcado, pois estava praticamente sentado. Também o laudo de perícia de local, feito pelo mesmo órgão oficial cita outras escoriações além das apresentadas na necropsia, afirmando que, "(...) a necropsia a ser procedida deverá esclarecer a recenticidade dos ferimentos por ação contundente constatadas nas regiões frontal orbitária direita e face anterior do joelho direito da vítima" (sic).

O atestado de óbito contém apenas seu nome. Todas as outras informações constam como ignoradas, apesar de tratar-se de alguém que já havia cumprido pena, tendo todos os dados de identificação disponíveis para as autoridades, o que foi confirmado por sua ficha do Instituto Félix Pacheco. Roberto Cietto foi enterrado como indigente no Cemitério de Santa Cruz (RJ), em 30/09/1969.

O relator da CEMDP considerou insustentável a versão apresentada e concluiu que as evidências apontavam para o assassinato da vítima. As fotos demonstraram a existência de lesões no seu corpo, fruto de violência anterior, além de mostrarem que ele "se enforcou" sentado no chão, o que afasta a hipótese de suicídio. Outros indícios apontaram para a montagem da cena: o laudo registra que o instrumento usado para se suicidar foi um cordão, "*utilizado para atar coturnos de soldados*", reconhecendo ser um elemento "*não comum naquele ambiente (cela de preso)*". Para o relator, mesmo que a hipótese de suicídio fosse, em tese, admissível, ainda assim Roberto Cietto teria morrido sob a guarda do Estado, por motivos políticos e de causa não-natural.



LUIZ FOGAÇA BALBONI (1945-1969)

Número do processo: 059/96

Filiação: Francisca Áurea Fogaça Balboni e Luiz Balboni

Data e local de nascimento: 25/05/1945, Itapetininga (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 25/09/1969, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 10/04/1997 por 6x1 (voto contrário do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 16/04/1997

Estudante da Escola Politécnica da USP, onde cursou até o 3º ano, trabalhava como professor e desenhista da Empresa Geotécnica. Passou a infância em São Miguel Arcanjo (SP), onde sua história se perpetua hoje no "*Parque do Zizo*" (seu apelido familiar), uma área de preservação ambiental que soma 300 hectares de Mata Atlântica original, implantado por seus irmãos com o dinheiro da indenização aprovada pela CEMDP.

Depois de estudar em Itapetininga (SP), Balboni mudou-se para a capital paulista e integrou a Ala Vermelha até março de 1969, quando passou a militar na ALN. Pela versão oficial, teria morrido fuzilado ao resistir à prisão, em São Paulo (SP), em emboscada montada pelos delegados Sérgio Paranhos Fleury, Rubem Tucunduva e Firminiano Pacheco, do DOPS, dia 24/09/1969, nas proximidades da avenida Paulista.

O laudo necroscópico é assinado pelos legistas Irany Novah Moraes e Antônio Valentini. A requisição de exame, datada de 25/09/1969, informa que morreu à 1h30min no Hospital das Clínicas; vem marcada com um T em vermelho, signo que em vários documentos localizados nos arquivos abertos para consulta é associado à palavra terrorista. Dá como histórico: "*disparo de arma de fogo a esclarecer*". Seu corpo

só deu entrada no necrotério às 17:00 horas do dia 25/09/1969 e foi retirado pela família no dia seguinte, para ser enterrado no cemitério de São Miguel Arcanjo.

Relatório encontrado nos arquivos do DOPS-SP, datado de 09/11/1969 e assinado pelo delegado Ivair Freitas Garcia, descreve o esquema policial montado para matar Carlos Marighella cinco dias antes, pede a promoção de policiais que participaram da operação e faz referência a outras prisões efetuadas, bem como à morte de Luiz Fogaça Balboni, informando que teria ocorrido no Hospital das Clínicas, após ser baleado entre 18 e 18:30 horas na Alameda Campinas.

Na verdade, Luiz Fogaça foi ferido por volta das 15 horas, conforme depoimento prestado por Manoel Cyrillo de Oliveira Neto. Ambos foram surpreendidos pelo cerco policial quando tentavam retirar um veículo que haviam estacionado na área. Manoel conseguiu fugir do cerco montado e relata que, durante a fuga, ouviu Fogaça chamar seu nome. Tinha a camiseta manchada de sangue na altura do peito. Continuava a correr, mas em passo lento. Tentou socorrê-lo, mas em seguida Luiz caiu na calçada.

Buscando melhor documentar os fatos, o relator do processo na CEMDP oficiou ao diretor do Hospital das Clínicas solicitando informações sobre "o horário em que Luiz Fogaça Balboni deu entrada no hospital, causa da morte, laudos etc". Não tendo a resposta deixado claro o horário de entrada no hospital, foi refeita a solicitação e se obteve, finalmente, a confirmação de que "foi atendido no Pronto Socorro deste Hospital às 18h33min do dia 24.09.1969, quando foi internado, vindo a falecer às 1h30min do dia 25/09/69".

Provado ficou, portanto, que, apesar de preso com ferimento grave, Luiz Fogaça Balboni permaneceu em poder dos agentes do DOPS por pelo menos três horas, antes de ser encaminhado para o devido socorro médico.



VIRGÍLIO GOMES DA SILVA (1933-1969)

Número do processo: 065/96

Filiação: Izabel Gomes da Silva e Sebastião Gomes da Silva

Data e local de nascimento: 15/08/1933, Santa Cruz (RN)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 29/09/1969 em São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido no Rio Grande do Norte e dirigente da ALN em São Paulo, seu nome integrou a lista de 136 desaparecidos do Anexo à Lei nº 9.140/95. Ainda criança, deslocou-se com sua família para o Pará, onde o pai trabalhou na extração de borracha, em Fordlândia. Aos 11 anos, retornou à terra natal em 1945, com sua mãe e irmãos, decidindo mudar-se sozinho para São Paulo em 1951, na busca de sobrevivência e apoio à família. Nos primeiros tempos na capital paulista, chegou a dormir em bancos de jardim no Largo da Concórdia.

Operário da Nitroquímica, importante indústria do Grupo Votorantim em São Miguel Paulista, zona leste da cidade, filiou-se ao PCB em 1957, tornou-se membro da diretoria do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, e liderou uma forte mobilização grevista naquela empresa em 1963. Foi preso em 1964, permanecendo detido por quatro meses. Perseguido pela sua militância, não conseguia ser readmitido nas fábricas. Próximo a Carlos Marighella, acompanhou esse dirigente comunista no rompimento com o PCB em 1967, sendo enviado a Cuba para treinamento de guerrilha, segundo várias anotações constantes de sua biografia. Com o nome de guerra Jonas, dirigiu o Grupo Tático Armado da ALN e era acusado pelos órgãos de segurança de participação em ações armadas que resultaram em mortes.

Foi preso no dia 29/09/1969, na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da OBAN, poucas semanas após ter comandado, no Rio de Janeiro, o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, operação guerrilheira que representou forte derrota para o regime militar, levando-o a desencadear violenta escalada repressiva em resposta. No dia anterior, fora preso seu irmão, Francisco Gomes da Silva. No mesmo dia 29, a polícia também deteve, num sítio em São Sebastião, litoral paulista, sua mulher Ilda e três de seus quatro filhos:

Wladimir, com 8 anos, Virgílio, com 7, e Maria Isabel, um bebê de quatro meses. Gregório, que tinha dois anos, não foi levado por não estar na casa. Ilda permaneceu presa por nove meses, sendo que incomunicável, sem qualquer notícia dos filhos durante a metade desse tempo. Depois da OBAN, foi levada para o DOPS e, por último, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas por dois meses ao Juizado de Menores, onde a menina sofreu grave desidratação.

Virgílio chegou à OBAN encapuzado, por volta de 10:30, e morreu 12 horas depois. Francisco, o irmão, foi informado da morte pelo capitão Albernaz. O preso político Celso Antunes Horta viu o corpo na cela. Outros presos políticos foram informados da morte de Virgílio. Mas a informação oficial dos órgãos de segurança a partir desse dia foi sempre no sentido de que Virgílio estava foragido.

A denúncia de seu assassinato foi feita em depoimentos na Justiça Militar e em documentos elaborados pelos presos políticos. Segundo eles, Virgílio morreu nas mãos de torturadores liderados pelo major Inocêncio F. de Matos Beltrão e pelo Major Valdir Coelho, chefes da OBAN. Participaram também os capitães Benone Arruda Albernaz, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero César Machado – capitão conhecido como "Tomás", da PM-SP – delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., sargento da PM Paulo Bordini, agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo "Lungaretti", Paulo Rosa, vulgo "Paulo Bexiga" e um agente da Polícia Federal conhecido como "Américo".

Na busca de esclarecimento, os familiares foram reunindo, ano a ano, cada uma das informações que terminaram comprovando as verdadeiras circunstâncias de sua morte. Nos arquivos do DOPS/PR, seu nome constava de uma gaveta de "falecidos". No encaminhamento nº 261 do SNI, de 31/10/1969, lê-se: "*Virgílio Gomes da Silva - 'Jonas', falecido por resistir à prisão*". Em sua ficha nos arquivos do DOPS/SP está escrito, à máquina, ao lado do seu nome, entre parênteses: "morto". Um relatório da Marinha, de 1993, solicitado pelo ministro Maurício Corrêa, reconhece a morte, mas com falsa versão: "*morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir à bala quando de sua prisão em um aparelho*".

Novas informações surgiram com a abertura da Vala de Perus, em 1990 e o acesso aos arquivos do IML/SP. A Comissão de Familiares tentou resgatar, no Cemitério de Vila Formosa, o corpo enterrado através da requisição de exame identificada com o nº 4059/69. Tratava-se do corpo de um desconhecido enterrado como indigente na data do desaparecimento de Virgílio, com suposta procedência da 36ª DP – sede da OBAN. As buscas foram infrutíferas, por não existir um mapa das quadras na época por ter sido plantado um bosque no local.

Somente em 2004 a verdade sobre o destino de Virgílio foi confirmada por documentos oficiais. O jornalista Mário Magalhães, ao pesquisar o arquivo do DOPS, localizou o laudo e a foto do corpo de Virgílio. Enterrado como desconhecido sob o nº 4059/69, anteriormente pesquisado, o corpo fora identificado.

O laudo assinado por Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha descreve escoriações em todo o rosto, braços, joelhos, punho direito e ainda equimoses no tórax e abdômen, hematomas intensos na mão direita e na polpa escrotal. Internamente registraram hematoma intenso e extenso na calota craniana, fratura completa com afundamento do osso frontal, hematomas em toda a superfície do encéfalo, hematoma intenso no tecido subcutâneo e muscular da sétima à décima-primeira costelas esquerdas, fratura completa da oitava, nona e décima costelas direitas. A morte, que concluem ter sido em consequência de traumatismo crânio-encefálico, causado por instrumento contundente, não teria sido causada por tortura, como fizeram questão de registrar os legistas, interessados em homologar a versão oficial dos órgãos de segurança.

A identificação foi feita através das digitais. O texto é assinado pelo delegado Emilio Mattar e pelo agente Gilberto da Cruz, da Divisão de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública, sendo que o delegado Mattar era o diretor do órgão que identificou o cadáver desconhecido como sendo o de Virgílio. Junto aos documentos, um bilhete escrito à mão arbitra o desaparecimento: *Não deve ser informado*.



JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA (1946-1969)

Número do processo: 364/96 e 029/02

Filiação: Eulina Borges de Souza e Francisco Xavier Borges de Souza

Data e local de nascimento: 14/10/1946, João Pessoa (PB)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 10/10/1969, Catolé do Rocha (PB)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 22/04/2004 por unanimidade (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 26/04/2004

João Roberto presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, e foi vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba. Sua primeira prisão ocorreu em outubro de 1968, quando participava do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. Nessa época era membro da AP. Teve seus direitos de estudante cassados por dois anos pelo decreto 477.

Já integrante dos quadros do PCB, esteve novamente detido no 1º Grupamento de Engenharia da Construção, em João Pessoa e, pela terceira vez, em Recife (PE), permanecendo no DOPS, por três meses no primeiro semestre de 1969. Durante esse tempo João Roberto sofreu torturas e, ao ser liberado, foi informado que estava marcado para morrer e que isto só não ocorreria se passasse a auxiliar os órgãos de repressão política. João Roberto não aceitou a proposta e voltou para a Paraíba onde, no dia 07/10/1969, foi preso ao sair de casa por integrantes do CCC e do CENIMAR. A prisão foi testemunhada por familiares e vizinhos. A família imediatamente procurou as autoridades para saber de seu paradeiro, mas não obteve nenhuma informação.

Três dias depois, em 10 de outubro, foi noticiada a sua morte, segundo a versão oficial, "*em consequência de afogamento no açude Olho D'Agua*", no município de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba. Após a divulgação dessa notícia, sua família empreendeu verdadeira luta com os agentes policiais para poder enterrá-lo. As autoridades chegaram a informar que ele já havia sido enterrado. A família conseguiu, por fim, ter acesso ao corpo e constatou que ele estava desfigurado por inúmeros ferimentos – hematomas, queimaduras por cigarros e unhas perfuradas. Além, disso, João Roberto, filho de família de Cabedelo, cidade portuária, foi criado na beira da praia e sabia nadar muito bem.

No primeiro processo junto à CEMDP, a mãe de João Roberto requereu os benefícios da Lei nº 9.140/95 após o término do prazo legal estabelecido, o que levou a um indeferimento inicial, por intempestividade. Após a promulgação da Lei 10.536, ampliando o escopo da anterior, a família deu entrada com um novo requerimento na Comissão.

Segundo o relator, a documentação anexada aos autos permitiu concluir que havia relação de causa e efeito entre a morte de João Roberto, cujo nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, e sua militância política. O relator reconheceu a procedência do pedido e considerou que a morte de João Roberto estava amparada pelos benefícios da nova lei.



EREMIAS DELIZOICOV (1951-1969)

Número do processo: 162/96

Filiação: Liubovi Gradinar Delizoicov e Jorge Delizoicov

Data e local de nascimento: 27/03/1951, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 16/10/1969, no Rio de Janeiro

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com pedido de vistas de Suzana Keniger Lisboa e de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 02/12/1997 por 4x2 (contrários o general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 04/12/1997

O estudante paulista Eremias Delizoicov foi morto aos 18 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 16/10/1969. Militante da VPR, estava na sua residência, na Vila Cosmos, quando a casa foi cercada pela Polícia do Exército.

Criado no bairro da Mooca, na capital paulista, Eremias militava no Movimento Estudantil secundarista, como aluno da escola estadual MMDC, tendo se engajado na campanha para obter fundos de solidariedade à greve dos metalúrgicos de Osasco, em julho de 1968. Em 1967, fora aprovado no exame de seleção da Escola Técnica Federal de São Paulo e cursou, simultaneamente ao colegial no MMDC, o curso de mecânica. Estudava música e praticava esportes. Com 11 anos, havia disputado, em 1962, o torneio paulista de judô, obtendo a primeira colocação na sua categoria. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e começou a treinar capoeira. Em 1969, ao saber que fora identificado pelos órgãos de segurança, comunicou aos pais sua militância política. Tentaram convencê-lo a sair do país, mas o filho optou pela luta na clandestinidade.

O corpo de Eremias deu entrada no IML/RJ sem identificação e foi enterrado com o nome de José de Araújo Nóbrega, o sargento Nóbrega, militante da VPR que ainda vive. Conforme documento da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier e recolhido ao ossuário geral cinco anos depois, sendo incinerado, 'como de praxe'.

Os pais de Eremias somente foram informados de sua morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em janeiro de 1970, mas nunca receberam os restos mortais. Somente 23 anos depois obtiveram judicialmente o atestado de óbito. O processo levou mais de um ano para ser votado na CEMDP após o relator propor o indeferimento em reunião do dia 18/03/96. Foi feito um pedido de vistas pela conselheira Suzana Lisbôa e o processo foi encaminhado para parecer do perito Celso Nenevê.

A perícia oficial registra que Eremias foi atingido por disparos de armas de fogo e apresentava ferimentos lácero-contusos, cuja procedência seria verificada na necropsia, sendo citados pelo menos 29 disparos nas paredes da casa. Os legistas Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules atestaram ferimento transfixante da cabeça com dilaceração do encéfalo e não lhes bastou todo o alfabeto – de 'a' a 'z' – para a identificação dos orifícios de entrada e saída dos projéteis de arma de fogo. Sendo insuficiente o número de letras, iniciaram uma nova série, de 'a' a 'f', com acréscimo de novo símbolo, e ainda, para viabilizar o trabalho, passaram a identificar os orifícios de forma agrupada. Ao todo, são descritas 19 lesões de entrada e 14 de saída de projéteis.

O perito criminal Celso Nenevê analisou os laudos de perícia e de exame cadavérico, comparando-os com as fotos anexadas. Constatou que os responsáveis pela perícia de local, estranhamente, não verificaram ou não descreveram disparos feitos do interior para o exterior da residência cercada. Ressaltou que a posição do corpo, pela foto, não é compatível com sua posição de repouso final, nem tampouco é condizente a mancha de sangue que aparece na parede com a posição do corpo. Pôs em dúvida que, no local, pudesse ter havido explosão capaz de causar as lesões descritas, já que até os fragmentos de vidro oriundos dos tiros nas janelas são identificados.

Quanto ao exame cadavérico, Nenevê descreve que *"a vítima apresenta contusões profundas (...) com características daquelas produzidas por onda de choque, oriunda da detonação de artefato explosivo. Dada a grande intensidade das lesões que experimentou a vítima em função da onda de choque, é praticamente certo o estado de, no mínimo, morte cerebral da vítima"*, impossibilitando que ela tivesse condições de ataque, defesa ou fuga. Mas registra a impossibilidade de uma conclusão definitiva, deixando indagações em aberto: *"onde estas lesões se produziram, já que a residência não foi este local, e ainda como foi ter naquele local após a explosão, estes são questionamentos que não puderam ser esclarecidos pela falta de elementos materiais no processo"*.

O relatório de vistas, depois de analisado o parecer de Celso Nenevê, foi pelo deferimento do processo. Houve mais um pedido de vistas do conselheiro Luís Francisco Carvalho Filho, após o voto contrário de Paulo Gustavo Gonet Branco.

Na reunião de 02/12/1997 o relatório de vistas de Luís Francisco ressaltou: *"mesmo admitindo, em tese, que o militante resistira armado ao cerco da polícia política, a prova dos autos aponta para uma execução, não para a imobilização e detenção do infrator, como autoriza e autorizava a lei em vigor"*. O processo foi então aprovado pela CEMDP.

Os familiares de Eremias, ao receberem a indenização doaram o valor para a criação do site www.desaparecidospoliticos.org.br, construído e alimentado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que o denominou Centro de Documentação Eremias Delizoicov.



CARLOS MARIGHELLA (1911-1969)

Número do processo: 272/96

Filiação: Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella

Data e local de nascimento: 05/12/1911, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 04/11/1969, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco de Carvalho Filho

Deferido em: 11/09/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 18/09/1996

Líder da ALN e considerado inimigo número 1 do regime militar em 1969, foi atingido na aorta por uma bala disparada quase à queimadura, e não por projéteis desferidos à distância em um tiroteio, como alegaram os órgãos de segurança. Entre estas e outras evidências inquestionáveis, um parecer médico legal confirmou: o corpo de Marighella não poderia estar na posição em que se encontrava nas fotos, dentro do carro, caso a versão oficial correspondesse à realidade.

Carlos Marighella era um dirigente comunista conhecido nacionalmente há três décadas e vivia na clandestinidade quando foi morto, em São Paulo, no dia 04/11/1969. Baiano de Salvador, filho de um imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos, rebelde desde os tempos em que estudava Engenharia, passou por diversas prisões desde 1932, quando, recém-filiado à Juventude do Partido Comunista, escreveu um poema criticando o interventor de Getúlio Vargas na Bahia, Juracy Magalhães. Preso novamente em 1936, foi torturado durante 23 dias. Solto por decisão do ministro Macedo Soares em 1937, voltou às masmorras de Filinto Muller em 1939, derrotando novamente os seus torturadores. Foi libertado em 1945, depois de anos nos cárceres de Fernando de Noronha e da Ilha Grande. Na CPI que investigou as violências praticadas durante a ditadura de Vargas, o médico Nilo Rodrigues afirmou nunca antes ter presenciado tamanha resistência a maus tratos e tanta bravura.

Foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Assembléia Constituinte de 1946, ocupando a tribuna 195 vezes em apenas dois anos para fazer inflamados discursos. Perdeu o mandato quando foi cassado o registro legal do Partido, no governo Dutra, sendo impelido à militância clandestina até sua morte. Logo após abril de 1964, foi ferido a bala quando tentou resistir à prisão pela polícia política do Rio de Janeiro, num cinema da Tijuca. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando uma organização político-militar que em 1969 adotaria o nome ALN.

Morreu em uma via pública de São Paulo, durante emboscada de proporções cinematográficas, na qual teriam participado cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS que respondeu a inúmeros processos por liderar um grupo de extermínio de marginais, auto-intitulado Esquadrão da Morte. A gigantesca operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella. Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu ligação telefônica com mensagem cifrada estabelecendo horário e local de encontro na alameda Casa Branca.

As versões de sua morte guardam contradições e alimentam agudas polêmicas. Em algumas delas, chegam a ser mencionados dois tiroteios simultâneos, em esquinas diferentes. Na versão de um relatório policial, Marighella foi precedido por um batedor e apareceu disfarçado, usando peruca. Alguns documentos mencionam que ele chegou de carro, outros dizem que chegou andando. Para uns, puxou uma arma da cintura; segundo outros, trazia dois revólveres em uma pasta, junto com granadas. Seus protetores teriam fugido pulando um muro ou utilizando um furgão. Existe até mesmo um relato de que ele teria provocado sua própria execução, gritando "*Abaixo a ditadura! Viva a*

democracia!". Carlos Marighella foi enterrado sem atestado de óbito. O sepultamento baseou-se em um ofício com seus dados pessoais, fornecido pelos órgãos de repressão. Além disso, existe apenas uma guia policial assinada pelo legista Harry Shibata, médico que alcançaria notoriedade em 1975, ao assinar um laudo farsante sobre a suposta morte por suicídio de Vladimir Herzog.

A precariedade de documentos, o confronto das versões, contradições e inverdades flagrantes constituíram o foco do trabalho da CEMDP e a base para julgar se Carlos Marighella tinha morrido num enfrentamento ou se tinha sido executado. O relatório final apoiou-se, inclusive, em documentos do DOPS e da Secretaria de Segurança Pública. O processo teve um pedido de vistas por parte do general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão Especial, mas acabou sendo deferido em setembro de 1996.

Fato inegável é que o local da ocorrência não foi devidamente preservado ou não houve a necessária perícia, pois inexistiam fotografias e exames dos objetos que comprovariam a tentativa de reação do emboscado. A suposta pasta e a arma do guerrilheiro apareceram no Instituto Criminal de Balística 22 dias depois. Embora cientes da impossibilidade de recompor plenamente os fatos, passados tantos anos, membros da CEMDP solicitaram parecer do médico legista Nelson Massini, que forneceu elementos conclusivos para afastar a possibilidade de Marighella ter sucumbido em uma troca de tiros.

Uma das informações decisivas no parecer do médico é a de que o líder da ALN foi morto com "*um disparo fatal no tórax esquerdo dado com uma arma a curtíssima distância*". Além disso, segundo o perito, o local não foi devidamente preservado pela polícia. Após analisar a foto do militante morto, o perito concluiu: "*A posição do cadáver não é natural e sim forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo. Esta informação é baseada nos sinais de tracionamento do corpo para dentro do veículo, revelado pelas rugas da calça e seu abaixamento da cintura, bem como a elevação da camisa, indicando que o corpo foi puxado pela mesma (...) o corpo jamais teria caído para dentro do veículo na posição em que se encontrava (...)*".

O laudo revela, ainda, incompatibilidade entre os ferimentos sofridos por Marighella e as perfurações encontradas no veículo. "*Os projéteis que atingiram o corpo do senhor Carlos Marighella não tem correspondente na lateral do veículo por ele utilizado*". Ele se referia aos tiros que atingiram ambos os músculos glúteos. Como a vítima se encontrava sentada, deveriam existir pelo menos os furos correspondentes de entrada do projétil na lateral direita do veículo. Também não há perfuração correspondente do lado esquerdo, onde ele foi atingido na coxa.

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP justificou seu voto favorável concluindo: "*A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal (...) foi morto com um tiro à curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim (...), que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo (...)*".



CHAEI CHARLES SCHREIER (1946-1969)

Número do processo: 260/96

Filiação: Emilia Brickmann Schreier e Ire Schreier

Data e local de nascimento: 23/09/1946, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 22/11/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/1996

Dirigente da VAR-Palmares, cursava o 5º ano de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1968, integrando a Executiva da União Estadual dos Estudantes. Após a decretação do AI-5, passou a atuar na clandestinidade. Tinha sido antes militante da DISP. Participou da redação e distribuição de um jornal denominado *Luta Operária*. Documentos dos órgãos de segurança registram sua participação em algumas ações armadas em São Paulo, inclusive em dois assaltos a banco onde ocorreram mortes.

Foi preso no dia 21/11/1969, em uma casa no bairro de Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, onde residia com Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dora, e Antônio Roberto Espinosa, também integrantes da VAR-Palmares. Os três foram levados para o Batalhão da Polícia do Exército e Chael morreu no dia seguinte, submetido a indescritíveis torturas, como chegou a ser noticiado pela revista *Veja*, driblando a rigorosa censura de imprensa vigente na época. O caso também foi publicado em veículos internacionais como o *New York Times*, *Le Monde* e *The Times*.

A versão oficial, registrada em documento do II Exército encontrado nos arquivos do DOPS/SP, resumia: *"reagiram violentamente com disparos de revólver, espingarda e mesmo com bombas caseiras. Da refrega, os três terroristas saíram feridos, sendo Chael o que estava em estado mais grave. Foram medicados no HCE, entretanto Chael sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer"*.

Em depoimentos à Auditoria Militar, Dora e Espinoza denunciaram a morte de Chael e a tortura sofrida pelos três. Marcada profundamente pela violência a que foi submetida, Maria Auxiliadora viria a cometer suicídio em 1976, atirando-se nos trilhos do metrô na Alemanha. Na última vez em que ambos viram Chael na Polícia do Exército, ele tinha o pênis dilacerado e o corpo ensopado de sangue. Apontaram, em juízo, o nome dos torturadores e responsáveis pela morte de Chael: capitão João Luís, tenente Celso Lauria e capitão Airton Guimarães, sendo este último um conhecido expoente do jogo de bicho no Rio de Janeiro, preso mais de uma vez em anos recentes por contravenções e crimes mais graves.

Outro importante depoimento constante do processo de Chael na CEMDP é do coronel Carlos Luiz Helvécio da Silveira Leite, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 24/02/1988. Conforme declarou na entrevista, esse oficial estava de plantão quando recebeu a comunicação da Vila Militar de que o universitário paulista havia falecido naquela dependência durante o interrogatório. O coronel, que fora membro do Centro de Informações do Exército, declarou que o oficial por ele enviado para esclarecer os fatos lhe disse: *"Fiquei encabulado de ver o corpo despido e o número de equimoses e sevícias que o cadáver apresentava"*.

Em *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari acrescenta mais informações e analisa: *"Havia um cadáver na 1ª Companhia da PE. Em casos anteriores esse tipo de problema fora resolvido com um procedimento rotineiro. Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colou, e em setembro, com Roberto Cieto. Tratava-se de seguir o manual, e Helvécio despachou para a PE de Deodoro o tenente-coronel Murilo Fernando Alexander, do CIE."*

O cadáver de Chael foi levado por Alexander para o hospital central do Exército. 'Não concordaram em aceitá-lo como se tivesse entrado vivo', contou o tenente-coronel Helvécio. A decisão fora tomada pelo próprio diretor do hospital, general Galeno da Penha Franco. Pior: o general reteve o morto e determinou que se procedesse à autópsia. O CIE tinha dois problemas. O tiroteio e as prisões da rua Aquidabã eram públicos, pois haviam sido noticiados pelas rádios. Ademais, os presos foram três, e dois estavam vivos. Isso excluía a fórmula do sumiço do corpo, usado dois meses antes na Operação Bandeirante, depois do assassinato de Virgílio Gomes da Silva. O atestado de óbito excluía a versão de suicídio. A origem social de Chael, um ex-estudante de medicina saído de uma família judia da classe média paulista, cortava o caminho ao funeral de indigente que ajudara a abafar a morte de Severino Colou."

No parecer acatado por unanimidade na CEMDP, a relatora realçou como prova definitiva a natureza das lesões descritas pelos legistas Rubens Pedro M. Janini, Oswaldo Caymmi Ferreira e Guilherme Achilles de Faria Mello: *"contusão abdominal, ruptura dos mesocolons transversos e mesetéricos, e hemorragia interna"*. No laudo da necropsia, não consta qualquer descrição de entrada ou saída de projéteis no corpo de Chael.

O corpo do estudante foi entregue à família em caixão lacrado. Militares do II Exército acompanharam o traslado dos restos mortais para São Paulo, proibindo a realização do ritual judaico de sepultamento no cemitério israelita do Butantã, que inclui um banho no cadáver, para que as verdadeiras circunstâncias de sua morte não ficassem estampadas.



WLADEMIRO JORGE FILHO (1938 - encontrado vivo)

Número do processo: 075/96

Filiação: Arlinda da Silva Gonçalves e Wlademiro Jorge Gonçalves

Data e local de nascimento: 27/05/1938, local não consta nos autos

Organização política ou atividade: sindicalista e guerrilha de Caparaó

Data e local da morte: desaparecido desde 1969 e localizado vivo em 1998.

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 10/04/97 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 16/04/97

O caso de Wlademiro Jorge Filho foi apresentado em 1996 à CEMDP pelo seu filho Ueliton Nascimento Jorge. Casado com Maria José Nascimento Jorge, Wlademiro foi durante 13 anos ferroviário na Estação Leopoldina, Rio de Janeiro, onde trabalhou como auxiliar de trens até ser demitido por abandono de emprego em 17/10/1966. Desapareceu em 13/02/1969, conforme alegação documental de sua esposa e de seu filho. Segundo a esposa, Wlademiro viajava muito em razão de sua militância política. Em 1982, a esposa obteve Declaração de Ausência por via judicial. Com base nos documentos apresentados, o processo foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial, sendo efetivado o pagamento da indenização.

Entretanto, em agosto de 1998, Ueliton Nascimento Jorge, o filho requerente e beneficiário, enviou uma Carta Declaratória à Comissão Especial informando que: *"ao requerer a pensão de minha mãe junto à agência do INSS do Município de Cantagalo(RJ), fui surpreendido por um funcionário daquela agência informando que havia um cidadão aposentado recebendo pensão previdenciária, cujo nome e qualificação corresponde com a de meu pai"*. Ueliton investigou e concluiu que seu pai está vivo e residindo na cidade de São Paulo. Em sua carta à CEMDP, o filho solicitou informações de como proceder, pois já havia sido paga a indenização.

Matéria da *Folha de S. Paulo* de 09/08/1998 com o título que *"Reaparece em SP desaparecido de 69"*, informa que *"ele abandonou a família em 69 e nega ter atividade política. Não sou morto-vivo, disse. A polícia está no caso e, se descobrir que houve má-fé, o dinheiro da indenização deverá ser devolvido"*.

Foram colhidos, também, inúmeros depoimentos de antigos companheiros de Wlademiro, que reafirmam terem atuado com ele em greves e atividades sindicais dos ferroviários já antes de 1964, bem como de um comandante da chamada Guerrilha de Caparaó, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que atesta ter sido ele um dos militantes envolvidos no apoio logístico daquela tentativa de resistência armada, ocorrida coincidentemente no período em que ele abandonou o emprego. Wlademiro recusou-se a admitir essa militância anterior, depois de localizado vivo, configurando-se, assim, uma situação misteriosa que ainda não pode ser devidamente decifrada.

A CEMDP enviou documento à Polícia Federal informando sobre a localização de Wlademiro e solicitando as investigações necessárias para a elucidação do acontecido, mas lembrando que: *"O artigo 11, da Lei nº 9.140/95, prevê no caso de localização com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação da Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé. Ressaltamos, por oportuno, que tivemos ciência do fato, por meio de Ueliton Nascimento Jorge, filho do suposto desaparecido, cuja credibilidade não nos deixa crer ter havido má fé dos familiares"*. Informação passada à Comissão Especial no início de 2005 registra que Ueliton Nascimento Jorge estava prestando contas junto ao Ministério Público.

1970



MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA (1941-1970)

Número do processo: 285/96

Filiação: Clarice da Silva Lima e Joaquim Lucas de Lima

Data e local de nascimento: 21/10/1941, João Pessoa (PB)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 14/01/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 09/02/1998 por 4x3 (votos contra de Paulo Gustavo Gonet Branco, João Grandino Rodas e general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 18/02/1998

Paraibano de João Pessoa, afro-descendente e ex-sargento da Marinha, Marcos Antônio da Silva Lima foi um dos fundadores e, por duas vezes, vice-presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade que comandou importantes mobilizações reivindicatórias e políticas no âmbito da Armada, no período entre 1962 e março de 1964. Já nas vésperas do movimento que depôs João Goulart, 1113 marinheiros, reunidos em vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, tiveram a prisão decretada por insubordinação aos seus comandantes militares, que já ultimavam, àquela altura do calendário, os últimos preparativos para o Golpe de Estado.

Marcos Antônio estudou no Colégio Lins de Vasconcelos, em João Pessoa, na Escola Técnica de Comércio, em Campina Grande, e no Colégio Estadual Liceu Paraibano, também em João Pessoa. Ainda na Paraíba, foi jogador de futebol pelo time Estrela do Mar. Em 1958, iniciou sua formação de marinheiro na Escola de Aprendizes de Pernambuco. Trabalhou no navio Ary Parreiras e no Porta Aviação Minas Gerais. Como marinheiro de 1ª classe, viajou pelo mundo: Itália, Egito, França, Japão.

Nos primeiros dias de abril de 1964, logo após ouvir pelo rádio a notícia de que havia sido expulso da Marinha por força do primeiro Ato Institucional, buscou asilo na Embaixada do México, deixou o País e transferiu-se para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha num primeiro grupo de ex-militares que, sob a liderança de Leonel Brizola, constituíram o MNR, sigla às vezes traduzida como Movimento Nacional Revolucionário e, outras vezes, como Movimento Nacionalista Revolucionário. Em outubro de 1964, foi condenado a nove anos de prisão e, em 1966, a mais três anos.

Retornando ao Brasil para engajar-se na resistência clandestina, instalou-se no Mato Grosso, em articulação com os militantes do MNR que tentaram organizar uma guerrilha na Serra do Caparaó entre fins de 1966 e abril de 1967. Nesse período, Marcos Antônio foi preso em São Paulo e transferido para a Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, ali chegando em março de 1967

Marinheiros e outros militantes ali reunidos, em boa parte militares, recrutaram alguns presos comuns e constituíram nova organização, denominada Movimento de Ação Revolucionária – MAR, que protagonizou audaciosa fuga daquele presídio, em 26/05/1969, escondendo-se o grupo na área rural de Angra dos Reis, até romper o cerco militar após algumas semanas. Mesmo assim, o MAR durou poucos meses, sendo que Marcos Antônio e a maioria de seus integrantes se engajaram no PCBR.

Na noite do dia 14/01/1970, já moribundo, com uma bala na cabeça, foi deixado no Hospital Souza Aguiar, como desconhecido, morrendo em poucos minutos. Sua mulher recebeu por telefone a notícia da morte, com a orientação de aguardar a publicação do fato, para que não viesse a ser interrogada sobre suas próprias atividades e sobre como recebera a informação. A notícia somente foi divulgada uma semana depois, através de nota do comando da 1ª Região Militar, informando que Marcos Antônio morrera num tiroteio onde foi ferida e presa Ângela Camargo Seixas, também do PCBR, e dois agentes dos órgãos de segurança.

O laudo de necropsia é assinado pelo legista Nilo Ramos de Assis, que definiu como causa mortis "*ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo*". A irmã de Marcos Antônio, Marlene Lucas de Lima, só conseguiu retirar o corpo no dia 20 de janeiro, levando-o para sepultamento no Cemitério de Inhaúma.

A CEMDP fez diligências ao Hospital Souza Aguiar, que respondeu não possuir qualquer registro do fato, e também às autoridades militares, buscando mais detalhes sobre a operação e a identificação dos agentes feridos. Não recebeu resposta. Depoimento de Ângela Camargo Seixas, em declaração pública enviada da Irlanda, onde vivia depois de exilar-se na Inglaterra, esclareceu amplamente os fatos. Relatou que Marcos Antônio e ela chegavam a sua casa, por volta das 23 horas do dia 13, e Marcos estava colocando a chave na porta quando os agentes de segurança, que já estavam no apartamento, começaram a atirar. O prédio estava cercado e, ao buscarem fugir pelas escadas, viu quando Marcos foi atingido. Ferida, perdeu a consciência e não sabe quanto tempo depois acordou, ainda no corredor, sendo presa.

O relator do processo junto à CEMDP considerou que as provas apresentadas apontavam para a eliminação do militante, tomando como base esse depoimento, onde ficava claro que Marcos portava, mas não empunhava arma, e que não fora feita perícia de local, prática comum no Rio de Janeiro e, neste caso, do interesse dos agentes, já que houve policiais feridos. Considerou também significativo o silêncio das autoridades militares, que não ofereceram qualquer informação ou esclarecimento às indagações da Comissão Especial.



MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (1923-1970)

Número do processo: 091/96

Filiação: Julieta Alves de Souza Vieira e Romualdo Leal Vieira

Data e local de nascimento: 14/06/1923, Sento Sé (BA)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 17/01/1970 no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Jornalista, fundador e principal dirigente do PCBR, foi morto em 17/01/70, no Rio de Janeiro, aos 46 anos, sob brutais torturas. Seu nome integra a lista de desaparecidos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Sento Sé, fez o curso secundário em Salvador, iniciou sua militância política aos 16 anos e foi um dos fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Durante o Estado Novo, participou de congressos e atividades da UNE. Formou-se em Letras, em Salvador, mas nunca chegou a buscar o diploma.

Ingressou no PCB e, em 1945, passou a integrar seu Comitê Estadual na Bahia, sendo eleito em 1957 para o Comitê Central. Nos anos seguintes, atuaria como dirigente comunista no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dirigiu os jornais Novos Rumos e Imprensa Popular. Após abril de 1964, tornou-se um dos líderes da corrente de esquerda dentro do PCB. Atuando nas difíceis condições de clandestinidade foi preso, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, sendo libertado somente um ano depois por concessão de *habeas-corpus*. Em 1966, teve os direitos políticos cassados por 10 anos. Em 1968, ao lado de Apolônio de Carvalho e outros membros dissidentes da direção do PCB, fundou o PCBR.

Em 16 de janeiro de 1970, perto das 20:00 horas, saiu de sua casa, no subúrbio carioca de Abolição, e nunca mais voltou. Foi preso pelo DOI-CODI/RJ nessa data e morreu no dia seguinte nas dependências do quartel da rua Barão de Mesquita. As ilegalidades que cercaram a prisão e assassinato do jornalista começaram a ser levadas ao conhecimento das autoridades judiciárias do regime militar em 20/07/1970, denunciadas por presos políticos. Entretanto, o crime nunca foi apurado.

Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 20/07/1970, Salatiel Teixeira Rolins, que seria morto por seus próprios companheiros após ser solto, "afirma que pertencia ao PCBR, tendo presenciado o espancamento e tomou conhecimento da prisão do jornalista Mário Alves no dia 16/01/1970, que faleceu em vista de brutal espancamento que recebera e pela introdução em seu ânus de um pedaço de vassoura".

René Louis Laugery de Carvalho, também em depoimento na mesma auditoria militar, em 20/07/1970 afirmou "que tomou conhecimento, durante os 26 dias que permaneceu naquela unidade (...) da morte de Mário Alves, em consequência de hemorragia interna, decorrente de torturas".

Carta endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, em 15/07/1980, pelo advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, denuncia que, no dia 16/01/1970, por volta de 20h, Mário Alves chegou preso ao local onde ele também estava detido, o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, tendo ouvido todo o interrogatório, que se estendeu até cerca de 4 horas da manhã. Declarou ainda que viu Mário Alves pendurado no pau-de-arara e ser carregado da cela já quase sem vida.

Sua esposa, Dilma Borges Vieira, foi uma das precursoras do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos. Esteve em todos os possíveis lugares onde pudesse buscar notícias e denunciar o desaparecimento do marido - na Marinha, Aeronáutica, IML, cemitérios. O então comandante do DOI-CODI/RJ chegou a dizer-lhe que também ele buscava Mário Alves.

A carta que escreveu em 29/09/1970 a Aparecida Gomide, esposa do cônsul brasileiro seqüestrado no Uruguai pelo movimento guerrilheiro Tupamaros, compõe um dramático retrato da época:

"Todos conhecem seu sofrimento, sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que 'tenho o coração partido', que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.

Em *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari narra da seguinte forma as condições da morte de Mário Alves:

"No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em trazê-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado. Numa dessas masmorras estava Antônio Carlos de Carvalho. Noutra, Raimundo Teixeira Mendes. Eles ouviram:

- 'Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?'
- ' Vocês já sabem'.
- 'Você é o secretário-geral do comitê central do PCBR?'
- 'Vocês já sabem'.
- 'Será que você vai dar uma de herói?'

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limpam-lhe o rosto".

No livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender, também dirigente do PCBR e preso quatro dias depois, acrescenta detalhes sobre as torturas:

"Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna".



CARLOS ANTUNES DA SILVA (1939-1970)

Número do processo: 131/04

Data e local de nascimento: 12/09/1939, Piranga (MG)

Filiação: Odete Izaurina Reis e Benone Antunes da Silva

Organização política ou atividade: Grupo dos Onze

Data e local da morte: 16/01/1970, Belo Horizonte (MG)

Relator: coronel João Batista Fagundes

Deferido em: 02/02/2006 por unanimidade

Data de publicação no DOU: 10/02/2006

Acusado de organizar o Grupo dos Onze, em Mariana, Minas Gerais, Carlos Antunes da Silva, foi preso pelo DOPS/MG em 1964, logo após o golpe militar de 31 de março. Morreu em 16/01/1970 de "coma hepático, hepatite crônica e tuberculose pulmonar", segundo certidão de óbito, como desdobramento dos danos físicos permanentes que resultaram das torturas a que foi submetido na época da prisão, conforme depoimentos de testemunhas anexados aos autos.

No processo da CEMDP, consta declaração de Derly Pedro da Silva, de que foi preso junto com Carlos Antunes, na cidade de Mariana, por membros do DOPS. Segundo ele, Derly foi espancado com toalha molhada na prisão, decorrendo daí as complicações de saúde que o levaram à morte. Em outra declaração, Neiva da Silva diz que Carlos, após a prisão, apresentava-se doente e foi internado em diversas casas de saúde até falecer.

Segundo o relator João Batista da Silva Fagundes, os requerentes não comprovaram nos autos que a vítima tenha sido efetivamente presa no período em que participava do chamado Grupo dos Onze, que tenha sido hospitalizada após a suposta prisão e que a morte tenha sido relacionada com atos de tortura praticados por agentes públicos durante a prisão. Não ficou registrada a data em que houve a prisão; somente comprovado que Carlos Antunes foi indiciado com base na Lei 1.802 de 05/01/1953 que tratava de crimes contra o estado e a ordem política e social.

Em janeiro de 2006, João Batista da Silva Fagundes apresentou um novo relatório onde reconheceu ter sido comprovada a atividade política da vítima, através de certidão expedida pelo juiz auditor da Auditoria Militar, da 4ª RM, na qual se verifica que Carlos Antunes foi denunciado perante aquele juízo como incurso na sanção penal do artigo 24 da Lei 1802 que tipificava os crimes contra a Segurança Nacional. Da mesma certidão consta que a vítima era um dos líderes que atuavam na cidade de Mariana "para organizar na cidade um dos chamados grupo dos Onze, entidade subversiva e de finalidade revolucionária". Essa informação foi confirmada por certidão fornecida pela ABIN.



ABELARDO RAUSCH DE ALCÂNTARA (1927-1970)

Número do processo: 166/96

Data e local de nascimento: 05/08/1927, Teófilo Otoni (MG)

Filiação: Carmen Oliveira de Alcântara e Nabor Rausch de Alcântara

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 13/02/1970, Brasília (DF)

Relator: João Grandino Rodas, com vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 15/05/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

Mineiro de Teófilo Otoni (MG), funcionário da Caixa Econômica Federal no Distrito Federal, Abelardo morreu em circunstâncias bastante misteriosas após ser preso em 13 de fevereiro 1970 e transferido ao PIC – Pelotão de Investigações Criminais, do Exército, unidade que funcionou como principal centro de torturas em Brasília, durante o regime militar. Antes de trabalhar na Caixa, Abelardo esteve empregado na Sociedade de Abastecimento de Brasília, onde atuou como militante da Associação de Funcionários e foi advertido de que o SNI estava acompanhando suas atividades.

O nome do ex-bancário consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, a partir de denúncia divulgada pela Anistia Internacional, que por sua vez se baseou em uma publicação de orientação trotskista, em francês. Ele saiu de manhã para trabalhar e, à noite, voltou com agentes da polícia, que o levaram novamente para prestar declarações no 3º D.P., de onde foi enviado ao PIC. No dia seguinte, a esposa Elza soube que Abelardo estava morto. Desconfiada, durante o velório, abriu o terno do marido e percebeu hematomas, marcas de queimaduras com cigarro, unhas roxas e o braço esquerdo quebrado.

Conforme versão oficial, Abelardo foi levado para prestar esclarecimentos sobre um roubo ocorrido na agência da Caixa Econômica Federal de Taguatinga, onde trabalhava. Durante o interrogatório, teria se apossado de um copo de vidro e cortara os pulsos com os cacos, sendo imediatamente socorrido pelo serviço médico do Batalhão de Polícia do Exército, e transportado em ambulância. Ainda segundo a versão, a ambulância chocou-se violentamente com uma Kombi da Secretaria de Governo do DF, resultando ferimentos graves em um sargento e em Abelardo, que não resistiu e faleceu.

No primeiro relatório apresentado na CEMDP, o voto do relator foi pelo indeferimento, por não haver comprovação do envolvimento político de Abelardo, tendo havido pedido de vistas ao processo. A CEMDP localizou, então, o motorista da Kombi envolvido no acidente, Jatir Rodrigues Souza. Ele afirmou que a Kombi foi abalroada por trás pela ambulância Rural-Willis do Exército; que a ambulância só amassou na frente; que não tinha dúvidas de que Abelardo já estava morto quando o acidente ocorreu e que o acidente fora intencional, provocado; que foi absolvido da acusação de crime culposo e que, na sentença do juiz, declarou-se que o réu fora acusado pela morte de um defunto.

O requerimento foi, então, aprovado por unanimidade (seis votos) numa reunião da CEMDP em que estava ausente o relator, proponente do indeferimento.



JOSÉ ROBERTO SPIEGNER (1948-1970)

Número do processo: 066/96

Filiação: Szajna Spiegner e Jacob Spiegner

Data e local de nascimento: 30/12/1948, Barra do Pirai (RJ)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 17/02/1970, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

José Roberto cursou o antigo ginásio e científico no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, quando começou a participar do *Movimento Estudantil*, atuando no grêmio. Estudou também na Aliança Francesa e Cultura Inglesa, fazendo vários outros cursos como cinema e jornalismo. Participou de um concurso de cinema amador de curta metragem, obtendo o 1º lugar. Em 1966, ingressou na Faculdade de Economia da UFRJ, sendo aprovado em 1º lugar no vestibular. Tornou-se ativista do Diretório Acadêmico.

Após a decretação do AI-5, passou a atuar na clandestinidade como integrante da Dissidência da Guanabara, que assumiria em setembro de 1969 o nome MR-8. Era, então, namorado de Vera Sílvia Araújo Magalhães, também militante do MR-8 que participou do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sendo posteriormente presa e torturada. Ela foi banida do país após o seqüestro do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, em junho de 1970.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram que, em abril de 1969, na III Conferência dessa organização clandestina, Spiegner foi escolhido como um dos três integrantes de sua Direção Geral, ao lado de Daniel Aarão Reis Filho e Franklin de Souza Martins, grupo que foi ampliado no final daquele ano com a entrada de Cid de Queiroz Benjamin, Stuart Edgard Angel Jones e Carlos Alberto Vieira MunizIII.

Spiegner morreu aos 21 anos, em 17/02/1970, no Rio de Janeiro, na rua Joaquim Silva, nº 53, entrada 5, quarto 8, por agentes do DOI-CODI/RJ, onde, segundo a versão oficial, teria ocorrido tiroteio. Seu corpo deu entrada no IML às 12h30min do dia 17/02/1970. No laudo de necropsia, assinado pelos legistas Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli, consta que, "a morte ocorreu às 05h30min do dia 17. Consta na guia que ele foi "perseguido como elemento subversivo por agentes do DOPS, reagiu à bala ferindo policial, e finalmente foi alvejado mortalmente". O corpo foi enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali.

O relator do caso na CEMDP, ao analisar o processo, ressaltou a estranha demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada no IML. A verdade dos fatos foi obtida do próprio laudo do IML, que detalha os ferimentos no corpo. José Roberto recebeu vários tiros, sendo que dois deles contestam a versão oficial. Examinando as fotos de perícia de local, verifica-se que o corpo fora encontrado em uma sala com o piso acarpetado, onde não havia espaço para que pudesse ter sido atingido, de longe, na coxa. O outro ferimento é sintomático de execução.

Afirmou o relator que o laudo descreve "na região temporal direita uma ferida estrelar de bordas escoriadas e queimadas com aspecto das produzidas por entrada de projétil de arma de fogo disparada com arma encostada a cabeça... ambas as regiões orbitárias estão ligeiramente tumefeitas e recobertas por equimoses arroxeadas (...) membro superior esquerdo revela três equimoses arroxeadas no cotovelo (...) duas escoriações pardo avermelhadas no dorso do punho; (...) dedos de ambas as mãos apresentam nas polpas tinta preta da usada para tomar impressão digitais".

Agregou que as equimoses e escoriações descritas não são compatíveis com a versão de tiroteio e que "a forma das lesões localizadas na face direita da cabeça denota claramente execução, e ainda que as escoriações localizam-se em regiões do corpo humano que configuram tortura em pau-de-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Carlos foi algemado". Além disso, a identificação de José Roberto se deu antes de seu corpo ir para o IML, e mostra que o DOPS já o conhecia.

Entre os documentos anexados ao processo na CEMDP, há também um requerimento da 1ª Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro, de 03/04/1970, solicitando o laudo ao IML e referindo-se à morte de José Roberto Spiegner "por acidente". O relator concluiu seu voto afirmando que José Roberto Spiegner foi morto quando se encontrava detido por agentes dos órgãos de segurança, sob custódia do Estado.



ANTÔNIO RAYMUNDO DE LUCENA (1921-1970)

Número do processo: 245/96 e 062/02

Data e local de nascimento: 11/09/1921, Colina (MA)

Filiação: Ângela Fernandes Lima Lucena e José Lucena Sobrinho

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 20/02/1970, em Atibaia (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho com vistas de Suzana Keniger Lisbôa e Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 22/04/2004 por unanimidade (fora indeferido em 05/05/98)

Data da publicação no DOU: 26/04/2004

Maranhense de Colinas, operário e feirante, morreu na cidade de Atibaia (SP), quando o sítio em que residia com a esposa e três filhos foi cercado pela polícia, em 20/02/1970. Lucena, desde muito jovem, aprendeu os ofícios de eletricitista, pedreiro e mecânico, sendo que perdeu a visão do olho direito aos 12 anos. Aos 17 anos, já era mestre de oficina mecânica, além de acumular os cargos de apontador e encarregado de uma pequena estatal.

Depois de se casar com Damaris, sua companheira também na militância política, Lucena trabalhou como mestre de serraria. Em 1950, o casal se mudou para São Paulo e participou ativamente na campanha "O Petróleo é nosso", nos anos seguintes. Trabalharam ambos como operários da Jafet, no bairro do Ipiranga, assumindo militância sindical como operários da indústria têxtil. Em 1954, ingressaram no PCB, militando nesse partido até 1964.

Em 1967 vincularam-se ao grupo de militantes que, no ano seguinte assumiria a denominação VPR. Documentos dos órgãos de segurança registram a participação de Antonio Raimundo em várias ações armadas desde o final de 1967, inclusive o roubo de 10 caixas de dinamite em Cajamar, na Grande São Paulo, no penúltimo dia daquele ano. Em 1969, o casal já vivia na clandestinidade com os filhos menores. Ariston, o filho mais velho, engajado na VPR antes de completar 18 anos, não mais morava com os pais e viria a ser preso em 1970, após ter conseguido escapar, com Lamarca, de um grande cerco militar no Vale do Ribeira, região de Registro, interior de São Paulo. Ariston chegou a ser condenado à pena capital, depois comutada em prisão perpétua e depois pena de 30 anos, pela participação na morte do tenente Alberto Mendes Junior, da PM de São Paulo, no Vale do Ribeira.

De acordo com os autos do processo na CEMDP, no dia 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15 horas, a porta do sítio em Atibaia foi golpeada violentamente por agentes policiais. Segundo o relato de Damaris, Lucena dormia quando começaram a atirar de fora. Lucena tombou gravemente ferido e, logo em seguida, recebeu mais tiros. Ela sustenta que seu marido, já atingido, caíra ao lado do tanque, fora de casa, quando um último tiro foi disparado em sua têmpora, na presença dela e dos filhos.

Documentos do inquérito policial registram que na residência estariam armazenados fuzis FAL subtraídos por Lamarca do quartel de Quitaúna. Lucena teria reagido com uma dessas armas, sendo morto nesse cerco o sargento Antônio Aparecido Ponce Nogueira, fato que tornava delicada a tomada de decisão na Comissão Especial. Damaris, os gêmeos de 9 anos e o caçula de 3 foram presos, sendo ela submetida a violentas torturas, antes de ser libertada, no mês seguinte, com as crianças, por ocasião do seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, realizado pelo Comando Antônio Raimundo de Lucena, da VPR. Permaneceram banidos do Brasil até a Anistia de 1979. Lucena foi sepultado no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista. Em 1990, após a abertura da Vala de Perus, diversas escavações foram feitas, sem êxito, na tentativa de localizar seus restos mortais.

Apresentado o processo em 02/12/97 à CEMDP, o parecer inicial do relator foi pelo indeferimento, por considerar que a morte não tivera caráter político, nem fora comprovado o tiro de misericórdia referido pela esposa. Não tinham sido localizados, até então, o laudo ou a perícia de local, apesar das tentativas do relator. Houve pedido de vistas.

Mais tarde, foi localizada documentação na Delegacia de Polícia de Atibaia, bem como a íntegra do inquérito da morte de Lucena no STM. Luiz Francisco Carvalho Filho tomou o depoimento de Damaris, reproduzido em gravação anexada ao processo. A versão oficial, assinada por Alcides Singillo, do DOPS/SP, é de que a morte ocorreu por reagir à prisão, quando policiais averiguavam denúncia de que ali havia um carro furtado. O laudo de necropsia, assinado por Frederico Amaral e Orlando Brandão, se refere a nove tiros de entrada e um de saída. Nenhum na cabeça, como referido por Damaris e seus filhos.

Um novo parecer se baseou nos documentos localizados. Não há perícia de local ou fotos do corpo. Os depoimentos de policiais e moradores são contraditórios, em especial dos civis, alguns portando indícios de serem fantasiosos. O novo relatório na CEMDP levantou muitas dúvidas acerca da versão oficial e concluiu que era inverossímil. Na casa não havia empregada, não havia movimento de carros, não havia visitas. Também não havia carro roubado – a Kombi fora comprada legalmente. Lucena estava sendo procurado pelos órgãos de segurança. Sua foto, em cartazes ampliados, havia sido vista por Damaris nas redondezas de Atibaia. Damaris afirma que ele nunca saía de casa, que quase não mais enxergava, visto que vinha perdendo a visão também no outro olho.

O exame da foto de Lucena localizada no STM não permite identificar o tiro fatal na cabeça, descrito por Damaris e seus filhos, mas revela grandes edemas no nariz e no olho esquerdo, além de escoriações e um afundamento no meio da testa. Mais do que isso, permite ver as marcas de um tiro desfechado à queima-roupa junto ao coração. Apesar desses dados novos, o processo foi novamente indeferido.

Reapresentado após a ampliação dos critérios de abrangência da Lei nº 9.140/95, o processo voltou à votação. O novo relator chamou a atenção para o fato de que a verdade não fora uma presença constante nos autos do inquérito instaurado, lembrando que o aparato constituído para a operação somou todas ou praticamente todas as forças policiais da cidade, dando a entender que haveria ou poderia haver resistência. Lembrou ainda que o Conselho Regional de Medicina censurou publicamente o perito relator do laudo, pelas deficiências da

peça e pela atitude do médico. É fato, diz o relator, que ocorreu o conflito armado com agentes da polícia militar, que vitimou fatalmente Lucena e um sargento, mas ressaltou que laudos foram falsificados, depoimentos foram fraudados em muitos momentos da crônica policial e judicial desse período, sendo possível que tenha ocorrido execução sumária.

A CEMDP considerou, ao final, que a verdade sobre a operação no Jardim das Cerejeiras, em Atibaia, ainda não estava totalmente esclarecida, mas o pedido de Damaris Lucena e seus filhos já estava plenamente amparado pelas disposições da Medida Provisória 176, que antecedeu a Lei nº 10.875, em vigência no momento de julgamento do caso na Comissão Especial, sendo o requerimento aprovado por unanimidade.



CASSIMIRO LUIZ DE FREITAS (1912-1970)

Número do processo: 326/96

Filiação: Benedita Francisca Pires e Leolino Luiz de Freitas

Data e local de nascimento: 11/12/1912, Catalão (GO)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 19/03/1970, em Pontalina (GO)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 19/11/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/11/96

O lavrador Cassimiro Luiz de Freitas foi sindicalista e militante da VAR-Palmares. Trabalhava para a formação de uma associação de camponeses em Goiás, tendo anteriormente, nos anos 50, simpatizado com o PCB e mantido ligações com José Porfírio de Souza, desaparecido político que é um dos 136 nomes da lista anexa à Lei nº 9.140/95, líder de importantes mobilizações agrárias na região de Trombas-Formoso. O nome de Cassimiro não constava de nenhuma relação de militantes mortos e desaparecidos antes do exame pela CEMDP. Foi preso em 26 de janeiro de 1970, em Pontalina (GO), junto com o filho Cornélio e mais dois trabalhadores rurais. Morreu no dia 19 de março, em sua casa, três dias depois de ter sido solto.

Cornélio e os dois lavradores foram levados para o batalhão Anhanguera, da PM, em Goiânia, onde foram interrogados e soltos dez dias depois. Só voltou a ver o pai 50 dias depois, quando ele foi encontrado na Praça de Pontalina, onde teria sido deixado por um jipe do Exército, em péssimo estado de saúde, apresentando marcas de tortura. Ali foi socorrido e levado para casa por um casal de amigos.

Além de declarações escritas, foi juntada cópia de dossiê do arquivo do DOPS, atualmente sob a guarda da Universidade Federal de Goiás, onde constam as prisões efetuadas pela PM. Foi relatada também a sua passagem pelo 10º Batalhão de Caçadores do Exército, em Goiânia. Cassimiro foi inquirido formalmente pela Polícia Federal em 30/01/1970.

Não há, nos autos, documento oficial comprovando que Cassimiro permaneceu preso até meados de março. Contudo, declara o relator, o procedimento de manter militantes políticos aprisionados arbitrariamente, por longo período de tempo, era comum. Não havia mecanismos de controle da ação policial na esfera de apuração de delitos contra a Segurança Nacional e os abusos eram praticados impunemente.

Foram juntadas três declarações tomadas pelo Procurador da República, Marco Túlio de Oliveira e Silva, que trazem esclarecimentos sobre a prisão e condições de saúde no momento da libertação, quando vomitava sangue, tinha manchas nos braços, estava magro e decaído e contou às testemunhas que, além de lhe 'arrebentarem', deram-lhe um 'chazinho da meia-noite', expressão que no meio rural se refere a veneno.

Também foi apresentado relatório do médico que atendeu Cassimiro em casa, no dia 17/03, e que assinou seu atestado de óbito. Mauro Lourenço Borges constatou que o paciente se encontrava em "pré-coma, apático, palidez intensa, respiração ruidosa, desidratado, pâncreo adiposo diminuído, pele flácida, caquético, apresentando hematomas e escoriações disseminadas pelo corpo, além de vômitos e diarreia sanguinolenta, praticamente em fase terminal. Ao término do exame, sugeri à família o internamento, mas acharam que não resolveria dada

a gravidade do estado do paciente. Seu estado clínico era bastante crítico, agravando-se nas horas seguintes, vindo a falecer 24 horas após, em virtude das lesões sofridas, que provocaram anemia profunda, que foi a causa eficiente de seu falecimento em 18 de março de 1970, ocasião em que forneci o atestado de óbito".

Segundo o relator, é compreensível, em virtude do tempo decorrido e da simplicidade das pessoas envolvidas, que haja uma ou outra imprecisão nas informações trazidas para os autos, já que os depoimentos divergem quanto ao tempo em que Cassimiro permaneceu vivo em casa. Em relação ao aspecto fundamental do caso, no entanto, os depoimentos são bastante claros. O fato de Cassimiro ter morrido em casa, ou de ter sido solto para que não morresse no interior de estabelecimento prisional, não altera a responsabilidade dos agentes do poder público.



AVELMAR MOREIRA DE BARROS (1917-1970)

Número do processo: 257/96

Filiação: Vergilina Moreira de Barros e Avelmar de Barros

Data e local de nascimento: 11/03/1917, Viamão (RS)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 24/03/1970, em Porto Alegre/RS

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 14/05/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/96

Chacareiro do ex-tenente Dario Viana dos Reis, membro da VAR-Palmares, também preso e torturado no mesmo período, Avelmar morreu no DOPS de Porto Alegre no dia 25 de março de 1970. Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. A necropsia, realizada no IML/RS e firmada pelos legistas Gastão E. Schirmer e Nicolau Amaro Guedes, descreve ferimentos no rosto e punhos, além de corte na carótida. A versão oficial é de morte por "*suicídio no xadrez do DOPS*", com uma lâmina de barbear.

O relator do processo na CEMDP fez constar que a participação política de Avelmar ficou comprovada tanto através da nota oficial da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que informou sua morte, quanto da declaração à imprensa do diretor do DOPS/RS, delegado Firmino Peres Rodrigues.

Concluiu afirmando que o exame das peças do processo, especialmente notícias dos jornais, levavam-no a firmar a convicção pessoal de que a versão oficial era verdadeira e que a vítima, caseiro de um militante político, envolveu-se nas atividades deste. Portanto, se tratava de suicídio, na prisão, de um cidadão acusado de participação em atividades políticas. O pedido foi acolhido por unanimidade, mas Nilmário Miranda, Suzana Keniger Lisbôa e Luís Francisco Carvalho Filho fizeram constar formalmente sua desconfiança em relação à versão oficial das autoridades de segurança sobre a morte por suicídio.



DORIVAL FERREIRA (1931-1970)

Número do processo: 083/96

Filiação: Alvina Ferreira e Domingos Antonio Ferreira

Data e local de nascimento: 05/12/1931, Osasco (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 03/04/1970, São Paulo (SP).

Relatora: Maria Eunice Paiva

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Militante da ALN, operário era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Osasco e Região – do qual foi candidato à presidência em 1965. Casado, pai de seis filhos, Dorival Ferreira morreu aos 38 anos, após ser preso pelos agentes do DOI-CODI/SP. Na noite de 02/04/1970, agentes de segurança invadiram a casa em Osasco, à rua Zuma Sá Pereira, 18, quando foi ferido e preso. A versão oficial alegou que Dorival morreu em tiroteio e documentos dos órgãos de segurança registram que ele pertenceria ao setor de apoio da ALN mas seria responsável pela fabricação de explosivos. A relatora do processo na CEMDP assim analisou os fundamentos do pedido: *"foi preso em sua própria casa, em Osasco-SP, em 02/04/1970, depois de receber um tiro nas costas, na altura dos quadris, logo que atendeu a um chamado, no portão de sua casa"*.

As provas que contrariam a versão oficial vieram do IML, da perícia técnica e do DOPS. No Termo de Declarações do pai de Dorival – Domingos Antônio Ferreira –, prestado ao delegado Edsel Magnotti, colhido no DEOPS no dia 2 de junho, consta que ao chegar na casa do filho só encontrou policiais que lhe disseram que Dorival tinha sido preso, sem informar para onde fora levado. Também veio do DOPS uma ficha de Dorival, com data de 30/04/1970, informando que ele morreu em 03/04/1970, isto é, no dia seguinte à sua prisão.

Jornais da época – *Notícias Populares* e *Última Hora* –, anexados ao processo na CEMDP, divulgaram a versão oficial, mas também informaram que *"depois do tiroteio Dorival foi detido, e que foi solicitado reforço policial, principalmente, para as imediações da Delegacia de Polícia de Osasco"*. A cópia do laudo necroscópico, assinado por Otavio D'Andrea e Antônio Valentini, não está muito clara em alguns trechos, mas nas duas últimas linhas se pode ler: *"retiramos um projétil de calibre maior que os anteriores e localizado na articulação coxo femural esquerda"*. O relatório da Polícia Técnica identifica, nas seis fotos que o acompanham, 11 ferimentos perfuro-contusos, número muito superior ao tiro nas costas que teria recebido ao ser preso. A relatora concluiu que as notícias oficiais e as reproduzidas nos jornais confirmavam os relatos da família de que Dorival Ferreira estava vivo quando foi levado para a prisão. Seu voto favorável ao deferimento foi acompanhado por todos os integrantes da Comissão Especial.



JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI (1946-1970)

Número do processo: 266/96

Filiação: América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi

Data e local de nascimento: 23/03/1946, Londrina (PR)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 13/04/1970, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 07/08/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 13/08/1997

Nascido em Londrina, participou de atividades estudantis em Jandaia do Sul e Apucarana, tendo participado do 19º Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas, em Cornélio Procópio, em 1968. Trabalhou na secretaria do Colégio 7 de Setembro, em Apucarana. Em 1969, integrou-se à ALN de São Paulo, juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira, que seria morto no mês seguinte. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele seria um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN, em São Paulo, no início de 1970. A certidão de óbito traz a versão de que faleceu em 13/04/1970, na pensão onde morava, à rua Itatins, nº 88, no Campo Belo, capital paulista. Os legistas do IML Cypriano Oswaldo Mônaco e Paulo Queiroz Rocha determinaram como causa da morte hemorragia interna traumática. A versão oficial é de que ele morreu em tiroteio com agentes da OBAN (DOI-CODI/SP). Foi encontrada somente uma parte da documentação do IML relativa a essa morte, nos arquivos do DOPS/SP, não havendo informações de horário de entrada do corpo.

A prova decisiva examinada pela CEMDP foi a foto de seu corpo, encontrada no arquivo do DOPS, onde aparece o dorso nu, com a barba por fazer há dias, hábito que não era seu e que contrariava as regras de segurança dos militantes, de acordo com depoimento anexado aos autos. Além disso, a foto contradizia informações da única folha do laudo que foi localizada, onde consta que Brianezi dera entrada no IML vestindo *"camisa de seda fantasia, calça de brim zuarte, calção"*. O relator solicitou exame do perito Celso Nenevê, que analisou os documentos, mas não conseguiu reconstituir os fatos em decorrência de imprecisões do laudo, da falta de fotografia da necropsia e de

perícia de local, apesar da referência documental de que dois agentes de segurança haviam sido feridos. Nenevê concluiu que o laudo não permite caracterizar a distância dos disparos, mas sustentou que pelo menos dois tiros – o primeiro, que provocou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e o segundo, que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais – apresentaram trajetórias de frente para trás, e não de trás para frente como descrito no laudo.

O relator descartou a exumação dos restos mortais para exame porque os pais, que retiraram o corpo do Cemitério de Vila Formosa, onde fora enterrado como indigente, levantaram dúvidas se o corpo entregue pertencia realmente ao filho. Concluiu, em seu voto, que o fato de Brianezi medir 1m84, conforme descrito no laudo de necropsia, era um forte indício de execução sumária, pois ele levou três tiros de frente para trás com evidente diferença de nível entre o corpo e os autores dos disparos.



JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO (1938-1970)

Número do processo: 116/04

Filiação: Amélia Guimarães de Brito e Jayme Ferreira de Brito

Data e local de nascimento: 22/01/1938, Belo Horizonte (MG)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 18/04/1970, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: André Sabóia Martins

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Dirigente da VPR, depois de ter integrado a VAR-Palmares e, antes, a Polop e o Colina, do qual foi um dos fundadores, Juarez Guimarães de Brito recorreu ao suicídio para não ser preso. Havia marcado um encontro com um companheiro na Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio de Janeiro, em 18/04/1970. Chegando à área, na esquina das ruas general Tasso Fragoso com Jardim Botânico, o carro em que estava com a mulher, Maria do Carmo Brito, foi fechado por um Volkswagen grená. Segundo depoimento dela, Juarez seguiu dirigindo o veículo enquanto ela manjava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volkswagen saíram do carro atirando contra os dois militantes. Quando se percebeu completamente cercado, Juarez, já baleado no braço e no abdômen, tirou a arma da mão de Maria do Carmo e desferiu um tiro contra o próprio ouvido direito, cumprindo um pacto que tinha firmado com ela, de não serem presos vivos.

Nascido em Belo Horizonte, Juarez passou parte da infância no Maranhão, quando seu pai, engenheiro, foi secretário de Agricultura daquele estado. Na capital mineira, estudou no Colégio Batista e formou-se em 1962 nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública na UFMG. Apaixonado por cinema, era assíduo freqüentador do cineclubes do Colégio Arnaldo. Foi membro da juventude trabalhista do PTB e trabalhou junto aos sindicatos de trabalhadores, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Participou de várias mobilizações da época, como a greve dos mineiros de Nova Lima, contra a Hanna Corporation, e dos trabalhadores da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 1963, foi trabalhar em Goiás como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Sudene. Após a deposição de Goulart, foi preso e permaneceu cinco meses detido. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador. Liderou o grupo dissidente da Polop que, em julho de 1968, constituiu o Colina, responsável por inúmeras ações armadas, em Belo Horizonte e no Rio. Após a fusão entre Colina e VPR, que deu origem à VAR-Palmares, Juarez foi um dos dirigentes da nova organização. Comandou a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros ocorrida em todo o ciclo da guerrilha urbana, o roubo do cofre de uma amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, contendo 2,8 milhões de dólares.

O caso somente foi apresentado à CEMDP após a ampliação da Lei nº 9.140/95, que, a partir de 2004, passou a abranger os suicídios cometidos sob cerco policial.



JOELSON CRISPIM (1948-1970)

Número do processo: 128/96

Filiação: Encarnación Lopes Peres e José Maria Crispim

Data e local de nascimento: 16/04/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 22/04/1970, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Nascido no Rio de Janeiro e morto na capital paulista, em 22/04/1970, depois de ferido em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, conforme a versão das autoridades na época, Joelson começou a trabalhar muito cedo como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos, cursando também uma escola técnica, em São Paulo.

Era filho de José Maria Crispim e de Encarnación Lopes Perez, ambos militantes de oposição ao Regime Militar, sendo o pai ex-sargento do Exército, preso político durante o Estado Novo, um dos integrantes da bancada do Partido Comunista na Constituinte de 1946. A mãe, militante da VPR assim como Joelson, foi também presa em 1970, sendo banida do país em 13/01/1971, por ocasião do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil. A irmã Denise Crispim, também militante da VPR e que havia participado, juntamente com seu irmão, do seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, era companheira de Eduardo Collen Leite, o "Bacuri" assassinado sob torturas em dezembro de 1970.

Após a abertura dos arquivos do DOPS/SP, foi possível localizar um relatório da Casa de Saúde Dom Pedro II, para onde Joelson teria sido levado, ferido, "*vindo a falecer antes de intervenção cirúrgica*". Segundo o relatório, ele deu entrada com cinco ferimentos perfurantes por projétil de arma de fogo.

Apesar de identificado, como mostram os documentos do DOPS, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com "T" em vermelho, identificado com o nome falso de Roberto Paulo Wilda, sendo o óbito registrado em cartório do Brás, sem referência ao local do sepultamento. Assinam o laudo Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmaram a versão de morte em tiroteio. Joelson foi enterrado como indigente, sob o nome falso, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo.

Afirma o laudo que as balas seguiram uma trajetória de trás para frente, o que, segundo o relator, descaracteriza a existência de tiroteio. Nas buscas realizadas, não foi localizado o assento de óbito de Joelson Crispim e o cartório se negou a entregar o que estava em nome de Roberto Paulo Wilda, alegando haver embargo judicial.

O relator concluiu seu voto na CEMDP afirmando a convicção de que, "*a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constituem as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão*". Nos documentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* mencionados nos autos do processo junto à Comissão Especial, consta que os responsáveis pela morte de Joelson foram agentes do DOI-CODI de São Paulo, comandados pelo capitão Coutinho.

As irmãs de Joelson, Denise e Olga, solicitaram à Comissão Especial que localize e identifique os restos mortais dele, o que não pode ser concretizado pelas modificações procedidas na quadra de indigentes do cemitério e pela falta de registros exatos do local de sepultamento.



ÂNGELO CARDOSO DA SILVA (1943-1970)

Número do processo: 232/96

Filiação: Celanira Machado Cardoso e João Cardoso da Silva

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Santo Antônio da Patrulha (RS)

Organização política ou atividade: M3G

Data e local da morte: 23/04/1970, Porto Alegre (RS)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes, com vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Publicado no DOU em: 29/08/1996

Gaúcho de Santo Antonio da Patrulha, residente em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, Ângelo Cardoso da Silva era um motorista de táxi vinculado à organização M3G - Marx, Mao, Marighella e Guevara, pequeno grupo de oposição armada ao regime militar, praticamente circunscrito ao Rio Grande do Sul, que teve como fundador e líder um dos 136 nomes da lista anexa à Lei nº 9.140/95, Edmur Péricles Camargo.

Ângelo encontrava-se detido no Presídio Central de Porto Alegre por sua participação política nesse agrupamento clandestino, conforme declaração firmada por outro preso político do período, Paulo de Tarso Carneiro, anexada ao processo formado junto à CEMDP. As autoridades divulgaram que Ângelo teria se enforcado dentro de sua cela, no dia 23/04/1970, às 16h. O laudo da necropsia foi assinado por Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, confirmando a versão oficial. Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos.

O relator da CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, apresentou voto pelo indeferimento alegando não haver provas de que Ângelo fora preso por motivos políticos. Nilmário Miranda pediu vistas ao processo e em seu relatório esclareceu as dúvidas sobre a existência do M3G e a militância de Ângelo, comprovando a prisão política através de declarações de ex-presos, sendo inquestionável a sua morte em dependência do Estado. Como resultado, o requerimento foi deferido por unanimidade na Comissão Especial.

O acerto dessa decisão receberia nova confirmação em abril de 2007, quando se tornou conhecido o chamado "*Livro Negro do Terrorismo do Brasil*", produzido pelo CIE por orientação do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. Na página 356 desse documento, consta uma informação que comprova a militância política de Ângelo: "*A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3G assaltou mais três estabelecimentos de créditos no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a agência Tristeza, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre; e, finalmente, a agência Viamão, do Banco do Brasil, em 2 de março (...) Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles tomou parte em todas as ações*".



NORBERTO NEHRING (1940-1970)

Número do processo: 176/96

Data e local de nascimento: 20/9/1940, São Paulo (SP)

Filiação: Nice Monteiro Carneiro Nehring e Walter Nehring

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 24/04/1970, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 23/04/96, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/96

Economista e professor da USP, Norberto morreu em São Paulo, provavelmente em 25/04/1970. O nome dele já constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* e a denúncia de sua morte no DOPS foi feita em depoimentos nas auditorias militares. Norberto militou no PCB e acompanhou Marighella na cisão que gerou a ALN, fazendo parte da Coordenação de São Paulo, em estreita ligação com Joaquim Câmara Ferreira.

Depois do ginásio, cursou Química Industrial no Mackenzie e trabalhou na Brasilit e na Pfizer. Casado com Maria Lygia Quartim de Moraes, tiveram em 1964 a filha Marta, que mais tarde seria co-diretora de um premiado documentário cinematográfico sobre os filhos dos mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

Dotado para a matemática, Norberto se distinguiu na Faculdade de Economia da USP, onde ingressou em 1963, recebendo várias ofertas para ser instrutor. Concluído o curso em 1967, tornou-se assistente na cadeira de História Econômica e começou imediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no Grupo de Planejamento Integrado – GPI, tendo como colegas Sérgio Motta, Sérgio Ferro e Diógenes Arruda Câmara. Em 1968, passou a cursar a pós-graduação no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

Em 07/01/1969, já tinha sofrido uma primeira prisão pelo DOPS/SP, lá permanecendo por dez dias e testemunhando torturas sofridas por seus companheiros, pertencentes a um grupo da ALN em Marília (SP). Novamente em liberdade, passou a atuar na clandestinidade. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar incluem seu nome como integrante do chamado 2º Exército da ALN, ou seja, um grupo de 25 militantes da organização que teriam recebido treinamento de guerrilha em Cuba, entre março e setembro de 1969.

Segundo informações constantes no processo junto à CEMDP, bem como nos dossiês elaborados por familiares, Norberto retornava de Cuba em 18/04/1970, quando teria sido preso, ou detectado pelos órgãos de segurança, ao entrar no Brasil pelo aeroporto do Galeão. Morreu em circunstâncias não esclarecidas até hoje, havendo o registro de que o responsável por sua prisão foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury. A versão oficial é de que se suicidou, enforcando-se com uma gravata no quarto que ocupava no hotel Pirajá, conhecido bordel de policiais naquela época, no centro de São Paulo, proximidades da antiga estação rodoviária e do próprio DOPS. Não há perícia de local, laudo necroscópico e nem fotos do corpo.

A versão de suicídio, confirmada em nota oficial pelo então delegado do DOPS Romeu Tuma, consta no inquérito feito pelo delegado Ary Casagrande, onde há um bilhete que Norberto teria escrito para enviar à família. Buscando esclarecer os fatos, seu sogro foi até o hotel e lá soube que ali ninguém se suicidara. O próprio inquérito contribui para desmentir a versão oficial. Na requisição de exame, consta que teria se afogado e o laudo necroscópico ali citado, mas nunca localizado, informa que a morte se dera por asfixia.

Ao elaborar seu parecer, o relator na CEMDP argumenta que o bilhete atribuído a Norberto revela estado de aflição por pressentir a captura, demonstra consciência do risco de vida que corria, e não uma vontade suicida. Buscando ganhar tempo e demonstrando certeza do que lhe ocorria, informava à família que viajara para Niterói, Campos, Vitória, Belo Horizonte, terminando em São Paulo.

O relator ressaltou que apesar de não haver provas irrefutáveis de sua morte sob a custódia do Estado, os indícios eram suficientes para o deferimento, sendo o seu voto aprovado por unanimidade na Comissão Especial.



ROBERTO MACARINI (1950-1970)

Número do processo: 324/96

Filiação: Herminia Juliano Macarini e Dolarato Antônio Macarini

Data e local de nascimento: 15/07/1950, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 28/04/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/08/96

O estudante e bancário Roberto Macarini, de 19 anos, foi preso em São Paulo no dia 27/04/1970 e levado à sede da OBAN, onde foi submetido a violentas torturas. Militante da VPR, teria sido levado pelos agentes policiais, conforme a versão oficial, a um suposto encontro

com companheiros da organização clandestina no Viaduto do Chá, onde atirou-se sobre o Vale do Anhangabaú, tendo morte instantânea. Foi sepultado por seus familiares no cemitério da Vila Formosa.

De acordo com denúncia apresentada por presos políticos, de fevereiro de 1973, reproduzida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Macarini foi preso pelo DOI-CODI/SP e torturado pela equipe C, dirigida pelo capitão do exército Homero Machado e pelos seguintes policiais: escrivão de polícia Gaeta; funcionário da Polícia Federal de alcunha "Alemão", tenente da Aeronáutica que participou do IPM da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, de nome Alberto; o carcereiro de alcunha "Lungaretti".

No dia 28/4/1970, Macarini foi retirado do DOI-CODI pela equipe do capitão PM Coutinho, capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz; capitão PM Tomas; investigador do DEIC Paulo Rosa; tenente do Cenimar de alcunha "Marinheiro", cabo PM de alcunha "DKW"; um delegado de polícia que anteriormente havia servido em São Carlos (SP), de alcunha "Dr. Raul", e outros.

Fichas sobre Roberto Macarini foram encontradas nos arquivos do DOPS de São Paulo e se referem ao suicídio, ao material de imprensa contendo a denúncia da morte sob tortura e, em uma delas, consta textualmente: torturado p/ equipe C do Exército.

O já mencionado relatório da Marinha, de 1993, confirma a versão oficial, agregando que o fato não fora noticiado para não prejudicar as operações em curso de desmantelamento da VPR. A requisição do laudo de necropsia foi feita pelo delegado Michel Miguel, está assinalada com um "T", e é assinada pelos médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha, que atestaram a *causa mortis* como "*choque traumático, lesões traumáticas crânio encefálicas*".

A relatora pediu a aprovação alegando que fora confirmada a prisão e, conforme a própria ficha do DOPS, a tortura. Foi acompanhada em seu voto por todos os integrantes da CEMDP.



OLAVO HANSEN (1937-1970)

Número do processo: 082/96

\Filiação: Borborema Hansen e Harald Hansen

Data e local de nascimento: 14/09/1937, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PORT

Data e local da morte: 09/05/1970, em São Paulo.

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Dirigente do PORT assassinado sob torturas em São Paulo, em maio de 1970, Olavo fez o curso primário em Guarulhos e continuou os estudos no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo, onde passou a residir. Em 1954, mudou-se para Mauá e fez o científico no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André. Ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas, militando no Movimento Estudantil. Antes, tinha sido *office-boy* em várias empresas, trabalhou em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá, buscando sempre custear seus próprios estudos.

Abandonou o curso de Engenharia para dedicar-se integralmente à militância sindical e política, passando a trabalhar como operário em uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria. Com o Sindicato dos Metalúrgicos sob intervenção após 1964, tornou-se ativo lutador da oposição sindical. Quando preso e assassinado sob torturas, trabalhava como operário na indústria química IAP, de fertilizantes, em Santo André.

Em seu prontuário, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, constam diversas prisões: 07/03/1963, por distribuir panfletos sobre Cuba; 07/11/1964, por suas atividades nas recentes assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos, sendo solto através de *habeas-corpus* em

30/11/1965. E a referência à última prisão, da qual não saiu vivo: preso e colocado à disposição da Delegacia de Ordem Social em 02/05/1970 por estar distribuindo panfletos subversivos na praça de esportes do Sindicato dos Têxteis, no dia anterior.

Olavo participava de atividades comemorativas do Dia Internacional do Trabalho, ao ser preso pelo DOPS/SP, junto com outras 18 pessoas, na praça de esportes da Vila Maria Zélia. Passou por diversos presídios – Batalhão Tobias Aguiar, QG da Polícia Militar, OBAN e finalmente DOPS, onde ficou detido na cela nº 2. No dia 5 de maio, foi retirado dessa cela e conduzido à sala de interrogatórios, onde permaneceu por mais de 6 horas. Na volta, os companheiros ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, choques elétricos oriundos do tubo de imagens de um televisor, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos e pau-de-arara com afogamentos. Os presos políticos passaram a exigir que fosse chamado um médico para prestar assistência a Olavo, o que só aconteceu no dia 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, ele apresentava sinais evidentes de complicações renais e edema nas pernas.

O médico que o assistiu, Geraldo Ciscato, lotado no DOPS/SP, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. O estado de Olavo vinha se agravando a cada dia. Os demais presos políticos promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva. Tudo em vão. Somente no dia 8 de maio, quando seu estado já era gravíssimo, o médico voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido a um hospital.

No dia 13 de maio, a família foi informada de que Olavo se suicidara no dia 9, intoxicado por ter ingerido o inseticida Paration. Assinou a solicitação de exame necroscópico o delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e, o laudo, os legistas Geraldo Rebelo e Paulo Augusto Queiroz Rocha. Os legistas descreveram equimoses, lesões e ferimentos, registrando que tais lesões não teriam ocasionado a morte; e concluíram que poderia ter sido decorrente de envenenamento.

Sua morte foi denunciada na Câmara dos Deputados por 27 sindicatos de São Paulo, cinco Federações Sindicais, pela Igreja, intelectuais e estudantes, como também por organizações sindicais latino-americanas, tendo como porta-voz o líder do MDB Oscar Pedrosa Horta. Diante das denúncias, o governo viu-se na contingência de abrir um inquérito, que foi encerrado com o seguinte resultado: Olavo Hansen praticara suicídio ingerindo o inseticida Paration, que mantinha escondido em suas vestes após a prisão. Nenhum dos militantes presos com Olavo foi ouvido.

Os presos políticos que se encontravam no DOPS acusaram os responsáveis pela morte de Olavo: delegado Ernesto Milton Dias e delegado Josecyr Cuoco, com suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Sálvio Fernandes do Monte e, ainda, a colaboração do médico Geraldo Ciscato.

Somente com a abertura de alguns arquivos da repressão política se pode constatar, pela requisição de necropsia ao IML e pelo laudo, que seu corpo fora encontrado no Hospital Central do Exército, e não no Museu do Ipiranga, conforme a versão do laudo e da nota oficial dos órgãos de segurança. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra sobre Olavo *"falecido em São Paulo, no Hospital Militar, em 8 de maio de 1970, de morte natural, segundo comprovado através de inquérito, cujo Relatório, bem como o despacho de arquivamento do Juiz Auditor, foram publicados no 'Correio da Manhã' de 20 de novembro 1970"*.

O relator na CEMDP destacou que o processo protocolado incluía um detalhado depoimento da atriz Dulce Muniz, que esteve presa com Olavo Hansen. Explica ela que 13 sindicatos organizaram uma festa de 1º de Maio, no estádio Maria Zélia, com a participação de familiares, numa tentativa de reorganizar os trabalhadores. O grupo de presos foi levado para o Batalhão Tobias Aguiar e, depois, para a OBAN. Dulce tinha 22 anos e estava com o marido, Hélio, e mais 15 jovens. O mais velho era Olavo, com 30 anos, que tentava acalmar a todos. Já no DOPS, quando, uma tarde, Dulce desceu do interrogatório, Olavo quis falar com ela. Ele estava sentado no meio da cela e os companheiros tiveram que carregá-lo pelos dois braços para chegar até a janelinha da porta. Foi a última vez que o viu. Nesta mesma noite, Olavo foi levado em coma para o hospital.

O relator concluiu que *"é inaceitável a versão de suicídio e encontro do cadáver em via pública, devendo ser reconhecido, por esta Comissão, o falecimento de Olavo Hansen em 09/05/1970, por causa não natural, em dependência hospitalar militar, para onde foi levado em estado de coma, no dia anterior, estando preso, sem interrupção desde o dia 01/05/1970"*.



ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943-1970) e

Número do processo: 060/96

Data e local de nascimento: 25/05/1943, Cachoeira do Sul (RS)

Filiação: Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 17/05/1970, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 18/03/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 21/03/1996



ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA (1948-1970)

Número do processo: 068/96

Filiação: Gláucia Maria de Oliveira e Argeu de Oliveira

Data e local de nascimento: 19/11/1948, Tiros (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 17/05/1970, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Embora militantes de organizações clandestinas distintas, Alceri Maria Gomes da Silva e Antônio dos Três Reis de Oliveira foram mortos juntos, no dia 17/05/1970, em São Paulo. Ambos os nomes constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Alceri na lista de mortos e Antônio como desaparecido, tendo seu nome integrado o Anexo da Lei nº 9.140/95.

Alceri, gaúcha de Porto Alegre e afrodescendente, trabalhava no escritório da fábrica Michelletto, em Canoas, onde começou a participar do movimento operário e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em setembro de 1969, visitou sua família em Cachoeira do Sul para informar que estava de mudança para São Paulo, engajada na luta contra o regime militar. Após sua morte, a família viveu um verdadeiro processo de desestruturação. O pai, desgostoso, morreu menos de um ano depois de saber, por um delegado de Canoas, que a filha fora morta em São Paulo. Uma de suas irmãs, Valmira, também militante política, não suportou a culpa que passou a sentir por ter permitido que a irmã saísse de sua casa. Suicidou-se ingerindo soda cáustica.

Antônio era natural de Tiros, Minas Gerais. Fez o curso ginasial no Colégio Nilo Cairo e estudava Economia na Faculdade de Apucarana. Foi membro da União Paranaense de Estudantes e produzia programas para a rádio local, junto com José Idésio Brianesi, também militante da ALN. Foi processado por participar do 30º Congresso da UNE, em 1968, em Ibiúna (SP).

Depoimento dos presos políticos de São Paulo denunciou a morte desses dois militantes por agentes da OBAN, chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima. Ambos foram enterrados no Cemitério de Vila Formosa e os corpos nunca foram resgatados, apesar das tentativas feitas em 1991, a cargo da Comissão de Investigação da Vala de Perus. As modificações na quadra do cemitério, feitas em 1976, não deixaram registros de para onde foram os corpos dali exumados.

Apesar da prisão ou morte de Antônio ter sido negada pelas autoridades de segurança, no Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993 consta que ele morreu no dia 17/05/1970, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, quando uma equipe dos órgãos de segurança averiguava a existência de um "aparelho". Os documentos acerca de sua morte somente foram encontrados na pesquisa feita no IML/SP em 1991. Ali, foi localizada uma requisição de exame, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, determinando que o corpo somente fosse enterrado após a autorização do órgão. Os legistas João Pagenoto e Albeylard Queiroz Orsini assinaram a certidão de óbito, dando como causa da morte lesões traumáticas crânio-encefálicas, causadas por um tiro que penetrou no olho direito e saiu pela nuca. Apesar da confirmação da morte após tantos anos de busca, seu nome continuou a fazer parte da lista de desaparecidos políticos por decisão da Comissão de Familiares.

Alceri foi morta com quatro tiros, de acordo com o laudo necroscópico assinado pelos legistas João Pagenotto e Paulo Augusto Queiroz Rocha, que descrevem ferimentos no braço, no peito e dois que penetraram pelas costas, na coluna. Ao examinar o processo de Alceri, considerou o relator na CEMDP que as circunstâncias de sua morte foram exatamente as mesmas de Antônio, invocando o reconhecimento, por analogia, de que se o falecimento de Antonio atraiu o benefício previsto na lei, a Comissão Especial tivesse como satisfeitos, também em relação a Alceri, os pressupostos para que sua morte fosse enquadrada na Lei nº 9.140/95.



MARCO ANTÔNIO DIAS BAPTISTA (1954-1970)

Número do processo: 006/96

Filiação: Maria de Campos Baptista e Waldomiro Dias Baptista

Data e local de nascimento: 07/08/1954, Sorocaba (SP)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: maio de 1970, Goiás

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido político constante da lista anexa à Lei nº 9.140/95, Marco Antonio era paulista de Sorocaba, mas residia desde criança em Goiânia (GO). Preso e presumivelmente morto antes de completar 16 anos, é o mais jovem dentre todos os desaparecidos políticos do regime militar. Era militante da Frente Revolucionária Estudantil, vinculada à VAR-Palmares. Estudante secundarista do Colégio Estadual de Goiânia, participou do congresso da UBES, em Salvador, em 1968, sendo também dirigente daquela entidade. Jovem extremamente precoce, trabalhava na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás no turno da tarde e, pela manhã, dava aulas particulares de inglês e português. Praticava halterofilismo. Em 1969, teria permanecido preso por um dia, após evitar que a polícia efetuasse a prisão de um irmão, também vinculado à VAR, que se entregaria aos órgãos de segurança no segundo semestre de 1970.

Não foi possível definir a data precisa de seu desaparecimento. As pesquisas em torno de informações sobre seu desaparecimento, inicialmente, indicaram que ele foi visto pela última vez em Porto Nacional, naquela época estado de Goiás, hoje Tocantins, por volta de março-abril de 1970. Depoimento de outro ex-militante da época informa que manteve encontro com ele numa praça de Araguaína, em maio.

Segundo declarações do médico Laerte Chediak – irmão do ex-delegado da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, Hibrain Chediak – ao jornal *Tribuna Operária*, em 1981, Marco Antônio teria sido detido em maio de 1970 pelo "*Grupo do capitão Marcus Fleury*", e que, ao ter permissão para visitar a família, fugiu e provavelmente estaria morto. O delegado citado nada confirmou. Marcus Fleury era oficial do Exército, no 10º BC, e também comandou a Polícia Federal de Goiás naquele período. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, informa sobre Marco Antônio que era "*líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970*".

Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu prazo de 90 dias para que a União entregasse a ossada de Marco Antônio a sua mãe, autora de uma ação judicial vitoriosa e, em audiência reservada, explicasse as circunstâncias que envolveram a prisão e morte do estudante. A União foi condenada, ainda, a pagar uma indenização de R\$ 500 mil à família.

No dia 15/02/2006, cumprindo a determinação do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho o então ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, realizou audiência com a família do estudante. A mãe de Marco Antônio, Maria de Campos Baptista, veio a Brasília pedir ao vice-presidente firmeza nas investigações para encontrar o filho ou seus restos mortais. Aquela alta autoridade da República ouviu um relato emocionado da mãe, que contou ter mantido a porta da casa sempre aberta, durante anos e anos, na esperança de que o filho um dia retornasse. Segundo relato da mãe aos jornalistas, o vice-presidente e ministro da Defesa não tinha as informações requeridas pela família e exigidas pelo Poder Judiciário, mas demonstrou boa vontade e interesse em ajudá-la.

Aos 78 anos, Dona Santa, como era conhecida em Goiânia, guardava esperanças de enterrar Marco Antônio no jazigo da família. Ao voltar para Goiânia, após a audiência, Dona Santa faleceu em grave acidente rodoviário na BR-060, num trecho conhecido como Sete Curvas.

O 31º Congresso da União Estadual dos Estudantes de Goiás, realizado em maio daquele ano, prestou a ela e ao filho desaparecido uma homenagem especial.



ANTÔNIO BEM CARDOSO (1938-1970)

Número do processo: 369/97 e 075/02

Filiação: Otavina Bem Cardoso e Antônio Figueira Cardoso

Data e local de nascimento: 21/09/1938, Serrita (PE)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 01/06/1970, Jati (CE)

Relator: Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 02/08/2005 por unanimidade (fora indeferido em 25/03/1998)

Data da publicação no DOU: 22/08/2005

Seu nome nunca constou das listas de mortos e desaparecidos, sendo conhecido a partir do requerimento apresentado por sua viúva. Protocolado em 10/04/1997 foi examinado pela CEMDP na reunião de 25/03/1998, sendo indeferido por unanimidade, por se tratar de pleito intempestivo. O caso voltou a ser apresentado à Comissão Especial quando entrou em vigor a Lei 10.536/02, que substituiu a Lei nº 9.140/95, abrindo novamente o caso para apresentação de requerimentos.

Antônio Bem Cardoso foi morto na madrugada de 01/06/1970, na cidade de Jati, no Cariri cearense. O relato do ocorrido foi feito por sua mulher, Iulene, que presenciou a morte, na casa onde moravam. Iulene foi despertada por um estouro. Ato contínuo, Antônio passou correndo pelo corredor, gritando: "Atiraram em mim". Tinha o peito encharcado de sangue. As filhas acordaram em pânico. Da rua, a esposa ouviu vozes que se identificavam como sendo da Polícia Federal e ordens para que o marido se entregasse. Antônio agonizava. Com a arma de um policial apontada para sua cabeça, Iulene foi obrigada a sair de casa com as duas filhas. No pátio e na rua, outros policiais ameaçavam os que tentavam defendê-la. À tarde, foi levada da casa onde se refugiara para prestar depoimento na delegacia de Brejo Santo.

Matéria de um jornal da época, não identificado, noticiou a morte. Em julho de 2004, o jornal *O Povo* publicou a história de Antônio, citado dentre os 15 cearenses mortos ou desaparecidos durante a ditadura.

Diversas tentativas foram feitas pela relatora para localizar o inquérito, laudo ou perícia de local junto à Delegacia de Polícia de Jati e de Brejo Santo. Duas fotos do corpo integram o processo, cuja procedência não é informada. Antônio fora militante da ALN, atuando no Ceará sob a coordenação de Arnaldo Cardoso Rocha, dirigente da organização morto em 1973.



SILVANO SOARES DOS SANTOS (1929-1970)

Número do processo: 297/96

Data e local de nascimento: 15/08/1929, Três Passos (RS)

Filiação: Malvina Soares dos Santos e Antônio Vieira dos Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 25/06/1970 em Humaitá (RS)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes e Nilmário Miranda

Indeferido em: 10/04/1997 por unanimidade

Silvano era camponês e vivia na cidade de Campo Novo (RS). Participou da chamada Guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul, que não passou de uma tentativa de desencadeamento de reação da população gaúcha contra o regime militar, às vésperas de completar seu primeiro aniversário. No dia 26/03/1965, o coronel cassado do Exército, Jefferson Cardim Osório, ligado a Leonel Brizola, liderou algumas

pequenas operações militares no extremo noroeste daquele estado, divisa com Santa Catarina e fronteira com a Argentina, entre Três Passos e Tenente Portela. O movimento foi rapidamente debelado e Cardim submetido a violentas torturas.

Silvano Soares dos Santos tem seu nome registrado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, no capítulo "Outras Mortes", onde estão incluídos os óbitos ocorridos entre 1964 e 1979 que de alguma forma estão vinculados à ação da repressão política. Silvano teria sido preso no 2º andar do Batalhão de Fronteiras, vindo a morrer 15 dias depois, em 25/06/1970, com 41 anos de idade, vitimado por um derrame. O médico, que assina o atestado de óbito, indicou como causa da morte "*caquexia*", informamos que Silvano morreu em seu domicílio. Após voto pelo indeferimento inicial, houve pedido de vistas ao processo, mas não foi possível comprovar o nexos causal entre a sua última prisão e a morte. O processo não foi reapresentado após a ampliação dos critérios da Lei nº 9.140/95, o que poderia ter permitido seu deferimento.



EIRALDO DE PALHA FREIRE (1946-1970)

Número do processo: 329/96

Filiação: Walkyria Sylvete de Palha Freire e Almerindo de Campos Freire

Data e local de nascimento: 15/05/1946, Belém (PA)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 04/07/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 05/05/1998 por 5x2 (votos contra de João Grandino Rodas e Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 07/05/1998

Eiraldo de Palha Freire foi baleado e preso no dia 01/07/1970, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, por militares da Aeronáutica, quando tentava seqüestrar um avião de passageiros da empresa Cruzeiro do Sul para libertar presos políticos. Também foram presos na mesma operação seu irmão Fernando Palha Freire e o casal Colombo Vieira de Souza Junior e Jessie Jane, militantes da ALN que teriam decidido realizar o seqüestro para libertar o pai de Jessie, preso político em São Paulo como militante da mesma organização. Eiraldo morreu em 04/07/70, no Hospital da Aeronáutica, sendo sepultado pela família no dia seguinte, no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

Os três presos sobreviventes da tentativa de seqüestro do avião foram formalmente acusados pela morte de Eiraldo, e Colombo indiciado por tê-lo atingido. No decorrer do julgamento, a Promotoria concordou com a versão da defesa de que Eiraldo havia cometido suicídio.

No processo junto à CEMDP, o relatório salienta as diferentes versões contidas nos jornais e documentos oficiais. Numa delas, Eiraldo foi morto por Colombo; em outra, suicidou-se, tendo morte imediata ainda dentro do avião; numa terceira, foi socorrido, morrendo posteriormente. Na verdade, ficou provado que ele chegou a ser acareado com Jessie Jane no DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, onde estava sendo interrogado.

O exame de corpo de delito, realizado um dia antes da morte, no Hospital da Aeronáutica, no Galeão, quando Eiraldo já se encontrava em coma, foi firmado por Fausto José dos Santos Soares e Paulo Erital Jardim, que simplesmente registraram estar baleado. A necropsia, firmada por José Alves de Assunção Menezes e Ivan Nogueira Bastos, descreve algumas escoriações no seu corpo, como na frente, nariz, incisões cirúrgicas nas regiões temporais e traqueostomia.

O fato inquestionável é que foi visto por Jessie Jane no DOI-CODI e somente foi levado a exame de corpo de delito dois dias depois da prisão. Além disso, tinha, após o exame de corpo de delito, outros ferimentos não descritos no laudo, mas referidos na necropsia.

Em decisão tomada na reunião de 05/05/1998, a CEMDP aprovou o requerimento, por maioria de votos, tendo prevalecido o entendimento de que a soma de contradições entre documentos oficiais, o desencontro entre versões, a prova taxativa de que Eiraldo foi interrogado no DOI-CODI e vários outros indícios convergiam no sentido de recomendar o deferimento.



LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES (1949-1970)

Número do processo: 355/ 96

Filiação: Maria Dinah Guimarães e Leovegildo Guimarães

Data e local de nascimento: 08/02/1949, Lambari (MG)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 31/07 /1970, Belo Horizonte (MG)

Relator: Nilmário Miranda, com pedido de vistas de Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 27/08/1996 por 4x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e Miguel Reale Jr.)

Data da publicação no DOU: 29/08/1996

Lucimar Brandão Guimarães foi militante do PCB, de onde saiu para a dissidência chamada Núcleo Marxista Leninista (NML) e, posteriormente, ligou-se à VAR-Palmares. Passou sua infância em Lambari, no sul de Minas Gerais, onde nasceu. No Rio de Janeiro, foi líder estudantil secundarista, estudou no Colégio Pedro II e participou da Juventude Estudantil Católica. Em fins de 1969, foi morar em Belo Horizonte (MG). Foi preso na capital mineira no dia 26/01/1970, no apartamento onde residia, na avenida Augusto de Lima. Foram presos também Augusto Cezar Sales Galvão, Fortunato da Silva Bernardes e José Roberto Borges Champs.

Lucimar foi visto pelos companheiros quatro dias depois da prisão, quando chegava escoltado à penitenciária Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves (MG). Morreu, aos 21 anos, no dia 31/07/1970, no Hospital Militar de Belo Horizonte, onde teria definhado desde março. Pela versão oficial, a morte foi atribuída a ferimentos sofridos por ocasião de um grave acidente ocorrido com o veículo policial que o transportava e que teria capotado. Essa mesma notícia foi repassada aos companheiros de prisão pelo capitão da PM Pedro Ivo Gonçalves Ferreira, em março de 1970.

Em depoimento, José Roberto Borges Champs afirma que esteve com Lucimar no Presídio Magalhães Pinto, sendo que em 28 de janeiro ele foi levado pelos agentes. Decorrido algum tempo, o capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira compareceu ao presídio exclusivamente para percorrer as celas e comunicar que Lucimar havia sofrido ferimentos graves em consequência de acidente ocorrido com a viatura policial que o transportava. José Roberto afirmou ainda que, em março do mesmo ano, quando estava no quartel do 8º Batalhão de Guardas da PM, um sentinela lhe contou ter visto Lucimar agonizando, no Hospital Militar, e que ficara impressionado ao saber sua idade, 21 anos, pois imaginara que tivesse mais de 60. Dessa forma, descrevia o quanto era precário o estado físico em que Lucimar se encontrava, coberto de hematomas e imobilizado por estar com a coluna quebrada. A mãe de Lucimar, ao visitar o filho no hospital após o acidente, no qual também se feriram policiais, soube que ele sofrera sevícias. Relatou que tentara transferi-lo para outro hospital, o que considera poderia ter salvado sua vida.

O relator votou pelo deferimento do processo, havendo pedido de vistas após voto em contrário. O pedido de vistas de Paulo Gustavo Gonet Branco pretendeu possibilitar que dois integrantes da CEMDP, ausentes na reunião, também votassem, conforme a praxe observada de evitar que assuntos polêmicos fossem decididos sem o voto de todos os membros do colegiado. Ao acompanhar o voto anterior, Gonet se deteve em examinar se a morte fora ou não por causa natural, conforme os preceitos da Lei nº 9.140/95, concluindo que o acidente causador da morte, conforme a versão das próprias autoridades, se deu durante remoção em veículo policial de um presídio a outro, o que caracteriza claramente o conceito de dependência policial ou assemelhada.



JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO (1941-1970)

Número do processo: 223/96

Filiação: Maria da Conceição Ferreira de Araújo e José Alexandre de Araújo

Data e local de nascimento: 06/06/1941, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 23/09/1970, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Conhecido na militância clandestina da VPR como Aribóia ou Araribóia, foi morto em São Paulo em 23/09/1970, sendo enterrado no cemitério de Vila Formosa sob a identidade falsa de Edson Cabral Sardinha, nome que acabou constando em várias listas que denunciavam as mortes e desaparecimentos políticos durante o regime militar.

Cearense de Fortaleza, com a família residindo no interior da Paraíba, José Maria ingressou na Marinha em 1959, no Rio de Janeiro. Logo após a deposição de João Goulart, foi preso e acusado de ser um dos organizadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Permaneceu incomunicável na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, por quatro meses, sendo expulso da Armada em dezembro de 1964. Mais tarde, foi condenado pela 1ª Auditoria da Marinha a 5 anos e 1 mês de prisão.

José Maria esteve em Cuba como integrante do grupo de militantes do MNR. Era um dos contatos freqüentes de José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, com quem atuara nas mobilizações dos marinheiros no início dos anos 60, e que mais tarde seria desmascarado como agente infiltrado, responsável pela prisão e morte de um número incalculável de militantes das organizações clandestinas de resistência ao regime militar. Naquele país, foi casado com a militante de origem paraguaia Soledad Barret Viedma, com quem teve uma filha. Soledad seria morta em 1973, em Pernambuco, quando militava na VPR e estava grávida de seu parceiro cabo Anselmo, que já trabalhava ativamente para os órgãos de repressão.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram a informação de que José Maria foi morto em 23/09/1970, num terminal de ônibus no Anhangabaú, no centro da capital paulista, quando reagiu à prisão que seria efetuada por agentes do DOI-CODI/SP. Na véspera, os agentes desse órgão de repressão teriam detido Mário de Freitas Gonçalves, também militante da VPR, conhecido como Dudu, que informou sobre o encontro com Aribóia, conseguindo fugir espetacularmente quando José Maria reagiu, sendo esse um primeiro episódio em que a VPR se viu envolvida com a possibilidade de existir infiltração em suas fileiras.

As condições da morte de José Maria somente obtiveram algum esclarecimento em 1990, a partir da abertura da Vala de Perus, em São Paulo, e do acesso aos arquivos do IML/SP. Uma requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, datada de 23/09/1970, informa que preso por atividades terroristas, faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital, presumindo-se de mal súbito. Conforme a própria requisição, a Delegacia Distrital em questão localizava-se na Rua Tutóia e era a própria sede do DOI-CODI de São Paulo.

O laudo necroscópico assinado por Sérgio Belmiro Acquesta e Paulo Augusto de Queiroz Rocha descreve diversas equimoses e escoriações: no queixo – a única visível na foto de seu corpo encontrada nos arquivos – e ainda nos braços, região glútea e sacra, e em forma de colar em torno dos dois punhos, o que foi visto na CEMDP como prova de que José Maria foi preso. Os legistas afirmam, no entanto, que não puderam determinar a causa da morte. Sugerem duas possibilidades: envenenamento com alguma substância volátil não identificada no exame toxicológico, ou a morte súbita em função da comoção causada pela prisão. Assim, a certidão de óbito, lavrada no Cartório da Vila Mariana tem como declarante Paulino de Paula Almeida e a causa da morte consta como "indeterminada".

Posteriormente, foram localizados nos arquivos do DOPS/SP outros documentos oficiais que contradizem a versão apresentada, tal como a resposta que o mesmo delegado Alcides Cintra Bueno Filho enviou ao Coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Secção do II Exército: "*falecido em conseqüência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança*". Outro documento, também assinado pelo mesmo delegado Cintra Bueno, datado de 07/01/1971, informa: "*não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário*". Os restos mortais jamais puderam ser encontrados, apesar das inúmeras tentativas feitas durante o governo da prefeita Luiza Erundina, em função das transformações introduzidas nas quadras do cemitério, sem o devido registro documental das mudanças.



JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA (1938-1970)

Número do processo: 089/96

Filiação: Rosa Leal Gonçalves Pereira e Enéas Gonçalves Pereira

Data e local de nascimento: 26/12/1938, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 20/10/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido político, seu nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Salvador, engenheiro eletricitista, trabalhou na Petrobras, na Refinaria de Mataripe, sendo preso em abril de 1964 e, nesse mesmo ano, demitido da empresa estatal. Foi casado com Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, com quem teve quatro filhos. Após ser libertado trabalhou na Coelba – Companhia de Eletricidade da Bahia.

Foi seqüestrado na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20/10/1970, por agentes do DOI-CODI/RJ. Levado para aquele destacamento no Batalhão de Polícia do Exército, foi acareado com o estudante Marco Antônio de Melo, com quem tinha marcado um encontro de rua. Cecília Coimbra, psicóloga e fundadora, mais tarde, do Grupo Tortura Nunca Mais, presa no DOI-CODI/RJ naquele momento, viu Jorge sendo levado para interrogatório.

Em 06/12/1971, o advogado de Jorge Leal conseguiu a suspensão da audiência de um processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro com 63 réus acusados de pertencerem à AP, pelo fato de seu constituinte não ter sido apresentado ao tribunal, mesmo estando preso conforme informações de outros acusados. O Conselho de Justiça decidiu ouvir, então, o depoimento de Marco Antonio de Melo, que confirmou a prisão de Jorge no DOI-CODI. Mesmo assim, o I Exército oficiou à Auditoria da Aeronáutica negando o fato.

Em novembro de 1972, a mãe de Jorge Leal, senhora Rosa Leal Gonçalves Pereira, enviou uma carta, que não obteve resposta, à esposa do presidente da República, senhora Scyla Médici, com o seguinte teor:

"Há dois anos meu filho Jorge foi preso na Guanabara. Jorge é casado, tem quatro filinhos e eu, como mãe e avó, venho lhe pedir para ter pena destas crianças que ainda tão pequenas estão privadas do seu amor e do seu carinho. Os meninos têm 8, 6, 4 e 2 anos.(...)E a menina está com 2 anos e meio, e esta não conhece o pai. D. Scyla, perdoe-me tomar algum tempo seu para me ouvir, mas acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Assim faço neste momento, lhe dirijo o pedido de uma mãe e avó à outra: onde está Jorge?"

Nos arquivos do DOPS/PR o nome de Jorge figura numa gaveta com a identificação de "falecidos". Em 08/04/1987, a revista *IstoÉ*, na matéria "Longe do Ponto Final", publicou revelações de Amílcar Lobo, médico cassado pelo Conselho Federal de Medicina em 1989 por participar das sessões de tortura, que afirmava ter visto Jorge no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. A morte de Jorge e de mais outros 11 desaparecidos foi confirmada por um general entrevistado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 28/01/1979, cujo nome não foi publicado.



JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (1913-1970)

Número do processo: 132/96

Data e local de nascimento: 05/09/1913, Jaboticabal (SP)

Filiação: Cleonice Câmara Ferreira e Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 23/10/1970 em São Paulo

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/1996

Joaquim Câmara Ferreira foi preso em São Paulo no dia 23/10/1970 e morto sob torturas no mesmo dia. Mais conhecido por Toledo, era considerado o número 2 da ALN tendo participado diretamente do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Se encontrava em Cuba quando Carlos Marighella foi morto, em novembro do ano anterior. Retornou então ao Brasil e assumiu o comando geral daquela organização clandestina.

Sua morte foi divulgada na imprensa, mais uma vez, como sendo trunfo do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS paulista, conhecido chefe de torturas, processado várias vezes como líder maior do Esquadrão da Morte. Quem teria levado a polícia a localizar Toledo foi o militante da ALN José da Silva Tavares, preso meses antes em Belém e que teria passado a colaborar com os órgãos de segurança. Joaquim Câmara Ferreira nasceu em Jaboticabal (SP), em 05/09/1913. Era membro do Partido Comunista desde 1933. Jornalista, foi diretor de diversas publicações do partido e, em 1937, passou a atuar de forma clandestina, concentrando seu trabalho no sindicalismo do setor ferroviário. Durante o Estado Novo foi preso numa gráfica do PCB e torturado no DOPS paulista até perder algumas unhas da mão. Em 1946, elegeu-se vereador em Jaboticabal, mas no ano seguinte, com a cassação do registro eleitoral do PCB, perdeu o mandato. Em 1953, atuou de forma destacada na greve geral de São Paulo. Foi vogal da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi preso em São Bernardo do Campo, onde realizava palestra para operários sobre o papel da imprensa na luta pelas reformas de base, sendo libertado pouco depois. Em 1967, acompanhou Marighella na formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, embrião da ALN.

Toledo foi preso por volta de 19 horas do dia 23/10/1970, na avenida Lavandisca, bairro de Indianópolis, em São Paulo. A versão divulgada foi de que Câmara morreria ao entrar em luta corporal com os agentes que buscavam prendê-lo. Na verdade, foi levado para um sítio clandestino pelo delegado Fleury, onde morreu no mesmo dia, por volta da meia-noite, conforme apurou a CEMDP.

Em telex encontrado nos arquivos do DOPS/PE, o II Exército informa que o DOPS localizara e prendera às 19h30min do dia 23 de outubro, Joaquim Câmara Ferreira, que investira contra os policiais causando em vários deles ferimentos generalizados, tendo falecido no decurso da diligência. Continua a mensagem: "*Informo ainda foi dado conhecer repórteres imprensa falada escrita seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado na área*".

Um Relatório Especial de Informações nº 7/70, exemplar nº 18, do Ministério do Exército, assinado pelo general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado-Maior do II Exército, encontrado nos arquivos do DOPS/SP com o título de prisão e morte de Joaquim Câmara Ferreira, Toledo ou Velho, registra que o delegado Sérgio Paranhos Fleury, tendo obtido informação de que José da Silva Tavares, esteve com Toledo, antes de seguir para o norte do país, obteve autorização e apoio do II Exército para buscar o preso e trazê-lo para São Paulo. Depois de cerca de um mês de exaustivo processo de investigação, partindo da colaboração do infiltrado, fora levantada uma pista, no dia 21 outubro. No relatório consta que: "*sendo submetido a interrogatório, Toledo foi acometido de crise cardíaca, que lhe ocasionou a morte, apesar da assistência médica a que foi submetido*".

A morte de Toledo sob torturas já havia sido denunciada pelos presos políticos da época, baseada nos relatos de Maria de Lourdes Rego Melo e Viriato Xavier de Mello Filho, que também foram torturados no mesmo sítio clandestino do delegado Fleury.

Em depoimento prestado à CEMDP, Maurício Klabin Segall, que é filho de Lasar Segall, um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil, e convivia com Câmara Ferreira desde a década de 50, relatou o ocorrido com detalhes bem precisos. Maurício foi preso na tarde do dia 23 de outubro, junto com Maria de Lourdes Rego Melo. Os dois foram levados ao sítio do delegado Fleury. Maurício assim narrou os fatos:

"(...) No sítio, bem primitivo, ao qual chegamos de olhos vendados, a iluminação era de velas, pois não havia luz elétrica. O sítio aparentemente tinha dois quartos, uma sala/cozinha e um banheiro. Os choques elétricos aplicados no pau-de-arara eram gerados num aparelho, acionado por manivela manual. Já estava lá sendo torturado Viriato, recém chegado de Cuba. (...) Tudo que se passava num dos cômodos, mesmo com porta fechada, se ouvia nos demais. (...) Quando fui pendurado, o interrogador era o próprio Fleury. (...) Em meio da minha tortura no

pau-de-arara, já de noite, que vinha durando algum tempo, houve uma agitação coletiva, colocaram uma espécie de apoio nos meus quadris, de forma que fiquei só parcialmente pendurado e a maioria dos policiais deixou às pressas o sítio, deixando apenas dois ou três para trás. Não sei quanto tempo isto durou (no mínimo 2 horas) mas, a um certo momento, fui tirado com as pernas totalmente inermes do pau-de-arara, só podendo andar amparado e fiquei sentado na sala com uma venda nos olhos, mas que deixava uma fresta na parte de baixo. Logo depois, ouvi uma pessoa chegando, arfando desesperadamente, com falta de ar, com sintomas muito parecidos com ataque cardíaco (que eu conhecia pois eram semelhantes daqueles do meu pai, por ocasião de sua morte). Esta pessoa foi levada para o quarto que tinha a cama e não o pau-de-arara. Fiquei sabendo que era Toledo pelos comentários que vinham sendo feitos pelos policiais. Havia muita agitação entre eles e Toledo não parava de arfar. A um certo momento, vi pela fresta inferior da venda dos olhos, passarem duas pernas vestidas de branco, calçadas com sapatos brancos. Não havia dúvida que era um médico. Logo depois, Toledo parava de arfar. Muito rapidamente o acampamento foi levantado e fomos levados de olhos vendados para o DOPS e, a seguir, para a OBAN. (...) Ouvi diversas manifestações de irritação do pessoal da OBAN com o pessoal do Fleury devido à morte de Toledo sem que eles pudessem tê-lo interrogado também (...) Soube depois, também, que Maria, Viriato e eu termos sobrevivido ao sítio se deveu, em boa parte, à morte prematura de Toledo".

Com base em todas essas informações, coletadas e sistematizadas no parecer apresentado à Comissão Especial na reunião de 23/04/1996, o caso foi deferido por unanimidade.



ARY ABREU LIMA DA ROSA (1949-1970)

Número do processo: 311/96

Filiação: Maria Corina Abreu Lima da Rosa e Arci Cattani da Rosa

Data e local de nascimento: 28/05/1949, Porto Alegre (RS)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 28/10/1970, em Canoas (RS)

Relator: general Osvaldo Pereira Gomes, com vistas de Suzana Keniger Lisboa

Deferido em: 30/01/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 18/02/1997

Ary Abreu Lima da Rosa era estudante de Engenharia em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e morreu aos 21 anos. Na discussão do caso na CEMDP, foi apresentado inicialmente um voto pelo indeferimento por falta de provas. Ocorreu, então, um pedido de vistas que suscitou importante trabalho de investigação, levada adiante com sucesso pela Comissão Especial.

A informação que se tinha até então era a de que Ary havia se suicidado, em 28/10/2007, na Base Aérea de Canoas, onde cumpria pena por condenação política, conforme relatado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos. Existia também uma referência no boletim de março de 1974 da Anistia Internacional, que informava ter o estudante morrido sob torturas, mas registrando como data novembro de 1970.

Somente o fato de ser preso político e ter morrido em dependência policial bastaria para a aceitação do caso dentre os dispositivos da Lei nº 9.140/95, mas a investigação foi além. A CEMDP localizou no STM a Apelação nº 38.749, referente a um processo na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, e o inquérito sobre o suposto suicídio. Os documentos encontrados causam impacto não só pelo motivo da condenação, mas pelo teor de um laudo médico anexado ao processo, que revela a utilização da Psiquiatria como instrumento de repressão política, seguindo a cartilha das piores sociedades totalitárias.

Inicialmente, Ary foi preso em 09/01/1969, junto com Paulo Walter Radke, militante do POC e de um grupo dissidente denominado MRC (Movimento Revolucionário Comunista), quando ambos estariam distribuindo na Universidade um manifesto que criticava a falta de vagas, analisava a situação do ensino universitário, condenava o regime militar e conclamava os estudantes à união e à participação na eleição do DCE-Livre, apoiando o MUC – Movimento Universidade Crítica. Ao tomar conhecimento da panfletagem, a diretora da Faculdade de Farmácia, Belchis Maria Smith Santana, chamou o DOPS, que levou os dois estudantes.

Depois de solto, Ary decidiu se mudar para São Paulo com a namorada, Eliane Cunha, filha de José Gay Cunha, militante brasileiro que lutou ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola. Ary não se ajustou à vida clandestina em São Paulo e retornou a Porto Alegre. Em 28 de agosto de 1969, foi condenado à revelia à pena de 6 meses de reclusão.

Com o retorno de Ary a Porto Alegre, seu pai, Arcy Cattani da Rosa, engenheiro hidráulico, professor na Universidade Federal, que se opunha fortemente à participação do filho nas atividades estudantis, resolveu interná-lo na clínica psiquiátrica de um parente. Permaneceu entre 02/09/69 e 01/09/1970 no Sanatório São José, sendo submetido a tratamento farmacológico e psicoterapia de apoio. Transferido no dia seguinte para o hospital da Base Aérea de Canoas, por interferência do pai, veio a falecer quase dois meses depois. Teria cometido suicídio seccionando os vasos do antebraço.

Como prova de que Ary teria se suicidado por ser "doente mental", conforme sustentava o procurador da Justiça Militar, foi anexado ao IPM cópia de ficha médica arquivada no Sanatório, onde o médico psiquiatra José A. Godoy Gavioli diagnosticara reação esquizoparanóide, dizendo que, em função de sua inadequação ao ambiente familiar, Ary tivera abalos psíquicos. Eis as palavras do psiquiatra: "*Passou a apresentar idéias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com os princípios esquerdistas, socialismo, e mesmo comunismo. Deixou crescer a barba e cabelo como 'um protesto ao mundo capitalista'. Foi atendido em domicílio, já que se negava a sair de casa para entrevistas no consultório e a abordagem para sua hospitalização naquela oportunidade tornou-se impraticável. Atualmente recidivam alguns aspectos do quadro acima relatado, embora em menor intensidade e tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide, por em prática certos aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente*".

O inquérito formalmente instalado para investigar o suicídio foi desenvolvido com tanta superficialidade que nem sequer menciona qual objeto teria sido usado por Ary para cortar as próprias veias. Com as novas informações trazidas após a solicitação de vistas, o processo recebeu voto favorável também do relator, general Osvaldo Pereira Gomes, sendo o deferimento uma decisão unânime na CEMDP.



EDSON NEVES QUARESMA (1939-1970)

Número do processo: 222/96

Filiação: Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostinho Quaresma

Data e local de nascimento: 11/12/1939, Apodi (RN)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/12/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 30/01/1997 por 4x3 (votos contra do general Osvaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 18/02/1997



YOSHITANE FUJIMORI (1944-1970)

Número do processo: 325/96

Filiação: Harue Fujimore e Tadakazu Fujimori

Data e local de nascimento: 19/05/1944, Mirandópolis (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/12/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 30/01/1997 por 6x1 (voto contrário do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 18/02/1997

No dia 05/12/1970, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori, militantes da VPR, trafegavam de carro pela Praça Santa Rita de Cássia, na capital paulista, quando foram interceptados por uma patrulha do DOI-CODI/SP. Os fatos foram relatados à CEMDP por Ivan Akselrud de Seixas, que por sua vez colheu depoimento, na época, de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido. O taxista descreveu, detalhadamente, que Fujimori caiu no meio da praça e Quaresma numa rua de acesso, sendo carregado por dois policiais e agredido na Praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI/SP, fato declarado a Ivan pelos policiais Dirceu Gravina e "Oberdan" durante seu interrogatório naquela unidade de repressão política, em 1971.

Nascido em Itaú, que naquela época pertencia ao município de Apodi (RN), Quaresma era afro-descendente e estudou até a quinta série do curso primário em Natal. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife (PE), da qual saiu como grumete em 1959. Logo em seguida, foi deslocado para o Rio de Janeiro, tendo servido no cruzador Tamandaré. Foi tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Após a deposição de João Goulart, ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durante um ano e dois meses. Em 31/12/1964 foi expulso da Armada. A partir de 1965, passou a atuar na clandestinidade, vinculado ao MNR, Viajou para Cuba e lá recebeu treinamento de guerrilha. Teria regressado ao Brasil em julho de 1970, já integrado à VPR.

Quaresma mantinha estreita ligação com o agente infiltrado cabo Anselmo. Depoimento prestado pelo cabo ao DOPS, localizado nos arquivos secretos desse departamento policial, explica que Quaresma tinha retornado de Cuba ao Brasil com a missão de preparar a chegada de próprio Anselmo. No voto da relatora do processo junto à CEMDP existem referências à possibilidade de que a eliminação sumária desses dois militantes, de elevada importância na estrutura da VPR, tenha nexos com a necessidade de manter sob sigilo a atuação infiltrada do cabo Anselmo.

Natural de Mirandópolis, interior paulista, Fujimori era técnico em eletrônica e, nas atividades da VPR, os órgãos de segurança já sabiam de sua estreita ligação com Carlos Lamarca, que nessa altura do calendário era considerado o inimigo número 1 do regime militar. Fujimori foi um dos militantes que acompanharam Lamarca no rompimento do cerco imposto a uma área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira, em São Paulo, no primeiro semestre daquele ano e um dos acusados de executar a coronhada o tenente da PM paulista Alberto Mendes Junior.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, Quaresma, sob nome falso. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. A solicitação de exame necroscópico de Quaresma foi feita pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e registra que o corpo deveria ser fotografado de frente e perfil. Mas não foram encontradas fotos de seu corpo, que deu entrada no IML quatro horas depois do suposto horário da morte. O laudo registra que uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu as costas e as outras quatro foram disparadas na cabeça, uma na região auricular direita. A relatora argumentou, em seu parecer, que era praticamente impossível uma pessoa morrer em tiroteio com quatro tiros na cabeça.

A CEMDP encaminhou os documentos relativos à morte de Fujimori para laudo do perito Celso Nenevê, que produziu a prova mais importante utilizada pela relatora. Analisando a trajetória dos tiros, o perito concluiu que três dos quatro projéteis que penetraram na face direita foram dados com o corpo de Fujimori em posição inferior, ou seja, caído ou deitado. Por maioria de votos, a CEMDP considerou que Edson e Yoshitane foram executados sob a guarda do Estado. Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões foram feitas em separado, resultando em votações diferenciadas.



EDUARDO COLLEN LEITE (1945-1970)

Número do processo: 008/96

Filiação: Maria Aparecida Leite e Alberto Collen Leite

Data e local de nascimento: 28/08/1945, Campo Belo (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 08/12/1970, São Sebastião (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Conhecido como Bacuri, Eduardo Leite tinha sido da VPR e liderou uma pequena organização clandestina de oposição armada, denominada Rede – Resistência Democrática, que se incorporou em 1970 à ALN. Foi preso no Rio de Janeiro em 21/08/1970. Seu caso foi escolhido para ser o primeiro a ser colocado em julgamento pela CEMDP, em função dos testemunhos e documentos que comprovam a premeditação de sua morte, conforme registrado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*.

Mineiro de Campo Belo, estudou em São Paulo e, muito jovem, ligou-se à Polop. Em 1967, foi incorporado ao Exército, servindo na 7ª Companhia de Guarda e, posteriormente, no Hospital do Exército, no bairro do Cambuci, em São Paulo. Técnico em telefonia, era casado com Denise Crispim, grávida quando de sua prisão. A filha, Eduarda, nasceu meses depois, na Itália, onde a mãe decidiu se refugiar. Denise era irmã de Joelson Crispim, cuja morte já foi relatada neste livro-relatório, e filha do deputado constituinte pelo Partido Comunista, em 1946, José Maria Crispim. Os agentes dos órgãos de segurança do regime militar não escondiam, a respeito de Bacuri, uma atitude de temor que se apoiava na lista de operações armadas em que tinha participado, incluindo dois seqüestros de diplomatas, o do cônsul japonês em São Paulo e do embaixador alemão no Brasil.

Preso no Rio de Janeiro pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, foi levado para uma residência particular utilizada como cárcere clandestino, em São Conrado. Ali estava preso Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, também militante da ALN, que denunciou o fato em depoimento à Auditoria Militar. Eduardo foi levado a São Paulo, voltou ao Rio de Janeiro e retornou novamente à capital paulista, onde, em outubro, foi colocado na cela 4 do compartimento conhecido como fundão do DOPS/SP, onde as celas eram totalmente isoladas.

No dia 25 de outubro, a imprensa divulgou amplamente as notas oficiais anunciando a morte de Joaquim Câmara Ferreira, principal dirigente da ALN, sendo que a informação farsante mencionava que, no momento da prisão de Câmara, Eduardo Leite havia fugido. O comandante da tropa de choque do DEOPS, tenente Chiari, da PM paulista, mostrou a Eduardo, no dia 25, os jornais que noticiavam sua fuga. Cerca de 50 presos políticos que se encontravam no DOPS compreenderam que a falsa informação era a sentença de morte de Bacuri e passaram a manter vigília permanente.

Para facilitar a retirada de Eduardo de sua cela, o delegado Luiz Gonzaga dos Santos Barbosa, responsável pela carceragem do DOPS, remanejou os presos, mantendo Bacuri em uma cela longe da observação dos demais. As dobradiças e fechaduras foram lubrificadas, de forma a evitar qualquer ruído. Aos 50 minutos do dia 27 de outubro, três dias depois de sua fuga ter sido oficialmente divulgada, Eduardo foi retirado dali sob gritos de protestos dos demais presos.

A partir daí, informa Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*: "*Bacuri chegou ao forte dos Andradas, no Guarujá, dentro de um saco de lona. Trancaram-no numa pequena solitária erguida na praia do Bueno e depois levaram-no para um túnel do depósito de munições, a três quilômetros de distância. Era certo que se houvesse algum seqüestro de diplomata, ele entraria na lista de presos a serem libertados. No dia 8 de dezembro, passadas menos de 24 horas do seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, uma Veraneio estacionou na entrada do depósito. Dela saltaram um major e dois tenentes. Foram ao banheiro onde Bacuri estava trancado e disseram-lhe que iam levá-lo ao hospital militar. Um soldado ajudava-o a encostar-se na pia para lavar-se quando o major mandou que saísse: 'Escutei uma pancada. Não sei se era tiro ou o barulho de uma cabeça batendo na parede. Só sei que logo depois o corpo dele foi retirado do banheiro no mesmo saco de lona em que chegou' (narrativa do soldado Rinaldo Campos de Carvalho). A polícia paulista informou que Bacuri, localizado, 'ofereceu tenaz resistência a tiros'. Tinha 25 anos, e seu corpo foi abandonado no cemitério de Areia Branca, em Santos, com dois tiros no peito, um na têmpora e outro no olho direito*".

O exame necroscópico assinado pelos legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo confirma a versão farsante de tiroteio. O corpo foi entregue à família e continha hematomas, queimaduras e escoriações. Muitos anos mais tarde, com a abertura dos arquivos do DOPS de Pernambuco, foi possível comprovar a falsidade da suposta fuga. Foi encontrada transcrição de uma mensagem assinada pelo chefe da 2ª seção do II Exército coronel Erar de Campos Vasconcelos. Nela, o DOPS comunica a prisão de Joaquim Câmara Ferreira, informando que tinha resistido à prisão, vindo a morrer no decorrer das diligências. Continua a mensagem: "*Informo ainda foi dado conhecer repórteres imprensa falada escrita seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado na área*".

O comunicado repete, então, na íntegra, o descrito antes sobre a prisão e morte de Câmara, sendo acrescido que "*Eduardo Leite, o Bacuri, cuja prisão vinha sendo mantida em sigilo pelas autoridades, havia sido levado ao local para apontar Joaquim Câmara Ferreira, visto que se sabia que este se utilizava de tintura de cabelo e lentes de contato e outros artificios para modificar sua aparência. Aproveitando-se da confusão, Bacuri, implicado nos seqüestros do cônsul japonês e do embaixador alemão, logrou fugir, auxiliado por dois comparsas de Joaquim Câmara Ferreira, também conhecido pelos nomes de 'Toledo' e 'Velho', que também conseguiram evadir*".

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* afirma que, durante o período em que esteve preso, Eduardo esteve nas mãos do delegado Fleury e sua equipe, dentre os quais foram identificados os investigadores João Carlos Trali, vulgo "Trailer"; Jose Carlos Filho, vulgo "Campão"; Ademar Augusto de Oliveira, vulgo "Fininho"; Astorige Corrêa de Paula e Silva, vulgo "Correinha", além de vários outros conhecidos apenas por apelidos, todos denunciados em processos sobre o Esquadrão da Morte.



CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA (1945-1970)

Número do processo: 014/96

Filiação: Julieta Pedroso de Oliveira e João Adelino de Oliveira

Data e local de nascimento: 26/06/1945, Porto Alegre (RS)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: após 29 e 30/12/1970, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido constante da lista anexa à Lei nº 9.140/95. Praticamente inexitem informações biográficas sobre sua trajetória política anterior à militância na VPR. Gaúcho de Porto Alegre, corretor de imóveis, Celso Gilberto de Oliveira foi preso no Rio de Janeiro, em 9 ou 10/12/1970, num momento em que as forças de repressão política estavam especialmente ativas. No dia 7, tinha sido seqüestrado o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, e os órgãos de segurança buscavam com voracidade alguma pista que levasse ao cativo do diplomata.

De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Celso foi preso por agentes do CISA, o setor de inteligência da Aeronáutica, comandados pelo capitão Barroso, sendo transferido ao DOI-CODI/RJ. Segundo denúncias feitas mais tarde por outros presos políticos, Celso Gilberto foi torturado nessa unidade pelos tenentes Hulk, Teles e James, todos do Exército. O ex-presos político Sinfrônio Mesa Neto afirma em seu depoimento que foi acareado com Celso nos dias 24 e 25 de dezembro, para que ele fosse incriminado como militante da VPR e seqüestrador do embaixador suíço.

Segundo o Relatório do Ministério do Exército, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Correa em 1993, Gilberto foi preso pelo CISA em 09/12/1970 e entregue ao DOI-CODI do I Exército no dia 11/12/1970. Foi interrogado em 29/12/1970, quando admitiu o seu envolvimento no seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil. Na madrugada de 29/30 de dezembro de 1970, conduziu arditosamente as equipes dos órgãos de segurança ao local que seria o cativo, mas, comprovada a farsa, empreendeu fuga conseguindo evadir-se, fato confirmado pelo relatório da Operação Petrópolis de responsabilidade do DOI-CODI/I Exército.

Já o Relatório do Ministério da Marinha registra: "*teria sido preso em 10/12/70, por Oficial da Aeronáutica e levado para o Quartel da PE, na Guanabara, no dia 18/12/70; a partir daquela data não se soube mais do seu paradeiro. Pertencia à VPR e participou do seqüestro do embaixador suíço*".

O Relatório do Ministério da Aeronáutica tem uma terceira versão: "*Militante da VPR. Participou do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em 07/12/70, do qual resultou o assassinato do agente da Polícia Federal, Hélio Carvalho de Araújo. Enquanto o referido diplomata permanecia em cativo, foi detido por uma equipe do então CISA e encaminhado ao DOI/I Ex, em 11 dez 70*".

Apesar das informações nos documentos oficiais, a morte de Celso nunca foi assumida pelos órgãos de segurança.

1971



RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA (1948-1971)

Número do processo: 259/96

Filiação: Maria Francisca de Jesus e Pedro Eduardo

Data e local de nascimento: 23/03/1948, Formiga (MG)

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 05/01/1971, São Paulo (SP)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/96

Mineiro de Formiga, Raimundo Eduardo da Silva era um jovem negro, estudante e operário. Militante da AP na cidade de Mauá, no ABC paulista, estudou no Colégio Visconde de Mauá e atuava junto ao grupo de jovens da Igreja Católica, no Jardim Zaira, região onde se desenvolveu importante trabalho pastoral orientado pelos preceitos da Teologia da Libertação e onde militava clandestinamente, na época, o legendário Betinho, Herbert José de Souza, que dedicou um texto emocionado ao operário morto.

Raimundo foi o mais jovem presidente da Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Zaira. De 1967 a 1970, trabalhou nas empresas Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e Ibrape. Sua morte terminou alcançando grande repercussão de imprensa quando o padre Giulio Vicini e Yara Spadini, dois assessores de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano de São Paulo e símbolo da luta pelos Direitos Humanos durante o regime militar, foram presos e torturados porque portavam impressos denunciando a morte sob torturas de Raimundo.

Raimundo Eduardo estava internado em uma casa de saúde da Samcil, de São Paulo, de onde foi retirado por agentes dos órgãos de segurança, no dia 22 de dezembro de 1970. Tinha 22 anos e convalescia de duas operações consecutivas em decorrência de facada recebida ao tentar impedir que seu colega de pensão fosse assassinado em uma briga. Embora seu estado de saúde fosse precário, foi levado para o DOI-CODI/SP e submetido a torturas. Morreu no Hospital Geral do Exército, no bairro do Cambuci, em 5 de janeiro de 1971.

A necropsia foi feita no IML/SP, em 22 de janeiro de 1971, pelos legistas João Grigorian e Orlando José Bastos Brandão, que deram como *causa mortis* "peritonite". É na documentação do IML que a prova da morte em dependência policial ou assemelhada foi estabelecida pela CEMDP, que deferiu o requerimento sobre o caso por unanimidade: "*vítima de agressão a faca em data de vinte e três de novembro de setenta às quinze horas, sendo socorrido pela SAMCIL e posteriormente encaminhado ao Hospital Central do Exército, onde veio a falecer às duas horas e quarenta e cinco minutos de cinco de janeiro de setenta e um*".



ALDO DE SÁ BRITO SOUZA NETO (1951-1971)

Número do processo: 225/96

Filiação: Therezinha Barros Câmara de Souza e Aldo Leão de Souza

Data e local de nascimento: 20/01/1951, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 07/01/1971, Belo Horizonte

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 23/04/96 por 6x1 (voto contrário do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 25/04/96

Morto em Belo Horizonte poucas semanas antes de completar 20 anos, Aldo nasceu no Rio de Janeiro, sendo criado pela avó, Mercedes Barros Câmara, desde o falecimento da mãe, quando tinha 11 anos. Concluiu o curso ginásial no Colégio Santo Inácio e fez o científico no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro. Iniciou a militância política na ALN aos 17 anos e chegou ao comando regional da organização. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em várias ações armadas no Rio de Janeiro, incluindo um assalto a banco em que um guarda foi morto.

Nos dias em que se arrastavam as tensas negociações entre o regime militar e os seqüestradores do embaixador suíço no Brasil, Aldo foi preso em 06/01/1971, após um assalto praticado pela ALN a uma agência do Banco Nacional no centro de Belo Horizonte. Testemunhas da prisão, Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José Nunes Mendes de Abreu, mortos posteriormente, relataram, à época, o ocorrido. Os três fugiam à perseguição dos órgãos policiais, quando Aldo caiu ao tentar pular de um prédio para outro, sendo preso imediatamente, no bairro Floresta. No dia seguinte, os jornais publicaram a notícia da prisão de Aldo, mas com foto de outra pessoa.

Munida de uma apresentação do primo, o cardeal do Rio de Janeiro Dom Jayme de Barros Câmara, para o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, a avó de Aldo chegou à capital mineira no mesmo dia, já alertada sobre a prisão do neto. Dom Serafim, bispo auxiliar, acompanhou Mercedes até o DOPS/MG, onde lhe informaram que o preso havia sido transferido para Juiz de Fora, mas que dentro de dois dias retornaria a Belo Horizonte, quando então, poderia vê-lo. No aeroporto, Mercedes viu os jornais com a notícia da morte do neto. Levada ao necrotério, o corpo que lhe mostraram não era dele. Dois dias depois, voltou a Belo Horizonte com o pai de Aldo, quando lhe confirmaram que Aldo estava morto.

Nos autos do processo junto à CEMDP, há registros de que Aldo foi morto com o instrumento de tortura denominado "coroa de cristo", fita de aço que gradativamente esmaga o crânio. Não há fotos de seu corpo, mas a família constatou o afundamento no crânio. O exame necroscópico, realizado no IML/MG, dia 07/01/1971, pelos legistas Neyder Teixeira e Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros, confirma a falsa versão oficial de que Aldo morreu durante tiroteio. A certidão de óbito, firmada por um médico que não participou da necropsia, Djezzar Gonçalves Leite, informa que Aldo faleceu no Hospital Militar por "*fratura do crânio com hemorragia cerebral*". Depoimentos feitos por outros presos políticos da época denunciam como assassinos de Aldo o tenente Marcelo Paixão, do CPOR, o capitão Pedro Ivo e o delegado Renato Aragão.

O relatório da CEMDP afirma que as circunstâncias da prisão e morte de Aldo, tal como divulgadas pela imprensa na época, revelam mais uma farsa montada pelos órgãos de segurança para encobrir a violência e as torturas praticadas contra os presos políticos. Os jornais do dia 08/01/71 noticiaram o assalto ao banco, ocorrido dois dias antes, realizado por cinco pessoas, relatando a prisão de duas, a morte de uma e a fuga de outras duas. Informavam ainda que, em benefício das investigações, os nomes seriam mantidos em sigilo e que fora confirmada a identidade do assaltante morto no dia anterior, cujo corpo fora removido ao IML. De acordo com essa versão, o morto seria Fernando Araújo Barcelar, que caíra do terceiro andar de um prédio ao tentar fugir. Com a queda, teria quebrado a bacia e morrido no Hospital Militar, onde havia chegado semiconsciente, dizendo chamar-se "Haroldo". Os outros dois presos, cujas fotos e nomes não foram divulgados, estariam no DOPS.

No dia seguinte, as manchetes dos jornais informaram a prisão de Aldo, que teria ocorrido quando do estouro de um aparelho subversivo. Numa entrevista coletiva à imprensa, o delegado do DOPS Renato Divani Aragão disse que Aldo era um homem forte da ALN, sendo interrogado naquele momento - 15h30min -, mas não permitiu fotos e contato dos repórteres com ele. As operações estavam sendo coordenadas pelo DOI-CODI. Nessa farsa, o homem forte da ALN tinha 19 anos e estava preso, mas Fernando Araújo Barcelar (sua identidade falsa), que caíra de um prédio, estava morto e aguardava que alguém procurasse seu corpo. A PM montava guarda defronte ao Departamento de Medicina Legal. Diziam pretender descobrir parentes e amigos do morto e impedir que seu corpo fosse resgatado por grupos subversivos. Se Aldo ainda estava vivo naquele momento, não foi possível descobrir.

No dia 14, com a libertação dos 70 presos políticos enviados ao Chile em troca do embaixador suíço, os jornais voltaram ao caso. Em nota oficial, o CODI/MG informou que o terrorista morto ao tentar escapar do cerco policial, jogando-se do 3º andar de um edifício, tinha somente na-

quele dia sido reconhecido oficialmente pelos órgãos de segurança e por familiares como sendo Aldo de Sá Brito Souza Neto. O comunicado oficial explicava que a afirmação anterior sobre a captura de Aldo, feita na coletiva de imprensa no DOPS, era apenas uma manobra de contra-informação dos órgãos de segurança, a primeira etapa de um plano organizado para levar pânico aos "homens do terror em liberdade".



RUBENS BEIRODT PAIVA (1929-1971)

Número do processo:

Filiação: Aracy Beirodt Paiva e Jaime de Almeida Paiva

Data e local de nascimento: 26/09/1929, Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 20/01/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/1995

Paulista de Santos, engenheiro civil, empresário, Rubens Paiva tinha sido, em abril de 1964, vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados, o mesmo partido político do presidente deposto. Teve seu mandato cassado imediatamente, conseguiu asilo na embaixada da Iugoslávia e viveu durante alguns anos no exílio. Desapareceu em janeiro de 1971. Não houve processo na CEDMP porque a família não requereu a indenização prevista, preferindo a via do Poder Judiciário para garantir a devida reparação.

Rubens Paiva era casado com Eunice Paiva, que integrou a CEMDP nos meses iniciais de suas atividades. Tiveram cinco filhos. Em 1982, Marcelo Rubens Paiva, o filho que se tornou escritor e que tinha 11 anos em 1971, emocionou o país ao relatar o grave acidente que o deixou paraplégico, evocando também suas memórias sobre o desaparecimento do pai, em *Feliz ano velho*, livro de grande sucesso entre a juventude, vencedor do Prêmio Jabuti e levado ao teatro e ao cinema.

Rubens formou-se engenheiro civil em 1954, na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, sendo escolhido orador da turma. Quando universitário, foi presidente do centro acadêmico de sua faculdade e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Também desenvolveu atividades jornalísticas.

Parlamentar muito ativo, defensor das bandeiras nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobras, Rubens Paiva foi cassado pelo primeiro Ato Institucional como represália a sua corajosa participação na CPI do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que apurou o recebimento de dólares provenientes dos Estados Unidos por segmentos de direita, inclusive militares, que estariam envolvidos na geração do ambiente político favorável ao Golpe de Estado que terminou se consumando em abril de 1964.

Não sendo militante de qualquer organização clandestina de oposição ao regime ditatorial, voltou a se instalar em seu país, mantendo atividade empresarial regular e próspera. Há registros de que, em 1970, teria reunido documentação empresarial a respeito de corrupção em contratos para a construção da ponte Rio-Niterói, uma das obras que foram conduzidas como alta prioridade pelo regime militar, no período repressivo mais agudo.

No dia 20/01/1971, feriado de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois de voltar da praia com duas filhas e receber telefonema de uma pessoa que dizia querer entregar-lhe correspondência do Chile, sua residência, no Leblon, foi invadida, vasculhada e ocupada por agentes dos órgãos de segurança. Rubens tratou de acalmar a todos e foi levado preso, tendo dirigido seu próprio carro até o Quartel da 3ª Zona Aérea, junto ao aeroporto Santos Dumont. Foi essa a última vez que a família o viu. No dia seguinte, sua mulher e Eliane, a filha de 15 anos, foram presas e levadas para o DOI-CODI/RJ, onde permaneceram sem poder se comunicar com Rubens, apesar de os agentes policiais confirmarem que ele se encontrava lá. Interrogadas várias vezes, Eliana foi libertada 24 horas depois e Eunice apenas no dia 2 de fevereiro. Ao ser solta, Eunice viu o carro de Rubens no pátio interno do quartel, que posteriormente lhe foi entregue sob recibo.

Relata Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*:

"Levaram-no para uma sala e acarearam-no com duas senhoras (Cecília Viveiros de Castro e Marilena Corona). Os três foram obrigados a ficar de pé, com os braços levantados. Era um fio que começara a ser puxado pelos serviços de informação do governo dois dias antes, em Santiago do Chile. Elas haviam visitado os filhos, tomaram o avião de volta ao Rio e foram presas ao desembarcar. Na bagagem de uma delas acharam-se pelo menos duas cartas endereçadas a Rubens Paiva. Uma era de Almino Affonso. Outra vinha de Helena Bocayuva, filha do ex-deputado Luiz Fernando (Baby) Bocayuva Cunha. Militante do MR-8, ela fora fiadora da casa do Rio Comprido onde ficara o embaixador americano Charles Elbrick. Mesmo tendo sido identificada e fotografada durante o seqüestro, escapulira para o exílio. Rubens Paiva, amigo e sócio de seu pai, escondera-a no Rio.

Uma das senhoras sentiu se mal, Rubens Paiva amparou-a, foi golpeado por um oficial e respondeu com um palavrão. Surrado, ficou estendido no chão. Horas depois anunciaram que iam levá-lo para o Aparelhão. Era o DOI da Barão de Mesquita. No caminho ele reclamava de que não conseguia respirar, mas chegou consciente ao quartel da Polícia do Exército.(...)

Passava pouco de uma hora da madrugada do dia seguinte, quando Amílcar Lobo, aspirante-a-oficial e médico do DOI, foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à carceragem do segundo andar e lá, numa das celas do fundo do corredor, encontrou um homem nu, deitado, com os olhos fechados. Tinha todo o corpo marcado de pancadas e o abdômen enrijecido, clássico sintoma de hemorragia interna. 'Rubens Paiva', murmurou duas vezes o preso, abrindo os olhos".

Para justificar o desaparecimento de Rubens, o Exército divulgou nota à imprensa informando que ele teria sido resgatado por terroristas quando era transportado pelos agentes do DOI-CODI, em 22/01/1971. Tentando dar credibilidade à fuga, as autoridades do Estado fizeram registros do suposto seqüestro na Delegacia Policial da Barra da Tijuca. Abriam sindicância para investigar e deliberadamente suspenderam a férrea censura que impunham a esse tipo de noticiário, convocando a imprensa para cobrir a investigação. Mas a história montada era completamente inverossímil. Pela primeira vez, o regime militar começou a ser pressionado publicamente a responder pelos assassinatos sob tortura.

Eunice Paiva recorreu ao STM, tendo negado o seu recurso. O caso foi também levado ao CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mas o seu presidente, ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempatou a votação para indeferir o pedido de investigação.

A morte de Rubens Paiva também é referida no relatório feito por Inês Etienne Romeu, sobrevivente da "Casa da Morte", em Petrópolis. Ela relata que um de seus carcereiros, conhecido como "Dr. Pepe" contou-lhe que haviam cometido um erro ao matar Rubens Paiva. Trechos da reportagem de Márcio Bueno, publicada em Retratos do Brasil, 23 a 29 de março de 1987, com o título "*O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares*" recolhida do site www.desaparecidospoliticos.org.br, resgata os fatos com todos os seus detalhes.

Em 1985, foi solicitada a reabertura do inquérito pelo procurador geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves. Presidido pelo delegado Carlos Alberto Cardoso, o inquérito conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais/RJ. Quando chegou a este ponto, o encarregado julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a Justiça Militar.

O comandante militar da Região Leste, general Brum Negreiros, indicou o general Adriano Áureo Pinheiro para presidir o IPM. O general Adriano não pediu a indicação de um procurador para acompanhar as investigações, como é praxe nesses casos, cabendo a iniciativa ao próprio Leite Chaves, que indicou o procurador Paulo César de Siqueira Castro. Paulo César enfrentou inúmeras dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas persistiu no esforço. O presidente do inquérito impediu que ele acompanhasse as investigações, recusou-se a ouvir as testemunhas indicadas e, por fim, ignorou o prazo de 40 dias que teria para concluir o IPM.

Diante de tantas barreiras, Paulo César começou a fazer investigações paralelas, justificando sua atitude com a falta de confiança quanto ao interesse do encarregado do IPM em realmente apurar os fatos. Chegou a cinco nomes indicados por Leite Chaves como responsáveis

pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva: coronel Ronald José da Motta Batista Leão, capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, apelidado na Academia Militar de João Coco, o sub-tenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM/RJ, Riscala Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes. Em março de 1987, o delegado Carlos Alberto foi assassinado em um duvidoso assalto.

Em todos esses anos, surgiram muitas hipóteses a respeito de onde estaria o corpo de Rubens Paiva. Buscas e escavações foram feitas, sem qualquer resultado. O caso do parlamentar cassado e desaparecido foi evocado por Ulisses Guimarães no emocionado discurso em que promulgou, em 05/10/1988, na qualidade de presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a nova Carta Magna que marcou o reencontro do Brasil com o Estado Democrático de Direito.



ADERVAL ALVES COQUEIRO (1937-1971)

Número do processo: 244/96

Filiação: Jovelina Alves Coqueiro e José Augusto Coqueiro

Data e local de nascimento: 18/07/1937, Aracatu (BA)

Organização política ou atividade: MRT

Data e local da morte: 06/02/1971, no Rio de Janeiro

Relator: Nilmário Miranda, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 07/08/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/08/1997

Aderval Alves Coqueiro foi um dos 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben, em junho de 1970. Tinha sido preso em São Paulo, em 29/05/1969, como militante da Ala Vermelha, sendo torturado na 2ª Companhia da Polícia do Exército, depois transferido para o DOPS/SP e, finalmente, Presídio Tiradentes. Banido e enviado à Argélia, de lá se deslocou para Cuba, regressando ao Brasil já integrado ao MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes, grupo dissidente da Ala Vermelha.

Coqueiro morreu no Rio de Janeiro, de acordo com o laudo oficial assinado por João Guilherme Figueiredo, no dia 06/02/1971, no Cosme Velho, em consequência de "ferida transfixante do tórax e lesão do pulmão direito". Seu corpo foi entregue à família posteriormente, sendo enterrado no cemitério de Inhaúma no dia 14.

Nascido no município baiano de Brumado, Coqueiro iniciou cedo sua militância política no PCB e foi um dos candangos que trabalhou na construção de Brasília, além de ter sido operário da construção civil no estado de São Paulo, onde residiu desde 1961. Ao se desligar do PCB, passou a integrar o Comitê Regional do PCdoB/SP, focando suas atividades na zona rural. Por volta de 1967/1968, desligou-se do PCdoB para integrar a Ala Vermelha. Vivendo em São Bernardo do Campo e Diadema, trabalhou também como operador de máquinas e vendedor autônomo. Casado com Isaura, tiveram duas filhas. Coqueiro teria retornado ao Brasil em 31/01/1971, valendo-se de um esquema clandestino da VAR-Palmares, e foi morar no apartamento do bairro Cosme Velho, onde foi morto uma semana depois. Não foi possível localizar perícia de local, fotos e nem o laudo necroscópico.

Duas matérias de jornais da época permitiram desqualificar a versão oficial. O *Jornal do Brasil* de 08/02/1971 referiu-se ao cerco de mais de 50 policiais e publicou uma foto de Coqueiro morto, alvejado pelas costas. O *Jornal da Tarde*, na mesma data, complementa as informações com o depoimento de um oficial que participara da operação, informando que a localização da casa onde estava Coqueiro começara a ser feita um mês antes. Repetindo a tática já costumeira de manchar a imagem dos militantes detidos, esse agente dos órgãos de segurança disse que a residência teria sido apontada pelo ex-deputado federal Rubens Paiva a um grupo de oficiais da PE antes de ser seqüestrado por companheiros. Tal afirmação levantou indignação na CEMDP, pois Rubens Paiva representa um dos casos mais conhecidos de desaparecimento ocorrido no Brasil, por ser notória a brutalidade do assassinato de um opositor político que, sabidamente, não estava engajado na resistência armada ao regime militar.

Para complementar as informações, foi possível localizar o zelador do prédio onde Coqueiro foi morto, que declarou não ter presenciado o tiroteio, pois estava no último andar do edifício. Mas ouviu, durante a operação militar, um agente gritando: "atira e mata". O zelador contou ainda que foi chamado pelos policiais para prestar informações sobre a vítima e viu o cadáver no local, com diversas marcas de tiro. Também afirmou que Coqueiro estava desarmado, vestido com apenas um calção, e que ouviu um dos agentes dizer: "bota a arma do lado dele". O zelador, em seu relato, não deu qualquer indicação de que Coqueiro teria tentado reagir.

A Comissão de Familiares juntou ao processo na CEMDP fotos do corpo, cedidas pela Agência JB, e fotos atuais do prédio onde ocorreu a morte, sendo solicitada a expedição de ofício ao IML/RJ, em mais uma tentativa de localização do laudo necroscópico. Apenas uma certidão do IML Afrânio Peixoto foi fornecida, com o seguinte teor: "*consta no Livro de Registro de Cadáveres, às fls 03, que na data de 06/02/71, deu entrada no Serviço de Necropsias, o corpo de Aderval Alves Coqueiro, tendo sido encaminhado pelo DOPS, com a guia de remoção s/n., com a idade de 33 anos, brasileiro, casado, profissão: datilógrafo, residência: Rua Bandeirantes 10-B, Diadema, São Paulo, tendo a morte ocorrida em consequência de crime, sendo a causa mortis ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito*".

O episódio teve grande repercussão na imprensa porque Aderval Alves Coqueiro foi o primeiro banido encontrado no Brasil pelos órgãos de segurança. Franquearam o acesso de fotógrafos ao local, mas não exibiram o ocorrido para a imprensa. Salvo a presença do revólver junto ao corpo, não foi apresentada qualquer indicação precisa comprovando a alegada resistência a tiros. Na CEMDP, as fotos obtidas junto à Agência JB representaram uma prova conclusiva da falsidade da versão oficial, pois as manchas de sangue no piso sugeriam que o corpo fora arrastado e evidenciaram que Coqueiro não fora abatido exatamente no local onde se encontrava o corpo. Tampouco o revólver poderia estar na posição em que se via na foto. Mostraram, ainda, outras lesões não referidas nas informações do IML: nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita.

Após o voto favorável do relator, houve pedido de vistas ao processo. O revisor, Luís Francisco Carvalho Filho, acompanhou o voto do relator. A CEMDP concluiu que Coqueiro não morreu conforme a versão oficial.



ODIJAS CARVALHO DE SOUZA (1945-1971)

Número do processo: 191/96

Filiação: Anália Carvalho de Souza e Osano Francisco de Souza

Data e local de nascimento: 21/10/1945, Atalaia (AL)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 08/02/1971, Recife (PE)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/96

Estudante de agronomia e militante do PCBR, Odijas Carvalho de Souza foi preso na praia de Maria Farinha, no município de Paulista, hoje Abreu e Lima, Pernambuco, no dia 30/01/1971, junto com a jovem Lylia Guedes, de 18 anos. Odijas era líder estudantil na Universidade Rural de Pernambuco, estudava Agronomia, vendia livros e dava aulas particulares.

Há inúmeros depoimentos detalhando as brutais torturas a que Odijas foi submetido na Delegacia de Segurança Social de Recife, praticadas por cerca de 10 policiais, denunciados mais tarde, nome a nome, por outros presos políticos, destacando-se entre os algozes o investigador Miranda, notório torturador que foi apontado como um dos assassinos do padre Henrique em 1969.

Odijas foi levado para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco no dia 6 de fevereiro, em estado de coma, morrendo dois dias depois, aos 25 anos. A divulgação oficial de sua morte foi feita somente no dia 28 de fevereiro, alegando-se causa natural. Foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, sob o nome de Osias de Carvalho Souza. Os presos políticos Lylia Guedes, Alberto Vinícius de Melo, Cláudio

Gurgel, Carlos Alberto Soares e Rosa Maria Barros dos Santos, além da esposa de Odijas, Maria Yvone de Souza Loureiro, também denunciaram a morte sob torturas em depoimentos prestados nas Auditorias Militares de Recife e Fortaleza. Embora o médico legista Ednaldo Paz de Vasconcelos tivesse atestado embolia pulmonar como *causa mortis*, Odijas apresentava várias fraturas de ossos, ruptura de rins, baço e fígado. A advogada Mércia Albuquerque conseguiu vê-lo no hospital, onde entrou disfarçada de enfermeira, encontrando Odijas divagando e golfando sangue.

Depoimento do preso político Alberto Vinicius de Melo descreve em detalhes o suplício: *"No dia 30 de janeiro de 1971 fui acordado cedo por uma grande movimentação. Por volta das 7h, Odijas passou diante da cela, conduzido por policiais. (...) Apesar da existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante esse período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam ainda mais, redobrando os golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan (outro preso político) resolveu contar os golpes e gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2h, os torturadores, extenuados e vencidos, colocaram Odijas na cela. Passados alguns minutos, apareceu o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital, onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até, finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois".*

O deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara dos Deputados e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, colegiado pertencente ao Ministério da Justiça naquela época, protocolou denúncia sobre a morte de Odijas, mas o processo foi arquivado sem que os companheiros de prisão fossem ouvidos. Também o deputado estadual Jarbas Vasconcelos, mais tarde governador de Pernambuco, visitou os presos políticos que testemunharam as torturas de Odijas, denunciando o fato na tribuna da Assembléia Legislativa.

De acordo com o general Oswaldo Pereira Gomes, relator do processo na CEMDP, *"essa prova testemunhal de presos e companheiros de lutas têm valor se cotejadas e amparadas por outros indícios conforme passamos a expor: Odijas foi preso pela Polícia de Pernambuco em 30/01/1971 (doc. da SSP de Pernambuco); a vítima somente baixou ao HPM de Pernambuco no dia 06/02/1971; faleceu de embolia pulmonar no dia 8 de fevereiro. A baixa ao Hospital foi por problemas renais; a morte por embolia pulmonar, dois dias depois. A idade de Odijas: 26 anos; o fato de não haver qualquer notícia de que fosse uma pessoa doentia; o curto espaço de tempo da prisão: 6 dias; e principalmente a 'causa mortis' - embolia pulmonar, tudo a indicar que sofreu violenta agressão física".* O requerimento foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial.



JOSÉ DALMO GUIMARÃES LINS (1937-1971)

Número do processo: 152/04

Filiação: Iracema Guimarães Lins e Sadote Pierre Lins

Data e local de nascimento: 13/03/1937, Maceió (AL)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 11/02/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Maria do Rosário Nunes

Deferido em: 07/04/2005 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/04/2005

José Dalmo ligou-se ao PCB ainda na adolescência e, mais tarde, integrou a Executiva Estadual desse partido em Alagoas. Foi cronista no jornal *A Voz do Povo*. Visitou Cuba e a União Soviética entre 1962 e 1963, para participar de atividades de formação política. Sua primeira

prisão ocorreu em 1964, logo após a deposição de João Goulart. Estudou no Colégio Marista Alagoano e, mais tarde, foi expulso do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas sob acusação de subversão. No início de 1967 foi morar no Rio de Janeiro, junto com sua companheira Maria Luiza Araújo, recém-formada em Medicina. Também trabalhou como representante de laboratórios farmacêuticos. No dia 22/03/1970, o casal teve o apartamento invadido e ambos foram levados para o DOI-CODI/RJ, onde permaneceram incomunicáveis por mais de 30 dias. José Dalmo ficou preso por seis meses e Maria Luiza só foi solta um ano depois.

Documento encaminhado à CEMDP pela Secretaria de Segurança Pública/RJ informou que José Dalmo Guimarães Lins foi identificado e fotografado no dia 18/05/1970, sendo recolhido ao xadrez especial, à disposição do DOPS, para responder a inquérito. No dia 19 prestou declaração e no dia 20 foi removido para o CODI. Segundo certidão da ABIN, em 1963 ele foi processado, acusado de infringir a LSN. O Conselho Permanente de Justiça da 7ª Região Militar, em Recife, julgou a denúncia improcedente e o absolveu das acusações, por precariedade de provas. Em 1969, estava entre ex-presos em liberdade controlados pela Polícia do Exército.

José Dalmo não conseguiu superar os traumas causados pela prisão. No dia 11/02/1971, Maria Luiza, confinada no Presídio Talavera Bruce, foi informada de que ele havia se jogado da janela da residência do casal, no bairro do Leblon. Dalmo tinha então 37 anos. Maria Luiza foi escoltada ao enterro do marido por soldados do Exército e por policiais. O nome dele não constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. O processo foi protocolado após a edição da Lei nº 10.875/04, que passou a abranger os casos de suicídio decorrente de prisão por atividades políticas de oposição ao regime militar. A ele se refere Álvaro Caldas, companheiro de prisão, no livro *Tirando o Capuz*:

"Apesar de já apresentar sinais de catatonia, de ter os movimentos enrijecidos, ele se esforçava em participar da vida coletiva, integrando-se nas representações teatrais, participando das sessões musicais em que velhas canções como 'Laranja Madura' e 'Jardineira' eram lembradas. Ou cantando sozinho enquanto andava pela cela, com sua voz forte e sentida: Moon river... O Dalmo não mais se recuperou. As marcas e feridas acumuladas naquela oficina de torturas o atingiram profundamente. Depois de libertado continuou visitando regularmente sua companheira, presa em Bangu, mas era um homem inseguro e nervoso, com crises freqüentes. Numa delas, em fevereiro de 1971, suicidou-se, pulando do sexto andar do apartamento onde morava, no Leblon".



ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO (1939-1971)

Número do processo: 240/96
 Filiação: Maria de Oliveira Campos e Joaquim Maria de Souza Machado
 Data e local de nascimento: 13/09/1939, Papagaios (MG)
 Organização política ou atividade: VAR-Palmares
 Local e data do desaparecimento: 15/02/1971, Rio de Janeiro
 Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS (1939-1971)

Número do processo: 239/96
 Filiação: Alice Soares Freitas e Jayme Martins de Freitas
 Data e local de nascimento: 12/08/1939, Belo Horizonte (MG)
 Organização política ou atividade: VAR-Palmares
 Local e data do desaparecimento: 15/02/1971, Rio de Janeiro
 Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Militantes da VAR-Palmares, seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Antonio Joaquim e Carlos Alberto foram presos em 15/02/1971 por agentes do DOI-CODI/RJ, na pensão em que se hospedavam à rua Farne de Amoedo, 135, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Na mesma data e local foi preso, mais tarde, Sérgio Emanuel Dias Campos, que sobreviveu.

Antonio Joaquim, mineiro de Papagaios, proximidades de Pompéu, nasceu na Fazenda São José da Vereda, sendo filho de um fazendeiro que foi vereador pela UDN. Quincas, como era conhecido, tinha 13 irmãos vivos e estudou em regime de internato no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas, e depois no Colégio Dom Silvério, em Sete Lagoas. Em 1960, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde se graduou em 1965. Atuou na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na Juventude Universitária Católica (JUC), participando da constituição da Ação Popular. Conseguiu escapar da prisão quando a Faculdade de Direito foi invadida logo após a derrubada de João Goulart, escondendo-se em um armário. Viajou para o Rio de Janeiro, retornando em 1965 para terminar seus estudos. Em 1966, já desvinculado da AP, atuou na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado, do MDB, e combateu a tese de voto nulo, que sensibilizava muitas áreas da esquerda. Advogou em Belo Horizonte e Teófilo Otoni até se mudar para o Rio de Janeiro, em 1969, integrando-se à VAR-Palmares.

Sua família tentou exaustivamente alguma pista sobre seu paradeiro. Até o final de 1972, o pai fez 22 viagens ao Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, conseguiu três audiências com o ministro da Justiça Armando Falcão, buscou ajuda de Tancredo Neves e comunicou-se com vários oficiais das três Armas. Através do general reformado Ercindo Lopes Bragança, seu conhecido, chegou a receber, em setembro de 1972, a informação de que o filho fora preso pela Marinha e entregue ao Exército, mas tais informações nunca foram oficialmente confirmadas.

Em depoimento à 2ª Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, em 14/11/1972, a presa política Maria Clara Abrantes Pêgo, amiga de infância e condenada sob a acusação de integrar, com Antonio Joaquim, a célula de documentação regional da VAR-Palmares na Guanabara, fez impressionante relato das torturas a que foi submetida e denunciou o desaparecimento e possível morte de Antonio Joaquim na Polícia do Exército, sede do DOI-CODI/RJ. O historiador e ex-presos político Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, menciona que Antonio Joaquim seria a única pessoa em contato com o banido Aderval Alves Coqueiro, morto, também no Rio, nove dias antes.

Carlos Alberto Soares de Freitas – Beto para a família e "Breno" na militância clandestina –, caçula de oito irmãos, cursou o primário no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni, e o secundário nos colégios Anchieta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1961, para cursar Sociologia e Política. Nesse mesmo ano filiou-se ao PSB e também à organização Polop. No período de 1961 a 1965, militou no Movimento Estudantil e contribuiu na implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Viajou a Cuba em 1962 para assistir às comemorações do terceiro aniversário da revolução liderada por Fidel Castro. Com o Golpe de Estado de abril de 1964, a Polop determinou que ele se deslocasse para o Rio de Janeiro, o que cumpriu por poucos meses. Em 26 de julho daquele ano foi preso em flagrante, novamente em Belo Horizonte, pichando muros com slogans de solidariedade à Revolução Cubana. Levado ao DOPS, recusou-se a desempenhar trabalhos burocráticos naquela dependência policial e foi transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves. Em novembro do mesmo ano, foi libertado por força de *habeas-corpus*.

Participou, em 1965, da reorganização da seção regional do Partido Socialista Brasileiro, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da POLOP. No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu semanalmente artigos para o jornal operário *Piquete*. Em 1967, foi condenado à revelia pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora, o que o obrigou a atuar na clandestinidade.

Em 1968, passou a integrar a direção nacional do COLINA e elaborou documentos de análise política para discussões internas na organização, usando o pseudônimo de Fernando Ferreira. Nesse período, foi um dos diretores da revista *América Latina*. Logo após o AI-5, mudou-se para o Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, passou a integrar o Comando Nacional da VAR-Palmares, fusão entre COLINA e VPR, no qual permaneceu até desaparecer.

Foi através de uma carta de Carlos Alberto que a família soube de sua prisão. "*Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa*". Carlos Alberto orientava os pais a respeito de como proceder para "*conseguir minorar as torturas, já que era impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento. Tem-se que incomodá-los. Encher-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. No princípio eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam,*

voltem à carga. Tentem de novo, mais uma vez, outra, gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lhes dêem sossego. Sempre se consegue romper a barreira".

Quando de sua prisão e desaparecimento, seus familiares fizeram tudo isso que Carlos Alberto propôs na carta premonitória, e muito mais. Foram mobilizados importantes advogados como Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Modesto da Silveira. Apelos dos familiares foram encaminhados às mais importantes autoridades do regime, como o presidente Garrastazu Médici e o chefe do Gabinete Militar João Baptista Figueiredo, além do ministro do STM general Rodrigo Octavio Jordão Ramos. Nenhuma informação foi apresentada pelo Estado brasileiro aos familiares até os dias de hoje.

Ao relatar o que viveu na prisão, a militante da VPR Inês Etienne Romeu, amiga e companheira de Carlos Alberto desde a faculdade, sobrevivente do cárcere clandestino em Petrópolis (RJ) que ficou conhecido como "Casa da Morte", declara que um dos carcereiros que a mantinha seqüestrada no local, conhecido por ela como "Dr. Pepe", confirmou-lhe que seu grupo executara Carlos Alberto, por cuja prisão, em fevereiro, havia sido responsável. Disse-lhe, ainda, que seu grupo não se interessava em ter líderes presos e que todos os cabeças seriam executados, depois de interrogados.

Vários outros depoimentos de presos políticos nas auditorias militares denunciaram a prisão e desaparecimento de Carlos Alberto e Antonio Joaquim. Amílcar Lobo, que na época era tenente-médico do Exército, admitiu ter atendido presos políticos na "Casa da Morte" e também no DOI-CODI/RJ, tendo reconhecido Carlos Alberto dentre as fotos de pessoas que atendera no Quartel da Polícia do Exército entre 1970 e 1974.

Em resposta ao *habeas-corpus* impetrado em maio de 1971 em nome dos três presos na mesma pensão de Ipanema, os comandos regionais das três armas responderam negativamente, sendo que, no caso da Aeronáutica, o brigadeiro João Bosco Penido Burnier, também denunciado como mandante de torturas e responsável pela eliminação de presos políticos, enviou resposta negativa a respeito de Carlos Alberto e Antonio Joaquim, mas positiva quanto a Sérgio Campos.

Documento da Anistia Internacional registra a respeito de Carlos Alberto Soares de Freitas: "*torturado no CODI do Rio de Janeiro até abril de 1971 e depois desaparecido*".



RAIMUNDO NONATO PAZ (? – 1971)

Número do processo: 366/96

Data e local de nascimento: Canindé (CE)

Filiação: Francisca Fernandes Paz e Antônio Paz Ferino

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: fevereiro de 1971, Canindé (CE)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 19/11/1996

Também conhecido como "Nicolau 21", foi morto por policiais que cercaram sua casa, sob o comando de Cid Martus, do DOPS/CE, na região de Canindé, Ceará, em fevereiro de 1971. Era camponês, casado com Maria Eudes Ramos. Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*.

O exame necroscópico foi realizado na Delegacia de Polícia de Canindé, em 26/02/1971, sendo firmado pelos médicos Waldez Diógenes Sampaio e Antônio Lins Mello, que confirmaram sua morte em tiroteio. A necropsia foi feita por solicitação do capitão da PM Antônio Carlos Alves Paiva, encarregado do inquérito. Seu filho, Valdemar Ramos, foi quem protocolou o requerimento para que o Estado o reconhecesse como ativista político morto por se opor ao regime militar. No entanto, o requerimento foi protocolado fora do prazo, sendo indeferido na CEMDP, por unanimidade, por ter sido o pedido intempestivo.



JOEL VASCONCELOS SANTOS (1949-1971)

Número do processo: 106/96

Filiação: Elza Joana dos Santos e João Vicente Vasconcelos Santos

Data e local de nascimento: 09/08/1949, Nazaré (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Local e data do desaparecimento: 15/03/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/1995

O nome de Joel também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de Nazaré das Farinhas, no Recôncavo, afro-descendente, trabalhou inicialmente como sapateiro e começou, muito jovem, a desenvolver interesse por questões políticas. Sua mãe, Elza Joana dos Santos, tornou-se, após o desaparecimento do filho, uma incansável ativista do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos. Em 1966, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Joel estudou contabilidade na Escola Técnica de Comércio. Foi presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas – AMES/RJ em 1970 e diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES em 1970 e 1971. Quando de sua prisão e desaparecimento, estava vinculado à União da Juventude Patriótica, organizada pelo PCdoB.

Joel Vasconcelos e Antônio Carlos de Oliveira da Silva foram presos nas imediações do Morro do Borel, na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, no Rio de Janeiro, em 15/03/1971, por uma ronda policial que desconfiou serem ambos traficantes de drogas. Por mais de três meses Joel e “Makandal”, como era conhecido Antônio Carlos, ficaram detidos e incomunicáveis.

Aos apelos de Elza Joana, os agentes da PE e os oficiais do Ministério do Exército com os quais conseguiu falar, responderam com evasivas. Primeiro confirmaram a prisão, mais tarde negaram e, pouco depois, informaram que ele já havia sido liberado. Mas os dois continuavam detidos. Elza Joana apelou a Dom Eugênio Salles, Dom Ivo Lorscheiter, aos jornalistas Sebastião Nery e Evaldo Diniz, ao presidente da OAB, ao senador Danton Jobim, ao deputado Chico Pinto e ao professor Cândido Mendes. Após enviar carta ao presidente da República, Garrastazu Médici, recebeu em sua casa uma visita de agentes do DOPS, que a levaram até o gabinete do general Sizen Sarmento. O comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio, mas nada foi informado.

Makandal conta que ele e Joel conversavam numa esquina, quando passou o carro da polícia. Joel assustou-se e comentou que havia documentos políticos nos pacotes que carregava. Os policiais armados cercaram os dois e revistaram os pacotes. Foram algemados e levados ao 6º Batalhão da PM e, em seguida, ao quartel da PM na rua Evaristo da Veiga. De lá, foram encaminhados à Polícia do Exército, onde Joel permaneceu até o seu desaparecimento, sob constantes interrogatórios durante os quatro meses em que Makandal esteve preso. O preso político Luiz Artur Toríbio, em seu depoimento na Auditoria Militar, denunciou que um dos policiais do DOI-CODI/RJ afirmou “*que se não confessasse teria o mesmo fim que ‘Joel Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do RJ*”.

Em depoimento transcrito no livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, depois de descrever os espancamentos sofridos por ambos desde o momento da prisão e nas duas unidades da PM por que passaram antes de serem conduzidos ao Exército, Makandal relata: “*Lá, na PE, começou tudo muito tranquilo ao ponto de a gente imaginar que não iríamos ser torturados. Caiu a noite e começamos tudo novamente. (...) Era pau-de-arara, choque e tudo o mais. Um mês nesse sofrimento e nós já estávamos com queimaduras por todo o corpo em virtude dos choques elétricos. Levaram então o Joel para a ‘esticadeira’, com uma pedra amarrada nos testículos. Fiquei apavorado e me trancafiaram numa ‘geladeira’. Depois me pegaram para assistir às torturas de Joel e me fizeram um montão de perguntas*”.

Registros oficiais comprovando a prisão de Joel somente foram localizados em 1991, após a abertura dos arquivos do DOPS/RJ, onde foi encontrado documento do Serviço de Informações do Estado Maior da PM/2, do então Estado da Guanabara, datado em 17/03/1971, que confirma a prisão de Joel em 15/03/1971, descrevendo, inclusive, o material impresso com ele apreendido e, também, seu primeiro depoimento, quando informou o endereço da própria residência. Documentos do DOI-CODI do I Exército de 15/03/1971 e de 19/03/71 também

trazem declarações de Joel. O Relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Joel foi "preso em 15/03/1971 e transferido para local ignorado".



MAURÍCIO GUILHERME DA SILVEIRA (1951-1971)

Número do processo: 011/96

Filiação: Maria Lacerda de Almeida da Silveira e Léo Octavio da Silveira

Data e local de nascimento: 03/02/1951, Itaipava (RJ)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 22/03/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 17/10/1996 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 22/10/1996



GERSON THEODORO DE OLIVEIRA (1947-1971)

Número do processo: 359/96 e 001/02

Filiação: Maria de Lourdes Oliveira e Geraldo Theodoro de Oliveira

Data e local de nascimento: 31/08/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 22/03/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2º)

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade (fora indeferido em 17/10/96)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Gerson Theodoro e Maurício Guilherme, integrantes da VPR, acusados pelos órgãos de segurança de terem participado de várias ações armadas, inclusive dos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço, foram mortos no Rio de Janeiro, em 22/03/1971, nas dependências do DOI-CODI/RJ. No dia seguinte, os jornais divulgaram nota oficial emitida no dia 22 informando que, às 11 horas da manhã, na esquina da Avenida Suburbana com a Rua Cupertino, em Madureira, os dois militantes teriam recebido voz de prisão, reagiram a tiros, foram feridos e morreram quando transportados para o Hospital Salgado Filho.

Gerson era negro e tinha sido estudante secundarista em São Paulo, trabalhando como auxiliar de escritório. Frequentou, à noite, em 1968, o Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, preparatório ao vestibular. Fora funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional, lotado no escritório de São Paulo, de 29/11/1966 a 07/05/1969, quando foi obrigado a abandonar o emprego por perseguição política. Desde então, passou a viver na clandestinidade.

Maurício tinha 20 anos e era também estudante secundarista. Não foi possível reunir outras informações a respeito de sua biografia e militância política anterior. Sua certidão de óbito, assinada pelo Dr. José Alves de Assunção Menezes, registra que seu corpo foi enterrado por familiares no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju.

As certidões de óbito desmentem a versão oficial e foram consideradas na CEMDP uma prova irrefutável que levou ao deferimento final dos casos. Atestadas por José Alves de Assunção Menezes, as certidões informam como local da morte a rua Barão de Mesquita, 425 – sede do 1º Batalhão da Polícia do Exército, ou seja, o próprio endereço do DOI-CODI/RJ, o que contradiz a informação divulgada no comunicado do dia 22. Além disso, documentos anexados ao processo junto à Comissão Especial levantam a possibilidade de que ambos tenham sido localizados e presos na própria residência de Maurício ("aparelho", no documento policial encontrado nos arquivos pesquisados), tornando plausível que o tiroteio aventado nem tenha existido.

Em exame preliminar do processo de Maurício, o relator pediu que fossem apresentados mais elementos. Os familiares, após pesquisa no STM, protocolaram mais de 70 páginas de documentos com informações sobre o caso. O relator ressaltou, então, que a descrição dos fatos sustentada no requerimento ganhava força ao se notar que na certidão de óbito constava como local da morte o endereço do DOI-CODI. Não tendo sido localizado o laudo de Maurício, examinou o de Gerson, destacando que levava um único tiro, pelas costas. A foto do corpo de Maurício foi localizada no STM, mas a de Gerson não. O auto de exame cadavérico de Gerson utiliza a falsa identidade Pedro de Castro Corrêa e foi localizado nos arquivos do STM e do extinto DOPS, sendo assinado pelos legistas José Alves Assumpção de Menezes e Ivan Nogueira Bastos. Assim descreve os ferimentos: *"na metade esquerda da região frontal existe ferida alongada e rasa, de bordas irregulares"*, ferida e escoriações também existentes na região mentoniana. O único tiro descrito, apesar do alegado tiroteio, foi dado pelas costas, entrando na região dorsal esquerda, com saída do projétil pela frente, na região peitoral direita. Ou seja, de baixo para cima.

O relator da CEMDP, que analisou os casos em conjunto, afirmou em seu voto que a circunstância de o óbito ter ocorrido num hospital e o corpo estar em batalhão militar obscurece a credibilidade da versão da morte por tiroteio durante resistência à prisão. O pedido dos familiares de Maurício foi aprovado pela CEMDP. O processo de Gerson, por ter sido apresentado após o prazo legal estipulado pela Lei nº 9.140/95, foi indeferido num primeiro julgamento. Sua mãe, Maria de Lourdes Oliveira Theodoro, apresentou sucessivos apelos à CEMDP para que reconsiderasse a decisão, argumentando que o DOPS/SP fora responsável pela perda de prazo, ao demorar na entrega dos documentos solicitados. No entanto, em função da intempestividade, foi mantido o indeferimento. Reapresentado em 2002, quando a edição de nova redação da lei tornou a abrir os prazos para apresentação de requerimentos, foi o primeiro caso a ser analisado quando da reinstalação da CEMDP, mas Dona Maria de Lourdes não viveu para acompanhar a aprovação, por unanimidade, do seu pedido.



MÁRIO DE SOUZA PRATA (1945-1971)

Número do processo: 048/96 e 081/02

Filiação: Maria de Lourdes Prata e Mário Rodrigues Prata

Data e local de nascimento: 26/09/1945, Cantagalo (RJ)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 02/04/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco (1º), com vistas de Nilmário Miranda; Suzana Keniger Lisboa (2º)

Deferido em: 26/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 07/08/1997)

Data da publicação no DOU: 03/09/2004



MARILENA VILLAS BOAS PINTO (1948-1971)

Número do processo: 300/96

Filiação: Avelina Villas Boas Pinto e Feliciano Pinto

Data e local de nascimento: 08/07/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 03/04/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 07/08/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/08/1997

Integrantes do MR-8, com militância anterior na ALN, foram presos e mortos nos primeiros dias de abril de 1971, no Rio de Janeiro. O processo de Marilena foi aprovado durante a vigência da Lei nº 9.140/95. O de Mário, indeferido num primeiro exame, seria aprovado apenas após a edição da Lei nº 10.875/04.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança registrava que, no dia 02/04/1971, em enfrentamento com agentes da Brigada de Pára-quedistas do Exército, na Rua Niquelândia 23, Campo Grande, Mário teria morrido e Marilena fora ferida, morrendo posteriormente.

Segundo as autoridades do regime militar, morreu na operação o Major José Júlio Toja Martinez Filho, que teria sido baleado por Marilena, ficando ferido um capitão.

Marilena Villas Boas Pinto, estudante do segundo ano de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro (RJ), passou a viver na clandestinidade a partir de 1969. Inicialmente atuou na ALN, ligando-se posteriormente ao MR-8. Não foi possível coletar mais informações sobre sua biografia e militância política anterior.

Mário Prata foi estudante de engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e iniciou sua militância política no Movimento Estudantil, passando a atuar na clandestinidade em 1969, quando sua prisão preventiva foi decretada pela Justiça Militar. Era intensamente procurado pelos órgãos de segurança, acusado de matar um PM que, em 1970, o conduzia preso, quando lograra fugir. Em 1982, os alunos da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em Nova Friburgo (RJ), aprovaram homenagear a memória desse militante batizando com o seu nome o Diretório Central dos Estudantes.

A morte de Mário e Marilena somente foi divulgada em junho, dois meses após o ocorrido. Mas a versão oficial já existia bem antes, conforme a informação nº 624/71-G do Ministério do Exército, 2ª seção, datada de 23/04/71, localizada nos arquivos do DOPS. Marilena foi levada para o sítio clandestino em Petrópolis (RJ), que ficou conhecido como "Casa da Morte", conforme relatório de prisão feito por Inês Etienne Romeu em 1981 e ratificado a pedido da CEMDP.

Em abril de 1997, Inês confirmou seu depoimento: "*A pedido, confirmo integralmente o meu depoimento de próprio punho, sobre fatos ocorridos na casa em Petrópolis-RJ, onde fiquei presa de 08/05 a 11/08 de 1971. Esse depoimento é parte integrante do Processo nº MJ-7252/81 do CDDPH, do MJ. Nesse depoimento está registrado que 'Dr. Pepe' contou ainda que Marilena Villas Boas Pinto estivera naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares de Freiras, condenada à morte e executada. Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 06 a 08/05, que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE; que no dia 08/05, na casa de Petrópolis, o 'Dr. Pepe' disse que Marilena havia morrido exatamente na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura*".

O corpo de Marilena foi entregue à família, em caixão lacrado, cinco dias depois da data da morte, sendo enterrada no cemitério São Francisco Xavier, no Caju. O atestado de óbito registra a morte em 03/04/1971 no Hospital Central do Exército e foi assinado pelo médico Rubens Pedro Macuco Janini. A *causa mortis* foi estabelecida como "*ferimento penetrante de tórax com lesões do pulmão direito e hemorragia interna*".

O processo de Marilena foi deferido por unanimidade e, após o voto inicial pelo indeferimento do requerimento dos familiares de Mário Prata, houve pedido de vistas de Nilmário Miranda. A CEMDP não conseguiu apurar as reais circunstâncias das duas mortes e se realmente houve o alegado enfrentamento na Rua Niquelândia, já que não foi localizada perícia de local e tampouco o laudo necroscópico de Mário Prata. Foram apontadas contradições nas datas e horários da morte de Mário nos documentos oficiais, havendo referências aos dias 2 ou 3 de abril.

A certidão de óbito, lavrada como de "um homem", informa que a morte se deu no dia 2 de abril, às 20h45, mas o corpo foi encaminhado ao IML somente às 7h40 do dia seguinte, conforme documento obtido por Nilmário Miranda, que viajou ao Rio de Janeiro na busca de informações sobre a morte de Mário Prata. Ou ainda às 11 horas, conforme registrou o Centro de Informações do Exército. O atestado, assinado por José Guilherme Figueiredo, repete a *causa mortis* que consta no livro de registros do IML: "*feridas penetrantes do tórax e abdome e transfixantes do abdome com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço - hemorragia interna, anemia aguda*".

O enterro de Mário somente foi realizado no dia 23 de abril e, apesar de reconhecido no próprio dia 3, como atesta ofício da SSP/RJ à Auditoria Militar, foi sepultado no cemitério de Ricardo de Albuquerque como desconhecido, tendo seus restos mortais ido parar, anos depois, na vala clandestina do cemitério. A foto do corpo, encontrada nos arquivos do DOPS/RJ, mostra somente o rosto, sendo visíveis hematomas e outras marcas, além de edema na parte frontal do crânio.

O depoimento de Inês Etienne no caso de Marilena, as contradições na data para a morte de Mário (dia 2 ou dia 3); as contradições no horário da morte (20:45, como diz o óbito, ou 23:00, como diz o Exército); as marcas evidentes de hematomas no rosto; o enterro sem identificação; a divulgação tardia foram os elementos apontados pelos relatores para contestar a versão oficial.

Os indícios apontados por Nilmário Miranda não bastaram como prova, para a maioria da CEMDP, de que a morte de Mário Prata não ocorrera no tiroteio alegado, sendo indeferido o requerimento. Seu processo somente foi aprovado após a edição da Lei nº 10.875/04, quando foi possível reabrir a análise do caso e deferir o requerimento da família.



DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (1943-1971)

Número do processo: 127/96

Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 15/07/1943, Muriaé (MG)

Organização política ou atividade: MRT

Data e local da morte: entre 5 e 7/04/1971, São Paulo

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/96

Operário metalúrgico no ABC paulista, mineiro de Muriaé, Devanir José de Carvalho foi morto em abril de 1971, no dia 5, se merecer crédito a data firmada em seu laudo de necropsia, ou por volta do dia 7 conforme explicado adiante. Conhecido como "Henrique" na vida clandestina, era um dos militantes mais temidos e odiados pelos órgãos de segurança de São Paulo naquele momento, por imputarem a ele participação em algumas ações armadas que resultaram em mortes de policiais ou guardas.

Na década de 50, sua família migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Devanir encontrou trabalho no ABCD paulista quando a indústria automobilística se implantava naquela região. Ainda adolescente, tinha aprendido com o irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico e, desde então, passou a trabalhar em empresas metalúrgicas de grande porte, como a Villares e a Toyota, em São Bernardo do Campo.

Em 1963, aos 20 anos, casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos. No mesmo ano, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves. Data desse período sua vinculação ao PCdoB. Após a deposição de Goulart, fugiu da repressão política mudando-se com a família para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como motorista de táxi. Em alguns documentos dos órgãos de segurança do regime militar, consta que ele teria recebido treinamento de guerrilhas na China.

Em 1967, rompeu com o PCdoB, alinhado com o grupo dissidente que deu origem à Ala Vermelha. Finalmente, em 1969, liderou nova dissidência nesse grupo para constituir o MRT. Dentre seus irmãos, dois estavam presos desde 1969, processados por militância na Ala Vermelha. Foram banidos do país em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço. Retornaram clandestinamente ao Brasil para retomarem a atividade de resistência armada ao regime e integram a lista de desaparecidos políticos desde 1974: Joel José de Carvalho e Daniel José de Carvalho.

Pelo que foi possível reconstituir da morte de Devanir, ainda hoje recoberta de mistério, ele foi recebido por uma rajada de metralhadora quando chegou à uma residência da rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo. Levado ao DOPS, onde teria permanecido dois dias, foi torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Em seu voto na CEMDP, aprovado por unanimidade, o relator se apoiou no depoimento prestado por Ivan Seixas: "*quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores do DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de 'Henrique', codinome de*

Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo 'o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique'. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que 'teu chefe agüentou três dias de tortura e não falou nada'. ...quando fui levado para interrogatório pelo torturador 'Carlinhos Metralha' (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury".

Num processo judicial a que Devanir respondeu perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, não localizada posteriormente, com marca de perfuração de bala na altura do coração e inúmeros ferimentos, em várias partes do corpo, principalmente na cabeça. O laudo da necropsia, assinado pelos médicos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmou a versão de que o metalúrgico foi morto em tiroteio.



ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971)

Número do processo: 057/02

Filiação: Maria Helena Correa e Abílio Clemente

Data e local de nascimento: 17/04/1949, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: Movimento Estudantil

Data e local da morte: 10/04/1971, Santos (SP)

Relator: Belisário dos Santos Jr.

Deferido em: 02/08/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 09/08/2006

O afro-descendente Abílio Clemente Filho, aluno do 4º ano de Ciências Sociais em Rio Claro, interior de São Paulo, unidade que em 1976 passaria a integrar a Universidade Estadual Paulista (Unesp), era ativista do Movimento Estudantil, desapareceu no dia 10/04/1971, quando caminhava com um amigo na praia de José Menino, em Santos (SP).

No processo analisado pela CEMDP está anexado um relato de Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, informando ter encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na parte referente aos documentos secretos do extinto DOPS/SP, uma ficha escolar de Abílio Clemente Filho, da época em que cursava o colegial, na Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro Pinheiros, em São Paulo (SP). De acordo com os registros policiais, essa ficha teria sido encontrada na residência de Ishiro Nagami, militante morto juntamente com Sérgio Correa, em 4 de setembro de 1969, quando o carro em que ambos trafegavam explodiu na rua da Consolação, em São Paulo, possivelmente em consequência da detonação de explosivos que estariam transportando.

Joana D'Arc Gontijo, presa no DOI-CODI/SP na época, chegou a denunciar ter ouvido gritos de um homem jovem durante toda a noite, na mesma data da prisão de Abílio. Ela acredita que o jovem parou de gritar porque tinha morrido. Joana tentou descobrir quem era a vítima torturada até morrer, mas nunca conseguiu identificá-la.

O caso de Abílio foi também examinado pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Estado de São Paulo, sendo deferido. Considerou aquela comissão que "*do conjunto dos indícios apresentados e do conhecimento dos procedimentos dos órgãos de repressão, era possível concluir pelo desaparecimento por razões políticas de Abílio Clemente Filho*".

Ao elaborar seu voto, o relator da CEMDP se baseou nas declarações do deputado estadual paulista Antônio Mentor, que foi seu companheiro de república estudantil em Rio Claro e afirma: "*Abílio Clemente desapareceu quando em viagem a Santos, no dia 10/04/1971. Estava envolvido no Movimento Estudantil e chegou a participar de organização clandestina de combate à ditadura*"; e de Maria Amélia de Almeida Teles, que afirma "*ter sido procurada pela interessada irmã de Abílio, em meados de 1990, quando não se cogitava de qualquer indenização por tortura, morte ou desaparecimento político*".



DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO (1946-1971)

Número do processo: 183/96
 Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho
 Data e local de nascimento: 06/03/1946, Votuporanga (SP)
 Organização política ou atividade: MRT
 Data e local da morte: entre 17 e 19/04/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Dirigente do MRT, com militância anterior na Ala Vermelha e na VAR-Palmares, foi morto em São Paulo, entre 17 e 19/04/1971, sendo enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Seus restos mortais estão entre as ossadas da Vala de Perus, à espera de identificação confirmatória. Documentos dos órgãos de segurança o acusam de participação em diversas operações armadas, inclusive na execução, dois dias antes, na capital paulista, do industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, empresa que tinha atuado como financiadora da OBAN, em 1969 e 1970.

Dimas foi corretor de seguros, vendedor de carros e tipógrafo. Era casado com Maria Helena Zanini, com quem teve o filho Fabiano César Casemiro. Foi militante estudantil em Votuporanga, no interior paulista, e mudou-se para São Paulo a convite de Devanir José de Carvalho, dirigente principal do MRT, morto dez dias antes. Era irmão de Denis Casemiro, militante da VPR, que seria preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no mesmo mês, na região de Imperatriz, e executado em maio.

Antes do processamento do caso na CEMDP, a versão contida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* era de que Dimas morreria fuzilado ao chegar em sua casa, em São Paulo. Entretanto, a análise dos documentos, desenvolvida pela Comissão Especial, trouxe outra certeza: Dimas fora preso e o corpo somente deu entrada no IML depois de ter sido publicada a notícia de sua morte, nos jornais do dia 18/04/1971. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, informa que a morte se deu na rua Elísio da Silveira, 27, no bairro Saúde, às 13 horas do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Dimas, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML às 14 horas do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10 horas do dia 20.

O laudo necroscópico, assinado por João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, descreve quatro ferimentos causados por arma de fogo e atesta a morte por choque hemorrágico. Além de questionar onde estaria Dimas durante os dois dias que antecederam sua entrada no IML, a CEMDP analisou as fotos de seu corpo, localizadas nos arquivos do DOPS/SP, constatando que eram visíveis algumas lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz, e principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo.



JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS (1922-1971)

Número do processo: 021/96
 Data e local de nascimento: 21/01/1922, Bragança (PA)
 Filiação: Maria Pordeus de Alencar Seixas e Estolano Pimenta de Seixas
 Organização política ou atividade: MRT
 Data e local da morte: 17/04/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Deferido em: 18/01/96 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Paraense de Bragança, Joaquim Alencar de Seixas mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou como mecânico de aviões na Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego diversas vezes devido a sua atuação política. Quando trabalhava na Varig, apresentou uma

denúncia ligando a empresa ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e aos nazistas alemães. No Rio, aproximou-se do Partido Comunista e militou nesse partido até 1953. Logo após a queda de Getúlio, casado com Fanny Akselrud Seixas, a quem conheceu na sede do partido, muda-se para o Rio Grande do Sul, onde desempenha distintas ocupações. Por volta de 1960, volta a residir no Rio. Ocupou o cargo de encarregado de manutenção da Petrobras e participava ativamente do sindicato dos petroleiros quando ocorreu o golpe militar.

Demitido da estatal nos expurgos praticados pelo regime militar naquela empresa, Seixas e a família retornam ao Rio Grande do Sul no final de 1964. Na capital gaúcha, milita com o sargento Manoel Raimundo Soares, que seria morto sob torturas em 1966, e das lideranças que formaram o MR-26. Em 1970, a família se muda para São Paulo e se integra ao MRT. No dia em que foi preso – 16/04/1971 – Seixas estava acompanhado do filho adolescente, Ivan, também militante do MRT. A detenção aconteceu na rua Vergueiro, perto do número 9.000 e ambos foram levados para a 37ª DP, localizada na mesma rua, na altura do número 6.000. No pátio do estacionamento, pai e filho foram espancados, enquanto os policiais trocavam os veículos utilizados para efetuar as prisões.

Postos em nova viatura, os dois foram conduzidos às dependências do DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, antiga Operação Bandeirantes (OBAN). No pátio de manobras daquela unidade, a violência dos espancamentos chegou ao ponto de partir a corrente das algemas que os uniam. Pouco depois, na sala de interrogatório, um foi torturado na frente do outro. Os torturadores se atiraram sobre o pai com especial ferocidade, movidos pela informação de que ele tinha participado, poucos dias antes, da execução do industrial Albert Henning Boilesen, mencionada anteriormente neste livro. Enquanto o suplício se prolongava, a casa da família foi saqueada e foram presas a esposa e os demais filhos.

No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram nota oficial dos órgãos de segurança, noticiando a morte de Joaquim Alencar de Seixas, durante tiroteio. Não era verdade. Ele ainda estava vivo. Presos nas mesmas dependências, a esposa Fanny e os filhos Ivan, Ieda e Lara, ouviam claramente sua voz durante os interrogatórios. Por volta das 19 horas os gritos cessaram. Fanny soube, então, que o marido estava morto. Na ponta dos pés, ela espiou pela abertura da cela, viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras e forrar o porta-malas com jornais, testemunhando o momento em que o corpo dele foi jogado no veículo. Ainda escutou um diálogo entre dois agentes: "*de quem é esse presunto?*", perguntou um deles, obtendo como resposta: "*esse era o Roque*", referindo-se ao nome-de-guerra de Joaquim.

No processo formado contra o MRT na Justiça Militar, consta uma fotografia do cadáver de Joaquim Seixas com inequívocos sinais de espancamento e um tiro na altura do coração. Apesar disso, a necropsia, assinada pelos legistas Pêrsio José B. Carneiro e Paulo Augusto de Queiroz da Rocha, confirmou a versão oficial, sem identificar o que poderia ter provocado as lesões corporais. Sua esposa e filhos, além de outros presos políticos, denunciaram mais tarde os responsáveis pelas torturas e execução de Joaquim Alencar de Seixas: o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante da unidade, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, subcomandante, o delegado Davi Araújo dos Santos o investigador de polícia Pedro Mira Granzieri e outros identificados apenas por apelidos.

O legista Nelson Massini examinou os documentos relativos à morte de Seixas e identificou oito lesões contusas, em especial na cabeça, e afirmou "*que o Sr. Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de arma de fogo, outras lesões – provenientes de meios e/ou instrumentos – constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência*".



RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO (1939-1971)

Número do processo: 118/96

Filiação: Ana Gonçalves de Figueiredo e Francisco Gonçalves Viana

Data e local de nascimento: 23/03/1939, Curvelo (MG)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 28/04/1971, em Recife (PE)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Conhecido como Raimundinho, nasceu em Curvelo, Minas Gerais, iniciando sua militância política na juventude como integrante da AP, em Pernambuco. Trabalhou como bancário. Morreu quando tinha 32 anos e vivia em Jaboatão dos Guararapes (PE). Era casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, morta em 1972, com quem tinha duas filhas. Foi baleado em uma casa do bairro de Sucupira, em Recife (PE), por agentes do DOPS pernambucano, em 27/04/1971, morrendo no dia seguinte. Na casa estavam Áurea Bezerra e seus filhos, além do militante Arlindo Felipe da Silva, que foi preso e, posteriormente, enviou depoimento por escrito à CEMDP, fundamental para a decisão unânime a favor do deferimento.

Dirigente da VAR-Palmares, com passagem anterior pela Ala Vermelha, o nome de Raimundo constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, sem maiores informações acerca das circunstâncias de sua morte. A nota oficial comunicando o ocorrido foi publicada pelo *Jornal do Brasil* somente em 1º de julho, mais de dois meses depois. A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, ao informar a morte, acusa Raimundo como autor do atentado no Aeroporto de Guararapes, quando morreram o jornalista e secretário de Governo Edson Régis de Carvalho e o Almirante da Reserva Néelson Gomes Fernandes, ficando feridas e mutiladas outras pessoas.

O exame necroscópico foi feito sob a identidade falsa de José Francisco Severo Ferreira, pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa. Atestam como *causa mortis* "hemorragia interna, decorrente de ferimento transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo". Descrevem, além do ferimento na região dorsal responsável pela hemorragia, ferimentos à bala no rosto, um no antebraço, um no punho e um na perna, informando a data de sua morte como sendo 28/04/1971.

No documento remetido à Comissão Especial, Arlindo Felipe da Silva, irmão do desaparecido político Mariano Joaquim da Silva, detalha o ocorrido. A energia elétrica foi interrompida ou cortada deliberadamente e os policiais chegaram disparando contra a residência no bairro Sucupira. Um tiro atingiu o braço de um dos filhos de Áurea, que tentou fugir com a criança, em pânico, enquanto Raimundo, aos gritos, pedia calma aos agentes de segurança e informava que a casa tinha crianças. Foi atingido e caiu. Todos foram levados presos, vivos, em carros separados para local ignorado. Arlindo foi transferido no dia seguinte para as instalações da Secretaria de Segurança. Soube da morte do companheiro alguns meses mais tarde.

O relator da CEMDP concluiu que os fatos expostos permitem a "*convicção de que Raimundo Gonçalves, efetivamente, não morreu em confronto armado com os agentes do Estado. Raimundo foi baleado, preso e já sob domínio dos agentes públicos, foi morto*".



ALUÍZIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA (1922-1971)

Número do processo: 217/96

Filiação: Henise Palhano Pedreira Ferreira e João Alves Pedreira Ferreira

Data e local de nascimento: 05/09/1922, Pirajuí (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local de desaparecimento: 09/05/1971, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O nome de Aluízio consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95, tendo sido preso em 09/05/1971 em São Paulo. No período anterior à deposição de João Goulart, ele era o principal líder sindical bancário no Brasil. Filho de fazendeiro abastado, nasceu em Pirajuí, interior paulista, estudou no Colégio Mackenzie, em São Paulo, e no Colégio Salesiano, em Santa Rosa/Niterói. Terminou o curso secundário no Colégio Plínio Leite e trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, que pertencia à avó, em Niterói. Aos 21 anos, fez concurso e ingressou no Banco do Brasil, iniciando a vida de dirigente sindical. Foi por duas vezes presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) e vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores. Em 1947, casou-se com Leda Pimenta, com quem teve dois filhos, Márcia e Honésio.

Formou-se em Direito na Universidade Federal Fluminense. Nos dias do Golpe de Estado, sua esposa conta que Palhano ainda tentou articular-se em ações de resistência, na área da Cinelândia. Teve os direitos políticos cassados e buscou asilo na Embaixada do México, em junho,

deixando a esposa e os filhos no Brasil. Daquele país, seguiu para Cuba, onde viveu alguns anos, participando em mutirões do corte de cana e trabalhando na Rádio Havana, sendo sua voz captada no Brasil. Lá foi eleito pela OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade, representante do movimento sindical do Brasil, em 1967. No final de 1970, regressou clandestinamente ao País para se integrar à VPR. Era um dos contatos, no Brasil, do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, que possivelmente o tenha entregue aos órgãos de segurança.

Sua prisão e morte foram denunciadas pelo preso político Altino Rodrigues Dantas Jr., em carta enviada do Presídio Romão Gomes, de São Paulo, em 1º de agosto de 1978, ao general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ministro do STM que vinha, naquele tribunal superior, adotando corajoso posicionamento contrário às violações de Direitos Humanos já denunciadas há vários anos. A prisão de Palhano também foi testemunhada por outros presos políticos, entre eles o militante do MR-8 Nelson Rodrigues Filho, filho do conhecido dramaturgo brasileiro, que esteve com ele no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

A carta de Altino contém informações taxativas: *"Na época comandava o DOI-CODI o Major Carlos Alberto Brilhante Ustra (que usava o codinome de 'Tibiricá'), sendo subcomandante o Major Dalmo José Cyrillo ('Major Hermenegildo' ou 'Garcia'). Por volta do dia 16 de maio, Aluizio Palhano chegou àquele organismo do II Exército, recambiado do Cenimar do Rio de Janeiro (...) Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia, assim, ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a alta madrugada do dia 21, provavelmente 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio.*

Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de 'JC' (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: 'Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez'. (...) Entre outros, se encontravam presentes naquele momento os seguintes agentes: 'Dr. José' (oficial do Exército, chefe da equipe); 'Jacó' (integrante da equipe, cabo da Aeronáutica); Maurício José de Freitas ('Lunga' ou 'Lungaretti', integrante dos quadros da Polícia Federal), além do já citado Dirceu Gravina 'JC', e outros sobre os quais não tenho referências".

Inês Etienne Romeu, sobrevivente do sítio clandestino em Petrópolis, afirma, em seu relatório de prisão, que Palhano foi levado para lá no dia 13/05/1971, tendo ouvido várias vezes sua voz durante os interrogatórios. Afirma, ainda, que Mariano Joaquim da Silva, desaparecido com quem ela conversou durante o seqüestro de ambos naquela casa de horrores, viu a chegada de Palhano e o estado físico deplorável em que se encontrava, resultante das torturas.



STUART EDGAR ANGEL JONES (1945-1971)

Número do processo: 197/96

Data e local de nascimento: 11/01/1945, Salvador (BA)

Filiação: Zuleika Angel Jones e Norman Angel Jones

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 14/05/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Stuart Edgar Angel Jones foi assassinado sob terríveis torturas na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Morreu na noite de 14 de maio de 1971 e o nome dele consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. O caso gerou grande repercussão nacional e internacional.

Filho da estilista de alta costura Zuzu Angel com o norte-americano Norman Angel Jones, irmão da colunista social Hildegard Angel, Stuart nasceu em Salvador e cresceu no Rio de Janeiro. Apaixonado por esportes, praticou tênis, natação, capoeira, levantamento de peso e remo.

Era estudante de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo trabalhado também como professor. Em 18/08/1968, havia casado com Sonia Maria Lopes de Moraes, que também seria morta em 1973, em São Paulo. Moravam na Tijuca.

Militante do MR-8 desde o período em que a organização tinha o nome de Dissidência da Guanabara, Stuart, conforme documentos dos órgãos de segurança, integrou sua Direção Geral a partir de meados de 1969, ao lado de Daniel Aarão Reis e Franklin de Souza Martins. Também era apontado como participante de diversas ações armadas e se presume que os militares o torturaram com tamanha brutalidade porque pretendiam, através dele, chegar a Carlos Lamarca, recentemente integrado à organização.

Stuart foi preso por volta das 9h da manhã do dia 14, na avenida 28 de Setembro, em Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro, por agentes do CISA. As circunstâncias de sua morte sob torturas foram narradas, em carta a Zuzu, pelo preso político Alex Polari de Alverga, que esteve com ele naquela unidade da Aeronáutica, na Base Aérea do Galeão.

"Em um momento retiraram o capuz e pude vê-lo sendo espancado depois de descido do pau-de-arara. Antes, à tarde, ouvi durante muito tempo um alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semi-esfolada, era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos".

Zuzu Angel procurou o filho infatigavelmente, abordando autoridades nacionais e internacionais e concedendo entrevistas a quantos veículos de imprensa tivessem a coragem de publicá-las. Conseguiu fazer chegar sua denúncia ao então senador Edward Kennedy, que levou o caso à tribuna do Senado dos Estados Unidos. Pessoalmente, conseguiu entregar ao secretário de Estado Henry Kissinger, em visita ao Brasil em fevereiro de 1976, uma carta com a denúncia e um exemplar do livro de Hélio Silva, onde era relatada a morte de Stuart. Esse historiador avalia que o afastamento e a posterior reforma do brigadeiro João Paulo Penido Burnier, denunciado como autor do crime, e a própria destituição do ministro da Aeronáutica Márcio de Souza e Mello, foram desdobramentos das pressões internacionais sobre o governo Médici. Todos os principais jornais estrangeiros registraram o fato, em especial o *Washington Post* e *Le Monde*. No Brasil, os diários *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* conseguiram publicar matérias sobre o caso, apesar da censura.

Zuzu foi morta, em março de 1976, sem nunca descobrir qualquer indício do paradeiro do filho. O desaparecimento de Stuart e a luta de Zuzu foram evocados por Chico Buarque e Miltoninho na canção *Angélica*, de 1977, e levados ao cinema, em 2006, pelo diretor Sérgio Rezende, tendo a atriz Patrícia Pilar atuado como a mãe de Stuart.

No Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, consta que Stuart foi morto no Hospital Central do Exército, mas indicando a data incorreta de 5 de janeiro de 1971. O Relatório do Ministério da Aeronáutica faz menção às denúncias feitas por Alex Polari mas, em vez de esclarecer as circunstâncias da morte, estende-se falando sobre as atividades do denunciante. Limita-se a informar: *"neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones"*.

Passados 17 anos da morte de Stuart, Amílcar Lobo, médico que atuava no DOI-CODI/RJ e que teve seu registro profissional cassado por cumplicidade ou conivência com as torturas, confessou tê-lo atendido no quartel da PE antes de sua transferência para a Base Aérea do Galeão. *"Ele tinha equimoses no abdome e tórax causados provavelmente por socos (...) dei a ele analgésicos"*, relatou. Disse, ainda, que Stuart estava consciente mas se recusou a lhe dirigir a palavra.

No livro *Desaparecidos Políticos*, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa escrevem:

"Para o desaparecimento do corpo existem duas versões. A primeira é de que teria sido transportado por um helicóptero da Marinha para uma área militar localizada na restinga de Marambaia, na Barra de Guaratiba, próximo à zona rural do Rio, e jogado em alto-mar pelo mesmo he-

licóptero. Mas, de acordo com outras informações, o corpo de Stuart teria sido enterrado como indigente, com o nome trocado, num cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma.

Os responsáveis: os brigadeiros Burnier e Carlos Afonso Dellamora, o primeiro, chefe da Zona Aérea e, o segundo, comandante do CISA; o tenente-coronel Abílio Alcântara, o tenente-coronel Muniz, o capitão Lúcio Barroso e o major Pena – todos do mesmo organismo; o capitão Alfredo Poeck – do CENIMAR; Mário Borges e Jair Gonçalves da Mota – agentes do DOPS".

O caso foi levado também ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que naquele período, e particularmente na gestão do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempenhou um papel meramente homologatório perante as violências praticadas pelo Estado ditatorial. Em 1972, por 8 votos a 1, o caso foi arquivado, sendo surpreendente o fato de o representante da OAB no órgão, Raymundo Faoro, ter se alinhado em seu voto com essa maioria, onde estava também o senador Filinto Müller, notório torturador durante o Estado Novo.



IVAN MOTA DIAS (1942-1971)

Número do processo: 072/96

Filiação: Nair Mota Dias e Lucas de Souza Dias

Data e local de nascimento: 29/10/1942, Passa Quatro (MG)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 15/05/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Era militante da VPR e documentos dos órgãos de segurança o acusam de participação em várias ações armadas no Rio de Janeiro, pelas quais foi processado e julgado à revelia em diferentes auditorias militares, inclusive do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, concluído em janeiro de 1971, quatro meses antes de sua prisão e desaparecimento.

Natural de Passa Quatro (MG), de uma família presbiteriana, cursou História na Universidade Federal Fluminense e militava no Movimento Estudantil. Deu aulas no curso pré-vestibular da Universidade. Terminaria sua graduação universitária em dezembro de 1968, mas dois meses antes foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP) e, depois de solto, teve a prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade. Durante esse período, fazia traduções e morava num quarto alugado em uma pensão próxima à Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Sua prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, no bairro carioca de Laranjeiras, por agentes do CISA. Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisão de Ivan, conhecido como "Comandante Cabanos".

Inês Itiene Romeu, em seu relatório sobre o período em que ficou seqüestrada no sítio clandestino conhecido como "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ), declara que o carcereiro a quem conhecia como "Dr. Guilherme" lhe afirmou que Ivan iria ser preso e, posteriormente, o mesmo agente lhe disse que Ivan tinha sido morto.

Informados, no mesmo dia, por telefonema anônimo, a respeito da prisão do filho, seus pais foram ao Rio de Janeiro para buscar localizá-lo em alguma dependência dos órgãos de segurança. Foram ao DOI-CODI, ao I Exército, à Aeronáutica, ao DOPS, ao Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Um *habeas-corpus* requerido em 22 de junho foi negado. Recorreram à Igreja Presbiteriana, à Igreja Católica, ao Conselho Mundial de Igrejas. Tiveram ajuda do deputado Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira, que seria mais tarde deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Sua mãe, Nair Mota Dias, assim descreveu, em 1978, suas buscas e angústias, em depoimento publicado no livro de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa: *"Aí é que eu digo, o problema é o medo. Todo mundo tem medo. O medo traz muita desordem. As pessoas não querem se comprometer, e por isto não dão informações. Ninguém quer se meter, se complicar. Como é que some uma pessoa assim e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? (...) Foi depois da morte de Lucas (seu marido, pai de Ivan, em agosto de 1974), quando o general Geisel assumiu, que eu escrevi uma carta para o Lysâneas. Foi em fevereiro, creio, os jornais diziam que o Geisel ia fazer e acontecer, houve uma esperança muito grande naquele momento. O MDB de São Paulo estava recebendo cartas de familiares de pessoas presas ou seqüestradas, e eu enviei para o Lysâneas, dizendo que não queria que soltassem meu filho, não; se ele tinha errado, eu queria que ele aparecesse e fosse julgado pelas leis do país. Mesmo pelas leis de exceção. Só queria isso: que ele aparecesse. Ai iria a julgamento. A gente poria um advogado e íamos ver. Mesmo morto, tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar"*.



DÊNIS CASEMIRO (1942-1971)

Número do processo: 110/96

Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho

Data e local de nascimento: 09/12/1942, Votuporanga (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 18/05/1971, em São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Militante da VPR, com passagem anterior pela Ala Vermelha, seu nome também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Paulista de Votuporanga, irmão de Dimas Casemiro, do MRT, morto em São Paulo na mesma época, era trabalhador rural e desenvolvia trabalho político clandestino no sul do Pará, onde cuidava de um sítio próximo a Imperatriz (MA). Provavelmente foi localizado naquela região e preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, em fins de abril de 1971, sendo levado para o DOPS/SP, onde permaneceu por quase um mês. Durante esse período, era sempre transportado pelos corredores com um capuz cobrindo o rosto, para impossibilitar sua identificação pelos demais presos. Um desses presos era Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, que chegou a conversar com ele por alguns minutos. Dênis estava confiante de que a retirada do capuz era sinal de que o perigo de morrer havia passado – mas foi morto em 18 de maio de 1971.

Em relatório encontrado nos arquivos do DOPS/SP, o delegado Sérgio Paranhos Fleury não esconde o sinismo ao narrar o episódio da morte de Denis. Fleury reporta que voltava do Rio de Janeiro, transportando o preso, quando, ao se aproximarem de Taubaté (SP), Denis declarou que, em Ubatuba (SP), havia um campo de treinamento da VPR. O delegado resolveu, então, seguir até lá para que fosse indicado exatamente o local da área de treinamento.

Ao iniciarem a descida da serra, Denis teria dito que necessitava fazer necessidades fisiológicas. Apesar da neblina e da garoa que caía, Fleury autorizou que a viatura parasse, atendendo à insistência do preso. Inesperadamente, quando baixava as calças, segundo o relato sarcástico, Denis apoderou-se da arma de um policial, tendo outro imediatamente alvejado Denis, que, mesmo ferido, conseguiu fugir. Fleury seguiu para Ubatuba, onde deixou de sobreaviso o delegado de polícia na cidade. Na manhã seguinte, Fleury teria sido informado pelo delegado que Denis estava na Santa Casa local, onde assumira a própria identidade e dissera que fora baleado pelos policiais que o transportavam, contando, segundo Fleury, uma história diferente do que ocorrera. O delegado de Ubatuba manteve o preso incomunicável. Fleury mandou que seus agentes o buscassem. Na estrada, encontraram-se casualmente com a viatura que transportava Denis para atendimento médico na capital. Os agentes de Fleury, sempre conforme a ficção mordaz do relatório, receberam o preso e rumavam com toda pressa para a capital, a fim de que pudesse ser medicado, mas o preso não resistiu, e morreu, sendo encaminhado ao necrotério do Instituto de Polícia Técnica.

Esse relatório registra que Denis teria chorado e implorado pela própria vida e foi mostrado pelos policiais a alguns presos, posteriormente, como ameaça de que algo igual poderia acontecer com aqueles que não colaborassem.

Na requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, não consta o local onde teria sido encontrado o cadáver, e é datada de 19/05, mas informa que o corpo teria entrado no IML no dia anterior. No laudo necroscópico, realizado pelos legistas Renato Cappelano e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, está descrita a trajetória dos tiros que teriam matado Denis Casemiro, ocultando-se qualquer referência a marcas de torturas.

Dênis foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, capital paulista, com os dados pessoais alterados. No livro de registro de sepultamentos, ele teria 40 anos e os demais dados de identificação ignorados. Na realidade, tinha 28 anos e todos os seus dados constavam do atestado de óbito. Nenhuma comunicação oficial da morte foi feita pelas autoridades. Sua ossada foi localizada a partir das investigações sobre a Vala de Perus.

No dia 13 de agosto de 1991, os restos mortais de Denis Casemiro, Antonio Carlos Bicalho Lana e Sonia Maria de Moraes Angel Jones, exumados do mesmo cemitério, foram trasladados. Houve ato na Catedral da Sé, em São Paulo e depois Denis foi velado na Câmara Municipal de Votuporanga, com missa de corpo presente na igreja matriz.



MARIANO JOAQUIM DA SILVA (1930-1971)

Número do processo: 163/96

Filiação: Maria Joana Conceição e Antônio Joaquim da Silva

Data e local de nascimento: 02/05/1930, Timbaúba (PE)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local do desaparecimento: 31/05/1971, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Dirigente da VAR-Palmares conhecido como Loyola, seu nome também faz parte da lista anexa à Lei nº 9.140/95, que relacionou 136 desaparecidos políticos cuja responsabilidade pelas mortes foi assumida automaticamente pelo Estado brasileiro com a publicação da lei. Preso por agentes do DOI-CODI em 01/05/71, na estação rodoviária de Recife, foi levado para o Rio de Janeiro, São Paulo e de volta ao Rio de Janeiro, onde desapareceu.

Afrodescendente e filho de uma família camponesa pobre, começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola e, em seguida, como operário da indústria de calçados. Estudou apenas até a 3ª série ginasial. Em 1951, casou-se com Paulina Borges da Silva, com quem teve sete filhos. Militante do PCB a partir de meados dos anos 50, integrou o Comitê Municipal de Recife. Já em 28/10/1954 enfrentou uma primeira experiência de prisão, em Timbaúba (PE), por "atividade subversiva", sendo liberado três dias depois. Foi novamente detido em 05/05/1956.

Em 1961, foi eleito secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba. Em 1963, era membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, que ajudou a implantar na Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí. Em 1963, instalou-se em Brasília, tendo participado no apoio à rebelião dos sargentos da Aeronáutica, ocorrida na capital federal em setembro daquele ano. Após a deposição de João Goulart, em abril de 1964, mudou-se com a família para Goiás, onde trabalhou na agricultura. Em 1966, foi decretada sua prisão preventiva e, desde então, passou a viver na clandestinidade. Militou também no PCdoB e ligou-se à AP em 1967, sendo o quadro mais importante de sua Comissão de Assuntos Camponeses. Em 1968, sai da AP e mais tarde, incorpora-se à VAR-Palmares, integrando o seu Comando Nacional a partir de 1969.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão, afirma que esteve com Mariano no sítio clandestino de Petrópolis (RJ), conhecido como "Casa da Morte". Inês disse ter estado com Mariano três vezes, duas na presença dos carcereiros e uma a sós. Mariano lhe contou que

permanecera 24 horas preso em Recife, de onde chegou com o corpo em chagas. Em Petrópolis, foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia 31 de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Inês afirma, ainda, que teve contato com Mariano até o dia 31 de maio, quando, na madrugada, ouviu uma movimentação estranha e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano, os quais lhe disseram que ele havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Desde então, nada mais se soube de seu paradeiro. Em princípio de julho, o carcereiro conhecido por Inês como "Dr. Teixeira" lhe disse que Mariano fora executado, pois pertencia ao comando da VAR-Palmares e era considerado irrecuperável.



JOSÉ GOMES TEIXEIRA (1941-1971)

Número do processo: 296/96

Filiação: Maria Gomes Conceição e Antônio Gomes Teixeira

Data e local de nascimento: 30/09/1941, Maceió (AL)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 23/06/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 01/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 05/08/1996

Militante do MR-8, ex-marítimo e funcionário da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ), José Gomes Teixeira, foi preso em 11/06/1971 por agentes do CISA e levado à Base Aérea do Galeão, onde foi torturado e visto pelo cunhado Rubens Luiz da Silva. Morreu no dia 23/06/1971, pouco antes de completar 30 anos. Era casado com Zeni Bento Teixeira, com quem teve cinco filhos. Não foi possível reunir mais informações sobre sua biografia e atividades políticas anteriores. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram que Carlos Lamarca, antes de ser deslocado para a Bahia, ficou abrigado em vários "aparelhos" no Rio de Janeiro, inclusive na residência de José Gomes Teixeira. Em nota oficial no próprio dia 23/06/1971, os órgãos de segurança informaram a morte de José, mais uma vez por suicídio. Os legistas Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos, determinaram como *causa mortis* asfixia mecânica.

A certidão de óbito teve como declarante José Severino Teixeira e, apesar de constar o nome verdadeiro e endereço completo, José Gomes foi enterrado como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro (RJ). Em 15/06/1976, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, em 1980/1981, foram para a vala clandestina do mesmo cemitério. Laudo e fotos de perícia de local do Instituto Carlos Éboli mostram José Gomes enforcado em um lençol, no interior da cela no Depósito de Presos do Galeão, e conclui que os elementos encontrados, como ausência de sinais de luta, a presença de suportes utilizados na suspensão, o meio utilizado para se construir o instrumento e ausência de indícios de ação criminosa, levaram os signatários a admitir ter ocorrido auto-eliminação, por enforcamento.

Independente de se firmar convicção sobre a falsidade ou veracidade dessas reiteradas versões de morte por suicídio, a CEMDP aprovou o requerimento do caso por unanimidade. Conforme o voto do relator, "*os autos estão instruídos com prova de que o falecido era militante político e do reconhecimento oficial de sua morte por suicídio, quando se encontrava preso em estabelecimento de segurança. Esses são fatores suficientes para que se reconheça a morte como ocorrida nos termos da Lei, devendo o pleito para localizar o corpo aguardar exame no momento oportuno*".



LUIZ ALMEIDA ARAÚJO (1943-1971)

Número do processo: 028/96

Filiação: Maria José Mendes de Almeida Araújo e João Rodrigues de Araújo

Data e local de nascimento: 27/08/1943, Anadia (AL)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 24/06/1971, em São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Militante da ALN, seu nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Desaparecido desde o dia 24/06/1971, quando se deslocava pela avenida Angélica, em São Paulo. Natural de Anadia (AL), mudou-se para São Paulo em 1957. Começou a trabalhar, aos 14 anos, como *office-boy* em uma loja de confecções da Clipper e estudava à noite em escola pública. Começou a participar do Movimento Estudantil no curso Santa Inês, tendo ligações com a JEC – Juventude Estudantil Católica. Mais tarde, deu aulas de História nesse mesmo curso. Foi preso pela primeira vez em 1964, sendo torturado. Naquele mesmo ano, viajou ao Chile e foi novamente preso ao retornar. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na PUC/SP. Em 1967, foi preso novamente, quando iniciava sua ligação com a ala dissidente do PCB liderada por Carlos Marighella.

Entre 1966 e 1968, ao mesmo tempo em que aprofundava a militância política, engajou-se em atividades artístico-culturais. Fez parte da Escola de Teatro Leopoldo Fróes. Seu grupo de teatro tentou encenar uma peça e, durante a montagem, conheceu a atriz Carmem Monteiro Jacomini, sua futura companheira. Separados em 1968, Carmen se filia a uma organização clandestina e Luiz, por ter emprestado seu carro para uma ação do grupo Marighella, foi identificado e novamente preso. Libertado, viaja imediatamente para Cuba, via URSS, em companhia de Luiz José da Cunha, que seria morto em 1973. Retorna ao Brasil em dezembro de 1970 e se engaja na resistência armada.

Na semana anterior à sua prisão e desaparecimento, passou o dia 16/06/1971 com sua irmã, Maria do Amparo Almeida Araújo, que também militava na clandestinidade e atualmente coordena o Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Nesse dia, ela completava 21 anos e foi a última vez que o viu. Quando seqüestrado na Avenida Angélica, Luiz dirigia o mesmo carro que havia levado, pouco antes, Paulo de Tarso Celestino da Silva, da direção nacional da ALN, a um encontro com o agente infiltrado Cabo Anselmo. Paulo de Tarso, que seria preso e desapareceria no mês seguinte, foi a última pessoa a vê-lo vivo. Durante os meses de junho e julho daquele ano, várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, interrogadas ou molestadas pela polícia. Um deles chegou a contar a sua mãe, Maria José, que ouviu seus gritos durante horas na OBAN (DOI-CODI/SP). Quando Luiz desapareceu, sua companheira Josephina Vargas Hernandez estava grávida e encontrava-se viajando em missão fora do país. Ele morreu sem conhecer a filha, Alina.

Três dias após a prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Em seguida, começou a longa busca de sua mãe. Acompanhada do filho Manoel, ela foi até a sede do DOI-CODI/SP. Manoel foi obrigado a prestar depoimento a diferentes pessoas. Foi também obrigado a assinar uma declaração de que entregaria seus irmãos, caso os encontrasse. Lá permaneceram das 18h às 2h da madrugada. Depois, mãe e filho foram até o DOPS, onde também não conseguiram descobrir nada. Na 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, informaram que Luiz estava foragido, vivendo na clandestinidade. Após inúmeras tentativas, a família procurou diversos advogados, mas nenhum esforço foi suficiente. Em 29/11/1973, Luiz foi absolvido em um processo na 2ª Auditoria, por insuficiência de provas.

O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma sobre ele: "AGO/71 - teria sido dado como morto". Nos arquivos do DOPS/PR, o nome de Luiz consta numa gaveta com a identificação: "falecidos". O Arquivo do DOPS/RJ contém documento do Ministério do Exército, de nº 129 de 02/08/1971, alguns dias após sua prisão e desaparecimento, enviado ao DOPS/RJ e assinado pelo general Frota, contendo a seguinte passagem reveladora de que os órgãos de segurança estiveram na residência de Luiz: "*Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V.Exa. que, pela análise realizada no II Ex., de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido..*".



WALTER RIBEIRO NOVAES (1939-1971)

Número do processo: 301/96

Filiação: Maria Rosalinda Ribeiro e Arlindo Ribeiro Moraes

Data e local de nascimento: 01/08/1939, Estado da Bahia

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Baiano de nascimento, conhecido na militância da VPR como “Careca”, trabalhava como salva-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo do Rio de Janeiro, na praia de Copacabana. Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, de origem indígena, com quem tinha dois filhos.

Foi preso no dia 13/06/1970, ainda quando trabalhava na praia, e solto dois meses depois, passando a viver na clandestinidade. A partir daí, constam informações de que ele teria assumido, na VPR, a tarefa de cuidar da infra-estrutura do comando da organização, tendo participado inclusive dos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço.

A segunda prisão, que resultou em desaparecimento, ocorreu em 12/07/1971, às 18:30, no bairro da Penha, Rio de Janeiro, quando ia para um encontro de rua com o simpatizante da organização conhecido como Alípio, que também era salva-vidas e trabalhava na Barra da Tijuca. A família foi alertada da prisão e começou a procurá-lo em diferentes órgãos de segurança. Chegou a fazer contato com um policial que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontraria no DOPS. Esse contato foi interrompido, no entanto, quando o policial alegou estar sendo ameaçado de morte.

Os ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, também da VPR, em depoimentos prestados na época à Justiça Militar, denunciaram que os agentes do DOI-CODI/RJ disseram que Walter estava morto após ter sido torturado naquele órgão de repressão. Sabe-se, também, que os agentes policiais leram para outros presos trechos de depoimentos que teriam sido feitos por Walter.

Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão do período em que esteve seqüestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), afirma que ali esteve, em julho de 1971, um militante que pensa ser Walter Ribeiro Novais. O carcereiro “Márcio” lhe afirmou que o tinham matado. Agregou que, no período calculado por ela entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração dos carcereiros em virtude de sua morte.



HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA (1941-1971)

Número do processo: 293/96

Filiação: Pascoalina Ferreira e Isaac Ferreira Caetano

Data e local de nascimento: 13/03/1941, Bebedouro (SP)

Organização política ou atividade: VPR/ALN

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA (1944-1971)

Número do processo: 151/96

Filiação: Zuleika Borges Pereira Celestino e Pedro Celestino da Silva Filho

Data e local de nascimento: 26/05/1944, Morrinhos (GO)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 12/07/1971, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Heleny e Paulo de Tarso foram presos por agentes do DOI-CODI/RJ no dia 12/07/1971, no Rio de Janeiro. Seus nomes integram a lista dos desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Ela já havia sido presa em março de 1970, sendo solta em abril do ano seguinte, ou seja, três meses antes de ser presa pela segunda vez.

Paulista de Bebedouro, Heleny foi casada com Ulisses Telles Guariba, professor de História na USP, de quem tinha sido colega na Faculdade de Filosofia daquela universidade. Tiveram dois filhos. Ela se especializou em cultura grega, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo – EAD.

Em 1965, tinha recebido bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, especializando-se na Europa até 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Brasil, foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade. Ali desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com os alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido, tendo ingressado na Aliança Francesa, em São Paulo, onde também montou e dirigiu peça de teatro, em francês.

Em março de 1970, foi presa pela primeira vez, em Poços de Caldas (MG), por militância na VPR, sendo torturada na Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, em função de hemorragia provocada pelos espancamentos. Foi transferida para o DOPS/SP e, depois, para o Presídio Tiradentes, sendo assistida pelo advogado José Carlos Dias, que seria mais tarde presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e, posteriormente, ministro da Justiça. Solta em abril de 1971, preparava-se para deixar o país. Os familiares e advogados fizeram buscas persistentes por todos os órgãos de segurança. Um brigadeiro chegou a confidenciar a uma amiga de parentes de Heleny ter visto o nome dela numa lista de presos da Aeronáutica.

Goiano de Morrinhos, Paulo de Tarso estudou no colégio Universitário da Universidade Federal de Goiás, onde concluiu o curso de Humanidades em 1962 e foi escolhido orador da turma. Ingressou na UnB, na Faculdade de Direito, onde se formou, em 1967, aos 23 anos. Foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília – FEUB. Inscrito na OAB, exerceu advocacia em Goiânia (GO), chegando a fazer sustentação oral em processo no STF. Em outubro de 1968, viajou para a França e fez curso de pós-graduação na Sorbonne. Companheiros de militância política na ALN informaram que, após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, ele era um dos principais dirigentes da organização, utilizava o nome-de-guerra “Vovô” e tinha recebido treinamento militar em Cuba.

Seu pai, Pedro Celestino, advogado e deputado federal pelo estado de Goiás, foi cassado pelo AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Usou de todos os meios ao seu alcance para descobrir o paradeiro do filho. Em dezembro de 1971, como resposta à solicitação da OAB, seccional de Brasília, o Ministério do Exército chegou a informar que Paulo de Tarso fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal, devendo o Ministério da Justiça prestar informações. Tempos depois, o Ministério do Exército desmentiu o fato, alegando erro.

Em 20/02/1975, o então ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento em rede de televisão para falar sobre 27 desaparecidos políticos, estando dentre esses o nome de Paulo de Tarso. Na versão do ministro, estavam todos foragidos. Em resposta, Pedro Celestino redigiu carta pública a Armando Falcão, que foi publicada no *Jornal do Brasil* em 21/02/1975 e em outros jornais do país. No ano anterior já tinha enviado ao general Golbery, homem forte do Governo Geisel, apelando: *“Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência, rogando fazer chegar ao presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extra judiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país (...) para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte, mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana”*.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e desaparecimento dos dois militantes foram sendo coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve seqüestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”, dentre outros desaparecidos ali estiveram, no mês de julho de 1971, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny. Na casa clandestina em Petrópolis, Heleny foi torturada durante três

dias, inclusive com choques elétricos na vagina. Paulo de Tarso foi torturado durante 48 horas pelos carcereiros conhecidos por Inês como "Dr. Roberto", "Laecato", "Dr. Guilherme", "Dr. Teixeira", "Zé Gomes" e "Camarão". Colocaram-no no pau-de-arara, deram-lhe choques elétricos e o obrigaram a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas Inês ouviu-o suplicando por um pouco de água.

Em 08/04/1987, a revista *IstoÉ*, na reportagem *Longe do Ponto Final*, publicou declarações do ex-médico, então lotado no DOI-CODI/RJ, Amílcar Lobo, que reconheceu ter atendido Paulo de Tarso quando estava preso nas dependências do DOI-CODI/RJ, sem, no entanto, precisar a data.



LUIZ EDUARDO DA ROCHA MERLINO (1947-1971)

Número do processo: 209/96

Filiação: Iracema Rocha Merlino e Zeno Merlino

Data e local de nascimento: 18/10/1947, Santos (SP)

Organização política ou atividade: POC

Data e local da morte: 19/07/1971, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 23/04/96, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/96

Ainda estudante secundarista, Luiz Eduardo participou do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Com 17 anos, transferiu-se para São Paulo, onde integrou a primeira equipe de jornalistas do recém-fundado *Jornal da Tarde*, onde escreveu importantes matérias sobre os índios Xavantes e sobre o "mau patrão" J.J. Abdala, proprietário da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Trabalhou depois na *Folha da Tarde*, liderando uma greve deflagrada nesse diário quando da decretação do AI-5 e, depois, no *Jornal do Bairro*, nos anos de 1969 e 1970.

Participou da produção do jornal *Amanhã*, editado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Como aluno de História daquela universidade, esteve presente nas mobilizações estudantis de 1968. Fez a cobertura do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968, como repórter da *Folha da Tarde*. Nessa época, já era militante do POC.

A partir de 1969, com o endurecimento do regime, aprofundou sua militância em atividades clandestinas de oposição, sem deixar a vida de jornalista. Em dezembro de 1970, viajou para a França para um período de estudos e contatos, sobretudo no âmbito da IV Internacional, de orientação trotskista. Participou como observador do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, em Rouen.

Cinco dias depois de sua volta, utilizando passaporte legal, foi preso na casa da mãe, em Santos, em 15 de julho de 1971. Os agentes policiais estavam especialmente interessados na localização de sua namorada, Ângela Mendes de Almeida, dirigente do POC que os órgãos de segurança procuravam furiosamente. Na sede do DOI-CODI/SP, na Rua Tutóia, Luiz Eduardo foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas e abandonado numa solitária, a chamada "cela forte" ou "x-zero".

Apesar de se queixar de fortes dores nas pernas, fruto da longa permanência no suplício do pau-de-arara, não recebeu tratamento médico, apenas massagens acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro de plantão, de traços indígenas e que respondia pelo nome "Boliviano" ou "Índio". A cena foi presenciada por vários presos políticos.

As dores nas pernas eram, na verdade, uma grave complicação circulatória decorrente das torturas. No dia 17, Merlino foi retirado da solitária e colocado sobre uma mesa, no pátio, para receber massagem em frente às celas 2 e 3. Diversos companheiros constataram o seu estado de saúde e alguns falaram brevemente com ele, que se queixava de dormência completa nos membros inferiores. Horas mais tarde, seu estado piorou e ele foi removido às pressas para o Hospital Geral do Exército, onde morreu.

A reconstituição dos fatos se deu a partir de relatos do preso político Guido Rocha, que esteve na solitária com ele e, ainda, depoimentos de Eleonora Menicucci, Ricardo Prata Soares e Laurindo Junqueira Filho, prestados na Justiça Militar. Zilá Prestes Prá Baldi declarou que o viu depois de morto, com o corpo cheio de equimoses. Rui Coelho, diretor da Faculdade de Filosofia da USP, também preso naquela unidade, foi outra testemunha do seu martírio.

Embora no atestado de óbito conste a data de 19 de julho de 1971, a morte só foi comunicada à mãe no dia 20, à noite. Na requisição de exame necroscópico, no item referente ao histórico do caso, lê-se "*no dia e hora supra mencionados (19/07/71 – 19h30 – BR-116 Jacupiranga), ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre (RS) na estrada BR-116, foi atropelado e em conseqüência dos ferimentos faleceu*".

O laudo necroscópico concluiu que Merlino morreu de anemia aguda traumática por ruptura da artéria ilíaca direita. Assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, registrava: "*segundo consta, foi vítima de atropelamento*", versão não acatada pela CEMDP que, por unanimidade, concluiu que Luiz Eduardo morrera em função das torturas, acompanhando o voto do relator, Nilmário Miranda, que enfatizou a evidência de farsa nos comunicados oficiais.

A imprensa foi proibida de noticiar a morte, mas em 26/08/1971, *O Estado de São Paulo* publicou um anúncio fúnebre convidando para uma missa de 30º dia, que foi celebrada na Catedral da Sé no dia seguinte, com a presença de centenas de jornalistas e amigos.



JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA (1939-1971)

Número do processo: 094/96

Filiação: Maria Aleixo dos Santos e Manoel Raimundo da Costa

Data e local de nascimento: 28/12/1939, Recife (PE)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/08/1971, Rio de Janeiro

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

O ex-sargento da Marinha José Raimundo da Costa era casado com Gisélia Moraes da Costa e tinha dois filhos. Importante dirigente da VPR em 1970 e 1971, conhecido como "Moisés", participou, segundo informações dos órgãos de segurança, de várias ações armadas, inclusive do seqüestro do cônsul japonês em São Paulo. Foi morto no Rio de Janeiro, em 05/08/1971, após ter sido preso pelo DOI-CODI/RJ.

Apesar de os organismos de segurança terem conhecimento pleno sobre sua verdadeira identidade, José Raimundo foi enterrado sob identidade falsa no Cemitério de Ricardo Albuquerque. No livro de saída de indigentes do IML, ao lado de seu nome, está manuscrita a palavra "subversivo". Em 01/10/1979, seus restos mortais foram transferidos para um ossuário geral e, entre 1980 e 1981, foram levados para uma vala clandestina.

A versão oficial dos órgãos de segurança sobre a morte de José Raimundo é de que ele reagiu à prisão e foi morto por elementos da Inteligência do Exército, no dia 05/08/1971, em uma travessa próxima à rua Otacílio Nunes, no bairro carioca de Pilares. Em documento localizado no DOPS/RJ, de 05/08/71, o comissário Jayme Nascimento registra que "*às 7h – pelo telefone, o coronel Sotero, Oficial de Permanência do C.I.E, comunicou que, em uma travessa próxima à rua Octacílio Nunes, em Pilares, havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Ministério do Exército*".

Entretanto, na mesma data, seu corpo deu entrada no IML/RJ, com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva. Ou seja, apesar de já identificado como José Raimundo, sua necropsia foi lavrada com falsa identidade pelos legistas Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos,

que confirmaram a versão oficial de morte em tiroteio. Em laudo do Instituto Carlos Éboli, os peritos registram: *"os pulsos da vítima apresentavam hematomas em toda a sua extensão"*. Na foto de seu corpo, a olho nu, se pode perceber a marca evidente das algemas que prendiam os pulsos de José Raimundo.

José Raimundo foi uma das vítimas do agente infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo. Esse fato foi comprovado por documento localizado no arquivo do DOPS/SP, onde Anselmo menciona seus encontros com José Raimundo e registra as possibilidades de contatos com ele. Inês Etienne Romeu, no relatório que escreveu sobre o período em que esteve seqüestrada no sítio clandestino de Petrópolis (RJ), afirma que, em 04/08/1971, ouviu o carcereiro "Laurindo" informar aos agentes policiais "Bruno" e "César" que José Raimundo havia sido preso numa barreira. Posteriormente, outro carcereiro, "Dr. Pepe", lhe disse que José Raimundo foi morto 24 horas após sua prisão, numa encenação montada em uma rua do Rio de Janeiro.

O relatório para votação final na CEMDP observou que, *"considerando-se como provas o depoimento de Inês Etienne Romeu, as evidentes marcas de algemas nos pulsos, as contradições entre os documentos do Instituto Carlos Éboli /RJ e do DOPS, o laudo com nome falso e o enterro como indigente e, acima de tudo, o controle a que estava submetido José Raimundo nos contatos com o agente infiltrado José Anselmo e a necessidade extrema de eliminá-lo para poder dirigir a VPR, fica evidenciado que a versão oficial de tiroteio divulgada pelos órgãos de repressão serviu para encobrir o assassinato sob torturas de José Raimundo da Costa"*.

Lançado em 2006 e várias vezes premiado, o filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger, evoca lembranças do diretor em sua infância, quando seus pais, Amélia e Ernest Hamburger, professores de Física na USP, foram presos em São Paulo como integrantes de um grupo de arquitetos, artistas e intelectuais (entre eles Lina Bo Bardi, Augusto Boal, Flávio Império, Sérgio Ferro e outros) que seriam presos ou perseguidos por ajudarem militantes da VPR e da ALN. A principal acusação contra os pais do cineasta foi, exatamente, ter abrigado em sua residência José Raimundo da Costa e sua esposa, em 1970.



FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA (1944-1971)

Número do processo: 134/96

Filiação: Judite Joventina Pereira e Leôncio Samuel Pereira

Data e local de nascimento: 02/04/1944, Sumé (PB)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 05/08/1971, Rio de Janeiro

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Este é um caso de desaparecido que não constava anteriormente em nenhuma lista ou dossiê organizado por familiares e entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos. A CEMDP teve de decidir com base em informações muito precárias e preferiu desconsiderar, por entender como sendo de autenticidade duvidosa, um depoimento que ele teria prestado no consulado brasileiro em Santiago do Chile, em data posterior ao desaparecimento denunciado por sua família.

Natural da Paraíba, estudante de Direito e militante do PCB, Francisco das Chagas Pereira, foi sargento da PM em seu estado de origem, trabalhou no Banco do Nordeste e, depois, na Embratel do Rio de Janeiro, onde foi admitido por concurso público. Em agosto de 1971, ocorreu um incêndio nas instalações daquela empresa estatal, dirigida na época por um militar, e Francisco passou a ser o principal suspeito.

Conforme informações da Polícia Federal, *"Francisco das Chagas Pereira, ex-funcionário da Embratel, no antigo Estado da Guanabara, suspeito de distribuir, naquela empresa, material impresso de cunho subversivo e contrário à administração da mesma, tornou-se o maior suspeito de ter ateado fogo, em 06/08/1971, em material de expediente da Embratel. (...)Fugiu do pessoal da segurança interna da empresa,*

que fez busca em sua residência e nada mais encontrou. Depois disso jamais voltou a trabalhar, deixando de freqüentar as aulas na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas".

Quando deliberou sobre o requerimento, a CEMDP apoiou-se na informação de que o último contato feito por Francisco com a família foi por meio de carta, pedindo para que fosse queimada toda a sua correspondência, por temer a ação da repressão militar contra ele e seus familiares. Seu irmão informou sobre o vínculo de Francisco com o PCB. Assim, segundo o relator do processo na Comissão Especial, "a documentação constante dos autos efetivamente demonstra a sua participação e acusação de ter participado em atividades políticas, tendo desaparecido, sem que dele a família tenha obtido qualquer notícia, nem atestado de óbito".



RAUL AMARO NIN FERREIRA (1944-1971)

Número do processo: 365/96 e 002/02

Filiação: Mariana Lanari Ferreira e Joaquim Rodrigo Nin Ferreira

Data e local de nascimento: 02/06/1944, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 12/08/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco (1º) e João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ em 1967, participou de vários encontros nacionais e internacionais sobre sua área profissional. Foi professor assistente do Curso de Engenharia Naval da UFRJ. Quando foi preso, trabalhava no Ministério da Indústria e Comércio e se preparava para viajar com bolsa de estudos para a Holanda.

Raul Amaro voltava de carro de uma festa com alguns amigos, em 01/08/1971, quando foi interceptado por uma rádio-patrolha que fazia uma *blitz* na entrada do Leme, Rio de Janeiro. Tanto ele quanto o colega que estava junto não portavam carteira de trabalho, e seu documento de identidade era antigo. Os policiais resolveram deixá-los passar. Algum tempo depois, foi novamente interceptado, em Laranjeiras, pela mesma rádio-patrolha, que fazia outra *blitz*. Ao revistar o carro, os policiais pegaram dois desenhos com a localização de residências de amigos, que interpretaram como sendo mapas. Raul Amaro foi detido e levado ao DOPS, onde permaneceu sendo interrogado durante toda a manhã de domingo.

No dia seguinte, por volta de 13h, foi levado à casa dos pais, por uma rádio-patrolha, para procurar uma chave de seu próprio apartamento. Os pais resolveram seguir a rádio-patrolha para discutir o ridículo da prisão, mas na porta do apartamento de Raul foram impedidos de entrar. O mesmo aconteceu com o cunhado Raul Figueiredo Filho, também advogado. Às 20h, Raul Amaro foi levado algemado na rádio-patrolha sob o comando do policial Mário Borges, notório torturador do DOPS/RJ, que se negou a dizer para onde ele seria levado, afirmando ser assunto de competência do Exército.

Na quinta-feira, 12/08, por volta de 14h30, o Hospital Central do Exército entrou em contato com os pais de Raul pelo telefone. A mãe, acompanhada do genro Raul Figueiredo Filho, chegou ao hospital por volta de 15h30, e soube que seu filho morreria antes das 14h. Entre 21h e 22h chegou o legista Rubens Pedro Macuco Janine para o exame do cadáver. O tio-avô de Raul, professor Manoel Ferreira, médico da Organização Mundial da Saúde, também legista, quis assistir à autópsia, mas foi impedido. Somente Ihe foi permitido entrar cerca de duas horas depois, quando constatou que o jovem fora seviciado. Raul deu entrada no Hospital Central do Exército no dia 04/08, sem identificação e sem informação alguma sobre o ocorrido, apresentando equimoses nas coxas e pernas. O professor Manoel Ferreira informou que o escrivão leu na frente dele o laudo de necropsia com descrição das sevícias.

Na CEMDP, foi anexado ao processo um depoimento do ex-soldado do Exército, Marco Aurélio Guimarães, que prestava serviço no DOI-CODI/RJ na época e viu Raul Amaro sendo torturado nas dependências daquele órgão. Os presos políticos Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferreira também confirmaram que o viram no DOPS/RJ.

O processo na CEMDP foi protocolado intempestivamente, numa primeira vez, sendo indeferido. Com a reabertura do prazo, em 18/09/2002, a Comissão Especial recebeu novo pedido da família. Em seu voto, o relator registrou que nos autos do processo verificava-se uma intensa discussão em torno dos motivos da morte de Raul, preso sob suspeita de exercer atividades consideradas ilegais, durante uma operação de trânsito efetuada pela polícia no Rio de Janeiro. De acordo com o relator, o parecer insuspeito do renomado legista Paulo César Papaleo alertava para o fato de que Raul sofrera agressões que provocaram as lesões que motivaram sua morte, e que ele apresentava perfeita condição de saúde física e mental antes da prisão: existia, assim, relação de causa e efeito entre as lesões apresentadas e a morte.

Segundo o relator, a documentação dispensava maiores diligências para uma conclusão, até porque a matéria já havia sido exaustivamente analisada na Ação Declaratória nº 241.0087/99, proposta pela mãe de Raul, julgada na 9ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, e cuja sentença não deixava margem a qualquer dúvida quanto ao rumo dos acontecimentos que culminaram com a morte do engenheiro nas dependências do Hospital Central do Exército.



IARA IAVELBERG (1944-1971)

Número do processo: 253/96 e 071/02

Filiação: Eva Iavelberg e David Iavelberg

Data e local de nascimento: 07/05/1944, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: VPR/MR-8

Data e local da morte: 20/08/1971, Salvador (BA)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade (fora indeferido em 05/05/1998)

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

Durante muito tempo prevaleceu a versão de que Iara Iavelberg se matou, disparando contra o próprio coração para evitar as torturas a que certamente seria submetida se apanhada viva no apartamento da Pituba, Salvador (BA), em 20/08/1971, onde estava encurralada pelos órgãos de segurança, entre eles agentes do DOI-CODI/RJ deslocados para aquele Estado na perseguição final a Carlos Lamarca, morto no mês seguinte.

Na própria CEMDP foi aprovada num primeiro julgamento, em 1998, por apertada maioria de votos, uma interpretação que aceitava a versão das autoridades do regime militar, o que resultou em indeferimento. Reapresentado em 2002, o caso foi deferido por unanimidade após a ampliação dos critérios da Lei nº 9.140/95, que na redação introduzida pela Lei nº 10.875, de 2004, passou a admitir a responsabilidade do Estado nas mortes em que a pessoa cometeu suicídio na iminência de ser presa. Mas a Comissão Especial não adotou posicionamento formal rechaçando a versão de suicídio, embora alguns integrantes do colegiado tenham se manifestado explicitamente nesse sentido.

No momento de sua morte, Iara Iavelberg era uma das pessoas mais procuradas pelos órgãos de repressão política em todo o país, na medida em que já era conhecida a sua relação amorosa com Carlos Lamarca, inimigo número 1 do regime militar naquele momento. Na mesma operação de cerco, foi presa Nilda Carvalho Cunha, de 17 anos, que morreria em novembro do mesmo ano, logo após ser solta com profundos traumas decorrentes das torturas.

Nascida em uma família judia estabelecida no bairro do Ipiranga, em São Paulo, Iara Iavelberg sempre foi tida como pessoa muito inteligente e precoce, tendo interesse por diversificadas áreas da vida cultural, além de ser valorizada pela beleza física. Estudou na Escola Israelita do Cambuci, na capital paulista, casou-se pela primeira vez aos 16 anos e ingressou, em 1963, com 20 anos, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, para cursar Psicologia. Durante as mobilizações estudantis de 1968, Iara já era psicóloga formada e trabalhava como assistente na própria faculdade. Mesmo não sendo uma dirigente do Movimento Estudantil naquele ano, mantinha imagem de verdadeiro mito entre as lideranças dos estudantes. Foi militante da Polop, da VAR-Palmares e da VPR, tendo ingressado no MR-8 poucos meses antes de morrer. Na VPR, participou de treinamentos de guerrilha no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

Sua vida foi retratada em livro por Judith Patarra e, parcialmente, também no filme dirigido por Sérgio Rezende sobre Lamarca, baseado em livro de Emiliano José e Oldack Miranda. Em ambos, a versão oficial de suicídio, divulgada pelos órgãos de segurança, é aceita como verdadeira. Na tradição judaica os suicidas devem ser enterrados numa quadra específica do cemitério e com os pés próximos à lápide, não a cabeça como no caso dos outros mortos.

Apenas em 22/09/2003, encerrando 13 anos de ações judiciais mantidas pelos familiares, com apoio do advogado e deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o corpo de lara foi finalmente exumado e retirado da ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo, na medida em que o Poder Judiciário curvou-se aos argumentos jurídicos ressaltando as inúmeras contradições presentes na versão oficial dos órgãos de segurança, bem como no suspeito desaparecimento de laudos referentes à sua morte. As circunstâncias em que morreu lara são cercadas de dúvidas e contradições, como também ocorreu em vários outros processos analisados pela CEMDP. Mas há, nesse caso, um componente maior de mistério, não só por ser ela a companheira de Lamarca, mas pelo fato de que a própria versão oficial só foi divulgada um mês após a morte, em escassas linhas, juntamente com o anúncio da execução de Lamarca e José Campos Barreto no sertão da Bahia.

Mesmo dentre os relatórios elaborados pelas Forças Armadas em 1993, há divergências nas versões apresentadas. Enquanto o da Marinha registra *"foi morta em Salvador/BA, em ação de segurança"*, o da Aeronáutica afirma que *"suicidou-se em Salvador/BA em 06/08/1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia"*. O Exército menciona a morte no relatório oficial da chamada Operação Pajuçara: *"No dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de Adriana, Jaileno Sampaio Filho, Raimundo, Orlando e de Nilda Carvalho Cunha. lara lavelberg, a fim de evitar sua prisão e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se"*.

Mais intrigante ainda é o desaparecimento do laudo necroscópico de lara. No IML Nina Rodrigues, da Bahia, não há sequer o registro de entrada do corpo de lara no necrotério, muito menos o laudo. A CEMDP buscou exaustivamente os documentos relativos à morte de lara. Nilmário Miranda esteve pessoalmente em Salvador e colheu diversos depoimentos. Em contatos telefônicos com o diretor do IML/BA, em 1971, Lamartine Lima, este informou que havia duas vias do laudo de lara, uma entregue à Polícia Federal e outra ao comando da 6ª Região Militar. O Diretor do IML em 1997 afirmou, em ofício para a CEMDP, que o órgão não dispõe de cópia e que o laudo original fora entregue à Polícia Federal, enviando à Comissão Especial cópia dos rascunhos feitos por Charles Pitex por ocasião da necropsia.

O empenho da Comissão Especial para obter documentos relativos à morte de lara, reproduzidos pela imprensa, resultaram na entrega ao ministro da Justiça Nelson Jobim, pela Polícia Federal, de documentos e álbum com fotos dos corpos de lara e de Lamarca. Foram acrescentados, ainda, muitos depoimentos de testemunhas. Mas importantes perguntas não encontraram ainda uma resposta definitiva: por que não foi realizada a perícia de local, com fotos da arma utilizada para o suicídio, nem exames papiloscópicos para comprovar o suicídio? Por que limpavam o pequeno banheiro onde teria se suicidado tão procurada guerrilheira, antes de tirar as fotos com que se tenta demonstrar o local de suicídio? Por que não foi recolhido o projétil, único que teoricamente deveria estar no interior do banheiro? Por que o relatório detalhado do que aconteceu em Pituba nunca foi apresentado?



EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA (1902-1971)

Número do processo: 250/96

Filiação: Ângela Gomes de Oliveira e José Benício de Souza

Data e local de nascimento: 16/11/1902, Pastos Bons (MA)

Organização política ou atividade: PRT ou PCB

Data e local da morte: 20/08/1971, Brasília (DF)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com vistas do general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 17/10/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/10/96

Sapateiro de profissão, maranhense de Patos Bons, Epaminondas Gomes de Oliveira morreu aos 68 anos, no Hospital da Guarnição do Exército em Brasília, no dia 20/08/1971. Foi preso por agentes da repressão política do regime militar no dia 09/08/1971, no garimpo de Ipixuna (PA) e levado para a cidade de Jacundá (PA), depois para Imperatriz (MA), e finalmente para Brasília. Nos autos do processo junto à CEMDP, constam depoimentos de três companheiros, dois dos quais testemunhando que estiveram presos com ele. Um terceiro declarou que, sob tortura, foi forçado a indicar a localização de Epaminondas.

Na tramitação do processo junto à Comissão Especial, registrou-se a informação de que ele seria militante do PCB. Documentos e depoimentos posteriores, no entanto, apontaram que ele seria, na verdade, militante do PRT, dissidência da AP que teve como principais líderes o padre Alípio Cristiano de Freitas, Vinicius Caldeira Brandt e o legendário líder camponês goiano, ex-deputado estadual José Porfírio, este último, integrante da lista de 136 desaparecidos políticos reconhecidos pela Lei nº 9.140/95. Segundo o depoimento da esposa de Epaminondas, a aposentada Avelina da Rocha, de 83 anos, os militares "*não tiveram a coragem*" de entregar o corpo, dizendo apenas que ele havia sido enterrado em Brasília, pois ficaria muito caro transportá-lo até sua terra natal. O médico legista Ancelmo Schuingel determinou como causa da morte "*coma anêmico, desnutrição e anemia*".

O general Oswaldo Pereira Gomes pediu vistas do processo ao relator Paulo Gustavo Gonet Branco e elaborou um parecer pelo deferimento da indenização, "*por se tratar de morte de pessoa acusada de participação em atividades políticas, causa não natural, de elemento preso em organização militar*". Novos dados sobre o caso seriam divulgados sete anos depois de ser tomada essa decisão unânime pela CEMDP. Matérias publicadas no *Correio Braziliense*, em agosto de 2003, com assinaturas dos jornalistas Eumano Silva, Thiago Vitale Jaime e Matheus Leitão, descreveram com detalhes o conteúdo de documentos secretos da Operação Mesopotâmia, desencadeada pelo Exército entre 2 e 12 de agosto de 1971, sob o comando do general Antonio Bandeira, para localizar e deter subversivos em vários municípios da divisa triplíce entre Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins).

Nesse furo de reportagem, os jornalistas explicam que se tratava de uma ampla operação militar de investigação, que priorizou a localização de qualquer pessoa sobre a qual houvesse indícios de serem ligadas a distintas organizações de esquerda, como o PRT, AP, VAR, ALN, PCB e PCdoB, oito meses antes de se iniciar o enfrentamento aberto contra militantes desse último partido, que vinham sendo deslocados para aquela região desde 1966, conforme será relatado mais adiante neste livro-relatório, ao tratar da Guerrilha do Araguaia. As matérias jornalísticas trazem duas passagens que provavelmente se referem ao caso em questão: "*Ao lado do nome de Epaminondas, outra descrição muito detalhada. 'Velho, baixo, orelhas caídas, magro, moreno, cabelos lisos, mesclados de branco, usa chapéu de couro com abas laterais viradas para cima, olhos amarelados, tem uma xícara em Porto Franco. É militante antigo', afirma o relatório*".

A reportagem acrescenta outras informações contidas no documento inédito: "*9 de agosto de 1971. Prisão do último dos treze 'elementos' durante a Operação Mesopotâmia e descoberta de mais um aparelho*". Agrega ainda: "*A seguir, na mesma lista, vêm os nomes do Padre Alípio (Mário ou Batista), além de Augusto e David, cujos nomes completos não foram descobertos pelos militares. O relatório aponta ainda os líderes locais supostamente doutrinados pelos guerrilheiros: Epaminondas Gomes de Oliveira (Luiz de França), Pedro Moraes, José da Marcelina (José Alecrim), João Ferreira Guimarães e Benedito*".



AMARO LUIZ DE CARVALHO (1931 – 1971)

Número do processo: 027/96

Filiação: Maria Soares de Carvalho e José Luiz de Carvalho

Data e local de nascimento: 04/06/1931, Joaquim Nabuco (PE)

Organização política ou atividade: PCR

Data e local da morte: 22/08/1971, Recife (PE)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 08/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/96

Conhecido como Capivara, despontou como líder camponês do Sindicato Rural de Barreiros (PE) durante as mobilizações anteriores a 1964. Na zona canavieira criou Ligas Camponesas e sindicatos, mobilizando e organizando os trabalhadores rurais. Capivara ingressou aos 15 anos no Partido Comunista. Também teve participação destacada nas lutas da categoria têxtil da região metropolitana de Recife. Foi preso pela primeira vez em 1958 por liderar uma greve têxtil. Em 1961 foi para Cuba acompanhar os primeiros passos da Revolução de 1959. Ao retornar, descontente com as mudanças ocorridas no partido, desligou-se da organização e integrou-se ao Pcdob.

Depois de abril de 1964, Capivara passou a atuar na clandestinidade na zona canavieira, especialmente nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Vitória e Serinhaém. Participou de um curso de formação e capacitação político-militar na China. Quando voltou, juntamente com Manoel Lisbôa e Ricardo Zaratini Filho, fundou o PCR, em dezembro de 1966. Como dirigente do PCR atuou por quatro anos na zona canavieira coordenando ações, até ser preso no dia 21/11/1969.

No "Livro Negro" produzido por militares do CIE, consta sobre ele na página 254: "*Em agosto (de 1968), Capivara arrendou o Sítio Borboleta, no município de Palmares, em Pernambuco, que passou a ser o centro do trabalho de campo do partido, atuando com um grupo nas regiões de Barreiros, Sirinhaém, Rio Formoso, Água Preta e Joaquim Nabuco. Além do trabalho de recrutamento e divulgação do comunismo no meio rural, praticaram atos de sabotagem, como a queima de canaviais e de engenhos*".

Capivara foi morto quando cumpria pena na Casa de Detenção de Recife, no dia 22/08/1971, dois meses antes de terminar de cumprir o tempo de sua condenação pela Justiça Militar. Era casado e tinha três filhos. Por sua história e liderança, os presos políticos afirmavam que as autoridades do regime militar não queriam soltá-lo vivo. Denunciaram sua morte responsabilizando os guardas do presídio.

A morte foi divulgada pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, com a versão de envenenamento causado pelos próprios companheiros em função de supostas divergências políticas. Na data, era diretor da Casa de Detenção o coronel da PM Olinto Ferraz. No processo, há recortes de jornais da época, ocorrência policial, termos de declarações de presos políticos, bem como de presos comuns e agentes penitenciários, exame em local de ocorrência feito pelo Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco e laudo pericial procedido pelo IML/PE.

Ao analisar a causa da morte, o relator do processo junto à CEMDP observou a gritante contradição existente entre a versão oficial afirmando ter sido ocasionada por envenenamento, ao passo que a necropsia, assinada pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa Barbosa, indicava "*hemorragia pulmonar, decorrente de traumatismo do tórax, por instrumento contundente, o que também consta no atestado de óbito*". Os exames toxicológicos feitos em 27/08/71 pelos médicos Oswaldo Bittencourt de Andrade e Adhemar Cavalcanti Ramos resultaram negativos.



LUIZ ANTONIO SANTA BÁRBARA (1946-1971)

Número do processo: 216/96 e 078/02

Filiação: Maria Ferreira Santa Bárbara e Deraldino Santa Bárbara

Data e local de nascimento: 08/12/1946, Inhambupe (BA)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 28 /08/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com vistas de Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Maria Eliane Menezes de Farias (2º)

Deferido em: 10/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 19/11/1996)

Data da publicação no DOU: 17/08/2004



OTONIEL CAMPOS BARRETO (1951-1971)

Número do processo: 274/96

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 11/04/1951, Brotas de Macaúbas (BA)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 28/08/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 19/11/1996 por 4x2 (votos contra de Paulo Gustavo Gonet Branco e do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 21/11/1996

Ambos foram mortos no lugarejo de nome Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas (BA), no dia 28 de agosto de 1971. Nascido nessa localidade do sertão baiano, Otoniel era camponês, irmão de José Campos Barreto, o "Zequinha", que seria morto junto com Lamarca no mês seguinte. Na mesma operação em Buriti também foram presos um terceiro irmão, Olderico, baleado no rosto, bem como o pai, Jose de Araújo Barreto, de 65 anos, imediatamente torturado.

Nascido de uma família pobre de Inhambupe (BA), Luiz Antonio estudara no Colégio Municipal Joselito Amorim, em Feira de Santana, onde presidiu o Grêmio Estudantil. Trabalhou como tipógrafo na Gazeta do Povo, onde começou sua prática política. Em 1967, passou a militar na dissidência baiana do PCB, um dos núcleos de militantes que formariam o MR-8. Já atuava na clandestinidade desde 1969, depois de enfrentar uma primeira prisão, na onda repressiva que se seguiu ao AI-5. Foi o primeiro militante do MR-8 a ser deslocado para aquela região. Chegou no Buriti Cristalino como sendo Roberto, o professor. Hospedado na casa de José Barreto, pai de Zequinha, Otoniel e Olderico, trabalhava diariamente com essa família na roça. Era um bom jogador de futebol e foi visto como craque na pequena localidade.

Sua tarefa era formar uma escola de alfabetização no povoado carente, onde poucos sabiam ler. Todas as tardes, a casa de José Barreto se enchia de crianças e adultos para ouvir o professor Roberto. Chegou a montar uma encenação teatral sobre as dificuldades sentidas pela população local, como pobreza e cobrança de impostos. Lamarca ajudou Santa Bárbara a escrever o texto, que foi ensaiado com entusiasmo pelos alunos.

Na CEMDP, o primeiro relator do caso Santa Bárbara, em sessão de 17/10/1996, votou pelo indeferimento por considerar não comprovada sua morte em local que se pudesse definir como "*dependência policial ou assemelhada*". O relator do outro processo, referente a Otoniel, pediu vistas para que ambos os casos fossem analisados em conjunto.

Essas mortes ocorreram no escopo da chamada Operação Pajuçara, organizada com o objetivo de capturar ou destruir Lamarca e seu grupo, conforme constou em documentos oficiais. Dela chegaram a participar 215 pessoas, escolhidas a dedo entre integrantes da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Militar da Bahia, DOPS de São Paulo, CODI/6, e 19º BC, conforme descreve o relatório elaborado pelo IV Exército. Todos os seus integrantes atuaram à paisana. A Companhia de Mineração Boquira forneceu avião, carros e funcionários para que a ação pudesse ser mantida em sigilo. Também colaborou a empresa Transminas.

O relatório oficial da Operação Pajuçara não descreveu os embates ocorridos em Buriti, limitando-se a informar que, na madrugada daquele dia, os agentes cercaram e investiram contra o local, onde acreditavam que estaria o capitão perseguido. Registra apenas que a operação "*redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara, 'Merenda'; Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Olderico Campos Barreto*".

O relatório é esclarecedor, contudo, quando descreve as características da ocupação do local. A análise das informações permite concluir que a fazenda se transformou, temporariamente, em base assemelhada a estabelecimento policial: "*em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do 'aparelho', em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento*". De fato, o local foi transformado em base de comando, patrulha e comunicação, e nele se estabeleceram os agentes do DOPS de São Paulo, do CISA, do CIE e do 19º BC, além de outras equipes estrategicamente alocadas ao redor. Esses dados são confirmados por depoimentos de moradores informando que "*os militares ficaram por volta de dez dias instalados na casa da família Campos Barreto, dormindo, comendo, dirigindo as operações de busca e mantendo preso o Sr. José de Araújo Barreto*". Os agentes "*também dormiam na igreja e no mercadinho*".

Estando preenchida, portanto, uma das condições para inclusão na Lei nº 9.140/95, a CEMDP se deteve na análise das circunstâncias da morte de cada um. Segundo a versão oficial, consignada no laudo de exame cadavérico de Otoniel, ele foi abatido quando reagiu à bala contra os agentes. A versão divulgada pelos jornais diz que Otoniel efetivou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, quando foi atingido. O laudo necroscópico é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, deixando de fazer a relação entre orifícios de entrada e orifícios de saída. Registra, por exemplo, um disparo no olho esquerdo, sem indicar orifício de saída ou o local onde o projétil se alojou. Permite concluir, contudo, que recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. Há, ainda, um tiro no ombro direito, com orifício de entrada de cima para baixo, o que causa estranheza, pois indica que Otoniel deveria estar deitado para receber tal projétil, o que contradiz a descrição de fuga feita pelos agentes.

O interrogatório de Olderico na Justiça Militar e outros documentos anexados trouxeram mais detalhes sobre o ocorrido. Otoniel foi logo detido e Olderico reagiu, razão pela qual foi atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Diz que Otoniel foi despido, permanecendo apenas de calção e que, na sua calça, deixada nas proximidades, havia uma arma de fogo, fato não percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão, onde o velho foi pendurado em uma corda, de cabeça para baixo e, com socos, golpes de armas e ameaças de morte, exigiam saber o paradeiro do filho Zequinha. Do lado de fora, Otoniel, em desespero pelos gritos do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, tendo sido atingido. Olderico declara ainda que, enquanto era novamente espancado, um policial disse, referindo-se ao irmão morto: "*Isso é para ver o que acontece com quem foge*".

Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, prestou dois depoimentos à Justiça Militar, um em 1972 e outro em 1979. No primeiro dos depoimentos, além de esclarecer que se engajou na equipe de repressão, confirma que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer. Esclarece que naquele momento o pai dos rapazes havia sido conduzido, algemado, para um barracão. Diz que foi surpreendido pelo tiro de Otoniel e não conseguiu segurá-lo, saindo em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos. Ainda segundo o esclarecimento do soldado, Otoniel tentou fugir correndo na direção contrária ao local em que seu pai se encontrava preso, sendo perseguido pelos agentes.

O relator do processo na CEMDP concluiu que Otoniel já estava formalmente detido quando ocorreu o tiroteio, sendo provável que tenha sido atingido primeiro nas costas, onde levou dois tiros. E levantou questionamento sobre os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo: teria sido uma execução?

Ressaltou que a atitude negligente dos policiais, de deixar uma arma ao seu alcance, não retira a responsabilidade do poder público; e que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar. Também destacou a nítida desproporção entre as forças oficiais e dos moradores de Buriti. Otoniel era um jovem de apenas 20 anos, que nunca conheceu outro lugar. Não era um guerrilheiro temível, com treinamento. Mostrou que nem sabia atirar. As armas encontradas no chamado "aparelho rural" eram armas de defesa, muito comuns, como registram as testemunhas, em região quase inóspita. Votou pelo deferimento, e foi acompanhado pela maioria da CEMDP.

Quanto à morte de Luiz Antonio, o relator considerou que havia duas versões para a morte: a de que morrera durante o tiroteio, como registra o laudo necroscópico, e outra de suicídio, relatada por testemunhas e difundida tanto pelo livro quanto pelo filme que retratam

a história do capitão Lamarca. Na verdade, a tese do suicídio resultou da interpretação que os autores do livro *Lamarca – o capitão da guerrilha* deram aos depoimentos feitos por Olival Barreto, com 10 anos, e José Tadeu, 16, respectivamente irmão e primo de Otoniel, que estavam escondidos debaixo da cama no quarto onde se encontrava Luiz Antonio. Relatam que o viram armado, atrás da porta, escutaram um tiro e viram seu corpo cair. Não há qualquer documento que registre a morte, que cite o horário, quem encontrou o corpo. A versão oficial divulgada nos jornais, contida na requisição de exame ao IML, assinada pelo coronel Luís Arthur de Carvalho e repetida no relatório do Exército de 1993, foi de que morreria em confronto. O relator argumentou que Santa Bárbara não estava sob a guarda dos agentes, que ainda não teriam assumido o controle total da área para que fosse caracterizada como "*dependência policial ou assemelhada*". E considerou que as duas hipóteses – suicídio ou morte em confronto – não eram abrangidas pela Lei nº 9.140/95, sendo o processo indeferido.

Um recurso apresentado pela família também foi indeferido, ocasionando pedido de vistas de Nilmário Miranda, que acrescentou novo depoimento de Olival e José Tadeu, detalhando o ocorrido. Considerou em seu parecer que o local já estava sob controle da força policial, que acabara de matar Otoniel e prender Olderico e José Barreto. Agregou que a família, ao receber o corpo, vira que sua mão estava vazada por um disparo, da palma para o dorso da mão direita, o que fora relatado no depoimento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 17/10/1996, pelo agente da Polícia Federal Paulo Roberto Silva Lima, perfuração essa que enfraquece a tese de suicídio por disparo de uma pessoa que era destra e, mais ainda, permite supor o gesto instintivo de defesa de quem está prestes a ser baleado à queima-roupa. No entanto, esses argumentos não convenceram a maioria da CEMDP, que votou pelo indeferimento.

Dessa forma, a verdade dos fatos não pode ser restabelecida e o processo de Luiz Antonio somente foi aprovado com a Lei nº 10.875/04, que ampliou os benefícios da Lei nº 9.140/95, ampliando a abrangência das circunstâncias de morte. O cadáver de Otoniel, sepultado no cemitério local, foi exumado no dia seguinte e transportado para Salvador. Desde então, seu corpo foi dado pela família como desaparecido, razão pela qual requereu também sua localização e traslado para o cemitério onde foi sepultado logo após a morte.



CARLOS LAMARCA (1937-1971)

Número do processo: 038/96

Filiação: Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca

Data e local de nascimento: 27/10/1937, Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: VPR/MR-8

Data e local da morte: 17/09/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com vistas de Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 11/09/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 18/09/1996



JOSÉ CAMPOS BARRETO (1946-1971)

Número do processo: 273/96

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 02/10/1946, Bahia

Organização política ou atividade: VPR/MR-8

Data e local da morte: 17/09/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 11/09/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco)

Data da publicação no DOU: 18/09/1996

Carlos Lamarca, o capitão do Exército que se engajou na luta armada contra o regime militar, assumiu características de um mito que angariou paixões e ódios. Foi executado no sertão da Bahia, em 17/09/1971, sem condições de opor resistência à prisão. Com ele, foi morto José Campos Barreto, conhecido como Zequinha naquela sua região, e como Barreto na greve metalúrgica de Osasco, em 1968.

A versão da morte em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança foi desmentida no polêmico processo formado na CEMDP por requerimento de Maria Pavan Lamarca. Durante a apreciação do caso, houve pedidos de indeferimento e de vistas, antes de a maioria dos integrantes votar pelo deferimento, decisão que teve grande repercussão de imprensa. Os requerimentos foram deferidos com base na análise do Relatório Reservado da Operação Pajuçara e no parecer dos peritos Celso Nenevê e Nelson Massini, após a exumação do corpo do capitão, em 18/06/1996.

Com um histórico militar brilhante, Lamarca desenvolveu desde jovem idéias políticas nacionalistas e revolucionárias, que se tornaram proibidas no ambiente da caserna após abril de 1964. Filho de um sapateiro, nasceu no Rio de Janeiro e viveu até os 17 anos no Morro de São Carlos. Em 1955, ingressou na Escola de Preparação de Cadetes de Porto Alegre, cursou a Academia Militar das Agulhas Negras a partir de 1958, formou-se aspirante-a-oficial em 1960. Em 1962, integrou o contingente das Nações Unidas em Suez, por 13 meses. Recebeu a patente de capitão em 1967, sendo conhecido como exímio atirador. Documentos dos organismos de segurança do regime militar registram que ele chegou a ser simpatizante do PCB e que, em dezembro de 1964, ajudou na fuga do capitão da Aeronáutica Alfredo Ribeiro Daudt, preso político no quartel da Polícia do Exército de Porto Alegre, onde Lamarca servia no dia da evasão.

Em janeiro de 1969, já militante da VPR, liderou um grupo de militares do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, município de Osasco (SP), que desertaram daquela unidade levando consigo 63 fuzis e metralhadoras leves que deveriam servir para a luta armada contra o regime ditatorial. Meses depois da fuga de Quitaúna, a VPR se fundiu com o COLINA para formar a VAR-Palmares, mas Lamarca alinhou-se no grupo que deixou a nova sigla pouco tempo depois, para reconstituir a VPR. Viveu quase um ano clandestino em São Paulo, participando de ações de guerrilha urbana, até instalar-se no Vale do Ribeira, com um reduzido grupo de militantes, para realizar treinamentos militares. O local foi descoberto pelos órgãos de segurança em abril de 1970 e cercado por tropas do Exército e da Polícia Militar.

Uma gigantesca operação de cerco se prolongou por 41 dias, mas, após dois choques armados, o pequeno grupo guerrilheiro, sob a liderança do capitão rebelde, conseguiu escapar rumo a São Paulo. Ficou enterrado na região o corpo do tenente PM Alberto Mendes Junior, promovido *post mortem* a capitão e cultuado, a partir de então, como herói daquela corporação policial. Sua execução sob coronhadas pelos guerrilheiros, que argumentaram não poder disparar suas armas nas condições de cerco em que se encontravam, foi utilizada como propaganda contra a resistência ao regime e, certamente, contribuiu para aprofundar o ódio visceral devotado pelos órgãos de segurança a Carlos Lamarca, que consideravam traidor da Pátria. Militante disciplinado, Lamarca viveu dois anos e meio em condições de dura clandestinidade. Comandou importantes operações de guerrilha urbana, como o seqüestro do embaixador suíço, estudou textos marxistas e escreveu documentos de discussão interna na VPR, bem como cartas de amor a Lara Lavelberg. Seis meses antes de sua morte, desligou-se da VPR para integrar-se ao MR-8, que o deslocou para o sertão da Bahia com a finalidade de estabelecer uma base da organização naquela região.

José Campos Barreto era o mais velho dos sete filhos de José e Adelaide, a quem todos conheciam por Dona Nair. O pai, já mencionado como vítima de violentas torturas 20 dias antes, era conhecido e respeitado no município de Brotas de Macaúbas. Em Buriti Cristalino, era proprietário de roças e lavrador. Durante anos, fora proprietário de uma loja de tecidos. Educava os filhos com rigor, trazia e hospedava em sua casa uma professora para as crianças do vilarejo e mandara construir a igreja do lugar.

Zequinha foi enviado a um seminário, em Garanhuns (PE), onde ficou por quatro anos. Aos 13 anos, já discutia política. Em 1963, decidiu que não queria ser padre e não voltou ao seminário. Lá estudou francês e inglês, além de conhecer o latim. Em 1964, mudou-se para São Paulo e serviu o Exército no ano seguinte, exatamente no quartel de Quitaúna. Estudou em Osasco, no Colégio Estadual e Escola Normal Antonio Raposo Tavares, tornando-se presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Trabalhou como operário e destacou-se como importante liderança no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1968.

Em 1966, trabalhou na Lonaflex. Mas foi na Cobrasma, fabricante de vagões, que protagonizou um de seus mais conhecidos feitos, quando a fábrica foi cercada, durante a greve de 1968. Barreto, de cima de um vagão, discursou aos soldados, explicando as razões do movimento: chegou a paralisar a tropa por um momento. Barreto, de posse de uma tocha acesa, ameaçou explodir o tanque de combustível da fábrica. A tropa hesitou e muitos operários conseguiram escapar da polícia. Cerca de 400 foram detidos. Barreto sofreu espancamentos já no ato da prisão. Permaneceu 98 dias entre os cárceres do DEIC e do DOPS, até ser libertado por força de um *habeas-corpus*.

Numa viagem a Buriti, Zequinha levou para São Paulo o irmão Olderico. Em 1969, estava de volta ao sertão baiano, ao lado da mãe em seu leito de morte. Nessa época, militava na VPR. Depois deslocou-se para o Rio de Janeiro e voltou à Bahia, onde passou a militar no MR-8, junto com o irmão Olderico. Com a chegada de Lamarca ao Estado, foi designado para acompanhá-lo e com ele ficou até a morte.

Para fundamentar o processo de Lamarca, foi requerido que a CEMDP providenciasse exumação e exame dos seus restos mortais. O pedido foi negado e a exumação foi garantida pela família. Marcada a sessão da Comissão Especial para julgamento conjunto com o processo referente a Carlos Marighella, houve novos pedidos de vistas de ambos os processos.

Conforme já relatado neste livro-relatório, em 28/08/1971, os agentes da chamada Operação Pajuçara sob o comando do DOI-CODI da 6ª Região Militar, invadiram o povoado de Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, região do Médio São Francisco. Na casa de Zequinha, mataram um de seus irmãos, Otoniel, e feriram Olderico. Seu pai, José de Araújo Barreto, de 65 anos, foi torturado durante dias.

Zequinha e Lamarca ouviram os tiros de Buriti Cristalino, desmontaram a barraca de campanha no sertão e fugiram para dentro da caatinga. Caminharam durante vários dias cerca de 300 quilômetros, em fuga. Fracos e doentes, procuraram ajuda e alimentação em casas isoladas de sertanejos locais. Zequinha foi visto pelos moradores carregando nos ombros o capitão Lamarca, que estava doente. Como não foram localizados, no início de setembro a Operação Pajuçara se desmobilizou. Ao invés de 215 homens, permaneceram apenas alguns agentes, chefiados por Nilton de Albuquerque Cerqueira. Em meados de setembro, recuperada a pista dos guerrilheiros, eles retornaram em peso ao local.

Lamarca e José Campos Barreto foram encontrados descansando sob uma árvore, na região conhecida como Pintada. Estavam fracos, desidratados, doentes e sem força, devido à caminhada de muitos dias na caatinga e sem alimentação. Segundo o relatório da Operação Pajuçara, *"foi fácil e rápido exterminá-los: Zequinha despertou com o barulho da aproximação dos agentes e acordou Lamarca. Tentou correr, mas foi metralhado por um soldado, gritando, antes de cair morto: 'Abaixo a ditadura!' Os agentes estabeleceram um pequeno diálogo com Lamarca, já ferido, e logo também o executaram com rajadas"*. O objetivo da operação fora cumprido, sem que o relatório contenha qualquer descrição de resistência ou combate por parte de Barreto ou Lamarca.

Os corpos foram levados para Brotas de Macaúbas e jogados no campo de futebol da cidade para apreciação da população. Os agentes comemoraram, dando rajadas para o alto, gritando vitória e chutando os corpos. Depois, os cadáveres foram colocados em um helicóptero e transportados para Salvador. A família ainda tentou localizar o corpo de José Campos Barreto, mas ficou sem qualquer informação sobre o local onde poderia estar enterrado. Jamais conseguiu seu atestado de óbito.

A ordem para a Operação Pajuçara assim foi escrita e assinada pelo então major chefe da 2ª Seção do EMR/6, Nilton de Albuquerque Cerqueira: *"localizar, identificar, capturar ou destruir o bando terrorista que atua na região de Brotas de Macaúbas. Para isso: 1. Numa 1ª fase intensificará a busca de informes. 2. Numa 2ª fase, após localizar e identificar o bando terrorista, isolará e investirá à área de treinamento para capturá-lo ou destruí-lo"*.

Em nenhuma das 101 páginas do relatório é mencionada qualquer reação armada dos dois mortos. Mas o texto refere-se *"ao estado físico em que se apresentavam os dois terroristas ao final da ação totalmente esgotados(...)"*. Nenhuma foto da operação acompanha o relatório. Por isso, na tramitação do processo junto à CEMDP, levantou-se o questionamento: *"Por que não preservar, documentar, imortalizar tamanha façanha, a de ter atingido mortalmente o lendário capitão Lamarca, mais do que exímio atirador, arma na mão, morto em tiroteio? Por que não preservar para a história o momento exato em que foi abatido o grande mito?"* Até mesmo os jornalistas que cobriram o fato foram impedidos de fotografar o corpo. Genésio Nunes Araújo, policial na época, garantiu em seu testemunho não ter ocorrido reação armada. Ele carregou o corpo dos dois guerrilheiros abatidos e lembra: *"os próprios soldados contavam isso com orgulho"*.

Peça importante para a reconstrução dos fatos foi o álbum com fotos de Lamarca morto, entregue pela Polícia Federal ao ministro da Justiça Nelson Jobim, após intensa busca e pressão da mídia. Com base nesse registro, decidiu-se por exumar o corpo do guerrilheiro.

O exame dos restos mortais de Lamarca foi decisivo para o deferimento do processo na Comissão Especial. De acordo com o parecer dos peritos Celso Nenevê e Nelson Massini, Lamarca foi atingido por sete disparos, exatamente o mesmo número identificado pela perícia oficial. O sentido das balas, porém, difere, invertendo completamente a versão apresentada pelos órgãos repressores. Após analisar meticulosamente o laudo, o relatório afirma "*Lamarca, cercado, recebeu tiros de ambos os lados, inclusive por trás, sendo que o tiro fatal foi de cima para baixo. O que nos leva à presunção de que, provavelmente abatido pelas costas, caído, foi mortalmente atingido*".

Após o voto do relator propondo indeferimento, em 30/05/1996, houve pedido de vistas de Nilmário Miranda. Em 01/08/1996, o processo voltou à pauta, contendo o voto de Nilmário pelo deferimento e do general Osvaldo Pereira Gomes contra, anexados ao processo, quando houve pedido de vistas de Suzana Keniger Lisbôa. A votação final ocorreu em 11/09/1996, mesma data do julgamento do processo de Carlos Marighella.

Em sua apreciação, o jurista Miguel Reale, presidente da CEMDP, escreveu: "*No encontro entre as forças militares (...) e dois guerrilheiros, revela o relatório, não houve troca de tiros. Apenas acordados, os dois buscam fugir, sendo José ferido e em seguida metralhado ao jogar uma pedra. Lamarca, puxando um saco na mão caminha cinco metros e cai por ter sido atingido em movimento por vários disparos como indica o laudo de exame necroscópico com tiros na mão, na nádega, clavícula, braços e região do tórax. Os dois guerrilheiros, sem reação, apenas procuraram fugir sem portar no instante qualquer arma, a ponto de José lançar uma pedra sendo fuzilado por diversos tiros. Havia nas circunstâncias pleno domínio da situação por parte das forças do Estado, que poderia facilmente prender a ambos os guerrilheiros ao invés de tê-los abatido a tiros*".

Com relação a José Campos Barreto, a CEMDP ponderou que as considerações e o deferimento no parecer de Carlos Lamarca eram extensivos, por analogia, ao seu processo.



ANTÔNIO SÉRGIO DE MATTOS (1948-1971)

Número do processo: 233/96 e 083/02
 Filiação: Maria de Lourdes Pereira de Mattos e Armando Mattos
 Data e local de nascimento: 18/02/1948, Rio de Janeiro (RJ)
 Organização política ou atividade: ALN
 Data e local da morte: 23/09/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Nilmário Miranda (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2º)
 Deferido em: 26/08/2004 por unanimidade (fora indeferido em 09/02/98)
 Data da publicação no DOU: 03/09/2004



EDUARDO ANTONIO DA FONSECA (1947-1971)

Número do processo: 307/96
 Filiação: Lucinda Miquelina Braga e Joaquim da Fonseca Júnior
 Data e local de nascimento: 23/02/1947, Belo Horizonte (MG)
 Organização política ou atividade: ALN
 Data e local da morte: 23/09/1971, São Paulo (SP)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 09/02/1998 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Pereira Gomes)
 Data da publicação no DOU: 18/02/1998



MANUEL JOSÉ NUNES MENDES DE ABREU (1949-1971)

Número do processo: 363/96 e 032/02

Filiação: Dulce Souza Mendes de Abreu e José Pereira de Abreu

Data e local de nascimento: 01/01/1949, Rossio do Sul (Portugal)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 23/09/1971, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 09/02/1998)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

No dia 23/09/1971, quatro militantes da ALN caíram em uma emboscada montada pelos órgãos de segurança na rua João Moura, em frente ao número 2358, bairro do Sumarezinho, na capital paulista. Ana Maria Nacinovic Corrêa era a única mulher do grupo e conseguiu escapar e sobreviver, descrevendo os acontecimentos aos seus companheiros, antes de ser também executada no ano seguinte. Da ação, resultaram mortos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Nunes Mendes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. A versão oficial foi de que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar um jipe do Exército.

Conhecedores da tática que vinha sendo utilizada recentemente pelos grupos de guerrilha urbana em São Paulo, que consistia em improvisar ações armadas, alterando a prática anterior de sempre realizar levantamentos prévios, os órgãos repressivos também inovaram em seu padrão. Prepararam uma emboscada naquele endereço, colocando como isca um jipe do Exército que aparentava problemas mecânicos, com um ou dois soldados à volta, portando ostensivamente fuzis-metralhadoras, tipo de arma que era alvo de grande interesse das organizações armadas. Utilizando caminhão-baú de uma conhecida empresa jornalística, vários agentes do DOI-CODI aguardaram em posição de tocaia. Ao tentar subtrair as armas, dando ordem de rendição aos soldados, o grupo da ALN foi surpreendido pelos agentes de segurança entrincheirados, que abriram fogo, fuzilando os membros do comando guerrilheiro.

Antonio Sérgio estudava Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando iniciou sua militância política no Movimento Armado Revolucionário - MAR. Fazia parte da Associação de Auxílio aos Reclusos, que prestava assistência aos presos políticos. Em 1969, tinha colaborado para a fuga de nove presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, já mencionada neste livro-relatório, pelo que foi obrigado a viver na clandestinidade. No final de 1970 passou a atuar em São Paulo, tornando-se dirigente regional da ALN. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o incluem como um dos participantes da execução do industrial Henning Albert Boilesen, dirigente do grupo Ultra e financiador da Operação Bandeirante.

Eduardo ainda era secundarista em 1968, em Belo Horizonte, quando se ligou a um pequeno agrupamento de esquerda denominado PSRB - Partido Socialista da Revolução Brasileira. Em 1969, esse grupo se desfez e Eduardo se filiou à Corrente/MG, que em seguida se incorporaria à ALN. Ao final do mesmo ano, com a prisão de ativistas da Corrente, teve de passar à militância clandestina e mudou-se para São Paulo, participando de inúmeras ações armadas da ALN, conforme registros dos órgãos de segurança.

Manuel José, nascido em Portugal, foi estudante da Escola Politécnica da USP, onde despertou para atividades do Movimento Estudantil e rapidamente passou à militância política clandestina. Nos documentos reunidos pela CEMDP não foi possível localizar mais dados biográficos desse estudante de Engenharia, nem dos outros dois militantes mortos na mesma data.

Os processos referentes aos três casos foram analisados em conjunto na Comissão Especial. Houve muitas controvérsias e intensos debates, com voto inicial de indeferimento e mais de um pedido de vistas. Apesar de terem ocorrido três mortes violentas, causou muita estranheza a integrantes daquele colegiado não ter sido realizada nenhuma perícia de local. As requisições de exame ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antonio Valentini, conhecidos campeões de laudos que, invariavelmente, buscaram legitimar as versões farsantes divulgadas pelos órgãos de segurança.

Contradições e indícios de execução após terem sido feridos foram detectados nos próprios documentos oficiais. Antônio Sérgio e Manuel teriam sido encontrados mortos às 16h, enquanto Eduardo teria sido encontrado às 15h. Os corpos dos três deram entrada no IML às 18h40, apesar de o local da emboscada ser muito próximo à sede do IML paulista. No laudo de Antônio Sérgio, os legistas relatam dois ferimentos à bala, no pescoço e traquéia, e descrevem ferimentos não causados por arma de fogo, feitos por instrumento não identificado, mas que leva a supor que tenham sido feitos com proximidade física do agressor. Indício eloqüente de tortura ou espancamento.

O laudo de Eduardo apresentava dois tiros na região glútea e dois nas pernas, capazes de imobilizá-lo, mas jamais de provocar a morte imediata. O corpo de Manuel apresentava orifício de entrada de projétil de arma de fogo na face dorsal da mão direita, característico de reação de defesa para disparo à curta distância. E ainda um orifício de entrada de projétil na altura do omoplata esquerdo, com saída na face anterior do hemitorax esquerdo após fraturar a clavícula e os segundo e terceiro arcos anteriores esquerdos – tiro dado de cima para baixo e, pela descrição da trajetória, poder-se-ia deduzir que disparado quando a vítima estava dominada e de joelhos. Escoriações nos dois joelhos e no nariz foram anotadas pelos legistas.

As fotos dos corpos mostraram equimoses e edemas não descritos. A de Antônio Sérgio exibia apenas o rosto, com o tórax encoberto e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. A de Manuel José mostrava evidentes sinais de tortura, sendo que nenhum dos tiros que recebeu seria fatal. Como e onde morreram, não foi possível determinar pelos documentos apresentados.

Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões e votações se deram em separado. O relator votou pela aprovação do processo de Antônio Sérgio e Eduardo Antonio. O de Manuel José havia sido protocolado fora do prazo, o que impedia o deferimento, por ser intempestivo, apesar de que, no mérito, preenchia os critérios exigidos pela lei para aprovação. Houve pedido de vistas aos processos por Luís Francisco Carvalho Filho e, posteriormente, pelo general Oswaldo Pereira Gomes.

Nilmário Miranda e Luís Francisco destacaram que as lesões sofridas e descritas nos laudos cadavéricos não indicavam que o óbito dos três militantes tinha sido imediato. Mesmo tendo ocorrido o tiroteio alegado, havia fortes indícios de que um ou dois deles não morreram no local, permanecendo vivos em poder dos agentes públicos até a morte. Não foi essa, entretanto, a opinião da maioria dos integrantes da CEMDP. Somente o processo de Eduardo Antonio da Fonseca foi aprovado nessa primeira fase, registrando-se voto contrário do general Oswaldo Pereira Gomes. Os outros dois casos foram reapresentados posteriormente, obtendo deferimento em 2004.



FELIX ESCOBAR (1923-1971)

Número do processo: 053/96

Filiação: Emília Gomes Escobar e José Escobar

Data e local de nascimento: 22/03/1923, Miracema (RJ)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: setembro/outubro de 1971, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Militante do MR-8, o nome de Feliz integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95, estando desaparecido desde a prisão, em setembro ou outubro de 1971, provavelmente na Baixada Fluminense. Felix Escobar foi camponês, comerciário, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e também tesoureiro do Sindicato dos Empregados no Comércio em Duque de Caxias e São João de Meriti. Nascido em Miracema (RJ), instalou-se em Pilar, em 1942, na Baixada Fluminense. Casou-se com Raymunda Cardoso Escobar, com quem teve seis filhos. Depois de ficar viúvo em 1965, casou-se com Irani e tiveram dois filhos. Participou da campanha em defesa do petróleo brasileiro nos anos 1950 e atuou na diretoria do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro.

Iniciando a militância política no Partido Comunista na década de 50, ele trabalhou muito para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ), em 1962. Filho de um pequeno proprietário camponês, Felix viveu sempre humildemente. Dizem seus amigos que

morava num casebre em péssimas condições. Mas atuava com vigor, em especial na organização dos camponeses nos distritos de Capivari, Xerém e São Lourenço, naquele município, chegando a mobilizar mais de mil camponeses para obter uma difícil vitória na disputa pela terra, conseguindo sustar uma ação de despejo determinada por um juiz local. Com o Golpe de Estado de 1964, permaneceu preso durante 12 dias. Libertado, passou a atuar na clandestinidade.

Posteriormente, ligou-se ao MR-8. Não foi possível reunir mais informações acerca de sua militância nesse período. Sabe-se que sua casa foi cercada e invadida, no final de 1970, por dezenas de agentes dos órgãos de segurança, que espancaram um dos filhos de Felix para descobrir a possível localização de armas. Consta que, nesses dias, ele já residia em Feira de Santana e que, em 1971, teria morado na mesma residência de Lara Laverberg, em Salvador, num arranjo em que se apresentavam como pai e filha em suas identidades clandestinas, conforme relato do jornalista Hugo Studart, em matéria publicada na revista *IstoÉ*, em fevereiro de 2007.

Não há plena certeza a respeito do local e data de sua prisão, que teria ocorrido em setembro ou outubro de 1971. Uma das versões indica que ele teria sido preso em outubro, na casa de um companheiro, João Joaquim Santana, em Nova Iguaçu (RJ). Em outra versão, foi preso em Belfort Roxo. Felix foi visto pelo preso político César Queiroz Benjamim sendo conduzido por agentes do DOI-CODI na Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro. No livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, o preso político Nilson Venâncio relata: "*Quando eu estava preso na Bahia, soube, por intermédio de José Carlos Moreira, preso na mesma circunstância, que teria saído no jornal o atropelamento de uma pessoa, de nome Felix Escobar Sobrinho. Um caso típico de tantas outras mortes que ocorriam no interior do DOI-CODI e que depois eram ditas como sendo atropelamento*".

Em matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 28/01/1979, um general com responsabilidade dentro dos órgãos de repressão política assumiu a morte de Félix e de mais 11 presos desaparecidos. No Relatório apresentado pelo Ministério do Exército ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, consta que Felix foi preso por atividades terroristas e que freqüentava a pedreira de Xerém, em Duque de Caxias.



AYLTON ADALBERTO MORTATI (1946-1971)

Número do processo: 054/96

Filiação: Carmem Sobrinho Mortati e Umberto Mortati

Data e local de nascimento: 13/01/1946, Catanduva (SP)

Organização política ou atividade: Molipo

Data e local do desaparecimento: 04/11/1971, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA (1943-1971)

Número do processo: 271/96

Filiação: Aída Martoni de Almeida e José Arantes de Almeida

Data e local de nascimento: 07/02/1943, Pirajuí (SP)

Organização política ou atividade: Molipo

Data e local da morte: 04/11/1971, em São Paulo

Relator: Nimário Miranda

Deferido em: 23/04/1996 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 25/04/1996

Mortati e Arantes foram presos no dia 04/11/1971, na Rua Cervantes, número 7, bairro de Vila Prudente, na capital paulista, por agentes do DOI-CODI/SP. Foram os dois primeiros militantes mortos, de um grupo de 28 exilados que participaram de treinamento de guerrilha em Cuba e retornaram clandestinamente ao Brasil como integrantes do MOLIPO, dissidência da ALN. A prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança e seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Aylton nasceu em Catanduva, interior de São Paulo, em 13/01/1946. Fez o primário, o ginásio e o colegial em sua cidade natal. Depois foi cursar Direito em São Paulo, no Mackenzie, onde recebeu o apelido de "Tenente" por assistir às aulas com a farda de aluno do CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Engajou-se no Movimento Estudantil e teve atuação destacada até ser preso no 30º Congresso da UNE, em 1968. Era excelente pianista e faixa preta de caratê. Depois dessa primeira prisão, ingressou na ALN e viajou para Cuba em 1970. Seu codinome era Umberto, em homenagem ao próprio pai, mas todos o conheciam por "Tenente". Nessa época, sua carta patente de oficial da reserva foi cassada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Arantes nasceu em Pirajuí, no interior paulista, mas era ainda criança quando sua família se mudou, em 1956, para Araraquara (SP), onde seu pai assumiu o posto de professor de Botânica na Faculdade de Farmácia e Odontologia. Foi escoteiro, tocou piano, praticou natação e pólo aquático, colecionando medalhas esportivas. Estudou no IEBA – Instituto de Ensino Bento de Abreu, daquela cidade. Em 1958, foi porta-bandeira de um desfile patrocinado pelo Clube Pan-Americano de Araraquara carregando o pavilhão nacional de Cuba, o que pode ter sido uma premonição, na medida em que nem Cuba e nem José Arantes eram socialistas ainda.

Em 1961, foi aprovado no disputado vestibular para Engenharia no ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Em 1964, em virtude de suas atividades políticas, foi expulso do ITA e levado preso para a Base Aérea do Guarujá. Libertado, retomou os estudos na Faculdade de Filosofia da USP, onde iniciou o curso de Física. Em 1966, foi eleito presidente do Grêmio da Filosofia. Em 1967, tornou-se vice-presidente da UNE. Em 1968, preso na repressão ao 30º Congresso da entidade, em Ibiúna (SP), Zé Arantes, como era conhecido, conseguiu fugir de dentro do DOPS, pela porta da frente, disfarçando-se no meio da balburdia produzida por quase 800 estudantes que lotavam as dependências daquela repartição no largo general Osório, em São Paulo.

Era companheiro de Aurora Maria Nascimento Furtado, liderança estudantil na Psicologia da USP, conhecida pelo apelido Lola, que seria torturada até a morte em 1972, como integrante da ALN. Arantes iniciou sua militância partidária no PCB, tornando-se, já em 1967, uma das principais lideranças da DISP – Dissidência Comunista de São Paulo, cujos quadros, a partir de 1969, se integrariam em boa parcela à ALN. Antes da montagem de seu processo para exame na CEMDP, a única informação disponível era a de que fora fuzilado pelos agentes do DOI-CODI.

A mãe de Aylton, Carmem Mortati, viveu os anos de 1970 e 1971 sob constante pesadelo:

"Minha vida e de minha família passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança, que estacionavam carros à frente de minha residência, subiam no telhado da casa, usavam o banheiro existente no fundo do quintal, revistavam compras de super-mercado, censuravam o telefone, espancaram meus sobrinhos menores e, ao que pude deduzir, provocaram um início de incêndio em minha residência/pensionato. Os agentes que vigiavam minha residência e meus passos por duas vezes atentaram contra minha vida, jogando o carro em minha direção. Nestas oportunidades escudei-me atrás do poste. A partir de então recebi, com constância e permanência, bilhetes ameaçadores, onde estava escrito que meu filho ia morrer e vinha junto o desenho de uma cruz, em preto, nos bilhetes. Quando eu recebia esses bilhetes ameaçadores, os levava de imediato ao Comando da Aeronáutica e os entregava a um capitão, que me havia interrogado anteriormente e que, de tanto eu levar-lhe bilhetes, resolveu me fornecer uma carta onde se consignava que a Aeronáutica tinha feito uma vistoria em minha residência e que eu não tinha nada a ver com as atividades de meu filho".

Carmem Mortati contratou o advogado Virgílio Lopes Eney para procurar e defender Aylton. Certo dia, o advogado viu sobre uma mesa na 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo, uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati. Por tentar ler o documento, foi preso e levado para o DOI-CODI do II Exército, onde os militares o interrogaram e tentaram convencê-lo de que seu cliente nunca havia sido preso. Em 1975, os presos políticos de São Paulo enviaram documento ao presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, denunciando a prisão, tortura e morte de Aylton, dentre outros casos. Nenhuma informação oficial sobre sua prisão foi divulgada.

No Arquivo do DOPS do Estado do Paraná foi encontrada uma gaveta com a identificação "falecidos", onde constava o nome de Aylton. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, confirma sua morte nos seguintes termos telegráficos: "neste órgão consta que foi morto em 04/11/1971, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em São Paulo. Na ocasião usava um passaporte, em nome de Eduardo Janot Pacheco".

A morte de Arantes foi divulgada apenas no dia 09/11/1971. A família só foi informada quando ele já estava enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome falso de José Carlos Pires de Andrade. Graças à intervenção de um delegado do DOPS, Emiliano Cardoso de Mello, parente da família de Arantes e pai da ex-ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, o DOPS autorizou o traslado do corpo para o Cemitério Municipal de Araraquara, em 12/11/1971.

A falsidade da versão oficial só foi comprovada com o exame dos documentos encontrados, a partir de pesquisa feita por Iara Xavier Pereira, assessora da CEMDP, no IML de São Paulo, bem como da análise da foto do cadáver, localizada nos arquivos secretos do DOPS/SP. Na requisição da necropsia, datada de 04/11/1971, às 18h, encontra-se: *"por volta das 17 horas, manteve tiroteio com membros dos órgãos de segurança, sendo nessa oportunidade ferido, e em consequência veio a falecer"*. O corpo, entretanto, só chegou ao IML no dia 05/11/1971 às 18 horas, ou seja, 24 horas depois do suposto tiroteio onde fora morto. E mais, o laudo registra que a autópsia foi realizada às 15 horas do dia 05/11/1971. Portanto, antes de chegar ao IML.

Mas foi o laudo de necropsia, assinado por Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi, que trouxe a informação definitiva para elucidar o que realmente se passara: *"segundo consta, trata-se de elemento terrorista, que faleceu em tiroteio travado ao resistir à prisão, com militares da OBAN, vindo a falecer às 17h30, aproximadamente, no dia 04/11/1971, sendo encontrado no pátio do trigésimo sexto distrito policial"*. Como a 36ª DP, na Rua Tutóia, era sabidamente a sede do DOI-CODI de São Paulo, não restou dúvidas para os integrantes da CEMDP: se Arantes só fora recolhido no pátio da delegacia, 24 horas depois do suposto tiroteio, provavelmente chegou vivo àquela unidade.

Outras provas reforçaram a falsidade da versão oficial. A foto de Arantes morto, encontrada nos arquivos do DOPS/SP, contradiz frontalmente o laudo do IML. Enquanto o laudo afirma que o corpo tinha dois ferimentos perfuro-contusos, de formato ovular, medindo três centímetros na maior dimensão, localizados na parte média da região frontal, a foto não mostra esses dois ferimentos a bala, e sim grandes equimoses na região esquerda, sinais evidentes de tortura. Focaliza também a camisa encharcada de sangue do lado esquerdo do tórax, enquanto o laudo não se refere a qualquer ferimento na região.

O relator do processo na Comissão Especial ponderou que *"Arantes já fora preso na Base Aérea de Santos e em Ibiúna, em 1968. Os órgãos repressivos sabiam de suas ligações com a ALN e o Molipo e, no entanto, foi enterrado com nome falso, como indigente. A ocultação do cadáver visava, sem sombra de dúvidas, encobrir as torturas visíveis na foto e a execução com ferimentos não descritos no laudo"*. Informações reunidas pelos familiares de Aylton dão conta de que ele permaneceu por cerca de 15 dias no DOI-CODI/SP, desaparecendo desde então. Em 1978, os estudantes da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara decidiram homenagear a memória de Arantes conferindo seu nome ao Diretório Acadêmico daquela unidade da Unesp.



FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA (1943-1971)

Número do processo: 157/96

Filiação: Maria das Neves Knalfec Oliveira e Olívio Oliveira

Data e local de nascimento: 05/04/1943, Cabrália Paulista (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 05/11/1971, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisboa

Deferido em: 18/03/1996 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 21/03/1996

Francisco José de Oliveira, conhecido pelos amigos como "Chico Dialético", era aluno de Ciências Sociais na USP, participante do Movimento Estudantil e foi militante da DISP até 1968. Ingressou na ALN em 1969 e conseguiu escapar, em 03/09/1969, da perseguição policial que levou à morte de José Wilson Sabag, em São Paulo. Pouco depois desse episódio, decidiu refugiar-se em Cuba, onde participou de treinamentos de guerrilha. Retornou ao Brasil em 1971, como militante do MOLIPO.

Segundo a versão oficial, Chico morreu em São Paulo (SP), no dia 05/11/1971, após enfrentamento com agentes do DOI-CODI/SP na rua Turiassu, zona oeste da capital paulista. Comunicado dos órgãos de segurança informou que, no tiroteio ocorrido, teria sido baleado na perna o delegado Antonio Vilela, que servia naquele DOI. Conseguiu escapar do cerco policial a militante do MOLIPO Maria Augusta Thomaz, que relatou a seus companheiros de clandestinidade ter visto Francisco sendo atingido por disparos dos policiais. Ela também seria morta em 1973 e seu nome integra a lista de 136 desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 .

Antes do exame da documentação sobre o caso no processo formado junto à CEMDP, os familiares denunciavam que Francisco José tinha sido morto naquela rua, alvejado por uma rajada de metralhadora nas costas, quando tentava fugir. Enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram colocados na vala comum descoberta em 1990, conforme já mencionado neste livro-relatório. Existe a possibilidade de que corresponda a ele uma das ossadas que aguardam identificação científica a partir dos exames de DNA, sob os cuidados da CEMDP.

O laudo de necropsia foi lavrado com o nome falso de Dario Marcondes, sendo assinado pelos legistas Mario Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, que descrevem vários tiros, entre eles um que provavelmente abateu Francisco: o projétil penetrou na região lombar, linha média, contornou a coluna, lesou alças intestinais delgadas e se alojou na parede anterior do abdômen, ao nível da cicatriz umbilical. A relatora do processo na CEMDP destacou que o laudo registra ainda outros seis tiros, sendo digno de nota um que sugere ter sido disparado quando Francisco já estava abatido: o projétil penetrou no ângulo nasogeniano esquerdo, lesou a língua, desceu por diante da coluna cervical, passou por trás da clavícula esquerda e se exteriorizou na região axilar direita.

Contradição flagrante foi detectada na comparação entre esse laudo, que não descreve edemas e escoriações no rosto, queixo, olho direito e pescoço, e a foto do IML onde esses sinais estão perfeitamente visíveis. Além disso, o laudo está lavrado com nome falso, embora haja anotações ao lado com a identidade verdadeira. A requisição de exame ao IML, marcada com um "T" (terrorista) em vermelho e registrada como homicídio, foi feita em nome de Dario Marcondes, apesar de ter sido fichado e fotografado, conforme requisição encontrada no DOPS, com a data de 5 de novembro, 16 horas.

No verso da requisição, a data de entrada no necrotério é do dia 4, às 20 horas. Seu corpo, portanto, teria dado entrada no IML, sem roupas, antes da data da morte no suposto tiroteio, mas teria saído para o Cemitério de Perus às 10h do dia 06/11. A mesma requisição de exame foi encontrada no DOPS com o nome verdadeiro – Francisco José de Oliveira, vulgo Amaro – e sem a identificação da ocorrência de homicídio.

A relatora na CEMDP ponderou em seu voto que Francisco dera entrada no necrotério quase 24 horas antes de ser morto, com nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de identificado pelos órgãos de segurança. Concluiu pela evidente tentativa de ocultação da prisão, tortura e morte, votando pelo deferimento, no que foi acompanhada pelos demais integrantes da Comissão Especial, com exceção de um voto discordante.



FLÁVIO CARVALHO MOLINA (1947-1971)

Número do processo: 018/96

Filiação: Maria Helena Carvalho Molina e Álvaro Andrade Lopes Molina

Data e local de nascimento: 08/11/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 07/11/1971 em São Paulo

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Flávio foi o quarto militante morto, em poucos dias, do referido grupo de 28 integrantes do MOLIPO. A data mais provável de sua prisão é o dia 06/11/1971, mas seus companheiros na organização clandestina tinham perdido contato com ele, em São Paulo, desde o dia 4. Somente no ano seguinte a imprensa divulgou as primeiras informações provenientes dos órgãos de segurança dando-o como morto.

Apaixonado por camping, alpinismo e música clássica, Molina nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou o primário nos colégios São Bento e São José. Despertou precocemente para a militância política, quando cursava o científico no Colégio Mallet Soares. Em 1968, era calouro na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, quando foi preso durante a histórica investida repressiva das forças policiais, na sexta-feira 21 de junho, que ensejou a reação popular da Marcha dos Cem Mil, cinco dias depois. Naquela data, foi invadido o campus onde Molina estudava e centenas de jovens como ele foram levados presos para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, onde foram fichados.

Em 1969, já denunciado perante a Justiça Militar no Rio de Janeiro, Molina fez opção pela luta clandestina contra o regime militar, passando a militar na ALN. Seguiu para Cuba em novembro daquele ano, de onde voltou em meados de 1971. Enviou regularmente notícias à família até 1970. Em agosto de 1972 os jornais publicaram referências genéricas à morte de Flávio, mas sem qualquer informação adicional. Sua família procurou as autoridades, tentando saber onde estava enterrado, mas foi em vão. A própria Justiça Militar sustentou que a notícia era infundada e Flávio continuou a ser processado como revel. Seu nome foi excluído dos autos apenas na data do julgamento, quando foi extinta sua punibilidade por morte, a partir de informação prestada pelo então diretor geral do DOPS, Romeu Tuma. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação oficial confirmando a morte e informando o local de sepultamento.

Somente em julho de 1979, através da localização, pelo Comitê Brasileiro de Anistia/SP, da documentação contendo essas informações, os familiares tomaram conhecimento inequívoco da morte de Flávio. O ofício localizado era datado de 07/08/1978, sendo endereçado ao Juiz Auditor e assinado por Romeu Tuma. Trazia em anexo o atestado de óbito, lavrado com a identidade de Álvaro Lopes Peralta. O delegado assumia a prisão de Flávio ao informar ao Juiz que, por ocasião do "estouro do aparelho" onde havia sido preso José Roberto Arantes, teriam localizado manuscrito de encontro com André, que, na verdade, era Álvaro Lopes Peralta ou Flávio Carvalho Molina, preso no dia 06/11, na rua Agostinho Gomes. Informa também que, ao ser "ouvido", André declarou ter um encontro na Rua Padre Marchetti, no Ipiranga, em São Paulo, às 13 horas do dia 07/11. Levado ao local pelos agentes policiais, teria tentado fugir e sido baleado mortalmente.

Enterrado no dia 9 como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram exumados e transferidos para a mencionada vala clandestina alguns anos depois. A requisição de exame necroscópico no IML/SP, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta, já estava associada à verdadeira identidade. Em documento dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, nomes falsos e codinomes. Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, também informa que ele usava o nome falso de Álvaro Peralta – tudo comprovando que o sepultamento com outra identidade foi intencional, para acobertar as reais circunstâncias de sua morte.

De posse de documentos oficiais, em outubro de 1979 a família abriu processo exigindo retificação de assentamento de óbito e a reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981. Em 09/10/1981, ao buscar os restos mortais de Flávio, a vala comum do Cemitério de Perus foi aberta para a família, que constatou ser impossível identificar a ossada de Flávio naquele momento. Mas não desistiu de resgatar seu corpo. Somente com a abertura da Vala de Perus, em 04/09/1990, um conjunto de ossadas pode ser transferido para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

O processo de Flávio foi levado à votação na primeira reunião da CEMDP, obtendo deferimento unânime. Passados 15 anos da abertura da vala clandestina de Perus e depois de várias tentativas de extração do DNA, os restos mortais de Flávio Molina foram finalmente identificados pelo Laboratório Genomic, de São Paulo, em setembro de 2005, para onde tinham sido enviados pela Comissão Especial. Esse foi o primeiro passo para a constituição do Banco de DNA dos mortos e desaparecidos políticos, efetivado em 2006.

Em 10/10/2005, um ato público no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto.



NILDA CARVALHO CUNHA (1954-1971)

Número do processo: 362/96 e 004/02

Data e local de nascimento: 05/07/1954, Feira de Santana (BA)

Filiação: Esmeraldina Carvalho Cunha e Tibúrcio Alves Cunha Filho

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 14/11/1971, em Salvador

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Maria do Rosário (2º)

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Nilda Carvalho Cunha foi presa na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971, no cerco montado ao apartamento onde morreu Lara Lavelberg. Foi levada para o Quartel do Barbalho e, depois, para a Base Aérea de Salvador. Sua prisão é confirmada no relatório da Operação Pajuçara, desencadeada para capturar ou eliminar Lamarca e seu grupo. Foi liberada no início de novembro, profundamente debilitada em consequência das torturas sofridas e morreu no dia 14 de novembro, com sintomas de cegueira e asfixia. Nilda tinha acabado de completar 17 anos quando foi presa. Fazia o curso secundário e trabalhava como bancária quando passou a militar no MR-8 e viver com Jaileno Sampaio. Foram eles que abrigaram Lara Lavelberg em seu apartamento, durante sua estada em Salvador.

Emiliano José e Oldack Miranda relatam no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, levado ao cinema por Sérgio Rezende, um pouco do que Nilda contou de sua prisão:

"(...) Você já ouviu falar de Fleury? Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpuloso. – Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada (...). Dos que foram presos no apartamento do Edifício Santa Terezinha, apenas Nilda Cunha e Jaileno Sampaio ficaram no Quartel do Barbalho. Ela, aos 17 anos, ele, com 18. – Mas eu não sei quem é o senhor... – Eu matei Marighella. Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava: – Vou acabar com essa sua beleza – e alisava o rosto dela. Ali estava começando o suplício de Nilda. Eram ameaças seguidas, principalmente as do Major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência num lugar deserto. Naquele mesmo dia vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente quando pode abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher: era Lara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio. No início de novembro, decidem libertá-la. Nilda, então, vai ao quartel-general, junto com Dona Esmeraldina, pedir autorização para visitar Jaileno. O chefe da 2ª Seção não permite. Na saída, descendo as escadas, ela grita: – Minha mãe, me segure que estou ficando cega. Foi levada num táxi, chorando, sentindo-se sufocada, não conseguia respirar. Daí para a frente foi perdendo o equilíbrio: depressões constantes, cegueiras repentinas, às vezes um riso desesperado, o olhar perdido. Não dormia, tinha medo de morrer dormindo, chorava e desmaiava. – Eles me acabaram", repetia sempre (...)"

No dia 4 de novembro, Nilda foi internada na Clínica Amepe, em Salvador, conforme prescrição de seu médico, Dr. Eduardo Saback. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do major Nilton de Albuquerque Cerqueira em seu quarto de hospital, mas não conseguiram. Na presença da mãe, ele ameaçou Nilda, disse que parasse com suas frescuras, senão voltaria para o lugar que sabia bem qual era. O estado de Nilda se agravou, sendo transferida para o Sanatório Bahia, onde faleceu no dia 14/11/1971. No seu prontuário constava que não comia, via pessoas dentro do quarto, sempre homens, soldados, e repetia incessantemente que ia morrer, que estava ficando roxa. A causa da morte nunca foi conhecida, o atestado de óbito diz: edema cerebral a esclarecer. Esmeraldina Carvalho Cunha, que denunciou incessantemente a morte da filha como consequência das torturas, foi encontrada morta em sua casa, cerca de um ano depois.

O requerimento para o reconhecimento da morte de Nilda foi protocolado por sua irmã, Leônia Alves Cunha, após o prazo estabelecido na Lei nº 9.140/95. Mesmo assim, buscando documentar o processo, a CEMDP promoveu diversas diligências. Recebeu como resposta do Sanatório Bahia que um incêndio destruiu os prontuários em 1984; da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, que o inquérito relativo ao indiciamento de Nilda fora encaminhado para a 6ª Circunscrição Judiciária Militar, inexistindo no órgão qualquer outra informação sobre

ela; do juiz auditor, que nada constava sobre Nilda naquele juízo militar; do IML Nina Rodrigues, que o laudo cadavérico de Nilda, bem como resultados de exames complementares não foram encontrados nos arquivos do órgão.

No primeiro julgamento do caso, em 1997, a CEMDP optou pelo indeferimento pelo fato de o requerimento ter sido apresentado fora do prazo rígido fixado na lei. Nilmário Miranda chegou a pedir vistas, apresentando a alegação de que a irmã, Leônia, traumatizada com a violência que vivera sua família, não pudera cumprir o prazo estabelecido, sendo anexado laudo psiquiátrico. Mas prevaleceu o entendimento de que a Comissão Especial não poderia abrir exceção ao prazo estabelecido na Lei nº 9.140/95.

Reapresentado o caso após o advento da Lei 10.536/02, sendo designada a deputada Maria do Rosário Nunes como nova relatora, o requerimento foi aprovado por unanimidade.



JOSÉ MILTON BARBOSA (1939-1971)

Número do processo: 264/96

Filiação: Maria das Dores de Paulo

Data e local de nascimento: 22/10/1939, Bonito (PE)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 05/12/1971, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 10/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 16/04/1997

Pernambucano de Bonito, morto na capital paulista em 05/12/1971, o afrodescendente José Milton tinha sido sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento das Armas. Foi cassado em 1964, logo após a deposição de João Goulart, militou no PCB, transferiu-se ao PCBR e teve breve passagem pelo MR-8 antes de ingressar na ALN, da qual foi dirigente. Documentos dos órgãos de segurança o indicam como participante do seqüestro do embaixador alemão, da execução do industrial Albert Henning Boilesen e como sendo uma das 21 pessoas mais procuradas em todo o país, no momento de sua prisão e morte.

Em 1967 ingressou no curso de Economia da antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ, onde estudou até o 3º ano, quando foi forçado a entrar para a clandestinidade. Até fevereiro de 1969, trabalhou na SUNAB.

Antes de a CEMDP analisar o caso, praticamente a única informação que constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos era que José Milton fora morto em tiroteio no bairro Sumaré, ao lado do cemitério do Araçá, na data citada, sendo enterrado como indigente em Perus, sob o nome falso de Hélio José da Silva.

Nos arquivos secretos do DOPS/SP foi encontrada uma requisição ao IML, marcada com o característico "T" de "terrorista", tendo como declarante Altino Pinto de Carvalho. Lavrada com o referido nome falso, informa que ele morreria às 16 horas do dia 5 de dezembro. Mas trazia em anexo a ficha datiloscópica de José Milton. Constava também o local do tiroteio – esquina das ruas Tácito de Almeida e Cardoso de Almeida – e o horário de entrada do corpo no IML: 21 horas.

Na CEMDP, o parecer da relatora apontou, como evidências de que José Milton não morreu no alegado tiroteio, a diferença de cinco horas entre a morte e a entrada no IML, realçando também o fato de conhecerem os órgãos de segurança a verdadeira identidade do morto. Como elemento determinante, enfatizou as contradições detectadas na análise das fotos do corpo e do laudo necroscópico.

Assinado por Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, o laudo de necropsia aponta quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, nenhum na cabeça, mas ao exame interno observaram edema e anemia do encéfalo. O exame da foto, encontrada

nos arquivos do DOPS/SP, mostra que, em pleno verão, José Milton trajava roupa pesada, com grossa jaqueta de lã e calça de veludo, tendo o pescoço suspeitamente envolto em lenço ou cachecol, com a possível intenção de acobertar sinais de violência. Mesmo assim, a foto permite visualizar, com nitidez, os ferimentos que provavelmente causaram o edema registrado no laudo: lesões e equimoses no nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa, estranhamente não descritos no laudo.

Apresentado o voto pela aprovação do requerimento em 19/11/1996, o general Oswaldo Pereira Gomes manifestou-se pelo indeferimento e Paulo Gustavo Gonet Branco pediu vistas dos autos. O processo voltou à pauta em 10/04/1997 e o revisor estabeleceu uma comparação entre as fotografias do corpo e o laudo necroscópico que, embora minucioso, não fazia qualquer referência aos visíveis ferimentos em diversas partes do rosto. Com o argumento de que, *"as fotografias emprestam significado relevante à demora ocorrida entre o momento da morte e o da entrega do corpo ao IML, certo de que a polícia, neste período tinha o domínio da situação e ainda que transmitem, de igual sorte, importância à indicação de nome equivocado do cadáver e subsequente enterro sob o mesmo nome incorreto"*, Paulo Gustavo Gonet Branco acompanhou o voto da relatora.



CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY (1945-1971)

Número do processo: 168/96

Filiação: Maria Helena Dias Fleury e Hermano Pires Fleury Junior

Data e local de nascimento: 05/01/1945, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 10/12/1971, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 18/03/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/03/1996

Um dos principais dirigentes do MOLIPO, morto misteriosamente no Rio de Janeiro em 10/12/1971, Carlos Eduardo foi o segundo ex-presos político banido do país a ser executado depois de regressar ao Brasil para novo engajamento na resistência clandestina ao regime militar. Nascido na capital paulista, tinha sido estudante de Filosofia na USP e, simultaneamente, de Direito na PUC/SP. Fora enviado à Argélia em junho de 1970, sendo um dos 40 presos políticos libertados em troca do embaixador alemão no Brasil, seqüestrado numa operação conjunta entre a VPR e a ALN.

Sua prisão anterior, como subcomandante do Grupo Tático Armado da ALN, tinha ocorrido em São Paulo, em 30/09/1969. Naquela ocasião, foi torturado dias seguidos na OBAN. Transferido para o Presídio Tiradentes, escreveu uma carta ao seu antigo professor na Faculdade de Direito e ministro interino da Justiça, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, denunciando as torturas sofridas por ele e por seus companheiros de prisão. Denunciou na mesma carta que Virgílio Gomes da Silva, dado como desaparecido, tinha sido, na verdade, assassinado a pancadas e choques no pau-de-arara, na antevéspera do seu próprio suplício.

"Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento, vou dar alguns exemplos dos métodos de interrogatórios que sofri: o pau-de-arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo todo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no 2º dia de tortura foram de 220 volts e durante mais de cinco horas seguidas pendurado no pau-de-arara, o que me causou uma parada cardíaca. Quando isto ocorreu estavam chegando, naquele momento, na OBAN, os delegados do DOPS, Tucunduva, Fleury e Raul Ferreira. Foram estas pessoas que me fizeram voltar à vida, através de massagem no coração, fricção com álcool pelo corpo, etc, pois o pessoal da OBAN deu-me como clinicamente morto. Esta sessão de cinco horas de 220 volts foi precedida por uma tarde inteira de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficado na noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau-de-arara, levando choques".

Preferindo morrer a prosseguir naquelas sevícias, Carlos Eduardo inventou um encontro falso na avenida Brigadeiro Luís Antônio, escapou dos agentes, entrou em uma loja, apossou-se de uma tesoura e a enfiou no peito, embora a lâmina não tenha atingido órgão vital. Levado para o Hospital das Clínicas, recuperou-se e, conforme relata na carta ao ministro, voltou ao pau-de-arara e à cadeira do dragão quando levado de volta à prisão. A respeito de

sua morte, o laudo de necropsia registra que Carlos Eduardo teria sido encontrado morto no interior de um veículo com um tiro. Seu corpo foi registrado no IML/RJ com o nome de Nelson Meirelles Riedel, pela Guia nº 235, da 23ª Delegacia de Polícia. Nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança afirma que sua morte ocorreu ao final de tiroteio na praça Avai, nas proximidades do Méier, cidade do Rio de Janeiro, após tentar abandonar o carro que fora abordado pelos agentes, por volta de 3h30 da madrugada.

A versão apresentada, além de inverossímil, é contraditória nos próprios documentos oficiais examinados. O relator da CEMDP analisou o laudo de necropsia e as fotografias da perícia de local. Carlos Eduardo tinha marcas perceptíveis de algemas nos pulsos, o que por si só já confirma sua prisão com vida e derruba a credibilidade da versão oficial. Os ferimentos em seu corpo comprovam: a trajetória dos 12 tiros que recebeu é de frente para trás, o que dificilmente corresponderia aos ferimentos de alguém que estivesse em um banco traseiro do automóvel metralhado dos quatro lados. A imprensa, que divulgou amplamente sua morte, chamou atenção para o fato de o corpo ter sido encontrado exatamente no mesmo local onde, tempos atrás, agentes policiais tinham sido rendidos, foram algemados e tiveram a viatura incendiada. Um dos jornais do Rio noticiou o fato como sendo a morte do sucessor de Marighella.

Por unanimidade, a CEMDP acompanhou o voto do relator Nilmário Miranda pelo deferimento do processo.



LUIZ HIRATA (1944-1971)

Número do processo: 290/96

Filiação: Hisae Hirata e Tadayoshi Hirata

Data e local de nascimento: 23/11/1944, Guaiçara (SP)

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 20/12/1971, São Paulo (SP)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/1996.

Filho de imigrantes japoneses e agricultores, paulista de Guaiçara, na região de Lins, Luiz Hirata estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba. Em 1969 precisou abandonar os estudos, no quarto ano, por perseguição política: era militante da Ação Popular. Em 1971, antes de ser preso e assassinado sob torturas, era um dos cinco coordenadores do movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira.

Foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS-SP, em 26/11/1971. Morreu em 20/12/1971 como consequência das torturas a que foi submetido ao longo de três semanas. Heládio José de Campos Leme, preso político no DOPS/SP, conviveu ali com Luiz Hirata cerca de duas semanas. Ficaram na mesma cela. Acompanhou, dia a dia, o agravamento do seu estado de saúde, testemunhando que ele voltava dos interrogatórios carregado pelos policiais. Era Heládio quem carregava Luiz até o sanitário da cela. *"Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente"*.

Em 16 de dezembro, quatro dias antes da morte, Fleury tentou justificar as lesões provocadas pelas torturas. Para isso, chamou ao DOPS o legista Harry Shibata, que se tornaria tristemente célebre a partir de 1975 por assinar o laudo que tentou legitimar a farsa do pretenso suicídio de Vladimir Herzog no DOI-CODI/SP. Prontamente, Shibata atendeu ao pedido e produziu um laudo de corpo de delito onde sustenta a estapafúrdia versão que lhe foi ditada pelo delegado torturador: Luiz Hirata havia colidido com a traseira de um ônibus quando tentava a fuga, em alta velocidade, correndo a pé. O legista considerou, então, *"de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas"*.

Pode-se imaginar o estado físico em que se encontrava Luiz Hirata, a ponto de suscitar uma justificativa tão inverossímil como essa: Luiz Hirata teria simplesmente atropelado um ônibus ao tentar fugir. O laudo com as recomendações do legista Harry Shibata foi elaborado às 9h15, mas

Fleury levou o preso ao Hospital das Clínicas somente 11 horas depois. De acordo com a documentação oficial, Luiz Hirata morreu nesse hospital no dia 20. A requisição de exame ao IML, assinada por Jair Romeu, estava marcada com o "T" característico utilizado para identificar os presos políticos. Registra que teria morrido por morte natural, sendo diagnosticada insuficiência renal crônica. Os legistas Onildo B. Rogano e Abeylard de Queiroz Orsini confirmaram a versão oficial, embora façam referência à presença de "*lesões não recentes*" no corpo.

Esse segundo médico legista, Abeylard de Queiroz Orsini, teve cassado o exercício da profissão pelo Conselho Federal de Medicina, em 10/04/2002, confirmando decisão anterior do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que havia proferido igual sentença em 29/04/2000, por violação da ética médica, fraude e conivência com a tortura ao assinar aproximadamente 15 laudos de presos políticos executados nos porões dos órgãos de segurança do regime militar.

No voto aprovado por unanimidade na CEMDP, o relator do caso, general Oswaldo Pereira Gomes, destacou que "*as peças do processo dão a plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível. Do processo consta declaração do professor Universitário Heládio Jose de Campos Leme, companheiro de prisão de Luiz Hirata que testemunharia a progressiva deterioração do estado físico dele em consequência de maus-tratos; depois das sessões de 'interrogatório', era trazido carregado pela polícia; que apresentava grandes hematomas pelo corpo, principalmente na região dos rins, diz essa testemunha que Hirata precisava ser carregado para fazer uso de vaso sanitário; após alguns dias foi retirado da cela semi-inconsciente para ser encaminhado a um Hospital*". E, categoricamente, afirmou: "*Isto não coincide com a versão da fuga velocíssima da vítima que em velocidade chocou-se com a traseira de um ônibus*".

GUERRILHA DO ARAGUAIA

A seqüência cronológica adotada neste livro-relatório deve ser suspensa agora, sendo retomada adiante, para apresentar em bloco um episódio marcante da luta clandestina contra o regime militar, que ficou gravado historicamente sob o nome Guerrilha do Araguaia.

O rio Araguaia brota nas proximidades da divisa entre Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e desliza no rumo Norte por dois mil quilômetros até chegar ao município de Xambioá (Tocantins hoje, Goiás até 1988), localidade que também deu seu nome à guerrilha, embora os confrontos armados tenham ocorrido na margem oposta, pertencente ao Pará, em vasta área que naquele tempo abrigava densa floresta amazônica.

Depois de Xambioá, de onde se vê São Geraldo do Araguaia (PA) na margem oposta, o rio, que nessa altura atinge 1000 metros de largura, continuará descendo por mais de 200 quilômetros até desembocar no Tocantins. No mapa, o encontro dos rios, que é também a divisa entre Pará, Maranhão e Tocantins, forma a imagem de uma ave em perfil, que rendeu à região o nome Bico do Papagaio, área de agudos conflitos agrários. Entre 1972 e 1974, num território paraense hoje bastante desmatado, que tem Marabá como principal centro regional, se desenvolveu a chamada Guerrilha do Araguaia. Sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cerca de 70 pessoas, jovens em sua maioria, atuaram em ações de resistência armada ao governo militar.

O palco onde se deram os choques, mortes, prisões, torturas e execuções a serem focalizados na apresentação dos 64 casos adiante, compreende uma área de 7.000 km² entre São Domingos e São Geraldo, na margem esquerda do rio. Os militantes do PCdoB foram deslocados de vários estados para aquela região entre a segunda metade dos anos 1960 e abril de 1972. Um número indeterminado de camponeses locais, dentre os 20 mil habitantes da área, teria se juntado aos militantes que viviam em pequenas comunidades na mata.

Embora as Forças Armadas tenham adotado uma postura onde predomina, há mais de 30 anos, silêncio a respeito do assunto, inúmeras reportagens, pesquisas, diligências e publicações terminaram reconstruindo os elementos básicos que compuseram aquele episódio histórico. Sabe-se que, no combate aos guerrilheiros do PCdoB, o regime militar empreendeu repetidas campanhas de informação e repressão, mobilizando rotativamente, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado em cifras que oscilam de 3 mil até mais de 10 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão. Os embates entre forças repressivas e guerrilheiros causaram a morte da maior parte dos integrantes

do PCdoB na área, representando a metade do total de desaparecidos políticos no Brasil.

Considerando a desproporção entre o número de combatentes de um lado e de outro, e levando em conta relatos da população sobre a repressão generalizada aos guerrilheiros e camponeses, é possível que o número de mortes tenha sido muito superior ao que se conseguiu computar. Mesmo depois de três décadas, os moradores da região ainda demonstram visível receio em falar sobre o assunto. Na área onde se instalou o principal quartel-general da contra-insurgência, vários moradores guardam marcas físicas e psicológicas das torturas aplicadas nos interrogatórios para localizar os integrantes do PCdoB. Referem-se aos guerrilheiros como "paulistas" ou "povo da mata", apelidos que receberam da população local. Eles são lembrados, hoje, com simpatia, principalmente pelo trabalho cotidiano que realizaram junto às comunidades: atendimentos de saúde, partos, mutirões de trabalho ("adjuntos"), cursos de alfabetização e aulas sobre diversos temas.

O início do Movimento

Oswaldo Orlando da Costa, o "Osvaldão", foi o primeiro integrante do PCdoB a se instalar na região, em 1966. Em 1968, já se compunha um grupo de 15 militantes. No início de 1972, às vésperas da primeira expedição do Exército, eram quase 70. Muitos deles ocultaram suas identidades com o uso de nomes falsos e todos assumiram ocupações comuns na região. Moravam em pequenos núcleos familiares, afastados uns dos outros e se esforçavam por se integrar à vida das comunidades onde viviam.

Boa parte desses homens e mulheres que se embrenharam nas matas do Araguaia era composta de lideranças estudantis que haviam participado de importantes manifestações contra a ditadura militar, nas grandes cidades do país, entre 1967 e 1969. Vários deles já tinham sido presos por outras atividades de oposição ao regime. Os que chegaram a partir de 1969 e 1970 foram deslocados pelo PCdoB ao Araguaia também porque tinham contra si inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, vários deles por participação no 30º Congresso da UNE em Ibiúna.

Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas*, informa que pouco mais de 70% dos guerrilheiros provinham da classe média; eram estudantes, médicos, professores, advogados, comerciantes ou bancários. Menos de 10% eram operários. E cerca de 20%, camponeses, quase todos recrutados na região. Tinham, em média, pouco menos de 30 anos.

A guerrilha foi chefiada politicamente por dois conhecidos dirigentes comunistas, de larga experiência: Maurício Grabois e João Amazonas. Eles ingressaram no Partido Comunista na década de 30 e haviam sido presos durante o Estado Novo. Com a legalização do partido, após a deposição de Getúlio Vargas, Maurício Grabois e João Amazonas foram eleitos deputados constituintes em 1946. Grabois era o líder da bancada comunista. Em 1962, ao lado de Pedro Pomar, Diógenes de Arruda Câmara e outros dirigentes nacionais, lideraram o grupo dissidente do partido que originou o PCdoB.

O contingente do PCdoB no Araguaia foi dividido em três destacamentos que deveriam completar 21 combatentes cada, subordinados a uma Comissão Militar. Os preparativos para organização de uma guerrilha na área rural correspondiam à estratégia de guerra popular prolongada – inspirada na Revolução Chinesa e nos escritos de Mao Tsé-tung –, adotada então por aquele partido. Sustentavam que a tomada do poder pelas armas deveria começar em áreas rurais e, daí, irradiar-se para os centros urbanos, realizando o chamado “cerco das cidades pelo campo”. Os militantes deveriam se fixar em regiões distantes, ganhar a confiança da população e recrutar camponeses para lutar ao seu lado na guerrilha, rumo à construção de um exército popular de libertação.

No final dos anos 1960, o isolamento econômico e social dessa tríplice divisa já despertava a atenção do governo militar. Em novembro de 1970, as Forças Armadas simularam manobra conjunta de contraguerrilha na área – a Operação Carajás. O objetivo era inibir a presença da esquerda na região. Bombas foram lançadas, helicópteros sobrevoaram a área e pára-quedistas saltaram na floresta. Em agosto de 1971, a Operação Mesopotâmia foi realizada pelo Exército, objetivando colher informações e prender subversivos na divisa entre Maranhão e Goiás. Nessa operação, os agentes do Comando Militar do Planalto e do CIE seguiram pistas que poderiam levar a militantes do PRT, da AP, da ALN, da VAR- Palmares e da Ala Vermelha naquela região. O relatório final da Operação Mesopotâmia contém referências a um militante de nome “Juca”, residente em Porto Franco (MA), que corresponde ao guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, desaparecido no Araguaia, que trabalhou como médico e criou o primeiro hospital daquele município maranhense, entre 1967 e 1969, transferindo-se então para a região da guerrilha, não muito distante dali.

São muitas as versões sobre como os órgãos de segurança teriam obtido as informações iniciais sobre a existência do dispositivo do PCdoB na região. Numa delas, a guerrilheira conhecida como “Regina”, casada com Lúcio Petit da Silva, um dos desaparecidos naquele episódio, contraiu uma doença tropical em fins de 1971 e foi enviada a São Paulo para tratamento. Na capital paulista, ela teria revelado a seus pais o que se preparava no sul do Pará e os familiares da jovem transmitiram as informações ao Exército.

Outra versão recorrente indica que o guerrilheiro Pedro Albuquerque Neto e sua mulher Tereza Cristina, também militante do partido, resolveram sair da região quando Tereza ficou grávida. Retornaram a Fortaleza, onde Pedro permaneceu, enquanto Tereza seguiu para a casa de parentes em Recife. Esse militante, preso e torturado, teria revelado a existência do movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB.

Uma terceira versão conta ainda que, no início de 1972, o Exército foi alertado pelas polícias militares de Marabá e Xambioá de que havia estranhos subversivos na região. Segundo as informações, os “paulistas” ensinavam o povo dos lugarejos a ler e havia até médicos no meio deles. Existem ainda outras hipóteses aventadas para explicar a origem da informação inicial, sendo plausível que diferentes fontes tenham se somado.

Seja qual for o caminho pelo qual as autoridades do regime descobriram a estrutura do PCdoB na região, já em fevereiro de 1972 os órgãos de segurança desenvolveram na área a Operação Axixá, destinada a mapear os guerrilheiros, segundo o Relatório Especial de Informações 2/12, protocolo 2.309, encaminhado pelo tenente-coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, em 20 de março de 1972, ao ministro do Exército Orlando Geisel.

Prisões e mortes

Nos últimos dias de março e princípios de abril de 1972, teve início o que se convencionou chamar de primeira campanha militar de combate à guerrilha. Calcula-se que cerca de dois mil homens pertencentes à Brigada de Infantaria da Selva (BIS) e outras unidades da área, mais pessoal de Brasília e Rio, inclusive agentes à paisana do Comando Militar do Planalto, foram concentrados na região do baixo Araguaia, tornando Marabá e Xambioá suas cidades-quartel. Chegaram também reforços de outros estados, além de lanchas da Marinha que vasculhavam o rio, bem como helicópteros e aviões da Aeronáutica no apoio. A Transamazônica, em construção, recebeu cerca de dez postos de patrulhamento; a Belém-Brasília, seis.

Os guerrilheiros refugiaram-se na mata e as forças repressivas efetuaram prisões, conseguindo capturar alguns militantes, entre eles José Genoíno Neto, que tinha sido vice-presidente da UNE e se elegeria mais tarde deputado federal por vários mandatos. Como regra geral, apenas esses primeiros guerrilheiros aprisionados com vida foram poupados. Em 1973, a ordem oficial passou a ser de eliminação.

Uma investigação realizada pelo Ministério Público Federal, em 2001, por meio de depoimentos de moradores da região, identificou a instalação de quatro bases militares: “na cidade de Marabá (PA), mediante a utilização de três imóveis: sede do DNER (identificada pelos depoentes como Casa Azul), sede do

INCRA e um presídio militar (da PM ou do antigo grupamento de Tiro de Guerra, a depender da fonte). As instalações de Marabá foram utilizadas para interrogatórios e prisão de suspeitos de participar ou colaborar com os guerrilheiros, e possuíam pista de pouso; na localidade da Bacaba, sita no km. 68 da Rodovia Transamazônica (Município de São Domingos do Araguaia - PA), no local em que ficava o canteiro de obras utilizado pela construtora Mendes Junior na construção dessa rodovia. Nessa base havia pista de pouso e uma grande área para a detenção de camponeses suspeitos, além de alojamentos para os militares e prisões para interrogatórios; na cidade de Xambioá (então Estado de Goiás, hoje Estado de Tocantins), às margens do Rio Araguaia. Também tinha pista de pouso e funcionou como prisão e local de interrogatórios. Foi a base das operações pelo Rio Araguaia; na cidade de Araguaína (então Estado de Goiás, hoje Tocantins). Haveria, também, pequenas bases em outras localidades, como nos lugarejos de Oito Barracas (hoje município de São Domingos do Araguaia) e São Raimundo (próximo à divisa entre os hoje municípios de São Domingos e São Geraldo do Araguaia) e na cidade de Araguatins, além de algumas temporárias montadas em propriedades privadas, no campo. Nas bases militares (ao menos Bacaba e Xambioá) havia efetivos do Exército, Marinha e Aeronáutica, além da Polícia Militar local".

No primeiro confronto entre militares e guerrilheiros, em 8 de maio, um tenente e um sargento saíram feridos e um cabo foi morto. Era o cabo Odílio Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas de Belém. Em outro enfrentamento, teria morrido um soldado, restando ferido outro sargento. Os militares prenderam e intimidaram os moradores, além de incentivar com dinheiro a delação sobre os "paulistas". Pouco tempo depois desse primeiro choque, o camponês conhecido por "Cearense" ou "Cearensinho" informou ao exército que tinha combinado levar aos guerrilheiros uma encomenda de fumo de corda. Na hora marcada, o militante chegou acompanhado de quatro companheiros. Foram surpreendidos por tiros de metralhadoras. Bergson Gurjão Farias ("Jorge"), caiu ferido. Seu corpo nunca foi encontrado, tornando-se o primeiro desaparecido da Guerrilha do Araguaia.

Nos depoimentos tomados pelo Ministério Público Federal, os moradores da região contam que os militares agiram com brutalidade nos povoados e cidades, aterrorizando os camponeses. Muitos foram presos e espancados. Pelo menos dois camponeses foram mortos nessa primeira campanha. Em 18 de maio, o barqueiro Lourival Paulino, com mais de 50 anos, foi preso pelos militares, acusado de colaborar com a guerrilha. Levado para a delegacia de Xambioá foi torturado e morto no terceiro dia de cárcere. Outro camponês, Juarez Rodrigues Coelho, não chegou a ser levado para a delegacia, mas também teria cometido suicídio, em 14 de agosto, segundo o Relatório da Operação Papagaio.

O segundo ataque

As forças do regime militar reduziram a sua atuação a partir de julho de 1972, mas não saíram da área antes de outubro, quando volta a chover na região. Em setembro, a ação repressiva foi retomada com estratégia alterada, durando até novembro. Um efetivo estimado entre 3 mil e 5 mil soldados teria sido mobilizado para uma operação de ampla envergadura, batizada com o nome-código Papagaio. O Exército montou acampamentos em Xambioá, São Geraldo, Aruanã e Araguatins, a meio caminho de Marabá, pelo Araguaia. Em Xambioá, o acampamento foi construído em torno do campo de aviação, localizado num dos extremos da cidade. Tentando angariar a simpatia da população, os militares ofereceram médicos, dentistas e remédios para os camponeses.

Matérias do *Correio Braziliense*, de agosto de 2003, assinadas pelos jornalistas Thiago Vitale Jayme e Matheus Leitão descreveram detalhadamente o envolvimento de 220 fuzileiros navais na Operação Papagaio, entre 15/09 e 18/10/1972, subordinados a uma cadeia de comando em que estava no topo o general Olavo Viana Moog, chefe do Comando Militar do Planalto, com Antonio Bandeira abaixo, seguindo-se o capitão-de-fragata Lenine Cunha de Almeida e o capitão-de-coveta Uriburu Lobo da Cruz, autor do relatório divulgado pelos jornalistas.

Relatório secreto das Forças Armadas, obtido pelo *Jornal do Brasil* e publicado em 22/03/1992, registra o envio de dois batalhões de infantaria de selva; uma companhia aerotransportada, um comando reforçado de pára-quedistas, uma companhia de fuzileiros navais e comando numerado da Força Aérea Brasileira (FAB). A central de operações foi instalada em Xambioá, com acampamentos, pistas de pouso, caminhões de transporte de tropas e suprimentos. Encerrada dois meses depois, com a chegada das chuvas, essa segunda campanha deixou um saldo importante de baixas entre os guerrilheiros, mas assumiu alguns aspectos de derrota para o regime, pelo fracasso no que tange ao objetivo central da operação.

Na página 1037 de um documento do CIE publicado pelo *Jornal do Brasil* em 1992, o tenente-coronel Arnaldo Braga apresenta um quadro com os resultados obtidos. Segundo ele, o Exército contabilizava 55 guerrilheiros já identificados. Destes, 12 teriam sido mortos, seis foram presos e outros 37 haviam conseguido escapar ao cerco, mas ainda estavam na região. O documento aponta ainda Maurício Grabois como chefe militar da guerrilha, superior hierárquico de três comandos distintos: o Comando A, o Comando B, e o Comando C. O oficial reconhece no informe que a guerrilha do PCdoB contava apenas com armas precárias. Levanta a suspeita imaginosa de que os guerrilheiros estariam à espera de armamentos oriundos da China comunista.

O relatório encerra na página 1058, contando que, naquela data, 09/11/1972, por decisão do Estado-Maior do Exército, sob a orientação do general Orlando Geisel, as tropas abandonavam as operações regulares de combate à guerrilha, mas deixa registrado que não tinham sido eliminados todos os focos de resistência. Permanecem na área efetivos das polícias militares do Pará, Goiás e Mato Grosso, sob o comando do Exército sediado em Marabá, além de agentes de informação.

Operação sucuri

Na verdade, tinha início uma etapa intermediária entre a segunda e terceira campanhas, em que as forças repressivas optaram por executar uma ampla e profunda operação de inteligência, planejada como preparativo da terceira e última investida de contra-insurgência, a ser lançada em 1973.

Não havendo mais segredo sobre sua real identidade política, os militantes do PCdoB, abrigados na mata, passaram a visitar os povoados e as famílias para fazer propaganda de sua causa e tentar arregimentar novos combatentes. Anunciaram a criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), cujo programa de 27 pontos propunha reformas sociais para resolver problemas concretos enfrentados pelos moradores da região. Incluía distribuição de terras, ampliação da assistência médica, construção de escolas, fim das arbitrariedades policiais e proteção à mulher. Também previa a liberdade de culto, a eleição livre de prefeitos e de comitês populares locais, o respeito às terras indígenas e a obrigação do reflorestamento nas áreas de exploração da madeira. Foram criados alguns núcleos dessa UDLP. Embora esse trabalho político contasse com a simpatia de muitos moradores, não se refletiu em recrutamentos expressivos. Por outro lado, os militantes estavam isolados da estrutura urbana do partido, o que inviabilizava a chegada de novos militantes para repor as baixas. Alguns documentos registram também a adoção pelos militantes do PCdoB da sigla "Fogueira", significando Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Inicia-se um período de quase um ano sem novos ataques das forças repressivas, de novembro de 1972 a setembro de 1973. Essa trégua correspondia a uma profunda mudança na estratégia das Forças Armadas para combater a guerrilha. O tempo foi utilizado pelos agentes da Operação Sucuri, que consistiu no emprego de 53 agentes (21 civis, 7 oficiais, 9 sargentos e 16 soldados) para um trabalho de inteligência que consistiu em mapear detalhadamente todo o teatro de operações, investigar com quem os combatentes da guerrilha mantinham contatos e descobrir onde se localizavam as bases militares dos destacamentos guerrilheiros.

Disfarçados, esses agentes do CIE se fizeram passar por funcionários da Sucem (Superintendência de Combate e Erradicação

da Malária). Com o pretexto de zelar pelas doenças da família, tinham acesso fácil à intimidade de cada residência. Não usavam farda, vestindo-se à paisana, em geral com jeans e camiseta. Os militares que pertenciam ao Exército montaram uma empresa de fachada, a Agropecuária Araguaia, e circulavam pelo lugar como se fossem seus empregados. Os da Aeronáutica davam expediente numa falsa mineradora, chamada DDP. Não despertaram suspeita, uma vez que madeireiras e mineradoras já eram comuns na região.

Outra cobertura era a de falsos técnicos do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, capazes de legalizar a cessão da posse de lotes de terra aos interessados. Por exemplo, Sebastião Rodrigues de Moura, que se tornaria célebre na região e seria mais conhecido como "Major Curió", andava pelo Araguaia como sendo o engenheiro Antônio Luchini, funcionário do órgão. Com curso de especialização no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), do Comando Militar da Amazônia, ele fez parte de uma rede de informantes em toda a região, cuja estratégia mais bem sucedida foi a criação de "biroscas" para o fornecimento de alimentos e munição ao longo do rio Araguaia, onde eram obtidas valiosas informações dos caboclos.

Em outubro, o CIE já possuía um mapa detalhado da população local e até uma ficha sobre 400 moradores das redondezas, contendo dados que incluíam o possível compromisso com os militantes do PCdoB e o tipo de apoio que poderiam lhes prestar. Boa parte dos integrantes da organização também havia sido identificada.

Operação marajoara

Teve início, então, a etapa seguinte. Em 07/10/1973, foi desencadeada a terceira e última expedição contra a guerrilha. Batizada como Operação Marajoara, essa nova campanha mobilizou, além do efetivo já presente no local, entre 250 e 750 militares especificamente treinados para o combate direto aos guerrilheiros na floresta, sendo apoiados por helicópteros e aviões. A Presidência da República, encabeçada pelo general Médici, assumiu diretamente o controle sobre as operações repressivas. A ordem era não fazer prisioneiros. O comando foi composto por militares da Amazônia, que ficavam nos acampamentos do Exército e da Aeronáutica. Suas reuniões eram realizadas na chamada Casa Azul, quartel-general de todas as operações.

Na cadeia de comando efetivo, papel destacado coube ao general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE entre 1969 e 1974, que chegou a acumular esse posto com a Chefia de Gabinete do ministro do Exército, Orlando Geisel, de quem tinha a confiança absoluta. Todo acontecimento relevante ocorrido no Araguaia, entre 1972 e os primeiros meses de 1974, era do conhecimento dos dois e do presidente Médici.

Ao assumir o Planalto, em março de 1974, o presidente Ernesto Geisel recebeu a informação de que o assunto Araguaia já estava resolvido.

Segundo um relatório escrito por Ângelo Arroyo, alto dirigente do PCdoB e da guerrilha, havia 56 guerrilheiros em outubro de 1973, na região, sendo seis camponeses. Seu armamento continuava velho e insuficiente, como desde o início dos combates. Os três destacamentos guerrilheiros foram concentrados, então, num único grupo. Os moradores voltaram a ser intimidados ou agredidos com prisões, espancamentos e humilhações. Nessa terceira fase, em algumas localidades foram presos praticamente todos os moradores homens. O Exército os enfiava em buracos fundos, cavados na terra e cobertos por grades. Lavradores suspeitos de colaborar com os guerrilheiros tiveram suas plantações destruídas ou até mesmo perderam suas terras. Os helicópteros do Exército e da FAB eram utilizados com tinta cobrindo as insígnias das Armas, de modo a esconder o caráter oficial da operação.

Repetindo o ocorrido nos meses de abril e setembro/outubro do ano anterior, novamente se implantou o terror contra a população civil. Segundo o missionário francês Roberto de Vallicourt, também detido e espancado em junho de 1972, cerca de 300 pessoas foram presas e a maioria torturada. afirmou o padre: "eles levaram um grupo lá para Marabá, na delegacia antiga... e lá foi horrroso, eles levaram carrada de gente, trancavam nas celas e... tiravam as roupas de todo mundo, que, em pé, não podiam nem sentar, nem deitar, acoxados uns com os outros e pregavam tábuas nas janelas. O pior foi o sofrimento da sede. Isto é que foi o pior de tudo". Em depoimento a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, no livro *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*, o missionário descreveu: "*Aí eles pegaram dois pra dar soco assim, na cara, nos ossos, e botavam os dedos nos olhos, e torcendo os braços, e batendo a cabeça na parede, era pontapé na barriga, nos rins, eu fiquei bastante machucado..*".

O jornalista Fernando Portela, que em 1979 escreveu várias matérias sobre o Araguaia no *Jornal da Tarde*, escreveu: "A tortura foi sistemática. Em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para baixo, amarrados com cordas em estacas afiadas à beira dos buracos. Levavam empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os 'especializados'. Quando um homem desmaiava, recebia uma injeção para reanimar e sofrer consciente. Vários morreram em consequência dos maus tratamentos sofridos e alguns enlouqueceram. A quase totalidade não havia participado da guerrilha, mas teve o azar de ter vendido mantimento, transportado, cortado o cabelo ou conversado, em algum momento, com um dos componentes da guerrilha. Ou mesmo ter feito um comentário positivo ou complacente sobre os jovens paulistas que viviam e lutavam contra o governo. Naquela época, e naquele lugar, qualquer sinal de simpatia por eles era visto como um perigoso ato de contestação ao regime, tão perigoso quanto pegar em armas".

Com as informações levantadas pelos agentes infiltrados, os acampamentos da guerrilha foram identificados e passaram a ser atacados por pelotões especialmente treinados. Em grupos de até dez homens, andando em círculos ou semicírculos, sempre acompanhados de um helicóptero sobre a copa das árvores, os pelotões de pára-quedistas se embrenhavam na mata para começar a caçada. O comportamento dos pára-quedistas era diferente dos militares que, em 1972, realizaram a primeira operação. Nas primeiras campanhas, os guerrilheiros mortos eram postos em sacos de lona com um zíper e um gancho na extremidade, chamados de 'paulistinha', sendo içados pelo helicóptero. Os pára-quedistas, ao contrário, apenas avisavam a presença de mortos, indicavam sua localização e deixavam a área. Em seguida, os corpos eram retirados pelos helicópteros, sem a 'paulistinha', fotografados e identificados por oficiais de informação e depois enterrados em lugares diferentes na mata. Há registros de que todas as impressões digitais dos mortos foram retiradas.

A operação mais danosa para os militantes do PCdoB ocorreu na manhã do Natal de 1973, quando foram surpreendidos e mortos em seu acampamento na Gameleira, próximo à Serra das Andorinhas, quatro guerrilheiros, entre os quais Maurício Grabois e Paulo Mendes Rodrigues, dois dos principais chefes da guerrilha. Computam-se 47 desaparecidos nessa terceira e última fase dos combates. Calcula-se que apenas 25 guerrilheiros permaneciam vivos a partir de janeiro de 1974, tentando sobreviver. Sem comida, sem munição e sem medicamentos, foram sendo abatidos ou executados após serem presos, até 25 de outubro do mesmo ano, quando ocorreu a última das mortes conhecidas, da guerrilheira Walquíria Afonso Costa.

No final de 1974, não havia mais guerrilheiros no Araguaia. As Forças Armadas não quiseram deixar nenhum vestígio da operação. Há informações de que corpos de militantes sepultados na selva foram desenterrados e queimados. Há relatos de que alguns corpos teriam sido atirados nos rios da região. O governo militar impôs silêncio absoluto sobre os acontecimentos do Araguaia. Proibiu a imprensa de dar notícias sobre o tema, enquanto o Exército negava a existência do movimento. Em janeiro de 1975, segundo um oficial da Aeronáutica, Pedro Corrêa Cabral, teria sido feita uma "operação limpeza". Em 19 de outubro de 1993, a revista *Veja* publicou matéria com Cabral – capitão na época da guerrilha –, que teria pilotado um helicóptero transportando corpos desenterrados em Bacaba para incineração no topo da Serra das Andorinhas.

A versão de Cabral – de que todos os corpos dos guerrilheiros mortos foram incinerados – é contestada pelos familiares dos desaparecidos no Araguaia. Prova de que ainda podem ser localizadas ossadas dos guerrilheiros na região é que pelo menos um corpo, o de Maria Lúcia Petit, foi descoberto e identificado. Outras ossadas foram retiradas da reserva dos índios Suruí e de cemitérios da região e estão sendo examinadas pelo Laboratório Genomic, es-

pecializado em perfis de DNA, para identificação a partir de comparação com amostras de material genético colhidas de familiares consanguíneos próximos.

Famílias buscam corpos

Em outubro de 1980, um grupo de familiares dos desaparecidos no Araguaia percorreu a região em busca de informações a respeito de possíveis locais de sepultamento dos restos mortais de seus parentes. Nessa primeira caravana para colher dados, os familiares constataram indícios de corpos enterrados no cemitério de Xambioá e da existência de uma vala clandestina numa área denominada Vietnã, próxima à cidade. Colheram depoimentos também sobre a existência de cemitérios clandestinos em Bacaba, São Raimundo, São Geraldo, Santa Isabel, Caçador e Oito Barracas.

Em abril de 1991, com apoio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e de representantes da Câmara dos Deputados, os familiares promoveram escavações no cemitério de Xambioá, onde encontraram duas ossadas: a de uma mulher jovem envolta em tecido de pára-quadras e de um homem idoso. Uma equipe de peritos da Unicamp, chefiada pelo legista Badan Palhares, participou das escavações e transportou as ossadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Em janeiro de 1993, familiares voltaram mais uma vez à região e foram à Fazenda Oito Barracas em busca dos restos mortais de Helenira Resende de Souza Nazareth, sem obter resultados.

A partir de 28/04/1996, o jornal *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre o conflito do Araguaia. As matérias trouxeram fotos inéditas de guerrilheiros presos e mortos, informando ainda sobre a localização de sete cemitérios clandestinos. Com base nisso, os familiares solicitaram à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, recém-instalada, uma investigação abrangente. Na reportagem de *O Globo*, Laura Petit, irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, a identificou na foto de uma jovem morta, envolta em pára-quadras. Com os dados da foto, os legistas da Unicamp retomaram as investigações e identificaram a ossada exumada em 1991 como sendo de Maria Lúcia Petit, morta em 16/06/1972.

Entre 7 e 11/05/1996, a CEMDP promoveu a missão de busca solicitada, baseando-se nas informações de *O Globo* e do Relatório sobre Cemitérios da Região do Araguaia, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Participaram dessa missão o antropólogo forense Luiz Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense, Cristiano Morini, assistente da CEMDP, e Criméia de Almeida, assessora da Comissão Especial e ex-guerrilheira do Araguaia. A equipe localizou e preservou três áreas de prováveis

cemitérios clandestinos: no cemitério municipal de Xambioá, no DNER de Marabá e na Fazenda Fortaleza, próxima à cidade de São Domingos do Araguaia.

Nova viagem para realizar escavações nos sítios demarcados e para localizar outros cemitérios clandestinos foi organizada pela CEMDP entre 29/06 e 24/07/1996. No cemitério de Xambioá, foram encontradas três ossadas, mas somente uma apresentava características compatíveis com a busca. Tal ossada já havia sido encontrada e abandonada ali mesmo pela equipe de Badan Palhares, em 1991. Em São Raimundo, na reserva indígena dos Suruí, foram recuperados restos de duas ossadas de prováveis guerrilheiros. A sepultura havia sido violada anteriormente, tendo sido retirada a maior parte dos ossos. Esses fragmentos de ossos foram encontrados em condições bastante deterioradas, tornando difícil a identificação. Se obtidas informações de participante das forças repressivas sobre quais são os dois militantes enterrados naquele local, o laboratório poderá tentar realizar comparação com o perfil genético dos familiares, tentando assegurar aos familiares o direito de sepultar seus entes queridos. Nas demais áreas investigadas — São Geraldo, Caçador, Oito Barracas, Serra das Andorinhas, DNER e Fazenda Brasil-Espanha — ainda não foi possível localizar esqueletos.

Boa parte das informações acerca dos desaparecidos do Araguaia está registrada no já mencionado Relatório Arroyo. O dirigente do PCdoB conseguiu sair da região, provavelmente em janeiro de 1974, e produziu um relatório detalhado sobre os acontecimentos. Esse documento é, até hoje, mais de 30 anos passados, uma das mais importantes fontes de dados sobre os mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Ainda não foi publicado outro documento que é muito mencionado, de autoria atribuída a Maurício Gabrois: o diário do velho Mário. Esse manuscrito teria sido encontrado pelos seus executores, no Natal de 1973, sendo produzida uma cópia datilográfica, cercada de dúvidas no que tange à sua autenticidade, existindo também notícias de que será publicado proximamente. Algumas outras informações inéditas foram encontradas nos relatórios produzidos, em 1993, pelas três Armas, a pedido do ministro da Justiça Maurício Correa. O site www.desaparecidospolíticos.org.br/araguaia mantém amplo acervo de informações sistematizando tudo o que foi possível colher através de depoimentos de companheiros de militância, familiares, entidades da área Direitos Humanos, bem como do estudo de documentos localizados nos arquivos secretos já disponibilizados para consultas — muitos deles entregues à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal e a jornalistas.

Inúmeros livros de jornalistas e pesquisadores, bem como matérias que foram divulgadas pela imprensa em mais de 20 anos, servem como base consistente para reconstituir o mosaico do que aconteceu

nesse período histórico. Em 1998, o jornal *O Globo* recebeu da filha do general Antônio Bandeira, principal chefe militar no Araguaia até ser substituído por Hugo Abreu, uma cópia do Relatório das Operações contraguerrilha realizadas pela 3ª Brigada de Infantaria no Sudeste do Pará. Assinado pelo general de Brigada Antônio Bandeira, comandante daquela unidade, esse material traz no timbre Ministério do Exército e Comando Militar do Planalto, sendo datado de Brasília em 30/10/1972. Foi recebido pelo jornalista Amauri Ribeiro Junior e contém o registro de várias mortes e prisões de guerrilheiros.

Não obstante o silêncio oficial das Forças Armadas, dezenas de militares que tiveram participação na repressão à guerrilha do Araguaia já prestaram depoimentos e cederam documentos a jornalistas contendo informações inéditas, fotos e dados esclarecendo pontos importantes do que falta esclarecer oficialmente. Através deles, acaba sendo reconstruída, de maneira oficiosa, mesmo que eivada de contradições, inconsistências e possível intencionalidade de contra-informação, uma narrativa histórica que o Estado brasileiro ainda segue devendo à sociedade e, em especial, aos familiares que persistem exigindo, com plena legitimidade, o direito sagrado e milenar de sepultar seus mortos.

Assim é que, depois de inúmeras publicações sobre o Araguaia, relacionadas ao final deste livro, incluindo a abrangente série de quatro volumes sobre a história da ditadura, do jornalista Elio Gaspari, merecem especial atenção dois livros mais recentes, que chegaram a ser elogiados por alguns militares, que os saudaram pelo fato de, "pela primeira vez", ser levada em conta a versão dos próprios participantes da repressão naquele período. Em 2005, os jornalistas Tais Morais, filha de militar, e Eumano Silva lançaram *Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha*, contendo exaustiva reconstrução do episódio histórico, com depoimentos recentes de militares e transcrição de trechos importantes de documentos que foram guardados a salvo, em mãos privadas, da suposta destruição de arquivos que teria sido determinada em 1974 pelas mais altas esferas do regime militar. Em 2006, o jornalista e historiador Hugo Stuardt, também parente de militares, publicou *A Lei da Selva*, outra detalhada recuperação dos fatos, contendo como diferencial uma fonte ainda inédita, que ele denomina "Dossiê Araguaia", produzido por agentes que participaram da ação repressiva e que, certamente, podem ser identificados com relativa facilidade pelos altos comandos, quando houver a decisão de registrar oficialmente a versão das Forças Armadas.

O episódio histórico do Araguaia entre 1972 e 1974 também já foi levado às telas do cinema, a partir de 2004, com o filme do diretor Ronaldo Duque, *Araguaya – a conspiração do silêncio*, que tem o ator Norton Nascimento desempenhando o personagem Osvaldão.

A partir de 15/04/2007, o jornalista Lucas Figueiredo publicou uma série de reportagens, divulgadas simultaneamente pelo *Correio Braziliense* e pelo *Estado de Minas*, com revelações inéditas de um relatório sobre o qual existiam apenas rumores: o "livro secreto" do Exército, escrito entre 1986 e 1988 para responder ao projeto *Brasil:Nunca Mais*, produzido em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo com ampla radiografia sobre as torturas, mortes e desaparecimentos que marcaram o regime militar. Uma das reportagens do jornalista trouxe importantes declarações do ministro do Exército entre 1985 e 1990, general Leônidas Pires Gonçalves, confirmando sua responsabilidade pelo projeto de publicação, que recebeu o nome-código Orvil (livro ao contrário), sendo produzido pelo CIE. O general declara que levou o trabalho ao presidente da República José Sarney, mas decidiu não publicar. Vale ressaltar, para os objetivos do presente livro-relatório, a cargo da CEMDP, que nessa entrevista a Lucas Figueiredo o general Leônidas declara taxativamente, a respeito dos arquivos do CIE: "*foram queimados coisa nenhuma*". Nesse denso relatório, de quase mil páginas, constam informações novas confirmando a morte de pelos menos 16 dos desaparecidos no Araguaia

Em agosto de 1996, foi apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, uma petição referente ao caso dos desaparecidos no Araguaia. Assinada pelas entidades Human Rights Watch/Americas, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo e Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional-Cejil, a petição alega violações aos artigos 3º (direito à personalidade jurídica), 4º (direito à vida), 5º (integridade pessoal), 7º (direito à liberdade pessoal), 8º (direito de acesso à justiça), 12 (liberdade de consciência e de religião), 13 (liberdade de pensamento e de expressão), e 25 (direito de ser ouvido em prazo razoável), da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

Depois de vários anos de tramitação e após o advento da Lei nº 9.140/95, o governo brasileiro argumentou que, entre outras medidas, já existia no país uma lei assegurando reparação aos familiares das vítimas e reconhecendo a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos. Os peticionários contra-argumentaram que a reparação não podia se restringir ao pagamento em dinheiro, mas envolvia necessariamente a prestação de informações sobre as circunstâncias dos desaparecimentos e mortes, bem como a localização dos corpos e a responsabilização cabível aos perpetradores de todas aquelas violações de Direitos Humanos.

O último relatório apresentado pelo governo brasileiro àquela Comissão, em 07/05/2007, informa sobre uma série de medidas em andamento a respeito do caso, entre elas a criação do Banco de DNA dos familiares dos mortos e desaparecidos e a repetição de diligências na região do Araguaia para localizar restos mortais de guerrilheiros.

Atualmente, o processo está na fase de apreciação do mérito. Se a Comissão Interamericana entender que não existem avanços internos suficientes sobre a questão, pode emitir relatório com recomendações a serem cumpridas pelo Brasil, sob pena de o caso ser encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sediada na Costa Rica, essa instância internacional é reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro e, ao julgar casos semelhantes sobre outros países, foi responsável, por exemplo, pela revogação da lei de anistia arquitetada por Augusto Pinochet no Chile.

Em 2001, foram abertos três inquéritos civis públicos para tratar especificamente da questão do Araguaia. Pelo Ministério Público Federal de São Paulo, o inquérito nº 03/2001; pelo Ministério Público do Pará, o de nº 01/2001; pelo Ministério Público do Distrito Federal, o de nº 05/2001. Esses inquéritos são originários de trabalhos conjuntos que foram desenvolvidos pelos três órgãos do Ministério Público Federal na coleta de informações sobre a Guerrilha do Araguaia. Seu objetivo era reunir informações que permitissem identificar eventuais locais de sepultamento das pessoas mortas durante os combates e produzir documentos oficiais sobre esse episódio recente da história brasileira, perseguindo a "*concretização dos direitos fundamentais à informação e à verdade*".

Em 20/07/2003, a juíza federal Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal, proferiu sentença relativa a uma causa iniciada em 1982 e determinou a quebra de sigilo de todas as informações oficiais existentes sobre a Guerrilha do Araguaia. A ação judicial foi instaurada por familiares de 22 desaparecidos. A magistrada deu prazo de 120 dias para a União informar onde foram sepultados os corpos desses desaparecidos. A sentença determinava ainda que, em caso de descumprimento da determinação, a União ficaria sujeita ao pagamento de multa diária de R\$ 10 mil. Em 27/08/2003, a Advocacia Geral da União recorreu da sentença, alegando que a juíza extrapolou o pedido original dos autores, que solicitavam apenas saber a localização dos corpos.

Ao recorrer da decisão, no entanto, o governo reconheceu o direito dos familiares de terem restituídos os restos mortais de seus parentes e admitiu a obrigação da União de envidar esforços para ajudá-los na tarefa. Para tanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou uma comissão interministerial com essa finalidade, através do Decreto 4.850, de 02/10/2003, sendo integrada inicialmente pelos ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça), José Dirceu (Casa Civil), Nilmário Miranda (Direitos Humanos), José Viegas (Defesa) e Álvaro Ribeiro da Costa (AGU).

Por determinação da Comissão Interministerial, em setembro de 2006 uma equipe da Polícia Federal fez missão de reconhecimento na região para mapear e preparar nova expedição de busca dos

restos mortais de guerrilheiros. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda missão, composta por peritos e agentes da Polícia Federal, com um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, foi para a área realizar diligências. A equipe permaneceu na região por quatro dias e, segundo os técnicos, por ser um período de chuvas, não foi possível identificar indícios significativos sobre a localização de sepulturas ou de vestígios da aventada "Operação Limpeza". Concluíram ser necessária a coleta de novas declarações, inclusive de militares, para subsidiar futuras missões.

Mais recentemente, depois de entregue formalmente ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi divulgado em 28/03/2007 o relatório final da Comissão Interministerial sobre o Araguaia. Assinado pelos ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Defesa, Waldir Pires, da Advocacia Geral da União, Álvaro Ribeiro da Costa, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, esse documento oficial reafirma o compromisso do Governo Federal com o estabelecimento do direito à verdade e à memória. Em suas conclusões, propõe ao Chefe do Executivo o cumprimento de boa parte das medidas determinadas pela juíza federal em 2003 e "*sugere ao Presidente da República que decrete a desclassificação de qualquer grau de sigilo sobre qualquer documento público relativo ao objeto e período em tela, assim como o seu recolhimento ao Arquivo Nacional, tornando-se a ordem vinculativa aos órgãos e entidades da Administração Federal. Ademais, considerando a existência de propostas apresentadas por órgãos da administração pública, por entidades da sociedade civil e pelo Ministério Público Federal, recomenda-se a revisão da legislação relativa ao tema de acesso e sigilo de informação e documentos públicos*".

Depois de reiterar o reconhecimento do direito de os familiares terem restituídos os restos mortais de seus entes queridos, a Comissão Interministerial propõe a realização de novas diligências à região com tal objetivo. O relatório também avalia que os depoimentos colhidos pelas Forças Armadas não se mostraram suficientes para esclarecer os locais onde foram deixados os restos mortais dos desaparecidos políticos. Recomenda, ainda, que o Ministério da Defesa, em estreita parceria com a Comissão Especial instituída pela Lei nº 9.140/95, de 1995, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, mantenha instância administrativa permanentemente aberta para oitiva de policiais e militares, da ativa e da reserva, que possam fornecer informações acerca da localização de restos mortais de desaparecidos e documentos ou cópias ainda existentes cujo conteúdo contribua para elucidação dos fatos. Segundo o documento, "*é bastante plausível que, por meio de depoimentos daqueles que participaram das operações de combate à Guerrilha, o Estado será capaz de encontrar o local de sepultamento de*

restos mortais. Por essa razão, recomenda-se ainda que eventuais depoimentos sejam tomados garantindo-se a prerrogativa de sigilo àqueles que se dispuserem a fornecer informações”.

São apresentados a seguir os 64 casos correspondentes à Guerrilha do Araguaia que foram trabalhados no âmbito da CEMDP. Apenas três desses nomes não integravam o Anexo contendo 136 desaparecidos políticos reconhecidos pela Lei nº 9.140/95: Antônio Fer-

reira Pinto, conhecido até então apenas como “Antônio Alfaiate”, e Pedro Matias de Oliveira, que ainda não é possível concluir se é ou não Pedro Carretel, e Antônio Araújo Veloso, morto quatro anos mais tarde em consequência das torturas sofridas. Um dos nomes constantes no Anexo, Francisco Manoel Chaves, não teve processo aberto na Comissão Especial porque não foi possível localizar seus familiares, não obstante inúmeras tentativas.



LOURIVAL MOURA PAULINO (? - 1972)

Número do processo: 010/96

Filiação: Jardimina Santos Moura e Joaquim Moura Paulino

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: não definida

Data da morte: 21/05/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

A primeira morte de um prisioneiro no Araguaia foi a do barqueiro Lourival, morador da região, de aproximadamente 55 anos, que também mantinha atividade como lavrador. Preso em 18 de maio de 1972 pelo Exército, sob a suspeita de colaborar com a guerrilha, uma vez que era visto como muito amigo de Osvaldão, foi encontrado morto na delegacia de polícia de Xambioá, como se tivesse se enforcado.

No processo policial arquivado naquela cidade – nº 105/90 de 17/09/1990 –, encontrado pela comissão de familiares, representantes de entidades de Direitos Humanos e parlamentares que visitou a região em abril de 1991, consta que Lourival deu entrada na Delegacia de Xambioá no dia 18/05/1972, aproximadamente às 15h30min, após ser detido pelo Exército, a fim de ser interrogado por suspeita de subversão. Três dias depois, teria se suicidado com a corda da rede de dormir que o filho lhe trouxera. O delegado de Xambioá, à época, era Carlos Teixeira Marra e o carcereiro era o 2º sargento da Polícia Militar Salomão Pereira de Souza.

No livro *A Lei da Selva*, do jornalista e historiador Hugo Studart, consta a seguinte passagem na nota 78, da página 118: “Segundo narrativa de um militar (operava em Xambioá quando morreu o barqueiro), Lourival era muito popular em toda a região. O Exército já estava acantonado próximo da cidade, à beira do rio, e, como medida de segurança, isolou a área com arame farpado. Encontraram Lourival na cozinha do acampamento. Os militares teriam acreditado que ele tentava envenenar a comida da tropa. Preso, parentes dele levaram uma rede para que pudesse dormir. Lourival teria se enforcado com essa rede. Narrativa oral de Fernando (codinome), a 5 de abril de 2002”

O filho do barqueiro, Ruiderval Miranda Moura, que tirou a corda do pescoço do cadáver, afirma que a corda usada não era a que ele levou e, sim, uma diferente, mais fina e lisa. O delegado assinou, no dia 22/05, uma autorização de remoção do corpo para Marabá, a fim de ser entregue à família para sepultura. No depoimento do ex-presos político José Genoíno Neto, em Auditoria Militar, à época, ele afirmou que “quando estava na cadeia de Xambioá, na cela ao lado foi enforcado um lavrador que se chamava Lourival Paulino”.

No livro *O Nome da Morte*, do jornalista Klester Cavalcanti, onde é contada a história do matador de aluguel Júlio Santana, aparecem novas informações sobre a morte de Lourival. Segundo depoimento de Júlio, que na época, aos 17 anos, foi contratado como mateiro pelo Exército, Lourival foi torturado por duas noites seguidas pelo delegado Carlos Marra e por soldados do Exército. Júlio conta que, ao chegar à delegacia, no dia 21/05 pela manhã, “(...) A imagem era assustadora. O corpo de Lourival estava suspenso, a meio metro do chão, amarrado pelo pescoço a uma viga de madeira do teto e vestido apenas com a cueca. Os olhos esbugalhados, pareciam pintados de vermelho. Do lado esquerdo do rosto, o barqueiro tinha um inchaço roxo, do tamanho de uma laranja. A barriga apresentava marcas avermelhadas e longas, que Júlio adivinhou ter sido feitas por pauladas com o cabo de vassoura que viu jogado no canto da cela. (...) As mãos do morto estavam amarradas para trás.(...)” (páginas 124 e 125)



BERGSON GURJÃO FARIAS (1947-1972)

Número do processo: 145/96

Filiação: Luiza Gurjão Farias e Gessiner Farias

Data e local de nascimento: 17/05/1947, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: Entre 04/05 e 04/06/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Existem controvérsias entre diferentes publicações e documentos quanto à data do desaparecimento ou morte desse líder estudantil cearense. Foi a primeira baixa fatal entre os quadros do PCdoB que foram deslocados para o Araguaia. A data 8 de maio sempre constou nas listas de mortos e desaparecidos políticos. Publicações mais recentes, baseadas em trechos de documentos secretos das forças repressivas, indicam 2 ou 4 de junho. Segundo testemunhas, seu corpo foi pendurado em uma árvore, de cabeça para baixo, para ser agredido por pára-quedistas e outros agentes das forças repressivas.

Bergson atuou no Movimento Estudantil quando cursava Química na Universidade Federal do Ceará. Foi vice-presidente do DCE em 1967, sendo preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, e expulso da Universidade com base no Decreto-lei 477. Ainda em 1968, no Ceará, foi ferido a bala na cabeça quando participava de manifestação estudantil. Em 01/07/1969 foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar. Com isso, passou a atuar na clandestinidade e mudou-se para a região do Araguaia, indo residir na área de Caianos.

O desaparecimento de Bergson foi denunciado em juízo pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoíno afirmou que lhe mostraram o corpo sem vida de Bergson, com inúmeras perfurações, durante um interrogatório. Dower informou ter sido preso e torturado junto com Bergson e confirmou a versão de Genoíno para a sua morte. Segundo depoimento de Dower – hoje falecido – o general Bandeira de Melo lhe disse que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá.

Segundo o Relatório Arroyo, "(...) dias depois, Paulo (comandante do destacamento) procurou um morador, de nome Cearense, seu conhecido, e que já havia prestado alguma ajuda, encomendando-lhe um rolo de fumo, que seria apanhado dentro de uns três dias. Cearense sempre foi muito ajudado por Paulo. No entanto, diante da recompensa oferecida pelo Exército (1.000 cruzeiros) por cada guerrilheiro que entregasse, Cearense foi a São Geraldo e avisou o Exército do ponto marcado por Paulo. No dia de apanhar o fumo, dirigiu-se ao local um grupo constituído por cinco elementos: Paulo, Jorge (Bérgson Gurjão Farias), Áurea (Áurea Elisa Pereira Valadão), Ari (Ariildo Valadão) e Josias (Tobias). Ao se aproximar do local, foram metralhados, tendo morrido Jorge".

Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, confirma essa morte. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, também registra junho como mês de sua morte. Um outro documento, assinado pelo general Antonio Bandeira, então comandante da 3ª Brigada de Infantaria, registrou: "Nesta fase das operações, que cobriu o período de 22 Maio 72 a 07 Jul 72, foram obtidos os seguintes resultados: a) Morte de três terroristas. 1) Bérgson Gurjão Farias (Jorge) – morto a 02 Jun 72, em Caiano – pertencia ao Destacamento C – era chefe do grupo 700; 2) Maria Petit da Silva (Maria) – morta a 16 Jun 72, em Pau Preto I – pertencia ao Grupo 900 (Destacamento C); 3) Kleber Lemos da Silva (Carlito) – morto a 29 Jun 72, em Abóbora – pertencia ao Grupo 900 (Destacamento C)".

No "livro secreto" do Exército, divulgado em abril de 2007, consta sobre Bergson na página 720: "Em junho (de 1972), começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região do Caiano. Dele resultou ferido um tenente pára-quedista, sendo morto Bérgson Gurjão de Farias (Jorge)".

No livro *A Lei da Selva*, de Hugo Studart, a data da morte seria 4 de maio, de acordo com o Dossiê que serviu de base ao autor e foi escrito por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha.

O jornalista Elio Gaspari descreve em *A Ditadura Escancarada*: "O Exército oferecia mil cruzeiros por 'paulista' capturado. Era dinheiro suficiente para a compra de um pequeno pedaço de terra. Esse tipo de incentivo, associado à intimidação, levou um camponês a denunciar um guerrilheiro com quem tinha boas relações. Deveria entregar-lhe um rolo de fumo e avisou o Exército. Cinco 'paulistas' foram para as proximidades do lugar onde deveria ser deixada a encomenda. Um deles, Jorge, aproximou-se. Ouviram-se três rajadas. Bergson Gurjão Farias, 25 anos, ex-aluno de química na Universidade Federal do Ceará, tornou-se o primeiro desaparecido da guerrilha".



MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA (1950-1972)

Número do processo: 033/96

Filiação: Julieta Petit da Silva e José Bernardino da Silva Júnior

Data e local de nascimento: 20/03/1950, Agudos (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 16/06/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Maria Lúcia Petit da Silva foi a única desaparecida na Guerrilha do Araguaia, até agora, que teve resgatados os seus restos mortais. Morta aos 22 anos de idade, foi sepultada pela família em Bauru (SP) no dia 16/06/1996. Estava desaparecida desde 1972.

Cursou o primário, o ginásial e os dois primeiros anos do Curso Normal em Duartina, vindo a concluí-lo em São Paulo, no Instituto de Educação Fernão Dias, em 1968, quando participou do Movimento Estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o Magistério. Foi professora primária em Vila Nova Cachoeirinha, na capital paulista.

No início de 1970 tomou a decisão de desenvolver sua atividade política no interior do Brasil. Militante do PCdoB, foi para Goiás e, em seguida, para o Sul do Pará, fixando-se na área de Caianos. Trabalhou na região ensinando as crianças, a quem dedicava muito carinho, e também em atividades de plantio, conquistando grande simpatia entre os moradores das redondezas.

Conforme depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes da guerrilha e companheira de Jaime Petit, irmão de Maria Lúcia, "as primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 km da casa do 'João Coioió', Jaime (Jaime Petit da Silva), Daniel (Daniel Ribeiro Callado) e eu, fomos acordados com o disparo de um tiro ao longe e um outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda para aguardar Maria (Maria Lúcia Petit da Silva), Cazuzu (Miguel Pereira dos Santos) e Mundico (Rosalindo de Souza) para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao 'João Coioió'. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada Grota da Cigana. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar, milho maduro em água de sal, cozido em fogo brando, para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuzu e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuzu foi direta e crua: 'a reação a matou'".

Regilena conta também que quando esteve presa na base militar de Xambioá, alguns oficiais mostraram-lhe objetos de uso pessoal de Maria Lúcia, "um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul claro, e uma escova de dentes de cor amarela e com o cabo quebrado". Ela reconheceu os objetos como pertencentes a Maria, que os guardava em um bernal de lona verde, permanentemente usado a tiracolo. Segundo Regilena, os militares afirmaram que Maria Lúcia fora enterrada em São Geraldo (PA), cidade em frente a Xambioá, na outra margem do Araguaia.

No Relatório Arroyo consta que, "em meados de junho, três companheiros dirigidos por Mundico (Rosalindo Souza) procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação. Ficou acertado o dia em que ele voltaria de São Geraldo para entregar as encomendas. À noitinha desse dia aproximaram-se da casa Mundico, Cazuzu (Miguel Pereira dos Santos) e Maria (Maria Lúcia Petit) mas perceberam que não havia ninguém. Cazuzu

afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho: 'pega, pega'. Mas os outros dois nada tinham ouvido. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite ouviram barulho que parecia de tropa de burro chegando na casa. De manhã cedo, ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela, protegendo-se nas árvores. Maria ia na frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa. Alguns elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este logo depois desapareceu com toda a família".

No relatório apresentado pela Marinha ao ministro da Justiça Mauricio Correa, em 1993, consta sobre Maria Lúcia: "*Junho-72 Morta durante enfrentamento na tarde do dia 16/06 próximo a Pau Preto*". Seus irmãos Jaime e Lúcio Petit também desapareceram na região da guerrilha. Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma equipe de legistas da Unicamp estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma delas era de uma mulher jovem, enrolada num pedaço de pára-quadras. A ossada foi identificada em 14/05/1996 como sendo de Maria Lúcia, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, depois que o jornal *O Globo* apresentou fotos onde o seu corpo aparecia envolto em um pára-quadras igual ao que foi encontrado junto à ossada em Xambioá.

Sobre Maria Lúcia Petit o "livro secreto" do Exército, recentemente divulgado pelo jornalista Lucas Figueiredo, registra: "*No dia 16 (de junho de 1972) esse destacamento (dos guerrilheiros) sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva (Maria) em choque com as forças legais*".

Merece registro a análise feita por Elio Gaspari no livro citado: "*Os militares enterraram Maria num cemitério de Xambioá, com o corpo embrulhado num pedaço de pára-quadras e a cabeça envolta em plástico. A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia. Esse comportamento não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa operava de acordo com uma instrução escrita: 'Os PG (prisioneiros de guerra) falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)'*"



KLÉBER LEMOS DA SILVA (1942–1972)

Número do processo: 254/96

Filiação: Karitza Lemos da Silva e Norival Euphrosino da Silva

Data e local de nascimento: 21/05/1942, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 26/06/1972 e 29/06/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido no Rio de Janeiro e formado em Economia, Kleber tinha participado do Movimento Estudantil e vinculou-se ao PCdoB através de seu amigo Lincoln Bicalho Roque, dirigente do partido que também seria morto em 1973, no Rio de Janeiro. Antes de transferir-se para a região do Araguaia, onde passou a morar na localidade de Caianos, tinha trabalhado no Instituto de Ciências Sociais.

O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que Kleber "*foi morto no dia 29/01/1972 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato*". Esta informação contém um equívoco evidente, pois os confrontos armados no Araguaia só tiveram início a partir do dia 12/04/1972. Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que "*foi preso quando se encontrava acampado na mata*". Documento dos Fuzileiros Navais menciona que Kleber foi preso pela Brigada de Pára-quadristas no dia 26/06/1972 e, no dia 29/06/1972, sem precisar o local, "*foi metralhado quando tentava fugir*". Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, também confirma sua morte. Familiares e entidades que insistem há mais de três décadas na localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos possuem a informação de que seu corpo estaria enterrado na localidade chamada Abóbora.

O processo sobre o caso na CEMDP também inclui cópias de cartas escritas por seu pai, Norival Euphrosino da Silva. Em 1984, ele escreveu ao ministro da Justiça apelando para que fosse confirmado junto às autoridades militares ou civis do Pará se Kleber está preso ou se foi morto na Guerrilha do Araguaia. José de Andrade, assessor do Ministério, respondeu ao apelo dizendo que, para adoção de medidas cabíveis, o assunto estava sendo analisado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Estão anexadas ao processo cópias de reportagens e depoimentos prestados à Justiça Federal, em 1985, por Criméia Alice Schmidt, José Genoíno, Paulo César Fonteneles de Lima, Danilo Carneiro, Dower Moraes Cavalcante, Glênio Fernandes de Sá e Elza Lima Monerat.

Segundo o Relatório Arroyo: "*Em princípios de julho, Vítor (José Toledo de Oliveira) e Carlito (Kléber Lemos da Silva) saíram para tentar um encontro com a CM. Mas Carlito não pode prosseguir viagem, devido a ter-se agravado uma ferida (leishmaniose) na perna. Sem poder caminhar, ficou num castanhal, próximo à estrada, enquanto Vítor voltava para avisar os companheiros. Nesse meio tempo, passou pela estrada o bate-pau Pernambuco, que ouviu o barulho de alguém quebrando um ouriço de castanha. Levou então o Exército ao local. Ao procurar se defender, Carlito foi alvejado no ombro e em seguida preso. Foi levado para um local chamado Abóbora, e lá foi bastante torturado. Chegou a ser amarrado num burro e por este arrastado. Elementos de massa disseram que o viram praticamente morto sobre o burro. Soube-se depois que Carlito levou os soldados até um velho depósito que nada continha. Pode ser que o tenham matado, mas também pode ser que ficou apenas preso*".

Novos dados relevantes sobre o caso foram trazidas por dois trabalhos do chamado jornalismo investigativo. Em 06/07/1996, o jornal *O Globo* estampou fotos tiradas por um militar que participou da repressão à guerrilha do Araguaia, havendo uma de Kleber morto. Finalmente, em 15/04/2007, a citada matéria de Lucas Figueiredo trazia o seguinte trecho da página 720 do livro secreto do Exército: "*No dia 26 (de junho de 1972) foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva (Carlito). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir*".

O livro de Elio Gaspari resume: "*O lavrador Pernambuco delatou Carlito (Kleber), que parara num castanhal. Uma fistula de leishmaniose na perna impedia-o de caminhar, e ele pedira aos companheiros que o deixassem. Foi visto surrado, em cima de um burro. Mataram-no três dias depois. Quando seu cadáver foi fotografado, ainda tinha no pescoço a bússola que sempre trazia pendurada. Outro camponês, João Coioió, tocou sua amiga Maria (Petit)*".

Em *Operação Araguaia*, os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva escrevem: "*Ao sair em missão, não conseguiu caminhar e ficou deitado em uma rede no meio da mata. Aguardava o socorro dos companheiros quando foi visto por um morador, que o delatou. Preso pelo Exército em 26 de junho de 1972, morreu três dias depois. Um documento dos Fuzileiros Navais afirma que Carlito morreu ao tentar fugir para não revelar a localização de depósitos de suprimentos dos guerrilheiros*".

Hugo Studart transcreve trechos do diário que os militares atribuem a Grabois, sem que a autenticidade esteja ainda comprovada. Teria escrito o dirigente comunista: "*Carlito veio do Estado da Guanabara. Ali formara-se em Ciências Sociais. Antes de vir para o campo trabalhava como pesquisador do Instituto de Ciências Sociais daquele Estado. Desenvolveu atividade revolucionária no Maranhão e no Pará. Seu verdadeiro nome: Kleber. Embora muito franzino – era excessivamente magro – superou todas as dificuldades. Andava bem na mata e carregava pesadas cargas. Desenvolvia-se como combatente. Muito corajoso, diante do inimigo revelou grande valentia, tendo despertado a admiração do povo da área onde foi detido. Não se dobrou diante de seus algozes. Os soldados o espancaram e torturaram brutalmente. Amarraram-no a um burro que o arrastou num chão coalhado de tocos, cipós e espinhos. Parece que não sobreviveu às sevícias*".



IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO (1947–1972)

Número do processo: 097/96

Filiação: Aminthas Rodrigues Pereira e Idalísio Soares Aranha

Data e local de nascimento: 21/08/1947, Rubim (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 12 ou 13/07/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Idalísio fez o curso primário em Rubim (MG), sua cidade natal, e o ginásial em Teófilo Otoni (MG), no Colégio São José. Em 1962, mudou-se para Belo Horizonte, onde estudou no ex-Colégio Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1968 participou da luta dos excedentes por mais vagas na Universidade. Nesse mesmo ano iniciou o curso de Psicologia na UFMG. Em 1970, casou-se com Walkíria Afonso Costa, que seria a última das desaparecidas na guerrilha do Araguaia.

Foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 1971. Em janeiro de 1971, Idalísio e Walkíria, já militantes do PCdoB, decidiram mudar-se para o Araguaia, região do Gameleira. Como violeiro e cantador, conquistava rapidamente a simpatia daqueles com quem convivia.

Em julho de 1972, seu grupo entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha. Idalísio perdeu-se do grupo. Em 12/07/1972, em Perdidos, distante nove léguas a Oeste de Caianos, Idalísio foi emboscado e morto, aos 25 anos de idade, segundo documento dos Fuzileiros Navais entregue anonimamente à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em 1992. Relatório do Ministério da Marinha diz que Idalísio foi morto, em julho de 1972, "*por ter resistido ferozmente*". Na mesma época em que Idalísio morreu no Araguaia, a casa de seus pais, em Belo Horizonte, foi invadida por policiais. Em julho de 1973, foi condenado à revelia pela Justiça Militar.

Segundo o relatório Arroyo, "*em julho, a CM resolveu enviar um grupo de companheiros, chefiados pelo Juca (João Carlos Haas Sobrinho), para conseguir reatar o contato com o C. Faziam parte do grupo: Flávio (Ciro Flávio de Oliveira Salazar), Gil (Manoel José Nurchis), Aparício (Idalísio Soares Aranha Filho) e Ferreira (Antônio Guilherme Ribeiro Ribas), do B. Esta medida se impunha porque o C não atendeu aos pontos previamente estabelecidos. Este grupo caiu numa emboscada do Exército na Grota Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca levou dois tiros: um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, juntamente com os outros companheiros, embrenhar-se na mata. Ficaram parados alguns dias para que Juca se restabelecesse. Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barraco no mato, próximo à casa. Lá lhe serviam a comida. Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e quando tentava enchê-lo de novo recebeu um tiro e morreu. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia*".

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, acrescenta informações que adquirem um tom quase ficcional: "*Dossiê dá sua morte em JUL 72. Entrou em combate com uma equipe de militares da inteligência. Levou 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado pelos militares dois quilômetros adiante, agonizando no chão. Um mateiro o executou com um tiro de espingarda Winchester calibre 44. O tiro atingiu sua cabeça, que foi praticamente arrancada do tronco. Idalísio foi levado numa rede para Xambioá a fim de ser identificado. Foi inicialmente enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo para futura identificação*".

Em abril de 2007, as citadas reportagens de Lucas Figueiredo revelam que existe a seguinte passagem no chamado "*livro negro do terrorismo no Brasil*", de responsabilidade do CIE e do ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves: "*Nesse mês (julho de 1972), no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício)*"

MAIS OITO MORTES

No início da chamada segunda campanha, as Forças Armadas eliminaram, em apenas dez dias de setembro de 1972, oito guerrilheiros. Não sendo possível fixar com exatidão as diferentes datas, sabe-se que entre os dias 20 e 30 daquele mês morreram ou foram presos Miguel Pereira dos Santos, Francisco Manoel Chaves, Antônio Carlos Monteiro Teixeira, José Toledo de Oliveira, Helenira Rezende, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, João Carlos Haas Sobrinho e Manoel José Nurchis.

Miguel foi metralhado nas circunstâncias assim descritas pelo Relatório Arroyo: "*No Destacamento C, cerca do dia 20 de setembro, dois companheiros, Vítor (José Toledo de Oliveira) e Cazuzza (Miguel Pereira dos Santos), deslocavam-se para fazer um encontro com três outros companheiros. Acamparam perto de onde devia se dar o encontro. À tardinha, ouviram barulho de gente que ia passando perto. Cazuzza achou que eram os companheiros e quis ir ao encontro deles, mas Vítor não permitiu. Disse que se devia ir ao ponto no dia seguinte. Pela*

manhã, Cazuzza convenceu Vítor a permitir que ele fosse ao local onde, na véspera, ouvira o barulho. Vítor ainda insistiu que não se devia ir ao ponto, mas acabou concordando. Ao se aproximar do local do barulho, Cazuzza foi metralhado e morreu".

Naqueles mesmos dias, os guerrilheiros travaram outro combate com integrantes do Exército, em que morreram Francisco Manoel Chaves e José Toledo de Oliveira. Antônio Carlos foi ferido e levado para São Geraldo do Araguaia, onde teria sido torturado até a morte, na base do Exército. No relatório Arroyo consta que, "Como estivessem sem alimento, Vítor (José Toledo de Oliveira) resolveu ir à roça de um tal de Rodrigues, apanhar mandioca. Os companheiros disseram que lá não tinha mais mandioca. Vítor, porém insistiu. Quando se aproximavam da roça viram rastros de soldados. Então Vítor decidiu que os quatro deveriam esconder-se na capoeira, próxima à estrada, certamente para ver se os soldados passavam e depois então ir apanhar mandioca. Acontece que, no momento exato em que os soldados passavam pelo local onde eles estavam um dos companheiros fez um ruído acidental. Os soldados imediatamente metralharam os quatro. Dois morreram logo: Vítor e Zé Francisco (Francisco Manoel Chaves). Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço.(Provavelmente 21/09/72)".

Ex-diretora da UNE, Helenira teria matado um militar antes de ser atingida por uma rajada de balas, sendo presa ferida. No relatório Arroyo consta que: "No dia 29 de setembro, houve um choque

do qual resultou a morte de Helenira Resende (Helenira Resende de Souza Nazareth). Ela, juntamente com outro companheiro, estava de guarda num ponto alto da mata para permitir a passagem, sem surpresas, de grupos do destacamento. Nessa ocasião, pela estrada vinham tropas. Como estas achassem a passagem perigosa, enviaram batedores para explorar a margem da estrada, precisamente onde se encontrava Helenira e o outro companheiro. Este, quando viu os soldados, acionou a metralhadora, que não funcionou. Ele correu e Helenira não se deu conta do que estava sucedendo. Quando viu, já os soldados estavam diante dela. Helenira atirou com uma espingarda 16. Matou um. O outro soldado deu uma rajada de metralhadora que a atingiu. Ferida, sacou o revólver e atirou no soldado, que deve ter sido atingido. Foi presa e torturada até a morte. Elementos da massa dizem que seu corpo foi enterrado no local chamado Oito Barracas".

Referindo-se ao dia seguinte, continua o mesmo Relatório: "imediatamente ouviu-se uma rajada. Juca (João Carlos Haas) e Flávio (Ciro Fávio) caíram mortos. Raul (Antônio Teodoro de Castro) foi ferido no braço, escapando juntamente com Walk (Walquíria Afonso Costa). Gil (Manoel José) ainda se aproximou de Juca tentando reanimá-lo. Ocorreram novos disparos. Depois não se soube mais de Gil. Deve ter morrido. Raul e Walk, que não conheciam bem a região, vagaram durante dois meses pela mata até que se encontrarem novamente com os companheiros do destacamento B. (30/09/72)"

Segue o registro individualizado desses oito casos de mortes/desaparecimentos correspondentes a setembro de 1972:



MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS (1943–1972)

Número do processo: 103/96

Filiação: Helena Pereira dos Santos e Pedro Francisco dos Santos

Data e local de nascimento: 12/07/1943, Recife (PE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 20 ou 26 ou 27/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O pernambucano Miguel começou a trabalhar quando tinha apenas 13 anos. Em 1964, mudou-se com a família para São Paulo e, nesse mesmo ano, concluiu o curso científico no Colégio de Aplicação da USP. Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. Iniciou cedo sua participação na vida política, filiando-se ao PCdoB. Em 1965, já teve de assumir militância clandestina devido à perseguição política. Em 1968, agentes do DOPS, ao procurarem Miguel, interrogaram sua mãe, ocasião em que o delegado Wanderico mostrou-lhe fotocópias de documentos de Miguel que teriam sido enviadas pela Central Intelligence Agency – CIA –, dizendo que Miguel estivera na China. Por este motivo, a casa de sua mãe foi várias vezes invadida pela polícia política.

Miguel residiu inicialmente na Praia Chata, norte de Goiás às margens do Rio Tocantins e, posteriormente, no sul do Pará, na localidade de Pau Preto, integrando o Destacamento C dos guerrilheiros. Segundo Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes do Araguaia, em depoimento prestado na Câmara dos Vereadores de São Paulo perante a Comissão de Inquérito de Desaparecidos Políticos,

Miguel foi morto no dia 20/09/1972, conforme informação do general Bandeira, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, onde ela se encontrava presa. Ainda segundo Regilena, a mão direita de Miguel Pereira foi cortada para identificação de suas impressões pelos órgãos de segurança.

Nos arquivos secretos do DOPS/PR seu nome está incluído em um fichário com 17 militantes classificados como falecidos. O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, afirma que Miguel "*participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972*". O "*livro secreto*" do Exército, divulgado em abril de 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, registra na página 724 uma outra data: "*Nesse dia (27 de setembro de 1972), o terrorista Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), do destacamento C, foi morto numa emboscada*".

Em *A Lei da Selva* Hugo Studart apresenta duas datas para a morte de Miguel. Na página 135, escreve: "*No dia 25, um tenente (Felipe Macedo Junior) é ferido com um tiro de espingarda. Nada grave. A 26 de setembro, tomba em combate um guerrilheiro, o primeiro na Operação Papagaio – Miguel Pereira dos Santos, o Cazuza. No mesmo dia, noutro ponto da selva, os guerrilheiros matam o sargento Mário Abrahim da Silva*". E na página 372: "*MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS, Cazuza – Estudante, nascido em Recife, entrou para a clandestinidade já em 1965. Fez curso de treinamento militar na China. No Araguaia, integrava o Destacamento C. Foi um dos guerrilheiros mais atuantes, dos mais citados por Velho Mário em seu Diário. PCdoB e Dossiê registram sua morte a 20 SET 72, metralhado na selva*".



FRANCISCO MANOEL CHAVES (? – 1972)

Número do processo: não foi aberto

Filiação: não existem registros

Data e local de nascimento: não existem registros

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 21 ou 29/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Conforme registrado no início deste bloco, seu nome consta do Anexo de 136 desaparecidos políticos da Lei nº 9.140/95, mas não foi requerida indenização porque seus familiares não foram encontrados. Afro-descendente, de origem camponesa, muito jovem ingressou na Marinha de Guerra. Em 03/04/1935, engrossou as fileiras da Aliança Nacional Libertadora, filiando-se em seguida ao Partido Comunista. Preso em 1935, após a derrota da insurreição armada, foi torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. O escritor Graciliano Ramos, que conviveu com ele nessa época, narra em *Memórias do Cárcere* os esforços de Chaves e de outros companheiros, para denunciar as condições desumanas em que viviam os detentos daquele presídio. Em 1937 foi expulso da Marinha, segundo informações encontradas nos arquivos secretos do DOPS/SP.

Libertado no início da década de 40, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do partido, cargo que exerceu até 1946. Perseguido após abril de 1964, militando no PCdoB, foi residir na região de Caianos, no Araguaia. Nessa época, já contava mais de 60 anos de idade, não se conhecendo precisamente sua data de nascimento. Foi morto em 21/09/1972, junto com José Toledo de Oliveira, próximo ao local onde morreria Miguel Pereira dos Santos no dia anterior.

Além da referência sobre sua morte constante no Relatório Arroyo, transcrita acima, as páginas do "livro secreto", ou Orvil, do Exército, registra uma outra data: "*No dia 29, um grupo de quatro ou cinco terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC, Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira. Percebida a ação, em razão dos ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contra-emboscada na qual morreram três terroristas: Antonio Carlos Monteiro Teixeira (Antonio), José Toledo de Oliveira (Victor) e José Francisco Chaves (Zé Francisco)*"

O livro de Hugo Studart transcreve trecho do diário de Maurício Grabois, cuja autenticidade ainda não está firmada, em que o comandante principal da guerrilha teria anotado: "*José Francisco, antigo marinheiro, ingressou no P em 1931. O guerrilheiro mais velho e o único preto do D. Tinha 64 anos, mas possuía muito vigor físico. Chaves era o seu sobrenome (não me recordo do seu primeiro nome). Como marinheiro, fogueira, participara, em 1935, do movimento da ANL na Armada, sendo condenado a longos anos de prisão no período do Estado Novo. Em*

1943, esteve presente à Conferência da Mantiqueira, que reestruturou o P, sendo eleito para o Comitê Central. (...) A idade para ele não era empecilho, embora já sentisse o peso dos anos".

Nas exumações feitas no cemitério de Xambioá por uma Comissão de Familiares, parlamentares, leigos e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem negro com mais de 60 anos que, provavelmente, são de Francisco Manoel. Essa ossada permaneceu no Departamento de Medicina Legal da Unicamp sem ser identificada. Posteriormente foi transferida para o IML de São Paulo. Na hipótese de ser localizado algum parente próximo e consanguíneo seu, será possível efetuar imediatamente a comparação com o perfil genético a ser extraído desses ossos, com boas chances de resultado positivo.



JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA (1941-1972)

Número do processo: 013/96

Filiação: Adaíde de Toledo Oliveira e José Sebastião de Oliveira

Data e local de nascimento: 17/07/1941, Uberlândia (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 21 ou 29/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/1995

Mineiro de Uberlândia, advogado e bancário, José Toledo ainda não completara 20 anos quando se tornou funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se filiou ao Sindicato dos Bancários. Como ativista político, editou o jornal *Elo* com o deputado federal João Alberto. Utilizando o pseudônimo de Sobral Siqueira, tinha uma coluna fixa no periódico. Foi eleito diretor da Associação dos Funcionários do Banco. Nessa época, ingressou no Partido Comunista e mais tarde optou pelo PCdoB.

Após abril de 1964, ocorrendo intervenção naquele sindicato, o jornal *Elo* foi fechado. Apesar das numerosas demissões efetuadas por razões políticas no Banco de Crédito Real, José Toledo permaneceu trabalhando, porque escrevia com pseudônimo e não foi identificado. Em 01/08/1969 foi preso no trabalho, junto com outros bancários, pelo DOPS. Transferido para o Cenimar, na Ilha das Flores, foi submetido a torturas, que denunciou posteriormente na Justiça Militar. Terminaria sendo absolvido no processo, mas deixou o Banco e passou a militar na clandestinidade. Juntou-se então aos outros companheiros do PCdoB que haviam se deslocado para a região do Araguaia.

Além da referência do "livro negro" do Exército, transcrita no caso anterior, o Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra que José Toledo era "*militante do PCdoB, utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira e os codinomes Vitório e Vitor. Participou da Guerrilha do Araguaia*".

Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, traz mais informações sobre suas atividades políticas anteriores, de oposição ao regime militar: "*ABR/68, foi preso na Favela da Rocinha quando distribuía panfletos subversivos conclamando o povo e incitando os trabalhadores contra o arrocho salarial. AGO/69, preso dia 1º de agosto 1969, no Sindicato dos Bancários da Guanabara, durante assembléia da classe ali realizada para aumento salarial. AGO/69, preso e recolhido ao Departamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, à disposição do IPM instaurado contra o mesmo. JUL/70, foi posto em liberdade de acordo com o alvará de soltura de 31 JUL 70, do Auditor das Auditorias da Marinha*".

O livro de Hugo Studart traz um trecho sobre José Toledo de Oliveira, do Diário atribuído a Maurício Grabois: "*Outro morto do DC foi seu VC (vice-comandante), o co Vitor. Antigo militante do P, pertenceu ao Secretariado do CR da Guanabara. Antes de chegar à região do Araguaia, fora preso, tendo passado mais de um ano nos cárceres do Cenimar. Torturado, portou-se firmemente, não denunciando ninguém. (...) Seu nome era Vitório. Bom comissário político. Mas pouco dominava a arte da luta armada. Bastante destemido e esforçado. Vinha-se formando como dirigente militar. Cometeu, porém, erros que contribuíram para a sua morte e a de outros co. Seu desaparecimento foi um sério golpe no DC*".



ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA (1944–1972)

Número do processo: 057/96

Filiação: Luiza Monteiro Teixeira e Gerson da Silva Teixeira

Data e local de nascimento: 22/08/1944, Ilhéus (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 21 ou 29/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Ilhéus e geólogo formado pela Universidade Federal da Bahia, Antônio Carlos teve intensa participação no Movimento Estudantil nos anos de 1967 e 1968. Em 1969, casou-se com sua colega Dinalva, a legendária *Dina do Araguaia*, e foram residir no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no Ministério de Minas e Energia, participando simultaneamente de atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Nesse período, o casal desenvolveu também um trabalho de conteúdo político e social junto a moradores de uma favela.

Em maio de 1970, já incorporados ao PCdoB, Antonio e Dinalva trocaram o Rio de Janeiro pelo sul do Pará. No Araguaia, foram para a região de Caianos. O relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Correa, afirma sobre Antônio Carlos: *"em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Felix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador"*. Abriu um mercadinho no povoado de Araganã, onde ficou conhecido como Antonio da Dina. Quando os confrontos armados tiveram início, os dois já estavam separados e continuavam bons amigos. Fez parte do Destacamento C – Grupo 500. Era o instrutor de orientação na mata aos companheiros que chegavam. Conhecia profundamente a área e junto com Dinalva fez todo o mapeamento da região, até a Serra das Andorinhas.

Os relatórios dos três ministérios militares não fazem nenhuma menção às condições e data em que foi morto. A referência a seu nome que consta no "livro negro" do Exército é a mesma já transcrita acima, na apresentação do caso Francisco Manoel Chaves. No Relatório Arroyo está registrado: *"Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço.(Provavelmente 21/09/72)"*. Segundo relatos de moradores, seu corpo foi enterrado clandestinamente no Cemitério de Xambioá.

Tais Morais e Eumano Silva escrevem sobre ele em *Operação Araguaia: "Reservado, estudioso e carismático, usava a formação universitária para conhecer em profundidade a região. Demonstrava aos amigos consciência das poucas chances do movimento armado. Morreu em confronto com o Exército no dia 29 de setembro de 1972, segundo documentos do Exército. De acordo com o Relatório Arroyo, foi preso durante o combate, torturado e executado"*.



HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH (1944–1972)

Número do processo: 148/96

Filiação: Euthália Resende de Souza Nazareth e Adalberto de Assis Nazareth

Data e local de nascimento: 11/01/1944, Cerqueira César (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 28 ou 29/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascida na pequena cidade de Cerqueira César, no interior paulista, próximo a Avaré, mudou-se para Assis aos quatro anos, onde cresceu. Concluiu ali o curso Clássico no Instituto de Educação Prof. Clibas Pinto Ferraz, onde foi uma das fundadoras do grêmio de representação dos alunos. Mudou-se então para São Paulo e cursou Letras na Faculdade de Filosofia da USP, localizada então na rua Maria Antônia, sendo eleita presidente do Centro Acadêmico. Tornou-se importante liderança no Movimento Estudantil, sendo conhecida também pelo apelido "Preta". A primeira prisão de Helenira aconteceu em junho de 1967, quando escrevia nos muros da Universidade Mackenzie, na própria rua

Maria Antônia, a frase: "*Abaixo as leis da ditadura*". Voltou a ser presa em maio de 1968, quando convocava colegas a participarem de uma passeata na capital paulista.

Naquele mesmo ano de fortes mobilizações estudantis, foi presa pela terceira vez em Ibiúna (SP), agora como delegada ao 30º Congresso da UNE, entidade da qual era vice-presidente. Na ocasião, quando o ônibus que transportava estudantes presos passou pela avenida Tiradentes, Helenira conseguiu entregar a um transeunte bilhete para ser levado à sua residência, no Cambuci, avisando a família sobre a prisão. Apointada como liderança no Movimento Estudantil, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS. Depois, a estudante seria transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. A família conseguiu libertá-la mediante *habeas-corpus* na véspera da edição do AI-5. A partir de então, Helenira, que já era militante do PCdoB, passou a viver e atuar na clandestinidade, morando em vários pontos da cidade e do país antes de mudar-se para o Araguaia.

Conhecida como Fátima naquela região, integrou o Destacamento A da guerrilha, unidade que passou a ter seu nome após sua morte, em 28 ou 29/09/1972. Teria matado um militar e ferido outro, antes de ser ferida e morta. Metralhada nas pernas e torturada até a morte, segundo depoimento da ex-presa política Elza de Lima Monnerat na Justiça Militar, foi enterrada na localidade de Oito Barracas.

O jornal *A Voz da Terra*, de Assis, publicou na edição de 08/02/1979 extensa reportagem sob o título *A Comovente História de Helenira*. A matéria descreve sua juventude na cidade, filha de um médico negro, conhecido e respeitado por suas tendências humanistas. Informa também que a jovem se destacou como atleta, com desempenho especial na equipe de basquete da cidade, uma das melhores na região sorocabana. De acordo com esse jornal, o lugar onde Helenira tombou ferida se tornou uma poça de sangue, segundo soldados do Pelotão de Investigações Criminais, confirmando que a coragem da moça irritou a tropa.

Além da descrição de sua morte feita por Ângelo Arroyo, já registrada anteriormente, sabe-se que o Relatório da Aeronáutica, de 1993, afirma que Helenira era militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia. No arquivo do DOPS/PR, sua ficha foi encontrada na gaveta com a identificação "falecidos". No "livro secreto" do Exército, divulgado pela imprensa em abril de 2007, consta a respeito dela na página 724: "*No dia 28(de setembro de 1972), um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhou logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Trata-se de Helenira Resende de Souza Nazareth (Fátima), do destacamento A*"

No livro *A Lei da Selva*, Hugo Studart relata sua morte como ocorrendo na localidade chamada Remanso dos Botos, em choque com uma patrulha de fuzileiros navais, não do Exército, sem confirmar a ocorrência de baixas entre os militares da Marinha, que teriam sido retirados da região em seguida, por falta de condições psicológicas para permanecerem na selva. Studart transcreve o seguinte trecho do diário de Maurício Grabois, de autenticidade ainda não comprovada, cuja narração tem pontos comuns e pontos divergentes em relação ao Relatório Arroyo, transcrito anteriormente:

"*Novas informações foram trazidas sobre o incidente em que o co Flávio tombou sem vida. Os combatentes do DA estavam preparando uma emboscada. Dividiram-se em 2 grupos que deveriam atuar em conjunto. Um sob o comando do Pe (da CM) e outro sob a direção de Nu. Este último, que vinha na frente, deixou no caminho da corrutela de S.José dois observadores, Lauro e Fátima, e fez alto a uma certa distância. Precisamente nesse momento surgiu na estrada uma força inimiga de 16 homens que acompanhava 4 burros tropeados pelo Edith. À frente da unidade do Exército vinham três batedores (o que levou Isauro a pensar que a tropa era constituída apenas de 3 soldados). Um deles, o sargento, veio para o lado do barranco onde estavam nossos combatentes. Lauro, que portava arma longa semi-automática de 9 tiros, atrapalhou-se com a arma, não atirou e fugiu. O milico pressentiu a Fátima e disparou o FAL em sua direção. Esta, com sua arma de caça 16, o fuzilou. Em seguida, correu e se entrincheirou mais adiante. Um soldado, que pesquisava o local à sua procura, foi por ela abatido mortalmente com tiros de revólver 38. Ferida nas pernas, foi presa. Perguntaram-lhe onde estavam seus co. Respondeu que poderiam matá-la, pois nada diria. Então os milicos a assassinaram friamente. Seu corpo foi enterrado nas Oito Barracas, para onde foi transportado em burro*".

O relatório do Ministério Público Federal de São Paulo, assinado pelos procuradores Marlon Alberto Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr, de 28/01/2002, também registra a partir de depoimentos tomados de moradores da área, quase 30 anos depois: "Fátima: HELENIRA REZENDE, foi vista por um depoente, baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus. Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que 'ouve falar' ter Fátima chegado já morta em Oito Barracas, em função de ferimentos". Os procuradores também registram como possível local de sepultamento as proximidades do igarapé Tauarizinho, na base de Oito Barracas.

Entre 1969 e 1972, a família de Helenira foi chamada sistematicamente a prestar declarações ao DOPS/SP e ao II Exército.



CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA (1943–1972)

Número do processo: 143/96

Filiação: Maria de Lourdes Salazar e Oliveira e Arédio Oliveira

Data e local de nascimento: 26/12/1943, Araguari (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 29 ou 30/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Natural de Araguari, no Triângulo Mineiro, sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Ciro estudou em duas escolas tradicionais do bairro Laranjeiras, o primário no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias e o secundário no Colégio Franco Brasileiro. Ingressou em 1964 na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), na Ilha do Fundão. Participante ativo do Movimento Estudantil, foi detido pelo DOPS distribuindo folhetos no dia da passeata dos 100 mil, 26 de junho de 1968. Libertado, passou a atuar na clandestinidade. A revista *Manchete* publicou foto em que Ciro Flávio aparecia incendiando uma viatura policial durante manifestação estudantil, o que lhe valeu intensa perseguição policial.

Em 1970, já engajado no PCdoB, foi para a região do Araguaia, estabelecendo-se na área do rio Gameleira. Integrado ao Destacamento B dos guerrilheiros, morou em Palestina, município de São João do Araguaia, onde, junto com Paulo Roberto Pereira Marques, instalou uma pequena farmácia, valendo-se de sua própria experiência familiar, filho que era de um proprietário de farmácia na Zona Norte do Rio de Janeiro. Conforme já transcrito anteriormente do Relatório Arroyo, morreu metralhado em 29 ou 30/09/1972. Em abril de 1973, foi mostrado a Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, presa no PIC de Brasília, um slide onde aparecia o cadáver de Ciro.

O Relatório apresentado pelo Ministério do Exército ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, registra que Ciro "teria sido morto em outubro de 1972". Em certidão fornecida pela ABIN, em resposta a um pedido de esclarecimento feito pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, consta que em março de 1975 seu nome integrou uma relação nominal elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Nesta lista aparece como "morto em 1971".

O "livro negro do terrorismo", produzido pelo CIE entre 1986 e 1988, por determinação do então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, registra na página 725 a morte como ocorrendo no dia 29: "Ainda nesse dia (29 de setembro de 1972), um grupo de terroristas aproximou-se de um casario. Um deles foi visto, no momento em que retrocedia, por um dos componentes de uma patrulha do 6º BC. A patrulha empreendeu perseguição aos subversivos e no tiroteio travado acabou por matar três terroristas do grupo: Ciro Flávio Salazar de Oliveira (Flávio) e Manoel José Nurchis (Gil), do destacamento B, e João Carlos Haas Sobrinho (Juca), da Comissão Militar".



JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO (1941-1972)

Número do processo: 221/96

Filiação: Ilma Linck Haas e Ildefonso Haas

Data e local de nascimento: 24/06/1941, São Leopoldo (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 29 ou 30/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O gaúcho João Carlos cursou o primário e o ginásial no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo (RS). O curso científico foi iniciado no Colégio São Jacó, naquela cidade, e concluído no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Em 1959, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, formando-se em dezembro de 1964. Foi presidente da União Estadual dos Estudantes (RS) e do Centro Acadêmico Sarmiento Leite, de sua Faculdade. Trabalhou como médico do Hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre.

Em janeiro de 1966, teria ido para São Paulo com a finalidade de completar seus estudos na área médica. Até 1968 a família recebeu cartas suas. Desde então, não houve mais correspondências. João Carlos passou a viver na clandestinidade. No livro *A Ditadura Escancarada*, de Elio Gaspari, consta a informação de que Haas teria recebido treinamento militar na China. Ao regressar ao Brasil, morou desde 1967 em Porto Franco, município maranhense na rodovia Belém-Brasília, onde montou um pequeno hospital. Com o crescimento das operações de guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras, em 1969 os órgãos de segurança do regime militar, por equívoco ou contra-informação, publicaram sua foto como sendo participante de uma dessas ações, o que obrigou Haas a mudar-se de Porto Franco, apesar dos protestos e lágrimas da população local, que o tinha em alto apreço.

Foi viver nas margens do Araguaia, a pouco mais de 200 quilômetros de Porto Franco, sendo conhecido como Juca. Trabalhou como lavrador na posse de Paulo Rodrigues, seu conterrâneo. Jamais abandonou o interesse pela Medicina. Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose, com base em suas pesquisas e experiências. Na guerrilha, era o responsável pelo serviço de saúde. Participou de vários combates, sendo ferido em um deles. Foi morto em 29 ou 30/09/1972 conforme já descrito no caso anterior.

No ano de 1979 seus familiares tomaram conhecimento de sua morte pela imprensa alternativa, com a divulgação de uma lista de mortos e desaparecidos políticos. Moradores do Araguaia contam que seu corpo foi exposto em praça pública pelos militares para assustar os moradores da região, muitos dos quais tinham recebido sua ajuda médica. Em setembro de 1990 os familiares de João Carlos foram até Xambioá para tentar localizar seus restos mortais, mas não tiveram êxito. Segundo o Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, João Carlos Haas, como militante do PCdoB, participou ativamente da guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972. Mas após a divulgação por Lucas Figueiredo do projeto "Orvil", em abril de 2007, fica claro que o Exército já possuía informações mais concretas sobre a morte de João Carlos.



MANOEL JOSÉ NURCHIS (1940-1972)

Número do processo: 122/96

Filiação: Rosalina de Carvalho Nurchis e José Francisco Nurchis

Data e local de nascimento: 19/12/1940, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 29 ou 30/09/1972

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Manoel era natural de São Paulo, onde trabalhava como operário. Depois de abril de 1964, passou a ser perseguido por suas posições políticas e pela militância no PCdoB. Deslocado para a região do Araguaia, residiu na área do Gameleira e pertenceu ao Destacamento B da

guerrilha. Em 29 ou 30/09/1972, tombou em combate, conforme já descrito na apresentação resumida dos dois casos anteriores, de acordo com o Relatório Arroyo, em que Nurchis ainda tenta reanimar seu companheiro Haas, que tinha sido ferido de morte.

O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, registra que "*Manuel foi preso em jun/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out./72, membro do PCdoB, morto em combate em Xambioá*". O Relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, acrescenta: "*Militante do PCdoB, utilizando-se dos codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China*".

O já citado relatório da 3ª Brigada de Infantaria, assinado pelo general Antônio Bandeira, também registra a ocorrência dessas três mortes: "*Da FT 6º BC – ação de patrulhamento, em 30 Set 72, executada no R dos Crente, por 1 GC, teve como resultado a morte dos seguintes terroristas:*

João Carlos Haas Sobrinho 'Juca' (membro da Comissão Militar)

Ciro Flávio Salazar de Oliveira 'Flávio' (Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre)

José Manoel Nurchis 'Gil' (China Com) – Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre".

Dower Cavalcanti, um dos militantes presos no Araguaia em 1972 que foram poupados, testemunhou que foi requisitado pelo general Bandeira para identificar alguns guerrilheiros mortos. Como os corpos já estavam em decomposição, a identificação foi realizada através de fotografias ampliadas. Eram João Carlos Haas, Ciro Flávio, José Toledo, Chaves e Nurchis. O general comentou nunca ter visto um homem tão macho como Nurchis, que enfrentou pára-quedistas em um combate que durou duas horas, só morrendo após receber o 12º tiro de metralhadora.

O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva registra sobre Nurchis: "*Morou na região da Gameleira. Agitado, falante e namorado, tornou-se exemplar cumpridor de tarefas do partido. Orgulhava-se do tempo em que morava em São Paulo e se destacava como um dos melhores vendedores do 'Classe Operária', principal jornal do PCdoB. Em setembro de 1972, fez parte de um grupo de cinco guerrilheiros encarregados pela Comissão Militar de retomar contato com o Destacamento C. Os combatentes comunistas encontraram várias patrulhas militares. Em um dos confrontos, no último dia do mês, morreu junto com Juca e Flávio. Sua morte foi registrada na Operação Papagaio em 30/9/72*".

OS CASOS DE 1973

Pelas informações que puderem ser colhidas e analisadas até o presente momento, depois de setembro de 1972 não teriam ocorrido novas mortes de guerrilheiros até o mês de agosto do ano seguinte. Conforme já explicado no início deste bloco sobre o Araguaia, as forças de contra-insurgência retiraram da área o grosso de seus efetivos em outubro, deixando apenas pequenos contingentes fardados. Mas infiltraram na região os agentes da Operação Sucuri, destinada a colher informações detalhadas sobre os militantes e sobre toda a estrutura do PCdoB na região. Com base nesse trabalho de inteligência militar, um ano depois, em outubro de 1973, seria desencadeada a terceira expedição das forças de repressão, que aniquilou a guerrilha antes do final de 1974.

A primeira das mortes relatadas a seguir, que teria sido um acidente do guerrilheiro com a própria arma, em agosto de 1973, é a única registrada no intervalo de quase um ano de aparente trégua. Durante esse período, as forças do regime militar aprofundaram seu plano secreto de coleta de informações e os guerrilheiros bus-

caram reforçar seus vínculos com os moradores da região. Os demais casos já correspondem à terceira e última campanha.

Assim é que, em 14/10/1973, desenvolvendo nova mobilização maciça de contingentes, militares do Exército prepararam uma emboscada na roça do lavrador Antônio Alfredo Campos, às margens do Rio Fortaleza, na Fazenda Caçador. Ali foram mortos quatro guerrilheiros. Apenas um conseguiu fugir, falecendo meses depois. Todos pertenciam ao Destacamento A. Os corpos dos guerrilheiros teriam sido enterrados no mesmo local em que morreram. Numa das tentativas de se localizar restos mortais na região, anos depois, foi encontrada uma arcada dentária humana no local dessa emboscada.

Os corpos de André Grabois, comandante do Destacamento A, Antônio Alfredo de Lima, João Gualberto Calatrone e Divino Ferreira de Souza não foram encontrados até hoje. O guerrilheiro Divino, ferido na emboscada, foi preso e morto na prisão, conforme relato de moradores da região. Dermeval da Silva Pereira conseguiu fugir, sendo preso mais tarde.

Conforme o relatório Arroyo, "Alfredo (Antônio Alfredo) na ocasião insistiu com Zé Carlos (André Grabois) para que fossem apanhar dois porcos dele que se encontravam numa roça próxima. Os porcos ajudariam a alimentação dos guerrilheiros. Zé Carlos considerou temerário o projeto de Alfredo. Chegou a dizer: 'Não vamos morrer pela boca'. Sabia que o Exército provavelmente estaria emboscado na roça onde se encontravam os porcos. No dia seguinte, saíram cinco companheiros para apanhar farinha num depósito e, se nada de anormal notassem, poderiam ir apanhar os porcos. Mas no caminho decidiram ir, primeiramente, apanhar os porcos. Lá chegaram cerca das 9 horas. Mataram os porcos com quatro tiros e os levaram para um lugar limpo a fim de retalhá-los. Fizeram fogo de palha para pelar os porcos. Uma hora depois estava terminado o serviço. Mas quando foram carregar a carne, as alças das mochilas quebraram. Alfredo resolveu então improvisar um atado de cipó (vira-mundo) para carregar nas costas. Quando terminou o último atado eram já 12 horas. Estavam presentes os companheiros: Zé Carlos (André), Nunes (Divino Ferreira de Souza), Alfredo, Zebão (João Gualberto) e João (Dermeval da Silva Pereira). Preparavam-se para sair quando Alfredo ouviu um barulho esquisito. Chamou a atenção de João. Este, porém, achou que era uma palha de coqueiro que tinha caído. Ato contínuo, apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. João conseguiu escapar, os outros foram mortos. Não tiveram tempo nem de pegar as armas (14/10/73)".

Matéria publicada no jornal *O Globo*, em 02/05/96 com os títulos, "Ex-guia mostra onde os corpos foram enterrados", "De Xambioá a Marabá, o roteiro dos cemitérios" e "Moradores contam a prisão e a morte de guerrilheiros", assinadas por Amaury Ribeiro Jr., trouxeram depoimento de uma testemunha ocular do ocorrido. Segundo o guia Manuel Leal Lima, o Vanu, contou ao jornalista, "ele guiava o pelotão de 15 soldados, comandados pelos oficiais Cid e Adulpro, por volta das 2h da tarde. Famintos, os quatro guerrilheiros carregavam nas costas três porcos abatidos na Fazenda do Caçador, de propriedade de Geraldo de Souza, um ex-delegado de São Domingos que trabalhava como guia do Exército. O barulho dos tiros dos guerrilheiros para matar os porcos alertou a patrulha. Segundo Vanu, o Exército chegou na fazenda atirando. Alfredo ainda tentou reagir, disparando dois tiros que se perderam na mata. Foi fuzilado em seguida. João Gualberto também foi morto, quando tentou se esconder atrás de uma castanheira. André Grabois foi o primeiro a ser atingido, morrendo em seguida. Depois de recolher a munição e as armas dos guerrilheiros – sete quilos de munição e cinco revólveres 38 – o major Cid ordenou ao guia: - Ponha os corpos em cima do burro e enterre os terroristas a três quilômetros de distância em direção ao rio. As covas têm que ficar a um quilômetro e meio de distância uma da outra. - As cabeças dos 'paulistas' iam balançando no burro lentamente, totalmente arrebatadas. Depois de enterrar os corpos, fui resgatado por um helicóptero que levou o Nunes, ferido com vários tiros, até o DNER, onde ele e mais 20 outros guerrilheiros foram enterrados – conta Vanu".



ROSALINDO DE SOUZA (1940–1973)

Número do processo: 125/96

Filiação: Lindaura Correia Silva e Rosalvo Cypriano Sousa

Data e local de nascimento: 02/01/1940, Caldeirão Grande (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 16/08 e setembro/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Caldeirão Grande mudou-se para a cidade de Itapetinga, em 1945, com a família, onde concluiu o curso ginásial no Centro Educacional Alfredo Dutra. Em 1957, já em Salvador, interrompeu os estudos, no terceiro ano, para ingressar no serviço militar. No Exército, fez os cursos de cabo e sargento, dando baixa em 1960.

Em 1961, trabalhou como diretor da secretaria da Câmara Municipal de Itapetinga. Em 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, sendo nomeado na mesma época escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Cinco anos depois, já militante do PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, quando teve início a sua perseguição política. Tornou-se dirigente estadual do PCdoB na Bahia.

Após o AI-5, foi impedido de se matricular em sua faculdade e mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1969, onde residiu por algum tempo com o casal Dinalva e Antonio Carlos, seus amigos da Bahia, também combatentes e mortos no Araguaia. Rosalindo terminou o curso de Direito na Faculdade Cândido Mendes e se inscreveu na OAB em 31/03/1970. Voltou a Itapetinga e montou um escritório de advocacia. No ano seguinte, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia no dia 13/05/1971, sendo condenado a dois anos e dois meses

de reclusão. Dias antes do julgamento, em 22/04/1971, viajou para o Araguaia, região de Caianos, integrou-se ao Destacamento C e ficou conhecido como Mundico. Lá, desenvolveu o hábito de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que aborda os 27 pontos da União de Luta pelos Direitos do Povo – ULDP. Esse cordel chegou a ser recitado por moradores da região.

Quanto à data de sua morte, existe uma referência ao dia 16 de agosto, mas também existe o registro do mês setembro. Ângelo Arroyo comenta em seu relatório: "...acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava...". No entanto, segundo o Relatório do Ministério do Exército, entregue em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, Rosalindo "teria sido morto no dia 6 Ago 73, em combate com as forças de segurança". Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, também marca setembro: "relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em SET 73".

Em declaração prestada ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, Sinésio Martins Ribeiro, ex-colaborador do Exército na região, conta que quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico. Isto se deu entre agosto e setembro, "porque as roças ainda não tinham sido queimadas e quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico. As terras do João do Buraco eram freqüentadas pelos guerrilheiros e João do Buraco, ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura. O Exército não havia travado combates neste local e por isso disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico. O Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após, cavou a sepultura, cortou a cabeça e enterrou novamente o corpo. A cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento. Ela estava meio destruída, o cabelo solto e João do Buraco reconheceu o Mundico. Os documentos estavam com o morto e a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército e foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base".

Importa registrar, aqui, que nos dois livros mais recentes sobre o episódio histórico do Araguaia, os autores dão guarida a uma versão que militares participantes da repressão à guerrilha sustentam, taxativamente, de que Mundico teria sido "justiçado" pelos próprios guerrilheiros. Vale registrar que tal informação também pode representar mais uma tentativa de desmoralizar os militantes mortos, como era prática rotineira dos órgãos de segurança do regime militar, conforme já relatado em inúmeros casos deste livro-relatório.



ANDRÉ GRABOIS (1946–1973)

Número do processo: 055/96

Filiação: Alzira Costa Reis e Maurício Grabois

Data e local de nascimento: 03/07/1946, Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho do histórico dirigente comunista Maurício Grabois, André nasceu no Rio de Janeiro no mesmo ano em que seu pai assumiu a cadeira de deputado constituinte, após a derrocada do Estado Novo. Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Desde muito cedo, pelo convívio com militantes comunistas, André interessou-se pelas questões políticas e sociais. A partir de abril de 1964, devido às perseguições movidas contra seus pais Maurício Grabois e Alzira da Costa Reys, foi obrigado a abandonar seus estudos e, com apenas 17 anos, passou a viver na clandestinidade. Na juventude, tornou-se muito amigo de um jovem italiano cuja família residia no Rio de Janeiro, Libero Giancarlo Castiglia, que também se deslocou para o Araguaia e morreu no dia de Natal de 1973.

A vida de militante levou André a viajar ao exterior em 1967, para fazer cursos de capacitação política na China e na Albânia. Foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, indo para a localidade de Faveira, no início de 1968. Antes chegou a residir em Rondonópolis, onde construiu um campo de futebol e organizou um time. No Araguaia, ficou conhecido como jovem brincalhão, muito apreciador das festas

locais. Conheceu ali a militante do PCdoB Criméia Almeida, com quem iniciou relacionamento amoroso que viria a gerar um filho, João Carlos, que nasceu na prisão e a quem não chegou a conhecer. André Grabois era o comandante do Destacamento A da guerrilha.

As condições de sua morte já moram relatadas acima, seguindo a narração do Relatório Arroyo, que aponta como data o dia 14 de outubro. O relatório da Aeronáutica afirma que André era, "militante do PCdoB e guerrilheiro no Araguaia". E o relatório da Marinha registra: "NOV/74, relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em 13/10/1973".

No chamado "livro secreto do Exército", consta na página 783 sobre as três mortes: "Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Havia morrido no enfrentamento com as 'forças da repressão': Jovino Ferreira de Souza (Nunes) – na verdade, Divino –, André Grabois (José Carlos), João Gualberto Calatronio (Zebão) – pertencentes ao Dst A – e Antonio Alfredo Campos (elemento de apoio da área)".

No livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, consta ainda a informação de que André, antes de morrer, teria participado do assalto a um posto da Polícia Militar de Brejo Grande, na Transamazônica, e que os dois companheiros que morreram com ele estavam vestidos com fardas da PM, subtraídas naquele ataque, que Elio Gaspari computa como o mais ousado ataque efetuado pelos guerrilheiros em todo o período.

No relatório apresentado por quatro procuradores do Ministério Público Federal em 2002, também está registrado: "José Carlos: ANDRÉ GRABOIS, morto em confronto na Fazenda do Geraldo Martins (Município de São Domingos do Araguaia), foi enterrado em uma cova rasa na região do Caçador, próximo à casa do pai de Antônio Félix da Silva", repetindo-se a mesma informação, em seguida, para João Gualberto Calatroni e Antonio Alfredo Campos.



ANTÔNIO ALFREDO DE LIMA (1938-1973)

Número do processo: 339/96

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: 1938, no estado do Pará

Organização política ou atividade: Forças Guerrilheiras do Araguaia

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo da Lei nº 9.140/95 como Antônio Alfredo Campos. Lavrador, natural do estado do Pará, tinha 35 anos quando foi morto pelas forças armadas, no dia 14/10/73, em sua roça, às margens do rio Fortaleza, em São João do Araguaia, conforme registrado no Relatório Arroyo. Foi barqueiro, vaqueiro, tropeiro, castanheiro e lavrador. Vivia com a mulher e três filhos como posseiro, no município de São João do Araguaia, quando foi ameaçado de expulsão e morte por grileiros e intimado a abandonar o local. Resistiu, aderindo à guerrilha. Dizia: "*Posseiro que se entrega a grileiro, vira andarilho no mundo, sempre com seus bagulhos nas costas, sem ter onde cair morto*".

Segundo relatos de pessoas da região, gostava de ensinar e transmitia suas experiências de caçador e mateiro aos companheiros. Alfredo também tinha muita disposição para o aprendizado. Analfabeto, em poucos meses aprendeu a ler e escrever. Aconselhava os outros lavradores a fazerem o mesmo. No início de outubro de 1973, sua mulher, Oneide, e os filhos foram presos e torturados. Mesmo assim Alfredo permaneceu na luta, sendo morto uma semana depois, em companhia de André Grabois, João Gualberto e Divino.

Em 17/06/2007, o jornalista Leonel Rocha publicou matéria no *Correio Braziliense* com informações sobre a possível localização dos corpos de Antonio Alfredo, André e João Gualberto: "*Manoel Lima, conhecido como Vanu, foi um dos principais guias do Exército. E também*

de maior confiança. Ele ficou encarregado de transportar os corpos dos guerrilheiros José Carlos, codinome de André Grabois, desaparecido desde outubro de 1973; Zebão, nome fictício de João Gualberto Calatrone, desaparecido em 1973; e de Antônio Alfredo de Lima, morto em outubro do mesmo ano. 'Eu enterrei os três guerrilheiros aqui, na mesma cova', aponta Manu para o terreno onde os revoltosos tinham construído uma casa. Neste local, a viúva de José Carlos, Criméia Almeida, realizou buscas há cerca de cinco anos, mas nada encontrou. O mateiro garante que as escavações foram feitas em local errado".



JOÃO GUALBERTO CALATRONE (1951-1973)

Número do processo: 220/96

Filiação: Osória de Lima Calatrone e Clotildio Bueno Calatrone

Data e local de nascimento: 07/01/1951, Nova Venécia (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Embora sejam muito escassas as informações biográficas que puderam ser colhidas a respeito de João Gualberto Calatrone, sabe-se que teve destacada atuação política no Espírito Santo como estudante secundarista. Formou-se em contabilidade no nível técnico. Em 1970, foi residir no Araguaia na posse do Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, adotando o nome Zebão. Na vida rural, se destacou como tropeiro e mateiro, de acordo com depoimentos de pessoas que conviveram com ele. Calado, ouvia mais que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas que apareciam. Tinha grande capacidade para improvisações. Foi combatente do Destacamento A até sua morte, aos 22 anos de idade, quando foi surpreendido em companhia de André, Antonio Alfredo e Divino.

O jornalista Hugo Studart informa em *A Lei da Selva* que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha, dá como data de sua morte o dia 13 de outubro de 1973.



DIVINO FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Número do processo: 030/96

Filiação: Maria Gomes Santos e José Ferreira de Souza

Data e local de nascimento: 12/09/1942, Caldas Novas (GO)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho de uma família pequena, tinha apenas uma irmã, Terezinha. A família mudou-se de Caldas Novas para Goiânia em 1947. Já aos 8 anos de idade, passou a trabalhar vendendo jornais. Ainda estudante do Colégio Comércio de Campinas, participou de várias greves. Em 1961 tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, atribui a ele a participação em um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis (GO), em 1965, de onde foram roubadas armas e munições.

Em 1966, Divino viajou para a China junto com Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, que retirou da área Ângelo Arroyo no início de 1974. Numa escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, a CIA teria retido por duas horas o avião querendo prender Divino. A solidariedade dos demais passageiros teria inviabilizado a tentativa da agência norte-americana de inteligência e o grupo conseguiu chegar a Pequim, onde recebeu capacitação política e militar.

Depois da China, Divino regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e depois no Araguaia, na região de Brejo Grande, onde trabalhava como comerciante e agricultor. Lá passou a integrar o destacamento A da Guerrilha, sendo conhecido por Nunes.

As condições em que foi morto já foram detalhadas na descrição das mortes anteriores. O Relatório do Ministério da Marinha o relaciona entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá, e traz como data da morte 14/12/1973, aparentemente por equívoco em relação ao mês.

Há convergentes informações no sentido de que Divino foi preso vivo. O jornalista Elio Gaspari registrou em *A Ditadura Escancarada*: "Um dos mortos era Zé Carlos, filho de Grabois. O oficial que comandava a tropa mandou que o mateiro Vanu os enterrasse na direção do rio. Um dos feridos era Nunes, um veterano do curso na China, que vivera como comerciante na região. Enquanto foi interrogado na mata, ameaçou os militares com a possibilidade da chegada da imprensa e da televisão àquele pedaço de selva, para que registrassem o que lá acontecia. O outro era Antonio Alfredo Campos, um lavrador analfabeto. Foram levados de helicóptero para a Casa Azul e assassinados".

Ainda mais contundente é o depoimento prestado pelo guia Manoel Leal Lima, o Vanu, em 28/01/2001, aos procuradores da República Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Junior: "Que na primeira vez que foi usado como guia foi para a localidade chamada Caçador, acompanhando o Major Adurbo e o Sargento Silva, um Cabo e cinco soldados; Que dormiram na mata e no outro dia, por volta de três a quatro horas da tarde ouviram tiros, foram em direção ao local e o depoente identificou um grupo de cinco guerrilheiros que portava fardamento e arma da PM, que haviam roubado do Posto do Entroncamento; Que este grupo estava matando três porcos, na casa do velho Geraldo; Que o depoente disse para os militares que eram os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, João Araguaia e Zé Bom; Que a tropa do Exército abriu fogo contra os guerrilheiros; Que foram pegos de surpresa no momento em que se preparavam para carregar os porcos, os guerrilheiros estavam conversando e as coisas sendo preparadas para levantar acampamento; Que morreram no local Zé Carlos, Alfredo e Zé Bom; Que João Araguaia conseguiu fugir e que NUNES foi baleado, vindo a morrer em Marabá no dia seguinte; Que depois do tiroteio o Sargento CID passou a noite toda aplicando anestesia no guerrilheiro para que ele agüentasse a investigação; Que o preso, baleado, foi interrogado a noite toda sobre os locais por onde tinha passado, onde havia lutado, quantas pessoas havia matado e outras investigações sobre a guerrilha; Que durante o interrogatório o preso pedia que o seu interrogatório fosse divulgado na televisão;...Que os corpos dos mortos foram fotografados no heliponto; Que depois de fotografados foi feito (sic) uma vala rasa onde coubesse os três corpos que foram cobertos com terra e pau..".



LÚCIA MARIA DE SOUZA (1944–1973)

Número do processo: 184/96

Filiação: Jovina Ferreira e José Augusto de Souza

Data e local de nascimento: 22/06/1944, São Gonçalo (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 24/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro participava do Movimento Estudantil como integrante do PCdoB. Era responsável pela impressão e distribuição do jornal *A Classe Operária*, no Rio de Janeiro, nos anos de 1969 e 1970, atividade que realizava junto com Jana Moroni, também desaparecida no Araguaia. Afrodescendente, cursava o 4º ano da faculdade e era estagiária do Hospital Pedro Ernesto, quando entrou para a clandestinidade, indo viver na Região do Araguaia, próximo de Brejo Grande. Vivia com Libero Giancarlo Castiglia, também desaparecido. Destacou-se como parteira e no trabalho pesado de derrubada da mata. Era membro do Destacamento A, utilizando o nome Sônia. Em combate, foi ferida e morreu em 24/10/1973, próximo da grota Água Fria, onde seu corpo teria sido abandonado, conforme depoimento de Agenor Moraes da Silva.

Conforme o Relatório Arroyo: "no dia 23, pela manhã, dois outros companheiros foram levar, até a estrada que vai para São Domingos, um rapazinho que, por acaso, se encontrava com os nossos. Nesse mesmo dia, os demais, em número de 11, deslocaram-se para a margem esquerda do Fortaleza. Dois helicópteros e um avião começavam a sobrevoar a área. No dia 24, Sônia (Lúcia Maria de Souza) e Manuel (Rodolfo

de Carvalho Troiano) foram ao encontro dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sônia e Wilson (elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um pizeiro antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo pizeiro e, como decidiu caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, deixando-a ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava por liberdade. Então o que comandava a patrulha, respondeu: 'Tu queres liberdade. Então toma...' - desfechou vários tiros e matou-a. Wilson conseguiu escapar".

O "livro negro do terrorismo", elaborado pelo CIE por determinação do ministro Leônidas Pires Gonçalves, registra: "Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza (Sônia)".

O relatório do Ministério do Exército afirma que "foi morta no dia 24/10/1973, em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá (GO) e Marabá (PA)". Em entrevista à revista *IstoÉ* (04/09/1985), o então major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, – atualmente coronel da reserva e um dos primeiros oficiais do CIE enviado para o Araguaia – revelou que Lúcia foi ferida, caiu e sacou um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e a um capitão do CIE, Lício Augusto Ribeiro Maciel no rosto.

Com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram da repressão à guerrilha, o jornalista Hugo Studart explica que a guerrilheira, mesmo ferida, se arrastou, embrenhando-se na mata, sendo perseguida por dois militares do Exército, um deles chamado Javali Solitário ou J. Peter, suboficial, e o outro sargento, de codinome Cid, autor do relato: "Era umas 17h30 e já escurecia. Eu e o Javali fomos atrás da Sônia, que havia entrado em uma mata de capim de mais ou menos um metro de altura. Quando chegamos, ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 milímetros no corpo (...) Ao chegar, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: 'Guerrilheiro não tem nome'. Eu respondi: 'Nem nome nem vida'. Eu e o Javali apontamos juntas nossas metralhadoras para dar o tiro de misericórdia. Não soltamos mais os gatilhos. Ela ia morrer mesmo, só reduzimos o sofrimento dela. Só paramos quando as balas das nossas metralhadoras terminaram. Ela ficou com mais de 80 furos".

Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, descreve com detalhes a morte de Lúcia Maria, a Sônia, e desfaz fantasias de algumas importantes fontes militares sobre o episódio. No que tange ao general Hugo Abreu, o jornalista relata: "Anos depois, o general Hugo Abreu, que comandava a tropa pára-quedista, contou a seguinte história: 'Lembro-me de um casal que matamos – eles mataram um major e eu tive de mandar matá-los. A moça deveria ter uns vinte anos e era belíssima, o rapaz, uns 25 anos. Digo a vocês que não sentia ódio dos guerrilheiros. No caso desse casal, o que senti foi pena'. Hugo Abreu revelava o seu mundo de fantasias. Não morreu major no Araguaia. A guerrilheira não foi morta por ordem de ninguém, mas na cena do combate em que feriu os dois oficiais. O acompanhante de Sônia não tinha 25 anos, nem morreu. Era um adolescente e fugiu. Foi achado dias depois e sobreviveu à guerrilha. Três moradores da região asseguram que o corpo de Sônia ficou na lama da Borracheira. Tornou-se repasto de animais".



ARILDO AÍRTON VALADÃO (1948–1973)

Número do processo: 202/98

Filiação: Helena Almochede Valadão e Altivo Valadão de Andrade

Data e local de nascimento: 28/12/1948, Itaici (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 24 e 26/11/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Arildo estudou em Cachoeiro do Itapemirim (ES) até a conclusão do colegial. Seguiu então para o Rio de Janeiro, em 1968, para estudar Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física. Na faculdade conheceu Áurea Elisa Pereira, também desaparecida no Araguaia, com quem se casou em fevereiro de 1970. Moravam num pequeno apartamento no Catete e se mantinham com uma bolsa de estudos do CNPq e com o que ganhava como monitor de classe.

Além de participarem das atividades do Movimento Estudantil, incorporaram-se ao PCdoB, sempre em companhia de um terceiro desaparecido do Araguaia, colega na mesma faculdade: Antônio de Pádua Costa, o Piauí. Para o casal, a vida na clandestinidade começou após a invasão de seu apartamento pelos órgãos de segurança. Arildo e Áurea foram viver no Araguaia no segundo semestre de 1970, estabelecendo-se na região de Caianos e integrando-se ao Destacamento C da Guerrilha. Embora não tivesse formação em Odontologia, Arildo extraía dentes e fazia pequenos atendimentos.

Segundo o relatório Arroyo, *"no dia 24, quando voltavam de um contato com a massa, os companheiros Ari (Arildo), Raul e Jonas pararam próximo de uma gruta. Ari e Raul se aproximaram da gruta para melhor se orientarem. Jonas ficou de guarda, perto das mochilas. Ouvia-se um tiro e Ari caiu. Em seguida ouviram-se mais dois tiros. Raul correu. O comando do Destacamento BC, que também ouvira os tiros, enviou quatro companheiros para pesquisar o que teria havido. Logo adiante, esses companheiros encontraram o corpo de Ari sem a cabeça. Sua arma, rifle 44, seu bornal e sua bússola tinham sido levados. As mochilas de Ari, Jonas e Raul estavam lá. Raul voltou pela manhã ao acampamento e Jonas desapareceu"*. Sua morte também é citada no comunicado nº 8 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, com o nome de Ari.

O ex-colaborador do Exército, Sinésio Martins Ribeiro lembrou, em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, que os guias usavam armas apreendidas pelos militares e descreveu as cenas em que as cabeças de três guerrilheiros foram cortadas: *"(...) que o primeiro tiroteio do Exército foi no Pau Preto onde foi morto o Ari; que o depoente estava presente; que Ari não atirou; que Ari teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá; que nesse dia só havia uma equipe de cinco soldados, o comandante era o Piau e os guias eram Iomar Galego, Raimundo Baixinho e o depoente; que a gruta do Pau Preto fica dentro do castanhal do Almir Moraes; que isto se deu num encontro casual, que não viram piseiro nem tiveram informações; que após a retirada da cabeça a colocaram num saco plástico e voltaram a pé, até a base do Paulista, na beira do Xambioazinho, junto a OP-2; que a cabeça foi entregue ao Dr. César, do Exército; (...)".*

O Relatório da Marinha, de 1993, estabelece como data da morte 24/11/74, provavelmente por equívoco a respeito do ano. O codinome Ari aparece também na relação de mortos do Relatório do Exército, igualmente apresentado ao ministro da Justiça naquele ano.

Hugo Studart informa que, no já mencionado Dossiê Araguaia, produzido por militares que atuaram diretamente na repressão à guerrilha, o dia de sua morte seria 26, e não 24. Agrega também outras informações constantes do Relatório da Marinha: *"MAI/73, invadiu a fazenda 'Paulista' em Xambioá/Araguaia, juntamente com um grupo de aproximadamente 10 guerrilheiros, levando toda a provisão de mantimentos e animais da citada fazenda. Além disso, fez um 'Trabalho de Massa' com os lavradores que estavam por perto, convocando-os para a 'Luta pela Libertação'. Morto em 24 NOV 73"*.

Elio Gaspari também descreve a decapitação de Arildo, em *A Ditadura Escancarada*, desenvolvendo os seguintes comentários: *"A palavra maldita de Canudos e do Contestado chegara ao Araguaia. Poucas semanas depois da morte de Sônia, dois guerrilheiros acercaram-se de uma gruta. Um era Ari (Arivaldo Valadão), veterano de três choques com as tropas. O outro, Jonas, um camponês de nome Abel, recrutado na região. Fora preso no final de 1972 e tinha o pai na cadeia. Outros combatentes que estavam nas vizinhanças ouviram três tiros. Aproximaram-se da gruta e encontraram o corpo de Ari, sem a cabeça. A degola de Canudos, do Contestado e das volantes do cangaço também chegara ao Araguaia"*.



ADRIANO FONSECA FILHO (1945–1973)

Número do processo: 042/96

Filiação: Zeli Eustáquio Fonseca e Adriano Fonseca

Data e local de nascimento: 18/12/1945, Ponte Nova (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 28/11 e 03/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido de uma família presbiteriana, em Ponte Nova (MG), era o segundo filho entre cinco irmãos. Fez o curso primário nessa cidade e, aos dez anos, transferiu-se para Belo Horizonte onde estudou como interno no Colégio Batista. Fez o curso científico na cidade de Lavras (MG), no Instituto Gammon, também em regime de internato.

Aos 17 anos, Adriano mudou-se para o Rio de Janeiro. As atividades no Movimento Estudantil levaram-no a reduzir a frequência com que visitava a família, mas sempre que voltava à terra natal levava livros e orientava os irmãos. Morava num apartamento em Ipanema, que compunha uma espécie de república de estudantes, intelectuais e artistas. Trabalhava no Tribunal Super Eleitoral, além de dedicar-se ao teatro, encenando e escrevendo peças teatrais. Uma das peças em que atuou como ator foi montada no Teatro Tereza Rachel.

Fez o pré-vestibular do Centro Acadêmico Edson Luís (CAEL) e foi aprovado para o curso de Filosofia da UFRJ, em 1969. O começo do curso marca também seu ingresso na militância do PCdoB. A repressão militar, a partir do AI-5, fez com que entrasse na clandestinidade. No final de 1970, início de 1971, participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento criado por iniciativa do PCdoB. Viveu durante um ano e meio no sótão de um prédio antigo no Leblon. Do bairro carioca, foi para a região da Gameleira, no Araguaia, onde passou a integrar o Destacamento B, assumindo o nome Chicão e sendo conhecido também pelo apelido Queixada, devido ao queixo grande.

Ângelo Arroyo registrou em seu relatório a respeito da morte de Adriano: "*dia 28/29 de novembro, o grupo acampou nas cabeceiras da grot do Nascimento. Chico (Adriano) recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17h. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros*". O relatório do Ministério do Exército diz que Adriano teria morrido em combate com as forças de segurança na guerrilha do Araguaia, onde atuava no Destacamento C. Já o relatório do Ministério da Marinha registra que ele foi "*morto na região do Araguaia em 03/12/1973*".

O livro de Tais Morais e Eumano Silva sustenta que Adriano morreu quando caçava jabuti para alimentação dos guerrilheiros e acrescenta "*Uma equipe do Exército segue pela mata por volta das cinco da tarde. O oficial comandante da missão apresenta-se como Doutor Silva. O mateiro Cícero e outro morador, Raimundo Severino, guiam a patrulha. Em uma curva do caminho, aparece um guerrilheiro. Raimundo aponta a espingarda e puxa o gatilho. Chico recebe o tiro no peito, leva a mão ao rosto e solta um gemido profundo. O lamento de dor e desespero ecoa pela mata e faz Cícero estremecer. Chico morre na hora.*

Orientado pelo Doutor Silva, Raimundo Severino avança com um facão na direção do corpo. A lâmina corta o pescoço e separa a cabeça do combatente. O sangue quente do comunista escorre pelo chão do Araguaia.(...)

Doutor Silva manda Cícero colocar a cabeça do guerrilheiro em um saco e carregar até outro ponto da floresta. Com os nervos abalados pela cena, o mateiro tem a sensação de carregar um corpo inteiro".

Já no livro *A Lei da Selva*, Hugo Studart aventa a possibilidade de Adriano ter permanecido vivo durante três dias, mas informa que também no Dossiê Araguaia a data da morte é 3 de dezembro.



JAIME PETIT DA SILVA (1945–1973)

Número do processo: 173/96

Filiação: Julieta Petit da Silva e José Bernardino da Silva Júnior

Data e local de nascimento: 18/06/1945, Iacanga (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 28/11 e 22/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Jaime era irmão dos guerrilheiros Lúcio e Maria Lúcia, também mortos no Araguaia. Estudou em Amparo e Duartina e começou a trabalhar muito cedo, após a morte do pai. Mais tarde, estudou também no Rio de Janeiro. Em 1962 foi para Itajubá morar com o irmão mais velho, Lúcio, e ingressou, em 1965, no Instituto Eletrotécnico de Engenharia de Itajubá. Trabalhou como professor de Matemática e Física em colégios de Itajubá e Brasópolis, ambos em Minas Gerais. Participou do Movimento Estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade em 1968. Esteve no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, onde foi preso. Ainda em Itajubá, casou-se com Regilena da Silva Carvalho.

Condenado pela Justiça Militar à revelia em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia e trabalhou como eletricista durante algum tempo. O casal, já integrado ao PCdoB, residiu por algum tempo em Goiânia, antes de seguir para o Araguaia, fixando residência na localidade de Caianos, onde já estavam os irmãos de Jaime, integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras. Depois de iniciados os choques armados, Regilena se desgarrou dos companheiros e terminou se entregando às forças de repressão em julho ou setembro de 1972 (documentos trazem datas divergentes), ficando presa até o final daquele ano.

Não foi possível definir uma data precisa para o desaparecimento de Jaime. Segundo o relatório Arroyo: "*Dia 28/29 de novembro, o grupo dirigido pelo Simão (8 companheiros) acampou nas cabeceiras da gruta do Nascimento. Neste mesmo local, o Destacamento B já havia acampado meses atrás. Ferreira ficou na guarda, Jaime foi catar babaçu, Chico (Adriano Fonseca Filho) e Toninho foram procurar jaboti numa gameleira próxima. Chico recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente, deixando, no entanto, as mochilas, as panelas, os bornais. O Docca (Daniel Callado) deixou o revólver, que estava consertando no momento da saída. Jaime e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo.*"

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa que "*existe registro de sua morte em 22/12/1973*", sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. O relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, também afirma que foi "*morto em 22/12/1973*".

O comerciante Sinésio Martins Ribeiro, morador da localidade Palestina, que foi guia do Exército na época, contou em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01: "*conhecia o Josias, o Chicão, o Ari, Osvaldão, Valquíria, Jaime, Áurea, desde antes da guerra; (...) que o Josias, entregou um local na mata que era ponto de encontro dos guerrilheiros, caso se perdessem após algum tiroteio com o Exército; que quem levou os guias ao local foi o próprio Josias; que ao se aproximar do local ele apontou com o dedo e voltou; que nesse instante o Jaime atirou dois tiros e errou e que não atirou mais porque a bala engasgou na arma; que a seguir a equipe atirou muito, que a mata ficou cheia de fumaça; que quando abaixou a fumaça, Piau foi de rastro e constatou que o Jaime estava morto; (...) que não tinha camisa e a calça estava toda esfarrapada; que as pernas estavam cheias de feridas de 'leicho'; que ele estava muito magro, tinha 5 a 6 cartuchos de bala; que ele foi atingido por muitas balas de FAL; (...); que ele tinha documento de identidade; que retiraram ele da cabana e desceram ele para o pé do morro, onde retiraram a cabeça; que a cabeça foi colocada num saco plástico e levada na mochila do Baixinho; que não tinham como cavar a cova; que cavaram com facão e pedaço de madeira, por isso a cova ficou rasa; que colocaram por cima do corpo umas cuncas de coco; que foram a pé até a casa do Raimundo Galego; que lá já os esperava o Dr. Augusto, que trabalhava na base de São Raimundo, onde acredita que tenha ficado a mochila com a cabeça do Jaime; que isto ocorreu por volta de 15 dias após a morte do Chicão; que o Jaime morreu a aproximadamente 5 km da casa do Raimundo Galego, perto da gruta do Ezequiel; (...)*".

Consta do já citado relatório assinado por quatro procuradores do Ministério Público Federal de São Paulo: "*Jaime Petit da Silva, morto em confronto, teve a cabeça decepada e enterrado em cova rasa, perto da Gruta do Buragiga, Município de São Geraldo do Araguaia, onde hoje*

seria pasto da Fazenda de propriedade do Sr. Antônio Costa. A cabeça foi entregue a um oficial do Exército, que a levou para a base de São Raimundo". O livro de Hugo Studart acrescenta que o corpo de Jaime Petit teria sido deixado insepulto, coberto por palha de coqueiro.



ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS (1946–1973)

Número do processo: 102/96

Filiação: Benedicta de Araújo Ribeiro Ribas e Walter Scheiba Pinto Ribas

Data e local de nascimento: 20/09/46, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: a partir de 28/11/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Ribas nasceu e estudou em São Paulo, sendo obrigado a interromper seus estudos no último ano do ensino médio, no Colégio Estadual Basílio Machado, na Vila Madalena. Foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 1967 e, no ano seguinte, seria provavelmente eleito presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Foi detido pelo DOPS, juntamente com a ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Catarina Meloni, durante manifestação contra a presença do presidente Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência, 7 de setembro. Foi libertado mediante *habeas-corporis* uma semana antes de ser novamente detido, em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE. Condenado pela 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, em setembro de 1969, a um ano e seis meses de prisão, passou por várias unidades prisionais: Tiradentes (duas vezes), Delegacia de Polícia da Rua 11 de Junho (Vila Mariana), Quartel do Batalhão de Caçadores (São Vicente), Forte de Itaipu (Praia Grande), Casa de Detenção de São Paulo e Quartel de Quitaúna (Osasco). Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte dos policiais.

Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, continuando com sua militância clandestina no PCdoB. Ao final do ano, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Antes, teve um último encontro com o irmão. A família, porém, só voltaria a ter notícias suas em 1973, através de Francisco Romanini, detido pela OBAN, que ouvira falar de suas atividades na guerrilha. Em 1975, julgado à revelia, foi absolvido.

O relatório apresentado pelo Ministério do Exército, em 1993, registra que "*Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se, abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva*". Mais adiante o relatório informa: "*teria morrido em confronto com as forças de segurança*". Esse relato se aproxima das informações do relatório Arroyo, onde consta que no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, ao se encontrarem com uma patrulha do Exército, "*Jaime (Jaime Petit da Silva) e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo*". Já o relatório da Marinha registra a informação equivocada de que teria morrido, "*em 20 de fevereiro de 1973*".

No livro de Tais Morais e Eumano Silva, há uma passagem relatando movimentos dos guerrilheiros em 26/12/1973, dia seguinte ao maciço ataque sofrido pela Comissão Militar no dia anterior, que reitera a indicação de que Ribas não mantinha qualquer contato com seus companheiros desde a data da morte de Adriano Fonseca Filho (provavelmente em 28 ou 29/11/1973). Já no livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, que se apóia em informações de um dossiê produzido por militares que atuaram na repressão à guerrilha, o autor escreve que Ribas teria morrido três dias antes de Jaime Petit: "*Depois de Ari, os militares apanharam Adriano Fonseca Fernandes Filho, o Chico, também do Destacamento C. Morreu a 3 de dezembro de 1973, segundo o Dossiê. Em vez de transportar o corpo, desta vez os militares levaram somente a cabeça para identificação. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, o Ferreira, do Destacamento B, foi abatido duas semanas depois na área dos pára-quedistas. Com mais três dias, em 22 de dezembro, na localidade Grota do Cajá, morreria Jaime Petit da Silva, o Jaime, do Destacamento C. Os militares também lhe cortaram a cabeça para identificação*". Em nota de pé de página, Studart registra precisamente a data da morte de Ribas em 19/12/1973, mas ressalva que, segundo anotações pessoais de um militar, ela teria ocorrido no dia 22.

Seus parentes investigaram o caso em parceria com o Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo, com o objetivo de encontrar o corpo e esclarecer a verdade. Para isso, Dalmo Ribas esteve no Quartel general do 2º Exército, no Ibirapuera, para fazer contato com o comandante,

general Dilermando Monteiro. Como não conseguiu ser recebido, falou com o tenente-coronel Pinheiro, espécie de relações públicas. O militar lhe garantiu que o "assunto era reservado, mesmo dentro do próprio Exército, e que nem o comandante teria acesso a informações afetas exclusivamente a Brasília" e que não mais deveria buscar esse tipo de esclarecimento.



TOBIAS PEREIRA JÚNIOR (1949–1974)

Número do processo: 203/96

Filiação: Emília Barreto Pereira e Tobias Pereira

Data e local de nascimento: 26/11/1949, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 17/12/1973 e 15/02/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Existem poucas informações sobre esse militante e as existentes merecem tratamento cauteloso. Em 1971, já militando no PCdoB, quando estava no 3º ano da Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, deixou o curso e transferiu-se para a região do Araguaia, onde se integrou ao destacamento C.

Sobre ele, consta no Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, "*Morto em 15 Fev. 74*". No Relatório Arroyo, está registrado: "*logo de início, alguns elementos mostraram vacilação: Miguel (?) e Josias (Tobias Pereira Júnior). (...) Entre 17 e 18 de dezembro, Josias fugiu perto de uma base do inimigo*". No relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, está anotado: "*Josias: Tobias Pereira Junior, foi visto na base de Xambioá*".

O nome de Tobias aparece como fonte de informações em oito fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996, citadas em matéria publicada em 28/04/96. A observação "*está na área*" é atribuída a ele nas fichas referentes a vários outros guerrilheiros: Elmo Corrêa, morto em maio de 1974, Guilherme Gomes Lund, morto em 25/12/1973, Telma Regina Cordeiro Corrêa, morta em janeiro de 1974, e João Carlos Wisnesky, o Paulo Paquetá, que abandonou a guerrilha e vive atualmente no Rio de Janeiro.

Segundo o jornal *O Globo*, foi encontrada nas fichas a seguinte anotação sobre Tobias: "*foi preso em 18 Dez 72 na região do Rio Gameleira na casa do Zezão*" (ficha número 82). No relatório escrito por Ângelo Arroyo, Tobias teria desertado somente um ano depois, quando "*fugiu perto de uma base do inimigo*".

O livro *Operação Araguaia*, de Taís Morais e Eumano Silva, resume sobre ele: "*Tinha menos de três meses na mata quando os militares atacaram. Abandonou o terceiro ano de Medicina para viver no interior. Dvidou desde o início das chances de êxito da guerrilha, mas resistiu por mais de um ano e meio sem cair nas mãos dos inimigos. Desertou no final de 1973. Em depoimento ao Ministério Público, o ex-guia Sinésio Martins Ribeiro afirmou que Josias entregou-se ao Exército e para isso teve de fingir uma dor de barriga para se afastar dos companheiros, que já o vigiavam, e fugir. Depois, levou os militares até um ponto de encontro dos guerrilheiros. Apesar da colaboração com a repressão, morreu no dia 15 de fevereiro de 1974, segundo a Marinha*".

Já o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, registra: "*Militares confirmam a esta pesquisa que ele se entregou às vésperas do Natal de 73. Ficou quase um mês com os militares na base de Xambioá. Colaborou, desenhou mapas, reconheceu fotografias. Teria ficado amigo de um dos militares que o interrogou, um caso da chamada Síndrome de Estocolmo. Até combinou com o militar tomarem chope no bar Garota de Ipanema, no Rio, quando a guerrilha terminasse. Em meados JAN 74, esse mesmo militar recebeu ordens superiores de executar Josias. Segundo seu relato a esta pesquisa, refugou. Josias foi executado por outra equipe, a 14 FEV 74*".



MARCOS JOSÉ DE LIMA (1947–1973)

Número do processo: 050/96

Filiação: Luzia D'Assumpção Lima e Sebastião José de Lima

Data e local de nascimento: 03/11/1947, Nova Venécia (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 20 e 26/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Capixaba de Nova Venécia, operário e ferreiro de profissão, mudou-se, em 1970, já como militante do PCdoB para a região do Araguaia, fixando-se na localidade de Chega Com Jeito, onde trabalhava consertando armas e ficou conhecido como Zezinho Armeiro ou Ari. Foi visto por seus companheiros, pela última vez, em 20/12/1973, próximo a um depósito de mantimentos. Conforme o relatório Arroyo, "*J. decidiu enviar Ari (Marcos José de Lima) e Mané para apanhar farinha num depósito próximo. Mané ficou aguardando Ari a uma certa distância. Como Ari demorasse, Joca, que havia chegado, foi até o depósito e não encontrou o Ari. No local do depósito estava apenas o saco plástico que Ari havia levado para trazer a farinha. A impressão que se teve é que ele fugiu, pois não apareceu nem no acampamento, nem nas referências.(20/12/73)*".

As fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996 informam que ele era o armeiro da Guerrilha, conhecia os depósitos e oficinas da Comissão Militar e foi preso na Transamazônica, em 26 Dez 73, "*após haver desertado*".

OS CHOQUES DE 25 A 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Na manhã de 25/12/1973, dia de Natal, a guerrilha sofreu o seu maior golpe com um ataque devastador à Comissão Militar (CM), que resultou na prisão e morte de um número incerto de militantes, incluindo o dirigente máximo do PCdoB na área, Maurício Grabois, e pelo menos mais três guerrilheiros: Gilberto Olímpio Maria, Paulo Mendes Rodrigues e Guilherme Gomes Lund.

Segundo o Relatório Arroyo, "*quando já estavam a mais ou menos um quilômetro do acampamento, às 11h25min da manhã, ouviram cerrado tiroteio. Encontraram-se logo depois com Áurea e Peri, que vinham apanhá-los para o acampamento. Os dois afirmaram que o tiroteio tinha sido no rumo do acampamento. Cinco minutos depois do tiroteio, dois helicópteros e um avião começaram a sobrevoar a área onde houvera o tiroteio, e continuaram durante todo o dia nessa operação. Dois helicópteros grandes fizeram duas viagens – da base do Mano Ferreira, a uns cinco ou seis quilômetros, até o local do tiroteio. Tinha-se a impressão de que ou estavam levando mais tropas ou retirando mortos e feridos do local. J. e seus companheiros (eram oito) afastaram-se do local mais ou menos um quilômetro. No dia seguinte, 26, foram a uma referência para encontro, num local próximo. Aí encontraram os companheiros Osvaldo, Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), Batista (Uirassú de Assis Batista) e Lauro. (...) Em poder do camarada Mário, responsável da CM, havia uma espécie de diário, onde ele anotou os principais fatos e as medidas adotadas na guerrilha, desde o seu início. Estas anotações são da maior importância, refletem as opiniões do*

comando em diferentes ocasiões. Com Mário encontravam-se também cópias de todos os materiais editados, assim como os hinos, poesias. (...)

Osvaldo informou o seguinte: que o grosso da força havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25, pela manhã, afastaram-se para uns cem metros de onde se achavam, designando alguns companheiros para limpar (camuflar) o local em que estiveram. Os membros da CM e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno, e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio havia 15 companheiros no acampamento: Mário (Maurício Grabois), Paulo (Paulo Mendes Rodrigues), Pedro (Gilberto Olímpio Maria), Joca (Liberio Giancarlo Castiglia), Tuca, Dina (Dinalva Oliveira Teixeira) (com febre), Luís (Guilherme Gomes Lund) (com febre), na parte alta; embaixo: Zeca, Lourival, Doca e Raul (Antônio Theodoro de Castro) (estavam ralando coco babaçu para comer). Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa) e Lauro (Custódio Saraiva Neto) faziam guarda. Osvaldo e Batista (Uirassú) realizavam a camuflagem".

Matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 24/03/1992 trouxe o relato de um militar – não identificado – que declara ter participado do ataque ao acampamento de Grabois no dia de Natal. Segundo a matéria, "*(...) Uma patrulha com 15 soldados armados com metralhadoras e fuzis, liderada pelo capitão Sebastião de Moura Rodrigues, o Curió, do CIE conseguiu descobrir o local que Maurício Grabois havia escolhido. (...) Centenas de tiros de me-*

trahadoras e fuzis foram disparados contra os guerrilheiros no meio da floresta. (...) No ataque morreram Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues, chefe da Coluna B da guerrilha; Gilberto Olímpio, técnico industrial, casado com a filha de Grabois, e Guilherme Gomes Lund, estudante de arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na clandestinidade desde 1968. (...). O oficial que presenciou a morte de Grabois, porém, garante que houve somente quatro mortes no ataque do dia de Natal de 73".

Curió, em reportagem do SBT, em julho de 1996, fez referência a um combate com 10 guerrilheiros, no começo da 3ª campanha, na localidade de Some Homem, sendo que quatro deles morreram. Tudo indica que ele se refere ao combate do dia 25/12/73. O local citado por Curió provavelmente é o mesmo descrito por Osvaldão, no Relatório Arroyo, pois Some Homem fica a uns 6 km da Fazenda Consolação e 4 km distante do rio Saranzal. Ali, alguns teriam sido presos, outros escaparam e quatro teriam sido mortos no local.



MAURÍCIO GRABOIS (1912–1973)

Número do processo: 154/96

Data e local de nascimento: 02/10/1912, Salvador (BA)

Filiação: Dora Grabois e Agostim Grabois

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Salvador, filho de uma família humilde de judeus russos, desapareceu aos 61 anos no Araguaia. Maurício fez o curso primário em vários colégios devido às inúmeras viagens e mudanças de sua família. Em 1925, ingressou no Ginásio da Bahia e se formou em 1929, sendo colega de Carlos Marighella. No início do ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, então capital da República, onde passou a freqüentar o curso preparatório para a Escola Militar do Realengo, nela ingressando em 1931. Não concluiu o curso, por ter sido expulso em 1933. Foi então para a Escola de Agronomia, onde cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à militância política.

No início da década de 30, Grabois foi um dos primeiros organizadores do Partido Comunista nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada no partido, em 1932, atuou na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois engajou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em 1940, num processo em Minas Gerais. No início de 1941, foi preso no Rio de Janeiro. Libertado nos primeiros meses de 1942, quando Prestes, Marighella e outros dirigentes do partido permaneceram detidos, teve papel destacado, ao lado de Amarílio Vasconcelos, na Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que preparou a Conferência da Mantiqueira, de 1943, onde o Partido foi reorganizado e Grabois foi eleito para seu Comitê Central.

Trabalhou na empresa de aviação Panair do Brasil e participou da fundação e da direção da Editora Horizonte, do Partido Comunista, com sede no Rio de Janeiro. Em maio de 1945, dirigiu o jornal *A Classe Operária*, função que manteria até 1949, quando a publicação foi fechada. Nas eleições de 02/12/1945 para a Assembléia Nacional Constituinte, o partido elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois, pelo antigo Distrito Federal. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1946, foi designado líder da bancada comunista. O período da legalidade do partido chegou ao fim em 07/05/1947, quando o TSE cancelou o seu registro e Grabois teve o mandato cassado.

Devido à repressão policial aos comunistas a partir de 1948, Grabois passou a atuar na clandestinidade. Em agosto de 1957, alinhou-se com a ala de dirigentes comunistas que rejeitou a política soviética de coexistência pacífica, divergindo da orientação majoritária no partido, que nesse período tinha trocado a antiga denominação Partido Comunista do Brasil por Partido Comunista Brasileiro. Em fevereiro de 1962, ao lado de João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e outros, participou da fundação do PCdoB, retomando a denominação anterior e considerando esse ato como sendo uma reorganização do partido fundado em 1922. Em março de 1962, o PCdoB relançou *A Classe Operária*, órgão central do partido, dirigido por Grabois e Pedro Pomar.

Após abril de 1964, voltou a viver na clandestinidade. Por força do AI-2 (27/10/1965), teve seus direitos políticos cassados. Foi condenado, em vários processos na Justiça Militar, nas Auditorias do Rio de Janeiro, a penas que ultrapassavam 14 anos na soma. Em meados da década de 60,

quando o PCdoB recebia forte influência do pensamento maoísta, Grabois foi destacado para dedicar-se ao estabelecimento de uma área de preparação da guerra popular prolongada, na região do Araguaia, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira e sendo conhecido como Mário. Há registros de que chegou à região exatamente no dia de Natal de 1967, sendo morto também no Natal de 1973.

O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reys, foi em janeiro de 1972. Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, em outubro de 1973, e Vitória Lavinia Grabois Olímpio, que tinha sido casada com outro desaparecido do Araguaia, Gilberto Olímpio Maria. Em 10/10/1982, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça, que arrancou-lhe o cérebro, e outro na perna, que provocou fratura exposta. Em 17/10/1982, o colunista Carlos Castello Branco escreveu no *Jornal do Brasil* que ouviu do general Hugo Abreu a informação de que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirma que Maurício foi morto em 25/12/1973, em Xambioá.

O jornalista Elio Gaspari escreveu:

"A guerrilha do Araguaia começou a acabar na segunda semana de dezembro. Os quadros do PCdoB no Araguaia eram 44. Camponeses, só dois. A maior parte dos combatentes juntou-se numa só coluna de 23 pessoas. Outros 15 guerrilheiros convergiram para um morrote na região de Palestina, perto da Transamazônica. Lá acampou a comissão militar. Havia mais seis cumprindo tarefas em outros lugares. A manobra concentraria toda a força guerrilheira numa área de, no máximo, 50 quilômetros quadrados. Só a certeza de que o Exército não tinha tropa poderia justificar essa decisão. (...)

Entre os dias 20 e 21 de dezembro uma patrulha militar achava um forte rastro de uma coluna guerrilheira e seguiu-a à distância. Dois dias depois, outras duas patrulhas entraram na mata com o objetivo de cortar o caminho de sua vanguarda. (...) Na manhã do Natal de 1973 uma das patrulhas estava na região de Palestina. O acaso fez com que uma tropa que pretendia interceptar a marcha de uma coluna de guerrilheiros acabasse passando por seu ponto de destino, o morro onde estava a comissão militar.

Maurício Grabois, o Mário, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer. A narrativa de um oficial que se encontrava na região mas não presenciou o choque informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance. Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro Pedro. Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário de campanha, até a coleção de panfletos, hinós e poemas de combatentes. Ao tiroteio seguiu-se uma revoada de aviões e helicópteros que por todo o dia desembarcaram tropas e levaram para Marabá o que acharam. Tanto cadáveres como mochilas e objetos pessoais".

O centro oficial de estudos, pesquisas, debates, publicações e formação política do PCdoB recebeu o nome Instituto Maurício Grabois.



GILBERTO OLÍMPIO MARIA (1942–1973)

Número do processo: 242/96

Filiação: Rosa Cabello Maria e Antônio Olímpio Maria

Data e local de nascimento: 11/03/1942, Mirassol (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Iniciou os estudos em sua terra natal, Mirassol (SP) e mais tarde mudou-se para São Paulo, onde estudou no Colégio Sarmiento. Começou a militância política no PCB e posteriormente se transferiu para o PCdoB. A partir de 1961, durante dois anos, cursou Engenharia na Tche-

coslováquia, junto com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, de quem se tornara amigo. Trabalhou e escreveu no jornal *A Classe Operária* até abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30/12/1964 casou-se com Victoria Grabois, filha de Maurício Grabois, em Araraquara (SP), e os dois se mudaram para Guiratinga (MT). Junto com Paulo Rodrigues e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura, mas em 1965 foram obrigados a abandonar essa atividade porque surgiu a possibilidade de serem detectados pelos órgãos de segurança do regime militar.

Em 1966, mesmo ano em que nasceu seu filho Igor, hoje dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi para a China, onde recebeu adiestramento militar. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive Porto Franco (MA), com o médico João Carlos Haas Sobrinho, na companhia de quem se mudou, em 1969, para Caianos, localidade próxima ao rio Araguaia. Em Porto Franco, Gilberto era tido como pessoa inteligente e cativante, sendo dono do único jeep do local. Na Guerrilha do Araguaia usou o nome Pedro e atuava junto à Comissão Militar, sendo nomeado, mais tarde, comandante do Destacamento C, junto com Dinalva, a Dina, a quem se ligou depois de ela ter se separado do marido Antonio.

Ao lado de Paulo Rodrigues e outros companheiros, fundou o povoado de São João dos Perdidos, distrito de Conceição do Araguaia (PA). Morreu metralhado junto com o ex-sogro Maurício Grabois, Paulo Rodrigues e Guilherme Lund. O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, é o único documento oficial do Estado brasileiro, até hoje, a reconhecer a morte desses quatro militantes, indicando como data 25/12/1973.



PAULO MENDES RODRIGUES (1931–1973)

Número do processo: 131/96

Filiação: Otilia Mendes Rodrigues e Francisco Alves Rodrigues

Data e local de nascimento: 25/09/1931, Cruz Alta (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Gaúcho de Cruz Alta, Paulo Mendes começou a militância política no início da década de 1960. Economista de formação, viveu em São Leopoldo (RS) antes do Golpe de Estado de 1964. Abandonou a profissão em função das perseguições políticas. Em documentos dos órgãos de inteligência do regime militar, seu nome consta de uma relação de militantes do PCdoB que teriam recebido treinamento de guerrilhas na China, ao lado de Osvaldão, João Carlos Haas, André Grabois, Gilberto Olímpio Maria, Michéas, Divino, Miguel Pereira dos Santos, Nelson Piauhi Dourado e José Humberto Bronca.

Foi um dos primeiros quadros do PCdoB a ser implantado na região do Araguaia, comprando terras em Caianos. Membro efetivo do Comitê Central do PCdoB, foi hábil criador de gado na região. Conhecido como "médico" pelos moradores locais, foi comandante do Destacamento C da Guerrilha, até ser transferido para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 25/12/1973, juntamente com Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Guilherme Gomes Lund.

Segundo o *Jornal do Brasil* de 24/03/1992 seu corpo estava crivado de balas. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996 há a seguinte anotação: "Paulo Mendes Rodrigues ou Paulo Rodrigues Milhomen, membro da Comissão Militar, morto em 25 Dez 73".

No livro *Operação Araguaia*, de Tais Moraes e Eumano Silva, consta sobre ele: "As baixas sofridas nos primeiros meses de confronto deixaram Paulo transtornado. O Destacamento C ficou oito meses isolado da Comissão Militar. Quando o contato foi retomado, Paulo perdeu o cargo de comandante para Pedro Gil (Gilberto Olímpio) e passou a integrar a CM. A partir do ataque do Natal de 1973, não foi mais visto".



GUILHERME GOMES LUND (1947-1973)

Número do processo: 153/96

Filiação: Júlia Gomes Lund e João Carlos Lund

Data e local de nascimento: 11/07/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho de uma família da classe média carioca, cursou o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria e Colégio Vetor. Em 1967, ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura da UFRJ, onde foi contemporâneo de Ciro Flávio Salazar de Oliveira, também desaparecido no Araguaia. Cursou até o segundo ano da faculdade e participou do Movimento Estudantil da época. Em 26 de junho de 1968, dia da Passeata dos Cem Mil, foi preso com outros companheiros, quando distribuía panfletos na avenida Presidente Vargas. Foi libertado em 10 de julho e, posteriormente, condenado a seis meses de prisão, pena que não cumpriu. Em 1969, mudou-se para Porto Alegre e, no início de 1970, já militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia.

Ao comunicar a seus pais sua decisão de abandonar a cidade e dedicar-se à luta disse: *"Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas atual. Não há perspectivas para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta ... Minha decisão é firme e bem pensada... No momento só há mesmo uma saída: transformar este país, é o próprio governo que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social"*.

No Araguaia, Guilherme se valeu de sua prática de hipismo e natação, transformando-se em um destacado tropeiro. Pertenceu ao Destacamento A, depois ao Destacamento C e incorporou-se à guarda da Comissão Militar. Está desaparecido desde o ataque do dia de Natal de 1973, quando estava gravemente atingido por malária. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, relaciona Guilherme Lund entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB em Xambioá (TO), e registra a sua morte no dia 25 de dezembro. No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta ter sido militante do PCdoB e guerrilheiro no Araguaia. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, também está anotado sobre ele: *"Guilherme Gomes Lund, morto em 25 Dez 73 (Eq D2)"*.



LIBERO GIANCARLO CASTIGLIA (1944-1973)

Número do processo: 252/96

Filiação: Elena Gibertini Castiglia e Luigi Castiglia

Data e local de nascimento: 04/07/1944, San Lucido, Cozenza/Itália

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973 ou março/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Italiano da cidade de San Lucido, na Calábria, Libero veio para o Brasil com a mãe, Elena Castiglia, e os três irmãos, em 1955. Tinha 11 anos de idade. O pai, o pedreiro Luigi Castiglia, já havia desembarcado no Rio de Janeiro em 1949. Elena era filiada ao Partido Comunista Italiano e Luigi ao Partido Socialista. No Rio, moraram em Bonsucesso e em Ramos. Libero fez um curso de torneiro mecânico no Senai e começou a trabalhar como operário metalúrgico.

Tornou-se amigo, desde a adolescência, de André Grabois, também desaparecido no Araguaia. Em 1963, ajudou a pichar o morro do Pão de Açúcar com a palavra "Fidel", em homenagem ao líder da revolução cubana. Após abril de 1964, devido a perseguições políticas, passou a militar clandestinamente e residiu em Rondonópolis, onde teve uma oficina com Daniel Calado. Em 1967, sua mãe ficou sabendo que Giancarlo tinha ido para a

China, enviado pelo PCdoB. No Natal de 1967, chegou ao Araguaia, junto com Maurício Grabois e Elza Monnerat, estabelecendo residência na área da Faveira, onde abriu um pequeno comércio. Também trabalhava na roça e como piloto de um pequeno barco a motor.

No Araguaia, Libero adotou o codinome João Bispo Ferreira da Silva. Era conhecido na região por Joca. Era tão popular que virou padrinho de várias crianças. Na guerrilha, tornou-se companheiro de Lúcia Maria de Souza, a Sônia, estudante de medicina, negra, nascida em São Gonçalo, no Rio. Segundo relatos de seus companheiros, era solidário, estava sempre disposto a ajudar e a cumprir as tarefas mais difíceis. Foi comandante do Destacamento A. Mais tarde, passou a fazer parte da Comissão Militar, sendo substituído por André Grabois no comando daquele destacamento. Está desaparecido desde o ataque às Forças Guerrilheiras no dia 25/12/1973.

Em 1970, a mãe Elena adoeceu e, por recomendação médica, voltou para San Lucido. Hoje, aos 90 anos, ainda guarda a esperança de saber o que aconteceu com seu filho.

O governo da Itália já gestionou formalmente junto ao governo brasileiro, manifestando interesse na localização dos restos mortais de Castiglia, para possível traslado e funeral na Itália. Em 07/02/2007, matéria do jornalista Hugo Marques, na revista *IstoÉ*, trouxe declarações da mãe de Libero: "*Nossa família está pedindo ao governo da Itália que peça ao governo brasileiro notícias sobre este cidadão italiano.(...) O meu filho é uma pessoa que só queria um Brasil melhor, liberdade e igualdade*". Em seguida, a senhora nonagenária faz um apelo direto ao presidente brasileiro: "*Lula foi um companheiro que sofreu muito também (...) Ele só tem que lembrar da sua história passada*". Prossegue o texto do jornalista: "*O caso Castiglia tem potencial para trazer muitos problemas ao Exército. O corpo de Libero Giancarlo é a prova material necessária que pode levar os italianos a exigir o julgamento na Corte Internacional de Justiça, em Haia, dos militares brasileiros responsáveis por sua morte. A mãe Elena acaba de escrever para o presidente da Itália, Giorgio Napolitano, exigindo que pressione o governo brasileiro pelos restos do filho. Só os militares sabem onde ele está*".

Em março de 2007, Dona Elena foi visitada em sua residência, na Itália, por um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que colheu dela algumas gotas de sangue e pequenas amostras de unhas para o acervo do Banco de DNA dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que vem sendo montado desde setembro de 2006.

No livro *A Lei da Selva*, Hugo Studart, com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram diretamente na repressão à guerrilha, sustenta que Libero Castiglia sobreviveu ao ataque do Natal de 1973 e teria morrido em março do ano seguinte.



PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES (1949-1973)

Número do processo: 159/96

Filiação: Maria Leonor Pereira Marques e Sílvio Marques Canelo

Data e local de nascimento: 14/05/1949, Pains (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Paulo concluiu o curso científico no Colégio Lúcio dos Santos, em Belo Horizonte. Ingressou, em seguida, no curso pré-vestibular Pitágoras, preparando-se para o vestibular de Química. Era funcionário do Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional, perdendo o emprego. Participava também do trabalho comunitário na Igreja de Santa Efigênia, de Belo Horizonte. Perseguido pelos órgãos de repressão do regime militar, passou a atuar na clandestinidade, indo viver em Itapetininga, no interior da Bahia, e depois no Rio de Janeiro. Em 1969, já militante do PCdoB, mudou-se para a cidade de Palestina, na região do Araguaia, onde montou uma pequena farmácia, junto com o companheiro Ciro Flávio Salazar Oliveira, também desaparecido. Ficou conhecido no lugar como Amauri da Farmácia.

Na última carta enviada à família, em 1972, pedia que não se preocupassem com ele, pois não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o país para que todos tivessem uma vida melhor. Paulo Roberto está desaparecido desde a ofensiva das Forças Armadas contra o acampamento dos guerrilheiros, no dia 25/12/1973. A família, apesar das buscas, nunca mais teve notícias de Paulinho, como era chamado.

Segundo o relatório Arroyo, "*ele (Paulo) foi com Walquíria ao local onde Vandick e Dinaelza haviam ido buscar 'Raul' (Antônio Teodoro de Castro), 'Lourival' (Elmo Corrêa) e 'Zezinho', que já haviam chegado (isto é, perto do local do tiroteio do dia 17/12/73). Deveriam retornar no dia 28/12, ao local onde houve tiroteio no dia 25/12. Desaparecidos desde então*".

Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram diretamente na repressão à guerrilha, confirma que Paulo Roberto também morreu no ataque do Natal de 1973.



ORLANDO MOMENTE (1933-1973)

Número do processo: 090/96

Filiação: Antônia Rivelino Momente e Álvaro Momente

Data e local de nascimento: 10/10/1933, Rio Claro (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 30/12/1973 ou 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Paulista de Rio Claro, Orlando Momente fez o curso primário em sua terra natal e também estudou desenho mecânico, concluindo o curso em 1950. Mudou-se para São Paulo e trabalhou como operário na Companhia Antarctica Paulista, entre 1951 e 1959. Em abril de 1961, casou-se com Maria José de Moura Momente, com quem teve uma filha, Rosana de Moura Momente. Militou no PCB desde os anos 1950 e posteriormente transferiu-se ao PCdoB. Com o Golpe de Estado de 1964, foi viver com a família em uma fazenda em Fernandópolis (SP), onde ficou pouco tempo.

Passou a atuar na clandestinidade, mas periodicamente visitava seus familiares. A última vez em que esteve com eles foi em 1969. Devido às perseguições políticas, passou a viver no norte de Goiás e, posteriormente, no sul do Pará, próximo à Transamazônica, na localidade de Paxiba. No Araguaia, em algumas ocasiões, esteve frente a frente com agentes da repressão, passando por camponês e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isto com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente. Pertencia ao Destacamento A e foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30/12/1973. Após o ataque à Comissão Militar no natal de 1973, os guerrilheiros decidiram se separar em grupos de cinco pessoas. De acordo com o Relatório Arroyo, "*os grupos eram cinco. Um chefiado por Osvaldo (que retornou a sua área); outro por J.; outro pelo João; outro pelo Nelito; e o outro pelo Landim (Orlando Momente). (...) Dia 30 pela manhã (30/12/73), os cinco grupos tomaram seus destinos. Às 15h ouviu-se ruído de metralhadora no rumo em que havia seguido Osvaldo ou Landim (Orlando Momente). Não se sabe o que houve*".

Em 1974, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira, camponês também desaparecido, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos, e encontrou restos de uma ossada humana semi-enterrada. Estavam visíveis o crânio e um fêmur, com características de terem sido enterrados há pouco tempo. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de quati curtido, o que lhe deu a certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando Momente. Na época, Joana nada pode fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Esse depoimento foi dado à equipe de jornalistas da revista *Manchete* em 1993.

Hugo Studart informa que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha, indica a morte como tendo ocorrido em dezembro de 1973.



LUIZ VIEIRA (* - 1973)

Número do processo: 165/96

Filiação: Maria Vieira e Manoel Vieira

Data e local de nascimento: não foi informado pelos familiares

Organização política ou atividade: Forças Guerrilheiras do Araguaia

Data do desaparecimento: 31/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Camponês que se incorporou à guerrilha. Era franzino e mestiço com índio, de aproximadamente 45 anos de idade. Morava na localidade de Bacaba, perto de São Domingos (PA), onde tinha uma roça. Segundo depoimento de sua esposa, Joana Vieira, foi morto próximo da Fazenda Fortaleza. A viúva conta que o corpo de Luiz foi abandonado no local e não pode ser resgatado porque os soldados proibiram a população de entrar na mata. O filho de Luiz, José, foi preso e obrigado a fazer o serviço militar. Para isso, sua idade foi alterada em seis anos, pois à época já contava 24.

José Ribamar Ribeiro Lima, em declaração prestada no dia 04/07/96, na sede da Procuradoria da República no Estado de Roraima, ao procurador-chefe, Osório Barbosa, conta que assistiu à execução de Luizinho – “baixo, moreno, cabelos lisos e pretos” – por uma patrulha comandada pelo Cabo Andrada. Segundo Ribamar, “ele (Luizinho) morava a uns quinze a vinte quilômetros da Vila Bacaba e, nesse dia, a patrulha comandada por Andrada era composta por quinze homens, inclusive José Ribamar. Chegaram ao local da casa de Luizinho, que encontrava-se vazia. Caminharam mais uns seiscentos metros e por ter ficado para trás, o depoente já encontrou a vítima morta com um tiro dado pelas costas”. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996, consta a seguinte anotação: “‘Luizinho’ – elemento local – morto em 31 Dez 73”.

Hugo Studart também aponta 31 de dezembro como data da morte, apoiando-se no Dossiê Araguaia, escrito por ex-participantes da repressão à guerrilha.

DERROTA DA GUERRILHA E EXTERMÍNIO EM 1974

Em meados de janeiro de 1974, quando a organização guerrilheira já se encontrava bastante atingida pela ação das forças da repressão, Ângelo Arroyo conseguiu sair da área conflagrada, guiado por Michéas Gomes de Almeida. A partir desse período, sem as informações de seu relatório, as referências sobre a morte ou desaparecimento de outros 30 guerrilheiros no ano de 1974 se tornam mais precárias e contraditórias do que nos casos apresentados até aqui. A ordem cronológica seguida neste livro-relatório torna-se mais irregular nos casos seguintes, constatando-se fortes discrepâncias entre diferentes datas e versões.

Arroyo registrou em seu Relatório que, no dia 29/11/1973, reuniram-se 25 guerrilheiros na floresta e decidiram separar-se em cinco grupos, cada um tomando uma direção. A esses poderiam ser somados, ainda, alguns poucos guerrilheiros que tinham perdido o contato com o comando da guerrilha, mas provavelmente permaneciam vivos. As informações que puderam ser colhidas, aos poucos, durante mais de 30 anos, numa difícil pesquisa de familiares, advogados, militantes políticos e defensores dos Direitos Humanos desde então, serão apresentadas a seguir.

Muitas das informações reunidas exibem compatibilidade com as datas de morte que foram oficializadas pelo Relatório da Marinha, de

1993. Outras entram em colisão, impedindo a revelação de mistérios que seguem torturando até hoje, como verdadeiro crime continuado, mães, pais, filhos, filhas, irmãos e companheiros que exigem, com toda a legitimidade, o sagrado direito de sepultar seus mortos.

Sem o Relatório Arroyo, as informações sobre a morte ou desaparecimento dos militantes que permaneceram na região são, basicamente, as que constam nos relatórios militares – com nítidas inconsistências e algumas contra-informações –, as dos depoimentos de moradores da região ao Ministério Público Federal e a outros grupos que visitaram a região do Araguaia a partir de 1980, e ainda as que a grande imprensa divulga esporadicamente. Seja na forma de livros, seja de matérias e reportagens em seus veículos, os trabalhos jornalísticos muitas vezes se baseiam em informações ou documentos fornecidos por militares que, preferindo se manter no anonimato, asseguram ter participado diretamente das operações. Sua oitiva formal pelos comandos superiores seguramente decifrará mistérios e contradições, permitindo um trabalho eficaz de localização dos restos mortais.

Segundo o relato de Ângelo Arroyo, Nelson Lima Piauhy Dourado, Jana Moroni Barroso, Maria Célia Corrêa e Pedro Carretel estavam

juntos quando foram atacados pelos militares no dia 02/01/1974. Consta em seu Relatório: "no dia 18, J., Zezim e Edinho encontraram Duda (Luís Renê Silveira e Silva), do grupo do Nelito (Nelson Lima Piauhy Dourado). Ele contou que os tiros do dia 2 tinham sido sobre o grupo em que ele estava. Disse que, depois do almoço desse dia, Nelito e Duda estavam juntos e que Cristina (Jana Morone Barroso) e Rosa (Maria Célia Corrêa) haviam se afastado por um momento. Carretel estava na guarda. Na véspera, Duda e Carretel tinham ido à casa de um morador. A casa estava vazia. Quando se retiravam viram que vinham chegando os soldados. Avisaram Nelito. Imediatamente afastaram-se do local. Mas caminharam em trechos de estrada, deixando rastros. Dia 2, Nelito tinha ido a uma capoeira apanhar alguma coisa para comer. Trouxe pepinos e abóbora numa lata grande que lá encontrara. A lata fez muito barulho na marcha de volta. Às 13:30 hs ouviram-se rajadas. Os tiros foram dados sobre Carretel, que saiu

correndo. Nelito não quis sair logo. Se entrincheirou, talvez pensando nas duas companheiras. Mas os soldados se aproximavam. Então ele correu junto com Duda, mas foi atingido. Assim mesmo, ainda se levantou e correu mais uns vinte metros. Foi novamente atingido e caiu morto. Duda conseguiu escapar. Não sabe o que houve com as duas companheiras, nem com Carretel".

Outros documentos, incluindo os relatórios das Forças Armadas, de 1993, o Dossiê Araguaia, citado no livro de Hugo Studart e depoimentos de moradores anos depois, apontam no sentido de que Nelson provavelmente foi o único morto no ataque, sendo os demais presos com vida. Daí a discrepância entre datas e a alta possibilidade de os outros três terem sido mortos sob tortura ou executados. Nessas informações contraditórias, também existe um depoimento indicando que Nelson foi preso vivo, embora gravemente ferido.



NELSON LIMA PIAUHY DOURADO (1941-1974)

Número do processo: 229/96

Filiação: Anita Lima Piauhy Dourado e Pedro Piauhy Dourado

Data e local de nascimento: 03/05/1941, Jacobina (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 02/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Jacobina, fez o curso primário e o ginásial em Barreiras, na Escola de Dona Jovinha e no Colégio Padre Vieira, respectivamente. Mudou-se então para Salvador, onde fez o curso científico nos colégios Bahia e Ipiranga. Funcionário da Petrobras, trabalhou na Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe (BA). Filiou-se ao sindicato da categoria, onde desenvolveu intensa atividade. Em abril de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como motorista de táxi, passando a atuar no eixo entre Rio e São Paulo. Nessa época, costumava visitar seus pais em Barreiras, na Bahia. A partir de 1967, passou a atuar na clandestinidade, já como militante do PCdoB. O Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Nelson viajou para a China em 13/09/1968, "onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim". Em contradição com esse registro, um documento do SNI informa que a viagem à China ocorreu em 26/01/1967.

Sabe-se que, antes de residir na localidade de Metade, no Araguaia, morou também no extremo norte de Goiás, tendo estabelecido uma farmácia em Augustinópolis, hoje estado de Tocantins, margem direita do Araguaia, bem perto da área da guerrilha. Integrante do Destacamento A, ficou conhecido na região pelo apelido Nelito. Conheceu Jana Moroni Barroso, a Cristina, com quem se casou em 1971. Nelson Lima Piauhy Dourado comandou um dos cinco grupos de cinco guerrilheiros que, após o ataque de Natal à Comissão Militar da guerrilha, combinaram seguir para rumos diferentes, conforme registrado no Relatório Arroyo.

Moradora da região, Adalgisa Moraes da Silva registrou em depoimento uma passagem sobre as atividades de Nelson (Nelito) na guerrilha: "(...) que os guerrilheiros haviam colocado fogo em uma ponte na Transamazônica, no Município de São Domingos; que a Rosinha, a Sônia, o Nelito, o João Araguaia, o Nunes, o Orlandinho, o Beto, o Alfredo, o Zé Carlos, o Edinho e Valdir e o Zebão colocaram fogo na ponte para impedir que os carros passassem; que eles atacaram um posto da polícia militar e colocaram um soldado para ir à pé até Marabá, vestindo apenas uma cueca, pegaram as armas, as facas, o Alfredo vestiu a roupa do sargento, e passaram logo após na casa da declarante, vestindo roupa da Polícia Militar; que eles passaram na casa da declarante um dia após os fatos; que eles queimaram a ponte numa sexta-feira, atacaram o posto da Polícia Militar no Domingo e estiveram na casa da declarante na segunda-feira seguinte".

Quanto às condições concretas da morte ou desaparecimento de Nelson, reunindo informações contraditórias fornecidas por moradores da região, tem-se que José da Luz Filho, lavrador cujo pai permaneceu detido durante sete meses em Marabá, testemunha que Nelito e Cristina foram presos e levados para Bacaba. Zé da Onça afirma conhecer uma senhora, cujo nome não revelou, que saberia dizer onde estão as ossadas de Nelson Piauhy Dourado (Nelito), de Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) e do camponês Pedro Carretel, todos mortos no mesmo dia segundo seu testemunho. Outro depoimento indica como possível local de sepultura de Nelson o castanhal Brasil-Espanha.

Raimundo Nonato dos Santos, conhecido como Peixinho, informa que Pedro Carretel foi preso por uma equipe de militares guiada por Zé Catingueiro, sendo ferido por um tiro do próprio Zé Catingueiro e que na mesma ocasião Nelito foi morto. Conta também que a operação onde morreu Nelito e foi capturado Carretel era comandada pelo capitão Rodrigues.

Pedro Matos do Nascimento, conhecido por Pedro Mariveti, relata que, preso na Bacaba, conversou com Babão, um guia do Exército, que contou terem matado e decapitado o Ari, conforme já descrito. Além disso, Babão disse que na cabeceira da pista de pouso na Bacaba foram sepultados vários corpos. Ele se recorda de Babão ter dito que Nelito e uma Japonezinha estariam enterrados lá.

Em 1974, agentes do DOPS de Salvador invadiram a casa dos irmãos de Nelson, apoderando-se de uma carta onde os seus companheiros de guerrilha informavam de sua morte. A polícia política do Regime Militar tentava não deixar qualquer prova da existência de combates na região do Araguaia. Seu irmão, José Lima Piauhy Dourado também desapareceu no Araguaia, na mesma época. Sua mãe faleceu nesse mesmo ano, ao saber da morte dos filhos. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, apenas oficializou a informação de que Nelson foi "morto em 02/01/1974".



JANA MORONI BARROSO (1948 - 1974)

Número do processo: 196/96

Filiação: Cyrene Moroni Barroso e Benigno Girão Barroso

Data e local de nascimento: 10/06/1948, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 02/01 e 11/02/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Cearense de uma conhecida família de Fortaleza, cresceu em Petrópolis (RJ), onde praticou escotismo, primeiro como "Lobinho", depois "Bandeirante". Concluiu naquela cidade o ensino médio e cursou até o quarto ano de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se integrou à Juventude do PCdoB. Trabalhou com outros companheiros como responsável pela imprensa clandestina do partido. Em 21 de abril de 1971, foi deslocada para a localidade de Metade, região do Araguaia, onde trabalhou como professora e ficou conhecida como Cristina, integrando o Destacamento A da guerrilha. Dedicou-se também a atividades de caça e ao plantio. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado. Ao se despedir dos pais, deixou-lhes uma carta explicando as razões de sua opção política e um exemplar do clássico de Gorki, *A Mãe*, que narra uma sensível história de amor entre um militante socialista e sua mãe na Rússia czarista.

No livro *Operação Araguaia*, Tais Moraes e Eumano Silva escrevem: "Em entrevista ao historiador Romualdo Pessoa Campos Filho, o morador José Veloso de Andrade contou que Cristina morreu nas mãos dos militares. Segundo o depoimento do ex-mateiro Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, para o Ministério Público, Jana teria sido presa em um local chamado Grota da Sônia. Ela se deslocava para o ribeirão Fortaleza para encontrar Duda (Luiz Renê Silveira e Silva). Este, já preso, foi obrigado a levar os militares ao ponto. Raimundo, ao avistá-la, teria feito sinal para que fugisse, mas outra equipe já a cercava. Cristina estava desarmada, mas um soldado disparou contra ela. Raimundo afirma que Jana foi deixada no local, insepulta. Apenas uma foto teria sido feita".

Raimundo Nonato relata em outro depoimento que "Cristina foi presa perto de um local chamado "Grota da Sônia" em homenagem a uma outra guerrilheira que gostava muito daquele lugar; que quando viu a Cristina, que estava desarmada, ainda fez sinal para que ela fugisse,

no entanto, outra equipe já vinha entrando, a qual estava sendo guiada pelo Taveira. O soldado Silva atirou na Cristina, que morreu na hora. O comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva. O corpo da Cristina foi deixado largado, não foi enterrado e nem retirado nenhum pedaço para identificação. Nessa ocasião foi tirada a foto que foi objeto de reconhecimento anterior (...)"

Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, traz outras informações colhidas na mesma fonte: "José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 68, soube o que aconteceu a Cristina: 'Ela morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do...chamavam ele Dr. Terra (...) Ai, toparam nela (...) Não foi combate, ela... (...) eles pressentiram o pessoal do Exército, ela correu (...) Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu...A flor da subversão na boniteza".

Em vários outros depoimentos, no entanto, a versão é que Jana foi presa viva. Assim, um camponês que foi guia do Exército testemunhou: "Nós chegamos no 'sapão' (helicóptero) na cabeceira do Caiano. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vim tomando chegada. Ai os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: 'Não atira não, deixa ver quem é primeiro'. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Ai, ela chegou a uma distância como daqui aquele pauzinho ali. Ai pegaram e irradiaram para o Comando de Pontão na mesma hora. Ai o 'sapão' veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá...Eu só vi ela essa vez. ... Era ela mesma. Eu vi sim. Eles me mostraram a fotografia dela. Eles me mostraram idêntica que está neste retrato aí. É fotografia dela, pura. ... Foi bem no fim. Agora, eu não sei se eles mataram ela, se prenderam. Só sei que ela foi pega à mão. Eu vi bem, com esses dois olhos, aqui. Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupas toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já".

Na mesma linha, segue o depoimento de José da Luz Filho, lavrador cujo pai ficou sete meses preso em Marabá: "A Cristina e o Nelito foram presos e levados pra Bacaba".

A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, na rodovia Transamazônica, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino. Conforme o relato de sua mãe, Jana teria sido amarrada praticamente nua e colocada dentro de um saco que foi içado por um helicóptero. Isto teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia.

A discrepância entre a data de sua morte, indicada no Relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, 08/02/1974, e os convergentes depoimentos apontando sua prisão em 02/01/1974 concorrem no sentido de confirmar que Jana foi presa viva. Tanto o livro de Hugo Studart, baseado no Dossiê Araguaia, quanto a série de matérias publicadas no jornal *O Globo* em 1996 apresentam como data de sua morte 11/02/1974, três dias depois da apontada pela Marinha.

Em Petrópolis, a cidade onde cresceu, existe hoje um centro público de obstetrícia que recebeu o nome Maternidade Jana Moroni Barroso.



MARIA CÉLIA CORRÊA (1945-1974)

Número do processo: 041/96

Filiação: Irene Creder Corrêa e Edgar Corrêa

Data e local de nascimento: 30/04/1945, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 02/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascida no Rio de Janeiro, Maria Célia era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971, como militante do PCdoB, foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Corrêa, ambos também desaparecidos naquela guerrilha. Pertenceu ao Destacamento A, sendo conhecida como Rosa. Era casada com João Carlos Campos Wisnesky, ex-estudante de Medicina na UFRJ, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha. Mais tarde, Telma (Lia) manteve relacionamento com Divino Ferreira de Souza, que morreu em outubro de 1973.

Há discrepâncias entre as possíveis datas de sua morte ou desaparecimento, variando entre janeiro e meados de 1974. No texto de Tais Moraes e Eumano Silva, de *Operação Araguaia*, a prisão é assim narrada: "*Rosa, ou Rosinha, como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros. Chega à casa de Manoelzinho das Duas – o sujeito vive com duas mulheres na mesma casa. Manoel tenta convencer a guerrilheira a se render. Muita gente está sofrendo por causa do conflito, argumenta o caboclo.*

'Prefiro morrer do que me entregar', reage Rosinha.

Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega ao delegado de São Domingos, Geraldo da Coló. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia.

Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba".

O relatório assinado, em 2002, por quatro procuradores do Ministério Público Federal, Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. registra que Maria Célia foi vista presa: "*Rosinha: Maria Célia Corrêa, em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu).*"

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia também registra a morte de Maria Célia como ocorrida em janeiro de 1974. E acrescenta: "*Teria havido um debate entre os próprios militares sobre a necessidade ou não de executá-la, já que, argumentavam alguns oficiais, Rosa não oferecia perigo. A decisão final foi a de cumprir as ordens superiores de não fazer prisioneiros.*"

Consta no processo junto à CEMDP documento elaborado por Aldo Creder Corrêa, irmão de Maria Célia, informando que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que "*todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva*". Baseando-se nessa conclusão, foi impetrado *habeas-corpus* junto ao Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado a partir das informações prestadas pelo chefe de gabinete do Ministério do Exército. Escreveu esse oficial do Exército, coronel Oswaldo Pereira Gomes, mais tarde general e representante das Forças Armadas na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: "*...declaro que, compulsando os arquivos da Assessoria no Judiciário do Ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos processos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa. Brasília, DF, 21 de maio de 1981.*"

O processo traz ainda um recorte do jornal *O Globo*, do dia 02/05/1996, onde Manuel Leal Lima declara que "*um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís Renê da Silva, o Duda e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles*". Em função desse depoimento os familiares pediram a interdição do local descrito por Manuel Leal Lima, para em seguida promover a busca dos restos mortais de Maria Célia.



RODOLFO DE CARVALHO TROIANO (1950-1974)

Número do processo: 034/96

Filiação: Geny de Carvalho Troiano e Rodolfo Troiano

Data e local de nascimento: 02/04/1950, Juiz de Fora (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 12/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Mineiro de Juiz de Fora, Troiano participou ativamente do Movimento Estudantil secundarista. Foi preso por ter pichado o Morro do Cristo, naquela cidade, com frases em defesa do socialismo. Cumpriu pena de seis meses no presídio de Linhares (Juiz de Fora). Existe também a informação de que foi preso na cidade de Rubim, região do Jequitinhonha, no norte de Minas. Ao ser posto em liberdade, no final de 1970, em razão da perseguição que lhe moviam os órgãos de repressão, já militando no PCdoB, optou por viver no interior do Pará, na posse de Chega Com Jeito, próximo ao Brejo Grande, no Araguaia. Destacou-se como combatente do Destacamento A, onde usava o nome Manoel ou Mané.

No Relatório Arroyo, consta que, "em 25/12/73 estava sendo aguardado no acampamento que sofreu o tiroteio neste mesmo dia por volta de 12:00 hs, deveria chegar à tarde, por isto talvez ainda estivesse vivo". Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, foi morto em 12/01/1974.

O site www.desaparecidospoliticos.org.br traz uma longa declaração prestada ao Ministério Público Federal, em 06/07/2001, em São Domingos do Araguaia, pelo casal de camponeses Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres.

Reportam aqueles moradores do Araguaia: "cerca de 10 dias após a soltura do declarante, este foi com sua esposa para sua antiga residência no Tabocão; (...) que, pouco tempo depois, viu a chegada, na sua casa, de João Araguaia (Demerval da Silva Pereira), Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) e Sebastião, adolescente, sobrinho dos declarantes e filho do Zé dos Santos; que João Araguaia e Manoel lhe disseram que tinham vindo entregar o Sebastião para a família; que Sebastião voltou à mata para buscar os seus pertences, enquanto que a declarante foi chamar seu marido e Zé dos Santos; (...) que Manoel tinha aparência amarela, magro e dentuço; que João Araguaia tinha a mesma aparência de antes: forte, trajando bermuda jeans, sem camisa, portando metralhadora e um revólver 38 na cintura; que o declarante ouviu de João Araguaia que este tinha responsabilidade para com o menino Sebastião e por isso estava voltando para entregá-lo à sua família; que Zé dos Santos nem esperou Sebastião, disse que iria ao Brejo Grande pegar um carro para ir (...) avisar aos militares que seu filho havia voltado, já que sabia que este seria preso caso não informasse;(...)

Zé dos Santos contou a história e voltou logo com 2 equipes de 12 soldados até a casa dos declarantes no Tabocão; que os militares interrogaram Sebastião e, no dia seguinte, às 4 horas da manhã, com lanternas acesas foram para a mata, levando Sebastião; que, por volta das 6 ou 7 horas da manhã, os declarantes ouviram rajadas de tiros e, logo em seguida, 2 tiros separados; que, em seguida, chegou um soldado de volta da mata, pedindo uma rede; que os declarantes deram-lhe a rede; que, em seguida, os militares e Sebastião voltaram da mata, carregando a rede com um corpo envolto em um saco plástico azul; que os militares jogaram a rede na frente da casa dos declarantes, como se joga um porco, e chamaram Zé dos Santos para cavar a sepultura; que Zé dos Santos cavou a sepultura a 5 metros da frente da casa de seu cunhado, próximo a um tronco grosso caído; que os militares e Sebastião falaram aos declarantes que foi Manoel quem foi morto; (...) que os militares e Sebastião contaram aos declarantes que, após a rajada de tiros, esperaram a fumaça de pólvora subir um pouco e foram fazer a busca; que eles encontraram sangue no chão e foram seguindo o seu rastro; que ao chegarem em um pau atravessado na mata, constataram que Manoel estava deitado em baixo do pau com um tiro nas costas, à altura da cintura, mas ainda vivo; que um dos militares pegou sua FAL, apontou para a cabeça de Manoel, e deu dois tiros. (...). Quase ao mesmo tempo da chegada do corpo, chegou também um helicóptero. Os militares roçaram um mamonal para o helicóptero poder aterrissar entre a casa da mãe da declarante e do seu irmão e levaram no helicóptero os pertences dos guerrilheiros".



HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES (1949-1974)

Número do processo: 111/96

Filiação: Carmen Navarro Rivas e Hélio Gerson Menezes de Magalhães

Data e local de nascimento: 23/11/1949, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 14/01/1974

Publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Filho de um comandante da Marinha, o estudante carioca Hélio Luiz Navarro de Magalhães cursou Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro e também estudava piano. Participou ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Devido às dificuldades impostas pelo AI-5, terminou abandonando a vida universitária e foi viver na região do Araguaia, já incorporado à militância do PCdoB, sendo conhecido por Edinho no Destacamento A. Seus companheiros relataram que, inicialmente, enfrentou dificuldades de adaptação à vida na selva, principalmente para cozinhar e calcular distâncias. Como passou a contar cada passo, Edinho adquiriu o apelido de "passômetro", mas também a capacidade de calcular distâncias com grande precisão. Tocava flauta na floresta.

Referindo-se ao mês de janeiro de 1974, Ângelo Arroyo escreveu em seu Relatório: "*dia 14, acamparam próximo a uma capoeira abandonada e onde a casa do morador havia sido queimada pelo Exército. Ao amanhecer do dia 14, dois companheiros foram ver se conseguiam alguma mandioca. (...) Às 9h30, quando estavam preparando uma refeição, ouviram um barulho estranho na mata. Ficaram de sobreaviso, com as armas na mão. Viram então os soldados que vinham seguindo o rastro e passaram a uns dez metros de onde os companheiros se encontravam. Os soldados atiraram, ouviram-se várias rajadas. J., Zezim e Edinho (Hélio Luiz Navarro) escaparam por um lado. Não se sabe se os outros três – Piauí, Beto e Antônio – também escaparam*".

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, contém três anotações sobre Hélio: "*Fev/74 – Foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega com Jeito, portando um fuzil metralhadora adaptado cal.38, um revólver cal.38 e uma cartucheira com 36 cartuchos. Fev/74 – filho do Comte. Hélio Gerson Menezes Magalhães, foi preso após ter sido ferido. Possibilidades de sobrevivência desconhecidas. Nov 74 – relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 14/03/74*".

O *Correio Brasileiro* publicou, em 17/06/2007, matéria de Leonel Rocha, que acabava de realizar uma visita de quatro dias à região da guerrilha. O jornalista informa: "*quem também voltou à sua antiga roça foi Raimundo Nonato dos Santos. Aos 77 anos, é conhecido como Peixinho e esteve no centro dos combates. Ele conta que perdeu porcos, patos, galinhas e uma chácara com frutas e legumes plantados. 'Me corta o coração falar desse assunto hoje', diz Peixinho, que chama os antigos guerrilheiros de 'o povo da mata'. Obrigado pelo Exército, localizou o guerrilheiro Hélio Luiz Navarro de Magalhães, conhecido como Edinho, preso e ferido pela patrulha em março de 1974*".

No livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, consta a informação de que o ex-encarregado da lanchonete da Bacaba, José Veloso de Andrade, viu Edinho preso naquele acampamento. O já mencionado relatório que quatro procuradores do Ministério Público Federal produziram em 2002 registra que ele foi preso e ferido em confronto com as Forças Armadas, em São Domingos do Araguaia, na mesma ocasião em que foi preso Luiz René Silveira e Silva, o Duda. Essa informação é confirmada por Tais Moraes e Eumano Silva em *Operação Araguaia: "Preso quando o mateiro Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, junto com o soldado Ataíde e o capitão Salsa, encontrou-o com Duda perto da 'cabecira da Borracheira'. Durante o embate Edinho levou três tiros. Duda nada sofreu. Edinho foi colocado em uma padiola e socorrido. Os dois foram transportados de helicóptero*".

Em carta escrita por Carmen Navarro Rivas mãe de Hélio Luiz Navarro de Magalhães, a família abriu mão da indenização prevista na Lei nº 9.140/95 e pediu às autoridades esclarecimentos sobre o desaparecimento de seu filho: "*que se abra o caminho da verdade que está nas mãos daqueles que o possuem*". A carta também é assinada por Diana Pilo, mãe de Pedro Alexandrino Oliveira Filho. No site www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia, considerado como a mais abrangente fonte de informações e documentação pertinentes àquele episódio de guerrilha, constam outras informações sobre o caso.



VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO (1949–1973)

Número do processo: 046/96

Filiação: Elza Pereira Coqueiro e Arnóbio Santos Coqueiro

Data e local de nascimento: 09/12/1949, Boa Nova (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 17/01 ou setembro/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Vandick estudou em Jequié, no Instituto Régis Pacheco. Naquela cidade, participou de um grupo de estudo de literatura junto com outras duas guerrilheiras do Araguaia: sua futura esposa, Dinaelza, também desaparecida, e Luzia Reis Ribeiro, presa em 1972. Mais tarde, cursou Economia na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, até o 3º ano. Fez parte do Comitê Estudantil do PCdoB, em 1970, quando foi eleito para o DCE da Universidade. Era também professor de História. Em 1971, ele e Dinaelza Santana Coqueiro, sua mulher, foram juntos para a região do Gameleira, onde ficou conhecido como João Goiano, do Destacamento B.

Segundo o Relatório Arroyo, "*Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera o tiroteio em 17/12 contra Antônio Teodoro e Elmo, para encontrá-los e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25/12, segundo informações de Osvaldão. No entanto, Antônio e Elmo já haviam se encontrado com Arroyo em outro local. Desde esta data estão desaparecidos*".

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra apenas que foi "*morto em 17/01/1974, pela equipe C 11*".

Pedro Vicente Ferreira, conhecido por Pedro Zuza, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 07/07/2001, disse que serviu de guia durante dois meses na região do Embaubal e que buscavam a turma do Osvaldão, já tendo matado o Amaury (Paulo Roberto Pereira Marques) e Zé Goiano ou João Goiano, como era chamado o Vandick, na região.

Baseado no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram da repressão à guerrilha, Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, apresenta uma data completamente diferente: "*O Dossiê informa que morreu em SET 74. Foi o penúltimo guerrilheiro a ser apanhado pelos militares*".



LUIZ RENÊ SILVEIRA E SILVA (1951-1974)

Número do processo: 227/96

Filiação: Lulita Silveira e Silva e René de Oliveira e Silva

Data e local de nascimento: 15/07/1951, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 19/janeiro e março/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Estudante carioca, cursou o primário e o secundário no Instituto Lafayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso no ano seguinte. Tinha apenas 19 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia, já militante do PCdoB, ficando conhecido na região como Duda. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Apesar de ter cursado apenas o 1º ano, dedicava-se à medicina, além de estudar política e economia. Em 1980, sua mãe, Lulita Silveira e Silva, foi à Escola de Medicina e Cirurgia à procura de uma fotografia de Luiz Renê e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada. Informaram que havia sido retirada por agentes dos órgãos de segurança.

Como em muitos outros casos de mortes ou desaparecimentos durante a guerrilha do Araguaia, existem distintas versões e datas a respeito de Luiz Renê. Na apresentação do caso anterior, já se informou que os procuradores do Ministério Público Federal colheram depoimentos de moradores do Araguaia indicando que Luiz Renê e Hélio foram presos juntos, estando apenas Hélio ferido. Já as informações colhidas por Cirene Barroso, mãe de Jana Moroni Barroso, também junto aos moradores do Araguaia, apontam que Luiz teria sido preso em uma casa de camponeses, com a perna quebrada por um tiro e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início de 1974.

Segundo o Relatório Arroyo, "*No dia 19/01/74, Ângelo e Zezinho se separaram de Luiz Renê Silveira e Hélio. Hélio e Luiz Renê nunca mais foram vistos*". No site www.desaparecidospolíticos.org.br/araguaia estão arquivados vários outros depoimentos. Conforme já visto na apresentação do caso Maria Célia Corrêa, a Rosinha, o ex-guia Vanu teria presenciado a execução de Luiz Renê: "*um helicóptero aterrisou trazendo três prisioneiros: Antônio de Pádua, o Piauí, Luís Renê da Silva, o Duda, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos,*

todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles. Foi horroroso: as cabeças dos guerrilheiros ficaram totalmente destruídas, cheias de miolos e sangue exposto – lembrou Vanu, ressaltando que desta vez os próprios soldados enterraram os corpos em valas próximas à cabeceira do rio, onde hoje fica o lote de Antônio Branco"

Outros depoimentos indicam que Duda teria sido morto em bombardeio no castanhal Brasil-Espanha, onde seus restos mortais estariam enterrados, versão corroborada por Pedro Moraes da Silva, que informou ter conhecido Duda: "*cujo corpo foi jogado em castanhal na Região Gameleira, que hoje é a Fazenda Brasil-Espanha, que viu Duda, quando passou em frente da casa do Vanu no tempo em que o declarante lá morava, amarrado e seguido por mais ou menos 20 soldados do Exército, fardados; que os pulsos de Duda já estavam sem pele em razão das cordas que o amarravam; que reconheceu a ossada de Duda, em virtude da camisa esticada em cima de uma árvore e pelos ossos da perna que eram compridos por ser Duda muito alto; que o declarante pegou no crânio e viu um buraco de bala no meio da testa".*

Outro depoimento registra que Luiz René teria sido preso na casa de um camponês em São Geraldo. Agenor Moraes da Silva, também ex-guia do Exército, testemunha que "*Duda foi pego na região do Chega com Jeito; (...) viu o Duda preso, algemado, dentro de uma sala; que o Duda foi levado para a mata, porque descobriram que ele teria um encontro com a Cristina (...) que o declarante ficou sabendo que a Cristina foi morta naquele dia; que viu Duda sentado no Bacaba, que estava numa sala, com as mãos algemadas para trás; que um empregado do restaurante do Bacaba disse que iriam levar o Duda ao encontro de Cristina e outros guerrilheiros, já que os guerrilheiros tinham encontro marcado entre eles de 15 em 15 dias, para planejar novas ações. Manoel Leal de Lima, o Vanu, também declara que chegou a ver presos o Piauí, o Duda e o Pedro Carretel; que esses três foram transformados em guia; que esses três foram mortos no final da guerra no Bacaba; que o depoente acompanhou a equipe mas se separou antes deles serem mortos, só ouviu tiros e uns quinze dias depois viu os corpos numa toca".*

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra que Luiz René foi morto em combate, em Xambioá, em março de 1974.



JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO (1946–1973)

Número do processo: 228/96

Filiação: Anita Lima Piauhy Dourado e Pedro Piauhy Dourado

Data e local de nascimento: 24/03/1946, Barreiras (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 24 ou 25/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Barreiras, fotógrafo, estudou no Colégio Padre Vieira e mudou-se para Salvador em 1960, onde cursaria a Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1968 teve discreta participação no Movimento Estudantil e ligou-se nesse mesmo ano ao PCdoB, mesmo partido de seu irmão mais velho Nelson, também desaparecido no Araguaia. Em agosto de 1971 foi deslocado para aquela região, morando inicialmente próximo à Transamazônica. Integrou o Destacamento A da guerrilha e pertenceu à guarda da Comissão Militar, sendo conhecido como Zé Baiano.

Segundo o relatório Arroyo, "*foi visto pela última vez, junto com Cilon quando tentavam encontrar o Jaime e o Ribas, que haviam se perdido em 28 ou 29/11/73, próximo da Grota do Nascimento, depois de descobertos pela repressão, quando Adriano foi morto". Segundo depoimentos de moradores da região, ele levou um tiro na cabeça durante emboscada do Exército, sendo enterrado na localidade de Formiga.*

Consta no relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, uma anotação de novembro de 1974 informando que teria sido morto em 24 de janeiro daquele ano. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, consta a anotação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data.

Na certidão fornecida pela ABIN à CEMDP consta unicamente que, em março de 1975, o nome de José de Lima fazia parte de uma relação elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, foi anistiado no Processo n.13/72, da 6ª CJM, onde consta a relação de pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional (LSN) absolvidas em face da Lei n. 6.683/79.



CUSTÓDIO SARAIVA NETO (1952–1973)

Número do processo: 007/96

Filiação: Hilda Quaresma Saraiva Leão e Dario Saraiva Leão

Data e local de nascimento: 05/04/1952, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 15/02/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Cearense de Fortaleza, compunha com Uirassu Assis Batista, seu companheiro de atividades no Movimento Estudantil secundarista – Custódio em Fortaleza, Uirassu em Salvador –, a dupla mais jovem entre todos os guerrilheiros do Araguaia, tendo nascido no mesmo dia e possuindo ambos 20 anos quando se iniciaram os confrontos armados. Perseguido por sua militância estudantil no Ceará e já militante do PCdoB, optou por ir viver às margens do Araguaia, estabelecendo-se na localidade de Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, onde ficou conhecido como Lauro.

Incorporou-se ao Destacamento A, sendo mais tarde transferido para o corpo da guarda da Comissão Militar. Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, afirma que Custódio "foi morto em 15 de fevereiro de 1974, em Xambioá".

Os jornalistas Tais Morais e Eumano Silva escreveram sobre ele em *Operação Araguaia: "Órfão de pai, começou a militar no Movimento Secundarista do Ceará. Participou de manifestações de rua e entrou para a lista dos perseguidos da repressão. Viajou pelo Brasil para ajudar na organização política dos estudantes do segundo grau. Num encontro entre dirigentes da UBES e da UNE, em Salvador, conheceu militantes mais tarde deslocados para o Araguaia. Entre eles estava a líder Helenira Resende. Combateram juntos no Destacamento A. Durante os confrontos, Lauro foi deslocado para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 15 de fevereiro de 1974, segundo a Marinha"*.



ANTÔNIO THEODORO DE CASTRO (1945–1974)

Número do processo: 141/96

Filiação: Benedita Pinto de Castro e Raimundo de Castro Sobrinho

Data e local de nascimento: 12/04/1945, Itapipoca (CE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 27/02/74

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Cearense de Itapipoca, cursou até o 4º ano de Farmácia na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Foi obrigado a se transferir para o Rio de Janeiro devido às perseguições políticas advindas de sua participação no Movimento Estudantil. Matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, onde continuou a participar das atividades estudantis em 1969 e 1970, militando também no PCdoB. Com o recrudescimento das perseguições políticas, Antônio foi deslocado em 1971 para o Araguaia, indo residir na região do rio Gameleira. Pertencia ao Destacamento B, sendo conhecido por Raul, Teo e Ceará.

Segundo o Relatório Arroyo, Antônio já havia sido ferido no dia 30/09/72, quando desapareceram João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira e Manoel Nurchis. No relatório do Ministério da Marinha consta: "Fev./74 - Foi morto durante ataque de terroristas à equipe que

o conduzia. Nov./74 – Relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 27/02/74".

Há informações de que seus restos mortais podem estar enterrados na Bacaba, no quilômetro 68 da Transamazônica, onde funcionou uma base militar com centro de torturas. Segundo moradores do local, havia um cemitério clandestino no fundo dessa base, próximo à mata.

Com base no Dossiê produzido por militares que atuaram no combate à guerrilha, o jornalista Hugo Studart registra também a informação de que Antônio Teodoro teria morrido entre o Natal e 31 de dezembro de 1973, executado depois de preso. A discrepância de quase dois meses entre possíveis datas de sua morte pode significar que tenha permanecido vivo durante todo esse período.



CILON DA CUNHA BRUM (1946-1974)

Número do processo: 086/96

Filiação: Eloah Cunha Brum e Lino Brum

Data e local de nascimento: 03/02/1946, São Sepé (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 27/02/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Gaúcho de São Sepé, iniciou seus estudos no Rio Grande do Sul e se transferiu posteriormente para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC e atuou no Movimento Estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico da Economia e dirigente do Diretório Central dos Estudantes. Ao mesmo tempo, trabalhou na MPM publicidade. Seu último contato com a família foi em junho de 1970, quando esteve em Porto Alegre e revelou para seus irmãos que estava com problemas políticos e que poderia ser preso a qualquer momento.

Militante do PCdoB, foi deslocado em 1971 para uma localidade junto ao rio Gameleira, no Araguaia, sendo conhecido como Simão ou Comprido. Conforme o relatório Arroyo, "em out./72 passou a vice-comandante do dest. B". Estava junto com Osvaldão na localidade de Couro Dantas quando foi morto o cabo Rosa, primeiro militar a ser abatido pelos guerrilheiros, em maio de 1972.

O relatório do Ministério da Marinha informa que, "em set./73 – era chefe do Grupo Castanhal do Dest. B. Morto em 27/02/74". Pedro Ribeiro Alves, conhecido como 'Pedro Galego' testemunhou, em depoimento ao Ministério Público Federal, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, ter visto vivos, no acampamento do Exército em Xambioá, os guerrilheiros Batista, Áurea, Simão (Cilon da Cunha Brum) e Josias.

Em documento elaborado pela ABIN em 21/02/2005, em resposta a um requerimento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, consta que Cilon, "foi militante do PCdoB, fez curso de guerrilha na região de Marabá/PA. Em set. 72, seu nome integrou uma relação de procurados pelo Departamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI-CODI/II Ex)".

O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, apresenta uma foto de Cilon já preso, agachado junto a um grupo de militares, e relata: "Em uma das passagens por Xambioá, o soldado Adolfo da Cruz Rosa conheceu o guerrilheiro Simão, preso pelos militares. O esquerdista andava solto pela base das Forças Armadas montada nos arredores da cidade. Sem algemas, mas vigiado, bombeava água para o acampamento por ordem dos comandantes. Alto, branco, Simão estava com Osvaldão na refrega em que morreu o cabo Rosa. Havia dúvida sobre quem deu o tiro fatal. Colegas estimulavam Adolfo a matar o comunista e vingar a morte do irmão. O soldado dizia que considerava a idéia um absurdo. Adolfo e Simão conversaram várias vezes. Uma vez o irmão do cabo Rosa quis tirar a dúvida.

'Você matou meu irmão?'

'Não, não fui eu.'

Mais, Simão não disse. Perguntado sobre a responsabilidade de Osvaldão, nada respondeu. O tempo passou. Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata".

Em 2003, na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, a deputada do PCdoB Jussara Cony participou do lançamento da obra *Para não esquecer o Araguaia – em memória do gaúcho Cilon*. O livro foi escrito pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria, Diorge Konrad, trazendo depoimentos da vereadora Tânia Leão, de São Sepé, autora da lei que deu o nome Cilon Cunha Brum a uma praça naquela cidade.



ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA (1943-1974)

Número do processo: 201/96

Filiação: Maria Jardilina da Costa e João Lino da Costa

Data e local de nascimento: 12/06/1943, Luís Correa (PI)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 05/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Piauiense de Luís Correia, no Delta do Parnaíba, estudava Astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando começou a participar ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Fez parte da do Diretório Acadêmico do Instituto de Física e foi membro do Conselho do Dormitório do Alojamento do "Fundão". Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança do regime militar. Optou pela militância política clandestina, quando já era militante do PCdoB. Mudou-se em 1970 para o Araguaia, fixando residência na localidade de Metade, onde era conhecido como Piauí. Foi o vice-comandante do Destacamento A e, após a morte de André Grabois, assumiu o comando.

Conforme já transcrito na apresentação do caso Hélio Luiz Navarro de Magalhães, o Relatório Arroyo registra a ocorrência de um choque armado em 14/01/1974, no qual três guerrilheiros conseguiram fugir, mas não se sabia o que acontecera com outros três: Piauí (Antônio de Pádua Costa), Beto (Lúcio Petit da Silva) e Antônio (Antônio Alfaiate).

No já mencionado relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, apresentado em janeiro de 2002, a informação é colidente com a da Marinha: "*Piauí: Antônio De Pádua Costa, foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base da Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe. Manoel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Piauí foi morto na Bacaba, assim como Duda e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou*".

O livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, vai na mesma direção: "*Piauí, um dos quadros mais qualificados do PCdoB, andou pelo mato por várias semanas, até que um menino que o acompanhava (cujo pai aderira à guerrilha e fora morto) resolveu levá-lo à casa de um tio. Estava faminto, seminu. Foi entregue à tropa, que o encapuzou, amarrou e levou para a Bacaba. O mateiro Peixinho acompanhou-o em cinco patrulhas na busca por depósitos de armas ou mantimentos. A princípio Piauí ia amarrado. Depois andava com a tropa. Um dia disseram ao mateiro que Piauí não o acompanharia mais*".

O livro de Hugo Studart informa que, no Dossiê Araguaia, a data apontada para a morte é 24/01/1974. O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, acrescenta detalhes sobre a vida e morte de Antônio de Pádua Costa no Araguaia: "*Moradores contam que em uma festa, em meados de 1973, Piauí dançou e namorou uma moça a noite inteira – sem tirar a arma das costas. Tinha temperamento alegre e brincalhão. Preso na casa do morador Antônio Almeida, foi obrigado a andar com o Exército diversas vezes pela mata, em busca dos depósitos de suprimentos. Levou os militares a esconderijos vazios. O ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, o Vanu, afirmou, em depoimento ao Ministério Público, tê-lo visto preso na base de Bacaba. Algum tempo depois, encontrou o corpo na mata, ao lado de outros dois guerrilheiros. Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra aparece dentro de*

um buraco do Vietnã. De acordo com a Marinha, Piauí foi morto pela guerrilheira Rosinha, codinome de Maria Célia Corrêa, no dia 5 de março de 1974. A versão não faz sentido".



JOSÉ HUBERTO BRONCA (1934–1974)

Número do processo: 071/96

Filiação: Ermelinda Mazzaferro Bronca e Huberto Atteo Bronca

Data e local de nascimento: 08/09/1934, Porto Alegre (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido em Porto Alegre e sem a letra m na grafia de seu nome, por influência do italiano de seus pais, José Huberto era um desportista. Dedicou-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo conquistado medalhas nesta última modalidade. Desempenhou várias atividades profissionais, chegando a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo. Fez o primário na escola do Rosário e o curso de mecânica de máquinas na Escola Técnica de Parobé. Formou-se em mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na VARIG durante muitos anos. Sua militância política é anterior a abril de 1964. Após o Golpe de Estado, já integrado ao PCdoB, foi para o exterior, permanecendo durante algum tempo na China, onde teria recebido treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Em 1966, voltou ao Brasil e passou a atuar na clandestinidade, no Rio de Janeiro. Vivia num pequeno quarto em São João de Meriti.

Chegou ao Araguaia em meados de 1969. Foi vice-comandante do Destacamento B, sendo conhecido como Zequinha ou Fogoió, até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da guarda. No dia de Natal de 1973, estava no acampamento atacado pelo Exército. Consta em certidão enviada pela ABIN à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que, em maio de 1972, "*pediu emprego em uma fazenda de nome Suiá Missu, mas como não conseguiu uma vaga, se deslocou para São Félix do Araguaia e de lá para Santa Terezinha. Era guerrilheiro ligado ao PCdoB, em Xambioá/PA*". O Relatório do Ministério da Marinha registra que Bronca foi "*morto em 13 de março de 1974*".

Segundo o relatório de viagem à região do Araguaia, de Dower Moraes Cavalcante, apresentado à Comissão Justiça e Paz, em 10/12/91: "*Na grande maioria das vezes, os soldados, após os combates, resgatavam os corpos para as bases de Xambioá ou São Geraldo. Outras vezes, enterravam os guerrilheiros mortos no próprio local do combate, depois de fotografá-los, levando apenas a cabeça para proceder à identificação. Desta forma, há guerrilheiros que foram sepultados, ou deixados insepultos, nas áreas de Bacaba, Metade, Gameleira e Caianos. É o caso de Zequinha que, acompanhado de Daniel Calado e José Huberto Bronca, caiu numa emboscada na área de Formiga. 'Zequinha' morreu, e foi enterrado lá mesmo.(...)*".

O jornalista Elio Gaspari escreve em *A Ditadura Escancarada*: "*Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió (José Humberto Bronca), o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: 'Doutor, não vai me matar'. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquitos e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Humberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: 'Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió'. Segundo o registro da Marinha, ele morreu no dia 13 de março de 1974*".



DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945–1973)

Número do processo: 130/96

Filiação: Francisca das Chagas Pereira e Carlos Gentil Pereira

Data e local de nascimento: 16/02/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 28/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Salvador, Dermeval concluiu o curso secundário no Colégio Estadual daquela capital e, em 1965, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do Centro Acadêmico. Em 1969, foi expulso da Universidade por força do Decreto 477. Transferiu-se então para a Universidade Católica de Salvador, concluiu o curso e passou a trabalhar como advogado. Em 1971 foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política. Depois disso, já militando no PCdoB, foi viver clandestinamente na região do Araguaia, estabelecendo-se na localidade chamada Metade, integrado ao Destacamento A da guerrilha, onde era conhecido como João Araguaia.

Em *A Ditadura Escancarada*, escreve o jornalista Elio Gaspari: "*João Araguaia, que participara do ataque ao posto da PM e escapara da emboscada em que morrera André Grabois, partira à frente de um dos cinco grupos formados no dia 30 de dezembro. Provavelmente no final de janeiro, a sorte protegeu-o de novo. Foi com o guerrilheiro Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na mata, e deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba*".

O relatório assinado em 28/01/2002 pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr anota seu nome entre as pessoas que foram vistas presas, conforme depoimentos colhidos por eles na região em 2001: "*João Araguaia: Dermeval Da S. Pereira, que se entregou ao Exército na casa de um depoente após intermediação de Luiz Garimpeiro. Foi visto por outro depoente na base da Bacaba, quando estaria sendo transferido para Marabá. Teria sido morto por ter jogado um copo d'água em um militar*".

Segundo depoimento prestado por José da Luz Filho, também morador da região, Dermeval teria sido preso na casa de uma moradora da região do Araguaia, de nome Nazaré Rodrigues de Sousa. O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa registra que "*Dermeval foi morto em 28 de março de 1974*". Hugo Studart, em *A Lei da Selva* faz referência a depoimentos da população dando conta de que teria sido preso e depois fuzilado no DNER de Marabá. Informa também que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente do combate à guerrilha, aponta sua morte como ocorrida em janeiro de 1974.



DINAELZA SANTANA COQUEIRO (1949–1973)

Número do processo: 047/96

Filiação: Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana

Data e local de nascimento: 22/03/1949, Vitória da Conquista (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 08/04/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiana de Vitória da Conquista, estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do DCE. Nessa época, casou-se com Vandick, estudante de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia, depois Transbrasil, até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

No sul do Pará, integrou o Destacamento B da guerrilha. Dinaelza participou de vários enfrentamentos armados. Sinésio Martins Ribeiro, guia do Exército na época, afirmou em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01: "*ficou sabendo pelo Pedro Galego e Iomar Galego que a Mariadina (Dinaelza) foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente, ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata; (...)*".

No relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que, "usava os codinomes Dinorá e Maria Dina e que sua carteira de identidade havia sido apreendida em um aparelho rural do PCdoB". Já o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que "Dinaelza foi morta em 8 de abril de 1974. (...) relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural. Levada a efeito pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá". Segundo depoimento de moradores de Xambioá, Dinaelza foi capturada por forças do Exército.

No relatório apresentado pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., em 28/01/2002, também ficou registrado: "Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro, foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspidado em um dos oficiais e então executada".

O livro de Elio Gaspari traz depoimento de José Veloso de Andrade, encarregado da lanchonete da Bacaba, informando ter visto seis guerrilheiros, vivos, naquele acampamento militar: Mariadina (Dinaelza), Chica (Suely Yumiko Kanayama), Edinho (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), Beto (Lúcio Petit), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Pedro Carretel (Pedro Matias de Oliveira) e Rosa (Maria Célia Corrêa).

No livro de Hugo Studart, consta: "Foi presa e executada pelos militares. A arma do militar falhou no momento da execução, de acordo com depoimento a esta pesquisa. Teria sido enterrada perto de São Geraldo, segundo camponeses".

Tais Morais e Elmano Silva escreveram em *Operação Araguaia* sobre Dinaelza: "Presa pelo mateiro Manoel Gomes nas proximidades da OP-1, revoltou-se com o tratamento recebido do Exército. Meiga com os familiares, xingou o Major Curió de 'chifrudo' e cuspiu na cara de um oficial. Foi morta em 8 de abril de 1974, segundo os registros da Marinha".

O número 208 de *A Classe Operária*, órgão oficial do PCdoB, trouxe trechos do depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados por Cícero Pereira Gomes, posseiro no Araguaia que colaborou com o Exército no combate à guerrilha. Depois de descrever com detalhes as torturas aplicadas a guerrilheiros e moradores da região, informou que o corpo de Dinaelza Santana Coqueiro está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, indicando o local da cova, perto de uma casa de tábuas.

Dinaelza era irmã de Diva Santana, que hoje dirige o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integra a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável por este livro-relatório.



OSVALDO ORLANDO DA COSTA (1938–1974)

Número do processo: 113/96

Filiação: Rita Orlando dos Santos e José Orlando da Costa

Data e local de nascimento: 27/04/1938, Passa Quatro (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e abril de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Mineiro de Passa Quatro, Osvaldão, como era conhecido, foi o primeiro quadro do PCdoB a chegar ao Araguaia, entre 1966 e 1967. Negro, 1,98m de altura, forte, era tido como generoso e corajoso, sendo muito respeitado pelos moradores e por seus companheiros. Carismático e temido pelos militares, foi um grande mito da guerrilha entre a população da região, ao lado de Dina.

Entre 1952 e 1954 morou na cidade de São Paulo, onde fez o curso Industrial Básico de Cerâmica na Escola Técnica. Mudou-se para o Rio de Janeiro e se formou na Escola Técnica Federal, como Técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958. Como atleta, vinculou-se ao Botafogo Futebol e Regatas, onde foi campeão carioca de boxe. Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR do Rio de Janeiro.

Viajou para a antiga Tchecoslováquia (atual República Tcheca), onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga. Em sua homenagem, o escritor tcheco Cytrian Ekwensi escreveu, em 1962, o livro *O homem que parou a cidade* ("Lidé z mesta"). O guerrilheiro só contou esse segredo, em 1963, à sua irmã Irene Orlando, que recebeu, com uma dedicatória, um exemplar do livro. Por sua militância política, foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois de abril de 1964, quando já militava no PCdoB.

Quando chegou ao Araguaia entrou na mata como garimpeiro e mariscador, tornando-se o maior conhecedor da área entre os militantes do PCdoB ali instalados. No ano de 1969, fixou residência numa posse que adquiriu às margens do Rio Gameleira. Sobre Osvaldão surgiram inúmeras lendas. Sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Foi comandante do Destacamento B, onde participou com êxito de vários combates. Foi, ao lado de Dina, o mais conhecido dos militantes do PCdoB entre a população do Araguaia.

Estava no acampamento da Comissão Militar quando ocorreu o ataque das Forças Armadas no dia de Natal de 1973, conseguindo escapar. Segundo depoimentos de moradores da região, foi morto em abril de 1974, próximo à Semana Santa, perto de São Domingos. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Na primeira vez em que o cadáver foi içado pelo helicóptero, caiu e fraturou ossos da perna. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares, sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como "Vietnã" (vala situada ao final da pista de pouso da Base Militar de Xambioá), onde eram lançados os mortos e moribundos. Com o término das operações militares, foi feita uma grande terraplanagem para descaracterizar o local.

José Rufino Pinheiro, que durante 6 meses e 16 dias ajudou o Exército na mata, entre 1973 e 1974, afirma ter presenciado a morte de Osvaldão, quando guiava um batalhão com 32 soldados. Segundo declaração prestada por ele, em 05/07/2001, ao Ministério Público Federal em São Domingos do Araguaia, Osvaldão foi morto na capoeira do Pedro Loca, junto da Palestina, por volta de 4 horas da tarde, por Arlindo Piauí, que era guia formado (homem de confiança do Exército). José Rufino conta que Osvaldão, muito magro e com fome, estava de costas, comendo macaxeira sentado num tronco caído, quando foi alvejado. Segundo o guia, ele foi atingido com um tiro só, de uma cartucheira 12, e o corpo foi levado pelo Exército para Xambioá, sendo um dos últimos guerrilheiros a ser morto.

Os relatórios militares trazem datas diferentes das relatadas pelos moradores da região, unânimes na afirmação de que Osvaldão foi morto em abril de 1974. O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, aponta como data da morte 07/02/1974, informando ainda que Osvaldão teria realizado curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim e que seria responsável pela execução de Pedro Ferreira da Silva, apontado como guerrilheiro, mas na verdade um grileiro de terras e informante das forças de repressão. O Relatório da Marinha, também de 1993, indica 02/01/1974 como data de sua morte.

Hugo Studart, em *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia registra a morte em abril de 1974, o que coincide com dezenas de depoimentos colhidos entre moradores locais. Studart acrescenta, ainda, que seu corpo foi enterrado no cemitério de Xambioá, mas no ano seguinte foi exumado e levado para ser queimado na Serra das Andorinhas.

O livro de Tais Morais e Eumano Silva, "*Operação Araguaia*", discorre sobre suas atividades e sua morte: "*Dava especial atenção ao treinamento militar e mostrava-se crítico com o despreparo dos companheiros. Matou um militar em encontro casual na mata e participou da execução de um morador. Tornou-se lenda na área da guerrilha. No imaginário da população, Osvaldão adquiriu fama de imortal. Os soldados inexperientes tremiam de pavor quando ouviam histórias sobre o gigante invencível. Os agentes secretos caçavam o comandante negro e ofereciam recompensa para quem informasse seu paradeiro. O mateiro Arlindo Piauí viu Osvaldão sentado na mata e, antes de qualquer reação do guerrilheiro, atirou e matou o mais famoso dos comunistas do Araguaia. A Marinha registra a morte em 7/2/74. O corpo foi içado pelo helicóptero e mostrado em toda a região antes de ser levado para a Base de Xambioá*".

TRÊS GUERRILHEIROS PRESOS JUNTOS

São bastante coincidentes os depoimentos de moradores do Araguaia informando que Antônio Ferreira Pinto, Lúcio Petit da Silva e Uirassu Assis Batista foram presos juntos, possivelmente em 21/04/1974. Segundo declarações prestadas por Margarida Ferreira Félix, em São Domingos do Araguaia, em 03/07/01, ao Ministério Público Federal, "no dia 21 de abril de 1974, os três últimos guerrilheiros foram presos na casa do Manezinho das Duas, quando eles vieram pedir um pouco de sal; que os guerrilheiros eram o Beto (Lúcio Petit da Silva), Antônio (Antônio Ferreira Pinto) e Valdir (Uirassu de Assis Batista); que os soldados do Exército enganaram os guerrilheiros, simulando que estavam pousando um helicóptero na casa da declarante, mas na verdade uma equipe de soldados foi para a casa do Manezinho das Duas, e lá prenderam os três; que o

marido da declarante ajudou a embarcar os três guerrilheiros vivos em um helicóptero do Exército; (...)"

Também em declaração prestada ao Ministério Público Federal em 06/07/2001, Antônio Félix da Silva, conhecido na região como Tota, contou que, "(...) servi como guia do Exército, não podíamos falar nada, nem pras nossas esposas. Eu vi quando pegaram o Valdi, o Beto e o Antônio e levaram embora num helicóptero. Eles estavam vivos e o Valdi com um "leixo" (leishmaniose) na perna, que não podia nem andar. Mesmo assim ele ouvia uma música num rádio que tocava e alegre batucava com a perna, mesmo sabendo que ia morrer. Foi no dia 21 de abril de 1974".



ANTÔNIO FERREIRA PINTO (1932–1974)

Número do processo: 323/96

Filiação: Manoel Ferreira Pinto e Leopoldina Maria de Jesus

Data e local de nascimento: 16/07/1932, Lagoa dos Gatos (PE)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 21/04/1974

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 27/08/1996 por 4x2 (votos contrários do general Oswaldo Pereira Gomes e de Paulo Gustavo Gonet Branco).

Data da publicação no DOU: 29/08/1996

Conhecido no Araguaia como Antônio Alfaiate, era pernambucano de Lagoa dos Gatos. Viveu na Baixada Fluminense, onde trabalhava como alfaiate, tornando-se dirigente do Sindicato dos Alfaiates do Estado da Guanabara. Participou dos movimentos populares pré-1964 em Duque de Caxias (RJ), contra a sonegação especulativa de gêneros alimentícios, incluindo ocupação de supermercados e açougues onde os produtos estavam sendo escondidos para alcançar maiores preços.

Militante do PCdoB, foi viver na localidade de Metade, no Araguaia, em 1970. Era franzino, de gênio alegre e gostava de cantar e dançar músicas nordestinas. Pertencia ao Destacamento A. Seu nome não consta do Anexo da Lei nº 9.140/95 porque só era conhecido pelo apelido "Antônio Alfaiate". O requerimento de seus familiares foi aprovado na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em agosto de 1996, primeiro ano de funcionamento desse colegiado.

Antônio Felix da Silva, o mesmo morador que prestou depoimento aos procuradores do Ministério Público Federal, deu informações como Alfaiate foi preso: "em abril de 1974, poucos militares ainda andavam na mata; que os militares achavam que apenas três ou quatro guerrilheiros ainda estavam vivos; que os militares pousaram em uma clareira perto de sua casa e foram a pé até a casa de Manezinho das Duas e se esconderam em um bananal próximo da casa; que no dia seguinte, pela manhã, o declarante foi até a casa do Manezinho das Duas, conforme determinação dos militares; que lá chegando, por volta das 7 horas da manhã, do dia 21/04/1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros".



UIRASSU ASSIS BATISTA (1952-1974)

Número do processo: 109/96

Filiação: Aidinalva Dantas Batista e Francisco de Assis Batista

Data e local de nascimento: 05/04/1952, Itapicuru (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 21/04/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido exatamente no mesmo dia, mês e ano que Custódio Saraiva Neto, divide com ele a condição de mais jovem entre todos os militantes do PCdoB deslocados para a região do Araguaia. Quarto filho em uma família de sete irmãos, Uirassu passou a infância e adolescência no interior da Bahia. Iniciou os seus estudos em Itapicuru, fez o curso primário em Rio Real e o ginásio em Alagoinhas. Em 1968, cursando o primeiro ano científico nessa cidade, iniciou a sua militância política no Movimento Estudantil e no PCdoB. Transferido em 1969 para o Colégio Central, em Salvador, teve uma participação ativa e decisiva no movimento secundarista. Fez parte da diretoria da ABES – Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas. No terceiro ano científico, sua participação foi tão intensa que passou a freqüentar muito pouco as aulas. Mesmo assim, foi aprovado no vestibular na Universidade Federal da Bahia para a área de saúde. Em fevereiro de 1971, procurado pela Polícia Federal, optou pela militância clandestina.

Foi residir na localidade de Metade, no Araguaia. Pertencia ao destacamento A das Forças Guerrilheiras e usava o nome Valdir. Apesar de muito jovem, demonstrou grande capacidade de adaptar-se às novas condições.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Valdir "*foi morto em janeiro/74*", contrariando os muitos depoimentos já colhidos e transcritos nos dois casos anteriores. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, em 29/04/96 consta que, "*nas 54 fichas individuais, nas quais os arapongas do Exército concentravam os dados sobre cada suspeito de integrar a guerrilha, a informação de que Uirassu Assis Batista havia sido morto em 11 de janeiro – 'em Brejo grande, próximo à Transamazônica' – pela equipe A1 foi riscada a caneta*".

As condições de sua prisão, portando feridas de leishmaniose foram também registradas por Tais Morais e Eumano Silva em *Operação Araguaia*: "*Muito alegre e cheio de vida, gostava de freqüentar festas e conquistou a amizade dos companheiros e moradores da região. O camponês Antônio Felix da Silva viu Valdir, Antônio e Beto presos pelo Exército antes de serem executados, no dia 21 de abril de 1964. Valdir seguiu para o helicóptero pulando por causa das feridas de leishmaniose que lhe cobriam a batata da perna, e cantarolando. Os documentos da Marinha registram sua morte em abril de 1974*".

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, contém a informação, extraída do Dossiê Araguaia, elaborado por militares que combateram a guerrilha, de que Uirassu morreu em 11 de janeiro de 1974.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia estão arquivados vários depoimentos de moradores do Araguaia. Adalgisa Morais da Silva declarou em julho de 1996: "*Eu vi o Valdir e o Beto, presos no helicóptero. Eles fingiam que não conheciam a gente e baixavam os olhos*". O depoimento de Antônio Félix da Silva, conhecido na região como Tota, já transcrito num caso anterior, acrescenta, especificamente a respeito de Uirassu: "*por volta das 7 horas da manhã, do dia 21.04.1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros; que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido, parecendo ser um lecho (leishmaniose) na batata de sua perna, que atingia metade da mesma, tendo dificuldade para andar até o helicóptero;(...)*".



LÚCIO PETIT DA SILVA (1943-1974)

Número do processo: 033/96

Filiação: Julieta Petit da Silva e José Bernardino da Silva Junior

Data e local de nascimento: 01/12/1943, Piratininga (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O mais velho dos três irmãos Petit desaparecidos no Araguaia, cursou o primário em Amparo, interior de São Paulo, e o ginásio em Duartina, no mesmo estado. Começou a trabalhar cedo e foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e se formou engenheiro. Iniciou sua militância política nas atividades estudantis do Diretório Acadêmico do Instituto de Engenharia de Itajubá. Chegou a participar das atividades do Centro Popular de Cultura da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais do país para o jornal *O Dinamo*, do Diretório Acadêmico. Em 1965, trabalhou nas empresas Light, Engevix e na Companhia Nativa em Campinas.

Militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia em 1970, onde ficou conhecido como Beto. Pertencia ao Destacamento A, sendo promovido a vice-comandante após a morte de André Grabois em 14/10/1973. Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14/01/1974.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, confirma sua morte, mas indica como data março de 1974, em desacordo com vários depoimentos de moradores da região.

O livro *Operação Araguaia* traz mais informações sobre Lúcio: "*O mais velho dos três irmãos guerrilheiros formou-se em Engenharia em Itajubá, Minas, e trabalhou em São Paulo antes de deslocar-se para o sudeste do Pará. Vivía na área do Destacamento A com Lúcia Regina, a paulista que fugiu de um hospital em Anápolis para não mais voltar para o Araguaia. Sério, calado e determinado, Lúcio destacava-se na escola, gostava de estudar línguas e recitar poesias. A morte prematura do pai o levou a trabalhar desde cedo para ajudar a família. Teve forte influência na formação política dos irmãos Jaime e Maria Lúcia. Foi o último a morrer na guerrilha. Moradores afirmam tê-lo visto ser preso pelo Exército no dia 21 de abril de 1974, na casa de Manoelzinho das Duas*".

Já o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, sempre apoiado em informações do Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram do combate à guerrilha, aponta dados discrepantes: "*Foi preso em julho de 1974, ao final da guerrilha. Levado para Marabá, Beto foi longamente interrogado por militares que chegaram de Brasília. Reconheceu mapas da região, relatou o cotidiano da guerrilha, ensinou uma receita de jabuti com castanha, discutiu política e ideologia com os militares. Até o fim manteve suas crenças na revolução socialista, de acordo com os militares que o interrogaram. Levado de helicóptero para algum ponto da mata, foi executado por uma equipe do Exército*".



ELMO CORRÊA (1946-1974)

Número do processo: 040/96

Filiação: Irene Creder Corrêa e Edgar Corrêa

Data e local de nascimento: 16/04/1946, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 14/05/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Carioca de nascimento, Elmo cursou até o 3º ano da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, onde participou do Movimento Estudantil. Casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, foram juntos para a região do Araguaia, em fins de 1971, onde desapareceriam três anos mais tarde. Sua irmã, Maria Célia Corrêa, casada com João Carlos Wisnesky, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha, também desapareceu no Araguaia no ano de 1974.

Elmo era conhecido na região como Lourival e foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o depoimento de um camponês da região, teria sido morto pelas forças da repressão na localidade de Carrapicho. Possivelmente seus restos mortais estejam enterrados ali. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Marinha Maurício Corrêa, registra que Elmo "foi morto em 14/05/1974", sem esclarecer mais nada. Com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que atuaram diretamente na repressão à guerrilha, o jornalista Hugo Studart registra em *A Lei da Selva* que sua morte teria ocorrido em dezembro de 1973.



LUIZA AUGUSTA GARLIPPE (1941–1974)

Número do processo: 058/96

Filiação: Durvalina Santomo Garlippe e Armando Garlippe

Data e local de nascimento: 16/10/1941, Araraquara (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre maio e julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Luiza nasceu em Araraquara, no interior paulista, onde estudou até completar o ensino médio no IEBA, Instituto de Educação Bento de Abreu. Mudou-se então para São Paulo, onde cursou Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando ao posto de enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou. Realizou viagens de estudo pelo interior do país, percorrendo estados como Amapá e Acre. Também participou da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Atuante na militância política contra o regime militar, era integrante do PCdoB.

No início dos anos 70, foi deslocada para o Araguaia, indo viver na região do Rio Gameleira, onde desenvolveu trabalho de saúde, destacando-se como parteira. Era conhecida na área como Tuca e assumiu a coordenação do setor de saúde da guerrilha após a morte de João Carlos Haas. No Araguaia, integrava o Destacamento B e era companheira de Pedro Alexandrino de Oliveira, o Peri.

Segundo informações de seu irmão Armando Garlippe Junior, a última vez que os familiares a viram foi no início dos anos 70. "Posteriormente, fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensávamos que ela pudesse estar presa. Às vezes, chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro. Alguns diziam que ela estava no exterior: outros falaram que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia. Na verdade, naquela época, a comunicação era difícil. As forças da repressão nos vigiavam".

Sabe-se que sobreviveu ao ataque da manhã de Natal de 1973 e existem divergências a respeito da data de sua morte ou desaparecimento. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra apenas que Luiza era "Militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia". O Relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, agrega: "Militante do PCdoB integrando o destacamento da guarda do Comando Militar na Guerrilha do Araguaia, considerada desaparecida desde 5/74". O Relatório do Ministério da Marinha apresenta a informação de que morreu em junho de 1974: "NOV/74, relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morta em junho/74".

Por fim, o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram da luta contra os guerrilheiros apresenta o mês de julho como data de sua morte, segundo escreve Hugo Studart em *A Lei da Selva*: "Foi presa em julho de 1974, em companhia da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Foi executada no mesmo dia de Dina, perto de Xambioá".

Em 17/01/2004, em reunião realizada na Câmara Municipal de Araraquara, foi constituída a Comissão de Direitos Humanos Luiza Augusta Garlippe, em sua homenagem.



ÁUREA ELIZA PEREIRA (1950–1974)

Número do processo: 069/96

Filiação: Odila Mendes Pereira e José Pereira

Data e local de nascimento: 06/04/1950, Monte Belo (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13/06/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Áurea passou a infância com sua família na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, no sul de Minas Gerais, onde seu pai era administrador. Entre os 6 e os 14 anos, estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado, concluindo ali o curso ginásial. Mudou-se em 1964 para o Rio de Janeiro e foi cursar o segundo grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão. Aos 17 anos, prestou vestibular para o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde pretendia se especializar em Física Nuclear.

Na Universidade, participou do Movimento Estudantil no período de 1967 a 1970, tendo sido membro do Diretório Acadêmico de sua escola, juntamente com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos também desaparecidos no Araguaia. Áurea casou-se com Arildo Valadão no dia 06/02/1970, no Rio de Janeiro e, no dia seguinte, realizou a cerimônia religiosa na Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. No segundo semestre de 1970, mudou-se junto com Arildo e Antônio de Pádua para o Araguaia, sendo os três militantes do PCdoB, indo viver na região de Caianos. Ali trabalhou como professora e ingressou no Destacamento C, comandado por Paulo Mendes Rodrigues.

No início de 1974, já viúva de Arildo, foi vista no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins, ex-militante do PCdoB, que prestou depoimento sobre isso no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro relata também que ouviu um policial dizer a Áurea que arru-masse suas coisas, pois iria "viajar". Viajar era o termo utilizado por policiais para designar execução.

No relatório do Ministério da Marinha consta como, "*morta em 13/06/74*". O Relatório do Exército não fala na morte, mas informa que "*Durante a guerrilha do Araguaia, chefiou um grupo de terroristas armados de revólveres cal.38 e espingardas cal.20 que participou, em 4 AGO 73, de uma festa na Fazenda Sapiência*". Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea teria sido vista sem vida na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Em *Operação Araguaia*, os jornalistas Taís Moraes e Eumano Silva descrevem: "*Querida por todos, trabalhou como professora no povoado de Boa Vista e esbanjava simpatia. Dois mateiros a prenderam no início de 1974 e a entregaram à repressão. Amarrada, muito magra, faminta e doente, vestia apenas um pedaço de sutiã. As roupas rasgaram em meses seguidos de fuga pela mata úmida e cheia de espinhos. Foi encontrada junto com Batista, morador da região recrutado pela guerrilha, também debilitado pelas dificuldades de sobrevivência na mata. Áurea foi vista viva, depois de presa, na base de Xambioá*".

Elio Gaspari, descrevendo o mecanismo de recompensas em dinheiro para quem matasse guerrilheiros, apresenta em *A Ditadura Escancarada* mais uma importante informação: "*Adalberto Virgulino, que capturou a guerrilheira Áurea (Áurea Eliza Valadão), recebeu oitocentos cruzeiros e um maço de cigarros*".

Hugo Studart aponta outra data para a morte de Áurea, com base no Dossiê Araguaia, mas acrescenta novos dados: "*Dossiê registra sua morte a 1 JAN 74. Um militar que a interrogou relata que teria ocorrido debate entre os militares sobre a necessidade de executá-la. Ao final, decidiu-se cumprir a ordem de Brasília de não deixar nenhum guerrilheiro sair da região, mesmo que já não oferecesse perigo para o regime, como alguns militares avaliavam o caso de Áurea*".

Em 18 e 19 de março de 2004, o jornalista Adriano Gaietski, da Agência Brasil, produziu matéria sobre novos depoimentos tomados de moradores da região pelo Ministério Público Federal, com as seguintes informações: "*A terceira testemunha, cujo nome o Ministério Público Federal manteve em sigilo, foi identificada apenas como Ferreira. (...) ele confirmou os maus tratos sofridos pelos soldados, a violência e as*

execuções sumárias sofridas pelos guerrilheiros. O ex-militar contou ao procurador Adrian Pereira Ziembra ter visto a chegada, na base militar, de Áurea Eliza Pereira Valadão, 24 anos.(...) Conforme Ferreira, Áurea foi torturada durante todo um dia e uma noite. No dia seguinte, os militares a colocaram num helicóptero e ela nunca mais foi vista".

O relatório já mencionado, produzido em 28/01/2002 por quatro procuradores do Ministério Público Federal que visitaram a região, reforça a mesma informação: "Áurea: Áurea Elisa Pereira Valadão, presa, junto com Batista, na casa de uma moradora da região, onde iam comer diariamente. Teria sido levada para a base de Xambioá, onde foi vista".



DANIEL RIBEIRO CALLADO (1940 - 1974)

Número do processo: 185/96

Filiação: América Ribeiro Callado e Consuelo Ferreira Callado

Data e local de nascimento: 16/10/1940, São Gonçalo (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 28/06/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Operário metalúrgico, fluminense de São Gonçalo, concluiu aos 16 anos o curso de ajustador no SENAI e iniciou a vida profissional trabalhando na empresa Hime, hoje incorporada ao grupo Gerdau, naquela cidade. Convocado para o serviço militar no Exército, continuou exercendo sua profissão naquela Arma, de onde requereu baixa como 3º sargento. A seguir, foi trabalhar nos estaleiros Cacrem e abandonou o emprego em 06/04/1964, devido à perseguição política desencadeada pelo regime militar. Havia ingressado no PCdoB em 1962. O Relatório do Exército, de 1993, registra que "esteve na China, provavelmente realizando curso de guerrilha".

Não existem informações sobre o ano em que se deslocou para o Araguaia, onde ficou conhecido como Doca e possuía, em sociedade com Paulo Rodrigues, um barco a motor, o "Carajá", utilizado para comercializar roupas e utensílios diversos junto à população ribeirinha. No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, constam as seguintes informações sobre Daniel: "Participou de greves, campanha de eleição sindical, comícios, ato no Rio em homenagem aos chineses, passeatas e comício durante a revolução em Niterói. Foi cursar guerrilha na China, passando pela URSS e Tchecoslováquia. Participou do destacamento de subversivos em Esperancinha, Gameleira, Pau Preto, tendo se dispersado do grupo foi preso em Araguaína (...) Morto em 28 JUN 74".

Nos primeiros meses de 1974, chegou a ser visto em três oportunidades na prisão, por Amaro Lins, conforme depoimento prestado no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro disse que viu Daniel e que ele estava bem de saúde. Na terceira vez que o viu, Daniel estava sendo conduzido por um soldado. O soldado lhe disse que Daniel faria uma viagem de avião, sem dizer para onde. Na mesma época, uma moradora de Xambioá viu Daniel preso, com o pé machucado, na Delegacia da cidade. Depoimento de Joaquina Ferreira da Silva, para a Delegacia de Polícia de Xambioá, TO, em 29/04/91, informa sobre a morte de João Carlos Haas Sobrinho e que na mesma ocasião de seu sepultamento, foram enterrados os corpos de Daniel Ribeiro Callado e mais um homem.

No livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, está publicada uma foto, em que, segundo os autores, Daniel, aparece agachado ao lado do sargento Santa Cruz, tido como dos mais truculentos militares que atuaram na repressão aos guerrilheiros. Os jornalistas acrescentam mais informações sobre Daniel: "Bom de bola, montava times de futebol por onde passava. Em Rondonópolis (MT), fez parte da equipe campeã de um torneio amador em 1966. Teve na cidade uma oficina junto com Libero Giancarlo Castiglia, o Joca. Doca fez muitos amigos entre os moradores do Araguaia. Quando começou o confronto, conhecia a região como poucos companheiros. Pertenceu ao Destacamento C. Preso pelo Exército, apanhou muito e foi levado de um lado para outro na mata pelos militares".

Elio Gaspari também menciona a foto de Doca quando discorre sobre as recompensas em dinheiro pela caçada de guerrilheiros: "Pela narrativa de um morador, a oferta de dinheiro era suficiente para enricar. Pelo menos dois sargentos com anos de serviço na selva (um com curso

no Panamá) ficaram no Araguaia caçando guerrilheiros. Um deles seguiu para sudoeste e capturou dois fugitivos. Estabeleceu-se na região, onde obteve terras. O guerrilheiro Doca (Daniel Ribeiro Callado) foi fotografado na companhia do ex-sargento João Santa Cruz, na mata, ao lado de uma pequena cachoeira. Está agachado, com as mãos e os pés livres, na posição de quem compõe uma cenda".

Em março de 2004 a revista *Época* publicou reportagem assinada por Leandro Loyola, que ouviu soldados relatando episódios da guerrilha: "...o operário carioca Daniel Ribeiro Callado, o Doca, havia chegado vivo à base de Xambioá. Ele acabou sendo um dos prisioneiros mais duradouros do Exército. Preso em janeiro de 1974, entre maio e junho ele foi visto amarrado a uma cama de campanha na base. A foto no alto desta página, que mostra Doca ao lado do sargento Santa Cruz (um dos maiores algozes do Araguaia), confirma: ele foi usado pelos militares para apontar esconderijos de armas e suprimentos. 'O Doca saía de helicóptero com eles de manhã e só voltava no final do dia', conta o soldado Josean Soares. Ele conversava com Doca durante a noite, quando conseguia bananas roubadas para o preso, que estava muito fraco. (...) Enquanto o soldado esteve em missão na base, Daniel passou mais de dez dias preso. Quando veio pela primeira vez, estava de calça e sem camisa, coberto de picadas de mosquito. Recebeu uma camiseta e uma calça camuflada. Perambulou pela mata durante meses. Não se sabe onde foi morto ou enterrado".

O Dossiê Araguaia, que teria sido escrito por militares participantes do combate à guerrilha, indica como data da morte 14 de março de 1971, de acordo com Hugo Studart em *A Lei da Selva*.



DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA (1945–1974)

Número do processo: 049/96

Filiação: Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira

Data e local de nascimento: 16/05/1945, Castro Alves (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Conhecida no Araguaia como Dina, cercada de fama legendária, Dinalva era baiana de Castro Alves. Coursou o primário na Escola Rural de Argoim e mudou-se para Salvador, cursando o ginásio no Instituto de Educação Isaias Alves, por onde também passaram Anísio Teixeira e Milton Santos. Completou o ensino médio no Colégio Estadual da Bahia e se formou em Geologia pela Universidade Federal, em 1968.

Durante o curso universitário, morava na Casa do Estudante e participou ativamente do Movimento Estudantil em Salvador, em 1967 e 1968, como representante da Residência Universitária Feminina, época em que foi presa, mas solta logo a seguir. Era militante do PCdoB. Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro e trabalharam ambos no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, participando também de atividades na SBPC.

Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora, parteira e chegou a ser vice-comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Conforme registrado anteriormente, quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado e tinha nascido um novo relacionamento entre ela e Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973. Dina destacou-se por sua habilidade militar ao escapar de ataques inimigos e participar de várias ações armadas, sendo ferida em uma delas. Era tida como exímia atiradora. Sobreviveu ao ataque do Natal de 1973, mesmo enfrentando grave surto de malária.

Em *A Lei da Selva*, Hugo Studart descreve o primeiro desses combates, que chegaram a produzir a lenda de que Dina era capaz de se transformar em borboleta: "A lenda nasceu a partir de episódio ocorrido em 20 de setembro de 1972, quando houve um combate com uma patrulha de oito pára-quedistas do Exército, comandada pelo então capitão Álvaro de Souza Pinheiro, mais tarde promovido a general, e filho do general Ênio de Souza Pinheiro, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), primeiro comandante da Escola

Nacional de Informações, ESNI, e um dos líderes da inteligência militar na época. Os soldados metralharam a área em que quatro guerrilheiros se escondiam. Dois morreram na hora e um terceiro, apanhado ferido, morreu mais tarde. Dina disparou um tiro que feriu o capitão Álvaro no ombro. Ela escapou, com um arranhão de bala no pescoço".

O Relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, assim descreve a atuação de Dina no início de 1973: "entre os dias 30 JAN e 02 FEV/73, acompanhada por outros elementos, percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PCdoB, prometendo aos elementos da região que após a derrubada do governo seriam instalados na mata escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de Dina portava armas semelhantes às usadas pelo Exército, e que a mesma portava uma atravessada no peito que aparentava ser automática. A Dina comentou que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares ocorridas em SET 72". E o relatório conclui informando a data de sua morte: "JUL/74, teria sido morta em Xambioá".

Segundo depoimentos contraditórios de moradores da região, Dina teria sido presa na Serra das Andorinhas em estado adiantado de gravidez, versão que é reforçada, sem certeza, pelo coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral no depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em diferentes versões, ora se afirma que Dina foi presa junta com Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), ora com Tuca (Luiza Augusta Garlippe).

Sobre sua morte, Hugo Studart apresenta um relato bastante detalhado, no livro *A Lei da Selva*, com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução sumária: "A subcomandante Dina foi presa na selva por uma patrulha de guerra do Exército (...), em junho de 1974, numa localidade chamada Pau Preto, entre o Rio Gameleira e o Igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlippe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B". Em nota de pé-de-página, o autor do livro escreve: "O Dossiê registra a morte de Tuca em julho daquele ano, mesma época da morte de Dina. Informações de militares dão conta de que Tuca teria sido executada no mesmo dia de Dina, em ações separadas. In: Depoimento oral de Louro (codinome), em 21 de setembro de 2002".

Retomando o relato de Studart sobre a morte de Dina, segue a narrativa: "Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, o capitão Sebastião de Moura, codinome Dr. Luchini (Dr. Curió), retirou Dina. Levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava a pequena equipe, três homens.(...)

'Vou morrer agora?', perguntou a guerrilheira.
'Vai, agora você vai ter que ir', respondeu Ivan.
'Eu quero morrer de frente', pediu.
'Então vira pra cá'.

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com uma bala de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo". Hugo Studart complementa em novo pé-de-página: "Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975 teria sido exumado e levado para a cremação em outro local".



PEDRO CARRETEL

Embora não exista certeza sobre sua identidade civil, há registros de que seu nome completo seria Pedro Matias de Oliveira. Pedro Carretel, era posseiro na região e se incorporou ao movimento guerrilheiro do Araguaia. Esteve preso em Bacaba, juntamente com Joana Almeida, sua esposa. Segundo Joana, a última vez que ela viu o marido, foi quando lhe tiraram da cela dizendo que seria levado para Brasília, no início de 1974.

Seu nome (apelido) faz parte do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, mas não consta no Anexo da Lei nº 9.140/95 porque, na época, não era conhecida a sua identidade completa. Não foi apresentado requerimento por seus familiares à CEMDP, o que impediu a formação do processo para determinar indenização pelo seu desaparecimento.

Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, mateiro que serviu como guia do Exército, informou em depoimento prestado em 2001: "*Zé Catingueiro contou para o depoente que Pedro Carretel lhe teria ameaçado de morte quando fosse solto; dessa forma Zé Catingueiro foi reclamar junto ao Comandante, que teria determinado a morte de Pedro Carretel. Não soube informar qualquer lugar de sepultura, pois tudo era mantido em sigilo. A operação que resultou na morte de Nelito e prisão de Pedro Carretel foi comandada pelo capitão Rodrigues*".

O relatório de 2002, do Ministério Público Federal, já referido no caso anterior, também registra que Carretel foi visto preso, com possível equívoco na data indicada: "*Pedro Matias: Pedro Carretel (camponês que aderiu à guerrilha), na base da Bacaba, em 1973, vestido de mulher, condição em que foi mostrado à sua esposa. Manoel Leal Lima (Vanu) relatou que ao final da guerrilha Pedro Carretel foi morto na Bacaba, assim como Duda (Luís René Silveira e Silva) e Piauí (Antônio de Pádua Costa). Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou*"

Hugo Studart indica que a data da morte de Carretel constante no Dossiê Araguaia é 6 de janeiro de 1974, a mesma que aparece numa das fichas publicadas em *O Globo* no ano de 1996: "elemento local; foi ferido no choque em que 'caiu' Nelito; apareceu 'estrupeado' (ferido) em 06 Jan. 74 e foi entregue à força por moradores locais".



PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA FILHO (1947-1973)

Número do processo: 112/96

Filiação: Diana Piló de Oliveira e Pedro Alexandrino de Oliveira

Data e local de nascimento: 19/03/1947, Belo Horizonte (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 04/08/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Mineiro de Belo Horizonte, Pedro fez o 1º e o 2º graus no Colégio Anchieta, naquela capital. Bancário, começou a trabalhar, em 1962, aos 15 anos, no Banco Hipotecário do Estado de Minas Gerais, atual Bemge. Em 1967, foi transferido para São Paulo, onde terminou seus estudos e fez um curso de Inglês. Dois anos depois, retornou para Belo Horizonte. Nessa época, já era procurado pela polícia por suas atividades políticas. Como estudante universitário participou do Movimento Estudantil em São Paulo.

Foi preso pela primeira vez em dezembro de 1969, dentro da casa de sua irmã Ângela, no bairro Gutierrez, para onde correu quando se sentiu seguido e ameaçado. Lá, levou coronhadas na cabeça, pontapés e foi desnudado e espancado na frente de suas duas sobrinhas, de três e quatro anos de idade. Levado para o DOPS/MG foi torturado. Quando solto, estava surdo de um ouvido e com o outro em péssimo estado.

Pedro passou o Natal de 1969 com a família. Depois dessa data, nunca mais foi visto por seus familiares, passando a viver na clandestinidade, como militante do PCdoB. A casa de seus pais foi várias vezes invadida por policiais à sua procura. Sua mãe, Diana, não suportando as constantes invasões, resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro. Lá tentou encontrar o paradeiro de seu filho. Bateu em todas as portas: Igreja, Comissão de Direitos Humanos, Comissão Justiça e Paz e outras tantas, até que encontrou um casal, Edgar e Cirene (hoje falecidos), que buscava notícias de dois filhos e uma nora, também desaparecidos. Nessa ocasião, a família soube que Pedro tinha uma namorada, Tuca (Maria Luiza Garlipe, também desaparecida), enfermeira do Hospital das Clínicas de São Paulo e que havia ido com ele para o Araguaia.

No Araguaia, Pedro adotou o nome Peri e viveu a partir de 1970 na Região do Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B. Nas cartas enviadas à família pedia notícias de todos e falava de sua caminhada, de seu compromisso com o povo brasileiro e do significado da luta

política. Em uma delas escreveu: "Tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, é de hoje que temos a certeza, é hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã".

O relatório apresentado em 1993 pelo Ministério da Marinha ao ministro da Justiça informa que Pedro Alexandrino foi morto em 04/08/1974, em Xambioá. O jornalista Elio Gaspari acrescenta informações novas em *A Ditadura Escancarada: "Peri (Pedro Alexandrino de Oliveira Filho), achado sozinho na mata, tinha consigo uma garrafa com sal, uma garrucha e um caderno de notas no qual louvava os jabutis e maldizia os mateiros. Levou um tiro na cabeça, e um helicóptero buscou seu cadáver. Deixado no chão da base de Xambioá, foi chutado pela tropa até que um oficial da FAB interveio, exigindo que respeitassem o inimigo morto"*. Em nota de pé-de-página o autor explica que a informação lhe foi transmitida em fevereiro de 2001 por um oficial cujo nome prefere preservar.

No requerimento à CEMDP, a mãe de Pedro Alexandrino, Diana Piló Oliveira, não pede o pagamento da indenização prevista em lei. Ela solicitou notícias do filho e, se morto, a localização de seus restos mortais. Em carta conjunta, Diana e Carmen Rivas, mães de Pedro Alexandrino e Hélio Luiz Navarro de Magalhães, pedem que as autoridades facilitem informações que possam ajudar a esclarecer o mistério que envolve o desaparecimento de ambos.



SUELY YUMIKO KOMAIANA (1948–1974)

Número do processo: 126/96

Filiação: Emi Noguchi e Yutaka Kanayama

Data e local de nascimento: 25/05/1948, Coronel Macedo (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e setembro de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Primeira filha de um casal de imigrantes japoneses, nasceu em Coronel Macedo, no interior paulista. Aos quatro anos de idade, Suely mudou-se com sua família para Avaré. Em 1965, mudou-se novamente para a capital paulista, residindo em Santo Amaro e concluindo o curso colegial em 1967 na escola Albert Levy. Ingressou em seguida na USP, onde foi aprovada para Licenciatura em Línguas Portuguesa e Germânica. Em 1968 e 1969, além do currículo regular, cursou Japonês como matéria opcional. Foi liderança estudantil naquela faculdade. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970 e chegou à região do Araguaia em fins de 1971, já militante do PCdoB, ficando conhecida como Chica. No início, preocupou seus companheiros porque, apesar de segura de suas convicções políticas, era "muito baixinha e magrinha". Mas, aprendeu rapidamente a trabalhar como lavradora, a andar na mata com sua mochila de 20 quilos às costas, a caçar e enfrentar todos os obstáculos.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que "Em 1974, cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição". O relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, afirma que foi morta em setembro de 1974, acrescentando: "pertencia ao grupo Gameleira/Dest. B. Era auxiliar do setor de saúde e tinha como chefe João Carlos Haas Sobrinho (Juca). Fez parte do grupo de observação, no treinamento de emboscadas. Fez treinamento de tiro, deslocamentos através do campo e sobrevivência. Era péssima nos deslocamentos, onde perdia noção de orientação"

Elio Gaspari menciona, em *A Ditadura Escancarada*, o depoimento de José Veloso de Andrade, da lanchonete da Bacaba, informando que viu Suely entre os sete presos que encontrou, vivos, naquele acampamento militar. Hugo Studart registra, em *A Lei da Selva*, que ela teria sido fuzilada com mais de 100 tiros, conforme narrativa de camponeses, indicando como data da morte, sempre segundo o Dossiê Araguaia, janeiro de 1974.

Segundo a reportagem *Yumiko a nissei guerrilheira*, publicada no *Diário Nippak*, de São Paulo, em 28/07/79, "Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, que deixaram seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá e seus restos mortais foram posteriormente exumados por pessoas que não foram identificadas. Morreu aos 25 anos, dos quais 3 dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava justa – a liberdade". A matéria informa também que, "além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida. (...) Tudo

o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas e que era portadora de identidade RG - 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco".

Sobre a ocultação do cadáver de Suely, o coronel da Aeronáutica Pedro Cabral afirmou em entrevista à revista *Veja*, em outubro de 1993: "Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala. Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados".

No site www.desaparecidospoliticos.org.br são apresentados inúmeros outros depoimentos sobre a vida e morte de Sueli. Napoleão Sabino de Oliveira, ex-mecânico de vôo do Douglas prefixo 2502 da FAB, avião de passageiros modificado para facilitar o transporte de tropas, relata que ouviu muitas histórias sobre mortes, relatadas por companheiros de farda. "Falavam até em assassinatos de camponeses", assegura, e cremação do corpo de uma mulher, participante da guerrilha do Araguaia. "Era uma enfermeira japonesa, observa".



TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA (1947-1974)

Número do processo: 067/96

Filiação: Celeste de Almeida Cordeiro e Luiz Durval Cordeiro

Data e local de nascimento: 23/07/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: setembro de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Nascida no Rio de Janeiro, Telma era casada com Elmo Corrêa e cunhada de Maria Célia Corrêa, igualmente desaparecidos no Araguaia. Foi estudante de Geografia em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, de onde foi expulsa em 1968 pelo Decreto-Lei 477, devido a sua militância nas atividades do Movimento Estudantil. Militante do PCdoB, foi deslocada para a região do Araguaia em 1971, junto com o marido, indo morar nas margens do rio Gameleira. Ali, era conhecida como Lia e seu marido como Lourival. Integraram o Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Segundo depoimentos colhidos junto à caravana de familiares na região, em 1981, pelo advogado paraense e representante da OAB, Paulo Fontelles (também ex-presos político, dirigente estadual do PCdoB e assassinado em 1987 por sua militância na denúncia dos crimes praticados por latifundiários no sul do Pará), Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que trabalhava para o Exército. Passou a noite amarrada no barco desse funcionário, que a entregou aos militares em Xambioá.

José Ferreira Sobrinho, o Zé Veinho, lavrador de idade avançada declarou aos familiares: "Só vi presa a Lia (Telma Regina Corrêa), que se entregou lá no Macário e foi presa. Aí o Macário mandou chamar o Zé Olímpio. Ela dormiu no barraco do Zé Olímpio, que era uma pessoa deles, do Exército. Ela tava sozinha. Disse que tava com um revólver 38 e um facão. Parece que o marido dela era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho. Isso foi no final. Ela falou que tavam as duas. A Valquíria mais ela. Depois a Polícia foi para ela achar a outra. Ela não achou. Depois eu soube que pegaram essa outra... O Amadeu, um negro, morador, ajudou-as. Foi preso e muito espancado. (...) A Lia não sabia que tinham matado o marido dela. Quando ela foi presa, o Zé Olímpio trouxe ela para a base de Xambioá".

O jornalista Hugo Studart registra versão completamente diferente em *A Lei da Selva*: "Camponeses dizem ter sido presa pelo agente José Olímpio. Segundo militares, teria morrido de sede e fome, em JAN 74. Após escapar do Chafurdo de Natal e dos cercos posteriores, Lia teria rumado para oeste, perdendo-se numa região rochosa, sem água ou comida, algo raro. Seu corpo teria sido encontrado pelos militares meses depois. Junto, haveria um diário. Segundo os militares, Lia registrou que estava passando fome e sede, mas que não poderia morrer, pois ain-

da tinha muita coisa a passar para os outros guerrilheiros para que pudessem continua a causa. Escreveu que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros, repetindo sem cessar a estrofe que mais a animava (Guerrilheiro nada teme/ Jamais se abate/ Afronta a bala a servir/ Ama a vida, despreza a morte/ E vai ao encontro do porvir).(...) As últimas anotações de Lia registram palavras como 'estou nas últimas' e 'não agüento mais'. A letra já estava muito fraca, tremida, segundo um militar que leu o diário. Depois disso, nada mais escreveu".

Em 26/03/2007, o jornalista Leonel Rocha publicou no *Correio Braziliense* uma versão que, a exemplo da transcrição anterior de Hugo Stuard, deve ser registrada com cautela. Trata-se do depoimento de um dos recrutas do Exército que serviram na área durante a repressão à guerrilha, e que vêm se articulando nos últimos anos para exigir da União uma indenização pecuniária por seqüelas que alegam lhes terem sido provocadas pelos combates.

Raimundo Antônio Pereira de Melo, formado em 1974 no 52º Batalhão de Infantaria de Selva, hoje com 53 anos, conta uma história completamente diferente para o desaparecimento de Telma, responsabilizando exatamente o capitão Pedro Correia Cabral, da Aeronáutica. Esse oficial já escreveu um livro sobre o Araguaia, foi capa da revista *Veja* e prestou contundente depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com chocantes revelações sobre a "Operação Limpeza", determinada pelos altos poderes da República, em Brasília. Cabral sustenta que participou pessoalmente, como piloto de helicóptero, de uma missão hedionda de transporte de cadáveres de guerrilheiros, exumados após muitos meses e, portanto, já em adiantado estado de decomposição, para incineração no topo da Serra das Andorinhas numa fogueira onde se entremevavam restos mortais de combatentes e pneus.

Nessa matéria, Leonel Rocha apresenta como data do desaparecimento 7 de setembro: "*Melo recorda-se da tarde do 7 de setembro de 1974. Ele estava de guarda junto com dois colegas xarás, Raimundo Lopes de Souza e Raimundo Almeida dos Santos, quando chegou à base do Exército, em Xambioá, a guerrilheira Lia. Era o codinome de Telma Regina Cordeiro Corrêa. Eles vigiaram a militante do PCdoB durante toda a noite. Melo relembra que ela só bebeu água antes de dormir. No dia seguinte pela manhã e armados com fuzil FAL, Melo e os colegas levaram Lia algemada e encapuzada para embarcar em um helicóptero. A prisioneira foi entregue viva ao então capitão Cabral.*

O antigo soldado anotou a numeração do fuzil que usava no dia (106361) e a identificação do helicóptero (VH 1H) que transportou a guerrilheira. Ele temia que um dia pudesse ser acusado de alguma irregularidade por ter sido o carcereiro de Lia. O ex-recruta conta que o capitão Cabral recebeu Lia presa, levantou vôo e retornou com o helicóptero vazio à base de Xambioá apenas 20 minutos depois. Segundo Melo, o oficial disse, na ocasião, que tinha levado a mulher para Brasília, a cerca de mil quilômetros de distância.

'Entregamos a presa viva ao oficial. Ele é quem tem de dar conta do corpo até hoje desaparecido', diz Melo. Segundo informações das Forças Armadas, Lia teria sido morta em combate em janeiro de 1974, oito meses antes de Melo tê-la vigiado e entregue ao oficial Cabral. 'Estamos dispostos a testemunhar que entregamos a guerrilheira viva ao capitão', promete Melo".

Anteriormente, em 1974, a revista *IstoÉ* já tinha publicado matéria de Leandro Loyola que aponta a data de setembro para o desaparecimento, a partir da mesma fonte: "*Quatro meses depois, no final da tarde de 7 de setembro, chegou Lia. Estudante de Geografia, ela estava na luta havia três anos com o marido, Elmo Corrêa, estudante de Medicina. Já viúva, Lia foi presa junto com a guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, em São Geraldo, às margens do Rio Araguaia.*

Lia desceu do helicóptero encapuzada. Foi amarrada em um pau atrás da casa de comando da base. À meia-noite, depois do interrogatório dos oficiais, o soldado Raimundo Pereira foi chamado para montar guarda. 'Ela chorava muito', conta ele. Até as 4 horas da manhã, Lia só conseguiu cochilar um pouco. Pediu água, contou que era estudante e disse ser solteira. Depois suplicou para Raimundo amarrá-la sentada. Dormiu com a cabeça para trás. Na manhã do dia 8 foi encapuzada de novo e escoltada por dois soldados até a pista de pouso, onde entrou em um helicóptero. Meia hora depois o helicóptero voltou. Sem ela".

No relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, a data registrada para a morte de Telma, no entanto, é janeiro de 1974.



JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO (1944-1974)

Número do processo: 199/96

Filiação: Izaura de Souza Patricio e Joaquim Patricio

Data e local de nascimento: 13/09/1944, Santa Tereza (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: outubro de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Capixaba de Santa Teresa, iniciou seus estudos no Colégio Singular, em São João de Petrópolis, em 1954. No ano seguinte foi para o Grupo Escolar do Colégio Agrícola de Santa Tereza, onde terminou o curso primário. Continuou na mesma escola, no curso de Iniciação Agrícola e, em seguida, no Curso de Técnico Agrícola, formando-se em 1966.

Em 1967, foi para o Rio de Janeiro, estudar na Universidade Rural, onde cursou Educação Técnica. Em 1968, foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Após a edição do AI-5, passou a atuar na clandestinidade. Mais tarde, já militante do PCdoB, mudou-se para o Araguaia, indo viver nas margens do Rio Gameleira e integrando-se ao Destacamento B e adotando o codinome Manoel.

A última informação sobre ele no Relatório Arroyo é que, "(...) junto com Suely Kamayano havia saído antes do dia 25/12/73, para buscar Cilon e José Lima Piauhy Dourado. Deveriam retornar dia 28/12, ao local onde houve o tiroteio do dia 25/12. Nunca mais foram vistos". O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, traz a informação de que "foi morto em out/74, na localidade de Saranza". O Relatório da Marinha, do mesmo ano, contém a informação de que teria realizado curso de guerrilha "provavelmente na China".



WALQUÍRIA AFONSO COSTA (1947-1974)

Número do processo: 181/96

Filiação: Odete Afonso Costa e Edwin Costa

Data e local de nascimento: 02/08/1947, Uberaba (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 30/09 e 25/10/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Pelas informações reunidas, Walquíria foi a mais duradoura entre todos os guerrilheiros mortos ou desaparecidos no Araguaia. Walk, como era chamada pela família, mineira de Uberaba, fez o primário em Patos de Minas (MG) e as duas primeiras séries do curso ginásial no Ginásio Rio Branco, em Bom Jesus de Itabapoana (RJ). Com a transferência da família para Pirapora (MG), terminou o ginásial no Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento. No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, onde terminou o Curso Normal, passando a lecionar em alguns grupos escolares da cidade.

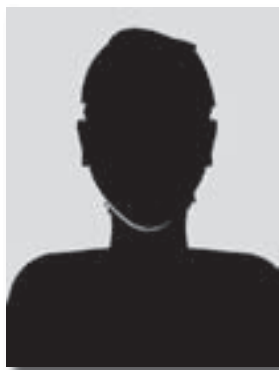
Em 1966, prestou concurso público para o Estado e foi nomeada professora, transferindo-se então para Belo Horizonte. Walquíria prestou o vestibular para o curso de Pedagogia da Faculdade de Artes e Educação, na UFMG, classificando-se em segundo lugar. Frequentou os três primeiros anos do curso. Em 1968 participou, junto com outros colegas, da fundação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação. Nesse período, as perseguições políticas começaram a se intensificar. Walquíria, vice-presidente do DA foi procurada por agentes do DOPS/MG e teve sua casa invadida sob a alegação de envolvimento em reuniões estudantis.

Em 1971, já ligada ao PCdoB, decidiu mudar-se para a região do Araguaia, junto com seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, também membro do partido. Fez parte do Destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa, na localidade de Gameleira. Em julho de 1973, Walquíria foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, sendo absolvida.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra: "*Morta em 25/10/74*". Pelo que se sabe Walquíria foi a última guerrilheira a ser morta na região do Araguaia. Moradores da região contam em depoimentos que estava magra e quase sem ter o que vestir quando foi presa pelo Exército. O ex-colaborador do Exército, Sinésio Martins Ribeiro lembrou, em depoimento ao Ministério Público Federal, prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, "(...) *que viu a Valquíria viva dentro da base de Xambioá; que a Valquíria contou aos militares que estava com o Osvaldão quando este foi morto; que a mesma perdeu a espingarda nesta vez, pois a mesma ficou enganchada num pau; (...) que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o 'carrasco' (sic) levava uma arma curta; que a arma era 'surda' e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta 'já era', que esta resposta significava que tinha sido morta(...)*".

Depoimento exposto no site www.desaparecidospoliticos.org.br, prestado por Sinvaldo de Souza Gomes, registra "que um ex-soldado do Exército conhecido por Raimundo Nonato, que guarnecia a base do Exército em Xambioá, (...) que Raimundo Nonato assistiu a prisão de Valquíria, guerrilheira, sendo que ele ficou três dias vigiando a prisioneira, que estava amarrada numa árvore conhecida como Jacarandá, quando chegaram dois tenentes do Exército que pediram para que Raimundo Nonato cavasse um buraco no chão e após saísse do local por pelo menos uma hora; que quando Raimundo Nonato retornou Valquíria não estava mais no local e o buraco já estava tapado com terra".

Em *A Lei da Selva*, Hugo Studart escreve: "*Em reportagem da revista Época, de 1 MAR 04, o ex-soldado Josean Soares contou que também viu Walkíria viva em Xambioá. Contou ainda que foi executada com três tiros e enterrada em um buraco atrás do refeitório da base*". O jornalista acrescenta a informação do Dossiê Araguaia, contraditória em relação ao Relatório da Marinha, apontando 30 de setembro como data da morte.



ANTÔNIO ARAUJO VELOSO (1934-1976)

Número do processo: 341/96 e 123/04

Filiação: Andreina Araújo da Conceição e José Veloso

Data e local de nascimento: 04/12/1934, Bertulina (PI)

Organização política ou atividade: lavrador

Data e local da morte: 31/08/1976

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2º)

Deferido em: 02/08/2005 por unanimidade (fora indeferido em 17/10/96)

Data da publicação no DOU: 22/08/2005

Antônio Araújo Veloso, camponês piauiense radicado na região do Araguaia, conhecido como Sitônio, foi preso em abril de 1972, durante a primeira campanha militar de repressão à guerrilha. Por sua convivência e amizade com os guerrilheiros, foi submetido a brutais torturas, que resultaram em seqüelas permanentes, resultando em sua morte em 31/08/1976, aos 41 anos. Seu nome nunca constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*.

Sua viúva, Maria Raimunda da Rocha Veloso, conhecida como Maria da Metade, líder da organização das trabalhadoras rurais do Araguaia a partir da redemocratização, tornou-se um símbolo da luta dos familiares de mortos e desaparecidos, em especial pela dedicação no resgate da história dos guerrilheiros e na busca das sepulturas clandestinas.

O primeiro requerimento apresentado à CEMDP foi instruído com declarações de moradores de São Domingos do Araguaia (PA), informando que a morte ocorreu quatro anos após a prisão e decorreu dos maus tratos recebidos. O atestado de óbito indicava "*morte natural, sem assistência médica*". Posteriormente, foi anexada ao processo uma declaração de Danilo Carneiro, um dos poucos militantes do PCdoB a ser preso no Araguaia e sobreviver. Em seu depoimento, conta que morava na casa de Antônio Araújo Veloso e que, depois de preso por integrantes do Exército, viu o amigo Sitônio também preso, "*barbaramente ferido na cabeça, ouvidos e boca, por onde sangrava abundantemente*", aparentando estar com fraturas no corpo.

O relator do primeiro processo na CEMDP entendeu que o caso não preenchia os requisitos legais para reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte. Em sua avaliação, os documentos anexados não eram suficientes para a comprovação do "*nexo de causalidade entre maus tratos sofridos durante a prisão, e a morte, ocorrida quatro anos depois*". Concluiu afirmando que a tortura sempre deixa seqüelas, ainda que de natureza psicológica, mas seria necessária "*uma prova segura e técnica*" de relação causa e efeito entre os maus tratos e o evento da morte. Votou pelo indeferimento do pedido.

A relatora do segundo processo apresentado esteve no Araguaia em 1996, em nome da CEMDP. Lá conheceu Maria da Metade, que relatou a prisão do marido pelo Exército em 1972, tão logo teve início a repressão aos guerrilheiros. Segundo ela, Antônio foi espancado desde o momento em que foi preso, levado para Marabá e mantido sob torturas por tempo indeterminado. Ficou dias sem água, sem comida, e foi obrigado a manter os pés sobre latas abertas de forma a transformar as bordas em lâminas cortantes. Maria da Metade testemunhou que os pés de Antônio não lhe obedeciam, seus rins não funcionavam, tornou-se inválido para o trabalho e o sustento da família.

Ao processo iniciado em 1996, foram anexadas declarações de José da Luz, lavrador que atestou ter presenciado a prisão e ajudado o casal a tirá-lo do cárcere. A testemunha afirmou, ainda, que depois de solto Antônio não teve mais saúde. O farmacêutico Abdias Soares da Silva, não só presenciou a prisão, como esteve encarcerado com Sitônio. Medicava Antônio com os recursos que tinha, mas não conseguiu livrá-lo das dores violentas que sentia nos rins, nos pés e "*na própria alma*", conforme dizia. O agricultor José de Araújo Mota conduziu Sitônio até sua casa ao sair da prisão.

A relatora votou pela aprovação do requerimento, por entender que "*esta é uma reparação moral indispensável para resgatar tanto a sua memória quanto a dignidade nacional*". O processo foi, então, aprovado por unanimidade.

OUTROS CASOS DO ARAGUAIA

Foram 16 os processos indeferidos pela CEMDP em casos relativos à Guerrilha do Araguaia. Todos correspondem a moradores da região. Muito pouco ficou registrado a respeito desses camponeses que participaram da guerrilha ao lado dos militantes do PCdoB, ou que foram castigados por lhes terem prestado ajuda. Além dos quatro nomes incluídos no Anexo da Lei nº 9.140/95 – Lourival Paulino, Antonio Alfredo Lima, Luiz Vieira e Pedro Carretel – e de Antônio Araújo Veloso, acima apresentado, o site <http://www.desaparecidospolitic.org.br> relata alguns casos recuperados por meio de depoimentos de moradores da região e de ex-guerrilheiros sobreviventes.

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, traz uma lista de nomes de camponeses que foi colhida, segundo ele, do Dossiê Araguaia – texto produzido em 2001 por militares dos órgãos de repressão. Conforme relatado nesse livro, "*O Dossiê apresenta algo inédito, uma relação de camponeses que teriam sido executados pelos militares, ao longo da*

Terceira Campanha. (...) Segundo eles, teriam sido 18, relacionados sob o eufemismo de 'Paradeiro Desconhecido'. Os autores do Dossiê esclarecem que conseguiram a relação desses camponeses dentro dos arquivos do CIE. Não apresentam os nomes verdadeiros de todos esses camponeses, pois alegam que se perderam no tempo. Mas admitem, pela primeira vez, que moradores da região de fato foram 'desaparecidos', conforme o PCdoB e as organizações de Direitos Humanos vêm denunciando há 30 anos".

Na maioria dos 14 casos indeferidos pela CEMDP, a documentação encaminhada estava incompleta, sem conter elementos que comprovassem qualquer participação na guerrilha ou mesmo as circunstâncias das mortes. Os processos indeferidos, entre eles o de José Ribeiro Dourado, são passíveis de revisão pela CEMDP na hipótese de serem apresentadas novas informações. Seguem, a seguir, os casos que foram indeferidos e as duas listas de moradores da região da guerrilha, retiradas do site sobre mortos e desaparecidos políticos e do livro mencionado.

LUÍS DOS SANTOS (? – 1971)

Número do processo: 147/04 e 165/05

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: camponês

Data e local da morte: 1971, Araguaia

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

O requerimento foi apresentado à CEMDP por Raimundo dos Santos, primo de Luís. Segundo Raimundo, *"no ano de 1971 ele foi morar na mata com um pessoal que eu não sei quem era, (...) nunca mais voltou para casa e foi na época da guerrilha. Caso tenha o nome dele como preso, peço avisar pois até hoje estou aguardando ele. Tenho como testemunha Raimundo Gomes de Souza. (...) a Testemunha na época era guia do Exército na Guerrilha do Araguaia"*. Nenhum documento que possa comprovar o parentesco foi anexado aos autos. Afora a evidente insuficiência de informações, o requerimento deu entrada na CEMDP com o vício da intempestividade. Assim se manifestou a relatora, *"tendo sido protocolado após o prazo legal, indefiro o pedido"*.

**SEBASTIÃO VIEIRA GAMA
(OU SEBASTIÃO VIEIRA SILVA) (? – 1972)**

Número do processo: 347/96

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: lavrador

Data e local da morte: janeiro de 1972, em Marabá (PA)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 15/05/1997

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

Foi anexada ao processo formado na CEMDP uma declaração da filha de Sebastião, Maria Vieira da Silva, afirmando que, em 1971, na localidade de Poço Azul, Serra das Andorinhas, *"presenciamos a prisão de nosso pai, Sebastião Vieira Gama, por tropas militares que combatiam a guerrilha na região e, na minha presença e diante de meus irmãos foi submetido a tortura para delatar o paradeiro de uma guerrilheira de nome Dina. (...) Oito dias depois, diante da gravidade de seus ferimentos, veio a falecer em Marabá, em janeiro de 1972 sem assistência médica (...)"*.

O processo foi indeferido porque, segundo a relatora, não foi possível comprovar que a morte do pai se enquadre dentre os preceitos da Lei nº 9.140/95. Segundo a relatora, *"salvo correção que o tempo e a abertura dos arquivos da repressão política se encarregarão de fornecer, o período alegado da morte não corresponde ao início da repressão"*.

JOÃO PEREIRA DA SILVA (1950-1972)

Número do processo: 367/96 e 063/02

Filiação: José Pereira da Silva e Bonfim Pereira da Silva

Data e local de nascimento: 03/08/1950

Organização política ou atividade: camponês e guia do Exército

Data e local do desaparecimento: 10/08/1972, Araguaia

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Belisário dos Santos Júnior (2º)

Indeferido em: 17/10/96 e 21/05/2005

Data da publicação no DOU: 22/10/1996 e 28/06/2005

O irmão de João Pereira, Jacy Santiago da Silva, afirma: *"ele foi assassinado em combate por guerrilheiros e Exército Brasileiro, na tarde do dia 10/08/1972, atingido por um projétil na altura no peito esquerdo, quando se deslocava da propriedade rural de seus pais, na localidade de Pau Preto, onde morava com a família (pais e dois irmãos), próximo a Base de Caiano (dos guerrilheiros), no município de São Geraldo do Araguaia. Não contou com assistência médica e morreu no local. Segundo versão do comandante da diligência e responsável pelo transporte do cadáver, o qual foi trazido para São Geraldo do Araguaia, por um helicóptero do Exército Brasileiro, haja visto que o mesmo vivia coagido para trabalhar como guia e foi sepultado no cemitério local desta cidade (beira do rio Araguaia) na tarde do dia 11/08/1972, o responsável pelo disparo teria sido um guerrilheiro conhecido pelo codinome de 'Mundico'"*.

Para a tomada de decisão na CEMDP, saltava à vista a precariedade das informações contidas no requerimento. Em primeiro lugar, porque o irmão da vítima se baseia na informação de um terceiro, comandante da diligência, portanto integrante das forças de repressão à guerrilha, que transportava o cadáver, sendo portanto uma fonte não-isenta. Além disso, o próprio depoimento desse irmão inviabilizava aprovação do caso porque explicitamente atribui a um dos guerrilheiros a autoria da morte, o que foge aos quesitos claros da Lei nº 9.140/95. Dessa forma, a decisão da Comissão Especial foi pelo indeferimento.

LÁZARO PERES NUNES (1948-1972)

Número do processo: 139/04

Filiação: Edite Peres Nunes

Data e local de nascimento: 03/01/1948, Carolina (MA)

Organização política ou atividade: trabalhador rural

Data e local do desaparecimento: 1972, Araguaia

Relator: Maria do Rosário Nunes

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

José Peres Nunes afirma no processo encaminhado à CEMDP que seu irmão Lázaro desapareceu no ano de 1972, na região onde trabalhou (Fazenda Boa Esperança e Fazenda Consolação), no interior de São Domingos do Araguaia (PA), onde estava localizado um destacamento dos guerrilheiros. José afirma que Lázaro foi preso pelo Exército.

Segundo a relatora no caso em análise, "*verifica-se a inexistência de provas que pudessem ensejar o reconhecimento e a indenização pretendidas, uma vez que nada há nos autos que comprove a militância política da vítima e que este tenha sido o motivo ensejador de seu desaparecimento*".

LUÍS DIAS DE ANDRADE (? - 1972)

Número do processo: 134/04

Filiação: Climaria Maria da Conceição e Francisco Dias de Andrade

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: não consta

Data e local do desaparecimento: 1972, Araguaia

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 31/07/2006

Data da publicação no DOU: 09/08/2006

Noel Dias de Andrade, irmão de Luís, informa no processo apresentado à CEMDP que "*de acordo com fatos narrados na região dos quais tenho conhecimento, o sr. Luís Dias de Andrade desapareceu em 1972, no trecho Bacaba/Gameleira/Brejo Grande, região em que o mesmo dava apoio ao pessoal da Guerrilha fornecendo comida e acompanhamento na mata*". Segundo a relatora, "*inexiste no processo qualquer documentação comprobatória relativa às alegações trazidas à baila, restando dessa forma impossível a concessão do pleito*".

BENEDITO FERREIRA ALVES (? - 1973)

Número do processo: 133/04

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: abril de 1973, Araguaia

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 01/06/2006

Data da publicação no DOU: 13/07/2006

Processo indeferido porque não constam nos autos quaisquer esclarecimentos quanto à identidade de Benedito, sua militância política ou qualquer documentação comprobatória.

JOAQUIM DE SOUSA (? - 1973)

Número do processo: 164/05

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: junho de 1973, Araguaia

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

Segundo depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao Ministério Público Federal, em 15/07/2001, em São Domingos do Araguaia (PA), "*no ano de 1973 morava no lugarejo de Pedra da Colher, município de Xambioá, juntamente com seu pai Joaquim de Sousa Moura, conhecido como 'Joaquinzão', e mais três irmãos*". Valdemar relatou que "*no dia 18/06/1973, seu pai saiu para trabalhar e não retornou mais (...) Acredita que seu pai foi morto pelo exército porque o seu nome consta no cartaz das vítimas da guerrilha. (...) naquela época fizeram várias tentativas junto ao Batalhão do Exército, mas nunca obtiveram informações sobre o ocorrido (...) com o desaparecimento do pai a família abandonou as terras, a casa e tudo o que tinham, e foram embora para Araguaia, porque sua mãe ficou nervosa e não quis mais ficar na região. (...) Acredita que seu pai está sepultado entre as Praias da Colher e Xambioá*".

A relatora propôs indeferimento do processo pelo fato de ter sido protocolado após o prazo legal. Ressaltou ainda, em seu voto: "*fica ainda a dúvida de que o camponês Joaquinzão, referido desde o início de 1980 como desaparecido no Araguaia seja o mesmo Joaquim de Sousa ou Joaquim de Souza Moura (sobrenome da mãe do requerente)*".

MANOEL PEREIRA MARINHO (1958-1973)

Número do processo: 125/04

Filiação: Maria Pereira Marinho

Data e local de nascimento: 21/05/58, São Raimundo/Marabá (PA)

Organização política ou atividade: camponês

Data e local da morte: setembro de 1973, Araguaia

Relator: Maria do Rosário Nunes

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU: 21/06/2005

Manoel tinha 16 anos na época da guerrilha. Segundo depoimento de Leontino Dias Costa ao Ministério Público Federal, em Marabá, em 30/07/01: "(...) naquela época morava com ele o menor Manoel Pereira Marinho, filho de sua irmã Maria Pereira Marinho, falecida em 1968; que, na época da Guerrilha do Araguaia, final de 1972, seu sobrinho, iludido, passou a caminhar com os guerrilheiros pela mata; que lembra que seu sobrinho andava com duas mulheres mas não soube informar os nomes delas; que o único guerrilheiro que conheceu foi o Osvaldão; (...)". Segundo Leontino, "Manoel ficou com os guerrilheiros por cerca de seis meses (...) foi entregue ao Exército por Luís Marinheiro, que era guia dos militares (...) que nunca procurou o Exército para saber sobre o sobrinho porque ninguém podia falar sobre o assunto (...)".

A relatora do processo na CEMDP votou pelo indeferimento por não haver nenhuma comprovação da participação de Manoel na Guerrilha. "Meras alegações não são suficientes para determinar a culpa do Estado. (...) No caso ora em análise, verifica-se a inexistência de provas que pudessem ensejar o reconhecimento e a indenização pretendidas, uma vez que nada há nos autos que comprove a militância política da vítima e que esta tenha sido o motivo ensejado do seu desaparecimento".

JOAQUIM DE OLIVEIRA DOS SANTOS (1948-1973)

Número do processo: 163/05

Filiação: Lino Pereira Santos e Laurentina Oliveira Santos

Data e local de nascimento: 08/09/1948, Bacabal (MA)

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: novembro de 1973, Araguaia

Relator: Suzana Keniger Lisboa

Indeferido em: 31/05/2005

Data da Publicação no DOU: 28/06/2005

O requerimento foi apresentado em nome de Maria Nazaré Medeiros, viúva de Joaquim. Ela relata que seu marido saiu para traba-

lhar na Agrovila 013, no mês de novembro de 1973, sendo preso juntamente com seu irmão. Nunca mais foi encontrado, apesar de procurado nas bases de São Geraldo e de Bacaba.

A relatora encaminhou voto propondo que fosse indeferido o requerimento, por ter sido apresentado fora de prazo e por não constarem nos autos informações consistentes sobre a morte ou desaparecimento desse morador do Araguaia.

PEDRO SOUZA MILHOMEM (? - 1973)

Número do processo: 138/04

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: boiadeiro

Data e local da morte: 1973, Araguaia

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 08/12/2005

Data da publicação no DOU: 19/12/2005

Segundo Maria Dionísia de Oliveira, mulher de Pedro Souza Milhomem, "ele saiu de sua residência para levar uma boiada de uma fazenda para a outra, e ao retornar foi preso, em 1973, pelo Exército Brasileiro sem que se tenha obtido qualquer notícia dele desde então".

Segundo o relator, "a escassa documentação carregada aos autos não permite qualquer conclusão quanto à legitimidade da requerente Maria Dionísia de Oliveira eis que nada comprova sua condição de viúva. Igualmente não existe qualquer documentação que ateste o óbito de Pedro de Souza Milhomem". E concluiu: "Nas diversas buscas e diligências solicitadas pela presidência desta comissão nenhum resultado foi colhido capaz de comprovar qualquer militância política com relação ao citado nome". O voto foi pelo indeferimento, por falta de documentação, o que impediu qualquer conclusão quanto à legitimidade do pedido

CLÓVIS RIBEIRO DOS SANTOS (? - 1974)

Número do processo: 148/04

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: 1974, Araguaia

Relator: Maria do Rosário

Indeferido em: 02/08/2006

Data da publicação no DOU: 09/08/2006

Segundo informações anexadas aos autos, Clóvis foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, sendo libertado em novembro do mesmo ano. Após sua soltura, entretanto, continuava com a obrigação de apresentar-se no acampamento de Bacaba (PA), de oito em oito dias. Numa dessas ocasiões, segundo relato constante nos autos, nunca mais retornou para a sua residência, nem foi localizado.

Segundo a relatora do processo na CEMDP, não foram juntados aos autos informações ou documentação que comprovassem a militância política da vítima. Em seu parecer, informou ainda que *"também não houve regularização da procuração juntada aos autos, visto que a mesma refere-se à Comissão de Anistia, além de não dispormos de qualquer documentação de identificação da vítima, nem relação de parentesco com a requerente"*. O voto foi pelo indeferimento.

JOSÉ MACHADO DA SILVA (? - 1974)

Número do processo: 135/04

Filiação: Bonifácia Machado da Silva

Data e local de nascimento: Maranhão

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: 1974, Marabá (PA)

Relator: Maria do Rosário Nunes

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

Segundo informações de seu irmão, Luís Machado da Silva, José teria sido obrigado a se apresentar toda semana na base do Exército em Bacaba (PA). Numa dessas ocasiões, afirma Luís, José encontrava-se em frente à base para pegar uma carona e *"houve uma batida em nosso carro quando foi atingido e socorrido por um informante do exército na região, que levou de helicóptero para Marabá, não resistindo e vindo a falecer no hospital do SESP"*.

O requerente não apresentou nenhuma documentação referente à atuação política da vítima, bem como não regularizou a procuração juntada aos autos, nem anexou cópia de identificação da vítima. Segundo a relatora, devido à inexistência de provas, o processo devia resultar em indeferimento.

JOSÉ RIBEIRO DOURADO (? - 1974)

Número do processo: 337/96 e 108/04

Filiação: Celso Ribeiro e Maria Dourado

Data e local de nascimento: por volta de 1928, Maranhão

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: 1974, Araguaia

Relator: João Grandino Rodas e Suzana Keniger Lisboa

Indeferido em: 17/10/97 (1º) e 31/05/2005 (2º)

Data da publicação no DOU: 28/06/2005

Era conhecido como José Madaleno ou José da Madalena. Segundo o depoimento prestado por seu filho em 29/04/1991 à Comissão de Familiares, em Xambioá, foi preso e obrigado a ser guia do Exército. Conforme a viúva de José Ribeiro, Madalena Lopes de Souza, que mora em Xambioá, o marido está desaparecido desde 1974, quando foi preso em sua roça, em Pau Preto. Madalena contou que seu marido foi assassinado porque, dias antes, tinha dado comida ao guerrilheiro Osvaldão.

Matéria publicada no jornal *A Província do Pará*, em 11/05/96, com o título *Guerrilha do Araguaia: Medo ainda domina a população*, assinada por Ulisses Campbell, traz uma entrevista com Madalena. *"Ela conta que na época ia todo dia ao Exército perguntar se eles sabiam onde estava seu marido. 'Eles diziam que ele se encontrava na mata e que depois voltaria para casa', conta enxugando lágrimas do rosto. 'Passei dois anos ouvindo a mesma história todos os dias', conta revoltada. Depois de dois anos Madalena foi até um general do Exército pedir que encontrasse seu marido pelo menos morto para poder enterrá-lo. 'Ele pediu para eu ter paciência que ele voltaria para casa.' Só não explicaram para Madalena que sua paciência deveria ser eterna"*.

O processo terminou sendo indeferido, por duas vezes, na CEMDP, por falta de provas.

SIMÃO PEREIRA DA SILVA - 1979

Número do processo: 286/96

Data e local de nascimento: Ribeiro Gonçalves (PI)

Filiação: Maria Ribeiro da Silva e André Pereira da Silva

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 05/04/1979, Goiânia (GO)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 17/10/1996

Maria da Paz Moreira, mulher de Simão, afirma que no ano de 1973, seu marido foi preso na então Vila de São Domingos do Araguaia, município de São João do Araguaia (PA), pelo Exército Brasileiro, vindo a sofrer na prisão torturas, espancamentos e humilhações. Após ser libertado, passou a viver em busca de tratamento médico, mas como havia sido muito maltratado na prisão, não foi possível se recuperar inteiramente das doenças que havia contraído, vindo a falecer no ano 1979, na cidade de Goiânia (GO). Maria da Paz alegou que seu marido morreu em consequência da prisão.

O relator do processo na CEMDP considerou que, "*Simão Pereira da Silva é sem dúvida uma das dezenas de pessoas vítimas da truculência praticada pelo exército contra os moradores, no afã de lograr informações sobre os guerrilheiros do Araguaia*". Mas lembrou que a Lei nº 9.140/95, "*exclui aqueles que não resistiram às atrocidades a que foram submetidos durante suas prisões e morreram em decorrência delas, como é o caso do comerciante Simão Pereira da Silva*".

ANTÔNIO BORGES DOS SANTOS

Número do processo: 137/04

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: Araguaia

Organização política ou atividade: camponês

Data e local do desaparecimento: não consta

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 08/12/2005

Data da publicação no DOU: 19/12/2005

Requerimento indeferido porque não consta na documentação apresentada à CEMDP nada que comprove a morte, nem a data e condições em que teria ocorrido.

RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO

Número do processo: 165/05

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização Política ou atividade: não consta

Data e local do desaparecimento: Araguaia

Relator: Suzana Keniger Lisbôa.

Indeferido em: 31/05/2005

Data da publicação no DOU:

Processo indeferido por ter sido protocolado fora do prazo e por não conter informações essenciais, sequer sobre o ano do desaparecimento ou morte.

LISTA DE MORADORES DO ARAGUAIA NO SITE <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>, COM OBSERVAÇÕES IDENTIFICATÓRIAS:

Gabriel – camponês morto. (Depoimento de Elza Monerat à Comissão de Representação Externa da Câmara dos Deputados).

José de Oliveira – morto, informação do padre Humberto.

Juarez Rodrigues Coelho – "Morte de 1 (um) elemento da rede de apoio – Juarez Rodrigues Coelho – suicidou-se a 14 Ago 72, em Patrimônio – apoiava o Destacamento C". – Relatório das Operações contra-guerrilhas realizadas pela 3ª Bda Inf. no Sudeste do Pará – Ministério do Exército – CMP e 11ª RM – 3ª Brigada de Infantaria – Brasília/DF, 30 out 72; assinado pelo general de Brigada – Antônio Bandeira – Cmt da 3ª Bda Inf.

Osmar – Morto, informação do padre Humberto. Era informante dos órgãos de repressão, foi morto pelos guerrilheiros – Relatório Arroyo.

Osmar Pereira Santos – não é o mesmo da informação do Padre Humberto.

Sabino Alves da Silva – atingido por uma granada no dia 17/08/72. Era empregado de Eduardo Rodrigues dos Santos.

Sandoval – primeiro camponês preso, chegou a Marabá já morto – depoimento de Eduardo Rodrigues dos Santos à equipe da Manchete – depoimento a Criméia Almeida em fevereiro de 1993

LISTA DO LIVRO "A LEI DA SELVA", DE HUGO STUDART, EXTRAÍDA DO DOSSIÊ ARAGUAIA

Antônio Alfredo Lima – morto em 13/10/1973

Alumínio – paradeiro desconhecido

Batista – paradeiro desconhecido

Cícero Trocador – paradeiro desconhecido

Epaminondas – paradeiro desconhecido

Francisco Amaro Lins – preso em 14/04/1972
 Frederico Lopes – preso
 Hermógenes – paradeiro desconhecido
 Humberto – paradeiro desconhecido
 Jair Maciel, Zezinho – morto em 1974
 Joaquinção – paradeiro desconhecido
 José – paradeiro desconhecido
 José Vieira de Almeida – preso em janeiro de 1974
 Juarez Rodrigues Coelho – preso em 14/08/1972, suicidou-se
 Levi – morto
 Lourival Moura Paulino – (...) morto em 21/05/1972
 Luiz Vieira de Almeida, Luiz – morto em 31/12/1973
 Luiz Viola – morto
 Marco Aurélio de Freitas Lisbôa – paradeiro desconhecido
 Marcos José de Lima, Zezinho, Ari do A – (...) – paradeiro desconhecido
 Pedrão – paradeiro desconhecido
 Pedro Pereira de Souza, Pedro Carretel – morto em 06/01/1974
 Quincas – morto
 Rafael – paradeiro desconhecido
 Rita – paradeiro desconhecido
 Sabonete – paradeiro desconhecido
 Sandoval – paradeiro desconhecido
 Toinho – desertou em 10/12/1973
 Zé Maria – paradeiro desconhecido
 Zequinha – paradeiro desconhecido

1972



RUY CARLOS VIEIRA BERBERT (1947-1972)

Número do processo: 016/96

Filiação: Ottilia Vieira Berbert e Ruy Thales Jaccoud Berbert

Data e local de nascimento: 16/12/1947, Regente Feijó (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local do desaparecimento: 02/01/1972, em Natividade (TO)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O nome de Ruy integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Ele passou a infância e adolescência na terra natal, Regente Feijó, no interior paulista, onde concluiu o curso Científico. Mudou-se para São Paulo com o objetivo de se preparar para o vestibular, sendo aprovado tanto na USP quanto na PUC. Optou pelo ingresso no curso de Letras da USP. Passou a residir no CRUSP, o conjunto residencial da Universidade. Após um ano, trancou matrícula e começou a dar aulas em cursinhos particulares. Foi nessa época que iniciou seu envolvimento nas atividades políticas estudantis. Em outubro de 1968, foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Após a prisão, retornou à terra natal, onde ficou por uns 15 dias.

Foi essa a última vez que os pais e a irmã o viram. Segundo informações dos órgãos de segurança, divulgadas em notas oficiais de imprensa, Ruy Berbert seria um dos nove militantes da ALN que seqüestraram um avião da Varig, no trajeto Buenos Aires-Santiago, desviando-o para Cuba, em 4 de novembro de 1969, exatamente o mesmo dia em que foi morto Carlos Marighella. Além de Ruy foram identificados como participantes desse seqüestro Lauriberto José Reyes, Maria Augusta Thomaz e Aylton Adalberto Mortatti, os três também mortos como militantes do MOLIPO. Em dezembro de 1969, a família recebeu de Ruy uma carta que teria sido enviada da Europa. Meses depois, recebeu um bilhete escrito às pressas, dizendo apenas que estava bem e pedindo que pensassem sempre nele com carinho.

Ruy retornou ao Brasil em meados de 1971, como militante do MOLIPO, depois de receber treinamento militar em Cuba. Durante muitos anos, a única informação que constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* a respeito dele era de que havia desaparecido no Brasil, no ano de 1972. Documentos produzidos pelos órgãos de segurança fazem ligação entre Ruy e outros militantes do MOLIPO que teriam se implantado no norte de Goiás em 1971, como Arno Preis, Jeová Assis Gomes e outros, depois de tentarem se fixar na Bahia, nas proximidades do rio São Francisco. Ruy Berbert e Boanerges de Souza Massa, de acordo com essas fontes, teriam passado algum tempo na região de Balsas, no Maranhão, antes de se deslocarem para o norte goiano.

Em 27/07/1972, Ruy Berbert foi condenado à reclusão por 21 anos de prisão pela 2ª Auditoria da Justiça Militar Federal, em São Paulo, embora já estivesse morto. A data e local de sua morte somente foram descobertos após a abertura dos arquivos do DOPS/SP. Em meados de junho de 1991, a Comissão de Familiares recebeu um atestado de óbito em nome de João Silvino Lopes, que teria cometido suicídio em 02/01/1972, em Natividade, na época Estado de Goiás, hoje Tocantins. A única informação que acompanhava a certidão de óbito, entregue pela Comissão Pastoral da Terra, é de que pertenceria a algum militante político.

Em janeiro de 1992, ao examinar os arquivos do DOPS/SP, foi possível relacionar o nome de Ruy Carlos com João Silvino Lopes, ao ser encontrada uma relação intitulada: Retorno de Exilados, endereçada ao então delegado Romeu Tuma. Dentre os nomes relacionados, estava o de Ruy Carlos Vieira Berbert com as seguintes observações: "*suicidou-se na Delegacia de Polícia de Natividade/GO – JAN 72 – INFO 20/72 do DOPF/GO*". Também no exame dos arquivos secretos do DOPS do Paraná uma ficha com seu nome foi encontrada na gaveta que continha dados sobre 17 "falecidos".

A Comissão de Familiares solicitou ajuda à recém-criada Comissão de Representação da Câmara dos Deputados, que acompanhava a questão dos desaparecidos, para realizar investigações em Natividade. Foi organizada uma caravana integrada pelo presidente da referida Comissão, deputado Nilmário Miranda, pelo deputado Roberto Valadão, pelo advogado Idibal Piveta, representando a família de Ruy Carlos e a OAB/SP, por Hamilton Pereira, da Comissão Pastoral da Terra e por Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão de Familiares. Os integrantes da caravana tomaram depoimentos de populares que presenciaram os fatos na época, reconhecendo a foto de Ruy Carlos como sendo João Silvino Lopes.

A delegacia, onde Ruy teria supostamente se enforcado, fica bem no centro da pequena cidade, sendo um prédio antigo, com o pé direito muito alto. A cela onde Ruy esteve recolhido tinha janela para a praça da cidade e, através dela, conversou com alguns moradores puderam conversar com eles. Um deles teria lhe entregue uma rede com a qual, conforme a versão oficial, Ruy teria se enforcado. No imaginário dos moradores locais ficou a idéia de que Ruy usava um tênis especial, que lhe permitia andar sobre as águas. Com ele, pudera subir pelas paredes até o teto, cujo acesso parece impossível. No dia 30/06/1992, a juíza de Direito da Comarca de Natividade, Sarita Von Roeder Michels, concluiu os termos de retificação da Certidão de Óbito, requerida por Ruy Jaccoud Berbert, pai de Ruy Carlos. Apesar de ter sido enterrado no mesmo dia que um conhecido morador, sendo seu enterro acompanhado por dezenas de populares, não foi possível localizar a sepultura na tentativa realizada pela equipe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

Na página 607 do "livro secreto do Exército", divulgado em abril de 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, consta a seguinte passagem, que pode corresponder à verdade ou ser meramente uma contra-informação, por se tratar de texto produzido pelos próprios agentes dos órgãos de segurança: "*Boanerges (de Souza Massa) entregou o 'ponto' que teria com Rui Carlos Vieira Berbert, provocando sua prisão, dia 31 de dezembro, em Natividade (GO). Rui foi preso com documentação falsa em nome de 'João Silvino Lopes'. Debilitado pela malária, imaginou*

poder contornar a situação com sua documentação falsa, pois não sabia ainda da prisão de Boanerges. Ao sabê-la, de forma inadvertida, através de seus captores, aproveitou-se de um descuido na vigilância e suicidou-se".

No dia 19/05/1993, em Jales (SP), por convite da família e do Grêmio Estudantil Ruy Carlos Vieira Berbert, uma urna funerária vazia foi depositada no jazigo da família Berbert, concretizando simbolicamente o enterro do militante, após homenagem na Câmara Municipal. Em Presidente Prudente, uma escola pública foi batizada com o seu nome.



HIROAKI TORIGOE (1944-1972)

Número do processo: 080/96

Filiação: Tomiko Torigoe e Hiroshi Torigoe

Data e local de nascimento: 02/12/1944, Lins (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 05/01/1972, São Paulo (SP)

Relator: Maria Eunice Paiva

Deferido em: 29/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/96

Paulista de Lins, Hiroaki era estudante em São Paulo e cursava o quarto ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa ao passar à clandestinidade entre 1969 e 1970, quando era militante da ALN. Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, mas não há outros registros sobre sua biografia.

Foi ferido e preso pelo DOI-CODI-SP no dia 05/01/1972, na rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília, em São Paulo, pela equipe chefiada pelo delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., quando integrava o MOLIPO, dissidência da ALN. Sua foto estava estampada em milhares de cartazes distribuídos por todo o país com os dizeres "terroristas procurados". Os órgãos de segurança o acusavam de ter participado de inúmeras ações armadas em São Paulo, inclusive de um assalto a banco na Lapa onde morreu um militante da ALN, atingido por engano. Segundo informações desses órgãos, Torigoe era integrante do Comando Nacional do Molipo.

A versão oficial da morte de Torigoe foi que, ferido em tiroteio, após baleiar um policial e um pedestre, cujos nomes não foram divulgados, morreu a caminho do hospital. O laudo necroscópico, assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, informa a existência de nove ferimentos produzidos por arma de fogo. Nenhuma outra lesão, além dos tiros, foi descrita.

A fotografia de seu corpo, onde aparece apenas o tórax, localizada nos arquivos secretos do DOPS/SP, demonstra, no entanto, a falsidade do laudo e as reais circunstâncias da morte de Torigoe. São visíveis múltiplas lesões na face e tórax, sendo que o braço esquerdo, em posição anômala, denuncia ter sofrido fratura não exposta. A mandíbula mostra grande inchaço, podendo indicar fratura. Há também ferimento a bala na boca, cortes produzidos provavelmente por faca e escoriações não descritos. Além disso, Torigoe, segundo o laudo, teria dado entrada no IML despido. A requisição de exame, feita no nome falso, tem anotado à mão o nome verdadeiro. Mas é com o nome de Massahiro Nakamura que o atestado de óbito foi lavrado, assinado por Isaac Abramovitch, e tendo como declarante Miguel Fernandes Zaninello, da PM.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br é apresentada uma detalhada descrição das condições em que foi torturado no DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, incluindo o nome e codinome de seus algozes e, até mesmo, uma polêmica entre dois grupos de torturadores a respeito de terminar de matar ou garantir socorro médico a Torigoe.

Enterrado no cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome falso, a família não conseguiu resgatar os restos mortais. Em 1976 recebeu apenas a informação de que Hiroaki tinha sido exumado, não sabendo o destino dado ao corpo. Em 1990 foi feita a exumação de uma ossada naquele cemitério, na sepultura apontada como sendo sua. A ossada que pertenceria a Torigoe não tinha crânio. Fora exumada e re-

inuada, havendo outras duas ossadas enterradas na mesma sepultura. Levadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por Badan Palhares, foram entregues posteriormente ao legista Daniel Munhoz, sem a anotação de que apenas a ossada sem o crânio deveria ser examinada. Foram necessários 14 anos para que, em 2004, se soubesse que nenhuma das três ossadas poderia pertencer a Torigoe, já que nenhuma era compatível com as características antropométricas de um oriental. Num pequeno oratório na casa da família, a foto de Hiroaki Torigoe busca suprir a ausência de suas cinzas. A dor dos familiares foi narrada pelo repórter Caco Barcellos no Globo Repórter sobre a Vala de Perus, gravado em 1990 e exibido pela emissora em 1995.

A relatora do processo sobre Torigoe junto à CEMDP, Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, tomando como base os documentos citados e, em especial a foto de seu corpo, votou pelo deferimento afirmando que, "*Hiroaki foi torturado e morto em dependências policiais, enterrado pelos seus algozes como indigente e com identidade falsa, com laudo assinado pelo médico Abramovitch, o mesmo autor de outros laudos examinados na Comissão Especial e que não obedecem aos princípios de ética profissional a que os peritos médicos estão sujeitos*".



JEOVÁ ASSIS GOMES (1948-1972)

Número do processo: 171/96

Filiação: Maria José Assis Gomes e Luiz Gomes Filho

Data e local de nascimento: 24/08/1943, Araxá (MG)

Organização política: MOLIPO

Data e local da morte: 09/01/1972, Guaraí (GO, hoje TO)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 10/12/1996 por 4x3 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 12/12/96

Jeová Assis Gomes foi o terceiro banido a ser morto depois de retornar clandestinamente ao Brasil, engajado na resistência armada ao regime militar. Já tinham encontrado o mesmo destino, em 1971, Aderval Alves Coqueiro e Carlos Eduardo Pires Fleury. Começa a se caracterizar, dessa forma, a existência de uma possível sentença extra-judicial de condenação à morte dos banidos que retornassem. O jornalista Elio Gaspari escreveria muitos anos depois, em *A Ditadura Escancarada*: "*A sentença de morte contra os banidos autodocumenta-se. Entre 1971 e 1973 foram capturados dez. Nenhum sobreviveu*". Nascido em Araxá (MG), Jeová era uma liderança entre os estudantes de Física na USP, destacando-se também nas mobilizações dos moradores no CRUSP – conjunto residencial da Universidade. Em 1966, liderou a "Greve das Panelas", que se realizou no CRUSP e precedeu a efervescência de 1968. Com a decretação do AI-5, em dezembro desse ano, o CRUSP, onde moravam 1.500 universitários, foi cercado, os prédios desocupados e muitos estudantes foram presos. Jeová, que na época era um dos dirigentes da DISP – Dissidência Estudantil do PCB/SP, foi expulso do CRUSP e da USP, já procurado pelos órgãos de segurança. Passou a atuar em Brasília e Goiás, transferindo-se com muitos outros militantes daquele agrupamento dissidente para a ALN, em 1969.

Preso em 12/11/1969 em Goiás, pela militância na ALN, foi transferido para a OBAN, onde sofreu torturas que lhe causaram fraturas nas duas pernas. Permaneceu preso até junho de 1970, quando foi banido para a Argélia em troca do embaixador alemão Von Holeben, seqüestrado numa operação conjunta entre VPR e ALN. Da Argélia viajou para Cuba, recebeu treinamento militar naquele país e retornou clandestinamente ao Brasil em 1971, como militante do MOLIPO, com a tarefa de construir uma base de guerrilha na área rural. Em 09/01/1972, Jeová foi localizado e morto em um campo de futebol em Guaraí (Goiás na época, hoje Tocantins). Documentos dos órgãos de segurança o apontavam como coordenador nacional do Molipo, ao lado de Antonio Benetazzo e Carlos Eduardo Pires Fleury.

A família recebeu a notícia da morte de Jeová por meio da imprensa, na noite do dia 16/01/1972. Seu irmão foi até Guaraí, onde obteve informações de que Jeová fora morto com um tiro pelas costas e estava enterrado num cerrado na periferia da cidade. Não conseguiu o laudo, tampouco certidão de óbito e a remoção dos restos mortais. No primeiro comunicado oficial dos órgãos de segurança sobre o caso, distribuído à imprensa, as autoridades do regime militar afirmaram: "*no último domingo, foi morto a tiros, na cidade de Guaraí, norte de Goiás, o terrorista Jeová Assis Gomes,*

ao tentar resistir à voz de prisão que lhe fora dada por agentes policiais". Uma segunda versão, divulgada em Brasília três dias depois, relata que "A equipe de segurança abordou o referido elemento, convidando-o discretamente a acompanhá-la para fora do pequeno estádio. Aquiesceu, deslocando-se cerca de 15 metros, quando se jogou no chão, puxando do bolso uma granada, na tentativa de acioná-la, no que foi impedido a tiros pelos agentes, no interesse de evitar um morticínio de largas proporções de populares inocentes".

Nilmário Miranda, relator do processo na CEMDP, apresentou o relatório do então delegado de Guaraí, 2º Sargento da PM, José do Bonfim Pinto que informava: *"aos nove dias de janeiro de 1972, por volta das 15h30min, desembarcou nesta cidade, procedente do sul, um indivíduo que, mais tarde foi identificado como Jeová Assis Gomes, terrorista de destaque da ALN. Tomou quarto num hotel local, onde deixou uma pasta que trazia ao desembarcar. Mais ou menos às 16h, rumou para o acampamento da Rodobrás, em cuja quadra de esportes era disputada uma partida de futebol. Ali se misturou com o povo. Por volta das 16h30min foi abordado por uns senhores, que mais tarde se identificaram como agentes do DOI-CODI/11º RM, os quais, procurando afastá-lo do meio do povo, deram-lhe voz de prisão, chamando-o pelo nome. Vendo-se identificado, empurrou dois dos agentes e tentou empreender fuga, forçando um dos agentes a alvejá-lo. Dado a posição que recebeu o projétil (tórax), teve morte instantânea".* O delegado conclui descrevendo o que fora encontrado na pasta: mapas de Goiás, bússola, roupas, documentos, um revólver 38, munição, e uma bomba de fabricação caseira. Posteriormente, em 15 de setembro, o mesmo delegado encaminhava correspondência ao Secretário de Segurança de Goiás, dizendo que, estando impossibilitado de abrir inquérito para investigar a morte de Jeová, remetia todo o material existente em sua Delegacia.

No voto na CEMDP, Nilmário Miranda construiu uma detalhada comparação entre o relatório do delegado local e a versão divulgada pelos órgãos de segurança, realçando cada uma das inúmeras contradições entre ambos. Ressaltou que os agentes que ali desembarcados, procedentes de Brasília, sabiam que Jeová estaria no campo de futebol; e que a versão divulgada, três dias depois fora preparada para justificar uma execução. Considerando a evidente política de extermínio dos banidos que voltassem ao país, Nilmário concluiu: *"os agentes repressivos foram a Guaraí para eliminá-lo; caso contrário, teriam-no algemado no ato da prisão. Se era considerado 'perigoso terrorista', provável chefe da futura guerrilha, não iriam convidá-lo 'discretamente', e sim imobilizá-lo imediatamente para prendê-lo, algemá-lo e revistá-lo"*

Na sessão em que a CEMDP julgou o caso, após discussão ampla, ocorreu empate na votação do processo referente a Jeová. O presidente Miguel Reale Jr. desempatou a votação: *"ninguém iria levar uma granada para um campo de futebol e deixar a arma no hotel. Estava desarmado e a possibilidade de domínio era grande. Voto com o relator".* Com toda a reserva que deve recobrir a credibilidade de um texto como o "livro secreto do Exército", divulgado em abril de 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, cabe registrar neste livro-relatório um pequeno trecho de sua página 694: *"Boanerges de Souza Massa continuou entregando tudo. Abriu um 'ponto' que teria com Jeová Assis Gomes, em Guaraí, no Estado de Goiás, no dia 10 de janeiro de 1972. A equipe policial chegou à localidade no dia 9 de janeiro e, com a ajuda de Boanerges, Jeová foi localizado nas arquibancadas de um campo de futebol, assistindo a uma partida. Ao receber voz de prisão, Jeová retirou uma granada de uma sacola e tentou sacar o grampo de segurança para lançá-la. Pressentindo a tragédia que a explosão causaria no estádio, a equipe policial atirou matando Jeová"*

Em 2 de junho 2005 o então presidente da CEMDP, Augustino Veit, juntamente com a assessora Lara Xavier foram à cidade de Guaraí com a finalidade de buscar informações sobre as circunstâncias da morte de Jeová e localizar sua sepultura para posterior exumação e identificação. As informações obtidas confirmaram que Jeová foi abordado no campo de futebol da Rodobrás. Ficou confirmado que as autoridades policiais vindas de Brasília poderiam ter efetuado a prisão de Jeová, mas preferiram fuzilá-lo perante centenas de pessoas que assistiam a um jogo de futebol. A versão foi confirmada pelo soldado militar Sebastião de Abreu, que realizou o enterro. A partir de diversos depoimentos, conseguiu-se localizar a possível sepultura.

Em 12 de outubro de 2005, a polícia técnica de Brasília fez escavações para exumar os restos mortais de Jeová. As escavações foram acompanhadas pelo irmão de Jeová, Luís Antonio Assis Gomes que foi à cidade de Guaraí uma semana depois do assassinato, mas nem o soldado Sebastião Abreu e tampouco o irmão souberam precisar o local da sepultura. Ficou confirmado, no entanto, que Jeová foi assassinado em 09/01/1972, por volta das 16h, numa demonstração de força dos agentes federais. É certo também que Jeová foi enterrado no cemitério da cidade.



ALEX DE PAULA XAVIER PEREIRA (1949-1972)

Número do processo: 206/96

Data e local de nascimento: 09/08/1949, Rio de Janeiro (RJ)

Filiação: Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 20/01/1972, em São Paulo

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/96



GELSON REICHER (1949-1972)

Número do processo: 246/96

Data e local de nascimento: 20/02/1949, São Paulo/SP

Filiação: Blima Reizel Reicher e Berel Reicher

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 20/01/1972, em São Paulo

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 02/10/1997 por 6x1 (voto contra general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 06/10/1997

Militantes da ALN, foram mortos em São Paulo, em 20/01/1972, ambos com 22 anos de idade. Durante muito tempo, prevaleceu a versão oficial de que eles foram mortos em troca de tiros com agentes do DOI-CODI/SP. Os trabalhos da CEMDP foram decisivos no sentido de derrubar essa contra-informação, através de um rigoroso trabalho de perícia científica.

Alex nasceu no Rio de Janeiro e era irmão de Iuri Xavier Pereira, dirigente da ALN que seria morto cinco meses depois, e de Lara Xavier Pereira, também militante da organização clandestina. Iniciou a participação em atividades políticas no Movimento Estudantil secundarista. Foi diretor do grêmio do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1968. Filho de militantes comunistas, conheceu desde cedo a perseguição e a repressão que atingiu a família a partir de abril de 1964. Ingressou muito jovem no PCB, incorporando-se à ALN desde sua constituição.

Paulista da capital, Gelson Reicher cursava o quinto ano de Medicina na USP, na faculdade de Pinheiros, e dava aulas no curso pré-vestibular MED. Muito inteligente e criativo, foi diretor do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz - CAOC, dirigiu o grupo de teatro dos alunos da faculdade, escreveu poesias e peças de teatro, compondo músicas para sua encenação e sendo responsável também pela direção. Único filho homem de Berel e Blima, era irmão de Felícia Madeira, que foi amiga de infância de Lara Iavelberg. O quarto de Gelson, quase dez anos depois de sua morte, era mantido exatamente como deixara da última vez em que ali estive - todos os objetos no mesmo lugar. Na ALN, junto com Iuri Xavier Pereira, foi responsável pelos jornais *Ação* e *1º de Maio*, retomando também a publicação de *O Guerrilheiro*.

A versão oficial dessas mortes foi publicada pela imprensa dois dias após o ocorrido reproduzindo com pequenas variações, a nota oficial distribuída pelos órgãos de segurança: "*O volks de placa CK 4848 corre pela Avenida República do Líbano. Em um cruzamento, o motorista não respeita o sinal vermelho e quase atropela uma senhora que leva uma criança no colo. Pouco depois, o cabo Silas Bispo Feche, da PM, que participa de uma patrulha, manda o carro parar. Quando o volks pára, saem do carro o motorista e seu acompanhante atirando contra o cabo e seus companheiros; os policiais também atiram. Depois de alguns minutos três pessoas estão mortas, uma outra ferida. Os mortos são o cabo da Polícia Militar e os ocupantes do volks, terroristas Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher*". (*O Estado de São Paulo*, 22/02/72). Os órgãos de segurança acusavam ambos de participação em inúmeras ações armadas. Alex era também acusado de ter recebido treinamento de guerrilha em Cuba, estando sua foto estampada em cartazes distribuídos em todo o Brasil com as manchetes "*Bandidos Terroristas Procurados*".

A mesma nota informava os nomes falsos que utilizavam os militantes. Com esses nomes falsos, deram entrada no IML e foram enterrados como se fossem indigentes: Alex como João Maria de Feitas e Gelson como Emiliano Sessa. Isaac Abramovitch, médico legista do IML, foi quem realizou as autópsias. Conhecia Gelson desde menino e era vizinho da sua família. Encontrava-se diariamente com Gelson na garagem do prédio, enquanto Gelson morou com seus pais, mas emitiu laudo e atestado de óbito mantendo o nome falso e permitindo que o corpo fosse enterrado em Perus.

Esse legista, que seria mais tarde denunciado junto ao Conselho Regional de Medicina por acobertamento de torturas e convivência alegou, ao depor na CPI sobre a vala clandestina do cemitério de Perus, não ter reconhecido o rosto do autopsiado. Mas, na verdade, foi ele quem avisou Berel Reicher sobre a morte de Gelson, possibilitando que os familiares pudessem resgatar o corpo poucos dias depois, para sepultá-lo no cemitério israelita.

Os familiares de Alex somente encontraram seus restos mortais em 1979, graças à nota oficial publicada pelos jornais em 1972 onde constava o nome falso com que fora enterrado. Após ação de retificação do registro de óbito, Alex foi trasladado em 1982 para o Rio de Janeiro, junto com os restos mortais do irmão, Iuri Xavier Pereira. Agentes policiais estiveram presentes na cerimônia em São Paulo e acompanharam ameaçadoramente a chegada dos corpos ao Rio de Janeiro, portando metralhadoras.

Na CEMDP, o primeiro processo examinado foi o de Alex, sustentando sua família que a versão de morte em tiroteio era incompatível com os documentos encontrados no arquivo secreto do DOPS e no IML de São Paulo. Em seu voto, informou o relator: *"Aponta-se que antes do encontro dos agentes públicos com o grupo opositor, os organismos de segurança já tinham informações sobre as características físicas de Alex Pereira e os locais de ponto em que poderia aparecer. Nesse sentido, foi anexado ao processo depoimento de militante da ALN, prestado em organismo militar entre os dias 18 e 19 de janeiro de 1972, em que descreve Alex e indica locais de encontro. Em um segundo interrogatório, ocorrido em fevereiro de 1972, o mesmo militante enfatiza a utilidade da sua colaboração para com o órgão de repressão, mencionando, nesse sentido, a revelação do ponto da rua Jandira nº 500, onde compareceram Alex Paula Xavier Pereira (Miguel) e Gelson Reicher (Marcos), que morreram em tiroteio com os agentes das forças de segurança"*. Outros documentos confirmaram que o encontro entre militantes e agentes não fora casual, conforme fazia crer o comunicado oficial.

A prova de que Alex e Gelson teriam sido levados a outro local após o tiroteio foi trazida pelos documentos do IML/SP: Alex e Gelson deram entrada no órgão trajando apenas cuecas. O exame feito pelo legista Nelson Massini nas fotos do corpo de Alex e nos documentos do IML comprovou que a versão oficial não se sustentava. O laudo do IML descrevia apenas os ferimentos produzidos por projétil de arma de fogo, indicando como causa da morte anemia aguda traumática. Nenhuma referência foi feita às equimoses e escoriações visíveis em seu corpo: nos olhos, no nariz, no tórax e nos dois braços. Afirmou o legista que *"com a descrição destas lesões podemos afirmar que o Sr. Alex esteve preso por seus agressores, que provocaram lesões não fatais e posteriormente desferiram lesões mortais, sendo as primeiras absolutamente desnecessárias tendo contribuído apenas para aumento do sofrimento antes da morte configurando-se o verdadeiro processo de tortura"*. O relator considerou que o parecer técnico era consistente com a tese da requerente de que, ao tiroteio, seguiu-se a detenção de Alex, culminada com a sua morte.

Na reunião da CEMDP do dia 14/05/1996 foi examinado o processo de Gelson, recordando o relator o deferimento do pedido dos familiares de Alex. Ressaltou, entretanto, que os casos deveriam ser analisados individualmente, pois a morte em seguida a confronto armado com forças de segurança não gerava o direito aos benefícios da Lei nº 9.140/95. O relator propôs que, da mesma forma como procedera no caso de Alex, a CEMDP deveria buscar opinião técnica, sendo solicitado parecer criminalístico ao perito Celso Nenevê.

Gelson recebera dez tiros: três na cabeça, três no tronco, um em cada braço e cada perna. O perito descreveu todas as lesões produzidas por tiro, concluindo não poder restabelecer a dinâmica do evento por falta de elementos. Mas, de forma idêntica ao constatado no caso de Alex, a foto do corpo de Gelson mostrava lesões não descritas por Abramovitch, conforme analisou e descreveu o perito: *"(...) Na região orbitária direita, na pálpebra superior direita, e na região frontal direita a presença de edema traumático, aparentemente associado a uma extensa equimose. A formação desta lesão apresenta características da ação contundente de algum instrumento. Considerando ainda, o*

descrito no Laudo, quando do exame interno 'Aberto o crânio pela técnica habitual, nada se constatou de interesse médico legal', a sua formação aparentemente não deve estar ligada à ação lesiva dos projéteis que atingiram a cabeça da vítima. Na linha da região zigomática, manchas escuras, com características genéricas de lesões, sem que se possa definir suas naturezas, e características do(s) instrumento(s) que as produziram, não se encontrando elas descritas no Laudo. O mesmo pode ser observado para a região deltóidea esquerda e região mamária direita. Outrossim, é provável que Gelson Reicher a partir do momento que teve seus quatro membros atingidos por projéteis de arma de fogo, não oferecia mais condições de resistência armada nem tampouco de fuga. Considerando ainda que o edema e a equimose verificados na região orbital direita e circunvizinhas, se de natureza contusa, as quais para sua formação necessitam, obrigatoriamente, do contato físico entre o instrumento e a vítima, por conseguinte, de grande proximidade. Este ferimento não coaduna com o quadro comumente verificado em tiroteios, sendo possível que esta lesão contusa tenha sido produzida após as lesões perfurocontusas anteriormente relacionadas, em circunstâncias que não estão esclarecidas, uma vez que a vítima provavelmente apresentava-se dominada em decorrência dos ferimentos em seus membros".

A partir desse parecer do perito Celso Nenevê, concluiu o relator do processo na CEMDP que, da mesma forma como Alex, "teria havido a infligência de lesões a Gelson antes de sua morte, a conduzir à idéia de que ele estivera detido entre o tiroteio e o falecimento, tendo sofrido tratamento impróprio. Observo, em acréscimo, que não há nenhuma evidência de que antes do tiroteio Gelson estivesse com os ferimentos observados. O senso comum, aliás, aponta para a conclusão de que ele não os tinha, pois seriam incompatíveis com a necessidade de descrição com que os militantes políticos deveriam contar para sair à rua. Em face do exposto, e novamente ressaltando que em casos com carga acentuadamente técnica como este há que se louvar nas palavras do perito".

Em 09/11/2006, numa iniciativa conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a diretoria do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, foi inaugurado nessa entidade de representação estudantil um memorial, painel metálico com fotos e textos, em homenagem a Gelson Reicher e Antonio Carlos Nogueira Cabral, este último ex-presidente do CAOC, também militante da ALN, que seria morto no Rio de Janeiro três meses depois de Gelson.



GASTONE LÚCIA DE CARVALHO BELTRÃO (1950-1972)

Número do processo: 0238/96

Data e local de nascimento: 12/01/1950, Coruripe (AL)

Filiação: Zoraide de Carvalho Beltrão e João Beltrão de Castro

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 22/01/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/08/1996

Trata-se de mais um caso em que o trabalho da CEMDP conseguiu comprovar a falsidade da versão oficial, que prevaleceu durante muitos anos e indicava a morte de Gastone em tiroteio com a polícia. Na verdade, foi executada depois de presa. Alagoana de Coruripe, Gastone manifestou desde jovem preocupação com as desigualdades sociais e, ainda adolescente, visitava os presos comuns levando-lhes roupas e alimentos. Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva, em Maceió, e concluiu o 2º grau no Rio de Janeiro, onde moravam seus avós.

Em 1968, de volta a Maceió, prestou vestibular para Economia na Universidade Federal de Alagoas, entrando em 3º lugar. A partir de então, sua militância política se tornou mais efetiva, inicialmente na JUC – Juventude Estudantil Católica. Em 1969, já integrada à ALN, viajou para Cuba, onde recebeu treinamento militar. Foi localizada e morta em São Paulo, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, quando tinha retornado ao Brasil há menos de um mês.

Apenas dois meses depois a mãe de Gastone, Dona Zoraide, e seu pai, o médico sanitariano João de Castro Beltrão, receberam de uma freira a informação de que algo acontecera à filha. Dona Zoraide foi imediatamente ao DOPS paulista e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Fleury, que inicialmente dizia não se lembrar do caso, mas acabou por lhe dizer que a filha era uma moça muito corajosa e forte, e que resistira até a última hora. Gastone tinha sido enterrada como indigente. Foi preciso esperar três anos para que o traslado fosse realizado para Maceió, estando seus restos mortais sepultados hoje na tumba da família Beltrão, no Cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Após a abertura de acesso aos arquivos do IML e da polícia técnica de São Paulo, foi possível começar a reconstruir a verdadeira história de sua morte a partir das contradições e omissões dos próprios documentos oficiais. A requisição de exame ao IML e a necropsia registram que Gastone morreu em tiroteio na esquina das ruas Heitor Peixoto e Inglês de Souza, em São Paulo. Assinam o laudo necroscópico os legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg. Gastone deu entrada no IML às 15h30 do dia 22/01/72. Suas vestes e objetos – anota a requisição de exame – foram entregues ao “Sr. Dr. Fleury”.

Por solicitação da CEMDP, o processo de Gastone foi submetido a exame pelo perito criminal Celso Nenevê. Pela análise das fotografias, que o deixaram perplexo pelo absurdo número de ferimentos, ele constatou que Gastone tinha 34 lesões enquanto o laudo oficial descrevia 13 ferimentos a bala com os respectivos orifícios de saída. O perito se concentrou em duas lesões, uma na região mamária e outra na região frontal. Ampliou a foto da ferida na região mamária em 20 vezes. Abramovitch descrevera a lesão como resultante de 'tangenciamento de projétil de arma de fogo'. Nenevê concluiu que, ao invés de tiro, tratava-se de uma lesão em fenda, produzida por faca ou objeto similar. E agregou que, dado o formato em meia-lua, o ferimento fora produzido com o braço levantado. A lesão estrelada na região frontal indica que o tiro foi disparado com a arma encostada, de cima para baixo. Além das contradições anteriores, essas duas lesões são totalmente incompatíveis com a versão de tiroteio. A lesão produzida por faca ou objeto similar requer a proximidade entre agressor e vítima. O tiro com arma encostada na testa indica execução.

Nenevê concluiu seu parecer afirmando que, considerando a requisição de exame ao IML e o relatório do local, onde é explicitado “violento tiroteio” em alusão às circunstâncias em que a vítima fora ferida e, considerando que, no laudo de exame cadavérico, o legista constata “fratura de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito”, entendeu o perito que tanto o relatório de local como o laudo médico legal, não estabelecem pormenores que possibilitem compatibilizar as lesões descritas para o cadáver com as circunstâncias em que fora travado o aludido tiroteio. Salientou que Gastone, a partir do momento em que teve os membros superiores inabilitados, não podia oferecer resistência armada.

As circunstâncias da morte não puderam ser restabelecidas com clareza até hoje, mas a CEMDP reconheceu por decisão unânime que Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, com estatura de apenas 1.55m, cujo cadáver mostrava 34 lesões, na maioria tiros, mas também facada, marca de disparo à queima-roupa, fraturas, ferimentos e equimoses pelo corpo inteiro, não morreria no violento tiroteio alegado pelo DOPS e pelos documentos do IML e IPT. E sim depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança.



HÉLCIO PEREIRA FORTES (1948-1972)

Número do processo: 070/96

Filiação: Alice Pereira Fortes e José Ovídio Fortes

Data e local de nascimento: 24/01/1948, Ouro Preto (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 28/01/1972, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Nascido em Ouro Preto (MG), Hécio passou a infância e a juventude em sua cidade natal. Desde muito cedo manifestou interesse pela história política e social do país, estando presente em todos os eventos e manifestações culturais de sua época. Habitualmente se reunia com um grupo de estudantes em torno do Grêmio Literário Tristão de Athayde (GLTA), em Ouro Preto.

Terminou o ginásio no Colégio Arquidiocesano, aos 13 anos de idade, ingressando na Escola Técnica Federal. Era um amante da literatura, cinema, teatro. Participava intensamente da vida de sua cidade, escrevendo em jornais, criando e difundindo peças teatrais, promovendo jograis. Foi redator do *Jornal de Ouro Preto* e da *Voz do GLTA*. Fundou o Cineclube de Ouro Preto. Ativista político, atuou na União Colegial Oupretense e na Escola Técnica Federal. Ingressou na Escola de Metalurgia, mas não chegou a concluir o curso. Desde 1963 era ligado ao PCB, sendo considerado a principal liderança, tanto entre estudantes quanto entre os operários da metalúrgica Alcan. Logo após abril de 1964 passou a viver na clandestinidade, inicialmente em Belo Horizonte, onde integrou o Comitê Municipal do PCB.

Hécio foi um dos principais dirigentes da Corrente/MG, que, após sofrer inúmeras prisões em 1969, se incorporaria à ALN. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde pertenceu ao comando regional dessa organização. Mesmo na clandestinidade, escrevia cartas à família, em que expressava sua saudade e as razões que o levaram a optar pela luta armada. Sua última mensagem foi no Natal de 1971. Em 22/01/1972, foi preso no Rio de Janeiro. Hécio passou pelo DOI-CODI/RJ e foi levado para o DOI-CODI/SP. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em várias ações armadas, inclusive de um assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, onde foram mortos três vigilantes de segurança.

A requisição de exame ao IML/SP informa que "*após travar violento tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em conseqüência, veio a falecer*". Os legistas Isaac Abramovitch e Lenilso Tabosa Pessoa definiram como causa da morte anemia aguda traumática. A versão oficial distribuída à imprensa informava que ele tentara fugir dentro da rodoviária de São Paulo, morrendo ao resistir à prisão. No entanto, os documentos do IML e a certidão de óbito informam que o óbito ocorreu em outro local: Avenida Bandeirantes, esquina com Rua Jurupis.

A família tomou conhecimento da morte de Hécio no mesmo dia, pela televisão, e imediatamente dirigiu-se a São Paulo. O corpo já estava enterrado no Cemitério de Perus. Somente em 1975 foi possível levar os restos mortais para Ouro Preto, onde Hécio foi enterrado na Igreja São José.

Dentre os ferimentos descritos pelos legistas, um chama a atenção: orifício de entrada no canto externo do supercílio esquerdo e saída no ramo ascendente direito da mandíbula, após transfixar o olho esquerdo. Um tiro com tal trajetória, de cima para baixo, e ligeiramente de frente para trás, se disparado a média ou curta distância, caracteriza execução.

Além disso, consta no processo formado na CEMDP um depoimento de Darci Toshiko Miyaki, militante da ALN presa por agentes do DOI-CODI/RJ no Rio de Janeiro no dia 25/01/1972. Sob interrogatórios, Darcy calcula que foi no dia 27 que recebeu roupas e, encapuzada, soube que seria removida. Num corredor, pela costura esgarçada do capuz, viu Hécio encostado na parede. Foram transportados na mesma viatura, Hécio no chiqueirinho e ela entre o motorista e um agente, sendo conduzidos ao DOI-CODI/SP. Ali, foi colocada em uma cela isolada, no segundo andar, onde ficou por vários dias e dali ouviu os gritos de Hécio. Sem saber precisar o dia, não mais foi conduzida à cela onde estava, mas a uma outra, com porta de ferro, sem luz e sem ventilação. Antes de ser colocada nessa solitária, ouviu do carcereiro que desse local havia saído um "presunto fresquinho". Darcy tem plena convicção de que o corpo que havia sido retirado da solitária era o de Hécio Pereira Fortes, pois a partir de então não mais ouviu os seus gritos.

Por último, foi localizado nos arquivos secretos do DOPS no Paraná um documento da Polícia Federal divulgando o conteúdo de um depoimento prestado por Hécio, constituindo prova cabal de que esteve preso e foi mais um preso político executado. O requerimento do caso Hécio foi aprovado por unanimidade na Comissão Especial.



ÍISIS DIAS DE OLIVEIRA (1941-1972)

Número do processo: 104/96

Filiação: Felícia Mardini de Oliveira e Edmundo Dias de Oliveira

Data e Local de nascimento: 29/08/1941, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 30/01/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



PAULO CÉSAR BOTELHO MASSA (1945-1972)

Número do processo: 061/96

Filiação: Laís Maria Botelho Massa e Cristovan Sanches Massa

Data e local de nascimento: 05/10/1945, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 30/01/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Militantes da ALN que residiam na mesma casa no Rio de Janeiro, Ísis e Paulo César foram presos no dia 30/01/1972, pelo DOI-CODI/RJ. Seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Ísis nasceu e cresceu em São Paulo, iniciando os estudos no Grupo Estadual Pereira Barreto. Fez o ginásio no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e o curso clássico no Colégio Santa Marcelina. Estudou piano e fez curso de pintura e escultura na Fundação Álvares Penteado. Falava inglês, que estudou na União Cultural Brasil-Estados Unidos, dominando também o francês e o espanhol. Trabalhou como secretária bilíngüe na Swift. Em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na USP e passou a morar no CRUSP – o conjunto residencial da Universidade. Trabalhou no Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e se casou, em 1967, com José Luiz Del Royo, também integrante da ALN na fase de sua fundação, e que foi eleito em 2006 senador na Itália. Isis frequentou o curso de Ciências Sociais até o 3º ano e, segundo informações dos órgãos de segurança, esteve em Cuba participando de treinamento de guerrilha em 1969. Já separada de Del Royo, retornou clandestinamente ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir de meados de 1970.

Carioca, Paulo César cursou o 1º grau na Escola Argentina e na Escola Marechal Trompovsky, em sua cidade natal. Fez o 2º grau no Ginásio Santo Antônio, em São João Del Rey e no Colégio Mello e Souza. Sua mãe contava, com orgulho, que o filho ganhou o primeiro prêmio num concurso literário promovido pela Prefeitura do Rio sobre o Dia das Mães, quando fizeram parte do júri Manuel Bandeira e Dinah Silveira de Queiroz. Trabalhou no Banco do Brasil, onde entrou por concurso aos 16 anos. Depois de cumprir o serviço militar, foi trabalhar na agência Paranaguá. Em 1968, iniciou o curso de Ciências Econômicas, na antiga Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ, passando a participar do Diretório Acadêmico e do Movimento Estudantil. Em 20/03/1969, foi preso pela primeira vez, pelo DOPS/RJ, para averiguações sobre essas atividades. Respondeu a vários processos, sendo absolvido em todos. Em 15 de novembro de 1971, desligou-se do Banco do Brasil e passou a atuar na clandestinidade. Filho do general Cristóvão Massa, e com outros três tios gerais, Paulo era chamado pelos companheiros de "general".

Paulo continuava frequentando a casa dos pais, onde esteve pela última vez um dia antes da prisão. Quatro dias depois, três policiais que se identificaram como sendo do DOPS revistaram a residência na busca de uma metralhadora. Levaram roupas do filho, o que constitui indício eloqüente de que ele se encontrava preso. Um deles entregou-lhes um cartão com o nome de Otávio K. Filho, pessoa que nunca mais conseguiram encontrar. O general Massa recorreu aos seus colegas de farda, mas terminaria ouvindo de um deles a terrível frase: "esqueça o Paulo Massa". Os pais não obedeceram e o procuraram incansavelmente. O general Massa se emocionou ao saber que o filho tinha o codinome de "general" e lembrava que, em 1º de abril de 1964, tinha se apresentado com ele no Palácio Guanabara, dispostos ambos a defender de armas na mão o regime militar.

No dia 4 de fevereiro, Aurora Maria Nascimento Furtado, colega da USP e militante da ALN, que também seria morta sob torturas dez meses depois telefonou a Edmundo, pai de Ísis, avisando da prisão da amiga. "*Ela corre perigo, tratem de localizá-la*", disse-lhes. E foi o que tentaram com persistência: impetraram cinco *habeas-corpus* através da advogada Eny Raimundo Moreira, todos negados. Foram a todas as unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica do Rio de Janeiro e São Paulo onde imaginassem poder ter notícias de Ísis. Vasculharam os arquivos dos cemitérios do Rio de Janeiro, Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo. Sem falar das muitas cartas escritas com a letra miúda da mãe ao presidente da República, às autoridades civis e religiosas. Dezenas de pastas guardam os documentos da família na busca por Ísis. Trechos do depoimento de Felícia, que com mais de 90 anos ainda espera alguma notícia sobre o que aconteceu com a filha, retrata a luta dos familiares:

"(...) Ísis mostrava-se segura e coerente com suas definições de vida. Este pareceu-nos ser o traço mais marcante de sua personalidade. Verificamos uma total coerência na sua maneira de pensar e agir. Em 16 de junho de 1970 Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha, sempre, visitar-nos em São Paulo. Outras vezes, nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se ela disse: - Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês. Eu fiquei muito nervosa com essa informação. No dia seguinte, conforme havíamos combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei por várias horas, Ísis não apareceu. Nunca mais a vi. Em 22 de novembro de 1971 Ísis fez um telefonema para a casa de um vizinho, chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu encontro, conforme havíamos combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi a última vez que ouvi sua voz (...). Eu estive por três vezes na Ilha das Flores, sem nada conseguir. Mas foi lá que conheci Lêda Medeiros, esposa de Jorge Medeiros. Lêda me falou ter conhecimento de uma família denominada 'Massa'. Foi assim que eu cheguei até a família do Paulo César Botelho Massa, companheiro de Ísis, que teria sido preso antes da minha filha (...)".

Como ocorreu com muitos dos familiares de desaparecidos políticos, a família de Ísis foi envolvida em falsas informações para acreditar que a filha estava viva. Em 20/02/1974, um conhecido da família de Ísis, que trabalhava no DOPS, deu-lhes a informação de que uma guia turística que o acompanhara em viagem por Londres era brasileira, se chamava Íris e poderia ser a filha desaparecida. Mostrara a foto de Ísis a outros que participavam da excursão e todos achavam que, de fato, a guia poderia ser Ísis. Edmundo restabelecia-se de cirurgia cardíaca. Felícia viajou com o filho para Londres e lá encontrou a moça, de nome Íris - uma brasileira no exterior. O depoimento de Felícia demonstra sua luta e sua dor:

"(...) Nós chegamos à triste conclusão que todas essas séries de desinformações serviam a um objetivo específico, que era de confundir-nos e fazer-nos reaver, a cada sinal, uma esperança. Cartas: foram escritas muitas. Eu as escrevia, com sacrifício, para poupar meu marido que havia sofrido um grave enfarte do miocárdio. Com o passar do tempo, fui vendo que os destinatários eram os mesmos, a quem as outras famílias de desaparecidos escreviam: Presidente da República, Ministros das três armas, Comandante do I e do II Exércitos, OAB, OEA, ONU, Anistia Internacional, Arcebispos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu.

Nós, familiares dos presos políticos desaparecidos, pedíamos informações ao Governo, sobre o destino dos nossos parentes. Quando o Ministro da Justiça, através do líder José Bonifácio, vem de público enumerar uma série de delitos praticados por eles. Eu não me conformei com aquelas informações. Achei que era o fim de tudo. Nós queríamos saber o paradeiro deles e não o que eles haviam praticado. Escrevi uma carta de contestação. Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao deputado Lisâneas Maciel. O deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do deputado Fernando Lira. Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal 'O Estado de São Paulo'. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber o que eles fizeram com minha filha Ísis (...)".

Oficiosamente, Felícia e Edmundo souberam que Ísis esteve nos DOI-CODI do Rio de Janeiro e de São Paulo, que em março esteve hospitalizada com uma crise renal, que passou pela base aérea de Cumbica, pelo Cenimar e pelo Campo dos Afonsos. No dia 13/4/1972, a assistente

social Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha, no Rio, informou-lhe que Ísis estava presa na Ilha das Flores. Felícia estava acompanhada de Sônia, sua sobrinha. No dia seguinte, Maria do Carmo, Felícia e Sônia foram intimadas a comparecer ao I Exército, onde um coronel as recebeu com a notícia de que tudo não passava de um lamentável engano.

Em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, em 28/1/1979, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão confirmou a morte de Ísis e Paulo César, dentre outros 10 desaparecidos. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação: "falecidos" foi encontrada a ficha de Ísis. A única prova concreta obtida em todos esses anos de busca foi dada pelo ex-médico Amílcar Lobo, que servia ao DOI-CODI/RJ e que reconheceu a foto de Ísis dentre os presos que lá atendeu, sem precisar a data, numa entrevista publicada pela *IstoÉ* de 8/4/1987. Os órgãos de segurança do regime militar acusavam a ambos de participação em ações armadas, inclusive do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, já mencionado na apresentação do caso anterior, que resultou na morte de três vigilantes de segurança.



HAMILTON PEREIRA DAMASCENO (1948-1972)

Número do processo: 040/02

Filiação: Maria Filomena Pereira Damasceno e Lucas Damasceno

Data e local de nascimento: 15/03/1948, Miracema (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: fevereiro de 1972, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 2/8/2005, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/8/2005

O nome do técnico em laticínios Hamilton Pereira Damasceno, desaparecido desde fevereiro de 1972, nunca constou nas listas oficiais de mortos e desaparecidos políticos. Em 1979, ao organizar sua lista, o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro tinha a foto de Hamilton Pereira Damasceno, com a anotação de que trabalhava na Cooperativa Central de Produtores de Leite - CCPL - e que desaparecera em 1972. Junto à foto, infelizmente, não estava anotada qualquer forma de contato com a família, critério considerado essencial para inclusão do nome na lista. O contato com a família foi feito apenas a partir da divulgação da Lei nº 9.140/95, e o processo somente foi protocolado com a nova redação introduzida em 2002, que reabriu o prazo para apresentação de requerimentos.

João Pereira Damasceno conta que tomou conhecimento da militância política do irmão no final de 1971, quando Hamilton esteve pela última vez em Miracema, sua terra natal em Minas Gerais. Os dois ainda se encontrariam em janeiro de 1972, na pensão onde Hamilton morava no Rio de Janeiro. De acordo com João, o irmão estava apreensivo e disse que "sumiria" por uns tempos, pois sentia o cerco se fechando, pedindo que se a mãe perguntasse por ele, dissesse que estava bem. Ainda conforme o relato do irmão, a mãe, angustiada com a falta de notícias, dirigiu-se à referida pensão e soube que, logo após a visita do irmão, policiais à paisana estiveram à procura de Hamilton e como não o encontraram levaram toda a sua bagagem. Nunca mais tiveram notícias dele.

A aprovação do processo se fundamentou em declarações de Pedro Batalha da Silva e Jorge Joaquim da Silva, funcionários da CCPL presos no Rio de Janeiro em 1972. Jorge conheceu Hamilton em 1970, quando passou a integrar a ALN. Foi preso em 02/02/1972 ao sair de casa, em Nova Iguaçu (RJ). Recebeu pelas costas disparos que lhe atingiram de raspão a espinha. Encapuzado e levado para o DOI-CODI, mesmo ferido, foi interrogado. Removido ao Hospital Souza Aguiar, permaneceu ali sete dias, sempre sob interrogatório. Voltou ao DOI-CODI, onde continuou a ser interrogado. Levado ao Hospital do Exército, lá ficou por três meses e 10 dias, até ser libertado em 26/09/1972. Respondeu a processo em liberdade, como envolvido num assalto que militantes da ALN realizaram à CCPL. Terminou sendo absolvido.

Ao retornar para casa, uma vizinha que presenciara sua prisão contou que, logo após ter sido levado, fora retirado de outro carro um rapaz moreno, baixo, de cabelo preto e liso, que estava envolto em uma lona verde. Ele estava algemado e foi espancado e chutado em plena rua. Jorge teve certeza de que se tratava de Hamilton preso, pois era a única pessoa que conhecia seu endereço. Pedro Batalha também

testemunhou que conheceu Hamilton na CCPL em 1970, passando a militar na ALN a seu convite. Não há qualquer referência ao nome de Hamilton em todos os processos judiciais sobre o assalto àquela empresa.

Na CEMDP, o caso foi julgado em agosto de 2005, sendo aprovado por unanimidade.



ARNO PREIS (1934-1972)

Número do processo: 172/96 e 082/2002

Filiação: Edmundo Preis e Paulina Back

Data e local de nascimento: Forquilha (SC), em 08/06/1934

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 15/02/1972, em Paraíso do Norte (GO, hoje TO)

Relator: Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisboa

Deferido em: 26/8/2004 por unanimidade (fora indeferido em 18/3/1996)

Data da publicação no DOU: 3/9/2004

O corpo do advogado Arno Preis, integrante do MOLIPO, foi atirado diante de um coveiro no dia 15/2/1972, sem identificação nem atestado de óbito, numa terça-feira de Carnaval, com a seguinte recomendação: "*Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco*". Milton Gomes, um humilde trabalhador do cemitério de Paraíso do Norte, em Goiás, não retrucou diante dos policiais militares, mas olhou penalizado para o cadáver mutilado e pensou: "*Isso não é um porco, este é um homem. Alguém um dia virá procurar por ele*". Tomou então o cuidado de montar uma pirâmide de pedra e fincar uma cruz sobre a sepultura para demarcar o local. Sua atitude foi decisiva para que, 21 anos depois, o corpo fosse localizado.

Descendente de alemães e catarinense de Forquilha, a mesma cidade onde nasceu Dom Paulo Evaristo Arns, Arno Preis estudou a maior parte de sua infância e adolescência em escolas católicas, desistindo do seminário quando já estava próximo de se ordenar padre. Mudou-se para São Paulo e formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da USP, tendo iniciado o curso em 1957. Era poliglota, seu irmão relata que ele falava 12 idiomas, entre os quais grego, latim, romeno, alemão, russo e japonês, língua da qual traduziu três livros para o português: Kamikaze, Cruz Vermelha e Iwo Jima. Sonhava em ser diplomata e tocava instrumentos musicais, principalmente flauta.

Arno foi militante da ALN, acusado pelos órgãos de segurança de ter participado de várias ações armadas em 1969, antes de ter viajado para Cuba, onde recebeu treinamento militar. O "livro secreto" do Exército informa que ele comandou o Grupo Tático Armado da ALN, em 1969, após a morte de Marco Antonio Brás de Carvalho, passando a função, em seguida, para Virgílio Gomes da Silva. Arno Preis retornou ao Brasil em 1971 como militante do MOLIPO, sendo deslocado para o norte de Goiás, hoje Tocantins, onde essa organização clandestina trabalhava para implantar uma base revolucionária, ao que tudo indica, Arno vinha atuando em interligação com as atividades de Jeová Assis Gomes e Ruy Berbert, mortos no mês anterior, conforme já relatado.

A falsa versão da sua morte foi anunciada no jornal *Folha de S. Paulo* em 22/03/1972, obedecendo a uma fórmula repetida inúmeras vezes pelos órgãos da repressão para acobertar execuções: "*ao ser abordado pelas forças policiais, reagiu a tiros*". Seu corpo só foi localizado em 1993, depois de longas buscas, feitas pelo colega de faculdade e amigo Ivo Sooma. Para isso, foi providencial o gesto do coveiro que marcara a sua tumba. A exumação e a identificação da ossada de Arno ocorreram com o apoio da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, presidida na época pelo deputado Nilmário Miranda. No dia 09/04/1994 os restos mortais do advogado foram sepultados oficialmente, após homenagem em São Paulo, depois na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e finalmente em Forquilha (SC), sua terra natal.

O laudo da necropsia, lavrado com o nome falso – Patrick McBundy Cormick – é bastante genérico, atestando como causa da morte "hemorragia interna, possivelmente produzida por projétil de arma de fogo" e grande número de orifícios "parecidos" com tiros, "provavelmente" de

calibre 38. Mesmo sendo impreciso, esse laudo já deixava evidências de que Arno não tinha sido morto em tiroteio, pois menciona feridas feitas por faca ou baioneta: "(...) apresentava lesões perfurocortantes (...) na linha axilar anterior, ao nível do mamilo esquerdo (...)".

Os exames feitos durante a exumação não acrescentaram detalhes conclusivos, mas a apreciação pericial do legista Celso Nenevê durante os trabalhos da CEMDP forneceu as evidências da execução. O perito confirmou as lesões produzidas por arma branca: "(...) as lesões perfuro-incisas, conforme descritas, são produzidas por instrumentos de natureza perfurocortantes, ou seja, dotados de ponta e gume (...)". E reforça a interpretação de que Arno estava vivo, mas imobilizado, quando foi cortado à faca ou baioneta. Nenevê ressaltou ainda que o exame da única foto disponível revelava contradições entre a posição da arma e do coldre.

A versão oficial de que Arno estaria em um bar, às 3 horas da madrugada, com a presilha da capa da arma visível, tendo aberto fogo ao ser abordado foi igualmente contestada por alguns integrantes da CEMDP. Diz o parecer do relator: "*Nenhum guerrilheiro agiria com tamanha irresponsabilidade na sua vida clandestina. Muito menos Arno Preis, com sua experiência, andaria em bares ou bailes de madrugada, com arma e dinheiro aparentes*".

Na primeira vez em que a CEMDP julgou o caso, essas evidências não foram suficientes para enquadrar o caso de Arno na Lei nº 9.140/95. Houve apenas dois votos defenderam o deferimento, entre os sete membros da CEMDP. A maioria indeferiu o pedido por considerar que Arno morreria em consequência do tiroteio travado, que causou a morte de um policial militar (Luzimar Machado de Oliveira) e ferimentos em outro (Gentil Pereira Mano). Esse primeiro veredicto motivou protestos veementes por parte dos familiares e de entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos. Com a nova redação introduzida pela Lei nº 10.875/04, a amplitude dos benefícios foi estendida, o prazo para apresentação de requerimentos foi reaberto e o processo retornou à Comissão Especial, sendo então aprovado por unanimidade.

Após a aprovação do processo, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho a participação do coronel do Exército Lício Augusto Ribeiro Maciel na morte de Arno Preis, informação que desmontou a versão oficial que falava da casualidade do encontro e da displicência de Arno ao chegar à cidade. Esse oficial, conforme já mencionado no capítulo sobre a Guerrilha do Araguaia, teria marcante participação nas operações de repressão àquele movimento, a partir de abril de 1972.

Em correspondência ao então Ministro Nilmário Miranda, o jornalista Maklouf retransmitiu as palavras do próprio Lício: "*O Arno Preis foi eliminado na mesma área (ao longo da Belém-Brasília, em Paraíso, uma vila na época); acuado num matagal às margens da rodovia, não se entregou e foi alvejado utilizando-se faróis de caminhões, para evitar a fuga. Conseguiu matar dois militares, um morreu na hora, outro, depois. (...) O Arno Preis, verdadeiro cão raivoso que, a despeito de todo o aparato e apelos para que se entregasse, desabalou em corrida para a mata, assinando a própria sentença de morte: suicidou-se claramente. Teria sido mais rápido ter tocado fogo na toceira de capim seco em que se escondeu, à beira da estrada, a ter que esperar que ele se arrependesse e se entregasse. Pensou que de noite conseguiria fugir ao cerrado tiroteio que aconteceu, pois ninguém é trouxa. Foi preparada uma cortina de chumbo quente e ele que escolheu (...)*".



FREDERICO EDUARDO MAYR (1948-1972)

Número do processo: 019/96

Filiação: Gertrud Mayr e Carlos Enrique Mayr

Data e local de nascimento: 29/10/1948, Timbó (SC)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 24/2/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/1/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/1/1996

Frederico nasceu em Timbó, no interior de Santa Catarina, área de colonização européia. Ainda criança, foi para o Rio de Janeiro, cursando o primário na escola municipal Dr. Cócio Barcellos, em Copacabana, e o curso ginásial e científico no Colégio Mallet Soares, no mesmo bairro. Foi um escoteiro exemplar, dos sete anos aos dezesseis, na Tropa Baden Powell. Gostava muito da vida em contato com a natureza, dos acampamentos. Praticou pesca submarina na adolescência. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro aos dezoito anos. Seu desempenho foi elogiado tanto pelos professores da faculdade, entre eles Ubi Bava, como por artistas plásticos com quem se relacionava, Ilio Burrini e Ivan Serpa, os mais próximos. Serpa foi o primeiro que lhe ensinou os segredos das tintas e dos pincéis e como dividir o espaço nas telas. Participou coletivamente de sua primeira exposição, apresentando dois trabalhos, aos quinze anos. Em 1969, cursava o segundo ano da faculdade e se dedicava às artes plásticas, quando passou a militar clandestinamente na ALN, participando de ações armadas e sendo condenado pela Justiça Militar. A partir disso, viajou para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha e se incorporou ao MOLIPO, retornando ao Brasil em 1971.

Frederico foi baleado e preso no dia 23 de fevereiro de 1972, em São Paulo. Levado ao DOI-CODI/SP, apesar de ferido foi visto por presos políticos na chamada *cadeira de dragão*. Os agentes daquele órgão não tinham dúvidas em relação a quem era o preso e o identificaram claramente na prisão. Os documentos policiais trazem seu nome verdadeiro e, na ficha individual do DOPS, feita pelo Serviço de Identificação do Exército, consta sua foto de frente e de perfil, com data de 24/2/1972, informando sobre a prisão no dia anterior, na avenida Paulista, em São Paulo.

Nessa mesma data, 24/2/1972, teria dado entrada no IML/SP, às 10 horas, após tiroteio com agentes na Rua Pero Correia, Jardim da Glória, conforme requisição de exame enviada pelo DOPS em nome de Eugênio Magalhães Sardinha, contendo no topo da página, em caixa alta, o nome verdadeiro e completo: Frederico Eduardo Mayr. O laudo necroscópico, assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg no nome falso, repete a versão oficial e sucintamente descreve três tiros, sendo dois de cima para baixo. A foto de seu corpo, localizada no arquivo do DOPS/SP, mostra o rosto e dorso de Frederico, sendo perceptível que não podia ter sido tirada apenas alguns momentos depois da foto da identificação no DOPS, já que aparece muito mais magro e desfigurado.

Nenhuma informação oficial acerca de sua morte foi divulgada e, por isso, na elaboração das listas de mortos e desaparecidos, seus organizadores tiveram dúvidas a respeito de enquadrá-lo em qual das duas categorias. Foi através de integrantes do Comitê Brasileiro de Anistia que seus familiares tiveram acesso ao atestado de óbito com nome falso, localizado em processo a que respondia na Justiça Militar. A extinção de sua punibilidade por morte foi comprovada a partir desse documento, sob a identidade falsa de Eugenio Magalhães Sardinha.

Os restos mortais de Frederico foram parar na vala clandestina do Cemitério de Perus e, somente em 1992, após a abertura da vala, sua ossada foi identificada pelo Departamento de Medicina Legal da UNICAMP. Após missa em homenagem na Igreja da Sé, em São Paulo, celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, juntamente com os restos mortais de Helber José Gomes Goulart e Emanuel Bezerra dos Santos, foi trasladado para o jazigo da família, no Rio de Janeiro (RJ) em 13/7/1992.

O jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada* realça que, naquele período, os órgãos de segurança pareciam não pretender esconder a falsidade de suas notas oficiais, tantas eram as contradições estampadas nos próprios comunicados oficiais sobre a morte de subversivos: "*Tamanha onipotência na manipulação da realidade produziria dois casos patéticos (...) Outro 'cubano', Frederico Eduardo Mayr, morre três vezes. A primeira, 'a caminho do hospital' depois de um tiroteio na avenida Paulista. A segunda, no dia seguinte, fugindo de um 'ponto' no Jardim da Glória. A terceira, no mesmo dia, alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro, preso. Na realidade, Mayr foi para o DOI, onde o fotografaram e ficharam, dando-lhe o número 1112. Tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se podia apalpar o projétil. Conversava normalmente. Mataram-no com três tiros no peito, perfurando-lhe os dois pulmões*".

Com base em depoimentos de presos políticos que estiveram com Frederico Eduardo Mayr no DOI-CODI/SP, o livro *Dos Filhos Deste Solo*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, descreve o martírio desse militante naquela unidade militar, apontando como responsáveis os integrantes da Equipe C – o policial federal Oberdan, o investigador do DOPS Aderval Monteiro, o escrivão de polícia Gaeta e o policial civil Caio, sendo todos comandados pelo vice-chefe Dalmo Lúcio Cirillo e por Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Em São Paulo, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, foi inaugurado em 1992 um complexo viário na confluência entre a avenida João Dias e a Marginal Pinheiros, contíguo à praça Alceu Amoroso Lima, que é composto de três grandes viadutos, recebendo cada um o nome de um militante assassinado pelos órgãos de repressão política durante o regime militar: Honestino Guimarães, Sônia Moraes Angel Jones e Frederico Eduardo Mayr.



LAURIBERTO JOSÉ REYES (1945-1972)

Número do processo: 270/96

Filiação: Rosa Castralho Reyes e José Reyes Daza Júnior

Data e local de nascimento: em 2/3/1945, São Carlos (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 27/2/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 7/8/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 13/8/1997



ALEXANDER JOSÉ IBSEN VOERÕES (1952-1972)

Número do processo: 050/02

Filiação: Carmem Ibsen Chateau e Alexander Voerões Toth

Data e local de nascimento: 5/7/1952, Santiago (Chile)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 27/2/1972, em São Paulo (SP)

Relator: André Sabóia Martins

Deferido em: 7/10/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Alexander José Ibsen Voerões e Lauriberto José Reyes, militantes do Molipo, foram mortos em São Paulo por agentes do DOI-CODI/SP em 27/2/1972.

Alexander era chileno, estudante secundarista, e morreu com 19 anos. Estudou no colégio Aplicação até 1969 e, no ano seguinte, preparou-se para o vestibular no curso Equipe, em São Paulo. Não há outros registros de sua biografia na CEMDP. Os órgãos de segurança o incluem como participante de inúmeras ações armadas em São Paulo desde 1970, realizadas pela ALN, da qual tinha sido militante, e pelo MOLIPO.

Paulista de São Carlos, Lauriberto era estudante da Escola Politécnica da USP, morador do CRUSP, versado no debate de questões culturais, tendo em 1968 polemizado intensamente sobre temas como o tropicalismo e a relação entre militância política e criação artística. Integrou a diretoria da UNE e foi um dos organizadores do 30º Congresso da entidade em Ibiúna, em 1968, onde foi preso, sendo libertado no dia seguinte para comparecer ao enterro do pai em sua terra natal. Integrou a Dissidência Estudantil do PCB/SP até a formação da ALN. Conforme já mencionado na apresentação do caso Ruy Berbert, os órgãos de segurança do regime militar acusavam Lauriberto de ser um dos três militantes reconhecidos entre os nove que seqüestraram um avião da Varig na rota Buenos Aires-Santiago, em 4/11/1969, desviando-o para Cuba. Há informações de que, efetivamente, Lauriberto esteve em Cuba recebendo treinamento militar, ocasião em que se integrou ao grupo dissidente da ALN gerador do MOLIPO, retornando ao Brasil em 1971. Os mesmos organismos de repressão o incluíam como um dos guerrilheiros envolvidos num choque em que morreu um sargento da PM de São Paulo, poucas semanas antes de sua própria morte.

A nota policial, publicada em fevereiro de 1972, dizia que Alexander e Lauriberto foram mortos na rua Serra de Botucatu, no bairro do Tatuapé, zona leste de São Paulo, depois de intenso tiroteio, sendo também morto um funcionário público aposentado, Napoleão Felipe Biscaldi, morador do local.

O processo de Lauriberto foi o primeiro a ser julgado pela CEMDP. O atestado de óbito, firmado por Isaac Abramovitch e emitido no dia 29/02/72 registra que Lauriberto faleceu às 17 horas do dia 27/2/1972, apresentando como causa da morte lesões traumáticas crânioencefálicas. A requisição de exame feita pelo DOPS ao IML/SP dá como histórico: "*Após travar tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência veio a falecer*". No exame necroscópico realizado pelo mesmo legista, consta a descrição de quatro tiros: no ombro esquerdo, na coxa direita, e dois na cabeça – um no olho esquerdo e outro na porção média da região frontal. No laudo de Alexander também são descritos quatro tiros: um no braço direito, dois na cabeça e um no pescoço. Ao examinar os documentos e algumas contradições entre as informações divulgadas nos jornais da época, o relator da CEMDP passou a considerar a hipótese de execução, solicitando que os familiares fizessem um levantamento mais detalhado.

A Comissão de Familiares voltou ao local, na rua Serra de Botucatu, no Tatuapé (SP), exercendo exaustiva pesquisa com vários moradores da rua e imediações. Em relatório apresentado à CEMDP, constam depoimentos comprovando que o local estava ocupado por verdadeira operação militar, incluindo a presença de uma metralhadora com tripé. Um dos depoentes relatou ter visto um rapaz bem jovem, que tentava correr, mancando e segurando a perna. Viu também um opala branco com policiais armados de metralhadora, com metade do corpo para fora, que atiraram em Napoleão Felipe Biscaldi, que procurava atravessar a rua e, em seguida, atiraram no rapaz que mancava. Segundo o mesmo morador, "*parecia uma guerra – todo mundo viu ou ouviu que Napoleão foi morto pela polícia, mas era um tempo que todo mundo tinha medo de falar*".

Pelos relatos colhidos no local, todos foram testemunhas da execução dos militantes e do vizinho Napoleão, cujo corpo ficou cinco horas na rua, enquanto os corpos de Lauriberto e Alexander foram levados de imediato. Não foi feita qualquer perícia de local. De acordo com a pesquisa, concluiu-se que o rapaz morto junto ao Sr. Napoleão foi Alexander, sendo Lauriberto morto no outro quarteirão. É referida também a presença entre os policiais de uma jovem portando as características típicas de outra militante do MOLIPO, que estava presa e pode ter sido levada a informar o local de encontro com os companheiros mortos.

O relator do processo de Lauriberto na CEMDP considerou evidente a existência de um cerco previamente montado, ressaltando que a ordem não era prender os militantes, e sim eliminá-los. Apesar de não ser possível recuperar a dinâmica do evento, ressaltou os quatro tiros descritos em Lauriberto: dois na cabeça, um no ombro e outro na perna direita, chamando atenção para os dois tiros certos na cabeça, indício forte de execução, uma vez que os outros tiros seriam suficientes para imobilizá-lo.

Alexander foi enterrado no Cemitério da Paz, na Vila Sônia, em São Paulo. Relatório encontrado nos arquivos do DOPS comprova o acompanhamento do enterro pelos agentes policiais, informando que no IML haveria cerca de 50 pessoas e que o cortejo foi composto de mais ou menos 12 carros. Dirigido ao delegado titular do DOPS, os agentes garantem que o caixão não fora aberto pelos familiares, o que parece denotar o esforço para relatar que uma ordem recebida fora cumprida.

O caso de Lauriberto foi julgado e deferido pela CEMDP em agosto de 1997. A família de Voerões, no entanto, somente deu entrada ao processo em 2002, após a reabertura de prazo da Lei nº 9.140/95. O relator retomou o parecer do caso de Lauriberto Reyes, por se tratar de situação análoga. "*As testemunhas, moradoras do bairro, deixam claro que não houve perícia no local e que os corpos foram jogados no porta-malas do veículo. Os depoimentos falam de um cerco, de um dispositivo que evidenciava completa superioridade e controle pelos agentes de segurança*". Pelos depoimentos, agregou o relator, depreende-se que os agentes do DOI-CODI/SP mataram Napoleão Biscaldi supondo tratar-se também de um militante do MOLIPO. Napoleão Biscaldi consta, em publicações, entrevistas e sites de ex-integrantes dos órgãos de segurança, como um dos nomes de pessoas que teriam sido mortas pelos militantes de esquerda.

Em São Carlos, existe hoje uma praça batizada com o nome de Lauriberto, no Parque Santa Marta, onde uma placa traz a inscrição: "Lauriberto José Reyes. Estudante são-carlense que lutou pela liberdade e democracia no Brasil. A vida por uma causa". Mais tarde, a homenagem se repetiu quando a Câmara Municipal daquela cidade aprovou projeto de conferir o nome Lauriberto José Reyes ao Centro da Juventude que seria inaugurado no bairro Cidade Aracy.



LUÍS ALBERTO ANDRADE DE SÁ E BENEVIDES (1942-1972)

Número do processo: 236/96 e 061/02

Data e local de nascimento: 28/9/1942, em João Pessoa (PB)

Filiação: Jerusa Andrade de Sá e Benevides e José Estácio de Sá e Benevides

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 08/03/1972 em Caruaru (PE)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho (1º) e Belisário dos Santos Júnior (2º)

Indeferido em: 10/12/96 e em 08/12/2005 por unanimidade



MIRIAM LOPES VERBENA (1946-1972)

Número do processo: 312/96

Data e local de nascimento: Irituia-Guamá (PA) em 11/02/1946

Filiação: Joaquina Lopes da Cunha Verbena e Alfredo Lopes Verbena

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 08/03/1972 em Caruaru (PE)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho.

Indeferido em: 10/12/1996 por unanimidade

Dirigente nacional do PCBR, Luís Alberto tinha sido funcionário do Banco do Estado da Guanabara e estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro até 1969. Depois das inúmeras prisões que atingiram o PCBR no Rio de Janeiro a partir de 1970, vários de seus integrantes foram deslocados para atuar no Nordeste, entre eles Luís Alberto. Miriam Verbena, também militante do mesmo partido, era professora e, quando morreu, estava grávida de oito meses.

Luís Alberto e Miriam eram casados e as circunstâncias das suas mortes ainda seguem recobertas de mistério e dúvidas: acidente rodoviário ou assassinato? A versão oficial é de que eles morreram em decorrência de um acidente de carro, conforme informações encontradas nos arquivos do DOPS/PE. Documento da Comissão de Familiares, elaborado por Lara Xavier Pereira após minuciosa pesquisa revela que o acidente foi causado pela perseguição ao casal de militantes.

Eis o resumo do documento: "Em 24/02/1972 Luís Benevides esteve em Cachoeirinha (PE) para obter um certificado de alistamento militar com documentação falsa em nome de 'José Carlos Rodrigues'. Os depoimentos da responsável da Junta do Serviço Militar, Jaidenize, mudaram a cada vez em que foram prestados. Na última vez, em 04/03/98, fez questão de afirmar que Luís Benevides não estivera com ela no dia 08/03/1972 na Junta Militar, em Cachoeirinha. Nesse dia o carro do casal saiu da pista e capotou do lado direito da rodovia, no sentido Cachoeirinha – São Caetano. A razão da viagem era dar continuidade ao processo de obtenção do Certificado de Alistamento Militar para Luís Benevides. Pelo sentido de direção, eles já haviam passado em Cachoeirinha. Não se pode deixar de considerar a hipótese, portanto, de a repressão ter sido avisada do provável retorno de Luís Benevides à Junta Militar, após ter dado entrada do pedido, no dia 24/02/1972, ou seja, desconfiada de alguma coisa, Jaidenize pode ter informado ao coronel Geraldo Isaías de Macedo, de Belo Jardim, sobre o pedido de Luís Benevides e o seu retorno marcado para 8 de março do mesmo ano. Nessa hipótese, Luís Benevides e Miriam Verbena, ao chegar em Cachoeirinha, podem ter sido perseguidos na BR 234 (hoje BR 423), o que pode ter gerado o acidente, premeditadamente ou não. A versão apresentada no inquérito policial por Ernesto Máximo não condiz com os fatos. Ele diz que viu um carro acidentado com pessoas feridas e não parou para prestar socorro, tendo avisado ao posto e à delegacia. Naquela época, não era costume, em um local como aquele, as pessoas não pararem

para prestar socorro. Não se sabe quem socorreu e transportou Luís Benevides e Miriam Verbena para o hospital. O depoente e o delegado dizem que foram os patrulheiros, mas não informaram os nomes deles. O patrulheiro que saiu do posto para o local do acidente só encontrou o carro. Os feridos já tinham sido retirados".

O relatório registra outros depoimentos levantando aspectos intrigantes como a forte presença de policiais no hospital para onde os corpos foram removidos, e principalmente, a informação de que a morte de Luís Alberto e Miriam ocorreu no bojo de uma seqüência de prisões de militantes do PCBR em Pernambuco.

Os corpos foram enterrados no cemitério Dom Bosco, em Caruaru, com os nomes falsos de José Carlos Rodrigues e Miriam Lopes Rodrigues, nas covas de números de 1.538 e 1.139, respectivamente. Outro aspecto bastante misterioso está ligado à denúncia apresentada em 1991 pelo deputado estadual Jorge Gomes, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, informando que dois anos após o enterro, as ossadas haviam sido recolhidas da sepultura, encontrando-se desaparecidas desde então.

O relator do processo na CEMDP recomendou indeferimento: *"o fato é que não há uma evidência concreta de que as vítimas foram eliminadas ou que estavam sob o domínio de agentes do poder público. Há dúvidas, suspeitas, suposições. Tecnicamente, contudo, ainda não há uma hipótese indiciária que leve ao reconhecimento da Lei nº 9.140/95".*

Em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.559, a família de Luís Alberto entrou com novo processo na CEMDP, que seria novamente indeferido em 2005. O relator, entretanto, ponderou dessa vez que, *"ante a notícia de desaparecimento dos despojos mortais, que inequivocamente haviam sido enterrados no Cemitério Dom Bosco, entendo que devemos adotar as providências necessárias e possíveis para a localização dos restos mortais de Luís Alberto e Miriam, e/ou para a punição dos responsáveis pelo desaparecimento, se doloso, desses restos mortais. Assim, voto no sentido de que dossiê selecionado com as principais peças destes autos seja encaminhado para: o senhor governador Jarbas Vasconcelos, à época dos fatos combativo deputado estadual, mencionado nos autos como autor de denúncias de atrocidades ocorridas durante o regime militar; e ao Dr. Francisco Sales de Albuquerque, dd. Procurador Geral da Justiça de Pernambuco. Acompanhando o dossiê deverá seguir ofício subscrito pelo presidente da CEMDP solicitando as providências necessárias para a recuperação dos restos mortais e punição dos responsáveis".* Os documentos foram encaminhados, mas nenhuma resposta foi enviada à CEMDP.



EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA (1944-1972)

Número do processo: 024/96

Filiação: Antônia Bulhões Bezerra e Simplício Bezerra da Rocha

Data e local de nascimento: 24/12/1944, João Pessoa (PB)

Organização política ou atividade: acusado de ajudar o PCBR

Data e local do desaparecimento: 11/3/1972, em Recife(PE)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95, tendo desaparecido em Recife (PE). Foi preso em 11/3/1972, por ter emprestado a Miriam Verbena o veículo em que ela e Luís Alberto morreram três dias antes, no misterioso acidente rodoviário já abordado neste livro-relatório.

Nascido em João Pessoa e casado com Guilhermina Bezerra da Rocha, Ezequias fez o curso secundário no antigo colégio Estadual de Pernambuco. Era geólogo, formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1968, e se preparava para fazer pós-graduação em Geofísica na Universidade Federal da Bahia. Antes de se graduar, tinha sido escriturário no City Bank. Já como geólogo, trabalhou na Itapassoca Agro-Industrial, na Itapicuru Agro-Industrial e na Profertil. Deu aulas de matemática no colégio de freiras de Socorro, em Pernambuco, e também lecionou Inglês. Ezequias era um opositor do regime militar, mas inúmeros depoimentos de amigos são taxativos em sustentar que,

em hipótese alguma, tinha participação em atividades de resistência armada. Segundo sua viúva, ele tinha idéias pacifistas. Depoimento feito por Osvaldo Lima Filho o classifica como apolítico.

Em 08/03/1972, Miriam Lopes Verbena, amiga de infância, pediu-lhe emprestado o carro, um Volkswagen. Ela e o marido, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, eram militantes do PCBR e morreram nas circunstâncias já referidas quando da apresentação de seus casos. Dois dias depois, Ezequias e a esposa foram presos em Recife, quando chegavam à própria residência. Encapuzados, foram levados para local ignorado. Guilhermina foi colocada em uma cela e Ezequias foi para a sala de interrogatórios. Mais tarde, carregado por policiais, Ezequias foi levado para perto da cela da esposa.

É de Guilhermina, o relato sobre o ocorrido: "*Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar em pé. Eu pensei: será que está morto? Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: 'Estou bem, meu amor, tenha calma'. Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido*". Guilhermina foi liberada no dia seguinte. Dois dias depois, a imprensa informava que no município de Escada (PE), na barragem do Bambu (Engenho Massauassu), havia sido encontrado um corpo totalmente mutilado, com inúmeros sinais de tortura. De acordo com as características físicas parecia ser Ezequias, mas a família não pode ver o cadáver, por impedimento da polícia, que dizia tratar-se de pessoa já identificada.

Em março de 1991, o governador de Pernambuco, Carlos Wilson, instituiu a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que analisou os prontuários do DOPS do Recife, inclusive o de Ezequias. Essa Comissão localizou ofício que encaminhava um corpo ao IML de Recife, procedente de Escada-PE, sendo que no verso constavam as impressões digitais do morto. A Comissão de Pesquisa solicitou ao Secretário de Segurança Pública que fossem confrontadas, por meio de perícia, as impressões digitais constantes no ofício com as de Ezequias. Sendo idênticas as impressões digitais do corpo encontrado e as da carteira de identificação de Ezequias, ficou comprovada sua morte sob torturas e a ocultação de seu cadáver.

No Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993, consta que sua prisão aconteceu no dia 11/03/1972, pelo DOI/IV Exército. Na noite daquele dia teria sido conduzido para a região da Cidade Universitária (BR/232) e, nessa ocasião, resgatado por seus companheiros e conduzido num Volkswagen 1300 branco, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo. Teria ocorrido um tiroteio, mas não havia dados que comprovassem se estava morto ou desaparecido. O *Relatório do Ministério do Exército*, do mesmo ano, repete a informação. Mas nem mesmo esta falsa versão oficial foi divulgada na época pelos órgãos de segurança e Ezequias sempre constou da lista de desaparecidos políticos.



ANTÔNIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA (1950-1972)

Número do processo: 035/96

Filiação: Heloíza Pinto de Oliveira e Januário de Almeida de Oliveira

Data e local de nascimento: 16/02/1950, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 29/03/1972, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996



LÍGIA MARIA SALGADO NÓBREGA (1947-1972)

Número do processo: 198/96
 Filiação: Naly Ruth Salgado Nóbrega e Gorgônio Nóbrega
 Data e local de nascimento: 30/07/1947, Natal (RN)
 Organização política ou atividade: VAR-Palmares
 Data e local da morte: 29/03/1972, no Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: João Grandino Rodas
 Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 17/05/1996



MARIA REGINA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO (1938-1972)

Número do processo: 117/96
 Filiação: Cecília Lisbôa Lobo e Álvaro Lobo Leite Pereira
 Data e local de nascimento: 05/06/1938, Rio de Janeiro (RJ)
 Organização política ou atividade: VAR-Palmares
 Data e local da morte: 29/03/1972, Rio de Janeiro
 Relator: João Grandino Rodas
 Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 06/03/1996



WILTON FERREIRA (? -1972)

Número do processo: 080/02
 Filiação: Maria Ferreira Dias
 Data e local de nascimento: não constam no processo
 Organização política ou atividade: VAR-Palmares
 Data e local da morte: 30/03/1972, no Rio de Janeiro (RJ)
 Extinto sem julgamento em 08/12/2005

Esses quatro militantes da VAR-Palmares foram mortos no Rio de Janeiro em 29/03/1972, em circunstâncias até hoje não esclarecidas, ficando o episódio registrado como "Chacina de Quintino". A versão dos órgãos de segurança só foi divulgada uma semana depois, em 06/04/1972. A manchete dos jornais informava que nove militantes teriam se entrincheirado na casa 72, na Avenida Suburbana, nº 8695, bairro de Quintino, naquela data, tendo três deles morrido no local (Antônio Marcos, Lígia Maria e Maria Regina), enquanto os demais teriam conseguido fugir. Segundo o "livro negro" do Exército, essa residência seria o aparelho onde moravam James Allen da Luz, o principal dirigente da VAR naquele momento e Lígia Maria. O número da casa também é informado em documentos oficiais como sendo 8988. Outro militante, ainda não identificado segundo as informações publicadas, teria morrido em uma oficina mecânica da VAR-Palmares, em Cavalcanti. O "livro negro" o indica como sendo Hilton Ferreira, com H no nome, em vez de W.

As primeiras notícias trocavam as identidades dos mortos. Entre os nomes de Quintino, não se incluía Antonio Marcos e sim James Allen da Luz, dirigente da mesma organização, que fugiu do cerco. Maria Regina era citada como morta, mas a foto publicada era de Ranuzia Alves Rodrigues, que morreria em 1973. Somente o nome de Ligia aparecia corretamente, mas a entrada de seu corpo no IML, datada de 30 de março pela guia nº 1, é de uma desconhecida, assim como dos outros. Dias depois, foi divulgado o nome Hilton Ferreira como sendo a identidade do militante morto na oficina mecânica, à Rua Silva Vale, 55, Cavalcanti.

Antônio Marcos era carioca, seminarista e atuou no Movimento Estudantil entre 1966 e 1968. Estudou no Colégio João Alfredo, onde teve uma de suas poesias premiada em concurso interno do colégio. Durante o seminário participou de um trabalho comunitário em Osvaldo Cruz, subúrbio do Rio, na paróquia do Padre João Daniel. Depois de militar na Ala Vermelha, ingressou na VAR-Palmares. Em 1971 foi força-

do a ir para a clandestinidade, quando foram presos vários companheiros do trabalho comunitário em Osvaldo Cruz, noticiado na imprensa como Grujoc, isto é, Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz. Foi morto aos 22 anos.

Lígia Maria nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas viveu desde criança em São Paulo, terceira numa família de seis irmãos. Tinha estudado no Colégio Estadual Fernão Dias Pais, no bairro de Pinheiros, onde fez o Curso Normal. Em 1967, ingressou na Pedagogia da USP, onde se destacou por sua capacidade intelectual, pela liderança no Grêmio da Pedagogia e por buscar modernizar métodos de ensino. Trabalhava também como professora. Em 1970, engajou-se nas atividades clandestinas da VAR-Palmares. Os órgãos de segurança a indicavam como participante da execução de um marinheiro inglês, David Cuthberg, em 5/2/1972, numa ação que pretendia simbolizar a solidariedade dos Revolucionários brasileiros com a luta do povo irlandês e com o IRA. Foi morta aos 24 anos, quando estava grávida de dois meses.

Maria Regina nasceu no Rio de Janeiro, sendo a quinta dentre seis filhos de um médico pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz e de uma assistente social do Inamps. Fez o primário e o ginásio no Colégio Sacre-Couer de Jesus e o científico nos colégios Resende e Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Formou-se em Pedagogia em 1960, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Foi integrante da JEC e da JUC e desenvolveu longo trabalho como educadora na cidade de Morros, interior do Maranhão, por meio do Movimento de Educação de Base-MEB, apoiado pela Igreja Católica. Ali permaneceu entre dois e três anos, sendo transferida para Recife, onde conheceu Raimundo Gonçalves Figueiredo, com quem se casou em 1966, sendo então militantes da AP. Juntos, trabalharam em um projeto de educação de índios no Paraná, por meio da Funai. Raimundo tinha sido morto em 28 de abril de 1971, em Recife, conforme já registrado neste livro-relatório. Após a morte do companheiro, Maria Regina voltou ao Rio de Janeiro. O casal deixou duas filhas: Isabel e Lara, que tinham três e quatro anos quando a mãe foi morta, aos 33 anos. Consta, no "livro negro" do Exército, que Maria Regina era a responsável pelo setor de imprensa da organização no Rio de Janeiro, que produzia o jornal *União Operária*.

Sobre Wilton, a CEMDP não possui qualquer dado e nem sequer a certeza de ser este o seu nome verdadeiro. O processo foi protocolado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos na expectativa de que sua família pudesse ser localizada, o que não ocorreu. Seu nome constava em dossiês anteriores como Wilson Ferreira ou como Hilton Ferreira, nome que também consta nos documentos oficiais relativos à morte, junto ao de Onofre Rodrigues de Moraes, que seria sua identidade falsa.

A verdade dos fatos nunca foi estabelecida. James Allen da Luz, que estava na casa de Quintino e conseguiu fugir, relatou a companheiros que chegou a ver quando Maria Regina foi ferida na perna, sendo presa pelos agentes policiais. Sua família, ao receber o corpo, constatou que tinha a perna inchada, o que indica não ter morrido naquele momento. Maria Regina estivera na véspera na casa de sua irmã Maria Alice, onde viviam suas duas filhas, tendo ali pernoitado, o que fazia com alguma freqüência. No dia seguinte, despediu-se dos familiares no bairro de Bonsucesso. A família viajou e somente no dia 3 de abril. Maria Alice foi avisada por telefone da prisão de Maria Regina no dia 29 de março, com a informação de que fora ferida na perna.

O telefonema alertava a família para que a buscasse imediatamente, pois estava presa há muitos dias. Procuraram imediatamente o Departamento de Relações Públicas do Exército, que negou a prisão. Mas, por meio de um militar amigo, souberam que ela estava presa, em situação muito grave. No dia 5 de abril, no início da tarde, o mesmo amigo informou à família que ela acabara de morrer e que as notícias seriam divulgadas ainda naquela noite e nos jornais do dia seguinte, o que de fato ocorreu, mas com a falsa versão de morte em tiroteio e sem a sua identificação.

No dia 6 de abril, ao comparecer ao IML para reconhecer o corpo, sua irmã e o cunhado, ambos médicos, constataram escoriações generalizadas e marcas de vários tiros, que segundo eles certamente eram posteriores ao alojado na perna, onde havia reação inflamatória. O corpo ainda não fora necropsiado e tiveram que providenciar prova datiloscópica para que fosse liberado. Em 7 de abril, foi finalmente fornecido o óbito, assinado por Eduardo Bruno, tendo como base autopsia detalhada que teria sido feita em 30 de março, antes da data em que os familiares viram o corpo, que não possuía nenhuma sutura da incisão de autopsia.

Maria Regina deu entrada no IML como desconhecida, com a guia nº 2, proveniente do DOPS, com a data da morte de 30 de março. Portanto, morreu no dia seguinte à sua prisão. O laudo dizia que a morte foi causada por "*feridas transfixantes de crânio e tórax com destruição parcial do encéfalo, lesão da artéria aorta, hemorragia interna e conseqüente anemia aguda*". Os familiares denunciaram, em seu pedido à CEMDP, a existência do laudo necroscópico detalhado e assinado, com data anterior à morte, quando podiam testemunhar que o cadáver não apresentava incisão de autópsia. Maria Regina foi sepultada pela família no Cemitério São João Batista.

Os quatro laudos foram assinados pelos legistas Valdeci Tagliari e Eduardo Bruno. Fotos e perícia de local, feitas pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (RJ), mostram os corpos. Os peritos, que compareceram ao local a 1h50 do dia 30 de março, registraram em histórico ao diretor do DOPS, "*que os exames se tornaram prejudicados face ao local se encontrar desfeito*", limitando-se portanto a constatar e fotografar os corpos.

O laudo de Antonio Marcos registra "*feridas transfixantes de tórax e abdômen com perfuração de pulmão, coração, fígado, estômago e rins, hemorragia interna e anemia aguda consecutiva*". O corpo chegou ao IML com a guia nº 3, como desconhecido. Conseguiu ser retirado por seu pai, em 10/04/1972, por pressão da Igreja, pois seu tio era padre influente no Rio de Janeiro. Mas foi entregue num caixão lacrado, onde só aparecia o rosto. Ao mesmo tempo, foram feitas ameaças para que não abrissem o caixão e nem denunciasses as condições em que havia sido entregue. O enterro, em 11/04/1972, realizado no Cemitério São Francisco Xavier, teve a presença de policiais que continuaram com as ameaças.

A família de Lígia morava em São Paulo e recebeu a visita de um agente policial, que buscava informações sobre ela, pouco antes de ver anunciada sua morte por noticiário na televisão. Lígia foi reconhecida no IML pelo irmão Francisco, médico, no dia 07/04, comprovando a presença em seu corpo de escoriações e manchas escuras nas costas e nas regiões laterais do corpo, além das marcas de tiros na cabeça e no braço.

Segundo o informe nº 19/72 do DOI/1 Exército, difundido internamente para diversos órgãos de segurança, Wilton teria sido morto na oficina mecânica da VAR-Palmares em Cavalcanti, local onde os carros eram pintados, seus motores recebiam números falsos e as placas eram trocadas. Além da morte de Wilton, teria havido a prisão de um militante, que não é identificado, e a fuga de outro, cujo nome tampouco foi revelado.

Documentos localizados no IML e no DOPS/RJ mostram que, em 30/03/1972, o cadáver que deu entrada com a guia nº 4 morto um dia antes, fora identificado como Wilton Ferreira. O atestado de óbito, firmado por Valdecir Tagliari informa que morreu devido a feridas transfixantes do tórax, abdômen e perfuração dos pulmões, indicando que seria de cor branca e teria 25 anos presumíveis. O reconhecimento teria sido feito através de suas digitais, confrontadas no Instituto Felix Pacheco.

Estranhamente, em resposta à solicitação de informações da CEMDP, o Instituto Felix Pacheco informou que Wilton não requereu a carteira de identidade. Forneceu, entretanto, seu número de RG, acrescentando que era natural do Rio de Janeiro, filho de Maria Ferreira Dias. Wilton foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio, em 27/06/1972, o que é mais estranho ainda, por ocorrer quase três meses após a morte. Em 06/02/1978, seus restos mortais foram para um osuário geral e, no início da década de 80, transferidos para uma vala clandestina com cerca de 2.000 ossadas de indigentes. Não tendo sido localizados seus familiares, o processo na CEMDP foi retirado de pauta sem exame do mérito.

O primeiro processo a ser votado na Comissão Especial foi o de Antonio Marcos, tendo sido os pedidos dos familiares de Lígia e Maria Regina distribuídos ao mesmo relator. Com a constatação de tamanhas contradições e omissões nos documentos oficiais, além da prova documentada pelos próprios peritos do Instituto Carlos Éboli de que o local da morte fora alterado, a CEMDP acompanhou por unanimidade o voto do relator nos três processos, deferindo os pedidos. O caso Wilton não foi julgado porque sem a localização de parentes restaria descumprir o quesito essencial da Lei nº 9.140/95.



ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL (1948-1972)

Número do processo: 107/96

Data e local de nascimento: 14/10/1948, São Paulo (SP)

Filiação: Maria Tereza Nogueira Cabral e Cezario Nogueira Cabral

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 12/4/1972, em Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/2/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 6/3/96

Este é mais um caso em que o trabalho da CEMDP conseguiu derrubar a versão que prevaleceu durante muitos anos, de que esse estudante de Medicina paulista teria sido morto ao resistir à prisão. Na verdade, Antônio Carlos Nogueira Cabral foi morto depois de preso pelos agentes do DOI-CODI/RJ.

Cabral, como era conhecido entre os alunos da Faculdade de Medicina da USP, em Pinheiros, foi presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC) em 1970, e era militante da ALN desde 1969. Liderança muito querida entre seus colegas de faculdade, participou da tradicional encenação teatral do Show Medicina e também de uma montagem dirigida por Alberto Daversa, Noite de Guerra no Museu do Prado, de Rafael Alberti, que narra a heróica resistência dos republicanos espanhóis frente ao ataque final das forças fascistas, em 1939. Cabral também jogava rúgbi e praticava outras modalidades esportivas, sendo um caso raro de militante de esquerda, naquele período polarizado da história brasileira, a manter amizade normal com os colegas de faculdade alinhados com as posições da direita.

Sua prisão, em circunstâncias ainda hoje não esclarecidas, ocorreu provavelmente em 11/04/1972, no Rio de Janeiro, mas os fatos só foram divulgados pelos jornais no dia 18, com a versão de que Cabral morreria ao resistir à prisão na Rua Zizi, nº 115, bairro Lins de Vasconcelos. As informações dos jornais eram coincidentes quanto ao local, mas não quanto ao horário da ocorrência: às 2h20 segundo a *Folha da Tarde*, ou às 22 horas, conforme o *Jornal do Brasil*. Ao mesmo tempo, o atestado de óbito registra que Antonio Carlos morreu às 5h25, enquanto os peritos atenderam às 3h40 a ocorrência solicitada pelo DOPS/RJ para laudo em local de morte violenta. Seu corpo foi encaminhado ao IML como sendo de um desconhecido, com a guia nº 5 do DOPS.

Diligências efetuadas no âmbito da CEMDP permitiram localizar, nos próprios documentos do IML/RJ e nas fotos de perícia de local as provas que derrubaram cabalmente a versão oficial dos órgãos de segurança. Em todos os documentos oficiais Antonio Carlos aparece como desconhecido. O laudo, assinado por Olympio Pereira da Silva e Jorge Nunes Amorim, descreve tiros em regiões vitais: dois no pescoço e três próximos ao coração, registrando também muitas escoriações, sem definir a origem. As escoriações nas mãos, no tórax, na testa e nas faces do rosto são visíveis nas fotos de seu corpo e atestam torturas.

O relatório de perícia relativo à ocorrência 293/72 informa que os peritos compareceram ao local às 3h40 do dia 12 de abril, atendendo requisição do DOPS, e descreve o local do encontro do corpo de Antonio Carlos, na entrada da casa. Assinalaram feridas contusas e equimoses nas nove fotos que acompanham o laudo. Registram que suas vestes se achavam em desalinho, denunciando bruscos movimentos de luta, e que suas vestes e mãos estariam impregnadas de tinta de impressão. Tais fotos, entretanto, não foram localizadas. As duas fotos do corpo de Antonio Carlos que acompanham o processo foram resgatadas dos arquivos do IML/RJ, onde se encontravam sem qualquer identificação. O atestado de óbito foi firmado por Olympio Pereira da Silva, que deu como causa da morte, ocorrida às 5h25 do dia 12 de abril, ferimentos penetrantes e transfixantes do tórax e abdômen, com lesões do pulmão direito, coração e fígado – hemorragia interna. As marcas de tortura são claramente visíveis nas fotos: escoriações nas mãos, tórax e rosto, nem todas descritas na necropsia.

O corpo foi reconhecido pela irmã, Maria Elizabeth Nanni, após a publicação da versão oficial. O corpo foi entregue à família em caixão lacrado, tendo o enterro contado com a presença ostensiva de agentes policiais. Cabral era outro dos militantes acusados pelos órgãos de segurança de ter participado da execução do marinheiro inglês David Cuthberg, conforme já relatado no caso anterior, bem como do assalto

à Casa de Saúde Dr. Eiras, em que foram mortos três vigilantes de uma transportadora de valores. Não foi possível determinar as condições concretas em que Cabral foi morto, mas o entendimento unânime na CEMDP foi de que sua morte não ocorreu no local indicado pelos órgãos de segurança, apontando também os indícios eloqüentes de que foi torturado antes de morrer.

Conforme já relatado na apresentação do caso Gelson Reicher, em 09/11/2006, numa iniciativa conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a diretoria do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, foi inaugurado nessa entidade de representação estudantil um memorial, painel metálico com fotos e textos, em homenagem a Gelson e Cabral.



RUI OSVALDO AGUIAR PFUTZENREUTER (1942-1972)

Número do processo: 144/96

Filiação: Leonia Aguiar Pfütztenreuter e Osvaldo Pfütztenreuter

Data e local de nascimento: 03/11/1942, Orleans (SC)

Organização política ou atividade: PORT

Data e local da morte: 15/04/1972, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 29/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/96

Dirigente do Partido Operário Revolucionário (trotskista), de linha posadista, Rui Osvaldo foi morto em São Paulo em 15/04/1972, por agentes do DOI-CODI/SP. A versão oficial divulgada pelas autoridades do regime militar, de que ele morreu em violento tiroteio com agentes policiais, foi prontamente repelida por qualquer pessoa informada sobre as diferentes orientações políticas existentes entre os grupos de esquerda no Brasil. O PORT era sabidamente adversário das ações de luta armada, seus militantes não utilizavam armamentos e os boletins do partido condenavam as organizações clandestinas que sustentavam a guerrilha urbana. Os agentes e analistas do próprio DOI-CODI sabiam muito bem disso e demonstraram, mais uma vez, o sentimento de completa impunidade de que gozavam, ao divulgar uma farsa que todos sabiam não conter qualquer verossimilhança.

Rui Osvaldo nasceu em Orleans (SC), filho de conceituada família na cidade, onde seu pai era exator federal. Coursou o primário no Grupo Escolar Costa Carneiro, em Orleans e o secundário no Colégio São Ludgero e Colégio Dehon, em Tubarão. Em 1964, graduou-se em Jornalismo e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Rui desenvolvia intensa atividade teórica, escrevia em jornais clandestinos, organizava grupos de estudos e debates, dava palestras sobre a situação nacional e os caminhos para a revolução brasileira, tornando-se conhecido intelectualmente pela defesa das idéias trotskistas-posadistas. Já tinha sido preso pelo Exército em 1964, em Porto Alegre. Mudou-se para São Paulo com o objetivo de organizar o PORT, do qual foi um dos principais dirigentes. Trabalhou em diversas empresas metalúrgicas, dentre elas a MWM e Chiarioni.

De acordo com a versão oficial, Rui "*foi morto em tiroteio com agentes de segurança em 15/04/1972*". A requisição de exame registra o horário com precisão digna de nota: Rui Osvaldo faleceu às 00h01 e nesse exato minuto seu corpo foi encontrado à Rua general Salgado Santos, 25, no Parque São Lucas. O exame de necropsia, realizado no dia 16/04/1972, mais uma vez por Isaac Abramovitch e Antonio Valentini, descreve dois tiros: na face anterior do terço médio do antebraço direito, que saiu na face anterior, após fratura de dois ossos do antebraço e na face lateral do hemitorax direito, na linha axilar posterior na altura do nono espaço intercostal, que se alojou junto da região mamária esquerda – nenhum deles visível na única foto de seu corpo localizada no DOPS/SP. O laudo não registra as escoriações e hematomas perfeitamente visíveis na foto e indicativos de que sofrera torturas.

Depoimentos dos presos políticos Ayberê Ferreira de Sá e Almério Melquíades de Araújo na Justiça Militar, à época, denunciaram a morte de Rui no DOI-CODI/SP. Foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus e, com os esforços de seu pai, acabou tendo os restos mortais trasladados para o jazigo da família, em Santa Catarina. Nessa ocasião, ainda sob o regime militar, a Câmara de Vereadores

de Orleans votou a lei que deu o nome do jornalista a uma praça. Na mesma época, os formandos da primeira turma de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina o escolheram como patrono.

Foi o pai quem encaminhou o requerimento à CEMDP, vindo a falecer em maio de 1996, poucos meses depois de ter sido votada a responsabilidade do Estado brasileiro na morte do filho, aprovada por unanimidade. Em outubro de 1995, por ocasião de cerimônia pela passagem dos 20 anos da morte de Vladimir Herzog, Osvaldo Pfützenreuter esteve presente em sua última homenagem pública ao filho, quando foi colocada uma placa com seu nome na Casa do Jornalista, em Florianópolis.

Em 16/5/1972, traumatizado com a violenta morte do filho, Osvaldo não se intimidou perante o clima de terror político imperante e escreveu ao então presidente Emílio Garrastazu Médici:

"Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política, em circunstâncias nebulosas, pois nunca mais foi visto, estando pois desaparecido, desde que foi detido. Em São Paulo (...) dirigi-me à 'OBAN' e ao DOPS no dia 7 do corrente, onde me informaram: 'Nada consta!' ... Me dirigi novamente ao DOPS no dia 11, onde uma vez mais recebi uma resposta negativa e dali fui à OBAN, onde indignado e angustiado faço um pedido dramático e em alta voz que me dessem notícias de meu filho, que ao menos reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele. Nada quebrou a frieza dos funcionários, nenhum deles, e todos sabiam da 'via crucis' em que havia se transformado minha vida, nenhum deles se dignou a dizer um 'a', uma orientação para localizá-lo, nada. Nenhum disse o que todos sabiam e que temiam e temem que seja público. Deste órgão (OBAN) me dirigi, numa última tentativa, ao IML, onde simplesmente me informaram que Ruy deu entrada (em linguagem clara, morreu) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado no Cemitério de Perus. A minhas perguntas responderam simplesmente: 'Vá ao DOPS'. Para obter a autorização para retirar a certidão de óbito e a autorização para transportar o corpo para sua terra natal, um funcionário de nome Jair Romeu me deu um papel com o nome do delegado Dr. Tácito, do DOPS. No DOPS o Dr. Tácito me disse desconhecer o caso e que voltasse na próxima segunda-feira (dia 15). Na data indicada fui ao DOPS, o Dr. Tácito encaminhou-me ao Dr. Bueno, que me mostrou entre vários papéis a certidão de óbito e uma fotografia de meio corpo de meu filho depois de morto. Nesta foto aparecem duas nítidas manchas escuras. E se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis e conseguir dar a meu filho um enterro digno em sua terra natal, é para que amanhã outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos, como se fosse possível enterrar junto a seus corpos, suas idéias, suas lembranças e a força renovadora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho, mais do que ninguém, a lição da solidariedade humana".

Cópias dessa carta foram remetidas aos líderes dos dois partidos no Senado e na Câmara, aos jornais, aos principais bispos da Igreja Católica, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e aos organismos de Direitos Humanos da ONU e da OEA. Foi lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo parlamentar opositor gaúcho Nadyr Rossetti, em 12/6/1972, sendo apoiado em apertes por outros representantes do MDB: Lysâneas Maciel, Marcos Freire, JG de Araújo Jorge e Jaison Barreto.



PAULO GUERRA TAVARES (1937-1972)

Número do processo: 099/03

Filiação: Maria Del Pino Guerra e Antonio Tavares Dias

Data e local de nascimento: 22/08/1937, Sapucaia (RJ)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 29/05/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 15/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 27/12/2004

Fluminense de Sapucaia, Paulo Guerra Tavares, 3º sargento pára-quedista do Exército, era casado com Sueli Madeira Guerra Tavares e tinha três filhos. Em 1963, foi transferido do Rio de Janeiro para João Pessoa. Em julho de 1964, temendo a prisão, abandonou o Exército, sendo

excluído por deserção. Viajou para o Uruguai, onde se asilou, tendo a família viajado ao seu encontro poucos meses depois. Lá ficaram em contato com Leonel Brizola e outros asilados. Em 1965, retornou ao Brasil clandestinamente, com o nome de João Paulo Martins, instalando-se na cidade de Pau D'Alho, no Paraná.

No dia 29/5/1972, foi morto por desconhecidos, em São Paulo (SP). O jornal *Notícias Populares* do dia seguinte divulgou que fora morto com quatro tiros, por quatro homens que saíram de um Volkswagen de armas em punho, tendo levado seus documentos, mas deixando intacto o dinheiro que portava. A imprensa divulgou também que, pelas características do crime e do morto, bem trajado e usando documentos falsos, deveria estar em São Paulo para algum encontro ilegal. Em seu bolso, a polícia paulista teria encontrado o endereço da família no Rio de Janeiro. Avisado, seu irmão Isaac Tavares Dias esteve na capital paulista para o reconhecimento do corpo, até então identificado como João Paulo Martins, tendo sido enterrado no Cemitério São Pedro.

O primeiro requerimento apresentado à CEMDP não foi analisado, por ser intempestivo. Reapresentado após introdução de nova redação na Lei nº 9.140/95, que reabriu o prazo para novos pedidos, foram juntadas aos autos declarações do médico Almir Dutton Ferreira e de Liszt Benjamim Vieira, integrantes da VPR, presos políticos banidos do país por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, em junho de 1970. Ambos testemunham ter militado na VPR com Paulo Guerra Tavares, a quem conheciam por Sargento Guerra, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1969. Por esse nome também o conheceu o ex-marinheiro Avelino Capitani, durante o exílio no Uruguai, logo após o golpe militar.

Estranhamente, a morte foi investigada pelo DOPS, conforme relatório de 18/06/1973, assinado pelo investigador Amador Navarro Parra, que afirma ter feito investigações em Londrina, Rolândia, Ubatã, Araçongas, Cascavel, Foz do Iguaçu, vila de Bananeira e outras vilas intermediárias. Diz que, com o nome de João Paulo Martins, o sargento Guerra exercera funções de dentista ambulante e vendedor autônomo, tendo grande prestígio em Rolândia. Identifica seus amigos e termina supondo, erradamente, que o falecido estaria ligado ao PCBR, tendo sido indiciado em IPM por ser o tesoureiro da organização, onde era conhecido pelo nome de Souza, registrando também que seria ligado ao MR-8.

Na CEMDP, o relator desse processo considerou que os fatos não apontavam para um crime de latrocínio, e sim para uma execução política, praticada no auge da repressão política no Brasil, tendo a votação sido unânime a favor do deferimento do pedido, em 15/12/2004.



GRENALDO DE JESUS DA SILVA (1941-1972)

Número do processo: 049/02

Filiação: Eneida Estela Silva e Gregório Napoleão Silva

Data e local de nascimento: 17/4/1941, no Maranhão

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 30/5/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 10/8/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 16/8/2004

O maranhense Grenaldo de Jesus da Silva, tinha sido um dos 1509 marinheiros que foram expulsos da Armada em abril de 1964. Foi morto em 30/5/1972, no Aeroporto de Congonhas (SP). Tentava seqüestrar um avião da Varig, que havia decolado para Curitiba, obrigando o piloto a retornar a São Paulo. Depois de ser negociada a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida e Grenaldo morto. Agentes do DOI-CODI/SP relataram a vários presos políticos que se encontravam naquela unidade de segurança as condições em que tinham executado o seqüestrador.

A versão oficial divulgada foi de que se suicidara. Somente em 2003, a repórter Eliane Brum, da revista *Época*, foi procurada por uma testemunha com novas informações. Mais do que isso, a matéria permitiu que o filho de Grenaldo de Jesus, Grenaldo Erdmundo da Silva Mesut, que ainda não conhecia as circunstâncias reais da morte do pai, encontrasse sua verdadeira história e sua família.

O nome de Grenaldo de Jesus sempre constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, apesar de não haver contato com seus familiares. Seu corpo, enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi parar dentre as ossadas da vala clandestina daquele cemitério. A família não apresentou requerimento à CEMDP quando foi editada a Lei nº 9.140/95. Somente em 2002, um dos irmãos entrou com o pedido, cuja responsabilidade foi transferida ao filho quando finalmente localizado.

Nascido no Maranhão, o marinheiro Grenaldo era o filho mais velho dentre 12 irmãos. Seu pai era alfaiate, a mãe servente de escola em São Luís (MA). Ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará em 1º/1/1960. Em 30/9/1964, quando era marinheiro de 2ª classe, foi expulso em função de sua participação política e terminou sendo condenado a 5 anos e dois meses de prisão, a mais alta pena dentre os 414 marinheiros julgados.

Para evitar a prisão, mudou-se para Guarulhos, na Grande São Paulo. Durante cinco anos, trabalhou como porteiro e vigilante da empresa Camargo Corrêa. Casou-se com Mônica e tiveram um filho. Num dia de 1971, Grenaldo saiu de casa, nervoso após receber cartas que provavelmente lhe avisavam que fora descoberto. A mulher só voltou a saber dele quando foi divulgada sua morte por ocasião do seqüestro. O menino Grenaldo tinha 4 anos e cresceu sem saber do pai.

A requisição de exame ao IML, marcada com o "T" que identificava os militantes políticos, foi assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho. O laudo de necropsia foi assinado pelos legistas Sérgio Belmiro Acquesta e Helena Fumie Okajima, que definiram a morte por "*traumatismo craniano encefálico*".

A história começou a ser desvendada quando a foto de Grenaldo foi publicada em matéria da revista *Época*, de março de 2003. Uma testemunha do seqüestro procurou a revista. Era José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas, que estava trabalhando no dia da tentativa de seqüestro e alternava com os colegas a comunicação com a tripulação do avião. Quando a tentativa de seqüestro acabou, ele recebeu a missão de reunir os pertences do seqüestrador e redigir um relatório. Há 30 anos sofria pesadelos ao lembrar da carta-testamento para o filho, que ele mesmo retirou do peito de Grenaldo, junto a um segundo tiro em seu corpo. Percebeu então que Grenaldo não se suicidara com um único tiro, como afirmaram a Aeronáutica e os legistas do IML. Mas José Barazal decidiu permanecer calado até rever a foto publicada, quando então decidiu procurar o filho de Grenaldo e contar-lhe a verdade. Não guardou a carta, mas se lembra que era dirigida ao filho, explicando que seqüestrava o avião para chegar ao Uruguai e que viria buscar a família assim que possível. Mas ninguém conhecia o filho de Grenaldo até que uma cunhada sua, meses depois, viu a mesma revista num consultório dentário e Grenaldo Erdmundo passou a fazer parte desta história. A revista proporcionou um emocionante encontro de José e Grenaldo Erdmundo, resgatando a verdade.

A repórter localizou também o mecânico de vôo Alcides Pegrucci Ferreira, a única pessoa que permaneceu no avião com Grenaldo após a fuga da tripulação pela janela, e que encontrou o corpo caído, viu o buraco da bala, quase na nuca. Afirmou que "*virou piada o seqüestrador suicidado com um tiro na nuca*". "*A ditadura decidiu que era suicídio e a gente teve de aceitar. Botaram um pano em cima*".

A relatora do processo na CEMDP observou que, "embora o IPM seja inconclusivo quanto à motivação política de Grenaldo de Jesus da Silva no seqüestro que culminou em sua morte, assim como não há documentação reunida nos autos que comprove que o falecido participava de uma ação politicamente orientada, fica patente que esse entendimento foi o que conduziu toda a ação policial militar quanto aos fatos". Por unanimidade, a Comissão Especial acompanhou o voto da relatora, no entendimento de que "*a aeronave em que Grenaldo se encontrava quando morreu se assemelha às dependências policiais, já que a vítima estava sob custódia das forças de segurança*".



ANA MARIA NACINOVIC CORREA (1947-1972)

Número do processo: 189/96

Filiação: Anadir de Carvalho Nacinovic e Mário Henrique Nacinovic

Data e local de nascimento: 25/03/1947, Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/6/1972, em São Paulo

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997



IURI XAVIER PEREIRA (1948-1972)

Número do processo: 256/96

Filiação: Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira

Data e local de nascimento: 02/08/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/06/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/4/97



MARCOS NONATO DA FONSECA (1953-1972)

Número do processo: 268/96

Filiação: Leda Nonato Fonseca e Octávio Fonseca Filho

Data e local de nascimento: 01/06/1953, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/06/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997

Enquanto os militantes da ALN, Ana Maria Nacinovic Correa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, no dia 14/6/1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados. Rapidamente, os agentes do DOI-CODI montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando grande contingente policial. Como saldo da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato, ao passo que Antônio Carlos Bicalho Lana conseguiu escapar ferido, e relatou o ocorrido a seus companheiros.

Ana Maria cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo mantido por freiras em Ipanema, no Rio de Janeiro. Simultaneamente, estudava piano com o professor Guilherme Mignone. Possuindo ouvido privilegiado, era estimulada pelo seu mestre a dedicar-se mais à arte. Terminou o científico com 17 anos e sua inclinação para a matemática levou-a a freqüentar curso pré-vestibular para engenharia, plano que abandonou em função do casamento. Aos 21 anos ingressou como segunda colocada, na Faculdade de Belas Artes. Ligou-se à ALN no Rio de Janeiro mas foi deslocada para o comando regional da organização em São Paulo, onde participou de inúmeras ações armadas, entre 1971 e 1972. Tinha sido a única sobrevivente da emboscada em que um comando da ALN caiu, armada pelo DOI-CODI/SP em setembro do ano anterior, na rua João Moura, em São Paulo, conforme já relatado na apresentação dos casos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antonio da Fonseca.

Segundo sua mãe, "para a idealista que era, o que sempre demonstrou no seu dia-a-dia em atitudes de solidariedade em relação ao próximo, caíram em campo fértil as sementes de rebelião contra o regime autoritário que dominava o país. Era a época aterrorizante do ditador Emílio Garrastazu Médici. Aquela mocinha inexperiente, mal saída dos bancos escolares e de um casamento frustrado, aos poucos se converteria na guerrilheira cujos retratos nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos, apontavam como uma subversiva perigosa. Seguiu-se uma época de aflição e angústia para sua mãe e demais familiares, até que chegasse o momento fatal. Momento em que toda a ternura daquele coraçõzinho que só aspirava à igualdade entre os homens, daqueles imensos olhos azuis que só queriam contemplar o lado bom da vida, converteu-se em escuridão e trevas".

Iuri foi o primeiro filho de João Baptista e Zilda de Paula Xavier Pereira militantes comunistas e membros do PCB. Era irmão de Alex de Paula Xavier Pereira, também militante da ALN, morto em janeiro de 1972. Em 1965, ingressou na Escola Técnica Nacional e atuou intensamente na organização dos estudantes técnicos, fundando e dirigindo a UNETI.

Na militância clandestina participou ativamente da luta interna no PCB, transformando o Comitê Secundarista num foco de crítica às teses defendidas pelo PCB na preparação do seu VI Congresso, a partir do qual acompanhou Carlos Marighella na fundação da ALN. Sempre preocupado com a formação dos militantes e com o desenvolvimento da imprensa revolucionária, fundou e dirigiu órgãos informativos no Movimento Estudantil: O *Moita*, que depois passou a se chamar *Radar*, na Escola Técnica, e O *Micro*, órgão oficial da AETI. Na ALN, junto com Gelson Reicher, produziu os jornais *1º de Maio* e *Ação*, ao mesmo tempo em que retomou a publicação de *O Guerrilheiro*. Em 1970, passou a integrar o Comando Nacional da ALN.

Sua mãe foi presa e torturada em 1969, conseguindo fugir da prisão e refugiar-se em Cuba depois de algum tempo na militância clandestina. Iuri era um dos militantes mais temidos pelos agentes dos órgãos de segurança e tinha escapado da morte muitas vezes, furando os cercos policiais. Os órgãos de segurança incluem seu nome entre os membros do alcunhado "3º Exército", da ALN, o grupo de militantes que recebeu treinamento de guerrilhas em Cuba, em 1969. Era acusado de participação em dezenas de operações armadas, inclusive da execução do industrial Albert Henning Boilesen. Em dezembro de 1971, escreveu à mãe: "*Quero que você tenha a certeza que, haja o que houver, serei sempre fiel ao seu exemplo e ao de Marighella. Não mancharei a firmeza que me deram. Qualquer coisa que houver, saberei preservar a organização, pois a vacilação diante do inimigo não faz parte do que aprendi*".

Iuri foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP) e somente em 1982 seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro, junto com os do irmão Alex. Agentes policiais estiveram presentes na cerimônia em São Paulo e acompanharam ameaçadoramente a chegada dos corpos no Rio de Janeiro, portando metralhadoras.

Marcos Nonato era estudante secundarista do Colégio Pedro II, em Humaitá no Rio de Janeiro, onde começou sua militância política. De origem humilde e afrodescendente, cuidava dos irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam: ela, como manicure, ele, como cozinheiro. Morava numa casa muito simples em São Conrado. Nutria admiração especial pela vida e atitudes de Dom Helder Câmara em favor dos necessitados. No final de 1969, com 16 anos, já atuava clandestinamente, militando na ALN. Durante alguns meses, atuou no regional de Minas Gerais, participando do assalto a banco que terminou na prisão e morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto em janeiro de 1971. Depois disso, retornou ao Rio de Janeiro, sendo posteriormente deslocado para São Paulo.

Sua mãe guarda a última carta que escreveu à família, em 30/12/1971: "*Estou escrevendo novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. (...) O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores. Estou me lembrando que amanhã vai fazer dois anos em que estivemos juntos pela última vez. Foi numa passagem de ano de 69 para 70... Não me arrependo do caminho que escolhi... Até uma outra vez. Seu saudoso filho*". Marcos foi morto aos 19 anos, sendo enterrado no Cemitério São João Batista (RJ), por seus familiares.

Quanto às reais circunstâncias da morte dos três, a versão oficial informou sobre o cerco montado pelos agentes de segurança, referindo-se a ferimentos em uma menina, em um transeunte e em dois agentes policiais, não identificados nas matérias publicadas ou nos documentos

localizados. Somente a partir da abertura dos arquivos do DOPS/SP começaram a surgir elementos que colocaram em dúvida a versão oficial de que os três teriam morrido em tiroteio. Não foi possível reconstituir toda a verdade dos fatos, mas as mortes certamente não ocorreram no local, conforme a narrativa oficial. Depoimento de uma testemunha, documentos oficiais localizados e perícias realizadas nos restos mortais dos militantes derrubaram a versão de morte em tiroteio.

A CEMDP apurou que os três militantes não foram levados diretamente ao IML, e sim ao DOI-CODI do II Exército, na rua Tutóia, em cujo pátio foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade. Francisco não conhecia Marcos Nonato, mas reconheceu Ana Maria e Luri dentre os três corpos que viu no pátio da 36ª DP, sede do DOI-CODI/SP.

Na CEMDP, depois de apresentado o voto do processo referente a Ana Maria, houve pedido de vistas e o envio ao perito Celso Nenevê, que recomendou exumação e exame pericial do cadáver, considerando que a má qualidade das fotos anexadas ao processo não permitia análise detalhada dos ferimentos. Não sendo deferido o pedido pela CEMDP, a exumação foi feita a cargo dos familiares, que trouxeram da Argentina os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, e os casos voltaram à pauta em conjunto.

A primeira lacuna suspeita é que, tratando-se de um episódio de tamanha violência e proporções, com três mortos e quatro feridos, incluindo dois policiais que não são identificados, não houve perícia de local; não há fotos dos corpos no local onde foram abatidos; não foram encontradas referências às armas apreendidas que os três militantes certamente portavam; não houve exames residuais de pólvora ou balística para determinação dos possíveis responsáveis pelos tiros que teriam atingido os quatro feridos. Enfim, nada foi feito para corroborar a versão oficial.

Apesar de os jornais informarem que dali os corpos teriam sido levados para o necrotério, os três militantes não foram levados diretamente ao IML, mas sim ao DOI-CODI do II Exército, onde foram vistos pelo então preso político Francisco Carlos de Andrade, conforme declaração apresentada à CEMDP. Além do testemunho de Francisco, houve comprovação do fato por meio das fichas de identificação de Luri e Ana Maria, feitas no DOI-CODI do II Exército no mesmo dia 14, localizadas nos arquivos do DOPS/SP. Há ainda registros nos documentos oficiais de que teriam sido feridos, mas nada consta sobre terem sido socorridos.

As necropsias, realizadas no IML/SP em 20/06/1972, assinadas pelos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmam as mortes em tiroteio. Com requisição do delegado Alcides Cintra Bueno Filho, do DOPS, os corpos deram entrada no IML às 17 horas, mas sem roupas. Ana Maria chegou despida, Luri de cuecas e meias, enquanto Marcos estava de calça, cueca, sapatos e meia. Com certeza, não é possível que com essas vestimentas tivessem almoçado no restaurante e participado de um violento tiroteio, ferindo dois policiais e dois transeuntes, conforme a versão oficial.

No contexto da política repressiva vigente na época em que Luri, Ana Maria e Marcos foram mortos, quando a execução já vinha se tornando rotina para os acusados de participação direta em ações armadas, a relatora do processo na CEMDP afirmou que foi montado um esquema destinado a empreender um cerco definitivo aos militantes, com o objetivo prévio de eliminá-los. *"Eles ocupavam posições de destaque dentro da luta armada e estavam sendo caçados pelos agentes policiais. A partir do momento em que o dono do Restaurante Varella denunciou ao DOI-CODI a presença dos quatro em seu estabelecimento, os agentes policiais viram a possibilidade de matá-los. Visando tal fim a permaneceram durante algum tempo nas proximidades do restaurante, organizando cuidadosamente o cerco"*.

Os familiares exumaram os restos de Luri e Alex. Foram também exumados e examinados os corpos de Ana Maria e Marcos. A identificação das ossadas de Luri e Alex foi assumida pela família, sendo feita por meio de exame de DNA no Serviço de Huellas Digitales Genéticas – Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, aos cuidados do Dr. Daniel Corach.

Para cada um dos três militantes, a CEMDP discutiu separadamente as circunstâncias da morte. Para Ana Maria, a análise dos peritos Luís Fondebrider e Celso Nenevê apontou a inexistência de qualquer referência no laudo do IML de fratura ou das lesões visíveis na foto de seu corpo no seio, no ouvido e no pescoço, bem como a existência de disparo característico de tiro de execução, desferido de cima para baixo. Analisando o esqueleto, Fondebrider constatou que somente no fêmur esquerdo detectara fratura peri-mortem, não sendo esse ferimento

responsável pela morte de Ana. Juntamente aos ossos, foram localizados três projéteis de arma de fogo, enquanto o laudo indicava apenas dois tiros, tendo um transfixado o corpo. Em conclusão, Ana Maria recebeu dois outros tiros não descritos no laudo.

Celso Nenevê destacou que todas as fotos mostram Ana com a boca entreaberta, expondo a arcada dentária superior. Segundo o perito, essa condição "é sugestiva da possibilidade de insuficiência respiratória, a qual poderia ser resultante de lesão em órgãos deste sistema. Como não consta exame interno, nada se pode inferir do motivo da boca estar entreaberta. Outrossim, cabe salientar que a lesão da região mamária direita poderia causar insuficiência respiratória, dependendo para tanto da intensidade (profundidade) e das características do agente causador".

Os restos mortais de Luri foram examinados pelo legista Nelson Massini, que comparou as fotos de seu corpo e o laudo de Isaac Abramovitch e, ainda, o mesmo laudo com os restos ósseos. O legista afirmou que Luri foi atingido por pelo menos seis projéteis de arma de fogo e não apenas três como indicou o laudo do IML; que seu corpo apresentava lesões evidenciando que foi agredido em vida e, portanto, antes de ser atingido pelos disparos fatais ou ocorrência da morte; destacou duas perfurações de entrada de arma de fogo sobre o coração, não descritas no laudo necroscópico, sendo esses disparos característicos de alvo parado e assim denominados de disparos de misericórdia ou execução. Segundo o legista, "esses disparos apresentam como características a sua localização, próximos um do outro sendo denominados de disparos em 'peneira', e representam alvo parado ou imobilizado. Devido à região letal que atingiram são interpretados como tiros de misericórdia ou execução. Não sendo possível pela ausência das vestes determinar-se as distâncias dos disparos nota-se ainda, que houve a intenção no momento da fotografia de esconder as perfurações com a placa de numeração do cadáver"; os disparos que atingiram o crânio, tanto os descritos no laudo do IML como os encontrados no ato exumatório, foram efetuados com trajetória de cima para baixo, indicando que a vítima encontrava-se em plano inferior ao atirador, fato esse que se choca com a versão de confronto. Para ser atingido desta maneira, Luri já estaria no chão e dominado.

O corpo de Marcos Nonato também foi examinado por Luís Fondebrider e Nelson Massini. Nelson Massini foi taxativo em sua conclusão: Marcos Nonato estava deitado ao ser atingido. O exame pericial de Isaac Abramovitch descrevia que Marcos recebera dois tiros: "ferimento com as características daqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo, localizado na linha média da face anterior da porção inferior da região cervical. O projétil, dirigido de frente para trás, de cima para baixo e da direita para a esquerda, fraturou a clavícula esquerda, transfixou o lobo superior do pulmão esquerdo provocou derrame hemorrágico na pleura esquerda, transfixou o omoplata esquerdo e saiu pela região escapular esquerda. Nota-se, ainda, outro ferimento de entrada de projétil de arma de fogo, na região mamária direita, três centímetros para dentro e para cima do mamilo direito".

No gráfico que acompanhou o laudo, com a localização da penetração dos projéteis, a descrição do laudo é comprovada: os tiros foram disparados de cima para baixo. Dada sua localização, as trajetórias seriam impossíveis para um tiroteio. O exame das fotos localizadas no DOPS mostrou ainda a existência de lesões não descritas no laudo e indicativas de tortura: "ferimento contundente com área equimótica na região mamária; equimoses profundas sobre os olhos, nariz edemaciado; ferimento corto-contuso próximo à axila esquerda". O exame pericial dos ossos indicou ainda que o corpo não fora aberto para exame. Portanto, o legista descreveu lesões sem constatá-las.

A CEMDP concluiu não restar dúvidas de que a morte de Luri, Ana Maria e Marcos Nonato ocorrera quando estavam em poder dos agentes do Estado, aprovando por maioria de votos os três requerimentos em 24/04/1997.



BOANERGES DE SOUZA MASSA (1938-1972)

Número do processo: 267/96

Filiação: Laura Alves Massa e Francisco de Souza Massa

Data e local de nascimento: 07/01/1938, Avaré (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local do desaparecimento: entre 21/12/1971 e 21/06/1972, preso em Pindorama (TO)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 17/10/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/10/1996

Entre todos os desaparecidos políticos brasileiros, o caso de Boanerges de Souza Massa é um dos mais cercados de dúvidas, mistérios e controvérsias. Participante da rede de apoio da ALN e, posteriormente, militante do MOLIPO, foi preso em circunstâncias e data desconhecidas. Ele chegou a ser visto na prisão por outros presos políticos, mas sua prisão nunca foi assumida oficialmente pelos órgãos de segurança do regime militar. Seu nome não constava da lista oficial dos mortos e desaparecidos políticos e, portanto, não integrou a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Apesar da certeza de que fora preso, não se tinha confirmação por parte dos familiares de que Boanerges não tivesse sobrevivido, o que só ocorreu quando o requerimento foi apresentado à CEMDP.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da USP, tendo concluído o curso em 1965, Boanerges passou a ser perseguido intensamente após realizar uma cirurgia para socorrer Francisco Gomes da Silva, militante da ALN baleado durante uma ação armada e irmão de Virgílio Gomes da Silva, também dirigente da ALN, desaparecido em setembro de 1969. A partir desse episódio, Boanerges foi obrigado a viver na clandestinidade, integrando a ALN. Viajou para Cuba, de onde regressou como militante do Molipo, depois de receber treinamento militar naquele país. Foi visto pela última vez em 1972, sem que se possa precisar a data.

Como prova de sua prisão, foi anexado documento localizado no arquivo do DOPS, originado no Centro de Informações do Exército, onde consta que estava preso em 21/6/1972. Ali também foi encontrada cópia da informação 850 do Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, de 02/12/1971, relatando que Boanerges regressou ao país após treinamento em Cuba. Documentos localizados na ABIN posteriormente à aprovação de seu requerimento na CEMDP, informam que Boanerges foi preso em dezembro de 1971, em Pindorama.

Em matéria publicada no *Correio Braziliense* em 22/4/2007, o jornalista Lucas Figueiredo, responsável pela divulgação, uma semana antes, do "livro negro do Exército", analisa as informações constantes naquele dossiê a respeito de Boanerges:

"O livro secreto do Exército não esclarece um dos maiores mistérios da luta armada – quem foi o informante da repressão infiltrado em Cuba, que, com suas delações, levou à morte quase 18 guerrilheiros do Grupo da Ilha? A obra, contudo, nega uma suspeita que circula há décadas, tanto na esquerda quanto em meios militares: o informante não era o médico Boanerges de Souza Massa. (...)

Médico que atendia a guerrilheiros feridos, Boanerges foi obrigado a se exilar e acabou por se tornar um aspirante a combatente. Ele começou a figurar na lista de suspeitos de ser o informante ao desaparecer misteriosamente em 1971, quando vários de seus companheiros do Grupo da Ilha foram mortos. Como nada foi provado, seu caso foi aprovado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, e sua família recebeu indenização. Ainda assim, as suspeitas continuaram.

O livro secreto do Exército, porém, rejeita essa tese. Informa que Boanerges foi descoberto e preso a partir de informações colhidas em outra operação contra o Grupo da Ilha, no Rio de Janeiro. 'Orientada pela documentação apreendida nos aparelhos estourados, teve início uma operação de informações visando atingir o setor camponês do Movimento de Libertação Popular (Molipo, que teve como origem o Grupo da Ilha). No dia 21 de dezembro (de 1971), foi preso em Pindorama, em Goiás, usando nome falso: Boanerges de Souza Massa', destaca a obra, na página 607.

Portanto, a acreditar que o livro secreto diz a verdade, Boanerges não ajudou a repressão antes de ser preso. A obra ressalta, contudo, sem especificar as condições, que Boanerges 'abriu' informações nos interrogatórios que levaram à prisão e morte dos guerrilheiros do Grupo da Ilha: Ruy Carlos Vieira Berbert e Jeová Assis Gomes. Relata, ainda, que o médico contou a seus interrogadores sobre uma fazenda que o Molipo tinha na região de Araguaína (no atual estado do Tocantins), para servir de base para ações de guerrilha rural. Segundo o livro, os agentes da repressão demoraram a localizar a fazenda, o que permitiu aos três guerrilheiros que a ocupavam fugir".



PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS (1945-1972)

Número do processo: 147/96

Filiação: Maria do Carmo Costa Bastos e Othon Ribeiro Bastos

Data e local de nascimento: 16/2/1945, Juiz de Fora (MG)

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 11/7/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 4/12/95



SÉRGIO LANDULFO FURTADO (1951-1972)

Número do processo: 001/96

Filiação: Diva Landulfo Furtado e George de Souza Furtado

Data e local de nascimento: 24/05/1951, Serrinha/BA

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 11/07/1972, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 4/12/95

Militantes do MR-8, foram presos, de acordo com as informações que puderam ser colhidas, em 11/07/1972, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Há duas versões sobre os fatos: ou foram presos no próprio apartamento em que residiam, ou conseguiram escapar dali e se refugiaram num ônibus que foi interceptado adiante, numa barreira dos agentes dos órgãos segurança que fechava a única saída daquele bairro densamente habitado por oficiais. Foram levados ao DOI-CODI/RJ, sendo torturados e mortos. Os dois nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Paulo era nascido em Juiz de Fora e filho do general de divisão da ativa do Exército Othon Ribeiro Bastos. cursou o 1º e o 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro, ingressando na Faculdade de Engenharia da UFRJ. Concluiu sua graduação acadêmica em 1970 e trabalhou como engenheiro hidráulico no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Era casado com Tereza Cristina Denucci Martins. Estava atuando na clandestinidade e respondeu a vários processos por integrar o MR-8. No "livro negro" do Exército consta que ele teria participado, em 22/11/1971, de assalto a um carro forte da empresa Transport, em Madureira, quando um dos guardas foi morto e outros três baleados.

Sergio nasceu em Serrinha (BA) e foi estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia, passando a atuar na clandestinidade desde 1969. Integrou a Dissidência Comunista da Bahia, que se reuniu à Dissidência da Guanabara na constituição do MR-8. Respondeu a diferentes processos na Justiça Militar, sendo julgado à revelia, por participação em várias ações armadas, inclusive o assalto ao carro forte mencionado no parágrafo anterior.

No próprio dia de sua prisão, Sérgio havia telefonado à mãe, para dar-lhe um beijo pelo Dia das Mães já transcorrido. No dia 24/07, seus pais receberam telefonema em Salvador, informando que o filho tinha sido preso no Rio de Janeiro. De imediato viajaram para lá, constituindo como advogado Augusto Sussekind, que impetrou *habeas-corpus* junto ao STM. Nunca conseguiram obter respostas sobre o paradeiro de Sérgio. Estiveram com o general Fiúza de Castro, que negou a prisão, e ainda escreveram ao presidente Emílio Garrastazu Médici mais tarde escreveram ao ministro da Justiça de Ernesto Geisel, Armando Falcão. Nos processos a que respondia como militante do MR-8, Sérgio continuou sendo julgado e foi condenado à revelia em alguns e absolvido em outros.

Denúncias sobre a prisão dos dois militantes foram feitas nas auditorias militares por Paulo Roberto Jabour, Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Zaqueu José Bento. Em 1978, o ministro do STM general Rodrigo Octávio Jordão requereu ao tribunal que fosse investigado o desaparecimento de Paulo e Sérgio, mas nada foi apurado.

O livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, transcreve depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, escrito em 20/2/1979, quando se encontrava recolhido ao Presídio Milton Dias Ferreira, no Rio de Janeiro. Jabour reporta que "*Durante o período inicial da minha prisão, tive algumas indicações sobre a prisão e morte de Paulo e Sérgio. Citarei aqui três delas:*

1 – *Já transferido para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, fui chamado, certo dia, no começo de agosto de 1972, à presença de um elemento pertencente aos órgãos de segurança que, de posse de uma fotografia de Paulo, pediu que eu o identificasse como sendo o militante que usava o codinome Luís, pois isto, segundo ele, melhoraria a situação de Paulo, seria melhor para ele. Presenciei esta entrevista o major Diogo, S-2 do citado quartel.*

2 – *Ainda no começo de agosto e no mesmo quartel, fui chamado a prestar depoimento no IPM instaurado para apurar as atividades do MR-8. A certa altura deste depoimento, o encarregado do inquérito, major Oscar da Silva (com o qual eu havia tido o meu primeiro encontro ainda no DOI-CODI, no 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, durante a fase de torturas) insistiu para que eu nomeasse os militantes do MR-8 que eu conhecia. Tendo eu, em resposta a isso, apenas nomeado os companheiros dados publicamente como mortos ou sabidamente desaparecidos (...), o citado major, à guisa de intimidação, perguntou se eu não gostaria de incluir o nome de Sérgio Landulfo nesta lista.*

3 – *Respondendo a vários processos, tive que comparecer inúmeras vezes ao DOPS para prestar depoimento. Assim, pude constatar, durante o segundo semestre de 1972, que era voz corrente neste órgão repressivo que Sérgio Landulfo, o Tom, tinha sido morto. Idêntica constatação pode fazer Nelson Rodrigues – também conduzido freqüentemente ao DOPS. A Nelson, o escrivão chamado Bioni confirmou a veracidade da notícia da morte de Sérgio".*

A morte de Sérgio Landulfo Furtado também foi assumida na já mencionada entrevista que um general estreitamente vinculado aos órgãos de segurança do regime militar concedeu à *Folha de S. Paulo* em 28/01/1979.



ISMAEL SILVA DE JESUS (1953-1972)

Número do processo: 002/96

Filiação: Jandyra Jesus da Silva e Ismail Augusto da Silva

Data e local de nascimento: 12/08/1953, Palmelo (GO)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 9/08/1972, Goiânia (GO)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Militante do PCB, Ismael era estudante secundarista do Colégio Pedro Gomes, em Goiânia (GO), quando foi preso no dia 08/08/1972 e levado para o 10º Batalhão de Caçadores, comandado pelo Major Rubens Robine Bigenil (atual 42º BIM-Batalhão de Infantaria Motorizada).

Sob interrogatórios, morreu no dia seguinte, três dias antes de completar 19 anos. Seu corpo foi entregue à família com evidentes sinais de sevícias e a justificativa de que ele havia se suicidado por se envergonhar da prisão. O atestado de óbito registra como causa da morte enforcamento/asfixia mecânica, ocorrida no 10º Batalhão de Caçadores. Assinaram o laudo de necropsia os legistas Antonio Carlos Curado e Jerson Cunha. A família enterrou Ismael no cemitério Rio Park, em Goiás.

Fotos de perícia localizadas em 1991 evidenciaram que era falsa a versão oficial. Ismael aparece sentado junto à parede, tendo uma das pontas de uma fina corda de persiana amarrada ao redor do pescoço, enquanto a outra ponta aparece amarrada a um porta-toalhas de louça, preso à parede. A persiana e o pequeno porta-toalhas encontram-se intactos. No corpo de Ismael são perceptíveis evidentes sinais de espancamento, um grande hematoma no olho e sangue pelo corpo.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, é apresentada a seguinte informação: "*Um irmão de Ismael, Jorge Elias da Silva, observou no velório que o corpo tinha as orelhas machucadas e que o olho direito estava vazado, além de estar com marcas roxas nos dedos dos pés e das mãos e na altura da virilha".* Esse livro também transcreve matéria da revista *Veja* questionando a possibilidade de

ocorrer um suicídio nas condições alegadas pelas autoridades dos órgãos de segurança do regime militar: *"Não é impossível, tecnicamente, que alguém se enforque nessa posição. É preciso, no entanto, fazer um bom esforço. A pessoa tem de amarrar a ponta de uma corda em ponto alto e bem firme, sentar-se, amarrar a outra ponta da corda no próprio pescoço, levantar-se e dar um salto acrobático para a frente. O difícil é explicar como o corpo vai parar exatamente sentado, encostado a uma parede, e a persiana se mantém intacta, como mostram as fotografias. A cena fica ainda mais inverossímil se for considerado que antes de Ismael morrer fora submetido a uma violenta sessão de torturas e espancamentos, encontrando-se impossibilitado de fazer tal ginástica".*

Depoimento de Aguinaldo Lázaro Leão, amigo de infância de Ismael e também militante do PCB, que na época prestava serviço militar no 10º Batalhão, relata que chegou a trocar algumas palavras com Ismael durante seu turno de guarda. Disse que o amigo estava muito rouco e revelou ter levado choques elétricos e pancadas por todo o corpo, ficando debilitado e com um braço quebrado. Ismael pediu também que tranqüilizasse a família. Aguinaldo foi preso a seguir e levado encapuzado para a sala de interrogatórios do Batalhão, onde ouviu a porta se abrir e uma pessoa entrar arrastada. Um dos interrogadores perguntou para tal pessoa se conhecia o soldado Lázaro. Aguinaldo reconheceu a voz imediatamente, que se mantinha rouca. Ismael, ao responder a seus interrogadores, procurou atenuar a participação política daquele soldado amigo. Por unanimidade, o requerimento apresentado pelos familiares de Ismael à CEMDP foi deferido, tendo sido colocado em votação na primeira reunião da Comissão Especial. Em sua homenagem, existe hoje em Goiás a Escola Estadual Ismael Silva de Jesus.



CÉLIO AUGUSTO GUEDES (1920-1972)

Número do processo: 320/96

Filiação: Adosina Santos Guedes e Julio Augusto Guedes

Data e local de nascimento: 21/06/1920, Mucugê (BA)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 15/08/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 01/08/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 05/08/96

Baiano de Mucugê, Célio Augusto foi criado e educado em Salvador, onde se formou em Odontologia. Militou do PCB. e era irmão do jornalista e dirigente daquele partido Armênio Guedes. Ainda estudante, trabalhou como lapidário de pedras semi-preciosas, ofício que aprendeu em casa, e com isso pagou seus estudos e ajudou o sustento da família, depois da morte de seu pai. Adolescente, quando fazia curso complementar para prestar exame vestibular, seguindo a tradição da família, ingressou na célula da Juventude Comunista do Ginásio da Bahia – isso na segunda metade dos anos 30, quando se instalou no País o Estado Novo. Numa panfletagem feita pela célula da Juventude Comunista no Ginásio da Bahia, denunciando violências da ditadura getulista, militantes foram presos e levados para o Dops, onde ficaram detidos e submetidos a interrogatórios por mais de trinta dias. Entre eles, identificado como um dos líderes da "subversão", estava Célio. Desde então, jamais se afastou da atividade do partido, fosse ela de simples militante ou como membro da direção estadual; tanto nos curtos períodos de legalidade como nos longos e difíceis anos de clandestinidade. Em abril de 1964, a casa de Célio em Salvador foi invadida e saqueada por militares – o que o obrigou à vida clandestina e a mudar-se para o Sul.

Nessa época foi indicado para trabalhar no aparelho de segurança da direção nacional do partido. Nesse novo posto, durante vários anos coube a ele a responsabilidade da movimentação de Prestes dentro do País – isso até a saída para o exílio do secretário geral do partido. Em julho de 1972, recebeu a missão de ir num carro do partido a Montevidéu, para encontrar o médico Fued Saad, que voltava de uma viagem ao exterior e devia ingressar clandestinamente no Brasil, tarefa em que Célio estava treinado e havia realizado com êxito em vezes anteriores. Ao cruzar um posto na fronteira, entre Jaraguarão e Rio Branco os dois foram identificados, detidos e transportados em avião diretamente para a sede do Cenimar no Rio de Janeiro onde Célio Guedes, segundo seu irmão Armênio, morreu sob tortura, aos 53 anos, em 15/8/1972. A comunicação do falecimento só foi feita à família quinze dias depois.

Seu corpo entrou no IML/RJ pela guia nº 6 do DOPS/RJ e a certidão de óbito registra: "*morto às 18h, no Pátio Externo dos fundos do Edifício do Comando do 1º DN*". Assinada pelo legista Gracho Guimarães Silveira, essa certidão confirma a versão oficial de que Célio caiu de uma janela, sofrendo ruptura da aorta, pulmão, fígado, baço e rins. As fotos incluídas no laudo da perícia de local, encontradas no Instituto Carlo Eboli/RJ, mostram várias escoriações pelo corpo, enquanto documentos informam que "*a vítima teria se projetado do sétimo andar da janela de um banheiro ali existente*". O corpo foi enterrado pela família no Cemitério São João Batista no dia 30/8/1972. A CEMDP não localizou o laudo necroscópico, nem tampouco o inquérito que obrigatoriamente deveria ter sido instaurado para apuração do suposto suicídio de um preso em dependência militar.

A conclusão do relator na CEMDP foi de que a morte de Célio Augusto Guedes, mesmo sendo por suicídio, estava plenamente amparada nos critérios da Lei nº 9.140/95. Constatou em ata a ressalva dos conselheiros Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisboa, de que não aceitavam a versão oficial de suicídio, em função das lesões visíveis em seu rosto, pela inexistência do laudo necroscópico e pela ausência do inquérito que deveria ter sido instaurado para apuração dos fatos.



JOSÉ JULIO DE ARAÚJO (1943-1972)

Número do processo: 032/96

Filiação: Maria do Rosário Correa Araújo e José Araújo

Data e local de nascimento: 22/07/1943, Itapeverica (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 18/8/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 8/2/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/2/96

Nascido em Itapeverica (MG), foi um dos organizadores, em 1967/1968, da Corrente de Minas Gerais, organização que mais tarde se incorporou à ALN. Em sua cidade natal, onde o pai era comerciante, estudou no Colégio Herculano Paz. Com a mudança de sua família para Belo Horizonte, José Júlio estudou no Grupo Escolar Cesário Alvim e no Colégio Anchieta. Aos 14 anos começou a trabalhar no Banco da Lavoura de Minas Gerais, passando a militar muito cedo no PCB. Ao sair do Banco da Lavoura, com 20 anos, foi trabalhar na Socima, empresa de atacados onde seu pai era um dos sócios.

Em 1968, em função de perseguições políticas, José Júlio viajou para São Paulo, onde passou a viver e atuar na clandestinidade. Seguiu para Cuba e lá recebeu treinamento militar em 1969. Residiu um ano no Chile antes de retornar ao Brasil. Na última carta que escreveu para a mãe, em abril de 1971, além de reafirmar o amor pela família, pedia aos irmãos Vinicius e Márcio que visitassem os companheiros que estavam presos em Juiz de Fora, levando-lhes cigarros e doces.

José Júlio retornou clandestinamente ao Brasil num período em que a política de eliminação física dos militantes já estava evidente, atingindo especialmente os que retornavam de Cuba. Foi preso em companhia de sua companheira Valderéz Nunes Fonseca, no dia 18/08/1972, em um bar do Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, em São Paulo, pela equipe C do DOI-CODI. A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança é de que teria sido baleado e morto em uma esquina da rua Teodoro Sampaio, em Pinheiros, para onde teria levado os agentes com a informação de que haveria ali um encontro com companheiros. Chegando ao local, conseguiu apoderar-se da arma de um segurança bancário ou de um dos agentes, existindo as duas versões na imprensa, sendo morto no tiroteio que se seguiu.

O laudo necroscópico, mais uma vez assinado por Isaac Abramovitch e também por José Henrique da Fonseca, descreve quatro tiros: no lábio, no ombro direito, na cabeça e no peito, sendo os dois últimos com trajetória de cima para baixo.

Valderéz sobreviveu à prisão e testemunhou por escrito que, no DOI-CODI de São Paulo, ela e José Júlio foram colocados em celas diferentes. Na primeira fase de seus interrogatórios, os agentes queriam unicamente saber informações sobre José Júlio. Na madrugada do dia seguin-

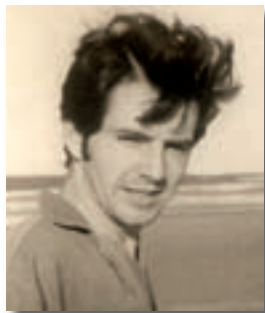
te, Valdez foi transferida para uma sala onde estavam todas as roupas com as quais José Júlio havia sido preso, ensangüentadas, algumas rasgadas, e nada mais lhe foi perguntado a respeito dele. José Júlio foi enterrado como indigente no cemitério de Perus.

Sua família viveria ainda outra tragédia, só conhecida em toda sua extensão 20 anos depois, quando um encanador, que era também informante policial e fazia serviços na casa da mãe de José Júlio, em Belo Horizonte, denunciou à polícia o encontro de uma caixa com ossos humanos no sótão da residência. Foi aberto inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação de cadáver, e mais um capítulo doloroso na vida dessa família foi tornado público.

Márcio, psiquiatra, o irmão que fisicamente mais se assemelhava a José Júlio, viajou para São Paulo em agosto de 1975, obedecendo o prazo estabelecido pelo cemitério para recuperar os restos mortais no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Havia adquirido uma sepultura no Cemitério da Lapa, também em São Paulo, onde pretendia realizar o enterro do irmão. Mas sua dor e sua ligação com José Júlio eram tão fortes, que não conseguiu separar-se do que restara dele. Levou a caixa de madeira com os restos mortais do irmão para Belo Horizonte e a escondeu no sótão da casa, sem contar a ninguém.

Acometido de profunda crise depressiva, Márcio suicidou-se no ano seguinte, 1976. Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão, guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e optou por manter o segredo, já que não dispunha de qualquer documento sobre o ocorrido para que pudesse oficializar o enterro. Somente após os exames periciais e o resgate público da história, o inquérito foi encerrado e José Júlio sepultado, em 6/12/1993, no Cemitério Parque da Colina. Esse exame pericial contribuiu, entretanto, para refutar definitivamente a falsa versão divulgada em 1972. Os legistas mineiros descreveram a trajetória de uma bala no crânio que não seria compatível com a descrição de que José Júlio fugia em ziguezague, sendo mais indicativa de um tiro de misericórdia.

No processo formado junto à CEMDP, todos os integrantes do colegiado acompanharam o voto do relator a favor do deferimento do caso.



LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA (1948-1972)

Número do processo: 248/96

Filiação: Clélia Tejera Lisbôa e Eurico Siqueira Lisbôa

Data e local de nascimento: 19/01/1948, Porto União (SC)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: setembro de 1972, em São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O nome de Luiz Eurico Tejera Lisbôa fazia parte da lista anexa à Lei nº 9.140/95 e seu caso tornou-se um divisor de águas na luta dos familiares, por ter sido o primeiro desaparecido político a ter seu corpo encontrado, após uma longa e minuciosa busca de sete anos, em meio a um labirinto de boatos e pistas falsas.

Catarinense de Porto União, Luiz Eurico era o mais velho de sete irmãos. Morou em outras cidades daquele estado: Caçador, Tubarão, Itajaí e Florianópolis. Em 1957, a família mudou para o Rio Grande do Sul. Em Caxias do Sul, estudou no Colégio Santa Terezinha e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Quando ocorreu o Golpe de Estado de 1964, cursava o clássico na Escola Cristóvão de Mendonça, em Caxias. Na ingenuidade de seus 15 anos, escreveu e assinou um manifesto contra a ditadura, que saiu a distribuir pela cidade. Acuado pelas conseqüências, mudou-se para Porto Alegre, ingressando no Colégio Estadual Júlio de Castilhos – o Julinho, onde organizadamente começou sua militância política na Juventude Estudantil Católica (JEC). Foi uma das lideranças do Movimento Estudantil secundarista gaúcho, atuando na União Gaúcha dos Estudantes Secundários – UGES.

A militância ativa e a participação destacada de Luiz Eurico chamaram a atenção dos órgãos de segurança, que passaram a prendê-lo preventivamente a cada anúncio de manifestação a ser realizada. Uma dessas prisões selaria seu destino. Em 1969, foi condenado pela LSN a

6 meses de prisão pela tentativa de reabertura de entidade ilegal, no caso o grêmio estudantil do Julinho, que fora fechado pela direção da escola e que ele manteve funcionando numa barraca improvisada em frente ao colégio. Já militando na ALN, passou a viver na clandestinidade.

Foi também membro da direção estadual do PCB até a realização do VI Congresso do partido, quando passou a integrar a Dissidência do Rio Grande do Sul. Após o AI-5, organizou o Movimento 21 de Abril, buscando manter estruturado o *Movimento Estudantil* gaúcho. Chegou a iniciar o curso de Economia na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Pertenceu ainda à direção regional da VAR-Palmares antes de integrar-se à ALN em 1969. Nesse mesmo ano casou-se com Suzana Keniger Lisboa. Em 1970 viajou para Cuba, onde fez treinamento militar e regressou ao Brasil no ano seguinte, no auge da repressão política. No final de 1971 voltou a viver em Porto Alegre, buscando reorganizar a ALN no Rio Grande do Sul.

Luiz Eurico desapareceu na primeira semana de setembro de 1972, em São Paulo, e sua história constava das primeiras matérias publicadas na imprensa sobre o tema, em 1978. Os familiares lidavam, na época, com a contra-informação das autoridades do regime militar, que utilizavam todos os subterfúgios possíveis para negar que os desaparecidos tivessem sido presos.

A denúncia da localização de sua ossada, feita no Congresso Nacional durante a votação do projeto de Anistia, em 22/08/1979, tornou-se um marco no movimento dos familiares de desaparecidos políticos. Enquanto o projeto de Anistia parcial enviado pelo presidente Figueiredo determinava que seria dado um atestado de morte presumida aos desaparecidos, era apresentado à Nação um atestado de morte real, premeditadamente falso para ocultar a verdade dos fatos. Foi denunciado o local de sepultamento clandestino de Luiz Eurico e Denis Casemiro, desaparecidos, e também anunciada a localização de corpos de militantes oficialmente mortos e enterrados com nomes falsos.

Nos primeiros meses de 1979, a família de Luiz Eurico tinha recebido uma informação crucial. Oficiosamente, mas de forma muito peculiar, por ser através de pessoas amigas, o então chefe do SNI, general Otávio Medeiros fizera chegar aos familiares a notícia de que Luiz Eurico estava morando em Montevideu onde assumira outra identidade, vivendo casado e feliz. A família solicitou, então, ao general, o endereço de Luiz Eurico, pois publicamente faria excluir seu nome da lista de desaparecidos políticos. Seria uma vitória para o regime militar, pois a foto de Luiz Eurico figurava no primeiro cartaz com fotos de desaparecidos políticos, organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo. Enquanto os parentes aguardavam a informação prometida pelo general, o corpo foi localizado, sepultado há vários anos.

Reunidos num Encontro Nacional das Entidades de Anistia, no Rio de Janeiro, em abril de 1979, os familiares haviam chegado a uma pista fundamental, trazida com o retorno do exílio de Iara Xavier Pereira, que buscava os corpos de seus irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira: o destino dos corpos de muitos militantes tinha sido o cemitério de Perus, onde eram enterrados sob nome falso, como indigentes. Ali foi localizado o registro de Nelson Bueno, morto em 02/09/1972. Somente a partir da denúncia e da ampla divulgação na imprensa, apareceu o Inquérito Policial instaurado na 5ª Delegacia de Polícia, de São Paulo, com a versão de suicídio de Nelson Bueno no quarto de uma pensão no bairro Liberdade.

As fotos desse inquérito mostram Luiz Eurico deitado na cama do quarto da pensão, com um revólver em cada mão e marcas de disparos na parede e num armário. Sobre o corpo, uma colcha com quatro sinais de esfumaçamento, deixando à mostra os braços e as duas armas. Luiz Eurico teria disparado cinco tiros. A cena foi arrumada para a foto – a colcha sob o corpo, as armas, as mãos. No banheiro da própria pensão, teriam lavado o corpo para outras fotos. A conclusão do inquérito foi de que teria disparado alguns tiros a esmo antes de embrulhar uma das armas na colcha que o cobria para abafar o tiro que dera em sua própria cabeça. O laudo necroscópico, assinado por Octavio D'Andréa e Orlando Brandão, ratificando o suposto suicídio, é propositalmente omissivo. Descreve ferimento pérfuro-contuso, sem características de disparo encostado. Não dá detalhes de disparo a curta distância – zona de chama, tatuagem. Não há espargimento de massa encefálica ou sangue, nem na colcha, nem na cama.

Em processo aberto na 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, foi solicitada pela família a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito. Com o pedido inicial deferido, o Juiz da 1ª Vara mandou reabrir o inquérito, pois o corpo exumado em fevereiro de 1980 da sepultura que seria de Nelson Bueno, não correspondia ao laudo descrito no processo – os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas

e não os orifícios correspondentes ao tiro no crânio com que, na versão policial, teria se suicidado. Foram realizadas novas exumações no Cemitério Dom Bosco, de Perus, até ser encontrado um corpo que correspondia às características presentes no inquérito da morte de Luiz Eurico. O perito criminal que acompanhou a exumação foi o mesmo que, em 1972, esteve na pensão. O promotor designado, Rubens Marchi, nada investigou e foi ratificada a conclusão de suicídio. As circunstâncias da morte de Luiz Eurico não foram restabelecidas. As estruturas montadas durante o regime militar ainda permaneciam intactas. Romeu Tuma era diretor do DOPS e respondeu aos ofícios do Juiz da 1ª Vara informando que o órgão nada tinha sobre o caso. Ainda era diretor do IML o legista Harry Shibata, que entregou o corpo à família, trasladado para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, onde foi enterrado após receber homenagem na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em 1990, o depoimento de um morador da pensão ao repórter Caco Barcellos, para o programa Globo Repórter sobre a vala clandestina do cemitério de Perus, contradisse a versão oficial, afirmando que Luiz Eurico fora assassinado e o suposto suicídio montado no quarto de pensão. Com a abertura dos arquivos do DOPS/SP, novos documentos foram localizados e, ao contrário do que informara Romeu Tuma ao juiz, um documento endereçado a ele, intitulado 'Retorno dos Exilados', datado de 1978, se refere à morte de Luiz Eurico em setembro de 1972, o que comprova que o órgão sabia do que ocorrera com ele em data muito anterior à descoberta dos familiares. Foi através dessa mesma listagem que se tornou possível descobrir o destino e local de sepultamento de Ruy Carlos Vieira Berbert.

Em 1994 a editora Tchê, em parceria com o Instituto Estadual do Livro/RS publicou o livro *Condições Ideais para o Amor* com poesias e cartas de Luiz Eurico.



SEVERINO FERNANDES DA SILVA (? -1972)



JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO (1940-1972)

Número do processo: 045/02

Filiação: Cosma Laurinda de Lima e Manoel Inocêncio Barreto

Data e local de nascimento: 16/10/1940, Escada (PE)

Organização política ou atividade: sindicalista rural

Data e local da morte: 05/10/1972, Escada (PE)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

O camponês e líder sindical rural José Inocêncio Barreto era casado com Noemia Maria Barreto e tinha três filhos. Foi morto a tiros por agentes do DOPS/PE, em 05/10/1972 no Engenho Matapiruna, na cidade de Escada (PE). Seu nome constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* como José Inocêncio Pereira, a partir de denúncia apresentada pela CNBB, divulgada em nota oficial emitida pela Arquidiocese de Olinda e Recife.

Relatório do DOPS/PE informa que forças de segurança foram ao município de Escada para efetuar a prisão de Luiz Inocêncio Barreto, conhecido na região por 'Luiz Carneiro', irmão de José Inocêncio, e de outro trabalhador citado apenas como Anselmo. Anselmo foi detido e os oficiais foram em busca de Luiz Inocêncio no Engenho Matapiruna de Baixo. Na versão oficial constante do inquérito, os policiais do DOPS afirmam que os irmãos Barreto teriam reagido com golpes de foice à prisão.

O ofício assinado pelo delegado Bartolomeu Ferreira de Melo e encaminhado ao DOPS na mesma data da morte do camponês fala de atos subversivos praticados por Luiz Inocêncio Barreto e seus adeptos. O documento diz, ainda, que foram apresentados os cadáveres de Severino Fernando da Silva e José Inocêncio Barreto ao IML. Os legistas José Marcos Ionas Pereira Barbosa e Lúcio José Rodrigues apontaram como *causa mortis* "hemorragia interna e externa, decorrente de ferimentos transfixantes da cabeça, tronco e membros causados por projéteis de arma de fogo".

Na CEMDP o requerimento foi deferido por unanimidade em julgamento realizado em 1º/12/2004. Os familiares de Severino não apresentaram requerimento à CEMDP. Estranhamente os nomes de Severino Fernandes da Silva e José Inocêncio Barreto constam dos livros de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI/SP, como tendo sido mortos, em 6/10/72, por "terroristas durante agitação no meio rural".



AMARO FELIX PEREIRA (1929-1972)

Número do processo: 105/03

Filiação: Caitana Maria da Conceição e Félix Pereira da Silva

Data e local de nascimento: 10/05/1929, Rio Formoso (PE)

Organização política ou atividade: PCR

Data e local do desaparecimento: 1971/1972

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 02/02/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 10/02/2006

Os filhos de Amaro Félix Pereira possibilitaram que a CEMDP resgatasse a história de um líder dos trabalhadores rurais de Pernambuco que nunca constou das listas de mortos e desaparecidos políticos: Amaro Félix Pereira, pernambucano de Rio Formoso. Conhecido como Procópio em sua militância no Partido Comunista Revolucionário (PCR), foi preso em 1964, 1966 e 1969. Casou-se com Maria Júlia Pereira em 1951, em sua terra natal. Tiveram 10 filhos e nove deles apresentaram o requerimento à CEMDP. O mais novo nasceu em abril de 1972.

Em 20/1/1970, Amaro Félix foi recolhido à Casa de Detenção de Recife, para cumprir condenação de um ano de prisão. Uma certidão da ABIN, datada de 11/3/2005, informa que foi libertado em 24/11/1970. Não há registro de outra prisão, tendo sido seqüestrado e desaparecido no segundo semestre de 1971 ou em 1972.

Em 1963, Amaro já era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, o primeiro sindicato organizado na região a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Era presidente do sindicato o legendário líder camponês Júlio Santana. Amaro atuava entre os trabalhadores rurais do canavial e da Usina Central da cidade de Barreiros, onde era funcionário. Ali exerceu as funções de apontador e ferreiro do Suprimento Agrícola. Trabalhou também no Engenho Soledade e Engenho Tibiri, ambos em Barreiros.

Na documentação que foi possível reunir a respeito de Amaro Félix, seu último depoimento foi prestado em 07/07/1970, ainda preso na Casa de Detenção, e é com base em suas declarações que se compõe esta rápida biografia.

Em 1966 tentou candidatar-se a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, mas a candidatura não teria sido aceita por estar fora do prazo legal, concorrendo apenas seu opositor. Em sinal de protesto, não votou, mas acompanhou o pleito. Ao término, foi preso, acusado de 'agitar' as eleições, que não alcançaram o quorum necessário. Ficou recolhido por três dias e, ao retornar à Usina onde trabalhava quase desde criança, foi demitido. Passou a viver de miudezas e da horta que plantava no quintal de casa.

No ano seguinte, foi candidato a vereador pelo MDB, a convite do ex-deputado Miguel Mendonça, que se candidatava a prefeito, mas nenhum dos dois se elegeu. Em 1969, trabalhava no sítio de propriedade de Amaro Luís de Carvalho, no engenho Constituinte. Amaro Luís, conhecido como Capivara, era dirigente do PCR e foi morto na Casa de Detenção de Recife em agosto de 1971.

Pedro Bezerra da Silva, trabalhador rural e companheiro em uma das prisões, declarou que Amaro Félix foi visto certo dia, de madrugada, depois que fora solto pela última vez e desaparecera. Estava dentro de um jipe de placa branca, que estacionou em uma oficina de carros para conserto. Amaro Félix estava deitado debaixo do banco, amarrado por correntes, sendo escoltado por policiais, quando visto pelo motorista e por funcionários da oficina.

Outros depoimentos confirmam as perseguições e as ameaças de morte que sofria Amaro Félix. Elias, o filho mais velho, declara que também foi preso e espancado pela polícia e por capangas da Usina Central Barreiros. Afirma que do pai a família somente ouviu rumores de que seu corpo teria sido jogado dentro da caldeira da Usina ou no Rio Una.

A CEMDP acolheu por unanimidade o voto da relatora propondo deferimento do pedido.



ESMERALDINA CARVALHO CUNHA (1922-1972)

Número do processo: 142/04

Data e local de nascimento: 01/04/1922, Araci (BA)

Filiação: Menervina Carvalho Cunha e Cândido de Sena Cunha

Organização política ou atividade: denúncia da morte da filha como resultado de torturas

Data e local da morte: 20/10/1972, Salvador (BA)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 02/06/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 13/7/2006

Esmeraldina Carvalho Cunha foi encontrada morta na sala de sua casa, em Salvador (BA), no dia 20/10/1972, aos 49 anos. O corpo estava pendurado num fio de máquina elétrica.

Esmeraldinha fora casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais nova, Nilda Carvalho Cunha, conforme já relatado neste livro, tinha morrido um ano antes, em 14/11/1971, após dois meses de prisão e torturas em Salvador. A filha Leônia foi militante do PCB e da POLOP. Lúcia também chegou a ser presa, mas foi logo solta. A mais velha, Lourdes foi cruelmente assediada durante muito tempo por agentes do Exército, o que lhe causou sérios problemas emocionais e comportamentais. Esmeraldina, mãe exemplar, separada do marido, lutava pela vida de suas filhas militantes. A dor pela morte de sua caçula, Nilda, a transtornou, mas seu suposto suicídio sempre foi questionado pela família.

Nilda fora presa na madrugada de 20/8/1972, junto com Jaileno Sampaio, seu namorado, na casa onde foi morta Lara Lavelberg, conforme descrito na chamada "Operação Pajuçara", organizada pelos órgãos de segurança para capturar Lamarca. Assim que soube da prisão da filha, Esmeraldina revirou a Bahia. Procurava os comandantes militares, o juiz de menores, advogados, tentava romper a incomunicabilidade imposta pelo regime. Só conseguiu vê-la tempos depois, na Base Aérea de Salvador. Encontrou a filha em estado lastimável pelas torturas.

Esmeraldina enfrentou, por duas vezes, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira, um dos carcereiros da filha, conforme relata o livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda. Da primeira vez, o major tentou impor como condição para a soltura de Nilda, que a mãe voltasse a viver com o ex-marido, o que não se concretizou e quase impediu a liberdade da filha. Da segunda vez, o major esteve no quarto de hospital em que Nilda, já em liberdade, estava internada para tratamento. Sua presença e ameaças de retorno à prisão agravaram o estado de Nilda, que morreu dias depois, em circunstâncias nunca esclarecidas.

Esmeraldina não suportou a morte prematura da filha caçula, entrou em depressão profunda e foi internada no Sanatório Ana Nery. Ao sair, passou a buscar desesperadamente as pessoas que poderiam esclarecer o que ocorrera com Nilda - seu médico, que viajara para a Europa,

os diretores dos hospitais onde estivera internada. Não encontrava ninguém. Oldack Miranda e Emiliano José descrevem em seu livro: "(...) Ela não se conformava com a morte da filha, chorava, andava pelas ruas da cidade, delirava e gritava: — Eles mataram minha filha, uma criança! Eles mataram minha filha. São assassinos, do Exército, do Governo. Estão matando estudantes... Até que aparecia alguém e a levava para casa. Mas em qualquer lugar recomeçava de repente a gritar, a falar contra o Governo. Incomodava.(...)"

Em certa ocasião, quando bradava pelas ruas a morte de Nilda, Esmeraldina foi detida pela Rádio Patrulha, levada à Secretaria de Segurança Pública e liberada, por intervenção de uma amiga que a vira chegar presa. Recebeu, tempos depois, a visita de um estranho que lhe levava um recado, dizendo: "o major mandou avisar à senhora que se não se calar, nós seremos obrigados a fazê-lo". Mas Esmeraldina não se intimidou e não se calou — as praças de Salvador acolhiam sua angústia e suas denúncias.

A CEMDP fez diversas diligências na busca da verdade, mas nenhuma informação adicional foi acrescida ao processo que, além do relato, contém depoimentos de alguns dos amigos que viram os protestos em praça pública e tiveram conhecimento das ameaças que sofria.

O relatório da CEMDP constata que a angústia e o desespero pela morte de sua filha deixaram Esmeraldina inconsolável, ao se ver envolvida numa trama semelhante à personagem de Kafka em *O Processo*: cada passo voltava à primeira instância. Destaca, ainda, o relato da filha Leônia de que a mãe, um dia antes de morrer, comprara novos móveis para a casa e que, ao encontrar a mãe dependurada, pudera ver marcas de sangue no chão, que sua face não estava arroxeadada, nem sua língua estava para fora, que não houvera deslocamento da carótida, e que mal trazia marca do fio no pescoço.

A CEMDP considerou que a documentação confirmava que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em conseqüência de seus atos públicos contrários aos interesses da época, resultantes de seu inconformismo e conhecimento das atrocidades praticadas por agentes do poder público.



JUAN ANTÔNIO CARRASCO FORRASTAL (1945-1972)

Número do processo: 167/2004

Filiação: Olga Forrastal de Carrasco e Antônio Carrasco de Bustillo

Data e local de nascimento: 30/01/1945, La Paz (Bolívia)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 28/10/1972, na Espanha

Relator: Augustino Veit

Deferido em: 16/02/2006 por unanimidade

Data de publicação no DOU: 06/03/2006

Boliviano de La Paz, o estudante Juan Antônio Carrasco Forrastal chegou ao Brasil, junto com o irmão Jorge Rafael, sonhando em se tornar físico. Deixou o Brasil alguns anos depois, com seqüelas físicas e mentais irreversíveis, após ser seviciado e ter os órgãos sexuais queimados nas dependências do 2º Exército e no quartel de Quintaúna, em 1968. Tentou tirar a própria vida cortando os pulsos e, passados alguns meses, em 1972, suicidou-se no Hospital da Cruz Vermelha, na Espanha, arrancando os aparelhos que o mantinham vivo. Juan era hemofílico, usuário de uma prótese na perna e sem envolvimento político.

A saga dos irmãos Forrastal começou quando Jorge foi preso durante a invasão do 2º Exército ao campus da USP em dezembro de 1968. Jorge, que como o irmão obtivera os primeiros lugares no concurso da embaixada do Brasil na Bolívia para estudos universitários, cursava Engenharia e, na ocasião, dormia no CRUSP, junto com outros professores e funcionários residentes no local. Ao saber do fato, Juan saiu à sua procura e também acabou preso no 2º Exército. A bengala e a perna mecânica foram retiradas e, por ser hemofílico, os golpes recebidos lhe produziram derrames pelo corpo inteiro.

Quando descobriram o paradeiro dos filhos, os pais – Olga Forrastal de Carrasco e Antônio Carrasco de Bustilho – que estavam residindo no Brasil, pediram ajuda ao consulado boliviano. Alegando que Juan corria risco de vida devido à sua saúde frágil, o cônsul da Bolívia em São Paulo, Alberto Del Caprio, conseguiu que Juan fosse removido para o Hospital das Clínicas por um tempo, mas ele logo retornou para a guarda do Exército, no Hospital Militar do Cambuci.

Mesmo internado, Juan era submetido a torturas psicológicas. Tiros eram disparados na madrugada e ameaças de assassinato dos pais faziam parte da rotina. Transferidos para o quartel de Quitaúna, em Osasco, os irmãos teriam sido estuprados e queimados com cigarro, sob as ordens do Coronel Albin. Libertados alguns dias antes do ano letivo de 1969, Juan e Jorge retornaram para casa. Jorge conseguiu voltar a estudar e formou-se em Engenharia Eletrônica, passando a trabalhar em Curitiba. Um ano depois, morreu em um acidente de carro.

Já abalado física e psicologicamente, Juan entrou em uma sucessão de crises e internações. *"Não era mais o mesmo. O moço alegre, otimista e confiante, cedera lugar a outro com graves alterações psíquicas, amedrontado com tudo, não podia ver um militar. Mesmo faltando apenas um ano para terminar o curso de Física Nuclear, não queria mais voltar às aulas nem lecionar conforme fazia antes"*, relatou Mary Deheza Balderrama, amiga da família, no depoimento prestado à CEMDP. Depois de passar pelo Hospital das Clínicas de São Paulo, a família o levou para a Espanha, na tentativa de recuperá-lo. No dia 28 de outubro de 1972, após 12 dias de internação no Hospital da Cruz Vermelha, em Madrid, entrou em delírio e suicidou-se durante um breve momento em que a mãe havia saído do quarto.

Inicialmente, o pedido de reconhecimento do caso de Juan como vítima da ditadura militar ingressou na Comissão, mas nem sequer chegou a ser protocolado, tendo a família sido informada de que a morte por suicídio no exterior, mesmo que resultado de seqüelas de tortura, não se enquadrava na Lei nº 9.140/95. Com a ampliação do benefício por meio da Lei nº 10.085, em 2004, os pais solicitaram nova avaliação, sendo então o processo protocolado e deferido por unanimidade em sessão do dia 16/2/2006.



ANTÔNIO BENETAZZO (1941-1972)

Número do processo: 261/96

Filiação: Giulietta Sguazzardo Benetazzo e Pietro Benetazzo

Data e local de nascimento: 01/11/1941 e Verona, Itália

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 30/10/1972, São Paulo (SP)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Natural de Verona, na Itália, foi educado por seus pais no espírito de oposição ao nazismo e ao fascismo que dominavam a Europa quando de seu nascimento, em 1941. A família migrou para o Brasil em 1950, quando Benetazzo tinha nove anos. Passou o resto da infância entre as cidades de Caraguatuba e São Sebastião, no litoral paulista, e cursou o Colegial em Mogi das Cruzes, onde atuou no grêmio de representação estudantil. Ingressou no PCB em 1962 e participou ativamente do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Considerado muito inteligente por todos os seus colegas, cursou simultaneamente Filosofia e Arquitetura, ambos na USP, sendo mais conhecido como "Benê". Foi presidente do Centro Acadêmico do Curso de Filosofia, sendo também professor tanto na disciplina História quanto em Educação Artística. Ensinando em diferentes cursos de preparação para vestibulares universitários, especialmente no Cursinho Universitário, Benetazzo procurava transmitir a seus alunos uma visão crítica da História e da realidade.

Foi um dos idealizadores de um dos primeiros jornais alternativos do período da ditadura militar – *O Amanhã*, precursor da chamada imprensa nanica. Mantinha diversificada atividade cultural, tendo participado como ator do filme *Menina Moça*, de Francisco Ramalho Jr., gravado em super 8. Foi cenógrafo de *Anuska*, *Manequim* e *Mulher*, do mesmo diretor, tendo no elenco Francisco Cuoco, Jairo Arco e Flexa, Ruthinéa de Moraes

e Marília Branco. Benetazzo também se dedicava à pintura e à fotografia. É dele a capa do primeiro livro do escritor Mário Prata – *O morto que morreu de rir*, publicado em 1969. A revista oficial de debate e cultura do PT, *Teoria e Debate*, também trouxe em uma de suas capas uma pintura desse militante e artista. Em 1967, Benetazzo desligou-se do PCB, passando a integrar a DISP – Dissidência Estudantil de São Paulo, vinculando-se em 1969 à ALN. Participou do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Em julho de 1969, deixou a universidade e as escolas em que lecionava, passando a atuar na clandestinidade. Viajou para Cuba, recebeu treinamento militar e retornou ao Brasil em 1971, integrado ao MOLIPO, sendo o redator do jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial da organização, e membro de sua direção.

Antônio Benetazzo foi preso em 28/10/1972, ao entrar na casa do torneiro mecânico, também militante político, Rubens Carlos Costa, na Vila Carrão, em São Paulo, que seria uma espécie de armeiro do Molipo, segundo informações dos órgãos de segurança. Foi levado ao DOI-CODI/SP, onde permaneceu até ser morto. A versão oficial, divulgada no dia 2 de novembro, foi a de que teria indicado aos agentes um encontro com companheiros na rua João Boemer, no Brás, em São Paulo e que, chegando ao local, teria se jogado sob as rodas de um caminhão. Foi enterrado como indigente, no Cemitério de Perus, no dia 31, dois dias antes da divulgação da sua morte.

O laudo de necropsia, assinado, por Isaac Abramovitch e Orlando J. B. Brandão, concluiu que o examinado faleceu em virtude de choque traumático por politraumatismo. Estranhamente, na foto de seu corpo não aparecem deformações na fisionomia que necessariamente seriam provocadas pelas fraturas descritas no crânio. Não há escoriações. Tampouco o laudo descreve qualquer marca de borracha dos pneus ou sujeira nas vestes, assim como não menciona um grande hematoma na pálpebra, perfeitamente visível na única foto do cadáver localizada nos arquivos secretos do DOPS/SP.

O relator do processo na CEMDP apresentou voto favorável ao deferimento do caso, considerando a prisão e o suposto suicídio condições perfeitamente enquadradas nos dispositivos para inclusão nos benefícios da Lei nº 9.140/95. Nilmário Miranda e Suzana Lisbôa fizeram constar em ata a certeza de que Antônio Benetazzo fora preso e morto sob torturas, sendo falsa a versão oficial de suicídio. Uma pequena praça localizada atrás do MASP – Museu de Arte de São Paulo, nas imediações da avenida Paulista, em São Paulo, foi batizada com o seu nome.



JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS (1945-1972)

Número do processo: 167/96

Filiação: Helena Cavalcanti Reis e João Viveiros Reis

Data e local de nascimento: 8/8/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local da morte: 30/10/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 7/8/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes).

Data da publicação no DOU: 13/8/1997

Baiano de Salvador, João Carlos Cavalcanti Reis cursava o quinto ano da Faculdade de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, quando se vinculou à ALN e participou de algumas ações armadas durante o ano de 1969. Saiu do país após a onda de prisões que atingiu a organização no final daquele ano, envolvendo um seu sobrinho, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, participante do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. Depois de receber treinamento militar em Cuba, retornou clandestinamente ao Brasil, já como militante do Movimento de Libertação Popular – MOLIPO. Foi morto no bairro de Vila Carrão, na capital paulista, no dia 30/10/1972. A versão oficial anunciava que, após travar tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e morreu.

Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão assinaram o óbito alegando como causa da morte lesões traumáticas crânio-encefálicas. Os familiares viram o corpo no IML, onde também se encontrava o corpo de Antonio Benetazzo, dirigente do MOLIPO morto no mesmo dia. O caixão funerário foi entregue lacrado e soldado, sob o compromisso e a recomendação de jamais ser exumado. Durante o enterro no Cemitério Gethsêmani, um agente de segurança vigiou os procedimentos da família.

Antes da montagem do processo referente a João Carlos para exame na CEMDP, a denúncia que constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* era de que fora fuzilado na data e local informados na versão oficial. O exame dos documentos, entretanto, revelou dados novos e levou à conclusão de que a versão oficial era falsa.

Pelo que foi possível reconstruir a partir de vários depoimentos, João Carlos e Natanael de Moura Girardi tinham perdido há dois dias o contato com Antonio Benetazzo. Na busca de notícias, foram à casa do militante Rubens Carlos Costa, onde Benetazzo havia sido preso dois dias antes. Instalados na casa vizinha, estavam os agentes do DOI-CODI. Natanael conseguiu escapar do cerco, mas João Carlos não.

A certidão de óbito, atestada por Issac Abramovitch, anota que João Carlos Cavalcanti Reis teria falecido no dia 30 de outubro de 1972, às 19 horas. O declarante é o funcionário do DOPS Miguel Fernandes Zaniello.

Abramovitch e Orlando Brandão descreveram duas lesões de entrada na cabeça: no canto externo do supercílio direito, com ferimento de saída na região occipital; e outro ferimento de entrada no canto direito da rima bucal, que fraturou os incisivos laterais direitos e saiu pela porção inferior da região occipital. Apontam ainda ferimentos no terço inferior de ambas as pernas, sem descrever a natureza das lesões ou os instrumentos que as produziram.

A Requisição de Exame ao IML, encaminhada por um delegado do DOPS no dia 30 de outubro, repete o mesmo horário. No entanto, a ficha do IML encontrada nos arquivos do DOPS/SP informa que João Carlos deu entrada no necrotério às 22 horas, vestindo apenas cueca de náilon castanho e meias de algodão cinza. Considerou a maioria da CEMDP que, com certeza, não era possível que João Carlos, assim trajado, tivesse participado de um tiroteio ocorrido supostamente três horas antes da entrada de seu corpo no IML, sendo falsa a versão oficial dos órgãos de segurança.



AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO (1946-1972)

Número do processo: 194/96

Data e local de nascimento: 17/06/1946, São Paulo (SP)

Filiação: Maria Lady Nascimento Furtado e Mauro Albuquerque Furtado

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 10/11/1972 no Rio de Janeiro

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, com ativa militância no Movimento Estudantil, Aurora tinha sido a responsável pela imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, no final da década de 1960, período em que era conhecida como Lola, sendo namorada e companheira de José Roberto Arantes de Almeida, cuja morte já foi relatada no presente livro-relatório. Foi também funcionária do Banco do Brasil, na agência Brás, capital paulista.

Militante da DISP - Dissidência Estudantil do PCB/SP, passou à clandestinidade após ter sido editado o AI-5. Ao ser morta, militava na ALN, atuando no Rio de Janeiro, sendo a responsável pela publicação do jornal *Ação* e tendo participado de inúmeras ações armadas, de acordo com informações dos órgãos de segurança, inclusive o assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, que deixou um saldo de três vigilantes de segurança mortos e da execução do marinheiro inglês David Cuthberg. Aurora foi presa no dia 09/11/1972, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro, depois de ter entrado em uma blitz policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte. Tentando romper o cerco, Aurora teria matado um policial. Após correr alguns metros, foi aprisionada viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado, sendo conduzida imediatamente para a delegacia policial de Invernada de Olaria.

Aurora foi submetida ao pau-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras. Aplicaram-lhe também a "coroa de cristo", fita de aço que vai gradativamente sendo apertada, esmagando aos poucos o crânio. Morreu no dia seguinte. Entretanto,

seu corpo crivado de balas, foi jogado na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier. A versão oficial divulgada foi de que teria sido morta a tiros durante tentativa de fuga.

A Folha de S.Paulo do dia 11/11/1972 informou: "De madrugada, Aurora, que fora presa às 9h40min de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca a um local do Méier, onde estaria localizado um 'aparelho', na esquina das ruas Magalhães Couto e Adriano. Aurora pediu para descer, disse que por motivo de segurança queria dirigir-se a pé ao 'aparelho'. Ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção a um volkswagen que estava nas proximidades; nesse momento, começou um intenso tiroteio entre os agentes da polícia e os ocupantes do carro; ao terminar o tiroteio, Aurora, baleada, estava morrendo, caída na rua; preocupados em socorrer Aurora, os agentes deixaram o volkswagen fugir em alta velocidade".

A nota oficial divulgou uma pequena biografia, deixando claro que os órgãos de segurança sabiam quem era ela. Entretanto, a certidão de óbito emitida registra apenas a morte de uma mulher branca, de identidade ignorada, tendo como *causa mortis* dilaceração cerebral. Somente mais tarde os familiares conseguiram um atestado de óbito com a identificação correta. O corpo de Aurora foi reconhecido por sua irmã, que constatou, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. As fotos de perícia de local, encontradas nos arquivos do Instituto Carlos Éboli (ICE/RJ), mostram claramente as marcas de tortura no corpo de Aurora, onde ficam nítidos o afundamento do crânio; escoriações e cortes profundos nos braços e pernas; o rosto deformado por espancamentos e pela 'coroa de cristo'; hematomas nos olhos, nariz e boca. Próximo ao corpo, uma foto mostra um Volkswagen crivado de balas, completando a encenação do teatro montado para justificar a versão oficial sobre a morte.

O laudo do IML, firmado por Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, omite o nome de Aurora, mas confirma a versão da morte em tiroteio. Descreve 29 perfurações por projétil de arma de fogo, não especificando entretanto as entradas e saídas dos tiros. Foram encontrados oito projéteis em seu corpo, deflagrados a curta distância. O tórax e abdômen são transfixados por projéteis, mas o laudo registra que "*as cavidades plurais não contêm sangue; a cavidade abdominal não contém sangue; na região glútea direita há três orifícios sem reação vital*" — prova de que esses tiros foram dados quando Aurora já estava morta, apenas para confirmar o tiroteio que não ocorreu e que é paradoxalmente assumido como verdadeiro pelos legistas. As lesões no crânio são descritas como feridas irregulares de 60 e 36 milímetros de extensão, localizadas nos parietais esquerdo. Essas medidas não são de projéteis — confirmando o uso do instrumento 'coroa de cristo'.

A morte de Aurora sob tortura foi confirmada pelo depoimento do general de brigada na reserva e ex-comandante do DOI-CODI Adyr Fiúza de Castro no livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, organizado por Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. O depoimento do general mostra que ele sabia das torturas praticadas no quartel; fala da violência dessas torturas e assume que, sendo impossível interrogar Aurora, nem pensou em enviá-la para um hospital, sendo melhor deixá-la morrer onde estava. Permitiu ainda o general sabedor dos fatos, que a versão dos órgãos de segurança para a morte de Aurora fosse um fantasioso tiroteio no Méier, apesar do engano ao referir-se ao "fusca" que, segundo ele e a versão oficial teria fugido, mas que aparece nas fotos de perícia. O general relata as circunstâncias da prisão de Aurora, "tal como lhe foi contado". Ao ser interpelada por uma viatura dos agentes da Invernada de Olaria, Aurora reagira à prisão, matando um agente e ferindo outro. "*Um agente conseguiu segurá-la pelas pernas e debaixo de muito pau a pegaram e meteram na viatura*". Diz ainda o general Fiúza: "*Foi para a Invernada de Olaria. E eles não estavam satisfeitos com um dos seus companheiros morto, com o rosto completamente esfaçalhado. Calculo o que fizeram com ela*".

Afirma que estava no CODI, no I Exército, quando recebeu telefonema sobre a captura de uma moça, que seria do interesse do CODI. Diz o livro, às fls. 76/77: "*Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. Ela estava em péssimo estado, não vai resistir nem uma ou duas horas mais. — O senhor quer que eu a traga? Não, não traga coisa nenhuma. Quem é ela? Ele disse o nome: Aurora Maria Nascimento Furtado. Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à 'coroa de cristo', um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. Mas se eles fizeram isso, fizeram crentes que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não 'abriu' coisa alguma. Os documentos que estavam com ela fizeram com que o pessoal da Invernada acabasse desconfiando que ela não era traficante e que estava simplesmente cobrindo um 'ponto'. Morreu no mesmo dia (...)*".

Em 11/11/1972, o corpo foi trasladado para São Paulo, sendo entregue à família em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto. A história de sua militância política e de seu suplício está narrada, de modo romancado, no livro *Em Câmara Lenta*, escrito pelo cineasta e ex-presos político Renato Tapajós, que era então cunhado de Aurora. O relator do processo na CEMDP, general Osvaldo Pereira Gomes, apoiou-se em alguns trechos do depoimento do general Fiúza em seu voto, concluindo não restar dúvidas de que Aurora morreu por causas não naturais em dependência policial, sendo falsa a versão oficial.



LINCOLN CORDEIRO OEST (1907-1972)

Número do processo: 231/96

Filiação: Ezequiel Cordeiro Oest e Edmundo Oest

Data e local de nascimento: 17/6/1907, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 21/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: general Osvaldo Pereira Gomes

Deferido em: 23/4/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/4/1996

Lincoln, dirigente do PCdoB, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1907, filho de Ezequiel Cordeiro Oest e Edmundo Oest. Militante político desde os 15 anos, atuou junto ao movimento operário e participou, como militar, do levante de novembro de 1935 da Aliança Nacional Libertadora. Em 1946, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista, sendo cassado em 1948, quando a sigla foi colocada novamente na ilegalidade. Jornalista, em 1962 fez parte da Comissão de Solidariedade a Cuba e organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte.

Em 10/04/1964, dia seguinte à decretação do primeiro Ato Institucional, os seus direitos políticos foram cassados pelo regime militar, sendo ele o 18º de uma lista de 100 nomes, iniciada com Luís Carlos Prestes e concluída com o cabo Anselmo. A partir de então, Lincoln Oest passou a viver na clandestinidade e enfrentou uma primeira prisão em 1968, pelo DOPS de São Paulo, onde foi torturado e após 18 dias liberado por ausência de acusações. Em 20/12/1972, integrando a Executiva do Comitê Central do PCdoB, foi novamente preso, aos 65 anos de idade, agora pelos agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, que o torturaram até a morte.

O comunicado oficial sobre sua morte é típico de um momento em que os órgãos de segurança pareciam já não querer esconder que as versões apresentadas eram deliberadamente falsas. Sem preocupação alguma com a verossimilhança das informações, anunciava que Lincoln Oest "*foi morto ao tentar uma fuga na hora da prisão*". Entretanto, a guia do DOPS/RJ, encaminhada ao IML, onde entrou como desconhecido, registra que o corpo de Lincoln estava largado "*num terreno baldio da rua Garcia Redondo após tiroteio com agentes das forças de segurança*". O horário apontado, cinicamente, é 2h50, quando todos sabiam que, nas rigorosas condições de clandestinidade vividas pelos dirigentes comunistas, os encontros com companheiros não eram marcados após o anoitecer, muito menos em altas horas da madrugada. Laudo e fotos de perícia de local concluem por morte violenta (homicídio) e mostram o corpo de Lincoln baleado. As fotos mostram também evidentes marcas de tortura.

A versão oficial de morte por tentativa de fuga foi desmentida pelos depoimentos dos presos políticos José Auri Pinheiro e José Francisco dos Santos Rufino, prestados à época em auditorias militares. Segundo eles, Lincoln foi torturado no DOI-CODI/RJ, onde estava preso. Tanto Auri, quanto Rufino ouviram de um policial torturador que Lincoln teria sido "*eliminado em suas mãos*". O exame cadavérico demonstrou que o ex-deputado foi morto com grande número de tiros (pelo menos nove), em várias partes do corpo. A necropsia, realizada por Adib Elias e Eduardo Bruno, confirmou a versão oficial de morte em tiroteio. O corpo de Lincoln foi reconhecido por sua filha, Vânia Moniz Oest, somente no dia 6/1/1973, sendo sepultado por sua família no Cemitério São João Batista (RJ) no dia 8. Para o relator da CEMDP, general Osvaldo Pereira Gomes, "*todas as provas anexadas ao processo levam a crer que não houve tiroteio e Lincoln foi levado ao local em que morreu, sendo ali fuzilado*".



FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA (1946-1972)

Número do processo: 101/96

Filiação: Nathayl Machado da Fonseca e José Augusto Valente da Fonseca

Data e local de nascimento: 13/01/1946, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 29/2/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 6/3/1996



GETÚLIO DE OLIVEIRA CABRAL (1942-1972)

Número do processo: 213/96

Filiação: Lindrosina Cabral de Souza e Manoel D'Oliveira

Data e local de nascimento: 04/04/1942, Espera Feliz (MG)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/5/1996



JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA (1949-1972)

Número do processo: 115/96

Filiação: Maria Cavalcanti de Souza e Virgílio Rodrigues de Souza

Data e local de nascimento: 05/05/1949, Canhotinho (PE)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/96



JOSÉ SILTON PINHEIRO (1949-1972)

Número do processo: 119/96

Filiação: Severina Gomes de Lima e Milton Gomes Pinheiro

Data e local de nascimento: 31/05/1949, São José de Mipibu (RN)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 29/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996



LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES (1943-1972)

Número do processo: 182/96
 Filiação: Tereza Wanderley Neves e Antônio Araújo Neves
 Data e local de nascimento: 31/03/1943, Olinda (PE)
 Organização política ou atividade: PCBR
 Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 30/01/1997 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 18/02/1997



VALDIR SALES SABÓIA (1950-1972)

Número do processo: 015/02
 Filiação: Ephigenia Salles Sabóia e Gerson Augery de Sabóia
 Data e local de nascimento: 01/3/1950, Rio de Janeiro (RJ)
 Organização política ou atividade: PCBR
 Data e local da morte: 29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 07/12/2004

No dia 17/01/1973 os órgãos de segurança tornaram pública a morte desses seis militantes do PCBR, ocorridas, segundo a nota oficial, em 29/12/1972, em função de tiroteios. Na verdade, todos foram mortos depois de presos.

O carioca Fernando Augusto, apelidado Fernando Sandália, concluiu o 2º grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava Economia na UFRJ e trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde foi demitido em 1970. Militou na Corrente Revolucionária antes de integrar o PCBR, sendo membro de seu Comando Político Militar e um dos responsáveis pela publicação oficial do partido, *O Avante*, no Rio de Janeiro. Em função das perseguições e da militância clandestina, estava residindo em Maceió, com a mulher, Sandra Maria Araújo da Fonseca e o filho André, então com 3 anos de idade. Sandra estava grávida de Fernanda, que não chegou a conhecer o pai. No "livro negro" do Exército, consta a informação de que, em dezembro de 1971, tinha sido composta uma direção nacional provisória do PCBR, integrada por ele, por Luís Alberto de Andrade Sá e Benevides e por Getúlio de Oliveira Cabral

No dia 26 de dezembro, Fernando estava em Recife, hospedado com a mulher e o filho em um hotel, com viagem marcada para Belo Horizonte, onde moravam os pais de Sandra. Fernando saiu do hotel para encontrar um companheiro de militância e, uma hora e meia depois, Sandra foi presa no próprio hotel, sendo encapuzada e levada para uma dependência das Forças Armadas que não sabe precisar, onde ficou um dia inteiro sob interrogatório. Ali soube que Fernando também estava preso, mas não o viu. Foi levada com o filho André pelos agentes do DOPS para uma residência, junto com um casal de policiais, e só foi libertada no dia 16/01/73, véspera da publicação da morte do marido no Rio de Janeiro.

Getúlio de Oliveira Cabral era mineiro de Espera Feliz. Com 7 anos mudou-se para a Baixada Fluminense e estudou o 1º grau na Escola Darcy Vargas, em Duque de Caxias. Casou-se, aos 20 anos e teve dois filhos. Entre os 12 e 13 anos tinha iniciado sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, Dona Lindrosina, em atividades contra a guerra na Coréia. Incorporou-se ao Centro Pró-melhoramentos de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Trabalhava como escriturário da Fábrica Nacional de Motores (FNM). Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR. Getúlio era outro dos militantes das organizações de guerrilha urbana que os órgãos de segurança acusavam de ter assassinado um marinheiro inglês, David Cuthberg, em escala no Brasil para os festejos do sesquicentenário da Independência, ação que pretendia expressar solidariedade à luta do Exército Republicano Irlandês contra a dominação inglesa.

José Bartolomeu era estudante secundarista, pernambucano de Canhotinho, e não foi possível coletar outros dados a respeito de sua biografia e atividades políticas anteriores. Os órgãos de segurança o acusavam de participação na tentativa de roubo de um veículo do tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, em Recife, no dia 26/6/1970, que reagiu a tiros e foi baleado, vindo a morrer em consequência dos ferimentos em março do ano seguinte. José Bartolomeu, segundo informações dos órgãos de segurança, teria regressado ao Brasil pouco antes de ser morto, vindo de uma viagem ao Chile em que acompanhou o ex-sargento da Aeronáutica Antonio Prestes de Paula em reuniões com banidos brasileiros.

José Silton viveu até 6 anos de idade no pequeno sítio denominado Pium, onde nasceu, em São José do Mipibú, Rio Grande do Norte. Sua mãe faleceu após seu nascimento, por complicações no parto e falta de assistência médica. O bebê foi então adotado pela tia Lira – Maria Gomes Pinheiro, irmã de seu pai. Depois foi para a cidade de Monte Alegre, onde viveu até completar 10 anos. A partir daí, radicou-se em Natal. Estudou no Colégio Salesiano, no Instituto Sagrada Família e fez o ginásio no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, concluindo-o no Atheneu Norte-Rio-Grandense. Em 1965, foi eleito presidente do Diretório Marista de Natal. Em 1966, entrou em contato com o pensamento da Igreja progressista e, pretendendo se tornar irmão Marista, passou a estudar no Convento de Apipucos, em Recife. Mas sua inquietação política foi além da vocação religiosa. De volta a Natal, ingressou na Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tempos depois, passou a militar no PCBR, atuando em Natal, Recife e, por fim, no Rio de Janeiro. Os órgãos de segurança o acusavam de participação em assalto a um banco na Penha, no Rio, em 27/07/1972, em que teria matado o contador Sílvio Nunes Alves.

Lourdes Maria era pernambucana de Olinda e estudou o primário e o ginásio em Recife, não chegando a concluir seus estudos por seu envolvimento na militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN) devido à repressão política. Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA), sendo que no mesmo ano, Paulo foi preso, sendo posteriormente condenado à prisão perpétua, por co-autoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia preso algemado ao companheiro de militância Theodomiro Romeiro dos Santos. Após a prisão de Paulo Pontes, Lourdes foi então deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro.

Valdir Sales Sabóia foi soldado da PM na Guanabara e não foi possível reunir outros registros de sua biografia e militância política, além da informação contida no "livro negro" do Exército, apontando-o como participante da conferência de fundação do PCBR, no Rio de Janeiro, em 11 e 12 de abril de 1968.

A versão sobre as seis mortes, divulgada pelo serviço de Relações Públicas do I Exército, em 17/01/1973, sob o título "*Destruido o Grupo de Fogo terrorista do PCBR/GB*", informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do Estado da Guanabara, teriam morrido os seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido, e dois foram presos. Não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão em Recife, em 26/12/1972, de Fernando Augusto, que fora levado para o Rio de Janeiro. Enquanto um grupo de agentes teria se deslocado com Fernando para o bairro do Grajaú, onde havia um "ponto", outro grupo cercara uma casa na Rua Sargento Valder Xavier de Lima nº 12, fundos, em Bento Ribeiro, onde teriam morrido Valdir Sales Sabóia e Luciana Ribeiro da Silva (Lourdes Maria Pontes). No Grajaú, teriam morrido Fernando Augusto, José Silton, José Bartolomeu e Getúlio. Fernando teria sido morto pelos companheiros, ao aproximar-se do carro que, em função do tiroteio, pegara fogo. No interior do carro, três corpos totalmente carbonizados, conforme laudo de perícia de local, tornando impossível sua identificação. O outro ocupante, ferido, conseguira fugir.

Nunca se soube quais foram os presos, quais os feridos, quem se rendeu, nem os que conseguiram fugir. Para todos os conhecedores dos métodos utilizados pelos órgãos da repressão política, a versão oficial já levanta suspeitas em função do endereço da casa em Bento Ribeiro: rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome de um militar morto em 1970 em Salvador (BA) por militantes do mesmo PCBR, conforme já descrito. O registro de ocorrência da 20ª Delegacia de Polícia informa: "*Às 0:40 horas, o 2º tenente Paixão comunicou que compareceu à rua Grajaú para tomar conhecimento de ocorrência envolvendo automóvel incendiado. Todavia foi informado que se tratava, apenas, de diligência de interesse da Segurança Nacional. Chegando ao local, constatou a presença do delegado do DOPS Gomes Ribeiro, que afirmou tratar-se de serviço de rotina do interesse da Segurança Nacional*".

A verdade dos fatos não foi recuperada, mas ficou comprovado o teatro montado para a falsa versão oficial, constatada nos próprios documentos oficiais localizados no IML e no Instituto Carlos Éboli, que realizou as perícias de local.

Para cada uma das vítimas do massacre foi dada uma versão, mas os corpos dos seis militantes deram entrada no IML às 2h30min do dia 30 de dezembro. Supondo verdadeira a versão oficial, o lógico seria que dessem entrada em horários distintos, já que teriam morrido em locais distantes e em horários diferentes. O bairro do Grajaú é muito distante de Bento Ribeiro, mas próximo da sede do DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita. As guias de encaminhamento dos corpos são seqüenciais: Lourdes Maria – nº 8, Fernando Augusto – nº 9, Valdir – nº 10, Getúlio – nº 11, José Silton – nº 12 e José Bartolomeu – nº 13. Todos entram como desconhecidos, mesmo Fernando Augusto que oficialmente estava preso desde 26/12. A própria seqüência já demonstra que os corpos não foram levados diretamente do local da morte para o IML.

Em Bento Ribeiro, teria havido violento tiroteio, tendo os militantes, inclusive, usado granadas de mão, conforme a versão oficial. As fotos da perícia técnica desmentem o tiroteio e o uso de granadas: o corpo de Lourdes Maria está encostado à parede, num canto da sala, encolhido atrás de um vaso de planta que fora usada como árvore de Natal, com as bolas de vidrilho intactas. Nenhuma marca de tiros nas paredes.

Lourdes recebeu, dentre outros, três tiros seqüenciais no tórax, característicos de execução, e ainda um no pulso direito, característico de ferimento de defesa. Em algumas fotos, aparece usando relógio de pulso e, em outras, no mesmo local, o relógio já não aparece. Com tantos tiros, não são vistas poças de sangue ao seu redor. Valdir aparece no quarto, com tiros na região glútea. Como teria, ali, levado tais tiros? A parte interna de seu antebraço esquerdo apresenta entrada de projétil, lesão identificada como gesto de autodefesa de quem está prestes a ser baleado. Também em torno de seu corpo não há sangue. A perícia identifica seu corpo na casa de Bento Ribeiro, mas na guia de sepultamento e no atestado de óbito, feitos anteriormente à divulgação, consta que morreu no Grajaú.

No Grajaú, o carro que teria sido usado pelos militantes aparece no final de uma rua sem saída. As fotos mostram Fernando próximo ao Volkswagen incendiado. Escoriações no seu rosto e tórax demonstram as torturas. Getúlio aparece com o corpo carbonizado da cintura para baixo, com a metade inferior dentro do veículo. José Bartolomeu e José Silton aparecem totalmente carbonizados dentro do carro.

As necropsias foram feitas pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Helder Machado Paupério, em laudos sucintos. Sobre Lourdes e Valdir, informam que foi realizada quando seus corpos apresentavam rigidez muscular generalizada, o que indica que estavam mortos há pelo menos 12 horas. Se assim foi, os óbitos teriam ocorrido por volta das 14 ou 15 horas e estranha-se que a perícia técnica só tenha comparecido às 23 horas. A denúncia das mortes dos militantes sob tortura já havia sido feita por presos políticos. José Adeildo Ramos fora preso em Recife, no dia 19/12/1972 e, no dia 26/12, esteve com Fernando Augusto no DOI-CODI, em Recife. Perante a Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, em ação movida pela advogada Ana Maria Muller, em nome da família de Fernando Sandália, declarou que ele fora morto no Recife, e seu corpo levado ao Rio de Janeiro. Rubens Manoel Lemos, jornalista, afirmou em juízo que José Silton fora morto no DOI-CODI/RJ.

A CEMDP não teve dúvidas de que a versão oficial não se sustenta. Os processos de Fernando, José Bartolomeu e José Silton foram apresentados em conjunto e aprovados por unanimidade. Posteriormente, foram aprovados os de Getúlio e Lourdes Maria. A família de Valdir não tinha apresentado requerimento em 1995, e só o fez em 2002, após a edição da nova lei, sendo então analisado e deferido em 01/12/2004.



CARLOS NICOLAU DANIELLI (1929-1972)

Número do processo: 052/96

Filiação: Virginia Silva Chaves e Pascoal Egídio Danielli

Data e local de nascimento: 14/09/1929, Niterói (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 30/12/1972, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 8/2/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Carlos Nicolau Danielli foi morto sob torturas nas dependências do DOI-CODI/SP, na madrugada de 30/12/1972, conforme denúncia feita na Justiça Militar em depoimentos prestados, respectivamente, nos dias 04/07 e 07/07/1973, pelos militantes Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, que foram presos junto com ele no dia 28/12/1972, submetidos a sessões de torturas, sendo que Danielli foi de uma forma mais intensa e continuada, vindo a falecer.

A versão divulgada pelo DOI-CODI/SP é a de que Danielli teria sido morto em tiroteio com policiais. O depoimento judicial de César Augusto Teles desfez essa farsa: *"...foram apresentadas a mim e a minha esposa manchetes de jornais que anunciavam a morte de Carlos Danielli como tendo tombado num tiroteio com agentes policiais sob nossos protestos de que ele havia sido morto em consequência e a cabo das torturas que sofreu na OBAN, fomos ameaçados de termos o mesmo destino. Em seguida, foi exigido que assinássemos um documento confirmando que teríamos um encontro com uma pessoa de nome "Gustavo" e que nós poderíamos morrer. Como nos negássemos a assinar tal documento, como absurdo, pois ninguém em sã consciência assina sua própria sentença de morte, fomos torturados e, no fim de um certo tempo, um torturador assinou o documento em meu nome".(...)* *"ficamos durante 5 meses incomunicáveis, certamente, por termos assistido ao brutal assassinato de Carlos Nicolau Danielli"*.

No julgamento dos depoentes Maria Amélia e César no STM, em virtude de recurso impetrado pelo promotor, mais uma vez a denúncia da morte de Danielli veio à tona. Dessa vez, chegou à imprensa, no dia 24/4/1978, em *O Estado de São Paulo*, onde se lia: *"No STM, novas denúncias em julgamento de presos. A advogada, Dra. Rosa Cardoso declara que 'Nicolau Danielli, cuja morte foi atribuída a um confronto com a polícia, é no mínimo suspeita. Isso porque Danielli foi preso juntamente com César e Maria Amélia Teles e não parece possível que uma pessoa presa pela polícia possa ser armada por ela mesma'".* As denúncias feitas no STM fizeram com que o ministro general Rodrigo Octávio Jordão Ramos requeresse a apuração dos fatos que envolveram prisão e a morte de Carlos Nicolau Danielli, ainda que tivesse seu voto vencido.

Carlos Nicolau Danielli foi dirigente comunista, membro do Comitê Central do PCdoB. Nasceu em 14/09/1929, em Niterói (RJ), filho de Virginia Silva Chaves e Pascoal Egídio Danielli. Muito jovem, com 15 anos de idade, começou a trabalhar nos estaleiros de construção naval em São Gonçalo (RJ). Tomou contato com o movimento operário, tornando-se assim um ativista sindical. Em 1946, entrou para a Juventude Comunista, chegando a ser um dos seus dirigentes. Em 1948, filiou-se ao Partido Comunista e em 1954, no IV Congresso, foi eleito membro de seu Comitê Central.

Em meados de 1962, juntamente com outro dirigente do PCdoB, Ângelo Arroyo, Danielli viajou a Cuba para prestar solidariedade ao povo e ao governo cubano. Era responsável pelo jornal *A Classe Operária*, editado na clandestinidade e distribuído de mão em mão em vários estados do país. Participou ativamente da preparação do movimento guerrilheiro do Araguaia, recrutando e encaminhando militantes, arrecadando equipamentos, remédios e outros recursos necessários para a guerrilha. Participou de vários eventos internacionais e buscou estreitar laços de amizade e solidariedade entre os povos e os partidos comunistas.

Foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, pelos agentes do DOI-CODI. Após a promulgação da Anistia, seus restos mortais foram sepultados por seus familiares e amigos, em 11/04/1980, em Niterói.

A relatora do processo na CEMDP destacou em seu voto que: *"O laudo necroscópico assinado pelos médicos legistas, Dr. Isaac Abramovitch e Paulo A. de Queiroz Rocha, no dia 02/01/1973, não descreve as torturas sofridas por Danielli e confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio. Fotos do corpo não foram localizadas no IML, ou no DOPS em seu nome, mas sim no de Cássio Nascimento Moura. No formulário de requisição de exame e da certidão de óbito, no item profissão, foi preenchido como "terrorista", num flagrante desrespeito aos Direitos Humanos. O recorte de jornal de 05/1/1973, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, confirma a prisão de Danielli, quando afirma: "Carlos Danielli, o Antônio, havia sido preso poucos dias antes de morrer.."*

1973



LUIZ GHILDARDINI (1920-1973)

Número do processo: 142/96

Filiação: Ercília Ghico e Gino Ghilardini

Data e local de nascimento: 01/06/1920, Santos (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 04/01/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Membro da Executiva do Comitê Central do PCdoB, foi morto no DOI-CODI/RJ em 05/01/1973. Ingressou no Partido Comunista em 1945, na cidade de Santos (SP), onde mantinha atuação sindical junto aos portuários. Em 1953, transferiu-se para o Rio de Janeiro e se tornou membro do Comitê dos Marítimos, importante organismo partidário naquele período. Foi operário naval, ferreiro e posteriormente jornalista. Seus direitos políticos foram cassados em 23/05/1966.

No dia 04/01/1973, sua casa foi invadida por 13 homens armados. Sua esposa Orandina e seu filho de oito anos, Gino, foram encapuzados e presos. As violências e espancamentos já tiveram início dentro da casa. Na última vez que ela viu o marido Ghilardini estava de costas, as mãos amarradas com uma borracha, tendo os braços roxos.

O filho Gino relatou mais tarde: "*nós fomos levados para uma prisão que não sei onde era; só sei que ficava no subsolo. Chegando lá me tiraram de perto de minha mãe e, encapuzado ainda, fui levado a uma sala, onde começaram a fazer perguntas. Perguntavam se o meu pai viajava e o que ele fazia. E eu, muito assustado, nada respondia; mas eu ouvia meu pai ali perto gemendo, eu escutava, mas não podia fazer nada. Só sei que sentia muito medo*". Orandina foi interrogada diariamente e cerca de nove dias após sua prisão soube que o marido estava morto. Foi libertada três meses depois e só então reencontrou o filho.

Pela versão oficial dos órgãos de segurança, o corpo de Luiz – encontrado nas Ruas Girapimirim com Turvânia (RJ) – entrou no IML em 05/01/1973, com a Guia n° 14 do DOPS, como desconhecido, descrito apenas como "*morto quando reagiu às Forças de Segurança*". Sua necropsia, realizada no mesmo dia, foi assinada pelos legistas Salim Raphael Balassiano e Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmaram a morte em tiroteio, embora tenham registrado que "*o membro superior direito exhibe sinais de lesões violentas*".

Além de se apoiar no depoimento dos familiares, a CEMDP se baseou também nos documentos oficiais produzidos acerca de sua morte, para contestar a versão de que o dirigente comunista morrera em tiroteio. As fotos de perícia do local, do Instituto Carlos Éboli, mostram os pulsos de Luiz com claros sinais de algemas ou fios. Laudo de perícia afirma não haver arma de fogo no local e que "*nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos embora superficiais faziam-se notar nitidamente*". Informa ainda que Luiz estava vestido com "*camisa esporte azul clara e calça azul sobre cueca branca e sapato azul e branco*". Sua esposa afirma que ele foi preso com bermudas e chinelos, mas os agentes que o levaram pegaram um terno azul de linho, camisa e sapatos.

Foi reconhecido oficialmente no mesmo dia, pelo Serviço de Identificação do Instituto Félix Pacheco/RJ e no dia seguinte o cadáver foi enterrado, em seu nome verdadeiro, como indigente no Cemitério Ricardo de Albuquerque (RJ). Em 20/03/1978, seus restos mortais foram transferidos para um osuário geral e, entre 1980 e 1981, enterrados numa vala clandestina com cerca de duas mil outras ossadas.

A certidão de óbito é assinada pelo segundo legista, Rubens Pedro Macuco Janini, e não pelo primeiro como ocorre normalmente. Tem como declarante José Severino Teixeira. Foram emitidas duas certidões de óbito para Ghilardini, com diferentes datas para o dia da morte: a de

nº 17-117, do dia 06/02/1973, declara que morreu no dia 01/01/1973, a outra, de nº 17 119, com data de 23/03/1973, informa que o dia da morte foi 04/01/1973.

O processo foi deferido pela CEMDP por unanimidade, sendo esse mais um dos casos reveladores de que, naquele início de 1973, o sentimento de impunidade vivido pelos porões do regime militar já atingia um grau de degeneração suficiente para que as versões farsantes sobre fugas, atropelamentos, suicídios e mortes em tiroteio, não cuidassem mais de apagar as impressões digitais deixadas nas contradições gritantes dos próprios laudos forjados.

SEIS MORTES NA CHÁCARA SÃO BENTO

O episódio conhecido como massacre da chácara São Bento, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 no município de Paulista (hoje Abreu e Lima), na grande Recife, foi considerado pela CEMDP um teatro montado pelos órgãos de segurança do regime militar para justificar a execução de seis integrantes da VPR: Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques e José Manoel da Silva.

Em *A Ditadura Escancarada*, o jornalista Elio Gaspari narra as atividades do cabo Anselmo como agente policial infiltrado na VPR, onde usava também os nomes Daniel e Kimble, descrevendo assim os acontecimentos da chácara:

"Anselmo retornou ao Brasil com algum dinheiro e a tarefa de montar uma rede da VPR no Recife. Lá, teria três vidas. Numa era o marido da dona da butique Mafalda, onde se vendiam boas rendas. Noutra era Kimble, do DOPS. Na terceira, Daniel, chefe do núcleo da VPR no Nordeste, no qual infiltrara César, um investigador da equipe de Fleury.

A última operação de Anselmo, na primeira semana de janeiro de 1973 (dezenove meses depois da primeira denúncia), resultou numa das maiores e mais cruéis chacinas da ditadura. Um combinado de oficiais do CIE e do DOPS paulista matou, no Recife, seis quadros da VPR. Capturados em pelo menos quatro lugares diferentes, apareceram numa pobre chácara da periferia. Lá, segundo a versão oficial, deu-se um tiroteio em cujo término morreram seis foragidos e escaparam dois (Daniel e César). Os mortos da VPR teriam disparado dezoito tiros, sem acertar um só. Receberam 26, catorze na cabeça. Deles, quatro eram veteranos, três com treinamento em Cuba, mas pouco tinham a contar além do que Anselmo já contara. A advogada Mércia de Albuquerque Ferreira viu os cadáveres no necrotério. Estavam brutalmente desfigurados. Um dos mortos era a paraguaia Soledad Barret Viedma, morena de cabelos dourados, companheira de Anselmo – 'uma pessoa preciosa', nas palavras de Kimble. Completaria 28 anos no dia seguinte e estava grávida de quatro meses. O filho era dele. Daniel/Kimble não viu o massacre. Foi para um hotel na praia de Boa Viagem, e a esquerda só voltou a

saber dele onze anos depois, quando o 'cabo' entregou sua história ao repórter Octávio Ribeiro, o Pena Branca".

De acordo com a versão oficial sobre as mortes, amplamente divulgada no dia 11 de janeiro, os militantes da VPR encontravam-se reunidos na Chácara São Bento, na noite do dia 8, para realizar um congresso. Os policiais teriam sido conduzidos ao local por indicação de José Manoel da Silva, preso em Toritama (PE) em 07/01/1973, bem como por outras informações coletadas nos órgãos de segurança. Ao perceberem o cerco, os ocupantes teriam reagido a bala. Depois de cerrado tiroteio, restaram cinco mortos no local, enquanto Evaldo Luiz Ferreira de Souza teria conseguido fugir, sendo morto na localidade de Chã da Mirueira, município de Olinda (PE).

O trabalho do cabo Anselmo como agente infiltrado já vinha sendo denunciado desde 1971 no seio das organizações clandestinas, mas sem produzir convicção sobre o fato na própria direção da VPR. Cabe registrar também que já era antiga, em setores da esquerda brasileira, a versão de que esse militar podia ser um agente duplo desde as mobilizações do período que antecedeu abril de 1964.

O que a nota oficial das autoridades do regime militar não contou, e a CEMDP conseguiu demonstrar cabalmente, é que na Chácara não houve tiroteio e que os militantes foram presos e mortos sob tortura. Os processos formados no âmbito da Comissão Especial reuniram provas consistentes, incluindo um inédito testemunho sobre a prisão de Soledad e Pauline. O depoimento de Sonja Maria Cavalcanti de França Locio, em 07/02/1996, foi fundamental para confirmar que Pauline e Soledad foram presas na manhã do dia 08/01/1973, na Boutique Chica Boa de propriedade de Sonja, em Recife. Segundo ela, cinco homens armados, que se identificaram como policiais, prenderam as duas militantes e Pauline começou a ser espancada ali mesmo, "com coronhadas de revólver na cabeça que a fizeram cair no chão (...) as duas foram levadas amarradas, sendo uma delas colocada dentro de um carro oficial pertencente ao INCRA". Sonja também reconheceu o cabo Anselmo, em uma foto, como sendo um dos homens que participaram da prisão de Soledad e Pauline.

De acordo com os testemunhos, os seis mortos foram presos por equipes do delegado Fleury na manhã do dia da chacina, ou na véspera, em distintos locais. Segundo Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad, na manhã do dia 8, em Recife, saíram da casa de sua irmã: ele, Pauline, Soledad, Anselmo e Eudaldo. As duas mulheres ficaram no centro, enquanto Anselmo, Eudaldo e Jorge continuaram até a rua da Palma, onde Eudaldo permaneceu. Jorge acompanhou Anselmo até um bar. Após a saída de Anselmo, Jorge foi preso, sendo posteriormente expulso do Brasil. Segundo ele, tudo indica que Eudaldo também foi preso nas proximidades da rua da Palma. Jarbas, que tinha vida legal, foi preso na livraria onde trabalhava, também no dia 8. José Manoel foi preso no dia anterior, em um posto de gasolina, sendo a única prisão assumida pelos órgãos de segurança.

Outro impressionante depoimento, da advogada de presos políticos Mércia de Albuquerque Ferreira, confirmou as torturas. Ela conseguiu ter acesso aos corpos removidos para o necrotério e declarou em depoimento formal: *"Todos os corpos estavam muito massacrados. Pauline tinha a boca arreventada, tinha marcas pela testa, pela cabeça e o corpo muito marcado (...) a Soledad estava com os olhos muito abertos com expressão muito grande de terror, a boca estava entreaberta e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade, eu tenho a impressão que ela foi morta e ficou algum tempo deitada e a trouxeram, e o sangue quando coagulou ficou preso nas pernas porque era uma quantidade grande e o feto estava lá nos pés dela, não posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror"*.

O exame das fotos feitas pela polícia na chácara desmonta a versão de tiroteio. José Manoel aparece morto do lado de fora da casa. De acordo com os peritos Mauro Pamplona Monteiro e Ascendino José da Silva Cavalcanti, que fizeram o laudo oficial de 1973, inexistiam marcas de balas nas paredes, portas e utensílios na casa. Só na cozinha em frente à porta dos fundos, apareciam alguns orifícios, não registrados em fotos. A casa, feita de taipa, coberta de telhas, porta e janela de madeira, piso de chão batido, tinha exíguas dimensões – sala, quarto e cozinha. Conforme os documentos dos organismos oficiais, os guerrilheiros – peritos no manejo de armas – teriam desferido 18 tiros. Não se sabe qual seria o alvo, mas erraram todos, já que nenhum policial foi ferido. Dois corpos teriam sido encontrados na sala, um no quarto e outro na cozinha – todos com balas certas no cérebro.

Soledad, Pauline, Eudaldo e José Manoel receberam quatro tiros na cabeça. Jarbas dois na cabeça e dois no tronco. Evaldo três tiros na cabeça, além de outros no tronco. As mulheres tinham marcas nos pulsos, produzidas por algemas ou cordas, visíveis na foto de Pauline. Três dos militantes – Evaldo, Pauline e Jarbas – apesar dos tiros que levaram, inclusive na cabeça, continuaram empunhando as próprias armas, denotando montagem de cena.

Também nas fotos de Eudaldo são visíveis deformações no rosto, além de hematomas, sulcos e vergões nos ombros. Soledad tinha marcas de algemas nos pulsos e equimoses no olho direito. Os le-gistas que assinaram o laudo fizeram também referências a equimoses espalhadas pelo corpo.

O processo protocolado na CEMDP traz depoimentos atestando que, por volta do meio dia de 07/01/1973, José Manoel foi preso em um posto de gasolina junto à rodovia federal por um grupo que ocupava veículo oficial com emblema do Incra e que se apresentou como Polícia Federal. Ele teria recebido voz de prisão, sem apresentar resistência, seguindo preso no carro oficial com as mãos amarradas por uma corda.

Na Comissão Especial, os processos foram analisados individualmente, sob a responsabilidade de um mesmo relator. O primeiro a ser votado foi o caso de Jarbas Pereira Marques, sendo também a primeira oportunidade em que a CEMDP aprofundou a discussão sobre o significado dos termos *"dependências policiais ou assemelhadas"* constantes na Lei nº 9.140/95. Em seu parecer conclusivo, aprovado por unanimidade pelos demais integrantes daquele colegiado, o relator se concentrou na interpretação desse quesito legal e sustentou: *"está claro que a granja onde os eventos finais deste caso tiveram palco não era uma dependência policial. Esta circunstância, todavia, não inviabiliza a incidência do dispositivo mencionado sobre a espécie. Quando a lei cogita de 'dependência assemelhada' está a indicar qualquer recinto sob o controle das forças da ordem pública, onde exercem poderes de autoridade. A expressão congloba, assim, lugares diversos em que se encontrem agentes públicos, investidos de autoridade pública, e militantes políticos adversários, na condição de detidos. Essa interpretação ampla da expressão 'dependência assemelhada' concorda com o instituto da responsabilidade civil do Estado, que vem à baila quando alguém sofre dano, estando sob a guarda de agente estatal"*. Esse voto foi estendido aos demais cinco casos, sendo todos aprovados por unanimidade.



SOLEDAD BARRET VIEDMA (1945-1973)

Número do processo: 073

Filiação: Deolinda Viedma Ortiz e Alex Rafael Barret

Data e local de nascimento: 06/01/1945, em Laureles, Paraguai

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: entre 08 e 09/01/1973, Abreu e Lima (PE)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Nascida no Paraguai, considerada uma mulher de rara beleza, Soledad era neta de um importante escritor, jornalista e intelectual paraguaio, nascido na Espanha, Rafael Barrett. Tanto o pai quanto o avô foram perseguidos por suas idéias políticas. Quando Soledad tinha apenas três meses de idade, a família fugiu do Paraguai para a Argentina, onde viveu por cinco anos, quatro dos quais o pai esteve preso ou perseguido, tanto pela polícia paraguaia quanto pela argentina. A família regressou ao Paraguai, mas voltou a se exilar com a implantação da ditadura Stroessner, agora no Uruguai.

Nesse país, conforme conta sua irmã Namy Barret, Soledad foi raptada em julho de 1962, com 17 anos, por um grupo neonazista que a colocou em um automóvel e, sob ameaças, quis obrigá-la a gritar palavras de ordem contrárias às suas idéias. Por ter se negado, os raptadores gravaram em sua carne com uma navalha a cruz gamada, símbolo do nazismo. Começou assim um ciclo de perseguições e prisões, evidenciando que, para a polícia uruguaia, Soledad de vítima passou a ser culpada. Decidiu deixar o país e seguiu para Cuba, onde conheceu o exilado brasileiro José Maria Ferreira de Araújo – militante da VPR conhecido como Araribóia ou Aribóia, desaparecido no Brasil em 1970, conforme já relatado neste livro – com quem se casou e teve uma filha, Nasaindy de Araújo Barret.

Soledad foi enterrada como indigente sem qualquer identificação no Cemitério da Várzea, em Recife. O cantor e compositor Daniel Viglietti, espécie de Geraldo Vandré uruguaio que ainda segue produzindo, cantando e apresentando seu trabalho em turnês mundiais, canta em todas elas a canção que compôs em sua homenagem, Soledad Barret. E o poeta maior daquele país vizinho, Mario Benedetti, também escreveu para ela um belo poema, Muerte de Soledad, com os versos:

Con tu imagen segura
 Con tu pinta muchacha
 Pudiste ser modelo
 Actriz
 Miss Paraguay
 Carántula
 Almanaque
 Quién sabe cuántas cosas

Pero el abuelo Rafael el viejo anarco
 Te tironeaba fuertemente la sangre
 Y vos sentias callada esos tirones

Soledad no viviste em soledad
 Por eso tu vida no se borra
 Simplesmente se colma de señales



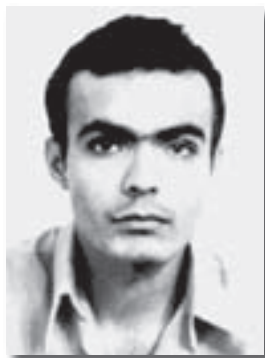
PAULINE PHILIPPE REICHSTUL (1947-1973)

Número do processo: 149/96
 Filiação: Ethel Reichstul e Selman Reichstul
 Data e local de nascimento: 18/07/1947, em Praga, Tchecoslováquia
 Organização política ou atividade: VPR
 Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Abreu e Lima (PE)
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
 Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Pauline Reichstul nasceu em Praga, em 1947, filha de judeus poloneses. Seus pais eram sobreviventes da Segunda Guerra e se casaram depois de encerrado o conflito. Viveram primeiramente na Tchecoslováquia, onde Pauline nasceu. Quando a menina tinha 18 meses, a família mudou-se para Paris, onde viveu até 1955, voltando então a migrar, agora em direção ao Brasil.

Com 8 anos de idade, Pauline foi estudar no Liceu Pasteur, em São Paulo. Viveu também no Estado de Israel, por um ano e meio, onde trabalhou e estudou. Depois de curtas estadas na Dinamarca e na França, fixou residência na Suíça em 1966, primeiramente em Lausanne e depois em Genebra. Completou o curso de Psicologia na Universidade de Genebra em 1970. Nesse período, passou a ter contatos com movimentos de estudantes brasileiros de resistência ao regime militar. Trabalhou com vários órgãos de divulgação na Europa denunciando as violações de Direitos Humanos no Brasil, em especial as torturas e mortes de militantes. Foi namorada e depois esposa de Ladislav Dowbor, dirigente da VPR banido do país em junho de 1970, quando do seqüestro do embaixador alemão no Brasil.

Apesar de perfeitamente identificada pelos órgãos de repressão, Pauline foi sepultada como indigente no Cemitério da Várzea, em Recife. No dia 12/01/1973 foi autorizada a exumação do corpo e o traslado para São Paulo. Após a aprovação do processo na CEMDP, o irmão de Pauline, Henri Philippe Reichstul, ex-presos político e ex-presidente da Petrobras, criou uma fundação com o objetivo de investir em projetos sociais a indenização recebida pela família. Fundado em 1999, o Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente, é uma organização não-governamental que atende crianças e adolescentes, especialmente no Conjunto Taquari, numa região carente de Belo Horizonte (MG).



EUDALDO GOMES DA SILVA (1947-1973)

Número do processo: 179/96
 Filiação: Isaura Gomes da Silva e João Gomes da Silva
 Data e local de nascimento: 01/10/1947, Bom Conselho (PE)
 Organização política ou atividade: VPR
 Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Abreu e Lima (PE)
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
 Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Eudaldo Gomes da Silva era pernambucano de Bom Conselho e foi o quarto militante banido do país a ser morto depois de regressar ao Brasil para retomar a luta clandestina contra o regime militar. Seu pai era carpinteiro do Colégio 2 de julho, em Salvador (BA), o que lhe permitiu estudar ali até concluir o curso secundário. Em 1965, ingressou na Escola de Agronomia na Universidade Federal da Bahia, onde foi membro do DCE e do Diretório Acadêmico de sua faculdade. Fez parte da delegação baiana ao congresso de Ibiúna, em 1968.

No final de 1969, engajado na militância política, optou por não concluir o curso, dirigindo carta aos seus colegas de turma, onde justificou o gesto de não colar grau afirmando que seu compromisso maior era lutar contra a ditadura. Em maio de 1970, já na vida clandestina e

militando na VPR, foi preso no Largo da Glória, no Rio de Janeiro. Participava de tarefas relacionadas com o seqüestro do embaixador da Alemanha, o que não revelou aos órgãos de segurança quando interrogado sob torturas. A VPR manteve o plano de seqüestro e Eudaldo foi banido do Brasil no dia 15/06/1970, com mais 39 presos políticos trocados pelo embaixador Von Holleben. Da Argélia, seguiu para Cuba, onde fez treinamento militar. Eudaldo e Pauline viviam como marido e mulher quando foram mortos.



IVALDO LUIZ FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Número do processo: 136/96

Data e local de nascimento: 05/06/1942, Pelotas (RS)

Filiação: Maria Odete de Souza e Favorino Antônio de Souza

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Olinda (PE)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/1996

Gaúcho de Pelotas, Evaldo tinha sido marinheiro, companheiro do cabo Anselmo nas mobilizações ocorridas na Armada durante o período que precedeu a derrubada de João Goulart. Participaram ambos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Evaldo ficou preso por nove meses depois de abril de 1964, sendo expulso da Marinha. Ao ser libertado, retomou sua militância política, vinculando-se ao MNR. Em 1966, foi julgado e condenado a cinco anos de prisão. Optou pelo exílio, onde estreitou seus laços de amizade com o agente Anselmo. Ficou oito anos no exterior, cinco deles em Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha com o objetivo de regressar ao Brasil. Não foi possível esclarecer as verdadeiras condições, local e momento da prisão.



JARBAS PEREIRA MARQUES (1948-1973)

Número do processo: 012/96

Filiação: Rosália Pereira Marques e Antônio Pereira Marques

Data e local de nascimento: 27/08/1948, Recife (PE)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Abreu e Lima (PE)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Pernambucano de Recife, Jarbas era estudante e comerciante, casado com Tércia Maria Rodrigues Marques, com quem teve uma filha, Nadejda Rodrigues Marques. De acordo com o relato de Tércia, no dia 09/01/1973 Jarbas foi trabalhar e não voltou depois do almoço. Quando ligou para a livraria onde o marido trabalhava soube que dois homens o haviam levado e deixaram um recado: "*ele não regressaria mais*". Tércia decidiu se esconder com a filha e no dia 11 de janeiro a mãe de Jarbas, Rosália Pereira, soube pela imprensa que seu filho fora morto. Rosália foi ao IML e viu o filho com o rosto desfigurado, com marcas de torturas e tiros por todo corpo. Temendo pela vida da filha, Tércia deixou o Brasil e só regressou em abril de 1979. Segundo ela, Jarbas não militava em qualquer organização clandestina até conhecer o cabo Anselmo.

Jarbas já tinha sido preso anteriormente, em 17/08/1968, quando distribuía panfletos convocando os estudantes a comparecerem ao congresso da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. A polícia invadiu sua casa e encontrou livros e manifestos considerados subversivos.



JOSÉ MANOEL DA SILVA (1940-1973)

Número do processo: 120/96
 Filiação: Luiza Elvira da Silva e Manoel José da Silva
 Data e local de nascimento: 02/12/1940, Toritama (PE)
 Organização política ou atividade: VPR
 Data e local da morte: entre 07 e 09/01/1973, Abreu e Lima (PE)
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
 Deferido em: 29/02/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 06/03/1996

José Manoel foi cabo até ser excluído dos quadros da Marinha, em 1964, por sua participação nas mobilizações dos marinheiros. Vivia legalmente em Recife, com sua família. Foi enterrado como indigente no Cemitério da Várzea, na capital pernambucana. Algum tempo após sua morte, a esposa Genivalda foi presa e estuprada. Dois anos mais tarde, em 1975, final do prazo em que as ossadas de indigentes são retiradas para incineração, receosa de novas represálias, não reivindicou os restos mortais do marido, mas com a ajuda do cozeiro conseguiu retirar os ossos e os enterrou junto a uma árvore na entrada do cemitério, dentro de um saco plástico. Somente 22 anos depois, a ossada foi retirada e liberada para a família. Em março de 1995, os restos mortais de José Manoel foram levados para sua terra natal, Toritama, sendo ali enterrados.



ANATÁLIA DE SOUZA MELO ALVES (1945-1973)

Número do processo: 158/96
 Filiação: Maria Pereira de Melo e Nicácio Loia de Melo
 Data e local de nascimento: 09/07/1945, Martins, atual Frutuoso Gomes (RN)
 Organização política ou atividade: PCBR.
 Data e local da morte: 22/01/1973, em Recife (PE)
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
 Deferido em: 18/03/96 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 21/03/96

Anatália de Souza Melo Alves concluiu o científico no Colégio Estadual de Mossoró (RN), cidade onde residiu até novembro de 1968, quando se casou com Luiz Alves Neto. Até essa época, trabalhou na Cooperativa de Consumo Popular e morava num conjunto popular da Fundap. Militantes do PCBR, mudaram-se para Recife após a decretação do AI-5, passando a desenvolver trabalho político na Zona da Mata de Pernambuco, junto aos trabalhadores rurais. Viveram também em Campina Grande, Palmeira dos Índios e Gravatá, onde foram localizados por agentes do DOI-CODI.

Anatália e o marido foram presos no dia 17/12/1972 e levados para local desconhecido, segundo recorte de jornal da época, sem nome e data, anexado ao processo. Somente no dia 13/01/1973, foram enviados ao DOPS/PE. De acordo com o cadastro de recebimento de presos da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – Delegacia de Segurança Social, Anatália deu entrada naquela unidade em 13/01/73, procedente do IV Exército, escoltada por agentes do DOI. O auto de exibição e apreensão é do dia seguinte, 14/01/73. Ou seja, ela primeiro foi presa e depois foi expedido o pedido de apreensão. Todos esses documentos foram encontrado nos arquivos secretos do DOPS/PE.

Segundo informação policial, às 17h20 do dia 22/01/1973, enquanto tomava banho, sob a vigilância do agente policial Artur Falcão Dizeu, Anatália teria se suicidado com uma tira de couro e ateado fogo ao corpo. Pelo que pode ser visto nas fotos do laudo do Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco, Anatália colocou fogo apenas nos órgãos genitais. A versão do agente Falcão é de que, estranhando a demora de mais de 20 minutos para que tomasse o banho, "bateu por diversas vezes na porta que estava fechada, chamando a atenção da mesma e, como notasse algo de anormal, empurrou a porta, com violência, deparando-se com a acusada caída no chão, o que motivou o alarme de socorro. Ela então foi retirada para os de-

vidos socorros, notando-se, em seguida, que a mesma se achava sem vida, e com um cordel de sua bolsa, atado na garganta". Neste informe não há referência a queimaduras e, mesmo estando sob a vigilância de um agente, não foi percebido nenhum barulho ou cheiro de queimado.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio escrevem que: *"A versão de suicídio não convenceu os presos políticos da época. As queimaduras, inexplicadas, levaram-nos à suspeita de que Anatália teria sido vítima de violências sexuais, quando se encontrava psicologicamente abalada pelas torturas e pelo clima de terror nos cárceres de Pernambuco. Sua morte e as queimaduras na região pubiana seriam uma forma de impedir que ela denunciasse os responsáveis pelas sevícias".*

O laudo do IPT de Pernambuco, realizado no mesmo dia, às 18h20min, contém várias fotografias com descrição. A de nº 7 mostra a porta do banheiro que foi arrombada; a de nº 8 o interior do banheiro, com fragmentos de madeira da porta; a de nº 9 a haste e um protetor, integrantes de uma torneira que não possuía a peça destinada a graduar a passagem da água; a de nº 10 é uma ampliação do local em que se encontrava instalada a torneira defeituosa. As fotografias 1 e 2 mostram a vítima, *"no momento em que foi examinada, superficialmente"*. Trajava vestido vermelho de algodão, estampado, usava calças de 'jersey', de cor rosa e estava descalça... tanto o vestido como as calças estavam parcialmente queimados, na parte anterior. A legenda da fotografia nº 1 diz *"... jazia sobre uma cama, dita de campanha, que se encontrava no interior do local em que funciona a Seção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública de Pernambuco"*.

As fotografias 11 e 12 mostram a bolsa e a alça da mesma, que era de courvin, medindo 109 centímetros de comprimento por 2 cm de largura e com um nó em uma de suas extremidades e que teria servido de instrumento para o enforcamento. A fotografia 4 mostra o sulco produzido no terço médio do pescoço da vítima. A parte inferior do cadáver exibia queimaduras de primeiro e segundo grau, na região hipogástrica, na região pubiana e na face anterior dos terços superiores das coxas (foto 6). A conclusão do laudo é a de que o cadáver não foi encontrado no local de ocorrência; as duas peças do vestuário usado pela vítima estavam parcialmente queimadas; e a morte de Anatália de Souza Melo foi provocada em consequência de asfixia por enforcamento.

Ao declarar seu voto, o relator Paulo Gustavo Gonet Branco afirmou estar *"evidenciada a militância política de Anatália. Mesmo que, com especial esforço, se dê crédito à versão do suicídio por fogo, o fato se ajusta ao que dispõe o art. 4º, I, "b", da Lei nº 9.140/95, uma vez que a morte ocorreu, indubitavelmente, por causa não-natural, estando a militante política presa"*.



JOSÉ MENDES DE SÁ RORIZ (1927–1973)

Número do processo: 087/96

Filiação: Leonina Mendes de Sá e Belarmino de Sá Roriz

Data e local de nascimento: 30/12/1927, Crato (CE)

Organização política ou atividade: RAN

Data e local da morte: 17/02/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: João Grandino Rodas

Deferido em: 08/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Cearense do Crato, Sá Roriz, aos 15 anos de idade, conseguiu falsificar sua própria idade para se engajar na 9ª Companhia de Fuzileiros Navais, lutando na II Guerra Mundial. Sob o comando do marechal Cordeiro de Farias lutou contra o nazi-fascismo no campo de batalha europeu. Foi ferido na guerra e perdeu a vista de um olho. Recebeu inúmeras condecorações e foi reformado como 2º Sargento em 1956. Tornou-se uma liderança dentre os ex-combatentes e sargentos.

No pós-guerra, foi filiado ao Partido Comunista e participou de inúmeras mobilizações sindicais. Morando no Rio com a família, esteve preso várias vezes após abril de 1964, sendo recolhido à Vila Militar, Ilha das Flores, DOPS e Polícia do Exército. Teria ligações com Leonel

Brizola e chegou a candidatar-se a deputado federal. Segundo informações dos órgãos de segurança, logo após a derrubada de João Goulart, Sá Roriz esteve vinculado a uma articulação subversiva de integrantes da Polop, desbaratada imediatamente, que foi divulgada pela imprensa como *"guerrilha de Copacabana"*. Por esse episódio, seria condenado pela Justiça Militar, em 27/11/1969, a cinco anos de reclusão, mesma pena imposta a Rui Mauro Marini e Luiz Alberto Moniz Bandeira, intelectuais brasileiros de expressão nacional.

Consta num documento do CENIMAR, datado de 06/02/1969, que informa sobre o furto de um fuzil do Exército por elementos *"contra-Revolucionários"*, uma referência ao nome de Sá Roriz, que teria um "aparelho" com João Lucas Alves, dirigente do COLINA que foi morto em março daquele ano, local onde foi apreendido material subversivo.

Em 1965, asilou-se na embaixada do México e seguiu para aquele país. Em 1968, sua filha Suely foi presa e levada à Polícia do Exército do Rio de Janeiro, por ter feito declarações à imprensa em defesa do pai. Sá Roriz retornou em 1969 ao Brasil, para rever o filho Eduardo Licarião Roriz, gravemente acometido de meningite. Ficou vivendo no Brasil, clandestinamente, até sua prisão e morte em 17/02/1973, acusado de estar vinculado à organização clandestina RAN – Resistência Armada Nacional.

Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio informam no livro *Dos Filhos Deste Solo: "No início de janeiro de 1973, Sá Roriz escapou por pouco à prisão no Rio. Em represália, os militares do centro de tortura da Barão de Mesquita invadiram a casa de sua mulher e filhos e tomou como refém o jovem Eduardo, então com 18 anos. Levaram-no para o DOI-Codi, onde por três dias passou sede, fome, em cela onde a temperatura oscilava do frio intenso ao calor forte, tomou choques elétricos. Foi seqüestrado no dia 27 de janeiro"*. Sá Roriz, ao saber que o filho ficaria preso até que ele próprio se apresentasse e preocupado com as ameaças feitas à sua família, se entregou ao marechal Cordeiro de Farias, sob cujo comando lutara na Itália, acreditando que assim garantia sua vida. No dia 30 de janeiro, Sá Roriz, acompanhado do marechal, foi ao gabinete do chefe do 1º Exército, Sizen Sarmento, a quem se entregou em troca da liberdade do filho. Levado preso para o DOI-CODI, lá foi morto dezessete dias depois.

Após muita pressão, a família conseguiu a liberação do corpo no Hospital Central do Exército. O atestado de óbito só foi assinado cinco meses depois, no dia 11/06/1973, e não apresenta causas para a morte por *"depende de exames laboratoriais solicitados"*. Foi enterrado no dia 18/02/1973, no Cemitério Jardim da Saudade. Não ficaram restabelecidas as reais circunstâncias da morte de Sá Roriz. Estando o pedido amparado nos quesitos da Lei nº 9.140/95, o relator na CEMDP encaminhou o deferimento, concluindo que Sá Roriz foi morto sob responsabilidade do Estado.



LINCOLN BICALHO ROQUE (1945–1973)

Número do processo: 177/96

Filiação: Maria Augusta Bicalho Roque e José Sarmento Roque

Data e local de nascimento: 25/05/1945, São José do Calçado (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Relatora: Suzana Keniger Lisbôa

Data e local da morte: 13/03/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

Capixaba de São José do Calçado, Lincoln cursou o primário no Grupo Escolar Bodart Júnior de Rio Novo do Sul (ES) e o Ginásio no Colégio Estadual do Espírito Santo em Vitória, onde tirou primeiro lugar, conseguindo cursar o segundo grau no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Sempre foi um excelente aluno, aprovado em todos os vestibulares que prestou para Medicina do Estado do Rio de Janeiro. Cursou um ano na Faculdade Nacional de Medicina (UFRJ), mas trancou a matrícula para estudar Sociologia na mesma universidade. Formou-se em 1967 e foi contratado como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Em abril de 1968, em razão de suas atividades políticas,

teve aposentadoria compulsória. Tornou-se militante do PCdoB logo após ter participado da conferência de fundação do PCBR, no Rio de Janeiro, assim como fizeram Armando Teixeira Frutuoso e Manoel Jover Telles.

Trabalhou como sociólogo no SESC até passar a viver na clandestinidade em 1972. Participou do Programa Nacional de Alfabetização e integrou o Comitê Estadual e o Comitê Central do PCdoB. Antes da clandestinidade foi preso várias vezes. Após 1972 trabalhou para várias instituições usando outras identidades.

Pela versão oficial Lincoln morreu ao reagir às forças de segurança. Tinha 28 anos de idade. O corpo foi encontrado ao lado do Pavilhão de São Cristóvão (RJ) em 13/03/1973 com mais de 15 tiros. O cadáver teria entrado no IML/RJ no mesmo dia, como desconhecido, pela Guia N° 15 do DOPS. A necropsia, realizada no dia seguinte por Gracho Guimarães Silveira e Jorge Nunes Amorim, confirmou a versão oficial de morte em tiroteio. Teria sido reconhecido pelas impressões digitais, segundo documento do DOPS/RJ, de 16/03/1973 e, retirado por seu irmão para o enterro realizado pela família, no dia 23, no Cemitério Jardim da Saudade (RJ). Sua morte foi divulgada pelos órgãos de repressão no dia 21/03/1973

A relatora do processo na CEMDP afirmou, baseada em provas anexadas, que era falsa a versão oficial apresentada e que na verdade Lincoln fora assassinado sob torturas no DOI-CODI do Rio de Janeiro, como provam os depoimentos prestados por seus familiares e ex-presos políticos na ação ordinária movida pela família de Lincoln junto à 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

João Luiz de Santiago Dantas Barbosa Quental, companheiro de militância de Lincoln, preso no dia 06/03/1973 e recolhido à PE da rua Barão de Mesquita, onde funcionava o DOI-CODI/RJ, confirmou ter sido levado para uma praça em São João do Meriti, onde tinha encontro marcado com Lincoln. Ali, escoltado pelos agentes do DOI-CODI, viu quando Lincoln chegou ao local e foi preso, agarrado pelo cós da calça e pelos braços, sem esboçar qualquer reação. Acrescentou que, conforme orientação do partido a que pertencia - e Lincoln era do Comitê Central - os militantes não portavam armas nas cidades, pois o PCdoB defendia que a luta armada deveria ser travada no campo. Soube da morte de Lincoln dias depois, por outro preso, que lhe relatou ter a nota oficial informado que ele faleceu em tiroteio em um outro local.

Delzir Antônio Mathias declarou que foi preso no dia 01/06/1975. Como durante a tortura no DOI-CODI/RJ não falava nada, ameaçaram levá-lo para o delegado Fleury em São Paulo, dizendo-lhe que era corajoso como o Lincoln, que resistira muito às torturas, e que lhe passariam um filme para que visse em que estado Lincoln ficara. Amílcar Barroso de Siqueira, que em 1973 era estagiário no escritório do advogado Modesto da Silveira, afirmou que a família de Lincoln procurou o escritório ao saber que ele estava preso. Todas as tentativas feitas para localizá-lo tiveram resposta negativa.

A relatora do processo na CEMDP destacou que o documento feito pelo comissário do DOPS, Mário Martins da Veiga, funcionário de plantão no dia 13 para 14/03/1973, dizia que ao receber a mensagem telefônica às 19h30 sobre a morte de um "subversivo" no Campo de São Cristóvão, foi ao local e constatou que, realmente, ocorrera uma morte por volta das 20h, o que entra em contradição com o horário do telefonema.

O levantamento pericial, realizado por Luiz Leite Santiago e Brent Bastos, descreve o encontro do corpo, das vestes, os ferimentos, a chuva e a iluminação deficiente, concluindo que houve um homicídio, em circunstâncias a serem esclarecidas e atestam: *"Com o cadáver nas proximidades não foram encontrados quaisquer documentos, pertences, ou outros elementos materiais (vestígios) de valor criminalístico que se pudesse relacionar ao evento da causa"*. A própria perícia desmente a versão oficial ao constatar que ali não havia armas. A história da militância política de Lincoln já tinha sido tema de documentário do diretor Cacá Diegues, intitulado *Oito universitários*.



ARNALDO CARDOSO ROCHA (1949-1973)

Número do processo: 255/96

Filiação: Annete Cardoso Rocha e João de Deus Rocha

Data e local de nascimento: 28/03/1949, Belo Horizonte (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 15/03/1973, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997



FRANCISCO EMMANUEL PENTEADO (1952-1973)

Número do processo: 180/96

Filiação: Nair Pereira Pinto e Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado

Data e local de nascimento: 29/12/1952, Taquaritinga (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 15/03/1973, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco S. Carvalho Filho

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997



FRANCISCO SEIKO OKAMA (1947-1973)

Número do processo: 235/96

Filiação: Yocico Okama e Masahares Okama

Data e local de nascimento: 02/05/1947, São Carlos (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 15/03/1973, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997

Esses três integrantes da ALN foram capturados, feridos a bala, após um cerco policial previamente montado pelos agentes do DOI-CODI/SP, em 15/03/1973, na rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista. Baleados pelos agentes, foram os três levados ao DOI-CODI. A versão oficial, divulgada pela imprensa, foi de que pouco antes das 14h 30min os três militantes teriam sido localizados na rua Caquito, por um carro que patrulhava a zona leste. Ao receberem voz de prisão, teriam reagido a tiros. Dois deles teriam morrido no local, em frente ao nº 247, e um conseguiu fugir, morrendo logo após, ao enfrentar a tiros outro grupo de agentes. A mesma versão consta das requisições de exame encaminhadas pelo DOPS ao IML e nos laudos necroscópicos, feitos por Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Arnaldo Cardoso nasceu em Belo Horizonte e começou cedo sua participação política, inspirado pelo pai, João de Deus Rocha, velho militante comunista. Coursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Padre Machado, militando no setor secundarista do PCB. Ex-soldado do exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha. Arnaldo deixou o PCB junto com vários outros jovens que constituíram em Minas Gerais a Corrente, organização que mais tarde se incorporou à ALN. Em 1969, passou a atuar na clandestinidade. No início de 1971, era o principal dirigente da ALN e integrou o comando nacional da organização. Foi deslocado para o Nordeste durante alguns meses, tendo participado de assalto à Coletoria de impostos de Bodocó, no sertão pernambucano. No segundo semestre de 1972, após a morte de Iuri Xavier Pereira, Arnaldo foi deslocado para São Paulo.

Os órgãos de segurança o acusavam de participação em várias ações armadas e incluíam seu nome entre os integrantes do comando da ALN que executou, em 21/02/1973, o dono do restaurante onde foram cercados, em junho do ano anterior, Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Naciovic Corrêa, Marcos Nonato da Fonseca e Antonio Carlos Bicalho Lana. Panfletos da organização acusaram o comerciante de ter delatado ao DOI-CODI/SP a presença daqueles militantes em seu estabelecimento, o que resultou na prisão e morte dos três primeiros.

Seus familiares souberam da notícia da morte de Arnaldo pela televisão. Viajaram imediatamente para São Paulo e conseguiram trasladar o corpo para que fosse enterrado em Belo Horizonte, no Cemitério Parque da Colina. Ele morreu sem conhecer o filho, que sua companheira Iara Xavier Pereira estava esperando. Arnaldo Xavier Cardoso Rocha nasceu em 1974.

Francisco Emanuel era estudante secundarista de um grupo de militantes da ALN que foi estruturado, a partir de 1969, na cidade de Taquaritinga, no interior paulista, e que gradualmente se transferiu para a capital onde seus integrantes passariam a cursar a universidade. Estudando e, ao mesmo tempo, participando de pequenas ações armadas, teve de passar à clandestinidade entre o final de 1971 e início de 1972, quando pessoas desse grupo começaram a ser presas, algumas ligadas à ALN, outras ao MOLIPO. Incorporou-se, então, à subequipe coordenada por Gelson Reicher, no Grupo Tático Armado. Sua prisão preventiva tinha sido decretada pela Justiça Militar em 23/10/1972. Os órgãos de segurança também incluíam seu nome como integrante, ao lado de Arnaldo, do Comando Aurora Maria Nascimento Furtado, responsável pela execução do comerciante acusado de ser delator, conforme já mencionado. Chico Penteado, como era conhecido entre os amigos, foi morto logo após completar 20 anos de idade, sendo sepultado pela família no Cemitério Gethsêmani, em São Paulo.

Francisco Seiko era operário metalúrgico em São Carlos (SP) antes de militar na ALN. Morto aos 26 anos, foi enterrado por seus pais no Cemitério de Mauá. Também era acusado de participação no Comando Aurora Maria Nascimento Furtado.

Antes da montagem dos processos para análise na CEMDP, a informação disponível era de que os três teriam morrido no cerco montado no local. Novos elementos surgiram a partir da pesquisa detalhada dos documentos do IML e da localização de uma nova testemunha.

As reais circunstâncias das mortes dos três jovens nunca foram totalmente restabelecidas, mas a versão oficial passou a ser questionada ainda na década de 80, quando integrantes da Comissão de Familiares estiveram na rua Caquito buscando informações. Ao conversar com os moradores da rua, souberam que dois meninos haviam assistido ao ocorrido. Conseguiram localizar um deles, de nome Carlos, que relatou o que observou enquanto andava de bicicleta com um amigo. Segundo ele, *“um rapaz moreno corria rua abaixo e, após cambalear, dobrara as pernas e caíra de bruços”*, quase na sua frente. Os detalhes contados por Carlos foram fundamentais para a conclusão de que essa pessoa era Arnaldo Cardoso Rocha, visto que Okama era nissei e Penteado era louro. Ao tombar, ele foi imediatamente colocado no banco traseiro de um Volkswagen verde, ao lado de uma mulher com uma mecha branca no cabelo, agente não identificada nominalmente mas que por suas características já participara de outras incursões dos agentes do DOI-CODI, conforme relato de militantes sobreviventes.

Em depoimento à relatora da CEMDP, o professor universitário baiano Amílcar Baiardi, preso no DOI-CODI na época, ofereceu o testemunho que faltava. Contou que viu, pela janela, à distância, dois jovens feridos jogados na quadra de esportes e aparentemente sendo interrogados, em meio a regozijos e comemorações ruidosas dos agentes. Ali foram deixados por mais de uma hora, até serem recolhidos por um rabeção do IML. Amílcar calcula que os viu depois do meio dia. Estavam vivos com certeza. Um tinha traços orientais e era chamado pelos agentes de “japonês”. Quando foi libertado, Amílcar teve acesso aos jornais e associou o fato à morte dos três militantes da ALN.

O relato encontra solidez nos laudos de necropsia feitos pelos legistas do IML. Em Arnaldo, são descritos sete tiros, três na perna direita, os que provavelmente o fizeram tombar junto à testemunha. Mas é registrado também um tiro fatal, no canto externo do supercílio direito – local idêntico ao registrado no laudo de Francisco Seiko Okama – e outro que causou diversas fraturas na mão direita, característica de lesão de defesa, quando o atirador está perto e a mão é levantada instintivamente buscando proteção. Francisco Emanuel recebeu três tiros, sendo que um foi desferido de cima para baixo. Okama recebeu cinco tiros. Ferido na emboscada, tentou fugir, sendo atingido pelas costas poucos metros adiante do local onde tombaram seus companheiros. Pelo menos três tiros foram desferidos de cima para baixo.

A prova definitiva de que foi montado previamente um cerco no local surgiu mais de 10 anos depois, quando foi desvendada pelo jornalista Expedito Filho, da revista *Veja*, a atuação do agente infiltrado na ALN João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado de "Jota" em sua atuação como "cachorro" dos órgãos de segurança. No dia 02/03/1973, Arnaldo tinha escapado de um cerco policial, ferido na perna, logo após se encontrar com esse Jota, evidenciando que o encontro do DOI-CODI com os três militantes na Rua Caquito não foi casual, e sim consequência de uma operação de infiltração.

Os três casos foram relatados em conjunto na CEMDP, por Luís Francisco Carvalho Filho, que registrou outras fragilidades da versão oficial: *"as armas que teriam sido encontradas em poder dos militantes só foram formalmente apreendidas pela autoridade militar em 19 de março, quatro dias depois, e não há notícia de que tenham sido submetidas a exame perícia"*.

O relator afirmou ainda que, *"a evidência mais gritante de que os militantes não foram conduzidos diretamente para o IML é o registro oficial de suas vestes. Segundo a requisição do IML e os próprios legistas, os três estariam sem calças, vestindo camisas, cuecas, meias e sapatos. Houve até uma certa confusão em relação às cuecas de Arnaldo e Francisco Penteado, ora vermelha, ora preta, mas em relação às calças, há unanimidade: nem sinal delas"*. O fato é que os próprios registros oficiais demonstram que, antes dos corpos chegarem ao IML, os três militantes foram conduzidos para algum lugar. Se chegaram sem calças ou despidos, este dado é importante, segundo o relator, porque contradiz a versão oficial. Com efeito, não há uma explicação razoável para o fato de eles não usarem calças e o único lugar para onde poderiam ser levados, naquelas circunstâncias, era o DOI-CODI.

Luís Francisco concluiu seu voto a favor do deferimento dos três processos declarando: *"Registra-se que o número de tiros (15 certos) confere credibilidade à tese dos requerentes, de que os militantes foram executados. Mostra disposição de matar não de deter. A palavra 'eliminação', por outro lado, pelo extraordinário clima de tensão política e de guerra daquela época, não causava tanta estranheza. 'Segurança elimina três terroristas, registrou a imprensa no dia seguinte. Se eliminar faz parte da lógica da guerra, não faz parte da lógica do Direito, que disciplinava as ações dos agentes do poder público. Seu dever, naquele momento, era cumprir a ordem de prisão da Justiça Militar"*.



ALEXANDRE VANNUCCHI LEME (1950–1973)

Número do processo: 020/96

Data e local de nascimento: 05/10/1950, Sorocaba (SP)

Filiação: Egle Maria Vannucchi Leme e José de Oliveira Leme

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 17/03/1973, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

A versão para a morte do estudante de geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme, em 17/03/1973, – preso pelo DOI-CODI/SP dentro da Cidade Universitária – anunciada pelas autoridades do regime militar como "atropelamento" não convenceu ninguém. Assembléia realizada pelos seus colegas, em 23/03/1973, no Instituto de Geologia aprovou a realização de uma missa de 7º dia, a formação de uma comissão jurídica com a finalidade de apurar as circunstâncias da morte, decretar luto e propor às outras unidades da USP uma parada simbólica de protesto. A missa foi celebrada no dia 30 de março, na catedral da Sé, pelo bispo de Sorocaba, Dom Melhado, e pelo cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, reunindo cinco mil pessoas que desafiaram o ambiente reinante de terror e repressão e expressaram um grande sentimento de indignação perante as sistemáticas violações dos Direitos Humanos que pautavam o regime militar, com ênfase naquele período do governo Médici.

O fraudulento comunicado oficial dos órgãos de segurança sobre a morte de Alexandre o acusava de participação em ações armadas realizadas recentemente pela ALN, sendo que no dia e horário de uma delas o estudante se encontrava ainda anestesiado, no pós-operatório de uma cirurgia de apendicite, conforme a família pode comprovar com documentação irrefutável.

O universitário Alexandre Vannucchi Leme, conhecido como Minhoca, foi enterrado sem caixão em uma cova rasa do cemitério de Perus, forrada com cal para acelerar o processo de decomposição e encobrir as marcas da tortura que motivaram sua morte. As versões contraditórias de suicídio com lâmina de barbear, apresentada pelos agentes do DOI-CODI aos outros presos políticos, e a de atropelamento durante fuga, divulgada publicamente, foram desmascaradas. Um grupo de nove presos políticos testemunhou na própria Justiça Militar as torturas a que foi submetido o estudante, nos dias 16 e 17/03/1973, por uma turma de pelo menos 13 agentes daquele órgão. Em 1978, o ministro do STM general Rodrigo Octávio Jordão Ramos pediu apuração do fato. Em documento anexado a uma apelação dirigida ao tribunal, admitiu: *"(...) Fui vencido no tocante à apuração de denúncias sobre torturas e sevícias que teriam sofrido alguns réus, e culminando com a morte do cidadão Alexandre Vannucchi Leme (...)"*

Filho de professores e nascido numa família católica onde sua mãe tinha um irmão padre e três irmãs religiosas, primeiro da classe em toda a sua vida escolar em Sorocaba e Itu, Minhoca tinha 22 anos, cursava o 4º ano da faculdade, participava ativamente das mobilizações estudantis e militava na ALN quando foi preso pelo DOI-CODI no dia 16/03/1973, por volta das 11h. Na tarde seguinte estava morto. A morte foi consequência direta da tortura, iniciada imediatamente após a prisão. Os encarregados pertenciam à Equipe C: escrivão de polícia Gaeta, tenente da PM Mário, investigador de polícia conhecido como Oberdan e carcereiro chamado Marechal, todos chefiados pelo delegado de polícia que se identificava como Dr. Jorge. No dia 17, os torturadores foram substituídos pelos integrantes da Equipe A, integrada pelo Dr. José e pelo investigador Dr. Tomé, além de Caio ou Alemão, Dr. Jacó, Silva e Rubens. Era comandante do DOI-CODI/SP o major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Conforme os depoimentos dos presos políticos, por volta do meio-dia do dia 17, Alexandre foi jogado na cela-forte. Às 17h, o carcereiro conhecido como Peninha, designado para conduzi-lo a outra sessão, berrou seu nome em vão. Intrigado, entrou na cela e saiu de lá aos gritos: *"O homem morreu"*. Os torturadores de plantão correram todos para a cela e, ao constatarem que Alexandre realmente estava morto, arrastaram-no pelos pés. O corpo deixou um rastro de sangue, que vertia com abundância da região do abdome.

Todas as pessoas presas naquela unidade presenciaram o fato e foram taxativas nos seus depoimentos, prestados no mês de julho de 1973, perante a Justiça Militar Federal. Testemunharam: Luís Vergatti, César Roman dos Anjos Carneiro, Leopoldina Brás Duarte, Carlos Vítor Alves Delamônica, Walkíria Queiroz Costa, Roberto Ribeiro Martins, José Augusto Pereira, Luís Basílio Rossi e Neide Richopo, todos respondendo a processo por serem militantes do PCdoB.

Sobre a versão do atropelamento de Vannucchi por um caminhão Mercedes-Benz, apresentada pelos militares, o ministro Rodrigo Octavio apontou contradições entre o relato do motorista João Cocov – a vítima estaria sendo perseguida por uma "turba" aos gritos de *"pega ladrão"* e teria se jogado contra o pára-choque – e a da única testemunha, o balconista Alcino Nogueira de Souza, cujo depoimento afirma que o rapaz estava tomando cerveja e, de repente, começou a correr. Escreveu esse general do Exército Brasileiro: *"(...) Talvez seja este o acidente mais assistido e menos testemunhado da história (...)"*, referindo-se ao fato de que a avenida Celso Garcia, onde teria ocorrido o "acidente" é uma das mais movimentadas artérias da capital paulista.

Segundo o livro *Gritos de Justiça*, do advogado Mário Simas, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, os pais de Alexandre receberam, em 20/03/1973, um telefonema anônimo informando que ele se encontrava preso no DOPS/SP. Lá e em outros órgãos de segurança onde o procuraram, sempre ouviram negativas. Dias depois, quando sua morte já havia sido publicada pela imprensa, foram informados no IML/SP que Alexandre já havia sido enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Apesar de haverem constituído advogado imediatamente após a notícia de sua prisão, somente 10 anos depois puderam resgatar seus restos mortais. Foi instaurado um inquérito pelo DEOPS para apurar a morte de Alexandre e encaminhado para a 2ª Auditoria Militar, onde o Juiz Auditor Nelson da Silva Machado Guimarães encaminhou para o comandante do II Exército, sendo arquivado sem solução.

A necropsia, realizada no IML/SP, em 22/03/1973, por Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, confirma a falsa versão de que teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça. A certidão de óbito atesta sua morte em 17/03/1973, após atropelamento na Rua Bresser, quando era levado ao Hospital das Clínicas.

Na verdade, a morte de Alexandre Vannucchi Leme ocorreu em consequência de *"lesões traumáticas crâneo encefálicas"*, mas não produzidas por um veículo automotivo e sim por mãos humanas, como afirmaram, sem contradições, as nove pessoas presas na mesma ocasião, determinando o deferimento do processo na CEMDP. O caso foi um dos escolhidos para a primeira reunião de julgamentos da Comissão Especial, quando foi aprovado por unanimidade.

Em 1983, os restos mortais de Alexandre foram trasladados para Sorocaba, sua terra natal, depois de cerimônia religiosa realizada na igreja dos Dominicanos, em Perdizes, ao lado dos restos mortais de Frei Tito Alencar Lima, trazidos no mesmo dia da França, onde esse frade se enforcou como consequência das brutais torturas a que foi submetido em 1969 pelo torturador Sergio Paranhos Fleury.

Cinco anos depois de sua morte, quando o Movimento Estudantil mais uma vez renasceu das cinzas e ensejou, novamente, grandes assembléias, passeatas e concentrações de rua, os estudantes da USP decidiram homenagear, em seu nome, todos os estudantes mortos na luta contra a ditadura, passando a denominar sua entidade de representação como Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vannucchi Leme.

Alexandre Vannucchi Leme também é o nome de uma praça em Sorocaba, próxima à casa em que residiu com seus pais antes de se mudar para São Paulo, de uma escola estadual em Ibiúna (SP), e de uma escola municipal de educação infantil na cidade de São Paulo.



JAMES ALLEN DA LUZ (1938–1973)

Número do processo: 003/96 e 044/02

Data e local de nascimento: 21/12/1938, Buriti Alegre (GO)

Filiação: Rolandina Martins da Luz e Cassiano Diniz Filho da Luz

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 23/03/1973 em Porto Alegre (RS)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com vistas de Suzana Keniger Lisbôa (1º) e Belisário dos Santos Júnior (2º)

Indeferido em: 09/02/98 e em 07/10/2004

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Após inúmeras prisões e mortes de militantes da VAR-Palmares, ocorridas desde o final de 1969, James Allen da Luz ascendeu nessa organização até se tornar seu principal dirigente em 1972. Sua foto estava estampada em milhares de cartazes de *"Terroristas Bandidos Procurados"*, espalhados por todo o país. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele teria recebido treinamento militar na China.

Goiano de Buriti Alegre, James Allen tinha sido militante do PCdoB e integrou o grupo dissidente que constituiu a Ala Vermelha, onde foi membro de seu Grupo Especial Nacional Revolucionário, encarregado das ações armadas. Em outubro de 1969, juntamente com Raimundo Gonçalves de Figueiredo, o Raimundinho, desligou-se da Ala Vermelha, vinculando-se à VAR-Palmares em seguida. Documentos dos organismos de segurança registram que, em 01/01/1970, comandou o seqüestro de um caravelle da Cruzeiro do Sul que seguia na rota Montevideu-Rio de Janeiro, obrigando-o a dirigir-se a Cuba, de onde teria regressado em dezembro do mesmo ano. Acusam-no, também, de participação em inúmeras ações armadas, incluindo um assalto a banco realizado pela Ala Vermelha na capital paulista, em 14/04/1969, quando um guarda e um motorista foram mortos. De acordo com a mesma fonte, também participou da execução do delegado Octavio Gonçalves Moreira Jr, do DOI-CODI/SP, em Copacabana, no dia 25/02/1973, um mês antes da morte do próprio James Allen.

Em 23/03/1973, James faleceu num desastre de automóvel em Porto Alegre. Sendo um militante clandestino que os órgãos de segurança buscavam intensamente, seus familiares argumentaram que o acidente podia ser uma farsa, semelhante a tantas outras já desmascaradas. Eles chegaram a viajar para o Rio de Janeiro e para Porto Alegre devido a notícias policiais informando que James estaria morto. No entanto, não conseguiram nem o atestado de óbito, nem o corpo.

A CEMDP realizou um levantamento criterioso sobre o caso, ouvindo testemunhas, militantes políticos da época e profissionais que trabalhavam na clínica onde James Allen da Luz foi deixado, logo após o acidente de carro. Pesquisou documentos oficiais referentes ao episódio

e obteve depoimentos dos seus companheiros de organização clandestina que se encontravam dentro do mesmo carro, quando ocorreu o acidente. Depois de toda a análise feita, a conclusão foi de que, *"não há qualquer indício, pelos dados disponíveis, de que a morte não tenha ocorrido por causa do acidente. O fato de ele ser muito procurado deve ter facilitado a identificação pelas impressões digitais, apesar de não haver referências ao fato no processo localizado. A falsidade das versões oficiais, por si só, não é suficiente, neste caso, em que há informações e depoimentos concretos afirmando que a morte ocorreu em razão do acidente acontecido na Estrada do Lami, em Porto Alegre"*. A partir desse arrazoado, o processo foi indeferido por unanimidade na CEMDP, por duas vezes.



RONALDO MOUTH QUEIROZ (1947 –1973)

Número do processo: 330/96

Filiação: Elza Mouth Queiroz e Álvaro D'Ávila Queiroz

Data e local de nascimento: 18/12/1947, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 06/04/1973, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 10/04/97, por 5x2 (votos contra de Paulo Gonet Branco e do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 16/04/97

Ronaldo Mouth Queiroz estudava Geologia na USP e era um dos raros quadros remanescentes das mobilizações de 1968 que se manteve atuando legalmente nas instâncias estudantis do difícil período entre 1969 e 1972. Dirigiu o DCE da USP a partir de 1970, quando o Movimento Estudantil não podia mais realizar grandes mobilizações abertas, por força do terror repressivo. Ainda assim, trabalhou para manter uma articulação básica entre os Diretórios e Centros Acadêmicos, preparando publicações, organizando campanhas unificadas, apresentações artísticas e, principalmente, a recepção conjunta aos calouros de cada ano, trocando o trote tradicional por debates políticos e culturais.

Desde a infância, destacou-se por seu desempenho nos estudos e já aos 13 anos trabalhava em casa, fiscalizando para uma empresa as propagandas de rádio. Residia a 30 km da USP e ainda dava aulas à noite, num curso pré-vestibular. Quando morreu, Ronaldo era o responsável pela estruturação do trabalho da ALN junto ao Movimento Estudantil e movimentos sociais, mantendo vínculos com essa organização clandestina desde 1970. Ex-presos políticos consideram de baixa credibilidade a informação contida no *"Livro Negro do Terrorismo no Brasil"*, escrito por agentes do CIE durante o mandato ministerial do general Leônidas Pires de Vasconcelos, de que Ronaldo teria participado do Comando Aurora Maria Nascimento Furtado, responsável pela execução, em 21/02/1973, no bairro da Mooca, o dono do restaurante que teria provocado a morte de três militantes da ALN em 1972.

A partir do trabalho do ex-militante e agente policial "Jota", o médico João Henrique de Carvalho, infiltrado na ALN em 1972, Queiroz passou a ter seus passos vigiados pelo DOI-CODI/SP. Foi morto a tiros no dia 06/04/1973, num ponto de ônibus da avenida Angélica, em São Paulo, por agentes daquele órgão de segurança do regime militar. Com base nas informações coletadas na época, os agentes nem chegaram a dar voz de prisão e atiraram à queima roupa assim que o reconheceram. No entanto, a versão oficial, publicada no dia seguinte, foi de que Ronaldo teria resistido à prisão, sendo morto em tiroteio. Essa versão, que já era questionada pela análise dos documentos oficiais, foi definitivamente derrubada por uma testemunha ocular localizada por Luiz Francisco Carvalho Filho, relator do processo na CEMDP.

O corpo de Queiroz deu entrada no necrotério às 8h do dia 06/04/1973, enquanto a requisição do IML registra o horário do óbito como tendo sido às 7h45, sendo impossível num horário de rush o deslocamento entre os dois pontos em 15 minutos. O laudo de Isaac Abramovitch e Orlando Brandão descreve dois tiros, na face anterior do hemitórax esquerdo e no mento, a um centímetro do lábio inferior, tiro este bastante incomum. Relatório localizado no DOPS/SP, assinado pelo então coronel Flávio Hugo Lima da Rocha, chefe da 2ª seção do II Exército, feito 20 dias depois dos fatos, confirma que Queiroz estava sob vigilância, ao afirmar que teriam conseguido localizar sua casa, um quarto de pensão na rua Sergipe, 303, a partir de investigações nas proximidades. Foram anexadas pelo relator reportagens de 07/04/1973 dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde* e *O Estado de São Paulo*, além do depoimento da testemunha localizada por ele.

Luiz Francisco Carvalho Filho também procurou por telefone o médico João Henrique Ferreira de Carvalho, o "Jota", que se recusou a depor. No entanto, o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Chaves do Canto, entrevistado para uma reportagem que a *Veja* publicou na edição de 18/11/1992, afirmou que a delação do médico João Henrique de Carvalho tinha possibilitado a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas, atribuindo a ele a morte de todos os dirigentes da ALN a partir de 1973.

Essa reportagem trouxe duas referências diretas à morte de Queiroz: *"Em março de 1973, por exemplo, três integrantes da organização foram fuzilados no bairro da Penha em São Paulo. Um deles fora contatado por Jota dias antes, e a partir de então uma equipe do DOI não perdeu seu rastro. O mesmo aconteceu com o estudante Ronaldo Mouth Queiroz, conhecido como 'Papa' na ALN, morto a tiros de metralhadora num ponto de ônibus na av. Angélica. Primeiro, investiu junto a um agrupamento da organização na Faculdade de Geologia da USP, onde estudava Alexandre Vannucchi Leme, preso e morto em março de 1973. Na mesma escola estudava Queiroz, que antes de ser assassinado lhe abriu as portas da ALN em outra faculdade, a Medicina da USP. Numa ocasião, sempre disfarçado de militante Jair, o agente Jota, procurou um estudante da Medicina, Jurandir Duarte Godoy, o 'Romeu': que lhe fora apresentado por Queiroz"*.

A testemunha localizada pelo relator declarou, 23 anos depois dos fatos, o que tinha presenciado no ponto de ônibus onde Queiroz foi morto. Seu relato corresponde claramente a uma execução. Viu quando três homens desceram de uma Veraneio C-14 e dispararam contra o rapaz que estava encostado na parede. O primeiro tiro o derrubou e o segundo foi disparado quando já estava caído. Viu ainda que o mesmo homem que atirou colocou uma arma de fogo nas mãos do corpo inerte e outra em sua cintura. E que, ante protestos de populares, um cidadão que reclamava foi preso e levado na viatura.

O relator contestou a versão oficial, afirmando que *"sempre existiu o sentimento de que ela é falsa: pelos registros oficiais, o estudante deu entrada no necrotério apenas 15min depois de ser atingido; a requisição do exame foi preenchida com seu nome verdadeiro, embora a imprensa tenha informado que ele usava documento falso com o nome de Ghandi Ferreira da Silva; as declarações da testemunha que disse ter presenciado o assassinato de um homem, no mesmo local e na mesma época, que depois associou a Ronaldo"*.

Em seu voto, faz o balanço das evidências contidas nos autos e afirma que prevalece o sentimento de que Ronaldo foi executado. Não há prova do suposto "cerrado tiroteio". O depoimento da testemunha é convincente e se harmoniza com a versão da requerente. O fato de a morte ter ocorrido em via pública não impede o reconhecimento legal. *"O dever dos agentes de segurança é deter o infrator, não executá-lo friamente. Poderiam prendê-lo, mas não o fizeram"*, concluiu o relator.



MERIVAL ARAÚJO (1949–1973)

Número do processo: 169/96

Filiação: Mery Menezes e Domingos de Araújo

Data e local de nascimento: 04/01/1949, Alto Paraguai (MT)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/04/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gonet Branco

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/1996

Mato-grossense de Alto Paraguai, o estudante Merival Araújo foi morto sob torturas pelos agentes do DOI-CODI/RJ, uma semana depois de ser preso em frente do prédio nº 462 da rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, em 07/04/1973. Nesse endereço morava Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, conhecido como Professor Jacques, militante da RAN (Resistência Armada Nacional) e amigo de Merival. Jacques fora preso dois dias antes pelo DOI-CODI/RJ e, coagido, decidiu colaborar e participou da montagem da emboscada para prender Merival. O encontro foi acertado por telefone, quando Francisco Jacques já estava preso. Jacques foi solto um mês depois e morto a tiros por um comando da ALN.

Com as devidas reservas que merece um documento produzido pelos próprios agentes dos órgãos de segurança e tortura do período ditatorial, cabe transcrever um trecho do "Livro Negro" produzido pelo Exército entre 1986 e 1988: *"Menos sorte teve o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Antes de sua prisão, recebeu de Júlio Rosas um pacote contendo algumas armas do lote roubado da Guarda Noturna do Rio de Janeiro, com a orientação de desfazer-se dele. Jacques passou as armas para Merival de Araújo – terrorista da ALN – de quem era um elemento de 'apoio'. Durante os seus depoimentos na polícia, Jacques 'abriu' um contato que teria com Merival, que, de forma previsível, se tratando de terrorista da ALN, foi morto ao reagir à prisão. No dia 28 de junho, Francisco Jacques Moreira de Alvarenga seria assassinado pela ALN em pleno Colégio Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, onde lecionava".* Esse mesmo documento inclui o nome de Merival como participante do Comando Getúlio de Oliveira Cabral, que matou o delegado Octavio Gonçalves Moreira Junior, agente do DOI-CODI/SP, em Copacabana, no dia 25/02/1973.

Apesar de perfeitamente identificado desde o momento em que os agentes do DOI-CODI obtiveram a informação de Jacques, o corpo de Merival deu entrada no IML como desconhecido, com a versão de que fora morto em tiroteio, no dia 14 de abril, na Praça Tabatinga, sendo enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque em 24 de maio, 40 dias após a suposta data da morte. Foram localizadas algumas das 20 fotos da perícia feita no local pelo Instituto Carlos Éboli/RJ. Os peritos registram múltiplos ferimentos produzidos por armas de fogo, fazendo constar que, *"sobre este capítulo, melhor dirão os senhores médicos legistas em laudo próprio"*. Afirmam ainda que *"a pesquisa papiloscópica resultou negativa face à impropriedade do local"*.

Não foi recomendada nova pesquisa e tampouco registrados, seja pelos peritos, seja pelos legistas Roberto Blanco dos Santos e Helder Machado Pauperio, os inúmeros ferimentos visíveis nas fotos do corpo de Merival que foram localizadas pela CEMDP. Os legistas registram algumas escoriações, mas não que em seu corpo mutilado faltam pedaços de pele, arrancadas não se sabe por qual instrumento.

Merival morou em Minas Novas, Vale do Jequitinhonha, onde era professor. No Rio de Janeiro, continuou a dar aulas até ser morto. Seu corpo nunca foi entregue aos familiares. Em 1978 seus restos mortais foram para o ossuário geral e, depois, para a vala clandestina no cemitério.

Com base nos documentos apresentados, a CEMDP aprovou por unanimidade o voto do relator, favorável ao deferimento do pedido.



MÁRCIO BECK MACHADO (1945-1973)

Número do processo: 291/96
 Filiação: Edena Beck Machado e Octavio Menezes Machado
 Data e local de nascimento: 16/01/1943, São Paulo (SP)
 Organização política ou atividade: MOLIPO
 Data e local do desaparecimento: maio de 1973, Rio Verde (GO)
 Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



MARIA AUGUSTA THOMAZ (1947-1973)

Número do processo: 039/96
 Filiação: Olga Michel Thomaz e Aniz Thomaz
 Data e local de nascimento: 14/11/1947, Leme (SP)
 Organização política ou atividade: MOLIPO
 Data e local do desaparecimento: maio de 1973, Rio Verde (GO)
 Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Em maio de 1973, os militantes do Molipo Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz foi morto no sul de Goiás, na Fazenda Rio Doce, entre Rio Verde e Jataí, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia, sem qualquer comunicação oficial dos órgãos de segurança. Ambos os nomes constam da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Maria Augusta tinha sido estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, em São Paulo, sendo indiciada em inquérito por sua participação no 30º Congresso da UNE em Ibiúna(SP), em 1968. Após a morte de seu namorado José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, teve de passar à clandestinidade e foi identificada como participante do seqüestro de um avião da Varig, em 4 de novembro daquele ano, desviado para Cuba durante a rota Buenos Aires-Santiago, conforme já mencionado neste livro-relatório. Em Cuba, depois de receber treinamento militar, alinhou-se no grupo dissidente da ALN que ficou conhecido como Grupo dos 28, depois MOLIPO, sendo uma das primeiras integrantes desse grupo a retornar ao Brasil, no início de 1971.

Em 14/01/1970, foi expedido contra ela um mandado de prisão pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, sendo condenada em 29/09/1972, à revelia, a 17 anos de prisão. Em outro processo na Justiça Militar, também julgado à revelia, foi condenada a mais cinco anos de reclusão.

Márcio foi estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, sendo preso pela primeira vez durante o 30º Congresso da UNE em 1968. Militante da ALN em 1969, escapou por pouco de ser preso em 30/09/1969, no extenso fluxo de prisões que atingiu os militantes dessa organização até chegar a Carlos Marighella em novembro. Essa passagem está registrada da seguinte forma no "livro negro do terrorismo no Brasil", já referido: *"Márcio Beck Machado, militante do setor de apoio, foi detido, também no dia 30 de setembro, na rua Maria Antônia, em frente à Universidade Mackenzie. Quando era conduzido para a viatura policial, três elementos que faziam a sua cobertura intervieram, atirando e ferindo o agente do DPF/SP Cláudio Ernesto Canto. Aproveitando-se da confusão, Márcio evadiu-se junto com os demais militantes, enquanto Cláudio Ernesto Cantos, apesar do pronto atendimento, veio a falecer mais tarde em consequência dos ferimentos"*.

Depois desse episódio, Márcio Beck seguiu para Cuba, onde fez treinamento militar, regressando ao Brasil como militante do Molipo. Em 01/04/1970, teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar, respondendo também ao processo judicial contra o MOLIPO, que teve início em 1972. Documentos dos órgãos de segurança o acusam, ao lado de Lauriberto José Reyes e João Carlos Cavalcanti Reis, como responsáveis pela morte do sargento da PM/SP Thomas Paulino de Almeida, em 18/01/1972, quando os três militantes tentavam evitar serem presos.

O relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra sobre ele: *"teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde/GO, no dia 17/5/73"*. O relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, confirma a mesma versão: *"em maio/73, foi morto em Goiás, em tiroteio, durante ação de segurança"*.

Márcio e Maria Augusta chegaram à fazenda Rio Doce no dia 4 de maio e foram mortos no dia 16, quando o local foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa ação conjunta do *"DOI-CODI/II Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil"*. Os agentes determinaram ao proprietário Sebastião Cabral e seus empregados que enterrassem os corpos ali mesmo.

Embora um documento dos órgãos de segurança, encaminhado em 1978 ao delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS, registrasse claramente a informação sobre as mortes de Márcio e Maria Augusta, as autoridades do regime militar jamais informaram aos familiares sobre isso. No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio Beck e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos.

Em 1980, foi localizado naquela região o local de sepultamento dos dois militantes, com a participação do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, conhecido advogado de presos políticos e uma das principais lideranças na luta pela Anistia, posteriormente vice-prefeito de São Paulo e deputado federal. No entanto, enquanto eram realizados os trâmites legais para resgate dos restos mortais, as ossadas foram subtraídas, presumivelmente por policiais ou agentes dos órgãos de segurança, visto que o país ainda se encontrava submetido ao regime ditatorial.

Nos processos encaminhados à CEMDP foram anexados recortes dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Diário da Manhã*, do período entre 14 e 20/08/1980, onde consta denúncia feita pela CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, de que agentes da Polícia Federal violaram as sepulturas dos

dois militantes. Esse novo crime, segundo as denúncias, foi perpetrado para evitar que o CBA conseguisse identificar e provar judicialmente a morte de desaparecidos, cujo paradeiro as autoridades do regime alegavam ignorar. Seus corpos nunca mais foram encontrados.

Mais recentemente, o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Chaves do Canto declarou à revista *IstoÉ*, de 24/03/2004, que a operação de exumação e ocultação das ossadas desses dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que estava no CIE de Brasília em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI/SP sob o condinome Dr. Edgard. A matéria descreve: “segundo Marival, em 1980 o Doutor Edgar comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do Molipo (Movimento de Libertação Popular), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas”.



EDGARD DE AQUINO DUARTE (1941–1973)

Número do processo: 029/96

Filiação: Francisca Maria Duarte e José Geraldo Duarte

Data e local de nascimento: 22/02/1941, Bom Jardim (PE)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: junho de 1973, em São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Foi visto pela última vez em junho de 1973, preso no DOPS/SP. Edgard ingressou na Marinha, onde chegou a cabo do Corpo de Fuzileiros Navais, logo após terminar o segundo grau. Em 1964, participou da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil posicionando-se ao lado dos que se opuseram ao Golpe de Estado que depôs João Goulart. Em consequência de sua atuação na revolta dos marinheiros de 1964 se exilou no México e, mais tarde, viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu clandestino em São Paulo, mesmo sem militância política, até ser preso pelo DOPS/SP em 03/06/1971.

No livro *Brasil Nunca Mais* consta que, retornando ao Brasil, Edgard entrou em contato com os pais em Recife e, depois, permaneceu dois meses em Bom Jardim (PE), antes de seguir para São Paulo, onde montou uma imobiliária em sociedade com um amigo. Em São Paulo, manteve contato com o agente infiltrado cabo Anselmo, recém chegado de Cuba, que lhe disse estar sem trabalho e moradia. Edgard o levou, então, para morar em seu apartamento na rua Martins Fontes, 268, apto 807, no centro da capital paulista. Nesse endereço, Edgard foi preso e levado para o DOPS/SP, onde permaneceu sob a responsabilidade do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Após a fase de interrogatórios, foi confinado na cela nº 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas). Até junho de 1973, ele passou por vários órgãos de repressão política e, durante esse período, conheceu diversos outros presos políticos, a quem relatou as torturas a que foi submetido e sua ligação com o cabo Anselmo. Entre esses presos políticos, que denunciaram sua prisão, estavam José Genoino Neto, Ivan Akselrud Seixas, Paulo Vannuchi, Manuel Henrique Ferreira e o casal Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles.

Edgard esteve no DOPS/SP, DOI-CODI/SP, DOI-CODI/Brasília e no Batalhão de Caçadores de Goiânia. Visto pela última vez em junho de 1973, no DOPS/SP, estava barbudo, cabeludo e muito debilitado fisicamente. Os carcereiros o retiravam periodicamente da cela no “fundão” e o levavam para um corredor para tomar sol, quando Edgar comentava com os outros presos que fatalmente seria morto. Numa dessas vezes foi conduzido encapuzado para a carceragem e espancado. Um dos algozes gritou: “Você mexeu com segredo de Estado, você tem que morrer”. Em julho de 1973, foi impetrado um habeas-corpus em favor de Edgard. Alcides Singilo, delegado do DOPS/SP, informou em resposta às autoridades judiciais que ele havia sido libertado. Ao ser desmentido, retrucou: “talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família. Ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal”.

Numa ficha da Coordenação de Execução da OBAN, encontrada no arquivo do DOPS/SP, consta que ele foi preso no dia 13/06/1971. No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, consta um registro de 10/08/1968 com o nome de soldado Fuzileiro Naval Edgard de Aquino Duarte. Seu nome estava entre as 17 fichas encontradas no arquivo do DOPS/PR numa gaveta identificada como “falecidos”.



JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA (1913–1973)

Número do processo: 015/96

Filiação: Maria Joaquina de Jesus e Teófilo de Souza

Data e local de nascimento: 12/07/1913, Pedro Afonso (TO)

Organização política ou atividade: PRT

Data e local do desaparecimento: 07/07/1973, Brasília (DF)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



DURVALINO PORFÍRIO DE SOUZA (1947–1973)

Número do processo: 005/96

Filiação: Rosa Amélia de Faria e José Porfírio de Souza

Data e local de nascimento: 23/10/1947, Pedro Afonso (TO)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 1973, Goiânia (GO)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

José Porfírio e seu filho Durvalino integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. A última informação acerca de José Porfírio data de 07/07/1973, na rodoviária de Brasília. Sobre Durvalino, não há qualquer registro de data, além do fato de ter desaparecido no mesmo ano em que o pai.

José Porfírio foi o carismático líder camponês da legendária mobilização de posseiros em conflito com latifundiários e grileiros de terras, nos anos 50, na região de Trombas e Formoso, hoje municípios independentes, em Goiás, próximos à divisa com o atual estado de Tocantins, à direita da rodovia Belém-Brasília, distando em linha reta pouco mais de 200 quilômetros de Brasília. Casado duas vezes, teve 18 filhos nos dois matrimônios. Quando desapareceu, aos 61 anos, estava casado com Dorina Pinto da Silva. Foi militante do Partido Comunista, da AP e do PRT. Sua primeira mulher, Roseira, morreu após ter sido agredida por jagunços. Durvalino foi preso em 1964 e passou a ter distúrbios mentais como consequência das torturas sofridas. Estava internado em uma clínica para tratamento, de onde desapareceu. Outro dos filhos de José, Manoel Porfírio, passou sete anos preso em São Paulo, condenado pela Justiça Militar por ser militante do PRT. Ao sair, integrou-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, na busca dos restos mortais e das reais circunstâncias da morte do irmão e do pai. Manoel Porfírio morreu em um acidente de carro, em 1994.

A história política de José Porfírio começou em 1949, quando tinha 36 anos e resolveu, juntamente com outros lavradores, deslocar-se de Pedro Afonso, sua terra natal no norte de Goiás, hoje Tocantins, e buscar terras melhores, numa região de serras e córregos na margem esquerda do rio Tocantins. Mais camponeses foram chegando, atraídos pela propaganda sobre colonização agrícola em Goiás. Por volta de 1951, foram iniciadas manobras cartoriais de grilagem das terras ocupadas pelos posseiros, que reagiram a todas as tentativas de expulsá-los. Teve início, então, uma tenaz resistência que se inscreveu como um dos capítulos mais importantes da luta pela reforma agrária no Brasil. Até hoje, publicações da imprensa, livros e teses universitárias pesquisam a história desse conflito agrário, mencionando muitas vezes a existência de uma "república" popular de Trombas e Formoso, pelo tipo de organização política, econômica e social ali vivida durante aqueles anos.

O Partido Comunista foi um importante vetor nessa mobilização, sendo que seu dirigente nacional Gregório Bezerra foi deslocado de Pernambuco para atuar durante alguns anos em Goiás, contribuindo na formação dos quadros partidários que influenciaram a liderança política de José Porfírio até integrá-lo ao partido por volta de 1956. Entre 1954 e 1957, a área foi palco de persistentes conflitos, muitas vezes envolvendo enfrentamento armado, com um número não conhecido de mortes, seja entre os camponeses, seja entre jagunços e policiais a serviço de latifundiários. As lutas de Trombas e Formoso só tiveram desfecho quando Mauro Borges, eleito em 1962 governador de Goiás, iniciou a distribuição de cerca de 20 mil títulos de propriedade.

Na mesma eleição de Mauro Borges, José Porfírio foi eleito deputado estadual de Goiás na coligação PTB-PSB, sendo o mais votado no estado. Pela primeira vez, um líder camponês chegava à Assembléia Legislativa de Goiás. Nesse período, ajudou a fundar a Associação dos

Trabalhadores Camponeses de Goiânia e foi um dos organizadores do Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte, em 1963. Cassado pelo primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, voltou para a região de Trombas e Formoso, tentando organizar alguma resistência ao golpe militar. Não obteve sucesso, a começar de seus próprios companheiros do PCB, que discordaram de qualquer tentativa de reação por considerarem mais prudente a atitude de recuo.

Desligou-se, então, do partido e foi viver no sul do Maranhão, onde se vinculou, posteriormente, à AP. Data desse período a prisão de Durvalino, que foi torturado para informar sobre o paradeiro do pai, resultando das torturas problemas mentais irreversíveis. José Porfírio, em 1968, alinhou-se na AP com o grupo dissidente liderado pelo padre Alípio Cristiano de Freitas e pelo ex-presidente da UNE Vinicius Caldeira Brandt, que fundou o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Foi preso na Fazenda Rivelião Angelical, povoado de Riachão, no Maranhão, em 1972, e levado para o DOI-CODI de Brasília.

Solto no dia 07/07/1973, foi almoçar com sua advogada, Elizabeth Diniz, que depois o levou até a rodoviária de Brasília para embarcar no ônibus para Goiânia. José já tinha a passagem comprada. Depois desse encontro, nunca mais foi visto.



LUIZ JOSÉ DA CUNHA (1943–1973)

Número do processo: 308

Data e local de nascimento: 02/09/1943, Recife (PE)

Filiação: Maria Madalena da Cunha e José Joviano da Cunha

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 13/07/1973, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 10/04/1997 por 6x1 (voto contrário do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 16/04/1997

Trinta e três anos depois de morto pelos órgãos de segurança do regime militar, o corpo de Luiz José da Cunha, conhecido como Crioulo, finalmente foi sepultado no dia 02/09/2006, no Cemitério Parque das Flores, em Recife, ao lado do túmulo de sua mãe, Maria Madalena. A cerimônia do traslado dos restos mortais de Crioulo começou em São Paulo no dia 1º de setembro com um ato inter religioso na Catedral da Sé, quando Amparo Araújo, viúva de Luiz José, recebeu oficialmente a urna com os seus restos mortais.

Nascido em Recife, em 1943 Luiz José iniciou sua militância no Partido Comunista quando ainda era estudante do Colégio Estadual Beberibe. Em 1965, participou do Comitê Secundarista da Guanabara, no Rio de Janeiro. Fez um curso de formação teórica e política marxista, em Moscou. Foi um dos primeiros a aderir à proposta de Carlos Marighela para organizar a ALN e participou de treinamento de guerrilha em Cuba, em 1969. Integrante do Comando Nacional da organização, foi o principal autor do documento Política de Organização, que abriu, em junho de 1972, um debate autocrítico sobre os problemas e as perspectivas das ações armadas naquele momento.

A verdade acerca das circunstâncias de sua morte somente foi conhecida a partir do exame do caso pela CEMDP. A notícia de que tinha morrido em tiroteio fora publicada em 13/07/1973. Sua ossada, sem o crânio, foi exumada do cemitério Dom Bosco, em Perus, em 1991, onde havia sido enterrado como indigente. Somente em junho de 2006, um exame de DNA realizado pelo Laboratório Genomic finalmente identificou com certeza científica aquela ossada como sendo sua.

De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Luiz José da Cunha tinha sido fuzilado “pela equipe do Grupo Especial do DOI-CODI-SP, chefiada pelo agente conhecido como ‘capitão Nei’ e tenente da Polícia Militar (PM) ‘Lott’, na altura do nº 2.220 da av. Santo Amaro, em São Paulo”. A partir do exame das fotos de seu corpo, no entanto, aquela versão oficial foi derrubada e a morte sob torturas ficou evidente. Com dois pedidos de vistas sucessivos, o caso somente veio a ser aprovado na CEMDP alguns meses depois.

As contradições detectadas a respeito do local exato da morte; a diferença de horários contida nos documentos oficiais; o fato de Luiz José ter dado entrada no IML/SP trajando “cueca de nylon vermelha e meias pretas”, depois de ter participado de um tiroteio na rua; o fato de o corpo ter permanecido no IML pouco mais de 12 horas, tendo sido enterrado como indigente, e de ter sido levado ao DOI-CODI-SP, conforme declaração de um preso político constante do processo, foram os elementos em que se apoiou a decisão da CEMDP. Esse preso político, Fernando Casadei Salles, assim testemunhou sobre os fatos: *“aos gritos de que o ‘Crioulo’ já era!..., os policiais comemoravam o êxito da operação. O clima de histeria estabelecido só seria superado pela chegada da caravana, quando as comemorações atingiram níveis indescritíveis. Imediatamente, um corpo, aparentemente inerte, foi retirado de uma das peruas e, coberto com um cobertor, foi estendido em frente à porta de entrada que dava acesso aos setores de carceragem e tortura daquele organismo policial. Não obstante do meu ponto de observação não ter sido possível a visualização concreta do cadáver de Luiz José da Cunha, não tenho dúvidas em afirmar tratar-se do próprio, por ter escutado várias vezes e insistentemente referências ao seu nome”.*

Além disso, foi solicitado pela CEMDP um parecer do perito criminal Celso Nenevê. Conforme o perito, *“o quadro das lesões contusas que a vítima apresenta na face não coaduna com a terminologia ‘tiroteio’, uma vez que, necessariamente, indicam uma proximidade do oponente quando de suas produções”.* Nenevê ressaltou que nenhum órgão vital, como o coração e o cérebro, fora atingido e que o número de lesões contusas, a sede de suas produções, a presença de reação vital e a similaridade de suas formas constituem indícios contundentes de dominação cruel e/ou tortura.

Segundo o perito, cumpre lembrar que Luiz José da Cunha sofreu, como descrito no laudo necroscópico, *“ferimento perfuro-contuso transfixante no terço médio da coxa direita com fratura e desvio completo do fêmur”*, estado patológico que certamente o impossibilitaria de se deslocar em estado de fuga, como mencionado na versão oficial. *“É absolutamente lógico inferir que, uma vez ferida nessa condição, a citada vítima tivesse, inclusive, dificuldades de sequer se manter em pé”.* *“Sem falar na causa mortis, hemorragia interna, com a produção de 1.200 ml de sangue fluído na região abdominal, onde não há qualquer ferimento que possa ter sido o causador de lesões nas artérias ou órgãos, mas indicativo sim de que, após ferido, sobreviveu por várias horas”.*



HELBER JOSÉ GOMES GOULART (1944–1973)

Número do processo: 241/96

Filiação: Jandyra de Souza Gomes e Geraldo Goulart do Nascimento

Data e local de nascimento: 19/09/1944, Mariana (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 16/07/1973, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 14/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/05/1996

Militante da ALN, Helber adotava o nome de guerra Euclides e foi preso e morto pelos agentes do DOI-CODI/SP. Nota oficial dos órgãos de segurança informou que ele morreu em tiroteio, às 16h do dia 16/07/1973, nas imediações do Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Nascido em Mariana, Minas Gerais, Helber estudou até a segunda série ginasial em sua terra natal, no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Começou a trabalhar muito cedo, aos 11 anos, entregando jornais; aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana; pouco depois como datilógrafo na Prefeitura. Mudou-se para São Paulo em 1961, com 17 anos, em busca de melhores condições de trabalho, permanecendo nessa cidade até 1963. Trabalhou como apontador na construção da hidrelétrica de Urubupungá, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), retornando a Mariana em 1968 e se mudando para Ouro Preto em 1969.

Interessado desde cedo nas questões políticas por influência do pai, militante comunista, passou a ser perseguido após abril de 1964 e respondeu a processo na Auditoria Militar de Juiz de Fora. Pertenceu ao PCB e chegou à ALN após ter se vinculado à Corrente. Em 1971, já

atuando na clandestinidade, foi deslocado para São Paulo. A partir de então, os contatos com a família foram sendo feitos através de cartas e de raros encontros. Os últimos foram nos meses de março e junho de 1973, pouco antes de sua morte.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar informam que Helber escapou de ser preso, em 09/11/1972, quando ele e Aurora Maria Nascimento Furtado foram abordados numa blitz em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, sendo aquela militante presa após baleiar um policial da Invernada de Olaria, conforme já relatado neste livro. Esses documentos incluem também Helber como um dos participantes do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio, em 02/09/1971, que deixou três vigilantes mortos.

Helber foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). Os restos mortais foram exumados e identificados por uma equipe da Unicamp. Traslados para Mariana (MG) em 13/07/1992, foram sepultados no Cemitério de Santana após missa celebrada por Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

As provas que contestam a versão dos órgãos de segurança do regime militar foram encontradas nos próprios documentos oficiais. O atestado de óbito, assinado por Harry Shibata, registra que Helber morreu às 16h. Na requisição de exame ao IML, assinada pelo então delegado Romeu Tuma, consta também que ele morreu às 16h, mas no verso mostra que o corpo deu entrada no necrotério às 8h do mesmo dia. Oito horas, portanto, antes do horário da morte registrada na requisição de Romeu Tuma, e 3h30min antes de ser abordado por agentes de segurança nos jardins do Museu do Ipiranga, conforme divulgaram as autoridades.

Segundo o relator do processo na CEMDP Helber já estava morto no dia 16 de julho. O relator considerou que ele morreu antes das 8h da manhã, horário da entrada de seu corpo no necrotério. O laudo necroscópico descreve equimoses e registra que morreu por *“choque hemorrágico oriundo de ferimento transfixante do pulmão no seu lobo inferior”*. O relator observa que, dadas as características do ferimento, a trajetória do projétil foi de frente para trás, da esquerda para a direita e de cima para baixo. Como Helber media 1,88m, *“o disparo só pode ter sido efetuado com o corpo caído ao chão”*. Na foto em que ele aparece sem barba, são visíveis marcas no pescoço, não descritas no laudo.

Após o deferimento unânime da CEMDP, o relator Nilmário Miranda mostrou ao perito Celso Nenevê a foto do corpo de Helber e o perito fez uma observação chocante: Helber não estava morto quando aquela foto fora tirada. Havia nela o registro de um nítido rictus de dor, com vincos marcando a testa, incompatíveis com o rosto de um cadáver.



HENRIQUE CINTRA FERREIRA DE ORNELLAS (? - 1973)

Número do processo: 357/96

Filiação: Maria Ferreira de Ornellas e Henrique Cintra de Ornellas

Data e local de nascimento: por volta de 1920, em Itapira (SP)

Organização política ou atividade: não consta

Data e local da morte: 21/08/1973, Brasília (DF)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 20/06/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU em: 25/06/1996

Paulista de Itapira mas radicado no Paraná, o advogado Henrique Cintra Ferreira de Ornellas era viúvo de Yara Walkyria de Carvalho Ornellas, com quem teve dois filhos, Manoel Augusto e Juliana. Antes do exame do processo pela CEMDP, a única informação citada no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos era de que, segundo informações prestadas à imprensa pelo general Antônio Bandeira, Henrique teria se suicidado no 8º Agrupamento de Artilharia Antiaérea, em Brasília, onde estava preso para averiguações. A verdadeira história de sua morte, conforme documentos anexados ao processo, foi então conhecida.

Henrique foi preso em Arapongas (PR), conforme descrito no livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos Filhos Deste Solo: "As prisões iniciaram-se no dia 18 de agosto de 1973 como demonstração de prepotência e de força, típicas da época: quatro peruas Veraneio da PF e do Exército invadiram a chácara onde renderam Ornellas e seus dois filhos, Manoel (17 anos) e Juliana (15 anos). Ornellas ficou algemado por várias horas enquanto tudo era revistado, devassado. Procuravam túneis secretos e provas de sua vinculação com os criminosos a que assistia como advogado criminalista mais conhecido e procurado da região"*. Foram presos também dois outros advogados, um tabelião e comerciantes da cidade.

Henrique foi conduzido inicialmente ao 30º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, em Apucarana (PR), sendo transferido no dia seguinte para Brasília num avião da FAB. Três dias depois, em 21/08/1973, quando teria sido encontrado sem vida em sua cela, enforcado com três gravatas de tergal pretas e um cinto preto, usava o mesmo pijama com que fora preso. O inquérito aberto para *"apurar responsabilidades de componentes de uma quadrilha de assaltantes"*, à qual estaria ligado, não comprovou qualquer envolvimento seu em atividades criminosas.

O livro de Nilmário e Tibúrcio também registra que *"a OAB protestou contra as prisões arbitrárias e as calúnias oficiais, e por intermédio do advogado Luís Carlos Sigmaringa Seixas, assistiu aos detidos. Dirigentes da OAB do Paraná, Rio, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Brasília foram a Arapongas acompanhar o enterro, apesar do clima repressivo, e a OAB desagravou publicamente os advogados presos"*.

A prisão de Ornellas por possíveis atividades políticas já constava no próprio comunicado oficial da Polícia Federal, publicada pela imprensa: *"o advogado Henrique Ornellas (...) perpetrou suicídio na tarde de ontem, nesta Capital Federal, onde se achava detido à disposição deste Departamento (...), após sua prisão (...), em operação efetivada pela PF, em decorrência da instauração de inquérito policial destinado a apurar responsabilidades de componentes ligados à subversão, que vinham atuando em alguns Estados da Federação (...)"*. O legista Hermes Rodrigues de Alcântara definiu como *causa mortis "asfixia por enforcamento"*.

Em seu voto, o relator do processo na CEMDP lembrou que o advogado Henrique Ornellas envolveu-se em atividades políticas em 1963, quando se candidatou a vereador na cidade de Arapongas (PR). Sua prisão, segundo a portaria de instauração de Inquérito Policial baixada pelo diretor-geral da Polícia Federal, estava baseada no fato de *"apenas apurar responsabilidades de componentes de uma quadrilha de assaltantes, corruptores, falsificadores e homicidas, com possíveis ligações com a subversão, que vem atuando em alguns Estados da Federação, em especial nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso"*. E concluiu que o processo traz *"prova eloqüente do suicídio do advogado, prova pericial e testemunhal: o suicídio deu-se em Quartel do Exército e foi aberto IPM para apurar os fatos cuja cópia consta do Processo"*. Termina seu parecer declarando que Henrique Ornellas *"foi preso, entre outras acusações, por motivos de supostas atividades subversivas e faleceu por causas não-naturais na prisão"*. O requerimento dos familiares foi dessa forma aprovado por unanimidade na Comissão Especial, sendo que dois integrantes desse colegiado fizeram registrar em ata que não concordavam com a tese de suicídio, acatada pelo relator.



MANOEL ALEIXO DA SILVA (1931–1973)

Número do processo: 193/96

Filiação: Maria Sabino da Silva e João Aleixo da Silva

Data e local de nascimento: 04/06/1931, São Lourenço da Mata (PE)

Organização política ou atividade: PCR

Data e local da morte: 29/08/1973, Ribeirão (PE)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/1996



EMMANUEL BEZERRA DOS SANTOS (1943-1973)

Número do processo: 219/96
 Filiação: Joana Elias Bezerra e Luiz Elias dos Santos
 Data e local de nascimento: 17/06/1947, São Bento do Norte (RN)
 Organização política ou atividade: PCR
 Data e local da morte: 04/09/1973, São Paulo (SP)
 Relator: Oswaldo Pereira Gomes
 Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 25/04/1996



MANOEL LISBÔA DE MOURA (1944-1973)

Número do processo: 137/96
 Filiação: Iracilda Lisbôa de Moura e Augusto de Moura Castro
 Data e local de nascimento: 21/02/1944, Maceió (AL)
 Organização política ou atividade: PCR
 Data e local da morte: 04/09/1973, em São Paulo (SP)
 Relator: Maria Eunice Paiva
 Deferido em: 18/03/96 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 21/03/96

Desde o final de julho de 1973 ocorreu em Recife e em outras cidades da região uma ofensiva dos órgãos de segurança dirigida contra o PCR – Partido Comunista Revolucionário, organização nascida entre 1966 e 1967 como dissidência do PCdoB, cuja atuação se limitou aos estados do Nordeste. Foram apontados como fundadores desse grupo o engenheiro Ricardo Zarattini, banido do Brasil em setembro de 1969 em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, Amaro Luís de Carvalho, o Capivara, assassinado em 1971 na Casa de Detenção de Recife, conforme já relatado neste livro, e Manoel Lisbôa de Moura, um dos três mortos em mais uma operação comandada pelo notório torturador do DOPS/SP Sérgio Paranhos Fleury. Pelo que foi possível reconstituir no âmbito da CEMDP, Manoel Lisbôa e Emmanuel Bezerra foram presos em Recife em 16 de agosto, enquanto Manoel Aleixo foi capturado no dia 29 do mesmo mês.

Manoel Aleixo da Silva, conhecido como Ventania, veterano militante das Ligas Camponesas e apontado como responsável pelo trabalho rural do PCR, foi preso no dia 29/08/1973, em sua casa, entre Ribeirão e Joaquim Nabuco, na Zona da Mata de Pernambuco. Sua viúva, Isabel Simplicia da Conceição, conta em depoimento anexado ao processo da CEMDP como foi a prisão: *“Estava em minha casa, deitada em nosso quarto, quando alguns homens (quatro ou cinco) dizendo ser amigos de Ventania o convidaram para descer o morro e foram em direção a um carro. Ainda ouvi quando um deles disse: vista a camisa Ventania e vamos descer, passa aí na frente. O carro estava escondido embaixo de uma árvore, e da janela vi eles entrando, era um carro grande e verde, mais escuro que a cana. Deu para ver o carro sim, a casa ficava num alto e dava para ver os homens de costas, eles estavam vestidos de roupas simples, só que um tinha botas de soldado. Foi tudo muito rápido, botaram Manoel no carro e saíram logo, e nunca mais soube dele vivo”*.

“Os companheiros me disseram que, alguns dias depois, saiu no jornal que aconteceu uns tiros em Ribeirão e que Ventania tinha morrido. Na conversa, soube que os tiros tinham sido trocados com um sargento do Exército, achei estranho pois ele não andava armado. Foi quando comecei a colocar as coisas na minha cabeça, tudo estava muito estranho e me lembrei que o carro verde parecia uma Veraneio do Exército, era muito verde, diferente do verde da cana. Manoel já tinha sido preso outras vezes, em 69, quando fazia dois anos que a gente tinha casado. Mas só queria ter filhos depois que tudo passasse, só quando muitos camponeses tivessem suas terras, queria justiça no campo. Acho que mataram ele porque era das Ligas Camponesas”, contou Isabel.

O inquérito instaurado no DOPS/PE reproduz a versão constante do auto de resistência lavrado por Jorge Francisco Inácio e testemunhado por outros dois agentes que teriam participado da busca: *“às 6h30, em cumprimento à determinação verbal do Diretor do Departamento de Ordem Social, acompanhado das testemunhas abaixo assinadas, depois de me identificar, perante Manoel Aleixo da Silva este, ao receber voz*

de prisão, reagiu fazendo disparos de arma de fogo, resultando a morte ao resistente, em face do revide da agressão sofrida". Esse mesmo policial prestou uma informação que o relator do processo na CEMDP detectou como inverossímil e contraditória. Jorge Francisco relata que foi prender Ventania acompanhado de um outro agente, desarmado: *"Severino estava desarmado, porque era a pessoa encarregada de abordar o elemento para fazer o seu reconhecimento(...)".* Conforme o relator do processo na Comissão Especial, a versão dos policiais esbarra em um questionamento muito simples: *"seria possível que, obedecendo ao pedido de busca do IV Exército, o DOPS enviaria para a detenção de um ex-presos político, que o IV Exército dizia ter treinamento de guerrilha, um agente desarmado"?*

Outro depoimento anexado ao processo na CEMDP, de Epitácio Ferreira, também derruba a versão de tiroteio: *"conheci Ventania, camponês, militante ativista das Ligas Camponesas de Pernambuco. (...) No dia em que Manoel foi preso, cruzei com ele, com vários homens dentro de um carro grande, que acho ser do Exército, num local próximo de Ribeirão, indo para Recife. O veículo estava parado e eu vinha a pé, quando percebi as pessoas do carro e Ventania dentro dele fazendo sinal para que eu passasse direto. Entendi que estava acontecendo algo anormal e fiz que não estava vendo nada; foi quando peguei uma condução e fui para Joaquim Nabuco, chegando lá fui até a casa de Manoel e a mulher dele, Isabel, disse que uns homens o haviam levado de carro. No dia seguinte Manoel foi assassinado com vários tiros, a notícia saiu no jornal como um tiroteio em Ribeirão, mas ele não andava armado e jamais havia participado de tiroteio. Foi quando comecei a pensar e percebi que ele havia sido torturado até a morte".*

Com a abertura dos arquivos secretos do DOPS/PE também foi possível entrever a verdade dos fatos. Ventania foi preso, levado para Recife e no dia seguinte para a periferia de Ribeirão, onde foi morto ou deixado morto com um único tiro nas costas, disparado por Jorge Francisco Inácio, na verdade um agente da repressão política, mas qualificado em seu depoimento ao DOPS apenas como funcionário público. A morte foi tratada pelo delegado do DOPS de Recife, José Oliveira Silvestre, notório torturador, como um ato de quem agiu no estrito cumprimento do dever legal, consoante a disciplina e a legislação em vigor. Mesmo não tendo poderes para atender à solicitação da viúva de restabelecer as reais circunstâncias da morte de Ventania, a CEMDP considerou legítima, em decisão unânime, a solicitação apresentada por ela à Comissão Especial, aprovando o requerimento e assegurando-lhe os benefícios da Lei nº 9.140/95.

Quanto aos outros dois mortos, a versão oficial dos órgãos de segurança registrou que, preso em Recife, Manoel Lisbôa informou à polícia ter um encontro marcado para o dia 04/09/1973, no Largo de Moema, em São Paulo, com Emmanuel, que regressava do Chile dias antes da deposição de Salvador Allende. Segundo os policiais, Emmanuel, ao chegar ao local do encontro percebeu que havia sido traído e atirou em Manoel Lisbôa. Os agentes da repressão então reagiram, matando os dois. Com essa cena fictícia, os órgãos de segurança do regime militar criavam uma versão fraudulenta para a morte dos dois militantes e, ao mesmo tempo, apresentava o dirigente principal do PCR como delator e responsável pela prisão de companheiros, como já tinha se tornado rotina desde o assassinato de Eduardo Leite, Bacuri, no final de 1970. O comunicado oficial ainda os acusava falsamente de participação no atentado contra Costa e Silva, ocorrido no aeroporto dos Guararapes, em Recife, em 1966.

A farsa criada pela polícia não se sustentou. Emmanuel Bezerra e Manoel Lisbôa foram presos em Recife (PE), sendo que este último, com certeza, em 16/08/1973. Esse fato foi confirmado taxativamente pela operária Fortunata, com quem Manoel Lisbôa conversava na praça Ian Flemming, no bairro de Rosarinho, Recife. Ele foi preso sob as ordens do agente policial e conhecido torturador Luís Miranda, de Pernambuco e do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury. Algemado, foi arrastado para um veículo e conduzido para o DOI-CODI do IV Exército, então situado no parque 13 de Maio. Fortunata, a operária, presenciou a cena. *"Foi uma verdadeira operação de guerra. Quando um homem se aproximou, ele fez menção de pegar a arma, mas foi inútil. De todos os lados da praça surgiam homens. Carros e carros surgiram".*

A requisição do exame necroscópico de Manoel Lisbôa foi assinada pelo delegado Edsel Magnotti, e o laudo pelos médicos legistas Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues, que confirmaram a versão oficial. Mas, segundo denúncia de Selma Bandeira Mendes, companheira de Manoel Lisbôa, e de outros presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP, ele passou 19 dias sob tortura intensa. Apresentava marcas de queimaduras por todo o corpo e estava quase paralisado.

Manoel Lisbôa de Moura era o principal dirigente do PCR e desde seus tempos de escola secundária em Maceió, demonstrou interesse pelos problemas sociais, engajando-se no Movimento Estudantil alagoano. Como secundarista, participou do Conselho Estudantil do Colégio

Estadual de Alagoas, foi diretor da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA) e, aos dezesseis anos, ingressou na Juventude Comunista. Foi editor do jornal *A Luta*, de circulação clandestina e instrumento de mobilização e combate ao regime militar. Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, onde organizou o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), apresentou e dirigiu peças de teatro, envolvendo, inclusive, operários da estiva. Após a deposição de João Goulart, foi preso, expulso da Universidade e teve cassados os seus direitos políticos. Nessa ocasião, já pertencia ao PCdoB.

Lisbôa transferiu-se depois para Recife (PE), onde prosseguiu em sua militância política enquanto trabalhava na Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne). Em julho de 1966, foi preso pela segunda vez, logo após o atentado contra Costa e Silva, ocorrido no Aeroporto dos Guararapes. A polícia não conseguiu incriminá-lo, pois o inquérito comprovou que ele no momento do ocorrido estava trabalhando na Cerne com seu irmão, engenheiro e capitão do Exército. Posto em liberdade quatro dias depois, concluiu pela necessidade de dedicar-se exclusivamente à militância política clandestina. O PCR nunca foi além da realização de ações armadas de pequeno impacto, voltadas para obtenção de infra-estrutura. Os órgãos de segurança incluíam Manoel Lisbôa como participante de uma tentativa de capturar um taxi para ações armadas, que resultou em reação e morte do taxista, embora não tenha sido ele o autor dos disparos.

A relatora de seu processo na CEMDP votou pelo acolhimento do pedido, registrando que os órgãos oficiais conheciam a identidade de Manoel e que mesmo assim ele fora enterrado como indigente em caixão lacrado e em sepultura que não podia ser identificada pela família. Na opinião da relatora, isso fazia deduzir que a morte por causas não naturais estava relacionada com a tortura, embora não atestada no exame do corpo do delicto.

O relator do caso de Emmanuel na CEMDP argumentou que a morte do militante deu-se da mesma forma, data, local e circunstâncias que a de Manoel Lisbôa de Moura, cujo *"requerimento da família teve apreciação unânime, pelo deferimento, desta Comissão"*, concluindo que, *"a versão da morte em tiroteio de um elemento já preso, que é levado ao encontro de outro e desse tiroteio não há notícia de ferimento em nenhum elemento da Segurança não convence o relator, como não convenceu no caso de Manoel Lisbôa de Moura"*. As fotos do IML anexadas ao processo na CEMDP mostram um corte no lábio inferior de Emmanuel, produzido pelas torturas, que o legista Harry Shibata afirmou ser fruto de um tiro. Segundo denúncia dos presos políticos na época, Emmanuel foi morto sob torturas no DOI-CODI, onde o mutilaram, arrancando-lhe os dedos, umbigo, testículos e pênis.

Emmanuel era filho de pescadores e fez o curso primário na Escola Isolada de São Bento do Norte (RN), onde nasceu. Em 1961, transferiu-se para Natal, para estudar no Colégio Atheneu. Na 3ª série ginásial Emmanuel fundou com outros colegas o jornal *O Realista*, de denúncia política. Logo em seguida, já durante o regime militar, Emmanuel criou *O Jornal do Povo*, publicação com correspondentes em vários municípios do Rio Grande do Norte. Ingressou na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, em 1967, onde foi militante ativo do Diretório Acadêmico "Josué de Castro". Ainda em 1967, foi eleito presidente da Casa do Estudante e delegado ao 29º Congresso da UNE em São Paulo. Tornou-se, em 1968, diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desempenhando função de liderança no meio universitário. Nesse mesmo ano organizou a bancada dos estudantes potiguares para o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), onde foi preso. Enquadrado no decreto 447, foi expulso da universidade.

Emmanuel tinha militado no PCB e incorporou-se ao PCR em 1967. Logo após a decretação do AI-5, foi preso, condenado e cumpriu pena até outubro de 1969. Libertado, Emmanuel passou a atuar na clandestinidade, em Pernambuco e Alagoas, já como dirigente nacional do seu partido. Realizou viagens ao Chile e Argentina em missão partidária, buscando aglutinar exilados brasileiros. Além de militante político, Emmanuel era uma pessoa ligada à arte e à cultura, tendo participado de diversas manifestações artísticas em Natal.

A Escola Isolada de São Bento do Norte e o Grêmio Estudantil da Escola Estadual João XXIII têm hoje o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, assim como uma rua no bairro de Pitimbu, em Natal. Em novembro de 1994, o Programa Especial de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Maceió criou o Projeto Rua Viva e homenageou os mortos e desaparecidos políticos alagoanos, entre eles Manoel Lisbôa de Moura, denominando ruas da cidade com os seus nomes. Também segue em atividade, em Recife, o Centro Cultural Manoel Lisbôa, ligado a militantes do PCR.



PAULO STUART WRIGHT (1933-1973)

Número do processo: 076/96

Filiação: Maggie Belle Wright e Lothan Ephrain Wright

Data e local de nascimento: 02/07/1933, Joaçaba (SC)

Organização política ou atividade: APLM

Data e local do desaparecimento: setembro de 1973, no estado de São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Filho de missionários presbiterianos norte-americanos, nascido em Joaçaba (SC), Paulo Stuart Wright sempre se preocupou com as condições de trabalho dos operários. Essa preocupação o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles (EUA), nas férias dos seus estudos de pós-graduação em sociologia. Nos Estados Unidos também fundou um grupo contrário à discriminação racial. Estava fazendo o doutorado em sociologia quando – filho de americanos que era – foi convocado para a guerra da Coreia. Teve de deixar os Estados Unidos e passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, o casal se engajou num projeto da Igreja Presbiteriana nas fábricas paulistas. Ele aprendeu o ofício de torneiro-mecânico e atuou no bairro operário de Vila Anastácio. Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num hospital do antigo IAPC, quando a criança faleceu por falta de assistência adequada. Jurou que lutaria para que isso não se repetisse na vida de outros operários. De volta ao seu estado natal, Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o dos metalúrgicos. Assumiu uma Secretaria municipal e foi o primeiro candidato protestante à Prefeitura da cidade, em 1960. Concorreu pelo PTB e perdeu por 11 votos. Ainda nesse mesmo ano, tornou-se secretário regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e dirigiu a Imprensa Oficial de Santa Catarina. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo PSP.

Denunciou o controle de grupos oligárquicos de Santa Catarina sobre a pesca e organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral daquele estado, reunindo-as, em seguida, numa Federação – a Fecopesca – para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores (o que inspirou Dias Gomes, na novela *O Bem Amado*).

Na véspera do Natal de 1963, sofreu um atentado, mas conseguiu convencer o ex-sargento contratado para matá-lo de que tal crime seria contrário aos interesses da sua própria classe. Esse sargento teria sido contratado pelo suplente de Paulo Wright, um bicheiro ligado a Adhemar de Barros, o corrupto governador paulista que já atuava abertamente em favor de um golpe militar para depor João Goulart. Depois de abril de 1964, a Assembléia Legislativa catarinense, para demonstrar sua adesão ao novo regime e sob pressão da Marinha e da Secretaria de Segurança Pública, sentiu-se na obrigação de cassar o mandato político de algum deputado considerado subversivo. Como Paulo Wright não usava gravata e paletó quando subia à tribuna, acabou sendo cassado por “*falta de decoro parlamentar*”. Registre-se que o próprio PTB, partido do presidente da República deposto, votou a favor da cassação.

Asilou-se no México, de onde voltou, clandestinamente, um ano depois. Começou então a sua militância clandestina como dirigente da AP. De acordo com documentos dos órgãos de segurança, foi o representante oficial dessa organização na reunião da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana em agosto de 1967. Teria recebido treinamento militar tanto naquele país quanto em Pequim. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações.

Entre 1971 e 1972, ao lado do principal dirigente da AP, Jair Ferreira de Sá, alinhou-se com a ala dessa organização que se opôs à incorporação de seus militantes ao PCdoB, após uma longa disputa interna que culminou, em setembro de 1972, com a separação definitiva dos dois grupos. A chamada maioria foi incorporada ao PCdoB, entre eles o atual presidente do partido, Renato Rabelo ao passo que Paulo Wright, Jair, Honestino Guimarães e outros militantes mantiveram-se na AP, já rebatizada como Ação Popular Marxista Leninista.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi seqüestrado e levado ao DOI-CODI/SP, onde foi morto sob torturas em 48 horas. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante da APLM na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo combinou que desceria em outro ponto.

Ao chegar em sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo foi preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi despido e passou a ser torturado violentamente. Nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava há pouco, quando estavam no trem. Foram impetrados *habeas-corporis* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram tomadas visando à sua localização. A primeira providência foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-CODI, onde falaram com um sargento que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright. O advogado José Carlos Dias, que pertenceu à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e, posteriormente, seria ministro da Justiça, também apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-CODI/SP, Maria Diva de Farias.

Além das iniciativas tomadas pelos familiares no âmbito nacional, em virtude da sua dupla cidadania foram realizadas iniciativas também junto ao Departamento de Estado e ao Senado dos Estados Unidos. As autoridades brasileiras, na época, continuaram negando a prisão de Paulo, entendendo que se tratava de uma ingerência do governo norte-americano, porque ele havia sido deputado da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Apesar de todos os esforços empreendidos pelos familiares, sua prisão nunca foi confirmada e seu corpo até hoje não foi encontrado. Sua ficha foi encontrada na gaveta dos arquivos secretos do DOPS/PR que continha 17 militantes de oposição ao regime militar com a anotação "falecidos".

Esse seu irmão, Jaime Wright, pastor presbiteriano, tornou-se um grande símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sendo em outubro de 1975 um dos co-celebrantes do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé em protesto contra a morte sob torturas de Vladimir Herzog, e também um dos responsáveis pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, que propiciou profundo inventário das torturas e dos assassinatos perpetrados pelos porões do regime militar.



UMBERTO DE ALBUQUERQUE CÂMARA NETO (1947-1973)

Número do processo: 025/96

Filiação: Mariluce de Sá Leitão Câmara e Roberto Alves Câmara

Data e local de nascimento: 02/05/1947, Campina Grande (PB)

Organização política ou atividade: APML

Data e local do desaparecimento: 08/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Paraibano de Campina Grande, Umberto tinha sido estudante de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco. Foi presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade, que hoje se chama DAMUC – Diretório Acadêmico de Medicina Umberto Câmara Neto. Em 1968, já militando na AP, foi escolhido representante daquele estado na chapa de Jean Marc Von der Weid, formada por aquela organização clandestina em aliança com o PCdoB para dirigir a UNE, sendo preso no 30º Congresso da entidade, em Ibiúna (SP). Era constantemente ameaçado pelos órgãos de repressão e também por organizações paramilitares como o CCC – Comando de Caça aos Comunistas, que, conforme já mencionado neste livro-relatório, assumiu a autoria do assassinato do Padre Henrique e do atentado contra Cândido Pinto, que restou paraplégico, também em Recife no mesmo período. Em 1969, Umberto foi escolhido como um dos vice-presidentes da UNE.

Em 1972, ainda no Movimento Estudantil, participou da tentativa de organizar as comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna, frustradas nos principais estados pela intervenção dos órgãos de segurança que efetuaram dezenas de prisões, intolerantes até mesmo quanto a atividades culturais desse tipo. No final de 1972, já estava submetido a vários processos na Justiça Militar e tinha de viver e atuar em estrita clandestinidade. Alinhou-se com Paulo Wright e Honestino Guimarães na cisão sofrida pela AP nesse período, recusando o ingresso no PCdoB, e permaneceu como militante da APML. Foi preso no dia 08/10/1973 pelo DOI-CODI, no Rio de Janeiro, depois de ter encontrado numa viagem de ônibus seu companheiro de organização, assassinado pelos órgãos de segurança 20 dias depois, José Carlos Novaes da Mata Machado, que provavelmente já estava sendo seguido, conforme será exposto adiante, na apresentação de seu caso.

Documento encontrado nos arquivos secretos do DOPS/SP registra: *"nascido em 1947, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, preso no dia 08/10/73, no Rio de Janeiro"*. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa erroneamente que Humberto *"foi visto em Recife em Jul/74"*, enquanto o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, confirma sua morte em outubro de 1973. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo da Lei nº 9.140/95.



HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES (1947-1973)

Número do processo: 100/96

Filiação: Maria Rosa Leite Monteiro e Benedito Monteiro Guimarães

Data e local de nascimento: 28/03/1947, Itaberaí (GO)

Data e local do desaparecimento: 10/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: APML

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Presidente da UNE depois da interrupção de seu 30º Congresso em Ibiúna e da prisão de Jean Marc von der Weid, Honestino era goiano de Itaberaí e foi casado com Isaura Botelho Guimarães, com quem teve a filha Juliana. Em 1960, sua família se mudou para Brasília quando era inaugurada a nova capital da República, e Honestino se matriculou na quarta série ginasial do Colégio Elefante Branco, apelidado durante o regime militar de Elefante Vermelho, devido ao engajamento político de seus estudantes. Iniciou o colegial nessa escola, concluindo-o no CIEM – Centro Integrado de Ensino Médio. Ainda secundarista, começou a atuar no Movimento Estudantil. Com apenas 17 anos, passou no vestibular de 1965 para cursar Geologia na Universidade de Brasília, obtendo o primeiro lugar entre os vestibulandos de todos os cursos. Seu irmão relata que ele somou 257 pontos num total de 260, sendo que o segundo colocado estava 43 pontos atrás dele.

Foi presidente do Diretório Acadêmico da Geologia e durante uma de suas prisões, sem se candidatar, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Sua primeira prisão ocorreu em 1966 e voltou a ser preso no primeiro semestre de 1968. Em 29/08, a violenta e desastrosa invasão policial do campus da Universidade de Brasília teve como um de seus objetivos localizar Honestino, que foi preso sob intensa pancadaria, enquanto os estudantes queimaram viaturas policiais, ocorrendo detenções em massa.

Foi sua prisão mais longa e, depois de solto, passou a viver na clandestinidade, sendo dessa forma impedido de concluir os últimos três meses que faltavam para se formar geólogo. Três dias antes da edição do AI-5, deixou Brasília e se escondeu em Goiânia. A mãe de Honestino relatou que, naquele período, sua casa chegou a ser invadida mais de dez vezes por agentes policiais. Numa dessas invasões de domicílio, Norton, o irmão mais novo de Honestino, de 18 anos, foi levado ao DOPS e, depois, ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército, para revelar seu paradeiro. Na luta para soltar Norton, o pai de Honestino ficou praticamente três noites sem dormir e, como consequência, dormiu ao volante no trânsito, morrendo em 17/12/1968.

Entre 1969 e 1972, Honestino viveu em São Paulo desempenhando as atividades de dirigente da UNE e militante da AP. No final de 1972, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso pelo CENIMAR em 10/10/1973. Sua mãe o procurou por todos as unidades de segurança e chegou a obter a promessa de que poderia visitá-lo, no PIC de Brasília no Natal daquele ano, o que se comprovou ser mais um engodo. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do Anexo da Lei nº 9.140/95. Conforme já relatado na apresentação de casos anteriores, Honestino discordou da incorporação da AP ao PCdoB, discutida em 1971 e 1972 e, quando morto, fazia parte da APML, ao lado de Paulo Wright, Umberto Câmara Neto e outros militantes.

Antes de ser preso e morto, Honestino escreveu uma mensagem pública intitulada *"Mandado de Segurança Popular"*, iniciativa imaginada por ele mesmo denunciando que os órgãos de segurança do regime militar já tinham mandado recados de que seria morto se localizado. Divulgado de forma clandestina, principalmente no meio universitário, o documento afirmava:

"A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada há quase cinco anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição de que sou objeto. Nada menos de 25 anos

em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso País. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de exceção: os tribunais militares. Depois, a brutalidade das prisões e as maiores violências nas fases dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. (...) Daí o porquê de não me entregar. Não reconheço nem posso reconhecer como 'justiça' o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo mundo".

Em Salvador, em 1979, os 10 mil estudantes universitários que se reuniram no congresso de reconstrução da UNE enfeitaram o ambiente com um gigantesco painel estampando o rosto de Honestino, e deixaram na mesa que presidiu o evento uma cadeira vazia em sua homenagem. O DCE da Universidade de Brasília foi batizado com o seu nome e em 26/08/1997, o reitor João Cláudio Todorov outorgou o título de Mérito Universitário a Honestino Guimarães.

O nome de Honestino já foi conferido, em homenagem, a vários equipamentos públicos em diferentes estados. Em São Paulo, a prefeita Luiza Erundina inaugurou o complexo viário João Dias, composto de três viadutos. Um deles recebeu o nome de Honestino Guimarães e os outros dois de Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Frederico Eduardo Mayr. Mais recentemente, em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado, ao lado da Catedral de Brasília, o majestoso edifício do Museu Nacional Honestino Guimarães, construído pelo Governo do Distrito Federal e executado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que o inaugurou no dia em que completava 99 anos. Como parte dos preparativos para comemoração do 70º aniversário de fundação da UNE, seus dirigentes planejam lançar oficialmente o Centro de Estudos Honestino Guimarães da União Nacional dos Estudantes.



WÂNIO JOSÉ DE MATTOS (1926 - 1973)

Número do processo: 275/96

Data e local de nascimento: 27/04/1926, em Piratuba (SC)

Filiação: Luísa Santos de Mattos e José Antônio de Mattos

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 16/10/1973, em Santiago do Chile

Relator: Acatado parecer do Dr. Márcio Gontijo, assessor jurídico da CEMDP, pelo indeferimento

Indeferido em: 15/05/1997 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 20/05/1997

Capitão da Polícia Militar de São Paulo e jornalista, nascido em Piratuba, Santa Catarina, em 1926, era acusado pelos órgãos de segurança do regime militar de apoiar as atividades da VPR, integrando a sua área de Inteligência. Preso por agentes da OBAN em abril de 1970, foi expulso da PM e banido para o Chile em 1971, junto com outros 69 presos políticos, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Naquele país, trabalhou como professor universitário.

Com o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11/09/1973, no Chile, Wânio e a mulher foram presos e levados para o Estádio Nacional, em Santiago, conforme testemunho da exilada Marijane Vieira Lisbôa. Morreu em 16 de outubro daquele ano, sem tratamento médico, em consequência de ferimentos causados durante a prisão. A certidão de óbito emitida pelo Hospital de Campanha do Estádio Nacional, sem assinaturas de médicos legistas, deu como causa da morte "*peritonite aguda*". A família só teve conhecimento das circunstâncias da morte de Wânio com a divulgação do Relatório Rettig, em 1991, pela Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que inventariou as violações de Direitos Humanos durante a ditadura de Pinochet. Com base nesse reconhecimento oficial assumido pelo governo do Chile, os familiares receberam indenização definida por lei daquele país.

O processo formado junto à CEMDP foi indeferido porque prevaleceu a interpretação de que não restou comprovada, com as informações disponíveis no momento de julgamento do caso, que o Estado brasileiro tivesse responsabilidade pela morte. O reexame do caso foi aventado pelo jornalista Lucas Figueiredo, em 15/04/2007, quando publicou simultaneamente no *Correio Braziliense* e no Estado de Minas matérias divulgando o conteúdo do chamado *O Livro negro do terrorismo* no Brasil, produzido pelo Exército entre 1986 e 1988. Escreve o jornalista:

"Outro trecho revelador do livro refere-se a Wânio José de Mattos, integrante da VPR que desapareceu no Chile em setembro de 1973, após o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende. Só em 1992, quando os arquivos chilenos foram abertos, a família foi informada pelas autoridades daquele país que, por falta de atendimento médico, Wânio morreu de peritonite aguda no Estádio Nacional, onde se encontrava preso. Contudo, pelo menos quatro anos antes da abertura dos arquivos chilenos, o Exército brasileiro já tinha conhecimento da versão, como mostra a página 788 do livro secreto. O trecho em que se lê 'Wânio José de Mattos morreu no Chile, em 1973, com peritonite' é mais uma prova de que, a partir do início da década de 1970, as ditaduras latino-americanas atuavam em estreita sintonia na guerra suja que travavam sobre seus opositores, parceria que ficou conhecida com o nome de Operação Condor".

Por último, em 22/07/2007 o jornalista Cláudio Dantas Sequeira publicou no *Correio Braziliense* matéria sobre documentos secretos do Itamarati durante o período ditatorial, reforçando a possibilidade de que autoridades brasileiras tenham contribuído para a prisão e morte de Wânio, visto que fica comprovada a existência de vigilância permanente sobre todos os exilados brasileiros, especialmente no Chile. A reportagem menciona que no Informe 656, de 31/12/1973, o Itamaraty é formalmente comunicado da morte de Wânio em 16/10/1973, nove anos antes do reconhecimento oficial pelo governo chileno e 20 anos antes de os ministérios brasileiros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica terem informado oficialmente ao ministro da Justiça Maurício Corrêa que não sabiam daquela morte.



ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA (1950-1973)

Número do processo: 123/96

Filiação: Maria de Lourdes Guedes de Lima e João Custódio de Lima

Data e local de nascimento: 24/05/1950, Recife (PE)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 18/03/1996 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e de João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 21/03/1996



RAMIRES MARANHÃO DO VALLE (1950-1973)

Número do processo: 096/96

Filiação: Agrícola Maranhão do Valle e Francisco Clóvis Marques do Valle

Data e local de nascimento: 02/11/1950, Recife (PE)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95



RANÚSSIA ALVES RODRIGUES (1945-1973)

Número do processo: 124/96

Filiação: Áurea Alves Siqueira e Moisés Rodrigues Vilela

Data e local de nascimento: 18/06/1945, Garanhuns (PE)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes

Deferido em: 18/03/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/03/1996



VITORINO ALVES MOITINHO (1949-1973)

Número do processo: 085/96

Filiação: Yolinda Alves Moitinho e Izaú Lopes Moitinho

Data e local de nascimento: 03/01/1949, Poções (BA)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Esses quatro militantes do PCBR foram mortos pelos órgãos de segurança do regime militar em 27/10/1973, no Rio de Janeiro, e a cena para legalização das execuções foi montada na Praça Sentinela, em Jacarepaguá. Ramires, Almir e Vitorino aparecem totalmente carbonizados dentro de um Volkswagen, enquanto o corpo de Ranúsia jaz baleado, embora não queimado. Foram esses os últimos membros do PCBR a serem mortos no longo ciclo do regime militar, encerrando a série iniciada com o assassinato sob torturas de Mário Alves, principal dirigente e fundador do partido, em janeiro de 1970, no DOI-CODI/RJ. Em outubro de 1973, quando dessas últimas quatro mortes, o PCBR já estava reduzido a um pequeno círculo de militantes.

Os documentos oficiais dos arquivos dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica mostram versões desencontradas sobre a morte dos quatro militantes. Alguns fatos só começaram a ser esclarecidos com a abertura dos arquivos secretos do DOPS, no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

No dia 29/10/1973, a imprensa carioca apenas noticiou a morte de dois casais em Jacarepaguá. O *Jornal do Brasil* estampou "*Polícia especula, mas nada sabe ainda sobre os casais executados em Jacarepaguá*", enquanto *O Globo* noticiou: "*Metralhados dois casais em Jacarepaguá*". Nenhum dos jornais citou nomes dos mortos. O mesmo ocorreu na matéria da revista *Veja*, de 07/11/1973, "*Quem Matou Quem?*". Somente em 17/11/1973, tanto em *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil*, respectivamente, sob os títulos "*Terroristas Morrem em Tiroteio com as Forças de Segurança*" e "*Terroristas São Mortos em Tiroteio*", se lê: "*em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ranúsia Alves Rodrigues, 'Florinda', e Almir Custódio de Lima, 'Otávio', pertencentes à organização clandestina subversiva intitulada PCBR*".

Os nomes de Vitorino e Ramirez não foram citados nas matérias e, como conseqüência, esses dois militantes passaram a figurar nas relações de desaparecidos políticos, integrando a lista anexa à Lei nº 9.140/95.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio assim registraram o episódio:

"Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: 'Afastem-se porque a barra vai pesar'. O repórter de Veja (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: 'Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros'. (...) Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados".

Essa mulher era Ranúsia Alves Rodrigues, pernambucana de Garanhuns e estudante de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. Já tinha sido presa uma vez, em Ibiúna (SP), em 1968, quando participava do 30º Congresso da UNE, sendo expulsa da universidade pelo Decreto 477 no ano seguinte. Vivendo na clandestinidade como militante do PCBR teve uma filha, Vanúsia. Atuava no Rio de Janeiro desde outubro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar sustentavam que ela teria participado, como cobertura médica, da execução do delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr, do DOI-CODI/SP, em Copacabana, no dia 25/02/1973. Sua foto e seu nome tinham sido divulgados, erroneamente, como uma das pessoas mortas na chamada Chacina de Quintino, em 29/03/1972, conforme já relatado neste livro-relatório, no lugar de Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo.

Ramires Maranhão do Valle nasceu em Recife e, no final de 1961, passou no exame para cursar o Colégio Militar, embora não tenha conseguido vaga. Matriculou-se então no colégio São João, estudando até a 3ª série ginasial e destacando-se também em atletismo. Devido à composição social elitista dessa escola, enfrentou conflitos com colegas que se opunham ao governo estadual de Miguel Arraes. Depois de abril de 1964, preferiu transferir-se para o colégio Carneiro Leão, onde concluiu a 4ª série. Interessado em agricultura, foi cursar o colegial na Paraíba, na escola agrícola Vidal Negreiros, em Bananeiras. Permaneceu apenas um ano nesse estabelecimento e retornou a Recife, matriculando-se no colégio salesiano Sagrado Coração. Não chegou a concluir o curso secundário devido às perseguições policiais por sua atuação política no meio estudantil. Na primeira vez em que foi preso, aos 16 anos, estava participando de manifestação do Movimento Estudantil contra o acordo MEC-USAID, nas escadarias da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Junto com ele foi preso Fernando Santa Cruz, que também seria assassinado pelos órgãos de segurança em 1974. Nessa ocasião, Ramires permaneceu oito dias no Juizado de Menores.

No enterro do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, assassinado em Recife em 21/08/1969, Ramires, rompendo a vigilância policial, promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da Ponte da Torre, por onde passava o cortejo. Em decorrência da perseguição policial que se seguiu, teve de passar à vida clandestina, vinculando-se ao PCBR. Atuou clandestinamente em Fortaleza (CE) e radicou-se no Rio de Janeiro em 1971. Em todo esse período, manteve contato com parentes através de cartas, telefonemas ou mesmo visitas, embora raras. O último encontro aconteceu em fevereiro de 1972. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar atribuem a ele participação em várias ações armadas, inclusive em duas execuções: a do delegado Octavinho, mencionada há pouco e a do ex-presos político do PCBR Salatiel Teixeira Rolins, acusado por seus companheiros de ser responsável pela prisão de Mário Alves.

Seu desaparecimento foi denunciado pela família à ONU, ao Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos do governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. No Relatório do Ministério do Exército, de 1993, consta que foi morto junto com dois companheiros em tiroteio com as forças de segurança.

O pernambucano Almir Custódio de Lima tinha 23 anos quando foi morto. Fez o curso médio na Escola Técnica Federal de Recife e foi metalúrgico, tendo trabalhado na Aluferco, no Rio de Janeiro. Casou-se aos 21 anos com Nadja Maria de Oliveira, em 10/08/1971. Não foi possível reunir mais informações sobre sua biografia e sobre atividades políticas anteriores. O *"Livro Negro do Terrorismo no Brasil"*, de autoria atribuída ao Centro de Informações do Exército, registra que os quatro militantes do PCBR foram localizados a partir de uma operação em que Almir passou a ser seguido intensamente, após denúncia de um informante na primeira quinzena de outubro de 1973. Esse documento também o inclui entre os participantes da execução de Salatiel Teixeira Rolins, num bar do Leblon, dia 22/07/1973, onde teria pixado uma parede com a sigla PCBR e jogado sobre o cadáver panfletos assinados "Comando Mário Alves".

Vitorino Alves Moitinho, o Tiba, saiu de São Mateus (ES) para estudar e trabalhar no Rio de Janeiro, indo morar com seus irmãos no Catete. Enquanto estudava trabalhou também como bancário e operário. Respondeu a alguns processos por sua militância política, sendo por esse motivo obrigado a viver na clandestinidade. Já militando no PCBR, tinha sido preso antes, na ofensiva contra esse partido ocorrida no Nordeste em março de 1972, deixando como saldo as mortes de Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, Miriam Lopes Verbena e Ezequias Bezerra da Rocha, cujos casos já foram apresentados neste livro-relatório. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que ele *"teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida"*. Não há confirmação de sua morte no Relatório do Ministério do Exército, mas o da Aeronáutica afirma que Vitorino foi *"morto em 27/10/1973, num carro, em Jacarepaguá, juntamente com outros três militantes do PCBR"*. Documentos dos órgãos de segurança o incluem, ao lado de Ramires, como autor dos disparos que mataram Salatiel Teixeira Rolins.

Todos os corpos deram entrada no IML como desconhecidos e foram necropsiados por Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, que confirmaram a versão oficial. A partir de 1991, com os documentos encontrados em arquivos do DOPS foi comprovada a morte dos dois desaparecidos. Documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22/11/1973, de nº 575, encontrado no arquivo do antigo DOPS/SP, afirma: *"dia 27/10/1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranússia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho"*.

Apesar de os quatro militantes estarem perfeitamente identificados, os órgãos de segurança omitiram as mortes de Ramirez e Vitorino e ainda enterraram todos sem identificação, como indigentes, no cemitério Ricardo de Albuquerque, Rio de Janeiro. Em 02/04/1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de duas mil outras ossadas.

No arquivo do DOPS/RJ foi encontrado um documento do I Exército, de 29/10/1973, que narra o cerco aos quatro militantes desde o dia 08/10/1973, culminando com a prisão de Ranúsia na manhã do dia 27/10/1973. O documento inclui interrogatório e declarações de Ranúsia no DOI-CODI/RJ. O relatório fala de farta documentação encontrada com ela e menciona a morte dos quatro militantes, dando-lhes os nomes completos. A versão divulgada pelo DOPS é que os militantes do PCBR perceberam a presença de "elementos suspeitos" e tentaram fugir, acionando suas armas. Como o carro teria começado a pegar fogo, não foi possível retirar as pessoas que estavam dentro. Laudo e fotos da perícia no local mostram Ranúsia morta perto do carro, tendo ao fundo um Volkswagen incendiado, onde estavam carbonizados Ramires, Vitorino e Almir.

A CEMDP analisou os processos de Almir e Ranúsia, visto que os outros dois casos já foram reconhecidos automaticamente pela inclusão no Anexo da Lei nº 9.140/95. Em seu parecer, o relator general Osvaldo Pereira Gomes considerou que a versão oficial era verdadeira, apesar de alguns pontos considerados obscuros. Propôs aprovação somente do processo de Ranúsia, que nos documentos resgatados dos arquivos policiais aparecia como presa, e o indeferimento no caso de Almir. No entanto, a maioria da CEMDP aprovou os dois processos, considerando que todos foram mortos nas mesmas circunstâncias e que a versão oficial não se sustentava após exame das provas anexadas.



GILDO MACEDO LACERDA (1949-1973)

Número do processo: 023/96

Filiação: Justa Garcia Macedo Lacerda e Agostinho Nunes Lacerda

Data e local de nascimento: 08/07/1949, Ituiutaba (MG)

Organização política ou atividade: APML

Data e local da morte: 28/10/1973, em Recife (PE)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996



JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO (1946-1973)

Número do processo: 022/96

Filiação: Yedda Novaes Mata Machado e Edgar Godoi Mata Machado

Data e local de nascimento: 20/03/1946, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: APML

Data e local da morte: 28/10/1973, Recife (PE)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996

Os dirigentes da APML Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes da Mata Machado foram presos em dias e cidades diferentes, mas os órgãos de segurança do regime militar informaram, em mais uma versão farsante tentando encobrir seus próprios crimes, que esses dois líderes estudantis foram mortos por um terceiro militante da organização clandestina, que teria conseguido fugir.

Os jornais de 31/10/1973 noticiaram um tiroteio que teria ocorrido três dias antes, em Recife, na Avenida Caxangá, onde morreram Gildo e Mata Machado. A nota oficial dos órgãos de segurança informava que, presos anteriormente, ambos haviam confessado ter um encontro com "um subversivo de codinome Antônio" no dia 28. Nesse encontro, segundo a versão oficial, Antônio abriu fogo contra os próprios companheiros ao perceber o cerco, chamando-os de traidores. O objetivo da nota era encobrir as mortes sob tortura de Gildo e Mata Machado,

além do desaparecimento de Paulo Stuart Wright, referido como Antônio, que tinha sido preso pelo DOI-CODI de São Paulo no mês anterior. Ou seja, mais uma vez se repetia o mesmo roteiro sórdido: autoridades do regime escamoteavam a verdade e lançavam a infâmia de que seriam delatores ou assassinos os militantes que morreram exatamente por se negarem a fornecer as informações que seus torturadores pretendiam extrair.

Vários depoimentos juntados ao processo na CEMDP terminaram por desmontar a farsa. Quando o preso político Rubens Manoel Lemos chegou às dependências do DOI-CODI de Recife em outubro de 1973, encontrou dois jovens com visíveis sinais de tortura. Um deles estava aparentemente morto. O outro, agonizante, ainda conseguiu balbuciar-lhe: *"Companheiro, meu nome é Mata Machado. Sou dirigente nacional da AP. Estou morrendo. Se puder avise meus companheiros que eu não abri nada"*. A morte de José Carlos foi presenciada também por duas estudantes – Fernanda Gomes de Matos e Melania Almeida Carvalho – igualmente detidas na ocasião.

Em depoimento formal prestado na Secretaria de Justiça de Pernambuco, Carlúcio Castanha, preso em 18/10/1973 em Recife e levado ao DOI-CODI, declarou ter presenciado a chegada de vários companheiros algemados e encapuzados, dentre esses Gildo Macedo e Mata Machado. Durante dias e noites, ouviu os gritos dos companheiros e sentiu forte cheiro de creolina misturado ao de vômito, fezes e sangue. Dias depois, os gritos se transformaram em gemidos e a seguir desapareceram junto com o cheiro.

A versão oficial terminou de ser derrubada quando o cunhado de Mata Machado e ex-membro da AP Gilberto Prata Soares relatou sua atividade como colaborador dos órgãos de segurança, entre 1973 e 1982. Ex-militante do POC que já tinha abandonado a militância política, foi preso em fevereiro de 1973 e fez um acordo com agentes do CIE, comprometendo-se a ajudar na localização de militantes da AP, a começar por cunhado, José Carlos Novaes da Mata Machado, casado com sua irmã Madalena. A partir de março de 1973, com a ajuda desse tipo de informante que o CIE convencionou chamar "cachorro", os passos do casal e de outros militantes passaram a ser rastreados pelos órgãos de repressão. Em consequência, pessoas ligadas à APML começaram a ser presos como dominó.

Sabe-se que no dia 22/10/1973 Gildo foi preso com a esposa, Mariluce Moura, em Salvador. Mariluce foi também torturada, mas liberada algum tempo depois. O marido foi transferido para o DOI-CODI de Recife, onde morreu sob torturas. Mata Machado, pressentindo que o cerco se fechava, tinha viajado para São Paulo. Atendendo ao apelo de dois outros cunhados e de um amigo da família, concordou em se encontrar com eles para permanecer escondido na fazenda de um tio no interior de Minas. Por medida de segurança, o encontro foi combinado num posto de gasolina na saída da capital paulista. O grupo não tinha viajado mais do que alguns quilômetros quando foi interceptado por policiais à paisana, fortemente armados. Algemados e encapuzados, foram todos conduzidos para o DOI-CODI/SP, onde responderam a interrogatórios durante três dias. Mata Machado foi levado para Recife e os demais foram transferidos, no dia 21, para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde permaneceram incomunicáveis por mais algum tempo.

Em 1992, Gilberto Prata Soares decidiu reconhecer publicamente sua infiltração policial na AP, prestando depoimento na Câmara dos Deputados. Afirmou nessa oportunidade: *"Saiu nos jornais que o José Carlos e o Gildo Lacerda tinham se matado num tiroteio no Recife, numa cobertura de ponto. Isso destoava completamente do que eu realmente sabia que tinha acontecido. (...)"*.

Gildo e Mata Machado foram enterrados como indigentes num caixão de madeira sem tampa, com um fundo pouco espesso. A família Mata Machado conseguiu resgatar o corpo algumas semanas depois, mas a de Gildo não. Os processos de Gildo e José Carlos foram relatados juntos, sendo apreciados na primeira reunião da CEMDP. Segundo a relatora, que votou pelo deferimento dos dois pedidos, *"ficou plenamente comprovado que Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes da Mata Machado foram presos e torturados até a morte pelos órgãos de segurança, sendo falsa a versão das mortes em tiroteio"*.

Gildo Macedo Lacerda era filho de pequenos fazendeiros em Ituiutaba (MG) e se mudou com os pais e as duas irmãs para Uberaba em 1963, quando tinha 14 anos. Ali completou o curso ginasial no Colégio Triângulo. Em 1965, iniciou o curso médio no Colégio Dr. José Ferreira, da mesma cidade, tornando-se presidente do Grêmio Estudantil Machado de Assis. Participou também da União Estudantil Uberabense, integrava o Núcleo Artístico de Teatro Amador (NATA) e apresentou programas radiofônicos de cunho kardecista, membro que era da Mocidade Espírita Batuíra.

Quando se mudou para Belo Horizonte, no final de 1966, já vinha estabelecendo os primeiros contatos com a AP, datando também desse período o início de sua amizade e ligação política com Mata Machado. Na capital mineira, cursou o 3º Científico integrado ao pré-vestibular e ingressou em 1968 no curso de Economia da UFMG. Foi eleito delegado para o 30º Congresso da UNE, onde foi preso. Em 1969, foi escolhido vice-presidente da UNE. Gildo ascendeu na AP até integrar sua direção nacional em 1971, ano em que foi deslocado para Salvador (BA). Ali assumiu a responsabilidade de implantar o trabalho camponês da organização clandestina e se casou, em 1972, com Mariluce Moura, com quem teve a filha Tessa, que não chegou a conhecer porque a criança só nasceria em 1974. Seu corpo jamais foi devolvido à família. Hoje os estudantes da Universidade de Uberaba têm como entidade de representação o DCE Gildo Macedo Lacerda, nome que também foi conferido a uma avenida no bairro da Pampulha, em Belo Horizonte.

Nascido no Rio de Janeiro, José Carlos Novaes da Mata Machado foi um importante líder estudantil em Belo Horizonte, tendo exercido a presidência do Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito da UFMG e a vice-presidência da UNE. Sobre sua biografia informa Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*: “Vivera treze de seus 28 anos na militância da esquerda católica, à qual pertencera seu pai, secretário de Educação do governador Magalhães Pinto e ex-deputado federal pelo MDB de Minas Gerais. Descendia de um conselheiro do Império, constituinte de 1891, e tinha na sua biografia a marca da prisão de Ibiúna, em 1968, ao preço de nove meses de cadeia”.

Solto no segundo semestre de 1969, retomou sua militância clandestina na AP. Um ano depois, casou com sua companheira de organização, Maria Madalena Prata Soares. O casal morou por mais de um ano em uma favela de Fortaleza (CE), onde ele trabalhava como comerciante. Tiveram um filho, Dorival, nascido em 19/02/1972 em Goiânia, mas confiaram a guarda do menino aos avós.

A notícia da morte de Mata Machado repercutiu internacionalmente, sendo veiculada nos jornais *New York Times*, *Le Monde*, *Avvenire D'all'Itália* e *Dal Mondo*. Na ocasião, uma denúncia apresentada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi lida na Câmara e no Senado pelos líderes da oposição, deputado Aldo Fagundes e senador Nelson Carneiro. A repercussão, somada ao esforço dos advogados de Recife, Oswaldo Lima Filho e Mércia Albuquerque, resultou na autorização da exumação e traslado do corpo do estudante para Belo Horizonte. O coronel Cúrcio Neto, comandante da 7ª Região Militar, impôs como condição para a liberação do corpo a total ausência de publicidade. Ele proibiu até mesmo o anúncio fúnebre. Após ordens e contra-ordens, o Exército liberou o traslado a Belo Horizonte em caixão lacrado. A data do traslado coincidiu com a Proclamação da República, 15 de novembro.

No livro *Dos Filhos Deste Solo*, escrevem Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio: “Em Belo Horizonte, a notícia da morte de José Carlos chegou de forma impiedosa para o Dr. Edgar Godoi da Mata Machado, venerado mestre de Direito, tradutor de Jacques Maritain e de Georges Bernanos, pensador, deputado federal cassado pelo AI-5, e para Yedda, seus pais. No dia 4 de novembro, o advogado e deputado federal pernambucano, cassado, Oswaldo Lima Filho (recebeu) uma procuração do Dr. Edgar em que lhe confiava um mandato honroso e triste: promover a exumação e o traslado para Belo Horizonte do corpo do filho”.

O nome de Mata Machado foi dado a uma rua em Belo Horizonte no lugar de sua antiga denominação, Dan Mitrione, nome de um agente norte-americano que esteve no Brasil para ensinar métodos de tortura, sendo posteriormente seqüestrado e morto pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, no Uruguai.



CAIUPY ALVES DE CASTRO (1928-1973)

Número do processo: 099/96

Filiação: Leopoldina Ribeiro de Castro e Mariano Alves de Castro

Data e local de nascimento: 16/08/1928, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 21/11/1973, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Caiupy era bancário aposentado, casado com Marly Paes Leme, sócio da empreiteira São Tomé. Vivia no Rio de Janeiro em situação perfeitamente legal e desapareceu no dia 21/11/1973, às 19 horas, após descer de um ônibus em Copacabana. Já havia sido preso uma vez, em maio de 1968, na véspera das comemorações do 1º de maio, quando participava de uma manifestação perto do campo do São Cristóvão. Ficou por 11 dias incomunicável nas dependências do DOPS/RJ. O Sindicato dos Bancários interferiu, mas as autoridades não reconheceram a prisão. Vinte dias depois, por meio de um *habeas-corporis*, Caiupy foi solto. Não houve processo, nada foi apurado. Era acusado de ser membro do PCB por ter tirado seu título de eleitor através desse partido, por volta de 1945. Nesse período pós-Estado Novo, o PCB era um partido perfeitamente legal, que montava bancas nas ruas para obter novos filiados. O nome de Caiupy consta na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Nas várias listas formadas desde os anos 1970 sobre mortos e desaparecidos políticos, seu nome costumava ser gravado como Caiuby, e não Caiupy, e sua vinculação política era dada como sendo o PCB, graças a essa prisão anterior. No entanto, sabe-se que Caiupy era pessoalmente ligado ao major do Exército Joaquim Pires Cerveira, banido do Brasil em junho de 1970, a quem Caiupy visitou no Chile em 1971. Levando em conta que os dossiês e sites ligados aos familiares de mortos e desaparecidos políticos nunca trouxeram maiores informações sobre o vínculo de Caiupy com o PCB, considerando que nesse período Cerveira nada tinha a ver com esse partido, e atentando, finalmente, para a proximidade das datas entre os desaparecimentos de Caiupy e Cerveira, parece mais seguro registrar como não definida a filiação política de Caiupy.

Marly, em depoimento no livro *Desaparecidos Políticos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, em 1979, conta o que aconteceu no dia do desaparecimento de Caiupy:

"Tomamos um ônibus da linha circular Glória-Leblon, no início da rua Barata Ribeiro, em Copacabana, e quando chegamos na altura da Galeria Menescal, Caiupy puxou a cigarra e desceu. Antes, me confidenciara um encontro rápido com um amigo, mas garantiu que voltaria logo. Pediu-me, inclusive, que não mudasse a roupa ao chegar em casa, pois iríamos juntos ao cinema.

Esperei e nada de Caiupy. O dia já estava quase amanhecendo e o meu marido não tinha voltado. Pensei comigo: vai ver que o encontro se prolongou demais e ele não pode avisar. Dia seguinte, não dava mais para esperar e comecei a tomar as providências, meu marido tinha desaparecido.

Comecei a busca. Recorri a amigos que me acompanharam nos distritos policiais. Desconfiava da gravidade do que tinha acontecido. Ninguém desaparece assim de uma hora para outra. Fui pelas vias normais. Percorri todos os hospitais da cidade, minha irmã foi ao necrotério, fomos também ao DOPS e nada encontramos. (...)

Procurei um advogado. Fui falar com D. Ivo Lorscheiter na CNBB, comecei a movimentar pessoas amigas, fiz pedidos a generais e nada consegui. Nenhum órgão assumia a prisão de Caiupy. Devido à minha falta de tempo, Lourdes Cerveira, esposa do também desaparecido major Cerveira, me ajudava.

Nessa época foi preso um companheiro do Caiupy de nome Otevaldo Silva. A prisão foi de conhecimento público. Pouco depois, Otevaldo foi solto e disse que ouviu a voz de meu marido quando estava sendo interrogado num quartel militar de Brasília..".



SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES (1946-1973)

Número do processo: 092/96

Filiação: Cléa Lopes de Moraes e João Luiz de Moraes

Data e local de nascimento: 09/11/1946, Santiago do Boqueirão (RS)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 30/11/1973, São Vicente (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996



ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA (1948-1973)

Número do processo: 093/96

Filiação: Adalgisa Gomes de Lana e Adolfo Bicalho de Lana

Data e local de nascimento: 02/03/1949, Ouro Preto (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 30/11/1973, São Vicente (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 08/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones – presos em novembro de 1973 – foram torturados até a morte e enterados como indigentes no cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista. A versão oficial, divulgada no dia 30/11/1973, dizia que os dois militantes haviam morrido em tiroteio, na altura do nº 836 da avenida Pinedo, no bairro Santo Amaro, hoje Capela do Socorro.

A notícia publicada nos jornais não informava a morte de Sônia, mas de Esmeralda Siqueira de Aguiar. Seus pais, João e Cléa Moraes, a identificaram imediatamente porque conheciam o nome falso utilizado pela filha. Anos mais tarde, conseguiram reconstituir pelo menos parcialmente os fatos. Sônia e Lana haviam alugado um apartamento em São Vicente, litoral de São Paulo, em 15/11/1973. Esse apartamento passou a ser vigiado por agentes dos órgãos de segurança, que informaram aos funcionários do condomínio que ali moravam “dois terroristas muito perigosos”. A data exata da prisão nunca foi estabelecida, mas sabe-se que era de manhã quando Antônio Carlos e Sônia pegaram o ônibus da Empresa Zefir com destino a São Paulo. Vários agentes já estavam dentro do coletivo. Simultaneamente, nas imediações da agência de passagens do Canal 1, em São Vicente, encontravam-se outros policiais à espera de que os dois descessem para comprar as passagens, que não eram vendidas dentro do ônibus.

Os pais de Sônia, depois de muita procura, localizaram o bilheteiro do ônibus, Ozéas de Oliveira, e o motorista, Celso Pimenta, que presenciaram a prisão do casal. Segundo as testemunhas, Lana quis pagar as passagens, mas foi informado pelo motorista que o pagamento seria feito no guichê do Canal 1, onde ficava a agência. Quando lá chegaram, Lana desceu do ônibus e Sônia ficou. Cinco agentes esperavam dentro da agência e outros chegaram em vários carros. No guichê, Lana entrou em luta corporal com os policiais. Foi dominado a socos e pontapés, levando uma coronhada de fuzil na boca. Sônia, ao levantar-se do banco, foi agarrada e levou um pontapé nas costas. Saiu do ônibus algemada pelos pés e foi colocada em um Opala, enquanto Lana foi empurrado para outro carro. O depoimento de Ozéas foi tomado no final de 1979, na presença dos pais de Sônia, de Suzana Keniger Lisbôa, do ex-ministro da Justiça José Gregori e dos advogados Belisário dos Santos Junior e Luiz Eduardo Greenhalgh.

Há duas versões para a morte de Sônia. A primeira, do primo do pai dela, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-CODI de Brasília e amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo: “Depois de presa, do DOI-CODI/SP foi mandada para o DOI-CODI/RJ, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangue, onde recebeu dois tiros”.

A segunda, do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP, em entrevista concedida à revista *Veja*, em 18/11/1992. Segundo ele: “Antônio Carlos e Sônia foram presos no Canal 1, em Santos, onde não houve qualquer tiroteio, e nem ao menos um tiro, ‘apenas’ a violência dos agentes de segurança que conseguiram imobilizar o casal aos socos, pontapés e coronhadas. (...) Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido.(...) Foram levados para uma casa de tortura, na zona sul de São Paulo, onde ficaram de cinco a 10 dias até a morte, em 30 de novembro. Depois disso, seus corpos foram colocados à porta do DOI-CODI, para servir de exemplos, antes da montagem do teatrinho”.

Foram sepultados como indigentes no Cemitério de Perus, Sonia com nome falso. Ao final do Auto de Exibição e Apreensão do DOI-CODI, datado de 30/11/1973, porém, encontra-se a ressalva: “Em Tempo: Material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome

verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes". Tantas evidências não deixaram dúvidas entre os integrantes da CEMDP, que resolveram, por unanimidade, deferir os processos de Sônia e de Antônio Carlos.

Sônia Maria era gaúcha de Santiago do Boqueirão e filha de um oficial do Exército. Morava no Rio de Janeiro e trabalhava como professora de português quando se casou com Stuart Edgar Angel Jones, militante do MR-8 – mais tarde desaparecido e procurado incansavelmente pela mãe, a estilista Zuzu Angel, também morta. Em 01/05/1969, Sônia já tinha sido presa quando participava de manifestação de rua na Praça Tiradentes, sendo levada para o DOPS e, posteriormente, para o Presídio Feminino São Judas Tadeu. Sua libertação só aconteceu em 6 de agosto daquele ano.

Visada pelos órgãos de segurança depois desse episódio, teve de se manter na clandestinidade. Em maio de 1970 exilou-se na França, onde passou a estudar na Universidade de Vincennes. Para sustentar-se, lecionava português na Escola de Línguas Berlitz, em Paris. Ao saber da prisão e desaparecimento de Stuart, Sônia decidiu voltar ao Brasil e retomar a luta de resistência. Ingressou então na ALN e morou um tempo no Chile, onde trabalhava como fotógrafa. Posteriormente, em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo e depois em São Vicente, já vivendo com Antônio Carlos.

Ao tomarem conhecimento da morte pelos jornais, os pais de Sônia foram para São Vicente. Encontraram no apartamento cinco agentes dos órgãos de segurança. O pai de Sônia foi esbofeteado e ameaçado de ser jogado do terceiro andar do prédio. Identificou-se como tenente-coronel e conseguiu ser libertado, com a promessa de permanecer em São Paulo, à disposição do II Exército. De volta ao Rio, conseguiu uma carta do general Décio Palmeiro Escobar, endereçada ao comandante do II Exército, para liberação do corpo. Ao apresentar-se em São Paulo, ficou detido por quatro dias. Solto, recebeu um recado: *"Moraes, o general manda dizer que você está livre a partir deste momento. Deve regressar ao Rio, não contratar advogado, não falar nada para ninguém e aguardar o atestado de óbito de sua filha, que lhe será remetido pelo II Exército"*.

Insistindo em ver o corpo de Sônia, soube que já estava enterrado. Ao requerer o atestado de óbito, recebeu o seguinte despacho: *"Não cabe ao II Exército fornecer o atestado solicitado. No cartório de Registro Civil do 20º Sub Distrito-Jardim América/SP, foi registrado o óbito de Esmeralda Siqueira Aguiar, filha de Renato A. Aguiar e Lúcia Lima Aguiar. O requerente procure o cartório em causa, se assim o desejar"*. Conseguiu obter o atestado de óbito através de processo na 1ª Vara de Registros Públicos, em março de 1980. Somente depois que Sônia passou a ser considerada oficialmente morta, a família teve permissão para transladar seus restos mortais para o Rio de Janeiro em 1981.

O corpo entregue como sendo de Sônia não apresentava os tiros na cabeça descritos. Na tentativa de apuração das reais circunstâncias de sua morte, a família entrou com processo contra Harry Shibata na Justiça Militar de São Paulo. Diligenciando o processo, o IML/RJ constatou em 1982 que os ossos entregues à família eram de um homem. Por determinação da juíza Sheila Bierrenbach, seis novas exumações foram realizadas no Cemitério de Perus, até obter-se um corpo que correspondia às características do cadáver que tinha sido necropsiado em 1973. Tornou-se impossível concluir se a necropsia foi feita ou não, uma vez que Harry Shibata declarou em depoimento à CPI da Câmara Municipal de São Paulo – responsável pela investigação sobre a Vala Clandestina do Cemitério de Perus – que a inexistência de corte no crânio de Sônia era irrelevante, pois descrever o corte era apenas uma questão de praxe.

O advogado José Luiz Sobral, amigo da família e do general Adir Fiúza de Castro, então comandante do DOI-CODI/RJ, ao procurar aquele general para esclarecer as circunstâncias da morte de Sônia, tornou-se portador de um inusitado presente seu para a família: um cassete da Polícia do Exército, com a recomendação de que ficassem quietos. João Moraes guardava o presente como uma relíquia, achando que a crueldade dos porões do regime militar chegara ao ponto de ser aquele o instrumento que matara a filha. Depois de muito relutar em acreditar que a filha não fora morta no tiroteio informado pelos militares, João Moraes tornou-se uma liderança dentre os familiares de mortos e desaparecidos políticos, tendo sido presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e a esposa Cléa secretária por muitos anos. Já falecido por ocasião da Lei nº 9.140/95, não presenciou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte da filha. Antes de morrer, publicou o livro que registra a história da vida e morte de sua filha, bem como a dolorosa peregrinação que ele e sua esposa realizaram na busca do corpo e do esclarecimento completo de sua morte sob torturas: *"O calvário de Sônia – uma história de terror nos porões da ditadura"*.

Antônio Carlos Bicalho Lana cursou o primário no Grupo Escolar Dom Pedro II e o ginásio na Escola Municipal Marília de Dirceu, em Ouro Preto (MG), sua terra natal, onde iniciou o científico, não concluído. Começou a atuar no Movimento Estudantil na década de 60, em um grupo de militantes formado por secundaristas, universitários e operários. Depois de se filiar à Corrente, transferiu-se para Belo Horizonte, onde participou de algumas ações armadas. Quando essa organização se incorporou à ALN viajou para Cuba e retornou ao Brasil depois de receber treinamento militar, sendo inicialmente deslocado para uma curta permanência no Ceará, em 1970. No início de 1971 já atuava em São Paulo, onde se tornaria dirigente da ALN. Em junho de 1972, mesmo ferido com três tiros, foi o único sobrevivente do cerco formado por agentes do DOI-CODI/SP, no restaurante Varella, na Mooca, que resultou na morte de Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Corrêa, conforme já informado neste livro-relatório. Era acusado pelos órgãos de segurança de ter participado de inúmeras ações armadas em São Paulo.

O laudo de necropsia de Lana, assinado por Harry Shibata e Antônio Valentini, assim como o de Sônia, também foi datado de 05/12/1974, um ano após sua morte, e descreve apenas um ferimento a bala na cabeça, com entrada na região palpebral e saída na região parietal direita. Shibata descreve a trajetória do tiro, aberto que fora o crânio pelo método de Griesinger. Exumado e identificado em 1991, o crânio de Antônio Carlos não fora serrado - estava intacto. Os tiros que tinha recebido na Mooca foram fundamentais para a identificação. Além disso, foto de seu corpo visivelmente marcado pelas torturas foi localizada em 1990 no arquivo do DOPS.

Exumado em agosto de 1991, o corpo de Lana foi identificado e trasladado para Ouro Preto, recebendo homenagens na catedral da Sé, em São Paulo, com uma missa celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, e também em Ouro Preto, onde foi celebrante Dom Lucia-no Mendes de Almeida. Em 19/09/1992, na gestão de Luiza Erundina como prefeita de São Paulo, foi inaugurado o complexo viário João Dias, nas proximidades da Praça Alceu Amoroso Lima e marginal do Rio Pinheiros. Esse complexo é integrado por três grandes viadutos, sendo um deles batizado com o nome de Sônia Maria de Moraes Angel Jones e os outros dois com os nomes de Honestino Guimarães e Frederico Eduardo Mayr.



MIGUEL SABAT NUET (? -1973)

Número do processo: 088/02

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: não consta

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 30/10/1973, São Paulo (SP)

Indeferido em: extinto sem julgamento em 08/12/2005

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos tomou conhecimento da morte de Miguel Sabat Nuet ao examinar os arquivos secretos do DOPS/SP, em 1991. Encontraram uma requisição de exame ao IML com um "T" em vermelho, característica da marca utilizada pelos órgãos de repressão para identificar os militantes políticos mortos, aos quais chamavam de terroristas. Desde então, todas as tentativas de localizar sua família e resgatar sua história foram infrutíferas.

Os documentos do DOPS atestam a prisão de Miguel, no dia 09/10/1973, conforme relação de presos, datada de 12/12/1973 e assinada por José Airtton Bastos e Manoel Nascimento da Silva. Dentre outros 19 nomes, alguns deles estrangeiros em situação irregular ou aguardando expulsão do país, Miguel Sabat Nuet consta como preso pelo DOPS na data referida, para averiguações. O investigador Fábio Pereira Bueno Filho informou ao delegado de plantão da Equipe "B" que conforme ordem recebida por volta das 19h30min, se dirigira à estação da Fepasa, acompanhado do investigador Mário Adib Nouer, buscando saber detalhes de uma mala que fora encontrada pelos funcionários, pertencente a um passageiro que descera na estação Barra Funda, com o trem em movimento. Diziam os funcionários que o passageiro estava muito agitado e nervoso. Ao final do informe do investigador, onde é feita a descrição física do passageiro, existe a anotação: "*passado telex nº 23509 para capturar o Miguel Sabat Nuet*".

Nascido em Barcelona, mas com cidadania venezuelana, Miguel tinha identidade nº V1866133V, expedida em 17/06/71, em Caracas. Foram também localizadas cartas de próprio punho, sendo uma delas escrita em Buenos Aires, em 31/08/1973. Nelas, se percebe a aflição e

perturbação em que se encontrava, obrigado que fora a sair da Venezuela por perseguição política. Relata seus temores e sua vida profissional por mais de 30 anos na Venezuela, onde era casado e tinha três filhos. Lá trabalhou como motorista particular, camareiro no litoral, representante comercial e assistente de engenheiro.

A requisição de exame informa que Miguel se suicidou e que seu corpo foi enterrado no cemitério de Perus, em São Paulo, como indigente. O mais intrigante nesse caso é que seu corpo foi enviado ao cemitério junto com os corpos de Antônio Carlos Bicalho Lana e Sonia Maria de Moraes Angel Jones, mortos sob tortura em novembro daquele ano, conforme já relatado, na mesma data. Os dois militantes foram presos em Santos, tendo sido montada uma falsa versão de morte em tiroteio no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, no dia 30 de novembro, data em que supostamente Miguel Sabat Nuet teria se enforcado na carceragem do DOPS. Os corpos foram enterrados em sepulturas subseqüentes, sendo que a de Miguel Sabat talvez ainda possa ser localizada. A foto de Miguel e as circunstâncias de sua morte foram amplamente divulgadas às entidades do Cone Sul, sem ter havido qualquer retorno de localização de sua família. O processo foi retirado de pauta sem exame do mérito.



JOSÉ CARLOS DA COSTA (? – 1973)

Número do processo: 086/02

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: por volta de 1938, em Estância (SE)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local do desaparecimento: 02/12/1973, em Belém (PA)

Extinto sem julgamento em: 08/12/2005

Sergipano de Estância, conhecido como "Baiano", "Bira" ou "Maneco", teve militância na Ala Vermelha antes de se ligar à VAR-Palmares, onde se tornou dirigente nacional no período final dessa organização clandestina. Atuou em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. A denúncia sobre o seu desaparecimento em Belém (PA), em 02/12/1973, foi apresentada em 1980, mas a testemunha nunca mais foi localizada e não quis se identificar por medo de represálias. A informação apresentada era de que José Carlos foi preso pelos órgãos de segurança e levado para uma unidade do Exército na capital paraense. Seu nome nunca constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos ou de qualquer outra lista, simplesmente porque todos o conheciam apenas pelos apelidos ou codinomes. Nenhum dos sobreviventes da VAR-Palmares, inclusive os que moraram com ele por muitos anos, sabia dizer como se chamava.

O nome verdadeiro foi descoberto em um site mantido pelos antigos membros dos órgãos de repressão, conforme matéria dos jornalistas Mário Magalhães e Sérgio Torres, publicada na *Folha de S. Paulo* em 05/11/2000. Essa reportagem mostrou que o site trazia trechos e informações de um livro de 1.200 páginas, cujo trabalho fora coordenado por coronéis e baseado integralmente nos arquivos do Centro de Informações do Exército. Ali, "Baiano", "Maneco", ou ainda "Bira" seriam os codinomes de José Carlos da Costa. O livro fora encomendado ao comando do CIE em 1986 pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. A intenção seria dar uma resposta à publicação do livro *Brasil Nunca Mais* e alguns trechos foram disponibilizados no site a partir de maio de 2000.

Esse misterioso documento produzido pelos órgãos de segurança finalmente caiu em mãos do jornalista Lucas Figueiredo, que publicou várias matérias sobre ele em abril de 2007 e fez entrega formal de cópias de sua íntegra tanto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados quanto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Tendo como capa as inscrições "*O Livro negro do terrorismo no Brasil*", o documento possui, na verdade, 966 páginas e inclui, de fato, algumas referências a José Carlos.

Na página 664 desse livro, é historiada a realização, em julho de 1971, da segunda parte do segundo congresso da VAR-Palmares (cuja primeira parte teria ocorrido em janeiro daquele ano, em Recife, sob o comando de Carlos Alberto Soares de Freitas e de Mariano Joaquim da Silva, o Loyola). James Allen da Luz teria comandado esse encontro, que teve comparecimento considerado muito baixo: "*Estiveram presentes à 2ª parte do II Congresso: James Alen Luz, Marco Antonio Batista de Carvalho, Ana Matilde Tenório da Mota, Irene Madeira de*

Carvalho, José Carlos da Costa, Geraldo Leite, Rosalina Santa Cruz Leite, Heitor Farias da Silva, Maria Regina Leite Lobo de Figueiredo, Lígia Maria Salgado da Nóbrega, Antonio Maress Prieto de Oliveira, Adão Vila Verde, e como convidado do PCBR, Luiz Alberto de Sá e Benevides".

Esse documento secreto também informa que José Carlos teria participado, em 22/11/1971, do assalto a um carro pagador, no Rio de Janeiro, em que foi morto um agente de segurança. E, ainda, que ele também participou do diminuto III Congresso da organização, realizado em julho de 1972, na Ilha do Mosqueiro, Belém do Pará, onde foi constituída uma coordenação nacional composta por James Allen, José Carlos e Irene Madeira de Carvalho. Finalmente, consta nesse dossiê que José Carlos teria ferido a bala dois funcionários durante assalto a uma agência bancária no bairro Floresta, em Porto Alegre, em 14/03/1973, dias antes da morte de James Allen num acidente de carro.

Cabe registrar, ainda, que no site vinculado a ex-participantes dos órgãos de segurança, de nome Ternuma – Terrorismo Nunca Mais, José Carlos é também listado como um dos participantes da execução do delegado Octavio Gonçalves Moreira Junior.

De família humilde, nascido em Estância, Sergipe, sendo sua mãe lavadeira, a vida e a morte do militante "Baiano", "Maneco" ou "Bira", permanecem quase desconhecidas. As únicas informações coletadas nesses anos dão conta que trabalhou como operário e marceneiro antes de tornar-se um militante da resistência clandestina. Teria mais ou menos 35 anos em 1973 e uma de suas irmãs, de nome Margareth, seria professora de Sociologia em São Paulo. O processo foi protocolado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos em nome, genericamente, de seus sucessores, na esperança de que sua origem e sua família pudessem ser descobertos. Como isso não aconteceu até o presente momento, o processo foi retirado de pauta na CEMDP, sem discussão do mérito.



TÚLIO ROBERTO CARDOSO QUINTILIANO (1944 – 1973)

Número do processo: 021/96

Filiação: Nairza Cardoso Quintiliano e Aylton Quintiliano

Data e local de nascimento: 06/09/1944, Maceió (AL)

Organização política ou atividade: PCBR

Data e local da morte: 12/09/1973, Santiago, Chile

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 20/06/1996

Data da publicação no DOU: 25/06/1996

Engenheiro civil formado em 1969 pela PUC/RJ. Em abril de 1969, foi preso e torturado por participação no Movimento Estudantil. Foi liberado em agosto, quando terminou seus estudos. Formado, foi trabalhar como engenheiro fiscal de obras na estrada Belém-Brasília. Ao ser condenado a um ano de prisão, em 21/07/1970, voltou ao Rio e pediu asilo na Embaixada do Chile.

Viajou para Santiago em 01/10/1970, onde morava e trabalhava como engenheiro. Casou-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker, com quem teve uma filha. Ainda na embaixada do Chile conheceu Mário Pedrosa, com quem estabeleceu amizade. Influenciado pelas discussões com Mário e seus amigos, antigos militantes do Partido Socialista Chileno, organizou um pequeno grupo, chamado Ponto de Partida, para discutir a experiência da luta armada no Brasil e os caminhos da revolução na América Lantina.

Após o golpe militar no Chile, em 12/09/1973, foi detido com sua esposa, às 19h30min, sendo ambos levados para a Escola Militar. Em carta de 03/10/1973 ao Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Narcisa declara que foi liberada na mesma noite e que Túlio, por não ter um documento em ordem, foi encaminhado para o Regimento Tacna. De posse do documento que faltava a Túlio, sua esposa voltou ao presídio, mas não mais conseguiu encontrá-lo. Deste então, encontra-se desaparecido.

Como resultado dos trabalhos de investigação feitos pela Comissão Nacional de Reparação, o Relatório Rettig – como ficou conhecido o documento conclusivo dos trabalhos de investigação dos desaparecimentos políticos por ter sido organizado pelo senador chileno do Partido Radical, Raul Rettig – seus familiares tiveram acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado chileno assumiu suas responsabilidades no assassinato de Túlio, concedendo à sua família uma pensão como forma de reparação financeira a partir do ano de 1992.

Sua mãe e sua esposa escreveram várias cartas a autoridades brasileiras, chilenas e de outros países entre 1974 e 1990. Obtendo resposta apenas com o fim da ditadura de Pinochet. O processo foi indeferido pela CEMDP por unanimidade por ele ter morrido fora do território nacional.

1974



JOÃO BATISTA RITA (1948-1974)

Número do processo: 084/96

Filiação: Aracy Pereira Rita e Graciliano Miguel Rita

Data e local de nascimento: 24/06/1948, Braço do Norte (SC)

Organização política ou atividade: M3G

Data e local do desaparecimento: 12 ou 13/01/1974, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



JOAQUIM PIRES CERVEIRA (1923-1974)

Número do processo: 064/96

Filiação: Auricela Goulart Cerveira e Marcelo Pires Cerveira

Data e local de nascimento: 14/12/1923, Pelotas (RS)

Data e local do desaparecimento: 12 ou 13/01/1974, no Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: FLN

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

João Batista Rita e Joaquim Pires Cerveira foram vítimas da "Operação Mercúrio", que de certa forma antecipou a Operação Condor de 1975 e tinha por objetivo eliminar todos os banidos e ex-militares que tentassem voltar ao Brasil. Ambos tinham sido alvo de banimento, valendo o seu desaparecimento como mais uma confirmação de que os órgãos de segurança do regime militar teriam decretado a pena de morte para todos, dentre eles, que ousassem retornar clandestinamente ao Brasil. Foram seqüestrados na Argentina em dezembro de 1973 e trazidos para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, desaparecendo a partir de 12 ou 13/01/1974. Durante todo o ano de 1974 será mantida essa tônica: os órgãos de segurança não anunciam a morte de nenhum opositor; todos se tornam desaparecidos.

Cerveira tinha sido banido em junho de 1970, quando do seqüestro do embaixador alemão, e João Batista quando do seqüestro do embaixador suíço, em janeiro de 1971. Seus nomes fazem parte da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Em alguns documentos, o nome de João Batista aparece acrescido de um último sobrenome, Pereda, não confirmado por documentos de identidade.

Segundo as informações constantes no processo formado na CEMDP, eles foram presos juntos, em Buenos Aires, a depender da fonte em 5 ou 11/12/1973, por policiais brasileiros, entre os quais estaria o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Foram vistos por alguns presos políticos no DOI-CODI/RJ, quando chegaram trazidos por uma ambulância. Segundo a descrição das testemunhas, estavam amarrados juntos, em posição fetal, tendo os rostos inchados e com a cabeça repleta de sangue.

Catarinense de Braço do Norte, João Batista mudou ainda criança para Criciúma (SC), onde estudou no Ginásio Madre Tereza Michel, até completar o curso ginasial. Foi então viver em Porto Alegre, onde começou sua militância política. Trabalhava em um escritório de advocacia e participava das mobilizações estudantis de 1968. Por sua estatura miúda, seu sobrenome lhe rendeu entre os amigos o apelido de "Ritinha". Morava em Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre com a irmã Aidê. Integrado ao M3G, foi preso em 10 de abril de 1970, poucos dias depois da tentativa frustrada de seqüestro do cônsul americano no Rio Grande do Sul pela VPR, sendo muito torturado. Era considerado o número 2 de um pequeno grupo liderado por Edmur Péricles Camargo, que se afastou de Marighella e fundou a organização denominada M3G (Marighella, Marx, Mao e Guevara). De acordo com documentos dos órgãos de segurança, João Batista participou de pelo menos três ações armadas realizadas por esse grupo em Porto Alegre, Viamão e Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Depois de viver algum tempo no Chile, transferiu-se para a Argentina, onde se casou com uma exilada chilena, Amalia Barrera, que chegou a escrever uma carta para Aidê, irmã de João Batista, em março de 2004.

A nota emitida em 06/02/1975 pelo ministro da Justiça Armando Falcão, a respeito dos desaparecidos políticos, mencionou apenas que João Batista havia sido banido do país. Constam do processo na CEMDP recortes de jornais relatando que esse exilado *"preparava os documentos para sua ida à Itália, quando os órgãos de repressão do Brasil, articulados pelo capitão do Exército, Diniz Reis, o seqüestraram. A ação foi desenvolvida por um grupo de indivíduos falando português que o colocaram à força dentro de um automóvel, na presença de numerosas pessoas"*. Foi levado para o Rio de Janeiro e desapareceu no Quartel da Polícia do Exército. Foi visto pela última vez, por outros presos políticos, na noite de 13/01/1974.

Leopoldo Paulino, ex-exilado político, músico e atualmente vereador pelo PSB em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, escreveu a respeito desses dois desaparecidos, num texto de 2004: *"No dia 11 de dezembro de 73, foi seqüestrado em Buenos Aires o companheiro João Batista Rita, chamado de 'Catarina' por todos nós, exilado que morava conosco no Aparelhão. Com João Batista, foi seqüestrado também o major Cerveira, exilado político brasileiro, cuja operação foi realizada em Buenos Aires pela polícia brasileira, com o aval dos órgãos de segurança do governo argentino. Os dois companheiros foram vistos, pela última vez, por alguns presos políticos no DOI-CODI do Rio de Janeiro, já arrebatados pela tortura, nunca mais se conhecendo seu paradeiro"*.

Major da Cavalaria do Exército Brasileiro, Joaquim Pires Cerveira era gaúcho de Pelotas, casado com Maria de Lourdes Romanzini Pires Cerveira, com quem tinha três filhos. Filho de militar e órfão de pai aos 7 anos, foi enviado com os quatro irmãos para o Colégio Militar de Porto Alegre, onde estudou em regime de internato. Formado em Odontologia pela Universidade de Coimbra, também se dedicou ao ensino de Matemática após cursar a Academia Militar de Agulhas Negras. Filiou-se ao Partido Comunista logo após a derrubada do Estado Novo, quando tinha apenas 13 anos. Engajou-se nas mobilizações nacionalistas dos anos 50 e participou da campanha presidencial do Marechal Lott, em 1955. Radicou-se com a família em Curitiba e, já licenciado do Exército, foi eleito vereador. Passou à reserva pelo primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, por força de seus vínculos políticos com Leonel Brizola e de seu alinhamento com o chamado nacionalismo Revolucionário.

Conforme documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP, Cerveira já tinha sido preso uma vez em dia 21/10/1965, sendo encaminhado à 5ª Região Militar e entregue ao Coronel Fragomini. Em 29/05/1967 foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, da denúncia por crime de subversão. Os órgãos de segurança o acusavam de ter facilitado a fuga da prisão do coronel Jefferson Cardim Osório, que liderou uma tentativa de insurreição popular contra o regime militar no final de março de 1965, nas cidades gaúchas de Três Passos e Tenente Portela.

Cerveira foi preso novamente em abril de 1970, junto com sua mulher e um filho, pelo DOI-CODI/RJ, onde foi submetido a violentas torturas. Nessa época, liderava uma pequena organização clandestina denominada FLN – Frente de Libertação Nacional, que atuava muito ligada à VPR, tendo participado do levantamento conjunto e preparativos do seqüestro do embaixador alemão, que realmente se concretizou em junho, dois meses depois de Cerveira estar preso e nada informar aos torturadores sobre a operação.

A já mencionada nota oficial do ministro da Justiça Armando Falcão, de 1975, informou a respeito de Cerveira apenas que estava banido do país, nada esclarecendo sobre seu paradeiro. Nos arquivos secretos do DOPS/PR, o nome do major foi encontrado numa gaveta com a identificação de "falecidos".

A morte do Major Cerveira e de outros 11 desaparecidos foi confirmada em uma reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, com base em entrevista com um general que participou diretamente do aparelho de repressão política. No dossiê encaminhado à CEMDP, sua esposa informou que *"no dia 03/01/1974 recebemos um telefonema anônimo avisando que meu marido fora seqüestrado em Buenos Aires, junto com outro brasileiro, João Batista Rita, também banido e vindo do Chile pelo mesmo motivo"*.

Neusah Cerveira, pesquisadora universitária e filha do oficial desaparecido, descreve com detalhes a prisão do pai em Buenos Aires, apontando, no entanto, uma outra data para o seqüestro: *"...05 de dezembro de 1973, o major Joaquim Pires Cerveira, 49 anos (usando por questões de segurança o nome de Walter de Souza ou Walter Moura Duarte) encontra João Batista de Rita Pereda, 25 anos, e sua esposa Amália (com quem estava casado há 15 dias, tendo como Padrinho o amigo Cerveira) se encontram ao meio dia para tratar de assuntos referentes a documentação, já que ambos estavam radicando-se na Argentina, vindos do Chile quando da deposição de Salvador Allende. Conversam um pouco e marcam na presença de Amália um novo encontro para as 18h do mesmo dia. Foram vistos no horário combinado por várias pessoas. 18:30, esquina da rua Corrientes, um carro com vários homens simula um atropelamento dos dois e na presença de testemunhas os leva sob protestos. Amália é alertada em Combate de los Pozos, onde viviam os exilados do Chile. 23h – Agentes da Repressão Argentina, acompanhados de brasileiros, chegam à casa onde Cerveira residia com uma família de amigos na calle Horácio Quiroga. A família já estava preocupada com a demora de Cerveira, que tinha o hábito de sempre deixar um bilhete avisando onde ia e a que horas chegaria. Os agentes invadem a residência, vasculham tudo, levam pertences pessoais de Cerveira, que dizem estar sendo requerido pelas autoridades de seu país, o Brasil. Vão embora depois de muitas ameaças. 4 horas da manhã – os agentes voltam, desta vez comandados por um brasileiro com uma cicatriz no rosto (mais tarde identificado por fotografia pelas testemunhas como o delegado Sérgio Paranhos Fleury), agredem a família e procedem a nova busca de armas e documentos. Fleury mostra uma foto de Cerveira e diz à família que o mesmo já está detido e será levado para o Brasil. Antes de se retirar, o delegado Fleury deixa de 'regalo' para a menina mais jovem da família uma bala de revolver. Os moradores são novamente espancados e ameaçados. A última notícia que se tem é que ambos chegaram quase mortos numa ambulância vinda da OBAN em SP para o DOI-CODI do RJ, na rua Barão de Mesquita, na madrugada do dia 12/13 de janeiro de 1974, segundo testemunhos prestados à ONU. No dia 11 de dezembro de 1973, a Associação Gremial dos Advogados da Argentina denunciou o seqüestro e protestou contra a violação da soberania nacional Argentina. Um advogado da Gremial, o Dr. Rossi, impetrou habeas-corpus para o major Cerveira, que resultou inútil"*.



FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA (1948 - 1974)

Número do processo: 243/96

Filiação: Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira e Lincoln de Santa Cruz Oliveira

Data e local de nascimento: 20/02/1948, Recife (PE)

Organização política ou atividade: APML

Data e local do desaparecimento: 23/02/1974, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95



EDUARDO COLLIER FILHO (1948 - 1974)

Número do processo: 081/96

Filiação: Risoleta Meira Collier e Eduardo Collier

Data e local de nascimento: 05/12/1948, Recife (PE)

Organização política ou atividade: APML

Data e local do desaparecimento: 23/02/1974, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/95

Nascidos ambos em Recife, amigos desde a infância, Fernando e Eduardo eram militantes da APML e foram presos juntos em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-CODI/RJ, em 23/02/1974, quando faltavam poucas semanas para ter fim o governo Garrastazu Mé-dici. Seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Fernando Santa Cruz era casado com Ana Lúcia Valença Santa Cruz Oliveira, com quem teve um filho de nome Felipe. Tinha vida absolutamente legal e era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica, em São Paulo, onde morava com a mulher e Felipe, então com dois anos. Era um sábado de carnaval e a família estava no Rio de Janeiro. Por volta das 15h30min, Fernando saiu da casa do irmão Marcelo, que atualmente é vereador em Olinda, para se encontrar com Eduardo Collier às 16 horas. Deixou no ar a advertência: se não voltasse até 18 horas, teria sido preso.

Já tinha sido preso uma vez, em uma passeata do Movimento Estudantil contra os acordos MEC-Usaid, em Recife, no ano de 1966, conforme foi mencionado na apresentação do caso Ramires Maranhão do Valle neste livro-relatório. Como ainda não tinha 18 anos, ficou detido por uma semana no Juizado de Menores. Participou ativamente das mobilizações estudantis de Recife até 1968, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Ali, passou a trabalhar como pesquisador na Coordenação de Habitação de Interesse Social da área metropolitana do Grande Rio, do Ministério do Interior. Em 1972, matriculou-se no curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, mas em setembro de 1973, mudou-se para São Paulo. Sua irmã, Rosalina Santa Cruz, hoje professora na PUC de São Paulo, também foi presa política no Rio de Janeiro, devido a sua militância na VAR-Palmares, sendo alvo de cruéis torturas.

Eduardo Collier Filho cursou Direito na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Havia sido indiciado em inquérito policial pelo DOPS/SP, em 12/10/1968, por ter participado do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Em 1969, foi expulso da universidade pelo decreto 477. Militante da AP tanto quanto Fernando Santa Cruz, alinharam-se ambos, a partir de 1972 na ala dessa organização clandestina que não concordou com a incorporação da organização ao PCdoB e se manteve estruturada como APML, da mesma forma que Paulo Wright, Honestino Guimarães, Umberto Câmara e outros.

Como parte da perseverante cruzada que mantiveram durante anos em busca dos filhos, as duas mães, Elzita Santos Santa Cruz Oliveira e Risoleta Meira Collier, endereçaram uma carta ao novo chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, onde relatam todos os passos de sua peregrinação desde fevereiro e fornecem informações bem concretas: *“fomos a São Paulo, no dia 14 de março, ao DOI do II Exército, situado na rua Tomás Carvalhal, onde ocorreu o seguinte incidente: recebidas pelo carcereiro de plantão, que atendia pelo nome ou alcunha de ‘Marechal’, o mesmo anotou os nomes de nossos filhos e, após uma ausência de meia hora, retornou o referido funcionário, na ocasião comunicando que ‘hoje não é dia de visitas para Fernando e Eduardo’; em virtude da nossa insistência, foi declarado que os nossos filhos ali se encontravam presos, mas que só poderiam receber visitas no domingo próximo, após as 10 horas. Apesar disso se dispuseram a receber e entregar sacolas contendo roupas e objetos de uso pessoal. A convicção de que realmente eles estavam presos no local tornou-se absoluta quando o carcereiro, ao receber o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz, completou-o, acrescentando o último sobrenome, Oliveira, sem que lhe fosse fornecido.*

No domingo, ao comparecermos ao DOI, certos de que nos avistaríamos com nossos estimados filhos, como prometido, fomos comunicadas por um funcionário, que atendia pelo nome de Dr. Homero, de que Fernando e Eduardo ali não se encontravam, tratando-se tudo de um ‘lamentável equívoco’, ocasião em que foram devolvidas as sacolas”.

Os desaparecimentos foram levados também à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, com sede em Washington, ao Tribunal Bertrand Russel, à Câmara dos Deputados, onde os então deputados Fernando Lira e Jarbas Vasconcelos denunciaram o episódio na tribuna e ainda a dezenas de personalidades históricas do Brasil, entre apoiadores e opositores do regime militar, como Tristão de Athayde, Dom Helder Câmara, os generais Reynaldo Melo de Almeida e Sylvio Frota e os marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora

Em 07/08/1974, Risoleta e Elzita participaram, junto com outros familiares de desaparecidos, de uma audiência com o general Golbery, articulada por Dom Paulo Evaristo Arns. Era a primeira vez que o governo militar recebia os familiares de desaparecidos. Nenhuma resposta foi dada. Apenas seis meses depois, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça Armando Falcão fez um pronunciamento respondendo aos familiares com a cínica informação de que os desaparecidos estavam todos foragidos.

No Arquivo do DOPS/SP, na ficha de Fernando Santa Cruz consta: *"Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/02/74"*. O Relatório do Exército de 1993 contém apenas a qualificação de Fernando e sua militância na APML e o Ministério da Marinha informa que *"foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então"*.

Quanto a Eduardo Collier, seu nome aparece no Arquivo do DOPS/PR na gaveta identificada com a palavra "falecidos". O Relatório do Ministério do Exército registra que, *"conforme reportagem veiculada no Jornal de Brasília, em sua edição do dia 31/10/1975, o nominado teria sido preso em 23/01/1974, no estado do Rio Grande do Sul, após permanecer por um longo período foragido da Justiça Militar"*. O Relatório do Ministério da Marinha menciona que *"desapareceu quando visitava parente na Guanabara"*. Para os dois militantes, o Ministério da Aeronáutica informa que são citados na imprensa como mortos ou desaparecidos, mas que não há dados que comprovem a versão.

Na já citada edição de 24/03/2004 da revista *IstoÉ*, o sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhando como analista do DOI-CODI acompanhou as principais ações do CIE comandadas pelo Doutor César, o coronel reformado José Brant Teixeira, e pelo Doutor Pablo, o coronel Paulo Malhães, informa que esses dois oficiais *"foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma mega-operação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP), movimento de esquerda ligado à Igreja Católica. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Monteiro Guimarães, militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), movimento dissidente da AP"*.

O livro *Desaparecidos Políticos*, do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, registra com palavras emocionantes o drama de muitas crianças brasileiras que naquele período sombrio da história não puderam saber se eram ou não órfãs:

"Com o tempo, Felipe, filho de Fernando, acabou entendendo que seu pai tinha sido preso. E como ele não voltou mais, certa vez Felipe disse a um dos seus amiguinhos:

- O soldado matou o meu pai, só que eu não sei por quê. Mamãe me disse que quando eu ficar grande eu vou entender. Mas quando eu crescer, vou ao quartel saber onde esconderam meu pai".



DAVID CAPISTRANO DA COSTA (1913 – 1974)

Número do processo: 017/96

Filiação: Cristina Cirilo de Araújo da Costa e José Capistrano da Costa

Data e local de nascimento: 16/11/1913, Boa Viagem (CE)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 16/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



JOSÉ ROMAN (1926 – 1974)

Número do processo: 161/96

Filiação: Trenida Gonzalez e Manoel Roman

Data e local de nascimento: 04/10/1926, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 16/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Em 15/03/1974, tomou posse como presidente da República o general Ernesto Geisel, anunciando um processo de distensão política lenta, gradual e segura. No dia seguinte os militantes comunistas David Capistrano da Costa e José Roman foram presos no percurso entre Uru-guaiana, cidade gaúcha que fica na fronteira com a Argentina, e a capital paulista. Seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Com esses dois desaparecimentos, começou a se tornar pública uma extensa ofensiva dos órgãos de segurança do regime militar contra o PCB que se alongaria até janeiro de 1976, quando foi morto sob torturas o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho. No cômputo geral dessa investida, que mais tarde receberia o nome de Operação Radar, Operação Marumbi ou Operação Barriga Verde, dependendo do estado atingido, centenas de integrantes desse partido foram presos, atingindo uma cifra que a revista *IstoÉ* de 31/03/2004 calculou em 679.

Se até aquele momento a estratégia do regime militar tinha sido exterminar os opositores envolvidos com a resistência armada, o foco central da repressão passaria então a ser o PCB, que sempre se posicionou contra as ações de guerrilha e tinha conseguido preservar uma estrutura partidária que, para o aparelho de repressão, se tornaria uma ameaça caso a distensão de Geisel evoluísse para uma verdadeira abertura política. Tratava-se, pois, de neutralizar o PCB antes da volta à democracia.

Em São Paulo, segundo declarações do ex-agente Marival Chaves à matéria já citada da revista *IstoÉ*, o comando da operação encarregada de aniquilar o PCB ficou a cargo do chefe do DOI, coronel Aldir dos Santos Maciel, codinome 'Dr. Silva'. Diz a reportagem, citando explicitamente o papel do coronel reformado José Brant Teixeira:

"Narradas por Marival, as histórias dos doutores do CIE parecem não ter fim. Em 1974, quando trabalhava em São Paulo, ele diz ter visto o coronel Brant chegar ao DOI-Codi com os dirigentes comunistas José Roman e David Capistrano, presos quando tentavam regressar ao Brasil pela fronteira do Uruguai. Segundo ele, ambos foram transferidos para a Casa de Petrópolis, onde morreram assassinados. Em 1977, quando servia no Batalhão de Infantaria de Selva, Marival diz ter deparado novamente com Brant, que se dirigia ao Araguaia numa operação de controle para evitar a localização dos corpos dos guerrilheiros do PCdoB. Em 1981, a Operação Limpeza foi reforçada com a transferência de André Pereira Leite Filho, o Doutor Edgar, oficial do DOI-Codi de São Paulo, para o CIE de Brasília. Ele integrava a tropa de choque de Aldir Santos Maciel, que eliminou oito dirigentes do Comitê Central do PCB".

José Roman era nascido na capital paulista, filho de espanhóis, operário metalúrgico e, desde 1950, participava ativamente do sindicato e das lutas da categoria junto com sua esposa, Lídia Pratavieira Roman. Tiveram dois filhos. Em 1952, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar no Partido Comunista. Em 1966, a família retornaria a São Paulo. Quando de seu desaparecimento, trabalhava como corretor de imóveis num esquema operacional do PCB.

Em 19/03/1974, Lídia recebeu um telegrama assinado por José Roman e informando que sua viagem para buscar David Capistrano no Uruguai tinha sido bem sucedida e que estava voltando. No dia 21 de março, José Luiz, filho de José Roman, recebeu um telefonema informando que o pai estava preso e que a família deveria providenciar um advogado. À época, o advogado Aldo Lins e Silva impetrou *habeas-corpus*, que foi negado. Lídia registrou queixa sobre o desaparecimento na delegacia policial do Itaim Bibi, em São Paulo, e fez buscas em diversos órgãos de segurança, mas não obteve qualquer informação sobre o paradeiro do marido.

David Capistrano nasceu na localidade de Jacampari, distrito de Boa Viagem, município de Quixeramobim, no Ceará, em 16/11/1913. O pai era um pequeno proprietário rural. Aos 13 anos, David mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu aos cuidados de um tio materno. Sem condições de estudar, trabalhou em bares e botequins até a idade de servir ao Exército, em 1931. Conheceu nesse ano o tenente Ivan Ribeiro, que começou a lhe entregar material do Partido Comunista. Em 1935, participou do levante da ANL como sargento da Aeronáutica, atacando o Regimento de Aviação de Realengo. Foi preso e levado para o presídio da Ilha Grande, sendo condenado a sete anos de prisão. Em 1936, fugiu a nado pelo canal que separa a ilha do continente. Viajou então para o Uruguai, onde sobreviveu como mecânico de automóveis.

Em meados de 1936 foi para a Europa e lutou na Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais, até que elas fossem desmobilizadas em 1938. Foi então para a França, onde lutou como *partisan* na Resistência contra a ocupação nazista. Preso em um campo de concentração alemão durante oito meses, foi poupado da execução por não ser francês. Libertado, pesando apenas 35 quilos, recuperou-se e retornou ao Uruguai em 1941.

Entrou no território brasileiro e foi preso em setembro de 1942. Anistiado em 1945, fixou residência em Recife e se engajou abertamente nas atividades do PCB, integrando o seu Comitê Central a partir de 1946. Em 1947 foi o mais votado dos deputados estaduais consti-

tuintes de Pernambuco. Com o cancelamento do registro do PCB, foram cassados os mandados dos comunistas eleitos. David foi então deslocado para São Paulo e se fixou inicialmente em Sorocaba, participando da organização do núcleo comunista na fábrica de tecidos Votorantin. Atuou por algum tempo na capital paulista, no bairro da Mooca e foi destacado pelo partido para se estabelecer na Baixada Santista. Ali foi preso em 1952, quando morava em São Vicente e matinha atividade profissional de mecânico simultaneamente à atuação como dirigente partidário.

Viveu também no Rio de Janeiro, em 1953, antes de seguir para a Escola de Quadros do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, onde permaneceu por dois anos. No retorno ao Brasil, foi deslocado para atuar no Amazonas, Pará e Ceará, só voltando a atuar legalmente em Pernambuco no ano de 1957, onde dirigiu os jornais *A Hora* e *Folha do Povo*. Ao lado de Hiran de Lima Pereira, Gregório Bezerra e outros dirigentes comunistas, teve papel destacado nas articulações políticas para construir a Frente do Recife, que propiciou a eleição de Pelópidas da Silveira para a prefeitura daquela capital em 1955, e em seguida sua sucessão por Miguel Arraes, que depois de prefeito seria eleito governador do estado em 1962.

Na crise da renúncia de Jânio Quadros, David foi novamente preso, assim como Hiran e outros líderes comunistas, sendo enviado à ilha de Fernando de Noronha. Após a deposição de João Goulart, em abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados e ficou escondido em Pernambuco, dirigindo a edição do jornal clandestino *Combater*. Emborra alinhado com as posições mais à esquerda no Comitê Central do PCB, não se engajou em nenhuma das várias cisões sofridas por esse partido entre 1966 e 1968, permanecendo como intransigente defensor da unidade partidária.

Em 1971, contra sua vontade, acatou a decisão do partido de enviá-lo para a Tchecoslováquia como seu representante na revista *Problemas da Paz e do Socialismo*. Teria permanecido naquele país de 1972 até o momento em que ingressou no Brasil, sendo preso e transformado em mais um desaparecido político. O livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos Filhos Deste Solo* registra a informação de que a bagagem de Capistrano foi vista no DOPS de São Paulo por outros presos políticos, o que indica sua passagem por aquele órgão de repressão.

Uma publicação da Assembléia Legislativa de Pernambuco, *"David Capistrano – entre teias e tocaias"*, da autoria de Marcelo Mário de Melo, traz mais informações sobre o seu desaparecimento:

"Em 1974, David Capistrano firmou a posição de voltar ao Brasil e avisou à família. Em março, chegou à França, vindo da Tchecoslováquia, portando documentos em nome de Enéas Rodrigues da Silva. Armênio Guedes e o cientista Luiz Hildebrando, que o receberam, fizeram restrições à sua volumosa bagagem, com quinze quilos a mais, sendo catorze só de livros, e à compra em Praga da passagem para Buenos Aires". No seu livro de memórias, Luiz Hildebrando registra esse contato com David Capistrano, a quem se refere como "uma força da natureza" e "o capitão coragem".

De Orly, Capistrano chegou à Argentina. Daí, acompanhado por um argentino, foi à cidade uruguaia [argentina, na verdade] de Paso de Los Libres, fronteira com Uruguiana, no Rio Grande do Sul, onde se fez o contato com o encarregado pelo esquema da travessia, que acionou em Uruguiana Samuel Dib, militante do PCB, e juntos providenciaram a passagem de David para o lado brasileiro, tendo havido dificuldades, devido ao grande volume da bagagem. Depois de uns dias de espera num aparelho do PCB, chegou a Uruguiana José Roman, enviado pelo PCB de São Paulo, com um Volkswagen, para transportar David Capistrano. Os dois seguiram com destino a São Paulo no dia 15 de março de 1974. Uma viagem sem chegada e sem retorno, que deu início ao seu martírio e à via crucis das suas famílias.

Avisada no trabalho de que David e José Roman não tinham comparecido a nenhum dos encontros programados, Carolina voltou para casa e disse a Maria Augusta: *"Mãe, papai entrou, mas desapareceu"*. Chorando ao telefone, David Capistrano Filho avisou Cristina: *"Pegaram ele!"*

David Capistrano e Maria Augusta de Oliveira viveram juntos desde 1947. Maria Augusta era dirigente estadual do PCB na Paraíba e tinha concorrido à Assembléia Legislativa daquele estado. Tiveram três filhos: David Capistrano da Costa Filho, Maria Cristina e Maria Carolina. Maria Augusta teve papel destacado na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, sendo uma das fundadoras e dirigentes do Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo. Dona de carisma e memória excepcionais, tornou-se porta voz da luta. Maria Augusta participou da citada audiência com o general Golbery e esteve presente em todos os atos referentes às denúncias dos familiares.

O filho de Capistrano, também chamado David, se tornaria mais tarde um importante médico sanitário, dirigente do PCB, sendo preso nove vezes durante o regime militar, a primeira com 16 anos, em abril de 1964. Recuperado o Estado Democrático de Direito, foi eleito prefeito de Santos pelo PT, seu novo partido, obtendo essa vitória em 1992 no mesmo dia em que a revista *Veja* publicou a informação de que seu pai teria sido esquartejado pelos órgãos de segurança em 1974.

Intervieram diretamente junto ao governo brasileiro apelando pela vida de David Capistrano o primeiro secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, o presidente Giscard d'Estaing e até mesmo o papa Paulo VI, que enviou ao Rio de Janeiro dois missionários para tratar diretamente com Geisel desse e de outros casos de desaparecimentos. Em fevereiro de 1975, o preso político Samuel Dib, taxista em Uruguaiana, acusado de pertencer ao comitê de fronteira do PCB, prestou declarações ao DOPS afirmando que estivera com David em março de 1974, em *Paso de los Libres*, e que ele tinha entrado no Brasil com José Roman num carro Volkswagen, cor gelo, no dia 15 de março e que soubera que não haviam chegado a São Paulo.

O documento 203/187, do DOPS/RJ registra: "*Segundo anotações neste Departamento em 16 de setembro de 1974, David Capistrano da Costa, encontra-se preso há quatro meses, sendo motivo da Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos*". Prontuário do DOPS/RJ repete a informação.

Na entrevista que deu à revista *IstoÉ* de 01/04/1987 o ex-médico Amílcar Lobo declarou que atendeu David nas dependências do DOI-CODI/RJ. O ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves, em entrevista à revista *Veja*, declarou que David Capistrano esteve preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro e foi levado para a Casa de Petrópolis, juntamente com José Roman, onde foi executado e esquartejado, tendo seus restos mortais sido ensacados e jogados num rio próximo.

Nos relatórios militares de 1993, apenas o da Marinha contém uma informação sobre David Capistrano, por sinal contendo um dado truncado e misterioso sobre o local em que teria sido atendido, podendo, em tese, ser uma referência ao manicômio judiciário de Franco da Rocha, para onde alguns presos políticos foram levados naquele período: "*desapareceu em São Paulo, no dia 16/03/74. Pertencia ao Comitê Central do PC, tendo sido preso na unidade de atendimento do Rocha, em São Paulo/SP*".



JOÃO MASSENA MELO (1919 – 1974)

Número do processo: 195/96

Filiação: Olímpia Melo Maciel e Sebastião Massena Melo

Data e local de nascimento: 16/08/1919, Água Preta, à época distrito de Palmares (PE)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 03/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (1921 – 1974)

Número do processo: 043/96

Filiação: Maria Salomé de Carvalho Maranhão e Luiz Ignácio

Data e local de nascimento: 25/01/1921, Natal (RN)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 03/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



WALTER DE SOUZA RIBEIRO (1924 – 1974)

Número do processo: 204/96

Filiação: Maria Natália Alves Ribeiro e Benedito Ribeiro

Data e local de nascimento: 24/09/1924, Teófilo Otoni (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 03/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Esses três integrantes do Comitê Central do PCB foram presos em São Paulo no mesmo dia, 03/04/1974, e seus nomes integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

João Massena Melo era pernambucano de Palmares, filho de pai carpinteiro e de mãe costureira. Começou a se interessar por política ainda na adolescência. Era casado com Ecila Francisca Massena Melo, com quem tinha três filhos. Começou sua militância política entre 1932 e 1933, no Rio de Janeiro, quando trabalhava na Fábrica de Tecidos Nova América. Durante o Estado Novo esteve preso em Fernando de Noronha, convivendo ali com Agildo Barata e Carlos Marighella. Sua liderança no meio operário possibilitou se eleger vereador pelo Partido Comunista, em 1947, no Rio de Janeiro, na época capital da República. Seu mandato foi extinto em 1948 com o fechamento do partido, voltando então a morar em Pernambuco até 1950.

De volta ao Rio de Janeiro, trabalhou como soldador e se integrou ao Sindicato dos Metalúrgicos, o que o levou a ser eleito nas eleições de 1962 deputado estadual na Guanabara, pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Teve novamente seu mandato interrompido pelo primeiro Ato Institucional, de 09/04/1964, tornando-se um caso singular de representante popular duas vezes cassado. Seis anos depois, voltou a ser preso em 1970, em sua residência, graças à decretação de sua preventiva pela 2ª Auditoria da Marinha, sob acusação de estar reorganizando o clandestino PCB. Foi torturado e ficou preso por dois anos e sete meses entre a Ilha das Flores e a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele teria feito cursos na União Soviética e que teria recebido várias condenações na Justiça Militar.

Solto em fevereiro de 1973, vinha cuidando de se recuperar do período de prisão e das torturas. Sua mulher, Ecila, avalia que sua libertação foi uma verdadeira armadilha, já que os órgãos de segurança não podiam fazê-lo desaparecer durante cumprimento da ordem judicial de prisão preventiva. Permaneceu com a família até viajar para São Paulo, no dia 19 de março, cidade em que foi preso no dia 03/04/1974, estando desaparecido desde então.

Em 20 de abril, Ecila recebeu em casa a visita do amigo com quem Massena se hospedava em São Paulo, que lhe trouxe, além da mala com roupas e objetos de uso pessoal, a triste notícia da prisão ocorrida no início do mês. Apesar da intensa busca e dos *habeas-corpus* impetrados, nenhuma informação foi obtida. Em 25/04/1974, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira, denunciou da tribuna o seu desaparecimento, sendo acompanhado pelo deputado opositor pernambucano Marcos Freire. Na entrevista do ex-sargento Marival Chaves ao jornalista Expedito Filho, da *Veja*, esse agente do DOI-CODI/SP afirmou que Massena era um dos oito integrantes do PCB que tiveram seus corpos atirados nas águas do Rio Novo, em Avaré (SP).

Luiz Ignácio Maranhão Filho era advogado, jornalista, professor universitário e foi deputado estadual. Teve seu mandato cassado pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964. Nascido em Natal (RN), estudou no Atheneu Northeriograndense, escola em que mais tarde seria professor, lecionando também na Fundação José Augusto e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Seu irmão, Djalma Maranhão, era prefeito de Natal quando da deposição de João Goulart, liderando nessa cidade uma gestão municipal inteiramente engajada na mobilização pelas reformas de base, em sintonia com as propostas de Paulo Freire, através de um programa de alfabetização que teve repercussão nacional: *"De pé no chão também se aprende a ler"*.

Jornalista, colaborou com diversas publicações do Rio Grande do Norte, particularmente com o Diário de Natal. Escreveu vários artigos para a Revista Civilização Brasileira. Filiou-se ao Partido Comunista em 1945, tendo sido eleito para o seu Comitê Central no VI Congresso do partido, em 1967.

Preso em 1952 pela Aeronáutica em Parnamirim (RN), foi brutalmente torturado, constituindo esse episódio um capítulo do livro História Militar do Brasil, de Néelson Werneck Sodré. Em 1958, foi eleito Deputado Estadual pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), desempenhando o mandato até 1962.

No início de 1964, visitou Cuba a convite de Fidel Castro, juntamente com Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas. Com o Golpe de Estado de abril, foi preso e levado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com o governador de Pernambuco Miguel Arraes e seu irmão prefeito, todos cassados. Libertado no final do ano, imediatamente passou à clandestinidade, fixando-se no Rio de Janeiro. Durante o período de vida clandestina, atuou em diversas missões e comissões partidárias.

Maranhão foi o dirigente que mais trabalhou no PCB a relação entre cristãos e marxistas, na trilha do diálogo proposto então pelo filósofo marxista Roger Garaudy, filiado ao Partido Comunista Francês. Essa face de sua militância foi estudada pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Conceição Pinto de Góes, que lançou em 1999 o livro A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho – cristãos e comunistas na construção da utopia. Nesse trabalho a pesquisadora registra que Maranhão organizou a publicação de três encíclicas fundamentais na renovação da Igreja Católica – *Populorum Progressio*, *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* – sob o título A Marcha Social da Igreja, com uma introdução de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde.

No livro do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, Desaparecidos Políticos, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa fornecem algumas informações sobre o seu desaparecimento: *"Sua prisão foi testemunhada por algumas pessoas e se deu numa das praças de São Paulo, quando foi cercado por homens que pareciam assaltantes. O que levou testemunhas a correrem com o intuito de ajudá-lo. Mas ao constatarem que se tratava de agentes policiais – colocaram algemas em seus pulsos – se afastaram, observando que ele foi conduzido num veículo comumente usado para transporte de presos comuns. Desde então Inácio nunca mais foi visto".*

Em maio de 1974, o deputado federal Thales Ramalho, que era secretário-geral do MDB, de sua ala moderada, mas colega de infância do comunista desaparecido, leu da tribuna da Câmara carta de sua esposa denunciando o desaparecimento. Elio Gaspari registrou, em A Ditadura Derrotada: *"Ramalho entrincheirou-se no embaraço, cobrando explicações do governo. Leu uma carta da viúva e concluiu: 'É com sentimento de vergonha que transmito a esta Casa esse impressionante depoimento para o conhecimento de todos. Vergonha de que, em meu país, uma carta dessas possa ser escrita. Daqui, quero fazer um apelo ao presidente Ernesto Geisel: mande apurar este caso'".*

Em 08/04/1987, matéria publicada na revista IstoÉ trouxe declarações do ex-médico Amílcar Lobo reconhecendo ter atendido Luís Ignácio no DOI-CODI/RJ, sendo essa a única informação obtida até hoje acerca de seu paradeiro.

Walter de Souza Ribeiro era mineiro de Teófilo Otoni e começou seus estudos numa escola pública daquela cidade. Fez o ginásio em Conceição do Mato Dentro e ingressou no Curso Preparatório de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, tornando-se 2º tenente em 1950. Sua família morava em Governador Valadares (MG) quando saiu de casa em busca de formação profissional. Casou-se com Adalcy Byrro Ribeiro, com quem teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo.

Foi reformado como oficial do Exército, em 1951, por ter assinado um manifesto contra o uso de armas atômicas e contra o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. A exclusão utilizou como motivo "incompatibilidade" para o oficialato. Em 1959 mudou-se para Brasília, ainda em construção, trabalhando como funcionário da Novacap até abril de 1964, quando foi demitido por força do primeiro Ato Institucional. Documentos dos órgãos de segurança o citam como integrante do Comitê Central do PCB e registra uma viagem que teria feito a Cuba em 1963, além de ter sido responsável por cursos de formação política no partido.

Após o seu desaparecimento, a família conseguiu colocar anúncios nos jornais denunciando o fato e participou do encontro dos familiares com o general Golbery. Na resposta do governo, divulgada somente em fevereiro de 1975, a desastrada nota do ministro da Justiça Armando Falcão acusou Walter de ser subversivo, de ser indigno para o oficialato e que havia contra ele mandado de prisão expedido desde 1970, estando foragido.

Indignada com a nota do Ministro, Aldacy protestou contra as calúnias, apresentando documentos que desmentiam o ministro. Havia sido expedida pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo certidão negativa que atestava boa conduta de seu marido. Em seu protesto Aldacy escreveu: *"A nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do Exército como indigno. Não existe, até agora, que seja do meu conhecimento e dos meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela lei n. 1507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade para o oficialato... A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o ministro Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional".*

Para a família de Walter, seu desaparecimento, além de revolta e angústia, significou grandes privações inclusive financeiras, uma vez que viúva e filhos não podiam sequer receber o soldo a que tinham direito, uma vez que não existia atestado de óbito.

O jornalista Elio Gaspari colhe vários depoimentos, em A Ditadura Derrotada, examinando a possibilidade de existir algum agente infiltrado no PCB naquele período como explicação para os cinco desaparecimentos ocorridos no início do governo Geisel. Ouviu do dirigente Givaldo Siqueira que ele estava desconfiado da possibilidade de Walter de Souza Ribeiro estar "campanado". Segue a reconstrução de Gaspari:

"No dia 3 de abril, Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um 'ponto' conversar com Luís Inácio Maranhão. Ex-deputado estadual no Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e amigo do cardeal Eugênio Sales, Maranhão era uma espécie de chanceler do Partidão. Encarregava-se dos contatos com parlamentares e com a Igreja. Também iria a esse encontro João Massena Mello, ex-deputado estadual carioca e veterano agitador sindical do PCB. Pagara três anos de cadeia e estava em liberdade fazia pouco mais de um ano. Sumiram todos.(...)"

Em 1992 um ex-sargento do Exército, Marival Chaves Dias do Canto, narrou ao repórter Expedito Filho, da revista Veja, uma parte de seus sete anos de serviço na máquina de repressão militar em São Paulo. Segundo ele, Luís Maranhão e João Massena acabaram num cárcere montado numa fazenda da estrada da Granja 20, em Itapevi. Liquidaram-nos com injeções de uma droga destinada a matar cavalos e jogaram seus corpos num rio. Walter de Souza Ribeiro, David Capistrano e José Roman foram levados para a casa que o CIE mantinha em Petrópolis. Esquartejaram-nos".



IEDA SANTOS DELGADO (1945 – 1974)

Número do processo: 265/96

Filiação: Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado

Data e local de nascimento: 09/07/1945, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 11/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Carioca e afro-descendente, Ieda era advogada e funcionária do Ministério de Minas e Energia há cerca de quatro anos. Embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11/04/1974, quando desapareceu. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Sua atuação política teve início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando estudava Direito na UnB e participava discretamente das mobilizações estudantis que marcaram o período. Formou-se advogada em 1969 e falava francês, italiano, inglês e espanhol. Como funcionária do Ministério de Minas e Energia, fez curso de especialização na PUC do Rio de Janeiro, de setembro de 1971 a março de 1972. No mesmo ano, fez também outros cursos na Faculdade Cândido Mendes.

Tinha trabalhado como assistente da assessoria jurídica do Ministério da Educação e Cultura, no Plano Nacional de Educação, de 1967 a 1970. Foi estagiária e, depois, assistente jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e, em 1973, foi secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais. Ao ser presa, aguardava sua transferência para Brasília. Durante algum tempo, trabalhou também no suplemento literário do jornal Tribuna da Imprensa.

Ieda viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa de 1974, no dia 11 de abril, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN que precisava deixar o país. Não retornou ao Rio de Janeiro. Por telefonema anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa em São Paulo.

Sua mãe, Eunice, imediatamente viajou para São Paulo e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha. Chegou a obter a informação, através de um general seu amigo, de que Ieda estivera presa em Campinas (SP), tendo sido hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos *habeas-corpus* impetrados foram negados. Um mês depois da prisão da filha, Eunice passou a receber cartas de Ieda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em carta postada em Belo Horizonte, Ieda dizia para que a família não se preocupasse, que estava bem. Um mês depois outra carta, nos mesmos termos, postada do Uruguai. Nessa última, sua letra estava muito tremida. Eunice fez exames grafológicos e constatou que a letra era de Ieda.

Nesse período do regime militar em que o desaparecimento se tornou regra sistemática nos órgãos de segurança, repetiram-se várias vezes episódios como esse em que, além do violento trauma trazido pelo desaparecimento, os familiares passaram a ser submetidos a verdadeiras operações de contra-informação e, muitas vezes, foram alvo de chantagem para obtenção de dinheiro em troca de informações que, em nenhum dos casos, se comprovaram verdadeiras.

Ieda Santos Delgado foi homenageada, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com a denominação de ruas em bairros da periferia.



ANA ROSA KUCINSKI SILVA (1942 – 1974)

Número do processo: 036/96

Filiação: Ester Kucinski e Majer Kucinski

Data e local de nascimento: 12/01/1942, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 22/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



WILSON SILVA (1942 – 1974)

Número do processo: 178/96

Filiação: Lygia Villaça da Silva e João Silva

Data e local de nascimento: 21/04/1942, Taubaté (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 22/04/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Ana Rosa Kucinski Silva era professora universitária, formada em química, com doutorado em filosofia. Casada com o físico Wilson Silva, trabalhava no Instituto de Química da USP. Wilson era formado pela Faculdade de Física da USP, tinha especialização em processamento de dados e trabalhava na empresa Servix. Os dois conciliavam seu trabalho e estudos com a militância política na ALN. Ambos os nomes estão incluídos na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Wilson era conhecido na ALN pelo codinome Rodrigues, sendo um dos poucos membros dessa organização clandestina que tinha conseguido manter sua militância por mais de cinco anos, sem ser preso ou sair do país. Em 1961, aos 19 anos, saiu de Taubaté (SP) para estudar em São Paulo, já trazendo consigo o interesse pela política, que nasceu em seus tempos de Escola Estadual Monteiro Lobato. Foi militante da Polop entre 1967 e 1969, ligou-se à ALN a partir desse ano e sempre priorizou a atuação junto ao setor operário.

Ana Rosa estudou Química, na USP, durante a efervescência estudantil que marcou o início da resistência ao regime militar nessa área, avançando seu engajamento político a partir do namoro e casamento com Wilson, que em 1966 tinha organizado com Bernardo Kucinski, seu colega na Física da USP e irmão de Ana Rosa, uma exposição sobre os 30 anos da Guerra Civil Espanhola, na rua Maria Antonia.

No dia 22/04/1974, Ana Rosa saiu do trabalho na Cidade Universitária e foi ao centro da cidade para almoçar com Wilson, num dos restaurantes próximos à Praça da República. Ele saiu do escritório da empresa, na avenida Paulista, junto com seu colega de trabalho Osmar Miranda Dias, para fazer um serviço de rotina também no centro. Terminado o serviço, Wilson separou-se de seu colega e avisou que almoçaria com sua esposa e depois voltaria para o escritório. O casal desapareceu nas proximidades da Praça da República.

Os colegas de Ana Rosa na USP estranharam sua ausência e avisaram a família Kucinski, que imediatamente começou a tomar providências para sua localização. Ao procurarem Wilson, souberam que ele também havia desaparecido. As duas famílias passaram a viver o tormento da busca por informações. O *habeas-corpus* impetrado pelo advogado Aldo Lins e Silva foi negado, pois nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal. A família foi a todos os locais de prisão política em busca de notícias e informações. A Comissão de Direitos Humanos da OEA foi acionada, como recurso extremo, no dia 10/12/1974, data em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, completava 26 anos. O pedido de investigação daquela instância interamericana foi respondido, meses depois, pelo governo brasileiro, afirmando não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal e que não tinha informações sobre o caso.

Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa descrevem, em *Desaparecidos Políticos*, a busca junto ao governo dos Estados Unidos: *“O Departamento de Estado norte-americano, solicitado a dar uma informação, comunicou à American Jewish Communittee, entidade dedicada, entre outras coisas, a procurar pessoas desaparecidas na guerra, famílias separadas, e também à American Jewish Congress, espécie de federação das organizações judaicas religiosas culturais, que Ana Rosa estava viva, mas não sabia onde. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família Kucinski em 7 de novembro de 1974”*.

Esse mesmo livro traz um depoimento de Bernardo Kucinski, que se formou em Física mas optou pelo jornalismo, tendo trabalhado na BBC de Londres e colaborado nos semanários *Opinião* e *Movimento*, antes de publicar vários livros e se tornar professor de jornalismo na USP: *“Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo”*. Bernardo Kucinski também contou, numa entrevista para a revista *Veja*, que a família foi extorquida em 25 mil dólares em troca de informações, que ao final se mostraram inteiramente falsas.

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu, conforme já registrado, uma audiência em Brasília com o general Golbery do Couto e Silva e obteve como resposta promessas de investigação. Pouco tempo depois, o ministro de Justiça, Armando Falcão publicou a insólita nota oficial informando sobre o destino dos desaparecidos políticos, onde Ana Rosa e Wilson Silva foram citados como 'terroristas foragidos'.

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-CODI/RJ e na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), concedeu entrevista denunciando os assassinatos políticos que presenciara naquelas unidades militares. Procurado por Bernardo Kucinski, o médico reconheceu

Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar a identificou como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza. Também o ex-agente do DOI-CODI/SP, em entrevista à *Veja* de 18/11/1992, informou: "Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados".

O Relatório do Ministério da Marinha, enviado ao Ministro da Justiça, Maurício Correa, em 1993, confirmou que Wilson Silva "foi preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então". Na ficha de Wilson Silva, no arquivo do DEOPS, consta que ele foi "preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski".



THOMAZ ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETTO (1937 – 1974)

Número do processo: 088/96

Filiação: Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles

Data e local de nascimento: 01/07/1937, em Parintins (AM)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 07/05/1974, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04 de dezembro de 1995

Jornalista e sociólogo, dirigente da ALN, o amazonense Thomaz Meirelles desapareceu em 07/05/1974, no Rio de Janeiro. Natural de Parintins (AM), chegou ao Rio de Janeiro em 1958, onde teve início seu engajamento político, participando do movimento secundarista através da UBES e, depois de iniciar a universidade, através da UNE. Em 1961, atuou abertamente na resistência em defesa da legalidade constitucional, contra a tentativa de golpe militar que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros.

Paralelamente à sua atividade profissional como jornalista, contribuiu na organização de inúmeras manifestações culturais e políticas no final dos anos 50 e início dos anos 60, por meio do Comitê Popular de Cultura da UNE. Sua militância partidária começou no PCB, tendo depois ingressado na ALN. Casado com a jornalista Miriam Marreiro, teve com ela dois filhos, Larissa e Togo.

Cumprindo todos os trâmites legais em relação a um país com o qual o Brasil mantinha relações diplomáticas normais, Thomaz Meirelles solicitou uma bolsa de estudos para continuar sua formação universitária e seguiu para a União Soviética, em 1962, onde cursou Filosofia na Universidade Central de Moscou.

Retornou ao Brasil em 13/11/1969, já na polarizada conjuntura repressiva do início do governo Médici. Poucos meses depois, foi obrigado a viver na clandestinidade. Preso pela primeira vez em 18/12/1970, quando transitava na Rua da Alfândega (Rio de Janeiro), foi levado para o DOI-CODI e lá sofreu a violência das torturas. Posteriormente, foi condenado a três anos e seis meses de prisão. Cumpriu condenação por suas atividades políticas na ALN, existindo em seu processo judicial forte carga contra o fato de ter estudado na União Soviética. Libertado em 17/11/1972, mais uma vez foi obrigado a refugiar-se na clandestinidade. Thomaz Meirelles foi preso pela última vez em 07/05/1974, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, e a partir dessa data nunca mais visto. Após o seu desaparecimento, foi julgado à revelia, em São Paulo, pela 2ª Auditoria Militar, sendo condenado à pena de dois anos de reclusão.

O nome de Thomaz consta da lista de pessoas consideradas desaparecidas e assumidas como mortas por um general responsável pelo aparelho repressivo, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 28/01/1979. Notícia veiculada pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, de 03/08/1979, afirma que 14 desaparecidos políticos foram mortos pelos serviços secretos das Forças Armadas e dentre eles está o nome de Thomaz. A reportagem da *Folha de S. Paulo* ouviu de dois generais e de um coronel essa informação. Em 15/04/1987, a revista *IstoÉ*, na reportagem *Longe do Ponto Final*, publicou declarações do ex-médico militar Amílcar Lobo de que havia visto Thomaz no DOI-CODI no Rio de Janeiro, sem precisar a data.

O chamado "livro negro sobre o terrorismo no Brasil", produzido pelo CIE entre 1986 e 1988, num trecho delirante que depõe contra a credibilidade e seriedade do documento, registra que, em junho de 1966 "o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, na qual criou uma Seção de Trabalhos Especiais que, entre outras atribuições, tinha o encargo principal de preparar o Partido para a luta armada. No mês seguinte, enviou 10 militantes para realizarem um curso de guerrilha em Moscou", sendo que o nome de Thomaz Meirelles é incluído entre esses 10. Daí a necessidade de tratar com muita reserva a informação incluída na página 776 desse controverso documento secreto, de que Meirelles teria executado, em junho de 1973, um militante da RAN que tinha sido preso e ajudou os órgãos de segurança a montar a emboscada em que foi morto Merival Araújo, da ALN. Vale a mesma ressalva a respeito da acusação, incluída em documentos dos órgãos de segurança, de que Thomaz teria participado da execução do delegado Octavio Gonçalves Moreira Junior, do DOI-CODI/SP e do CCC, em Copacabana, em fevereiro de 1973.

Nos arquivos secretos do DOPS/SP foi descoberto um documento onde consta que Thomaz foi "novamente preso em 07/05/1974, quando viajava do Rio de Janeiro para São Paulo". O Relatório do Ministério da Marinha, assinado pelo Ministro Ivan Serpa, relata: "DEZ/72, preso anteriormente e liberado na primeira semana de dez/72, preso novamente no dia 07/mai/74, entre o Rio de Janeiro para São Paulo". O nome de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.



ISSAMI NAKAMURA OKANO (1945 – 1974)

Número do processo: 155/96

Filiação: Sadae Nakamura Okano e Hideu Okano

Data e local de nascimento: 23/11/1945, Cravinhos (SP)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local do desaparecimento: 14/05/1974, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Tanto quanto nos casos de Thomaz Meirelles, Heleni Guariba, João Massena e vários outros, o desaparecimento de Issami Nakamura Okano sugere que, nas regras definidas pelos porões repressivos do regime militar, além dos banidos que retornassem ao Brasil, também os presos políticos que retomassem a militância clandestina após serem libertados estavam condenados à pena máxima, extra-judicialmente decretada. Por sinal, essa sentença foi explicitamente formulada a dezenas de presos políticos no dia em que eram libertados, quando, depois de assinarem na Auditoria Militar os respectivos termos de soltura, muitas vezes eram levados para uma breve e ilegal passagem pelos órgãos de segurança, onde ouviam o comunicado solene.

Nascido em Cravinhos, cidade vizinha a Ribeirão Preto, no interior paulista, Issami morava em São Paulo e cursava Química na USP quando começou a participar do Movimento Estudantil. Trabalhou como assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física da USP, ambos na Cidade Universitária. Após a decretação do AI-5, na polarização que se seguiu ao acirramento repressivo do regime militar, Issami foi preso pela primeira vez em setembro/outubro de 1969, sendo torturado e indiciado em inquéritos sobre a ALN, da qual era militante, e também da VAR Palmares, por manter relações pessoais e políticas com alguns de seus integrantes.

Foi condenado, em 24/03/1971, a dois anos de reclusão pela Auditoria de Guerra da 2ª CJM de São Paulo. Cumpriu a pena em São Paulo e foi solto do Presídio Tiradentes em outubro daquele ano. Foi novamente preso em 14/05/1974, por agentes do DOI-CODI/SP, em sua casa, e a partir de então desapareceu. É sabido que sua prisão foi consequência do trabalho de infiltração do médico João Henrique Carvalho, conhecido como "Jota", conforme já explicado neste livro relatório. Na entrevista concedida ao jornalista Expedito Filho, na revista *Veja* de 18/11/1992, o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Dias Chaves do Canto tornou pública a informação inédita de que Issami foi preso em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, possivelmente para a casa de Petrópolis, que o jornalista Elio Gaspari relata ser conhecida no círculo dos órgãos de segurança como "Codão".

Issami foi julgado também em outro processo, sendo absolvido em 11/02/1974. No dia 07/02/1975, o já referido comunicado oficial do ministro da Justiça, Armando Falcão informou à nação meramente que Issami tinha sido preso, processado e estava foragido. Essa afirmação foi contestada pelo advogado Idibal Piveta, que denunciou a prisão de Issami pelos órgãos de repressão quando saía de casa, no bairro de Pinheiros, na capital paulista. Segundo o advogado, *"ele foi condenado, recorreu da sentença, cumpriu pena, foi solto, voltou a estudar e trabalhar para, então, ser seqüestrado"*.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa que Issami teria *"desaparecido em 14/05/1974, quando se dirigia de casa para o trabalho"*. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 e também foi conferido a ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro.



RUY FRAZÃO SOARES (1941 - 1974)

Número do processo: 098/96

Filiação: Alice Frazão Soares e Mário da Silva Soares

Data e local de nascimento: 04/10/1941, São Luís (MA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local do desaparecimento: 27/05/1974. Recife (PE)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 - 04/12/1995

Nascido em São Luiz (MA), viveu desde bebê no Rio de Janeiro até que, aos cinco anos, com a morte do pai, voltou para a terra natal com sua mãe e irmãos. Estudou no Colégio de Aplicação Gilberto Costa e no Liceu Maranhense. Ainda estudante secundarista, organizou uma banda que percorreu o interior do Maranhão. Colaborou em jornais de São Luís, publicando artigos sobre a situação dos professores estaduais.

Mudou-se para Recife em 1961, iniciando o curso de Engenharia na Universidade Federal de Pernambuco. Começou a participar da Juventude Universitária Católica. Logo depois de abril de 1964, foi determinada a mudança da Faculdade de Engenharia para o Engenho do Meio, local de difícil acesso e sem estrutura adequada. Ruy Frazão era um dos representantes dos estudantes junto à Congregação e liderou a resistência dos alunos, sendo preso e experimentando pela primeira vez a violência da tortura.

Libertado e ainda com a cabeça raspada, Ruy viajou para Boston, nos Estados Unidos, onde participou de um seminário sobre Economia do Desenvolvimento, como bolsista na Universidade de Harvard, expondo um trabalho que recebeu menção honrosa. Passando por Nova York em julho de 1965, denunciou na Assembléia das Nações Unidas as torturas que começavam a ser praticadas no Brasil.

Voltando ao Brasil, sentiu que seria impossível concluir o curso de Engenharia, embora já estivesse no 5º ano, e decidiu retornar ao Maranhão para assumir o cargo de Exator Federal, que tinha conseguido mediante concurso ao terminar o curso científico. Foi nomeado para Viana, nas proximidades de Pindaré-Mirim, onde se engajou nas atividades do Movimento de Educação de Base, ligado à Igreja Católica, junto à população camponesa da região. Nessa época, Ruy estudava a obra de Teilhard Chardin e se sentia esperançoso com o processo evolutivo da humanidade.

Em novembro de 1966, recebeu a notícia de que tinha sido condenado a 2 anos de reclusão pela Justiça Militar, em Recife, devido à referida resistência estudantil em 1964/1965. A partir de 1967, quando já tinha se tornado militante da AP, teve papel destacado na orientação política junto ao movimento dos trabalhadores do rio Pindaré, luta que foi se ampliando até gerar um grave conflito armado, em julho de 1968, quando Manoel Conceição, principal líder entre os camponeses, foi baleado e detido, tendo de amputar uma perna por falta de atendimento médico na prisão.

Ruy Frazão casou-se com Felícia Moraes em 1968, com quem teve o filho Henrique, nascido em 1972. Com a repressão generalizada que se abateu sobre o trabalho camponês desenvolvido pela AP no interior do Maranhão, Ruy teve de passar à vida clandestina, adotando a identidade de Luís Antônio Silva Soares. Na disputa interna vivida por essa organização clandestina entre 1971 e 1972, Ruy Frazão alinhou-se

na ala que optou pelo ingresso no PCdoB. Residia, então, em Juazeiro da Bahia, na margem direita do rio São Francisco, em frente a Petrolina (PE). Fez um curso de técnico de rádio e televisão e, com Felícia, negociava artigos de artesanato.

Na manhã do dia 27/05/1974, Ruy foi preso na feira de Petrolina, por três policiais armados de revólveres que o agrediram, ameaçaram de morte, algemaram e jogaram no porta-malas de uma viatura preta, da Polícia Federal. Conseguiu gritar para uma colega feirante: Avisa Licinha! Os policiais retornaram mais tarde para recolher as mercadorias e até a lona da barraca da Ruy. A feirante Lélia perguntou aos policiais para onde o tinham levado, recebendo como resposta que não era para se meter porque a boca era quente.

Felícia de Moraes Soares, sua esposa, escreveu à *Folha de S. Paulo*, ao *Jornal do Brasil* e a diferentes órgãos da imprensa brasileira, embora consciente dos perigos que corria com essa atitude. Dona Alice, a mãe de Ruy Frazão, escreveu também uma carta ao ministro da Justiça Armando Falcão, que havia sido colega do seu marido no Instituto Nacional do Sal. Ela também viajou para Recife e lá procurou os altos comandos militares, encontrando sempre a mesma negativa: ninguém sabia de seu filho. O encaminhamento jurídico do caso também esbarrou na justificativa de sempre: Ruy não se encontrava em nenhuma dependência policial-militar. Quando foi preso o militante Alanir Cardoso, em setembro de 1974, em Pernambuco, os agentes lhe apresentaram uma foto de Ruy, de perfil, que havia sido feita no cárcere, e afirmaram: "o Comprido já virou presunto".

Felícia e Henrique moveram uma ação judicial responsabilizando a União pelo desaparecimento de Ruy. Entre os que se ofereceram para testemunhar, está um ex-companheiro, que foi torturado até falar sobre a localização de Ruy Frazão. Esta ação foi vencedora, em 26/03/1991, quando a sentença do juiz Roberto Wanderley Nogueira, da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, responsabilizou a União pela prisão, morte e ocultação do cadáver de Ruy Frazão Soares, sendo a decisão confirmada em outubro de 2002 e a União condenada a pagar uma indenização superior a 6,5 milhões de reais. Seus restos mortais, no entanto nunca foram entregues à sua família. Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 e batizou, em vários estados, ruas, praças e escolas.



DANIEL JOSÉ DE CARVALHO (1945-1974)

Número do processo: 282/96

Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 13/10/1945, Muriaé (MG)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



ENRIQUE ERNESTO RUGGIA (1955-1974)

Número do processo: 276/96

Filiação: Ana Violeta Bambula e Atilio Carlos Ruggia

Data e local de nascimento: 25/07/1955, Corrientes (Argentina)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



JOEL JOSÉ DE CARVALHO (1948-1974)

Número do processo: 140/96

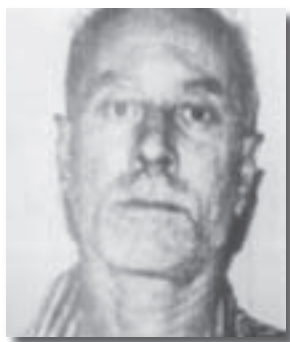
Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 13/07/1948, Muriaé (MG)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



JOSÉ LAVECCHIA (1919-1974)

Número do processo: 156/96
Filiação: Felícia de Matheu e Leo Lavecchia
Data e local de nascimento: 25/05/1919, São Paulo (SP)
Organização política ou atividade: VPR
Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)
Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



ONOFRE PINTO (1937-1974)

Número do processo: 139/96
Filiação: Maria Pinto do Rosário e Júlio do Rosário
Data e local de nascimento: 26/01/1937, Jacupiranga (SP)
Organização política ou atividade: VPR
Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)
Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95



VITOR CARLOS RAMOS (1944-1974)

Número do processo: 331/96
Filiação: Santina Silva Ramos e Felicindo Ramos
Data e local de nascimento: 18/01/1944, em Santos (SP)
Organização política ou atividade: VPR
Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR)
Relator: Nilmário Miranda
Deferido em: 30/05/96 por unanimidade
Data da publicação no DOU: 03/06/96

A morte desses seis integrantes da VPR, em 13/07/1974, constitui um dos episódios mais recobertos de incertezas e mistério, até hoje, entre todos os casos de mortes e desaparecimentos registrados no período ditatorial. Essa organização clandestina praticamente já não existia mais no Brasil, tendo sido desmobilizada no início de 1973.

Decididos a retornar do exílio para combater o regime militar, esses militantes entraram clandestinamente no território nacional, pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Quatro deles tinham sido banidos entre 1969 e 1971: Onofre, Lavecchia, Daniel e Joel. Foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

Os nomes de Lavecchia, Onofre, Joel, Daniel e Ernesto integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. O caso de Vitor somente foi conhecido depois da edição da Lei, sendo analisado e deferido pela CEMDP.

Militantes que conviveram com Onofre Pinto após o Massacre da Chácara São Bento, em janeiro de 1973, quando foram mortos seis militantes da VPR em Pernambuco, relataram que esse exilado expressava desespero e inconformismo pela confiança que tinha depositado no agente infiltrado cabo Anselmo. Onofre era o dirigente principal da VPR, fora alertado sobre a infiltração de Anselmo, mas não aceitara as evidências.

A partir daquele episódio, passou a viver obcecado pela idéia de retornar à luta clandestina no Brasil. No entanto, é provável que tenha incorrido uma segunda vez no mesmo erro fatal, confiando em um ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, ligado a Leonel Brizola, Alberi Vieira dos Santos, que parece ter sido um outro agente infiltrado, que atraiu esse grupo para a morte, conforme informações divulgadas quase 20 anos depois.

A data da viagem para o Brasil somente foi estabelecida através de informação fornecida por Idalina, mulher de Onofre. As informações acerca do ocorrido com o grupo tiveram novos elementos a partir de 1992, quando foi revelada a atuação do casal Maria Madalena Lacerda de Azevedo e Gilberto Giovanetti, que confessaram terem sido cooptados pelos órgãos de repressão, passando a realizar missões policiais, inclusive no exterior. Giovanetti tinha sido companheiro de Daniel e Joel na Ala Vermelha de São Paulo, tendo participado, segundo documentos dos órgãos de segurança, de assalto a um carro forte, em 14/04/1969, em que dois guardas foram mortos.

Madalena e Gilberto afirmam que foram presos num encontro que teriam com Alberi, no dia 13/07/1974, em Curitiba. Já desempenhando a nova posição de agente infiltrado, Madalena viajou para Buenos Aires e avisou a Idalina que o marido estava morto.

As condições em que foram executados esses seis militantes também foram descritas, em 1993, pelo ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, que atuou no DOI-CODI/SP. Ele confirmou que a operação de Medianeira foi montada por Alberi, mas acrescenta entre os mortos o nome de Gilberto Faria Lima, conhecido como Zorro, militante da REDE que esteve na área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira, em 1970. Seu nome nunca constou da lista de mortos e desaparecidos e não há certeza de que tenha efetivamente integrado o grupo, sendo que seus familiares não apresentaram requerimento à CEMDP.

O nome de Alberi, até então considerado um herói pelos seus companheiros sobreviventes, constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Ele tinha sido o braço direito do coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório na chamada Guerrilha de Três Passos, em março de 1965. Teria sido condenado pela Justiça Militar e cumprira pena de 8 anos. Cinco anos depois, ele próprio seria encontrado morto, em 10/01/1979, na região de Foz do Iguaçu, quando investigava a morte de seu irmão, José Soares dos Santos, ocorrida em janeiro de 1977. Outro dos irmãos de Alberi, Silvano, morreu em 1970, após ter cumprido pena pela participação no movimento de Jefferson Cardin. As condições de sua morte ainda não foram esclarecidas e o pedido de seus familiares à CEMDP terminou sendo indeferido.

Alguns dos refugiados políticos procurados por Alberi, que convidava para retornar ao Brasil e implantar uma base guerrilheira no sudoeste do Paraná, levantavam suspeitas sobre sua atuação e sobreviveram por não aceitar o insistente convite.

Algumas luzes sobre esse misterioso episódio só começaram a surgir em 2005, quando Aluizio Palmar lançou o livro *"Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?"*, reconstituindo, ao final de quase três décadas de investigação, os últimos passos dos seis guerrilheiros.

Aluizio, jornalista que militou no primeiro MR-8 e na VPR, esteve preso no Paraná e foi banido do Brasil no seqüestro do embaixador suíço, em 1971. Ele foi um dos convidados por Alberi para retornar. Ao declinar do convite e sobreviver, dedicou-se exaustivamente a descobrir o destino dos companheiros. Morador de Foz do Iguaçu após seu retorno ao Brasil, recebeu em 2001 informações sobre um possível local de sepultamento dos guerrilheiros, o que levou a CEMDP a organizar uma busca em Nova Aurora, no Oeste do Paraná, a cargo dos técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense.

Aluizio Palmar conseguiu descobrir o agente policial que trabalhou junto com Alberi e que participou diretamente dessa operação de infiltração. Desempenhando o papel de motorista e usando o nome fictício de Otávio Camargo, esse agente foi encarregado de buscar o grupo que saíra de Buenos Aires no dia 11 de julho, levando-o para o sítio de Niquinho Leite, parente de Alberi que não tinha conhecimento do que iria suceder. Pelo contrário, segundo revela Aluizio, Niquinho achava que estava contribuindo com os Revolucionários. O sítio fica em Boa Vista do Capanema, onde o grupo chegou no dia 12 de julho.

Alberi tinha convencido o grupo de que a melhor entrada para o Brasil seria uma base de apoio em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Chegando ao sítio, os viajantes descansaram da viagem de mais de 24 horas. Longe de ser uma base de apoio, o local e o plano eram uma armadilha para eliminar o grupo. *"O sítio não era da VPR; Niquinho era um inocente útil usado pelo sobrinho (Alberi); Otávio, um membro do Centro de Inteligência do Exército; e Alberi, o cachorro que estava levando-os para uma armadilha... Durante a viagem, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE (Centro de Informações do Exército)"*.

Prossigue Aluizio Palmar em seu livro:

"A Operação Juriti estava em marcha, comandada pelo 'doutor César' (coronel José Brandt Teixeira) e pelo 'doutor Pablo' (coronel Paulo Malhães). Ela havia começado no Chile, teve sua continuidade na Argentina e agora chegava à sua fase final. Durante a viagem pela Argentina, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE. Marival Chaves foi um deles. Toda a operação foi controlada à distância pelos coronéis Brandt e Malhães. Os agentes fizeram rodízio e acompanharam o retorno dos Revolucionários até chegarem ao sítio de Niquinho. Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues Curió, que usava o pseudônimo de doutor Marco Antonio Luchinni, iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato a dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Aquela noite e o dia seguinte eles passaram no sítio. Enquanto uns descansavam, outros foram andar pelo mato ou pescar no Rio Capanema. Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Joel, Daniel, Victor, Lavecchia e Enrique para executar a primeira ação revolucionária, uma expropriação na agência do Banco do Estado do Paraná, em Medianeira".

Segundo o relato do agente Otávio, o plano era levar o grupo para um assalto a uma agência bancária. Onofre não participaria por ser muito conhecido. E prossigue o relato de Aluizio:

"Otávio deu a partida no motor e o carro subiu a lomba, para em seguida seguir pela estreita e sinuosa Estrada do Colono. Com exceção de alguns raios de luz que, de vez em quando, cruzavam a mata fechada, a escuridão era total. Depois de rodar quase seis quilômetros, a rural fez uma curva fechada e entrou num picadão à direita, que dava acesso a uma clareira. 'Chegamos companheiros', disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e, de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. Otávio ficou junto ao carro, Alberi correu e se jogou no solo, Lavecchia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio, a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina. (...) No chão, entre folhas e entrelaçado por cipós, o jovem Enrique Ernesto Ruggia ainda estava vivo e, tal como o Che, teimava em perseguir seu sonho de libertar a América Latina do domínio norte-americano e implantar o socialismo. (...) A ordem era matar e uma descarga final de pistola tirou o último sopro de vida de Enrique Ruggia".

O pelotão de fuzilamento limpou a área, enterrando os corpos numa cova ali mesmo. Onofre foi executado depois, e seu corpo teria sido jogado em um rio. 'Otávio Camargo' não quis falar com Aluizio, mas recebeu o agente da Polícia Federal Adão Almeida e foi até o local onde estariam os corpos. Em maio de 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República procedeu à busca com os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, mas não foi possível encontrar a cova.

Onofre Pinto era paulista de Jacupiranga, afrodescendente, e tinha liderado, em São Paulo, as mobilizações do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército no período anterior a abril de 1964. Era formado em contabilidade e casado com Idalina Maria Pinto, com quem teve uma filha, Kátia Elisa. Teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964, e sua prisão preventiva foi decretada em 8 de outubro do mesmo ano, por sua participação no "Movimento dos Sargentos". Foi um dos fundadores e líderes principais da VPR.

Tinha sido preso anteriormente, em 02/03/1969, por agentes do DOPS e da 2ª Companhia da Polícia do Exército. Era acusado pelos órgãos de segurança do regime militar de participação em inúmeras ações armadas que resultaram em mortes, inclusive no atentado a bomba contra o Quartel general do II Exército, no Ibirapuera, em 26/06/1969, quando morreu o soldado Mário Kozel Filho. Foi banido do Brasil em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador americano no País, e viajou para o México com outros 14 presos políticos. Dali seguiu para Cuba, onde teria recrutado para a VPR exilados como o cabo Anselmo, Aluizio Palhano, Edson Quaresma e outros. Morou ainda no Chile e na Argentina.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* transcreve um registro policial encontrado nos arquivos secretos do DOPS/SP a seu respeito: "Informação do II Exército de 29/01/70, esclarece que Onofre Pinto... teria a intenção de retornar ao Brasil... em princípios de fevereiro de 1970". E completa os dados: "O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile".

Outras informações ratificam que ele se encontrava sob estrita vigilância: *"A CIOP, em 2/7/73, nos cientificou do seguinte: 'A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/05/73, RG n° 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo o informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto". "Relatório de Plantão de 29/6/74 nos científica que através do Rádio n° 3749, proveniente da DPF, fomos solicitados a observar os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo, procedentes do Uruguai".* Num desses registros policiais aparece, inclusive, a informação de que o grupo se dirigia ao Brasil com a intenção de justificar o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Lavecchia tinha 55 anos, era sapateiro de profissão e antigo quadro do PCB. Descontente com os rumos do partido em relação à luta contra o regime militar, ingressou na VPR e foi preso na área de treinamento do Vale do Ribeira, em 27/04/1970. Ali ele cumpria o papel de fachada para o sítio comprado pela VPR, figurando como marido de Tercina Dias de Oliveira, a quem todos chamavam de 'Tia'. Lavecchia testava os couros das botas para os guerrilheiros, desfazendo-as e costurando novamente, para que fossem mais confortáveis e resistentes. Logo que a área foi descoberta pelos órgãos de segurança, Tercina foi presa, enquanto Lavecchia permaneceu se deslocando pela mata com outros militantes, até ser preso dias depois. Ambos foram soltos em junho, em troca do embaixador da Alemanha no Brasil, Ludwig Von Holleben. Foram levados para a Argélia, seguindo algum tempo depois para Cuba, onde Lavecchia participou de treinamento militar. Mesmo com 51 anos, tornou-se uma referência junto aos mais jovens, por sua disciplina e força física. Mais tarde, transferiu-se para o Chile e, com o golpe fascista de Pinochet, refugiou-se na Argentina.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa a respeito dele que *"em 12/10/1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir".* O Relatório da Marinha não cita seu nome e o da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo dados que confirmem.

Os irmãos Joel José e Daniel José de Carvalho faziam parte de uma família que, na década de 1950, migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho, deixando para trás a vida camponesa. Chegaram ao ABCD paulista no início da instalação da indústria automobilística. Além de Joel e Daniel, os outros irmãos, Devanir, Jairo e Derly também participaram de organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar. Só sobreviveram Jairo e Derly. Devanir foi morto sob torturas em 1971 em São Paulo.

Joel José era operário gráfico e vivia com Maria das Graças de Souza, com quem teve um filho, Jocimar. Daniel era motorista e torneiro mecânico em indústrias de São Bernardo e Diadema. Casado com Maria Aparecida, teve dois filhos, Magda Cristina e Magno. Os irmãos tinham sido militantes do PCB e do PC doB, de onde saíram para organizar a Ala Vermelha, sendo presos em 1969 quando estava em fundação o MRT, liderado por outro irmão, Devanir José de Carvalho, conhecido como Henrique, conforme relatado no trecho referente aos mortos de 1971. No exílio, os dois ingressaram na VPR. Ambos tinham sido torturados pela OBAN, antes de serem transferidos para o Presídio Tiradentes, onde permaneceram até serem banidos do Brasil, em troca da libertação do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, em janeiro de 1971. Saíram do Chile após o Golpe Militar de 11/09/1973, quando fugiram para a Argentina.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, ao apresentar os dados referentes a Daniel, comprova que realmente existia uma ligação direta entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul, ainda antes de iniciada a chamada Operação Condor: *"O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 03/10/1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31/10/1973 na Província de Corrientes".* A respeito de Joel, o relatório do Ministério do Exército, de 1993, afirma que *"em 1974, fez parte de um grupo de refugiados brasileiros que entraram clandestinamente no país, determinados a desenvolver atividades de guerrilha rural".*

O jovem argentino Enrique Ernesto Ruggia era estudante de Medicina Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires. Lá conheceu Joel José de Carvalho, em 1973. Enrique tinha apenas 18 anos e nunca tinha participado de organizações políticas. Conheceu Joel e se apaixonou pela possibilidade de engajamento na luta guerrilheira latino-americana. Segundo sua irmã psicóloga, Lílian, seus sonhos adolescentes se dividiam entre viajar de motocicleta ou ser guerrilheiro, como tinha ocorrido com o jovem Che Guevara.

Quando o grupo já estava partindo para o Brasil, Enrique confidenciou à irmã que voltaria em uma semana ou dez dias. Como o irmão não retornou, Lilian começou a procurá-lo. O primeiro local procurado foi o Hotel Cecil, onde se hospedavam perseguidos políticos protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). No hotel, ela encontrou pessoas ligadas aos integrantes do grupo de Enrique, mas ninguém tinha informações. Levou anos para que sua denúncia fosse levada a sério por argentinos ou brasileiros. A participação de um rapaz tão jovem e sem qualquer militância política anterior em uma ação de tamanha envergadura não despertava credibilidade. Somente muitos anos depois, conseguiu confirmar que Enrique tinha mesmo acompanhado o grupo de brasileiros.

O escultor Vitor Carlos Ramos iniciou sua participação política em movimentos de esquerda em 1964. Tendo sua prisão decretada no Brasil, entrou ilegalmente no Uruguai em 1969. Morou no Chile até a queda de Salvador Allende, em setembro de 1973, e foi para a Argentina com refugiados brasileiros. Acometido de distúrbios psicológicos, fez tratamento psiquiátrico durante alguns meses. Na Argentina, lecionou artes plásticas, conheceu e passou a viver com Suzana Machado, da Juventude Peronista, que morreu grávida em um duvidoso acidente de carro, pouco tempo antes do casamento já marcado. Aluizio Palmar afirma que, dois meses depois, Vitor se ligou ao grupo de Onofre.

O relator de seu processo na CEMDP, Nilmário Miranda, reconheceu que se tratava de um novo caso de desaparecimento político, pois não constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos no Brasil. Segundo documentos encontrados nos arquivos do DOPS/RJ, Vitor era militante da VPR. Foi indiciado e, de acordo com esses documentos, *“encontra-se foragido, foi qualificado indiretamente. É elemento conhecido deste departamento, pois já foi indiciado por inquérito policial por prática de subversão”*. Vários documentos com datas entre 1969 e 1972 mostram que Vitor era procurado pelos órgãos de segurança. Ele também aparece como um dos brasileiros que pediram asilo na Argentina após a deposição de Salvador Allende.

Foram anexados ao processo recortes de jornais que mencionam Vitor Carlos Ramos (em alguns casos, Vitor Carlos Silva, ou apenas Vitor) como uma pessoa que participava do grupo liderado por Onofre Pinto. Nilmário Miranda votou pelo deferimento do processo, posição que foi acatada por unanimidade na Comissão Especial. Encerrando esse tópico referente a seis mortes – que podem ter sido sete se incluído o nome de Gilberto Faria Lima –, merece registro uma importante passagem do livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Derrotada*, quando o jornalista analisa as contradições presentes na atitude do chefe do regime Militar a partir de março de 1974, presidente Ernesto Geisel, perante o aparelho de repressão política:

Em 1974, chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziram mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política. Em janeiro tivera duas conversas com veteranos da luta contra o terrorismo. Uma, com o general Dale Coutinho, quando o convidou para o Ministério do Exército. Dias depois, numa prosa fiada com o chefe de sua segurança, tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, Geisel soube que um grupo de pessoas que viera do Chile e passara pela Argentina, havia sido capturado no Paraná. Pedrozo fora ajudante-de-ordens do marechal Castello Branco, passara pelo CIE e merecia do general não só a confiança, mas também estima.

‘Pegaram alguns?’, perguntou Geisel.

‘Pegamos. Pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos’, respondeu Pedrozo.

‘E não liquidaram, não?’

‘Ah, já, há muito tempo. É o problema, não é? Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo de guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo de escrúpulo’.

‘É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa’, falou Geisel.

É improvável que Geisel só tenha tratado da matança nas duas conversas registradas, com Pedrozo e Dale Coutinho. Não se conhecem as conversas entre ele e seu irmão Orlando. Sabe-se que no início do governo convocou uma reunião em que o general Milton Tavares de

Souza, chefe do CIE, contou, no mínimo, o que a tropa vinha fazendo no Araguaia. Ao defender a permanência de 'Miltinho' na chefia do CIE, é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio".



EDMUR PÉRICLES CAMARGO (1914 – 1974)

Número do processo: não foi aberto

Filiação: Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça

Data e local de nascimento: 04/11/1914, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: M3G

Data e local do desaparecimento: julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

As informações acerca da prisão e desaparecimento de Edmur são ainda mais imprecisas do que o restante dos desaparecidos. Inicialmente, constatou-se que teria integrado o grupo de militantes mortos em Medianeira (PR), conforme relatado acima, mas essa informação não se confirmou.

Paulista da capital, afrodescendente e jornalista, Edmur foi militante do PCB e atuou durante as mobilizações camponesas que esse partido dirigiu, entre 1951 e 1953, na região de Porecatu, no Paraná, representando mais um capítulo histórico na luta pela reforma agrária no Brasil, incluindo choques armados e cidades ocupadas.

Exilado no Uruguai depois de abril de 1964, retornou ao Brasil e trabalhou em duas publicações do PCB, Tema e Combate. Acompanhou Marighella na cisão do partido que gerou o Agrupamento Comunista de São Paulo, depois ALN. Os órgãos de segurança do regime militar o acusavam de responsável pela morte do fazendeiro José Gonçalves Conceição, conhecido como Zé Dico, em 24/11/1967, em Presidente Epitácio, interior de São Paulo.

Zé Dico era acusado pelos posseiros da região de ter grilado suas terras para constituir a fazenda Bandeirante, empregando para isso camponeses que mataram, agrediram ou ameaçaram muitos camponeses. Segundo documentos dos órgãos de repressão, Edmur teria matado o fazendeiro por ordem de Marighella, sendo a notícia da morte publicada como ato de justiça social na primeira edição do jornal O Guerrilheiro, da organização clandestina, em abril de 1968.

Conhecido também como "Gauchão", Edmur teria se desentendido com Marighella depois de enviado por ele ao estado de Goiás, para efetuar levantamentos pertinentes à implantação de uma área de guerrilhas na região de Formosa, em agosto de 1968. O levantamento teria demonstrado a inviabilidade da proposta, mas Edmur se apegou à idéia de que seria possível desencadear o trabalho no município mineiro de Unai.

Descontente com o desfecho da divergência, Edmur deslocou-se para o Rio Grande do Sul em maio de 1969, constituindo ali uma pequena organização clandestina, de âmbito local, que realizou pelo menos cinco assaltos a banco entre junho de 1969 e março de 1970. A onda de prisões que se seguiu a uma tentativa frustrada da VPR de seqüestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre terminou atingindo Edmur, que foi preso em abril de 1970. Essa organização se chamava M3G, significando Marx, Mao, Marighella e Guevara.

Banido do país em janeiro de 1971, após o seqüestro do embaixador suíço no Brasil, foi para o Chile junto com outros 69 presos políticos. Permaneceu naquele país até o golpe que derrubou Salvador Allende, em setembro de 1973, quando se refugiou na Argentina.

A única informação positiva que foi possível colher a respeito de seu desaparecimento surgiu no Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa. Nesse documento, existe a seguinte referência a Edmur: "*Jun/75, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai*".

Edmur é um dos 136 nomes que compõem a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. No entanto, como seus familiares nunca foram localizados, a CEMDP não podia formalizar um processo sobre ele para efeitos de indenização.



FREI TITO DE ALENCAR LIMA (1945 – 1974)

Número do processo: 126/04

Filiação: Laura Alencar Lima e Ildefonso Rodrigues Lima

Data e local de nascimento: 14/09/1945, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 07/08/1974, França

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 10/08/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/08/2004

Tito de Alencar Lima estudou em Fortaleza, sua terra natal, com os padres jesuítas e, mais tarde, foi aluno de Filosofia da USP, em São Paulo. Atuou como dirigente regional e nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC), tendo sido seu coordenador para o Nordeste. Em 1965, ingressou na Ordem dos Dominicanos, sendo ordenado sacerdote em 1967.

Foi preso em 1968, sob a acusação de ter alugado o sítio onde se realizou o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), e novamente em 04/11/1969, em companhia de outros frades dominicanos acusados de manterem ligações com a ALN e seu líder Carlos Marighella. Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e, em seguida, transferido para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até 17 de dezembro. Nesse dia, foi levado para a sede da OBAN, onde o conhecido torturador capitão Maurício Lopes Lima lhe disse: *“Agora você vai conhecer a sucursal do inferno”*.

Durante dois dias, Tito passou pelo “pau-de-arara”, recebeu choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, nos pés, mãos e ouvidos. Levou socos, pauladas, “telefones”, palmatórias; enfrentou um “corredor polonês”, foi preso à “cadeira do dragão” e queimado com cigarros.

Depois de uma noite inteira no pau-de-arara, tentou o suicídio com uma gilete, sendo conduzido às pressas para o Hospital Central do Exército, no Cambuci, onde ficou cerca de uma semana sob tratamento médico. No entanto, em nenhum momento os agentes pararam de torturá-lo psicologicamente.

Banido do país em 13/01/1971, em troca do embaixador suíço no Brasil, viajou para o Chile, seguindo depois para a Itália e França. Após algum tempo, instalou-se na comunidade dominicana de Arbresle, onde lutou desesperadamente contra os crescentes tormentos de sua mente, abalada pela tortura. Já no exílio, recebeu condenação da 2ª Auditoria de São Paulo a um ano e meio de reclusão, em 23/02/1973.

Sobre as torturas sofridas pelo dominicano constou dos autos do processo formado na CEMDP um documento redigido pelo próprio Frei Tito: *“Na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão cercado por sua equipe voltou às mesmas perguntas. – Vai ter que falar senão só sai morto daqui – gritou. Logo depois vi que isto não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na Cadeira do Dragão (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques, passaram-me ao pau de arara. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais: tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isso durou até as dez horas, quando chegou o capitão Albernaz. Nosso assunto agora é especial, disse o capitão Albernaz, e ligou os fios em meus membros. Quando venho para a OB – disse – deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede. A certa altura, o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca para receber ‘a hóstia sagrada’. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. (...)”*.

Até junho de 1973, Frei Tito viveu no convento S. Jacques, em Paris, onde retomou seus estudos na Universidade de Sorbonne. A tortura deixara nele seqüelas profundas e rompeu definitivamente seu equilíbrio psíquico. Apesar dos cuidadosos tratamentos a que se submeteu na França, sua unidade interior havia se partido. Foi mandado para o convento dominicano de Sainte Marie de la Tourette, em Eveux, província de Lyon, onde poderia encontrar um clima mais calmo para estudar Teologia. Nada adiantou, pois os torturadores haviam tomado conta de seu próprio psiquismo.

No dia 07/08/1974, com 31 anos, Frei Tito enforcou-se em uma árvore de um bosque ao redor do convento, conforme bem retratado no filme *Batismo de Sangue*, do diretor Helvécio Rattón, exibido em todo o Brasil em 2006 e 2007. A morte foi seu último ato de coragem e protesto. Foi enterrado no cemitério de Sainte Marie de la Tourette.

Em 25/03/1983, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil e acolhidos solenemente na igreja dos Dominicanos, em Perdizes, na capital paulista, onde, ao lado dos restos mortais de Alexandre Vannucchi Leme, morto em 17/03/1973 e enterrado como indigente no cemitério de Perus, recebeu homenagens e manifestações de saudade. Dom Paulo Evaristo Arns, símbolo da defesa dos Direitos Humanos no Brasil, coordenou a celebração litúrgica, sendo que em seguida os ossos de Frei Tito foram trasladados a Fortaleza.

Na reunião de apreciação do caso, que marcou os 30 anos de sua morte, a relatora Maria Eliane Menezes de Farias chamou a atenção para as inúmeras brutalidades sofridas por Tito de Alencar Lima, que teriam culminado com seu suicídio, demonstrando o nexo de causalidade entre o suicídio e as torturas e perseguições por motivação política, na forma do disposto no art. 4º, I, "d", da Lei nº 9.140/95.

Ao elaborar seu voto Maria Eliane Menezes de Farias afirmou que *"a vasta documentação acostada aos autos confirma os fatos quanto à militância política de Tito de Alencar Lima, seu sofrimento e morte, por suicídio, em consequência das seqüelas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público. Provada a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio psíquico que levou Frei Tito ao suicídio reconheço-o como vítima da ditadura militar"*.



JANE VANINI (1945-1974)

Número do processo: 287/96

Data e local de nascimento: 08/09/1945, em Cáceres (MT)

Filiação: Antonia Maciel Vanini e José Vanini Filho

Organização Política: MIR (Chile)

Desaparecida em: 06/12/1974, em Concepción, Chile

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 20/06/1996

Data da publicação no DOU: 25/06/1996

Nascida em Cáceres, no Mato Grosso, Jane Vanini foi morta em 06/12/1974, na cidade chilena de Concepción, pelas forças repressivas da ditadura do general Augusto Pinochet. Seu nome somente passou a constar da lista de desaparecidos brasileiros no Chile em 1980, pois seus companheiros no Brasil acreditavam que ela tinha conseguido sobreviver. Sua família foi informada de sua morte no Chile, mas aos pais, idosos, as irmãs preferiram contar que Jane morrera do coração.

Com o retorno ao Brasil de seu companheiro e ex-marido Sérgio Capozzi, a história da morte de Jane foi relatada à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. No Chile redemocratizado, ela passou a ser homenageada como heroína da luta contra o fascismo, tornando-se, só então, conhecida por sua verdadeira identidade.

Jane estudou no Colégio Imaculada Conceição, em sua terra natal, até se mudar para a capital paulista em 1966, onde cursou Ciências Sociais na USP. Além de estudar, também trabalhou no Mappin e na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi. Em agosto de 1969, o casal passou a integrar a ALN, fazendo de sua residência um abrigo seguro de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, principal dirigente da ALN após a morte de Marighella. Os vizinhos e amigos passaram a conhecê-lo como Tio Nico, pensando que fosse algum parente.

Ocorrendo uma série de prisões de membros da ALN em abril de 1970, o casal foi identificado pelos órgãos de segurança do regime militar. Colegas da Editora Abril ajudaram Capozzi a fugir, quando a OBAN tentou prendê-lo no trabalho. O casal passou a viver na clandestina e seguiu de navio para Montevidéu. Daquele país vizinho os dois militantes seguiram para Cuba, onde participaram de treinamento militar e Jane trabalhou na Rádio Havana.

Com a cisão ocorrida na ALN, Jane Vanini passou a integrar o MOLIPO e regressou ao Brasil em setembro de 1971. Do chamado Grupo dos 28, que fundou essa nova organização, Jane ficou entre os 12 que conseguiram sobreviver após a seqüência de prisões e mortes imposta pelo aparelho de repressão entre novembro de 1971 e maio de 1973, mas terminou executada pelos órgãos de segurança da ditadura-irmã no Chile. Durante sua permanência clandestina no Brasil, documentos dos órgãos de segurança informam que Jane teria se estabelecido, com Sergio Capozzi e Otávio Ângelo (reconhecido fotograficamente) num aparelho rural do MOLIPO na região do rio Lages, entre Araguaina e Vanderlândia, no atual estado do Tocantins.

Conseguiu sair do Brasil e se refugiou no Chile durante o governo de Salvador Allende, passando a militar no MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária. Trabalhou na Revista Punto Final até 1973, quando já tinha se separado de Capozzi e casado com o jornalista chileno José Carrasco Tapia, conhecido como Pepe Carrasco, dirigente do MIR. Seu novo nome era Gabriela Hernandez. Com o golpe militar que derrubou Salvador Allende, recusou-se a deixar o Chile e novamente passou à clandestinidade. Foi morar com Pepe em Concepción, agora sob a identidade Carmen Carrasco Tapia.

No dia 06/12/1974, ao meio-dia, Pepe foi preso pela polícia fascista de Pinochet. A clandestinidade impunha regras a serem seguidas com rigidez. Jane e Pepe tinham um horário certo para estar em casa. Aquele que não voltasse teria sido preso. Após esse horário, o combinado é que poderiam tentar sobreviver às torturas informando onde moravam. Nesse dia, Pepe não voltou e Jane procurou outros militantes do MIR para saber se tinham alguma informação sobre sua ele. Se ele estivesse vivo, queria tentar resgatá-lo das mãos da DINA, a implacável polícia política de Pinochet. A ação proposta por ela foi descartada, mas, sentindo a determinação de Jane, seus companheiros do MIR chegaram a trancá-la num banheiro, buscando preservar sua vida.

Por volta de 22 horas, Pepe tinha certeza de que Jane já não estaria em casa. Agüentou a tortura muitas horas além do teto combinado. Mas ela tinha conseguido fugir pela janela do banheiro e, voltou para casa, esperando resgatar seu companheiro. Resistiu sozinha durante quatro horas e os agentes policiais, que não esperavam resistência, chegaram a pensar que ali estivessem muitos guerrilheiros. Pediram reforços, até que Jane foi ferida e presa. Na casa, ficara um bilhete para Pepe, com os dizeres *"Perdóname mi amor, fue un último intento por salvarte"*.

Da prisão, Pepe somente conseguiu escrever para a família de Jane em março de 1975. Tinha o endereço de uma das irmãs, Dulce, a quem Jane sempre tratou por Madrinha. Pepe cumpriu sua pena e, libertado, seguiu para o exílio. Retornou ao Chile em 1984, mas, em 08/09/1986, cinco horas depois de um grave atentado contra a vida do ditador Augusto Pinochet, foi retirado de sua casa por agentes da DINA e assassinado a tiros.

Ao conhecer a história de Jane, o deputado Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Representação Externa da Câmara dos Deputados sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, realizou diversas gestões junto ao governo chileno que, em dezembro de 1993, reconheceu sua responsabilidade pela morte de Jane Vanini, determinando o pagamento de uma pensão à sua mãe.

Na CEMDP, o processo referente a este caso foi indeferido, por unanimidade, sob o entendimento de que a morte ocorreu no Chile, sem que se tenha comprovado, com as informações e documentos disponíveis até o presente momento, qualquer responsabilidade ou envolvimento de agentes do Estado brasileiro.

Dentre outras homenagens no Brasil e Chile, a Universidade do Estado de Mato Grosso deu o nome de Jane Vanini ao seu Campus Universitário em Cáceres. Os restos mortais nunca foram localizados, embora tenha ocorrido um erro de comunicação, em maio de 2005, entre autoridades brasileiras e chilenas, que levou à divulgação pela imprensa de que eles tinham sido encontrados num cemitério clandestino de Concepción.

1975



HIRAN DE LIMA PEREIRA (1913 – 1975)

Número do processo: 294/96

Filiação: Maria Marieta de Lima Pereira e Hilário Amâncio Pereira

Data e local de nascimento: 03/10/1913, Caicó (RN)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 15/01/1975, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido em Caicó, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte, esse dirigente do PCB também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Além de militante comunista, trabalhou como jornalista e também desenvolveu atividades teatrais. Era casado com Célia Pereira e pai de quatro filhas.

Foi preso pela primeira vez no Rio de Janeiro, após a insurreição dirigida pela ANL – Aliança Nacional Libertadora, em 1935, permanecendo cerca de um ano na prisão. Dez anos mais tarde, com a derrubada do Estado Novo, foi eleito deputado pelo Partido Comunista no Rio Grande do Norte. Logo em seguida, o partido foi declarado ilegal e Hiran teve o mandato parlamentar cassado.

Mudou-se para Recife, em 1949, passando a trabalhar como redator do jornal Folha do Povo, órgão oficial do partido. Assumiu o posto de vogal numa das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada na capital pernambucana. Ao lado de David Capistrano da Costa, Gregório Bezerra, Paulo Cavalcanti e outros líderes comunistas, engajou-se ativamente na construção da Frente do Recife, que conquistou a prefeitura em 1955 com o engenheiro Pelópidas Silveira, cujo sucessor foi Miguel Arraes, eleito prefeito da capital em 1959 e governador em 1962. Hiran foi secretário municipal de Administração por três mandatos consecutivos.

Em agosto de 1961, durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, mesmo estando no exercício pleno desse cargo, foi seqüestrado por agentes do IV Exército, juntamente com David Capistrano e outros dirigentes comunistas, desaparecendo por dez dias até ser levado para a ilha de Fernando de Noronha. Após sair da prisão, retornou às funções de secretário do Executivo Municipal de Recife e atuou como ator do grupo profissional Teatro Popular do Nordeste, na peça A Pena e a Lei, de Ariano Suassuna, com direção de Ermilo Borba Filho.

Após o Golpe de Estado de 1964, a esposa Maria Cecília e a filha Sacha Lídice Pereira foram detidas por agentes do IV Exército em sua casa, permanecendo presas no Regimento de Obuses de Olinda. Hiran permaneceu atuando clandestinamente em Recife até 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para a cidade de São Paulo. Teve os seus direitos políticos cassados em 20/02/1967. Até 1975 participou das ações do PCB na clandestinidade, como membro de seu Comitê Central e do jornalismo partidário. Seus familiares sabiam que, nesse período, ele usava o nome de José Vanildo de Almeida, identidade de um parente já falecido.

O último contato com a família ocorreu no início de 1975. Ele chegou a marcar três pontos alternativos para encontros nos dias 13, 15 e 17/01/1975, mas não compareceu a nenhum deles. Sua esposa foi presa no dia 15/01/1975 e permaneceu nas dependências do DOI-CODI da rua Tutóia, em São Paulo, sendo torturada por três dias, enquanto agentes do órgão permaneceram na casa de sua filha Zodja. Pela forma como foi conduzido o interrogatório, a esposa chegou à conclusão de que Hiran fora morto na mesma ocasião. Célia conta que chegou a vislumbrar, entre as várias pessoas conduzidas às sessões de torturas, um homem encapuzado com características físicas que lhe pareceram ser de Hiran. Cerca de um mês depois, duas filhas de Hiran, Zodja e Sacha, foram presas e interrogadas encapuzadas no DOI-CODI.

Em 06/03/1975, os advogados Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach e José Carlos Dias, que seria posteriormente ministro da Justiça, entraram com petição na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar tentando localizar seu paradeiro e a esposa, Célia Pereira escreveu carta-denúncia, no dia 12 do mesmo mês, apelando à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo nos seguintes termos:

"Apelo para que ajudem a encontrá-lo. Trata-se de um homem de 62 anos, cujo estado de saúde já nos inspirava cuidados mesmo antes disso, uma vez que sofre de problemas circulatórios e cardíacos, é herniado e está quase cego por conta de catarata e glaucoma. Precisamos encontrá-lo urgentemente, pois, conhecendo os métodos desumanos usados pelos seus coatores, receamos não chegar a tempo de proporcionar-lhe a assistência médica de que tanto necessita".

Em 20/09/1976, Hiran foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha. O Relatório do Exército, de 1993, menciona apenas que, em março de 1991, uma reportagem no *Jornal do Brasil*, após a abertura dos arquivos do DOPS (PE), informa que no seu prontuário havia um extrato bancário do dia 28/01/1975, que seria a data de sua morte. O relatório do Ministério da Marinha alude à sua prisão por agentes de segurança em abril de 1975. Um documento encontrado no DOPS/RJ, em 1992, identificado como DI/DGIE do RJ, datado de 07/12/1979, informa que Hiran teria sido preso em 15/01/1975, estando desaparecido a partir de 26/06/1976, conforme publica um manifesto do MDB. Nos arquivos secretos do DOPS/PR foi encontrada uma ficha com o nome de Hiran na gaveta contendo 17 nomes sob a identificação "falecidos".

Até hoje, a informação mais contundente e taxativa a respeito do destino desse desaparecido político brasileiro foi dada pelo ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves, ao jornalista Expedito Filho, da *Veja*, conforme publicado em sua edição de 18/11/1992. O ex-sargento cita explicitamente Hiran de Lima Pereira entre os membros do Comitê Central do PCB que teriam sido mortos pelo DOI-CODI e jogados na represa de Avaré, interior de São Paulo.



JAYME AMORIM DE MIRANDA (1926 – 1975)

Número do processo: 037/96

Filiação: Hermé Amorim de Miranda e Manoel Simplicio de Miranda

Data e local de nascimento: 18/07/1926, Maceió (AL)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 04/02/1975, no Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Foi preso no Rio de Janeiro, em 04/02/1975, ao sair de sua casa no bairro do Catumbi. Nascido em Maceió (AL), jornalista e advogado, Jayme Amorim era membro do Comitê Central do PCB e seu nome consta na lista dos mortos e desaparecidos políticos do Anexo da Lei nº 9.140/95. Ocupou no PCB o importante posto de Secretário de Organização. Era casado e pai de quatro filhos

Membro do PCB desde a juventude, suspendeu seu curso de Direito, em Maceió, quando já estava no 3º ano, por orientação partidária, para ingressar na Escola de Sargento das Armas. Depois de três anos como sargento, retomou a Faculdade de Direito e colou grau numa cerimônia em que seus colegas o protegeram para que não fosse preso pela polícia do autoritário governador Arnon de Mello, pai do ex-presidente Fernando Collor.

Nesse período, cumpriu um ano de prisão em Maceió, onde era proprietário do jornal *A Voz do Povo*, orientado editorialmente pelo Partido Comunista. Quando foi solto, já tinha promovido uma revolução no presídio de Maceió, atuando como advogado na defesa dos presos comuns, orientando seus familiares para que pressionassem o Judiciário, denunciando todas as arbitrariedades do sistema prisional. O jornal foi fechado após abril de 1964, sendo Jayme Amorim novamente preso. Posto em liberdade vigiada um ano depois, tinha que se apresentar semanalmente numa dependência militar. Como saíra enfermo da prisão, com suspeita de câncer na laringe, e precisando buscar tratamento adequado num centro maior, Jayme seguiu para o Rio de Janeiro, deixando de se apresentar às autoridades do regime, o que levou a polícia a interrogar seu pai e prender o irmão Haroldo.

Como dirigente do PCB, Jayme esteve na União Soviética várias vezes e chegou a ter uma conversa direta com Mao Tse-tung, em Pequim, a respeito do conflito sino-soviético. Como era poliglota, vivendo como se fosse exilado em seu próprio país, Jayme traduzia clandestinamente textos para jornais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, ganhando assim uma parte do sustento da família.

Em meados de 1973, Jayme foi enviado à União Soviética para tratamento de saúde, de onde retornou pouco antes de ser preso e desaparecer. Nessa época, devido às várias prisões ocorridas no alto comando do PCB, o partido já decidira pela sua saída definitiva do país. No entanto, em 04/02/1975, Miranda deixou sua casa no Catumbi, beijou o pai e irmã, que tinham vindo de Maceió para visitá-lo, e nunca mais foi visto.

O irmão de Jayme, o jornalista Haroldo Amorim de Miranda, em entrevista para o livro *Desaparecidos Políticos*, organizado por Reinaldo Lapa e Ronaldo Cabral, apresentou uma primeira hipótese sobre o desfecho e desaparecimento do corpo: *"de acordo com informações filtradas nos subterrâneos da resistência comunista, junto com outros presos igualmente torturados em São Paulo, Jayme teria sido jogado de um avião militar a 200 milhas da costa, no Oceano Atlântico"*.

Jayme foi julgado à revelia na 2ª Auditoria da Marinha em setembro de 1978, juntamente com outras pessoas tidas como desaparecidas, acusadas de reorganizar o PCB: Orlando Bomfim, Luiz Inácio Maranhão, Hiran de Lima Pereira e Élon Costa. O Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, informa apenas que Jayme *"esteve em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que passaram pelo aeroporto de Orly, em Paris, com destino aos países do leste europeu, em 1974. Usava o nome falso de Juarez Amorim da Rocha"*. Já o Relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que, com data de agosto de 1979, *"figurou em uma relação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro cassados pelo AI 1, 2 e 5 e desaparecido depois de ter sido preso (Relação s/n de 20/08/79 - CAM-DEP)"*.

Na já citada entrevista que o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Chaves concedeu à revista *Veja* de 18/11/1992, o jornalista Expedito Filho faz a pergunta: *"Voltando ao rio de Avaré. O senhor falou em oito nomes, mas contou só sei"*. E obtém como resposta: *"Um é Jayme Amorim de Miranda, também preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI de São Paulo ao Rio. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão Nilson Miranda, que era secretário-geral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia onde estava o outro. O Nilson sobreviveu"*.

O jornalista Elio Gaspari também registra, em *A Ditadura Encurrada*, que Jayme teria sido visto no DOPS de São Paulo e que foi assassinado no aparelho do CIE em Itapevi.



NESTOR VERA (1915 – 1975)

Número do processo: 212/96

Filiação: Pillar Velasques e Manoel Vera

Data e local de nascimento: 19/07/1915, Ribeirão Preto (SP)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: abril de 1975, Belo Horizonte (MG)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido em abril de 1975 em frente a uma drogaria de Belo Horizonte, conforme denúncia formulado pelo dirigente máximo do PCB, Luís Carlos Prestes, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Paulista de Ribeirão Preto, Nestor era de origem camponesa e se casou, em 1938, com Maria Miguel Dias, com quem tinha cinco filhos. Foi Secretário Geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e tesoureiro da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, quando essa entidade sindical foi fundada em dezembro de 1963, tendo como presidente Lindolpho Silva, também integrante do PCB. Foi um dos organizadores do congresso camponês realizado em Belo Horizonte em 1961, integrando nesse encontro a comissão sobre reforma agrária, ao lado de Francisco Julião, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Alberto Passos Guimarães. Dessa comissão saiu o texto Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, sobre o caráter da reforma agrária no Brasil.

Trabalhou também como jornalista, sendo responsável pelo jornal *Terra Livre*, que o Partido Comunista lançou em 1949 para se concentrar na temática do movimento camponês e nas questões do trabalhador rural. Caio Prado Junior incluiu um texto de sua autoria numa publicação que lançou em 1962 pela Editora Brasiliense.

Em documentos do CIE consta a informação de que Nestor Vera teria realizado curso de formação política em Moscou. Chegou ao Comitê Central do PCB e tornou-se o principal responsável pelo setor camponês desse partido. Cassado em 1964 pelo primeiro Ato Institucional, foi condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional. A partir de então, passou a viver na clandestinidade, adotando nome e sobrenome falsos, não apenas para si, mas também para a mulher, o filho e as três filhas.

O livro *Desaparecidos Políticos*, que Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa organizaram em 1979 para o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, registra uma informação, não confirmada posteriormente, de que os órgãos de segurança teriam trocado Nestor Vera por um brasileiro preso na Argentina, citando como fontes a revista *IstoÉ*, edições de 14/02/1979 e 09/05/1979, e o *Pasquim*, número 508, de março de 1979.



ITAIR JOSÉ VELOSO (1930 – 1975)

Número do processo: 079/96

Filiação: Zulmira Maria Teodora e Sebastião Veloso

Data e local de nascimento: 10/06/1930, Faria Lemos (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 22/05/1975, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Desaparecido no Rio de Janeiro em 22/05/1975, o operário Itair José Veloso, afrodescendente, nasceu na pequena cidade mineira de Faria Lemos, bem na divisa triplíce com o Rio de Janeiro e Espírito Santo. Afrodescendente, trabalhou como montador de calçados e apontador de obras, profissão esta em que se tornaria importante sindicalista.

Seu engajamento político remonta a 1953, período em que passou a integrar a Juventude do Partido Comunista. Em 1961, foi eleito para a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, alcançando em seguida o posto de secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil. Procurou manter a atividade profissional de apontador de obras, para não perder contato com sua base operária. Durante o governo João Goulart, Itair chegou a liderar uma delegação sindical brasileira que viajou para um encontro internacional de sindicalistas em Moscou.

Era casado com Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas. Após abril de 1964, Itair sofreu perseguições e teve sua residência invadida pelo DOPS de Niterói, sendo saqueada pelos agentes policiais. Passou a ser processado pela Justiça Militar, o que o obrigou à militância política clandestina. O pouco que se sabe a respeito do desaparecimento de Itair é que, no dia 25/05/1975, às 7h30min, ele saiu de casa para encontrar companheiros do PCB e disse à sua mulher que voltaria ao meio-dia, para ir ao médico com ela. Desde então está desaparecido e seu nome faz parte da lista anexa à Lei nº 9.140/95. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra a respeito de seu caso: *“set/75 – está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB”*.

Em entrevista à revista *Veja*, em 18/11/1992, o sargento Marival Chaves, testemunhou que pelo menos oito integrantes do PCB tiveram seus corpos atirados nas águas do Rio Novo, em Avaré, São Paulo. Marival disse também que Itair foi preso por agentes do DOI-CODI/SP, no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar, acusado de integrar o Comitê Central do PCB. Na entrevista a *Veja*, o sargento Marival também afirma que Itair morreu de choque térmico, sob tortura, imerso em água gelada, numa casa de Itapevi, na Grande São Paulo. Seu corpo sem vida teria sido jogado da ponte, nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo. Na revista, as palavras textuais do ex-agente do DOI-CODI/SP foram: *“O corpo de Itair José Veloso também foi jogado da ponte. Ele foi preso no Rio, pelo DOI de São Paulo. Era o inverno de 1975 e o que o levou à morte foi banho de água gelada. Morreu de choque térmico”*.

Como no caso dos demais desaparecidos políticos, a esposa de Itair, Ivanilda Veloso sustentou uma longa peregrinação buscando denunciar a prisão de seu marido, recorrendo à CNBB, a Dom Eugênio Sales, aos advogados Modesto da Silveira e Heleno Fragoso, a todas as portas

possíveis. O documentário Memória para uso diário, realizado por Beth Formaggini para registrar os 21 anos de atividade do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, inclui imagens sobre a saga de Ivanilda pesquisando documentos dos arquivos policiais em busca de informações, há 32 anos, sobre o marido desaparecido.

Em Belo Horizonte, existe hoje uma avenida, no Bairro das Indústrias, com o nome de Itair José Veloso, sendo que em 2004 ele foi um dos homenageados com a entrega da Medalha Tributo à Utopia, criada pela Câmara Municipal da capital mineira no ano anterior.



JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA (1939 – 1975)

Número do processo: 283/96

Filiação: Maria Nathália da Silva Rocha e Mário Rocha

Data e local de nascimento: 04/08/1939, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local do desaparecimento: junho de 1975, Bahia

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Dirigente do Molipo, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Fez o curso primário em Amargosa, na Bahia, onde moravam seus pais. Estudou o primeiro ano do curso secundário no colégio dos Irmãos Maristas, em Salvador, ingressando em 29/02/1952 no Seminário Católico de Aracajú, onde permaneceu até 1957. Em 1959, aprovado no concurso, tornou-se funcionário do Banco do Brasil em Alagoinhas (BA), cidade em que seus pais passaram a residir. Nesse mesmo ano, começou a lecionar Português e Latim no Colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas.

No início de 1962 mudou-se para São Paulo, ainda como funcionário do Banco do Brasil, onde também passou a lecionar aquelas duas matérias em colégios da região do ABC. Era considerado excelente poeta e contista. Ingressou logo depois na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP, passando então a engajar-se crescentemente na militância política. Foi diretor da Casa do Estudante, localizada na avenida São João, que abrigava alunos de sua faculdade. Vem de uma testemunha inesperada – o filósofo e articulista Olavo de Carvalho – o depoimento de que, nessa época da Casa do Estudante, João Leonardo realizou excelentes duetos musicais com Arno Preis, que foi morto em fevereiro de 1972 e também pertencia ao MOLIPO, conforme já registrado neste livro-relatório.

João Leonardo cursava o último ano de Direito e já integrava a ALN (Agrupamento Comunista de São Paulo), quando foi preso pelo DOPS, no final de janeiro de 1969, no fluxo de prisões de militantes da VPR que mantinham contato com a organização de Marighella. O mesmo Olavo de Carvalho já escreveu mencionando as brutais torturas a que foi submetido o seu amigo daquela época. Os órgãos de segurança acusavam João Leonardo de participar do Grupo Tático Armado dessa organização guerrilheira, tendo participado em 10/08/1968 do rumoroso assalto a um trem pagador na ferrovia Santos-Jundiaí, bem como de outras operações armadas. Foi, inclusive, indiciado no inquérito policial que apurou a execução do oficial do exército norte-americano Charles Chandler, em 12/10/1968, embora não seja apontado como participante direto do comando que realizou a ação.

Em setembro de 1969, com o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, João Leonardo foi um dos 15 presos políticos libertados e enviados para o México, oficialmente banidos do país. Transferiu-se para Cuba e recebeu treinamento militar naquele país, onde se alinhou com o grupo dissidente da ALN que gerou o MOLIPO.

Retornou ao Brasil em 1971, se estabelecendo numa pequena localidade rural de Pernambuco, São Vicente, que era distrito de Itapetim, sertão do Pajeú, quase divisa com a Paraíba. Raspou totalmente a cabeça e era conhecido como Zé Careca. Tornou-se lavrador, tendo adquirido um pequeno sítio onde trabalhava. Gostava muito de caçar e era exímio atirador. Era muito querido na região e, como tinha habilidades artesanais, fazia brinquedos com que presenteava as crianças. Foi um dos poucos sobreviventes entre os militantes que tentaram construir bases rurais do MOLIPO, entre 1971 e 1972, tanto no oeste da Bahia quanto no norte de Goiás, território atual do Tocantins.

Quando pressentiu que podia ser identificado na região de São Vicente, mudou-se para o interior da Bahia, onde terminaria sendo localizado e morto em junho de 1975, ano em que o MOLIPO e a ALN já não existiam mais e João Leonardo buscava sobreviver e trabalhar. Num choque com agentes policiais que, ainda hoje, é recoberto por densa camada de mistério e informações desencontradas, foi executado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto, entre Malhada e Guanambi, no sertão baiano, margem direita do rio São Francisco, divisa entre Bahia e Minas.

Seu caso foi o último episódio a confirmar a existência de uma verdadeira sentença de pena de morte extra-judicial, decretada pelos órgãos de segurança para todos os banidos que retornassem ao Brasil com a intenção de retomar a luta contra o regime.



ALBERTO ALEIXO (1903 – 1975)

Número do processo: 190/96

Filiação: Úrsula Maria Aleixo e José Caetano Aleixo

Data e local de nascimento: 18/02/1903, Belo Horizonte (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 07/08/1975, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 18/03/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/03/1996

Alberto Aleixo tinha 72 anos e era irmão de Pedro Aleixo, político mineiro que foi vice-presidente da República no período ditatorial, durante o mandato de Costa e Silva. Ligado ao PCB, morreu em 07/08/1975, no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro (RJ), na ala reservada aos presos políticos, para onde fora encaminhado pelo DOPS/RJ. As circunstâncias da morte de Aleixo somente foram conhecidas a partir de julho de 1995, após o pedido encaminhado à CEMDP por seus familiares.

Alberto Aleixo tinha sido preso no Rio de Janeiro, em janeiro de 1975, por trabalhar desde 1966 na produção gráfica e distribuição do jornal Voz Operária, órgão oficial do PCB. Em 24/03/1975 foi removido para o Hospital Souza Aguiar, gravemente enfermo. Seus advogados já tinham solicitado ao Ministério Público a revogação da custódia que lhe fora imposta pedindo consideração para sua idade avançada e pela gravidade de suas condições de saúde. O Ministério Público negou o pedido com os seguintes termos: *"Sem pretender ser desumano, cumprir, todavia, salientar que referidas alegações não justificam a pretendida revogação, de vez que, como se infere de sua cota de participação, na denúncia nesta data oferecida, em janeiro deste mesmo ano, não obstante a sua avançada idade agora alegada, o denunciado achava-se em plena atividade subversiva e como ainda se verifica da citada cota de participação, não foi sem importância a sua participação nos fatos delituosos que deram origem ao inquérito instaurado"*.

O prontuário médico referente ao dia da internação de Alberto Aleixo no Souza Aguiar registrou: *"Paciente magro, desidratado, sem exonerar intestino há quatro dias, com sangramento hemorroidário. O Paciente emagreceu mais ou menos 15 quilos em dois meses"*. Foi anexado ao processo junto à CEMDP um laudo assinado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal Anelino José de Resende, realizado a partir do prontuário médico daquele hospital, que atesta: *"trata-se de indivíduo que, tendo sido preso em boas condições de saúde, conforme atesta o Ministério Público, foi submetido a condições que o levaram a ser internado com desnutrição protéico-calórica (emagrecimento acentuado), extremamente anêmico e desidratado, conforme atesta o prontuário no dia da internação"*.

Durante o período da internação, Aleixo usou diariamente vitaminas e complementos protéicos. Foi também submetido a dois tratamentos cirúrgicos em curto espaço de tempo: um para corrigir hérnia inguinal e outro para corrigir aneurisma de aorta pré-existente. O laudo atestou que, se o paciente tivesse recebido atendimento médico quando solicitou, poderia ter sido evitado o agravamento da doença. Ainda segundo o laudo, *"as circunstâncias da prisão, maus tratos, torturas e pressões psicológicas agravaram seus problemas de saúde"*.

O relator na CEMDP, Nilmário Miranda, concluiu que *"a morte de Alberto Aleixo ocorreu por causa não-natural; os autos não revelam se a vítima teve participação em atividades políticas além dos trabalhos que desenvolvia na gráfica, sendo certo, porém, que sobre ele pesou a acusação de ter participado, ajustando-se desta forma o caso à norma; quanto ao local da morte, o Hospital Souza Aguiar mantinha uma enfermaria reservada aos acusados de subversão, onde era submetido a permanente custódia policial, guardando assim todas as características de dependência policial"*.

Elio Gaspari faz referência a essa morte no livro *A Ditadura Escancarada*: *"...o gráfico Alberto Aleixo, de 72 anos, foi formalmente preso. Dois meses depois, os policiais internaram o velho comunista, com quinze quilos a menos, no hospital Souza Aguiar. Era irmão de Pedro Aleixo, o vice-presidente de Costa e Silva, de quem se distanciara. Pedro morreu em março, sabendo que seu irmão estava preso. Em agosto, morreu Alberto"*.



JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA (1911 – 1975)

Número do processo: 269/96

Data e local de nascimento: 16/12/1911, Piracaia (SP)

Filiação: Olympia Ferreira D'Almeida e Joaquim Josino Ferreira

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 08/08/1975, São Paulo (SP)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 17/10/1996

Data da publicação no DOU: 22/10/1996

Este caso ocorreu no DOI-CODI de São Paulo menos de três meses antes da morte de Vladimir Herzog, no mesmo local e em circunstâncias muito semelhantes. José Ferreira de Almeida era tenente da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi preso em 07/07/1975, com 63 anos de idade, acusado de ser militante do PCB, juntamente com muitos outros opositores políticos do regime, em boa parte integrantes da mesma corporação militar. Passou um mês incomunicável, sofrendo torturas físicas e psicológicas. Em 08/08/1975, segundo nota do Exército, o tenente apareceu morto, enforcado, *"ao amarrar o cinto do macacão que os presos utilizavam a uma das grades da cela"*.

O corpo do tenente foi velado no Hospital Cruz Azul da Polícia Militar, sob ostensiva vigilância de agentes de segurança do II Exército. No entanto, o caixão foi aberto durante o velório e seus familiares, bem como o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, puderam observar as marcas das torturas sofridas. O atestado de óbito teve como um dos signatários o legista Harry Shibata, que se tornaria nacionalmente conhecido após atestar "suicídio" no assassinato de Vladimir Herzog. No atestado de óbito de José Ferreira de Almeida, consta a data da morte, mas em hora ignorada, na sede do DOI-CODI, na rua Thomaz Carvalhal, 1030, Vila Mariana (SP).

Mesmo se fosse aceita a versão oficial de suicídio, a morte do tenente, ocorrida comprovadamente em dependência policial, preenchia todas as condições para que a CEMDP aprovasse o processo iniciado pela família. Ocorreu, no entanto, que o requerimento foi encaminhado por dois sobrinhos, quando a lei impede o pleito por parentes indiretos. A esposa de José Ferreira de Almeida, Maria Sierra, já tinha falecido, o casal não deixou filhos e também seus ascendentes já tinham morrido. Portanto, de acordo com os quesitos legais, não existia mais nenhum parente que pudesse receber a devida indenização. Apesar de indeferido o pedido, a CEMDP reconheceu a responsabilidade dos agentes do Estado brasileiro pela morte do tenente.

Pelo menos três presos políticos pertencentes à Polícia Militar, o major Carlos Gomes Machado, o capitão Manoel Lopes e o tenente Atilio Geromin, denunciaram na Justiça Militar as torturas sofridas pelo tenente. Nos arquivos secretos do DOPS/SP foi encontrada uma única folha sobre ele, datada de 04/11/1975. Trata-se de um relatório sucinto de enfermagem, com datas, prescrições e horários, iniciadas em 08/07/1975, com o nome e a idade do paciente, sem referências a clínica, quarto ou leito. Nessa ficha, no dia 06/08/1975, lê-se: *"entorse no tornozelo direito"* e *"enfaixamento"*; mas no dia 08/08/1975, na coluna medicamento consta: *"suicidou-se"*.

Numa carta às autoridades, Carlos Gomes Machado, 62 anos, formalizou a denúncia nos seguintes termos: Além disso, embora sabendo ser eu cardíaco, não podendo sofrer emoções, levaram-me para ver outros colegas meus serem torturados, como foram os casos do tenente Atilio Geromin, que ficou com marcas indeléveis nas duas pernas, visto que fora amarrado em uma cadeira de braços chamada, pelos interrogadores, de "cadeira do dragão"; te-nente José Ferreira de Almeida que, apesar de seus 63 anos de idade, foi levado à morte em virtude das torturas que lhe foram aplicadas, tais como "pau-de-arara", choques elé-tricos, palmatória, etc., que se repetiam diariamente; Cabe transcrever, por fim, a passagem do livro *A Ditadura Encurralada* em que Elio Gaspari aborda a morte de José Ferreira de Almeida:

"Enquanto Golbery lutava pela vida em Barcelona, a ofensiva sobre o PCB chegara a um veio rico e inesperado. Descobriu-se uma base do Partidão dentro da Polícia Militar paulista. Ela estivera invicta desde sua montagem, em 1946. Funcionava sob as rígidas normas de segurança do Setor Mil, ligando-se diretamente a um representante pessoal do secretário-geral do PC. Segundo o CIE, conseguira infiltrar um sargento no DOI por dois anos. Na sua liquidação, prenderam-se 63 policiais. Entre eles, nove oficiais da ativa, inclusive um tenente-coronel, e doze da reserva.

O tenente reformado José Ferreira de Almeida, o Piracaia, tinha 64 anos e mais de vinte de militância. Foi preso no dia 7 de julho. No princípio de agosto, deitado num colchão de carceragem do DOI, despediu-se de um capitão: 'Eu não agüento mais... Vou morrer'. Acareado com um cabo, pediu-lhe 'pelo amor de Deus' que contasse o que sabia. 'Deus está de férias, vá tomar no...', corrigiu um dos interrogadores. O II Exército informou que no dia 8 de agosto Piracaia se enforcara. Teria amarrado o cinto do macacão à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão. Segundo o SNI, Piracaia se matara 'quando havia indícios de que iria nomear os prováveis contatos em outras áreas militares'. Oficialmente, era o 36º preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16º enforcado, sétimo a fazê-lo sem vão livre".



JOSÉ MAXIMINO DE ANDRADE NETTO (1913 – 1975)

Número do processo: 205/96

Filiação: Odila de Andrade Netto e José Maximiano Netto

Data e local de nascimento: 20/09/1913, Três Corações (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 18/08/1975, em Campinas (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 01/08/1996 por 6x1 (voto contra do general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 05/08/1996

O coronel reformado da PM paulista José Maximino de Andrade Netto, mineiro de Três Corações, mas radicado em Campinas (SP), já tinha sido expurgado da corporação em 1964, quando ela ainda se chamava Força Pública, por não aderir ao movimento militar que depôs o presidente João Goulart.

Duas décadas depois, sob a acusação de militância no PCB, foi preso em 11/08/1975 por agentes do DOI-CODI/SP. Um dia após ser libertado e deixado pelos agentes dos órgãos de segurança na porta de sua casa, em péssimas condições de saúde, morreu em 18/08/1975, no Hospital Clinitor, em Campinas (SP), segundo o legista Alberto F. Piccolotto Naccaratto, de um enfarte do miocárdio.

O relator do caso na CEMDP Luís Francisco Carvalho Filho enumerou os depoimentos colhidos pela autoridade judicial, sob compromisso legal. Salomão Galdino da Rocha, ex-policia militar, afirmou ter sido preso e torturado no mesmo dia que Maximino. Segundo ele, durante o interrogatório lhe fizeram perguntas sobre seu relacionamento com o coronel. Contou também que um carcereiro lhe informou que um coronel preso ali estava passando mal e que um médico teria determinado que o retirassem da prisão, pois ele estava morrendo.

O outro depoimento é de Bráulio Mendes Nogueira, funcionário público aposentado, segundo quem Maximino era um nacionalista convicto. Foi visitá-lo quando soube que havia sido solto e o encontrou bastante ferido e sem condições de conversar. Bráulio disse também

que o telefone da casa do coronel tocava insistentemente e quando era atendido ninguém se manifestava do outro lado da linha, o que foi entendido como ameaça à família.

O relator considerou que a prisão de Maximino estava relacionada com o processo de repressão aos militantes do PCB em 1975, e que havia prova da motivação política, de sua prisão e das torturas sofridas. O relator concluiu que as evidências apontavam para o fato de o coronel, já idoso, não ter resistido aos maus tratos; no momento em que sua morte pareceu inevitável, teria sido retirado do cárcere e abandonado em frente à sua casa.



ARMANDO TEIXEIRA FRUCTUOSO (1923 – 1975)

Número do processo: 175/96

Filiação: Maria da Glória Frutuoso e Aníbal Teixeira Frutuoso

Data e local de nascimento: 20/05/1923, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local do desaparecimento: setembro de 1975, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido no Rio de Janeiro, o operário Armando Teixeira Frutuoso estudou até completar o segundo grau e tornou-se ativista sindical logo após a derrubada do Estado Novo, liderando as mobilizações de seus colegas de trabalho na Light, empresa concessionária do serviço de bondes na então capital da República. Tornou-se delegado sindical, depois dirigente e por fim presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light. Casou-se com Virgínia Ricardi Viana e com ela teve a filha Cláudia.

No final dos anos 1940 já era um dirigente sindical destacado, ligado ao Partido Comunista. No início da década de 1950, representou o Brasil no Congresso Sindical Mundial pela Paz e contra a Guerra da Coréia. Também participou na Tchecoslováquia de um curso de capacitação política. Entre 1945 e 1964, foi preso 14 vezes por sua militância sindical, sendo que, numa greve da categoria, sua libertação foi exigida pelos trabalhadores e Frutuoso saiu do cárcere diretamente para a mesa de negociações.

Com o Golpe de Estado de 1964, perdeu o mandato sindical, teve seus direitos políticos cassados, sofreu perseguições e foi obrigado a mergulhar na atuação clandestina. Entre 1967 e meados de 1968, ao lado de Manoel Jover Telles, Lincoln Bicalho Roque e outros militantes comunistas, alinhou-se no grupo dissidente do PCB no Rio de Janeiro que fundou o PCBR. No entanto, esse grupo permaneceu poucos meses no PCBR e, já no início de 1969, ingressou em bloco no PCdoB, onde Armando passaria a integrar o Comitê Central a partir de 1971.

Foi capturado por agentes do DOI-CODI do I Exército no bairro de Madureira, no Rio, quando se dirigia para um encontro com outro membro do PCdoB, por volta de 19 horas do dia 30/08/1975. Foi submetido a violentas torturas durante vários dias, segundo depoimentos de pessoas que estavam presas naquela unidade militar, entre elas os presos políticos Gildázio Westin Cosenza e Delzir Antônio Mathias, que chegaram a ser acareados com Armando, entre 4 e 7 de setembro.

Ambos testemunharam que o dirigente do PCdoB foi muito torturado e que sua saúde estava bastante debilitada. *“No dia 4, ele mal podia levantar-se, tamanhas as seqüelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses. A partir de determinado dia, os torturadores passaram a negar-lhe alimentação e água”*, afirmou Gildázio em seu depoimento. Segundo ele, *“ante os gritos de Frutuoso pedindo água, a resposta dos torturadores foi de que não iam gastar comida e água com quem ia morrer”*.

Delzir Antônio Matias escreveu uma carta à Justiça Militar, em 21/03/1978, testemunhando: *“A minha denúncia de sua morte decorre do fato de haver ouvido de minha cela no DOI-CODI os seus gritos lancinantes, emitidos noites e dias seguidos e que repentinamente cessaram. Estou convencido de que tratava do Sr. Armando Teixeira Frutuoso por ter ouvido naquela ocasião o comentário de um para outro torturador afirmando que ‘esse lixo humano é o Juca ou Armando Frutuoso’”*.

O nome de Armando Frutuoso faz parte da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Numa atitude cínica da Justiça Militar do período ditatorial, depois de desaparecido, ele foi absolvido em 28/03/1978 pela 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro da acusação de ser dirigente regional do PCdoB. Pouco menos de um ano antes, em junho de 1977, a 1ª Auditoria do Exército, em São Paulo, já o havia condenado, à revelia, a cinco anos de reclusão, no processo referente aos membros do PCdoB que foram presos numa reunião no bairro da Lapa, em São Paulo, em 16/12/1976, sob a acusação de integrar o Comitê Central daquele partido. No segundo julgamento, o próprio advogado de ofício – já que Frutuoso era revel – Lourival Nogueira Lima, pediu o desmembramento do processo, para declarar a punibilidade extinta por morte, o que foi recusado pelo Conselho Permanente de Justiça.

Em março de 1978, o Comando do I Exército abriu sindicância para apurar as denúncias de que ele foi assassinado sob torturas em dependência militar. A conclusão desse inquérito, destinado a encobrir o destino dado ao seu corpo, foi de que, *"as torturas não aconteceram, pois Armando nunca esteve preso naquela unidade militar"*.



PEDRO JERÔNIMO DE SOUSA (1912 – 1975)

Número do processo: 026/96

Filiação: Catarina Evangelista de Souza e José Jerônimo de Souza

Data e local de nascimento: 30/06/1912, Aracati (CE)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 17/09/1975, Fortaleza (CE)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 08/02/96 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/96

Pedro Jerônimo era cearense de Aracati, mudou-se muito cedo para Fortaleza e trabalhou como viajante-vendedor para laboratórios farmacêuticos e para outros segmentos comerciais. Ingressou no PCB nos anos 1940 e exerceu papel importante na reestruturação partidária, depois que o registro legal desse partido foi cassado em 1948. Integrou a direção municipal de Fortaleza e também fez parte do Comitê Estadual do Ceará. Após o Golpe de Estado de 1964, já atuando na clandestinidade, desempenhou as funções de tesoureiro durante vários anos. Também participou do Diretório Municipal do MDB em Fortaleza, durante o período em que os integrantes do PCB atuavam legalmente no único partido de oposição que o regime ditatorial consentia.

Em 11/09/1975, foi preso e levado para o DOI-CODI quando seguia de ônibus por um bairro da capital cearense. Um amigo que estava no mesmo ônibus comunicou o fato à família e, alguns dias depois, foi possível visitá-lo preso. No dia 17, entretanto, os familiares foram informados por agentes do DOPS que Pedro Jerônimo havia se suicidado dentro de sua cela. O legista Francisco Noronha Filho assinou o laudo indicando como causa da morte *"asfixia mecânica por enforcamento"*.

O corpo apresentava diversos hematomas que, segundo os policiais, se deviam à forma como Pedro cometeu o suicídio. Segundo explicavam cinicamente, por ter se enforcado com uma toalha de rosto amarrada em lugar de pouca altura, foi forçado a debater-se contra as paredes e o chão da cela para conseguir o seu intento. Seis meses depois, a família solicitou exumação do cadáver e o exame pericial constatou as diversas torturas sofridas, desmontando completamente a versão do suicídio. Vinte anos depois, um depoimento do advogado Pádua Barroso, prestado em 18/12/1995 à Comissão de Direitos Humanos da OAB do Ceará, voltou a desmascarar a explicação oficial. Pádua mostrou a autópsia realizada no corpo de Pedro, onde há registro de inúmeras fraturas ósseas, e informou ter acompanhado pessoalmente a exumação, *"...realizada dentro de um cerco de guerra, tendo em vista que o cemitério Parque da Paz foi tomado por viaturas da PM e da PF; ...a razão da presença dos policiais no cemitério era amedrontar os peritos e os familiares bem como as demais pessoas que estavam interessadas no esclarecimento da morte de Pedro Jerônimo"*.

O relator do processo de Pedro Jerônimo na CEMDP anexou ao seu voto declarações de um tenente coronel da PM do Ceará – cujo nome foi omitido para preservá-lo –, concedidas ao advogado Pádua Barros sobre a prisão e morte de Pedro Jerônimo de Sousa: *“Tudo funcionou deste modo – o Chefe da 2ª Secção do QG da 10ª RM, tenente coronel Francisco Valdir Gomes, despachou o Pedido de Busca; a prisão foi efetuada por dois agentes policiais chefiados por um tal de Dr. Evandro, que se supõe tratar-se de oficial do Exército; feita a prisão, levaram Pedro Jerônimo para o Quartel de Guardas (DOI); aí o major Luís Marques de Barros mandou que levassem Pedro Jerônimo para a Casa de Hóspedes, no bairro de Mata Galinha... deram logo uma pancada no frontal de Pedro Jerônimo. Após uma série de sofrimentos foi sentado num banco, sem encosto, e um brutamente deles se aproximou pelas costas, curvou um joelho encostando-lhe na coluna dorsal e tentou sufocá-lo com um instrumento escuro, puxando nas duas extremidades para trás... e quebrou o pescoço de Pedro Jerônimo. Arrepiados com o crime que cometeram, prepararam, em conluio com o DPF e o DOPS, o enforcamento suicida”.*

O relator acrescentou que os depoimentos de Tarcisio Leitão de Carvalho, Alfredo de Abreu Pereira Marques e de Sarah Pinheiro Sousa (esposa de Pedro) prestados à Comissão de Direitos Humanos da OAB/Ceará, eram plenamente suficientes para atestar a participação de Pedro Jerônimo em atividades políticas de oposição, bem como o fato da prisão e as condições da morte. Além disso, o deputado Alfredo Marques, do MDB, denunciou da tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco o tenente Horácio Marques Gondim como um dos responsáveis por mais esse assassinato.

Numa rápida síntese, assim Elio Gaspari abordou esse episódio no livro *A Ditadura Encurralada*:

“No dia 17, o DOI do Ceará divulgou uma nota informando que o vendedor Pedro Jerônimo de Souza, militante do PCB e membro do diretório do MDB de Fortaleza, se suicidara na prisão. Tinha 61 anos. Era o 37º suicida do regime, o 17º a se enforcar. No caso, com uma toalha de rosto”.



JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA (1943 – 1975)

Número do processo: 138/96

Filiação: Maria dos Santos Montenegro e Francisco Montenegro de Andrade

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Itapipoca (CE)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 29/09/1975, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Membro do Comitê Central do PCB, responsável pela juventude no partido, Montenegro era cearense de Itapipoca, afrodescendente e nascido de família muito humilde. Estudou em Fortaleza, na Escola Técnica do Ceará, no curso de técnico em edificações, onde começou a participar do Movimento Estudantil secundarista. Tinha como uma de suas características físicas a estatura elevada, que atingia quase 2 metros. Em 1963, foi eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais – UNETI –, com sede no Rio de Janeiro, quando já tinha ligações com o PCB.

A recém criada UNETI nasceu da necessidade de abordagem mais específica dos problemas vividos pelos estudantes do ensino técnico. Atuava em unidade com a UNE e a UBES. Inicialmente funcionando na sede da UNE, na praia do Flamengo, a UNETI, logo conseguiu uma sede própria, na rua Paissandu, no mesmo bairro. Ali, além de acomodar melhor o trabalho da entidade, havia espaço para moradia dos seus diretores, entre os quais estava Montenegro. A sede em separado possibilitou que a UNETI ainda tivesse algum tempo de vida legal depois de abril de 1964, o que não aconteceu com a UNE e a UBES, cujas sedes foram imediatamente fechadas após a derrubada de João Goulart.

Montenegro manteve vida legal após abril de 1964, mas não deixou de ser perseguido. Foi indiciado no IPM da UNE, que envolveu mais de mil estudantes, especialmente no Rio de Janeiro. Mas as dificuldades de trabalho e estudo começaram a aparecer e Monte, como era conhecido, foi obrigado a ir para a clandestinidade. Em especial a partir de 1969, viajou e morou em diversos estados. Conforme está rela-

tado no livro *Desaparecidos Políticos*, num depoimento de seu amigo Orlando Marreti Sobrinho, que o hospedava em São Paulo no dia do desaparecimento, *"apesar das dificuldades, nunca perdera a esportividade. Podia ser encontrado por velhos amigos nas ruas de São Paulo ou do Rio de Janeiro, assim como pulava atrás de trio elétrico em pleno Carnaval da Bahia em 1974"*.

Foi preso em 29/09/1975, no bairro da Bela Vista, São Paulo, por quatro agentes policiais e teve como testemunhas alguns vizinhos. Posteriormente, o jornalista Genivaldo Matias da Silva, que dividiu um apartamento com Montenegro durante algum tempo e também foi seqüestrado e torturado no DOI-CODI/SP, assegurou em seu interrogatório perante a Justiça Militar tê-lo visto detido naquela dependência policial-militar.

No livro *Brasil Nunca Mais*, à pág. 265, há a seguinte informação sobre José: *"pesquisador de mercado, foi preso em 29 de setembro de 1975, sendo visto no DOI-CODI, conforme denúncia do deputado Laerte Vieira"*. Ainda segundo esse livro, Montenegro, ao ser preso, foi levado diretamente a um sítio clandestino dos órgãos de repressão e daí para frente não se teve mais notícias dele. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra sobre esse desaparecido, cujo nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95, que *"foi preso em 30 de setembro de 1975"*.

Em *A Ditadura Encurralada*, Elio Gaspari escreve: *"No final de setembro, de acordo com a documentação oficial do II Exército, havia doze presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em outra escrita, a dos calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a Voz Operária, foi capturado na Bela Vista. Viram-no no DOI. Transferido para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos"*.

A informação sobre injeção foi colhida pelo jornalista na entrevista que o ex-agente Marival Chaves do Canto deu a Expedito Filho, de *Veja*, em 18/11/1992. Nessa matéria, o ex-sargento do DOI-CODI/SP também aborda a questão dos saques e da corrupção que permearam a prática dos porões da tortura: *"O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima. Mas esse é um caso especial.(...)Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do Voz Operária, Montenegro recebeu do partido 60.000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60.000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI"*.



ORLANDO DA SILVA ROSA BONFIM JUNIOR (1915 – 1975)

Número do processo: 095/96

Filiação: Maria Gasparini Bomfim e Orlando da Silva Rosa Bomfim

Data e local de nascimento: 14/01/1915, Santa Tereza (ES)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 08/10/1975, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Capixaba de Santa Teresa e também membro do Comitê Central do PCB, começou seus estudos em Vitória e se mudou para Belo Horizonte, onde cursou Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Também exerceu a profissão de jornalista, tornando-se, ainda jovem, secretário de redação no Estado de Minas. Em 1946, foi eleito vereador em Belo Horizonte, tendo sido líder da bancada comunista na Câmara de Vereadores.

Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, documento esse que acelerou a derrubada do Estado Novo. Foi marcante a sua participação como advogado dos trabalhadores da Mina do Morro, em Conselheiro Lafaiete (MG), numa greve que durou 43 dias. Morou com eles durante o movimento e passou a ser procurado com virulência pela polícia de Minas Gerais. Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde dirigiu sucessivamente duas publicações do PCB, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*.

Orlando era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e pai de seis filhos. No dia 08/10/1975, dezessete dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bomfim recebeu telefonema anônimo, em que algum amigo de seu pai comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo. Orlando tinha sido preso na tarde daquele dia, no Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Isabel.

Foi impetrado um *habeas-corpus* em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando tinha um mandado de prisão preventiva decretado. Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça e a parlamentares. Contatos foram feitos com a OAB, CNBB, Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, Comissão Justiça e Paz do Rio e de São Paulo, cardeal Dom Eugênio Sales, sem conseguir qualquer informação oficial a respeito de seu paradeiro. O deputado Getúlio Dias, na liderança do MDB na Câmara, denunciou da tribuna mais esse desaparecimento.

No dia 31 de outubro, durante a comoção nacional provocada pela morte de Vladimir Herzog, a família recebeu a informação, através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mas, onze dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão. O comunicado oficial do general Reynaldo, que seria posteriormente presidente do STM, foi particularmente frustrante para a área sensível aos Direitos Humanos, visto que sua nomeação para o comando regional do Exército tinha gerado expectativas otimistas pelo fato de ser filho de um dos grandes nomes da literatura brasileira, José Américo de Almeida. Numa abordagem que seria soterrada depois que a abertura democrática permitiu a revelação de uma boa parte do ocorrido nos porões da ditadura, sua nota oficial pontificava: *“O Exército brasileiro conhece perfeitamente sua destinação constitucional e jamais se afastaria das normas legais vigentes, principalmente na salvaguarda e preservação dos legítimos direitos dos cidadãos e da própria Pátria”*.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato sobre o destino de Orlando Bomfim. O jornal *O Estado de São Paulo* recebeu um telefonema anônimo informando que ele estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da *Folha de S.Paulo* recebia um telex informando sobre sua morte na prisão, durante interrogatório. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, (Veja de 18/11/1992), Orlando foi morto com uma injeção para matar cavalos. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-CODI de São Paulo e levado para um cárcere na rodovia Castelo Branco, onde foi executado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré (SP), e a rodovia Castelo Branco. Nos documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP é possível ler as seguintes informações sobre Orlando Bomfim: *“- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM. - 22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas”*.



VLADIMIR HERZOG (1937 – 1975)

Número do processo: 210/96

Filiação: Zora Herzog e Zigmund Herzog

Data e local de nascimento: 27/05/1937, em Osijek, Croácia

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 25/10/1975, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

O caso Vladimir Herzog produziu uma comoção nacional que fez mudar a atitude da sociedade civil frente às torturas praticadas contra presos políticos. As violências vinham se repetindo há muitos anos, como já ficou claro nas páginas anteriores deste livro-relatório. Mas, até então, os casos eram denunciados no exterior e em segmentos numericamente restritos, dentro do País, como universidades, igrejas, parlamentares e entidades vinculadas à defesa dos Direitos Humanos.

Ocorreram exceções a essa regra geral, em alguns poucos episódios, como a missa celebrada na Sé de São Paulo na morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em março de 1973, que reuniu milhares de pessoas. Mas prevaleceu na sociedade brasileira, desde os primeiros casos que foram noticiados, como a morte do sargento Manoel Raimundo Soares, cujo corpo foi encontrado boiando no rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, em 1966, uma postura de ceticismo que repetia, em escala reduzida, o fenômeno alemão da recusa em acreditar que os campos de concentração realmente existiam. A morte de Vladimir Herzog ocorreu quando a censura à imprensa começava a ser abrandada e os cidadãos perdiam o medo de discordar e protestar. A repercussão das denúncias trouxe profundos danos à credibilidade do regime militar e permitiu que explodisse um forte sentimento de indignação em todos os meios capazes de formar opinião. A falsidade do alegado suicídio já ficou patente nas próprias fotos que mostravam o jornalista enforcado nas dependências do DOI-CODI paulista, onde tinha se apresentado para depor, atendendo a uma intimação recebida na véspera.

Nascido na Croácia, antiga Iugoslávia, Vladimir Herzog chegou ao Brasil aos nove anos de idade. Brasileiro naturalizado, começou a carreira de jornalista em 1959 no jornal *O Estado de São Paulo*, onde foi repórter, redator e finalmente chefe de reportagem. Em 1965, se estabeleceu em Londres durante dois anos, onde trabalhou como produtor e locutor da BBC. De volta ao Brasil trabalhou durante cinco anos como editor cultural da revista *Visão*. Em 1971, elaborou uma extensa reportagem de capa para a revista sobre os problemas das TVs educativas no Brasil. Em 1973, passou a trabalhar como secretário do jornal *Hora da Notícia* na *TV Cultura* e, em seguida, assumiu o cargo de diretor do departamento de telejornalismo. Nessa função, começou a colocar em prática seu conceito de *"responsabilidade social do jornalismo"*. Defendia que a TV Cultura deveria produzir um jornalismo profissional, que não fosse servil ao Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público. Para Herzog, o jornalismo não podia praticar um monólogo, e sim um diálogo com a sociedade, superando todo tipo de paternalismo e incorporando *"os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige"*. Também era professor universitário e tinha escrito uma peça de teatro.

Vladimir Herzog entrou na lista dos visados pelos órgãos de repressão por ser suspeito de integrar o PCB. Foi convocado e compareceu voluntariamente ao DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, bairro do Paraíso, às 8 horas da manhã do dia 25/10/1975. No mesmo dia, por volta de 15 horas, teria sido encontrado morto por seus carcereiros e algozes, enforcado com o cinto do macacão de presidiário, mais uma vez com os pés apoiados no chão, em suspensão incompleta. Seus companheiros de prisão foram unânimes em declarar que o macacão obrigatório para todos eles não possuía cinto.

Essa farsa terminou de ser desmascarada quando se tornaram públicos os depoimentos de George Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos no mesmo local, que testemunharam ter ouvido os gritos de Herzog sendo torturado. Evidências inquestionáveis da tortura tinham sido identificadas pelo comitê funerário judaico, responsável pela preparação do corpo para o sepultamento. Por essa razão, Herzog não foi enterrado na área do cemitério destinada aos suicidas, conforme preceitos religiosos do Judaísmo. Por fim, as afirmações contraditórias dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, durante a ação judicial movida pela família, também contribuíram para desmontar a versão de suicídio. Ao receberem a notícia da morte, jornalistas paralisaram muitas redações em São Paulo, sendo que os responsáveis pelas empresas precisaram negociar para que os profissionais garantissem a edição do dia seguinte. O Sindicato dos Jornalistas declarou vigília permanente e foi convocada uma celebração religiosa na Catedral da Sé, que o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Melo, tentou impedir fechando as avenidas que conduziam ao centro de São Paulo. Mesmo assim, milhares de pessoas se aglutinaram no templo superlotado, extravasando para um parte da praça, durante o culto ecumênico concelebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pela rabino Henry Sobel e pelo reverendo Jaime Wright, irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright.

Em 1978, uma decisão judicial declarou a União responsável por sua morte. A partir disso, a tramitação do processo referente a Herzog na CEMDP não teve qualquer controvérsia ou percalço, sendo o requerimento aprovado por unanimidade logo nos primeiros meses de funcionamento da Comissão Especial. Lamentavelmente, o Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, quando o Estado Democrático de Direito já completava cinco anos de vigência plena em nosso país, preferiu manter-se fiel à versão dos porões do regime ditatorial: *"suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no interior da cela que ocupava no DOI-Codi do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo"*.

Em 1979, em homenagem a Vlado – como era conhecido pelos seus colegas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo criou o *Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*.



ÉLSON COSTA (1913 – 1975)

Número do processo: 031/96

Filiação: Maria de Novaes Costa e João Soares da Costa

Data e local de nascimento: 26/08/1913, Prata (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 14/01/1975, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Dirigente do PCB, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Natural da cidade de Prata, no Triângulo Mineiro, Élson era o responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB, trabalhando na produção e divulgação do jornal *Voz Operária*, órgão oficial do partido.

Iniciou sua militância política liderando uma greve de caminhoneiros em Uberlândia. Já militante do PCB, viajou pelos países socialistas do Leste Europeu na década de 1960. Perseguido após abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados. Era casado com Aglaé de Souza Costa e foi deslocado pelo partido para atuar em diferentes cidades brasileiras: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói, Campo Grande, Recife, Curitiba e finalmente São Paulo.

Em 1970, foi condenado pela Justiça Militar e cumpriu pena em Curitiba(PR). Solto, passou a viver com o nome de Manoel de Souza Gomes e residia na Rua Timbiras, no bairro de Santo Amaro, quando foi preso na manhã do dia 15/01/1975, no bar ao lado de sua casa, de acordo com as informações contidas no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*.

O ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves, informaria na já citada matéria da revista *Veja*, de 18/11/1992, que os integrantes do Comitê Central do PCB que foram mortos pelos órgãos de segurança no início de 1975 tiveram seus corpos jogados no rio de Avaré, no interior de São Paulo. Esse ex-sargento relatou: *"Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapeví, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo"*.

O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra o dia 16, e não 15, como data do desaparecimento: *"no dia 26/02/1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que ele teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo 'Veraneio', no dia 16/01/1975. Segundo ele, o fato foi testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais, como sendo o seqüestro de um rico comerciante. A ocorrência foi registrada no 11° DP, conforme BO N. 315/75 como tendo ocorrido na rua Timbiras, 199, em Santo Amaro/SP"*.

Já o jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura Encurralada*, aponta o dia 14 como data do desaparecimento: *"No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal Voz Operária, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d'água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem. A Voz submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Élson Costa, desapareceu no dia 14 de janeiro. Dirigente experimentado, já passara em silêncio por duas cadeias. Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo"*.

Em 2004, Élson Costa foi homenageado com a Medalha Tributo à Utopia, criada no ano anterior pela Câmara Municipal de Belo Horizonte para lembrar as vítimas da ditadura, mortos e desaparecidos políticos.

1976



NEIDE ALVES DOS SANTOS (1944 – 1976)

Número do processo: 346/96

Data e local de nascimento: 12/09/1944, Rio de Janeiro (RJ)

Filiação: Nair Alves dos Santos e Alexandre Alves dos Santos

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 07/01/76, em São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco, com pedido de vistas de Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 02/10/97 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/10/97

Nascida no Rio de Janeiro e tendo como última ocupação profissional o trabalho como caixa de um supermercado em São Paulo, Neide Alves dos Santos era ligada a Hiran de Lima Pereira, membro do Comitê Central do PCB, cujo caso já foi relatado neste livro-relatório. Morreu em 07/01/1976 e a versão policial foi de que ateou fogo ao próprio corpo numa praça de São Paulo.

Seu nome não constava em nenhuma lista sobre mortos e desaparecidos políticos. Foi o trabalho da CEMDP que possibilitou elucidar mais uma morte decorrente de torturas aplicadas pelos órgãos de segurança do regime militar.

No início de 1975, quando estava em curso a Operação Radar, para aniquilar o PCB, Neide viajou de São Paulo para a casa de sua irmã, no Rio, e contou que estava sendo seguida. Poucos dias depois, desapareceu por cinco dias e, quando retornou, tinha marcas de tortura por todo o corpo. Estava muito abalada emocionalmente e foi internada por algum tempo na Colônia Juliano Moreira para tratamento psiquiátrico. Algum tempo depois, retornou a São Paulo, voltando a ser presa.

Documentos policiais registram, no entanto, que ela teria sido presa no dia 06/02/1975, em São Paulo, e encaminhada ao DOI-CODI/RJ oito dias depois. No DOPS/RJ, foi fotografada e identificada em 21 de fevereiro. A CEMDP colheu também informações de que ela atuava no setor de propaganda do PCB, que residiu algum tempo em Pernambuco e que chegou a morar, com sua filha, na mesma casa de Hiran, em São Paulo. Depoimentos de presos políticos ligados ao PCB deixam inequívoca a existência de vínculo entre Neide e o partido, especialmente com aquele membro do Comitê Central, ficando implícito que Neide voltou a ser interrogada inúmeras vezes no decorrer de 1975, seja no DOPS/SP, seja no DOI-CODI/RJ.

Em 10/12/1975, tinha começado a trabalhar como caixa num supermercado de Perdizes. Sua irmã informou à CEMDP que ela teria desaparecido em janeiro de 1976, depois de sair de casa, em São Paulo, levando alguns discos para ouvir na casa de uma amiga. Documentos do DOPS/SP registram, no entanto, que Neide teria sido internada na noite de Reveillon. Conforme telex da 28ª Delegacia de Polícia, de 31/12/1975, Neide Alves dos Santos, cognome Lúcia, foi atendida no Hospital Municipal do Tatuapé, apresentando queimaduras. Estranhamente, a mensagem relata que foi apreendida com Neide um caderno de anotações informando que ela pertencia ao PCB. Outro documento do DOPS/SP registra a comunicação de seu falecimento, às 20h40min do dia 07/02/1976.

Num primeiro exame, o relator do processo na Comissão Especial, Paulo Gustavo Gonet Branco propôs indeferimento, por considerar que as condições da morte "não preenchiam os requisitos da Lei". Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas e conseguiu elucidar que a morte ocorreu por responsabilidade dos agentes do Estado brasileiro.

Em seu voto pelo deferimento, Luís Francisco enfatizou dois aspectos importantes. O primeiro era que os registros da Medicina Legal apontam como muito raro "*suicídio de mulher mediante fogo posto às vestes*". O segundo, dizia respeito ao delicado momento vivido pelo regime:

Neide morreu em 07/01/1976, entre dois acontecimentos políticos que marcaram a história do Brasil e abalaram o anunciado processo de abertura política. As mortes de Vladimir Herzog, em 25/10/1975, e a de Manoel Fiel Filho, em 17/01/1976, que provocou a demissão do comandante do II Exército, expuseram uma grave crise interna no regime militar. Aparentemente, o poder central perdia o controle sobre o que ocorria nos porões da tortura.

Luís Francisco argumentou que a conjuntura política e a crescente mobilização da sociedade civil não aconselhavam mais o puro e simples desaparecimento do preso político. Era preciso uma roupagem formal para a morte. As autoridades militares sabiam que uma repetição do caso Herzog seria intolerável. *“Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?”*, indagou em seu parecer.

Os indícios, em seu conjunto, formaram a convicção do relator. Não foram encontrados os documentos que são obrigatoriamente produzidos em casos assim, como Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial, fichas clínicas de atendimento, notícias de jornal, indício de que a ocorrência envolvendo Neide Alves dos Santos foi ocultada deliberadamente por agentes do poder público.

Após um ano de insistência, a CEMDP recebeu da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo cópia do exame necroscópico e duas requisições de exame ao IML. O laudo, assinado por Pérsio José Ribeiro Carneiro, é sucinto o suficiente para despertar suspeitas, já que Neide morrera por queimaduras em cerca de 70% do corpo. Uma das requisições de exame é genérica e pede a remoção do corpo do Hospital do Tatuapé. A outra define o caminho a ser dado ao corpo: contém o sinal que identificava os militantes políticos – a letra T.

Luís Francisco concluiu: *“ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar”*. O processo de Neide foi aprovado por unanimidade, com a reconsideração do voto contrário apresentado inicialmente por Paulo Gustavo Gonet Branco.



MANOEL FIEL FILHO (1927 – 1976)

Número do processo: 309

Filiação: Margarida Maria Lima e Manoel Fiel Lima

Data e local de nascimento: 07/01/1927, Quebrangulo (AL)

Organização política: PCB

Data e local da morte: 17/01/1976, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gonet Branco

Deferido em: 30/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/06/1996

Essa morte ficou registrada na história do regime ditatorial em estreita conexão com a de Vladimir Herzog. Aquela provocou grande repercussão junto à opinião pública brasileira, mas nada alterou na rotina do aparelho de segurança. A morte de Fiel, tendo ocorrido durante o recesso parlamentar e as férias universitárias, gerou noticiário mais discreto e, no entanto, produziu abalos na estrutura do regime militar. Reagindo a mais um suicídio forjado, o presidente Ernesto Geisel exonerou o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, e tirou da chefia do CIE o general Confúcio Danton de Paula Avelino, abrindo guerra aberta contra o seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que seria também demitido no ano seguinte.

Alagoano de Quebrangulo, terra natal também de Graciliano Ramos, Manoel Fiel vivia na capital paulista desde os anos 50. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, trabalhando como prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, há 19 anos. Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, tinha duas filhas, e morava num sobrado na Vila Guarani.

Acusado por outro preso político torturado de receber alguns exemplares do jornal Voz Operária, do PCB, foi preso na fábrica, em 16/01/1976, às 12h, por dois agentes do DOI-CODI paulista. No dia seguinte, uma nota oficial informou que Fiel Filho havia se enforcado na cela com as próprias meias. Ocorre que, quando detido, ele usava chinelos sem meias, de acordo com depoimentos dos colegas de trabalho.

Quando os parentes conseguiram a liberação do cadáver para ser enterrado no cemitério da Quarta Parada, verificou-se que o corpo apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio.

O II Exército divulgou nota com o seguinte teor: *"O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército".* O coronel Murilo Alexander – lembra Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* – era o mesmo oficial que tinha levado o cadáver de Chael Charles Schreier ao Hospital do Exército, no Rio, em 22/11/1969, tentando dissimular aquela morte sob torturas, sendo também apontado como um dos autores de inúmeros atentados terroristas de direita ocorridos em 1968.

O IPM foi concluído no prazo previsto de 30 dias. O procurador militar Darcy de Araújo Rebello, no parecer, datado de 28/04/1976, pediu o arquivamento do processo alegando que: *"As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. (...) Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar".*

Os companheiros de fábrica de Manoel Fiel publicaram uma nota, por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde relatam com detalhes o ocorrido. *"Manoel Fiel, no dia 16/01/1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho. Diante de sua mulher – Tereza de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou. No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: 'O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas.' Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário. Sua mulher então começou a gritar: 'Vocês o mataram! Vocês o mataram!'"*

O relato prossegue: *"Naquela trágica noite, os parentes que foram até o IML tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8h da manhã, ele foi sepultado. Obrigadas ao silêncio, a viúva e as filhas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo".* Os operários mostravam-se inconformados e pediam justiça: *"(...) Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo 'suicídio'. Logo depois, o processo foi arquivado. Dois anos se passaram em silêncio. Até que se pode provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedía aos seus torturadores: 'Pelo amor de Deus, não me matem'. Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio".*

Em 1978, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, então integrada por José Carlos Dias, José Gregori, Margarida Genevois, Hélio Bicudo, dentre outros defensores dos Direitos Humanos, tomou depoimentos dos presos políticos que presenciaram as torturas do operário. Em 1980, foi lançado o livro *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?*, de Carlos Alberto Luppi, pela Editora Escrita. No IPM, a família do operário foi representada pelo advogado Belisário dos Santos Junior, que em 2001 passaria a fazer parte da CEMDP, sendo hoje o seu mais antigo integrante. Ação cível proposta contra a União Federal e patrocinada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Samuel Mac Dowell Figueiredo e Sérgio Bermudes, após vários anos de tramitação na Justiça Federal, foi julgada procedente em 1995, com a condenação da União e o reconhecimento de sua responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho.

A notoriedade do caso determinou a aprovação unânime pelos membros da CEMDP, sem qualquer controvérsia. A própria exoneração do comandante do II Exército tinha equivalido ao expresso reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte sob torturas de mais um opositor político do regime militar. Na contagem de Elio Gaspari, no livro citado, *"Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel das Costas, com as meias, sem vão livre"*.



FRANCISCO TENÓRIO CERQUEIRA JÚNIOR

Número do processo: 074/02

Filiação: Alcinda Tenório Cerqueira e Francisco Tenório Cerqueira

Data e local de nascimento: 04/07/1940, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 18/03/1976, Buenos Aires, Argentina

Relator: André Sabóia Martins e Márcia Ramos

Deferido em: 16/02/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/2006

Francisco Tenório Cerqueira Junior, pianista carioca conhecido como Tenorinho, acompanhava Vinícius de Moraes e Toquinho num circuito de apresentações no Uruguai e Argentina, quando desapareceu em Buenos Aires, em 18/03/1976. Após o show no teatro Grand Rex, deixou seu quarto no Hotel Normandie em busca de uma farmácia e querendo comprar cigarros. Nunca mais foi visto. Quando constataram que ele não tinha retornado ao hotel, Vinícius, Toquinho e amigos como o poeta Ferreira Gullar, que vivia naquele país, mobilizaram-se imediatamente. Procuraram em hospitais e delegacias, buscando também ajuda na embaixada do Brasil. O governo brasileiro informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que estava fazendo o possível para localizar o pianista.

Vinicius de Moraes, que foi diplomata até ser exonerado em 1968 pelo AI-5 (sendo readmitido e homenageado, *post mortem*, em 2006), entrou com pedido de *habeas-corporis* no Judiciário argentino, mas o resultado foi negativo. Tenorinho foi tragado pela escalada do terror de Estado que o país vizinho vivia exatamente naqueles dias. O golpe militar que depôs Isabel Perón só ocorreria em 24 de março, quando o pianista estava preso há uma semana. Mas a Operação Condor já tinha sido lançada e a Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) seqüestrava, torturava e matava em plena cooperação com os órgãos de segurança argentinos, mesmo antes do afastamento definitivo de Isabelita. A única pista colhida já no primeiro após o desaparecimento é que tinha ocorrido uma grande blitz na área durante aquela madrugada, com muitas prisões de suspeitos.

Tenorinho era um músico desconhecido do grande público brasileiro, mas muito respeitado por seus colegas. Elis Regina foi uma das artistas que se envolveu diretamente na busca de notícias, dedicando um de seus discos *"À ausência de Tenório"*. Em 1979, ainda acreditava que Tenorinho estivesse vivo e pretendia viajar a Buenos Aires para tentar localizá-lo. Tenorinho era casado com Carmem e tinha quatro filhos. A maior tinha oito anos, o caçula três. Carmem estava grávida e o quinto filho nasceu um mês depois do desaparecimento do pai. Começou sua carreira de músico aos 15 anos, tocando acordeom e violão antes de dedicar-se ao piano. Cresceu em Laranjeiras, estudou no Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria no Catete, e ingressou na Faculdade de Ciências Médicas do Rio, tendo trancado matrícula quando cursava o 3º ano.

Em 1997, foi lançado o livro *O crime contra Tenório – Saga e Martírio de um Gênio do Piano Brasileiro*, de Frederico Mendonça de Oliveira. O autor, guitarrista, conviveu com Tenorinho de 1974 a 1976. O livro reconstitui com detalhes os últimos passos do pianista, desde 18/02/1976, quando partiu do Rio de Janeiro para apresentar-se em Montevidéu, Punta del Este e Buenos Aires. As primeiras informações concretas sobre o destino do músico só foram publicadas em 1986, quando um torturador argentino, Cláudio Vallejos, do Serviço de Informação Naval, deu entrevista à revista Senhor, em seu número 270.

Tenório foi preso na avenida Corrientes, considerado suspeito por usar barba, cabelo grande e roupas "diferentes", existindo também a informação de que ele tinha semelhança física com um líder montonero. Foi levado a uma delegacia de polícia e depois transferido para

a temível ESMA, Escola de Mecânica da Armada. Hoje é sabido que para esse quartel foram levados 5.000 argentinos durante o período ditatorial. Com raríssimas exceções, foram todos assassinados sob torturas e seus corpos não foram entregues às famílias. O governo Nestor Kirchner, em 24/03/2006, data do 30º aniversário do golpe militar, inaugurou um museu de memória sobre o terror de Estado nas dependências desse tenebroso centro de torturas e extermínio.

Pela manhã, as autoridades argentinas acionaram a embaixada do Brasil. Não havia qualquer suspeita, inquérito ou processo contra Tenório e seu pai era delegado de polícia. Começavam os preparativos para libertá-lo, quando o SNI, do Brasil, manifestou interesse pelo preso. Tenorinho foi torturado para que dissesse nomes de 'artistas comunistas'. Dois dias depois, foi torturado com a técnica chamada 'submarino'. Pendurado de ponta-cabeça, com os tornozelos amarrados e as mãos algemadas para trás, era mergulhado num tonel de água, entre uma pergunta e outra. No dia 21 de março, o preso continuava em silêncio e foi visitado por um alto funcionário da embaixada brasileira. Ocorreu, então, o Golpe Militar do dia 24 e a Argentina mergulhou num longo período de repressão total e silêncio, cessando as condições de se manter qualquer ação judicial com um mínimo de chances.

Documentos apresentados pelo ex-torturador Vallejos mostraram que, em 20/03/1976, o capitão de corveta Jorge E. Acosta dirigiu ofício ao contra-almirante Jacinto Ruben Chamorro, Diretor da ESMA, pedindo autorização para estabelecer contato com o agente de ligação do SNI do Brasil. O objetivo era informar ao SNI que o grupo de tarefa chefiado por Acosta estava *"interessado na colaboração para a identificação e informações sobre o detido brasileiro Francisco Tenório Jr"*. Outro documento, também assinado por Acosta, era dirigido ao embaixador brasileiro, em nome do Chefe da Armada Argentina, em 25/03/1976, comunicando oficialmente a embaixada sobre a morte de Tenorinho:

- 1) Lamentamos informar a essa representação diplomática o falecimento de Francisco Tenório Júnior, passaporte nº 197803, de 35 anos, músico de profissão, residente na cidade do Rio de Janeiro;
- 2) O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que fora oportunamente informado a esta embaixada;
- 3) O cadáver encontra-se à disposição da embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, onde foi remetido para a devida autopsia.

O governo militar brasileiro jamais tomou qualquer iniciativa e não procurou se comunicar com os familiares do músico, que até hoje não receberam seus restos mortais. O caso só foi assumido pelo governo argentino em 1997, após intervenção do Secretário Nacional de Direitos Humanos José Gregori. A CEMDP entendeu estar comprovada a responsabilidade do Estado brasileiro, por omissão, conivência e cumplicidade frente ao seqüestro, tortura, morte e desaparecimento de Tenorinho.



ZULEIKA ANGEL JONES (1923 – 1976)

Número do processo: 237/96

Data e local de nascimento: 05/06/1923, Curvelo (MG)

Filiação: Francisca Gomes Netto e Pedro Netto

Organização política ou atividade: denúncia da morte do filho como resultado de torturas

Data e local da morte: 14/04/1976, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Deferido em: 25/03/1998 por 4x3 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gonet Branco e João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 27/03/1998

"Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho". O trecho da carta escrita em 23/04/1975 pela estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, entregue ao compositor Chico Buarque e outros amigos, representou uma verdadeira premonição a respeito de sua morte um ano depois.

Zuzu Angel morreu em 14/04/1976, num acidente automobilístico à saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro. A suspeita de que esse acidente tivesse sido provocado envolveu imediatamente todas as pessoas bem informadas sobre o que era o aparelho de repressão política

do regime militar. Mas foi somente através da CEMDP que se tornou possível elucidar os fatos. Restou provado que sua morte foi desdobramento e consequência da morte de seu filho Stuart Edgard Angel Jones, em 1971, caso já apresentado neste livro-relatório.

Profissional de sucesso – vestia atrizes como Liza Minnelli e Joan Crawford –, Zuzu conseguiu transformar o desaparecimento de seu filho Stuart num acontecimento que provocou forte desgaste internacional para o regime militar brasileiro. Com isso, despertou a ira dos porões da ditadura, que passaram a vê-la como ameaça. Buscando incansavelmente o paradeiro do filho, esteve nos Estados Unidos com o senador Edward Kennedy; furou o cerco da segurança norte-americana e conversou com Henry Kissinger, em visita ao Brasil; prestou detalhado depoimento ao historiador Hélio Silva; escreveu ao presidente Ernesto Geisel, ao ministro do Exército Sylvio Frota, ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e à Anistia Internacional. Em um de seus desfiles, estampou os figurinos com tanques de guerra e anjos tristes. Quando começou a receber ameaças de morte, alertou os amigos.

Zuzu estava absolutamente sóbria na noite do acidente e uma semana antes tinha feito revisão completa em seu carro que, sem aparente motivo, desviou-se da estrada, capotando diversas vezes em um barranco. A análise das fotos e dos laudos periciais, as inúmeras contradições e omissões encontradas no inquérito e depoimentos de testemunhas oculares compuseram uma base robusta para a decisão da CEMDP reconhecendo a responsabilidade do regime militar por mais essa morte de opositor político.

De início, o relator do caso na Comissão Especial recomendou o indeferimento, que só recebeu dois votos contrários. Mas a família de Zuzu decidiu exumar o corpo e entrou com recurso, levando o relator a mergulhar na investigação dos novos dados. A exumação foi realizada por Luís Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense. Foram também apresentadas novas testemunhas, entre elas o advogado Carlos Machado Medeiros – filho de um ex-ministro da Justiça de Castello Branco – que trafegava pela estrada Lagoa-Barra da Tijuca e forneceu uma declaração escrita afirmando que : *"(...) dois veículos abalroaram o Karmann Ghia azul de uma pessoa que, logo depois, na manhã seguinte, constatei ser Zuzu Angel"*.

Com medo de represálias, contou apenas aos amigos. Três deles confirmaram integralmente essa declaração perante o relator, Luís Francisco Carvalho Filho, que não conseguiu falar pessoalmente com o advogado Carlos Medeiros que também sofreu um acidente automobilístico causador de graves seqüelas e problemas de memória.

Outros depoimentos, recolhidos na segunda fase do processo, foram o da psiquiatra Germana Lamare – a quem Zuzu contou estar sendo ameaçada de morte – e de Marcos Pires, estudante residente na Barra da Tijuca que escutou o ruído do acidente e, ao chegar ao local, já encontrou uma dúzia de carros oficiais, a maioria da polícia, ao redor do automóvel destruído de Zuzu. As informações foram relatadas em uma carta enviada a Hildegard, filha de Zuzu e colunista do jornal *O Globo*. Mais tarde, em depoimento prestado a Nilmário Miranda em 12/02/1996, ele admitiu ter presenciado o acidente: *"Eu só vi um carro saindo (do túnel) e logo em seguida um outro carro que emparelha com esse carro. (...) Eu vi quando o carro que ultrapassa o carro da direita (...) abalroa este carro (...) e faz com que ele caia a uma distância que estimei na hora em cinco metros (...)"*. A versão de Marcos Pires contrariava frontalmente o laudo oficial do acidente e praticamente dirimiu todas as dúvidas.

Em seu voto final pela aprovação do requerimento, Luís Francisco recuperou as inúmeras contradições do caso, que o levaram a contratar Valdir Florenzo e Ventura Raphael Martello Filho, especialistas em perícias de trânsito em São Paulo, para analisar os documentos policiais. Em relatório minucioso eles argumentam: *"Ao reexaminar o laudo original, duas circunstâncias chamaram minha atenção. Em primeiro lugar, o documento é instruído com 16 fotografias mas, aparentemente, nenhuma delas se destinava a mostrar, especificamente, as marcas da derrapagem (28 metros) na pista e as marcas da atritagem nos pneus dianteiros. Em algum lugar, na perspectiva de um observador leigo, surgiram as seguintes indagações: o meio-fio da direita seria um obstáculo capaz de provocar uma mudança de trajetória tão drástica como a que foi descrita? Levando-se em consideração que, segundo os próprios peritos, o meio-fio é de altura normal e que, segundo as fotos que instruem o laudo da época estava visivelmente coberto por vegetação rasteira, o veículo, naquela trajetória, não iria simplesmente transpor o obstáculo? (...)"*.

Os peritos também descartaram a possibilidade de Zuzu ter dormido ao volante: *“a dinâmica pretendida pelo laudo correspondente ao exame do local é absolutamente inverossímil. Primeiro porque um veículo Jamais mudaria de direção abruptamente única e tão somente por conta do impacto de qualquer de suas rodagens contra o meio-fio, qual seria galgado facilmente, projetando-se o veículo pelo talude antes de chegar ao guarda-corpo do viaduto. Segundo porque, sendo o meio-fio direito da auto-estrada perfeita e justamente alinhado com o guarda-corpo do viaduto, mesmo que o veículo se desviasse à esquerda, tal como o sugerido pelo laudo, desviar-se-ia do guarda-corpo, podendo, se muito, chocar o extremo direito da dianteira. Terceiro porque, mesmo que se admitisse a trajetória retilínea final, nos nove metros consignados pelo laudo, tendo-se em conta que o veículo chocou a dianteira esquerda e que não havia mais nada à direita, a não ser a rampa inclinada da superfície do talude, teríamos que aceitar que as rodas do lado direito ficariam no ar e o veículo perfeitamente em nível até que batesse no guarda-corpo, o que, evidentemente seria impossível”.*

Em 1987, Virginia Valli, publicou o livro *“Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho – a verdadeira história de um assassinato político”*. Em 2006, o diretor Sérgio Rezende levou às telas a cine-biografia da estilista Zuzu Angel, interpretada pela atriz Patrícia Pilar. A música que Chico Buarque e Miltoninho compuseram, em 1977, em sua homenagem, evoca a dor de Zuzu e uma das versões existentes para o desaparecimento do corpo do filho Stuart – jogado de helicóptero no Atlântico –, mencionando também os figurinos que ela apresentou no desfile com o motivo de anjos:

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar

Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar

Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar



JORGE ALBERTO BASSO (1951 – 1976)

Número do processo: 304/96

Data e local de nascimento: 17/02/1951, Buenos Aires

Filiação: Sara Santos Mota e Jorge Victor Basso

Organização política ou atividade: POC

Data e local do desaparecimento: 15/04/1976, em Buenos Aires

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 01/08/96

Data da publicação no DOU: 05/08/1996

Estudante brasileiro que tinha nascido em Buenos Aires, Jorge Alberto tinha sido militante do POC, no Rio Grande do Sul, e desapareceu na capital argentina em 15/04/1976. No final da década de 60, morava em Porto Alegre e participou ativamente do Movimento Estudantil gaúcho, como aluno do Colégio Estadual Julio de Castilhos. Pertenceu à direção da UMESPA – União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre

Em 1971, viajou para o Chile durante o governo de Salvador Allende. Naquele país, cursou História na Universidade do Chile. Com o golpe militar que derrubou o presidente chileno em setembro de 1973, seguiu para Buenos Aires, não constando nos documentos da CEMDP mais informações sobre atividades políticas desenvolvidas a partir de então. Foi preso no dia 15/04/1976 em um hotel do centro de Buenos Aires, nunca mais sendo visto.

Na época, uma Carta da Amnesty International, datada de 01/06/1978 abordou o seu desaparecimento: "argentino-brasileiro, Jorge Basso, estudante que desapareceu na Argentina após ter sido oficialmente detido juntamente com o jornalista suíço Luc Banderet, em abril de 1976. O jornalista foi mais tarde posto em liberdade, e temos tentado localizá-lo, ora no México onde se encontra, na esperança de que este confirme os detalhes que já conhecemos e nos forneça fatos novos sobre a prisão e desaparecimento. Amigos de Jorge Basso acreditam que este esteja preso na prisão de segurança máxima, a Unidad Penal Numero 6, Carcel de Rawson, na Província argentina de Chubut. Todos os mandados de *habeas-corpus* impetrados em seu favor foram, como tem sido, negados pelos tribunais argentinos.

Nos arquivos secretos do DOPS/SP, com carimbo de 1972 e a anotação manuscrita "*Equipe do Dr. Haroldo*", foi encontrado um documento contendo referência a Jorge Alberto Basso. A Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, quando esteve em Buenos Aires, em junho de 1993, recebeu a informação de que Jorge teria sido visto na Penitenciária de Rawson. No Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta sobre Jorge a seguinte informação: preso em um hotel no Centro de Buenos Aires... (DOU nº 60 de 28/03/81 – DOU/SP).

Pela internet é possível acessar, hoje, no endereço www.pontodevista.jor.br o seguinte depoimento de um colega de Jorge Basso em Porto Alegre, que assina o texto como WU na edição 23 do blog:

"Militei com Jorge Basso (nome de guerra 'Felipe'), tanto no Movimento Estudantil como, posteriormente, nas portas das fábricas de Porto Alegre, em incansáveis tentativas de organizar células de base do POC (Partido Operário Comunista). 'Felipe' era um dos integrantes da Coordenação Regional Operária, grupo responsável por todo o trabalho de base da organização. Distribuíamos um jornal (mimeografado) de nome Resistência Operária, quase todo escrito por nós mesmos, com notícias das lutas dentro das fábricas. 'Felipe' foi talvez, pelo menos aqui no Sul, um dos poucos militantes a, de fato, entrar para uma fábrica metalúrgica na condição de operário. Perseguido em nosso país, ele foi para o Chile. Estudava história na Universidade do Chile mas, com o golpe militar contra o governo Allende, Jorge Basso seguiu para Buenos Aires, onde morava seu avô. O governo era de Isabelita Perón. Durante algum tempo, sem sofrer qualquer tipo de perseguição, escrevia para jornais da Europa, em especial para periódicos da Suíça. Com o golpe militar e a posse do general Rafael Videla, sua situação mudou; pois, quase que imediatamente, passou a ser procurado. Sua mãe, Sara Basso, a partir de algumas poucas informações, vasculhou Buenos Aires durante um mês, porém não conseguiu nenhuma pista sobre o que de fato aconteceu com 'Felipe'. Ele se dizia - e era - um intelectual orgânico da classe operária. Ia para as portas das fábricas. Estudava muitas horas por dia. Tinha sempre um livro dentro de uma velha pasta, da qual nunca se separava. Contando um pouco de sua história às novas gerações, homenageamos um brasileiro internacionalista que acreditava na possibilidade de construirmos um mundo mais justo. (wu)".

Na CEMDP, o requerimento apresentado por sua família foi indeferido porque Jorge desapareceu na Argentina e não foi possível localizar depoimentos ou documentos que efetivamente comprovassem a participação, direta ou indireta, de agentes do Estado brasileiro nesse caso.



MARIA AUXILIADORA LARA BARCELLOS (1945 – 1976)

Número do processo: 114/04

Filiação: Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcellos

Data e local de nascimento: 25/03/1945, Antônio Dias (MG)

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 01/06/1976, em Berlim Ocidental, Alemanha

Relatora: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 26/08/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/09/2004

Maria Auxiliadora atirou-se nos trilhos de um trem na estação de metrô Charlottenburg, em Berlim, Alemanha Ocidental, em 01/06/1976, tendo morte instantânea. Conhecida pelos amigos como Dora ou Dorinha, tinha sido presa sete anos antes, no dia 21/11/1969, junto com seus companheiros da VAR-Palmares, Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Os três foram torturados no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, e Chael morreu em menos de 24 horas, conforme já relatado neste livro-relatório.

Dora foi vítima de cruéis torturas e passou pelos presídios de Bangu, no Rio de Janeiro, e Linhares, em Juiz de Fora. Foi banida e enviada para o Chile com outros 69 presos políticos no dia 13/01/1971, no episódio do seqüestro do embaixador suíço no Brasil. Nunca mais conseguiu se recuperar plenamente das profundas marcas psíquicas deixadas pelas sevícias e violências de todo tipo a que foi submetida. Durante o exílio registrou num texto recheado de tons literários suas duras memórias: *“Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro”*.

Mineira de Antônio Dias, Maria Auxiliadora era filha de um agrimensor e, por isso, passou a infância morando em várias cidades no interior de Minas Gerais. Estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte e, quando criança, pensou em ser freira. Despertou muito cedo para as questões sociais e lecionou durante dois anos na escola de uma favela. Em 1965, começou a cursar Medicina na UFMG e, ainda estudante, deu plantões na área de psiquiatria no Hospital Galba Veloso e no Pronto Socorro. Participou das mobilizações estudantis de 1968. Após o AI-5, já militante do Colina, que se transformaria logo depois em VAR-Palmares, deixou o quinto ano de Medicina e mudou-se para o Rio de Janeiro, em março de 1969, passando a atuar na clandestinidade.

Durante a permanência no Chile, tentou tratar-se das seqüelas das torturas. Após setembro de 1973, com a queda de Salvador Allende, conseguiu asilo na embaixada do México, onde trabalhou como intérprete até seguir para a Europa, através da Cruz Vermelha. Passou pelo México, pela Bélgica e pela França, chegando à Alemanha em 10/02/1974. Nesse país, conseguiu uma bolsa para completar seu curso de Medicina. Pouco antes de concluir os estudos, foi internada para tratamento psiquiátrico.

Quando depôs na Justiça Militar do Rio de Janeiro, em 27/05/1970, Maria Auxiliadora denunciou detalhadamente as brutalidades que ela e seus dois companheiros sofreram na Polícia do Exército. Consta de seu depoimento na 2ª Auditoria da Marinha que *“foi presa no dia 21/11; estavam juntos a declarante, Antônio Roberto e Chael (...), presos em casa, por uma turma mista, composta por elementos do DOPS e da PE; foram conduzidos ao DOPS, onde se procederam as providências de rotina; se encontravam os três numa sala, de onde Chael foi chamado para dirigir-se a uma sala ao lado, onde ele foi espancado, ouvindo a declarante seus gritos; (...) na sala foram tirando aos poucos sua roupa; que um policial, entre palavras de baixo calão, proferidos por outros, ficou a sua frente como se mantivesse relações sexuais com a declarante, ao tempo que tocava seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; o policial profanava os seus seios e usando uma tesoura, fazia como se fosse seccioná-los; entre semelhante prática, sofreu bofetadas; (...) pelas quatro horas da madrugada, Chael e Roberto saíram da sala onde se encontravam, visivelmente ensangüentados, inclusive no pênis, na orelha e ostentando corte na cabeça; nessa mesma madrugada foram transferidos para a PE, (...); nesta unidade do Exército, os três foram colocados numa sala, sem roupas; primeiro chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda, e em seguida chamaram Antônio Roberto para repetir esta prática (...); depois um individuo lhe segurou os seios,*

apertando-os, enquanto outros torturadores lhe machucavam; em seguida prosseguiram as torturas, através de choques; (...) foi levada para a 1ª Cia. de Intendência, onde saía para prestar depoimentos perante muita gente; continuou apanhando, embora com um cunho psicológico, torturas físicas suportáveis; o Cap. Guimarães apertou o seu pescoço dizendo que iria enforcá-la (...)"

Maria Auxiliadora denunciou as torturas sofridas e o assassinato de Chael, e, respondendo a outro processo em São Paulo, declarou em 17/11/1970, frente ao Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria: "(...)perguntada se tem outras declarações a fazer, respondeu afirmativamente e declarou (...) que não cometeu crime algum (...) nem eu, nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha que comparecer em Juízo esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; (...) além desses crimes, o crime de haver torturado até a morte brasileiros valorosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles, (...)"

O caso foi apresentado à CEMDP após a ampliação dos critérios da Lei nº 9.140/95, que na redação dada pela Lei nº 10.875, de 2004, passou a contemplar as mortes ocorridas em anos posteriores às torturas, quando comprovado que foram em decorrência de suas seqüelas.

Em São Paulo, encontra-se hoje em pleno funcionamento, na periferia leste da capital, Cidade Tiradentes, o Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Durante o exílio, seu companheiro de banimento Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, hoje professor no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, realizou um filme sobre o drama de Dorinha.



MASSAFUMI YOSHINAGA (1949 – 1976)

Número do processo: 109/04

Filiação: Mitsuki Kuriki e Kiyomatsu Yoshinaga

Data e local de nascimento: 22/01/1949, Paraguaçu Paulista (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 07/06/1976,

Relator: Maria Eliane Meneses de Farias

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

Massafumi Yoshinaga cometeu suicídio em 07/07/1976, na cidade de São Paulo, em sua casa na Vila Odete, seis anos depois de ficar nacionalmente conhecido como um dos militantes de esquerda que gravaram depoimentos renegando as convicções políticas anteriores e repudiando suas organizações clandestinas. Essas gravações foram levadas ao ar através de cadeias nacionais de rádio e TV como demolidora tática de guerra psicológica contra a resistência armada. Hoje, é sabido que muitos desses casos de "arrependimento", termo utilizado nas notas oficiais dos órgãos de segurança, foram na verdade resultado de torturas.

Massafumi nasceu em Paraguaçu Paulista (SP) e começou a participar do Movimento Estudantil secundarista em 1966, como aluno do colégio Brasília Machado, na Vila Mariana, capital paulista. Em junho de 1967, foi delegado ao congresso da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, sendo eleito vice-presidente da entidade. Em 1968, dirigiu o jornal Avante, em sua escola, tornando-se uma conhecida liderança nesse segmento estudantil. Tornou-se, em seguida, militante da VPR e esteve por alguns meses na primeira área de treinamentos que a VPR selecionou no Vale do Ribeira, juntamente com Celso Lungaretti, Lamarca, Lavecchia e Fujimore, sendo que os casos desses três últimos nomes já foram apresentados neste livro-relatório. Massafumi e Lungaretti foram removidos daquela área ainda no início de 1970, sendo este último preso em abril, pouco antes de os órgãos de segurança descobrirem a presença de Lamarca naquela região.

Não foi possível reconstruir com precisão a seqüência dos fatos, mas é sabido que Massafumi teria se apresentado voluntariamente aos órgãos de segurança em meados de 1970, depois de passar alguns meses sem contato com a VPR, enfrentando dificuldades de sobrevivência

e sendo avidamente procurado pelo aparelho de repressão do regime militar, que o confundia com Fujimore, acusado este de participação em inúmeras ações armadas, ao passo que Massafumi tinha, na VPR, militância de base.

No processo apresentado por seus familiares à CEMDP consta que, após submeter-se a uma dessas retratações públicas, concedendo entrevista à TV Tupi ao lado de um general do Exército, passou a sofrer distúrbios psicológicos que terminariam se revelando permanentes. Tinha alucinações e dizia repetidamente que a OBAN iria matá-lo. Diante disso, submeteu-se a repetidos tratamentos psiquiátricos, teve de ser medicado e chegou a ser internado. Na primeira tentativa de suicídio, Massafumi se jogou embaixo de um ônibus; na segunda, tentou se jogar pela janela; na terceira e última, se enforcou com a mangueira de plástico do chuveiro, em sua casa.

Ao recomendar em seu voto o deferimento do pedido, acatado por unanimidade pelos integrantes da CEMDP, a relatora do processo, Maria Eliane Meneses de Farias, analisou essas marcas psicológicas permanentes e registrou que, ao sair da prisão, Massafumi não conseguiu mais estudar ou trabalhar e a família continuou sendo vítima de vigilância e perseguições.



JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER (1917 – 1976)

Número do processo: 352/96

Data e local de nascimento: 11/06/1917, Juiz de Fora (MG)

Filiação: Maria Cândida Penido Burnier e Henrique Burnier

Organização política ou atividade: religioso

Data e local da morte: 12/10/1976, Ribeirão Cascalheira (MT)/Goiânia (GO)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 24/04/1997 por 5x2 (votos a favor de Nilmário Miranda e Suzana Lisbôa)

Missionário jesuíta, o padre João Bosco foi mortalmente ferido por um soldado da Polícia Militar em Ribeirão Bonito, hoje Ribeirão Cascalheira (MT), em 11/10/1976, falecendo no dia seguinte num hospital de Goiânia, onde já foi internado com morte cerebral. Foi baleado quando se encontrava ao lado de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Felix do Araguaia, odiado pelos órgãos de segurança e por altas autoridades do regime militar devido a suas corajosas denúncias em defesa dos posseiros e índios da região. O padre João Bosco era membro de uma tradicional família de Juiz de Fora (MG) e tinha laços de parentesco com uma das figuras mais truculentas do aparelho de repressão, o brigadeiro João Paulo Penido Burnier, apontado como responsável pela morte sob torturas de vários presos políticos.

Quando jovem, o projeto do padre João Bosco era seguir para o Japão. Em 1945, foi estudar em Roma para concluir o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana. Depois de seus estudos na Itália, serviu como Prepósito na Vice-Província Goiano-Mineira dos Jesuítas. De 1959 a 1965, respondeu pelos cargos de mestre de noviços e diretor espiritual dos juniores. Os anos de sua vida madura foram dedicados à Missão de Diamantino, no Mato Grosso. Trabalhou junto aos índios Beijos-de-pau e Bakairi, chegando a aprender sua língua, e também junto aos Merure e Bororo. Vários anos depois de sua morte, esses povos indígenas continuavam a considerá-lo um santo.

O padre era uma pessoa de comportamento reservado, de poucas palavras. Não falava de si e nem de suas experiências pessoais com facilidade. Era extremamente disponível e dava atenção a todos. Era considerado no meio religioso uma pessoa que praticava integralmente os preceitos de pobreza evangélica. Tomava as conduções mais baratas, esperava às margens das estradas, pedia carona, até mesmo descansava ao relento à espera de uma condução que o pudesse levar. Quando assassinado, Padre Burnier era missionário da Prelazia de Diamantino e desempenhava a função de coordenador regional do CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

É do próprio Dom Pedro Casaldáliga a descrição detalhada do episódio que resultou na morte do jesuíta, transcrito num lugarejo cuja população não atingia dois mil habitantes:

"...quando chegamos a Ribeirão logo nos sentimos atingidos por um certo clima de terror que pairava sobre o lugar e as redondezas. A Morte do cabo Félix (...), muito conhecido pelas suas arbitrariedades e até crimes (...) trouxe ao lugar um grande contingente de policiais e com eles a

repressão arbitrária e até a tortura (...) Duas mulheres estavam sofrendo na delegacia torturas – um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta e sob as unhas (...) Era Margarida Barbosa, irmã de Jovino (que matara o cabo Félix por ter aprisionado os filhos dele). E Santana, esposa de Paulo, filho de Jovino, violentada por vários soldados apesar de estar de resguardo (...)

Eram mais de 18h e os gritos delas se ouviam da rua. 'Não me batam'. Resolvi ir à delegacia interceder por elas. O padre João Bosco, que estava lendo e rezando (...), fez questão de me acompanhar (...) Quando chegávamos no terreno da pequena delegacia local, cercada por arame (...) os quatro policiais nos esperavam enfileirados, em atitude agressiva. Entramos pela cerca de arame que ia ser também cerca de morte. Eu me apresentei como bispo de São Felix, dando a mão aos soldados. O padre João Bosco também se apresentou. E tiveram aquele diálogo de talvez três ou cinco minutos; com insultos e ameaças até de morte por parte deles. Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinha praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele, dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Tentei cortar o impossível diálogo: 'João Bosco, vamos (...)' O soldado descarregou no rosto do padre um golpe de revólver, e em um segundo gesto, fulminante, o tiro fatal, no crânio".

Seu enterro foi no dia 14/10/1976, em Diamantino, acompanhado por duas mil pessoas, além de uma caravana com 45 carros. No mesmo dia do atentado, a população de Ribeirão Cascalheira tinha destruído e incendiado a delegacia.

Na CEMDP, o relator do processo, deputado Nilmário Miranda, propôs o deferimento do caso com o seguinte arrazoado: "o fato de estar acompanhado por Dom Pedro Casaldáliga, considerado inimigo pelos governos militares, que tentaram expulsá-lo do País, é relevante. Naquele mesmo ano, no dia 22 de setembro, quando agentes policiais militares seqüestraram Dom Adriano, Bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, testemunhas oculares informaram Dom Pedro Casaldáliga da tentativa de matá-lo em São Félix do Araguaia. Segundo Dom Pedro Casaldáliga: 'Queriam, os inimigos do povo, dar uma 'lição' à Igreja do Povo, simultaneamente na cidade e no campo?'" No entanto, foi acompanhado em seu voto apenas por Suzana Lisbôa, prevalecendo por 5 a 2, entre os membros da Comissão Especial, a interpretação de que caberia ação judicial responsabilizando as autoridades estaduais de Mato Grosso, e não a União.

O padre José Coelho de Souza escreveu um livro, O sangue pela Justiça, em que reconstitui através de documentos e depoimentos a vida e martírio de João Bosco. No local em que o jesuíta agonizou, aguardando transporte para atendimento médico em Goiânia, foi erguida uma capela que até hoje é permanentemente visitada por amigos, religiosos e romeiros. Em julho de 2006, celebrando os 30 anos da morte do padre, foi realizada em Ribeirão Cascalheira, com a presença de Dom Casaldáliga e de outras lideranças religiosas, bem como da Pastoral da Terra e do CIMI, somando mais de 4.000 pessoas, uma Romaria dos Mártires da Caminhada.

EXECUÇÃO DE DIRIGENTES DO PCdoB NA LAPA



ÂNGELO ARROYO (1928 – 1976),

Número do processo: 116/96

Filiação: Encarnação Arroyo e Ângelo Arroyo

Data e local de nascimento: 06/11/1928, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/1996 por 4X3 (votos contrários de Miguel Reale Jr., Eunice Paiva e general Oswaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 06/03/1996



JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND (1942 – 1976)

Número do processo: 214/96
 Filiação: Zila de Carvalho Drumond e João Batista Moura Drumond
 Data e local de nascimento: 28/05/1942, Varginha (MG)
 Organização política ou atividade: PCdoB
 Data e local da morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 23/04/1996 por unanimidade
 Data da publicação no DOU: 25/04/1996



PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR (1913 – 1976)

Número do processo: 230/96
 Filiação: Rosa de Araújo Pomar e Felipe Cossio Pomar
 Data e local de nascimento: 23/09/1913, Óbidos (PA)
 Organização política ou atividade: PCdoB
 Data e local da morte: 16/12/1976, São Paulo (SP)
 Relator: Nilmário Miranda
 Deferido em: 23/04/96 por 5x2 (votos contra do general Oswaldo Pereira Gomes e Miguel Reale Júnior)
 Data da publicação no DOU: 25/04/96

Ronco de motores em alta velocidade, rangido de pneus e estampidos de tiros assustaram os moradores da rua Pio XI, bairro da Lapa, em São Paulo, na manhã de 16/12/1976. Quem espiou pela janela viu pelo menos 10 viaturas do Exército e 40 agentes policiais e militares armados com revólveres, carabinas e metralhadoras, apontando para a casa de número 767, onde se realizava uma reunião da alta direção do PCdoB.

Sem nenhum agente do Estado ferido, o casal de moradores foi preso no local e restaram mortos, no interior da residência, dois dos mais importantes dirigentes daquele partido: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Outro dirigente do PCdoB que também participava da reunião, João Batista Franco Drummond, já tinha sido preso durante a noite e morreu sob torturas no DOI.

Embora o II Exército já estivesse sob o comando do general Dilermando Gomes Monteiro, defensor da distensão política proposta por Ernesto Geisel, o comunicado oficial enviado à imprensa se manteve exatamente no mesmo padrão farsante dos anos anteriores. A versão do Comando do II Exército informava que *“os ocupantes da casa ofereceram resistência armada, e por isso foram mortos em tiroteio”*.

O jornal Diário Popular de 17/12/1976 publicou que, *“os subversivos Pedro de Araújo Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond morreram após violento tiroteio com agentes do DOI do II Exército”*. Segundo a nota oficial divulgada, uma *“operação montada e executada pelo II Exército com a colaboração de outros órgãos de segurança”* desmontou, na manhã do dia 16 de dezembro, um aparelho no Bairro da Lapa. A nota dizia que durante a operação uma área do bairro foi interdita, enquanto era travado um tiroteio na Rua Pio XI em decorrência da *“reação dos sitiados”*, o que resultou em dois mortos e um terceiro atropelado em fuga.

Essa foi a última das grandes operação de aniquilamento de opositores políticos realizada pelos órgãos de segurança do regime militar. De acordo com o depoimento de Maria Trindade, presa na casa, as pessoas que se encontravam no interior da residência não tiveram chance. Numa entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, ela conta que fazia café no momento da invasão e *“ouvi aquele barulhinho, assim, como se estivessem atirando pedrinhas nos vidros (...) O Ângelo Arroyo estava saindo do banheiro e foi pego por uma bala (...) Ele caiu na minha frente. Na outra janela, no quarto, as balas corriam de um lado para o outro, de parede a parede. Lá eles mataram o Pomar”*.

Os dirigentes do PCdoB se reuniram durante os dias 14 e 15 naquele local e, à noite, foram saindo aos poucos, espaçadamente, sendo quase todos presos, entre eles: o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, posteriormente deputado federal por Goiás; Haroldo Lima, posteriormente

deputado federal pela Bahia e atual diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo; Wadimir Pomar, filho de Pedro Pomar, posteriormente coordenador da campanha presidencial de Lula, em 1989; e Elza Monerat, que esteve na região do Araguaia entre 1967 e abril de 1972.

Ainda pairam dúvidas e incertezas sobre todo o processo que levou o II Exército a obter informações sobre a reunião, mas fontes e publicações confiáveis indicam que elas foram obtidas com Manoel Jover Telles, não estando claro se ele tinha sido preso naquele período ou se correspondia a outra infiltração de um "cachorro", para usar o termo cunhado pelos órgãos de repressão. Jover Telles fazia parte do grupo de dirigentes comunistas que chegou a participar da fundação do PCBR, no Rio de Janeiro, em meados de 1968, mas se transferiu ao PCdoB logo em seguida. Tinha longa militância no movimento sindical e escreveu um livro sobre a história do movimento operário brasileiro do período pré-64.

Nos dias anteriores, ofícios do Comando do II Exército enviados a outras unidades citavam os nomes de Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Aldo Arantes como participantes da reunião, informando que a casa estava sob vigilância de agentes do DOI-CODI/2º Exército. Em 17/12/76, o Diário Popular noticiou: *"segundo informou o II Exército, ontem era a terceira vez que agentes vigiavam a casa com os subversivos reunidos em seu interior..."*

Antes de passar à apresentação individualizada a respeito dos três mortos no episódio, cabe transcrever, aqui, uma passagem do livro *A Ditadura Encurralada*, onde o jornalista Elio Gaspari acrescenta importantes informações sobre os preparativos da operação e dissecas as contradições da versão oficial a respeito dos acontecimentos:

"Antes mesmo da posse de Carter, dera-se uma reviravolta no comportamento da diplomacia americana no Brasil. Nela misturaram-se os novos tempos e as convicções religiosas do presbiteriano Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo. Na segunda semana de dezembro de 1976 ele procurou o cardeal Arns. Pediu que conversassem a sós. Contou-lhe que um grupo de dirigentes do PCdoB ia se reunir secretamente na cidade. O encontro havia sido delatado, e eles seriam presos. Convinha mandar um recado aos capas-pretas. O cardeal valeu-se de uma professora da PUC e soltou o aviso. Supunham tratar-se de evitar mais prisões. Desde janeiro de 1976, quando assumira o comando do II Exército, o general Dilermando Gomes Monteiro não tivera mortos no DOI nem tiroteios nas ruas.

Chapin substituíra o cônsul Robert Corrigan, que recebera em casa o comandante do DOI paulista. Chefiava um consulado que anos antes mantivera um plantonista no cárcere da rua Tutóia, lendo depoimentos obtidos sob tortura. Em 1970, seus funcionários mandavam a Washington notícias falsas, sinalizando um abrandamento da repressão. (...)

O cônsul tinha razão. A reunião do comitê central do PCdoB estava vendida. Errara quanto às intenções da 'tigrada'. Na manhã de 16 de dezembro, o comandante do DOI paulista ordenou o ataque à casa 767 da rua Pio XI, no Alto da Lapa. Ângelo Arroyo, único sobrevivente da comissão militar da guerrilha do Araguaia, foi atingido no peito ao sair do banheiro. Pedro Pomar, veterano de três cadeias e dois levantes, morreu em seguida. No fim da operação, acompanhado de agentes que chupavam laranjas, apareceu o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Episódio inesperado, o 'Massacre da Lapa' rerepresentava a brutalidade das operações militares do início dos anos 70. O comando do II Exército endossou a matança. Em Brasília, Figueiredo mandou uma Informação a Geisel, relatando o ocorrido. Repetia, em linhas gerais, a versão oficial:

- 1. O DOI do II Ex. acompanhava há três meses atividades do Comitê Nacional do PCdoB desenvolvidas em ligação com a USP [Falso. A operação fora montada pelo CIE. De Brasília, vieram o chefe de sua seção de operações, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e algo como quatro homens. Outra equipe viera do Rio e se aquartelara no II Exército]*
- 2. O local das reuniões (...) [era] uma casa da rua Pio XI na Lapa.*
- 3. Foi planejada uma entrada nesse aparelho para apreensão da documentação, de vez que havia levantamento completo das pessoas que entravam e saíam do 'aparelho' [Certo. Depois de segui-los, o DOI prendera seis dos oito comunistas que deixaram a casa].*
- 4. Foi planejada a ação para a madrugada de hoje, quando não se esperava haver elementos em seu interior. [Falso. Dois dias antes o chefe do Estado-Maior do II Exército oficiou ao secretário de Segurança de São Paulo pedindo que desviasse o trânsito vizinho e montasse um sistema de apoio para tranquilizar os moradores, pois a operação destinava-se à 'detenção dos militantes'].*

5. Ao haver a penetração, estavam, entretanto, três elementos que reagiram a bala e foram mortos, já identificados como Ângelo Arroyo e Pedro Bento Ventura Pomar, dirigentes do PCdoB, sendo o último o articulador da guerrilha do Araguaia. [Mentira. Pomar e Arroyo estavam desarmados].

6. O terceiro elemento tentou fugir pela caixa d'água, tendo entretanto caído à rua, fraturado o crânio e sido atropelado por um automóvel, falecendo em consequência. [Falso. O terceiro morto, o economista João Batista Franco Drumond, fora preso à noite, depois de ter sido deixado perto da avenida Nove de Julho, e morrera horas antes do ataque, no DOI. A simulação pretendia fabricar um suicida fora do DOI. Ela livrou o general Dilermando Gomes Monteiro do estigma que acompanhou o general Ednardo D'Ávila Mello até sua morte, em 1984].

Ângelo Arroyo nasceu na capital paulista e era operário metalúrgico, filho de uma família operária. Ingressou no Partido Comunista em 1945 e, no ano seguinte, foi eleito membro do Comitê Regional de São Paulo e secretário do Comitê Distrital da Mooca. Foi ativista do movimento sindical paulista, tornando-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 50. Participou das greves e manifestações de rua de 1952 e 1953 em São Paulo, sendo preso várias vezes. Em 1962, participou da Conferência Nacional Extraordinária que organizou o PCdoB, tornando-se membro da Comissão Executiva do Comitê Central.

Arroyo desenvolveu tarefas partidárias na área rural de várias regiões do país. Teve papel-chave na criação e organização dos destacamentos guerrilheiros do sul do Pará, tornando-se um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia. Foi um dos poucos guerrilheiros sobreviventes do Araguaia e só saiu da região em janeiro de 1974, após o ataque à Comissão Militar da guerrilha, no dia de Natal, que matou Maurício Grabois e deflagrou a fase de dispersão dos sobreviventes. Ele conseguiu sair da área, conduzido por Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, restabelecendo contato com a direção do partido. Elaborou um registro detalhado sobre os acontecimentos do Araguaia, o chamado "Relatório Arroyo", que ainda hoje, passados mais de 30 anos, é o mais completo documento sobre os mortos e desaparecidos naquele episódio.

De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos e conforme o testemunho da militante Maria Trindade, não houve qualquer resistência armada na residência, o que desmente a versão oficial do II Exército. Segundo relato de Pedro Estevam Pomar, neto de Pedro Pomar, no livro *Massacre da Lapa*, o repórter Nelson Veiga da TV Bandeirantes, que conseguiu furar o sistema de segurança policial e entrar na casa logo após o fuzilamento, negou a presença de armas de fogo ao lado dos corpos antes da chegada dos peritos.

Conforme apuração realizada pela CEMDP, Ângelo Arroyo já estava sitiado em casa e os agentes dos órgãos de segurança apenas aguardavam o momento certo para que ele fosse executado. "A ação dos órgãos de repressão não foi a simples invasão de uma casa. O objetivo não era capturá-los. (...) Armas de grosso calibre, metralhadoras, cerco e obstrução da rua, atestam o estado sitiado de Ângelo Arroyo. A única sobrevivente do massacre foi a dona da casa. Saiu com vida do tiroteio, corroborando, pois, o fato para ratificar qual era o objetivo dos órgãos de repressão o assassinato de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar". Ângelo Arroyo foi enterrado pela família no Cemitério da Quarta Parada, em São Paulo.

O economista João Batista Franco Drumond foi preso em 15/12/1976 quando saía daquela residência ao final da reunião do PCdoB. Foi morto nas dependências do DOI, provavelmente na madrugada do dia 16. No entanto, conforme versão dos órgãos de segurança, teria morrido como resultado de atropelamento por um veículo não identificado. De acordo com a versão oficial, João Batista Drummond teria tentado fugir a pé, sendo atropelado. Investigações posteriores e depoimentos de sobreviventes provaram que a informação era falsa.

Mineiro de Varginha, Drumond iniciou sua militância no Movimento Estudantil de Belo Horizonte antes de 1964. Foi um dos altos dirigentes da AP que decidiram ingressar no PCdoB ao final da polêmica que se desenvolveu naquela organização entre 1971 e 1972. Além dele, adotaram a mesma posição Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rabelo, José Novaes, Rogério Lustosa, Ruy Frazão e outros. Foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da UFMG no período 1964/1965, sendo um dos principais organizadores dos 27º e 28º congressos da UNE. Além de sua atuação na área estudantil, participou antes de 1964 de atividades no meio rural do sul de Minas Gerais e de campanhas eleitorais, juntamente com o operário Dazinho, José Gomes Pimenta, que era líder dos trabalhadores da mina de ouro Morro Velho, de Nova Lima, presidente do sindicato da categoria e eleito deputado estadual pelo PDC em 1962.

No período em que militou na AP, exerceu diversas funções e foi responsável pela Secretaria de Organização (1969) e pelo Comitê Político (1971). Em 1972, quando se tornou definitiva a divisão da AP, dirigia o regional Bahia/Sergipe daquela organização. Tinha sido condenado pela Justiça Militar, entre 1969 e 1970, à reclusão, à pena de 14 anos de prisão. Passou a integrar o Comitê Central do PCdoB em 1974. Nos relatórios apresentados pela Marinha e pela Aeronáutica, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que ele foi morto em confronto com agentes de segurança. Os legistas José Gomes Dias e Abeylard Q. Orsini definiram a *causa mortis* do militante como "*traumatismo craniano encefálico*".

Nilmário Miranda, relator dos três casos na CEMDP, apoiou-se em inúmeros documentos anexados ao processo formado na CEMDP, bem como na investigação apresentada em "*Massacre da Lapa*", de Pedro Estevam Pomar, e nos depoimentos de Wladimir Pomar, de Aldo Arantes e do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Chaves para fundamentar sua conclusão de que era falsa a versão policial de atropelamento. Depois disso, uma sentença do Poder Judiciário já responsabilizou a União pela morte desse dirigente do PCdoB no DOI-CODI de São Paulo.

O relator destacou em seu voto que, naquela mesma central de torturas, já haviam morrido, há cerca de um ano, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, fatos que causaram grande impacto e levaram ao afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, substituído pelo general Dilermando Monteiro, tido como da "linha de Geisel". Uma nova morte dentro do DOI teria péssima repercussão e certamente a sociedade brasileira não aceitaria, de forma alguma, a repetição de que teria ocorrido mais um suicídio daquela longa série. Daí a necessidade de recorrer à versão forjada de atropelamento.

O mencionado livro *Massacre da Lapa* traz documentos oficiais do Exército provando que militares e policiais mantinham sob estrita vigilância os comunistas reunidos na casa da Lapa. Estando a região previamente sitiada com enorme aparato, não é plausível que os agentes do Estado não pudessem identificar o automóvel do atropelamento e seu condutor. Além disso, o IPM formado no II Exército para legitimar essa versão concluiu pela ocorrência de morte por atropelamento sem apresentar laudo de perícia ou fotos do ocorrido. O autor do livro esclarece, ainda, com base no depoimento de seu pai, Wladimir, sobrevivente, que Wladimir e João Batista Franco Drumond foram retirados juntos da residência pelo esquema de segurança do PCdoB, sendo deixados em local muito distante do endereço em que teria ocorrido o falso atropelamento. Se a versão oficial fosse verdadeira, Drumond teria perambulado por um longo percurso pelas ruas da cidade, sempre perseguido por agentes militares.

Por último, pesquisas realizadas sobre registros policiais daquela data indicam que não houve ocorrências de atropelamento. O advogado da família, Luiz Eduardo Greenhalg, também percorreu prontos-socorros sem nada encontrar. E ainda, no pedido de exame de corpo de delito, consta a sigla DOPS, órgão policial onde também eram interrogados e torturados os presos políticos. Todos esses elementos convergiram para que o requerimento fosse acolhido por unanimidade na CEMDP, o que não se repetiu no tocante aos outros dois dirigentes mortos, cujas votações foram por 4 a 3 e 5 a 2.

Paraense de Óbidos, Pedro Pomar era filho de um pintor e escritor peruano, Felipe Cossio Pomar, que no final dos anos 1920 esteve ao lado de Haya de la Torre na fundação da APRA - Aliança Popular Revolucionária Americana. A mãe, Rosa, era maranhense. Em 1918, quando Pedro tinha cinco anos, a família mudou-se para Nova Iorque. Um ano depois, o casal se separou e Rosa retornou a Óbidos, onde se encarregou de criar os filhos Pedro, Roman e Eduardo, trabalhando como costureira. Com 13 anos, Pedro saiu de Óbidos para fazer o ginásio em Belém, onde se envolveu na movimentação política dos anos 30. Em setembro de 1932 participou da organização de um levante armado em apoio aos constitucionalistas de São Paulo. Neutralizada a revolta, passou algum tempo no Rio de Janeiro e depois retornou a Belém, onde concluiu o ginásio.

Pomar teria sido recrutado para o Partido Comunista pela escritora Eneida de Moraes. Aos 19 anos, jogava futebol na equipe do Remo e começou a cursar Medicina. Casou-se em 05/12/1935 com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos. Disputou suas primeiras eleições em 30/11/1935, encabeçando a lista do Partido da Mocidade do Pará, que recebeu apenas 64 votos. Aos 22 anos, em janeiro de 1936, cursando o terceiro ano da faculdade, Pomar foi preso pela primeira vez.

Solto em 14/06/1937, seria preso novamente em 02/09/1940. Fugiu da cadeia e seguiu para o Rio de Janeiro com João Amazonas e outros integrantes do partido, no dia 05/09/1941, só voltando a ver a família em julho de 1942. Tinha de trabalhar para sobreviver e chegou a desempenhar a atividade de pintor de paredes. Atuou na Comissão Nacional de Organização Provisória, que reorganizou o Partido em escala nacional quando começava a se esgotar o ciclo repressivo da ditadura Vargas, convocando e realizando a Conferência da Mantiqueira, em 1943. Em seguida, mudou-se para São Paulo.

Em 1945 Pomar concorreu a uma vaga de deputado federal pelo Pará e não se elegeu. Na eleição complementar de 1947, quando concorreu pela coligação PCB-PSP elegeu-se deputado federal com mais de cem mil votos, a maior votação da época. Durante seu mandato, chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México, em 1948, e integrou a delegação ao Congresso Mundial da Paz de 1949, em Varsóvia.

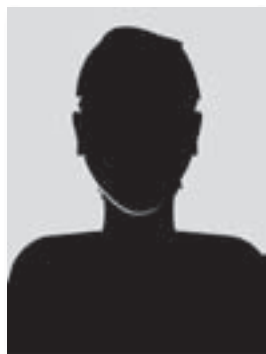
Membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do Partido Comunista, foi secretário de Educação e Propaganda, encarregado de supervisionar os 25 jornais mantidos pelo partido em todo o país. Entre 1945 e 1947, dirigiu a Tribuna Popular; mais tarde dirigiu a Imprensa Popular, do Rio, e colaborou ativamente no informativo Notícias de Hoje, de São Paulo.

As divergências internas do Partido Comunista, que a partir de 1956 se seguiram ao 20º Congresso do PC da União Soviética, quando Kruschchev denunciou os crimes de Stálin, culminaram em 1962 com o surgimento do PCdoB. Pomar se alinhou com João Amazonas, Maurício Grabois e outros dirigentes comunistas que reivindicaram, ao lançar a nova sigla, serem legítimos herdeiros do partido fundado em 1922, denominando então o surgimento do PCdoB de "reorganização" do partido. Escolhido membro do Comitê Central do PCdoB e redator-chefe de *A Classe Operária*, Pomar dedicou-se a organizar o novo partido.

Realizou várias viagens ao exterior e teve papel destacado na 6ª Conferência Nacional do PCdoB, em julho de 1966. Só depois do assassinato de três membros da Comissão Executiva, em fins de 1972, Pomar incumbiu-se da direção da organização. Após a derrota da guerrilha do Araguaia, escreveu um balanço crítico sobre aquela experiência, em torno do qual conseguiu reunir a maioria da direção.

Pomar não deveria estar presente à reunião no bairro da Lapa, em São Paulo. Mas sua mulher estava doente e desenganada pelos médicos, o que o levou a desistir de uma viagem à Albânia. Quando executado na Lapa, aos 63 anos, seu corpo apresentava cerca de 50 perfurações de bala. Morreu ao lado de Ângelo Arroyo, seu oponente direto na polêmica interna a respeito da Guerrilha do Araguaia. Os legistas José Gonçalves Dias e Abeylard de Queiroz Orsini indicaram como causa da morte "*hemorragia interna traumática*".

Pedro Pomar foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob nome falso. Em 1980, sua família conseguiu localizar e trasladar seus restos mortais para Belém do Pará, onde estão enterrados.



ZELMO BOSA (1937 – 1976)

Número do processo: 067/02

Filiação: Helena Bosa e Eduardo Bosa

Data e local de nascimento: 26/07/1937, Ronda Alta (RS)

Organização política ou atividade: Grupo dos Onze

Data e local do desaparecimento: 1976

Relator: João Batista Fagundes

Deferido em: 08/12/2005 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 19/12/2005

Boa parte das informações referentes a este caso foram colhidas junto à Comissão Especial criada no Rio Grande do Sul pela lei estadual 11.042/1997, que reconheceu o direito de reparação indenizatória a todas as pessoas presas naquele estado por se oporem ao regime mi-

litar. Em decisão tomada no dia 13/09/1999 por aquele colegiado, ficou provado que Zelmo Bosa esteve preso mais de uma vez por suas atividades políticas após 1964.

Quanto ao desaparecimento, as informações foram prestadas por sua filha, Marja de Fátima Bosa, e por outros amigos de Zelmo, com algumas imprecisões a respeito da data exata em que ocorreu, sendo que o ano 1976 restou como período mais provável.

De acordo com vários depoimentos, ficou evidenciado que o agricultor Zelmo Bosa desenvolveu intensa atividade política nas décadas de 60 e 70, em Trindade do Sul, que na época fazia parte do município de Nonoai, onde chegou a ser vereador. Teria participado de ocupações de terras e pertenceria ao chamado Grupo dos Onze, de inspiração brizolista.

Assim, João Maria Antunes testemunhou que *"em 1964 ou 1965 alguns brigadianos chefiados pelo cabo João estiveram na casa de Zelmo e o prenderam; (...) Zelmo foi vereador em Trindade do Sul e que desapareceu"*. Depoimento de Antônio Conceição dos Santos Machado informa que, *"o desaparecido era um ativista político no município de Nonoai; entre 1974 e 1975, Zelmo passou em sua casa e pediu-lhe mantimentos, pois estava sendo perseguido por policiais do regime militar"*.

Por fim, Cleto dos Santos, que foi líder do PTB em Nonoai em 1964 informa que os autores da prisão de Zelmo em abril daquele ano, na praça daquela cidade gaúcha, foram o coronel Gonçalino Curio de Carvalho e o delegado Sebastião Nunes, acrescentando que seu amigo lavrador reagiu à prisão. Ele acrescenta também a informação de que *"Zelmo Bosa, em certo momento, esteve ligado ao sargento Alberi, que era ligado ao coronel Jefferson Cardim, rumando para o Paraná ou para o Mato Grosso. Existiam vários boatos acerca do desaparecimento de Zelmo Bosa, sendo que diziam também que o mesmo teria sido assassinado por policiais no lugar denominado Cascata do Lobo. Zelmo Bosa vinha a Nonoai escondido, quando visitava a sua família e seus parentes. O depoente, juntamente com o vereador João Maria Antunes, tentou localizar Zelmo Bosa em delegacias, no IML, porém jamais conseguiu localizar qualquer vestígio de Zelmo Bosa, seja vivo ou morto"*.

Apoiado nesses depoimentos, o relator do processo junto à CEMDP concluiu estar claro que, *"Zelmo foi um homem de intensa atividade política, e seu desaparecimento a partir de 1976 está diretamente relacionado com as atividades que vinha desenvolvendo"*. Propôs então o deferimento, que foi acatado por unanimidade pelos integrantes da Comissão Especial.

1977



LOURENÇO CAMELO DE MESQUITA (1926 – 1977)

Número do processo: 051/96

Filiação: Maria Aguida de Mesquita e Lourenço Camelo de Mesquita

Data e local de nascimento: 18/08/1926, Ceará

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 30/07/1977, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Paulo Gonet Branco, com vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 19/11/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 21/11/1996

Este caso refere-se a mais um episódio de suicídio por enforcamento, o último de uma longa série de versões farsantes que os órgãos de segurança do regime militar divulgaram tentando encobrir as reais condições da morte de presos políticos. O jornalista Elio Gaspari cuidou de contar e informa que o pretense suicídio de Lourenço foi o 41º suicídio alegado, o 20º enforcamento, o 11º sem vão livre.

Na cópia da cédula de identidade de Lourenço, anexada aos autos do processo formado na CEMDP, consta apenas Ceará como local de nascimento. Viveu 15 anos com Dalva Soares Pereira, com quem teve dois filhos. Na versão militar, ele foi encontrado morto, às 8h20 do dia 30/07/1977, na cela nº 1 do pavilhão de presidio da 1ª Companhia de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro.

Já na certidão de óbito está escrito que Lourenço morreu às 12h, tendo como *causa mortis* asfixia mecânica por enforcamento. O exame necroscópico foi firmado por Roberto Blanco dos Santos e Amadeu da Silva Lopes. A versão oficial é de que teria se enforcado, "sendo encontrado com um laço no pescoço, formado por uma cueca preta de nylon – tipo zorba, com a outra extremidade presa ao registro da descarga do vaso sanitário, no qual o extingo se achava sentado".

Seu nome nunca tinha surgido antes em qualquer lista de mortos e desaparecidos políticos. Não constava também do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. A CEMDP enviou ofício solicitando informações à Polícia do Exército do Rio de Janeiro a respeito do motivo da prisão de Lourenço, mas não obteve resposta. Ao Arquivo do DOPS/RJ foram solicitadas informações, mas nada foi encontrado. Sendo assim, o deputado Nilmário Miranda, que examinava o caso por ter pedido vistas do processo após uma primeira manifestação do relator favorável ao indeferimento, colheu depoimentos de alguns companheiros de Lourenço, que deixaram clara a motivação política da prisão e os vínculos que mantinha com o PCB. Em seu voto, o deputado deu destaque ao depoimento de Berenício Ferreira Pessoa:

"Berenício declarou que era militante do PCB desde 1958; que morou em Caxias por mais de 30 anos; que esteve preso após o golpe militar por cerca de 90 dias, de onde saiu quase morto, acometido por uma crupe.(...);que foi dirigente do PCB e militava no Comitê do Partido na Estação Ferroviária Leopoldina. Conheceu Lourenço Camelo de Mesquita por volta de 1960, já como militante do PCB. Lourenço militava no Comitê Municipal de Duque de Caxias e ele, Berenício, no Comitê da Leopoldina. Que em 1962 houve um quebra-quebra em Caxias e que os 2 Comitês se reuniram conjuntamente para analisar e tomar posição sobre os incidentes. Que a partir de então, 1962, tornou-se amigo do 'China'; que 'China' era taxista, que militava entre motoristas de coletivos e entre taxistas. Que 'China' era muito conhecido pela sua militância; que em 1977 já estava morando de novo em Duque e trabalhava como representante de persianas. Neste ano houve greves de condutores rodoviários em Duque de Caxias e que o 'China' assinou e lançou manifestos na cidade. Certo dia chegou em casa e sua mulher disse-lhe: 'Cuidado! O China foi seqüestrado hoje pela polícia. O próximo é você!' Depois quando veio a notícia de sua morte, ninguém acreditou em suicídio. Todos diziam: 'mataram o China', exatamente porque era um veterano comunista, um ativista conhecido".

Nilmário Miranda, ao apresentar seu parecer, considerou "a descrição das circunstâncias do 'suicídio' grosseira e absolutamente inverossímil". Concluiu que foram falsificadas as circunstâncias de sua morte e que esta se deu sob inteira responsabilidade do Estado.

1978



THEREZINHA VIANA DE ASSIS (1941 – 1978)

Número do processo: 144/04

Filiação: Edith Viana de Assis e Antônio Veriano de Assis

Data e local de nascimento: 22/07/1941, em Aracaju (SE)

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 03/02/1978, Amsterdam (Holanda)

Relator: Márcia Ramos

Deferido em: 02/02/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 10/02/2006

Therezinha estudou em Aracaju, sua cidade natal, e concluiu o curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe. Mudou-se para Belo Horizonte, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal. Foi presa e torturada em 1972 e, ao ser libertada um ano depois, exilou-se no Chile, onde fez

curso de especialização na Universidade de Santiago. Naquele país, tornou-se militante do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Ao sair do país teria utilizado o nome Therezinha Viana de Jesus, que consta em algumas das listas de mortos e desaparecidos políticos.

As referências acerca de seu engajamento político no Brasil são imprecisas, mas foi anexado ao processo na CEMDP um depoimento em que Gilberto Fernandes Gomes de Faria afirma taxativamente que Therezinha pertencia à AP em 1969, enquanto ele atuava na Corrente, organização que mais tarde se incorporaria à ALN. Assim como aconteceu com inúmeros outros militantes das organizações clandestinas, é possível que ela tenha tido mais de um engajamento partidário, conforme atesta um documento anexado por seu irmão ao processo.

Em setembro de 1973, após o golpe militar comandado por Augusto Pinochet, viajou para a Holanda. Morou inicialmente em Rotterdam e depois em Amsterdam, cidade em que prosseguiu seus estudos, doutorando-se em Economia. Até 15/09/1977, Therezinha trabalhou na prefeitura local, mas seu contrato não foi renovado. O desemprego agravou os problemas psicológicos que vinha apresentando.

Em carta enviada em 07/02/1978 por um exilado brasileiro na Holanda ao bispo de Lins (SP), Dom Pedro Paulo Koop, a morte é informada com as seguintes palavras:

"Prezado Dom Pedro Paulo,

Com muito pesar comunico a todos que lerem e ao senhor que Teresinha de Jesus, nascida aos 22/02/1941 e exilada na Holanda desde princípios de janeiro de 1974, dia 3 de fevereiro p.p. às 12:00 horas, se jogou da janela de seu quarto, do 3º andar de um edifício em Amsterdam.

Em consequência deste acidente, ela sofreu fraturas das costelas e uma grande hemorragia no baço. Foi atendida na Academische Ziekenhuis da Vrije Universiteit naquela cidade, e sendo operada veio a falecer às 21:05 do mesmo dia de distúrbios do coração.(...) Sofreu no exílio longamente todos os problemas psicológicos referentes ao isolamento que marca esta vida".

Sua irmã Selma Viana de Assis Pamplona escreveu sobre ela: (...) Em meados de 1977 Therezinha começou a me escrever, dizendo estar se sentindo seguida, pois onde estava via as mesmas duas ou quatro pessoas; em julho de 1977 saiu de férias da Prefeitura e fez curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental e onde chegava encontrava as mesmas pessoas. Quando voltou da viagem encontrou o seu apartamento todo remexido, desarrumado. Observou que o seu telefone estava "grampeado" e pedia que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido demonstrando ter entrado gente; começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa e preocupada (...) Por fim, apareceu morta, caída da janela. Ocorre que ela era muito católica, tinha medo da morte. E antes de se sentir seguida estava gostando muito de Amsterdam. De repente, ela ficou sabendo que se tratava da polícia secreta do Chile. Quanto aos outros, não chegou a saber. Morreu em fevereiro de 1978, com 36 anos de idade".

Documentos juntados ao processo da CEMDP, como a certidão contendo informações da ABIN e cópias de páginas do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* comprovam sua militância política, motivo pelo qual teria se exilado, inicialmente no Chile e posteriormente na Holanda. Dessa forma, acatando a argumentação que apontou a existência de vínculo de causalidade entre as torturas sofridas quando presa no Brasil e o quadro psíquico que a teria levado ao suicídio no exílio, a Comissão Especial acatou o requerimento por unanimidade, seguindo o voto da relatora Márcia Adorno.



MANOEL CUSTÓDIO MARTINS (1934 – 1978)

Número do processo: 349/96 e 003/02

Filiação: Hercília Reis Martins e Heleodoro Custódio Martins

Data e local de nascimento: 22/05/1934, Rio Grande (RS)

Organização política ou atividade: PTB

Data e local da morte: 07/02/1978, Santiago (Chile)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 08/12/2005 (fora indeferido em 17/10/1996)

Data da publicação no DOU: 22/10/96 e 19/12/2005

Manoel Custódio Martins morreu em 07/02/1978, no Chile, cometendo suicídio por enforcamento, em sua própria casa, como resultado da forte depressão que o acometera como conseqüência das dificuldades sentidas na vida de exilado. Nos primeiros dias de abril de 1964, fugindo ao anúncio do Repórter Esso de que ele estava sendo procurado por terra, ar e mar, teve de se exilar no Uruguai com sua mulher e filhos.

Gaúcho de Rio Grande, em 1959, tinha sido nomeado professor de francês da Escola 25 de Julho, em Novo Hamburgo (RS). Era ativo militante e dirigente do PTB, tendo exercido o posto de secretário-executivo na administração municipal desse partido em Novo Hamburgo. Representou sua região junto à SUPRA - Superintendência de Política Agrária, que foi criada em 1962 para coordenar toda a política de reforma agrária do governo João Goulart. Coursou simultaneamente Filosofia na Faculdade de São Leopoldo e Direito na Faculdade de Passo Fundo.

Enfrentando dificuldades para manter a família no exílio no Uruguai, mudou-se para o Chile em fevereiro de 1965. Para sobreviver, dava aulas de português aos filhos dos brasileiros exilados. Após a queda de Salvador Allende, temeroso de voltar ao Brasil, pois sabia que a repressão política poderia atingi-lo, permaneceu no Chile e viveu os dias de terror da ditadura de Pinochet. A partir, de então, passou a sofrer de depressão permanente.

Era casado com Célia Ferreira Martins desde 1956 e tinha seis filhos, alguns com nomes de ícones da esquerda. No processo formado na CEMDP, foi anexado um documento atestando que Manuel esteve internado em estabelecimento hospitalar com diagnóstico de depressão. A ABIN informou que Manuel pertencia ao PCB, mas não foram coletadas outras informações confirmando esse dado.

Na primeira vez que o processo foi examinado pela CEMDP, em 1996, a decisão foi pelo indeferimento, na medida em que a primeira redação da lei não abrangia os casos de suicídio. No segundo exame, quando já estava em vigor a nova redação introduzida pela Lei nº 10.875, de 2004, seu voto se apoiou no texto que prescreve reconhecimento para o caso de opositores do regime *"que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presos ou em decorrência de seqüelas psicológicas"*.

1979



ADAUTO FREIRE DA CRUZ (1924 – 1979)

Número do processo: 353/96

Data e local de nascimento: 15/02/1924, Bananeiras (PB)

Filiação: Olívia Freire da Cruz e Manoel Freire da Rocha

Organização política ou atividade: Ligas Camponesas

Data e local da morte: 13/05/1979, entre Rio de Janeiro e Petrópolis (RJ)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Indeferido em: 10/12/1996 e em 10/04/1997

O pedido de reconhecimento de Adauto Freire da Cruz foi encaminhado à CEMDP por intermédio de sua companheira, Delzuita da Costa Silva, com quem tinha dois filhos. Submetido a duas sessões de julgamento, foi indeferido em ambas. Adauto Freire da Cruz morreu no dia 13/05/1979, vítima de um infarto do miocárdio quando viajava num ônibus interurbano com sua companheira.

O ano de 1979 foi marcado pela retomada dos movimentos populares que se organizavam em busca da Anistia e de participação democrática. No dia 13 de maio, Adauto e sua companheira encontravam-se num ônibus seguindo do Rio para Teresópolis. Eles levavam material de propaganda em defesa da Anistia. Um grupo de policiais parou o ônibus para uma blitz e Adauto tentou esconder um pacote de panfletos. Mas os policiais apreenderam o material e pediram seus documentos de identidade. Ele dizia que os havia esquecido em casa. Começou então a ser espancado dentro do ônibus. Sua companheira gritava para que os policiais não batessem nele, pois seus documentos estavam em sua bolsa. Um dos policiais começou a ler o panfleto da Anistia e acusou Adauto de "co-

munista". Quando os policiais interromperam as agressões, Aauto havia sofrido um infarto e quebrado a perna. Foi levado para o hospital, mas lá chegando foi constatado o óbito.

Aauto era militante político desde os anos 1950. Integrou as Ligas Camponesas, tendo viajado para Cuba em 1961, sendo que documentos da chamada comunidade de informações o arrolavam como integrante do primeiro grupo de brasileiros a receberem treinamento militar naquele país. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Aauto era um lugar-tenente de Francisco Julião. Há anotações de que, na noite de 31/03/1964, ele teria comparecido ao Palácio do Governo daquele Estado para distribuir armas aos camponeses das Ligas. Foi formalmente inquirido em 29/05/1964 e, em 1973, um documento confidencial do Ministério do Exército solicitava informações a seu respeito.

Não há dúvida de que era um militante político, perseguido pelos órgãos da repressão. Vivia na clandestinidade e usava o nome falso de Celestino Alves da Silva, que figurou na certidão de nascimento de seus filhos e no seu atestado de óbito. Nem seu nome verdadeiro e nem seu nome falso constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos. Sua história somente foi revelada com o trabalho da CEMDP. No entanto, o requerimento apresentado por seus familiares foi indeferido por terem os integrantes da CEMDP entendido que não tinha ficado suficientemente clara a relação entre sua morte e a militância política anterior.



OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES (1954 – 1979)

Número do processo: 354/96 e 052/02

Filiação: Evangelina Luiz Martins e Elias Ferreira de Souza

Data e local de nascimento: 23/10/1954, Sete Lagoas (MG)

Organização política ou atividade: Movimento dos Trabalhadores na Construção Civil

Data e local da morte: 30/07/1979, Belo Horizonte (MG)

Relator: João Grandino Rodas (1º) e João Batista Fagundes (2º)

Deferido em: 26/10/2004 (fora indeferido em 10/04/1997)

Data da publicação no DOU: 29/10/2004

Orocílio Martins Gonçalves nasceu em Sete Lagoas (MG) e trabalhava como tratorista na construção de um dique em Vespasiano (MG), quando foi morto pela Polícia Militar em 30/07/1979, em Belo Horizonte, durante passeata realizada pelos operários em greve do setor da construção civil. Os trabalhadores desse segmento realizaram manifestação que era inédita na capital mineira pelo seu alcance. Cerca de 15 mil grevistas se concentraram na praça da Estação e, depois, foram reprimidos com violência nas proximidades do campo do Atlético, numa das primeiras mobilizações operárias que passaram a reverberar, em todo o País, a greve metalúrgica que tinha sido liderada no ABC paulista, três meses antes, pelo novo sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Orocílio foi atingido por um tiro à queima roupa. Na ocasião, 52 pessoas ficaram feridas, 96 foram presas e Orocílio foi morto. Ele tinha 24 anos, era casado com Vânia de Oliveira Gonçalves e pai de um bebê de dois meses. O legista Euclides de Matos Santana atestou a morte em decorrência de *"hemorragia interna conseqüente de ferida perfuro-contusa causada por projétil de arma de fogo"*.

No pedido para seu reconhecimento na CEMDP, consta que Orocílio foi morto em uma rua cercada e controlada por policiais: *"acabou sendo assassinado no momento em que a polícia privatizou um espaço público transformando-o em uma dependência policial ou assemelhada"*. Seu laudo de necropsia registra marcas de agressões. O primeiro relator do caso na Comissão Especial propôs o indeferimento apoiando-se na afirmação da viúva de que Orocílio não era manifestante e passara no local por acaso. Ocorreu, então, um primeiro indeferimento.

Foi apresentado um recurso contra essa decisão, apoiado numa publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, que lembrava os dez anos da morte de Orocílio, quando Vânia declarara que ele era militante sindical. Mas a CEMDP manteve, por maioria, o indeferimento, registrando-se apenas dois votos favoráveis, de Nilmário Miranda e Suzana Lisboa.

Apenas depois da promulgação da Lei nº 10.875/04, modificando a Lei nº 9.140/95 para abranger também as pessoas que foram mortas por participar de manifestações públicas, o caso foi novamente apreciado e deferido na CEMDP.



BENEDITO GONÇALVES (1931 – 1979)

Número do processo: 200/96 e 118/04

Filiação: Maria Júlia e João Gonçalves

Data e local de nascimento: 20/08/1931, Carmo da Mata (MG)

Organização política ou atividade:

Data e local da morte: 20/08/1979, Divinópolis (MG)

Relator: Nilmário Miranda (1º) e André Sabóia Martins (2º)

Deferido em: 07/10/2004 por unanimidade (fora indeferido em 15/05/1999)

Data da publicação no DOU: 11/10/2004

Benedito Gonçalves morreu em consequência de traumatismo craniano provocado por um golpe de cassetete desferido por um policial militar, em 13/08/1979, quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim (Divinópolis-MG). Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos. Era casado com Maria da Conceição Gonçalves e tinha três filhos.

De acordo com o noticiário da época, ele foi ferido às 19h do dia 13 de agosto e levado ao Hospital São João de Deus. No hospital, fizeram-lhe apenas curativos e lhe deram alta. Seu estado de saúde se agravou e, no dia seguinte, foi levado novamente ao hospital, onde foi atendido pelo médico José Calazânico Notini Diniz e, encaminhado para tratamento neurocirúrgico pelo Dr. Nelson Pereira. Segundo o diretor clínico do hospital, Alair Rodrigues de Araújo, após a operação Benedito ficou internado no Centro de Tratamento Intensivo, onde permaneceu até morrer, no dia 20/08/1979, data em que completava 48 anos. O legista José Maria Alves Aragão determinou como causa da morte fratura no crânio. Seu enterro foi acompanhado por cerca de mil trabalhadores metalúrgicos e populares, que seguiram o cortejo a pé ou de bicicleta.

Nilmário Miranda votou pelo deferimento, considerando que Benedito Gonçalves fora agredido e morto pela violência do Estado, quando o direito de greve era tratado como ato político subversivo e enquadrado como crime contra a segurança nacional, mas a maioria da CEMDP votou contra, indeferindo por 4x2.

Com a ampliação da Lei em 2004, passando a incorporar os casos de morte em manifestações públicas, o requerimento voltou à pauta e o pedido foi deferido por unanimidade na CEMDP.



SANTO DIAS DA SILVA (1942 – 1979)

Número do processo: 072/02

Data e local de nascimento: 22/02/1942, Terra Roxa (SP)

Filiação: Laura Amâncio e Jesus Dias da Silva

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local da morte: 30/10/1979, em São Paulo (SP)

Relator: André Sabóia Martins

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

Operário metalúrgico, Santo Dias foi morto pela Polícia Militar quando liderava um piquete de greve, em 30/10/1979, em frente à fábrica Silvânia, no bairro de Santo Amaro, zona sul da capital paulista.

Um dos seus companheiros, Luís Carlos Ferreira, integrante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, fez um depoimento, publicado no boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na época, onde relatava: eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei gritos. E o Santo caiu no chão. (...) Os policiais continuaram a perseguir outros (...) Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de um metro e oitenta, alto, forte e alourado... Em audiência, Luís Carlos identificou o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que foi devidamente processado e condenado.

Santo Dias trabalhava como motorista de empilhadeira na Metal Leve S/A. Tinha sido lavrador, colono, diarista e bóia-fria no interior de São Paulo. Em 1961, foi expulso com a família da fazenda onde morava, por exigir registro na carteira profissional como prevê a lei. Como trabalhador de fábrica, experimentou várias vezes a demissão como represália por sua participação em reivindicações salariais.

Era um líder operário bastante conhecido no meio dos trabalhadores e do movimento sindical, principalmente nas bases da Igreja Católica. Era casado e pai de dois filhos. Participou intensamente do Movimento Contra a Carestia, foi candidato a vice-presidente de uma chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1978. Participou também do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo.

A notícia da morte de Santo Dias se espalhou rapidamente e ensejou imediata intervenção de autoridades eclesásticas da Arquidiocese e da CNBB. Seu corpo foi velado durante toda a noite na Igreja da Consolação, no centro da cidade. Na manhã seguinte, 10 mil pessoas, com faixas e palavras de ordem, acompanharam o cortejo daquela igreja até à Catedral da Sé, gritando palavras-de-ordem como Abaixo a Ditadura e A luta continua, no que foi uma das maiores manifestações populares do período. De lá, a passeata conduziu o caixão até a Catedral da Sé, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns concelebrou com vários outros bispos uma missa de corpo presente, antes de o enterro seguir para o cemitério do Campo Grande, na zona sul de São Paulo.

Participou daquele enterro e atuou como liderança nas manifestações e discursos o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que em maio daquele ano tinha liderado uma histórica greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, tornando-se então conhecido nacionalmente.

O presidente nacional do PMDB declarou à imprensa: *"Aqui, como em qualquer país em que haja um mínimo de respeito aos Direitos Humanos, é inacreditável que, no curso de uma greve possa um trabalhador ser morto na legítima defesa dos interesses de sua classe"*. Em nome da bancada do MDB no Senado, Franco Montoro, que seria eleito governador de São Paulo três anos depois, protestou da tribuna contra a forma violenta de reprimir o exercício de um direito, apontando *"injustiça flagrante, com prioridade para o capital diante do trabalho, quando é evidente que, numa perspectiva humana e cristã, a prioridade está para o trabalho e não para o capital"*.

Desde então, todos os anos é celebrada uma missa na região e são organizados encontros, caminhadas e concentrações de militantes populares e Comunidades Eclesiais de Base, incluindo visitas ao seu túmulo e ao próprio local onde tombou assassinado. Em São Paulo, um dos principais organismos de defesa dos Direitos Humanos tem o nome Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

O caso somente foi deferido em 2004, sem qualquer controvérsia na CEMDP. Não foi apresentado anteriormente porque a Lei nº 9.140/95 abrangia, inicialmente, apenas as mortes ocorridas até 15/08/1979. Em 2002 foi aprovada a Lei 10.536 ampliando o prazo fixado naquela data para 05/10/1988, data da promulgação da nova Constituição e, efetivamente, data em que renasceu o Estado Democrático de Direito em nosso País.

1980



LYDA MONTEIRO DA SILVA (1920 – 1980)

Número do processo: 101/03

Filiação: Ludovina Monteiro da Silva e Luiz Monteiro da Silva

Data e local de nascimento: Niterói (RJ), em 05/12/1920

Organização política ou atividade: Ordem dos Advogados do Brasil

Data e local da morte: 27/08/1980, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Junior, com vistas de Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 16/02/2006 por unanimidade (fora indeferido em 03/03/2005)

Data da publicação no DOU: 06/03/2006

Às 13h40min do dia 27/08/1980, no Rio de Janeiro, Lyda Monteiro da Silva morreu ao abrir uma carta-bomba. Ela era diretora da Secretaria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e ocupava a função de secretária da Comissão de Direitos Humanos da entidade. A carta era endereçada ao presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes. Lyda faleceu no mesmo dia, não resistindo aos ferimentos causados pelo atentado. Foi enterrada no cemitério São João Batista, comparecendo ao local uma multidão de 4.000 pessoas, consternadas com a brutalidade do atentado.

Na época, ficou absolutamente nítido o desinteresse do governo militar na apuração dos fatos, o que fez crescer a certeza da motivação política do atentado criminoso. A interpretação mais plausível do caso foi que teria sido praticado por um grupo de militares insatisfeitos com a abertura política e com a Lei de Anistia aprovada no ano anterior, bem como pretendendo ameaçar o posicionamento combativo da OAB contra o regime militar.

Numa manobra típica de despiste, a Polícia Federal fez vaziar informações à imprensa de que o principal suspeito era um cidadão de nome Ronald James Watters, que já estivera envolvido na tentativa de atentado a bomba contra uma exposição soviética realizada no Brasil em 1962, quase vinte anos antes. Nessas notícias, se informava que um telefonema anônimo havia denunciado Watters como autor, o que não restou provado, sendo ele absolvido num processo judicial formado sem bases consistentes.

No mesmo dia do atentado à OAB, mais duas cartas-bombas foram entregues no Rio de Janeiro: uma no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB e outra na sede da Tribuna da Imprensa. Os inquéritos, à época, nada apuraram, além de que as cartas tinham sido enviadas pelo Correio.

No requerimento encaminhado à CEMDP, o filho de Lyda, Luiz Felipe Monteiro Dias, afirmou que a morte da mãe ocorreu por motivações eminentemente políticas. Aconteceu no exato momento em que a seccional da OAB em São Paulo e o presidente nacional da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, insistiam na identificação de agentes e ex-agentes dos serviços de segurança suspeitos do atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari – seqüestrado e agredido em 02/07/1980, em São Paulo, durante a visita do papa João Paulo II.

Em maio de 1994, o programa Fantástico, da Rede Globo, divulgou entrevista com o mencionado Ronald Watters, que se declarou inocente quanto ao episódio, levando a OAB a pedir reabertura do inquérito sobre autoria do atentado. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 23/05/1999, esse mesmo Watters declarou que houve, na época, uma estratégia para que não recaísse nenhuma suspeita sobre a participação de militares naquele ato terrorista. O governo teria acionado a Polícia Federal na montagem de uma operação usando Watters como bode expiatório, em troca de dinheiro e de uma fuga tranqüila para o exterior.

A carta que vitimou Lyda não veio pelo Correio, sendo entregue em mãos. Em setembro de 1980, o perito Antônio Carlos Vilanova, contratado para saber de que tipo era a bomba que explodiu na OAB, entregou um laudo afirmando que foram encontrados dois explosivos: um de dinamite gelatinoso e outro de nitropenta. Concluiu que a bomba não foi produzida industrialmente, mas por alguém com bom conhecimento de eletricidade.

Inicialmente, o requerimento foi indeferido pela CEMDP, sob a interpretação unânime de que não restara provado que o atentado tivesse como autores agentes do Estado. Após receber pedido de reconsideração, a CEMDP decidiu reformular, 18 meses depois, sua decisão anterior, acatando um novo parecer: *"este pedido de reconsideração enseja o bom exercício do poder revisional da Administração Pública neste caso concreto, reiterando-se que, em se tratando de um órgão colegiado de Direitos Humanos, não é viável uma hermenêutica de restrições ou uma interpretação da lei específica aplicável"*.

1982



SOLANGE LOURENÇO GOMES (1947 – 1982)

Número do processo: 012/02

Filiação: Helena Martins de Camargo Lourenço Gomes e Alcides Lourenço Gomes

Data e local de nascimento: Campinas (SP), em 13/05/1947

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local da morte: 01/08/1982, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Deferido em: 22/04/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 26/04/2004

Militante do MR-8, esteve presa entre 1971 e 1973 e cometeu suicídio, no Rio de Janeiro, em 01/08/1982. Embora a data de sua morte seja muito posterior ao episódio da prisão e dos maus tratos sofridos nos órgãos de segurança do regime militar, a CEMDP considerou nitidamente comprovado que o suicídio decorreu dos traumas irreversíveis sofridos em 1971. Atirou-se da janela de seu apartamento, no terceiro andar da rua Barão da Torre, no Rio, vindo a falecer no Hospital Miguel Couto.

Paulista de Campinas, Solange Lourenço Gomes vivia no Rio de Janeiro e fez o curso clássico no Colégio Andrews e começou a estudar Psicologia na UFRJ em 1966. Participou de grupos de estudo sobre marxismo naquela faculdade e manteve por algum tempo ligações com o PCBR. Em 1968 vinculou-se à Dissidência da Guanabara, que posteriormente adotaria o nome MR-8, tendo de passar à clandestinidade por volta de setembro ou outubro de 1969. Morava com Daniel Aarão Reis Filho, dirigente daquela organização, e após o seqüestro do embaixador norte-americano, foi identificada pelos órgãos de segurança a fiadora do imóvel em que o casal residia. Documentos policiais informam que Solange participou de várias ações armadas entre 1969 e 1970. No final de 1970 foi deslocada para a Bahia.

Nos primeiros dias de março de 1971, depois de participar de uma panfletagem no jogo de reinauguração do estádio da Fonte Nova, em Salvador, quando ocorreu uma perigosa correria entre a multidão, Solange parece ter sofrido um grave surto psicótico e teria se apresentado a uma dependência policial afirmando ser subversiva e fornecendo informações sobre o MR-8. Há documentos policiais comprovando que ela foi interrogada pelo DOI-CODI do Rio e também em Salvador. Em julho, a grande imprensa divulgou amplas matérias preparadas pelo aparelho de repressão do regime, apresentando-a como arrependida. Adotando a postura de cumplicidade com o regime militar que pautou boa parte da imprensa naquele período, um grande diário carioca de circulação nacional, em 28/07/1971, estampou com estardalhaço a manchete: Sexo é arma para atrair jovens à subversão.

Um ano depois, em 06/07/1972 foi julgada pela Justiça Militar, na 2ª Auditoria do Exército, no Rio, que determinou sua internação no manicômio judiciário pelo prazo mínimo de dois anos. Depois de solta, em 1973, cursou Medicina e se casou em 1980 com Celso Pohlmann Livi. No requeri-

mento que apresentou à CEMDP, o marido informou que ela se manteve em tratamento psiquiátrico desde que saiu da prisão. Anexou ao processo uma declaração do psiquiatra, Dr. Alberto Quielli Ambrósio, CRM 52 1830-3, atestando: Durante estes anos pude testemunhar seu enorme esforço para recuperar-se do grave quadro psiquiátrico, psicótico, conseqüência de sua prisão em 1971. As torturas físicas e mentais a que foi submetida enquanto presa fizeram-na revelar nomes de companheiros de movimentos políticos, bem como esse 'depoimento' no qual se dizia arrependida e renegava sua militância, foi amplamente divulgado em jornais, denegrindo sua moral enquanto mulher. Estes fatos fizeram-na sentir-se sempre culpada pela desgraça e morte das pessoas. Ajudada por nossos esforços, de sua família e marido, Solange obteve muitas e significativas melhoras, mas não conseguiu conviver com tantas marcas – insuperáveis – e continuar viva.

O relator do processo na CEMDP, Belisário dos Santos Junior, argumentou em seu voto que *“não se pode furtar as informações da literatura especializada sobre o assunto, que dão plena conta que a tortura e as demais sistemáticas e massivas violações dos Direitos Humanos na época da ditadura militar, praticadas pela cooperação de organismos e servidores do Estado e da União, eram regra na prisão.*

Assim o relator considerou “perfeitamente coerente e razoável entender verificada a clara vinculação entre o evento morte por suicídio e a prisão anterior por motivos políticos, com os constrangimentos inerentes, entre eles as publicações do suposto arrependimento”.

1985



GUSTAVO BUARQUE SCHILLER (1950 – 1985)

Número do processo: 066/02

Filiação: Yedda de Paula Buarque e Sylvio Brandon Schiller

Data e local de nascimento: 19/11/1950, no Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: VAR-Palmares

Data e local da morte: 22/09/1985, no Rio de Janeiro

Relatora: Deputada Maria do Rosário

Deferido em: 01/12/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 07/12/2004

Gustavo Buarque Schiller nasceu no Rio de Janeiro e iniciou sua participação como estudante secundarista. Integrou um pequeno agrupamento chamado Núcleo Marxista Leninista e depois se incorporou ao Colina, que em 1969 se transformaria em VAR-Palmares. De uma família rica, era sobrinho de Ana Capriglione, conhecida amante do corrupto governador paulista Adhemar de Barros, que a chamava em código de “Doutor Rui”.

Gustavo forneceu a Juarez Guimarães de Brito, dirigente da VAR, a informação de que na residência de um irmão de Ana Capriglione existia um cofre guardando dinheiro originário da corrupção comandada por Adhemar, morto poucos meses antes. Em 18/07/1969 a organização ocupou a referida residência, levando embora o referido cofre, em cujo interior estavam depositados 2,6 milhões de dólares.

Depois dessa operação, Gustavo foi deslocado para Porto Alegre, onde integrou o comando regional da organização. Documentos policiais o apontam como participante do assalto a uma agência do Banco do Brasil em Viamão, em conjunto com as organizações M3G e VPR, e também dos preparativos do sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre. Foi preso em 30/03/1970, sendo torturado, tanto no DOPS gaúcho quanto no Rio de Janeiro, numa intensidade que resultou em danos psicológicos irreversíveis.

No livro Verás que um filho teu não foge à luta, o ex-presos político gaúcho João Carlos Bona Garcia, que hoje é juiz auditor na Justiça Militar estadual do Rio Grande do Sul faz referência a Gustavo na prisão: *“Passei assim o primeiro dia. No segundo, tiraram o capuz e vi na minha frente o Bicho, um menino de 19 anos chamado Gustavo Buarque Schiller, que era da VAR. Estava todo inchado, de nariz quebrado, os lábios rachados. Tinha levado socos, pauladas, o que eles imaginavam”.*

Outro ex-preso político, Luiz Andrea Favero, escreveu depoimento relatando ter visto Gustavo no DOPS de Porto Alegre: *“Na sala estavam 3 policiais que depois eu soube serem do DOPS de Porto Alegre e do Cenimar do Rio de Janeiro e estava também Gustavo Buarque Schiller, que apresenta hematomas e marcas de queimaduras por todo o corpo e se mantinha em pé com certa dificuldade. Neste momento foi ele que passou a receber choques elétricos para confirmar que me conhecia e que havíamos praticado ações subversivas. Esta sessão de torturas e interrogatórios durou mais ou menos 30 minutos”*. E resume também um diálogo mantido com ele alguns dias depois: *“Gustavo nos relatou que havia sido muito torturado, assim como outros companheiros nossos e nos mostrou marcas de queimaduras pelo corpo que haviam sido feitas com pontas de cigarros acesos. Nos mostrou também que seu nariz havia sido fraturado e ainda estava muito inchado. Além das marcas de queimaduras pudemos ver hematomas e outros sinais de pancadas nos braços e nas costas”*.

Dez meses depois, Schiller foi um dos 70 militantes banidos e enviados ao Chile em troca da liberdade do embaixador suíço, seqüestrado no Rio de Janeiro em 07/12/1970. Passou a sofrer de crises depressivas, causadas pela intensidade das torturas sofridas.

Quando morreu, Gustavo era casado com Lúcia Souza da Rocha, que conheceu em Paris três anos antes. Tinham uma filha, Joana, que na época de sua morte tinha 1 ano e oito meses. Lúcia relata que Gustavo continuava se 'auto-exilando' durante a permanência em Paris, embora tivesse conseguido a nacionalidade francesa. Na Sorbonne, cursou Filosofia, Sociologia e Economia. Com a Anistia de 1979, tinha voltado ao Brasil, indo morar na ilha de Marajó, em Salvaterra, numa praia. Ali nasceu Joana, mas suas crises depressivas se intensificaram, tendo tentado o suicídio inúmeras vezes.

Em 1985, foi para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar no estaleiro Mauá, como pesquisador, onde ficou até 21 de setembro. Na madrugada do dia 22 de setembro, cometeu suicídio, jogando-se da janela do apartamento em que morava na avenida Nossa Senhora de Copacabana.



Nativo Natividade DE OLIVEIRA (1953 – 1985)

Número do processo: 056/02

Data e local de nascimento: 20/11/1953, em Perobas (MG)

Filiação: Laurita de Oliveira e Benedito Rodrigues de Oliveira

Organização política ou atividade: sindicalista rural

Data e local da morte: 23/10/1985, em Carmo do Rio Verde (GO)

Relator: André Sabóia Martins

Indeferido em: 26/08/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/09/2004

Nativo Natividade de Oliveira era líder sindical dos trabalhadores rurais em Carmo do Rio Verde, estado de Goiás, e foi assassinado em 23/10/1985. O pedido para o seu reconhecimento trouxe, em anexo, documento com o depoimento de Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, cuja diocese abrange aquela cidade.

Dom Tomás conta que conheceu Natividade de Oliveira e sua esposa em 1973, quando eles faziam parte das comunidades eclesiais de base em sua Diocese. Nativo foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde entre os anos de 1982 e 1985. Também foi militante do PT e membro da CUT desde a fundação. Tinha sido preso em 1984, em Carmo do Rio Verde, quando defendia um trabalhador que tinha sido detido injustamente.

Segundo o depoimento do bispo, Nativo e sua esposa eram taxados de subversivos e causadores de agitação, recebendo repetidas ameaças em consequência disso. Dom Tomás conta que, em julho de 1985, o soldado Anastácio e outros dois soldados da PM foram ao Sindicato e fizeram várias perguntas sobre o trabalho político de Nativo.

Em função de sua atuação política, Nativo foi perseguido e assassinado em 23/10/1985, a mando do prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liégio, do presidente do Sindicato Rural (patronal), Geraldo dos Reis de Oliveira, pertencente à temível UDR – União Democrática

Ruralista, e do fazendeiro e ex-prefeito de Uruana, Genésio Pereira. O bispo relata que, até 2002, data do documento, a família de Nativo continuava sendo perseguida, já que nenhum dos assassinos tinha sido julgado.

O processo também inclui uma declaração de Otacilio Alves Teixeira reforçando o depoimento de Dom Tomás e relatando que conheceu Nativo e Maria de Fátima em 1975 e que, desde 1970, o casal realizava atividades de conscientização junto aos trabalhadores rurais.

O jornal O Popular, de Goiânia, informou em sua edição de 25/12/1996: *"Embora sempre tenha figurado como suspeito nas investigações sobre o assassinato de Nativo Natividade, o prefeito Roberto Liegio só foi formalmente envolvido, no início do ano, com a prisão do pistoleiro João José Magalhães. Ele contou que, em companhia do pistoleiro Neném, executou o sindicalista por Cr\$ 7 milhões, a mando do Roberto Liegio e do advogado Geraldo Reis, tendo como intermediário o fazendeiro Genésio Pereira da Silva. Ao ser ouvido pela polícia, o fazendeiro negou que tenha intermediado o crime, mas admitiu que o prefeito lhe pedira referência de um pistoleiro 'para fazer o serviço'".*

O julgamento dos acusados pelo assassinato de Nativo foram todos absolvidos. Em 2007 foi lançado pelo jornalista Klester Cavalcanti o livro O Nome da Morte – a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas. Nesse livro, o personagem, que adota esse nome fictício, conta que foi ele o autor da execução de Nativo, não ficando claro no texto a mando e sob pagamento de quem.

Na CEMDP, o relator reconheceu, em seu relatório, estar claro que Nativo Natividade de Oliveira, segundo declarações e certidões juntadas ao processo, exerceu atividade de militância política desde o ano de 1973 até sua morte em 1985.

Argumentou, no entanto, que os elementos de convicção juntados ao processo relativos às circunstâncias de morte de Nativo Natividade de Oliveira indicam que o líder sindical teria sido vítima da ação de um pistoleiro contratado por fazendeiros da região onde exercia sua militância política. Na medida em que esse tipo de circunstância foge ao enquadramento fixado pelos dispositivos da Lei nº 9.140/95, propôs indeferimento do pedido, decisão essa que foi acatada por unanimidade pelos integrantes da Comissão Especial.

Militantes de esquerda vinculados à CUT e ao PT fundaram em Goiânia, em 1988, a Fundação Nativo Natividade, dedicada a desenvolver no estado atividades de formação política e sindical.

ARGENTINOS DESAPARECIDOS NO BRASIL



NORBERTO ARMANDO HABEGGER (1941 – 1978)

Número do processo: 278/96

Filiação: Maria Mercedes Gómez e Armando Habegger

Data e local de nascimento: 09/08/1941 Arrecifes, Província de Buenos Aires/Argentina

Organização política ou atividade: Montonero

Data e local do desaparecimento: a partir de 31/07/1978

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Norberto era cidadão argentino, jornalista, ensaísta e escritor. Desapareceu em 31/07/1978, quando chegou ao Rio de Janeiro proveniente da cidade do México. Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos e na lista anexa à Lei nº 9.140/95. Em 1964, era secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã na Argentina e foi um dos fundadores do Partido Peronista Autêntico, braço político dos Montoneros. Era casado com Florinda Castro e tinha um filho. Vivia no México desde 1977.

Em 30 de julho embarcou às 14 horas, na cidade do México, para o Rio de Janeiro, num vôo da Panam. Desapareceu no Rio, depois de manter contato telefônico com seus companheiros na Espanha. Usava um passaporte com o nome de Hector Esteban Cuello. Seu desem-

barque no Rio de Janeiro, no dia seguinte, foi confirmado, pelo embaixador da Argentina no Brasil, Oswaldo Camchion, que escreveu carta afirmando que uma pessoa argentina de nome Hector Esteban Cuello deu entrada em território brasileiro. Desde então, Norberto não foi mais visto. Gestões feitas junto às autoridades brasileiras em nada resultaram a respeito do seu paradeiro.

No relatório constante do registro nº 1713 da Conadep argentina (Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas), consta que testemunhas afirmaram que o seqüestro foi planejado pelos órgãos de segurança argentinos no centro clandestino El Banco, envolvendo os serviços de inteligência brasileiros, que o teriam torturado antes de entregá-lo aos policiais argentinos. Em dezembro de 1978, teria sido visto, vivo, em um centro clandestino argentino. Segundo outros testemunhos, o seqüestro aconteceu no dia 3 de julho, no Rio de Janeiro.

O depoimento de sua esposa à Conadep fixa o desaparecimento como tendo ocorrido no Brasil, presumivelmente no Rio de Janeiro, em 31 de julho ou 1º de agosto de 1978. Conta que ele estava trabalhando como jornalista no México desde junho de 1977 e que ela já tinha apresentado denúncia sobre o desaparecimento à OEA, à ACNUR, ao Vaticano e à Anistia Internacional.



HORACIO DOMINGO CAMPIGLIA (1949 – 1980)

Número do processo: 281/96 e 038/02

Filiação: Dora Pedamonti e Domingo Argentino Campiglia

Data e local de nascimento: 06/06/1949, em Buenos Aires

Organização política ou atividade: Montoneros

Data e local do desaparecimento: 12/03/1980, no Rio de Janeiro (RJ)

Relator: André Sabóia

Deferido em: 19/12/2003 por unanimidade (fora indeferido em 15/05/1997)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003



MONICA SUSANA PINUS DE BINSTOCK (1953 – 1980)

Número do processo: 280/96 e 033/02

Filiação: Jacinta Tolchinsky e Leon Pinus

Data e local de nascimento: 30/01/1953, em Buenos Aires

Organização política ou atividade: Montoneros

Data e local de desaparecimento: 12/03/1980, no Rio de Janeiro.

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 19/12/2003 (fora indeferido em 15/05/1997)

Data da publicação no DOU: 26/12/2003

Horacio Domingo e Monica Susana também integravam o Movimento Peronista Montoneros, que mantinha resistência armada à ditadura militar argentina. No dia 12/03/1980, voltavam do exílio para a Argentina, tendo saído da cidade do México na véspera, num vôo da empresa aérea venezuelana Viasa, que fazia conexão em Caracas com um vôo da Varig rumo ao Rio de Janeiro. Usavam passaportes falsos e foram seqüestrados no aeroporto do Galeão.

Seus nomes não faziam parte da lista de desaparecidos políticos organizada pela Comissão de Familiares por falta de informações precisas no Brasil, apesar de denúncias quanto ao desaparecimento de Campiglia e Mônica terem sido feitas em 1980 ao Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo e ao CBS – Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, que atuou em São Paulo.

Como esses desaparecimentos ocorreram em data não abrangida inicialmente pela Lei nº 9.140/95, que fixava 15/08/1979 como marco final do período, os requerimentos foram indeferidos no primeiro julgamento pela CEMDP, sem que fossem escolhidos relatores para o caso. Mas a Comissão Especial fez gestões junto ao governo brasileiro até conseguir que o prazo da lei fosse ampliado em 2002, aprovando-se

uma nova redação definida pela Lei 10.536, onde o marco final foi estendido até 05/10/1988, data em que passou a vigorar a nova Constituição do Brasil.

Horacio Campiglia nasceu em Buenos Aires em 06/06/1949. Era estudante de Medicina. Casado com Pilar Calveiro, com quem teve duas filhas. Seu desaparecimento recebeu na Conadep argentina o número 3636.

Monica era casada com Edgardo Ignacio Binstock com quem teve dois filhos. Edgardo aguardava a mulher no Rio de Janeiro. Desde 2005, Edgardo é o secretário de Direitos Humanos da Província de Buenos Aires. O desaparecimento de Monica Susana recebeu na Conadep o número 0619.

Os processos foram analisados em separado, tendo sido deferidos com base nas mesmas provas e argumentações. As denúncias do seqüestro, registradas nos requerimentos apresentados à CEMDP e amplamente divulgadas pela imprensa nacional e Argentina a partir de então, foram comprovadas em 2002, quando o Ministério de Justiça e Direitos Humanos argentino recebeu farta documentação do Departamento de Estado dos EUA relacionada com violações dos Direitos Humanos pelo Estado argentino durante o período de 1975 a 1984.

A referida documentação foi tornada pública sob os auspícios do Freedom of Information Act, tornando-se disponível no endereço eletrônico www.foia.state.gov e contém provas sobre o envolvimento de autoridades brasileiras no seqüestro. Entre os documentos tornados públicos, os relatores dos processos na CEMDP destacaram um memorando datado de 07/04/1980, dirigido ao embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires por James J. Blystone, Regional Security Official daquela Embaixada, a respeito de um diálogo mantido com um agente da Inteligência argentina. Tal documento não cita órgãos ou pessoas, mas implica diretamente os serviços de inteligência brasileiros na operação que resultou no seqüestro dos dois cidadãos argentinos no Rio de Janeiro.

James Blystone manteve reunião com um membro do serviço de Inteligência da Argentina para discutir diversos temas. No início, perguntou 'brincando' o que tinha acontecido com os dois Montoneros que tinham desaparecido entre o México e o Rio de Janeiro. A fonte respondeu que diria confidencialmente, já que era informação ultra-secreta. Informou então que o Batalhão 601 tinha prendido um Montonero e durante o interrogatório souberam da reunião que ele teria no Rio de Janeiro com membros da organização vindos do México, citando Susana de Binstock e Horacio Campiglia, o quarto ou quinto na estrutura montonera, e que tinha sob sua responsabilidade a totalidade das operações das chamadas TEI - Tropas Especiais de Infantaria - unidade especial dos Montoneros organizada a partir da base no México.

Integrantes do Batalhão 601 fizeram contato com seu colega da Inteligência militar brasileira, solicitando permissão para realizar uma operação no Rio de Janeiro. O Brasil deu permissão e uma equipe especial de agentes argentinos, sob o comando operacional do tenente-coronel Román, viajou ao Rio em um C-130 da Força Aérea Argentina, tendo capturado com vida os dois militantes e levando-os seqüestrados para a Argentina. Tentando não alertar os Montoneros da operação realizada no Brasil, os argentinos responsáveis pela prisão clandestina ainda cuidaram de hospedar um casal de argentinos num hotel, registrando-os com os documentos falsos de Monica e Horacio, o que terminou deixando rastros do desembarque no Brasil. O documento conclui afirmando que Monica e Horacio estavam presos no Campo de Mayo - centro clandestino de repressão Argentina.

Esse memorando representou a prova substancial utilizada pelo juiz argentino Cláudio Bonadío, para proferir sentença que versa sobre o desaparecimento de 20 Montoneros e ordena a prisão preventiva do ex-presidente Leopoldo Galtieri e de outros 26 integrantes dos órgãos de segurança do país vizinho. Os documentos apontam como responsável pelas operações secretas o Batalhão de Inteligência 601, que era comandado pessoalmente por Leopoldo Galtieri.



LORENZO ISMAEL VIÑAS (1955 – 1980)

Número do processo: 279/96 e 023/02

Filiação: Maria Adelalda Gigli e Boris Davi Viñas

Data e local de nascimento: 20/06/1955, na Argentina

Organização política ou atividade: Montoneros

Data e local do desaparecimento: 26/06/1980, em Uruguaiana (RS)

Relator: Augustino Pedro Veit

Deferido em: 02/08/2005 (fora indeferido em 15/05/97)

Data da publicação no DOU: 22/08/2005

Lorenzo Ismael Viñas desapareceu no Brasil em 26/06/1980 sendo o seu caso registrado com o nº 992 na Conadep da Argentina. Era estudante universitário em Buenos Aires, onde cursava Ciências Sociais. Desde 1976 estava exilado no México com sua esposa, Cláudia Olga Romana Allegrini, que se tornou depois da redemocratização argentina uma funcionária da Subsecretaria de Direitos Humanos do Ministério do Interior daquele país.

Entre 1979 e 1980, o casal já tinha retornado pela primeira vez à Argentina, onde nasceu a filha Maria Paula. No entanto, um mês após o nascimento, as perseguições e a repressão política os obrigaram a novo exílio. Seu plano era morar na Itália, onde já viviam os pais de Lorenzo. Ele embarcou em Buenos Aires num ônibus da empresa brasileira Pluma com destino ao Rio de Janeiro, no dia 26/06/1980. Um mês depois, sua esposa Cláudia percorreu o mesmo trajeto, pois os dois haviam combinado de se encontrar na capital carioca e juntos viajarem para a Itália. Ao chegar no Rio de Janeiro, Cláudia não encontrou o marido e começou imediatamente a buscar informações. Em Curitiba, sede da empresa Pluma, obteve a informação de que Lorenzo havia embarcado, mas não conseguira ir além de Uruguaiana, cidade gaúcha na fronteira com a Argentina. Nos autos, encontra-se um documento oficial contendo informações sobre o seu embarque, com o nome falso de Nestor Manuel Ayala, chegando a cruzar a fronteira do Brasil.

Claudia esteve no Brasil muitas vezes, em reuniões com entidades ligadas aos Direitos Humanos e autoridades governamentais, reivindicando o reconhecimento pelo governo brasileiro dos três argentinos que não faziam parte da lista oficial dos desaparecidos: seu marido, Mônica Susana e Horacio Domingo. Lorenzo tinha também cidadania italiana, o que motivou uma ação judicial da família na Itália. Diversas gestões do Ministério do Interior da Argentina e da Subsecretaria de Direitos Humanos e Sociais foram dirigidas às autoridades brasileiras e a organismos internacionais solicitando informações sobre o paradeiro ou desaparecimento de Lorenzo. A primeira votação na CEMDP foi pelo indeferimento por estar a data fora do prazo de abrangência da Lei nº 9.140/95. Alargada a abrangência com a redação de 2002, o requerimento foi aprovado por unanimidade.



JORGE OSCAR ADUR (1932 – 1980)

Número do processo: 277/96

Filiação: Juana Dominga Bernachea e Manuel Adur

Data e local de nascimento: 19/03/1932 em Nogoyá/Argentina

Organização política ou atividade: Religioso e Montonero

Data e local do desaparecimento: julho de 1980, no Brasil

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Religioso argentino, veio ao Brasil em julho de 1970 para acompanhar a primeira visita que o papa João Paulo II realizou ao país. Não há outras informações sobre data e local precisos do desaparecimento. Seu registro na Conadep da Argentina tem o número 400 e seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Nascido em Nogoyá, província de Entre Rios, Argentina, tinha sido preceptor de noviços na Congregação de Religiosos de Assumpción, Chile, em 1969. Estudou no Colégio Nacional de Nogoyá e na Escuela Apostólica de los Religiosos Asuncionistas em Olivos. Os cursos de Filosofia e Teologia foram feitos no Chile. Foi um dos fundadores da Juventude Independente Católica, em 1970. Era membro da Organização de Padres do Terceiro Mundo e conselheiro de grupos paroquiais

da juventude e da Ação Missionária. Era padre titular das Igrejas Paroquiais de San Isidro e Olivos, em Buenos Aires, e responsável pela Pastoral das Vocações da Argentina.

Depois do golpe militar de março de 1976 na Argentina, mudou-se para a França, passando a residir na Congregação dos Religiosos Assumpcionistas, em Paris. Apresentava-se como capelão do Exército Montonero. Quando veio ao Brasil, em 1980, deveria se reunir com diferentes grupos de vários países da América Latina, particularmente cristãos engajados na luta sindical e camponesa, familiares de desaparecidos e de presos políticos argentinos e outros movimentos religiosos ou leigos que apresentariam ao Papa seu testemunho das injustiças sociais e perseguições políticas na América Latina. Desapareceu nos primeiros dias de julho de 1980, vítima da Operação Condor.



LILIANA INÊS GOLDEMBERG (1953 – 1980)
EDUARDO GONZALO ESCABOSA (? – 1980)

Número do processo: 335/96

Filiação: Isabel Alicia Fernandez e Mauricio Goldenberg

Data e local de nascimento: Buenos Aires, em 17/09/1953

Organização política ou atividade: Montoneros

Data e local da morte: 02/08/1980, em Puerto Iguazu (Argentina)

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 17/10/1996

Data da publicação no DOU: 22/10/1996

O requerimento de Liliana foi apresentado por sua mãe, residente nos Estados Unidos, não sendo formado processo na CEMDP para seu companheiro, tendo o casal cometido suicídio com cianureto na iminência de serem presos. Liliana Inês, militante dos Montoneros, cometeu suicídio no dia 02/08/1980, a bordo de uma lancha, quando fazia a travessia entre o Brasil e Argentina em Foz do Iguaçu (PR). Viajava com seu companheiro Eduardo Gonzalo Escabosa, codinome "Andres" no movimento Montonero, que tinha 33 anos segundo o registro na Conadep, onde seu caso tem o nº 6450, não havendo outros dados biográficos a seu respeito. O requerimento da família à CEMDP foi apresentado quando vigorava a Lei nº 9.140/95, sendo anexada uma pequena biografia e uma narração dos fatos. Os recortes de jornais incorporados ao processo indicavam que ela teria morrido na província de Misiones, na Argentina, o que levou ao indeferimento pela CEMDP por entender o colegiado que não havia prova de participação de agentes brasileiros.

Filha de profissionais bem estabelecidos, Liliana teve toda sua educação em escolas públicas de Buenos Aires. cursava o segundo ano de Psicologia na Universidade de Buenos Aires e trabalhava como secretária no Hospital das Crianças da capital argentina, quando abandonou sua vida legal em função da militância política. Em 1970, militava nas FAR (Fuerzas Armadas Revolucionarias), tendo atuado em Mar Del Plata. Em outubro de 1973, com a fusão das FAR ao grupo Montoneros, Liliana foi enviada para Neuquen, no sul do país. De 1974 a 1976, voltou a viver em Buenos Aires, quando passou à clandestinidade depois que seu irmão, Carlos Andrés Goldenberg, foi baleado dentro de um táxi. De 1977 a 1980 viveu na Espanha, cumprindo tarefas dos Montoneros. Em 1980, o casal regressava à Argentina, a exemplo de muitos dos Montoneros no exílio, engajados na contra-ofensiva programada por sua organização para enfrentar a ditadura argentina.

Aluizio Palmar, no livro Onde foi que vocês enterraram nossos mortos, se refere à morte de Liliana e Eduardo Gonzalo Escabosa, ocorrida durante a travessia entre o Porto Meira, em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, na margem argentina do rio Paraná. Eis o seu relato: *"Foi num sábado, 2 de agosto de 1980, Lillian de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como 'Tatu'. Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Lillian e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam que haviam caído numa cilada, Lillian e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do Rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto".*

Outros casos indeferidos

ANTÔNIO BENEDITO CORDEIRO (? – 1939)

Nº do processo: 351/96

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: Antônio Benedito Cordeiro

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 14/3/1939, em Londrina (PR)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 17/10/1996, por unanimidade

Não obstante inúmeras tentativas realizadas pela Comissão Especial para obter mais informações a respeito dessa pessoa, que segundo a petição apresentada por uma neta, de São Roque (SP), teria sido morta em Londrina, em 14 de março de 1939, não foi possível sequer comprovar qualquer atividade política de Antônio Benedito ou que tenha sido morto sob responsabilidade de agentes do Estado.

De qualquer modo, o indeferimento já se imporia pela data mencionada de seu óbito, completamente fora do prazo definido pela Lei nº 9.140/95. Sendo extremamente precárias as informações apresentadas no requerimento inicial, a CEMDP não teve condições de verificar, por interesse de registro histórico, se, eventualmente, Antônio Benedito Cordeiro teria sido alguma vítima da outra ditadura que afligiu o Brasil no século 20, a de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945.

ARI LOPES DE MACEDO (1943-1963)

Número do processo: 146/96

Filiação: Zuila Lopes de Macedo e Raul Lima de Macedo

Data e local de nascimento: 2/1/1943, Manaus (AM)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 22/2/1963, Brasília (DF)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 27/8/1996, por unanimidade

De acordo com o requerimento apresentado pela família à CEMDP, o estudante Ari Lopes Macedo teria sido preso em Belém, no dia 22/2/1963 e levado para as dependências do 26º BC. Após vários dias de buscas, receberam telefonema da Polícia Federal de Brasília informando sobre a morte de Ari, por suicídio. Constataram, também, que o Laudo de Exame Necroscópico assinado pelos legistas José Maria de Souza e Raimundo Reis de Carvalho, descrevia inúmeras equimoses, escoriações e marcas nas unhas, não eliminando a hipótese de serem marcas de sevícias.

O caso foi levado, na época, à Assembléia Legislativa do Pará, onde o líder do PSD denunciou o ocorrido e propôs a abertura de inquérito para investigar o caso e apurar a possível responsabilidade da Polícia Federal nessa morte.

O caso foi indeferido pela CEMDP por inexistir qualquer prova, nos autos, de militância política do estudante. Em seu voto, o relator realça possíveis incongruências da petição dos familiares: "*Ari Lopes Macedo*" teria sido preso pela Polícia Federal, em 22 de fevereiro de 1963, na cidade de Belém, Pará, no 26º Batalhão de Caçadores.

ABDON DA SILVA SANTOS (1913 - 1964)

Número do processo: 103/03

Filiação: Florentina da Silva Santos e João Silvestre Santos

Data e local de nascimento: 1926, em Santo Antônio (BA)

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local do desaparecimento: 1964, Porto Alegre (RS)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 2/2/2006

Ivelise Ângela Soares Santos, filha de Abdon da Silva Santos, foi quem requereu à CEMDP o reconhecimento do pai como desaparecido político. No entanto, o pedido foi indeferido pela inexistência de documentação comprobatória dos fatos relatados. A CEMDP não teve êxito nas investigações nos diferentes órgãos públicos, inclusive a ABIN. Segundo a requerente, sua mãe, Antonieta Dionísia Soares Santos, teria lhe contado que a última vez que viu seu pai foi na cidade de Porto Alegre, um mês antes da deposição do presidente da República, João Goulart. Na ocasião, Santos se mostrou bastante preocupado com os rumos políticos do País e teria previsto a reação dos militares golpistas. Em consequência disso, teria recomendado que a esposa fosse para a Bahia e ficasse junto com os familiares. Antonieta foi e nunca mais viu Santos.

Sobre Abdon da Silva Santos há poucas informações. Ele se casou com Antonieta Dionísia Soares Santos, em 18/4/1959, quando estaria com 33 anos de idade. Teria nascido no ano de 1926, em Santo Antônio, no Estado da Bahia, filho de Florentina da Silva Santos e de João Silvestre Santos. Era funcionário da Marinha Mercante do Brasil e, pelo engajamento político, passou a integrar o Sindicato dos Marítimos da Companhia, elegendo-se Delegado Sindical. Este fato o teria aproximado do presidente da República, João Goulart, com quem passou a ter contatos freqüentes.

ALCIDES JOÃO DA SILVA (1916 – 1964)

Nº do processo: 0342/96 – 14/5/96

Data e local de nascimento: 15/9/1916, Barbacena (MG)**Filiação:** Rita Antônia Ferreira e João Faustino da Silva**Organização política ou atividade:** PCB**Data e local da morte:** não houve comprovação**Relator:** Nilmário Miranda**Indeferido em:** 25/3/98

A CEMDP indeferiu o requerimento de Laura Bispo dos Santos por não haver comprovação do desaparecimento nem da morte de Alcides por motivação política. Nascido em Barbacena, metalúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, casou-se com Laura, em 1953. Era ativista sindical e militante do PCB, segundo o testemunho de vários companheiros de militância.

Laura se separou de Alcides e mudou-se com os filhos para Brasília, em 1957. Em 1972, ao retornar a Volta Redonda à procura de Alcides para legalizar a separação, não o encontrou nem obteve notícia de seu paradeiro. Suspeitou então de desaparecimento político devido à militância e em consequência da repressão vigente. José Carlos da Silva, filho de Alcides e Laura fez uma busca meticulosa sobre o que teria acontecido com o seu pai. Encontrou vários ex-companheiros de militância e todos comprovaram o envolvimento político de Alcides. A última informação que obteve foi a participação do pai em uma reunião, juntamente com o ex-deputado comunista Alcides Sabença, em um colégio, em 1966. Depois dessa data, entretanto, não conseguiu mais qualquer informação de atividade política ou da prisão de Alcides.

O relator do processo na CEMDP, Nilmário Miranda e José Carlos fizeram várias diligências em cartórios de Barra Mansa e Volta Redonda, em busca de atestado de óbito. Localizaram apenas um atestado em nome de Alcides Fausto da Silva, com filiação ignorada, estado civil ignorado, idade presumida 48 anos, falecido em 28/3/1972, de edema agudo no pulmão, na Santa Casa. O médico que atestou o óbito, Eron de Almeida, não recordava do caso e o declarante Laurindo Braga não foi localizado e a Santa Casa não tinha em arquivo documentos anteriores a 1982.

INOCÊNCIO PEREIRA ALVES (? – 1967)

Nº do processo: 156/04 e 129/96

Data e local de nascimento: Feira de Santana (BA)**Filiação:** Hemenegildo Pereira Valee e Cecília Pereira Valee**Organização política ou atividade:** PCB**Data e local da morte:** 1967**Relatores:** Nilmário Miranda e Belisário dos Santos Júnior**Indeferido em:** 9/11/2006

Militante político do PCB desde 1945. Ajudou a fundar o Sindicato dos Alfaiates em Feira de Santana, na Bahia. Foi preso em março de 1964 pelo Batalhão de Polícia Militar de Feira de Santana. Morreu em 1967 como indigente em um albergue. O processo foi indeferido porque não foi localizada qualquer prova que pudesse estabelecer uma clara ligação entre a morte e sua prisão e tortura.

JOSÉ ARRUDA ALENCAR - (? – 1967)

Nº do processo: 336/96

Data e local de nascimento: não informado**Filiação:** Antônia Pires Alencar e Manoel Rodrigues de Alencar**Organização política ou atividade:** sindicalista**Data e local da morte:** 15/9/1967, Luziânia (GO)**Relator:** Nilmário Miranda**Indeferido em:** 19/11/1996

Alencar morreu assassinado por um pistoleiro em 1967. Segundo sua esposa, Alice de Liz Alencar, o marido participava de reuniões em sindicatos em Luziânia. Foi preso, em 1964, junto com a esposa. Segundo o voto do relator, *"é certo que Arruda teve participação em atividades políticas, tendo sido preso por isso. Contudo, não se pode afirmar, por tudo que consta, que a motivação da morte foi de ordem política, tampouco que o local onde ocorreu o assassinato se caracteriza como dependência policial, mesmo porque não restou provado que os autores do crime tenham sido agentes do Estado. De outra parte, há nos autos uma sentença judicial que condenou, pelo crime, pessoas que não têm nenhum vínculo com o Estado, que agiram impulsionadas por razões passionais. Daí porque opino pelo indeferimento"*.

OLTIMAR DUTRA DA ROSA (1933- 1961)

Número do processo: 249/96

Data e local de nascimento: 05/11/1933, Niterói (RJ)**Filiação:** Guilhermina de Oliveira Rosa e Alfem Dutra da Rosa**Organização política ou atividade:** não definida**Data e local do desaparecimento:** 1961**Relator:** João Grandino Rodas**Indeferido em:** 17/10/1996

Segundo o requerimento de seus familiares, Oltimar, desapareceu em Brasília em 1961, após ter sido preso e torturado. Era funcionário da prefeitura do Núcleo Bandeirante. Documentos anexados ao processo comprovam que ele era fiscal da Companhia Organizadora da Nova Capital e foi demitido *"a bem do serviço público"*, após inquérito administrativo, em maio de 1961. Ao votar pelo indeferimento, acatado por unanimidade na CEMDP, o relator do processo argumentou: *"não há nos autos comprovação de que o desaparecido tenha participado ou sido acusado de participação em atividades políticas não sendo possível o enquadramento na Lei nº 9.140/95"*.

JOSÉ FELICIANO DA SILVA (1920 – 1964)

Número do processo: 092/02
 Data e local de nascimento: 14/09/1920, Campina Grande (PB)
 Filiação: Maria Francisca da Conceição
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local da morte: 15/01/1964, Mari (PB)
 Relator: Belisário dos Santos Júnior
 Indeferido em: 26/08/2004

O camponês pernambucano José Feliciano teria sido morto num confronto entre camponeses. Não estão anexados ao processo documentos que provem engajamento político ou que agentes do estado estivessem envolvidos na morte de José, o que levou ao indeferimento do processo na CEMDP.

TAUDELINO DA ROCHA CORREA (1940 – 1964)

Número do processo: 091/02
 Data e local de nascimento: 03/05/1940, Tucuruvi (RS)
 Filiação: não informada
 Organização política ou atividade: não informada
 Data e local da morte: janeiro de 1964
 Relator: Belisário dos Santos Júnior
 Indeferido em: 08/12/2005

Segundo o requerimento de seus familiares, saiu de casa em 10/01/1964, em São Borja (RS), junto com outras nove pessoas para trabalhar em uma fazenda do ex-presidente João Goulart, no Mato Grosso. Passado o prazo do contrato, que era de cinco meses, não retornou mais e se encontra desaparecido desde então. Não foram encaminhados à CEMDP documentos comprovando que o caso de Tadelino pudesse ser enquadrado na Lei 9.140.

NELSON CORRÊA DE OLIVEIRA (? – 1964)

Número do processo: 058/02
 Data e local de nascimento: não consta nos autos
 Filiação: Laura Correa de Oliveira e Joaquim Correa de Oliveira
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local do desaparecimento: 1964, Petrópolis (RJ)
 Relator: Belisário dos Santos Júnior
 Indeferido em: 08/12/2005

Segundo sua neta, Roberta Correa de Oliveira Cavaco, Nelson era médico e desapareceu em Petrópolis (RJ), em 1964. No requerimento apresentado à CEMDP, ela relata que o avô era comunista, participou da campanha “o petróleo é nosso” e desapareceu depois da derrubada do presidente João Goulart, quando saía de seu consultório naquela cidade serrana.

Roberta afirma ter ouvido de sua mãe que o avô teria sido preso e torturado, além de ter o consultório invadido e depredado, “*possivelmente por integrantes do Exército*”. No seu parecer propondo indeferimento, acatado por unanimidade na Comissão Especial, o relator concluiu: “*não há dúvidas que Nelson teve militância política e sofreu as conseqüências dessa perseguição. Mas não há qualquer evidência que permita afirmar ter morrido de causas não naturais decorrentes de prisão por motivos políticos*”.

JOÃO DE CARVALHO BARROS (1908 – 1964)

Número do processo: 371/97 e 095/02
 Data e local de nascimento: 24/07/1908, São Borja (RS)
 Filiação: Maria Barros e Carvalho e Antonio de Carvalho
 Organização política ou atividade: PTB
 Data e local da morte: 02/04/1964, Belo Horizonte (MG)
 Relator: Maria do Rosário Nunes
 Indeferido em: 30/08/2006 e 05/05/1998

Gaúcho de São Borja, João era militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e trabalhava no matadouro do bairro São Paulo, em Belo Horizonte (MG). Segundo o relato dos familiares no requerimento que foi apresentado por duas vezes à CEMDP, sua casa foi invadida por homens armados, em 02/04/1964, que atingiram João mortalmente. Os dois processos foram indeferidos na CEMDP por falta de depoimentos ou documentos comprovando as alegações dos requerentes. João de Carvalho Barros nunca tinha sido preso, sobre ele não pesou nenhuma acusação nem processo.

JOÃO BISPO DE JESUS (1931 – 1964)

Número do processo: 011/04
 Nome: JOÃO BISPO DE JESUS
 Data e local de nascimento: 04/01/1931, Santo Antonio de Jesus (BA)
 Filiação: Maria Silvina de Jesus e José Simião de Jesus
 Organização política ou atividade: Militar
 Data e local do desaparecimento: não definida
 Relator: Diva Santana
 Indeferido em: 09/11/2006

A viúva de João Bispo, Zemira dos Santos, apresentou requerimento à CEMDP informando que ele foi preso, em dia e hora que não sabe precisar com exatidão, no mês de julho de 1964, encontrando-se desaparecido desde então. Ainda segundo ela, o fato ocorreu em Nova Iguaçu (RJ), onde Bispo era cabo da Marinha do Brasil e “*desenvolvia atividades contrárias ao regime militar*”. A CEMDP, depois de vários pedidos de informação, concluiu não haver nos autos nenhuma prova da militância política e nem de que a morte tenha sido de responsabilidade de agentes do Estado, indeferindo o pedido.

TÉRCIO TAVARES DE MELO (? - 1964)

Número do processo: 333/96
Data e local de nascimento: não consta nos autos
Filiação: não consta nos autos
Organização política ou atividade: não definido
Data e local do desaparecimento: 24/07/1964, Recife (PE)
Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
Indeferido em: 27/08/1996

A filha de Tércio, Rute Tavares dos Santos, em seu requerimento assegura que o pai foi militante do Partido Comunista, na década de 60, e que, a partir de 1964, dizia estar sendo perseguido a ponto de a família interná-lo no Hospital Ulysses Pernambucano, em Recife. Segundo a família, ele foi internado no dia 19/07/1964. Quatro dias depois, em 23/07/1964, conforme funcionários do hospital, ao avistar um carro da polícia, pulou o muro e fugiu da internação.

O relator votou pelo indeferimento por não considerar comprovado nenhum dos quesitos exigidos pela Lei 9.140, sendo seu parecer acatado por unanimidade.

GERALDO SILVEIRA RODRIGUES (1933 - 1965)

Número do processo: 302/96
Data e local de nascimento: 05/12/1933
Filiação: Cândida Rodrigues Silveira e Joaquim Rodrigues Silveira
Organização política ou atividade: sargento reformado
Data e local do desaparecimento: 27/02/1965, Rio de Janeiro (RJ)
Relator: Oswaldo Pereira Gomes
Indeferido em: 27/08/96

Segundo o requerimento de seus familiares, o sargento reformado desapareceu em 27/02/1965, quando retornava para a sua residência na cidade do Rio de Janeiro. Seis meses antes, Geraldo havia sofrido um atentado com arma de fogo. Foi internado no Hospital Central da Marinha, onde permaneceu por dois meses, sem que se soubesse as causas desse atentado. Segundo o relator, trata-se de desaparecimento de um militar, sem causa determinada, além de não existir nos autos nenhuma referência a atividades políticas.

HIROSHI YAMAGUSHI (1925 - 1965)

Número do processo: 128/04
Data e local de nascimento: 03/02/1925, Iguape (SP)
Filiação: Masako Yamaguishi e Marasuke Yamaguishi
Organização política ou atividade: não definido
Data e local da morte: julho/1965
Relator: Maria Eliane Menezes de Faria
Indeferido em: 01/06/2006

Não foram apresentados no requerimento à CEMDP informações ou documentos comprovando a existência dos requisitos, tanto de atuação política, quanto de envolvimento de agentes do Estado, suficientes e necessários para que a CEMDP pudesse reconhecer Hiroshi como vítima do regime militar. Apenas a informação genérica de que desapareceu em julho de 1965, o que resultou em indeferimento.

WALTER DINIZ (1945 - 1965)

Número do processo: 096/02
Data e local de nascimento: 29/06/1945, São Luís (MA)
Filiação: Ana Diniz
Organização política ou atividade: não definida
Data e local do desaparecimento: não informado
Relator: Belisário dos Santos Júnior
Indeferido em: 08/12/2005

Em função da precariedade das informações contidas no requerimento apresentado à CEMDP, concluiu-se que não havia base legal para reconhecer Walter Diniz como preso ou militante político.

LUIZ MÁRIO REYNOLDS (? - 1966)

Número do processo: 153/04
Data e local de nascimento: não informados
Filiação: Maria Reynolds
Organização política ou atividade: sindicalista
Data e local do desaparecimento: 1966
Relator: Maria Eliane Menezes de Farias
Indeferido em: 02/08/2006

O requerimento informa que desapareceu em 1966, quando saiu para fazer compras. Respondendo a uma diligência da CEMDP, a Polícia Federal apresentou a informação de que Reynolds teria respondido a um inquérito policial pelo delito do artigo 129 do Código Penal, que redundou em processo arquivado e extinta a punibilidade. O processo na Comissão Especial foi indeferido por falta de provas.

ALVINO HAGEL (1926 - 1966)

Número do processo: 146/04
Data e local de nascimento: 02/12/1926, em Porto Alegre (RS)
Filiação: Bertha Hagel e Otto Hagel
Organização política ou atividade: PTB
Data e local da morte: 23/12/1966, Porto Alegre (RS)
Relator: Maria do Rosário Nunes
Indeferido em: 02/08/2006

Foi preso em 1966, no DOPS de Porto Alegre (RS), onde foi torturado por 30 dias, segundo o relato de sua esposa, por pertencer ao PTB. No mesmo ano, durante uma comemoração, morreu em um

acidente de carro. Sua porta abriu e ele bateu a cabeça, morrendo na hora por traumatismo craniano. A relatora do processo formado na CEMDP concluiu que não havia provas ligando o acidente com a atuação dos agentes da repressão política. Ficou comprovado, no entanto, que Alvinho efetivamente foi preso e torturado, em 11/03/1966, na mesma época da prisão de Manoel Raimundo Soares, rumoroso caso de assassinato sob torturas de um opositor político, já apresentado neste livro-relatório.

IGUATEMI ZUCHI TEIXEIRA (1944 – 1968)

Número do processo: 318/96

Data e local de nascimento: 06/02/1944, Marcelino Ramos (RS)

Filiação: Ernesta Zuchi Teixeira e Vivaldino do Amaral Teixeira

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 03/07/1968, Francisco Beltrão (PR)

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 20/06/1996

Trata-se de um civil morto por um soldado do Exército, quando estava preso. O soldado foi condenado a três anos de reclusão em manicômio judiciário. Segundo o relator, *"embora reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte do preso, o parecer é pelo indeferimento do pedido, vez que não se enquadra na Lei 9.140: a vítima não participava, nem foi acusada de participar de atividades políticas"*.

MÁRIO COSEL RODRIGUES (1930 – 1968)

Número do processo: 089/02

Data e local de nascimento: 17/07/1930, San Estanislão, Distrito de São Pedro (Paraguai)

Filiação: Juliana Rodrigues e Maruto Cosel

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 1968

Relator: Suzana Keniger Lisboa

Indeferido em: 22/04/2004

O pedido foi apresentado por Aline de Fátima Duarte Rodrigues, filha de Mário Cosel Rodrigues, médico, que a deixara sem qualquer meio de sobrevivência. Foram anexadas cópias de matérias jornalísticas sobre a morte do soldado Mario Kozel Filho, vítima de um atentado praticado pela VPR, em 26/06/1968, contra o quartel general do II Exército, em São Paulo. Alegou que, de acordo com essas notícias, o pai fora vítima do regime militar, tendo sido perseguido, torturado e estando desaparecido desde o ano de 1968.

O caso foi indeferido pela CEMDP. A relatora mostrou a total impossibilidade de o pai ser o jovem recruta morto em 1968, abordando a pequena semelhança de grafia entre os dois nomes. Ressaltou ser preferível aventar tal hipótese do que supor má fé, já que a requerente

nasceu em 1969, após a morte do soldado Mário Kozel Filho, que prestava o serviço militar e não tinha idade para ser médico.

VENCESLAU RAMALHO LEITE (1925 – 1968)

Número do processo: 031/02

Data e local de nascimento: 21/09/1925, Paraíba

Filiação: Maria Ramalho Leite e João Ramalho de Figueiredo

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 25/10/1968, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: André Sabóia Martins

Indeferido em: 01/12/2004

Segundo o relato de seus familiares, Venceslau foi morto em 25/10/1968, no Rio de Janeiro, por militantes do MR-8, quando se negou a descer do carro que aquela organização planejava usar para assaltar uma agência do Banco do Estado da Guanabara. Não foram anexadas ao processo provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado, sendo o requerimento indeferido.

JOÃO BATISTA NUNES MACHADO (1930 – 1968)

Número do processo: 069/02

Data e local de nascimento: 24/06/1930, Pernambuco

Filiação: Maria das Dores Machado e Aléxis Nunes Machado

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte/desaparecimento: não informada

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 03/11/2005

No requerimento encaminhado por seus familiares à CEMDP foram anexadas informações da Abin, onde consta que ele teria sido demitido da Fábrica Nacional de Motores – FNM, no Rio de Janeiro, por força do primeiro Ato Institucional, de 09/04/64. Consta também que João Batista teria integrado a relação dos comunistas que lutavam pela legalização do PCB. No entanto, não foi encaminhado à CEMDP nenhum documento confirmando sua morte ou desaparecimento, o que levou ao indeferimento do pleito.

RUBEM BRANDÃO DA SILVA (1945 – 1969)

Número do processo: 143/04

Data e local de nascimento: 27/12/1945, Mutum (MG)

Filiação: Jacyra Brandão da Silva e Levindo Alves da Silva

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: fevereiro de 1969, Mutum (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 10/10/2006

Conforme o requerimento apresentado à CEMDP, Rubem era assessor do deputado federal Mário Gurgel (ES), que teve seu mandato cassado em fevereiro de 1969 junto com outros parlamentares. Segundo seus familiares, Silva se escondeu em Mutum, no estado de Minas Gerais, em dezembro de 1968. Ele teria recebido uma carta do deputado, saiu para telefonar e nunca mais voltou. O relator considerou não haver provas que seu envolvimento político tenha sido o motivo de seu desaparecimento.

JOSÉ FERNANDES DE MENEZES (1935 – 1969)

Número do processo: 247/96

Data e local de nascimento: 25/12/1935, Missão Velha (CE)

Filiação: Francisca Paulino de Menezes e Antônio Paulino da Costa

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 09/04/1969, Brasília (DF)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Indeferido em: 17/10/1996

Conforme a esposa, José Fernandes era 3º sargento da Aeronáutica e estava em Brasília, preparando-se para viajar aos EUA, onde frequentaria curso de especialização promovido em convênio entre as forças armadas brasileira e norte-americana. Segundo ela, no *"dia 9 de abril de 1969, após sair de sua residência por alguns minutos para a compra de mercadorias necessárias à refeição matinal, José Fernandes desapareceu, para nunca mais se ter conhecimento de seu paradeiro"*.

O requerimento foi indeferido na CEMDP por não haver qualquer comprovação sobre atuação política do sargento da Aeronáutica.

PAULO VENTURA (1941 – 1969)

Número do processo: 005/02

Data e local de nascimento: 15/09/1941, Rio de Janeiro (RJ)

Filiação: Enedina Farias e Alfredo da Costa Ventura

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento: 19/04/1969, Brasília (DF)

Relator: Suzana Keniger Lisboa

Indeferido em: 02/08/2005

A requerente conta que Paulo Ventura, seu pai, era militar e entrou para a reserva em 1963. Que casou com sua mãe no mesmo ano e que desapareceu em abril de 1969, depois de sair de casa para fazer uma viagem a Belo Horizonte. Não foram anexadas ao processo na CEMDP provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado, o que levou ao indeferimento do pedido.

SEBASTIÃO GOMES DOS SANTOS (SEBASTIÃO GOMES DA SILVA) (? – 1969)

Nº do processo: 051/02 – 12/12/02

Nome: Sebastião Gomes dos Santos (Sebastião Gomes da Silva)

Filiação: Leopoldina Gomes dos Santos e Pedro Gomes dos Santos

Data e local de nascimento: Rio Grande do Norte

Organização política ou atividade: Colina

Data e local da morte: 30/05/1969, Cachoeiras do Macacu (RJ)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 22/04/2004 e em 07/10/2004

Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, em 2 de junho de 1969, junto com o corpo de Severino Viana Colou, deu entrada no IML/RJ o corpo de Sebastião Gomes da Silva. Ainda segundo o Dossiê ele fora fuzilado em Cachoeiras de Macacu (RJ), no projeto de colonização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, quando resistiu à prisão.

Os dois processos encaminhados à CEMDP foram protocolados em nome de Sebastião Gomes dos Santos. Nenhum dos documentos anexados provou que eles fossem a mesma pessoa. Também não foi anexada nenhuma documentação comprobatória da sua morte, nem atestado de óbito. Com base nos autos dos processos, a Comissão Especial indeferiu o pedido por unanimidade.

ROBSON ANTÔNIO GOMES VIANA (1946 – 1969)

Número do processo: 244/96

Data e local de nascimento: 13/06/1946, Cabedelo (PB)

Filiação: Santina Gomes Viana e Reginaldo Gomes Viana

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 22/08/1969, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 17/10/1996

Robson era marinheiro e desapareceu no Rio de Janeiro em 1969. A família requereu os benefícios da Lei 9140 argumentando que existia a possibilidade de Robson ter sido preso e morto pelo CE-NIMAR, por engano, mas não apresentou dados concretos fundamentando essa presunção. Não foi apresentada à CEMDP nenhuma testemunha, documento ou indício que comprovasse a militância política de Robson. O requerimento foi indeferido.

KURT KRIEGL (1908 – 1969)

Número do processo: 306/96

Data e local de nascimento: 15/05/1908, Alemanha

Filiação: Maria Kriegel e Adolf Kriegel

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 22/09/1969, Porto Alegre (RS)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Indeferido em: 20/06/1996

Trata-se de pedido de indenização à CEMDP que foi apresentado pela antiga companheira de Kurt Kriegel, nascido na Alemanha e estabelecido em Porto Alegre, que teria sido morto durante um assalto ao seu restaurante. Seu nome consta na lista do site de extrema-direita Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), como tendo sido morto por um grupo da esquerda.

FRANCISCO ALVES CABRAL (1923 – 1969)

Número do processo: 303/96

Data e local de nascimento: 07/08/1923, Campina Grande (PB)

Filiação: Maria Alves Cabral e João Alves Cabral

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local do desaparecimento: novembro/1969, Curitiba (PR)

Relator: João Grandino Rodas e Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 30/01/1997 e 02/08/2006

A requerente, Maria Nazaré Oliveira Cabral, afirma que seu marido, Francisco Alves Cabral, por ser tido como comunista, era perseguido pelo DOPS. Em razão dessa militância, esteve recolhido à prisão em Curitiba, onde acabou sendo morto, embora haja declaração oficial no sentido de que ele fugiu.

Documento datado de 03/11/1969, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, declara que Cabral fugiu enquanto cumpria pena de reclusão de dois anos na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas. Segundo o relator, mesmo tendo sido provada a militância política de Cabral, nada leva à firmar a convicção de que, realmente, Francisco tenha sido morto na prisão.

CÍCERO COSTA NUNES (1922 – 1969)

Número do processo: 059/02

Data e local de nascimento: 14/09/1922, Paraibano (MA)

Filiação: Cândida Costa Nunes e Aristides Pereira dos Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: desde 1969, Roraima

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 02/08/2005

Desapareceu em 1969 e, segundo a família, era envolvido em política no Maranhão. No requerimento apresentado à CEMDP é informado que Cícero teria se mudado do Maranhão para Porto Velho, naquele ano, seguindo de lá para Roraima, e nunca mais foi visto. O processo foi indeferido por absoluta falta de provas.

RODOLFO SOARES PINHEIRO (? – 1964/1969)

Número do processo: 207/96

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local do desaparecimento: entre 1964 e 1969

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 07/08/1997

No requerimento apresentado à CEMDP, não foram apresentados os dados sobre filiação, nem as datas de nascimento e morte ou desaparecimento. Só foram anexados depoimentos de três pessoas afirmando que Rodolfo Soares Pinheiro era militante do PCdoB. Declaração de um amigo testemunha que Rodolfo desapareceu após ter sido levado ao QG por oficiais, sendo posteriormente transferido para Curitiba, junto com outros presos políticos. A imprecisão é tão grande que a informação apresentada é de que o fato ocorreu entre 1964 e 1969. O caso foi, dessa forma, indeferido por falta de provas.

ALEXANDRE SOARES DE OLIVEIRA (? – 1969)

Número do processo na CEMDP: 105/96

Nome: Alexandre Soares de Oliveira

Data e local de nascimento: Pernambuco

Filiação: Francisca Raquel de Jesus e Cícero José de Sousa

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 14/09/1969, Bodocó (PE)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 19/11/1996

Alexandre Soares de Oliveira foi um dos casos indeferidos por unanimidade na primeira fase de funcionamento da CEMDP porque não havia provas de que seu assassinato tenha ocorrido inequivocamente por motivação política. Ele foi assassinado por pistoleiros, provavelmente a mando do proprietário da usina onde trabalhava como fiscal, em 14/09/1969, na localidade de Bodocó, estado de Pernambuco.

O processo judicial – a que responderam os autores de seu assassinato – confirmou sua morte em circunstâncias violentas. No entanto, os acusados foram absolvidos num Júri Popular. O Ministério Público apelou da sentença junto ao Tribunal de Justiça, o qual entendeu que um dos acusados agiu em legítima defesa.

Mesmo sem deferir o requerimento, a Comissão Especial concluiu, no entanto, que Alexandre Soares de Oliveira, de fato, teve participação política durante a ditadura militar. Foram anexadas ao processo a ficha de filiação ao PCdoB, assinada em 23/06/1964, e a ficha de Alexandre encontrada nos arquivos do DOPS de Pernambuco.

ACEDIRO RIBEIRO MACIEL (1917 – 1970)

Número do processo: 208/96
 Data e local de nascimento: 14/09/1917, Jaú (SP)
 Filiação: Belizaria de Melo e Virgílio Ribeiro Maciel
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local do desaparecimento: 11/05/1970, Andradina (SP)
 Relator: Luís Francisco Carvalho Filho
 Indeferido em: 01/08/1996

Acediro teria desaparecido em 11/05/1970, em Andradina, interior de São Paulo. No requerimento apresentado à CEMDP não foi anexado nenhum documento ou testemunho provando que seu desaparecimento esteja ligado à atuação dos órgãos de segurança.

DARIO GILBERTO GOÑI MARTINEZ (? – 1970)

Número do processo: 298/96
 Nome: Dario Gilberto Goñi Martinez
 Data e local de nascimento: não informados
 Filiação: Olga Neli Martinez Parada
 Organização política ou atividade: não informadas
 Data e local do desaparecimento: 14/08/1970, Paraguai
 Relator: João Grandino Rodas
 Indeferido em: 20/06/96

A mãe de Dario, Olga Neli Martinez Parada, alega que o filho desapareceu na República do Paraguai. Na *"Declaração Indagatória"* da polícia paraguaia, anexada aos autos há informação de que Dario era uruguaio, não havendo qualquer indício de que se tenha trasladado ou sido levado para território brasileiro. O requerimento foi indeferido pelo colegiado da CEMDP.

GÉRSO N BEZERRA LIMA (1941 – 1970)

Número do processo: 368/96 e 025/02
 Data e local de nascimento: 07/06/1941, Solenópolis (CE)
 Filiação: Maria Aureniza Bezerra Lima e Gesumiro Bezerra de Lima
 Organização política ou atividade: não definida
 Desaparecido/morto em: 1970
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco e João Batista Fagundes
 Indeferido em: 07/08/1997 e 19/12/2003

O primeiro requerimento foi indeferido por ter sido encaminhado fora do prazo legal. Na apreciação do segundo requerimento o relator argumentou que, *"o fato de Gérson ter desaparecido sem qualquer prova de prisão ou punição injustamente imposta, exime o Estado de qualquer responsabilidade"*.

JOSÉ ARMANDO RODRIGUES (1930 – 1970)

Número do processo: 036/02
 Data e local de nascimento: 25/09/1930, São Benedito (CE)
 Filiação: Maria do Carmo Oliveira e Francisco Rodrigues Araújo
 Organização política ou atividade: não informada
 Data e local da morte: 29/08/1970, Tianguá (CE)
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Indeferido em: 19/12/2003

Comerciante em São Benedito, interior do Ceará, foi morto em 29/08/1970, após ter sido assaltado e seqüestrado por integrantes da ALN, que posteriormente foram presos e chegaram a ser condenados à prisão perpétua.

O requerimento apresentado à CEMDP foi indeferido porque essa morte não ocorreu por responsabilidade do Estado e porque não houve qualquer argumentação sustentando que José Armando tivesse militância política de oposição ao regime.

ZIL DINIZ WEBSTER (1938 – 1970)

Nº do processo: 102/03
 Filiação: William Webster e Alice Bastos Webster
 Data e local de nascimento: 10/12/1938, Rio de Janeiro (RJ)
 Organização política: não consta
 Data e local de desaparecimento: 1970, São Paulo
 Relator: Augustino Veit
 Indeferido em: 10/10/2006

A história de Zil Diniz Webster ainda não pode ser resgatada. Sua filha Eliane afirma que desapareceu em 1970, em São Paulo. Era gráfico, tendo feito curso no Senai, em Recife. Aos 15 anos, estagiou no Diário de Pernambuco e trabalhou na extinta Gráfica Leão. Em 1960, se casou com Maria das Dores Barbosa, nascendo Eliane em 1962. Em 1965 Zil viajou para São Paulo. O casal já estava separado, e a menina ficou com a avó paterna. Mandava mensalmente as despesas da filha e a visitava de cinco a seis vezes por ano, até desaparecer. Soube ainda o nome de um de seus amigos, também gráfico, Hamilton Cunha, que talvez seja Hamilton Fernando Cunha, militante da VPR morto em 1969. Eliane diz que o pai tocava violão e gostava de teatro, o que era uma das atividades de Hamilton. O pedido foi indeferido em função de terem sido apresentados apenas indícios, não havendo provas da militância política e da morte de Zil Diniz Webster.

DORALICE FERREIRA (? - 1970)

Número do processo: 010/02

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento: 1970, Brasília (DF)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 19/12/2003

Doralice Ferreira vivia com Antônio Alves Nogueira e tinha dois filhos. Segundo Aníbal de Jesus da Silva, amigo de Doralice, ela foi encontrada morta dentro do Buracão da Morte, na Cidade Livre, em Brasília, no ano de 1970. Ele afirma que Doralice era prostituta e que participou de vários comícios estudantis e políticos na Cidade Livre. Nenhum documento anexado ao processo prova o envolvimento político de Doralice, nem que a morte tenha ligação com agentes do Estado, o que provocou indeferimento do processo.

ELIANE CANEDO GUIMARÃES DOS SANTOS (1948-1971)

Número do processo: 110/04

Data e local de nascimento: 08/07/1948, Goiânia (GO)

Filiação: Lígia Canedo Guimarães dos Santos e Enéas Gomes dos Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 14/06/1971, Goiânia (GO)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 02/02/2006

O processo foi indeferido na CEMDP porque a relatora considerou que o pedido não foi instruído com documentos que comprovassem efetivamente a participação (ou acusação de participação) de Eliane Canedo em atividades políticas de oposição, conforme prescrito na Lei 9.140/95. No requerimento constava apenas que Eliane *"foi presa em 12 de dezembro de 1969, pela Polícia Federal e condenada com base na Lei de Segurança Nacional pela 4ª Região Militar"*, não esclarecendo o motivo pelo qual fora presa e quais atividades exercia na época. Os autos se referem a torturas que Eliane teria sofrido (*"foi muito torturada pelos agentes da Polícia Federal e Exército Brasileiro"*) alegando ainda que teria sido seduzida pelo então tenente Francisco Batista Nepomuceno que *"dela se aproximou com o objetivo de obter informações sobre a esquerda"*.

Narra a requerente, Enely Canedo Guimarães dos Santos Pinheiro, irmã de Eliane, que *"Francisco Nepomuceno, ao terminar seu relacionamento com ela, na verdade deixava claro seus propósitos de mantê-la refém psicologicamente, como acontece com pessoas que se apaixonam pelos seus raptos, carcereiros, seqüestradores. É a chamada 'Síndrome de Estocolmo'"*.

A documentação constante nos autos confirma os fatos quanto à prisão de Eliane, bem como sua morte, dez meses depois de libertada, por suicídio, em companhia do tenente coronel Francisco Nepomuceno, na noite de 14/06/1971, em logradouro público. Não esclarece nada sobre seu estado de saúde mental e as eventuais seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticado pelos agentes do poder público. Em seu primeiro parecer, a relatora concluiu: *"não havendo provas suficientes nos autos que endossem a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio que teria levado Eliane ao suicídio, o que possibilitaria o seu reconhecimento como vítima da ditadura militar, necessária a juntada de documentos que comprovem de forma inequívoca tais circunstâncias"*. Foram solicitadas, dessa forma, diligências que comprovassem efetivamente a participação de Eliane em atividades políticas no período mencionado pela lei.

Foram, então, acrescentadas aos autos novas informações que não deixaram dúvidas quanto à primeira questão suscitada: documento oriundo da ABIN, denúncia ofertada pela Procuradoria Militar da 4ª Região Militar, auto de prisão em flagrante, sentença proferida pelo Conselho Permanente de Justiça, da Auditoria da 4ª Região Militar. Segundo a relatora, o conjunto de documentos trazidos aos autos foi suficiente para comprovar a participação de Eliane Canedo em atividades políticas de oposição, que causaram a prisão.

No entanto, a documentação juntada, no entender da relatora, não esclarecia de forma satisfatória que o estado de saúde de Eliane era resultante de seqüelas psicológicas advindas dos atos de tortura praticados por agentes do poder público. A relatora solicitou reunião com a família requerente, de forma a possibilitar o esclarecimento dos fatos e a coleta de novos subsídios, tais como parecer psicológico, provas testemunhais ou materiais que comprovassem o nexo de causalidade. Realizada a reunião em 19/09/2005, a relatora Maria Eliane Menezes de Farias considerou que a situação dos autos permaneceu inalterada e opinou pelo indeferimento, no que foi acompanhada por todos os membros do colegiado.

ABELARDO COSTA (1946 - 1971)

Número do processo: 373/98

Data e local de nascimento: 01/09/1946, São Paulo (SP)

Filiação: Áurea Costa e Bertholdo Costa Júnior

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 06/09/1971, entre Caraguatatuba (SP) e São Sebastião (SP)

Relator: não foi indicado

Indeferido em: 05/05/1998

O requerimento foi indeferido pela CEMDP por ter sido protocolado fora do prazo e pelo fato de que a documentação apresentada não comprovava nenhum envolvimento político de Abelardo. Morreu afogado no mar, entre Caraguatatuba e São Sebastião, no litoral paulista.

CARLOS ALBERTO MACIEL CARDOSO (1946-1971)

Número do processo: 358/96 e 149/04
 Data e local de nascimento: 22/07/1946, Belém (PA)
 Filiação: Izabel Maciel Cardoso e Sandoval Amazonas Cardoso
 Organização política ou atividade: ALN
 Data e local da morte: 13/11/1971, Rio de Janeiro (RJ)
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco (1º) e Suzana Keniger Lisbôa (2º)
 Indeferido em: 27/08/96 e 01/12/2004

Carlos Alberto figurava entre os marinheiros que participaram das mobilizações anteriores a abril de 1964 na Armada. Foi expulso da corporação, julgado e condenado a cumprir pena de cinco anos. Segundo a viúva de Carlos Alberto, Esther Castelo Cardoso, ao sair da prisão retornou a Belém (PA), onde voltou a estudar e trabalhar, até que um dia, sem precisar a data, foi novamente preso em seu local de trabalho, pela Marinha. Esther conta que ele foi julgado no Rio de Janeiro e cumpriu pena na Penitenciária Lemos Brito, depois no presídio Frei Caneca e, por último, na Ilha Grande, de onde foi solto por bom comportamento.

Em certidão emitida pela ABIN em 15/12/2004, respondendo a um pedido de informação da CEMDP, consta que: *"Conforme documento datado de 17/11/71, após sua prisão, no dia 09/11/71 foi transferido para o CENIMAR. No dia seguinte, prestou declarações sobre suas atividades e concordou em passar a trabalhar para os órgãos de segurança. Para isso, foi solto para cobrir um ponto na rua Visconde de Cabo Frio, Tijuca (RJ). Na ocasião, ficou estabelecido que depois do 'ponto' com a ALN faria um contato com um integrante do CENIMAR, o que não aconteceu. No dia 13, pela manhã foi morto no Bairro Encantado. Foram reconhecidos dois banidos e uma foragida como executantes o que indicava um justicamento".*

O primeiro processo encaminhado à CEMDP foi avaliado pelo relator como carente de elementos para enquadramento nos dispositivos da Lei 9.140, opinando pela abertura de um prazo de 10 dias para que novas provas fossem anexadas. Foram solicitadas diligências e houve um pedido de vistas. Na reunião de 27/08/96, o novo relator apresentou nota publicada no Jornal Ação, nº 3, de 1971, editado pela ALN, intitulada *"Justicamento de um traidor"*. O texto da matéria informava que: *"no dia 13/11/1971, foi executado o indivíduo Carlos Alberto Maciel Cardoso. Tratava-se de um traidor, ex-membro da ALN que, preso pela Polícia Federal, aceitara suas propostas de entregar companheiros e fornecer informações. Descoberto, foi sumariamente julgado e fuzilado por um comando da Ação Libertadora Nacional"*.

De acordo com o relator, ficou provado não se tratar de pessoa morta por agentes do Estado e sim pelos seus ex-companheiros, concluindo que, pela Lei 9.140/95, não havia como deferir o pedido do requerente. Foi indeferido por unanimidade. Um segundo processo foi protocolado em 2004, sendo igualmente indeferido.

VITOR LUÍS PAPANDREU (1947 – 1971)

Número do processo: 314/96
 Data e local de nascimento: 26/04/1947, Curitiba (PR)
 Filiação: Anastácia Papandreu e George Papandreu
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local do desaparecimento: não definidos
 Relator: Suzana Keniger Lisbôa
 Indeferido em: 07/08/1997 e 25/03/1998

O requerimento foi apresentado à CEMDP pelo irmão Valério Papandreu. O caso nunca constara em listas de mortos e tornou-se público somente em 1987, a partir de entrevista de Amílcar Lobo, médico psiquiatra que atuou nos organismos de repressão e que teve seu registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Lobo disse que Papandreu tinha sido preso, aceitara ser colaborador dos órgãos de segurança e foi morto quando os agentes consideraram que ele não tinha mais serventia. As contraditórias informações do ex-médico lotado no DOI-CODI não foram consideradas prova da prisão, morte e desaparecimento.

ANTÔNIO EXPEDITO CARVALHO PERERA (1931 – 1971)

Número do processo: 332/96
 Data e local de nascimento: 04/01/1931, Itaqui (RS)
 Filiação: Neusa Carvalho Perera e Fermino Fernandes Perera
 Organização política ou atividade: não definida
 Data e local do desaparecimento: não definidos
 Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco
 Indeferido em: 27/08/1996 por unanimidade

O requerimento sobre Perera foi indeferido pela CEMDP em 27/08/1996, antes de ser publicado o livro do jornalista Fernando Molica, *O homem que morreu três vezes – uma reportagem sobre o Chacal brasileiro*, em 2003, lançando luz sobre esse controverso personagem e confirmando o acerto da decisão tomada pela Comissão Especial.

De acordo com o que foi reconstituído nesse trabalho de jornalismo investigativo, Perera era um advogado gaúcho, católico ultra-conservador, que apedrejou Luís Carlos Prestes, defendeu a tortura de pessoas marxistas, chamou o comunismo de *"imundície pestilenta"* e apoiou ardorosamente o Golpe de Estado de abril de 1964. No entanto, foi exonerado de seu cargo no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, naquele mesmo ano, por falsificar documentos numa tentativa de golpe contra seus sócios no escritório de advocacia.

Mudou-se então para São Paulo, defendeu estudantes e operários antes do AI-5 e passou a fornecer apoio a militantes de esquerda, tendo inclusive abrigado Carlos Lamarca em sua residência. Preso,

em 1969, como simpatizante da VPR, permaneceu quatro meses no DOPS/SP, onde ficou incomunicável, sem assistência jurídica e sem direito de receber visitas. Foi transferido para o presídio Tiradentes em 02/07/1969, onde permaneceu sem julgamento até 13/01/1971, quando foi banido do país no grupo de 70 presos políticos trocados pela vida do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

O requerimento apresentado à CEMDP alegava que, desde essa data, a família não tinha mais notícia dele, caracterizando-se dessa forma o desaparecimento. No entanto, existiam reiteradas notícias de pessoas que sabiam de sua presença na Europa, sempre cercado de controvérsias. Mais tarde, surgiram na imprensa matérias com informações sobre ele, inclusive noticiando sobre sua ligação direta com o famoso terrorista internacional de origem venezuelana, Ramírez Sánchez, conhecido como Chacal, que hoje cumpre pena de prisão perpétua na França.

O livro de Molica deixa claro que Antônio Expedito Carvalho Perera morreu de câncer, em 1996, na Itália, onde estaria vivendo desde 1975. Utilizava a identidade Paulo Antonio Blanco Parra e se apresentava como sendo um psicólogo especializado em disciplinas fictícias como magnetologia e psico-cibernética.

JUAREZ MONÇÃO VIROTTE (1937 – 1972)

Número do processo: 094/02

Data e local de nascimento: 19/12/1937, Espírito Santo

Filiação: Geny de Oliveira Soares e Antonio Ovídio Soares

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 12/01/1972, Barra Mansa (RJ)

Relator: André Sabóia

Indeferido em: 03/03/2005

Juarez era um dos quatro soldados do I Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa (RJ) que foram mortos sob torturas, em 12/01/1972, depois de presos numa investigação sobre consumo de maconha naquela unidade do Exército, comandada pelo capitão Dalgio Miranda Niebus, que terminou condenado a mais de 400 anos de prisão pelos quatro homicídios.

O requerimento apresentado à CEMDP foi indeferido por não terem sido apresentadas quaisquer provas de sua militância política em oposição ao regime militar.

WANDERLEI DE OLIVEIRA (1952 – 1972)

Número do processo: 093/02

Data e local de nascimento: 20/02/1952, Barra Mansa (RJ)

Filiação: Adelaide de Jesus Oliveira e Jocelino de Oliveira

Organização política ou atividade: soldado do Exército

Data e local da morte: 12/01/1972, Barra Mansa (RJ)

Relator: Maria do Rosário Nunes

Indeferido em: 15/12/2004 e recurso em 03/03/2005

Morto aos 19 anos, Wanderlei era outro dos quatro soldados do I Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa (RJ) assassinados sob torturas nas circunstâncias narradas na apresentação do caso anterior. O requerimento apresentado à CEMDP foi indeferido porque não foi apresentada qualquer comprovação demonstrando participação política do jovem recruta. Apresentado recurso sobre essa decisão, o indeferimento foi confirmado em nova decisão, pelos mesmos fundamentos do primeiro julgamento.

HANSECLEVER DE SOUZA (1928 – 1972)

Número do processo: 350/96

Data e local de nascimento: 06/11/1928, Nova Iguaçu (RJ)

Filiação: Pergentina Carolina de Souza e Luiz de Souza

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: março de 1972

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 02/10/97

Funcionário da Companhia Telefônica Brasileira, desapareceu em 1972 quando saiu para fazer compras. No processo formado na CEMDP foram anexadas declarações de companheiros atestando que Hanseclever era do sindicato da categoria e simpatizante do PCB, estando ligado ao Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro. No entanto, o relator considerou que não foram apresentadas provas suficientes sobre sua militância política, propondo indeferimento do caso.

HÉRCULES DE OLIVEIRA SOARES (1937 – 1972)

Nº do processo: 097/02 – 12/12/02

Data e local de nascimento: 19/12/1937, em Muniz Freire (ES)

Filiação: Geny de Oliveira e Antônio Ovídio Soares

Organização política ou atividade: não consta

Data e local da morte: 04/03/1972, em Medina (MG)

Relator: Maria do Rosário Nunes

Indeferido em: 30/08/2006

Militante do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano. Segundo depoimento de José Rodrigues da Rocha à CEMDP, ele e Hércules ingressaram juntos na Usiminas em 1962 e acompanharam o confronto entre trabalhadores da Usiminas e militares, conhecido como Massacre de Ipatinga, em 1963. Em 01/04/1964 José e Hércules foram presos por suas atividades no comando de greve dos metalúrgicos e em 09/04/1964 demitidos por razões políticas. Eles ficaram presos na mesma cela por dois meses. Inicialmente em Ipatinga, depois no 6º BMP de Governador Valadares, onde foram torturados por uma semana, conforme o depoimento de José Rodrigues e, finalmente na Penitenciária de Neves. Hércules morreu em 1972 em um acidente de automóvel. A CEMDP entendeu não existir nexos causal da morte com perseguição política e encaminhou o processo para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

ROBERTO RIBEIRO DE SOUZA (? – 1972)

Número do processo: 068/02

Data e local de nascimento: não informada

Filiação: Otávia Ribeiro de Sousa e Manoel Ribeiro

Organização política ou atividade: não definida

Desaparecido/morto em: 08/07/1972, Miracema do Norte (GO)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 01/06/2006

Desapareceu de Miracema do Norte, em 08/07/1972, quando foi levado para trabalhar no Araguaia. Não foram anexadas ao processo na CEMDP provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado.

JOSÉ LUCIANO FRANCO TIBÚRCIO (1949 – 1972)

Número do processo: 154/04

Data e local de nascimento: 02/04/1949, Sete Lagoas (MG)

Filiação: Tereza Barbosa Franco e Jubal Franco Tibúrcio

Organização política ou atividade:

Desaparecido/morto em: 15/11/1972, Contagem (MG)

Relator: Diva Soares Santana

Indeferido em: 01/06/2006

O requerimento informa que José Luciano foi vítima de um acidente de carro forjado, em 15/11/1972, quando dirigia do Rio de Janeiro para Sete Lagoas (MG), junto com outro dois irmãos. Informa, ainda, que os irmãos foram morar no Rio, cumprindo ordens militares. A família informou à relatora que exerciam tarefas secretas para o governo e o Exército. Não foram anexadas ao processo provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado, o que resultou em indeferimento.

ANTONIEL QUEIROZ (? – 1972)

Número do processo: 108/96

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho.

Data e local de nascimento: Patos (PB)

Filiação: Angelina Ananias de Queiroz

Organização política ou atividade:

Data e local da morte: 19/12/1972, São Paulo (SP)

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho.

Indeferido em: 17/10/1996 e 10/04/1997

Conforme o atestado de óbito, anexado ao processo, a morte de Antoniel Queiroz teve como causa "*septicemia, ... diverliculite, insuficiência coronariana*". Ele deixou a mulher, Terezinha Ferreira de Queiroz, e oito filhos. Documentos anexados ao processo formado na CEMDP demonstram que Antoniel foi demitido dos quadros do Banco do Nordeste do Brasil S.A., por força de decreto do presidente da República. Uma declaração do Ministério da Guerra informa que Antoniel esteve detido entre 30/04/1964 e 29/05/1964, à disposição da 6ª

Região Militar, para averiguações, "*em face dos últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas*". Segundo o relator ao votar pelo indeferimento, "*não há evidências de que a prisão tenha sido a causa direta da morte de Antoniel, ocorrida oito anos depois*". Houve um recurso por parte da família que voltou a ser indeferido, com a mesma fundamentação anterior.

NILTON VIGGIANO (1935 – 1972)

Número do processo: 106/04

Data e local de nascimento: 03/04/1935, Niterói (RJ)

Filiação: Petronilha Augusta Cid e Mario Viggiano

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: novembro/1972, entre Niterói (RJ) e São Caetano do Sul (SP)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 08/12/2005

Foi empregado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, no ABC paulista, até 1972, quando transferiu-se para Niterói (RJ). Retornou a São Caetano e nunca mais voltou a conviver com a família. O processo foi indeferido na CEMDP porque não existia base legal para reconhecer a situação de perseguido político. Não foram anexadas ao processo provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado.

JOÃO FORTUNATO VIDIGAL (1943 – 1972)

Nº do processo: 122/04

Data e local de nascimento: 12/05/1943, Mariana (MG)

Filiação: Mariana Elias Martins e Aníbal de Castro Vidigal

Organização política ou atividade: AP

Data e local da morte: 30/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 07/10/2004

João era militante da Ação Popular. Foi preso em 1966, e, depois, em maio de 1968, sendo libertado em fevereiro de 1969. Acusado de ser um dos líderes da AP foi extremamente torturado na prisão. O processo foi indeferido, pois faleceu em casa, em 1972, no Rio de Janeiro, de pancreatite aguda hemorrágica.

LUIZ ALBERTO PINTO ARÉBALO (1955 – 1973)

Número do processo: 370/97

Data e local do nascimento: 1955

Filiação: Ligia Alexandre Pinto Aréballo e Milton Oliveira Aréballo

Organização política ou atividade: não informada

Data e local da morte: 08/02/1973, Porto Alegre (RS)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Indeferido em: 07/08/1997

Morreu em Porto Alegre (RS), no dia 08/02/1973, antes de completar 18 anos, como resultado das torturas sofridas no DOPS gaúcho desde que preso naquele órgão de segurança nove dias antes.

Não obstante o clima de terror ditatorial que envolvia o Brasil nesse período do governo Médici, a Assembléia Legislativa daquele estado conseguiu instalar uma CPI que elucidou o episódio. Luiz Alberto era quase um filho adotivo do delegado Pedro Seelig, que determinou sua prisão "para levar um susto". Submetido a espancamentos e afogamento, o jovem foi internado no Hospital Partenon alguns dias depois, vindo a falecer. O delegado Seelig já tinha sido acusado, várias vezes, de torturar presos políticos. A CPI apontou como autores do homicídio, ou cúmplices: Pedro Seelig, Enerino Daitx, Itacy Vicente Murliki de Oliveira, Henio Melich Coelho, Nilo Havelha, João Cezar Vargas e Omar Gilgerto Buede Fernandes.

Na CEMDP, o processo foi indeferido pelo fato de o requerimento ter sido apresentado fora do prazo legal.

MANOEL BEZERRA SOBRINHO (1942 – 1973)

Número do processo: 141/04

Data e local de nascimento: 11/10/1942, Águas Belas (PE)

Filiação: Maria Tenório de Albuquerque e José Bezerra de Albuquerque Preacó

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 10/06/1973, Águas Belas (PE)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 02/02/2006

Trabalhou no Banco de Boston, em São Paulo, e na *Folha de S. Paulo*. O requerimento informa também que Manoel declarou ser socialista e que havia sido preso por 10 meses, sendo submetido a torturas. De volta a Pernambuco, seu estado de origem, praticou um atentado contra a Rádio Difusora de Guaranhuns, naquele estado. Foi preso e internado em um manicômio. Fugiu em 1973, indo trabalhar em um sítio da família, onde cometeu suicídio no mesmo ano. O caso foi indeferido na CEMDP por falta de provas de sua militância política ou de que a morte tenha sido causada por agentes do Estado.

ANTÔNIO HERNANDES (1922 – 1974)

Número do processo: 305/96

Data e local de nascimento: 21/12/1922, Limeira (SP)

Filiação: Maria Thomé e Tiburcio Hernandez

Organização política ou atividade: trabalhador rural

Data e local do desaparecimento: 23/01/1974, São Paulo (SP)

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 17/10/1996

Hernandes era diretor de uma Associação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de São Paulo, em 1963, segundo um documento do DOPS/SP anexado ao processo formado junto à CEMDP. Não foi apresentada, no entanto, nenhuma prova, ou qualquer outro documento que traga informações sobre seu desaparecimento, ou atestando que o eventual desaparecimento teve motivação política. A falta de documentação fez com que a CEMDP indeferisse o processo.

CARLOS LIMA AVELINE – (1913 – 1974)

Número do processo: 322/96

Data e local de nascimento: 28/04/1913, Rio Pardo (RS)

Filiação: Jovelina de Lima e Alfredo Aveline

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 17/03/1974, Bahia

Relator: Oswaldo Pereira Gomes

Indeferido em: 01/08/1996

Segundo informações da sua viúva, Thalita, ela e o marido, o advogado ligado ao PCB Carlos Lima Aveline, foram perseguidos por agentes da ditadura militar, fato que levou Aveline, ainda em 1964, a viver na clandestinidade em São Paulo. Na capital paulista, ele foi preso pelo DOPS em 1969, junto com esse filho de 16 anos. Segundo informações da família, ficou de 16/01/1969 a 04/02/1969 sendo torturado na frente do filho. Libertado, continuou vivendo na clandestinidade até ser morto na Bahia, em circunstâncias não esclarecidas, sendo enterrado com nome falso, como indigente. O processo foi indeferido na CEMDP por não haver comprovação da morte ou desaparecimento de Carlos.

JOÃO FERREIRA DE MACEDO SOBRINHO (1917 – 1974)

Número do processo: 037/02

Data e local de nascimento: 16/05/1917, Caicó (RN)

Filiação: Joana Jovelina de Macedo e Julião Ferreira de Macedo

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local da morte: 03/04/1974, Natal (RN)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 22/04/2004

João Ferreira foi líder sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados em Natal (RN) durante o período do Golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e faleceu quase dez anos após a sua libertação da prisão, onde foi torturado. O relator do processo entendeu, no entanto, que não restou provada, através de documentos ou provas testemunhais, haver ligação entre a prisão e a morte de Ferreira.

ODAIR JOSÉ BRUNOCILLA (1937 – 1978)

Número do processo: 292/96

Data e local de nascimento: 18/11/1937, São Paulo (SP)

Filiação: Vitória Ortega Brunocilla e José Brunocilla

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento ou morte: maio de 1978, Santos (SP)

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 01/08/1996

Odair José era despachante profissional e, segundo informação de seus familiares no requerimento encaminhado à CEMDP, *“desapareceu por causa de seu envolvimento e fornecimento de documentos que possibilitaram a entrada e a permanência no Brasil, a estrangeiros vindos principalmente do Chile e Argentina, e a saída de muitos perseguidos políticos daqui, para outros países”*. No entender do relator, *“além de não se ter, verdadeiramente, alegado a participação ou a acusação de participação em atividades políticas de Odair José, não há indício, o menor que seja, de que tenha sido morto por órgãos da repressão. Tal hipótese foi apenas uma, entre as muitas aventadas na época”*.

MANOEL GOMES DA SILVA (? – 1973)

Número do processo: 065/02

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento: não informada

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 02/02/2006

Indeferido por falta de clareza na descrição dos fatos expostos no requerimento. Posteriormente foi encaminhado à Comissão um relato do acontecido assinado pelo requerente e pela própria vítima, o que obviamente significa que não morreu.

JOSÉ ALVES DA ROCHA (1914 – 1973)

Número do processo: 030/02

Data e local de nascimento: 10/07/1914, São Bento (PE)

Filiação: Joana Alves da Silva e Antônio Vieira da Rocha

Atividade: Comerciante

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 23/11/1973, São Paulo (SP)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 02/02/2006

Conhecido como Rochinha, era comerciante de armamento e munição, tendo sido preso várias vezes, inclusive pelo DOI-CODI/SP, por vender armas para militantes da ALN, do Molipo e de outras organizações clandestinas. Faleceu no Hospital Central do Exército, em São Paulo, em 23/11/1973, alegando sua viúva que a morte era resultado de violências praticadas por agentes policiais.

O processo da CEMDP foi indeferido por não ter sido comprovado nem que o falecimento envolveu responsabilidade de agentes do Estado, nem que Rochinha tivesse militância política de oposição ao regime.

FLÁVIO FERREIRA DA SILVA (1934 – 1975)

Número do processo: 117/04

Data e local de nascimento: 07/12/1934, Pirapora (MG)

Filiação: Maria Fernandes da Silva e Romão Ferreira da Silva

Organização política ou atividade: jornalista e prefeito de Três Marias (MG)

Data e local da morte: 14/04/1975

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 09/11/2006

Nascido em Pirapora (MG), Flávio era jornalista e tinha sido prefeito de Três Marias, em Minas Gerais. Foi encontrado morto junto ao corpo da esposa, em seu domicílio, pelas filhas do casal. O inquérito policial concluiu que Flávio atirou na esposa e depois cometeu suicídio. Não há nenhuma comprovação de que o suicídio cometido por Flávio tenha sido resultante de seqüelas por torturas sofridas, o que levou o processo formado na CEMDP a ser indeferido.

JOSÉ ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO (1949 – 1976)

Número do processo: 159/04

Data e local de nascimento: 27/06/1949, Canavieiras (BA)

Filiação: Maria da Conceição

Organização política ou atividade:

Data e local da morte: 05/08/1976, Brasília (DF)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 30/08/2006

Policia Militar do Distrito Federal, faleceu em 05/08/1976, no pátio da 4ª Delegacia de Polícia da capital federal. Segundo a requerente, ele temia por sua integridade física. O exame realizado pela CEMDP levou à conclusão de que José Antônio morreu em um acidente de trânsito sem nenhuma ligação com qualquer tipo de violência policial, o que resultou em indeferimento do pedido.

IVAN GOMES (1927 – 1976)

Número do processo: 111/04

Data e local de nascimento: 29/09/1927, Rio de Janeiro (RJ)

Filiação: Maria de Lourdes Gomes e Waldemar Joppert Gomes

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: setembro de 1976, Marabá (PA)

Relator: Diva Soares Santana

Indeferido em: 09/11/2006

Era escrevente no 23º Ofício de Notas da Justiça Federal, sendo demitido pelo Ato Institucional de 09/04/1964. Segundo a esposa, esteve preso no DOI-CODI. Sua residência foi invadida à procura de uma carta que Che Guevara escrevera à UNE. A requerente alega também que recebeu uma carta, em 1976, postada em Santarém, Pará, dando conta de que seu marido estaria vivo. Depois disso, nunca mais obteve notícias e a pensão que recebia do Ipase – Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado foi cancelada em 1980.

O processo desse caso na CEMDP foi arquivado por falta de informações sobre as circunstâncias da morte.

JOÃO JOSÉ RODRIGUES (1927 – 1977)

Número do processo: 098/02

Filiação: Maria de Jesus e João Rodrigues

Data e local de nascimento: 06/01/1927, Abaeté (MG)

Organização política ou atividade: camponês

Data e local da morte: 10/09/1977, Dourados (MT)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 22/04/2004

Data da publicação no DOU: 21/11/1996

Mineiro de Abaeté e conhecido como Juca Caburé, João José Rodrigues tinha participado da mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás, nos anos 50, episódio histórico que já foi abordado neste livro-relatório quando apresentado o caso do principal líder do movimento, o ex-deputado estadual goiano José Porfírio de Souza, desaparecido em 1973.

Perseguido pela polícia após a derrubada de João Goulart, Caburé foi preso em 1964, torturado e conseguiu fugir da prisão. Anos depois, em Dourados (MS), acabou novamente preso, acusado de homicídio. Em 1977, foi encontrado ferido com golpes de faca, que provocaram hemorragia seguida de morte. A investigação instaurada concluiu por suicídio.

O processo formado na CEMDP por requerimento de familiares foi indeferido em decisão unânime do colegiado. Segundo o voto do relator, Belisário dos Santos Junior, *"nada, absolutamente nada, existe contra a versão oficial de suicídio"; "tampouco existe qualquer evidência, notícia, ou mera suposição, de que o suicídio tenha ocorrido em função da prisão anterior e em decorrência dos sofrimentos vividos enquanto ela perdurou"*. Ao final de seu voto, o relator concluiu: *"a perseguição política pode ter conseqüências jurídicas, inclusive com expressão indenizatória, no entanto, para os termos da Lei que rege esta comissão, não há outra saída, no caso, senão a do indeferimento"*.

CLÁUDIO PAREDES (1939 – 1977)

Número do processo: 073/02

Data e local de nascimento: 06/04/1939

Filiação: Rosa Massoneto Paredes e João Paredes

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: abril/1977, São Paulo (SP)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 08/12/2005

Trabalhava na Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP) e desapareceu em abril de 1977. Segundo o requerente, era perseguido por ser sindicalista. Após inúmeras diligências realizadas pela CEMDP, inclusive com o requerente, não foi possível provar a ligação do desaparecimento com a ação dos organismos de repressão política e o processo foi indeferido por falta de provas.

LUIZ ANTÔNIO FERREIRA NOGUEIRA – 1977

Número do processo: 008/02

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local da morte: não informada

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 19/12/2003

Segundo o requerimento, Luiz Antônio era estudante, saiu de casa para encontrar a namorada e desapareceu misteriosamente, sem deixar pistas. O processo foi indeferido por falta de provas da sua participação em atividades políticas e porque o requerente não estava devidamente qualificado nos termos da Lei.

CLEIDE MARIA FERREIRA NOGUEIRA (1960 – 1978)

Número do processo: 009/02

Data e local de nascimento: 29/01/1960, Brasília (DF)

Filiação: Doralice Ferreira e Antonio Alves Nogueira

Organização política ou atividade: não informada

Data ou local da morte: 1978, Brasília (DF)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 19/12/2003

Segundo o requerimento, Cleide Maria, estudante, saiu de casa para ir à escola e desapareceu. Foi encontrada morta no Buraco da Morte, no Núcleo Bandeirante, Distrito Federal. O processo foi indeferido pela CEMDP por falta de provas de que a jovem tivesse participação política e também de que houvesse responsabilidade de agentes do Estado em sua morte.

ALBERI VIEIRA DOS SANTOS (1937–1979)

Número do processo: 174/96

Data e local de nascimento: 14/07/1937, Três Passos (RS)

Filiação: Malvina Soares dos Santos e Antonio Vieira dos Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 11/02/1979, em Foz do Iguaçu (PR)

Relator: Nilmário Miranda

Indeferido em: 17/10/1996 por unanimidade

Militante gaúcho já presente nas mobilizações do nacionalismo revolucionário anteriores a abril de 1964, seu nome é recoberto de controvérsias que guardam semelhança com a figura do cabo Anselmo, já mencionado inúmeras vezes neste livro-relatório. Alberi ingressou na Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 1957, como soldado do 1º Regimento de Polícia Rural Montada, em Santa Maria (RS). No momento da deposição de João Goulart era 3º sargento em Passo Fundo (RS) e foi considerado desertor por ter se exilado no Uruguai.

Naquele país, manteve ligações com Leonel Brizola e, em março de 1965, retornou clandestinamente ao Brasil para ser o lugar-tenente do coronel Jefferson Cardim Osório na tentativa de rebelião contra o regime militar a partir de Três Passos e Tenente Portela, no norte do Rio Grande do Sul. Realizaram pequenas operações militares nessas duas cidades a partir de 26/03/1965, como o assalto à delegacia de polícia e a um banco, antes de se dispersarem com a chegada de forças repressivas à região. Nas horas em que durou o pequeno levante, Cardim e Alberi anunciavam que Brizola estava chegando a Porto Alegre para comandar a derrubada do regime ditatorial. Foi preso em 06/04/1965 nesse episódio e processado perante a Justiça Militar, sendo condenado a oito anos de reclusão.

Seu nome constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos e em outras listas até ser tornada pública sua provável atuação como agente do CIE.

Ao propor o indeferimento do processo na CEMDP, o deputado Nilmário Miranda argumentou:

“1 – Os ex-militantes Maria Madalena Lacerda e Gilberto Giovannetti, que trabalharam como colaboradores do CIE, em depoimento prestado ao advogado e ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, alegam que Alberi os levou à prisão e que também colaborava com os órgãos de repressão, e que Alberi estava envolvido no desaparecimento de Onofre Pinto.

2 – O ex-sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-CODI e no CIE, em depoimento à Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos e à imprensa, afirmou que Alberi colaborou com o CIE atraindo Onofre Pinto, Daniel e Joel José de Carvalho, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia para uma armadilha. Alberi teria adquirido uma área em Medianeira com dinheiro fornecido por Onofre para montar área de treinamento de guerrilha.

Segundo Marival, esta área nunca existiu. Ao entrar no país, vindos da Argentina, Onofre e seu grupo foram presos, mortos e desde então ficaram desaparecidos”.

A morte de Alberi ocorreu em 11/02/1979 em circunstâncias não esclarecidas, sendo seu corpo encontrado com várias perfurações de bala e o rosto praticamente irreconhecível, denotando o interesse de seus assassinos de que ele não fosse identificado. O promotor de Justiça, ao receber o inquérito policial para oferecimento de denúncia, opinou pelo arquivamento, sendo o seu despacho acolhido integralmente pelo Juiz. O relator do processo na CEMDP votou pelo indeferimento por falta de amparo legal, não tendo sido provada a participação de agentes do Estado ou a motivação política em sua morte.

ALEXANDRE VON BAUMGARTEN (1930 – 1982)

Número do processo: 028/02

Data e local de nascimento: 21/09/1930, São Paulo (SP)

Filiação: Maria von Baumgarten e Alexandre von Baumgarten

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 25/10/1982, Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Maria do Rosário Nunes e João Batista Fagundes

Indeferido em: 01/06/2006

Jornalista, ex-sócio da revista *O Cruzeiro*, ex-assessor da presidência da VASP, da Federação do Comércio de São Paulo e da Rede Globo de Televisão, Baumgarten foi encontrado morto numa praia, com três tiros, treze dias após ter sido visto pela última vez saindo para uma pescaria.

O caso ensejou uma série de matérias da imprensa apontando o envolvimento no crime do general Newton Cruz, famoso chefe do SNI de Brasília, que ficou conhecido pela truculência no enfrentamento das manifestações que terminariam culminando com a reconquista da democracia no Brasil. No entanto, o general respondeu a processo e foi absolvido.

Na CEMDP, o requerimento de seus familiares foi indeferido por falta de provas de sua participação política em atividades de oposição ao regime militar.

RAIMUNDO FERNANDES DO CARMO – 1982

Número do processo: 160/04

Data e local de nascimento: 24/05/1924, Sete Lagoas (MG)

Filiação: Altina Maria de Jesus e José Fernandes do Carmo

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 03/03/1982, Coronel Fabriciano (MG)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 26/10/2004

Funcionário da siderúrgica Usiminas, foi uma das pessoas que participaram do evento conhecido como Massacre de Ipatinga,

já apresentado neste livro-relatório. Durante o confronto com os policiais que reprimiram violentamente o movimento grevista de outubro de 1963, conseguiu fugir e se esconder em matagais temendo. Morreu em 1982 de acidente vascular cerebral.

O processo na CEMDP foi indeferido por inaplicabilidade da Lei 9.140, visto que não ficou provado o vínculo entre os acontecimentos de 1963 e a morte quase 20 anos depois.

MIGUEL JOAQUIM CARVALHO – 1984

Número do processo: 018/02

Data e local de nascimento: 25/10/1903, Tenente Portela (RS)

Filiação: Cândida carvalho e José C. Carvalho

Organização política ou atividade: não definida

Data e local da morte: 29/10/1984, Tenente Portela (RS)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 31/05/2005

A requerente informa que o pai participou da revolução chefiada por Luís Carlos Prestes em 1925 e foi torturado na época. Faleceu em 1984. O processo foi indeferido pela CEMDP por não terem sido anexadas provas de sua militância política ou do vínculo existente entre as torturas sofridas em 1925 e a morte quase 60 anos depois.

JONES BORGES DO NASCIMENTO (1926 – 1991)

Número do processo: 035/02

Data e local de nascimento: 30/10/1926, Ituverava (SP)

Filiação: Francisca Cândida da Mota e Luiz Borges do Nascimento

Organização política ou atividade: não informada

Data e local da morte: 27/11/1991, São Paulo (SP)

Relator: João Batista Fagundes

Indeferido em: 19/12/2003

Processo indeferido pela CEMDP porque Jones morreu por insuficiência respiratória em 1991, fora do prazo previsto na Lei.

JAYME ARAÚJO (1925 – 1993)

Número do processo: 024/02

Data e local de nascimento: 18/07/1925, em Cachoeira do Sul (RS)

Filiação: Alcídia Freitas Araújo e Waldomiro Coca de Araújo

Organização política ou atividade: PTB

Data e local da morte: 03/10/1993, Montevidéu, Uruguai

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 19/12/2003

Gaúcho de Cachoeira do Sul, o contabilista Jayme Araújo foi militante do PTB e devido às perseguições políticas fugiu para Montevidéu depois de abril de 1964. Naquele país sofreu um acidente

automobilístico, ainda em 1964, com seqüelas que o levaram a morrer alguns anos depois. O requerimento foi indeferido porque as circunstâncias de sua morte não estavam previstas na Lei 9.140, já que não foi anexado ao processo nenhum documento que ligasse a morte à militância política de Jayme ou provando que tenha sido causada por agentes do estado.

JOANA LÚCIA SILVA SANTOS (1932 – 1997)

Número do processo: 007/02

Data e local de nascimento: 18/01/1932, Paracatu (MG)

Filiação: Rosaria Antonia Vieira da Silva e Francisco Lúcio dos Santos

Organização política ou atividade: não informada

Data e local da morte: 24/08/1997, Brasília (DF)

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 19/12/2003

Processo indeferido na CEMDP porque não foram anexadas aos autos provas de atuação política, além de que a morte ocorreu em ano não abrangido pela Lei.

JOÃO GOMES DA SILVA (1935 – ?)

Número do processo: 145/04 e 163/04

Data e local de nascimento: 23/06/1935, Palmeira dos Índios (AL)

Filiação: Maria Madalena de Souza Gomes da Silva e Francisco Gomes da Silva

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento ou morte: não informada

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 01/12/2004

O requerimento relata que João foi para São Paulo com a família, quando ainda era menor de idade, mudando depois para o Paraná e, em seguida, para o Mato Grosso. A última notícia que o sobrinho teve é que o tio estava envolvido com o *Movimento Estudantil* na região do Araguaia. O processo montado na CEMDP praticamente não continha instrução, sendo indeferido por falta de provas.

RAIMUNDO DE SANTANA MACHADO (? – ?)

Número do processo: 344/96

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local da morte: não informados

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Indeferido em: 24/04/1997

Apresentado pela esposa Maria José Franco Machado, o requerimento alega que o Raimundo foi líder sindical em 1964 e militante

do PCB na Bahia, tendo sofrido diversas perseguições, especialmente por parte do Exército. Afirma, ainda que o marido sofreu torturas e agressões morais, inclusive na presença dos seus filhos. Não foi anexado atestado de óbito, apesar das solicitações feitas pela CEMDP, nem quaisquer outros documentos que pudessem fundamentar a solicitação dos familiares. Segundo Maria José, a violência sofrida teria levado o marido à morte, após mal sucedida operação cirúrgica, em São Paulo, fato posterior à prisão e também comprovado por documentos ou declarações. O processo foi indeferido pela CEMDP.

TEREZINO LOPES DOS SANTOS (? – ?)

Número do processo: 186/96

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento: não informados

Relator: Luís Francisco Carvalho Filho

Indeferido em: 02/10/1997

O requerente não comprova filiação, nada informa sobre ano de nascimento e ano da morte ou desaparecimento do pai e não foram anexadas ao processo documentos informando sobre a militância política em oposição ao regime militar ou que a morte tenha sido causada por agentes do Estado.

MÁRIO RENNÍ ENTRALA (? – ?)

Número do processo: 129/04 e 132/04

Data e local de nascimento: não informados

Filiação: não informada

Organização política ou atividade: não informada

Data e local do desaparecimento: não informados

Relator: Augustino Pedro Veit

Indeferido em: 09/11/2006

Processo indeferido pela CEMDP pela absoluta precariedade de informações descrevendo o caso. Não foram anexados ao processo documentos que comprovem a militância política, nem dados sobre seu desaparecimento.

AGRÍCIO BARRETO DE QUEIROZ

Número do processo: 119/04

Data e local de nascimento: 11/04/1942 em Ceará-Mirim (RN)

Filiação: Inês Barreto de Queiroz e Acrísio Marinho de Queiroz

Organização política ou atividade: militar

Data e local do desaparecimento: entre setembro e novembro de 1982, no Rio de Janeiro

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 02/08/2006

Nascido no interior do Rio Grande do Norte, Agrício ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco, em 1959, tendo servido no cruzador Tamandaré, no cruzador Barroso, no contratorpedeiro Bertioga e em vários quartéis da Armada. Foi expulso da corporação em 1965 por ter participado das mobilizações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, nas vésperas do Golpe de Estado de abril daquele ano.

Segundo seus familiares, desapareceu depois de visitar uma unidade militar da Marinha, em meados de 1982, para buscar informações sobre a Lei de Anistia, aprovada em 1979. Retornou a sua residência acompanhado de um desconhecido, pegou todos os seus documentos pessoais, inclusive fotos de família, e nunca mais apareceu.

No volumoso processo formado na CEMDP constam cópias de fotos e notícias de jornais do período da chamada rebelião dos marinheiros, reportando exaustivamente o motim no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, discursos do cabo Anselmo e a confraternização do almirante Cândido Aragão com os marinheiros rebeldes. Mas de Agrício consta tão-somente uma foto da revista Cruzeiro, de 18/04/1964, em que ele aparece como um dos marinheiros recebendo alimentos que foram levados por grupos de solidariedade àquele movimento.

O processo foi indeferido por não existir nos autos qualquer documento ou depoimento comprovando que seu desaparecimento tenha nexos com a participação política de 18 anos antes.

PEDRO PAULO BRETAS (1945 – 1995)

Número do Processo: 136/04 – 15/09/04

Data e local de nascimento: 29/06/1945, Dores Guanhões (MG)

Filiação: Amélia Furbino Bretas e Antônio Furbino Bretas

Organização Política ou atividade: COLINA

Data e local do desaparecimento: desde 1995

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Indeferido em: 09/11/2006

Foi estudante de Medicina da UFMG em 1967. Pertenceu aos quadros da OPM-COLINA. Foi preso em Linhares (ES), torturado e utilizado como cobaia em aulas de torturas ministradas pelos militares. As torturas lhe causaram transtornos emocionais irreversíveis. Desapareceu após o natal de 1995 e nunca mais a família teve qualquer notícia e seu partadeiro. A CEMDP indeferiu o processo porque, apesar da história política de Pedro Paulo e das seqüelas provenientes das torturas, a data de seu desaparecimento está completamente fora do período de abrangência da Lei.

Casos enviados para a Comissão de Anistia

ONOFRE ILHA DORNELLES (1918 – 1964)

Número do processo: 070/02

Filiação: Celina Cândida Dornelles e Vicente de Paula Dornelles

Data e local de nascimento: 21/07/1918, São Pedro do Sul (RS)

Organização política ou atividade: sindicalista ferroviário

Data e local da morte: 28/12/1964, Santa Maria (RS)

Marieta da Silva Dornelles, viúva de Onofre, e seus filhos Volnei e Vilnei, através de seus procuradores, requereram simultaneamente, num mesmo ofício ao Ministro da Justiça e ao presidente da CEMDP, a revisão do valor da pensão recebida por Marieta.

Onofre foi ferroviário por 26 anos, sendo funcionário da Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul e militante do PTB. Foi presidente da União dos Ferroviários Gaúchos e, por sua atividade política e sindical, foi preso várias vezes a partir de abril de 1964 e cassado por força do primeiro Ato Institucional.

De abril a outubro de 1964, esteve preso em vários quartéis de Santa Maria (RS), dentre os quais o 7º Regimento de Infantaria e Batalhão de Carros de Combate Leves. Como decorrência das torturas e das condições de prisão, teve sua saúde abalada, sendo libertado em outubro, após pressão dos seus companheiros de prisão, vindo a morrer na Santa Casa da cidade em 28/12/1964.

Foram seus companheiros de prisão o advogado gaúcho Adelmo Simas Genro, pai do ministro da Justiça Tarso Genro, e Izidoro Lima Garcia, que atestaram a veracidade dos fatos relatados em requerimento apresentado por Marieta à Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Rio Grande do Sul. Naquele colegiado, entretanto, o pedido foi indeferido, assim como o de Adelmo Simas Genro, por terem ambos permanecido sob guarda de agentes e órgãos federais, e não estaduais como previa a lei estadual 11.042/97. Na CEMDP o processo não chegou a ser analisado no mérito, sendo encaminhado administrativamente à Comissão de Anistia em 28/01/2003.

DIÓGENES DE ARRUDA CÂMARA (1914–1979)

Número do processo: 022/02

Data e local de nascimento: 23/12/1914, Afogados da Ingazeira (PE)

Filiação: Júlia Lopes Câmara e José Bezerra Câmara

Organização política ou atividade: PCdoB

Data e local da morte: 25/11/1979, São Paulo (SP)

Enviado para a Comissão de Anistia em: 30/09/2003

Pernambucano de Afogados da Ingazeira, o mais velho de uma família de 16 filhos, Diógenes iniciou os estudos na cidade de Pesqueira, transferindo-se, em seguida, para o Colégio Padre Félix, em Recife. Estreou nas lutas políticas como secundarista, participando das manifestações de rua que agitaram Recife após a Revolução de 1930.

Ingressou no Partido Comunista em 1934. Perseguido em Pernambuco por apoiar o levante da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, transferiu-se para a Universidade Federal da Bahia, onde concluiu seus estudos superiores, formando-se engenheiro-agrônomo. Atuou no Movimento Estudantil, sendo dirigente do Diretório Acadêmico, da União dos Estudantes da Bahia e do Diretório Estadual da União Democrática dos Estudantes.

No Partido Comunista, foi editor da revista Problemas. Durante o Estado Novo, viveu por três anos na Argentina. Serviu de elemento de ligação entre grupos distintos do partido, que terminaram se aglutinando em torno de Luis Carlos Prestes, durante a Conferência da Mantiqueira, realizada, clandestinamente, em 1943, na qual foi eleito membro do Comitê Central. Na trilogia de Jorge Amado, Subterrâneos da Liberdade, Diógenes corresponde ao personagem Vitor, que desempenha papel central na máquina clandestina do partido.

Em 1947 foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Social Progressista (PSP), escapando, assim, da cassação de mandatos que se seguiria ao cancelamento do registro do PCB. Durante os anos 50 era visto no partido como peça-chave no controle da vida partidária, só suplantado em importância por Luis Carlos Prestes.

Em 1962, Arruda Câmara alinhou-se com João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar na criação do PCdoB, que se apresentou como reorganização do partido fundado em 1922. Integrou a direção da nova sigla, mas sem a mesma força política dos três nomes anteriores.

Em 1969 foi preso em São Paulo e torturado a ponto de perder a vista direita e sofrer duas paradas cardíacas. Quebraram-lhe dedos das mãos, para que nunca mais escrevesse, diziam os torturadores. Adquiriu tuberculose na prisão, restando-lhe outras seqüelas no pulmão e coração. Seu comportamento diante dos torturadores foi avaliado como heróico pelos demais presos políticos do Presídio Tiradentes. Apresentou uma declaração escrita ao Conselho de Justiça da II Auditoria, afirmando:

“Não me norteia a vida um viver tranqüilo e pacato, um viver de aconchegos e comodidades, encerrado no círculo estreito dos interesses individuais. Meu caráter, meu temperamento, minhas idéias, meus critérios de valor, meu senso político, tudo, preserva-me da reflexão egoística, do acomodamento circunstancial, do silêncio velhaco, do servilismo oportunista, da sonegação da verdade. É difícil viver com dignidade, mas somente assim vale a pena viver, porque, por maiores que sejam as dificuldades, se está sempre numa paz interior, feliz, enfim. Na vida, valor real é saber pensar, decidir, agir, e vencer”.

Foi solto em 1972 e, após viajar pela América Latina, exilou-se na França. Retornou ao Brasil em outubro de 1979, incorporando-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos. Seu coração parou no dia em que retornava ao Brasil seu companheiro de partido João Amazonas.

O pedido não chegou a ser examinado pela CEMDP, considerando despacho da conselheira Maria Eliane Menezes de Farias, que encaminhou administrativamente para a Comissão de Anistia, *“que tem ‘in casu’, competência para analisar o pedido formulado nos autos”.*

JAYME GOIFMAN (1928 – 1998)

Número do processo: 140/04

Filiação: Liuba e Nute Goifman

Data e local de nascimento: 15/08/1928, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 31/07/1998, Hospital SEMPER, em Belo Horizonte

Berta Cudischevitch Goifman, viúva de Jayme, requereu à CEMDP. Estando fora do prazo legal, foi remetido administrativamente à Comissão de Anistia. Nascido em 1928, Jayme foi militante do PCB desde sua juventude. Presidiu a União Israelita de Belo Horizonte, desenvolvendo intenso trabalho social. Em 1977, foi preso e torturado no DOI-CODI/MG. Faleceu, vítima de câncer, em 31/07/1998, aos 69 anos. Encaminhado à Comissão de Anistia em 04/10/2004.

EDUARDO LICARIÃO DE SÁ RORIZ (1954 – 1995)

Número do processo: 158/04

Filho de José Mendes de Sá Roriz, morto em 1973. Tinha 17 anos na data em que o pai foi morto, sendo preso e torturado, o que lhe ocasionou seqüelas físicas e emocionais. Faleceu em 01/09/1995 e não chegou a ser examinado pela CEMDP, sendo encaminhado à Comissão de Anistia 04/11/2004.

OSÓRIO RODRIGUES DA SILVA

Número do processo: 064/02

Foi protocolado erroneamente, pois se refere a pessoa viva que requeria a revisão de sua aposentadoria especial com base na Lei da Anistia, sendo encaminhado à Comissão de Anistia em 13/01/2003.

JOÃO FERREIRA DE MACEDO SOBRINHO

Número do processo: 037/02

Data e local de nascimento: 16/05/1917, Caicó (RN)

Filiação: Joana Jovelina de Macedo e Julião Ferreira de Macedo

Organização política ou atividade: sindicalista

Data e local da morte: 03/04/1974, Natal (RN)

Relator: Belisário dos Santos Júnior

Indeferido em: 22/04/2004

João Ferreira foi líder sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados em Natal (RN) durante o período do Golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart e faleceu quase dez anos após a sua libertação da prisão, onde foi torturado. O relator do processo entendeu, no entanto, que não restou provada, através de documentos ou provas testemunhais, haver ligação entre a prisão e a morte de Ferreira.

As Organizações de Esquerda

(resumo do texto produzido para o projeto “Brasil Nunca Mais” -1985)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

Fundado em março de 1922 em Niterói, Rio de Janeiro, sob impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Desde seus primeiros passos esteve vinculado às concepções da Internacional Comunista (3ª Internacional), fundada por Lênin em 1919. Seu surgimento marcou o momento de declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na direção das primeiras lutas. Com o surgimento do PCB vai crescer gradual e permanentemente o prestígio do marxismo no movimento operário e sindical, que seguiria progredindo nas décadas seguintes.

Até a democratização, o PCB só viveu três períodos de legalidade: duas fases brevíssimas na década de 20, e um terceiro, de dois anos, no final da 2ª Guerra, quando caiu a ditadura do Estado Novo. Idêntico destino de vida clandestina compulsória haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas após o Golpe de 1964.

A partir do início de 1935, o PCB concebeu, inspirou e dirigiu um amplo movimento de frente nacionalista e democrático intitulado Aliança Nacional Libertadora (ANL) que pregava transformações democratizantes e moralizadoras da vida política, o fim da corrupção eleitoral e a defesa dos interesses nacionais perante os grupos econômicos estrangeiros. Nessa etapa de crescimento de suas fileiras e influência política, o PCB atraiu para seu quadro a mais expressiva liderança do movimento dos jovens oficiais que havia sacudido o país desde 1922 com bandeiras anti-oligárquicas: Luís Carlos Prestes. Amedrontado com o crescimento da ANL, Getúlio Vargas proibiu as atividades dessa frente, em 11 de julho. Entre 23 e 27 de novembro, o PCB tenta, em resposta, desencadear uma insurreição popular a partir de levantes em quartéis do Nordeste e do Rio de Janeiro, onde era forte sua penetração após a absorção de importantes lideranças do movimento tenentista.

A tentativa fracassa deixando um saldo de mortos de ambas partes, e é punida com uma repressão desenfreada sobre os comunistas. É o início de uma escalada endurecedora do regime que culminou com a decretação do regime ditatorial pleno em novembro de 1937: o Estado Novo. Os acontecimentos de 11/1935 foram estigmatizados pelos militares como “Intentona Comunista”.

Abalado pela ação repressiva, o PCB só rearticula-se de modo consistente a partir de 1943, quando já se iniciava a fase agonizante do Estado Novo. A derrota do anti-facismo no campo internacional em 1945 foi seguida, também no Brasil, da recuperação do prestígio político dos comunistas. Nas eleições para a Constituinte de 1946 o PCB conquistou 10% do eleitorado nacional após uma campanha em que seus comícios contavam com poderoso afluxo popular. Mas em maio de 1947 as elites anticomunistas, rearticuladas no interior do Governo Dutra, obtiveram judicialmente a cassação do registro do PCB e dos mandatos eletivos de seus parlamentares.

O PCB voltaria a ampliar sua presença entre setores populares – especialmente na área sindical – na segunda metade dos anos 50. A margem razoável de legalidade democrática respeitada pelo Estado durante o Governo Constitucional de Getúlio Vargas e no mandato de Juscelino Kubitschek permitiu que o PCB participasse na vida parlamentar do país, abrigando-se em legendas de partidos registrados. O PCB desenvolveu, nesses anos, uma fértil atividade editorial, publicando sucessivamente, ou de forma simultânea, o semanário legal *Novos Rumos*, *Imprensa Popular*, *Gazeta Sindical*, *Terra Livre*, a revista teórica *Problemas* e os tradicionais órgãos partidários *A Classe Operária* e *Voz Operária*.

A primeira divisão mais expressiva das fileiras do PCB, que resultou em duas forças partidárias com linhas políticas claramente diferenciadas, consumou-se em 1962. Tal cisão teve seus primeiros fundamentos na maneira descontraída de reagirem os militantes e dirigentes do partido ao impacto das revelações dos desmandos de Stálin, feitos por Nikita Krushev no 20º Congresso do PCUS, de 1956. Após a perplexidade primeiro momento, a maioria do aparelho dirigente encaminha-se para um alinhamento com a nova orientação soviética, assume a necessidade de rever a leitura histórica de toda época stalinista e absorve as formulações sobre coexistência pacífica entre os blocos socialista e capitalista e da viabilidade da transição pacífica ao socialismo como orientação para a estratégia geral dos PCs dos diferentes países. Um grupo de dirigentes importantes do PCB, como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e, em seguida, Diógenes Arruda Câmara, constituem um grupo obstinado a discordar da nova orientação. Em torno deles seria composta uma área de luta interna que acabaria chegando ao rompimento completo em

1962, com a criação do PCdoB. Quando esses dois partidos passam a existir como forças independentes, o PCB começa a ser referido regularmente como "pró-soviético", enquanto o PCdoB fica conhecido como "pró-chinês", em virtude do alinhamento assumido no decorrer do conflito sino-soviético.

Em todo esse período o PCB aparece como um partido que defende um programa de transformações democrático-burguesas, tendentes a desenvolver um capitalismo nacional que é visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. A revolução brasileira é caracterizada assim como nacional, democrática, anti-oligárquica e anti-imperialista. Estrategicamente, apesar de formulações esporádicas apontando a necessidade de se organizar a violência revolucionária das massas como passo necessário da luta popular, a linha seguida pelo PCB no início dos anos 60, defende cada vez mais claramente uma estratégia de transição pacífica. Na esfera tática, a ação do PCB guarda coerência com os pressupostos de seu programa e de sua estratégia: aliança com a burguesia nacional na defesa de medidas protecionistas e nacionalizantes e apoio à campanha pelas "Reformas de Base", o que se fortalece com a posse João Goulart. Por fim, uma condenação resoluta dos grupos trotskistas, maoístas, brizolistas e da esquerda cristã, que proponham uma linha de ação mais agressiva naquela etapa da vida nacional.

Em 1964 o PCB não acreditava na possibilidade de uma ação vitoriosa da direita, como muitos já temiam. O Secretário Geral do partido, Luís Carlos Prestes, chegava a se pronunciar publicamente sobre tal questão, nas vésperas da deposição de Goulart afirmando que se a direita ousasse atacar a legalidade constitucional teria sua cabeça decepada. Surpreendido, portanto, pelo golpe militar de abril, o PCB sofre seriamente com a repressão. Inúmeros dirigentes são presos e torturados. É desmantelado pela repressão o aparelho sindical estruturado nas últimas décadas; intelectuais vinculados ao partido são fustigados, hostilizados, demitidos de funções públicas e processados em todos o país; forjam-se em todos os estados os famosos "IPMs da Subversão" (Inquéritos Policiais Militares), que atribuem ao PCB a responsabilidade por tudo que existiu de apoio ao governo deposto.

Superado o primeiro momento do vendaval repressivo, o PCB dedica-se a inventariar as razões da derrota, em novas condições de clandestinidade rigorosa. Polariza-se agudamente o debate. É provável que a maior parte dos organismos de base e intermediários do partido tenham uma leitura da derrota como o resultado de uma linha equivocadamente conciliadora. A direção do PCB

também se divide na avaliação. Um setor expressivo, com nomes de porte de Carlos Marighella, Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e a maioria dos dirigentes mais jovens alinha-se mais ou menos em torno de tal análise autocrítica. Prestes, no entanto, será a figura mais forte do grupo de dirigentes que esgrimam argumentos opostos: os erros do partido tinham se dado "pela esquerda", houve precipitação extremista e aventureirismo, era necessária uma linha de maior moderação e avanços lentos para bloquear a reação da direita.

Decide-se encaminhar a preparação do 6º Congresso do partido – como fórum soberano para unificar a avaliação. As teses preparatórias ao Congresso, baixadas à base, carregadas da segunda avaliação e reafirmando a linha anterior do PCB como a única correta, despertam forte reação contrária. Desencadeia-se um processo de luta interna que, mais uma vez, culminaria em medidas disciplinares de destituição, punições e expulsões, acusações mútuas de divisionismo e abandono do marxismo, golpismo e outros desvios condenáveis que culminaria à luz das concepções comunistas.

Quando, em dezembro de 1967 é realizado o 6º Congresso, os dissidentes já estavam expulsos e só comparecem os aliados de Luís Carlos Prestes. As resoluções do 6º Congresso sacramentam as posições dos que se agruparam em trono de Prestes na condenação do caminho armado e na realização da linha anterior a 64, em todos os seus aspectos básicos. Naquele momento já estavam sedo constituídas, como organizações independentes, as várias dissidências. Comum a maioria das organizações dissidentes será o projeto de passar-se imediatamente à preparação da luta armada guerrilheira, na esteira da maré que varria toda a América Latina após o impacto da Revolução Cubana.

O PCB condena publicamente a luta armada, combate a campanha pelo voto nulo, encetada por todo o resto da esquerda em 1970 e defende a necessidade de manter uma atividade recuada e defensiva durante a escalada repressiva que se seguiu ao AI-5. Reitera seu programa democrático-burguês, sua estratégia de transição pacífica ao socialismo e renova sua tática de avançar sempre amparado nos conceitos de moderação, cautela, flexibilidade e habilidade política. Situando-se à margem da luta armada desencadeada por outros grupos entre 1968 e 1974, o PCB ficará relativamente resguardado da repressão seletiva que o novo aparelho de segurança do Regime Militar dirige, num primeiro momento, prioritariamente contra os grupos guerrilheiros. Paradoxalmente, portanto, é no curso dos anos mais duros da repressão pós-64, que o PCB conseguirá reconstruir parcialmente seu aparelho partidário.

rio, assegurando alguma penetração no ME (ME) desmobilizado, estruturando bases entre intelectuais e assegurando uma presença estacionária em determinadas áreas de luta sindical. Publica regularmente seu órgão oficial, o Voz Operária, com a persistente propaganda da "derrota da ditadura militar" por meios institucionais, palavra-de-ordem que acabava contendo um significado de contraposição aos grupos marxistas situados mais à esquerda, que sustentavam a necessidade da "derrubada da ditadura".

Ao contrário do demais partidos marxistas, que nos primeiros 10 anos de Regime Militar lutaram pelo boicote à atividade parlamentar, denunciando seu caráter fachada, o PCB fez-se presente desde o primeiro momento nas atividades do MDB, conseguindo eleger por intermédio dessa legenda alguns parlamentares vinculados a suas propostas partidárias. Quando em 1974 a sociedade civil reformula seu procedimento predominante na fase anterior de abstencionismo eleitoral, e opta pelo fortalecimento do MDB, nota-se que o PCB pode ser apontado, no amplo espectro da esquerda clandestina, como o único partido que teve seu aparelho orgânico preservado quase intacto na escalada pós AI-5, além de considerar-se fortalecido "moralmente" com relação aos grupos que se lançaram a luta armada.

Mas à medida que o aparelho repressivo constata ter assegurado um controle seguro sobre a ação das organizações armadas e dos grupos marxistas tido como radicais, volta-se para a aplicação de um plano de aniquilamento do PCB. No triênio 74/76 o PCB é vítima de feroz repressão em todo o país, enfrentando sucessivas ondas de prisões e processos com dezenas e centenas de réus. Parte importante de seus dirigentes nacionais é assassinada nos porões da repressão política do regime, sem que as autoridades assumissem qualquer responsabilidade sobre uma série de "desaparecimentos". Nessas seqüências de prisões, seriam assassinados sob tortura no DOI-CODI de São Paulo o jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e o operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, o que gerou forte reação da sociedade civil e até mesmo uma crise no governo Geisel, que deixou feridas na unidade das Forças Armadas.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

É comum apontar como marco de seu nascimento a realização de uma "conferência Nacional Extraordinária" pelos dissidentes do PCB alinhados com João Amazonas, em fevereiro de 1962, em São Paulo, que resultou no lançamento do novo partido e aprovação de seu "Manifesto-Programa". Cabe registrar, entretanto, que o PCdoB sempre reivindicou ser o continuador do autêntico do partido fundado em 1922, apontando a data de 1962 como um mero

momento de "reorganização". Em março de 1962 o PCdoB retomou a publicação de *A Classe Operária*, órgão fundado em 1925 e que tivera sua edição interrompida.

Até 1964 apresenta linha de atuação marcada por uma postura à esquerda do PCB, embora limitada pelo reduzido porte de seu quadro partidário e pela necessária concentração de esforços nas tarefas de organização interna. Sua proposta programática não modificou substancialmente a análise sustentada pelo partido na fase anterior à cisão. No campo da estratégia, no entanto, desde o primeiro momento o PCdoB desfechou intransigente crítica à linha pacífica do PCB e, aos poucos, foi se compondo um pensamento global a respeito de como deveria se desenrolar a luta revolucionária no país.

Após o golpe de 1964, o PCdoB ampliou sua área de influência estruturando algumas bases operárias, implantando-se no meio estudantil e enviando à China Popular uma equipe de quadros que passaria por estudos teóricos e adestramento militar para, em seguida, deslocar tais militantes especializados para zonas rurais do Brasil. Adota, portanto, a fórmula maoísta do "cerco das cidades pelo campo" e combate o debraysmo que influenciava outros grupos clandestinos, tachando-os como ideologia pequeno-burguesa por negar a necessidade de um partido leninista para conduzir a guerra revolucionária.

Em 1966 é realizada a "VI Conferência" do PCdoB, que apesar de aprovar a transferência do centro de gravidade do trabalho do partido para a área rural, funcionou como estopim de uma luta interna de setores que não confiavam nos propósitos da direção em efetivamente passar à preparação da luta armada. O documento aprovado nessa Conferência – *"União dos brasileiros para livrar o país da ditadura e da ameaça neocolonialista"* – é qualificado de oportunista e vacilante por numerosas bases estudantis e setores provenientes das antigas Ligas Camponesas. Tal luta resultou, no nordeste, no surgimento de uma dissidência intitulada PCR – Partido Comunista Revolucionário –, enquanto em São Paulo e outros estados do centro-sul nasceu a Ala Vermelha do PCdoB.

De 1968 em diante, o PCdoB conseguiu desenvolver um trabalho de aproximação com a AP, terminando por recompor, com vantagens, as perdas sofridas naquelas duas cisões. Do alinhamento comum com as posições chinesas nasceu uma aliança entre a AP e o PCdoB no ME que evoluiu para uma aproximação de suas estruturas orgânicas. Após um controvertido e tenso processo de discussão sobre a junção das duas organizações, o PCdoB terminou absorvendo para suas fileiras, em 1972, a parcela majoritária da AP, potencializando a intervenção política à escala nacional.

Desde fins de 1966 o PCdoB dedicava-se à implantação lenta de quadros partidários numa área da Amazônia limitada, a Leste, pelo rio Araguaia, no sul do Pará. Essa região tinha sido eleita como área estratégica para o nascimento de um futuro embrião do Exército Popular Guerrilheiro. Entre os que para lá foram enviados num primeiro momento, estavam alguns dos militantes retornados da viagem à China. Por volta de 1969/1970 é engrossado o fluxo de militantes que se deslocou para a área, trazendo agora inúmeras lideranças estudantis de 1968, que a partir do AI-5 eram obrigadas pela perseguição policial a viverem na clandestinidade. Em abril de 1972, quando o número de militantes do PCdoB deslocados para a região já beirava a casa de uma centena, os órgãos especiais de repressão ao Regime Militar descobriram a implantação da área de guerrilhas e desfecharam imediata ofensiva militar. Iniciados os combates armados, as forças governamentais sofreram duros revezes numa primeira etapa. A "Guerrilha do Araguaia" é a experiência melhor estruturada dentre todas as que foram vivenciadas pelos diversos grupos no período, embora o desfecho em 1974 apontasse igualmente uma vitória militar das forças do governo, que esmagaram o agrupamento, eliminando a maioria de seus integrantes.

Nos anos seguintes, o PCdoB conseguiu recompor seu aparelho partidário, contando para isso com um expressivo enraizamento no meio estudantil, e dedicou-se ao balanço autocrítico da experiência guerrilheira. Confrontavam-se na direção do partido duas avaliações acerca da Guerrilha do Araguaia, quando os órgãos de segurança interromperam uma reunião clandestina do Comitê Central do PCdoB, em dezembro de 1976, em São Paulo, assassinando três dos presentes e aprisionando a maioria dos restantes. O episódio ficou conhecido como "Massacre da Lapa".

Em 1978 o PCdoB desvinculou-se publicamente do Partido Comunista Chinês e do próprio maoísmo, mantendo a partir de então laços privilegiados, no campo internacional, unicamente com a Albânia, apontada em seus documentos como único país verdadeiramente marxista-leninista de todo o mundo.

AP – Ação Popular

Surgiu em maio/junho de 1962, com as características de "movimento político", e não partido, coroando uma evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica, em especial a JUC- Juventude Universitária Católica – tinham vivido desde meados dos anos 50. Sua base estava localizada fundamentalmente na área estudantil, assegurando hegemonia política na composição das diferentes diretorias da UNE na fase pré – 64.

Realiza seu primeiro Congresso em fevereiro de 1963, na Bahia, onde aprova um "Documento-Base" que resume as concepções da organização naquele momento. A AP é definida como "expressão de uma geração" e a problemática das classes sociais é apenas tocada de passagem no texto. Trata-se, portanto, nesse seu nascimento, de um grupo que conta com ampla influência na área estudantil e forte potencial de crescimento aí, mas limitado ainda por uma estrutura orgânica extremamente frágil e numerosas indefinições de natureza política. No momento de sua fundação a AP já contava com certa atuação junto ao meio camponês, através do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à igreja, que realizava programas radiofônicos de educação de adultos, especialmente no Nordeste. Preocupava-se também em estabelecer alguma penetração no meio operário.

Em 1963 e no início de 1964 sua linha de atuação tática se caracterizava pela defesa de opiniões à esquerda do PCB. A AP sofreu, como todo o restante da esquerda, o impacto e os prejuízos acarretados pelo golpe militar de 1964. A rearticulação de suas forças no período subsequente teve como preocupação determinante a busca das definições políticas ainda inexistentes. Uma "Resolução Política" de 1965 revela um claro direcionamento rumo à utilização do pensamento marxista como seu método de análise. A luta armada é apresentada, nesse texto, como caminho necessário para a Revolução Brasileira e, no âmbito do programa partidário, afirma-se que essa revolução terá um caráter "Socialista de Libertação Nacional".

Entre 1966 e 1967 a AP transita para a adoção formal do marxismo como pensamento da organização. Os dirigentes que se alinham com o pensamento de Mao Tse-Tung conquistam hegemonia na AP quando retornam de uma viagem de estudos à China Popular e introduzem uma fase de mudanças bruscas na fisionomia relativamente eclética da organização. O calor da "Grande Revolução Cultural Proletária" é trazido para o Brasil e chega a acarretar até episódios pitorescos, como o fato de se exigir, a partir daí a "autocrítica de Deus" para todos os militantes que anteriormente haviam sido cristãos, como condição mesma para se permanecer na AP. Muitos dos fundadores da AP em sua fase cristã, que defendiam a chamada "transição indolor ao marxismo" acabam sendo afastados e é provável que o contingente da organização tenha-se reduzido, então, de 5.000 para algumas centenas de militantes.

A partir de 1967, quando a AP reforça seu peso no ME, sua linha política já tem todas as características de um partido tipicamente maoísta. Conseqüência disso cresce dentro da organização a leitura de textos marxistas chineses e inicia-se um amplo processo

de deslocamento dos militantes estudantis e intelectuais – quase a totalidade da AP – para trabalharem e atuarem politicamente como operários e camponeses, numa campanha que ficou conhecida como “Movimento de Proletarização”. Em maio de 1968 foi lançado o nº 1 do jornal *Libertação* – órgão oficial da AP por muitos anos. Nessa época a organização passou a atuar em aliança com o PCdoB, especialmente no ME, numa aproximação que era inspirada, logicamente, pela identidade comum com as idéias maoístas .

Embora não tenha formulado até então uma linha estratégica oficial, fica evidente a inclinação da AP para a defesa do mesmo caminho estratégico proposto pelo PCdoB, o da Guerra Popular Prolongada, com cerco das cidades pelo campo. Suas propostas programáticas são também semelhantes e sua tática é marcada pela estimulação de lutas amplas de massa contra ditadura militar, passeatas estudantis, voto nulo nas eleições entre ARENA e MDB e recusa ao diálogo com as autoridades federais nas questões universitárias. Mesmo composta ainda majoritariamente de estudantes, a AP passou a ter alguma presença no movimento sindical, onde procura fortalecer a oposição aos dirigentes “pelegos” e apoiar lutas grevistas. Desenvolveu também experiências de organização de camponeses.

A atuação conjunta com o PCdoB evoluiu nos anos seguintes para uma divisão da AP entre o agrupamento que defendia a incorporação da organização àquele partido e os que se opuseram. Em 1972 aprofunda-se a luta interna e consolida-se a cisão. Prepara-se II Congresso da AP, que decidiria soberanamente a respeito do problema. O agravamento das divergências, as graves dificuldades de segurança que cercariam a realização de um congresso num período como aquele e o desencadeamento da luta guerrilheira do Araguaia, dirigida pelo PCdoB, precipitaram o processo, com a ruptura se consumando sem a realização de qualquer congresso.

É provável que a maior parte da AP tenha optado pela incorporação ao PCdoB. Por mais um ano, ambas as alas reivindicaram, no entanto, a persistência de sua autoridade de dirigentes da AP e de legítimos responsáveis pela sigla. A ala que se incorporou ao PCdoB utilizou-se pela última vez da sigla AP em maio de 1973, lançando o documento “Incorporemo-nos ao PCdoB”, assinado pelo Bureau Político do Comitê Central da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil.

Os que se lançaram à reorganização da AP após a divisão passaram à formação de uma aliança de com a POLOP e o MR-8, constituindo uma Tendência Proletária sediada basicamente no exílio, que

editou a partir de janeiro de 1975 uma revista de debates teóricos intitulada *Brasil Socialista*. Após o afastamento da POLOP dessa frente a AP que nesse período ficou mais conhecida pela designação AP Socialista, elaborou um projeto de fusão com o MR-8, que terminou mais tarde num clima de rispido rompimento. Na etapa de atuação conjunta com o MR-8, a AP conseguiu reestruturar-se no país, contribuindo para a rearticulação do ME, entre 1976 e 1978, através da tendência Refazendo.

Por numerosas vezes após o golpe de 1964, e especialmente a partir de 1969, a AP sofreu golpes do aparelho repressivo do regime militar em ciclos de prisões que atingiram todos os Estados mais importantes do Brasil. Entre 1973 e 1974 a AP Socialista foi duramente atingida pela ação dos DOI-CODI que aprisionaram e executaram sob torturas importantes dirigentes como Paulo Suart Wright, ex-deputado cassado de Santa Catarina, e o último dirigente máximo da UNE, Honestino Guimarães, além de vários outros líderes estudantis das lutas de 1968.

POLOP – Política Operária

A Organização Revolucionária Marxista Política Operária nasceu em fevereiro de 1961, reunindo grupos de estudantes provenientes, basicamente, da Liga Socialista de São Paulo (seguidores de Rosa Luxemburgo) e da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, além de esparsos dissidentes do PCB e simpatizantes do trotskismo. Mais que constituir uma nova alternativa de organização política para a classe operária, no sentido de conduzi-la na luta pelo poder, a POLOP atuou como espécie de “consciência crítica” da esquerda brasileira, voltando-se prioritariamente para o debate teórico e doutrinário.

Editou um jornal intitulado *Política Operária*, cujas iniciais terminaram por dar o nome pelo qual a organização ficou conhecida. Encetou luta ideológica contra o PCB, rebatendo a análise que este partido desenvolvia a respeito da realidade nacional e do momento político vivido nos antecedentes do golpe de 1964. Rejeitava o conteúdo nacionalista e desenvolvimentista que a propaganda comunista carregava naquela fase, insistindo na inclusão da problemática das classes sociais como centro da propaganda revolucionária e rejeitando a existência de qualquer identidade nacional com setores da burguesia brasileira.

Antes de 1964 não chegou a formular documentos definitivos estabelecendo oficialmente suas concepções políticas, mas seu discurso caracterizou-se, até o Golpe, por uma linguagem agressiva que denunciava um esquema de “colaboração de classes” na prática do PCB durante o governo Goulart e nos anteriores. Após o

Golpe, viveu um certo período de fortalecimento e atraiu para suas fileiras, ou para seu campo de simpatia, setores expressivos dos militares nacionalistas envolvidos nas mobilizações de sargentos e marinheiros entre 1963 e 1964.

Em 1967 o 4º Congresso aprova, com escassa maioria, o conhecido Programa Socialista para o Brasil basicamente redigido por "Ernesto Martins" (Erick Sacks), com uma leitura da realidade econômico-social brasileira bastante diferente da que era feita pelo PCB, o que levava a uma conclusão fundamental: a burguesia brasileira não deveria ser vista como aliada da classe operária na luta revolucionária. O caráter da revolução não deveria ser apontado, portanto, como "Nacional e Democrático", e sim Socialista. O próprio desfecho da crise de 1964 foi ostentado, pela POLOP, como prova do alinhamento da burguesia brasileira com o capital monopolista internacional e como desmistificação de seu suposto potencial anti-imperialista.

Numa seqüência de quatro documentos intitulados Aonde Vamos?, também escritos por "Ernesto Martins", a POLOP desenvolve outros aspectos de sua linha política, concluindo, no campo da estratégia, que o caminho da luta armada no Brasil deveria centrar-se no esquema do foco guerrilheiro teorizado pelo intelectual francês Régis Debray como sistematização da experiência cubana. Isso aparentemente representava uma contradição com as idéias gerais da POLOP, apontando claramente para uma estratégia da luta urbana.

Após atrair os referidos grupos de militares remanescentes do Movimento Nacional Revolucionário, a PALOP envolveu-se em duas articulações voltadas para a deflagração de ações guerrilheiras. A primeira, em 1964, abortada pela repressão no Rio de Janeiro ainda na etapa de planejamento e discussões, ficou conhecida ironicamente como Guerrilha de Copacabana. A segunda foi reprimida em 1967, quando se iniciava uma implantação de quadros e treinamentos militares numa área montanhosa nas fronteiras entre Minas, Rio e Espírito Santo, sendo registrada na época como Guerrilha de Caparáó.

Por volta de 1967, o surto de cisões e lutas internas que sacudiu o PCB no balanço das causas da derrota de 1964 se irradiou também para a POLOP, cuja direção começou a ser criticada por imobilismo e até mesmo por incorrer em posicionamento reformistas. Assim como nas dissidências do PCB, na POLOP a questão da deflagração imediata da luta armada, nos moldes propostas pela OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade – ocupou a disputa interna.

No fim de 1967 e início de 1968 o que restou da POLOP fundiu-se à Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul, para formar uma nova organização intitulada POC – Partido Operário Comunista, enquanto incorporava também uma dissidência de estudantes secundaristas ligados ao PCB no Rio de Janeiro. Em abril de 1970, um grupo de militantes se desliga do POC para voltar a constituir a POLOP, agora rebatizada com o nome OCML-PO, daí em diante mais conhecida pela sigla abreviada, "P.O".. A nova POLOP manteve oficialmente como documentos básicos o Programa Socialista para o Brasil e outros textos da fase anterior ao surgimento do POC, apropriando-se do jornal Política Operária, que deixou de ser órgão do POC.

Como já foi visto, em janeiro de 1975 foi lançada no exterior a revista teórica Brasil Socialista, editada conjuntamente pela AP, MR-8 e POLOP, que então constituíam uma Tendência Proletária voltada para um projeto comum de construção do partido revolucionário no país. Três anos mais tarde a POLOP se retirou dessa frente por discordar da preocupação crescente das duas outras organizações com a inclusão das bandeiras democráticas no centro da propaganda tática dos revolucionários naquele momento histórico. É provável que em todo o seu período de existência a POLOP não tenha ultrapassado a casa dos mil militantes. No fundamental, seu maior peso esteve alicerçado no meio estudantil e, quando do nascimento, contou com alguns jovens intelectuais e estudantes de expressão, além de numerosos professores universitários nos anos posteriores.

PORT – Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

As primeiras dissidências de inspiração trotskista surgidas no Brasil remontam a 1929, logo após a expulsão de Trotsky da União Soviética. Os primeiros comunistas brasileiros que se alinharam com as idéias de Trotsky quando de seu rompimento com o Partido dirigido por Stálin organizaram-se como Liga Comunista Internacionalista ou Oposição Internacionalista de Esquerda. De início os trotskistas brasileiros acreditavam na possibilidade de "regeneração do PCB" e atuavam prioritariamente como propagandistas de posições políticas destinadas a viabilizar a esperada mudança.

Como regra geral, os trotskistas brasileiros não lograram constituir partidos com penetração expressiva no movimento operário e suas fileiras tiveram composição marcadamente intelectual. Em 1937, quando boa parte do CC do PCB se encontrava nos cárceres políticos de Getúlio Vargas, ocorreu uma cisão trotskista liderada por Herminio Sachetta no Regional de São Paulo, que foi acompanhada por um certo número de bases operárias. Esse grupo criou

um Partido Socialista Revolucionário, em 1943, que se dissolveu no final da mesma década. Em 1938 Trotsky fundou no México a IV Internacional e a partir daí o trotskismo brasileiro passou a ter nesse organismo sua referência fundamental. Em 1953, quando a IV Internacional era dirigida por Michel Pablo, foi fundado no Brasil Partido Operário Revolucionário (Trotskista), sob influência do argentino Hornero Cristali, conhecido pela alcunha de J. Posadas, responsável pelo Birô Latino-Americano da IV Internacional.

O PORT ganhou alguma repercussão de âmbito nacional nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar, quando, apesar de reduzido a pequenos contingentes de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, destacava-se pela proposição de táticas radicais de mobilização, dinamizando as Ligas Camponesas no Nordeste, buscando penetrarem determinadas bases das Forças Armadas e opondo-se frontalmente a qualquer política de moderação, como a proposta pelo PCB naquele momento.

Com o Golpe Militar, o PORT foi atingido pela repressão, formando-se contra ele volumosos processos, especialmente em Pernambuco e São Paulo. Gradualmente conseguiu recompor seu aparelho orgânico para manter, a partir de 1966, uma intervenção restrita ao meio estudantil e algumas áreas operárias, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília. Condenou energicamente os grupos que se lançaram à luta armada em 1968 e tentou deslocar seus reduzidos contingentes para o meio sindical, embora fossem em sua maioria provenientes do ME. Com pequena penetração de massa e tratado quase sempre com ironia pelos demais grupos marxistas, o PORT viveu novos golpes da repressão entre 1970 e 1972, ao mesmo tempo em que seus posicionamentos políticos passaram a desencadear, desde 1968, processos internos de cisão para constituição de outros agrupamentos trotskistas.

ALN - Ação Libertadora Nacional

A ALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos que deflagraram ações de guerrilha urbana no período 68/73. Nasceu como cisão do PCB entre 1967 e 1968 e sua história está indissolivelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e possivelmente a liderança de maior carisma naquele partido fora Luís Carlos Prestes. A cisão que deu origem a ALN pode ser narrada pela própria trajetória de Marighella. Logo após o Golpe de 1964, esse dirigente comunista foi preso no Rio de Janeiro e baleado quando tentava resistir à prisão, mesmo desarmado. No ano seguinte escreveu "Porque resistir à prisão", onde transparecem alguns questionamentos que levantava no interior da direção do PCB.

Marighella considerava que o partido tinha se revelado despreparado para a luta quando da crise de agosto de 1961, em que a renúncia do presidente Jânio Quadros jogara o país na beira de uma guerra civil e a resistência ao golpismo da direita fora dirigida por Brizola e setores nacionalistas, enquanto o PCB se mantivera apático e desnorteado. O despreparo se manifestara novamente, em abril de 1964. Tratava-se, portanto, de realizar a autocrítica de toda uma política sustentada pelo PCB naquele período, que classificou como sendo de "subordinação a burguesia". Argumenta que o papel de uma classe é definido pelo seu setor fundamental e que, no Brasil, o setor fundamental da burguesia estava vinculado a grupos multinacionais, sendo, portanto inimigo de qualquer revolução popular. Propõe deslocar para a área rural o eixo central das preocupações organizativas do partido, trocando o binômio da aliança burguesia-proletariado para proletariado-campesinato. Por fim, considera necessário superar o pacifismo do PCB e desenvolver uma teoria revolucionária para o Brasil, tirando o marxismo do "esclerosamento" em que se encontrava no país.

No final de 1966 Marighella se desliga da Comissão Executiva do PCB e já no início de 1967 lidera a Conferência Estadual do partido em São Paulo, que se posiciona contra as teses encaminhadas pelo Comitê Central em preparação ao VI Congresso. Passo seguinte rumo à constituição da ALN foi sua viagem a Havana, onde participou, em julho e agosto de 1967, da assembléia da Organização Latino Americana de Solidariedade - OLAS - que reuniu setores da esquerda e grupos guerrilheiros de todo o continente, numa tentativa de articular um plano de ação revolucionária que reeditasse, em certa medida, a experiência de Bolívar na Guerra da Independência.

Em Cuba, Marighella produz uma série de textos e cartas onde lança as idéias básicas que orientariam sua trajetória e da própria ALN. Além da crítica à visão do PCB sobre o papel da burguesia no processo revolucionário brasileiro, declara a necessidade de passar imediatamente a luta armada. Nesse momento, se afasta de outros setores dissidentes do PCB e timbra um caminho próprio quando rejeita a idéia de construir um novo partido. "A ação faz a vanguarda", torna-se lema central da organização e a ALN começa a surgir com uma estruturação orgânica pouco precisa, sem uma direção coletiva, adotando a "autonomia tática dos grupos armados", sob a consigna de que ninguém precisa pedir licença a ninguém para fazer a Revolução.

Em fevereiro de 1968 é lançado o jornal oficial da ALN, com o nome de O Guerrilheiro, embora a denominação Ação Libertadora Nacional viesse a se estabelecer apenas em 1969. Esse jornal aparecia en-

tão sob a chancela do "Agrupamento Comunista de São Paulo" mais conhecido como "Ala Marighella". É nesse mesmo ano, marcado por intensas lutas estudantis nas ruas de todas as capitais brasileiras, que a ALN desencadeia suas primeiras ações armadas, exercendo atração sobre contingentes expressivos de militantes, especialmente no meio estudantil, e conquista em pouco tempo envergadura nacional. Em setembro, de 1969, a ALN ganha visibilidade nacional e internacional quando executa, conjuntamente com o MR-8, o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, cujo resgate foi a libertação de 15 prisioneiros políticos e a divulgação de um manifesto revolucionário pelos principais meios de comunicação do país.

A escalada repressiva, redobrada após o seqüestro, terminou por atingir o próprio Marighella, que foi morto em 4 de novembro, em São Paulo, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, num rumoroso episódio que envolveu, no noticiário sensacionalista encomendado pelos órgãos de repressão, o nome de vários religiosos dominicanos apontados como membros da ALN. A sua morte abalou a capacidade de ação da ALN e a inexistência de uma direção colegiada só não foi mais danosa à sobrevivência do grupo porque o comando pessoal de Marighella já era notoriamente acompanhado de perto pela liderança de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", também antigo dirigente do PCB.

Quando, no início de 1970, Câmara Ferreira passou a desenvolver um trabalho de reorganização da ALN, cerca de mil militantes e simpatizantes da organização já tinham sido detidos, especialmente em São Paulo. Procura-se estabelecer uma estruturação orgânica melhor definida e coloca-se ênfase na implementação de uma "Frente Revolucionária" com as demais organizações voltadas para a guerrilha urbana, que ficaria conhecida como "Frente Armada".

Em todo o ano de 1970 as prisões efetuadas pelos órgãos de repressão continuam atingindo a ALN. O próprio "Toledo" é localizado na noite de 23 de outubro, seqüestrado e morto sob torturas. A partir de então a ALN vai se ressentir da inexperiência das direções que se sucedem com as contínuas prisões, incapazes de levar a termo um balanço auto-crítico que volta e meia se insinuava nas fileiras da organização. Começa a ser perceptível o isolamento político da luta armada, há carência de quadros e o trabalho político é insuficiente para repor a hemorragia de militantes atingidos pela repressão.

Em novembro de 1970 sai o número dois de O Guerrilheiro, dois anos após o primeiro número, e a partir de 1971 é retomada com regularidade a publicação desse jornal. Entre 1971 e 1972 foi produzido também um jornal destinado à distribuição mais am-

pla, contendo propaganda das ações executadas: o Venceremos. Documentos políticos de 1973 revelam um recuo em direção ao trabalho de massa, como tentativa de romper o círculo vicioso das operações armadas para manutenção da estrutura clandestina do grupo, que por sua vez existia basicamente para o desencadeamento daquelas ações.

A incapacidade de estancar as seqüências de prisões e a ferocidade redobrada com que a repressão se lançou á perseguição desse grupo após ele ter fuzilado alguns das forças repressivas acabariam comprometendo a sobrevivência da ALN. Entre abril e maio de 1974 ocorre um derradeiro fluxo de prisões que desarticula a última direção desse grupo.

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

A gênese do PCBR remonta a 1964 quando Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, apresentou um plano de balanço dos acontecimentos que desembocaram no Golpe Militar, com uma ótica oposta à que era utilizada pelos que se agruparam em torno de Prestes no Comitê Central. As mesmas linhas gerais que inspiravam os fundadores da ALN, do MR-8 e de outras "dissidências" regionais estavam presentes num conjunto de expressivos militantes – em torno de 5000 conforme os cálculos do próprio PCB mais tarde – que se reuniram sob a liderança de Mário Alves. Este era acompanhado de nomes como o do legendário dirigente comunista Apolônio de Carvalho, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola e herói da Resistência Francesa, Jacob Gorender, principal economista da direção do PCB e Jover Telles, ex-deputado estadual no Rio de Janeiro, ligado ao movimento operário e autor de um importante estudo do tema.

Na preparação do 6º Congresso do PCB os grupos dissidentes já evoluíam para a afirmação de caminhos próprios, quando se consumou a expulsão dos principais dirigentes contestadores. Entre eles se incluíam os fundadores do PCBR. A proposta geral do PCBR consistia na reformulação da linha tradicional do PCB a respeito do papel da burguesia brasileira, sem, no entanto abraçar a defesa da "Revolução Socialista" como faziam, por exemplo, os dissidentes fundadores do MR-8. A proposta geral programática do PCBR era apresentada com a bandeira de um Governo Popular Revolucionário, que guardava certa semelhança com as idéias defendidas então por Marighella. Mas o PCBR se distanciava nitidamente deste quanto às teses sobre a necessidade de estruturar um novo partido.

O PCBR afirmava posições que guardavam proximidade com as da OLAS, considerava a luta armada guerrilheira eixo estratégico para

a conquista do poder e defendia a necessidade de preparação também da guerrilha urbana e das "guerrilhas locais" a serem desencadeadas em zonas camponesas, mas exibindo características de irregularidade semelhante a da luta urbana. A tática geral seguida pelo PCBR após sua formação procurava, entretanto, um equilíbrio entre o militarismo que se fortalecia na ação dos outros grupos dissidentes e o "massismo" pacifista da prática anterior no PCB. A busca desse equilíbrio provocou tensões internas e drenagem de militantes para outras organizações.

Ao nascer, o PCBR contava com alguma penetração em círculos operários do Rio e mantinha certa penetração em áreas rurais do Nordeste. No ME, o PCBR conseguia hegemonia em Pernambuco e em várias entidades acadêmicas do Rio de Janeiro e Guanabara.

Logo após a fundação do novo partido um grupo liderado por Jover Telles desligou-se para ingressar no PCdoB, apresentando suas razões através de um documento com título pretensioso: "Reencontro Histórico". A resposta do PCBR foi dada em tom incisivo e polemico: "Reencontro Histórico ou Simples Mistificação'?". Muitos anos mais tarde um congresso do PCdoB iria comunicar a expulsão de Jover Telles como autor de traição e como principal responsável pela repressão desfechada contra a reunião do Comitê Central do partido em dezembro de 1976, em São Paulo.

Desde abril de 1969 o PCBR se ocupou com algumas operações armadas voltadas para a propaganda revolucionária. Num contexto em que se aceleravam as atividades dos outros grupos guerrilheiros o PCBR passou a viver um choque interno entre os setores da organização, quando algumas bases, especialmente do Nordeste, acusavam o partido de massismo e exigiam a implementação das operações militares. A pressão desses setores e o profundo acirramento da repressão no segundo semestre de 1969 - criação da OBAN e DOI-CODIs, seqüestro do embaixador norte-americano, golpe branco da Junta Militar na enfermidade do presidente Costa e Silva, decretação da pena de morte - obrigam o PCBR a reforçar sua clandestinidade e exigem operações para obtenção de fundos.

No primeiro assalto a banco realizado no Rio em dezembro, ocorrem prisões que iniciam um fluxo que derrubou, até janeiro, metade do Comitê Central de 13 membros, jogando nas prisões centenas de militantes e obrigando outros 70 a seguirem para a clandestinidade. As conseqüências das prisões poderiam ter sido mais danosas não fosse a heróica postura de alguns dos dirigentes aprisionados, como Apolônio de Carvalho, que terminaria conquistando o res-

peito envergonhado de seus próprios seviciadores, e Mario Alves, trucidado no Quartel da PE, no Rio de Janeiro.

Em junho de 1970 é formado um segundo Comitê Central que reorienta claramente a linha do partido em direção a uma prática idêntica a dos grupos que passavam a constituir a "Frente Armada". As prisões continuariam atingindo o PCBR nos meses seguintes no Rio e no Paraná, e em 1971 o partido sofreria duros golpes em Pernambuco e Bahia. Em 1971 e 1972 o PCBR vive a rotina dos demais grupos voltados para a guerrilha urbana: a estrutura clandestina do partido exigia sucessivas operações para obtenção de recursos e esse ciclo de ações absorvia praticamente todas as atenções dos militantes. As bases estão drasticamente reduzidas e é mínima a penetração política do partido numa conjuntura de repressão política e refluxo de todos os tipos de movimentos de massas. Enquanto no exterior um setor do PCBR que havia se dirigido para o exílio através dos seqüestros de embaixadores ou por outros meios desenvolvia um certo balanço auto-crítico da prática anterior, a direção do PCBR no Brasil manteve, até 1973, uma linha inteiramente balizada pelo círculo vicioso. Em dezembro de 1972 e outubro de 1973, no Rio, membros do 3º Comitê Central foram chacinados pelos órgãos de repressão.

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

Esta sigla foi adotada por duas organizações inteiramente distintas. A DI de Niterói, pequeno grupo dissidente do PCB integrado basicamente por estudantes universitários, adotou a sigla MR-8 como homenagem a Che Guevara e, já em 1968, definiu a necessidade de dedicar-se imediatamente à preparação do foco guerrilheiro. Este primeiro MR-8 teve existência efêmera e não chegou a elaborar uma proposta política global através de documentos escritos. Adotou literalmente as premissas de Régis Debray acerca das potencialidades do "foco guerrilheiro" e jogou todos os seus recursos na instalação de uma infra-estrutura para sua deflagração. A área escolhida foi o Paraná e foi nesse Estado que um acidente de trânsito em princípios de 1969 forneceu aos órgãos de repressão uma pista que permitiria atingir, em pouco tempo, praticamente toda a organização. O desbaratamento do primeiro MR-8 foi utilizado pelos órgãos de segurança como manobra de guerra psicológica contra os demais grupos de esquerda e como justificativa para novas escaladas repressivas. Foi então, para neutralizar esse festival sensacionalista, que os dissidentes da Guanabara decidiram retomar o nome MR-8.

O grupo que até os dias atuais age sob o nome de MR-8 começou a nascer em 1966 como "DI da Guanabara", ou seja, Dissidência da

Guanabara do PCB. Apenas em setembro de 1969 a DI apareceu publicamente ostentando o nome de MR-8, com uma linha política claramente diferenciada.

A DI da Guanabara foi um dos primeiros grupos resultantes de cisões do PCB a se estruturar de maneira própria. Era composta basicamente de militantes do ME e por isso era também chamada de Dissidência Universitária. A desobediência da linha oficial do PCB já se manifestou nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966: o Comitê Universitário negou-se a trabalhar pelos candidatos do MDB indicados pelo Comitê Central, optando pela propaganda do voto nulo. Nascia assim o embrião de uma nova organização.

As razões políticas que geraram esse MR-8 são semelhantes às que levaram à criação da ALN, do PCBR e de outros grupos voltados para ações armadas. Constituindo-se mais cedo que os demais grupos como organização independente e lançando propostas de mobilização para o ME, que se contrapunham tanto ao imobilismo do PCB quanto a uma radicalização apontada como inconseqüente na prática da AP, a DI da Guanabara destronou esses dois grupos de posições ocupadas nas direções de entidades estudantis e, na explosão das passeatas de 1968, já aparecia como organização claramente hegemônica naquele Estado. Confundiu-se de tal forma com a direção das mobilizações estudantis de 1968, após a morte do estudante Edson Luís em 28 de março, que em certo sentido a liderança da União Metropolitana dos Estudantes atuava também como liderança da DI. Os estudantes eram vistos pela organização como uma "vanguarda tática" que não deveria nem substituir os operários na condução da luta pelo socialismo, nem esperar por aqueles para poder fazer alguma coisa.

Após a decretação do AI-5 e o refluxo das mobilizações de massa, as novas condições de repressão induziram a DI a modificações profundas em sua linha de ação, implementando-se a militarização de sua estrutura e passando-se imediatamente à execução de operações de propaganda armada e assaltos, para obtenção de fundo e armas. Planejou e mais tarde executou em cooperação com a ALN a operação militar de maior impacto da guerrilha urbana: o seqüestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969. Como conseqüência dela o MR-8 sofreu alguns golpes da repressão, perdendo quadros importantes do nível de direção. Nesta fase era produzido um jornal para o meio operário com o título de Luta Operária e outro voltado para a pequena-burguesia com o nome de Resistência. Produziu-se também um veículo de debate teórico para os militantes: A Arma da Crítica.

A organização, que de início limitara-se exclusivamente ao meio estudantil do Rio, após as quedas do fim de 69 e início de 70 inicia, uma penetração na baixada fluminense e estende sua presença à Bahia, tentando abrir frentes de trabalho em outros estados. No início de 1971, o processo de desagregação da VPR fez com que um núcleo de militantes daquela organização pedisse desligamento para ingressar no MR-8. Dentre eles, seu mais respeitado dirigente Carlos Lamarca. É como membro do MR-8 que o capitão Lamarca seria morto na Bahia, em setembro de 1971.

Nesse momento o MR-8 já discutia em suas fileiras a necessidade de realizar uma auto-crítica do militarismo que marcara suas atividades nos últimos anos e de reorientar a prática da organização para recuperar sua penetração política, debilitada com a sangria de quadros no período. Aos poucos se chega à conclusão de que esse balanço - uma "parada para pensar" - só poderia ser realizada no exterior. Toda a estrutura orgânica do MR-8 foi desativada no País, com a saída de quase todo o seu contingente para o Chile. Ali se reencontraram os dirigentes dos primeiros tempos - banidos em troca dos embaixadores seqüestrados nas operações da guerrilha urbana -, e os recém-chegados do Brasil. Nesse reencontro esboça-se uma diferença de pensamento. O grupo que chegava ao Chile em 1972 tendia para uma negação mais profunda do período de luta armada. Os que estavam no exterior há mais tempo temiam que tal análise resvalasse para uma reviravolta que, cedo ou tarde, significaria um realinhamento com as posições do PCB.

Essa divergência gerou um racha entre o grupo de dirigentes mais antigos, que passou a denominar-se "MR-8 (Construção Partidária)". Tal grupo existiu até o Golpe Militar chileno em setembro de 1973, que desencadeia uma dispersão dos exilados brasileiros por inúmeros países da Europa e da América Latina. O "Pleno de 72", realizado no Chile definiu uma linha de autocrítica da fase de luta armada e lançou um projeto de reunificação dos comunistas brasileiros a partir de uma "tendência proletária" que foi composta, de início, pelo MR-8, pela AP Socialista e pela POLOP.

A partir de 1974 o MR-8 iniciou um processo de reintrodução de quadros no Brasil para contatar os setores remanescentes da organização e dar início a um trabalho em novas áreas, como São Paulo, Minas Gerais e outros Estados. Em 1976 o MR-8 realizou o Primeiro Congresso, aprovando uma Resolução Política que adota explicitamente o Programa Socialista para a Revolução Brasileira, da lavra da POLOP, e rejeita as concepções estratégicas anteriores, assumindo a defesa de um caminho insurrecional para a revolução brasileira. Nessa etapa o MR-8

publicou regularmente um periódico mensal intitulado Unidade Proletária, além de participar, juntamente com a AP e a POLOP, da produção da revista Brasil Socialista.

Um processo de fusão com a AP foi interrompido por volta de 1978, quando o MR-8, já reestruturado no interior do Brasil e com força crescente no ME através da tendência "refazendo" passou a desenvolver uma nova reviravolta em sua linha política. Daí para frente a evolução do MR-8 será no sentido de acentuar sempre mais o peso conferido às lutas democráticas no conjunto de sua linha política, distanciando-se na prática dos argumentos defendidos incisivamente na fase do "Brasil Socialista", e caracterizando-se por métodos aguerridos de propaganda política.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasce como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da POLOP, que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do MNR, definitivamente falido após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

O grupo que deixou a POLOP era constituído basicamente de estudantes e intelectuais. Orientavam-se pela estratégia guerrilheira proclamada pela reunião da OLAS, em Havana. A direção da POLOP era criticada por assumir uma postura reformista e pacifista, enquanto os dissidentes declaravam-se dispostos a passar imediatamente à preparação da luta armada. O mesmo impulso foi acompanhado pelos ex-MNR, que se queixavam do teorismo da POLOP, reclamando que sua aproximação com aquele partido só lhes tinha valido alguns cursos de marxismo e muito pouco de ação prática. Esses dois agrupamentos se unificaram e recrutaram para o mesmo projeto um grupo de militantes de Osasco.

A organização já existe sem nome desde março de 1968, mas só em dezembro, num congresso realizado no litoral paulista – a "praianada" – seria batizada como VPR. No decorrer de 1968 a VPR já havia desfechado inúmeras operações guerrilheiras, como o assalto ao Hospital Geral do Exército, em junho, poucos dias após um atentado a bomba contra o Quartel general do II Exército, ambos em São Paulo. Essas operações denotavam uma tática de enfrentamento aberto, como se a VPR estivesse interessada em estabelecer um choque frontal com o aparelho militar do regime. O primeiro desses atentados resultou na morte do jovem recruta Mário Kozel Filho, que estava de sentinela na portaria do Quartel,

e foi convertido então numa espécie de mártir simbólico de toda a luta subsequente dos órgãos militares para reprimir a esquerda armada. Em outubro, outra operação de impacto, em cooperação com o grupo de Marighella, consistiu na execução de um oficial norte-americano veterano do Vietnã, Charles Chandless, apontado com agente da CIA.

Em janeiro de 1969 a operação da retirada do capitão Lamarca do quartel de Quitaúna foi detectada pela repressão em seus preparativos e, como emergência, foi executada em data antecipada, com uma abrangência inferior à planejada. Mas o ciclo de prisões que se seguiu, favorecido pelas informações prestadas pelo militante que fora preso pintando um caminhão com as cores do Exército, comprovou que eram justas as ressalvas levantadas pelos membros da VPR que consideravam inoportuna aquela operação.

A VPR realizou um segundo congresso em abril de 1969 e iniciou aí seus preparativos para fundir-se com o Colina de Minas Gerais. A fusão dos dois grupos resultou na constituição da VAR-Palmas, em junho daquele ano, mas em setembro já aconteceria uma nova divisão, com o ressurgimento da VPR, que contava, então, com grupos de ação também no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. A VPR, recriada a partir daí, já tinha como principal expoente a figura de Lamarca, acompanhado de perto por um dos principais dirigentes do Colina, Juarez de Brito.

As divergências que resultaram na divisão da VAR consistiam em respostas diferentes para a pergunta sobre o peso a ser dado ao trabalho de massa e à atividade guerrilheira. Os que acompanharam Lamarca laçam-se exclusivamente a essa atividade, praticamente abandonando todas as preocupações com o trabalho político e formação de bases. É montada uma área de treinamento de guerrilha numa região pobre do interior de São Paulo, o Vale da Ribeira, e para lá se dirige a maior parte dos militantes da organização.

Em fevereiro de 1970 a prisão de um dirigente que conhecia a localização da área levou a VPR a improvisar o seqüestro do Cônsul japonês em São Paulo para obter, em troca de sua libertação, a imediata soltura do militante. A operação obteve êxito e um pequeno grupo de presos políticos é acrescentado à lista de exigências apresentadas às autoridades, seguindo viagem para o México. Mesmo assim, a área de treinamento foi localizada em março e de 17 de abril a 1º de junho de 1970 o Exército comandou uma imensa operação de cerco à região. Lamarca e alguns membros conseguiram furar o cerco formado pelos militares, através de uma rocambolesca captura de um

caminhão do Exército com o qual o grupo pode se deslocar até a capital paulista, colocando-se a salvo.

Apesar do êxito dessa retirada, a VPR sofrera consideráveis baixas naqueles meses. E terminara executando um oficial da PM, Alberto Mendes Junior, cuja descoberta do cadáver meses mais tarde desencadeou uma operação de propaganda pelos meios de comunicação, apontando os guerrilheiros como torturadores e assassinos de um jovem policial inocente. A partir daí a VPR ficou com sua estrutura praticamente desarticulada em São Paulo, e a maior parte dos remanescentes foi deslocada para o Rio de Janeiro, inclusive Lamarca.

No Rio a organização executaria ainda em 1970 mais dois seqüestros de diplomatas. Em junho, durante a Copa no México foi seqüestrado em cooperação com a ALN o embaixador alemão, Von Halleben, e obtida a libertação de 40 prisioneiros políticos, levados para a Argélia. Em dezembro foi a vez do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, mas as negociações que se seguem foram conduzidas de forma inteiramente diferente, com as autoridades impondo a substituição de nomes na lista dos prisioneiros políticos cuja libertação era exigida e, praticamente, controlando os rumos da negociação. Em janeiro de 1971 o embaixador foi libertado em troca do envio de 70 prisioneiros para o Chile, mas a VPR saiu da operação com um desgaste que teria desdobramentos vitais nos tempos seguintes.

As tensões internas que se seguiram, numa organização já tremendamente debilitada por sucessivos fluxos de prisão de militantes que não eram repostos, culminaram com saída do próprio Lamarca, seguido por um grupo que se ligou ao MR-8. O pequeno grupo remanescente permaneceu atuando na "Frente Armada", integrada pela VPR desde 1970, na rotina do círculo vicioso já referido, de operações armadas para sobrevivência do aparelho da organização.

Uma última tentativa de rearticulação da VPR, dinamizada a partir de militantes no exílio, foi abortada por uma chacina comandada por Fleury, em Pernambuco, em janeiro de 1973, a partir dos dados fornecidos pelo agente duplo, o "Cabo Anselmo".

COLINA - Comando de Libertação Nacional

O Colina também resultou da cisão na POLOP em seu 4º Congresso. Seus militantes representavam a quase totalidade da seção mineira daquele partido e suas divergências com a direção nacional já vinham desde 1965, quando criticavam o doutrinismo da linha

oficial e propunham a defesa de bandeiras democráticas como a luta por uma Assembléia Constituinte. Essas divergências ganharam nova força quando esse grupo contestador travou conhecimento com as propostas gerais divulgadas pelos cubanos e sacramentadas na Conferência de OLAS em agosto de 1967 sob o lema "o Dever de todo Revolucionário e Fazer a Revolução".

O Colina começou a nascer no início de 1968, quando foi lançada sua revista América Latina, mas só em maio seria realizado uma Conferência aprovando algumas definições de ordem programática e estratégica. O próprio nome da organização já expressa uma das divergências que levaram ao rompimento com a POLOP: a defesa da "Libertação Nacional", como conteúdo fundamental da revolução brasileira, em contraposição ao "Programa Socialista". No plano estratégico formulava uma proposta com nítidas influências guevaristas, através do texto "Concepção de Luta Armada", defendendo um caminho para formação do exército popular. A base de seus militantes era constituída de estudantes ou de militantes com um passado de militância no ME. Conseguiu também incorporar alguns veteranos das agitações militares da fase pré-64, como ex-sargento João Lucas Alves, trucidado pela repressão política em março de 1969.

Durante um certo período o Colina foi conhecido também pelo nome de OPM. A primeira ação armada em que apareceu publicamente o nome Colina constituiu na execução de dois atentados a bomba contra o delegado regional do Trabalho, com a finalidade de solidarizar-se com a luta dos bancários, em greve naquele período e vítimas de intensa repressão. Essa preocupação em executar ações armadas que guardassem certa relação com as lutas operárias e estudantis foi presente em outras operações do Colina. No início de 1969 a organização enfrentou uma série de prisões, que acarretaria uma grave desarticulação em sua capacidade de operacional e concorreria para orientar a maioria dos remanescentes no sentido de se aproximarem da VPR para somar forças na fundação da VAR.

VAR - VAR Palmares

Essa organização nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heróica epopéia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos à sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes.

A organização reuniu um contingente bastante expressivo de militantes e adquiriu abrangência praticamente nacional. O processo de fusão fora conduzido de forma acelerada, e não eram poucas as restrições surgidas contra ela tanto entre militantes da VPR quanto do Colina. Conseqüência dessa precipitação foi o racha que se concretizou poucos meses após a fusão, no qual um grupo importante se desligou para reconstituir a VPR. Após a divisão de setembro de 1969 permaneceram como VAR os que consideravam necessário reorientar as atividades da organização e desenvolver um maior trabalho de penetração popular. Não propunham o abandono das operações armadas, mas defendiam a necessidade de um recuo nessa atividade, em benefício de um trabalho político mais significativo.

Antes dessa cisão foi executada pela VAR, no Rio de Janeiro, uma das mais sensacionais operações de guerrilha urbana ocorridas no Brasil, o roubo do cofre de Ana Capriglione, misteriosa amante do ex-governador paulista, Adhemar de Barros, com nada menos que dois milhões e meio de dólares, oriundos, segundo aquela organização, das manobras corruptas que celebrizaram esse político.

A VAR, refletindo claramente a influencia dos militantes da antiga POLOP, defendia um programa Socialista para Revolução Brasileira, em moldes semelhantes aos daquela organização-mãe, mas acrescentava-lhes algumas formulações de tom antiimperialista. Propunha também uma estratégia global de luta armada guerrilheira, com uma área fundamental que tentou ser implantada no Maranhão, e uma luta urbana que deveria somar operações militares não armadas.

Após o racha a VAR ficou com uma capacidade militar limitada, e essa debilidade cresceu com os sucessivos fluxos de quedas desde o final de 1969 e por todo o ano de 1970, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, no Rio Grande do Sul e em outros Estados, provocando a detenção de mais de 500 pessoas. Exemplo desses revezes foi o "estouro" de um "aparelho" da direção da VAR na rua Aquidabã, no Rio de Janeiro, em novembro de 1969, quando forças do exército sustentaram um tiroteio cerrado com os ocupantes da residência, prendendo-os ao final. Em 01/01/1970, numa operação com o objetivo duplo de retirar do país militantes perseguidos e realizar propaganda da luta armada, a VAR seqüestrou um jato da Cruzeiro do Sul, obrigando-o a desviar sua rota para Cuba, com escala em Lima.

A partir de 1970 a VAR estabeleceu aproximação prioritária com o POC e o PRT, editando conjuntamente um jornal intitulado "União Operária", que era também o nome de uma proposta de organização apresentada como alternativa aos sindicatos oficiais que eram

controlados por "pelegos" e ferreamente vigiados pelos órgãos de repressão. Numa conjuntura marcada por completo refluxo das mobilizações de massa e por repressão a mais elementar luta reivindicatória nas fabricas, esse trabalho logicamente não produziu resultados consistentes, embora tenha logrado a constituição esparsos grupos de militantes na região da grande São Paulo. A incapacidade da organização em paralisar a seqüência de prisões e mortes de seus membros terminaria por inviabilizar também esse recuo para um trabalho político através das Uniões Operárias.

A partir de então o pequeno grupo de militantes que permaneceu estruturando a VAR passou a sustentar uma trajetória militarista, limitando-se quase exclusivamente a operações armadas de pequeno vulto sem trabalho político consistente. Em 1971, em São Paulo, um pequeno grupo de remanescentes da organização passou a executar ações para obtenção de recursos financeiros, em conjunto com o PRT, sem sequer ostentar o conteúdo político das operações para desinformar os órgãos de repressão política. Em 1978 seriam presos, em São Paulo alguns militantes que sobraram desse último grupo, apontados então como delinqüentes comuns.

Em 1972 o núcleo mais forte de integrantes da VAR se concentrou no Rio de Janeiro, com pequenas áreas de contato no Nordeste, desenvolvendo ações armadas em frente com a ALN, VPR e PCBR. A partir desse ano a atividade dessa "Frente Armada" ingressou na fase mais dramática do círculo vicioso das ações executadas para sobrevivência do aparelho orgânico clandestino e para tentar romper, sem êxito, o cerco propagandístico imposto pelo Regime Militar naquela época de euforia pelos sucessos do "Milagre Brasileiro". No início da fase do declínio das atividades da VAR as divergências políticas vividas na área do Rio de Janeiro geraram o surgimento de um pequeno grupo dissidente intitulado DVP, ou seja, Dissidência da VAR-Palmares.

Ala Vermelha (do Partido Comunista do Brasil)

A Ala Vermelha nasceu em 1967 como resultado de uma cisão ocorrida no PCdoB em decorrência das posições aprovadas na 6ª Conferência, de junho de 1966, expressas no documento "União dos Brasileiros para livrar o país da ditadura e da ameaça neocolonialista". As idéias básicas da nova organização foram sistematizadas num texto intitulado "Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento União dos brasileiros para livrar o país da ditadura e da ameaça neocolonialista" concluído em dezembro de 1967. O documento de crítica ao "União dos brasileiros", ao ser elaborado, no curso de 1967, acabou se transformando na própria sistematização da linha política que deveria ser trilhada pela Ala Vermelha,

linha que seria complementada depois pelo texto "Organizar um Partido de Novo Tipo em Função da Luta Armada".

A nova organização chegou a existir em São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul, Brasília e Espírito Santo, tendo ocorrido uma tentativa de implantá-la no Nordeste, a partir de Pernambuco. A grande maioria de seus militantes provinha do meio universitário, onde a organização teve influência significativa nas lutas de 1968, principalmente em São Paulo e em Brasília. Havia também algumas bases operárias oriundas do PCdoB.

O modelo de análise de classes da sociedade, empregado pela Ala Vermelha na definição de seu Programa, mantinha alguma coisa das formulações tradicionais do PCdoB, mas verificavam-se diferenças importantes quando a nova organização tendia para afirmar o caráter capitalista da economia brasileira com mais ênfase do que nos textos do partido pai. O novo grupo formulou uma estratégia de coloração nitidamente maoísta, com a proposta de "cerco das cidades pelo campo" num contexto de coroamento da guerra popular prolongada. Mas a influência do guevarismo alcançou também as propostas da Ala Vermelha, que se afastava do esquema maoísta tradicional quando defendia a necessidade de partir do Foco Guerrilheiro com embrião estratégico do futuro Exército Popular. Falava também em guerrilhas de diversão, na área rural e na formação de Grupos Armados Clandestinos de Massa para a área urbana. Nesse sentido, embora a Ala Vermelha não expressasse uma identidade com as propostas da OLAS, divergindo de outros grupos guerrilheiros por considerar necessária à existência de um partido leninista para conduzir a guerra revolucionária, a prática concreta sustentada pela organização em 1968 e 1969 tinha grande semelhança com a daqueles grupos.

Desde 1968, a Ala dedicou-se a operações de guerrilha urbana, especialmente em São Paulo, através de "Unidades de Combate" e de "Grupos Especiais", que executavam ações para obtenção de fundos para a montagem da infra-estrutura para a guerrilha rural, assim como para a realização de propaganda revolucionária.

Em agosto de 1969 a repressão atingiu a Ala Vermelha pela primeira vez, em São Paulo, onde foram presos numerosos integrantes de sua direção regional e de algumas unidades de combate, num contexto em que eram atingidos no mesmo fluxo os integrantes do Grupo Especial Nacional, espécie de braço armado da Direção Nacional Provisória da Ala Vermelha, naquele momento existindo como organização independente sob o nome GENR – Grupo Especial Nacional Revolucionário.

Em outubro desse ano a Ala realizou uma reunião prolongada que reestruturou os organismos de direção e aprovou um "Documento dos 16 Pontos" reorientando a linha política da organização. Nesse texto, a prática anterior é criticada como militarista e define-se um recuo em direção ao trabalho de massa, especialmente no meio operário, embora seja mantida a proposta de desenvolver a luta armada nas cidades, através de operações mais voltadas para a propaganda revolucionária.

A imprensa da Ala Vermelha consistiu basicamente de dois veículos: o Luta Proletária, voltado para os próprios militantes, e o Unidade Operária, destinado a divulgação mais ampla e projetado para servir de eixo dos "Grupos de Unidade Operária", que se pretendia constituir como meio de ampliação da organização.

Durante o ano de 1970 a Ala Vermelha foi novamente atingida por prisões em alguns de seus regionais, ao mesmo tempo em que uma luta interna com os militantes de Minas Gerais culminou com seu afastamento. Em janeiro de 1971 um novo e mais grave fluxo de prisões atingiu a Ala em sua direção nacional, detida em sua quase totalidade. A partir daí a organização viveu uma etapa de extrema debilidade, com seus quadros mais importantes na prisão, uma relativa debandada de apoios e simpatizantes e dificuldades de sobrevivência dos remanescentes postos na clandestinidade.

Mesmo assim os remanescentes da Ala conseguiram efetuar uma certa reestruturação de seus quadros, aprovando o deslocamento de praticamente todo o efetivo restante em direção ao trabalho nas fábricas e à moradia nos bairros proletários. Em 1973 foi elaborada uma "Carta Política de Julho" que sistematizou essa nova linha propondo uma "ligação com a luta de classes concretas" e maior priorização das tarefas voltadas para a construção do partido revolucionário. A prática anterior é criticada como militarista no primeiro período e ainda vanguardista na fase subsequente. Numerosas idéias do documento de crítica, que deu origem à Ala Vermelha, são abandonadas, reorientando-se a linha geral da organização num sentido de privilegiar as atividades na área urbana. Em janeiro de 1974 foi divulgada uma "Autocrítica" da organização, com um balanço exaustivo de algumas das propostas defendidas nos anos anteriores.

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

Organização de contingente bastante reduzido e vida efêmera, o MRT existiu apenas em São Paulo. Começou a nascer no início de 1969, quando o Grupo Especial Nacional da Ala Vermelha, espécie de Comissão Militar daquela organização, assumiu uma atitude de

confronto com a Direção Nacional Provisória, acusada de oportunismo e vacilações na aplicação de uma linha de luta armada. Em março de 1969 já foi executada uma operação armada na qual os panfletos distribuídos eram assinados por um "Grupo Especial Nacional Revolucionário", apresentado com organização revolucionária independente. A figura de maior destaque nesse grupo era Devanir José de Carvalho, mais conhecido como Henrique.

Durante todo o ano de 1969 o novo grupo esteve voltado exclusivamente para a sobrevivência, tentativa de estruturação e preparação de algumas operações armadas. Em setembro foi realizada uma reunião em Campos do Jordão onde numerosos remanescentes de outros grupos guerrilheiros discutiram a possibilidade de incorporação à VAR Palmares. Uma parcela dos presentes a esse encontro efetivamente integrou-se à VAR, enquanto a maioria dos demais reuniu-se em torno de "Henrique" para criar o MRT no mês seguinte.

A primeira ação da organização com o nome MRT ocorreu em dezembro de 1969. Um assalto simultâneo a dois bancos em São Paulo, em cooperação com a ALN, a VPR e a REDE, valeu como interrupção de uma campanha propagandística dos órgãos de repressão que alardeavam o "fim do terror" após a morte de Mari Ghella em novembro.

A vida do MRT durante todo o ano de 1970 consistiu basicamente na vida da frente Armada estruturada por sugestão de Câmara Ferreira, da ALN. Nesse ano foi praticamente inexistente a preocupação com o desenvolvimento de um trabalho político, não se trabalhou na elaboração de uma linha política própria e o rumo geral das atividades se resumiu à rotina da preparação e execução de ações armadas. Estas voltavam-se exclusivamente para a manutenção de infra-estrutura necessária à sobrevivência de militantes perseguidos do MRT e de outras organizações, como foi o caso do próprio Lamarca, abrigado no "aparelho" de Henrique após a fuga do Vale do Ribeira.

No início de 1971 o MRT planejou a formulação de uma linha política minimamente explicitada e chegou a publicar duas edições de um jornal intitulado Voz Guerrilheira. Entre março e abril a organização seria praticamente destruída pela ação dos órgãos repressivos, como desdobramento das prisões que atingiram a direção nacional da Ala Vermelha. Os integrantes do grupo de fogo do MRT, que praticamente se confundia com a própria organização, são atingidos por uma repressão feroz que implicou no assassinato sob torturas de muitos de seus dirigentes, entre eles o próprio Devanir.

POC - Partido Operário Comunista

Após o 4º Congresso da Polop, realizado em setembro de 1967, que consolidou o afastamento dos militantes que fundaram a VPR e o Colina, os setores que permaneceram na Polop iniciaram uma aproximação política com a Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul e com um grupo de secundaristas do PCB no Rio de Janeiro, constituindo-se assim a Frente de Esquerda Revolucionária. A Polop convocou então seu 5º congresso para o início de 1968, já convidando para participar dele a Dissidência gaúcha. No congresso formalizou-se a fusão entre dois grupos e nasceu o POC, que manteve como programa e linha estratégica o conjunto mais fundamental de textos elaborados pela Polop.

Em 1968 esse novo partido manteve uma presença expressiva no ME, estruturando-se em 7 Estados através do Movimento Universidade Crítica, que disputou e chegou a controlar algumas entidades de relevo. A penetração no movimento operário foi praticamente insignificante e não existiu atuação no meio rural. Quando se iniciaram as ações de guerrilha urbana, entre 1968 e 1969, o POC não se envolveu nelas e, com isso, conseguiu permanecer à margem da repressão desencadeada sobre os demais grupos. Em 1970, entretanto, o partido já vivia internamente o impacto das ações armadas, surgindo setores que advogam a necessidade de também desenvolver atividades militares, passando a manter contatos e cooperar com organizações guerrilheiras.

Entre 1970 e 1971 golpes desfechados pela repressão atingem seriamente a organização em São Paulo, Rio Grande do Sul e outras áreas, ao mesmo tempo em que há internamente uma verdadeira proliferação de "facções" dentro do partido, autorizadas a se estruturarem como tais, ao final de 1970, pela própria direção nacional. Há os que defendem a vinculação oficial com a IV Internacional, de inspiração trotskista; há os que sustentam a necessidade de um recuo para atuar exclusivamente junto ao meio operário, sem operário, sem operações militares; há os que optam pela participação imediata em ações armadas. Em fevereiro de 1970 uma parcela dos militantes se desligou do POC para reconstruir a Polop sob a sigla OCMLPO.

A repressão desenfreada que se observou durante os anos do governo Médici terminou por atingir o POC de maneira quase letal e os setores remanescentes se dirigiam quase na totalidade para o exílio, onde se constituíram de início dois agrupamentos distintos. Um deles passa a adotar o nome de POC-Combate e persiste na convicção de que a luta armada era a única forma de derrubar a ditadura militar no Brasil. Outro tenta corrigir o que apontava

como doutrinário obreirista da POLOP, formulando um programa tático onde as lutas de conteúdo democrático ocupam lugar central: Constituinte, Anistia, Liberdades democráticas.

Ambas as tendências convergem, no entanto, no sentido de aproximarem-se da IV Internacional (Secretariado Unificado), seguindo a vertente internacional do trotskismo ligado ao nome de Ernest Mandel. Nessa etapa em que o grupo existiu praticamente apenas no exílio merece registro a aproximação que seus militantes tiveram com o MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária – do Chile, até o golpe que depôs Salvador Allende, e com o ERP – Exército Revolucionário do Povo –, na Argentina. Nesses dois países a repressão aprisionou e, inclusive, assassinou exilados brasileiros ligados ao POC.

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

Quando por volta de 1967 começou a ficar clara a predominância das concepções maoístas no interior da AP, algumas dezenas de militantes se unificaram numa oposição a tal rumo e constituíram o embrião do que viria a ser, em seguida, o PRT. Faziam parte desse grupo dois ex-presidentes da UNE, um ex-sacerdote católico que se notabilizara durante o governo Goulart por uma inserção radical na luta pela Reforma de Base e no movimento das Ligas Camponesas, no Maranhão e em todo o Nordeste, o Padre Alípio, e ainda uma expressiva liderança camponesa de Goiás, José Porfírio. Esse último havia sido a principal figura das lutas camponesas de Trombas-Formoso, no interior de Goiás, por volta de 1956, e se elegera deputado estadual no período anterior a 1964.

Em 1968 esse grupo apresentou para discussão na AP um documento intitulado “Duas Posições”. Na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional (1ª RADN), realizada em setembro de 1968, o documento foi lido para os 30 presentes, mas não chegou a ser discutido. Após reunião, entretanto, seguiu-se fulminante ataque aos defensores do texto, nomeados pela direção da AP como “Grupo Oportunista e Provocador de Rolando”, ou simplesmente GOPR, e a expulsão do grupo se consumou em pouco tempo. O PRT, que nasceria dessa ruptura, foi uma organização que teve curta existência e um contingente bastante reduzido.

Em janeiro de 1969, os dissidentes publicaram o nº 1 – e único – da revista teórica “Revolução Proletária”, com cerca de 100 páginas que incluíam um projeto de Programa para a nova organização, um anteprojeto de estatutos, discussões sobre estratégia da guerra revolucionária etc. A constituição formal do PRT aconteceu, no entanto, apenas em setembro daquele ano, quando se realizou um

congresso com poucos participantes, aprovando-se os documentos fundamentais do novo partido e elegendo-se uma Comissão Executiva Provisória.

As posições do PRT se distanciavam da AP em vários aspectos importantes. Os documentos do grupo dissidente criticavam a concepção do “Brasil semifeudal” e do Programa Democrático-Burgues para a transformação da sociedade, acentuavam o peso do proletariado industrial e da luta urbana nas definições de ordem estratégica, exprimiam um certo alinhamento com as posições assumidas internacionalmente por Cuba e, finalmente, defendiam a necessidade de se passar à luta armada em termos imediatos. Embora as bases do PRT e suas reservas mais importantes estivessem localizadas na área rural, entre remanescentes das lutas de Trombas-Formoso em Goiás, e em algumas localidades do Maranhão, a atividade do novo partido terminou sendo fundamentalmente urbana restringindo-se a São Paulo, Rio de Janeiro e alguns contatos no Rio Grande do Sul.

Por certo período o PRT atuou em proximidade com a VAR e o POC, na tentativa de implementar um trabalho operário na linha das “Unidades Operárias”. Em abril de 1970 o PRT executou sua primeira ação armada, e no mês seguinte, já sofria os primeiros golpes da repressão, o que terminaria praticamente aniquilando a capacidade operacional do grupo, envolvido na execução de ações armadas para sobrevivência do pequeno aparelho orgânico clandestino. A partir daí não se teve mais notícia da sobrevivência do PRT, com os poucos dirigentes que escaparam das prisões se retirando para o exílio.

A proposta política do PRT influenciaria claramente, em 1971, as argumentações do grupo da AP que discordou do processo de incorporação ao PCdoB, incluindo-se entre eles, por ironia da história, alguns dos responsáveis pela expulsão do pessoal do PRT das fileiras da AP, três anos antes.

CORRENTE – (Corrente Revolucionária de Minas Gerais)

A organização político-militar Corrente foi uma dissidência do PCB em Minas Gerais, resultante basicamente da cisão do Comitê Municipal de Belo Horizonte, ocorrida em 1967 no mesmo contexto de luta interna que gerou o surgimento da ALN, do PCBR, do MR-8 e outros grupos voltados para ações armadas urbanas. Os primeiros passos dessa cisão foram dados na conferência preparatória ao 6º Congresso do PCB, quando o Comitê Municipal de Belo Horizonte alinhou-se com as teses defendidas por Marighella e Mário Alves, particularmente com este último. O passo seguinte foi dado quan-

do se encerrou a preparação do Congresso no âmbito de Minas Gerais, ficando a maioria do Comitê Estadual com as posições de Prestes. Os militantes da capital passaram, a partir daí, a estruturar uma nova organização, expressamente identificada com as formulações da Conferência da OLAS.

Ainda em 1967 a Corrente sistematiza suas propostas básicas, através do documento intitulado "Orientação Básica para Atuação: 20 Pontos". Nesse documento defende-se a necessidade de preparar ações armadas imediatas, voltadas para a obtenção de fundos e recursos para a instalação de infra-estrutura guerrilheira rural, em moldes idênticos aos dos demais grupos que, em outros Estados, preparavam-se para lançar operações semelhantes. De outubro de 1968, quando a Corrente executou sua primeira operação militar, até abril de 1969, quando a organização foi duramente atingida pela repressão, vários objetivos militares foram visados pelo grupo, que ao mesmo tempo procurava manter um certo trabalho de massa entre setores operários e servidores públicos.

O contingente básico da Corrente era proveniente do meio universitário e do funcionalismo da prefeitura de Belo Horizonte, em cuja entidade de classe a organização era hegemônica. O jornal Faisca, distribuído entre esses funcionários era produzido pela Corrente, que mantinha também uma publicação destinada aos operários industriais, com o título 1º de Maio. Em 1968 a Corrente manteve ligações tanto com o PCBR, no Rio de Janeiro, quanto com o grupo Marighella, em São Paulo, procurando apoio daquelas organizações e estudando em suas linhas políticas qual tinha maior proximidade com a da Corrente para uma possível junção de forças.

Nas greves metalúrgicas de Contagem, realizadas em 1968, a Corrente manteve certa presença, através de uma diretora do Sindicato dos Metalúrgicos, que era vinculada ao grupo. Nesse mesmo ano foram estabelecidos contatos em várias cidades do interior mineiro para uma futura expansão da organização: Governador Valadares, Ouro Preto, Juiz de Fora, Divinópolis, Uberaba, Montes Claros etc. Em abril de 1969 a Corrente foi abalada por um fluxo de prisões que, além da perda de numerosos dirigentes e militantes encarcerados, obrigou à vida clandestina praticamente todo o resto dos quadros da organização, os quais, em sua quase totalidade, se vincularam a ALN nos meses seguintes, no Rio e em São Paulo.

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular

Nasceu em 1971, em São Paulo, como resultado de uma luta interna que se desenvolveu na ALN em dois níveis distintos. De um lado, um grupo de 28 militantes que se encontravam em Cuba,

entre eles lideranças dos movimentos estudantis de 1968 e dirigentes da extinta organização DISP (Dissidência de São Paulo do PCB), romperam com a direção da ALN no exílio, contestando seus métodos, e proclamando a necessidade de aplicar, na prática, as definições políticas de Marighella. De outro lado, a discussão dentro da ALN no Brasil a respeito da necessidade de reformular alguns aspectos da linha seguida nos anos de 1969 e 1970 tinham gerado uma forte tensão entre a Frente de Massas da organização, em São Paulo, que tinha alguma presença no meio estudantil, e o Grupo Tático Armado.

O grupo dos 28 de Cuba decidiu iniciar a volta ao Brasil, na clandestinidade, a partir do final de 1970, à revelia da direção estruturada dentro do país. Aqui chegando paulatinamente, esses militantes travaram contato com integrantes da Frente de Massas e, através de discussões, identificaram-se pontos de vistas comuns. São elaborados, a partir daí, alguns textos teóricos, entre os quais o intitulado "Fase: Guerrilha Urbana". Esse documento propunha uma reorientação das ações executadas na cidade, no sentido de se criarem "comandos estudantis" para atuarem, tanto no plano militar quanto no político, mais voltados para a luta concreta desses setores.

Alguns meses mais tarde as discussões culminaram no afastamento desses dissidentes e constituição da nova organização, cuja linha estratégica não chegou a ser explicitada embora aparentemente pouco diferisse das assertivas básicas da ALN. Nas questões programáticas alguns textos do Molipo revelam certa tendência no sentido de se afirmar como socialista o caráter fundamental da revolução brasileira, afastando-se um pouco das formulações sobre Libertação Nacional expressas nos textos de Marighella.

Na atuação concreta em São Paulo, entre 1971 e 1972, a prática das duas organizações foi bastante semelhante: assaltos à banca para obtenção de fundos, expropriação de armas, atentados a bomba, ações de propaganda armada. O Molipo editou um jornal intitulado Imprensa Popular e folhetos destinados a setores específicos, como é o caso do Guerrilha Operária.

Em 1971 a organização começou a ser atingida pela repressão, que após as primeiras informações obtidas, jurava não deixar vivo nenhum dos 28 militantes retornados de Cuba para a luta clandestina. A atitude foi de extermínio sem hesitação, sob torturas ou no próprio ato da prisão. Em fevereiro de 1972 começaram a ser detidos também os membros do Molipo que provinham da Frente de Massas. Em outubro de 1972 novas quedas atingiram a direção remanescente e, a partir de então, o Molipo estava voltado para a

preservação do pouco que restava de sua estrutura. Em 1973 um último fluxo de prisão atinge mais um casal do Grupo dos 28, assassinado entre Jataí e Rio Verde, no sul de Goiás. A partir daí não se teve mais notícias acerca da existência do Molipo, sabendo-se que, a quase totalidade dos 28 militantes especialmente visados foi assassinada pelos órgãos de repressão, entre eles alguns líderes do ME de 1968.

PCR – Partido Comunista Revolucionário

Resultou de uma cisão do PCdoB ocorrida a partir de 1966 em Pernambuco, reunindo ex-ativistas das Ligas Camponesas e militantes do ME daquele Estado e áreas adjacentes. O documento político fundamental do PCR é a "Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários", de maio de 1966, que assinala o rompimento com o PCdoB, cuja direção é apontada pelos dissidentes como oportunista e mantenedora da mesma linha de trabalho seguida pelo PCB na fase anterior a 1962. Entre os pontos de divergência destaque para a preparação da luta armada, tarefa diante da qual o PCdoB era acusado de omissão.

Em fevereiro de 1968 o PCR aparece com estrutura própria e define um sintético programa político. A linha do PCR consistia na defesa do caminho estratégico da Guerra Popular Prolongada com "cerco da cidade pelo campo" a partir de um exército revolucionário cuja área fundamental de estruturação deveria ser o Nordeste brasileiro. Nesse sentido o PCR pode ser apontado como o único partido clandestino no país, que formulou uma estratégia para a luta revolucionária na região brasileira de mais agudas contradições sociais. O PCR afirmava que, nacionalmente, o Nordeste devia ser entendido como o "campo" onde se prepararia o cerco à "cidade" representada pelo Centro-Sul industrializado.

O programa da nova organização mantinha literalmente as premissas básicas do PCdoB, explicitando a necessidade de aliança com a "burguesia nacional" para a luta contra o inimigo fundamental, identificado como sendo o imperialismo e o latifúndio. O PCR defendia a necessidade de um partido em moldes leninistas para conduzir a guerra revolucionária no Brasil e rejeitava a linha defendida pelas OLAS, classificada como aventureira. Nesse sentido, o PCR recusou uma proposta de ligação com a VPR, em 1968, tentada por um engenheiro paulista que mantinha vínculos com ambos os grupos.

O PCR publicou A Luta, como órgão oficial para veiculação de suas concepções políticas e Luta Operária, voltado para o trabalho no meio operário de Recife e outras capitais regionais.

O primeiro grande golpe sofrido pelo PCR ocorreu em novembro de 1969, quando foram atingidos importantes quadros do Partido, entre eles um de seus principais fundadores, Amaro Luiz de Carvalho, o "Capivara". Nos anos seguintes o PCR voltou para uma implantação em outros Estados nordestinos, como Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, desenvolveu um trabalho de propaganda armada, especialmente através de panfletagens em portas de fábricas. Executou pequenas operações armadas de expropriação de autos para panfletagens e esporádicas ações para apropriação de armas de militares, atentados, e obtenção de recursos financeiros. Em setembro de 1973 a organização sofreu novamente um golpe dos órgãos de repressão, resultando no assassinato de alguns de seus principais dirigentes e prisão de uma parte de seus efetivos. Noticiou-se, nessa época, que o PCR estava iniciando um processo de fusão com a Tendência Leninista da ALN, um pequeno e efêmero grupo dissidente formado em 1971. A partir de então o PCR manteve-se distante dos noticiários de imprensa até 1978, quando a prisão de um militante vinculado à Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Recife, Edval Nunes da Silva - o "Cajá" - obteve repercussão nacional.

REDE – Resistência Democrática

Pequena organização voltada para guerrilha urbana em São Paulo que existiu por menos de um ano e ficou indissolúvelmente ligada ao nome de Eduardo Leite, mais conhecido por "Bacuri", que morreu vitimado pelas torturas comandadas pelo delegado Fleury. "Bacuri" era ex-soldado do Exército, ligado a VPR desde sua constituição, despertando o interesse dos órgãos de repressão já em 1968 por ter participado do assalto ao hospital Geral do Exército. Em 1º de julho de 1969 escreveu uma carta intitulada "Razões que determinaram meu desligamento da Organização", onde argumenta com a necessidade de imprimir mais atenção aos trabalhos de propaganda armada e defende uma atuação mais voltada "para fora" do que vinha sendo a prática da VPR. Rompia com a VPR propondo-se a estruturar um novo grupo que desenvolvesse ações armadas mais vinculadas à realidade do povo.

A Resistência Democrática, ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular, conforme ficou gravado em um panfleto distribuído durante assalto a um banco de São Paulo, em setembro de 1969, nasceu em meados desse ano e foi desarticulada após as quedas sofridas em maio de 1970.

Na prática a REDE não conseguiu afirmar uma prática diferente, na essência, daquilo que era feito pela VPR e outras organizações

da "Frente Armada". Não chegou a formular documentos expondo suas concepções nem criou uma imprensa partidária. O pouco que se sabe das idéias gerais da REDE é que divergia da VPR na questão do caráter socialista que aquele grupo atribuía à Revolução Brasileira, defendendo um Programa Democrático e Nacional. A REDE sempre atuou em cooperação com a ALN, VPR e MRT, especialmente com este último grupo, numa etapa em que a rotina das operações, prisões e remontagem da estrutura perdida não permitiam espaço para se refletir melhor sobre o rumo geral da luta.

A orientação geral era apenas a de prosseguir as ações de guerrilha urbana como etapa preparatória à deflagração da guerrilha rural, que teria conteúdo estratégico. O interessante dessa cisão ocorrida na VPR para nascer a REDE é que nela não se observou o costumeiro clima de acusações mútuas entre as partes. Definiu-se uma separação consensual estabelecendo-se que os dois grupos permaneceriam em contato e desenvolvendo algumas operações conjuntamente. Foi em cooperação com um VPR que a Rede encetou sua mais importante ação de guerrilha urbana: o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, em 1970, em cujo resgate foi exigida a soltura de um reduzido grupo de prisioneiros políticos e a publicação de mensagens revolucionárias pela imprensa. A REDE não ultrapassou a casa das duas ou três dezenas de militantes.

Após as quedas de maio de 1970, que desmantelaram quase toda a organização, "Bacuri", um dos poucos não atingidos no fluxo de prisões, estabeleceu uma ligação estreita com a ALN, e estava militando nas fileiras dessa organização quando foi preso, no Rio de Janeiro, em agosto de 1970, numa operação executada pelo CENIMAR e pelo delegado Fleury através da colaboração do agente policial infiltrado na FLN – Frente de Libertação Nacional – Artur Paulo de Souza.

MNR – Movimento Nacional Revolucionário

Foi muito mais um projeto político do que uma organização efetivamente estruturada. A conjuntura de seu surgimento foi a do período imediatamente posterior ao golpe de 1964, quando um conjunto de ex-militares ligados às mobilizações nacionalistas ocorridas no governo Goulart agruparam-se em torno da liderança de Brizola no exílio uruguaio. O MNR aglutinou também setores egressos do PTB gaúcho e do PSB, além de seguidores de Leonel Brizola na fase da constituição dos Comandos Nacionalistas que ficaram conhecidos como Grupos dos Onze. A ligação do MNP com o marxismo não passava de uma genérica coincidência na propaganda de algumas transformações socialistas. Seu ideário era

muito mais constituído pela temática do nacionalismo do que pela abordagem da questão das classes sociais.

Num primeiro momento, os setores reunidos no MNR procuraram contatar diferenciados agrupamentos da esquerda não vinculada ao PCB, que tivessem permanecido no país, para articular um movimento pela derrubada do Regime Militar, que se acreditava transitório e derrotável por qualquer movimento putschista que tivesse a ousadia de disparar o primeiro tiro. Acreditava-se que a via imediata para a derrubada do Regime passava por um amplo trabalho conspirativo junto a setores leais ao governo deposto, que não haviam sido ainda atingidos pela escalada repressiva pós-64.

Nessa situação de estrutura orgânica pouco definida, o MNR esteve envolvido difusamente em numerosas articulações contra o governo de Castello Branco, como o levante do coronel Jefferson Cardin, no Sul, nas ações do Movimento Revolucionário 26 de Março, nas articulações que criariam, mais tarde, o Movimento de Ação Re-volucionária e mesmo na articulação feita em São Paulo, no final de 1967, para dar início a construção da VPR.

O projeto mais consistente em que o MNR esteve envolvido foi a articulação de um foco guerrilheiro nas imediações do Pico da Bandeira, na Serra de Caparaó. Com o desmantelamento da "Guerrilha de Caparaó" os poucos remanescentes do MNR se retiraram para o exílio. Em 1968 foram feitas algumas tentativas de reestruturar esse movimento no Rio de Janeiro e em algumas áreas do interior, mas já numa situação em que o próprio Brizola se negava ao patrocínio das articulações. Em 1969, o recrudescimento da ação repressiva sobre a esquerda clandestina levou os últimos remanescentes desse grupo que ainda permaneciam no Brasil, como o poeta Thiago de Mello, a se retirarem para o exílio.

RAN – Resistência Armada Nacional

O grupo começou a se constituir no segundo semestre de 1969 quando foram soltos da prisão em Juiz de Fora e retornaram ao Rio de Janeiro algumas das figuras de direção na malograda experiência da "Guerrilha de Caparaó". Foram recontatados remanescentes do MNR, que se articularam para a reorganização de um grupo clandestino que não teve nome de início e tentou constituir-se como organização revolucionária a partir da publicação de um jornal. Em dezembro de 1970 foi distribuído o primeiro número desse órgão, intitulado Independência ou Morte.

A "organização", como era conhecido o grupo no início, exprimia concepções políticas que eram uma mescla do pensamento marxista com o ideário do "nacionalismo revolucionário" do MNR. Considerava que o setor fundamental de atuação deveria ser a classe média, uma vez que só através desse setor se poderia despertar o interesse do proletariado e do campesinato para uma luta revolucionária. Essa organização tinha uma preocupação especial com a di-vulgação de suas bandeiras entre as Forças Armadas, procurando estabelecer ligações concretas com setores nacionalistas que pudessem existir nas corporações. Para despertar a simpatia desses, privilegiava as formulações de conteúdo patriótico nos artigos do jornal.

Nessa linha de preocupação com o nacionalismo, a organização escolheu a data de 7 de setembro de 1972 para adotar oficialmente a sigla RAN, pondo fim ao período em que existia sem ter nome, sendo, por isso, conhecida também pela designação de MIM - Movimento Independência ou Morte. Já no início de 1972 fora iniciada a publicação de uma revista intitulada Prisma, sigla que reunia as iniciais de "Pensamento Revolucionário Intelectual Socialista Marxista". A RAN estava estruturada no Rio e em Minas Gerais, iniciando alguns contatos em São Paulo, no início de 1973, quando foi detectada e completamente desbaratada pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro e por sua congênera mineira, culminando na detenção de quase uma centena de pessoas.

MAR - Movimento de Ação Revolucionária

Pequeno grupo que efetuou operações de guerrilha urbana no Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1969, sendo inteiramente desarticulado em agosto daquele ano pela ação dos órgãos de segurança. O MAR foi estruturado a partir de um grupo de militares casados em abril de 1964, especialmente marinheiros que tinham participado das mobilizações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Eles planejaram a constituição do novo grupo quando detidos na Penitenciária Lemos Brito, de 1964 a 1968.

O MAR começou a ser estruturado quando foram soltos alguns dos marinheiros presos, que imediatamente passaram à preparação da ação mais espetacular efetuada pela organização: a fuga dos outros presos políticos daquela penitenciária, no dia 26.05.69 com cobertura armada, acompanhados por alguns presos comuns que haviam sido recrutados para durante o processo de convivência no cárcere. O grupo de fugitivos abrigou-se no interior do Estado do Rio de Janeiro e foi perseguido por uma grande operação malograda de cerco militar, registrada na imprensa como Guerrilha de Angra dos Reis. Entre maio e agosto, quando se iniciou o processo de

quedas, o MAR executou algumas ações armadas, especialmente assaltos a banco voltados para a manutenção clandestina dos evadidos. Além dos militares integraram o MAR alguns estudantes e profissionais intelectuais, entre eles o jornalista Flávio Tavares, que ficou apontado como uma espécie de líder e mentor do grupo.

Quanto às propostas políticas do MAR sabe-se apenas que o ideário geral do grupo era inspirado no "nacionalismo revolucionário" que tinha em Brizola, naquele momento, a principal figura de liderança, embora desde o fracasso da Guerrilha de Caparaó fosse mais ou menos evidente que o ex-governador gaúcho não pretendia se envolver nas articulações para a deposição do governo militar brasileiro. Após as quedas de agosto, boa parte dos remanescentes do MAR integrou-se ao PCBR. Uma parte menor dos militantes vinculou-se a outras organizações de guerrilha urbana.

MR-26 - Movimento Revolucionário 26 de Março

O nome do grupo foi estabelecido como homenagem à coluna guerrilheira que o Coronel Jefferson Cardim Osório havia lançado em 26 de março de 1965 no Rio Grande do Sul, como tentativa de deflagrar uma luta armada nacional para a derrubada da ditadura militar. Em meados de 1966 começou a ser estruturado, a partir de um pequeno núcleo anteriormente ligado ao PCdoB, uma nova organização, vinculada aos exilados brasileiros residentes no Uruguai, que se propunha à preparação de ações armadas inspiradas pelo mesmo tipo de "nacionalismo revolucionário" que inspirou o MNR, Caparaó, Jefferson Cardim, o MAR, o MR-21 e outros grupos. Num primeiro momento, a organização será conhecida apenas como "Grupo Paulo Mello", seu principal coordenador na época, mas um processo formado em Porto Alegre contra alguns desses elementos após a morte do sargento Manoel Raimundo Soares, faria referência à sigla FARP - Frente Armada Revolucionária Popular.

O grupo passou a se chamar MR-26 quando foi engrossado por alguns dos integrantes da guerrilha de Jefferson Cardim, recém-saídos da prisão. Através das ligações com exilados brasileiros no Uruguai, o MR-26 conseguiu enviar alguns de seus quadros para treinamento e especialização em Cuba. A partir de então, essa organização se voltou para esporádicas operações de propaganda, atentados e, principalmente, para articulações com outros grupos no Rio Grande do Sul. Alguns integrantes do MR-26 integraram-se aos preparativos da Guerrilha de Caparaó, sendo detidos naquela área de montanhas, e um deles, Milton Soares de Castro, foi morto na fase de interrogatórios do IPM instaurado em Juiz de Fora.

Após a decretação do AI-5 o MR-26 que se mantivera praticamente em vida vegetativa desde seu início passou a tentar uma dinamização de suas atividades. Contatos foram estabelecidos no Paraná e se planejaram algumas operações armadas com o PCBR local e com outra organização de origem semelhante á do MR-26: a FLN - Frente de Libertação Nacional -, liderada pelo Major Joaquim Pires Cerveira. Em meados de 1969 a repressão política atingiu no Rio Grande do Sul alguns círculos próximo ao MR-26 e seguiram-se prisões nos meses seguintes, que evidenciaram uma confusa interligação entre o MR-26, a FLN, a VPR, o M3G e o POC em algumas operações armadas executadas naquela região entre 1969 e 1970. Após essa onda de prisões, alguns dos remanescentes do MR-26 terminam por se vincular a outros grupos armados na área, enquanto outros vão se integrar ao projeto de criação da FLN no Rio de Janeiro.

FLN - Frente de Libertação Nacional

Pequeno grupo estruturado em 1969, basicamente no Rio de Janeiro, sob o comando do major, cassado, do Exército, Joaquim Pires Cerveira, que em abril daquele ano teve de fugir de Curitiba, onde residia, após ter sido detectado pelos órgãos de segurança que investigavam atividades do MR-26 e do PCBR na área. Esse oficial tinha um longo currículo, no Exército, de punições e advertências por envolvimento em atividades nacionalistas desde a década de 50, e fora apontado como principal responsável pela fuga do Coronel Jefferson Cardim do quartel onde este cumpria pena, em Curitiba, em 1968. Anteriormente Cerveira havia sido também candidato a deputado estadual pelo PTB, nas eleições de 1959.

Os poucos textos políticos que a FLN elaborou, entre eles o Projeto de Programa da FLN, estabelecem uma proposta de preparação de luta armada guerrilheira a partir de ações urbanas voltadas para obtenção de recursos destinados à instalação de infra-estrutura operacional no meio rural. O grupo chegou a iniciar a instalação de um embrião de "área estratégica", no interior do estado do Rio.

Enquanto existiu, a FLN manteve ligação com a VPR e com a ALN. Com esta última, executou uma única operação armada de envergadura: o assalto a uma firma de Engenharia, em janeiro de 1970, no Rio, para obtenção de fundos. No mais, suas operações limitaram-se à realização de algumas panfletagens como propaganda revolucionária. Em abril de 1970 Cerveira foi preso, ainda no Rio, e isso significou a condenação do grupo a extinção, embora seus remanescentes tenham permanecido por alguns meses fazendo contatos com outras organizações armadas no Rio e no Sul.

Um dos principais colaboradores de Cerveira na FLN, Arthur Paulo de Souza, que também estivera vinculado ao MR-26, no Sul, passaria a ser conhecido, mais tarde, como agente de órgãos de repressão, sendo o responsável pela prisão de Eduardo Leite, o "Bacuri". Arthur Paulo foi apontado como torturador em depoimentos de presos políticos que passaram por interrogatórios no Rio Grande do Sul em datas posteriores.

Quando ocorreu a prisão de Cerveira, a FLN estava colaborando como VPR na instalação da infra-estrutura que propiciasse uma operação de captura do embaixador alemão, para resgate de presos políticos, ficando estabelecido que a FLN ficaria responsável pela guarda do diplomata durante as negociações com as autoridades. Após a prisão de Cerveira essa operação acabou sendo executada pela VPR e pela ALN. O nome desse oficial foi incluído entre os 40 presos políticos enviados a Argélia para atendimento das exigências dos seqüestradores. Três anos mais tarde Joaquim Pires Cerveira passou a ser dado como "desaparecido político", após ter tentado ingressar novamente em território brasileiro, através de Foz do Iguaçu, na companhia de outros exilados.

M3G - Marx, Mão, Marighella e Guevara

Um dos mais misterioso grupo de guerrilha urbana que se formou no país nessa etapa de intensa repressão política. Existiu durante cerca de um ano, apenas em Porto Alegre e adjacências, e foi constituído e dirigido pessoalmente por Edmur Péricles de Camargo, cujo paradeiro permanece misterioso até os dias de hoje. Edmur trabalhara na imprensa gaúcha vinculada ao getulismo, no início dos anos 60 e estava ligado ao Comitê Estadual de São Paulo do PCB em 1967, quando esse organismo rompeu com a direção nacional, acompanhando as posições de Marighella na luta interna travada no partido. Nesse ano, Edmur, conhecido também como "Gauchão", recebeu a incumbência do Comitê Estadual do PCB (pró-Marighella), de acompanhar uma luta camponesa que se desenrolava na cidade de Presidente Epitácio. Com o seu envolvimento, terminou sendo executado José Gonçalves Conceição, vulgo "Zé Dico", principal latifundiário em confronto com os camponeses da região.

Com a volta de Marighella ao país, em 1968, Edmur recebeu novas incumbências em outros Estados, mas acabou se desentendendo com o fundador da ALN, na época em que a organização começava a se estruturar. Em abril de 1969, Edmur retornou ao Sul e em poucos meses articulou um grupo armado autônomo, de reduzido contingente, que terminou executando meia dúzia de assaltos a bancos, entre junho daquele ano e março de 1970, utilizando al-

gumas vezes a sigla "M3G". Registrou-se, na época, que esse grupo tinha uma estruturação política bastante inconsistente. Algumas das ações armadas executadas pelo M3G se deram em cooperação com a VAR-Palmares e com outros grupos armados estruturados no Rio Grande do Sul, principalmente na área da Grande Porto Alegre.

Em abril de 1970, Edmur e praticamente todo o grupo foram detidos no Rio Grande do Sul, numa seqüência de prisões que atingiu várias organizações que desencadeavam atividades conjuntas. "Gauchão" foi apresentado imediatamente à imprensa com grande sensacionalismo, fazendo declarações que incriminavam seus companheiros de ideologia. Em janeiro de 1971 foi incluído entre os presos políticos remetidos ao Chile em troca da libertação do embaixador suíço.

MCR - Movimento Comunista Revolucionário

Núcleo extremamente reduzido de militantes que romperam com o POC, no Rio Grande do Sul, em julho de 1970, e atuaram naquele estado até dezembro do mesmo ano, quando os órgãos de repressão conseguiram aprisionar praticamente todos os seus integrantes. O grupo que constituiu o MCR desligou-se do POC impelido mais por métodos de direção e desavenças pessoais do que por divergências políticas. A nova organização manteve com seus documentos básicos os mesmos textos do POC, afirmando divergir desse partido apenas em alguns aspectos de conteúdo tático.

O MCR representou uma articulação comandada por dois integrantes do "Setor Especial" do POC, que se desentenderam com a direção daquela organização e acabaram sendo expulsos em meados de 1970, passando a estruturar um círculo de militantes que atuam em ligação com a VPR gaúcha até as prisões de dezembro. Esse "Setor Especial" tinha sido constituído naquele período por uma das alas em que se tinha fracionado o POC; neste caso, a dos que defendiam a participação em ações de guerrilha urbana. Durante o período em que existiu estruturado o MCR executou sete operações armadas de maior envergadura, além de algumas panfletagens e pichamentos com propaganda revolucionária. As ações de guerrilha urbana foram realizadas sempre em cooperação com a VPR e a maior delas, pouco tempo antes das prisões, foi um assalto simultâneo a uma agência bancária e a um estabelecimento hospitalar em Porto Alegre.

Embora esse grupo não tenha chegado a se estruturar realmente como organização, seus integrantes afirmavam discordar da linha militarista adotada pelas organizações de guerrilha urbana, e mesmo da VPR com quem atuavam intimamente vinculados. Pro-

pugnavam por uma atenção maior ao trabalho político, embora a conduta efetiva dos integrantes do MCR tenha sido pautada por uma linha idêntica à dos grupos criticados. Antes da constituição do MCR um desses dirigentes do grupo havia atuado com o M3G em algumas ações armadas realizadas em 1969 no Sul, e o próprio "Setor Especial" do POC havia se deslocado para São Paulo no início de 1970, onde agiu em conjunto com o MRT, a REDE, a VPR e a ALN em ações para obtenção de recursos financeiros. O MCR, ao que tudo indica, não ultrapassou a casa de uma dezena de integrantes, se considerados estritamente aqueles que assumiam uma postura efetiva de membros de uma organização clandestina.

Grupos dos Onze

Em 29 de novembro de 1963 o então deputado federal pela Guanabara, Leonel Brizola, lançou um documento formulando oficialmente uma proposta de constituição, em todo o Brasil, de "Comandos Nacionalistas", ou "Grupos dos Onze Companheiros", que teriam como lema de ação três objetivos fundamentais: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Tratava-se de dar estruturação orgânica ao amplo contingente de seguidores de Brizola por todo o país e também aos inúmeros setores que procuravam acelerar as mobilizações pelas Reformas de Base, posicionando-se, portanto à esquerda de Goulart e do próprio PCB.

O veículo para divulgação das propostas brizolistas naquele momento era a poderosa Radio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, ouvida em praticamente todo o Brasil, que levava ao ar mensagens eletrizantes de Brizola, que desde a crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, se caracterizava como a personalidade política nacional de posicionamento mais radicalizante.

É impossível calcular a quantidade de Grupos dos Onze que foram constituídos no país a partir desse segundo semestre de 1963 e dos que começaram a ser planejados. Mas, em praticamente todos os Estados do Brasil seguiu-se uma onda de respostas positivas ao chamamento, com a maior intensidade no Rio Grande e demais Estados do Sul. Todo o esquema petebista vinculado a Brizola e às bandeiras nacionalistas mais radicalizantes, inúmeros segmentos independentes da esquerda e mesmo setores anteriormente vinculados ao PCB e ao nascente Pcdob trabalharam na constituição de Grupos dos Onze.

Desde o 1º de abril de 1964 a repressão desfechada pelo novo regime se abateu com certa predileção sobre esses agrupamentos, apontando-os indiscriminadamente como comunistas e vinculados

ao PCB. Nas mais provincianas cidades do interior foram presos e perseguidos cidadãos que estariam articulando a formação de Grupos dos Onze .

DISP - Dissidência Universitária de São Paulo (do PCB)

Mais uma das organizações que nasceram de uma cisão no seio do PCB durante o balanço político das causas da derrota sofrida pela esquerda em 1964. Existiu entre 1966 e 1968, apenas em São Paulo, pois era composta fundamentalmente pelo antigo Comitê Universitário do PCB nesse Estado. Em 1966 as divergências com a direção central do PCB já atingiam certo grau de seriedade, mas esse Comitê Universitário ainda acatou a determinação oficial partidária de apoiar candidatos do MDB nas eleições de novembro. Em 1967, na preparação do VI Congresso do partido, a nova organização começou a ser constituída quando se resolveu editar a revista "Temas de Debates", veiculando uma rejeição sistemática de todas as teses baixadas pelo Comitê Central.

Nesse mesmo período essa organização implantou um trabalho bem enraizado nas universidades e terminou retirando da AP uma antiga hegemonia sobre as entidades estudantis paulistas, inclusive, conseguindo a vitória nas eleições da UEE – União Estadual

dos Estudantes – com a chapa liderada pelo estudante José Dirceu de Oliveira e Silva.

Durante todo o ano de 1968 a DISP teve grande peso nas movimentações estudantis ocorridas no estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que tentava avançar uma linha política que tinha todas as características básicas do guevarismo inspirador da ALN, do MR-8, da VPR, do Colina e de outros grupos. No congresso da UNE realizado em Ibiúna, em outubro de 1968, a eleição da nova diretoria, interrompida pelo cerco policial, opunha duas chapas com chances equilibradas: a situacionista, sob hegemonia da AP, e uma de oposição, liderada por José Dirceu e Wladimir Palmeira, numa frente política constituída pela DISP, pela DI da Guanabara (futuro MR-8) e pelo POC (Movimento Universidade Crítica). No final do ano, ainda antes da decretação do AI-5, a organização já havia mergulhado numa crise de desagregação, vendo-se incapaz de desfechar o salto político-militar proposto por seus documentos e manter simultaneamente uma orientação política clara para os expressivos contingentes estudantis de que dispunha. A DISP não sobreviveu à reviravolta do quadro político nacional imposta pelo AI-5, de 13/12/1968. A desagregação política vivida em suas fileiras se acelerou, dando-se uma verdadeira bifurcação de seus principais militantes entre a ALN e a VPR.

Glossário

- AAB** – Aliança Anticomunista Brasileira
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
Abin – Agência Brasileira de Inteligência
Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AI – Ato Institucional
ALN – Ação Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
Arena – Aliança Renovadora Nacional
CAEL – Centro Acadêmico Edson Luís do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/RJ.
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency – Agência Central de Inteligência do governo dos EUA
CIE – Centro de Informações do Exército
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CJM – Circunscrição Judiciária Militar
CJP – Comissão Justiça e Paz
CMP – Comando Militar do Planalto
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CONTEC – Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito
Corrente/MG – dissidência do PCB
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
CRUSP – Conjunto Residencial da USP
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DESIP – Departamento do Sistema Penitenciário
DINA – Direção de Inteligência Nacional – polícia política de Pinochet
DL – decreto-lei
DML – Departamento de Medicina Legal
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social
DOU – Diário Oficial da União
DP – Delegacia de Polícia e Distrito Policial
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FLN – Frente de Libertação Nacional
FRE – Frente Revolucionária Estudantil
Fuec – Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
GTNM – Grupo Tortura Nunca Mais
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
ICE – Instituto Carlos Ébole
IML – Instituto Médico Legal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPT – Instituto de Polícia Técnica
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LSN – Lei de Segurança Nacional
M3G – Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAR – Movimento Armado Revolucionário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionária
MNR – Movimento Nacional Revolucionário

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular	REDE – Resistência Democrática
MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março	SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro	SEDH/PR – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
MRE – Ministério das Relações Exteriores	SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes	SESC – Serviço Social do Comércio
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil	SIE – Serviço de Informações do Exército Argentino
OBAN – Operação Bandeirante	SNI – Serviço Nacional de Informações
OEA – Organização dos Estados Americanos	SOPS – Serviço de Ordem Política e Social
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade	SSP – Secretaria de Segurança Pública
OMS – Organização Mundial de Saúde	STE – Superior Tribunal Eleitoral
ONG – Organização não-governamental	STM – Supremo Tribunal Militar
ONU – Organização das Nações Unidas	STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
PCB – Partido Comunista Brasileiro	TRE – Tribunal Regional Eleitoral
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	TSE – Tribunal Superior Eleitoral
PCdoB – Partido Comunista do Brasil	UDR – União Democrática Ruralista
PCUS – Partido Comunista da União Soviética	UEE – União Estadual de Estudantes
PDS – Partido Democrático Social	UEEPb – União dos Estudantes do Estado da Paraíba
PDT – Partido Democrático Trabalhista	UEG – Universidade do Estado da Guanabara
PF – Polícia Federal	UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PIB – Produto Interno Bruto	UFAL – Universidade Federal de Alagoas
PIC – Pelotão de Investigações Criminais	UFBa – Universidade Federal da Bahia
PL – Projeto de Lei	UFCE – Universidade Federal do Ceará
PM – Polícia Militar	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
POC – Partido Operário Comunista	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
POLOP – Política Operária	UnB – Universidade de Brasília
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista	UNE – União Nacional dos Estudantes
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores	UNETI – União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais
PSB – Partido Socialista Brasileiro	Unicamp – Universidade de Campinas
PSD – Partido Social Democrático	UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas
PSP – Partido Social Progressista	USP – Universidade de São Paulo
PST – Partido Social Trabalhista	VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
PT – Partido dos Trabalhadores	VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro	
PUC – Pontifícia Universidade Católica	

índice remissivo

- Abdon da Silva Santos, 443
Abelardo Costa, 461
Abelardo Rausch de Alcântara, 116
Abílio Clemente Filho, 166
Acediro Ribeiro Maciel, 450
Aduino Freire da Cruz, 430
Aderval Alves Coqueiro, 145 e 146
Adriano Fonseca Filho, 225 e 226
Agrício Barreto de Queiroz, 460
Alberi Vieira dos Santos, 386, 458
Alberto Aleixo, 400
Alceri Maria Gomes da Silva, 128
Alcides João da Silva, 444
Aldo de Sá Brito Souza Neto, 143, 141 e 301
Alex de Paula Xavier Pereira, 276, 301
Alexander José Ibsen Voerões, 287
Alexandre Soares de Oliveira, 449
Alexandre Vannucchi Leme, 337, 338, 339, 341, 393, 408
Alexandre Von Baumgarten, 39, 458
Alfeu de Alcântara Monteiro, 61
Almir Custódio de Lima, 358, 359, 367
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, 159
Alumínio, 270
Alvino Ferreira Felipe, 52
Alvino Hagel, 446
Amaro Felix Pereira, 312
Amaro Luiz de Carvalho, 176
Ana Maria Nacinovic Correa, 183, 300, 336, 366
Ana Rosa Kucinski Silva, 380, 381, 383
Anatália de Souza Melo Alves, 331
André Grabois, 216, 217, 218, 219, 230, 231, 232, 233, 246, 248, 253,
Angelina Gonçalves, 55
Ângelo Arroyo, 199, 213, 218, 220, 224, 227, 241, 235, 324, 421, 422, 433, 424,
426
Ângelo Cardoso da Silva, 124
Antogildo Pascoal Viana, 61
Antoniél Queiroz, 454
Antônio Alfredo de Lima, 216, 219, 220
Antônio Araujo Veloso, 264
Antônio Bem Cardoso, 130
Antônio Benedito Cordeiro, 443
Antônio Benetazzo, 315, 316
Antônio Borges dos Santos, 270
Antônio Carlos Bicalho Lana, 300, 364, 366, 367
Antônio Carlos Monteiro Teixeira, 208, 212, 257
Antônio Carlos Nogueira Cabral, 295
Antônio de Pádua Costa, 223, 246, 255, 259
Antônio dos Três Reis de Oliveira, 121, 128
Antônio Expedito Carvalho Perera, 453
Antônio Ferreira Pinto, 203, 251
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, 208, 226
Antônio Hernandes, 455
Antônio Joaquim de Souza Machado, 148
Antônio José dos Reis, 52
Antônio Marcos Pinto de Oliveira, 291
Antônio Raymundo de Lucena, 117
Antônio Sérgio de Mattos, 182
Antônio Theodoro de Castro, 228, 244
Ari Lopes de Macedo, 442
Arildo Airton Valadão, 222
Armando Teixeira Frutuoso, 49, 403
Arnaldo Cardoso Rocha, 36, 130, 335, 336
Arno Preis, 272, 284, 285, 399
Ary Abreu Lima da Rosa, 136
Augusto Soares da Cunha, 57
Áurea Eliza Pereira, 255, 256
Aurora Maria Nascimento Furtado, 186, 282, 317, 319, 336, 340, 348
Avelmar Moreira de Barros, 120
Aylton Adalberto Mortati, 185, 186
Benedito Ferreira Alves, 267
Benedito Gonçalves, 432
Benedito Pereira Serra, 68
Bergson Gurjão Farias, 49, 197, 204, 205
Boanerges de Souza Massa, 272, 275, 303, 304
Caiupy Alves de Castro, 362
Carlos Alberto Maciel Cardoso, 452
Carlos Alberto Soares de Freitas, 48, 148, 149, 150, 367
Carlos Antunes da Silva, 115
Carlos Eduardo Pires Fleury, 192, 274
Carlos Lamarca, 38, 40, 90, 97, 138, 161, 165, 173, 179, 180, 182, 452, 472
Carlos Lima Aveline, 455
Carlos Marighella, 38, 40, 89, 104, 108, 109, 135, 166, 181, 182, 272, 301, 343,
377, 392, 464, 469, 493
Carlos Nicolau Danielli, 323, 324
Carlos Roberto Zanirato, 97
Carlos Schirmer, 63, 64
Cassimiro Luiz de Freitas, 119
Catarina Helena Abi Eçab, 87, 88
Célio Augusto Guedes, 307, 308
Celso Gilberto de Oliveira, 140
Chael Charles Schreier, 109, 412, 418
Cícero Costa Nunes, 449
Cícero Trocador, 270
Cilon da Cunha Brum, 245
Ciro Flávio Salazar de Oliveira, 208, 214, 216, 232
Cláudio Paredes, 457
Cleide Maria Ferreira Nogueira, 458
Cloves Dias Amorim, 86
Clóvis Ribeiro dos Santos, 268
Custódio Saraiva Neto, 228, 244, 252, 257
Daniel José de Carvalho, 155, 385, 389
Daniel Ribeiro Callado, 205, 256, 257
Darcy Jose dos Santos Mariante, 74, 75
Dario Gilberto Goñi Martinez, 450
David Capistrano da Costa, 373, 375, 376, 395
David de Souza Meira, 80
Dênis Casemiro, 163
Dermeval da Silva Pereira, 217, 247
Devanir José de Carvalho, 155, 157, 389, 477
Dilermano Mello do Nascimento, 69
Dimas Antônio Casemiro, 157
Dinaelza Santana Coqueiro, 45, 248, 249, 498
Dinalva Oliveira Teixeira, 254, 257, 262
Divino Ferreira de Souza, 216, 220, 239
Divo Fernandes de Oliveira, 71
Doralice Ferreira, 450, 451, 458

- Dorival Ferreira, 120, 121
 Durvalino Porfírio de Souza, 345
 Edgard de Aquino Duarte, 344
 Edmur Péricles Camargo, 48, 124, 370, 391
 Edson Luiz Lima Souto, 79, 82, 96
 Edson Neves Quaresma, 137, 138
 Edu Barreto Leite, 62, 63
 Eduardo Antonio da Fonseca, 182, 184, 300
 Eduardo Collen Leite, 123, 138
 Eduardo Collier Filho, 371, 372, 373
 Eduardo Gonzalo Escabosa, 442
 Eiraldo de Palha Freire, 131
 Eliane Canedo Guimarães dos Santos, 451
 Elmo Corrêa, 227, 234, 239, 253, 261, 262
 Élson Costa, 397, 409
 Elvaristo Alves da Silva, 72
 Emmanuel Bezerra dos Santos, 350
 Enrique Ernesto Ruggia, 385, 388, 389, 458
 Epaminondas, 270
 Epaminondas Gomes de Oliveira, 175
 Eremias Delizoicov, 45, 106, 107, 108
 Esmeraldina Carvalho Cunha, 190, 313, 314
 Eudaldo Gomes da Silva, 326, 329
 Evaldo Luiz Ferreira de Souza, 326, 330,
 Ezequias Bezerra da Rocha, 290, 359
 Felix Escobar, 184, 185
 Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, 371
 Fernando Augusto da Fonseca, 320
 Fernando Borges de Paula Ferreira, 99
 Fernando da Silva Lembo, 83
 Flavio Carvalho Molina, 46, 188, 189,
 Flávio Ferreira da Silva, 456
 Francisco Alves Cabral, 448
 Francisco Amaro Lins, 270
 Francisco das Chagas Pereira, 171
 Francisco Emmanuel Penteadó, 335
 Francisco José de Oliveira, 187, 188
 Francisco Manoel Chaves, 48, 203, 208, 210, 212
 Francisco Seiko Okama, 335, 336
 Francisco Tenório Cerqueira Junior, 412
 Frederico Eduardo Mayr, 41, 285, 286, 287, 356, 366
 Frederico Lopes, 270
 Frei Tito de Alencar Lima, 392
 Gabriel, 270
 Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, 278
 Gelson Reicher, 276, 277, 278, 296, 301, 336
 Geraldo Bernardo da Silva, 98
 Geraldo da Rocha Gualberto, 53
 Geraldo Silveira Rodrigues, 446
 Gérson Bezerra Lima, 450
 Gerson Theodoro de Oliveira, 152
 Getúlio de Oliveira Cabral, 320, 321, 342
 Gilberto Olímpio Maria, 228, 230, 231, 257
 Gildo Macedo Lacerda, 360, 361, 362
 Grenaldo de Jesus Da Silva, 298, 299
 Guilherme Gomes Lund, 227, 228, 231, 232
 Gustavo Buarque Schiller, 436, 437
 Hamilton Fernando Cunha, 90, 450
 Hamilton Pereira Damasceno, 283
 Hanseclever de Souza, 453
 Helber José Gomes Goulart, 286, 347
 Hélcio Pereira Fortes, 279, 280
 Helenira Resende de Souza Nazareth, 200, 209, 212, 213
 Heleny Ferreira Telles Guariba, 167
 Hélio Luiz Navarro de Magalhães, 48, 240, 241, 246, 249, 260
 Henrique Cintra Ferreira de Ornellas, 348
 Hércules de Oliveira Soares, 453
 Hermógenes, 271
 Higino João Pio, 91
 Hiran de Lima Pereira, 375, 395, 396, 397, 410
 Hiroaki Torigoe, 273, 274
 Hiroshi Yamaguishi, 446
 Honestino Monteiro Guimarães, 355, 373
 Horácio Domingos Campiglia, 440
 Iara Iavelberg, 173, 174, 180, 190, 276, 313
 Idalísio Soares Aranha Filho, 207, 208, 263
 Ieda Santos Delgado, 379, 380
 Iguatemi Zuchi Teixeira, 446
 Inocência Pereira Alves, 444
 Ishiro Nagami, 101, 102
 Ísis Dias de Oliveira, 281
 Ismael Silva de Jesus, 306, 307
 Israel Tavares Roque, 70
 Issami Nakamura Okano, 383
 Itair José Veloso, 398, 399
 Iuri Xavier Pereira, 36, 276, 277, 300, 335, 336
 Ivan Gomes, 457
 Ivan Mota Dias, 49, 162
 Ivan Rocha Aguiar, 56
 Jaime Petit da Silva, 225, 226
 Jair Maciel, Zezinho, 271
 James Allen da Luz, 293, 292, 339, 367
 Jana Moroni Barroso, 235, 236, 237, 239, 242
 Jane Vanini, 47, 393, 394
 Jarbas Pereira Marques, 326, 327, 330
 Jayme Amorim de Miranda, 396, 397
 Jayme Araújo, 459
 Jeová Assis Gomes, 272, 274, 275, 284, 304
 Joana Lúcia Silva Santos, 459
 João Alfredo Dias, 69
 João Antonio Santos Abi-Eçab, 87, 88
 João Batista Franco Drumond, 422, 424, 425
 João Batista Nunes Machado, 447
 João Batista Rita, 125, 369, 370, 371
 João Bispo de Jesus, 445
 João Bosco Penido Burnier, 151, 420
 João Carlos Cavalcanti Reis, 316, 317, 343
 João Carlos Haas Sobrinho, 43, 46, 208, 214, 215, 216, 231, 245, 257, 261
 João de Carvalho Barros, 445
 João Domingues da Silva, 99
 João Ferreira de Macedo Sobrinho, 462
 João Fortunato Vidigal, 455
 João Gomes da Silva, 459
 João Gualberto Calatrone, 220, 216
 João José Rodrigues, 456
 João Leonardo da Silva Rocha, 399
 João Lucas Alves, 92, 95, 333, 474
 João Massena Melo, 376
 João Pedro Teixeira, 54, 55, 70
 João Pereira da Silva, 267
 João Roberto Borges de Souza, 107
 Joaquim Alencar de Seixas, 157, 158
 Joaquim Câmara Ferreira, 168, 393, 470
 Joaquim de Oliveira dos Santos, 268
 Joaquim de Sousa, 267
 Joaquim Pires Cerveira, 363, 369, 370, 371, 483
 Joaquinção, 267
 Joel José de Carvalho, 155, 385, 389
 Joel Vasconcelos Santos, 151
 Joelson Crispim, 123, 139
 Jonas José de Albuquerque Barros, 56
 Jones Borges do Nascimento, 459

- Jorge Alberto Basso, 416, 417
 Jorge Aprígio de Paula, 81
 Jorge Leal Gonçalves Pereira, 135
 Jorge Oscar Adur, 441
 José Alves da Rocha, 457
 José Antônio da Conceição, 456
 José Armando Rodrigues, 450
 José Arruda Alencar, 445
 José Bartolomeu Rodrigues de Souza, 320
 José Campos Barreto, 174, 177, 179, 180, 181, 182
 José Carlos da Costa, 367, 368
 José Carlos Guimarães, 25, 84, 89
 José Carlos Novaes da Mata Machado, 354, 360, 361, 362
 José Dalmo Guimarães Lins 147, 148
 José de Oliveira, 270
 José de Souza, 63, 65
 José Feliciano da Silva, 445
 José Fernandes de Menezes, 448
 José Ferreira de Almeida, 401, 402
 José Gomes Teixeira, 165
 José Huberto Bronca, 41, 247
 José Idésio Brianezi, 121
 José Inocêncio Barreto, 312, 490
 José Isabel do Nascimento, 53
 José Julio de Araújo, 308
 José Lavecchia, 386
 José Lima Piauhy Dourado, 237, 243, 263
 José Luciano Franco Tibúrcio, 454
 José Machado da Silva, 268
 José Manoel da Silva, 326, 331
 José Maria Ferreira de Araújo, 132, 328
 José Maurílio Patrício, 263
 José Maximino de Andrade Netto, 402,
 José Mendes de Sá Roriz, 462
 José Milton Barbosa, 191
 José Montenegro de Lima, 405, 406
 José Porfírio de Souza, 119, 345, 456
 José Raimundo da Costa, 170, 171
 José Ribeiro Dourado, 265, 269
 José Roberto Arantes de Almeida, 185, 317
 José Roberto Spiegner, 116, 117
 José Roman, 373, 374, 375, 376, 379
 José Sílton Pinheiro, 320
 José Toledo de Oliveira, 208, 209, 210, 211
 José Vieira de Almeida, 270
 José Wilson Lessa Sabbag, 100
 Juan Antônio Carrasco Forrastal, 314
 Juarez Guimarães De Brito, 122, 436
 Juarez Monção Viotte, 452
 Juarez Rodrigues Coelho, 197, 271
 Kléber Lemos da Silva, 206, 207
 Kurt Krieger, 448
 Labibe Elias Abduch, 59,
 Lauriberto José Reyes, 272, 287, 289, 343
 Lázaro Peres Nunes, 266
 Leopoldo Chiapetti, 73
 Levi, 271
 Libero Giancarlo Castiglia, 46, 218, 221, 228, 232, 256
 Lígia Maria Salgado Nóbrega, 292
 Liliana Inês Goldemberg, 442
 Lincoln Bicalho Roque, 206, 333, 403
 Lincoln Cordeiro Oest, 319
 Lorenzo Ismael Viñas, 441
 Lourdes Maria Wanderley Pontes, 321
 Lourenço Camelo de Mesquita, 427, 428
 Lúcia Maria de Souza, 221, 222, 233
 Lucimar Brandão Guimarães, 132
 Lucindo Costa, 78
 Lúcio Petit da Silva, 196, 246, 251, 253
 Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, 289, 291, 359
 Luís Dias de Andrade, 266, 267
 Luis dos Santos, 266
 Luiz Alberto Pinto Arévalo, 455
 Luiz Almeida Araújo, 46, 166
 Luiz Antônio Ferreira Nogueira, 457
 Luiz Antonio Santa Bárbara, 176
 Luiz Carlos Augusto, 86, 87
 Luiz Eduardo da Rocha Merlino, 169
 Luiz Eurico Tejera Lisboa, 31, 49, 309
 Luiz Fogaça Balboni, 103, 104
 Luiz Gonzaga dos Santos, 79, 139
 Luiz Ghilardini, 325
 Luiz Hirata, 193, 194
 Luiz Ignácio Maranhão Filho, 376, 377, 379
 Luiz José da Cunha, 38, 46, 166, 346, 347
 Luiz Mário Reynolds, 447
 Luiz Paulo da Cruz Nunes, 85, 86
 Luiz Renê Silveira e Silva, 237, 242
 Luiz Vieira, 265, 271
 Luiz Vieira de Almeida, 271
 Luiz Viola, 271
 Luiza Augusta Garlippe, 254, 258
 Lyda Monteiro da Silva, 28, 434
 Manoel Aleixo da Silva, 349, 350
 Manoel Bezerra Sobrinho, 455
 Manoel Custódio Martins, 429, 430
 Manoel Fiel Filho, 374, 411, 412, 413, 425, 464
 Manoel Gomes da Silva, 456
 Manoel José Nurchis, 208, 209, 214, 215
 Manoel Lisboa de Moura, 350
 Manoel Pereira Marinho, 268
 Manoel Raimundo Soares, 75, 76, 77, 158, 408, 446, 482
 Manoel Rodrigues Ferreira, 83, 87
 Manuel Alves de Oliveira, 66
 Manuel José Nunes Mendes de Abreu, 183
 Márcio Beck Machado, 342, 343, 344
 Marco Antônio Dias Baptista, 129
 Marco Aurélio de Freitas Lisboa, 271
 Marcos Antônio Bráz de Carvalho, 89
 Marcos Antônio da Silva Lima, 112
 Marcos José de Lima, 228, 270
 Marcos José de Lima, Zezinho, Ari do A, 270
 Marcos Nonato da Fonseca, 142, 300, 336, 366
 Maria Augusta Thomaz, 100, 188, 272, 342, 343
 Maria Auxiliadora Lara Barcellos, 418, 419
 Maria Célia Corrêa, 235, 236, 238, 239, 242, 247, 249, 253, 261
 Maria Lúcia Petit da Silva, 41, 200, 205, 206
 Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, 159, 258, 292
 Mariano Joaquim da Silva, 48, 159, 160, 164, 366
 Marilena Villas Boas Pinto, 153, 154
 Mário Alves de Souza Vieira, 113, 114
 Mario Cosel Rodrigues, 446
 Mário de Souza Prata, 153
 Mário Renniê Entrala, 460
 Massafumi Yoshinaga, 419
 Maurício Grabois, 196, 197, 199, 210, 211, 213, 218, 228, 229, 230, 231, 233,
 424, 426, 462, 463
 Maurício Guilherme da Silveira, 153
 Merival Araújo, 341, 383
 Miguel Joaquim Carvalho, 459
 Miguel Pereira dos Santos, 205, 208, 209, 210, 231
 Miguel Sabat Nuet, 366

Milton Soares de Castro, 77, 483
 Miriam Lopes Verbena, 289, 291, 359
 Monica Susana Pinus de Binstock, 439
 Nativo Natividade de Oliveira, 437, 438
 Neide Alves dos Santos, 410, 411
 Nelson Corrêa de Oliveira, 455
 Nelson José de Almeida, 94, 95
 Nelson Lima Piauíhy Dourado, 235, 236, 237
 Nestor Vera, 397, 398
 Nilda Carvalho Cunha, 173, 174, 190, 313
 Nilton Viggiano, 454
 Norberto Armando Habegger, 438
 Norberto Nehring, 124
 Odair José Brunocilla, 456
 Odijas Carvalho de Souza, 146
 Olavo Hansen, 126, 127, 419
 Oltimar Dutra da Rosa, 444
 Onofre Pinto, 386, 388, 389, 390, 458
 Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior, 406
 Orlando Momente, 234
 Ornalino Cândido da Silva, 82
 Orocílio Martins Gonçalves, 431
 Osmar, 270
 Osmar Pereira Santos, 270
 Osvaldo Orlando da Costa, 195, 231, 249, 263
 Otávio Soares Ferreira da Cunha, 57, 59
 Otoniel Campos Barreto, 177
 Padre Antônio Henrique Pereira Neto, 96, 359
 Pauline Philipe Reichstul, 329
 Paulo César Botelho Massa, 281, 282
 Paulo Costa Ribeiro Bastos, 305
 Paulo de Tarso Celestino da Silva, 49, 166, 167
 Paulo Guerra Tavares, 297, 298
 Paulo Mendes Rodrigues, 199, 228, 229, 231, 255
 Paulo Roberto Pereira Marques, 214, 233, 242
 Paulo Stuart Wrigth, 353,
 Paulo Torres Gonçalves, 93
 Paulo Ventura, 448
 Pedrão, 271
 Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, 259, 260
 Pedro Carretel, 203, 235, 237, 243, 246, 249, 258, 259, 265, 271
 Pedro Domiense de Oliveira, 64, 65
 Pedro Inácio de Araújo, 70
 Pedro Jerônimo de Sousa, 404, 405
 Pedro Matias de Oliveira, 203, 249, 258
 Pedro Paulo Bretas, 460
 Pedro Souza Milhomem, 268
 Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, 422
 Pérciles Gusmão Régis, 67
 Quincas, 149, 271
 Rafael, 271
 Raimundo de Santana Machado, 460
 Raimundo Eduardo da Silva, 141
 Raimundo Fernandes do Carmo, 459
 Raimundo Gonçalves de Figueiredo, 158, 339
 Raimundo Nonato de Araújo, 270
 Raimundo Nonato Paz, 150
 Ramires Maranhão do Valle, 357, 359, 372
 Ranússia Alves Rodrigues, 357, 358, 359
 Raul Amaro Nin Ferreira, 172
 Reinaldo Silveira Pimenta, 96, 97
 Rita, 271
 Roberto Cietto, 102, 103
 Roberto Macarini 125, 126
 Roberto Ribeiro de Souza, 464
 Robson Antônio Gomes Viana, 448
 Rodolfo de Carvalho Troiano, 222, 239, 240, 248
 Rodolfo Soares Pinheiro, 449
 Ronaldo Mouth Queiroz, 340, 341
 Rosalindo de Souza, 217, 205
 Rubem Brandão da Silva, 447
 Rubens Beirodt Paiva, 143
 Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter, 296
 Ruy Carlos Vieira Berbert, 32, 271, 272, 273, 304, 311
 Ruy Frazão Soares, 384, 385
 Sabino Alves da Silva, 270
 Sabonete, 271
 Sandoval, 270, 271
 Santo Dias da Silva, 432
 Sebastião Gomes dos Santos (Sebastião Gomes da Silva) – 448
 Sebastião Tomé da Silva, 54
 Sebastião Vieira Gama (ou Sebastião Vieira Silva), 266
 Sérgio Landulfo Furtado, 305, 306
 Sérgio Roberto Corrêa, 101
 Severino Elias de Mello, 74
 Severino Fernandes da Silva, 311, 312
 Severino Viana Colou, 95, 110, 448
 Silvano Soares dos Santos, 130, 131
 Simão Pereira da Silva, 269, 270
 Solange Lourenço Gomes, 435
 Soledad Barret Viedma, 133, 326, 328
 Sônia Maria de Moraes Angel Jones, 356, 363, 367
 Stuart Edgar Angel Jones, 160, 161
 Suely Yumiko Komaiana, 260
 Taudelino da Rocha Correa, 445
 Telma Regina Cordeiro Corrêa, 227, 228, 239, 253, 258, 261, 262
 Tércio Tavares de Melo, 446
 Terezino Lopes dos Santos, 460
 Therezinha Viana de Assis, 428
 Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, 382, 383
 Tobias Pereira Júnior, 227
 Toinho, 271
 Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, 368
 Uirassu Assis Batista, 244, 251, 252
 Umberto de Albuquerque Câmara Neto, 354
 Valdir Sales Sabóia, 321, 322
 Vandick Reidner Pereira Coqueiro, 241
 Venceslau Ramalho Leite, 447
 Virgílio Gomes da Silva, 104, 105, 110, 192, 284, 304
 Vítor Carlos Ramos, 386, 390, 458
 Vítor Luis Papandreu, 452
 Vitorino Alves Moitinho, 358, 359
 Vladimir Herzog, 27, 109, 193, 297, 354, 401, 407, 408, 409, 411, 425
 Walquíria Afonso Costa, 199, 209, 263
 Walter de Souza Ribeiro, 377, 378, 379
 Walter Diniz, 446
 Walter Ribeiro Novaes, 167, 168
 Wanderlei de Oliveira, 453
 Wânio José de Mattos, 356, 357
 Wilson Silva, 380, 381, 382
 Wilton Ferreira, 292, 294
 Wlademiro Jorge Filho, 111
 Yoshitane Fujimori, 137, 138
 Zé Maria, 271
 Zelmo Bosa, 426, 427
 Zil Diniz Webster, 450
 Zuleika Angel Jones, 160, 414

Bibliografia

ALVES, Márcio Moreira; *Torturas e Torturados*.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. *Assassinados pela ditadura*. Santa Catarina. Insular, 2004.

BRAGA, Teodomiro; BARBOSA, Paulo. *Meu filho Alexandre Vannucchi*. São Paulo. Edição S.A., 1978.

BORBA, Marco Aurélio; *Cabo Anselmo – a luta armada ferida por dentro*.

CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: Guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos Políticos*.

CALDAS, Álvaro, *Tirando o Capuz*.

CARVALHO, Luiz Maklouf; *Mulheres que foram à luta armada*.

_____, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

CASALDÁLIGA, Pedro; *Martírio do Padre João Bosco Penido Burnier*. Ed. Loyola, 2006.

CAVALCANTE, Dower Moraes. *Relatório de viagem à região do Araguaia à Comissão Justiça e Paz, em 10/12/91*.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do Exílio*.

COELHO, Marco Antonio Tavares; *Herança de um sonho – as memórias de um comunista*.

DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUE, Sérgio. SAUTCHUCK, Jaime. *A Guerrilha do Araguaia*. Alfa Ômega, Coleção História Imediata, 1978.

DUARTE, Betinho. *Rua Viva: o desenho da Utopia*. 2ª edição. Belo Horizonte. Rona, 2004.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos; *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*.

GARIBALDI, Anita. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, 1996.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada* – vol. 1. Companhia das Letras, 2002.

_____, Elio. *A Ditadura Escancarada* – vol. 2. Companhia das Letras, 2002.

_____, Elio. *A Ditadura Encurralada* – vol. 3. Companhia das Letras, 2004.

_____, Elio. *A Ditadura Derrotada* – vol. 4. Companhia das Letras, 2003.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo. Ática, 1987.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*.

_____, Emiliano. *Carlos Marighella – o inimigo número 1 da ditadura militar*.

LIMA, Samarone; Zé – *José Carlos Novais da Mata Machado*.

LISBOA, Luiz Eurico Tejera; *Condições ideais para o amor: poemas, manifestos e correspondência de um poeta-guerrilheiro*", Coleção Documentos Vivos. Editora Tchê e IEL, 1993.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Editora Boi Tempo.

MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes – uma reportagem sobre o Chacal brasileiro*. Editora Record, 2003.

MONERAT, Ávida de Elza. *Coração Vermelho*. São Paulo. Anita Garibaldi, 2002.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. Geração Editorial, 2005.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Travessa dos Editores.

PATARRA, Judith Lieblich; *Iara – reportagem biográfica*.

POMAR, Paulo Estevan da Rocha; *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1976.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa – como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*.

POMAR, Wladimir. *Araguaia – o partido e a guerrilha*.

PORTELA, Fernando, *Guerra de Guerrilhas no Brasil, 1979*.

REBELLO, Gilson; *A Guerrilha de Caparaó*.

SÁ, Glênio, *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo. Anita Garibaldi, 1990.

SAUTCHUK, Jaime. *A luta Armada no Brasil dos anos 60 e 70*. São Paulo. Anita Garibaldi, 1995.

SIMAS, Mário. *Gritos de Justiça – Brasil*, São Paulo: FTD, 1986

SOUZA, Percival de; *Eu, Cabo Anselmo – depoimento a Percival de Souza*.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*, Geração Editorial, 2006.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante; *Rompendo o Silêncio- OBAN-DOI/CODI/29 SET.70-23JAN.74*.

VALLI, Virginia; *Eu, Zuzu Angel, Procuo Meu Filho*. Rio de Janeiro, Editora Villa Rica, 1986.

Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS, 1995, 1996, 1997. Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa. Edições 1996, 1997, 1998.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. Imprensa Oficial São Paulo (SP), 1996.

Brasil Nunca Mais, Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes, 1985.

expediente

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Ministro Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário-Adjunto

Rogério Sottili

Chefe de Gabinete

Vinícius Marques de Carvalho

Presidente da CEMDP

Marco Antônio Rodrigues Barbosa

Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Texto final

Paulo Vannuchi

Suzana Keniger Lisbôa

Vera Rotta (Coordenação)

Redatores

Carla Oliveira

Criméia Alice Schmidt de Almeida

Ivan Seixas

Maria Amélia de Almeida Teles

Murilo Vieira Komniski

Rivadavia Severo

Rosina Duarte

Agradecimentos:

Aluizio Palmar, Ana Benevides, Ana Maria Muller, Armênio Guedes, Arquivo Nacional, Bete Rosa, Beto Vasconcelos, César Teles, Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, Denise Dora, Derlei Catarina de Luca, Edival Nunes Cajá, Eduardo Benevides, Fabrício Martins Cruzeiro, Henrique Medeiros, Ivo Sooma, Jacob Barreto Leite, João Pereira Damasceno, José Carlos Mendes, Leônia Cunha, Marcelo Behar, Marcelo Zelic, Maria Augusta Carneiro, Maria Fernanda Mendes de Abreu, Maria Luiza Araujo, Maria Martins Pereira, Mário Magalhães, Mário Rocha, Nilmário Miranda, Norma Azeredo, Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, Paulo Brasileiro do Valle Filho, Pedro Abramovay, Roberto Montes, Sérgio Ferreira, Tadeu Rigo, Togo Meireles, Vera Sílvia Magalhães, Wagner Ulisses, Walderez Nunes Loureiro e a todos os que contribuíram para o resgate da história dos mortos e desaparecidos políticos.

Funcionários da CEMDP de 1995 a 2007

Ricardo de Alvarenga Ferreira – Secretário-Executivo

Francisco Helder Macedo Pereira – Assessor

Herbert Borges Paes de Barros

Cristiano Morini – assessor

Rodrigo Mazoni Curcio Ribeiro – Assistente

Pedro Henrique Peçanha de Martine Ferreira – Assistente

Rosy Maure da Cunha Araújo

Elisabeth Therezinha de Vargas e Silva – Secretária-Executiva

Bárbara Brenda Saraiva Barbosa – Assistente

Nerilton Thiago Lopes Pereira

Simone Steigleder Botelho – Secretária executiva

Daniela Canisso – Assistente

Liliane Cristina Gonçalves Bernardes – Servidora

Assessores/colaboradores da CEMDP:

Celso Nenevê – perito criminal

Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Comissão Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos/SC

Criméia Alice Schmidt Almeida

Equipe Argentina de Antropologia Forense

Gilney Viana

Grupo Tortura Nunca Mais/BA

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

Grupo Tortura Nunca Mais/SP

Iara Xavier Pereira

Márcio Gontijo – Assessor jurídico

Maria do Amparo de Almeida Araújo

Movimento Tortura Nunca Mais/MG

Movimento Tortura Nunca Mais/PE

Perly Cipriano

Togo Meireles

Assessores/colaboradores da SEDH/PR:

Adriana Escorse de Moares, Aldo Zaiden Benvindo, Alice Chaar Silva, André Luís Soares dos Santos, Bárbara Brenda Saraiva Barbosa, Cícera Bezerra de Moraes, Débora Ribeiro Mendes Teixeira, Denise de Sousa Pimenta, Eder-son Laurindo dos Anjos, Eduardo Miranda Lopes, Elisabeth Nascimento Costa, Francisco Alves de Sousa, Francisco Jhonatan Gonçalves, Hugo Nister Pessoa Teixeira, Ivana de Siqueira, Ivaneide Silva Furtado, Jaqueline da

Silva, José Armando Fraga Diniz Guerra, João Francisco de Marcelo, Kelly Oliveira Araújo, Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Loyanne Paiva Lima, Luciana Peixoto de Oliveira, Luís Felipe Sardenberg, Maria Beatriz Correia Salles Maria Luiza de Lima Lopes Araújo, Mariana Bertol Carpanezi, Marineide da Silva Jorge, Marta Alves de Souza, Max Well Barbosa Lima, Michele Reis Ledur, Pedro Helena Pontual Machado, Pedro Pontual, Sidnei Sousa Costa, Sueli de Paula Dias, Thais Herdy Guedes, Thelma Torrecilha, Valéria Getúlio de Brito e Silva, Valéria Rabelo.

Pesquisa e redação

Angélica Cordova
Danilson Ramos
Graziella Pilla Kriegel
Fátima Emediato
Francisco José de Almeida
Márcia Marques
Maria Angélica Lucchese Targhetta
Maria Helena Ortolan
Patrícia Cunegundes
Rosa Pecorelli

Projeto gráfico

Érika Yoda
Wagner Ulisses

Diagramação

Fabício Martins
Wagner Ulisses

Revisão

Joira Furquim
Daniele Costa

Produção



Impressão

Gráfica Coronário

Tiragem

5.000 exemplares

Apoio: Fundação Ford

ANEXOS

LEI Nº 6.683 – DE 28 DE AGOSTO DE 1979 – DOU DE 28/8/79 – Lei da Anistia

CONCEDE ANISTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I – se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado;

II – se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III – se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV – se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo cedida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

Petrônio Portela, Maximiano Fonseca, Walter Pires, R.S. Guerreiro, Karlos Rischbieter, Eliseu Resende, Ângelo Amaury Stábile, E. Portela, Murillo Macedo, Délio Jardim de Mattos, Mário Augusto de Castro Lima, João Camilo Penna, César Cals Filho, Mário David Andreazza, H. C. Matos, Jair Soares, Danilo Venturini, Golbery do Couto e Silva, Octávio Aguiar de Medeiros, Samuel Augusto Alves Corrêa, Delfim Netto, Said Farhat, Hélio Beltrão.

LEI Nº 9.140, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências,

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Art. 2º A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia.

Art. 3º O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta Lei e de seus anexos.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será admitida justificação judicial.

Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao reconhecimento de pessoas:

a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei;

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II - enviar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; e

III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

Art. 5º A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidir, com voto de qualidade.

§ 1º Dos sete membros da Comissão, quatro serão escolhidos:

I - dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

II - dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;

III - dentre os membros do Ministério Público Federal; e

IV - dentre os integrantes das Forças Armadas.

§ 2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.

Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.

Art. 7º Para fins de reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I desta Lei, os requerimentos, por qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, serão apresentados perante a Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da data da publicação desta Lei, e serão instruídos com informações e documentos que possam comprovar a pretensão.

§ 1º Idêntico procedimento deverá ser observado nos casos baseados na alínea b do inciso I do art. 4º

§ 2º Os deferimentos, pela Comissão Especial, dos pedidos de reconhecimento de pessoas não mencionadas no Anexo I desta Lei instruirão os pedidos de assento de óbito de que trata o art. 3º, contado o prazo de cento e vinte dias, a partir da ciência da decisão deferitória.

Art. 8º A Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias de sua instalação, mediante solicitação expressa de qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, e concluindo pela existência de indícios suficientes, poderá diligenciar no sentido da localização dos restos mortais do desaparecido.

Art. 9º Para os fins previstos nos arts. 4º e 7º, a Comissão Especial poderá solicitar:

I - documentos de qualquer órgão público;

II - a realização de perícias;

III - a colaboração de testemunhas; e

IV - a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para a obtenção de

informações junto a governos e a entidades estrangeiras.

Art. 10. A indenização prevista nesta Lei é deferida às pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:

I - ao cônjuge;

II - ao companheiro ou companheira, definidos pela Lei no. 8.971, de 29 de dezembro de 1994;

III - aos descendentes;

IV - aos ascendentes;

V - aos colaterais, até o quarto grau.

§ 1º O pedido de indenização poderá ser formulado até cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei. No caso de reconhecimento pela Comissão Especial, o prazo se conta a data do reconhecimento.

§ 2º Havendo acordo entre as pessoas nominadas no caput deste artigo, a indenização poderá ser requerida independentemente da ordem nele prevista.

§ 3º Reconhecida a morte, nos termos da alínea b do inciso I do Art. 4º, poderão as pessoas mencionadas no caput, na mesma ordem e condições, requerer à Comissão Especial a indenização.

Art. 11. A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.

§ 1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta Lei.

Art. 12. No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé.

Art. 13. Finda a apreciação dos requerimentos, a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.

Parágrafo único. Enquanto durarem seus trabalhos, a Comissão Especial deverá apresentar trimestralmente relatórios de avaliação.

Art. 14. Nas ações judiciais indenizatórias fundadas em fatos decorrentes da situação política mencionada no art. 1º, os recursos das sentenças condenatórias serão recebidos somente no efeito devolutivo.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da União pela Lei Orçamentária.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de dezembro de 1995, 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

ANEXO I

I - Nomes de Pessoas Desaparecidas (com a época do desaparecimento)

1 - Adriano Fonseca Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 18 de dezembro de 1945 em Ponte Nova, Minas Gerais, filho de Adriano Fonseca e Zely Eustáquio Fonseca. (1973)

2 - Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, brasileiro, casado, nascido em 5 de setembro de 1922 em Pirujú, filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. (1971)

3 - Ana Rosa Kucinski Silva, brasileira, casada, nascida em 12 de janeiro de 1942 em São Paulo, SP, filha de Majer Kucinski e Ester Kucinski. (1974)

4 - André Grabois, brasileiro, nascido em 3 de julho de 1946 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Maurício Grabois e de Alzira da Costa Reis. (1973)

5 - Antonio Alfredo Campos, brasileiro, casado. (1973)

6 - Antônio Carlos Monteiro Teixeira, brasileiro, casado, nascido em 22 de agosto de 1944 em Ilhéus - BA, filho de Gessori da Silva Teixeira e de Maria Luiza Monteiro Teixeira. (1972)

7 - Antonio de Padua Costa, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de junho de 1943 no Piauí, filho de João Lino da Costa e de Maria Jardilina da Costa. (1974)

8 - Antonio dos Reis de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de novembro de 1948 em Tiros - MG, filho de Argum de Oliveira e de Gláucia Maria de Oliveira. (1970)

9 - Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, brasileiro, solteiro, nascido em 20 de setembro de 1946 em São Paulo - SP, filho de Walter Pinto Ribas e de Benedita de Araújo Ribas. (1973)

- 10 - Antônio Joaquim de Souza Machado, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de setembro de 1939 em Papagaios - MG, filho de Joaquim Maria de Souza Machado e de Maria de Oliveira Campos, morador do Rio de Janeiro. (1971)
- 11 - Antonio Teodoro de Castro, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de abril de 1945 em Itapipoca - CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e de Benedita Pinto de Castro. (1973)
- 12 - Arildo Valadão, brasileiro, casado, nascido em 28 de dezembro de 1948 em Itaici - ES, filho de Altivo Valadão de Andrade e de Helena Almochidice Valadão, (1973)
- 13 - Armando Teixeira Frutuoso, brasileiro, casado, nascido em 20 de maio de 1921 na cidade do Rio de Janeiro - RJ, filho de Anibal Teixeira Frutuoso e de Maria da Glória Frutuoso. (1975)
- 14 - Áurea Eliza Pereira, brasileira, casada, nascida em 6 de abril de 1950 em Monte Belo - MG, filha de José Pereira e de Odila Mendes Pereira. (1974)
- 15 - Aylton Adalberto Mortati, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de janeiro de 1946 em Catanduva - SP, filho de Umberto Mortati e de Carmem Sobrinho Martins. (1971)
- 16 - Bergson Gurjão Farias, brasileiro, solteiro, nascido em 17 de maio de 1947 em Fortaleza - CE, filho de Gessiner Farias e de Luiza Gurjão Farias. (1972)
- 17 - Caiuby Alves de Castro, brasileiro, nascido em 16 de agosto de 1928, filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. (1973)
- 18 - Carlos Alberto Soares de Freitas, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de agosto de 1939, filho de Jayme Martins de Freitas e de Alice Soares de Freitas. (1971)
- 19 - Celso Gilberto de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de dezembro de 1945, filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira. (1970)
- 20 - Cilon Cunha Brun, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de fevereiro de 1946 em São Sepé - RS, filho de Lino Brun e de Eloá Cunha Brun. (1970)
- 21 - Ciro Flavio Salazar Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de setembro de 1943 em Araguari - MG, filho de Arédio Oliveira e de Maria de Lourdes Oliveira. (1972)
- 22 - Custódio Saraiva Neto, brasileiro, nascido em 5 de abril de 1952 no Ceará, filho de Dário Saraiva Leão e de Hilda Quaresma Saraiva Leão. (1974)
- 23 - Daniel José Carvalho, brasileiro. (1974)
- 24 - Daniel Ribeiro Callado, brasileiro, nascido em 16 de outubro de 1940 em São Gonçalo - RJ, filho de Consuelo Ribeiro Callado e de América Ribeiro Callado. (1974)
- 25 - David Capistrano da Costa, brasileiro, casado, nascido em 16 de novembro de 1913 em Boa Viagem - CE, filho de José Capistrano da Costa e de Cristina Cirila de Araújo. (1974)
- 26 - Dênis Casemiro, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de dezembro de 1942 em Votuporanga - SP, filho de Antonio Casemiro e de Maria Casemiro. (1971)
- 27 - Dermeval da Silva Pereira, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945 em Salvador - BA, filho de Carlos Gentil Pereira e de Francisca das Chagas Pereira. (1974)
- 28 - Dinaelza Santana Coqueiro, brasileira, casada, nascida em 22 de março de 1949 em Vitória da Conquista - BA, filha de Antonio Pereira de Santana e de Jumília Soares Santana. (1973)
- 29 - Dinalva Oliveira Teixeira, brasileira, casada, nascida em 16 de maio de 1945 em Castro Alves - BA, filha de Viriato Augusto Oliveira e de Elza Conceição Bastos. (1973)
- 30 - Divino Ferreira de Souza, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de setembro de 1942 em Caldas Novas - GO (registrado em Mossamedes - GO) filho de José Ferreira de Souza e de Maria Gomes de Souza. (1973)
- 31 - Durvalino de Souza, brasileiro, filho de José Porfírio de Souza. (1973)
- 32 - Edgar de Aquino Duarte, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de fevereiro de 1941 em Bom Jardim - PE, filho de José Geraldo Duarte e de Maria Francisca Duarte. (1973)
- 33 - Edimir Pércles Camargo, brasileiro, solteiro, nascido em 4 de setembro de 1914 em São Paulo - SP, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e de Maria da Penha Amaral Vilaça. (1975)
- 34 - Eduardo Collier Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de dezembro de 1948 em Recife - PE, filho de Eduardo Collier e de Rizoleta Meira. (1974)
- 35 - Eleni Telles Pereira Guariba, brasileira, casada, nascida em 13 de março de 1941 em Bebedouro - SP, filha de Isaac Ferreira Caetano e de Pascoalina Alves Ferreira. (1971)
- 36 - Elmo Corrêa, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de abril de 1946 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Edgar Correa e de Irene Guedes Correa. (1974)
- 37 - Elson Costa, brasileiro, casado, nascido em 26 de agosto de 1913 em Prata - MG, filho de João Soares da Costa e de Maria Novais Costa. (1975)
- 38 - Enrique Ernesto Ruggia, argentino, nascido em 25 de julho de 1955, em Corrientes/Argentina - filho de Atilio Carlos Ruggia e de Ana Violeta Bambula Ruggia. (1974)
- 39 - Ezequias Bezerra da Rocha, brasileiro, casado, nascido em 24 de dezembro de 1944 em João Pessoa - PB, filho de Simplício Bezerra da Rocha e de Antonia Bulhões Bezerra. (1972)
- 40 - Félix Escobar Sobrinho, brasileiro, nascido em 23 de março de 1923 em Miracema - RJ, filho de José Escobar Sobrinho e de Emiliaci Gomes Escobar. (1971)
- 41 - Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, brasileiro, casado, nascido em 20 de fevereiro de 1948 em Recife - PE, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira. (1974)
- 42 - Francisco Manoel Chaves (ou José Francisco Chaves), brasileiro, morou na região de Caianos na região do Araguaia. (1972)
- 43 - Gilberto Olímpio Maria, brasileiro, casado, nascido em 11 de março de 1942 em Mirassol - SP, filho de Antonio Olímpio Maria e de Rosa Cabello Maria. (1973)
- 44 - Guilherme Gomes Lund, brasileiro, solteiro, nascido em 11 de julho de 1947 no Rio de Janeiro - RJ, filho de João Carlos Lund e de Júlia Gomes Lund. (1973)
- 45 - Helenira Rezende de Souza Nazareth, brasileira, solteira, nascida em 19 de janeiro de 1944 em Cerqueira César - SP, filha de Adalberto de Assis Nazareth e de Euthalia Rezende de Souza Nazareth (1972)
- 46 - Hélio Luiz Navarro de Magalhães, brasileiro, solteiro, nascido em 23 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Gerson Menezes Magalhães e de Carmem Maria Navarro de Magalhães. (1974)
- 47 - Hiran de Lima Pereira, brasileiro, casado, nascido em 3 de outubro de 1913 em Caicó - RN, filho de Hilário Amancio Pereira e de Maria Marieta de Lima Pereira. (1975)
- 48 - Honestino Monteiro Guimarães, brasileiro, casado, nascido em 28 de março de 1947 em Itaberai - GO, filho de Benedito Guimarães e de Maria Rosa Leite Guimarães. (1973)
- 49 - Humberto Albuquerque Câmara Neto, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de maio de 1947 em Campina Grande - PB, filho de Roberto Alves Câmara e de Marilene de Sá Leitão Câmara. (1973)
- 50 - Idalísio Soares Aranha Filho, brasileiro, casado, nascido em 27 de agosto de 1947 em Rubim - MG, filho de Idalísio Soares Aranha e de Aminthas Rodrigues Pereira. (1972)
- 51 - Ieda Santos Delgado, brasileira, solteira, nascida em 9 de julho de 1945 no Rio de Janeiro - RJ, filha de Odorico Arthur Delgado e de Eunice Santos Delgado. (1974)
- 52 - Isis Dias de Oliveira, brasileira, casada, nascida em 29 de agosto de 1941 em São Paulo - SP, filha de Edmundo Dias de Oliveira e de Felícia Mardim de Oliveira. (1972)
- 53 - Issami Nakamura Okano, brasileiro, nascido em 23 de novembro de 1945 em Cravinhos - SP, filho de Hideo Okano e de Sadac Nalçamura. (1974)
- 54 - Itair José Veloso, brasileiro, casado, nascido em 10 de junho de 1930 em Minas Gerais, filho de Sebastião Veloso e de Zulmira Veloso. (1975)
- 55 - Ivan Mota Dias, brasileiro, solteiro, nascido em 29 de outubro de 1942 em Passa Quatro - MG, filho de Lucas de Souza Dias e de Nair Mota Dias. (1971)
- 56 - Jaime Amorim Miranda, brasileiro, casado, nascido em 18 de julho de 1926 em Macaíó - AL, filho de Manoel Simplício de Miranda e de Hermé Amorim de Miranda. (1973)
- 57 - Jaime Petit da Silva, brasileiro, casado, nascido em 18 de junho de 1945 em Iacanga - SP, filho de José Bernardino da Silva e de Julieta Petit da Silva. (1973)
- 58 - Jana Moroni Barroso, brasileira, solteira, nascida em 10 de junho de 1948 em Fortaleza - CE, filha de Benigno Girão Barroso e de Cirene Moroni Barroso. (1974)
- 59 - João Alfredo Dias, brasileiro, nascido em 23 de junho de 1932 em Sapé - PB, filho de Alfredo Ulisses Gonçalves e de Amélia Gonçalves Dias, sapateiro e trabalhador do campo. (1964)
- 60 - João Batista Rita, brasileiro, casado, nascido em 24 de junho de 1948 em Braço Norte - SC, filho de Graciliano Miguel Rita e de Aracy Pereira Rita. (1973)
- 61 - João Carlos Haas Sobrinho, brasileiro, nascido em 24 de junho de 1941 em São Leopoldo - RS, filho de Idelfonso Haas e de Ilma Haas. (1972)
- 62 - João Gualberto Calatrone, brasileiro, nascido em 7 de janeiro de 1951 em Nova Venécia - ES, filho de Clotildio Calatrone e de Osoria Calatrone. (1974)
- 63 - João Leonardo da Silva Rocha, brasileiro, nascido em Salvador - BA, filho de Mario Rocha e de Maria Natalia da Silva Rocha. (1974)
- 64 - João Massena Melo, brasileiro, casado, nascido em 18 de agosto de 1919 em Palmares - PE filho de Sebastião Massena Melo e de Olimpia Melo Maciel. (1974)
- 65 - Joaquim Pires Cerveira, brasileiro, casado, nascido em 14 de dezembro de 1923, em Santa Maria - RS, filho de Marcelo Pires e de Auricela Goulart Cerveira. (1973)
- 66 - Joel José de Carvalho, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de julho de 1948 em Muriaé - MG, filho de Ely José de Carvalho e de Esther José de Carvalho. (1974)
- 67 - Joel Vasconcelos Santos, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de agosto de 1949 em Nazaré - BA, filho de João Vicente Vasconcelos Santos e de Elza Joana dos Santos. (1973)
- 68 - Jorge Leal Gonçalves Pereira, brasileiro, nascido em 25 de dezembro de 1938 em Salvador - BA, filho de Enéas Gonçalves Pereira e de Rosa Leal Gonçalves Pereira. (1970)
- 69 - Jorge Oscar Adur, (padre) argentino, nascido em Nogoya, província de Entre-rios. (1978)
- 70 - José Huberto Bronca, brasileiro, nascido em 8 de setembro de 1934 em Porto Ale-

- gre-RS, filho de Huberto Atteu Branco e de Ermelinda Mazaferro Bronca. (1974)
- 71 - José Lavechia, brasileiro, nascido em 25 de maio de 1919 em São Paulo-SP, filho de Leo Lavechia e de Felícia Mateus Lavechia. (1974)
- 72 - José Lima Piauhy Dourado, brasileiro, nascido em 24 de março de 1946 em Barreiras-BA, filho de Pedro Piauhy Dourado e de Anita Lima Piauhy Dourado. (1974)
- 73 - José Maria Ferreira Araújo, brasileiro, casado, nascido em 6 de junho de 1941 no Ceará, filho de José Alexandre de Araújo e de Maria da Conceição Ferreira de Araújo. (1970)
- 74 - José Maurílio Patrício, brasileiro, nascido em 1943 em Santa Tereza-ES, filho de Joaquim Patrício e de Isaura de Souza Patrício. (1974)
- 75 - José Montenegro de Lima, brasileiro, solteiro, nascido em 1948 no Ceará. (1975)
- 76 - José Porfirio de Souza, brasileiro, casado, nascido em 27 de julho de 1912 em Pedro Afonso-GO. (1973)
- 77 - José Roman, brasileiro, nascido em 4 de outubro de 1926 em São Paulo-SP. (1974)
- 78 - José Toledo de Oliveira, brasileiro, nascido em 17 de julho de 1941 em Uberlândia-MG, filho de José Sebastião de Oliveira e de Adaide de Toledo de Oliveira. (1972)
- 79 - Kleber Lemos da Silva, brasileiro, nascido em 21 de maio de 1942 no Rio de Janeiro-RJ, filho de Norival Euphrosino da Silva e de Karitza Lemos da Silva. (1972)
- 80 - Libero Giancarlo Castiglia, italiano, nascido em 4 de julho de 1944 em Cocenza, filho de Luigi Castiglia e de Elena Gibertini Castiglia. (1973)
- 81 - Lourival de Moura Paulino, brasileiro, nascido em Xambioá-PA, filho de Joaquim Moura Cambino e de Jardilina Santos Moura. (1974)
- 82 - Lucia Maria de Souza, brasileira, solteira, nascida em 22 de junho de 1944 em São Gonçalo-RJ, filha de José Augusto de Souza e de Jovina Ferreira. (1973)
- 83 - Lúcio Petit da Silva, brasileiro, nascido em 1º de dezembro de 1941 em Piratininga-SP, filho de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. (1973)
- 84 - Luís Eurico Tejera Lisbôa, brasileiro, casado, nascido em 29 de janeiro de 1948 em Porto União-SC, filho de Eurico Siqueira Lisbôa e de Clélia Tejera Lisbôa. (1972)
- 85 - Luís Inácio Maranhão Filho, brasileiro, casado, nascido em 25 de janeiro de 1921 em Natal-RN, filho de Luís Inácio Maranhão e de Maria Salmê Maranhão. (1974)
- 86 - Luiz Almeida Araújo, brasileiro, nascido, em 27 de agosto de 1943 em Anadia-AL, filho de João Rodrigues de Araújo e de Maria José Mendes de Almeida. (1971)
- 87 - Luiz Renê Silveira e Silva, brasileiro, solteiro, nascido em 15 de julho de 1951 no Rio de Janeiro-RJ, filho de Renê de Oliveira e Silva e de Lufita Silveira e Silva. (1974)
- 88 - Luiz Vieira de Almeida, brasileiro, casado, com um filho, morava em Bacaba. (1973)
- 89 - Luiza Augusta Garlippe, brasileira, solteira, nascida em 16 de outubro de 1941 em Araraquara-SP, filha de Armando Garlippe e de Durvalina Santomo. (1974)
- 90 - Manoel Alexandrino, brasileiro, nascido na Paraíba, morava no Engenho de Maraú. (1974)
- 91 - Manuel José Nurchis, brasileiro, nascido em 19 de dezembro de 1940 em São Paulo-SP, filho de José Francisco Nurchis e de Rosalina Carvalho Nurchis. (1972)
- 92 - Márcio Beck Machado, brasileiro, nascido em 14 de dezembro de 1943 em São Paulo-SP, filho de Otávio Menezes Machado e de Edria Beck Machado. (1973)
- 93 - Marco Antônio Dias Batista, brasileiro, solteiro, nascido em 7 de agosto de 1954 em Sorocaba-SP, filho de Waldomiro Dias Batista e de Maria de Campos Batista. (1970)
- 94 - Marcos José de Lima, brasileiro, nascido no Espírito Santo, ferreiro. (1973)
- 95 - Maria Augusta Thomaz, brasileira, solteira, nascida em 14 de novembro de 1947 em Leme-SP, filha de Aniz Thomaz e de Olga Michael Thomaz. (1973)
- 96 - Maria Célia Corrêa, brasileira, nascida em 30 de abril de 1945 no Rio de Janeiro-RJ, filha de Edgar Corrêa e de Irene Corrêa. (1974)
- 97 - Maria Lúcia Petit da Silva, brasileira, solteira, nascida em 20 de março de 1950 em Agudos-SP, filha de José Bernardino da Silva Júnior e de Julieta Petit da Silva. (1972)
- 98 - Mariano Joaquim da Silva, brasileiro, casado, nascido em 2 de maio de 1930 em Timbaúba-PE, filho de Antonio Joaquim da Silva e de Maria Joana Conceição. (1970)
- 99 - Mário Alves de Souza Vieira, brasileiro, casado, nascido em 14 de fevereiro de 1923 em Santa Fé-BA, filho de Romualdo Leal Vieira e de Julieta Alves de Souza Vieira. (1970)
- 100 - Maurício Grabois, brasileiro, casado, nascido em 2 de outubro de 1912 em Salvador-BA, filho de Agostim Grabois e de Dora Grabois. (1973)
- 101 - Miguel Pereira dos Santos, brasileiro, nascido em 12 de julho de 1943, em Recife-PE, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos. (1972)
- 102 - Nelson de Lima Piauhy Dourado, brasileiro, nascido em 3 de maio de 1941 em Jacobina-BA, filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. (1974)
- 103 - Nestor Veras, brasileiro, nascido em 19 de maio de 1915 em Ribeirão Preto-SP, filho de Manoel Veras e Pilar Velasques. (1975)
- 104 - Roberto Armando Habeger, argentino, jornalista, passaporte com nome de Hector Estevan Cuello. (1978)
- 105 - Onofre Pinto, brasileiro, nascido em 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga-SP, filho de Júlio Rosário e Maria Pinto Rosário. (1974)
- 106 - Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, brasileiro, casado, nascido em 14 de janeiro de 1915 em Santa Tereza-ES, filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e Maria Gasparini Bonfim. (1974)
- 107 - Orlando Momento, brasileiro, casado, nascido em 10 de outubro de 1933 em Rio Claro-SP, filho de Álvaro Momento e Antonia Rivelino Momento. (1973)
- 108 - Osvaldo Orlando da Costa, brasileiro, nascido em 27 de abril de 1938 em Passa Quatro-MG, filho de José Orlando da Costa e Rita Orlando dos Santos. (1974)
- 109 - Paulo César Botelho Massa, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de outubro de 1945 no Rio de Janeiro-RJ, filho de Cristovam Sanches Massa e Lais Maria Botelho Massa. (1972)
- 110 - Paulo Costa Ribeiro Bastos, brasileiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945 em Juiz de Fora-MG, filho de Othon Ribeiro Bastos e Maria do Carmo Costa Bastos. (1972)
- 111 - Paulo de Tarso Celestino da Silva, brasileiro, nascido em 26 de maio de 1944 em Morrinhos-GO, filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. (1971)
- 112 - Paulo Mendes Rodrigues, brasileiro, nascido em 25 de setembro de 1931 em Cruz Alta-RS, filho de Francisco Alves Rodrigues e Otilia Mendes Rodrigues. (1973)
- 113 - Paulo Roberto Pereira Marques, brasileiro, nascido em 14 de maio de 1949, em Pains-MG, filho de Sílvio Marques Carrilho e Maria Leonor Pereira Marques. (1973)
- 114 - Paulo Stuart Wright, brasileiro, casado, nascido em 2 de julho de 1933 em Herval D'Oeste-SC, filho de Lathan Ephraim Wright e Maggie Belle Wrigth. (1973)
- 115 - Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de março de 1947 em Belo Horizonte-MG, filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e Diana Piló de Oliveira. (1974)
- 116 - Pedro Inácio de Araújo, brasileiro, morava em Miriri-PB. (1974)
- 117 - Ramires Maranhão do Valle, brasileiro, nascido em 2 de novembro de 1950 em Recife-PE, filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e Agrícola Maranhão do Valle. (1973)
- 118 - Rodolfo de Carvalho Troiano, brasileiro, nascido em 1950 em Juiz de Fora-MG, filho de Rodolfo Troiano e Geny de Carvalho Troiano. (1974)
- 119 - Rosalindo Souza, brasileiro, nascido em 2 de janeiro de 1940 em Caldeirão Grande-BA, filho de Rosalvo Cypriano Souza e Lindaura Correia de Souza. (1973)
- 120 - Rubens Beirodt Paiva, brasileiro, casado, nascido em 26 de setembro de 1929 em Santos-SP, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. (1971)
- 121 - Ruy Frazão Soares, brasileiro, casado, nascido em 4 de outubro de 1941 em São Luís-MA, filho de Mario da Silva Soares e Alice Frazão Soares. (1974)
- 122 - Ruy Carlos Vieira Berbert, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de dezembro de 1947 em Regente Feijó-SP, filho de Ruy Thales Jaccoud Berbert e Otilia Vieira Berbert. (1972)
- 123 - Sérgio Landulfo Furtado, brasileiro, solteiro, nascido em 24 de maio de 1951 em Serrinha-BA, filho de George Furtado e Diva Furtado. (1972)
- 124 - Stuart Edgar Angel Jones, brasileiro, casado, nascido em 11 de janeiro de 1946 em Salvador-BA, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones. (1971)
- 125 - Suelly Yumiko Kamayana, brasileira, solteira, nascida em 25 de maio de 1948 em Coronel Macedo-SP. (1973)
- 126 - Telma Regina Cordeiro Corrêa, brasileira, casada, nascida em 23 de julho de 1947 no Rio de Janeiro-RJ, filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste Durval Cordeiro. (1974)
- 127 - Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, brasileiro, casado, nascido em 1937 em Patintins-AM, filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles. (1974)
- 128 - Tobias Pereira Júnior, brasileiro, nascido em 16 de novembro de 1949 no Rio de Janeiro-RJ, filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira. (1974)
- 129 - Uirassu de Assis Batista, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de abril de 1952 em Itapicuru-BA, filho de Francisco de Assis Batista e Adinalva Dantas Batista. (1974)
- 130 - Vandick Reidner Pereira Coqueiro, brasileiro, casado, nascido em 9 de dezembro de 1949 em Boa Nova-BA, filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro. (1974)
- 131 - Virgílio Gomes da Silva, brasileiro, casado, nascido em 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo (Santa Cruz)--RN, filho de ..?????. (1969)
- 132 - Vitorino Alves Moitinho, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de janeiro de 1949 na Bahia, filho de Isaú Lopes Moitinho e Yolinda Alves Moitinho. (1973)
- 133 - Walquiria Afonso Costa, brasileira, casada, nascida em 2 de agosto de 1947, filha de Edwin Costa e Odete Afonso Costa. (1974)
- 134 - Wálter de Souza Ribeiro, brasileiro, casado, nascido em 24 de setembro de 1924 em Teófilo Otoni-MG, filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia de Souza Ribeiro. (1974)
- 135 - Wálter Ribeiro Novaes, brasileiro, casado, nascido na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro e Maria Rosalinda Ribeiro. (1971)

136 - Wilson Silva, brasileiro, casado, nascido em 21 de abril de 1942 em São Paulo-SP, filho de João Silva e Lúcia Vilaça Silva. (1974)

Anexo II

TABELA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO (ART. 5º)

Idade na data do Desaparecimento

Expectativa Média de Sobrevida

	Homens	Mulheres
16-20	45,74	50,75
21-25	41,37	46,1
26-30	37,12	41,53
31-35	3-1,96	37,06
36-40	1-8,93	32,7
41-45	25,06	28,48
46-50	21,37	24,38
51-55	17,9	20,45
56-60	14,66	16,73
61-65	11,67	13,27

LEI Nº 10.536, DE 14 DE AGOSTO DE 2002

Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 4º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias". (NR)

"Art. 4º.

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

.....(NR)

Art. 2º Os prazos previstos nos arts. 7º e 10 da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, serão reabertos, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo de Tarso Ramos Ribeiro

LEI Nº 10.875, DE 1º DE JUNHO DE 2004

Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 176, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 4º, 5º, 6º e 10 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tem as seguintes atribuições:

I -

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público;

d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público;

.....". (NR)

"Art. 5º

§ 1º

IV - dentre os integrantes do Ministério da Defesa.

§ 2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, se necessário". (NR)

"Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que lhe dará o apoio necessário". (NR)

"Art. 10.

§ 3º Reconhecida a morte nas situações previstas nas alíneas b a d do inciso I do art. 4º desta Lei, as pessoas mencionadas no caput poderão, na mesma ordem e condições, requerer indenização à Comissão Especial".(NR)

Art. 2º Para o fim de se proceder ao reconhecimento de pessoas que tenham falecido nas situações previstas nas alíneas c e d do inciso I do art. 4º da Lei nº 9.140, de 1995, os legitimados de que trata o seu art. 10 poderão apresentar requerimento perante a Comissão Especial, instruído com informações e documentos que possam comprovar a pretensão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei advirão de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, observadas as normas pertinentes da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 1º de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

BRASIL
Estado Encarilhado



Moc

1105125-110000

12/1995
ANEXO II



Secretaria Especial dos
Direitos Humanos



